

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Dissertação de Doutoramento

**POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA
- CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO OPERATÓRIO
PARA A SUA GESTÃO**



RUI JORGE DA SILVA PEREIRA MATEUS

2004

Rui Jorge da Silva Pereira Mateus

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA.

- **CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM
MODELO OPERATÓRIO PARA A SUA GESTÃO.**

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção de Doutoramento em
Conservação do Património Arquitectónico

Orientação Científica: Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Évora 2004

ÍNDICE

Introdução	1
1. Teorias e Conceitos da Conservação Patrimonial	13
1.1. – Enquadramento Histórico da Conservação Patrimonial	13
1.2. – Teorias da Salvaguarda Patrimonial – breve síntese	22
1.3. – Conceitos fundamentais	43
1.3.1. – A cidade	43
1.3.2. – O centro histórico	53
1.3.3. – Os edifícios nos centros históricos	63
1.3.4. – Renovação e reabilitação urbana	68
2. A Conservação e Salvaguarda de “Centros Históricos” em Portugal	75
2.1. – O Planeamento em Portugal até 1974	
Algumas referências contextualizadoras	80
2.2. – Enquadramento legislativo do planeamento urbanístico	89
2.2.1. – A regulação do planeamento urbanístico	89
2.2.2. – A lei de bases do património cultural	105
2.2.3. – Outros aspectos da legislação portuguesa	111
2.2.4. – Aspectos específicos dos centros históricos	129
2.2.5. – Os Gabinetes Técnicos Locais (GTL’s)	141
2.2.6. – A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH)	149
3. Políticas Sectoriais para a Gestão e Salvaguarda dos Centros Históricos Portugueses	157
3.1. – A Gestão dos Centros Históricos	157
3.1.1. – Aspectos da Gestão Política	157
3.1.2. – Aspectos da Gestão Técnica	173
3.2. – Metodologias de Intervenção nos Centros Históricos	186
3.2.1. – Metodologias de Planeamento e Projecto	190
3.2.2. – Metodologias de Intervenção. O papel das equipas técnicas	213
3.3. – A reabilitação dos centros históricos – estratégias e políticas sectoriais de salvaguarda	234
3.3.1. – Considerações prévias em torno da reabilitação dos centros históricos	234
3.3.2. – Políticas Sectoriais de Habitação	246
3.3.3. – Políticas Sectoriais de Circulação Viária	258
3.3.4. – Políticas Sectoriais de Gestão do Espaço Público	265
3.3.5. – Políticas Sectoriais de Sensibilização para a Gestão e Fruição Patrimonial	270
3.3.6. – Políticas Sectoriais de Gestão do Turismo Cultural	280

4. O Conjunto Histórico de Mértola. História, evolução urbanística, políticas sectoriais de salvaguarda e gestão	295
4.1. – A vila histórica de Mértola: evolução urbana e tipologias predominantes	304
4.1.1. – As primeiras etapas: da antiguidade pré-romana ao mundo paleocristão	308
4.1.2. – A época islâmica e medieval cristã	316
4.1.3. – O período tardo medieval e o início da época moderna	320
4.1.4. – Os séculos XIX e XX	329
4.2. – Estudos, Planeamento e Regulamentação Municipal (1947-2003)	336
4.2.1. – O Antepiano de Urbanização de 1958	336
4.2.2. – A Revisão do Plano de Urbanização de 1980	410
4.2.3. – Projecto de Estudo e Reabilitação do CH em colaboração com a ESBAL (1982-84)	438
4.2.4. – O Plano de Urbanização de 1990	444
4.2.5. – O 1º Gabinete Técnico Local (1989-1991)	455
4.2.6. – O Plano Director Municipal	487
4.2.7. – A Subvenção para a Conservação e Melhoramento de Edifícios no Centro Histórico de Mértola	490
4.2.8. – A Carta de Risco (2003)	504
4.2.9. – A revisão do Plano Geral de Urbanização de 2003	508
4.2.10. – A atribuição do estatuto de área crítica e constituição do 2º Gabinete Técnico Local (2005-2006)	525
4.2.11. – Obras municipais de reabilitação	534
4.3. – Gestão e Salvaguarda do Conjunto Histórico. A Intervenção de outras instituições locais e dos particulares	543
4.3.1. – O património cultural e natural do concelho de Mértola. A intervenção da ADPM	543
4.3.2. – O Campo Arqueológico de Mértola: salvaguarda do património arqueológico e museologia	552
4.3.3. – A EPBJC, formação em técnicas de construção tradicionais	565
4.3.4. – O PNVG e o projecto da <i>Casa do Lanternim</i>	571
4.3.5. – Algumas obras promovidas por particulares	581
4.4. – Políticas sectoriais para a Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola	597
4.4.1. – O papel da Autarquia na Salvaguarda do Património	597
4.4.2. – Reabilitação material do edificado	601
4.4.3. – Vila Museu, uma estratégia para o desenvolvimento local?	615
Conclusão	625
Bibliografia	

PREÂMBULO

Esta dissertação teve diversos apoios sem os quais não teria sido possível a sua concretização. Em primeiro lugar, uma palavra de reconhecimento e amizade ao Professor Virgolino Ferreira Jorge, orientador desta dissertação, pelas sugestões, conselhos, correcções e orientação atenta, assim como pela disponibilidade que sempre demonstrou. Agradeço particularmente a sua confiança pessoal, que muito me honra, do bom desempenho nesta investigação, a que espero ter conseguido corresponder.

Em segundo lugar, à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela concessão de Bolsa de Investigação, no quadro do Programa PRAXIS XXI, para a concretização deste trabalho.

À Câmara Municipal de Mértola, nas pessoas dos seus Presidentes, pelo apoio pessoal e institucional que tiveram a amabilidade de dispensar a esta investigação; particularmente, entre muitos membros dos seus quadros, que sempre demonstraram o melhor espírito de colaboração, gostava de agradecer aos funcionários da Divisão de Ordenamento do Território e Administração Urbanística, da mesma edilidade, pela enorme paciência que tiveram com a presença de um “funcionário eventual” que quis ver todas as pastas e mais alguma. Destaco Ana Paula Félix, arquitecta, que dirige este departamento, pelas conversas e pelo espírito de entreajuda que nos une há anos a ideias comuns. E à Ana Maduro e à Conceição Garcia, cujo auxílio técnico precioso em tudo o que respeitou ao estudo da Subvenção. À Ana Teresa Coelho, António Remexido, Carlos Alves, Francisco Patriarca, Luísa Roque, Nuno Cruz, pelo seu apoio técnico, discussão científica e boa disposição sempre disponíveis. E um grato reconhecimento ao bom suporte dado pelos Serviços Administrativos, nas pessoas de Fátima Santos, Pedro Rodrigues e, com destaque pela fantástica memória, a Almerinda Silva. O Dr. Guilherme Machado, que pertence também aos quadros da Autarquia, obrigatoriamente figura nesta lista, pelo seu saber, sempre ao dispor de todos que o procuram, pela visão comum afinada em tantas conversas longas nos já 15 anos de convívio, e pelo seu exemplo de cidadania e profissionalismo exemplar.

Aos meus colegas professores da Delegação de Mértola da Escola Bento de Jesus Caraça, pelo seu carinho, e por tomarem conta «da minha parte do barco» enquanto fui remar para outras paragens. Especial menção para Cristina Ferreira, Isabel Campos e Virgílio Lopes, bem como à Graça e à Carla, que, além da amizade, geriram zelosamente o meu correio e tantas outras papeladas incómodas.

Aos companheiros do CAM e da ADPM pela viagem que temos feito em comum, e pelo muito que tenho aprendido com o vosso labor, com destaque ao Doutor Cláudio Torres. Sem as discussões, o suor comum e os debates estratégicos contínuos, a visão estruturante que procurei imprimir a este estudo seria seguramente muito menos completa.

Aos meus amigos Álvaro e Nuno por manterem as terríveis maquinas computadorizadas a funcionar sem grandes sobressaltos.

À Fernanda e ao Artur, pelo companheirismo profundo, expresso sem palavras, que é como fazem as pessoas com nível. Fernanda, lá se cumpriu a profecia!

À Sandra e à Niúra, pelo alimento espiritual, que me foi mantendo na ilusão de que ainda sou um ser humano e não um mero organismo teclado.

À Sara, pela estupenda correcção do texto (que paciência!) e por todo o carinho.

Ao António José Cruz, Joaquim Boiça, Paula Amendoeira, Paula Guimarães e Renato Barroso, por uma lista infundável de coisas que não devem deixar de preencher a nossa forte amizade, e que me faz ordenar-vos por ordem alfabética para não haver ciúmeiras... Catrapau!

Aos meus pais, qualquer coisa diferente de dizer que sem eles este calhamaço jamais teria existido é faltar à mais pura verdade e à gratidão que lhes tenho.

À Teresa, por ser mãe e pai, sempre confiante e amiga, e ao Pedro, por ser um filho que, embora novo ainda, em tudo ajuda o pai com a sua amizade e compreensão por esta (excessivamente longa) ausência.

Obrigado.

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA.

- **CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO OPERATÓRIO PARA A SUA GESTÃO.**

INTRODUÇÃO

«A cidade é muito mais uma obra de civilização
do que um produto de ajustamentos ao ambiente»

Orlando Ribeiro

Se é verdade que a cidade nasceu incrustada na terra-mãe, o facto é que ela não cresce naturalmente como uma planta – ela tem parcelas invisíveis, para lá dos caules e das folhas que a pontuam. Ela tem pedaços de memória, rumor de gestos, marcas de um tempo longo nas histórias que dela se contam. Ela também não percorre o espaço que a rodeia em busca de alimento, como qualquer cria em busca de crescer, de tomar força. Não, com ela, o alimento de que necessita chega-lhe como que atraído pela força irresistível que exerce sobre o território que a rodeia.

Adapta a sua forma ao terreno que lhe serve de berço, mas, por parecidos que estes substratos possam ser, ela nunca resultará numa forma-padrão. Cada localidade é um retrato distinto, com detalhes que impedem que se perca num anonimato confuso. Ela vive, com o sítio, em comunhão, e se um deles desrespeitar este acordo, morre.

Normalmente, não é isto que sucede. Ela vai-se retocando, fazendo-se bela, escondendo rugas velhas em novas epidermes. Assim constrói a sua feição, o seu olhar, e assim nós nos vamos entranhando nela e conhecendo os seus gestos, dos menores aos eternos. Como nos recorda Françoise Choay, “é preciso comprometermo-nos na sua profundidade, não recearmos perder-nos aí, seguir as voltas e os desvios. O sentido do percurso aparecerá com a descoberta da sua saída, garantia de achados que permitirão prosseguir a edificação ao mesmo tempo do labirinto e de nós próprios”¹.

Hoje, a esses lugares onde podemos vislumbrar o tempo dos homens que passou, chamamos a cidade histórica. Esta entidade, apesar de corresponder a lugares

¹ CHOAY, Françoise – “Alegoria do Património”, 2000:15.

concretos, com expressão material, tem variantes na forma de definir o conceito. Nada que seja de admirar, dado que se trata de um lugar que tem cultura, e esta é difícil de fechar em gavetas estanques. Para Georges Duby, "a cidade não se caracteriza nem pelo número, nem pelas actividades dos homens que nela residem, mas pelos aspectos particulares do estatuto jurídico, da sociabilidade e da cultura. Estes aspectos derivam do papel primordial que o órgão urbano preenche. Esse papel não é económico. É político. A cidade distingue-se do meio que a rodeia por ser, na paisagem, o ponto de enraizamento do poder"².

Nesta dissertação o enfoque é outro. Interessa-nos mais o que é a cidade histórica na perspectiva do seu testemunho enquanto local onde a história se construiu, e que a foi construindo. As estruturas habitacionais foram sempre a expressão das formas de viver, e das possibilidades de viver. Elas exprimem a época, a classe social, a riqueza ou a falta dela, a mentalidade e a força colectiva na construção dos seus maiores símbolos. E o que é também importante, aqueles que a vão usando ao longo de séculos vão fazendo também dela novos usos, novas referências, e vão mostrando a sua evolução, alterando os seus códigos e o modo de a compreender. É esta cidade que é preciso conhecer, é esta cidade que é urgente reabilitar³.

De qualquer modo, durante largos séculos, essas transformações foram feitas de forma tão lenta que nunca se poderia dar pela transformação no tempo da vida humana, salvo um detalhe aqui, um novo edifício acolá. Foi porque subitamente a cidade se modificou, que de tal modo se ampliou explosivamente, que a cidade antiga passou a centro histórico⁴. Auzelle escreveu que "a cidade industrial, depois de ter destruído quase todas as referências aos ciclos das estações e ao correr das horas, começa a destruir, por excesso de densidade, o sentimento da duração humana. É aí,

² DUBY, Georges – "A cidade medieval", *apud* MATEUS, 1995:34.

³ Está actualmente implícito neste conceito que ele consiste na "aplicação e desenvolvimento de uma política de conservação integrada, ou seja: o abandono das anteriores estratégias de intervenção em áreas históricas da cidade que promoviam a conservação integral e em formol do existente, e a preferência por acções que promovam uma mais efectiva reutilização desse património edificado através da sua reabilitação física, ao mesmo tempo que se desenvolvem medidas no sentido de melhorar as condições sócio-económicas e culturais dessa área no seu todo". O termo reabilitação designa, igualmente, toda a série de acções empreendidas tendo em vista a recuperação e a beneficiação de um edifício tornando-o apto para o seu uso actual. O seu objectivo fundamental consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide – actualizando as suas instalações, equipamentos e a organização de espaços existentes -, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para a sua completa e actualizada reutilização. APPLETON *et alia*, Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto, CML / LNEC, Lisboa, 1993.

⁴ Quando se dá a categorização das diferentes morfologias de cidade, a parcela estática e aglutinadora do sentido auto-consciente da urbe, por contraste com a parcela que se expande e transforma.

na nossa vida *quotidiana*, onde a História se dissolve, bem como se desfia, entre os vizinhos do burgo, o tecido dos nascimentos e das mortes⁵, que faz sentido a existência humana. Por isso, a salvaguarda da cidade histórica é essencial para que não se perca o espírito de verdadeira humanidade. No filme “Duets” de John Paltrow, um dos personagens comenta para outro, ao entrar no vestíbulo de um hotel de uma cadeia internacional: “*Repara neste lugar! Podíamos estar em qualquer sítio!*”. Como eles, podemos correr o risco de nos acharmos, um dia, perdidos em espaços sem identidade, sem marcas características. Sem história.

A cidade precisa de resguardar, portanto, a essência da sua vivência humana. Esta passa por a cidade continuar a ser, enquanto entidade, apreensível por aqueles que nela residem. Polulam já o mundo as *megalópolis*, em que a cidade, para cada um dos seus enclausurados habitantes, é meramente o bairro, senão uma parcela do bairro. Cidades com avenidas medidas em quilómetros contínuos. A extensão diminui a possibilidade de conhecer, de partilhar, e modifica-se a vivência, esmagada num tempo demasiado impessoal, sem carácter. A cidade deixa assim de ser um local de trocas espirituais.

Daí que se encontre, cada vez mais, nas estratégias da animação sociocultural, a inserção dos conteúdos do passado, de certa forma como uma extensão da matriz predominante, nesta era do paradigma multicultural, da «cultura do outro»: o avô da aldeia perdida algures, as «histórias da terra», os modos de vida dos antigos modelos de produção, são tão estranhas à maior parte como se fossem oriundas de outros continentes. A aceleração progressiva do tempo, comprimido aos centésimos de segundo que se tornaram relevantes, torna estranho o relógio do campanário secular onde só se assinalava a passagem da hora. O passado e os seus inúmeros patrimónios podem tornar-se num outro continente, desprendidos da vida actual, se nada se fizer, entre outras coisas, para interligar, de forma estruturante, a cidade histórica e a nova.

A exigência está, claro, no domínio das políticas culturais, e no tratamento dado à herança que recebemos. O que é vital é abandonar-se, em larga medida, o modelo que tem vindo a ser seguido, principalmente a nível institucional (central e autárquico) em que os diferentes domínios são tratados como estanques entre si. É evidente que

⁵ AUZELLE, 1961:33.

o passado e o presente precisam de especificidades de gestão claramente distintas. Mas não podem, numa perspectiva sociocultural, ser desligados.

As políticas culturais devem, inevitavelmente, estar preocupadas com o passado. Apesar de tudo, os recursos culturais de um país podem estender-se, recuando na sua génese, por centenas de anos, e a actividade cultural contemporânea é, em muito, marcada por aquilo que a precedeu. A herança de casas rurais ou património industrial, as colecções dos museus e o trabalho dos criativos do passado, a par do meio ambiente e da sua gestão, continuam a definir a paisagem mental da população, bem como a dos criativos actuais, grupo onde se congregam, entre outros, os urbanistas, os arquitectos, os especialistas do património. Esse passado exerce uma influência profunda naquilo que é feito hoje, uma vez que tudo é sempre executado em relação ao que foi feito antes.

Mas existe sempre o perigo de não se reconhecer a importância actual que foi sendo acrescentada aos recursos patrimoniais, e que a sua natureza permanece contingente e discutível. O que é que uma mansão construída para um aristocrata e depois usada por departamentos do Estado realmente significa no contexto histórico? O que é que a herança industrial material nos diz sobre as constantes lutas pelas condições de trabalho e a realidade política contemporânea? As políticas culturais devem evitar a excessiva esterilização do passado, empacotando-o de forma facilmente digerível pelos turistas, e devem permitir aos recursos patrimoniais que vivam e se expressem no contexto contemporâneo⁶. A cidade histórica pode, deve, ser um dos cenários onde estas expressões encontrem espaço de materialização, sedimentando essa fundamental relação.

Muito dessa estruturação assenta, aliás, no inconsciente colectivo, que, se fosse devidamente valorizado por uma «estratégia de descoberta» junto dos cidadãos, rapidamente os sensibilizaria para a salvaguarda do património – bastaria a

⁶ Uma vez que a gestão, e exploração dos recursos culturais do passado é em geral mais fácil do que alimentar a cultura e arte contemporâneas, sempre em transformação, esta última é facilmente negligenciada. Além do mais, a necessidade de proteger os edifícios, os ambientes, as comunidades e as tradições folclóricas, de carácter histórico, vai parecer muito mais urgente do que apoiar a produção de trabalhos contemporâneos inovadores ou controversos. Mas, a não ser que a atenção e os recursos sejam direccionados para o encorajamento e financiamento de actividades experimentais, «avant-garde» ou culturalmente críticas, não podemos senão esperar que o fosso entre as políticas culturais oficiais e o desenvolvimento da cultura contemporânea aumente. O desafio, em termos de políticas, é assegurar a interligação de todos os elementos da cadeia, porque a falta de atenção a um deles pode comprometer o conjunto. A cultura está viva, em modificação e em desenvolvimento, e o papel das políticas culturais deve ser assegurar que assim permanece.

demonstração de como se reage a uma ausência prolongada do local de origem (como nos casos de emigração por razões laborais), e quais são os referentes no imaginário colectivo que então sobressaem⁷. Halbwachs, que criou este conceito, já destacava que se a História se pretende objectiva e acentua as descontinuidades temporais, pelo contrário a memória colectiva «é um grupo visto de seu interior». Ela apresenta um quadro, ou um sistema de imagens, que persuade os membros do grupo de que ele permanece o mesmo apesar de todas as modificações que entretanto tiverem lugar. A memória colectiva opera de tal forma que as transformações acabam em semelhanças que consubstanciam os traços fundamentais do grupo.

Desta forma a memória colectiva é uma imagem do passado construída pela colectividade. A inserção no espaço tende a condensar a memória colectiva de um grupo: «A partir do momento em que um grupo é inserido num determinado espaço, ele transforma-o à sua imagem, mas ao mesmo tempo ele molda-se e adapta-se às coisas materiais que lhe resistem. O grupo está assim fechado na moldura que ele próprio construiu. A imagem do meio exterior e as relações que se estabelecem com ele, passam a constituir o primeiro plano da imagem que o grupo faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos da sua consciência, moderação e regra da sua evolução. A imagem das coisas participa na inércia dessa mesma evolução»⁸.

Como é evidente, isso implica em muito alterar o modo como é feita a difusão, e não só, das componentes históricas e culturais desses mesmos conjuntos patrimoniais junto das populações residentes. Analisar alguns dos seus aspectos, particularmente aqueles que se interligam com as estratégias de reabilitação das áreas históricas, permite ver que este é um sector nuclear para levar a bom termo muitos dos projectos que visam valorizar esse património. A difusão é uma gestão cultural mediadora entre o dito Património e a sociedade.

Esta última expressão sintetisa, aliás, alguns aspectos fundamentais: gestão porque implica um processo complexo que abarca documentar, valorizar, interpretar, manipular, produzir e divulgar não já o objecto em si, mas em vez disso um modelo compreensível e assimilável do dito objecto (o centro histórico, neste caso), na sua

⁷ Como é comum ouvir dizer aos naturais de Mértola, uma zona de forte emigração, «não posso estar muito tempo sem ver a torre do castelo», expressão mais interessante ainda quando mesmo os residentes das outras localidades do concelho a utilizam, demonstrando assim como é relevante a sua relação com a sede de concelho, e seus monumentos, em termos das referências significantes.

⁸ BASSAND, 1990:32.

relação com o seu passado histórico e a sua condição presente; cultural porque se trabalha com a produção humana, tangível e intangível, passada e presente, que rodeia e influencia o cidadão de hoje até se tornar parte da sua história e, portanto, da sua identidade; mediadora porque requer uma técnica e um suporte material independente do objecto e afastada do sujeito que a recebe.

Estruturada uma acção que assente neste modelo metodológico, é necessário reconhecer as diferenças intrínsecas relativas à matéria-prima de natureza patrimonial. Por muito eficiente que seja a metodologia, quer na inventariação, quer na gestão, quer na difusão, não é possível que os aspectos processuais se substituam à substância cultural. É necessário que a base histórico patrimonial exista (de alguma forma) para que se possam construir resultados sólidos. Os centros históricos, pela sua riqueza evidente, pela sua diversidade em termos patrimoniais, pela biografia que todos possuem, não colocam este problema. De alguma forma, para uma mesma dimensão urbana e territorial, um estudo de caso pode servir de base reflexiva para a construção e avaliação crítica de uma metodologia – e daí concentrar a atenção desta dissertação no caso da vila de Mértola, que, embora alvo de um projecto cultural extenso, com um sólido alicerce de investigação científica, e pioneiro na construção do conceito «museu-urbano» em Portugal, nunca se estruturou, efectivamente, em termos de gestão, com esse mesmo espaço urbano, nem reconciliou, na vivência quotidiana, as populações com o seu espaço edificado (se bem que, reconheça-se, o fez ao nível simbólico, na reconstrução da estima e auto-estima de uma população e de uma região altamente carenciada a muitos níveis).

Essa parcela, quer neste caso, quer noutros, é, no entanto, um degrau inicial que é fundamental estruturar. A cidade antiga tem que ganhar (ou recuperar) significado junto dos seus – ela não pode cair na tentação de privilegiar uma conservação material cristalizadora, que a transforme num mero objecto arqueológico. Carlos Simões Nuno, um antropólogo que realizou o seu mestrado sobre o «Projecto Mértola Vila Museu», considera, muito correctamente, que “o património cultural só adquire sentido num quadro de relações sociais. Não existem definições universais nem homogéneas, seja para o património material seja para o simbólico. No património local este tem ainda por cima uma escala específica e todos estes particularismos se notam ainda mais”⁹.

⁹ NUNO, Carlos Simões – “Património Cultural e Desenvolvimento Local”, 1992:57. Esta dissertação, amplamente citada no capítulo do caso de estudo, foi o primeiro, e único até hoje, trabalho de fôlego que

É por esta razão que é tão relevante a intervenção ao nível dos centros históricos. Eles não são um mero somatório de monumentos relevantes, ou de casas velhas, ou de tudo isto misturado. Eles são também um conjunto de pequenos detalhes, de milhares de detalhes, que só num modelo em que a gestão do património também corresponda à expectativa das pessoas – e portanto à garantia de uma vivência gratificante – se poderão efectivamente preservar.

Se a salvaguarda do património num espaço urbano só se concretiza num cenário de participação activa - um aspecto sobre o qual interessa também reflectir neste estudo - também é necessário, então, envolver a população no processo de declaração do que tem valor ou não. Essa atitude deveria ser, apesar de tantas vezes esquecida, um paradigma para os técnicos, que, às vezes, precipitadamente se consideram «especialistas» de aspectos cuja especialidade tantas vezes lhes escapa. Esse comportamento deve ser evitado, já que “pode facilmente abafar as atitudes, os valores, as preferências e as espontaneidades próprias dos agentes sociais em contacto directo e diário com o seu património”¹⁰. Se é verdade que também pode conduzir à destruição activa de muito dele, por razões de interesse meramente particular, a solução realmente eficaz passa pelo estabelecimento de bases concertadas, e de alianças assentes na construção de um sentido e de valores comuns, sobre qual é verdadeiramente a importância do património histórico. E não pelo modelo das proibições jurídico-formais, que, como facilmente se comprova, tem sido pouco eficaz, isoladamente, no que respeita à salvaguarda dos conjuntos urbanos antigos.

Por isso são tão importantes as políticas de salvaguarda instituídas a longo prazo, que encontraram uma vontade de implementação na criação da figura dos Gabinetes Técnicos Locais, e que poderiam ter dado um contributo decisivo para a reabilitação destas áreas urbanas¹¹. A sua positiva expressão formal, nos documentos programáticos e mesmo no espírito da lei, encontra, na sua aplicação prática, um

analisou os efectivos impactos sociais do projecto realizado em Mértola, e, em certos indicadores, procurando objectivar a relação da população local com o seu património.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p.58.

¹¹ E que nesta dissertação será um tópico analisado com algum detalhe, particularmente no caso dos Gabinetes da vila de Mértola, uma vez mais a surgir como uma situação típica do cenário que se verificou na maior parte do País, quer de demonstração da sua importância, quer das más políticas de gestão, que os usam deficientemente, e que não lhes dão a continuidade que seria essencial. A sua tarefa, que deveria ser estruturante, fica reduzida a meras iniciativas conjunturais.

caminho labiríntico que precisa de percorrer - geralmente, se não sempre, com dificuldade -, e que condiciona a garantia de se atingirem os objectivos propostos.

Por isso consideramos igualmente importante fazer nesta investigação alguma reflexão em torno das ideologias subjacentes à legislação e recomendações internacionais de salvaguarda do património histórico, particularmente o edificado, procurar referenciar o modo como se tem tentado combater essa perda de identidade, preservando as referências características que as cidades históricas representam. Essa tarefa passa também por se desenvolverem as metodologias e as políticas sectoriais que possam auxiliar a cumprir esses complexos objectivos. Daí também a tentativa, neste texto, em reflectir criticamente sobre a situação actual nestes domínios, e as opções possíveis para o seu desenvolvimento em benefício da reabilitação e requalificação dos espaços urbanos. No caso de estudo da vila de Mértola, este aspecto é muito interessante, por ser um local onde se cruza uma grande escassez de recursos (na perspectiva material da reabilitação) com elevadíssimos recursos (na perspectiva patrimonial intrínseca).

Uma nova visão da cidade, como entidade eco-sistémica, está em curso. A estruturação de um modo holístico de agir na concretização da sua transformação deve, gradualmente, complementar este modo de reflectir, devendo reconhecer-se que ele já preenche uma parcela relevante das metodologias do planeamento. A partir daqui, começa a tornar-se perceptível, como já o é para alguns investigadores, que salvaguarda patrimonial e desenvolvimento e competitividade não são, de modo algum, conceitos antagónicos. Filipa Malafaya Baptista, que realizou uma interessantíssima investigação neste campo, destaca: “O estabelecimento de princípios estruturantes do desenvolvimento urbano nas vertentes física, económica e social de cada cidade, respeitando as características próprias de cada uma, é imprescindível para a materialização de uma política de regeneração urbana responsável e realista, ressaltando o facto de, na cidade como um todo, sobressaírem os centros antigos, plenos de identidade e significado, características que potencializam com maior impacto essa regeneração, e são mobilizadoras da intervenção activa de um leque mais alargado de actores, incluindo a população em geral”¹².

¹² BAPTISTA, 1998:24.

É evidente que estas políticas de regeneração urbana encontram, nas cidades antigas, problemas complexos a resolver, pois o novo – mesmo que não materialmente expresso, mas como ocupação funcional – tenta sempre sobrepor-se ao antigo. Este, claro, tem uma estrutura distinta da da cidade moderna, e mesmo que possua zonas de intermediação bem conseguidas, acabarão sempre por sobrevir as incontornáveis diferenças para as parcelas mais antigas. Nas ocupações funcionais actuais, destacam-se maioritariamente dois aspectos de grande complexidade: a circulação rodoviária e a adequação do espaço arquitectónico. Por isso, no domínio das políticas sectoriais da recuperação urbana, são estas aquelas que recebem maior atenção. O caso da arquitectura é, a meu ver o mais complexo, numa perspectiva patrimonial (a questão rodoviária remete, mesmo se complexíssima em resultado da «mentalidade rodoviária» contemporânea, para o domínio da maior ou menor funcionalidade); os centros históricos não são – com pequenas excepções – puros na sua expressão plástica, e são dinâmicos. A sua gestão quotidiana implica, pois, a percepção da transformação arquitectónica que, em maior ou menor escala, sempre se vai verificando. Qual a direcção a seguir?

O problema da intervenção reside, também, na qualidade do que se pretende, em termos de correspondência às expectativas sociais. Mas, e esse é um campo em que o progresso é fundamental, os mecanismos de uma verdadeira gestão democrática são ainda muito incipientes. Neste estudo procuro chamar a atenção para algum do caminho que falta percorrer, uma vez que me parece que, sem uma transformação dos níveis e modelos políticos de decisão, alargando a sua base participativa e a proximidade entre os diferentes níveis actuantes, jamais se concretizará a verdadeira simbiose entre o público e o privado, e, sem esta, a cidade não poderá cumprir, satisfatoriamente, todos os papéis que dela se esperam.

Como já referi, não penso que a resolução do problema resida na produção legislativa ou regulamentar. Nem a ausência de plano nem o excesso de planificação são potenciadores reais da desejada reabilitação, pois estes instrumentos são somente uma parcela do modo de fazer, uma resposta, e não parte da essencial pergunta: porque devemos intervir na cidade, e na zona histórica em particular, para a salvar? A tentativa de tudo proibir, é uma forma de protecção legal que entra, muitas vezes, em conflito com a propriedade privada. E aí surge o domínio do “facto degradado”, que tem causado severos danos à riqueza patrimonial urbana. É necessário encontrar formas de gestão que contribuam para preservar a substância cultural concreta desses

testemunhos. A análise das políticas sectoriais que promovo nesta investigação aponta alguns dos caminhos para concretizar esse objectivo.

Esta defesa é tanto mais preocupante, quanto a noção de património que está contida na presente ideologia cultural salienta que ele não é, verdadeiramente, nosso, mas sim um legado que chegou até nós do passado e que temos a responsabilidade de conservar, e até melhorar, para o transmitirmos às gerações futuras.

A intervenção não se associa, no entanto, nestes tempos pragmáticos, meramente a essa responsabilidade. Foi já entendido que essa preservação pode contribuir, no presente, para um quadro de vida urbana de maior qualidade, quer no usufruto material da cidade, quer na sua riqueza social. Graças ao alargamento da noção de património, compreende-se melhor, já, a indispensável sinergia que se deve estabelecer entre a protecção do património arquitectónico, o urbanismo e o ordenamento do território. É preciso, portanto, intensificar, como pede Jean Barthelemy, “a sensibilização aos valores culturais, [uma vez que] o apelo ao espírito comunitário e ao civismo, a explicação, o diálogo, a concertação e a participação permanecem por enquanto as armas melhor adaptadas a esta cruzada democrática para a defesa de um quadro de vida respeitador da sua herança urbanística, arquitectónica e cultural”¹³.

É pelo património que nos ligamos com o passado. Ele dá-nos uma matriz referenciadora que nos permite distinguir o real do virtual: “Pormos os pés no chão onde foi feita a história, percorrer a pé uma rua estreita de uma cidade sobre a qual só tínhamos lido, confundirmo-nos com as gentes cujas vidas são diferentes da nossa, descobrir outro mundo, estas são as experiências que as pessoas desejam (...). Além disso, em tempos de constante mudança quando tanto do nosso mundo diário está em mutação, o património que temos oferece-nos um oásis de reflexão, tradição e continuidade. À medida que as solicitações do mundo contemporâneo se aproximam rapidamente, muitos de nós procuram descobrir de novo as nossas ligações com o passado. Em que melhor local do que nas comunidades históricas poderão o passado e o presente encontrar-se de uma forma que vive e que respira?”¹⁴.

Estas casas, estes espaços, encontram-se em comunhão com os cidadãos e as ruas são as veias por onde circula o sangue da urbe, por onde podemos repetidamente

¹³ BARTHELEMY, 1996:33.

¹⁴ Idem, ibidem, p.33.

emocionarmo-nos quando a percorremos. O contrário dos lotes de «contentores» implantados no deserto emocional da cidade moderna. Aqui, é verdade que encontramos, também, excelente arquitectura e mesmo um urbanismo conceptualmente imaculado. Mas porque será que estas zonas precisam, às vezes tão pouco tempo depois de edificadas, de programas de requalificação de zonas públicas e de estratégias de reforço das ligações afectivas – quer entre os seus moradores, quer entre estes e a cidade nova? E, tantas vezes, entre esta e a cidade antiga, como se progenitora e descendente não se reconhecessem mais.

É por todos estes motivos que, como destacou José Lamas, “a «imagem da cidade», arredada das preocupações do urbanismo, reaparece no debate como um objectivo determinante para o bem-estar intelectual e social dos cidadãos. (...) A cidade antiga deixa de ser encarada como um território insalubre de «ruas-corredor», mero campo de renovação urbana e imobiliária, passando a ser um bem precioso, insubstituível e de grande valor”¹⁵.

É fundamental preservarmos a nossa herança, e transmitirmos aos nossos concidadãos que a defesa e valorização do património constituem uma tarefa colectiva¹⁶.

Tal é, também, a intenção deste esforço pessoal de estudo e reflexão em torno desta temática. Já podemos, actualmente, propor o passado como um elemento fundamental de um modelo para um futuro com maior qualidade. Conservar também é desenvolver.

Os centros históricos e os bairros antigos devidamente recuperados e revitalizados para e com as populações, são uma parcela essencial do nosso património, e precisamos de garantir a sua continuidade temporal. Carlos Dias Coelho reclama por essa defesa, sentindo, como ele diz, que há “um sentimento generalizado de tentativa de recuperação de um passado perdido, por oposição a uma modernidade inevitável, que não sendo questionada quando se trata do conforto urbano, já o será como ideal

¹⁵ LAMAS, 1993:386.

¹⁶ Segundo Olímpia Gordon Pinto, o património colectivo pode ser considerado como uma “herança cultural de uma «família maior», constituída pelo conjunto de indivíduos de uma dada comunidade, e que engloba toda a produção cultural sobre a qual recai uma especial acuidade, não apenas em virtude do seu valor documental e da sua dimensão simbólica e estética, mas também, dado o seu papel e importância enquanto aparelho didáctico-pedagógico no seio do grupo”, PINTO, 1999:79.

estético exclusivo, despertando um sentimento nostálgico a que Starobinski chamou «a destroçante qualidade das coisas perdidas»¹⁷.

A cidadania cultural exige de nós, hoje, algum esforço para que não se confirme, no que diz respeito ao nosso património, o que um dia escreveu Boaventura Sousa Santos:

«Um dia teremos, pateticamente, que inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos atrasados».



“a imagem fantasmagórica de algumas novas construções, quais castelos de betão, completamente desenraizadas nos espaços onde se erguem ao céu, revela também falta de criatividade artística e coloca em perigo a imagem do espaço urbano, e como tal constitui motivo de grande preocupação estética, arquitectónica, de planeamento e até cultural”, CARVALHO, Paulo de, 1999:313.

¹⁷ COELHO, 1999:131.

CAPÍTULO 1

TEORIAS E CONCEITOS DA CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 – Enquadramento histórico da Conservação Patrimonial

Um dos aspectos mais consensuais relacionados com a conservação patrimonial é a distinção clara entre a época em que a conservação tem um declarado propósito ideológico (a nossa), daquelas em que, mesmo tendo existido acções que, na prática, resultaram em salvaguarda, esta não possuía um enquadramento teórico-filosófico que a definisse como uma atitude cultural formalmente estruturada.

As práticas coleccionistas, emanadas do espólio das guerras, ou da curiosidade humana, não continham em si a noção de herança colectiva, no sentido moderno do termo. A selectividade constante, entre o que teria ou não valor, não obedecia a critérios gerais, reflexivos, mas antes aos humores e gostos muito particulares dos seus possuidores ou daqueles que detinham o poder político e religioso. Dúbios critérios estéticos, noções de profano e sagrado, desprezo ideológico e cultural pelas expressões da diferença, quer entre culturas, quer entre gerações da mesma cultura, não se pode dizer que, qualquer destas, possa ser considerada uma estratégia de salvaguarda patrimonial que apresentasse critérios de objectividade em termos do que é, hoje, a salvaguarda simultaneamente científica e humanista do património.

Isto sucedeu em todas as épocas, afectando impérios, cidades-estado, pequenas comunidades – em todas elas a evolução do edificado foi filtrando o número de vestígios de cada época, fazendo com que apenas alguns vestígios de carácter simbólico relevante (as mais das vezes associados às funções religiosas, políticas e militares) tenham sobrevivido. Passa a estar, então, definida a nossa matriz: estes são os nossos monumentos.

Mas, principalmente nas cidades, organismos construídos de intensa vida quotidiana, as transformações são de tal intensidade que, muitas vezes, nem mesmo estes edifícios notáveis escapavam à situação de tensão que se verificava, regularmente, entre o novo e o antigo. Entre as novas necessidades e os velhos espaços. Esta tensão vai ser particularmente aguda, no mundo ocidental, a partir da época tardo-

romana. Acotoveladas entre apertadas muralhas, as comunidades urbanas vão confrontar-se com a falta de espaço, e vão encontrar soluções para o ampliar – em altura, no subsolo, no ocupar dos mínimos espaços livres, seja dentro da antiga arena romana, nos caminhos de ronda, nos terrenos que deveriam ser de uso comum. Verifica-se uma intensa procura de mais espaço, motivada pelo cenário de expansão demográfica que marcou uma parte desta época histórica. Numa tal situação, raros eram os edifícios poupados a essa dinâmica, e como ainda por cima o modelo seguido era o da expansão orgânica (não racional) geraram-se configurações exóticas por toda a cidade. Não admira por isso que, na maior parte das cidades históricas da Europa, seja essa imagem de medievalidade compacta, de casas pequenas e esguias e de estreitas e esconsas ruas, numa imagem que se tornou padrão de uma certa nostalgia romântica (europeia) que predomina¹⁸.

Esta situação era generalizada em todo o “Ocidente antigo, medieval e do *ancien régime*, que, sensivelmente, até ao século XVIII, não alimentava qualquer ideologia patrimonial – pelo menos generalizada ou global (pese embora o pioneirismo dos humanistas do *quattrocento* e do *cinquecento* ou o dos antiquários do século XVII, uns e outros muitíssimo selectivos, como bem o sabemos: veneravam a antiguidade e desprezavam os edifícios modernos que não respeitassem os cânones da vanguarda de que se julgavam detentores). Era por isso que os edifícios da antiguidade ou da Idade Média, e depois de os de todas as outras épocas até ao romantismo (altura em que nasce ou se *inventa* a concepção moderna de monumento), mereciam poucos ou nenhuns cuidados. Esses edifícios eram modificados, acrescentados e retrabalhados à medida das necessidades. Porque só assim se tornavam úteis. E por isso não desabaram, mas foram sendo transformados, dando expressão ao contínuo da história. Um exemplo banal: o celeberrimo Templo dito de Diana em Évora que, de templo imperial passou, nada mais, nada menos, a torre defensiva e açougue”¹⁹.

No caso particular do património edificado, a situação era ainda menos “conservacionista”, já que os imóveis, pela sua funcionalidade, estiveram sempre sujeitos (se exceptuarmos as pirâmides do Egipto, e pouco mais...) a transformações derivadas, não só de todas as razões antes expostas, mas ainda àquelas relacionadas

¹⁸ E também porque um conjunto de estruturas e espaços definidores de uma certa forma urbana foram gerados nesse período: a sucessão de muralhas, diferentes cortinas que vão albergando a expansão urbana e cujas portas acabarão por definir os eixos de circulação estruturantes, dos quais o mais relevante será a Rua Direita; os rossios; as praças e largos que acompanham a construção dos edifícios de maiores dimensões ou outros elementos relevantes, como os pelourinhos, etc.

¹⁹ PEREIRA, 1996:9.

com o seu uso quotidiano. Montados, desmontados, remontados e acrescentados, os edifícios mudavam de funções, e estas mudavam-lhes a configuração. Ou então, derrubados por razões diversas, os seus componentes reintegrados em novas construções, em amálgamas que são hoje o espelho desse sentido pragmático de que sempre se revestiu a relação entre os homens e os tão necessários materiais de construção... Os edifícios eram encarados, em todas as épocas, como um bem patrimonial, como uma riqueza material concreta, como uma reserva de utilidade. De pé ou destruídos, sempre “cumpriam uma função qualquer (enchiam paredes, serviam de aventais de janelas, etc.). (...) muitos edifícios que hoje consideramos património construído, incontornáveis testemunhos de horizontes históricos de existência e documentos de uma memória ou de um conhecimento activo, foram reutilizados como quartéis, ‘ilhas’ ou ‘bairros’, casernas, hospitais, alojando até a administração pública...”²⁰.

No entanto, à medida que as nações do continente se foram estabelecendo (relativamente) num dado território, e à medida em que as soluções governativas foram desenvolvendo modelos centralistas, trocando as roupagens do feudalismo pelas dos reis iluministas, o nacionalismo foi igualmente estruturando o pensamento político, assim como o estético e o patrimonial. Às novas nações eram necessários símbolos que, igualmente, reflectissem essa nacionalidade. Surge então, com clareza conceptual, a ideia de monumento, de símbolo da história da nação, portanto, símbolo da colectividade. Sendo a história da Europa – fruto da sua pequena dimensão geográfica – uma história de competitividade, depressa as nações competiam entre si para demonstrar quem possuía mais património (ou, aproveitando as guerras, para se apoderarem da riqueza patrimonial dos outros – de notar como, na arte móvel, deixou de se destruir o que se roubava), exaltando, dessa forma ainda mais o seu fervor nacionalista. E também, rapidamente, mesmo dentro de cada nação, cada região, cada cidade, começou a dedicar aos seus vestígios antigos a atenção que serviu à sua salvaguarda, na intenção clara de retirar do seu património antigo o estatuto que lhe desse supremacia ou originalidade face a outras²¹. Ainda hoje, em que há uma

²⁰ PEREIRA, 1996:9-10.

²² Georges Henri Riviére tem, acerca deste papel psico-social do património histórico uma expressão de grande precisão. Diz ele que é por essa particular motivação que devemos obrigatoriamente preservar essa herança. Ela, que é constituída por “todos os bens materiais e imateriais sobre os quais a população, como num espelho, lança o seu olhar para se reconhecer neles, [é] onde [esta] procura a explicação do território onde está enraizada e no qual se sucederam os diferentes povos que os precederam. Um espelho que a população oferece aos seus hóspedes para se fazer entender, no que diz respeito ao seu trabalho, aos seus comportamentos e à sua intimidade”. A competição que actualmente se verifica, em tantos outros sectores

visão mais universalista da cultura e do património, são chavões correntes “a mais antiga”, “a mais alta”, “a mais bela”, uma quantidade infindável de qualidades superlativas que distinguem, insistentemente, o “nosso” património do “dos outros”.

A mudança é radical. O património passou a ser uma obrigatoriedade na nossa civilização ocidental²². Não conseguimos entender a cultura sem a componente herdada. No fundo, é a âncora que nos permite avançar ousadamente para o futuro, que dá lastro para prosseguirmos por caminhos desconhecidos. A contemplação das conquistas do passado, o património como testemunho do engenho e da alma humana, constitui um conjunto de valores sólidos que se contrapõem à perenidade das acções e da existência de cada um. Igualmente, o património passou a ser “um testemunho do desenvolvimento e interacção culturais, que se tornou objecto de estudo, promoção e conservação. Esta percepção emergiu de o património não ser considerado apenas como uma marca étnica ou nacionalista, mas como um valor universal a ser partilhado pelas diferentes civilizações e pela humanidade como um todo”²³.

Têm sido largamente debatidas, principalmente nos últimos cinquenta anos, e depois das primeiras teorias patrimonialistas do século XIX terem tido o seu desenvolvimento conceptual natural brutalmente interrompido pela eclosão de duas guerras mundiais, as razões pelas quais o ser humano passou a investir, conscientemente, na protecção dos vestígios materiais do passado. É interessante considerar estes aspectos, e aqui, parece-me importante destacar três ângulos de abordagem

Em primeiro lugar, a salvaguarda patrimonial adquiriu, em certa medida, um carácter público. Ela já não é meramente a responsabilidade do proprietário de um dado património – que se encarregará de o conservar ou não -, mas sim sentida pela sociedade como dever colectivo. Em grande medida esta assumpção resulta da progressiva democratização da sociedade e do conceito de património, ou seja, da

de actividades, entre as principais cidades europeias, não é senão um desenvolvimento desta noção, e daí, inclusive, o papel que esse mesmo património representa nessa disputa.

²² Choay, nos seus textos, refere a importância que teve, na cultura contemporânea, a «invenção do património urbano”. Quanto mais a cidade se expandia, quanto mais a expressão anódina e abstracizante das novas urbanizações se tornava a imagem da cidade para grande número de cidadãos. Desta forma, «a noção de património urbano histórico se constitui em *contra-corrente* do processo de urbanização dominante», procurando criar um referencial, mesmo em circunstâncias em que esse património, numa perspectiva estritamente arquitectónica, poderia não ser dotado de um valor relevante. No entanto, é a marca da história que, ao acrescentar-se à expressão material existente, que compõe definitivamente o papel simbólico que elas passam então, generalizadamente, a representar.

²³ VUTKOV e PETROV, 1996:186.

noção que cada indivíduo tem de que existem direitos e deveres na organização social que são partilhados pela comunidade, e entre os quais se encontra a protecção da memória histórica desse mesmo grupo. Deste modo, não sofre contestação o facto de uma parcela dos impostos ser consagrada à cultura, e, ao invés, reclama-se sempre que se encontram situações em que determinado património esteja em situação de perigo. Sei que a situação não é assim tão clara, mas ela sofre, no campo cultural, dos mesmos constrangimentos e diminutos avanços que se sentem no campo político e social. Ou seja, a democracia não é perfeita. É um lugar comum dizer que é o melhor sistema entre os piores, mas esse paralelismo pode também ser referido relativamente às actuais filosofias e práticas da salvaguarda patrimonial: elas não são perfeitas, mas comparativamente ao que sucedeu noutras épocas, podemos dizer que há hoje uma clara consciência pública dos bens patrimoniais, da sua importância, do dever colectivo da sua salvaguarda.

Por outro lado, o progresso social veio trazer, ao menos no mundo ocidental, um novo valor para o património que não passa meramente pelo seu valor de uso ou simbólico. Ele tem um valor de fruição, e esse valor de fruição tem um valor económico. Esta circunstância, que resulta igualmente do progresso económico e das alterações sociais na organização do trabalho daí decorrentes, gerou uma mentalidade completamente distinta. A conjugação destes factores gerou novos comportamentos e atitudes face à salvaguarda do património cultural. Igualmente, as noções de gestão dos recursos, nascidas da consciência ecológica, e da sua sustentabilidade (esta ainda mais recente) começaram a alterar a mentalidade das sociedades, dando-lhes uma noção de responsabilidade em relação às gerações futuras. Este aspecto não é, de forma alguma, de negligenciar, uma vez que a noção meramente jurídica de herança, no sentido tradicional, não tinha muitas vezes uma face ética, pela qual o indivíduo proprietário de património fosse constrangido a comportar-se apenas como seu gestor corrente. E, portanto, quem o possuía agia de livre vontade, quer fosse num sentido positivo, acrescentando-o, quer num sentido negativo, destruindo-o. Hoje, por via de uma sociedade mais aberta e democrática, mesmo em circunstâncias de posse jurídica, uma qualquer acção que incida sobre o património não deixa de estar sob vigilância da comunidade à qual este pertence; e mesmo quando se destrói algum património (estamos ainda a percorrer o caminho...), essa perda não é feita sem dor, ou seja, ela não é feita sem que haja um luto pelo seu desaparecimento. Se bem que não evitando por completo a delapidação de algum património, não deixa de ser verdade que a situação tem melhorado consideravelmente.

Muita da importância do actual papel que é conferido ao património, ainda dentro desta esfera do seu valor material, é a de que ele é um certificado de qualidade. Ao atribuir-se esta noção, aquilo que se está a fazer é estabelecer os critérios a partir dos quais se desenvolve o espírito crítico, e, claro, a correr o risco de criar novos preconceitos: “É que o ocidente construiu uma teoria, quase sempre baseada numa consideração de qualidade, que remete para uma fenomenologia e para uma estética, parâmetros que regem a classificação de um determinado objecto como património, facto que resulta de um acto de interpretação, de uma hermenêutica, de uma desocultação ontológica. Esta desocultação ontológica resulta, portanto, não tanto da decifração, mas da concepção de uma leitura interpretativa, resulta da capacidade de projectar uma compreensão dinâmica face a um objecto construído. Conferindo-lhe sentido e significado um sentido e um significado culturais. Inscrevendo-os no mapa dos interesses das comunidades. Reconhecendo-os e, até certo ponto, coleccionando-os”²⁴. Esta abordagem, se bem que tendo alargado o âmbito dos objectos e factos que consideramos património, também comporta o risco de se tornar restrita, uma vez que, note-se, ela assenta numa leitura interpretativa. Este problema é um dos mais discutidos actualmente, uma vez que, e particularmente no património edificado, ele continua a influenciar decisões quotidianas de salvaguarda (ou não) de determinados elementos – e, claro, estas decisões baseiam-se muito em interpretações. Portanto, discutem-se ainda, como não podia deixar de ser, numa sociedade em que o paradigma científico se tornou predominante, se não será exequível que a interpretação ganhe um conjunto consistente de critérios objectivos. A conclusão ainda está por obter.

Mas falta abordar ainda um terceiro aspecto da importância contemporânea do património. Este resulta de um facto simples: a ciência destruiu o tempo. E cada sociedade teve sempre uma atitude fundamental em relação ao passado, presente e futuro. Ao cortar em pedaços uma estrutura que antes sustentava a vida dos homens num campo de certezas, a visão linear da evolução deixou o homem à deriva, de certa forma, esmagado na sua insignificância face à eternidade cósmica de longínquos *big bangs*. O património surge então com um valor psicológico da maior importância, pois tal como uma família, o património cultural posiciona o homem num tempo concreto, com passado, e, se ele investir na conservação desse património, permite-lhe investir num legado futuro. Choay vai mesmo mais longe, ao dizer que esse papel de nos

²⁴ PEREIRA, 1996:10.

assegurar uma possibilidade de continuação no futuro, que o património desempenha, deve ser a sua única função inteligente na actualidade.

O património cultural é, em qualquer circunstância, um testemunho, material ou imaterial, mas, inegavelmente, um produto das acções humanas. Nas sociedades tradicionais, por isso mesmo assim chamadas, as dinâmicas eram tão lentas que se tornavam imperceptíveis. Na antiguidade, o tempo era estático – um dado tempo, uma forma de vida, era o paradigma para todo o sempre. O mundo era imutável. A vida de cada dia repetia os gestos, as preocupações, os resultados que haviam sido gerados no passado. Esse facto dava segurança aos homens para enfrentar o desconhecido. Os monumentos de pedra, sólidos, representavam esse desejo. Nessas sociedades, que viviam da agricultura e regiam o seu tempo pelo calendário solar, diário ou anual, estas dúvidas não se colocavam, passado e futuro eram semelhantes. Como disse Edgar Morin, havia a garantia de um eterno retorno: “O tempo era circular, como a rosácea das catedrais góticas simbolizava. O círculo começava com o Dilúvio e terminava no Julgamento Final. O Homem não era visto como uma parcela da História; nem a herança patrimonial era encarada como testemunho do desenvolvimento cultural da humanidade. A catedral era um templo, não um fenómeno cultural ou histórico”²⁵.

Mas este olhar para o passado, que o congelava em cenários (pense-se, por paralelo, na museografia desta época), reflectia, inevitavelmente, uma sociedade ainda presa na sua hierarquia e estratificação. Tal visão acabou por ser transformada, tal como a sociedade, pelo derrube formal dessas barreiras, neste tempo em que se vão estabelecendo modos de viver, largamente horizontais, e possuídos de intensas dinâmicas internas, reflexo do processo de democratização cultural e comunicacional em que vivemos. Não existem mais paredes, a não ser as dos monumentos! As influências culturais extravasam fronteiras e continentes e os limites do tempo – adeus à presença do tempo histórico nas nossas vidas! A nossa percepção do futuro também se alterou. Agora é feito de probabilidades e de caos.

Por isso se tornou tão relevante a salvaguarda do passado, e que ao menos essa parcela não se altere. Por isso o relevo que damos à responsabilidade activa na salvaguarda dos bens culturais.

²⁵ VUTKOV e PETROV, 1996:186.

Estabelecida, sucintamente, a evolução do pensamento estruturante em relação às questões da salvaguarda da herança passada, procurarei dar, agora, embora de forma breve, testemunho do caminho específico que se percorreu, em relação ao património edificado, e, mais concretamente, em relação à protecção da cidade histórica e ao desenvolvimento de correntes contemporâneas de pensamento urbanístico.

A historiografia, no século XIX e primeiras décadas do século XX, só considerava, geralmente, como históricos, aqueles acontecimentos que estavam de alguma forma, associados a factos políticos. Esta concepção não estranha, se pensarmos que ela estava associada à consolidação das nacionalidades europeias, um processo que, como já referi, só começa a estabilizar-se para a maior parte dos países da Europa, com a chegada das doutrinas iluministas. No campo da protecção patrimonial, esta concepção restrita da história permitiu a destruição ou o abandono de numerosos monumentos e conjuntos arquitectónicos que estavam relacionados com a história dos sectores populares e as suas obras. Muitos dos centros históricos então existentes perderam parcelas, quando não foram completamente demolidos. Acresce que, além do carácter popular, predominavam também neste período as teorias higienistas (e que resistiram até aos anos 40-50 do século XX), e a insalubridade destes locais davam-lhes uma imagem negativa.

Em função destas circunstâncias, não era reconhecido o valor de testemunhos culturais ou artísticos dos grupos sociais que aí habitavam (e geralmente ignorados pelos historiadores até há poucos anos). Procedia-se, quanto muito, a uma conservação selectiva, preservando alguns períodos históricos considerados representativos na ordem política, cultural ou económica. Deste modo fragmentava-se a continuidade e a unidade dos processos históricos e culturais porque não se compreendia que a construção da cidade reflecte, como nenhum outro facto, a história social, económica, política e artística das comunidades e das suas múltiplas decisões²⁶.

A cidade enquanto espaço construído – e daí a sua tão grande importância – é o espaço onde, como muito bem sintetizou Vasco Moreira Rato no seu estudo dedicado

²⁶ Isto levou a uma distorção da compreensão dos processos de formação das cidades e dos seus paradigmas arquitectónicos e culturais. Assim, uma parcela importante da herança arquitectónica e urbanística ficou ao abandono, uma parte dela arruinando-se definitivamente, uma outra ainda capaz de chegar aos nossos dias, mas em tal estado, que as medidas para a sua reabilitação atingem valores financeiros muito elevados.

à conservação do património²⁷, convergem diferentes memórias, quer a tecnológica (que se constitui como uma prova da evolução dos materiais e das técnicas e tecnologias); quer a social, política e económica, ligada às funções e necessidades que os diferentes grupos humanos lhe destinaram, ao longo da sua evolução, e em função das suas formas de organização e interacção.

Como ele próprio destaca, sobressai ainda uma dimensão estética, o objecto arquitectónico procurando expressar uma determinada qualidade de arte, e um carácter ontológico, pela expressão de uma determinada relação entre o ser e a existência, quase que configurando a possibilidade de construção de uma memória ideal. Todas elas estão intimamente ligadas porque são causa e consequência umas das outras.

Ao longo de uma vida, esta cidade antiga, com as suas marcas, com os modos como podemos apropriar-nos do seu espaço físico, acaba por inscrever em nós um mapa mental que é, como já referi antes, um dos elementos estruturantes do nosso referencial identitário. A todos nós sucedeu já – e principalmente depois de alguma ausência – a surpresa de alguma transformação ou novidade, quase como se elas não pudessem suceder, tal é a imagem implícita que temos da sua imutabilidade. Quereríamos andar nela como na casa familiar que nos descreve Bachelard, e sem nunca tropeçarmos em nenhum «móvel mal arrumado»:

“[...] Para lá das recordações, a casa natal está fisicamente inscrita em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos. Com vinte anos de intervalo, apesar de todas as escadas anónimas, nós reencontraríamos os reflexos da «primeira escada», não tropeçaríamos naquele degrau um pouco mais alto. Todo o ser da casa desabrocharia, fiel ao nosso ser. Empurraríamos a porta que range com o mesmo gesto, iríamos às escuras ao longínquo sótão. O menor dos puxadores ficou impresso nas nossas mãos.

[...] A casa natal inscreveu em nós a hierarquia das diversas funções de habitar. Nós somos o diagrama das funções de habitar essa casa, e todas as outras casas não são senão variações de um tema fundamental.

[...] Existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de recordação-sonho, perdida na sombra de um para-além do passado verdadeiro. Ela é [...] a cripta da casa natal²⁸.

²⁷ RATO, Vasco Moreira – Conservação do património histórico..., (tese de mestrado), Lisboa, 2002.

²⁸ BACHELARD, Gaston - La poetique de l'espace, Paris, PUF, 1972.

1.2. – Teorias da Salvaguarda Patrimonial – breve síntese

Se bem que o património histórico tivesse sido alvo de propostas de salvaguarda em épocas anteriores, é no século XIX que as preocupações conservacionistas e de restauro começam a emergir em diferentes escolas de pensamento. Estes movimentos vêm principalmente na sequência das descobertas arqueológicas de Itália, da Grécia, do Egipto, e no quadro do movimento romântico que valoriza as referências ao passado, com destaque para a Idade Média, e as culturas pré-clássicas, que durante séculos, em virtude do predomínio ideológico do paradigma renascentista, tinham sido postas à margem pelas elites culturais europeias.

Nesta época, e face às crescentes preocupações patrimoniais, surgem duas escolas de pensamento teórico, uma cuja figura de proa é Viollet-le-Duc, que defendia o restauro estilístico, uma metodologia a partir da qual, através da investigação histórica, se pode, segundo este investigador, reconstruir o processo que levou à concepção de determinado edifício e às suas características construtivas e formais, permitindo levar o processo mais além da pura recuperação, na procura da perfeição arquitectónica. Este modelo, como é hoje reconhecido, conduziu em muitas circunstâncias a uma “falsificação patrimonial”, em que se assumia uma composição formal unitária, da qual não existia, muitas vezes, a mínima prova. A esta forma de considerar a recuperação do património (uma abordagem muito intelectualizada, típica do pensamento francês), opor-se-ia John Ruskin, para quem, numa filosofia perfeitamente integrada dentro da mentalidade anglosaxónica, a obra de arte é sempre um produto excepcional, documento único da actividade artesanal do homem, onde o tempo assume um papel de relevo, mesmo que isso signifique a deterioração ou mesmo a perda do edifício, pelo que este apenas pode ser objecto de manutenção; ou seja, o modelo de intervenção que se podia seguir visava meramente um restauro estético, e não estilístico, como preconizava o pensador francês.

Estes autores e as suas teorias tornam-se os pilares da intervenção patrimonial, em consequência também de uma ausência de modificação nas mentalidades vigentes na viragem do século: “Durante as primeiras décadas do século XX, a designação de património arquitectónico continuará, contudo, a restringir-se aos edifícios de valor monumental. (...) as políticas praticadas pelos diferentes países (...) não

contemplavam mais do que a simples inventariação dos monumentos e o seu restauro filológico ou estilístico”²⁹.

Uma palavra de elogio deve ser deixada aqui para a obra de Camillo Sitte. Este urbanista, que viveu na segunda metade do século XIX, pretende contrariar a abordagem dos traçados repetitivos que os planos de expansão urbana alemães geralmente apresentavam, vai beber a sua inspiração nas lições da história, propondo sequências construídas de modo orgânico, assimétrico e variado, explorando as particularidades do terreno. De certa maneira, ao fazer estas proposições, valorizava o património arquitectónico das cidades antigas (principalmente medievais), fazendo com que elas fossem olhadas como possuidoras de grande valor, mesmo funcional. A recusa da ditadura do rectilíneo, condicionada pela resposta ao tráfego e à facilidade de construção das infraestruturas, marcou uma abordagem no campo do urbanismo, deixando sempre uma porta aberta para a afirmação do valor da cidade histórica. Os seus seguidores, inspirados pelas magníficas propostas de *A arte de Construir cidades, o urbanismo, segundo princípios artísticos*, conseguiram resistir, mesmo na fase modernista, ou nas expansões macro-céfalas dos anos 60, a desenhar a cidade como um mero acrescentar de quarteirões ortogonais

Estes processos de restauro, principalmente centrados na vontade que as nações sentiam de valorizar os seus principais monumentos, estavam associados a mentalidade pró-nacionalista da época. Esta actividade levou a que se começassem a realizar as primeiras reuniões e convenções para a elaboração de normas internacionais de conservação e salvaguarda. Um outro facto, a perspectiva de eminentes conflitualidades, e o progresso da tecnologia militar, levaram os especialistas a pressionar os governos para a sua assinatura formal. Desta forma, e como a marinha de guerra era nesta época a tecnologia mais avançada, foram assinadas em Haia, em 1899 e 1907 duas convenções com o fim de proteger os bens culturais de bombardeamentos navais.

A primeira guerra mundial, como se calcula, deitou um pouco por terra esta noção de que as convenções teriam um valor universal e que não seriam postas de lado mal surgisse uma necessidade estratégica, ou uma determinada opção militar. Assim, passada a guerra, vamos assistir a uma nova vaga de esforço regulamentar, que

²⁹ ALFREDO, 1997:9.

acaba por conduzir à redacção da Carta de Atenas³⁰. Dando particular atenção aos monumentos, neste documento “defende-se que esta [salvaguarda] deve ser feita mediante a sua manutenção regular, de modo a terem uma ocupação efectiva. (...) condenaram-se as reconstruções integrais, o emprego de materiais modernos como o betão armado nessas obras e recomendava-se a supressão de publicidade, postes e fios perto de monumentos, bem como cautela com as construções novas edificadas na sua vizinhança”³¹.

Os pressupostos da Carta vão ser particularmente importantes no que diz respeito à conservação do património arquitectónico, e coincidem, no tempo, com o “confronto”, na reedificação ou construção de áreas urbanas entre as escolas teóricas da cidade-jardim e do movimento *city beautiful*, ambas de origem anglo-saxónica, e as recomendações da Carta de Atenas dos CIAM a partir do movimento modernista, de clara inspiração francesa. Mas serão as duas primeiras as mais importantes, e será no desenvolvimento das linhas programáticas destas coreentes que as políticas urbanizadoras dos estados-centrais europeus irão assentar:

- a cidade-jardim, com um traçado geralmente concêntrico, e que serve de linha estruturante para edifícios independentes e unifamiliares, sem esquecer o pequeno jardim, a escala, essa, dependente de se destinar à classe média (tipologia que aparecerá mais tarde cristalizada nos subúrbios norte-americanos), ou aos verdadeiramente ricos;

- o movimento *city beautiful* servirá para o discurso do poder, dando às novas linhas urbanas grandiosidade, monumentalidade (com grande importância para as praças onde as estátuas e esculturas dedicadas à história política reforçarão ainda mais a sua carga simbólica, perspectivas rasgadas por grandes eixos viários, colocando toda a intensão urbanística na articulação e harmonia daí resultante.

Nestes primeiros documentos, e por representar uma visão distinta desta dicotomia, serão de destacar os ideais inscritos na *Carta Italiana del Ristauro*, defendida por

³⁰ Referimo-nos aqui, como é óbvio, à Carta de Atenas para o Restauro dos Monumentos Históricos, que foi assinada na sequência da primeira reunião mundial de especialistas da salvaguarda do património históricos. Por coincidência, na mesma cidade grega de Atenas realizou-se, no mesmo ano, a Conferência Internacional dos Arquitectos Modernistas, que aqui escreveram igualmente uma carta de princípios, dita dos CIAM. O facto mais interessante desta coincidência é a referência ideológica da escolha de Atenas, pelos primeiros por ser a Grécia a cultura fundadora da civilização europeia, pelos segundos por ser o berço do racionalismo arquitectónico.

³¹ SALGUEIRO, 1992:389.

Giovannoni em 1931, onde se chama já a atenção para os problemas do enquadramento dos valores patrimoniais, de modo a evitar-se o esmagamento do local histórico pelas expansões modernas. “O conceito de ‘património urbano’ foi utilizado por Giovannoni, advogando que a conservação devia ser entendida numa perspectiva de conjunto: o monumento e a envolvente complementam-se pelo que deve ser igualmente defendida a salvaguarda dos tecidos ‘menores’”³². Para Choay, Giovannoni considerava, já então, o centro histórico como parte de um todo constituído pela cidade total, nas suas diferentes cronologias edificadoras, tendo sido, por essa visão, um pioneiro da conservação integrada.

No entanto, a Carta de Atenas era um documento que estava mais virado para os monumentos e não tanto para a salvaguarda dos conjuntos, não tendo, por isso, a mesma eficácia de posteriores documentos que se consagraram especificamente a esta questão. Assim, o planeamento das intervenções ficou, em grande maioria, entregue aos seguidores do modernismo arquitectónico. Este modelo de intervenção, como se sabe, trouxe alguns problemas para os centros históricos, zonas para as quais a maior parte dos seguidores da Carta dos CIAM (1931) propunham o derrube de parcelas consideráveis, ou mesmo da sua totalidade, no sentido de as “ordenarem” de acordo com os novos princípios. No entanto, a eclosão da guerra (1939) limitou estas pretensões, no imediato, se bem que, pela destruição de cidades e vilas que os bombardeamentos aéreos depois provocaram, estes urbanistas viessem a ter um cenário ainda mais favorável para as suas propostas.

Assim, todas estas questões que anteriormente estavam relacionadas com uma determinada ideologia de renovação das cidades, acabou por ser forçada pelas maciças destruições que ocorreram nesses seis anos de conflito, que além da perda enorme em vidas, destruiu considerável património edificado, muito dele irrecuperável.

Mas, de toda esta destruição, e em contraponto dialéctico, nasceu uma consciência cada vez mais fundamentada e mais vivida da essência da própria Cultura e seus valores e uma mais aguda necessidade de ultrapassar o imediatismo, mesmo o compreensivelmente nascido da premência das circunstanciais carências básicas da existência, na solução ou soluções que se impunham. Mais ainda, o fenómeno alastrou das elites às massas.

³² MAGALHÃES, 1999:15.

A situação era grave, particularmente nos países do centro da Europa, onde a destruição tinha sido maior, embora as soluções de recuperação tenham sido distintas, pelo menos num caso emblemático: “Quanto a exemplos de renovação urbana, vamos encontrá-los em todos os países em que foram destruídas cidades: em França (Havre, Marselha, ...), na Grã-Bretanha (Londres, Coventry, ...), na Alemanha, na Itália... Um dos exemplos mais citados é o de Varsóvia não só pelo facto de ter sido sistematicamente destruída pelos nazis, bairro após bairro, mas também pelo processo da sua renovação, uma das experiências mais frutuosas e completas das que na Europa foram efectuadas”³³. Efectivamente, o caso de Varsóvia, no qual foi empreendida a maior “falsificação reconstrutiva” de que há memória – em toda a cidade só tinham restado 3 casas, aquelas onde hoje está instalado o museu da cidade -, mas as razões para essa metodologia relacionam-se com a necessidade de reconstruir esse símbolo do país que Hitler queria ver destruído para sempre, a sua capital. Dessa forma, estamos aqui perante um caso que ultrapassa claramente as fronteiras da mera recuperação, embora, deva dizer-se, o resultado final seja perfeitamente enganador, pois facilmente se crê estarmos perante a cidade original, tal foi a perfeição da reconstrução.

Noutras localidades nunca se avançou tão longe – mas a destruição também permitiu a sobrevivência de bastante mais vestígios, e por isso foi possível manter muitos dos centros antigos dessas cidades. O que sucedeu foi que o predomínio das ideias modernistas, associado à urgência em reconstruir milhares de habitações, trouxe o uso sistemático deste modelo durante mais de uma década, e, claro, também abriu caminho a todas as deturpações ao modelo conceptual preconizado, como sempre acontece quando a urgência é grande. Assim, muitos destes centros históricos estão hoje completamente envolvidos por prédios modernos, numa massa compacta, e sem qualquer área de transição minimamente estruturada entre estas duas zonas.

Assim, e como sempre sucedia desde o século XIX, voltou a acentuar-se a diferença entre duas escolas de pensamento, com os anglo-saxónicos, mais uma vez a persistirem numa solução distinta. “A «carta de Atenas» dos Modernistas, aliada à preponderância de Le Corbusier, impôs-se como elemento gerador de uma nova imagem urbana, fortemente zonificada, e na qual predominam os grandes blocos habitacionais de formas puras e espaçadas segundo regras puramente racionais. (...) [Por sua vez] a tradição anglo-saxónica de «town planning» fundamenta as suas

³³ GONÇALVES, 1972:66.

opções numa análise da comunidade urbana decorrente da pesquisa sociológica de Clarence Perry. A cidade é entendida como um conjunto de células que, a diferentes níveis de agregação, tomam a forma de «communities», «neighbourhood units» e «residential units»³⁴.

No entanto, na Itália do património histórico edificado, nenhuma destas soluções parecia satisfatória, já que as características do edificado neste país se coadunavam mal, quer com a destruição sistemática de milhares de cidades vilas e aldeias históricas, quer, por razões do clima, também difícil era conseguir a sua requalificação a partir da paisagem como se faria na chuvosa Inglaterra. Já desde o século XIX que Camilo Sitte preconizava que deveria ser feito um grande esforço de compreensão das morfologias da arquitectura vernacular e da eficácia que esta havia demonstrado ao longo dos milhares de anos em que foi usada. Na esteira deste pensamento, Giovannoni, já aqui referido como uma das grandes figuras da salvaguarda patrimonial das primeiras décadas do século XX, já depois do movimento CIAM de 31, vai voltar a insistir que esta seja igualmente preservada³⁵. Será em grande medida em consequência do seu esforço para evitar ainda mais destruição nas áreas históricas europeias, agora causadas pela reconstrução, que se organizará uma 1ª Conferência Nacional para a Salvaguarda dos Centros Históricos, realizada em 1960, em Itália. Uma nova reunião, desta vez alargada a participantes de outros países, aprofundará esta visão, e dela sairá, em 1964, o documento que ainda hoje é considerado a *pedra de toque* da recuperação patrimonial – a Carta de Veneza. Como refere José Aguiar, este documento “coloca entre os seus princípios fundamentais a necessidade de garantir uma grande qualidade e rigor científico nas intervenções de conservação, assim como o respeito das exigências básicas de autenticidade (de rigor histórico, de uso de materiais, etc.) bem como a durabilidade, compatibilidade e de economia”³⁶.

Esta Carta tem uma importância enorme, não só ao nível conceptual, como pelo facto de que ela instituiu o princípio da regulamentação internacional para a salvaguarda do

³⁴ GONÇALVES, 1972:67.

³⁵ Este especialista italiano é o grande mentor da *Carta italiana del Ristauro*, do mesmo ano de 1931, onde se defende o conceito de inserção dos monumentos no seu contexto urbano, dando a estes edifícios e espaços um relevo que até aí não tinha sido considerado. Ou seja, a defesa dos conjuntos urbanos de valor histórico-cultural, que, originalmente agregado a monumentos singulares relevantes, depressa passou a valer por si só. Tal facto veio a introduzir no vocabulário da conservação patrimonial o conceito de “tecido urbano histórico”, que conduziu à figura de «centro histórico». Giovannoni é também pioneiro em relacionar o casco antigo com o futuro da cidade, estabelecendo as bases da conservação integrada, e destacando o papel fundamental das referências identitárias para a cidade. Sem valor simbólico para o seu território, a cidade nada mais será que um sítio, e não uma *polis*.

³⁶ AGUIAR, 2001:33.

património, aproveitando bem o espírito de cooperação que, em todos os domínios, resultava da vontade de não repetir a situação de conflito que tantas marcas negativas deixou, em particular na Europa.

Assim, e logo de imediato, os promotores da Carta conseguem que, também nas Nações Unidas, através de uma resolução da UNESCO, o património histórico urbano seja considerado como parcela indelével da cultura da Europa, permitindo a constituição de políticas (e consequentes financiamentos) com vista à sua recuperação: «Nas cidades, os bairros históricos ameaçados pela construção de edifícios modernos devem ser protegidos pela adopção de leis que definam as diversas zonas urbanas. A maioria dos Estados procederá à elaboração de projectos de arranjo dos centros urbanos, acompanhados pela regulamentação da construção e dos serviços justificada pelo carácter das zonas a proteger»³⁷. Como se tornou desde logo evidente, estes procedimentos necessitavam de exaustivos inventários classificativos na sua base, de modo a que se pudessem claramente estabelecer critérios qualitativos que orientassem a salvaguarda patrimonial³⁸.

³⁷ Resolução da UNESCO (10/09/1965), *apud* ALHO e SILVA, 1987:373.

³⁸ Em 1957, realizou-se em Paris, o 1º Congresso dos Arquitectos e Especialistas de Edifícios Históricos, sob os auspícios da UNESCO. Deste encontro saiu uma recomendação de que os países signatários desta assembleia internacional criassem uma organização central para a protecção do património histórico edificado. Assim surgiu o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) (Instituto para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais), com sede em Roma.

Este aumentar da atenção relativa ao património cultural levou à realização da famosa cimeira de Veneza (1964), cuja Carta, a 1ª das treze resoluções aí adoptadas se tornou o marco basilar da salvaguarda do património. A 2ª resolução tomada foi a constituição de um outro organismo, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), o Comité Internacional dos Monumentos e Sítios. As suas atribuições são a coordenação dos esforços internacionais para a preservação do património mundial (onde se incluem monumentos, sítios de valor histórico e artístico – como determinados centros históricos -, locais arqueológicos, etc.

A missão do ICOMOS tem como objectivos:

- Reunir os especialistas mundiais no domínio da conservação e servir de fórum de diálogo e troca de experiências entre estes profissionais;
- Recolher, avaliar e disseminar informação relativa aos princípios, técnicas e políticas da conservação;
- Cooperar com as autoridades nacionais e internacionais no estabelecimento de centro de documentação especializados em conservação;
- Trabalhar para conseguir a adopção e a implementação das convenções internacionais para a conservação e a valorização da herança arquitectónica;
- Participar na organização, à escala mundial, de programas de treino para especialistas em conservação;
- Pôr ao serviço da comunidade internacional o aconselhamento de profissionais altamente qualificados no domínio da conservação.

No entanto, e como salienta Fernando Henriques, apesar de “a Carta de Veneza [ser] um documento importantíssimo, digno ele próprio de ser conservado, [não deixa de ser] demasiadamente vago, permitindo toda a espécie de leituras contraditórias e orientado essencialmente para edifícios de pedra. Não é por acaso que todo o mundo ocidental a segue e no entanto as diferenças resultantes da sua aplicação são tão grandes que em certos casos quase podem ser julgadas antagónicas”³⁹.

A partir daqui, e como a Carta de Veneza era um documento generalista, que enunciava os princípios gerais, mas não continha especificidades que se aplicassem às distintas categorias de objectos patrimoniais, iniciou-se um movimento no sentido de criar documentos particularizados, que pudessem dar referências detalhadas aos técnicos que intervinham nas diferentes áreas da conservação e/ou reabilitação patrimoniais, ou na explicitação de conceitos como o caso da autenticidade⁴⁰.

Um dos primeiros documentos especializados a serem produzidos com grande relevo, após o texto redigido em Itália, foi a Carta Europeia do Património Arquitectónico. Promovida pelo intenso esforço do Conselho da Europa, viria a ser assinada em Amsterdão, em 1975. Este documento possuía um conjunto importante de princípios com relevo para os centros históricos⁴¹, e até ao ano 2000, foi o principal referente conceptual para guiar as intervenções conduzidas em espaços urbanos antigos.

O articulado desta carta (que se reproduz em anexo) deu início, podemos assim dizer, a um conjunto de documentos especificamente relacionados com o património edificado, quer monumentais, quer particularmente com os conjuntos. A Carta de Amsterdão veio a ter continuidade num outro articulado, no qual se assumia, plenamente, o património como um sistema de referências culturais, e que deve fazer parte da herança a transmitir às gerações futuras. Esse documento foi a Convenção

³⁹ HENRIQUES, 1994:68

⁴⁰ “A preocupação em proteger grandes obras de valor histórico e áreas naturais de valor ecológico e cénico começa a ser manifestada através de Prosper Mérimé relativamente a antigos monumentos e com a criação do Parque Natural de Yellowstone nos Estados Unidos. (...) apenas no início dos anos 60 que esta preocupação se estendeu a nível internacional com uma maior acção legislativa através da Lei Malraux e, também, através de uma forte campanha promovida pela UNESCO para a salvaguarda dos monumentos egípcios da Núbia evitando que estes ficassem submersos pela construção da barragem do Assuão”, LEMOS, E., 1996:41-42.

⁴¹ Em grande medida motivada por novos hábitos sociais e por melhores condições económicas que conduziram ao aumento do tempo de lazer. Assim, essa demanda turística, cada vez mais intensiva, mesmo no segmento cultural, conduz a “uma procura intensiva de novos locais e novas culturas localizados em áreas de interesse como os centros históricos e as zonas mais calmas do espaço rural. É a procura, não só de espaços diferentes para a prática de recreio informal mas, e essencialmente, de uma identidade cultural cada vez mais perdida com as exigências da sociedade actual”, LEMOS, E., 1996:42-43

de Granada, para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa. Mas se este documento parece tão semelhante à Carta de Amsterdão, porque se fez uma nova versão apenas passados dez anos? Porque neste documento, onde se continua a afirmar a importância dos recursos patrimoniais como herança para as gerações futuras, igualmente se destaca, claramente, pela primeira vez, que as políticas patrimoniais devem favorecer o desenvolvimento económico, social e cultural de Estados e Regiões, e tomando como assente que as relações entre o património e os processos de desenvolvimento ultrapassam os aspectos meramente ligados ao ordenamento físico do território. É interessante que este último aspecto se cruza com o que também foi enunciado na Carta Europeia do Ordenamento do Território – chamada Carta de Torremolinos, onde um artigo do seu texto replica as mesmas intenções programáticas que constam da Convenção de Granada. Nesse artigo lê-se: “a valorização do património arquitectónico, dos monumentos e dos sítios, deve ser parte integrante de uma política geral de ordenamento do território e planeamento urbano”. Esta carta pretende considerar o património cultural como uma componente explícita da dimensão mais vasta da qualidade de vida das populações e um elemento integrante do quadro físico de suporte ao seu desenvolvimento.

Estes conceitos, nesta época, podemos afirmá-lo, constituíam um *aggiornamento* dos referentes do património cultural (edificado, artístico, etc.) com os do património natural e ambiental, quer na noção de necessidade absoluta da sua preservação, quer no usufruto sustentável das suas qualidades, directas ou indirectas. Já anteriormente a UNESCO considerara que “é indispensável harmonizar a preservação do património cultural e as transformações reclamadas pelo desenvolvimento social e económico”⁴². Na sequência destas preocupações, decorreram desde finais dos anos 60, dois movimentos paralelos, um ligado ao património histórico, promovido pela UNESCO, e outro, relativo ao património natural, incentivado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) que acabaram por convergir na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, que se realizou em Estocolmo em 1972, tendo sido produzido um texto único, comum, e cuja orientação veio a dar origem à classificação de bens numa designada “Lista do Património Mundial”⁴³. Os participantes nesta reunião deixaram ainda claramente expressa a necessidade de “compreender o

⁴² 15ª Conferência Geral, 1968 (documentos).

⁴³ O Artº 1º da Convenção respeita ao património cultural e é relevante para os centros históricos aqui em estudo, pois refere explicitamente a importância dos conjuntos:

“Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

- (...) os Conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte e da ciência”.

homem na sua totalidade (...) face a uma urbanização que desenraíza o indivíduo, é a cultura que lhe permite manter o contacto com as suas tradições permitindo-lhe mesmo chegar ao conhecimento do património e das actividades culturais de outras populações e assim multiplicar as fontes de que se alimenta a sua criatividade⁴⁴.

No processo de desenvolvimento de uma ideia de salvaguarda para as áreas históricas das cidades, surge a Carta de Toledo, elaborada em 1975, que apesar de um articulado bastante generalista, procurava cumprir o objectivo de ser uma referência doutrinal para os locais e os países que estivessem em situação – como foi então referido – de desamparo cultural, como um modelo que lhe permitisse defender-se quer da destruição sistemática (situação que se verificava com alguma intensidade fora do espaço da Europa Ocidental), quer do mimetismo cego.

Na conferência de Oslo, em 1976, abre-se um outro campo: é defendida pela 1ª vez, uma concepção alargada e democrática da cultura. Segundo Bassand, “abre-se o caminho para a promoção da *democracia cultural*, ou seja, promove-se uma cultura que estabeleça a conexão entre dinamismos descendentes – que partem dos criadores – e dinamismos ascendentes – que partem das práticas e das aspirações dos indivíduos e dos grupos, a todos os níveis da realidade social. A democracia cultural procurar tornar, em última análise, cada indivíduo ou grupo responsável pelos seus projectos e autónomo nas suas práticas⁴⁵”.

Podemos afirmar que todo este esforço resulta da enorme expansão das cidades e das suas periferias, que se está a verificar, com grande intensidade, desde o início da década de 50, em grande medida seguindo os princípios do modernismo, mas apenas parcelarmente. O zonamento, que deveria ser cuidadosamente planeado e medido, é substituído por uma massa de blocos de apartamentos, que se sucedem uns aos outros numa cidade anónima. Além disso, e em vez de apenas de expandirem para o exterior, começam também a intervir, no centro das cidades, em operações de renovação que não são mais do que integrais desagregações do tecido histórico. Esta pressão sobre a cidade antiga deve-se, em grande medida, ao facto de que as novas gerações estão a abandonar o centro das cidades, na busca de casas modernas, e de lugar para estacionar os automóveis que se vão tornando cada vez mais comuns, deixando um crescente número de idosos no centro das urbes. Centros esses, que pela sua posição, se tornam alvo de cobiça dos serviços, e é a pressão imobiliária que

⁴⁴ UNESCO – Conferência sobre as Políticas Culturais na Europa, 1972 (documentos)

⁴⁵ BASSAND *apud* MARTINS, 1999, 27.

estes exercem que leva muitas vezes a esse movimento de intervenção nos bairros históricos, descaracterizando-os.

Neste contexto, e ainda sob influência da corrente modernista que se tinha desenvolvido no início do século, muito do que hoje seria preservado, foi removido. A ideia de criar uma «cidade funcional» abstracta, que enformou o pensamento da primeira fase do modernismo urbanístico, acabou por evoluir para propostas de criação de ambientes físicos que satisfizessem as necessidades emocionais e materiais dos seus habitantes, sinal das críticas à «cidade impessoal» que daí resultava. Mesmo com essas novas contribuições, estas áreas, nos locais onde foram construídas, nunca conseguiram atingir a coesão social e espacial que a cidade histórica parece fazer sem qualquer dificuldade. A partir do seu VIII Congresso começam as ser cada vez maiores as críticas ao racionalismo e funcionalismo destas propostas. No entanto, até hoje perduram em muitos locais os problemas resultantes deste formato urbano, apesar de as piores propostas serem apressadas corrupções do ideário original (portanto de efeitos negativos muito ampliados). Uma filosofia urbanística que, na sua prática corrente, nos desligou de lidarmos correctamente com a cidade antiga.

No entanto, essa acção começou, como referi, a ter os seus opositores. De certa maneira, os anos setenta, corresponderam, em muitos países, à fase “educação e cultura”, resolvidos que estavam os problemas da “paz, do pão, saúde e habitação”. Daí que não seja estranho o facto de que, na década de setenta, as preocupações se centrem cada vez mais na reabilitação da cidade antiga, exaltando cada vez mais os valores referenciais entre os quais se encontra o património histórico, tentando impor o condicionalismo que a Carta de Veneza preconizava, bem como os documentos posteriores. Determinadas preocupações, até aí ausentes, passam agora a integrar a lista de aspectos sobre os quais o urbanismo deve ter uma palavra a dizer: a exclusão social e territorial, a sustentabilidade ambiental, os limites do crescimento, etc.

As políticas urbanas cada vez mais se debruçam, igualmente, sobre o problema do declínio das áreas centrais, tentando encontrar o modelo que inverta essa marcha. Alguns aspectos destacam-se, pela atenção que lhes é dada, como os de maior relevo: o aproveitamento dos recursos que essas áreas ainda contêm (particularmente o conjunto edificado), o aumento da qualidade de vida dos que aí residem, a amnutenção de actividades e funções existentes, a preservação dos elementos de

identificação e memória da cidade (quer os monumentos, quer o tecido urbano antigo, quer as tradições vivenciais).

Em Portugal, em resultado de uma nova era, em todos os domínios, só se ter iniciado em 1974, a preocupação com o património só começa a estruturar-se em meados dos anos oitenta, como poderia atestar-se pelo facto de a primeira lei de bases da cultura ter sido publicada em 1985. No que respeita à salvaguarda do edificado antigo nas áreas centrais das cidades e vilas portuguesas, pode dizer-se que o movimento contestatário da especulação imobiliária desenfreada teve o apoio, inestimável, “da diminuição da pressão demográfica e da crise económica que se instala, [favorecendo a sua substituição] pelos seus valores culturais e pelo seu património edificado. No início dos anos oitenta, a cidade começa a ser encarada como produto cultural e produto histórico”⁴⁶.

É neste contexto que surgiram os movimentos municipais, primeiro cívicos, depois políticos, que pugnam por estabelecer uma nova forma de gerir a cidade, e de lhe garantir a sustentabilidade sem o sacrifício da qualidade histórica e ambiental. Estes movimentos, que viam nesta acção não só uma defesa das classes mais desfavorecidas que ainda habitavam nos centros urbanos, como também um combate a merecer ser travado contra os interesses dos negócios da construção, não admira que fossem promovidos por certas forças políticas: “Na Europa, algumas autarquias de esquerda decidiram recuperar os centros históricos, não só devido à sua degradação física e social, mas também pela sua terciarização e consequente expulsão das populações residentes. Deste modo, pelo estudo dos centros históricos britânicos e italianos, compreendeu-se que a unidade edifício / população era indivisível e prioritária nas políticas de intervenção naqueles tecidos. A necessidade de proteger os valores sociais integrados com a envolvente formulou a teoria da reabilitação centrada nos seguintes pontos:

- a preservação do edificado, assegurando a memória colectiva;
- a reutilização dos grandes imóveis para equipamentos, e a melhoria dos níveis de conforto nos edifícios habitacionais;

⁴⁶ ALFREDO, 1997:9.

- a participação pública como meio para garantir o bem estar das populações⁴⁷.

Não deixa de ser interessante verificar que, neste aspecto, apesar de possuir um regime de ditadura política, e de ser um país, em muitos sectores, isolado, que Portugal esteja de certa forma a par com as modernas teorias e avanços que o urbanismo europeu perseguia por esta década⁴⁸. Mais interessante ainda, se pensarmos que, apesar das marcadas clivagens entre as famílias que dominavam, em Portugal, os negócios e as indústrias, foi possível planear uma operação urbanística de grande envergadura, no coração da 2ª maior cidade do País, em que o interesse principal era de cariz social, e não comercial. Este movimento de renovação urbana, fez parte, aliás, de uma certa agitação cultural, no que diz respeito a este sector de actividade, como nos relata Elmer Lemos: “As questões relevantes ao património construído em Portugal conheceram, a par de outros países da Europa (...) um período marcante nos anos 70. A elaboração do Plano de Recuperação da área Ribeira-Barredo no Porto (iniciado em 1973) e o trabalho de Pais da Silva “Pretérito-Presente” (1974) constituíram os elementos marcantes deste período aos quais se seguiram a elaboração dos Planos de Salvaguarda para os Centros Históricos de Lamego, de Keil do Amaral, e de Beja, de Vasco Massapina, e à concretização do «Inventário do Património Cultural e Construído», de José Alvarez, publicado pela Secretaria de Estado do Ambiente”⁴⁹.

Não admira, pois, que, quando se dá a mudança do regime, que em Portugal se verifiquem, de imediato, e em simultâneo, os dois movimentos contraditórios que também se degladiavam na Europa desde o final dos anos 60: por um lado, uma expansão descontrolada das periferias das duas áreas metropolitanas, com destaque para Lisboa, onde as “sub-urbanizações” se multiplicaram como cogumelos; por outro, como no caso do SAAL, e da Ribeira-Barredo, de Évora e Beja, de Ponte da Barca, Lamego e Guimarães, entre outras, que houvesse de imediato decisões no sentido de garantir a salvaguarda do património edificado dos centros históricos, impedindo a sua adulteração.

⁴⁷ ANDRADE, 1998:18.

⁴⁸ Exemplo disso é o facto de também no nosso país se ter conseguido levar a cabo um inventário da arquitectura popular. Promovido por Nuno Teotónio Pereira e outros companheiros de profissão, até com uma pequena verba espremida ao Governo salazarista, acabou por ser editado em vários volumes pela Associação dos Arquitectos Portugueses, permanecendo, até aos nossos dias, como uma peça fundamental para o estudo da cultura material portuguesa.

⁴⁹ LEMOS, 1996:45.

Jorge Henrique Pais da Silva, já aqui citado, foi um emérito professor de História da Arte da Academia de Lisboa, escreveu, em meados dos anos 70, um notável texto, “Pretérito Presente”, do qual a maior parte é ainda de grande actualidade (texto esse que permanece, até, insuficientemente divulgado), em que aborda alguns destes aspectos fulcrais da reabilitação urbana e da salvaguarda do património histórico. Escreve ele: “A tarefa é preservar os cenários que assinalam, em cada segmento de um esforçado percurso, as respostas possíveis da comunidade nacional aos sucessivos climas históricos do país. Respostas aliás que concorram para definir a história da Europa e do mundo (...) Muitas destruições são aceitáveis sem que com isso fique de modo algum prejudicado o progresso material das populações, a indispensável modernização da vida ou a satisfação das necessidades sociais da comunidade. Se houver lucidez, conjugação de esforços, coordenação de serviços, poderá alargar-se o equilíbrio necessário entre o imperativo da preservação dos testemunhos do passado e o imperativo de se responder às exigências sociais da vida contemporânea e do futuro da comunidade”⁵⁰. Repare-se a sensatez da abordagem, o modo como invoca o trabalho coordenado e multidisciplinar, renunciando aquilo que está na base da metodologia hoje seguida, demonstrando que também neste campo mais específico do património, e não só na área da arquitectura e do urbanismo, como Portugal possuía a suficiente massa crítica para que o nosso património urbanístico tivesse sido melhor preservado. Num país que não sofreu as vicissitudes de qualquer das guerras do século XX, é pena que tenha deixado “suicidar-se” ou ser assassinada uma notável parcela dessa riqueza!

Constate-se, ainda, neste texto, a referência programática aos documentos que haviam sido produzidos, e o apelo aos princípios da Carta de Veneza e às recomendações da Carta de Amsterdão, documento ainda tão recente. Para Pais da Silva era imperioso “proteger, igualmente, como recomendam os estudos internacionais, o envolvimento desses “monumentos maiores”, mesmo que se inscrevam em épocas diferentes”. De que valeria a Sé de Lisboa se a rodeássemos de caixotes de betão? Mas é «proibido» construir casas modernas na proximidade dos monumentos? Não pode o novo harmonizar-se com o antigo? Não se «harmonizarão» os conjuntos de edifícios de épocas diferentes apenas porque nos habituámos desde sempre a vê-los ali? Não nos chocará um determinado edifício novo, apenas por vir destruir um «quadro» que já estávamos habituados a ver?”⁵¹. Repare-se por este fragmento que este autor, um especialista em património arquitectónico monumental

⁵⁰ PAIS DA SILVA, *apud* BARBOSA, 1982:23-24.

⁵¹ *Idem, Ibidem.*

do gótico ao barroco, não se sente chocado com a necessidade de intervenção, a ponto de se substituírem imóveis, que se possa verificar na envolvente destes monumentos. Como inclusive reconhece que a harmonia urbanística pode resultar meramente de um hábito. Não se poderia exigir menos preconceito. Mas, como ele salienta depois, e com o que eu não posso deixar de concordar, a questão está em substituir uma harmonia por outra, e não em criar desarmonias. Se não choca a dinâmica do tecido urbano, como não nos aflige a mudança geracional que muda as caras da nossa família mais próxima ao longo dos anos que passam, no caso do património histórico, não deixará de nos afligir se agirem com ele sem o devido respeito, como se nos privassem da possibilidade de com eles convivermos quotidianamente, num contexto de mudança gradual, sem termos que assistir ao seu assassinio prematuro. Ao homem moderno falta-lhe a escala do tempo, e o tecido urbano precisa, claramente, dessa sedimentação lenta e gradual, que faz as suas parcelas acomodarem-se, como diz Pais da Silva, harmoniosamente.

Sendo o modernismo tão violento, nos seus pressupostos conceptuais e na sua prática, e não só no domínio da arquitectura e do urbanismo, não admira que tenha gerado, em breve espaço de tempo, uma resposta de sinal contrário a fazer-lhe frente em todos os domínios. O pós-modernismo, que começa a estruturar-se a partir dos anos 60, vai ter também a sua expressão nas correntes urbanísticas, a que acrescem os movimentos da esquerda política, preocupados com as questões da salvaguarda cultural - recordo a ideia que ainda hoje persiste, de que a cultura é de esquerda, como se a direita, forçosamente, fosse inculta ou não se interessasse pela cultura. A questão aqui não está directamente relacionada com a "cultura" em si (ou com o modelo, ideologicamente considerado, de paradigma cultural), mas com as estruturas de acesso à cultura. Efectivamente, as questões da democracia cultural estão ligadas a movimentos de génese social, de emancipação de certas camadas sociais, e politicamente conduzido pelos movimentos e partidos da área da esquerda, e muito menos directamente ligadas à construção do fenómeno cultural propriamente dito.

Na Europa, estes movimentos foram muito importantes, porque a sua conjugação foi o palco das lutas pela defesa dos cascos históricos das cidades, vilas e aldeias, e, também, da luta por um certo modo de fazer e gerir a cidade, defendendo-se claramente a importância do espaço público – porque comunitário – mais uma vez procurando fazer sobrepor o colectivo ao individual, o que é também distintivo destas duas famílias políticas, pelo menos na sua dicotomia tradicional.

Num tal contexto, é evidente que o vernacular, o popular e tradicional, a pacata aldeia que se opõe, estruturalmente, ao caos citadino, também não deixam de ser enlevadas – Mértola, que é o caso de estudo principal desta dissertação, não deixou de sentir o impacto deste posicionamento comprometido, *engagé*, de certas elites culturais urbanas, como descrevo no capítulo respectivo. E quem refere Mértola, poderia referir muitas e muitas localidades, por toda a Europa, onde este refluxo de certas camadas urbanas em direcção ao mundo rural, partia de uma visão “pós-moderna”, de regresso a um modo de vida, não tão dependente do progresso padronizado, onde a eficiência se casava cada vez mais com monotonia.

Face a esta realidade incontornável, depressa as estratégias de intervenção no tecido urbano avançaram para um modelo onde fosse possível conjugar estas duas cidades distintas, mas ligadas, que o tempo havia produzido durante séculos, uma delas, e muito rapidamente, a outra. Além do mais porque, como a cidade moderna tinha sido edificada sem a fundamental mescla de referentes simbólicos, continuava a ser o centro histórico a desempenhar essas funções. As novas centralidades, apesar de úteis no quotidiano de trabalho, não parecem ainda hoje preencher o imaginário do cidadão, que, sempre que sente a necessidade de expressar o seu sentimento de pertença ao grupo, não deixa de recorrer a ela. Por isso é que, como escreve Paola Jacques, nas últimas duas décadas “surgiu a ideia do planeamento estratégico, quando vultuosos recursos foram investidos em algumas edificações, principalmente nos centros históricos, dotadas de boa visibilidade mediática e capaz de disseminar «contaminações positivas» sobre a cidade, contribuindo para a formação de uma nova imagem urbana”⁵² (a exemplo do que se tenta fazer com os núcleos museológicos em Mértola, e do que, noutra escala, se fez com o Guggenheim em Bilbao, só para dar dois exemplos). Um esforço claramente no sentido de criar intimidade entre estas duas zonas que quase todas as cidades hoje possuem, mas em que, em muitas delas, a faixa de transição não existe (os casos mais graves) ou onde as áreas históricas foram rasgadas de algum modo pelos *boulevards* e vias de tráfego automóvel (todas elas a necessitarem de requalificação). A busca é agora para “encontrar” a cidade integrada, novo e velho em conjunto, um espaço de vivência, em que o conceito de qualidade urbana é o elo comum⁵³.

⁵² JACQUES, 2003:707.

⁵³ Em 1972 foi adoptada a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, que tem mais de 200 países signatários. Nela estão integrados todos os monumentos e locais de interesse que, pelo seu grande valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, devem ser protegidos por toda a humanidade. Esta convenção visava igualmente dar alguma atenção ao consumo

Portanto, e retomando os documentos de referência para a salvaguarda patrimonial, é evidente que aquele que se seguiu, reflectisse estas alterações sobre o que era intervir na cidade histórica. Por isso a Convenção de Granada (1985) avançou precisamente nesse sentido, ao introduzir o conceito de integração (um paralelo com a sustentabilidade), quer para a abordagem científica e técnica, quer para as políticas de gestão. Estes aspectos são particularmente importantes nesta época, uma vez que a revolução social que se verificou na Europa do pós-guerra, com a instituição do sistema de *welfare-state*, ao gerar um completo modelo de vida, deu origem ao que hoje designamos de turismo de massas. Este, inicialmente, apenas pressionou, em termos do património arquitectónico, os locais com maior destaque, quer pela sua antiguidade, ou rara beleza (como Veneza, Paris, ...) ou onde existiam monumentos de grande destaque para o público em geral (Roma, Compostela, ...), mas, com o passar dos anos, e com a progressiva segmentação do turismo, os fluxos especificamente ligados ao turismo cultural começaram a aumentar, e a exercer efeitos sobre muitos outros locais. Foi então que os especialistas, atentos à degradação que excessos de promoção e consumo podiam gerar, procuraram alertar para esta questão, e daí a justificação para a redacção de um novo documento, simbolicamente, aliás, instituído em Granada, um dos locais em Espanha que é visitado por um número de pessoas provavelmente para lá daquilo que seria desejável.

A política de conservação integrada defendida neste articulado coloca a protecção do património entre os objectos essenciais do ordenamento do território e do planeamento urbano, preconizando a animação e utilização controlada do património como parcelas estratégicas desses processos, e promovendo a participação pública no conhecimento, protecção, restauro, conservação, gestão e animação do património, através da colaboração entre a administração central, a local e as associações que actuam nos diferentes territórios, junto das populações. Nos aspectos técnico-legais sobre a inventariação, protecção e conservação dos bens patrimoniais esta convenção influenciou largamente a lei 13/85, a primeira Lei de Bases do património cultural português, apenas recentemente substituída por nova versão.

turístico de determinados lugares, que podia ser predador; daí ter tido sequência na assinatura de uma Carta Internacional do Turismo Cultural, assinada em 1975 (e revista em 1999).

Com o mesmo objectivo, e de imediato, o ICOMOS⁵⁴ criou uma versão apenas respeitante às cidades históricas, esta redigida em 1986 por um comité de peritos. Além das cidades, dá também atenção aos centros e bairros históricos (para as localidades de maior dimensão que não são integralmente compostas de património histórico edificado), assim como ao seu ambiente natural e edificado considerando que para além da sua qualidade como testemunho histórico transportam em si valores próprios das civilizações urbanas tradicionais, que estão neste momento sob a ameaça destruidora por parte dos modos de urbanização resultantes da revolução industrial, e com isto gerando a perda da sua riqueza cultural, social e económica. Em consequência desse facto, resulta evidente que é preciso preservar o carácter histórico da cidade. Isto significa, como já referi antes, não só a salvaguarda da expressão material como igualmente a possibilidade de garantir a continuidade do imaginário que ela representa. Aspectos como a morfologia urbana, a tipologia e o aspecto dos edifícios são igualmente importantes e permitem preservar as relações da cidade com o seu enquadramento e as suas diversas funções tradicionais. O documento do ICOMOS exige ainda que a salvaguarda das áreas históricas faça parte integrante das políticas de desenvolvimento económico e social e sejam contempladas nos planos de ordenamento territorial e urbano, assim como defende a participação de toda a comunidade, devendo estimular-se, sob formas de acção democrática, essa participação dos indivíduos e das suas associações, pois a salvaguarda das cidades diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes. Este aspecto veio a tornar-se numa das áreas de maior impacto sócio-político da actualidade, e tem, de facto, dado origem a muitas situações de ruptura, relacionadas com a possibilidade de reabilitação das cidades ou bairros históricos.

Estes ocorrem, igualmente, e independentemente da evolução registada no suporte teórico e técnico das intervenções, porque, como diz Nuno Portas, se verificou “o alargamento do conceito de património arquitectónico, com a tomada de consciência por parte dos órgãos da administração local da importância do ‘stock construído’, [em simultâneo] com a emergência dos movimentos sociais, nos bairros históricos, pelo ‘direito à cidade”, para os quais nem sempre se encontrou a melhor resposta⁵⁵. Segundo Secchi “a noção da ruptura no sistema urbano assumiu contornos mais visíveis a partir de meados deste século, quando a cidade expansiva do período de grande crescimento económico e industrial entra em crise, ao mesmo tempo que sobem de tom os protestos contra a política especulativa de demolição e destruição da

⁵⁴ Sobre este organismo, ver nota 38.

⁵⁵ PORTAS, 1985:8-13.

cidade herdada, culminando em manifestações e protestos populares de reivindicação pelo direito à cidade e à habitação, dando origem a algumas das experiências mais paradigmáticas de intervenção na cidade herdada⁵⁶. Como sabemos, em Portugal houve experiências interessantes quer em Guimarães, quer em Évora, além de bons exemplos nos bairros históricos de Lisboa e Porto, onde se conseguiu evitar um massivo fenómeno descaracterizador de *gentrification*⁵⁷ que mudasse as suas características de zonas populares destas cidades.

No actual quadro da estrutura europeia – em que é predominante o papel da Comissão, enquanto gestora, e, portanto, em que as acções assentem em estudos que possam ser definidores de consensos, e estes demorados a atingir -, é evidente que a questão das cidades não poderia passar sem uma análise que permitisse uma clara visão dos termos qualitativos que a Europa comunitária pretende para a vida urbana. É até interessante constatar que a ênfase tenha sido colocada na óptica do *ambiente urbano*, usando-se uma expressão que, em termos contemporâneos, nos indica que o paradigma interpretativo está associado quer à boa gestão dos recursos como à qualidade de vida que os diferentes modelos podem significar. E claro, com implicações severas, provavelmente, em termos de recomendações. Como salienta Vítor Ferreira, não é sem alguma razão que esse *livro verde sobre o ambiente urbano* “não tenha sido transformado num *livro branco* do ambiente urbano, no que isso implicaria de vinculação de um determinado «ambiente urbano» para os países signatários – (...) comporta um expressivo significado político⁵⁸.

De facto, é sabido que as políticas de requalificação do espaço urbano, as únicas capazes de transformar de novo as cidades em espaços de real urbanidade, vão conflitar com determinados interesses, quer ao nível do cidadão, por exemplo na sua relação individualista com o seu meio de locomoção viária, até aos grandes grupos económicos, cuja relação com a cidade é muitas vezes apenas a de uma exploração momentânea, quer seja da sua posição geográfica, da sua fraca ou forte economia, ou das capacidades dos seus habitantes. O relevo deste documento reside, nessa discussão, em torno do que é hoje debater “temas ambientais *na/da cidade*”. A cidade é analisada e avaliada “a partir de múltiplos indicadores, como é o caso dos índices de qualidade da água, do ar, dos níveis de sonorização e poluição, das condições de

⁵⁶ SECCHI *apud* PORTAS, 1985:8-13.

⁵⁷ Conceito de origem anglo-saxónica, muito utilizado nas ciências sociais, significa a transformação da tipologia dos habitantes, em que a população tradicional é substituída por outros estratos geralmente de capacidade económica superior. Em português, nalguns textos, surge traduzido por «aburguesamento».

⁵⁸ FERREIRA, 2001:102.

saneamento e de infra-estruturas, etc. No seu conjunto permitem avaliar a qualidade ambiental *na cidade*". Estes aspectos assumem relevo, uma vez que eles condicionam as políticas a definir para se intervir no tecido urbano para resolver determinados problemas desta natureza. Mas o relatório contempla, igualmente, «a degradação do edificado das cidades e as políticas de reabilitação urbana», (...). Do mesmo modo que, em relação às questões patrimoniais da cidade, continua a ser fundamental (...) conhecer e avaliar as condições de existência, os distintos tipos, os graus de conservação e/ou de degradação, entre outros índices, desse mesmo património"⁵⁹.

Este relatório, a haver um progresso na aceitação das suas conclusões, que tenham reflexos não apenas na sua promoção institucional a *livro branco*, mas que seja igualmente gerador de programas de incentivo que possam efectivamente contribuir para intervir em zonas que necessitam de requalificação, conduzida em moldes que valorizem como neste documento se propõe, o património edificado. Só desta forma se poderia garantir um modelo diferente de gestão da cidade, que produzisse, como afirmam, uma melhor ocupação do território, e não uma expansão indistinta, negligenciadora desse mesmo espaço físico. E igualmente um melhor ambiente urbano não poderá deixar de se ater a uma melhoria das relações entre a cidade nova e o seu coração histórico.

Mas, e de forma bastante correcta, o relatório destaca que a reconversão e requalificação da cidade não passa meramente pela quantidade de euros que nela possa ser investida. E destaca um aspecto que me parece da maior relevância, que é a (re)construção de cidadania. Sem esse sentimento de co-responsabilidade, sem essa relação afectiva com os seus símbolos, sem essa noção de partilha com a sua história e com o património edificado que essa mesma história lhe (nos) legou, não haverá investimento que consiga regenerar a cidade, na sua mais profunda significação: "A cidade europeia não pode ser salva por leis ou pelo dinheiro apenas. O seu melhoramento exige sobretudo uma ampla compreensão das causas profundas dos seus problemas, como base de um consenso capaz de permitir uma acção local, nacional e europeia para um objectivo comum. Isto implicará o intercâmbio de ideias e a cooperação entre cidades numa ampla frente de acção. As causas da degradação urbana encontram-se muitas vezes na forma como organizamos o trabalho, a

⁵⁹ FERREIRA, 2001:104.

produção, a distribuição e o consumo, e em noções de planeamento quantas vezes rígidas e ultrapassadas”⁶⁰.

À medida que as cidades históricas foram começando a ser requalificadas, que os impactos, não só do turismo, mas do seu valor simbólico se começaram a tornar cada vez mais evidentes, a reflexão em torno do modo de fazer a sua gestão equilibrada foi também progredindo.

O documento actual de maior relevo neste domínio é a Carta de Cracóvia, instituída em 2000 (em anexo), que é um extenso documento em que estão já englobadas todas as metodologias de gestão, conservação, manutenção e usufruto dos conjuntos históricos, e que permite agir com rigor na sua reabilitação física e funcional. Como sempre acontece com estas cartas de princípios, elas necessitam de ter depois uma real transposição para a legislação nacional, de modo a tornar-se possível a sua execução. Este documento, pela atenção especializada que dá ao aspecto patrimonial, e pela contemporaneidade do seu articulado, ficará também certamente como um dos principais textos da salvaguarda do património histórico produzidos.

⁶⁰ Livro Verde sobre o Ambiente Urbano, *apud* FERREIRA, 2001.

1.3 – Conceitos Fundamentais

O propósito deste sub-capítulo é o de, para alguns conceitos da maior importância nesta dissertação, aprofundar aqui o seu significado, mais do que dar uma definição, bem como de imediato procurar analisar alguns dos aspectos mais relevantes da discussão actual em torno deles. Para conseguir dar uma visão dessa diversidade, socorremo-nos da colaboração de inúmeros autores que investigam sobre esta temática, de modo a também podermos dar conta das diferentes cambiantes que ela tem gerado, sem pretender chegar a conclusões definitivas, mas porque me parece positivo como método de reflexão.

1.3.1. – A Cidade

A ideia de cidade – o primeiro conceito aqui a ser analisado – é, desde já, a que merece maior destaque, uma vez que, sem se compreender o que ela é, como entidade histórica, sociológica, arquitectónica, como construção cultural, um somatório de dados que lhe configuram a expressão urbana, na sua totalidade, sem se apreender totalmente o seu corpo e o modo como interage com o território, não se pode compreendê-la. E sem essa compreensão, não se pode actuar nela, pelo menos não correctamente. Daí começar por este tópico.

Para quem tem uma formação em humanidades, este início é inevitável. Quando se fala de cidade, é logo a referência a Mestre Orlando Ribeiro, pelas suas poderosas e belas definições, que se impõe como evidente para começo da escrita. Diz ele que “uma cidade é sempre uma *criação*, um elemento fundamental da organização do espaço, um nó na malha de relações estabelecidas voluntária ou espontaneamente entre os habitantes: uma obra humana inscrita num pedaço de solo, um facto de superfície de dimensões reduzidas mas da maior significação pelas conexões que estabelece. Tentar explicar uma aglomeração urbana é, antes de mais nada, inseri-la neste contexto complexo: *posição* no espaço, *lugar* que ocupa entre as suas congéneres, *sítio* onde se implantou: mas é também, partindo da observação do actual, rastrear no tempo as condições da sua génese e as vicissitudes do seu destino, mostrar o que é antigo e persistente na sua figura, tanto como as transformações que, sob a acção de novos processos de construir e maneiras de circular e de outras necessidades ou desejos dos homens (em cuja escolha a *moda*

tem o mais largo papel), deram, a tantas cidades velhas, uma expressão moderna e diferente⁶¹.

A esta visão global da cidade, poder-se-á acrescentar que a cidade é uma entidade administrativa e jurídica, isto é, que ela possui, também, de alguma forma, uma classificação que depende de um conjunto de factores objectivos. Assim, a partir do século XIX, com a reforma administrativa levada a cabo pelo regime liberal, algumas antigas cidades foram despromovidas, permanecendo apenas com a classificação de vilas – em resultado da sua dimensão demográfica – e, por sua vez, algumas aldeias tão grandes como certas vilas, não obtiveram esse estatuto em função da sua actividade predominante ser ainda a agricultura e de não possuírem o papel de centro administrativo de um dado território concelhio. Nalgumas regiões, isto acentuou as dificuldades que algumas cidades antigas tinham para, face à pendente litoralizante do nosso país, para manter o seu estatuto.

Mas o conceito de cidade de que tantas vezes nos socorremos não é esse, de um mero papel administrativo, ou um valor demográfico, da contemporaneidade. Quando chamamos cidade a um lugar como Mértola, referimo-nos à sua dimensão histórica, ao seu papel estruturante de um dado território, à sua importância civilizacional, à sua mentalidade especificamente urbana. De novo, invocando as suas sábias palavras: “Em Portugal, o título de cidade corresponde a uma herança do passado, ainda que a povoação assim instituída nunca se tivesse desenvolvido ou declinado, ficando com a dimensão duma vila modesta; a uma função de centro administrativo; ao reconhecimento da importância económica e do seu aparente progresso (...) Mas o carácter urbano de muitas vilas está patente na importância da população [à escala do seu território, e ainda nos seguintes factores:]

- existência de feira ou mercado de produtos diversos;
- predominância da função comercial, industrial e às vezes ainda artesanal;
- existência de lojas de comércio especializado e de artigos de qualidade ou de uso menos corrente;
- capacidade de atracção e irradiação, materializada na convergência de linhas de trânsito e no nº e frequência de transportes;
- Número de pessoas que todos os dias vêm à povoação e outras formas menos aparentes de «centralidade»;
- Prevalência do sector terciário na população activa;

⁶¹ RIBEIRO, 1994: 64.

- Aparência e individualidade das construções;
- Marca do passado;
- Existência e dimensão de locais de reunião e de diversão;
- Importância de estabelecimentos de ensino secundário, oficial e particular, avaliada pela frequência e duração dos estudos⁶².

Se aplicar esta lista a muitas das nossas vilas sedes de concelho, reparamos que quase todas elas poderiam ser chamadas de cidades, não fora a lei impor uma barreira demográfica mínima para se obter, actualmente, esse estatuto. Mas vemos por esta categorização que existem outros aspectos, sociologicamente de maior relevo, e é verdade que, fundamental, para lá da designação nominal, é o estatuto que se possui, e, principalmente, o modo como os outros olham para o centro urbano do território.

Estes aspectos associados ao referencial imagético foram sempre muito importantes na análise sociológica. “Weber, interessando-se pela relação entre organização espacial e organização social, determina na cidade três dimensões: a) densidade – heterogeneidade; b) função económica; c) função político-administrativa. A co-presença de uma multiplicidade de papéis e de posições sociais (estratificação social), o fenómeno das «convivências condensadas», que resulta da proximidade das habitações que: «constituem um agregado compacto e tão amplo que lhe falta aquele específico e pessoal conhecimento recíproco dos habitantes entre si, que é típico do grupo de vizinhos»⁶³. Realmente, aquilo que é, histórica e politicamente, da maior importância é o papel que cada comunidade desempenha no contexto de um dado território, e aqui penso em diferentes escalas territoriais, desde a local à nacional, ou ainda a outras configurações que, numa Europa de fronteiras tão variáveis, e de tanta sobreposição civilizacional, possam ter existido.

E, principalmente, a condição do espaço urbano, por excelência, é ser o aglutinador da gestão dos recursos que é feita num determinado território, um facto que, por exemplo, em Portugal, conduziu, na transferência do predomínio das funções militares pelas económicas, à mudança de muitos lugares centrais por outros (normalmente, à substituição dos mais alcantilados por outros mais ribeirinhos ou marítimos, com maior facilidade no sistemas de comunicações / intercâmbios). Claro que isto corresponde a privilegiar o papel económico das cidades, mas na realidade, desde a Idade Média que

⁶² RIBEIRO, 1994: 64-65.

⁶³ DELLE DONNE, 1983:19-20.

é essa a situação predominante; daí também entender-se que “privilegiar a função económica na definição da cidade (...) só o pode ser se «a população residencial satisfaz uma parte economicamente importante das necessidades próprias do mercado local, e mais precisamente, de modo essencial, mediante os bens que são produzidos para venda no mercado dos habitantes do lugar e pela população das regiões limítrofes, ou que, em qualquer caso, sejam adquiridos por eles». O mercado caracteriza, pois, a cidade”⁶⁴. No fundo, é esse papel decisivo na gestão e transferência da riqueza, e as inerentes atribuições políticas e administrativas que a fazem tornar-se predominante, e, portanto, cidade.

A questão do número de moradores de um dado espaço urbano, que, como referi, é até um elemento importante na definição contemporânea, não deixa, no entanto, de ter que ser pesado em função das actividades a que se dedicam esses moradores. Como descreve José Mattoso, este critério, em épocas mais antigas, que avaliava “a percentagem de homens que se dedicam ao comércio e indústria, por oposição aos que praticam a agricultura; a proporção mínima do espaço ocupado pelas casas contíguas e a existência de uma cerca (...) [fazia com que] os critérios [se tornassem] (...) fluidos e as opiniões muito díspares. Os próprios autores que os apresentam parecem geralmente pouco seguros, e adoptam limites convencionais cuja pertinência é ditada pela sua operacionalidade em função do material empírico a estudar, e não por qualquer justificação conceptual ou teórica, baseada na natureza dos fenómenos em questão”⁶⁵. Num tempo em que muitos dos residentes intra-muros saíam todos os dias a trabalhar nos campos limítrofes, a actividade não era tão importante nessa definição como o seriam essas mesmas muralhas. Para este autor, igualmente importante é analisar o processo de formação destes lugares e o papel que desempenham no sector da economia de uma dada região (neste sentido compartilhando a visão de Weber): “Não basta fazer estatísticas, cartografar os centros com mais de 2000 ou de 10.000 habitantes, não basta, mesmo, determinar, dentro deles, os que se dedicam ainda à agricultura, para lançar os fundamentos da história urbana. Corre-se o risco de, ao dar a prevalência quase absoluta a tais critérios, desprezar o papel histórico desempenhado por certos centros sem as características mencionadas, e que, para todos os efeitos, se comportam de maneira igual, ou pelo menos semelhante, aos restantes centros urbanos”⁶⁶. Nestas circunstâncias, quer este historiador, quer, em geral, todos os autores seguidores das

⁶⁴ DELLE DONNE, 1983:20-21.

⁶⁵ MATTOSO, 1995:12.

⁶⁶ MATTOSO, 1995:14.

metodologias da «nova história» que se dedicam a esta temática, reportam como essencial as funções políticas que se congregam na cidade – precisamente porque estas derivam da militar, e estas da defesa da referida riqueza –, sendo este estatuto aquele que efectivamente marca a diferença, nos aglomerados que designamos por cidades. É interessante que a história produziu algumas excepções (Madrid e S. Petersburgo, na Europa, e Washington e Brasília, na América, serão os casos de maior relevo), em que as funções políticas foram transferidas por imposição, nalguns casos até com algum pulso de ferro, no sentido de consolidar a posição estruturante do poder central face aos diversos poderes... das outras cidades e da nbreza campestre, conforme os casos, que, no fundo, correspondiam a poderes regionais com grande expressão. O problema de algumas delas é que elas são um “conglomerado administrativo”, uma vez que não nasceram de uma lógica integrada com o território (Brasília é sempre o caso mais citado), com a gestão dos recursos nele existentes, e sem território não há cidade.

E a cidade não é meramente um somatório de funções relativamente abstractas, como administrar. Ela é também o espaço no qual se concentram as expressões materiais desses mesmos poderes que nela estão instalados, desde o militar e político, ao religioso, ao económico. Ela representa um mundo estruturado, retirado do caos da natureza, programado para exercer um conjunto de funcionalidades de uma forma eficaz, tendencialmente eficaz. No seu espaço construído, a par do casario onde habitam e trabalham as suas gentes, a cidade foi acumulando os vestígios dessa sua afirmação sobre o território envolvente: “as torres, os pórticos ou as praças, que, pela sua altura ou pelas suas dimensões, exprimem respectivamente a relação entre o céu e a terra, os lugares de passagem do espaço selvagem para o da ordem, os recintos abertos onde a multidão se sujeita à ordem e recebe as instruções do chefe para este a proteger contra a imprevisibilidade da natureza”⁶⁷. Consequentemente, ela acumula em si o saber. Na cidade está o artesão, o estudioso, o especialista. Seja porque o poder político reclama a sua participação na construção e na administração da cidade, seja porque qualquer lugar onde já está reunido algum deste saber se torna sempre mais atraente para quem o quer adquirir ou partilhar do seu desenvolvimento, a cidade torna-se o local do progresso cultural por excelência. Esse é outro dos papéis que a cidade ainda hoje desempenha, e os *campus* universitários ou os parques científicos ou os vales de sílica dos ninhos de empresas, nada significam sem a cidade que lhes estrutura a relação social dinâmica. Eles, por si só, não são cidade, não possuem a

⁶⁷ MATTOSO, 1995:15.

diversidade das funções suficientes, por imponentes ou decisivos que possam parecer. De uma certa maneira, a cidade, pelo ambiente de acumulação que proporciona, gera o ambiente ideal ao progresso cultural, intelectual e tecnológico. Na cidade está o poder económico, com as suas encomendas, o seu mecenato. Está a massa dos cidadãos que pode enriquecer, com a sua capacidade intelectual e esforço, esse progresso. E está, ainda, o poder político. Na cidade antiga, os poderosos atraíam “os detentores dos conhecimentos capazes de transmitir as ordens, de controlar a sua execução, de prever o futuro, de criar símbolos e mitos que permitam compreender o lugar do homem do universo, mesmo o universo invisível, e sobretudo que levem a aceitar a hierarquia das autoridades estabelecidas nos seus diversos níveis – daí, finalmente, a concentração dos funcionários, dos intelectuais e das instituições religiosas”⁶⁸. Na actual, o poder político seduz-se pelo prestígio, pela imagem que a cidade transmite, de ser ou não um pólo de cultura e de ciência, ou um marco persistente na espiritualidade humana, ou, regressando ao nosso tema predominante, um local onde a riqueza patrimonial testemunha o seu valor ao longo da história.

A cidade, de facto, é um lugar construído, um somatório de edifícios, de materiais empilhados, aglomerados, que configuram os cheios e os vazios do traçado urbano, num espaço arquitectado. Como diz Norberg-Schulz em *Genius Loci*, a sua obra magistral escrita em 1981 – «o objectivo essencial da Arquitectura é o de transformar um sítio num Lugar, ou antes de descobrir os sentidos potenciais que estão presentes num meio dado a priori»⁶⁹.

Acrescentando à visão dos historiadores, Norberg-Schulz reclama uma atenção particular para o papel concreto desempenhado pela arquitectura na própria noção de cidade, e que esta não resulta meramente dos acontecimentos histórico-políticos, nem só das condicionantes de um sítio geográfico: “O Lugar criado pelo Homem não pode resultar de acontecimentos arbitrários, provocados pelos ditames da economia ou de políticas desintegradas. Tem que ter uma Estrutura, cuja principal característica é a de conter as propriedades formais dum sistema de relações que se encontram para além do próprio Lugar”⁷⁰. Na realidade, os homens podem moldar o lugar, podem adaptá-lo àquilo que necessitam para cumprir, nesse lugar, as funções que são, a cada etapa histórica, económica ou política, estrategicamente relevantes.

⁶⁸ MATTOSO, 1995:16.

⁶⁹ NORBERG-SCHULZ, 1981:

⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

Esta visão – que é imperioso incluir em qualquer análise – permite também alargar o domínio do conhecimento que é preciso ter da cidade, para depois organizar o modo como nela se há-de intervir, principalmente quando se trata de preservar precisamente essas marcas da sua evolução arquitectónica. Composta por um somatório de elementos, podemos constatar que “cada um destes elementos que podem ser considerados, tanto como a paisagem urbana, apresentam tipologias diferentes, conforme a zona em que se inserem mas, de um modo geral, é possível sintetizá-las em poucos anos. O que é interessante é que estas tipologias, pertencentes a um determinado Lugar, são particularmente estáveis, permanecendo ao longo do tempo e com pequenas variações, de região para região. É então possível elaborar como que um dicionário de tipologias, quando se trata de intervir num determinado lugar”⁷¹. Como também destaca esta autora, é nesta confluência entre o que a cidade é, e o facto de, materialmente, ela representar um acumular de símbolos e referentes de épocas distintas que ela transmite aos seus habitantes “um conceito global existencial, que pressupõe a vivência de significados, a qual se vai enriquecendo por aproximações sucessivas”⁷². Neste modelo está subjacente uma metodologia, da qual transparece que a cidade, tal como não é uma sucessão de datas dos seus acontecimentos político-sociais mais relevantes, também não é meramente o somatório de um conjunto de edifícios. Como muito bem afirma: “É a combinação destes elementos ou conjuntos, em totalidades complexas, que dá origem à imagem de um Lugar, permitindo que as pessoas se orientem no espaço e ajudando à construção do sentido de identificação com esse Lugar (...) Lynch afirmou que «uma boa imagem do meio dá ao seu detentor um sentimento de profunda segurança emotiva»”⁷³.

Assim, temos que a cidade acumula em si os sinais do tempo humano, e por isso a salvaguarda da sua expressão material, pelo que dela emana, não só como informação, mas como emoção, é tão fundamental. Por isso o impedimento que muitas vezes se faz à actualização das estruturas urbanas não deve ser entendido como uma forma de impedir o progresso, mas, antes, como uma forma de permitir esse mesmo progresso. Sem raízes profundas a árvore não poderá crescer em todo o seu esplendor.

⁷¹ MAGALHÃES, 1997:101.

⁷² MAGALHÃES, 1997:110.

⁷³ MAGALHÃES, 1997:102.

É também na escala dessa memória construída que encontramos diferença no que é a aldeia (mesmo que histórica) e no que é a cidade, pois que na cidade “a significação simbólica (...) é importantíssima na medida em que inscreve na sua construção e nos seus monumentos a sua história e a das suas relações com espaços exteriores que ela controla. (...) [o que] sugere a impressão de que a cidade é o lugar privilegiado de expressão de uma ordem superior, o que não faz senão dar-lhe peso nas relações com o exterior e confirmá-la na certeza do poder e da duração”⁷⁴. Claro que a cidade não é apenas um poder, como não é apenas uma cultura. Essa faceta também a distinguirá da aldeia, onde a pressão comunitária tende a plasmar os comportamentos a uma única matriz (e limitando até o espaço físico para a diferença, que acaba, normalmente, remetida para a cidade). Esta dimensão vem acrescentar-se, então, à matriz física do território, à expressão física do construído, aos modelos de gestão do espaço habitado, quer sejam os da prática política, quer da económica. Chegamos então ao conceito que, como vimos no sub-capítulo anterior, começa hoje a tornar-se o paradigma do nosso olhar para a realidade que nos envolve – a cidade é, também, um eco-sistema. A visão total que preenche actualmente o nosso modo de construir a análise e a interpretação dos cenários que nos envolvem, cuja génese resultou da noção de que todas as coisas estão ligadas, permite então perceber a cidade como um organismo complexo. É dentro dessa complexidade que vamos encontrar as culturas específicas de cada um dos grupos que nela habitam, e é, também, dessa mistura que resulta a libertação de energia que impulsiona o progresso (ou a decadência, na sua ausência) das cidades.

Marluci Menezes, que pertence ao grupo de estudos sobre os fenómenos urbanos do LNEC – equipa que tem desenvolvido um dos mais notáveis trabalhos que se têm realizado em Portugal neste domínio científico -, assinala: “O sentido que aqui designamos como sócio-ecológico é tridimensional, ou seja, nele interagem as dimensões: física (Arquitectura, Geografia Física, Biologia, etc.) social (Sociologia, Antropologia, História, Geografia Humana, Economia, etc.) e mental (Psicologia, Filosofia, etc.). O olhar sócio-ecológico faz-se sobre a manta de retalhos que se estende sobre a cidade, i.e., a cidade é por nós entendida como um conjunto complexo e multi-facetado constituído por subculturas onde importa reter cada uma das peças de retalho que lhe dão forma e vida”⁷⁵. Ou como destaca Leonor Fadigas, ela é, na sua essência, um espaço de interacções, de “intensas trocas energéticas onde as componentes ecológica e antropológica, associadas, representam um papel

⁷⁴ REMY e VOYE, 1997:47.

⁷⁵ MENEZES, 1994:1.

essencial na formação do habitat e na sua regulação”⁷⁶. Mais interessante do que a mera análise desta complexidade orgânica da entidade «cidade», o que é relevante é aquilo que daqui pode resultar como forma de abordagem contemporânea quando falamos da sua reabilitação. Sem dúvida que devemos manter uma perspectiva ecológica da cidade, e, em consequência, qualquer modelo diferente daquilo que as cartas e convenções em vigor designam por conservação integrada não poderá servir para obter um resultado satisfatório quando falamos de um espaço habitado por seres vivos. A sempre tão propalada qualidade de vida enquadra-se nesta perspectiva, e, como ressalva José Aguiar, tal nível só poderá ser atingido “através do desenvolvimento de estratégias de intervenções e acções potencializadoras dos valores sociais, culturais, económicos, ambientais e funcionais destas áreas, mediante medidas que visam a melhoria do tecido urbano edificado ao dotar este com condições de habitabilidade, equipamentos comunitários, infra-estruturas, instalações e espaços livres e de uso público”⁷⁷.

Muito do que a cidade é resulta da sua forma. Como ela é um organismo, a sua forma está sempre, de forma mais lenta ou mais acelerada, em transformação. Ao recuarmos no tempo, vamos diminuindo na área da cidade ao mesmo tempo que vamos determinando as condicionantes de cada período, as razões que motivaram uma certa morfologia, e vamos reconhecendo as parcelas de há muito sedimentadas e que, em muitos casos, se tornaram estruturantes (a cujo conjunto relativamente estabilizado chamamos hoje o centro histórico dessa urbe). O traçado da cidade vai, assim, apresentando-se aos nossos olhos como determinante para todos os outros aspectos do desenvolvimento físico desta estrutura. Eles “relacionam-se directamente com a formação e o crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância dos percursos das pessoas, das ideias e dos bens e da rede de relações entre pontos relevantes numa topologia de lugares simbólicos e de representação temporal ou espiritual. É o traçado que determina o plano e, por arrastamento, condiciona a forma urbana a diferentes dimensões”⁷⁸.

O que sucedeu na época contemporânea foi que estes organismos foram excessiva e subitamente expandidos, de forma tal, que o traçado deixou de ser uma malha estruturante para ser apenas comunicante, em termos da ligação das diferentes zonas (que substituem, para a cidade sub-urbana, o termo bairro da cidade consolidada). E

⁷⁶ FADIGAS, 2001:15.

⁷⁷ AGUIAR, 1993:6.

⁷⁸ PEIXOTO, 1999:7.

esta nova morfologia necessita de uma abordagem distinta na própria definição do que é a cidade. No também já referido Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (na União Europeia), questiona-se se “podemos falar de «cidades» ou temos que pensar em termos de «zonas urbanas»? Utilizar o vocabulário do passado pode impedir a nossa compreensão de novas realidades. O termo mais lato pretende descrever o fenómeno moderno em que o centro histórico, ele próprio já muito alterado, é rodeado por uma periferia de dormitórios ou casas suburbanas de grandes dimensões. As zonas urbanas estão divididas e simultaneamente ligadas por uma rede de comunicações rodoviárias e ferroviárias, permitindo um movimento constante de pessoas e bens. (...) Este fenómeno reflecte em parte o fracasso da periferia: a ausência de vida pública, a pobreza da vida cultural, a monotonia visual, as perdas de tempo no transporte para o trabalho. Em contrapartida, a cidade oferece densidade e variedade, a combinação eficiente e económica, em tempo e energia, das funções económicas e sociais e a oportunidade de restaurar a riqueza arquitectónica herdada do passado. As «zonas urbanas» são um conceito estatístico. As cidades tornam-se projectos para um novo estilo de vida e de trabalho. «Cidade» é o termo adequado quando se fala de ecologia urbana⁷⁹. Ora, isto significa, o que parece estar a verificar-se em bastantes zonas da Europa, que a necessidade mais premente é a da requalificação dessas parcelas recentes que foram construídas com uma vocação mono-funcional (de dormitório).

Tal não será impossível, se for essa a vontade. “A cidade revela-se desde sempre como um fenómeno que ultrapassa largamente a condição de simples aglomerado populacional para se situar no plano bastante mais rico do conteúdo e de significado que é o de comunidade moral e política.”⁸⁰. É preciso pois estender essa condição sobre as outras áreas mais recentes, onde essa noção de pertença a uma comunidade urbana não esteja ainda consolidada (ou, nalguns casos, ainda nem sequer iniciada).

⁷⁹ Livro Verde do Ambiente Urbano, CE, 1994.

⁸⁰ MANTAS, 1987: 13-14.

1.3.2. – O centro histórico

Com a vasta bibliografia que nas últimas décadas se tem debruçado sobre esta temática, com certeza que seria possível encontrar um texto genérico que identificasse claramente este conceito. Poderia ser assim: “a noção de centro histórico diz respeito ao aglomerado arquitectónico do período pré-industrial que sobrevive isolada ou ordenadamente no meio do sistema espacial contemporâneo. Corresponde ao centro feito de pequenos prédios, porque nem sempre as técnicas de construção permitiam maiores edificações, nem a fortuna se fazia à custa de prédios de rendimento, como hoje. É o espaço de pequenas ruas, porque era reduzida a circulação de carroças e carruagens; é o espaço sem grandes centros industriais e até comerciais, porque a actividade era artesanal e o comércio a retalho. Assim, o centro histórico é um espaço residual que respeita um dado momento sócio-económico, uma sobrevivência do passado no presente”⁸¹.

No entanto, esta visão encerra em si uma morfologia que nem sempre se encontra, mesmo que se reconheçam alguns dos outros traços. A cidade do século XVIII e XIX não é histórica porque as suas ruas não são estreitas? Como classificaríamos Veneza e S. Petersburgo? De forma distinta? Claro que não. E qual é a verdadeira escala de um pequeno prédio? Bem, não pretendo aqui negar que uma parte considerável desta definição tem uma reconhecida validade, nem o propósito era encontrar um figurino perfeito, que a todas as situações servisse como uma luva. Parece-me aliás, do maior interesse a discussão de todas as variantes, mais a mais quando as actuais e correctas noções de conservação integrada começam já a contabilizar nas áreas a salvaguardar a cidade construída antes da eclosão da 2ª guerra mundial e da consequente grande expansão da construção modernista e internacionalizada.

Se continuássemos pelo caminho dos valores simbólicos, o centro histórico seria aquela parcela que arrastaria consigo a mais elevada carga significativa. Marlucci Menezes cita, no seu estudo sobre as questões da memória social, uma bela frase de Fentress e Wicham, que, neste tópico, dá uma contribuição interessante: “A gente das cidades localiza as suas memórias dos espaços, tal como os camponeses, com as ruas e praças no lugar dos campos e das colinas: além disso, costumam também apresentar uma geografia inteiramente simbólica do desenho das ruas em torno da habitação familiar, que representa a lenta aprendizagem do mundo exterior durante a

⁸¹ NUNES, 1983:299.

infância e adolescência”⁸². Poderíamos dizer, partindo daqui, que o centro histórico de uma urbe é a parcela que figura na geografia de todos os habitantes, o espaço que integra todas as estruturas simbólicas.

Sola-Morales, um arquitecto espanhol, coloca a questão da familiaridade de uma forma ainda mais intensa, ao afirmar que “a melhor cidade é aquela na qual os edifícios particulares, (...) quer queiram quer não, são elementos públicos e transportam significados e valores sociais além de si mesmos, e nisso reside o seu modo de ser *urbano* (...) reflectir em si os espaços privados, fazendo deles, também património colectivo”⁸³. De facto, uma das características das áreas centrais referenciais é dar-nos um retrato de algum detalhe de algumas das suas parcelas constitutivas, porque, além do mais, essas áreas estão claramente preenchidas, quer por monumentos singulares, quer por conjuntos de edifícios de traça pitoresca que formam imagens muito fortes, e, portanto, persistentes no nosso imaginário. Na Europa, esta configuração é, aliás, particularmente homogénea. Quase todas as cidades possuem o registo da sua fundação, ao menos da sua institucionalização mais estruturada enquanto espaço edificado, e muitos dos vestígios desses tempos persistem. A configuração desses espaços, em resultado de a dimensão geográfica europeia ser bastante limitada, gerou a passagem de modelos arquitectónicos e urbanos, com grande facilidade, de uns para os outros, em resultado do que a nossa familiaridade referencial aumenta à medida que conhecemos uns e outros e reconhecemos uma matriz edificadora, quer urbana quer arquitectónica, comum. Sentimo-nos à vontade nos espaços urbanos do nosso continente, reconhecemos as suas marcas identitárias, pois compartilhamos uma matriz cultural.

Os centros históricos estabelecem importantes pontes com o passado e a com herança cultural da cidade. “Mesmo a expansão das cidades tendo sido, maioritariamente, feita na direcção do espaço agrícola da envolvente, não deixou de acarretar uma grande destruição de uma parte do tecido interno das zonas mais antigas, e, gradualmente, edifício a edifício, foi-os substituindo por novos edifícios, e estes, quase sempre, atropelam o brilho e a monumentalidade desse outro património construído, sóbrio de linhas, sedutor do bom gosto não raras vezes, um estilo eloquente e sublime emergente de uma arquitectura rica de criatividade e de carácter humanista”⁸⁴. A grande consequência deste tipo de acção, que acaba por tornar

⁸² FENTRESS e WICHAM *apud* MENEZES, 1993:45.

⁸³ SOLA-MORALES *apud* FERREIRA, 2001:114.

⁸⁴ CARVALHO, 1999:300.

irreconhecíveis esses espaços referidos, que fornecem as coordenadas do nosso sentimento de pertença urbana, é a destruição da memória colectiva. Esta, como ainda há pouco referi, constituiu-se como um quadro de referências que tem a maior importância, ao nível individual, dando-lhe a estabilidade que, tantas vezes, necessita para não ser tragado na voragem caótica de certos quotidianos.

Retomemos então a questão central da definição do conceito. Pereira de Oliveira, fundador de uma notável escola de rigor e metodologia científica no Curso de Geografia da Faculdade de Letras do Porto, destaca que não são apenas o lugar, físico, nem a história, o passado, que podem definir uma cidade, mas sim a construção de um certo ambiente, a que ele chama «paisagens urbanas vivas». Sem essa noção (que Aires de Barros consideraria holista) não seria possível compreender uma realidade susceptível de uma classificação com tantas implicações culturais, políticas, sociológicas e económicas: “São estes espaços «construídos» e vividos ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações, que os legaram de umas para as outras, plasmando a cada momento um pouco de cada uma delas e onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que nele se inscreveram e a qualidade de vida dos actuais urbanitas” que podemos designar por cidades históricas⁸⁵.

Esta noção museológica poderia ainda ser reforçada, como já tinha salientado, pela densidade de monumentos singulares, de valor histórico-artístico, que se encontram nestas áreas urbanas; o que me leva a colocar o dilema: o centro histórico é a cidade monumental? Poderemos considerar que todo o espaço, pela sua homogeneidade arquitectónica, por exemplo, poderia ser interpretado como um enorme monumento? Para alguns autores, um monumento é um produto das realizações sociais, culturais, políticas, técnicas e artísticas das pessoas no período particular da sua criação. De alguma forma, um centro histórico será um monumento.

Para outros, a questão não deve ser colocada deste modo, ou seja, um centro histórico não pode ser considerado desta forma, como sendo uma zona monumental,

⁸⁵ Pereira de Oliveira *apud* MARQUES e MARTINS, 1998:123. Interessante ainda referir que este autor se opõe a que estas áreas sejam transformadas em museus ao ar livre, num qualquer “romântico museu de uma chamada ecologia humana”, uma vez que estes espaços urbanos possuem qualidades ontológicas, isto é, são o que são, por resultarem do somatório complexo de ambientes, existentes mas vivos, e não meramente patrimoniais na sua expressão material inerte. De certa forma, foi este o princípio que norteou a construção do projecto Mértola vila museu, é deste tipo de museu que se procurava conseguir, um museu que passasse despercebido, que não perturbasse, apenas enriquecesse, a vida normal que decorria.

uma vez que esta noção (monumento) é derivada da cultura histórico artística e este conceito (centro histórico) é contextual, e não é o resultado de uma agregação de objectos únicos, pelo que não pode ser monumental, mesmo que haja uma grande quantidade destes elementos. Aliás, a maior parte distinguem-se pelo seu conjunto edificado, mais do que pelos seus elementos singulares. Na sua perspectiva o fundamental é basear a atribuição no carácter estrutural do espaço urbano.

Igualmente, a sua interpretação vai no sentido de considerar como centro histórico toda a cidade que cresceu até ao período da industrialização, ou seja, até à fase em que se inicia a grande expansão com a construção massiva de áreas suburbanas para acolher as populações que abandonam os campos para procurarem trabalho nas novas indústrias que se estão a instalar na periferia da cidade histórica.

Esta zona central, pela sua condição prévia, de ter nela já consolidados os instrumentos do poder e da gestão política, exerce sobre a cidade em expansão, sobre os seus habitantes, um fascínio marcante. Por isso, mesmo que a lógica urbanística, a mutação do paradigma de vida contemporânea, a maior facilidade e conforto funcional levassem a achar melhor criar uma nova zona «central» algures na nova periferia, mesmo assim, o centro antigo possui o prestígio ao qual todos se querem colar, e não transferir... A sua importância simbólica é grande demais, mesmo que a sua área seja diminuta. Possuir o poder sem a outorga da cidade antiga é como se ele fosse esvaziado da sua substância. Por isso, os centros históricos, mesmo que tal não o recomende, são, antes de mais, atafalhados pelos carros de ministros, secretários de estado, directores gerais, a esses não se aplica a contenção dos transportes, pois sem afirmarem, pela posse do lugar histórico, o seu poder distintivo, ele é vazio de força e de sentido simbólico na cidade.

Claro que todas estas circunstâncias que envolvem o crescimento súbito da generalidade das cidades históricas, ou pela inversa, que conduzem ao esvaziamento das áreas antigas das localidades menores, como sucede por exemplo em Mértola, vão dar origem a uma degradação substantiva destes espaços.

Nas cidades maiores, a especulação é uma das razões que mais contribui para este fenómeno, já que a carga simbólica de possuir espaço na zona central é irresistível para a maior parte dos prestadores de serviços, até porque esta zona é o ponto de convergência das diversas linhas de entrada e saída da cidade, em múltiplas direcções, sendo por isso atravessada quotidianamente por quantidades muitos

grandes de passantes, pelo menos comparativamente a outras zonas que só possuem, em grande número, da sua própria população residente. No entanto, essa permanência é curta nas áreas centrais, e em muitos casos a perda de habitantes permanentes é muito acentuada. Tal facto torna estas áreas pouco atractivas para novos habitantes, numa dada fase, e portanto acentua-se a concentração da população em localidades satélite, ou em bairros da periferia. Estes são, evidentemente, acompanhados por “novas funções comerciais e o florescimento de novas indústrias [noutras zonas de expansão da cidade, resultaram] no esvaziamento dos bairros antigos tradicionais devido ao recente fenómeno de uma maior mobilidade populacional. (...) traduz-se por fenómenos como os da desertificação, decadência física dos imóveis, ou, noutros casos, em relação estreita com o mesmo fenómeno, numa mudança radical da ocupação do solo (...)”⁸⁶. Tal como sucedeu em Mértola, o centro pode transformar-se numa “«área de decisão» [política ou económica], ao perpetuar-se como símbolo de prestígio e de poder, [mas ao perder grande parte da sua população residente] deixa contudo de palpitar de vida, perdendo-se irremediavelmente o perfil da cidade”⁸⁷.

A concentração dos serviços nestas áreas, e o facto de “uma grande parte dos centros urbanos ter sido alvo de profundas mudanças em termos de estrutura económica (...) [a que acrescem aquelas que se deram na] tipologia do emprego são de tal modo profundas que deixam de fora as populações que constituíam a mão-de-obra dos circuitos de produção tradicionais, para darem lugar a um grupo diferente de trabalhadores mais jovens e muitas vezes recrutados de áreas exteriores à própria cidade”⁸⁸. Mesmo em localidades de menor dimensão este fenómeno ocorre, numa conjugação entre o desejo de habitar uma zona onde há espaço para o carro, mas em que o trabalho a que aspiram está mais concentrado na zona dos serviços do que na periferia industrial. Aliás, nestas trabalham normalmente pessoas de estrato mais humilde, precisamente muitas delas ainda residentes no centro da cidade. Geram-se então movimentos pendulares, muito agressivos em termos de tráfego, e que só podem ser resolvidos com avanços, principalmente na reconversão funcional das periferias, e na requalificação das áreas centrais.

Carlos Alho e Ribeiro da Silva sintetizam algumas das principais causas que geram degradação nestas áreas antigas. Primeiro, “as pressões mais sentidas de uma

⁸⁶ ALHO e SILVA, 1987:371.

⁸⁷ ALHO e SILVA, 1987:371.

⁸⁸ BAPTISTA, 1998:31.

sociedade de consumo actuando nefastamente sobre o tecido urbano são as do turismo, tráfego/estacionamento, residências secundárias, [factores que lhe introduzem um] comércio incaracterístico e standardizado (...). Em termos sociais estes equipamentos não se adaptam às necessidades e tradições locais, acabando por falir, depois de terem aberto feridas profundas no coração dos velhos centros”⁸⁹.

No entanto este cenário não é uma inevitabilidade. Como se analisará mais profundamente no capítulo dedicado às estratégias e metodologias, é possível usar o capital de prestígio que todos os agentes e indivíduos procuram na área histórica de uma urbe como valor de troca para conseguir introduzir critérios qualitativos que evitem aumentar a desvalorização latente na zona, e se possível, que possam ainda contribuir para inverter esta situação. Lembro-me o exemplo do restaurante McDonald’s – uma cadeia de *fast-food* das mais standardizadas do mundo – instalado no centro histórico de Cracóvia (75.000 edifícios numa das mais preservadas cidades históricas do mundo!), do qual não existiam os tradicionais reclamos de plástico colorido na rua, nem as luminosas palas, e onde a solução de chamar a atenção para a sua presença era um foco de luz, discreto, com os famosos arcos, que varria, suavemente, o passeio em frente das montras! E nem por isso deixava de estar sempre cheio, e não houve necessidade de autorizar quaisquer elementos descaracterizadores do espaço urbano.

Tem sido marcante, pelo menos nas últimas duas décadas, o retorno da atenção à cidade tradicional também como espaço de memória arquitectónica, como área de estudo da arquitectura e da construção do espaço cidade. A cidade histórica é um repositório de diversificadas linguagens plásticas, e do modo como estas podem harmonizar-se para constituir um espaço público de qualidade. A crítica ao modernismo foi, em grande medida feita “pela redescoberta das formas urbanas da cidade tradicional de onde ressalta a natural diversidade formal, arquitectónica e funcional do elemento rua, a sociabilidade desta como das praças, a importância da emoção estética na vivência da cidade como a da imagem urbana, identificada e referenciada, determinante nos comportamentos sociais e psicológicos”⁹⁰. A arquitectura e o urbanismo do período modernista, devemos reconhecê-lo, resolveram alguns dos problemas endémicos mais persistentes dos núcleos urbanos. No entanto, as suas realizações tiveram como resultado a separação de muitas cidades em duas parcelas, a antiga e a nova, e fizeram com que, nas últimas, se tenham originado,

⁸⁹ ALHO e SILVA, 1987:371.

⁹⁰ GARCIA, 1998:81.

muitas vezes, espaços sem qualidade e sem força identitária para retransmitir aos seus moradores, que são duas das marcas mais relevantes dos centros históricos.

As cidades históricas são, portanto, um espaço de memórias materiais, afectivas e simbólicas, e simultaneamente, um espaço de vivência onde a simbiose com os seus moradores atinge os patamares mais elevados. A maior parte dos pensadores contemporâneos que se dedicam ao tema da requalificação de centros históricos está de acordo que o referente determinante para o conseguir é o seu prestígio, podendo este ser enquadrado por diferentes classificadores – histórico, monumental, simbólico, cultural. E que estes indicadores não impossibilitam esta parcela da cidade de se modernizar, nas suas condições de habitabilidade e nas suas funcionalidades. Apenas, e finalmente parece que isso é claro, as soluções precisam de ser individualizadas, não podem ser aplicadas receitas padronizadas como quem constrói num espaço vazio, onde não há uma sedimentação urbana intensa como aquela que se encontra em todos os centros históricos. Socorro-me das palavras de Ana Paula Neves, que é uma, de entre vários autores, que demonstra a consensualidade actual desta necessidade de requalificar as zonas históricas das localidades, independentemente do seu estatuto ou escala: “Passada a fase de expansionismo urbano que se caracterizou pelo aumento das taxas de urbanização, promovendo, em muitos casos, um urbanismo e arquitectura atrofiadores da vida colectiva, verifica-se cada vez mais a necessidade de reabilitação das antigas áreas centrais das cidades, que surgem agora como locais onde é mais fácil adoptar modelos de vida em que a vizinhança e a solidariedade sejam sinónimas. Fruto desta necessidade, um centro histórico é agora entendido como um lugar onde se pode encontrar uma qualidade da vida que raramente se encontra nos novos espaços urbanos periféricos, evitando a marginalidade, a droga e até o crime”⁹¹. Uma parcela dessa qualidade está no reconhecimento mais generalizado do que é o valor patrimonial, e o predomínio de uma nova visão, de que o património é uma herança colectiva. E, face a esse valor consensualmente reconhecido, também se alterou o modo como passou a intervir nessas áreas, em termos da sua reabilitação, reconstrução ou mesmo apenas no caso das pequenas alterações pontuais, onde se procurou (nem em todas as situações, mas numa parcela já relevante...) garantir que a qualidade e o valor patrimonial seriam defendidos e não agredidos.

⁹¹ NEVES, 1984:216.

O centro histórico, no entanto, como diz Paulo Carvalho⁹², não é uma «ilha». Se é verdade que, num sentido mais restrito, as políticas de salvaguarda podem ser reservadas para as áreas mais antigas e sensíveis do tecido urbano, o mesmo já não deverá suceder com a requalificação, que deve debruçar-se, se não sobre toda a área urbana (dependendo, claro da dimensão dessa área) pelo menos englobando a cintura urbana imediata ao centro.

Esta metodologia confere à cidade antiga, histórica, um «papel propedêutico», como destaca Vítor Matias Ferreira, uma qualidade museal, onde, através da abordagem da sua «morfologia urbana» - de que Camilo Sitte terá sido o criador, «a partir do paradigma da praça pública» -, se pode aprender, enriquecer a linguagem edificadora do presente. No entanto, este papel interactivo, em várias épocas, e mesmo na nossa, tem sido mal interpretado, já que «a cidade antiga, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objecto raro, frágil, precioso para a arte e para a história», pelo que, tal como as obras conservadas nos museus «deve ser colocada fora do circuito da vida». (...) é esta figura histórica, «museológica», a que surge, implícita ou explicitamente, em tantos discursos, mas também na prática política, sobre «preservação» ou «conservação» do dito património (seja de natureza urbana ou outra), o que tem tido como efeito *perverso* um comportamento politicamente maniqueísta, no sentido de se preservar, eventualmente, *algum* património (...). Efectivamente, neste país, sobretudo nas suas cidades, abundam estes exemplos «museológicos»!⁹³.

No desenvolvimento doutrinário sobre as questões da valorização e salvaguarda dos centros históricos, tinha sido Giovannoni o primeiro a introduzir esta dupla abordagem às áreas antigas, como foi salientado por Françoise Choay nos seus estudos sobre as teorias do património. A abordagem do arquitecto italiano é, no entanto, uma aproximação valorativa, como igualmente ressaltou Matias Ferreira, uma vez que a argumentação de Giovannoni «sublinha o carácter «utilitário» das cidades históricas, ou melhor, da «vivência» da própria historicidade urbana, recusando encerrá-la, assim, numa espécie de «museu» da cidade». Este investigador italiano terá sido o primeiro a usar o conceito de património urbano «enquanto elemento e parte integrante de uma doutrina original da urbanização». Segundo Matias Ferreira, esta doutrina mantém a sua actualidade, e baseia-se numa «doutrina da conservação e da restauração do património urbano», e nos seus princípios:

⁹² CARVALHO, P., 1999:

⁹³ FERREIRA, 2001: 108-109.

- admitir que «qualquer fragmento urbano antigo, deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que simbolize a sua relação com a vida presente»;
- considerar que «o conceito de monumento histórico não poderá designar um edifício singular, independentemente do contexto edificado no qual ele se insere»;
- admitir que «os conjuntos urbanos antigos apelam a procedimentos de preservação e de restauração análogos aos definidos para os monumentos».

Estes pressupostos são ainda hoje fundamentais ao estabelecimento das estratégias de reabilitação destas zonas, e devem ser eles, e não as abordagens tecnológicas, a estabelecer os padrões pelos quais estas se devem reger.

Na sequência da revalorização destas áreas, modelo que assume, nos nossos dias, um peso cada vez maior nas políticas urbanas em Portugal, como na generalidade dos países europeus, é evidente que se considere prioritário voltar a dotá-las de elevado valor social de uso, dos tradicionais aos novos modelos. Alguns autores reconhecem como aceitável a ideia de cidade museu, mas se compararmos com aquilo que foi o propósito estratégico para a vila de Mértola, ao chamar-se-lhe *vila museu*, era implícito que se pretendia um espaço museal com uma componente dinâmica, constituída pelas pessoas, envolvidas nos seus quotidianos, permitindo ao visitante absorver a realidade integral do espaço urbano, cuja «normalidade» é ser habitado, é ter vida activa a desenrolar-se nas suas ruas, nas suas casas, projectando-se nos vários ambientes de que se compõe. No caso inverso, de ser um local conservado no seu património material, mas morto de vida, não será mais correcto aplicarmos-lhe a definição de património arqueológico?

Os centros históricos não estiveram, apesar de tudo, completamente abandonados. E nem essa situação de maior descuido se passou em todos. Em muitos países, desde a instituição da Carta de Veneza que muitas áreas centrais começaram a ser intervencionadas no sentido de lhes ser dada uma maior dignidade formal e uma maior funcionalidade espacial. Envoltentes de monumentos, e estes também, reabilitadas, zonas pedonizadas, medidas restritivas de tráfego automóvel, actividades de animação sócio-cultural. Lamentavelmente, em alguns casos, a reabilitação foi feita a camartelo, para permitir operações de especulação imobiliária, mesmo se às vezes, com a intenção de estimular novas centralidades ou pólos de referência, mas falhando clamorosamente nessas intenções. Les Halles, bem no centro de Paris, é uma

referência comum desses erros de políticas de renovação urbana e hoje aceite por quase todos que, a ser colocada de novo a questão, a solução jamais passaria pela demolição do antigo mercado. A cidade histórica reassume o seu papel de coração da cidade!

A questão central, na reflexão actual em torno da reabilitação das áreas antigas das localidades europeias, é a de saber até que ponto elas são alvo de uma investigação profunda, e, simultaneamente, de uma reflexão de planeamento detalhada, que permitam assegurar que as preocupações expressas, quer na Carta de Cracóvia quer no documento de Nara, são pilares regulares das intervenções a realizar.

Igualmente, é importante clarificar se, de facto, os poderes centrais e municipais têm por objectivo concretizar políticas de urbanismo integrado que se sabem ser as únicas a dar garantia de existência, num futuro não excessivamente longínquo, de uma cidade globalmente estruturada e com qualidade. Parecem-se, por isso, bastante pertinentes as questões que Hélder Pacheco coloca na sua reflexão sobre a necessidade de ser repensado o conceito aplicado às áreas centrais das cidades. Questiona ele: "Têm sentido centros históricos nas cidades em transformação? Para mim, tal conceito, exclusivo e prioritário nas políticas de todas as autarquias, esconde, em muitos casos, como biombo, a cruel realidade da mais completa anarquia e falta de qualidade urbana dos seus territórios. (...) conservam-se e reabilitam-se parcelas antigas, prestigiadas pelo tempo (para as converter em zonas de turismo ou de serviços), apresentam-se como bandeira da preocupação pelo Património e, enquanto isso à volta, nas zonas de expansão urbana do século XX, desencadeiam-se autênticas guerras contra a Natureza, o ambiente, a cultura e, em última análise, o bem-estar dos habitantes – como as periferias e os novos bairros das nossas cidades o comprovam. O que está em causa é, realmente, a concepção global da qualidade da preservação e da inovação, no crescimento e desenvolvimento dos aglomerados"⁹⁴. São aspectos pertinentes, e que a evolução conceptual tem procurado acompanhar, e por isso se pensa hoje numa cidade requalificada, e não meramente na recuperação material das áreas históricas. No capítulo seguinte, dar-se-á mais alguma atenção a este aspecto, uma vez que é no plano das opções estratégicas que tal questão se coloca de forma ainda mais pertinente.

⁹⁴ PACHECO, 1994:13-14.

1.3.3. – Os edifícios nos centros históricos

É verdade que a abordagem ao centro histórico, em termos de definição estratégica de um modelo de salvaguarda, deve ser feita tratando a unidade urbana como um todo, ou, quando em dimensões maiores, na escala do bairro. No entanto, não é menos verdade que essas áreas urbanas são um somatório de diversos elementos, entre os quais, como não podia deixar de ser, assumem papel de maior relevo os edifícios. Quer sejam públicos, quer privados, simples ou monumentais, são eles que dão forma ao espaço público⁹⁵, e que constituem a referência plástica do lugar.

Os edifícios dos centros históricos, no geral, têm uma particularidade muito interessante que os distingue da cidade moderna. Os edifícios são, em primeiro lugar, a casa, ou o somatório de casas, de cada um. Nesse sentido, cada casa é um território, e esse território torna-se uma parcela concreta do território, que, por ser «desenhado» por habitante, se torna real e visível. O número de pormenores individualizantes, as marcas das ocupações seculares, vão-lhe, além do mais, acrescentando cultura. A cidade moderna, essa, permanece a maior parte das vezes, abstracta.

Na cidade antiga, cada edifício, fosse construído pela população em geral, ou pelos detentores de poder (político, social, económico, religioso, ...), era planeado como resposta a uma necessidade concreta, e num contexto pré-existente (quase sempre) de grande densidade (demográfica e construtiva). A equipa edificadora, fossem os parentes e vizinhos, ou fossem profissionais, contavam sempre “com a colaboração directa do cliente que procurava, ou no prestígio da inovação que iria ser um marco da sua passagem, ou a continuidade do já experimentado, do que se fazia por tradição e que se sabia que dava resposta ao binómio necessidades / possibilidades”⁹⁶.

Muitas vezes, a investigação em arquitectura debruça-se sobre o edifício, e particularmente quando interessada nos elementos materiais e nas tecnologias construtivas, isolando-o no estudo como peça autónoma. Alguns autores consideram mesmo poder fazer-se “uma leitura «estática» (destituída da componente histórica) do

⁹⁵ E nestas áreas, em particular nos centros históricos de menor escala, este espaço público acaba por funcionar, ainda, como uma extensão do espaço das casas, sendo assim um espaço «socialmente privado». É interessante que esta percepção é tantas vezes mais sentida por aqueles que visitam esses lugares, que se sentem a «invadi-lo», do que por parte dos moradores. E é essa invasão da privacidade dos outros que é tantas vezes o motivo – mesmo se pelas piores razões – da curiosidade em os percorrer.

⁹⁶ PEREIRA, ite13, vol.2, 1991:80.

edifício [e em que] os seus significados serão tanto mais evidentes quanto mais definidas forem as suas fronteiras, e quanto mais estabelecida estiver a sua unidade⁹⁷. No entanto, esta perspectiva não é correcta. O edifício é uma parcela do conjunto, e estabelece com ele relações de continuidade (ou de descontinuidade...) cujo conhecimento é fundamental para nos apercebermos de todas as dimensões que o imóvel encerra em si. Os materiais, as técnicas, a configuração e as funções a que se destina cada imóvel têm uma relação com a geografia, a cultura, a sociedade, num processo cumulativo, ou seja, possuem história. As possibilidades de uso, bem como as possibilidades de interpretação, variam com o tempo sendo constante a ideia de “criar um ambiente adequado às necessidades humanas. Essa simplicidade de princípios básicos que rege qualquer arquitectura permite a sua constante reaproximação para novos usos e novos significados”⁹⁸.

O edifício dá assim resposta a diferentes questões. A expressão material permite-nos compreender as condições sócio-económicas por detrás da sua construção⁹⁹. Muitas vezes até os cenários político-ideológicos, que fomentaram, dificultaram ou condicionaram determinadas etapas construtivas. E que, igualmente, foram favoráveis ou restritivos de determinados usos a que se destinou, e que cumpriu, ou às adaptações e evolução que as modificações históricas lhe foram introduzindo. Por outro lado, enquanto objecto construído pelos homens, cada edifício tem os seus significados culturais. Muitas vezes, na evolução do seu uso, sobrevêm contradições entre estes dois aspectos¹⁰⁰. Roland Barthes faz a seguinte reflexão sobre este tema: «Descobrimos a pouco e pouco que existe uma espécie de contradição entre a significação e uma outra ordem de fenómenos (...) Certos urbanistas [...] são obrigados a verificar que, em certos casos, existe um conflito entre a funcionalidade de uma parte da cidade [...] e aquilo que eu chamarei o seu conteúdo semântico». (...) Pode-se pensar o edifício como objecto artificial a que são atribuídas funções e

⁹⁷ PEREIRA, ite13, vol.2, 1991:80.

⁹⁸ PEREIRA, ite13, vol.2, 1991:80.

⁹⁹ Mais uma vez salientar que, no caso da arquitectura vernacular, temos sempre que ter em grande consideração as condicionantes do meio geográfico, que viabilizam uma determinada tipologia construtiva. Este aspecto é incontornável, excepto com meios económicos consideráveis, ou com o progresso tecnológico nos sistemas de transportes, o que só se verifica, e gradualmente, com algum impacto, a partir do século XIX. Interessante é que esta leitura dos imóveis tem duas facetas: o estudo dos sistemas construtivos associados a um determinado meio natural; a compreensão das condições económicas, sociais e políticas que viabilizaram as diferenças, o que é visível nos edifícios que não seguem o padrão mais comum (normalmente configurando um desenho e uma escolha de materiais exógenos ao meio cultural e natural maioritário).

¹⁰⁰ A título de exemplo, citem-se os edifícios religiosos, transferidos para a tutela do Estado Português em 1834, que se tornaram hospitais, museus, quartéis militares, funções que motivaram «obras de adaptação» que foram adulterando a expressão material e cultural dos imóveis.

significados. Cumpre analisar as inter-relações entre as primeiras e os segundos para determinar modelos de interpretação do edifício que possuam a necessária objectividade”¹⁰¹.

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que, mesmo se variando ao longo das épocas, o coração da cidade, ou o conjunto dos edifícios mais antigos que aí vão permanecendo (criando um sedimento de natureza cultural na sua expressão material), vão sempre desempenhando papéis significantes para as diferentes gerações da urbe, mesmo daquelas que aí não vivem. Os aglomerados, sejam eles mais urbanos, ou as pequenas aldeias que pontuam o espaço rural, são o espelho da passagem do tempo, e, mais particularmente, do peso que cada etapa específica teve para a sua configuração. As sobreposições – hoje cada vez melhor entendidas graças aos progressos da arqueologia urbana – permitem essa leitura diacrónica, assim como na expressão arquitectónica podemos ainda perceber os valores que, em cada época, eram significantes para a sociedade que construiu esses edifícios: “A Arquitectura deverá ser entendida não só como objecto de transformações, na medida em que contém todo um conjunto de informações sobre o passado, [mas, também] funcionando como um repositório de valores de diferentes épocas”¹⁰².

Para o conhecimento dos imóveis importa, igualmente, não esquecermos as condições materiais que residem por detrás da sua edificação. As matérias-primas que o território fornece, como bem lembram os textos de Mestre Orlando Ribeiro e dos seus continuadores, são um elemento decisivo. Nos edifícios vernaculares a sua feição é a marca distintiva das regiões, gerando tipologias que se tornam até estereótipos desses mesmos territórios.

Mas as condições económicas, ao menos numa parcela dessas construções, permitem contornar as dificuldades da sua obtenção, as mais das vezes, em épocas antigas, relacionadas com a obtenção e transporte de certos materiais necessários a um carácter mais nobre, rico ou erudito que se lhes desejava imprimir. Este factor vai introduzir uma diversidade – a que sucessivas reutilizações de materiais trazem ainda maior complexidade – que não permite, nos dias de hoje, que a matriz de conservação de edifícios possa desviar-se muito de um tratamento casuístico. Cada edifício, nas áreas históricas, acabará, assim, por apresentar uma identidade própria, e uma

¹⁰¹ BARTHES, R. *apud* PEREIRA, ite13, vol.2, 1991:79.

¹⁰² SOUZA, 2000:51.

política de salvaguarda deste património deverá, forçosamente, levar tais circunstâncias em linha de conta¹⁰³.

Será assim particularmente importante levar este aspecto em consideração durante a salvaguarda dos edifícios. E essa importância cresce na medida em que a recuperação dos imóveis – em especial na sua reabilitação funcional – vai quase sempre querer impor a alteração de determinados desempenhos dos materiais construtivos, sendo comum a proposta de alterações (com maior ou menor percentagem) desses elementos, e estas modificações não podemos deixar de as considerar agressivas, em termos da preservação e salvaguarda do património edificado, à luz dos critérios internacionais vigentes. No entanto, é de reconhecer que, no que toca aos edifícios dos centros históricos, são hoje nítidos os cuidados na aplicação dos critérios de recuperação, e que a maior parte das operações de conservação e de reabilitação que visam a melhoria das suas condições físicas e dos níveis de habitabilidade, respeitam e integram as características tipológicas e morfológicas que marcam a arquitectura de que partem. E que procuram, nas alterações que promovem, conciliar a preservação do valor histórico do edifício com a intervenção cuja finalidade útil é a de elevar substancialmente a qualidade de vida dos moradores, finalidade essa que não pode ser escamoteada em consistentes programas de requalificação dos centros históricos.

São fundamentais, deste modo, para assegurar uma boa preservação dos edifícios dos centros históricos – que são a parcela maior do seu património – políticas sectoriais que favorecem o diálogo entre os agentes técnicos, e as suas condicionantes para bem sucedidas intervenções, e a população, com um conjunto elevado de expectativas em domínios concretos da qualidade do habitar contemporâneo, e que motivam todos estes agentes para a importância da salvaguarda do património edificado, como expressão cultural. Este papel deve caber aos organismos públicos, particularmente os de carácter político, que devem garantir “o estabelecimento de condições para a permanência da população tradicional [ou

¹⁰³ Fernando Távora, um dos mais notáveis decanos da salvaguarda arquitectónica do património edificado português, marcava já, com um texto exemplar, datado de 1947 (!), uma posição que em tudo coincidia com aquela que geógrafos e antropólogos começavam a defender, e da necessidade de compreender os edifícios como totalidades culturais, e da simbiose entre os Homens e o Meio: “as formas arquitectónicas resultam das condições impostas ao material pela função que é obrigado a desempenhar e ainda de um espírito próprio daquele que age sobre o mesmo material. Daí que em toda a boa Arquitectura exista uma lógica dominante, uma profunda razão em todas as suas partes, uma íntima e constante força que unifica e prende entre si todas as formas, fazendo de cada edifício um corpo vivo, um organismo com alma e linguagem próprias” in TÁVORA, 1947:8.

para a construção de “novos habitantes”¹⁰⁴], constituindo-se o núcleo histórico e a zona especial de protecção em «património habitacional», objecto indispensável para o reequilíbrio social e funcional e a melhoria da qualidade da paisagem”¹⁰⁵.

Assim, o edifício, embora expressão material de um dado contexto histórico, também não poderá deixar de ser considerado, como destaca Marluci Menezes, como “um bem imbuído de valor social, que por sua vez é adquirido através das práticas quotidianas de uso e apropriação do espaço”¹⁰⁶. Nesta perspectiva, facilmente se entende que a divulgação, junto dos moradores, de informações relativas ao valor patrimonial e cultural de um dado imóvel só pode contribuir positivamente para a legitimação da sua salvaguarda. Desta forma, e tal como referia no parágrafo anterior, não só ao nível de uma área urbana, mas mesmo relativamente a um edifício em particular, se pode contribuir para aumentar a percepção do seu valor enquanto agente transmissor de signos e de identidade cultural. Como essa faceta será a única capaz de fazer cada residente entender a relevância dos imóveis individualmente considerados - mesmo se numa área histórica como aqui analisamos, pois esta não é senão o somatório destas parcelas construídas -, só assim cada um deles igualmente se considerará responsável por preservar o seu espaço habitacional. A garantia dessa salvaguarda é o único modo de assegurar uma gestão do parque edificado em moldes eficazes, e só essa salvaguarda, globalmente atingida por este método, permitirá igualmente doar ao futuro o testemunho dos diferentes contextos sócio-espaciais que constituíram a sua génese.

No caso dos edifícios, este processo tem uma expressão também no seu processo de inventariação e classificação, que podem funcionar como o suporte técnico e jurídico dessa referida legitimação que se deseja socialmente alargada. Esta pretensão tem vindo, ao longo das últimas décadas, a contribuir para o estabelecimento de conceitos estáveis que permitam, coerentemente, proceder à sua avaliação enquanto bens culturais.

¹⁰⁴ Através da implementação de políticas que construam pontes identitárias para com esses novos residentes, de modo a que estes se sintam, gradualmente, herdeiros das características tradicionais de um dado território habitacional. Isto não deve, como é evidente, negar a evolução que, em todas as épocas se verificou, pois estes são claramente processos dinâmicos, mas, sem dúvida, podem garantir a passagem do testemunho do sentido de pertença, de orgulho, de viver numa dada área histórica.

¹⁰⁵ BATISTA, D., 1997:182.

¹⁰⁶ MENEZES, 1994:64.

1.3.4. – Renovação e Reabilitação Urbana

Nas intervenções nos cascos históricos das cidades – onde se cruzam tantas vezes o valor cultural com a falta de condições de habitabilidade – dois conceitos ressaltam como de grande relevância: a renovação e a reabilitação.

A renovação urbana entronca directamente nas alterações verificadas nas cidades em função da revolução industrial, fenómeno que chamou aos núcleos urbanos uma quantidade inesperada de população exógena, o que veio alterar substantivamente as condições em que estes se tinham formado e adaptado, ao longo de séculos, às exigências dos seus moradores. Neste caso, a pressão excessiva levou a uma sobrepopulação que, no respeitante às parcelas mais antigas, conduziu à sua degradação física.

Mesmo em países pouco industrializados e que nem tinham sofrido com as maleitas da 2ª Guerra Mundial estas políticas foram consideradas, conduzindo à realização de estudos que atestavam do estado de ruína das zonas centrais de muitas cidades, e do facto que essa situação do edificado conduzia a uma ainda maior ruína social. No geral, e para obviar a essas situações, propunha-se a sua demolição total ou parcial¹⁰⁷.

Esta visão relativamente ao modo como deveria ser abordada a salvaguarda desse património – ironizo, como é evidente... – era ainda perceptível nas políticas governamentais que lançaram os Planos Gerais de Urbanização, que, a pretexto de dar uma melhor configuração urbana – mais moderna! – a certas partes das cidades antigas, não hesitavam em propor a substituição do edificado antigo, histórico, por construções recentes¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Para que se possa avaliar o que tais políticas poderiam ter acarretado em relação ao património edificado dos nossos principais centros urbanos, veja-se a lista das demolições com vista à renovação: Alfama, Castelo, Mouraria, Santa Apolónia e Alcântara, em Lisboa, e, no Porto, claro, o Barredo e as suas famosas «ilhas». Na sequência desta avaliação foram nomeadas comissões de inquéritos para os «pátios» em Lisboa e para as «ilhas» no Porto.

¹⁰⁸ O exemplo mais trágico desta intenção, embora ideologicamente explicável, foi a destruição da cidade universitária antiga na alta de Coimbra, com a justificação da necessidade de ampliar o espaço do *campus*. Em Mértola, uma situação que referiremos no capítulo específico, foi proposta a demolição do bairro piscatório de Além-Rio, com realojamento dos seus moradores, para que aí fosse feita uma pequena área «industrial» (para pequenas indústrias de artesanato ou produtos alimentares, etc.), sem a mínima consideração pelo papel histórico e pela qualidade patrimonial deste pequeno conjunto.

Este conceito de renovação inspirava-se na Carta de Atenas do Urbanismo de 1933. Com ele, pretendia-se que a Administração demolisse para construir de novo, possuindo esta, inclusive, poderes de expropriação por utilidade pública, em circunstâncias em que os edifícios o justificassem¹⁰⁹. E quais eram, então, essas circunstâncias? Pequenas dimensões, posição fora do alinhamento, más condições higiénicas ou estéticas, e sempre que os proprietários não tomassem medidas para as encaixar nas condições *standard* que os planos modernistas tão ciosamente gostavam de definir¹¹⁰. Não pretendo alargar-me aqui muito sobre o que me parece que poderiam ter sido as consequências desastrosas para o nosso património se estas políticas têm sido seguidas de forma sistemática. Felizmente que, na maior parte dos casos, os custos económicos das intervenções (para não dizer, na inversa, o estado de pobreza latente do país...) protegeram estas zonas, dando-lhes como que uma moratória. Com isto, as necessárias intervenções visando a sua requalificação (é evidente que algo carecia ser feito nestas áreas urbanas) realizaram-se já num contexto ideológico distinto, e onde as novas concepções de salvaguarda patrimonial impõem o respeito pela memória histórica e pelo valor cultural do edificado.

Não tenhamos ilusões. As circunstâncias que tentaram empurrar o conceito de renovação como o mais válido para orientar as políticas urbanísticas relacionam-se mais com o desejo económico e especulativo de criar terrenos vazios nas áreas centrais do que com quaisquer outras. Andreia Alves Magalhães, que elaborou um interessante estudo sobre a situação da cidade de Lisboa, refere que “mais do que motivações ligadas à melhoria da qualidade de vida urbana ou à travagem do processo de degradação das áreas centrais das cidades, na origem das intervenções de renovação estava, portanto, o objectivo da rentabilização do espaço, quer pela instalação de actividades mais lucrativas, quer pela atracção de residentes com um estatuto socioeconómico mais elevado; estas intervenções e as suas repercussões possibilitavam um aumento das receitas fiscais locais, pelo que os municípios se viam motivados a promovê-las, na lógica de que representavam uma importante fonte de

¹⁰⁹ As modificações podem ser muito agressivas porque:

- no domínio físico, as novas estruturas rompem com as tipologias, morfologias e escalas precedentes;
- no domínio funcional, porque à alteração na estrutura física corresponde uma alteração das características das actividades instaladas;
- no domínio social, porque estas intervenções representam quase sempre uma alteração de estatuto das actividades e dos residentes.

¹¹⁰ As experiências de construção de bairros ou cidades novas, que se realizaram um pouco por toda a Europa, e, em grande escala, na América, têm vindo a servir de avaliador negativo destas teorias. A ausência da noção de cidade, conduzindo a um vazio no que respeita às noções de cidadania e de identidade, a ausência ou a grande dificuldade de condições de socialização, que em todas elas, com maior ou menor intensidade, hoje se verificam, são um dos quadros mais complexos das políticas urbanísticas e sociais contemporâneas, palco das maiores dificuldades para a vida dos seus habitantes.

rendimentos”¹¹¹. Embora ela apresente esta situação como mais intensa nos anos 70 e parte da década de oitenta, não me parece que ela se tenha alterado muito em relação a certas áreas dos maiores núcleos urbanos, que claramente deveriam já ser classificadas como históricas e que, por localização e eixos viários que possuem, são claramente despojadas, edifício a edifício, da sua riqueza arquitectónica. Uma vez que a renovação maciça dá muito nas vistas, optou pela estratégia da alteração pontual, mas persistente¹¹². É evidente, no entanto, que em localidades de menor dimensão, e nas áreas mais antigas das maiores, que as políticas se alteraram profundamente, e que, a partir dos anos 90, são novas directivas já que garantem a defesa do edificado nas áreas antigas.

Foi já sobejamente referida a importância de salvaguardar estas áreas com vista a assegurar a manutenção de actividades e funções existentes, bem como para assegurar a preservação de elementos de identificação e memória da cidade, factores estes valorizados no novo quadro socioeconómico que Portugal vive desde 1974. É hoje claro que a melhoria da qualidade dos que vivem nessas áreas não passa, como consideravam as teorias higienistas, pela destruição destes tecidos urbanos mais antigos.

Não podemos, no entanto, dizer que o termo renovação deve ser ostracizado do vocabulário e das práticas das intervenções nas áreas urbanas antigas. Será importante é discutir o conteúdo e a forma dessa renovação, e dentro de um contexto programático que considere todas as variáveis dessa renovação, e não meramente a expressão material de substituição de elementos edificados por outros¹¹³.

¹¹¹ MAGALHÃES, A. A. – Reabilitação Urbana em Lisboa, p. 9.

¹¹² Vejam-se os casos emblemáticos das Avenidas Fontes Pereira de Melo ou da Republica, em Lisboa, para não dar muitos exemplos... Como salienta Jorge Manuel Gonçalves, no seu trabalho justamente intitulado “Usos e Abusos do urbanismo contemporâneo: “É a estratégia ideal para dar a ideia de que nada muda. A substituição pontual de um imóvel por outro não gera contestação nem tão pouco chama a atenção. São as transformações invisíveis. No final, todavia, resta um tecido urbano radicalmente diferente quer na sua morfologia, quer na sua funcionalidade, quer ainda nos seus problemas”, p. 54. É o valor económico dos lotes que condiciona as estratégias de gestão de muitas cidades, e, por isso, muitas vezes o planeamento não passa de uma idealização que permanece por concretizar. E o mesmo se verificou durante muito tempo na cidade histórica, onde estas alterações pontuais pareceram, em tempos, pouco significativas, e só hoje se avalia bem o impacto negativo que têm.

¹¹³ Pedro Gomes Barbosa, um especialista em estudos patrimoniais, destaca, a este título, alguns tópicos importantes: “Não se deve proteger o antigo apenas por ser antigo. Deve proteger-se o que tem qualidade. (...) não podendo conservar tudo, há que ter a coragem de escolher, Mas há que ter bom senso de se destruir quando já se tiver estudado e documentado a peça ou o conjunto que vai desaparecer”. Património Cultural, Cadernos FAOJ, 1982. Saliento ainda a data do texto, que acompanha as grandes preocupações com a defesa e conservação do património que começam a despontar no nosso país.

A renovação pode – nas novas propostas metodológicas, particularmente no modelo anglo-saxónico – incluir os melhoramentos e a remodelação. A renovação liga-se assim com a necessidade conservar as boas qualidades e as melhores características existentes no centro urbano, e conjugar isso com medidas indispensáveis para se assegurar a apreciação do seu valor.

Não podemos esquecer que a maior parte das cidades necessitam de procurar meios de melhorar o centro urbano dentro das realidades de hoje. Este aspecto da renovação depende mais de engenho e da perícia com que é feito, do que do dispêndio de elevadas quantias. A sua acção inclui toda a espécie de assuntos de ordem municipal, e centrados na perspectiva da cidade histórica: trânsito em sentido único, circulando em volta dela e não no seu seio; a redução dos acessos às vias de penetração, a previsão de parques de estacionamento em locais desviados dos centros, a verificação do estacionamento ao longo das ruas, os acessos facilitados quanto à serventia das lojas. A renovação do centro urbano depende, pois, em grande medida de uma resolução adequada dos problemas de trânsito. Mas também no edificado pode haver algum espaço, no quadro da remodelação de certas áreas, o que é particularmente importante nas designadas «zonas de transição», onde malhas distintas se imbricam umas nas outras, e onde é comum despontarem edifícios com claras dissonâncias. Essas remodelações devem procurar atingir os melhores resultados através do processo da reconstrução gradual e contínua. As autoridades locais devem determinar quais os objectivos principais a estabelecer. O emprego inteligente de um plano bem orientado poderá promover a renovação, mas devendo existir a garantia de que os projectos individuais correspondam ao plano final.

Apesar de todos estes cuidados, não hesito, no entanto, por tomar partido pelas políticas de reabilitação, que assente num primado de requalificação da cidade existente. Esta deve seguir os conceitos que tão bem foram sintetizados por três dos nossos melhores especialistas nesta área:

A reabilitação urbana deverá desenvolver múltiplas formas de intervenção, que sejam eficazmente programadas e que se interliguem. Um aspecto importante é que essas políticas possam potenciar os valores sócio-económicos, ambientais e funcionais dessas áreas urbanas. Deste modo, quer a qualidade de vida dos residentes, quer as condições materiais do parque edificado, de habitabilidade e de dotação em equipamentos comunitários, infraestruturas, instalações e espaços livres de uso público, serão melhores.

Além do que ela implica como procedimento de salvaguarda do património edificado – garantindo a permanência de todos os elementos substantivos em termos de herança patrimonial – a reabilitação é também particularmente eficaz na resolução dos problemas prioritários que interessam aos moradores. A reabilitação preocupa-se, de forma marcada, com a reapropriação social dos espaços, e, como já referimos com a reconstrução identitária. Mas igualmente, com aspectos mais pragmáticos, como as necessidades de progresso económico ou das boas condições para a concretização de um quotidiano de qualidade, por exemplo em termos de mobilidade, de acesso a tecnologias actuais, etc.

De alguma forma, a reabilitação não se reduz ao momento actual da intervenção, ela deve igualmente lançar as bases de um modelo diferente para a gestão dos recursos, criando os alicerces para as fundamentais iniciativas de dinamização e conservação quotidiana do património edificado em presença nestas áreas urbanas. Mais uma vez seguindo um exemplo anglo-saxónico (pragmáticos nas questões sociais, mas, simultaneamente, intransigentes na salvaguarda patrimonial), podemos afirmar que “a gestão e o processo participativo, e os investimentos, dirigidos à economia, ambiente, vida social das áreas e edifícios degradados... devem gerar melhorias duradouras na perspectiva dos residentes e a sua integração total na sociedade. As iniciativas serão determinadas democraticamente, de acordo com as necessidades e aspirações dos residentes, e de modo a virem a beneficiar os seus filhos e netos”¹¹⁴.

Nas localidades de menor dimensão, esta metodologia assume ainda um relevo maior, uma vez que nestes casos quase sempre a possibilidade de desenvolvimento social está associada ao desenvolvimento local, por motivos maioritariamente de ordem demográfica¹¹⁵.

A reabilitação urbana deve, por isso, assentar em projectos multidisciplinares que contenham, como salienta Marluci Menezes, as diferentes dimensões que afectam o meio social e urbano:

¹¹⁴ GONÇALVES e REIS, 2003:987 (tradução minha da citação inglesa). A diferença, no modo de encarar a reabilitação, em termos de perspectiva de longo prazo, então, é abissal para o que costumam ser as preocupações no nosso país.

¹¹⁵ Esta situação está a tornar-se, aliás, grave no nosso País, onde a desertificação do interior começa já a afectar cidades de pequena dimensão, que ficam reduzidas a populações de 30 a 50.000 habitantes, e com progressivo definhamento das actividades económicas tradicionais. Estes sintomas de declínio afectarão, a médio prazo, sem dúvida, a sua riqueza patrimonial edificada. Lamego é um dos casos mais prementes neste contexto.

- “- dimensão de conotação vital – pois evitamos uma certa tendência para a repetição e criamos coisas novas
- dimensão de conotação cultural – o projecto torna-se uma oportunidade cultural a ser abraçada pelos indivíduos e pelos grupos sociais de modo a adaptarem-se às exigências do seu meio ambiente
- dimensão de conotação fenomenológica – reviver experiências do passado, de melhor se apropriarem do seu próprio trajecto pessoal
- dimensão de conotação pragmática – o projecto permite ao indivíduo actualizar as suas potencialidades”¹¹⁶.

Neste sentido, falamos aqui da necessidade de uma reabilitação integrada, a única fórmula que poderá juntar a requalificação funcional com a recuperação material do edificado. Será fundamental também criar uma simbiose eficaz entre a requalificação do contexto sócio-espacial – dando uma mais eficaz respostas às necessidades contemporâneas -, mas mantendo uma continuidade histórica pela preservação da herança construída, mesmo se adaptadas a distintas funções.

De entre estas, nos modelos de reabilitação, podemos destacar, pelo que releva para o caso de estudo que será abordado nesta dissertação, as de espaço cultural ou museal.

Muitas vezes, e como foi o caso em Mértola, é por esta vertente que se inicia o processo de patrimonialização das localidades, tendência que, em Portugal, muito se acentuou nos últimos anos, descoberto o “milagre económico” do turismo cultural...

Este modelo procura uma revitalização destas áreas urbanas, através da criação de novas dinâmicas endógenas (novos negócios, mais animação sociocultural, recuperação do edificado) geradas por um impulso predominantemente exógeno (a pressão consumidora dos turistas e visitantes). Antigamente, “as cidades também eram preservadas a partir de princípios artísticos. A cidade inteira, ou o seu centro histórico, era vista como uma obra de arte em si, um monumento unitário e homogêneo, e, assim sendo, só o conjunto era julgado.

No segundo momento, que seria do «património-étnico», iniciam-se as preocupações efectivas com a preservação da cultura popular, da arquitectura dita vernácula e das

¹¹⁶ MENEZES, 1994:11.

mais diversas tradições culturais ou folclóricas. Passa-se a preservar sem uma preocupação propriamente artística, mas sim étnica ou regional. (...) O terceiro e último momento, (...) corresponderia ao «património económico» (...). O turismo cultural se intensifica em todo o mundo e as cidades competem cada vez mais para receber esses novos visitantes globais seduzidos pelo património cultural local”¹¹⁷.

Este modelo encerra em si um perigo, em termos patrimoniais. O da folclorização das práticas e do decorativismo *kitsh* do património construído¹¹⁸. Para além do mais, esta estratégia, para ser eficaz e autêntica, necessita de um empenhamento verdadeiramente sentido por parte das populações. Por isso, a estratégia e o seu desenvolvimento e/ou dinâmica precisam de ser do tipo “down-up” (baixo para cima). Ora, num país de fraca formação cultural, e de tradição estatizante ou de poderes autárquicos autocráticos (males de uma jovem democracia), é muito difícil encontrar organização na base cívica para concretizar essa metodologia.

No entanto, se este modelo tiver sucesso, a manutenção das actividades quotidianas garantem a permanência de tradições, e, portanto, a cultura existente será a cultura de uma cidade «viva» - e desta forma a riqueza patrimonial do centro histórico será mantida, o que terá, por força de prolongamento dos referenciais identitários, um efeito de contaminação positiva sobre o resto da cidade e sobre o conjunto dos seus habitantes.

¹¹⁷ JACQUES, P. B., 2003:704-705.

¹¹⁸ O relatório português Habitat II, apresentado à Conferência das Nações Unidas sobre estabelecimentos humanos (realizada em Istambul, em 1996) situa o apoio à reabilitação dos edifícios antigos e, em particular, dos centros históricos no subtema “Garantir habitação adequada para todos bem como o acesso a infraestruturas e equipamentos básicos”, o que não deixa de ser indicativo de uma determinada ideologia subjacente a este processo, na perspectiva das autoridades. Este lado “funcionalista” da reabilitação tem vindo a ser um pouco corrigido nalgumas localidades, em virtude da elevada qualidade dos seus conjuntos edificados, e que por isso consegue contrariar a mera lógica do espaço residencial que esteve na sua génese. Claro que isto coloca um problema de substituição – de encontrar novas funções que evitem a queda destas áreas urbanas numa excessiva cenarização – e é no campo destas opções que algumas vezes se colocam problemas de conservação e reabilitação do património histórico.

CAPÍTULO 2

A CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA DE CENTROS HISTÓRICOS EM PORTUGAL

Pretende-se, neste capítulo, traçar uma panorâmica geral do que foi a evolução da legislação urbanística portuguesa, particularmente naquilo que respeita, quer aos instrumentos de planeamento, os primeiros onde de um modo global se considerou a existência de cascos históricos nas localidades em análise, como às influências mais directas e específicas relacionadas com a salvaguarda do património histórico.

Portugal, tal como a Espanha (embora menos, devido à Guerra Civil) e poucas mais excepções no panorama europeu, tinha uma situação privilegiada, pelo facto de o país não ter sofrido as vicissitudes da guerra, evitando qualquer destruição do seu património edificado. Além do mais, a situação portuguesa configurava um cenário verdadeiramente original resultante da existência de uma ditadura com propósitos ideológicos muito *sui generis*, uma vez que, ela procurava manter as características de ruralidade predominante num contexto em que todos os países (mesmo de semelhante ditadura, como a Espanha) se lançavam na senda do progresso, no qual se incluía, genericamente, a adopção das propostas modernistas de desenvolvimento urbano e de arquitectura funcionalista.

A matriz corporativa que foi impressa ao regime (porventura o seu traço mais persistente, que ainda hoje regula a mentalidade portuguesa, sempre mais defensora do grupo do que da competência...), associada com a ideia de que o desenvolvimento industrial favorecia a difusão das ideias proletárias e marxistas, faziam com que as pretensões do regime fossem a sustentabilidade de um país de paróquias, de gente remediada e pouco letrada, e com uma burguesia mais entretida com a manutenção dos seus pequenos privilégios do que com a esperança de progresso social e económico. A ausência de convulsões marcantes (com excepção de dois momentos eleitorais, rapidamente contidos pela polícia política), fizeram com que, durante décadas, esta situação se mantivesse sem muita alteração.

Acresce ainda que a vocação centralista, conjugada com o ideal propagandístico do Portugal imperial, que estendia as suas fronteiras do Minho a Timor (e à Índia, mesmo duas décadas depois de as nossas possessões se terem tornado independentes!), fez

com que as atenções se tenham concentrado, em termos de projecto urbano, na cidade de Lisboa, o único local do país a ter efectivamente beneficiado largamente dos favores do regime. De resto, e se não considerarmos o caso da *costa do sol*, onde vivia a alta burguesia que repartia o poder com o regime, as intervenções nas cidades e vilas do território continental não passaram a mais das vezes de uma novas praças ou avenidas, locais muitas vezes semelhantes na sua busca de exaltação nacionalista, com um dos topos tantas vezes ocupado pelo novo tribunal, outro pela Caixa Geral de Depósitos, ambos em linhas modernistas, no meio a estátua de algum vulto insigne da plêiade de heróis da pátria que parecia não ter povo. Fechado na sua concha, o país vive, então, longe da inovação, do debate, do progresso técnico e social: "Distancia-se assim o urbanismo, em Portugal, daquele que se faz nos restantes países europeus; à continuidade, no nosso país, contrapõe-se um fecundo debate de vertentes, ideologias e experiências, nos outros, que suportarão os processos de reconstrução urbana e fornecerão material de discussão futura"¹¹⁹.

Não podemos, evidentemente, imaginar que não havia qualquer actividade neste sector. Os «Planos de Melhoramentos», e, principalmente, as propostas de Duarte Pacheco, contribuíram para alguma agitação na produção conceptual à volta das ideias urbanísticas, quer do final do século, com o Racionalismo, quer, já no XX, com todo o debate à volta do modernismo, nas suas diferentes versões, quer na oposição que a ele consagraram alguns autores defensores de uma maior continuidade orgânica na construção da cidade. Se alguma coisa se fez, não deixa de ser verdade que o predomínio das intervenções realizadas em Portugal procuravam servir os pressupostos ideológicos do regime, e portanto, em fazer exaltar as suas qualidades de «país de aldeias», mesmo se estas fossem bairros sociais da capital, defendendo uma soma de elementos padronizados supostamente recolhidos da reflexão em torno da arquitectura popular. A «casa portuguesa» fez-se então paradigma.

Acresce a estas ideias – que fazia as intervenções oscilar entre o estilo «Praça do Império» e o «Portugal dos Pequeninos» - o modelo escolhido para intervir no património histórico, em particular no edificado. Devido aos seus propósitos de exaltação nacionalista, os responsáveis pela sua conservação, encontraram nas propostas de Voillet-le-Duc da unidade estilística a resposta conceptual que justificaria o seu modo de intervir. Quando já a Europa considerava esta metodologia ultrapassada, e dava os primeiros passos na conservação integral, por cá a DGEMN

¹¹⁹ GARCIA, S., 1998:24.

continuava a fabricar merlões e capelas românicas. Além do mais, sem cumprir os pressupostos de investigação profunda que o método sugeria; de facto, “a maioria dessas intervenções processou-se de forma descontextualizada, procedendo a depurações estilísticas, exaltando uma «traça original» muito imaginativa que «roía» as contribuições arquitectónicas das épocas mais «impuras». Reconstituições históricas muito românticas (ou antes «românicas»), mas falhas do menor rigor científico, por vezes engalanadas com arquitecturas de «acompanhamento», construídas segundo o invariável figurino do «Português Suave»¹²⁰.

Nos conjuntos históricos, a situação não foi melhor, uma vez que o ambiente rural que se procurava replicar assemelhava-se ao cenário idílico que vemos podemos ainda apreciar nas famosas comédias de género, nos filmes dos «pátios das cantigas», gente humilde mas limpinha, bem falante até, de ruas zelosamente varridas onde crianças relativamente bem comportadas, mesmo se um pouco esfomeadas, podiam brincar pacatamente... Na realidade, muitas dessas zonas tinham graves problemas de habitabilidade, mas a solução que então se propôs, e em parte se executou, eliminava largas parcelas desse património histórico urbano, procurando encaixar esses bairros em modelos trazidos de outra forma de planejar a cidade, em vez de, como se procede hoje, desenhar um modelo que se adequasse às circunstâncias específicas do lugar. José Aguiar, que estudou em detalhe esse processo, classifica-o até como um tempo aziago para o património urbanístico, afirmando que esses “planos higienistas da célebre tertúlia «da Escola Francesa», [foram] inspirados num urbanismo funcionalista de muito má memória. Estas foram as malfadadas décadas dos planos de renovação para salubrizar os bairros históricos, como os que se fizeram para destruir o Bairro Alto, em Lisboa, ou o Barredo, no Porto (entre muitos outros exemplos)”¹²¹

Este cenário, que felizmente não se concretizou com o vigor de transformação urbana que pretendia originalmente, não foi único. Dentro do mesmo contexto podemos analisar o que sucedeu a outras localidades, como Óbidos e Monsaraz, «seleccionadas» como exemplos típicos de aldeias históricas portuguesas. Estas propostas configuravam aquilo que João Appleton descreve como o lado elitista da recuperação do património arquitectónico, que se caracterizavam por ser “culturais, selectivas e, de certo modo, marginais”. Eram culturais e selectivas porque beneficiavam «conjuntos histórico-artísticos» que iriam ser alvo de medidas de

¹²⁰ AGUIAR, 1995:26.

¹²¹ AGUIAR, 1995:26.

restauro, fazendo-se assim a sua recuperação. Beneficiava destas acções o próprio tecido urbano, igualmente submetido a planos especiais de protecção, cujo objectivo era manter a imagem do património “edificado e da morfologia urbana e, de certo modo, o congelamento da sua gradual e anteriormente sedimentada transformação”. Consideravam-se marginais porque necessitavam para a sua prossecução de avultados financiamentos suportados pelo erário público ou por mecenas. Por outro lado, os custos totais, quer na perspectiva económica, quer no próprio plano social ultrapassavam, na maior parte das vezes, as possibilidades de sustentação / viabilidade por parte da área intervencionada. No entanto, elas inseriam-se já numa certa imagem de Portugal que o SNI estruturava para o turismo, que mais uma vez era a imagem de um país de raízes, fortemente ligado às suas tradições e onde as duras fainas de uma vida de trabalho parecia não fazer esmorecer o orgulho na história deste antigo e pacífico país. A sua sustentação, mesmo que onerando ao Estado, servia propósitos propagandísticos que o justificavam. E, igualmente, justificavam “retocar-se” esse património quando o mesmo “tinha” essa necessidade...

Todas estas intervenções, mesmo as de aparência mais moderna, tinham, como referi antes, a intenção de exaltação do nacionalismo, e, portanto, concentravam-se nos monumentos. A intervenção no espaço urbano, resultava, então, a maior parte das vezes, dos arranjos necessários a essa valorização.

Um outro aspecto, que em muito influenciou a nossa reduzida defesa do património local e regional neste período, face à intenção padronizadora do Estado Novo e dos seus intuitos de exaltação do regime, foi o fraco desenvolvimento que a história urbana sempre teve no nosso país. Pouco mais do que monografias, às vezes um pouco fantasiosas, existiam, e, a maior parte destas, escritas no século XIX, e dando pouca, quase sempre nenhuma, atenção a cenários comparativos que pudessem traçar uma ideia do que foi a evolução urbana das localidades portuguesas, e neste sentido, serem precioso auxiliar das intervenções visando a sua renovação e reabilitação. Manuel C. Teixeira, um dos nossos principais investigadores da temática, assinala que o universo da história urbana portuguesa está a mudar: “um crescente interesse pela história, um aumento das actividades de investigação e um maior número de publicações neste domínio significam que a historiografia portuguesa está a evoluir rapidamente. Apesar disso, actualmente, apenas um pequeno número de obras publicadas se pode classificar sem quaisquer ambiguidades no domínio da história

urbana”¹²². Interessante a referência que faz ao facto de este campo ter também entusiasmado uma gama multidisciplinar de investigadores a dedicar-lhe maior atenção; refere ainda que estes, “embora permanecendo dentro dos seus campos de estudo específicos, têm procurado uma perspectiva temporal para os seus trabalhos. Trata-se nestes casos, de geógrafos, sociólogos, economistas ou arquitectos, que têm reflectido e produzido trabalhos sobre a cidade com uma importante componente histórica”¹²³. A cidade, como fenómeno cultural aglutinador que é, desde a sua origem, sirva aqui de campo de excelência para a multidisciplinaridade. Parece-me até evidente, e qualquer um que dedique um mínimo de atenção à temática, rapidamente compreenderá, que não possa ser outro o processo do seu verdadeiro entendimento. Manuel C. Teixeira, que dirige um mestrado nesta área no ISCTE, cuja estrutura se enquadra neste perfil, será, decerto, uma das vozes mais abalizadas para corroborar este pressuposto: “O estudo da história urbana implica o diálogo entre vários ramos do conhecimento. Essencialmente multidisciplinar, a história urbana deve ultrapassar as barreiras existentes entre os vários ramos da história e incentivar a colaboração entre diferentes disciplinas. Só através do estudo sistemático de um grande número de variáveis é que as dinâmicas do processo urbano podem ser compreendidas, sendo a tarefa do historiador sintetizar os resultados das diferentes abordagens disciplinares num todo coerente. Uma consequência inevitável disto deverá ser o desenvolvimento de pesquisas colectivas por equipas multidisciplinares, em vez de estudos individuais. Para tal será necessário o desenvolvimento de estruturas académicas e institucionais que privilegiem este tipo de abordagem”¹²⁴. Nos anos que passaram desde que estas palavras foram dadas à estampa, apraz-me dizer, alguns progressos consideráveis foram já concretizados, e mesmo não sendo aqui o local para esse balanço, ele é sem dúvida bastante positivo. Ao nível da capacitação técnica, a situação relativa à salvaguarda dos centros históricos evoluiu muito favoravelmente¹²⁵. O que há agora a resolver, é já um problema de recursos financeiros e, claramente, de vontade política.

¹²² TEIXEIRA, 1993:371.

¹²³ TEIXEIRA, 1993:374.

¹²⁴ TEIXEIRA, 1993:386.

¹²⁵ Não devo deixar de referir aqui o Mestrado em Recuperação do Património Edificado e Paisagístico que Professor Virgolino Ferreira Jorge dirige na Universidade de Évora (e de qual fiz parte, no seu curso inaugural), que se insere neste tipo de formação multidisciplinar que cada vez mais deve ser exigência - até pessoal - daqueles que pretendem desenvolver trabalho em torno do património histórico edificado.

2.1. – O planeamento em Portugal até 1974. Algumas referências contextualizadoras.

O planeamento urbano em Portugal, como salientei anteriormente, com maior ou menor desfasamento cronológico com o que se passava na restante Europa, acabou por ir acompanhando o que ia sendo estabelecido, em termos doutrinários, em diferentes países. Principalmente esse processo era resultado da participação de técnicos da DGSU, a título de comissões de serviço, em departamentos congéneres de outras nações europeias, com destaque para a Inglaterra e para a França. E, claro, alguns professores das universidades, que sempre conseguiam ir recolhendo alguma experiência pessoal em viagens que empreendiam ao estrangeiro. No entanto, estas situações não deixavam de ser pontuais, e portanto, o seu impacto era reduzido, uma vez que a este ambiente pouco rico em termos teóricos, acrescia a dificuldade de concretização de certas intenções urbanísticas e arquitectónicas quando da concretização de projectos. As noções de planeamento global são ainda muito restritas, e continuam a assentar no desenho urbano, mas sem levar em consideração as implicações económicas, sociais e ambientais dos projectos concebidos. Igualmente, a falta de um corpo de funcionários técnicos nas autarquias, e a pouca preparação dos executivos para lidar com este tipo de questões, além da sua muitas vezes excessiva dependência de determinados interesses especulativos, faziam com que o planeamento fosse efectivamente, uma área muito deficiente.

Como refere Lemos Peixoto, “o quadro especificamente português, e até à viragem para os anos 60, as cidades de maiores dimensões e os aglomerados urbanos mais pequenos foram evoluindo por ajustamentos sucessivos: a escala e ritmo das adições, transições e desenvolvimento do tecido urbano processava-se ou por analogia com os padrões e traçados tradicionais, ou por ampliações – com variações da malha em quadricula – que com estas se articulavam de forma geralmente satisfatória e assegurando continuidade dos tecidos edificados”¹²⁶. Veja-se o que é referido no capítulo respeitante a Mértola, nesta dissertação, em que se descreve o processo de concretização de um antepiano de urbanização, que demora cerca de uma década a estabelecer uma configuração mínima do território, e que depois acaba de imediato confrontado com situações de facto contraditórias, que obrigam a imediata revisão. E, seguramente, se isto ocorre num local que nessa época atravessa uma crise

¹²⁶ PEIXOTO, 1999:1.

demográfica e económica, o que não terá sucedido em tantas outras localidades cuja situação seria, sem grande dificuldade, mais favorável à expansão urbana...

Estas questões do planeamento urbano tiveram de algum forma, podemos assim dizê-lo, o seu momento fundador, a nível institucional, na sequência das reformas empreendidas durante o Fontismo, que procuraram actualizar a administração pública do país. Assim, é constituído o primeiro Ministério das Obras públicas, em 1852, que irá dar expressão às intenções de desenvolvimento que os governantes de Portugal tinham na base do seu programa político. Incentivam-se por isso a construção de caminhos-de-ferro, pontes e todo um vasto conjunto de infraestruturas que procuraram trazer o progresso ao país.

Em 1865 é redigido o primeiro texto que se debruça, especificamente, sobre a temática urbana. O Plano geral de Melhoramentos procura estruturar os problemas da circulação viária (inclinação e largura de ruas, por exemplo), impondo regulamentação técnica precisa, que se estenderá também a domínios como a habitação (alinhamentos, cêrceas, questões de exposição à luz e salubridade). Estes Planos tiveram uma característica importante que os distinguiu do que sucedeu posteriormente, durante a gestão do Ministro Duarte Pacheco: não eram obrigatórios, e, por isso, não foram muitos os municípios que os levaram a efeito, principalmente por questões culturais (não se via deles muita necessidade) ou por razões económicas (recorde-se, por exemplo, que não existiam levantamentos cartográficos rigorosos e que para os elaborar era preciso um investimento considerável). Sara Sucena Garcia, que estudou detalhadamente esta questão na sua dissertação de Mestrado, refere que "o urbanismo instaurado pelo DL de 1865 é ainda paradigmático numa visão superficial sobre a cidade sendo prescritas as indicações relativas aos edifícios e à gestão do solo, enfatizando-se a importância da relação rua-edificado e pretendendo-se afastar quaisquer obstáculos, eventualmente, gerados pelos proprietários do solo, que inviabilizem a sua concretização"¹²⁷.

Um aspecto igualmente inibidor da capacidade de intervenção estava relacionado com o alargamento dos territórios municipais para a zona rural adjacente que, como se sabe, toda ela era maioritariamente privada. Assim, as intenções de crescimento urbano, como novos traçados executados com as novas regras do planeamento, eram em grande medida impedidas pela incapacidade financeira de fazer face às

¹²⁷ GARCIA, 1999:30.

indenizações. Perversamente, esta medida acabou por ter, mais tarde, consequências negativas também nas áreas consolidadas (históricas) das vilas e cidades, pois, na ausência de espaço disponível, foi sobre o tecido já existente que se sentiu a pressão especulativa de edificar mais densamente, ou em maior escala, principalmente em altura. Quando esse acordo era possível, normalmente fazia-se transferindo a propriedade para particulares que possuíam alguma capacidade de investimento, mas que depois, a pretendiam rentabilizar ao máximo. Ou seja, pretendiam edificar o máximo de fogos possível, tentando contornar os planos quando estes se lhes afiguravam muito restritivos. Como faltavam muitas habitações nesta época, principalmente nos centros urbanos de maior dimensão, a pressão social era também muito grande no sentido de permitir esse mesmo aproveitamento máximo, e, conseqüentemente, os políticos locais acabavam a maior parte das vezes por não impor com todo o rigor os planos que, eventualmente, existissem.

Esta situação viria a ser, de alguma forma, revista depois da imposição da ditadura militar e, principalmente, depois da chegada de Duarte Pacheco às funções de ministro das Obras Públicas. Salazar tinha pouco interesse em permitir iniciativas ao nível local. É conhecido o facto de ter imposto uma integral camisa-de-forças aos poderes municipais, que mesmo tendo os seus cargos ocupados por figuras locais partidárias do regime, não dispunham de quaisquer meios para ter iniciativa própria. Nem financeiros nem técnicos. Tal como tinha feito para o saneamento das finanças da Nação, que estavam em estado um pouco complicado depois do descalabro republicano e da guerra europeia e africana em que Portugal se envolveu entre 1917 e 1918, assim «atacou» os municípios. Em relação ao orçamento geral do Estado, simulou tê-lo equilibrado em 2 anos apenas, criando um mito que até hoje persiste (na realidade, o que fez foi criar um orçamento regular, que equilibrou, e um extraordinário, onde encaixou toda a dívida pública que estava por saldar e que não era divulgado publicamente); às autarquias, obrigou-as a centralizar as receitas, entregues anualmente aos organismos governamentais respectivos, com base no mesmo pressuposto de que toda a receita era necessária para equilibrar as contas do país; depois ia-lhes atribuindo receitas, que claro, eram menores e chegavam quando a máquina gigantesca da burocracia estatal se resolvia a um final despacho de um qualquer ministro. Para evitar veleidades, ainda lhes outorgou competências, com falsas compensações, mas sem verdadeiramente lhes dar verba suficiente para saírem, com qualquer intenção inovadora, de uma mera gestão quotidiana, que era continuamente preenchida de dificuldades de tesouraria e inevitável dependência da boa vontade do governo central.

Daí que a obrigatoriedade legislativa de Duarte Pacheco em fazer com que todas as localidades com mais de 2.500 habitantes, ou as sedes de concelho, caso fossem de menor dimensão demográfica, em mandarem elaborar planos de urbanização tenha sido acompanhada de um esquema de apoio financeiro. Este era, aliás, uma originalidade muito própria das ideologias da época: os trabalhos necessários à sua elaboração, levantamentos, estudos, concepção urbanística, eram apoiados (em verbas transferidas para as Câmaras Municipais) pelo Fundo de Desemprego, uma vez que, como se lia no despacho do Ministro, o decreto lei – publicado em 1934, e que é o marco fundador da legislação sobre Planos Gerais de Urbanização - pretendia que as localidades portuguesas pudessem abraçar algum progresso e este estava ligado à criação de postos de trabalho (que desta forma, não sobrecarregariam o orçamento do Estado). Portanto, nada mais lógico do que ser o Fundo de Desemprego a contribuir para essa situação.

Em muitos casos, inclusive, foi a Direcção-Geral dos Serviços Urbanísticos a propor os urbanistas que haviam de se encarregar dos planos, e, até nisto, se vê que havia uma clara intenção ideológica nesse planeamento, que passava por desenhar configurações urbanas que fossem o suporte propagandístico do regime fundado em 1926, sendo portanto a escolha direccionada um modo de facilitar a obtenção desse resultado.

Muitas das nossas localidades, nomeadamente as cidades e as vilas mais importantes, possuem as suas zonas edificadas na tipologia «Estado Novo» (que inclusive é usada como referente “estilístico”); zonas essas que são claramente distintas do tecido edificado anterior, e mesmo do posterior, denotando que, durante algumas décadas houve uma ideia padrão (arquitectónica e urbanística) que foi seguida¹²⁸, e que criou uma tipologia reconhecível.

Apesar de tudo este processo não foi linear. Originalmente, destinava-se a 500 localidades, e levaria até à destituição do Ministro que pretendia impor restrições aos interesses instalados de muitos proprietários, tendo publicado uma lei que impunha expropriações para as quais não havia recurso judicial. Regressado ao Governo dois anos depois, em 1938, com maior força política, pelo apoio incondicional de Oliveira

¹²⁸ A tal ponto que, refiro-o aqui como exemplo, quando na vila de Mértola se pensou em edificar, finalmente, o novo tribunal, isto em final dos anos 80, o projecto que o Ministério da Justiça possuía era ainda o de uma «domus justitiae» estado-novense!

Salazar, impôs então os planos como regra fundamental para que as localidades pudessem empreender qualquer acção que fosse, em termos de crescimento urbano. Igualmente, procurou dinamizar a área do planeamento com a criação da Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, para suprir à enorme falta de levantamentos topográficos que viabilizasse a realização dos planos. Pela mesma razão, “como não havia muitos urbanistas, foram chamados alguns estrangeiros (Agache, De Groer, Muzio) e foi muito na sua sombra que se formaram ou aprenderam à distância... os portugueses. Entre estes Cristino da Silva, Paulino Montez, Paulo Cunha, Jorge Segurado, Carlos Ramos, José Porto, David Moreira da Silva e João Faria da Costa – são os arquitectos da chamada «primeira geração» modernista. A falta de condições sociais terá limitado a sua intervenção, como refere Nuno Portas, impedindo o enraizamento das suas propostas, o que levará ao esgotamento das suas propostas nos anos 30-40”¹²⁹.

Mas depois da morte prematura do dinâmico ministro, este instrumento, que seria certamente destinado a construir um outro Portugal, mais urbano, mesmo que com um estilo determinado, acabou por ser utilizado como uma forma de aumentar a capacidade de o Estado controlar os municípios, inclusive despromovendo a figura de planeamento a antepiano, obrigando a um patamar de revisão que permitia corrigir ou bloquear todas as propostas que não interessam aos departamentos centrais. A este facto acrescentava a eventual atribuição destes planos a pessoas com «maior influência» junto do Ministério, num processo que, além do mais, diminuía a qualidade das propostas, ou fazia-as atrasar de uma forma, às vezes, intolerável. Disto mesmo se queixa Vasco Silva Pessoa, em 1961, no 1º Colóquio do Urbanismo, realizado em Lisboa, onde reclama, inclusive, do descaminho que pode levar o património edificado português, “quando, por exemplo, um só homem tem em estudo a urbanização de 20 cidades e vilas, quando nós bem sabemos que seria pouco uma equipa de 20 pessoas para o estudo de cada cidade”. Esta reclamação, feita em 1961 não deveria ter sugerido alguma alteração em certos procedimentos do urbanismo? É que, para referir aqui apenas um caso, parece-me esta situação muito semelhante ao que veio a suceder posteriormente com a produção dos Planos Directores Municipais...

No conjunto da legislação produzida, é importante salientar um outro aspecto ligado à evolução das preocupações relacionadas com o património edificado.

¹²⁹ GARCIA, 1999: 37 e 39.

O articulado da Lei 2035 de 1949, em particular o princípio consagrado na Base 1, estabelece o modelo para as iniciativas de protecção patrimonial levadas a efeito pelos poderes constituídos localmente, afirmando deste modo que a definição do interesse local ou a defesa da memória local (expressa materialmente ou não) pode partir da sua iniciativa.

Este postulado afirma-se particularmente importante quanto pode (poderia...) permitir às Câmaras Municipais (e mesmo a outros organismos de representação local) anteciparem-se a projectos de intervenção (sejam eles arquitectónicos, ou de outro tipo, e com fins públicos ou privados); essa antecipação cautelar destinar-se-ia a limitar ou impedir todo o tipo de projectos que não tivessem em consideração a preservação ou salvaguarda desses mesmos valores (e que são particularmente notórios em zonas já edificadas, mas cujo valor do solo tenha sofrido uma grande ascensão).

Mas a utilização deste pressuposto consignado na referida Base 1 encerra em si uma contradição que, mesmo em leis posteriores, nunca veio a ser «resolvida»: a sobreposição do parecer dos organismos da tutela (administração central) sobre os de competência local. Isto é o mesmo que dizer que se torna complexa esta questão sempre que o interesse camarário colidir com o interesse do Estado, uma vez que é a este que cabe, em última instância, e com parecer definitivo (in)deferir os pedidos de classificação. Obviamente o Estado tomará sempre o seu próprio partido, de acordo com planos mais gerais, e porventura nacionais, de aproveitamento dos recursos patrimoniais; esta limitação deveria funcionar apenas em consequência da acção negativa, isto é, o Estado deveria fazer funcionar os mecanismos de classificação

Paralelamente ao urbanismo, que pretende desenhar a evolução das cidades, mas que, como se pode constatar, não é desprovido de cuidados com o património histórico edificado, começa a despontar, pela mesma década de 60, na comunidade científica, a curiosidade pela cidade enquanto espaço de vivência. A abordagem vem da Geografia, que nestes anos começa a ser, muito marcada pela visão social e em que a cidade, enquanto resultado da interacção entre o meio natural e a iniciativa humana, é um objecto de estudo não só pertinente, como fundamental. Igualmente relevante este impulso porque, para lá da abordagem a núcleos que jamais haviam sido estudados enquanto entidades globais (isto é, para lá daqueles factos da história política, que acumulavam datas singulares de acontecimentos de vária natureza, mas principalmente militar), a geografia propõe-se tratar estas áreas de uma forma

multidisciplinar. Ao geógrafo interessa o espaço físico onde ela se implanta, tal como lhe interessam os materiais e os locais da sua recolha com que ela se edifica. Interessa-lhe perceber com que recursos naturais ela gera a sua riqueza, e quais as vias (terrestres, fluviais, marítimas) pelas quais ela estabelece relações com outras. Interessam-lhe as raças das gentes e o seu número, as estatísticas dos nascimentos e das mortes, que configuram os movimentos demográficos expressos em gráficos quantitativos que são tão do agrado das suas metodologias aprendidas nas componentes da ciências naturais que fazem parte, também, do seu âmbito de estudos¹³⁰.

Um desses investigadores, João Carlos Garcia, que dedicou algum do seu tempo à vila de Mértola e à importância do Guadiana como peça estruturante de todo o território situado entre esta vila e o mar, publicou um texto onde sintetiza este cenário da contribuição da geografia para este tema: “Entre meados da década de 60 e meados da década seguinte, um verdadeiro *boom* de Geografia urbana aconteceu na escola de Lisboa: perto de três dezenas de trabalhos vêm a lume sobre pequenas e grandes cidades portuguesas do continente, ilhas e territórios ultramarinos: Sesimbra, Sintra, Setúbal, Oeiras, Arcos de Valdevez, Lamego, Torres Vedras, Alcântara, Cova da Iria, Évora, Lisboa, Goa, Porto Alexandre, Luanda, Beira, Funchal. Isolando-se dos estudos monográficos, o trabalho renovador de Jorge Gaspar impõe-se progressivamente. Em todos os estudos a relação Geografia-História é uma forte constante. O testemunho da mensagem orlandiana foi passando às novas gerações. Em 1973, uma dissertação de doutoramento é apresentada em Coimbra, *O espaço urbano do Porto* de J. M. Pereira de Oliveira. A Geografia urbana naquela universidade ganhará desde então um novo impulso. Os geógrafos urbanos formarão escolas que ainda hoje dão conta, através de inúmeros trabalhos, da sua vitalidade e da sua importância”¹³¹.

Mas, se as Autarquias estavam limitadas nas suas intenções, por falta de verba, o mesmo não acontecia com o aparelho central. Aliás, as inaugurações sucessivas de obras e melhoramentos nos mesmos locais tornaram-se até parte do anedotário clandestino com que se criticava o Regime. Este aspecto de «produzir obra»

¹³⁰ Até aos nossos dias, e não foram poucas as teses que consultei de colegas geógrafos, estes investigadores continuam a produzir trabalhos de elevadíssima qualidade, no que respeita aos estudos urbanos, e só porque o nosso saber se vai acumulando, de forma incompreensível, em «bibliografia cinzenta», é que não progridem, na mesma proporção deste esforço, os nossos conhecimentos relativos à realidade cultural que o país e as suas áreas urbanas efectivamente representam.

¹³¹ GARCIA, J.C., 1992:112.

construída, que dava visibilidade às acções do Governo, e que abrangia estradas, pontes, escolas, bairros de habitação social, edifícios públicos, monumentos celebrando o Estado Novo, teve sempre grande importância na programação política dos seus dirigentes. A tentativa de implantar uma imagem estilística do regime, como impunha a sua ideologia, fazia os seus dirigentes e os arquitectos oficiais da nova linha dirigente buscarem uma certa monumentalidade, o que algumas vezes provocou “conflitos” com as zonas centrais de cidades, numa luta desequilibrada em que o património histórico, mais ou menos valioso pouco importava, ficou sempre a perder... A Alta de Coimbra, esventrada para acolher os novos edifícios da Universidade e a sua proporcional praça central, ficará para sempre como o exemplo mais negativo do que foram essas intervenções. Numa época e numa sociedade em que a população não possui qualquer possibilidade de fazer escutar a sua voz contrária, ou de impor alguma restrição, o Governo podia, como fez, dar expressão livre ao seu programa de desenvolvimento urbanístico e arquitectónico

Com uma estrutura de planeamento que podemos caracterizar como sendo rígida, não admira que, na sua configuração se possam encontrar pontos de contacto, particularmente na muita atenção dada à relação entre a parcela construída e as zonas de circulação viária, e a tendência para a repetição de módulos no zonamento (mesmo que fossem abordagens um pouco irrealistas, em resultado, quase sempre, da configuração do terreno, ou de circunstâncias particulares que impediam a disponibilização integral de todas as parcelas). Como refere Margarida Souza Lobo, planeavam-se as cidades, moldando-se um território vivo como se um “modelo físico que pudesse desenhar-se de forma idêntica à de um edifício»¹³².

Este cenário só veio a modificar-se após a alteração do regime, mas, independentemente do quadro legislativo, que a seguir se detalhará um pouco mais, a transferência de uma parcela do poder planeador para as Autarquias. Esta etapa, que durou duas décadas, veio a conduzir a uma situação completamente inversa, em que o planeamento foi um pouco relegado para uma posição secundária, quase sempre ultrapassado por interesses específicos de natureza meramente partidária (nas situações melhores) ou por interesses particulares, ligados a corrupção (nos casos piores). Esperemos que essa característica comece a inverter o seu rumo.

¹³² LOBO, M., 1993:45.

Um estudo de enorme detalhe e qualidade, realizado por Carlos Nunes da Silva, que se dedica a analisar diversas situações do poder local contemporâneo, destaca, para esta situação particular do planeamento territorial dois tipos de comportamento, por parte dos agentes responsáveis, que demonstra bem como ainda estamos longe de uma situação ideal em que o planeamento tenha bases predominantes científicas e estruturadas em favor do bem público, como deve ser o seu objectivo último. Salienta este investigador que “a percepção da situação existente [numa dada localidade, ou território] é feita pelos eleitos, com base na sua experiência pessoal, nos estudos feitos sobre o município, nas reuniões com os agentes sociais e económicos e com a população, entre outros elementos. A definição da situação desejada varia de eleito para eleito em função de diversos factores, entre os quais a sua filiação partidária. A identificação das diferenças entre o existente e o que se deseja é, sobretudo, uma questão política, além de cultural e social. Estas diferenças constituem, em suma, os problemas que o poder local procura resolver”; quer dizer que, e a minha experiência pessoal permite-me corroborar esta afirmação aqui expressa, determinados interesses locais podem ser postos de lado devido a situações de estratégia política, às vezes não sendo mais até do que picardias pessoais. A outra situação referida tem a ver com o domínio da vontade dos eleitos na tomada de decisões. Inquiridos para este estudo uma percentagem considerável de presidentes de câmara “mais de 70% considera que as políticas são sempre iniciadas pelos políticos, admitindo 24% que em alguns casos se limitam a adoptar políticas preparadas pelos funcionários. Nos municípios rurais, o papel do político é mais acentuado do que nos urbanos, em parte consequência de uma máquina administrativa e técnica menos qualificadas”¹³³. A situação é conhecida, e quotidiana. Inúmeras vezes as decisões são tomadas contra o parecer dos técnicos, não podendo deixar de se atribuir muitas culpas desta situação a ambos os lados. No entanto, e em proveito do progresso qualificado do País, importa fazer avançar o quadro legislativo no sentido de melhor serem enquadrados os respectivos âmbitos, pois que aos políticos deverá, definitivamente, caber a definição de orientações estruturantes, e não envolverem-se na discussão, e na contradição, de aspectos da gestão técnica para os quais, a maior parte das vezes, não possuem qualquer competência específica. Daí o interesse de se prosseguir agora na análise do quadro legislativo que acompanhou muitas destas acções, referindo-me apenas aos mais relevantes, e dos seus instrumentos técnicos derivados, a partir dos quais tentarei deixar algumas pistas reflexivas que possam contribuir para este debate tão fundamental.

¹³³ SILVA, C.N., 1997:54

2.2 – Enquadramento legislativo do planeamento urbanístico

A actividade urbanística, tal como a projectual, passou a ser encarada, a partir de um dado momento da evolução social, como fundamental para as sociedades a quem serviam. Claro que, em épocas mais recuadas, elas eram exclusivo apenas de chefes guerreiros e religiosos, mas não se pode negar que templos e zonas palatinas, pirâmides e coliseus, bem como a planta de Roma ou de Istambul já representariam modelos de urbanismo devidamente planeado, executado, avaliado no seu serviço ao funcionamento das actividades humanas.

Mas foi mais particularmente a partir da expansão das cidades planificadas do Iluminismo, como Lisboa ou S. Petersburgo que determinados procedimentos passaram a ser consubstanciados como regulamentos. As normas urbanísticas e construtivas começavam assim o seu percurso colaborando na organização de processos construtivos e expansão das cidades

Não pretendo aqui debruçar-me detalhadamente sobre este aspecto de historiar os modelos de regulamentação ao longo dos tempos. Apenas clarificar este conceito de modo a que a apresentação de alguns dos preceituados mais importantes da legislação portuguesa ganhem outro significado.

2.2.1 – A regulação do planeamento urbanístico

Foi com a promulgação do Decreto-Lei 24.802, de 21 de Dezembro de 1934 que foi reconhecida oficialmente, pela primeira vez, a «moderna arte da urbanização». O próprio preâmbulo do decreto dá uma ideia clara das intenções do legislador: «Este Decreto-Lei regulamenta toda a disciplina urbanística, impondo às Câmaras Municipais a obrigatoriedade de mandarem proceder ao levantamento de plantas topográficas das zonas urbanas de maior interesse público, o qual será executado sob a direcção e fiscalização do Governo. Os planos de urbanização sobre essas plantas, serão elaborados por iniciativa própria, segundo as bases estabelecidas pelo Governo «para dar unidade e eficiência ao trabalho dos Municípios». Como salienta Margarida Souza Lobo na sua tese dedicada ao urbanismo português deste período, “a realização de melhoramentos urbanos, redes de saneamento básico, equipamentos,

habitação, arruamentos urbanos, ajardinamentos e parques estava condicionada à existência de planos de conjunto, que ordenassem o aglomerado, distribuindo funções, e que simultaneamente criassem uma imagem urbana com que o regime se identificasse, objectivos a que os velhos Planos Gerais de Melhoramentos já não respondiam. Para as novas necessidades, concebe-se uma nova figura de plano”¹³⁴.

Recorde-se que as alterações políticas do novo regime se tinham consolidado no ano anterior, com a promulgação da nova constituição que assim formalizava juridicamente o Estado Novo. Este decreto eivava, como se depreende da leitura, do desejo de centralismo, em que as Câmaras Municipais eram de imediato cerceadas de poderes que até aí tinham exercido. O Ministério das Obras Públicas, ao impor a realização de Planos de Urbanização a todas elas, estava a servir objectivos, tanto técnicos como políticos, já que os planos seriam uma forma acrescida de controlar toda e qualquer iniciativa que se realizasse ao nível local. Com proibição mesmo da sua execução, caso não constasse dos planos que eram aprovados, a nível central, pela Administração Pública. O regime procurava dotar o país da «sua» imagem urbana. Embora parcelarmente, é, sem dúvida, fácil identificar as intervenções urbanísticas e arquitectónicas pertencentes a este período.

A década seguinte vai ser dedicada à programação urbanística, embora se tenha consumido uma larga parcela de tempo na concretização de levantamentos topográficos actualizados que a maior parte das localidades (cidades e vilas de maior dimensão ou sedes concelhias) não possuía. Recorde-se que neste período a Europa viveu a sua mais devastadora guerra, enquanto o País era, folcloricamente, transportado a Lisboa para apreciar o «notável progresso» que o regime de Salazar (sempre aclamado em manifestações pouco espontâneas...) exhibia nas Comemorações centenárias de 1940, na Praça de Belém, aliás, urbanisticamente reconvertida num exemplo da estética do regime, que se pretendeu até copiar nas principais cidades.

Em 1944, um novo regime legal, inscrito do Decreto-Lei 33921, complementava os famosos planos de urbanização com uma legislação que permitia a realização de expropriações com vista à sua eficaz concretização. Mexendo com consideráveis interesses económicos, este decreto levou inclusive à queda do Ministro Duarte Pacheco. Como esta legislação não revogava a Lei Geral da Propriedade, que fora

¹³⁴ LOBO, 1993:26.

instituída em 1912, os problemas jurídicos foram em elevado número. Resultado: a eficácia desta lei foi nula. Como alguns dos primeiros planos estavam a ficar prontos, impunha-se uma solução legislativa. “Em face destas pressões, foi aprovada a Lei 2030, de Junho de 1948, que, preparada numa óptica de uma política de habitação, proporcionou aos municípios a possibilidade de adquirirem terrenos para cumprimento dos planos e introduziu o direito de superfície”¹³⁵. Diga-se desde já, para fazer curta uma história longa que este decreto de 1934 só veio a ser regulamentado em 1950...

No mesmo ano, a Direcção Geral de Serviços Urbanísticos foi instituída, pelo Decreto-Lei nº34.337 (27/12/1944), tendo recebido, além de estrutura própria, a responsabilidade de integrar a Direcção de Melhoramentos Rurais e Secção de Arruamentos (antes na JAE), a Secção de Melhoramento de Águas e Saneamentos (da DG de Serviços Hidráulicos) e a Secção de Melhoramentos Urbanos (que dependia antes da DGEMN). Numa análise publicada em 1972 à situação urbana portuguesa (*urbanizar e construir para quem?*), Fernando Gonçalves salienta que o aspecto que mais o surpreende “é a circunstância da DGSU ter mantido a sua estrutura inicial ao longo dos trinta anos da sua existência”¹³⁶. Esta estrutura governamental fazia, por isso, a ligação entre o Ministério e todos os municípios do país, tendo um papel marcante na definição do planeamento global para o desenvolvimento urbanístico do país. Simultaneamente, na estrutura verticalizada do sistema político e sócio-económico com que o modelo corporativista controlava a evolução do país, a DGSU tinha algumas competências transversais (com canais evidentemente muito lentos...), uma vez que ela coordenava, com outros ministérios a concretização de programas de infraestruturas e outros equipamentos a serem instalados nos diferentes concelhos, principalmente em resultado do seu controlo exclusivo dos planos de urbanização.

A morte de Duarte Pacheco fez diminuir o ímpeto posto na modernização urbanística do país, e, politicamente, foi-se acentuando a pressão da burocracia da administração central. Inúmeras discrepâncias nos planos que estavam a ser produzidos levaram à instituição de propostas de projecto – os antepianos de urbanização. Estes funcionavam como um compromisso entre o plano que deveriam ser, e as ideias estratégicas para o desenvolvimento das zonas de contexto, com uma configuração próximo do conceito de plano director municipal (muito mais simplificado do que o que se exige actualmente, como é evidente). Estes instrumentos foram considerados

¹³⁵ MENDES, 1990:167.

¹³⁶ GONÇALVES, 1972:74.

instituídos pela Lei 35 931 de 4 de Novembro de 1946. A diferença era não apenas jurídica, mas efectiva: “Os planos de urbanização que confeririam às câmaras plenos poderes para assumirem a transformação do seu território com agentes activos e intervenientes, através de uma real política de solos, são, por decisão de Cancela de Abreu, reduzidos a documentos orientadores da actividade dos particulares. Do papel activo consignado no diploma de 1834 são remetidos para a passividade implícita na figura do antepiano surgido em 1946. A este estatuto apenas escapam as câmaras de Lisboa e Porto, às quais nunca foi imposta a figura de antepiano”¹³⁷. Aquilo que se pretendia, originalmente, que fossem propostas bem estruturadas para o desenvolvimento urbanístico, acabaram em esboços e análises territoriais, veja-se o caso de Mértola, apresentado nesta tese, em que a proposta pouco passava de um zonamento (estes antepianos não solicitavam qualquer complementaridade ao nível do plano de pormenor), e com tais delongas burocráticas que quase não entrava em vigor antes da mudança de regime político! “Foi ele um dos principais geradores da desmotivação que caracterizará a década seguinte, se bem que tenha surgido envolto numa capa de boas intenções, pretendendo aligeirar a pesada carga que envolvia a elaboração dos PGU’s (...) implementou acima de tudo, um complexo e interminável processo de revisão de antepianos que culmina, na generalidade dos casos, na sua aprovação condicionada”¹³⁸. Na realidade, esta circunstância permitia, como já salientei, a manipulação dos interesses locais em favor dos interesses do Governo.

Nada disto se passava originalmente, onde, independentemente da intenção ideológica, se pretendia efectivamente, numa perspectiva modernista é certo, mas sincera, conseguir que Portugal saísse dessa letargia em que persistia, como se vivesse ainda no século anterior. Por isso “os planos gerais de urbanização consistiam num tratamento cuidado das áreas centrais, no traçado de uma série de vias e no enquadramento de espaços verdes. Introduzindo regras de qualidade urbana, os planos propunham áreas residenciais de baixa densidade, o que levou a um aumento do preço do terreno e à localização dos estratos populacionais economicamente mais débeis fora dos perímetros urbanos”¹³⁹. Estes planos destinavam-se a criar zonas de expansão das localidades, a maior parte delas a serem ocupadas por moradias unifamiliares da classe burguesa a quem as circunstâncias industriais e comerciais de um país em paz num mundo em guerra haviam enormemente favorecido, ou, no caso dos proprietários agrícolas do sul, enriquecidos pelas políticas de fomento do Governo.

¹³⁷ LOBO, 1993:23.

¹³⁸ GARCIA, 1998:51.

¹³⁹ MENDES, 1990:169.

Nas cidades portuguesas, até pela ideologia formalista que estruturou estes planos, são facilmente reconhecíveis estas zonas de construção entre as décadas de 50 e 60.

A publicação das leis de expropriação, de 1946-48, e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), em 1951, não tiveram qualquer efeito prático nesta situação de planificação deficiente. Contrariamente ao que pretendia Duarte Pacheco, estes regulamentos vieram reestabelecer, o primeiro, a primazia dos proprietários fundiários, e, o segundo, contribuir para o emaranhado em que a legislação urbanística se encontrava.

O RGEU, aprovado a 7 de Outubro de 1951, vinha servir os interesses de padronização da cidade, que agradavam à nova ideia de progresso industrializado, mas incorporando claro uma imagem de cidade burguesa, na esfera do que se vinha já realizando, embora por iniciativa privada, desde os anos 40. A mesma intenção progressista estava por detrás da sua feroz imposição técnica (que até hoje perdura...), em razão de cujos parâmetros impedia a construção que não estivesse conforme a determinados valores, e impondo, se fosse caso disso, as obras necessárias à correcção das más condições de salubridade, solidez ou segurança, ou risco de incêndio, etc. Tem, ainda nos nossos dias, sérias repercussões na recuperação de edifícios, uma vez que, tendo sido resultado de um certo *lobby* da engenharia nacional (enquadrada na tal mentalidade de progresso unidireccional que vingava na época), não contemplou a possibilidade de soluções técnicas que viessem do saber tradicional e que se enquadrassem melhor na reabilitação autêntica desses referidos edifícios. Igualmente, todo o património rural vernacular português estava excluído destes referentes, e como não se podia construir novo fora dos regulamentos, este veio a ter impactos gravíssimos na destruição desse conjunto patrimonial pertencente à raiz da nossa cultura ancestral.

Sobrou, em todo o articulado, uma disposição de excepção, que é ainda hoje a «tábua de salvação» para os projectos que não apresentam os famosos *cálculos do betão armado*. De facto, o Artº 64º afirma claramente que “poderão admitir-se outras soluções em desacordo com o disposto nos artigos anteriores, desde que fiquem em todo o caso estritamente asseguradas as condições mínimas de salubridade exigíveis, mas só quando se trate de edificações cuja natureza, destino ou carácter arquitectónico requeiram disposições especiais”. Se não fosse este pequeno texto, as obras de salvaguarda, conservação e beneficiação de edifícios em tecnologias construtivas tradicionais, com estruturas de madeira, alvenaria de pedra ou taipa, etc.,

com qualidade e resistência comprovadas por séculos de utilização, teriam que ser demolidas e/ou esventradas sempre que nelas se pensasse tocar. De facto, o RGEU impõe condições aos processos de edificação que não se coadunam com o que existe na maior parte da arquitectura vernacular e monumental do nosso País. Se era pacífico que os monumentos teriam que ser sempre tratados de forma especial, no caso da arquitectura civil corrente, a introdução deste diploma como paradigma avaliador dos projectos tem causado sérios problemas. Tal como sucede com a Lei de Bases do Património, a referência feita é vaga, não especifica as outras técnicas construtivas, e deixa na interpretação do técnico licenciador o que é um “carácter arquitectónico que requeira disposições especiais”. Pouco rigoroso para decidir do destino de um imóvel e para responder às pretensões de um qualquer proprietário, que, aqui, ao querer conservar o património que possui, poderá ser surpreendido com um parecer que lhe diga que o mesmo não tem as condições construtivas adequadas, mesmo estando de pé há séculos...¹⁴⁰

Voltemos à questão dos Planos Gerais de Urbanização. É evidente que nas duas cidades maiores (que possuíam estatuto de excepção, e, portanto, trabalhavam em termos de plano e não de antepiano), em cujos territórios começavam a formar-se as enormes áreas metropolitanas que hoje existem, a especulação imobiliária depressa fez com que os planos ficassem desactualizados, uma das razões para o caos que aí hoje se pode encontrar, já que a resposta da estrutura administrativa era muito lenta para a dinâmica dos interesses económicos que então se gerou. Dez anos depois da entrada em vigor da Lei 2030, não existia ainda qualquer regulamento de expropriações que disciplinasse a aquisição dos terrenos necessários para a execução dos planos de urbanização. A urgência também era relativa: só estavam aprovados 28 planos, dos mais de duzentos que estavam em estudo.

Um outro aspecto conceptual interessante, é a distinção que se começa a verificar entre os arquitectos-urbanistas defensores do modernismo (seguindo os preceitos do

¹⁴⁰ Acresce ainda um outro problema relacionado com a utilização deste articulado produzido nos anos 50. É que, mesmo quando os técnicos municipais o aceitam como princípio justificador das excepções (em operações de construção e/ou reabilitação que possam ser mais rigorosas no uso exclusivo de técnicas tradicionais de construção), são os técnicos que desenham os projectos que as evitam sempre que podem. E porquê? Porque o ensino que lhes é ministrado é mono-cultural, a sua preparação é em betão armado; porque as câmaras exigem que eles assinem declarações em como o edifício que projectaram, mesmo quando não em betão, é seguro; porque as tabelas de cálculos de esforços e resistências só estão desenhadas para esse processo construtivo; porque é preciso ser um especialista noutras técnicas construtivas para o fazer com verdadeiro saber. Há um caminho de recuperação do saber, e dos modelos de ensino e conhecimento destas técnicas, que é preciso percorrer se queremos efectivamente proteger a salvaguarda dos edifícios antigos.

Congresso de 1931 e de Le Corbousier) e os lutadores pelo regionalismo (inspirados pelos ensinamentos de Camilo Sitte e de Giovannoni). Esta confrontação ideológica ao nível do desenho de espaços para a vida dos homens que cada um destes grupos pretendia melhor, começou a tomar forma no 1º Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em 1948, onde foi referido que apesar de se achar muito importante a «carta de Atenas», que o seu uso deve ser feito “não esquecendo nunca que a sua aplicação deve fazer-se em estreito contacto com as realidades nacionais”¹⁴¹. A disputa entre estas duas soluções espelha-se bem na diferença entre os bairros modernistas, como os Olivais e as urbanizações sociais em formato «micro-aldeia» tipo Caselas (ambas na cidade de Lisboa). Não estando o país dotado de uma quantidade tal de técnicos nesta área, esta disputa ideológica foi relativamente esbatida pelo facto de que todas as soluções foram aceites, no que resultou “um período marcado pelo ecletismo onde se misturam (ainda muito) as considerações teóricas, mas progressivamente também um maior realismo em detrimento duma formalidade e abstracção iniciais”¹⁴².

É evidente que este posicionamento formal dos diferentes urbanistas teve consequências muito importantes no que diz respeito à conservação (ou destruição) dos centros históricos portugueses, consoante estes, ao desenharem os planos ou anteplos, consideravam que determinadas zonas de transição deviam ou não ser consideradas históricas, ou sobre o modo mais ou menos agressivo com que se olhava para a envolvente dos monumentos. Alguns, mais radicalmente modernistas, arrasaram tudo o que não estava contido pelas muralhas, excepto os monumentos reconhecidos como tal (igrejas, por exemplo). “Sempre valorizados são os monumentos, embora de modos diferentes e opostos, surgindo, em algumas propostas, como elementos significantes, aglutinadores de um conjunto de pré-existências a quem conferem e de quem recebem sentido e, noutras, como peças arquitectónicas, isoladas e, com valor próprio, desenquadradas do tecido envolvente”¹⁴³. Esta perspectiva resultava de considerarem a cidade que entretanto se havia formado nos arrabaldes nos núcleos medievais como «ineficiente», um entrave ao progresso. Lamentável é o património, riqueza irrecuperável, que a sua acção desnecessariamente destruiu. A minha visão de historiador não se conforma facilmente com esta metodologia «haussmaniana»... Deve referir-se aqui, pelo seu carácter pioneiro, a publicação do Decreto-Lei 40616, de 1956, referente à renovação das «ilhas do Porto», que regulamentava as demolições e os realojamentos que se

¹⁴¹ GONÇALVES, 1972:68.

¹⁴² MENDES, 1990:57-58.

¹⁴³ GARCIA, 1998:58.

consideravam fundamentais para o saneamento desta zona. Ela foi o primeiro local de grande confronto entre aqueles que pretendia demolir a maior parte da baixa popular portuense e os que pretendiam preservar esse seu carácter. Felizmente que a delonga em todos estes processos, bem como os altos valores financeiros necessários, permitiram ir adiando a questão até que a mentalidade mudou e nunca mais a questão da descaracterização patrimonial e histórica da cidade se colocou. Quando da mudança de regime já o gabinete de reabilitação trabalhava num quadro epistemológico apenas tolerando a remoção mínima e procurando uma conservação integrada da zona (já então, com um novo enquadramento jurídico dado pelo decreto nº8/73, especificamente consagrado à renovação de áreas degradadas, e extensível a todo o país).

Mas estas situações tinham, efectivamente mais impacto nas áreas urbanas maiores do país. No restante, em que a pressão e as tensões entre as necessidades sociais e a resposta urbanística eram menores, e o grau de proximidade dos diferentes grupos sociais e os decisores era considerável (quando não eram os mesmos, como já destaquei), a situação ia-se estendendo pelo tempo, num *vai-vem* das propostas de antepiano entre os municípios e o Terreiro do Paço. Tal como já referi para o caso de Mértola, a maior parte destes antepianos não terá consequências práticas muito marcantes, pelo tempo que demoravam a executar-se, sendo constantemente contrariados pela realidade, neste caso pelo crescimento efectivo das localidades. Este ciclo de planeamento urbano cairá, como o define Sara Garcia, na apatia. Aliás, o mesmo sucedeu ao país...

É preciso não esquecer que, a partir dos anos 60, com o início da Guerra Colonial, a fuga de mão-de-obra para França, Alemanha e outros destinos da Europa Ocidental, e o acentuar das dificuldades da balança comercial num mundo em início de globalização, foram factores que diminuíram em muito os recursos financeiros do país, pelo que o planeamento urbanístico se tornou uma preocupação residual.

Claro que esta situação não era, mesmo para um país periférico e empobrecido como o nosso, sustentável. Durante estes anos do final do regime salazarista, particularmente a partir da década de 60, com a adesão de Portugal à EFTA e com os impactos económicos do Plano Marshall, foi mais forte a pressão para o desenvolvimento urbanístico de certas áreas. O investimento estrangeiro, que começou a intensificar-se, em parceria com o crescimento dos grupos económicos portugueses (associados a famílias da alta burguesia, Mellos, Espírito Santo,

Champalimaud, etc.) teve muita influência no desenvolvimento urbanístico, embora confinado às áreas metropolitanas, e, um pouco menos, ao litoral. No interior – já flagelado pela mecanização da agricultura, e portanto, pela perda dos postos tradicionais de trabalho rural -, iniciou-se o processo de decadência que durou até aos anos 80.

A Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização ia regulando as diferentes intenções e propostas a seu belo prazer, sem pressas, usando as verbas que provinham do Fundo de Desemprego como um elemento de coacção ou limitação sempre que entendia necessário. O único sinal de actividade (excluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, como é evidente) vem ainda do loteamento destinado às moradias unifamiliares, usando terrenos que eram antigas propriedades agrícolas ou coutos municipais. A maior parte delas eram clandestinas – convém recordar que, neste tempo, os detentores do poder económico eram os detentores do poder político – portanto acabava por se conseguir contornar a ausência dos famigerados planos (e, por isso, comumente em cada etapa que se aprovava, em Lisboa, uma planta de urbanização, já esta não correspondia à situação concreta que se encontrava no terreno. Saliente-se que, pelo final deste período, os planos aprovados ultrapassavam em pouco as duas centenas.

Fernando Gonçalves destaca um caso que me parece muito interessante citar, pelo que ele demonstra da importância do planeamento urbano, e onde se pode ver claramente a diferença entre o país que somos e o que poderíamos ser, neste aspecto do ordenamento da nossa paisagem, da qualidade dos espaços onde vivemos e, da gestão dos nossos recursos. A propósito do Plano da Costa do Sol (saliente-se, a zona onde vivia a alta burguesia ligada ao regime, e que foi uma das zonas grandemente beneficiada logo a partir do programa de melhoramentos, ainda no século XIX), escreve ele que, nesta zona, foi criado, durante o regime salazarista, um Gabinete especial para elaborar o plano “Somente aqui os benefícios foram dados a uma burguesia endinheirada que então «usava» a linha de Cascais. As discrepâncias que hoje se notam [repare-se que se refere a 1972, que hoje – 2004 – ainda são mais nítidas...] entre os níveis urbanos desta linha quando os comparamos com os da linha de Sintra, via de apoio dos dormitórios mais mal equipados da região de Lisboa (veja-se o caso da Amadora), mostra bem as consequências de um desenvolvimento socialmente orientado para o fornecimento de melhores situações para as classes

burguesas do país”¹⁴⁴. E mostra bem a consequência de existirem, ou não, políticas de ordenamento!

O decreto nº560/71 torna obrigatória a revisão dos “velhos” anteplos dos anos 60 (que muitas localidades, como Mértola, não tinham ainda concluído) e impõe “a obrigatoriedade das posteriores revisões serem feitas até um prazo limite de cinco anos, aspecto que necessariamente rompe com a ideia de cidade congelada no tempo que caracterizava os planos da década de 30 e 40.

Mesmo antes da alteração do regime, é publicado um novo decreto, nº 287/73, cujo articulado vem tentar pôr alguma ordem nesta situação. O legislador “revelar-se-á ainda mais preocupado com o estabelecimento de uma relação de deveres entre a Administração e privados do que com o ordenamento urbano. A ausência de indicações que permitam elevar a qualidade dos projectos de loteamento, apesar do acréscimo de exigência relativamente aos elementos que o devem fundamentar e constituir, são disso uma prova. São-no, igualmente, a estipulação de áreas de cedência para equipamentos ou domínio público referenciadas em termos quantitativos mas não em termos de qualidade (em face do que os loteadores reverterão para o município aquelas que menos lhes interessarem)”¹⁴⁵. Claro que estas boas intenções não se concretizaram nestes moldes, porque se deu a mudança de regime político, a 25 de Abril de 1974. E, aí, persistiu a urbanização feita por loteamento, que já atingia as áreas metropolitanas e que se disseminou ainda por algumas áreas envolventes de outras cidades médias, pelo menos até aos anos 90, quando finalmente, este estratagema começou a ser mais controlado (que não extinto...).

Curioso é compreender que, quer no final deste período político, quer nos primeiros do regime seguinte, a actividade legislativa tentou controlar a transformação territorial, mas os seus esforços revelaram-se inconsequentes. Se o nosso Ambiente urbano é hoje a catástrofe que é, em tantas localidades do nosso país, deve-o em grande medida a estas circunstâncias. A especulação imobiliária foi a vencedora, e só não se produziram mais Brandoas porque o mercado não necessitou delas, e não porque a legislação tivesse alguma capacidade efectiva para o conseguir impedir. O grande perdedor foi o interesse público, e não falamos ainda das questões patrimoniais em detalhe.

¹⁴⁴ GONÇALVES, F., 1989:137.

¹⁴⁵ GARCIA, 1990:63.

Um último aspecto, ainda relativo a esta época da nossa história, referente aos procedimentos ligados ao urbanismo, a referir é o que se prende com a questão da auscultação da opinião dos cidadãos em relação às configurações definidas nestes instrumentos. Mais uma vez me socorro do estudo de F. Gonçalves. Refere ele que “na actual [1972] orgânica a participação dos futuros utentes da cidade é relegada para aspectos episódicos e inconsequentes. Estabelece o §2 do Art. 10º do Decreto-Lei nº 33.921 que:

«Os planos a apresentar ao Governo deverão ser acompanhados das informações dos municípios e da junta de higiene concelhia e, quando tal for julgado necessário pelo Governo, serão exactamente acompanhados dos resultados do inquérito público aberto durante trinta dias por editais afixados nos lugares e na forma do costume». Mas para além do aspecto irónico assumido por este tipo de «participação», poder-se-ia perguntar qual o seu significado num país onde a vida política é deliberadamente atrofiada e onde a administração local é directamente controlada pelos poderes centrais. (...) é necessário não esquecer que com apenas 23% da sua população urbanizada em 1960, Portugal ainda não possui uma tradição urbana. Por outro lado, no nosso país a mutação cultural implícita num processo de urbanização processa-se paralelamente a uma despolitização orientada, o que contraria o aparecimento de alternativas aos modelos de cidade apresentados pelo sistema”¹⁴⁶. Acresce a isto que a população, no sentido em que consideramos hoje este conceito, politicamente falando, não existia. Pobreza, altas taxas de analfabetismo, ausência de democracia, clivagem social profunda, mantinham afastadas desta discussão, e destes interesses, a maioria das pessoas. A haver essa confrontação, ela cingir-se-ia aos representantes de grupos políticos diferentes (entre os partidários do regime e os da tímida oposição liberal e republicana), que partilhavam a mesma classe social. Este interesse de classe, quando transposto para o urbanismo, podia colocá-las em campos distintos de opinião quanto ao que seria o alojamento condigno das classes trabalhadoras, e na discussão da situação das áreas metropolitanas, já então a viver o caos. Mas não deixa de ser verdade também que, do regime ou da oposição, viviam nos mesmos bairros centrais das cidades, frequentavam os mesmos liceus, compunham duas faces de uma mesma elite, quando confrontada com a restante população do país. Isto tinha alguma importância então, e deixou uma herança geracional que ainda se vê espelhada, maioritariamente, nas bancadas parlamentares da democracia actual.

¹⁴⁶ GONÇALVES, 1972:83.

É evidente que a transformação política, com a liberdade para o povo exprimir as suas necessidades e maiores carências, veio a gerar um extensíssimo caderno reivindicativo. Abafadas pelo regime, as angústias de todos aqueles que viviam nas áreas sub-urbanas, muitos deles em «bairros de lata» podiam finalmente ser do conhecimento do país. A construção existente era má, em qualidade, e insuficiente, em número. Um balanço desta situação, feito nos dois anos imediatamente subsequentes, foi até, pela primeira vez, divulgado pela televisão. O país conheceu então que era grande a miséria de muita gente, cujas condições de habitação eram lamentáveis. Exigiram-se novas políticas imobiliárias, que colocassem Portugal mais a par com o nível de vida que existia na Europa desenvolvida. Até ao início da década de 80 as restrições e o controlo urbanístico foram quase inexistentes, desta vez porque se queriam resolver com rapidez muitas dessas carências básicas da população. Além do ambiente político da época favorecer este tipo de comportamento mais *engagé*, a falta de recursos humanos especializados nos serviços municipais, de certa forma facilitou este caminho, além de que muitos dos técnicos municipais também o legitimavam por razões de ordem ideológica. O problema não era meramente arquitectónico, o que eventualmente se poderia melhorar ou corrigir. O grande crime contra a qualidade que o País poderia ter era revelado na ausência de um correcto urbanismo, que permitisse um território ordenado. Como o caos continuou ainda por algum tempo, o crescimento das duas grandes áreas metropolitanas em «mancha de óleo» e que se foi estendendo pelo território litoral que se situa entre as duas, pode ter criado um cenário de tal modo desestruturante que ainda hoje não se vê solução para ele. E ainda há quem proponha a passagem da gestão da RAN e da REN para as mãos das Autarquias...

Este é um aspecto da gestão do território que é vital. Se bem que numa primeira fase a protecção tenha sido meramente formal, assegurada pela lei, mas muito desrespeitada na prática, gradualmente as ideais de uso sustentável dos recursos ambientais começou a ganhar mais adeptos. Progrediu a consciência da irreversibilidade dos danos causados em certos domínios, e dos menores custos de ter uma boa gestão a eles associada, o que tem vindo a contribuir para um melhor urbanismo.

Um dos aspectos que mais poderia ter contribuído para transformar positivamente a situação urbanística do país, foi a institucionalização da verdadeira autonomia das Autarquias, consubstanciada na Lei das Finanças Locais, que lhe dá competência para articular receitas e despesas. Apesar de tudo, certos vícios são antigos, a lei só é

aprovada em 1984 (existia uma lei que assegurava a gestão, aprovada em 77, que foi então revogada), dez anos depois da mudança de regime, e cinco desde as primeiras eleições democráticas para os órgãos do poder local. Mas a lei de 77 já estabelecia que “aos municípios passou a competir a elaboração, aprovação e financiamento dos planos directores municipais, planos gerais e parciais de urbanização, planos de pormenor e planos municipais de ordenamento do território e garantir a sua execução”¹⁴⁷. Poderia ter sido de imediato aproveitada para, no campo do ordenamento, se enveredar por um caminho correcto, cujo primeiro passo seria mandar corrigir, ou actualizar (ou mesmo completamente transformar) os planos de urbanização. A maior parte delas, no espírito voluntarista e pragmático que caracterizou as primeiras duas décadas da gestão autárquica em muitos concelhos do país, deu prioridade à resolução de carências imediatas (saneamento básico, infra-estruturas viárias, equipamento, etc.), esquecendo que em nada se causava prejuízo que estas fossem, rapidamente, consideradas conjuntamente num plano integrador.

Nem a modificação da Lei dos Solos (Decreto-Lei 794/76) que criava a possibilidade de se definirem medidas preventivas de modo a impedir a alteração das condições existentes, que, como sucedeu nas décadas anteriores, prejudicava a execução dos planos. Na prática, esta lei ficou muito aquém dos objectivos, mas ao abrigo dela foi possível realizar operações importantes de conservação e reabilitação como a Ribeira-Barredo, no Porto, e Alfama e Mouraria, em Lisboa, e para a contenção da construção clandestina.

Nas décadas que se seguiram, particularmente a partir de meados dos anos 80, quando a situação política começou a estabilizar, o Estado vai tentar – em alguns casos, sejamos francos, empurrado pelos regulamentos europeus que os enormes recursos financeiros postos à disposição de Portugal impunham – dar uma nova coerência e uma acrescida exigência às questões do ordenamento do território, da qualidade urbana, impondo nova legislação, embora, até hoje ainda, um pouco titubeante na sua aplicação. Na organização do novo esquema de competências a serem divididas entre o Poder central e as autarquias, a lei aprovada em 1994 estabeleceu que cabia a estas últimas elaborar e aprovar PDM, PGU, PPU e PP, mas reservava para o Governo a ratificação dos PDM, PGU e PPU. Esta repartição de poderes foi considerada, pelos diferentes interesses (e a experiência tem-no demonstrado) como uma solução equilibrada. Os condicionamentos impostos à

¹⁴⁷ MENDES, 1990:178.

obtenção de financiamentos comunitários levaram a que, no final de 1990, quase todos os municípios tivessem iniciado a elaboração do PDM, ao mesmo tempo que aqueles que já tinham iniciado essa elaboração rapidamente alcançaram a fase de conclusão.

Já anteriormente, em 1985, com a aprovação da Lei de Bases do Património Cultural, se tinha começado a manifestar alguma preocupação com a reabilitação do património construído das cidades, com destaque para determinados bairros históricos. As autarquias reclamaram por apoios que lhes permitisse repetir experiências como a da Baixa do Porto, ou as de Évora e Beja, ao nível do estudo e planeamento. A colaboração que se estabelece entre administração central e a local teve resposta através do PRU, PRID, RECRIA, beneficiando ainda de dois instrumentos essenciais, a declaração de área crítica de recuperação e renovação urbana (ACRRU) e o direito de preferência na alienação consagrados na lei de solos, a que devemos acrescentar o apoio dos gabinetes técnicos locais (GTL). O RECRIA veio ainda a ser reforçado com a criação de dois novos regimes de apoio financeiro: o Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH) e o Regime de Apoio à recuperação Habitacional em Áreas Urbanas (REHABITA). Estes esquemas são ainda complementados com programas inter-ministeriais, que abrangem a área social e económica, ou por grandes linhas de financiamento dedicadas à regeneração urbana, de que o programa POLIS é o último exemplo em vigor. Aqui ficam algumas referências:

- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)
- Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
- Inserção Económica e Social dos Grupos Sociais Desfavorecidos (INTEGRAR)
- Iniciativa Comunitária URBAN
- Programa de Reabilitação Urbana
- Programa Renovação Urbana
- Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM)
- Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (PROSIURB).

Em termos da gestão do território, existe actualmente uma lei de bases da política de ordenamento do território e do urbanismo, Lei 49/98, onde se articulam os diferentes níveis de responsabilidade. No essencial, e é apenas esta referência que aqui se pretende salientar, a filosofia programática do novo articulado procurou, antes de mais, institucionalizar um novo modelo de gestão democrática, erradicando “os últimos resquícios do planeamento centralizado e autoritário do Estado Novo, substituindo-o, em toda a linha, por uma gestão territorial democrática, concebida de acordo com os padrões europeus e aberta à efectiva participação dos cidadãos”¹⁴⁸.

Duas questões relevantes importam ainda aqui salientar, em termos da evolução das políticas urbanas no nosso país. Uma delas tem a ver com o desejado fim da expansão em mancha de óleo das zonas sub-urbanas nas duas áreas metropolitanas maiores. Sendo certo que o equilíbrio trazido pelo crescimento das cidades de média dimensão veio diminuir a pressão sobre estas zonas, e mostrando as estatísticas um *super-havit* de fogos na ordem dos 30.000, não se percebe – a não ser pela continuada especulação... - a razão de estas não travarem a sua expansão. Como destacaram Fernando Gonçalves e Margarida Reis, no *Encore* de 2003, comentando as virtualidades dos novos modelos de ordenamento urbanístico, “os ganhos alcançados por esta via arriscam-se a ser francamente prejudicados pelo calcanhar de Aquiles do novo sistema, que manifestamente reside na ineficácia das políticas fundiárias com incidência na transformação da cidade, bem visíveis no domínio exercido pelos projectos de loteamento de iniciativa privada”¹⁴⁹. A hora é de requalificar, de recuperar a cidade antiga, esperando-se então que as alterações legislativas mais recentes possam induzir o sector da construção civil a apostar nessas modalidades, e que os poderes locais sejam capazes de bloquear os seus perímetros para a construção nova.

Outro aspecto tem a ver com falta de meios de que as autarquias dispõem para poderem fazer a correcta gestão do seu território. Já em 1990 Costa Lobo destacava que o Decreto-Lei 69/90 insistia “em definir os planos como simples regulamento administrativo, esquecendo-se de lhes proporcionar [aos municípios] condições eficientes de gestão com meios e condicionamentos apropriados. É a confirmação do conceito de plano sem planeamento, teoricamente inaceitável e praticamente desastroso. Pode dizer-se que, com honrosas excepções, derivadas de um esforço de vontade e engenho técnicos notáveis, o planeamento urbano, como figura de gestão e

¹⁴⁸ GONÇALVES e REIS, 2003:985.

¹⁴⁹ GONÇALVES e REIS, 2003:985.

processo de orientação e acompanhamento sistemático da evolução urbanística, ainda não assentou arraiais em Portugal¹⁵⁰.

Se, como se explanou nestas breves páginas, o cenário não foi muito favorável a um urbanismo equilibrado, mesmo sendo esse um sector economicamente relevante, que esperar então das fracas medidas destinadas à regeneração das áreas antigas das nossas urbes? Ignorada durante as primeiras décadas do século XX (excepto nas operações cosméticas como as realizadas em Alfama e Mouraria, em consequência da política de promoção, em 1949, da Capital do Mundo Português) só a partir de meados da década de 60 se começou a dar-lhes um olhar mais profundo e a efectivamente tentar concretizar a regeneração de alguns tecidos edificados. Não estranha por isso que a referência específica a estes casos surja em 1971 apenas, visando a sua obrigatória referência nos planos de urbanização. E que “só recentemente alguns municípios se lançaram em operações de conservação e reabilitação do tecido edificado. Até então, estas acções limitaram-se à preservação dos tecidos antigos, numa perspectiva museológica, orientada para a utilização turística. Fazem excepção a estas orientações, os planos de salvaguarda para as duas maiores cidades alentejanas (Évora e Beja). Metodologicamente, a primeira orientou-se para a modernização e valorização dos equipamentos culturais, enquanto a segunda procurou a salvaguarda do tecido edificado numa relação estreita com um plano de revitalização económica¹⁵¹. Estas cidades têm mantido, aliás, um comportamento quase exemplar nestas questões patrimoniais ao longo dos anos. Pena não ser um exemplo mais generalizado.

¹⁵⁰ COSTA LOBO, 1999:11.

¹⁵¹ MENDES, 1990:181.

2.2.2. – A Lei de Bases do Património Cultural

Como foi já referido, a lei 13/85 teve um processo estranho durante o tempo da sua vigência. Desprovida de regulamentação por divergências políticas e por influência de poderosos lobies, foi aplicada durante uma década e meia, apesar de ser consensual a necessidade do seu aperfeiçoamento. Este, que seria um processo mais fácil, e que poderia ter permitido a sua operacionalização mais rigorosa, jamais avançou, e, em vez disso, começou a desenhar-se um novo articulado de Lei de Bases.

A lei em si, no entanto, era favorável ao estudo, conservação e valorização do património cultural, e apesar de instituir obrigações conjuntamente com as classificações¹⁵², procurava constituir-se como um elemento dinamizador do respeito às referências e memórias dos contextos urbanos¹⁵³. Apesar das lacunas, poderia ter servido, com uma regulamentação que enquadrasse o excessivo estatismo do articulado base, para que não se tivesse chegado, nos referidos aspectos, e no final do século, a uma situação de atraso tão marcante. O problema era então – e parece continuar a ser – a ausência de meios financeiros, de mobilização dos agentes activos que poderiam desempenhar esse papel, e, de vontade política para que efectivamente exista uma lei que possa ser usada, que defenda e melhore o estado do nosso património. É um caso em que a irresponsabilidade dos agentes políticos (directos ou os que promovem os lobies negativos contra a regulamentação) será chamada a um julgamento social pelas gerações futuras.

Juridicamente, e em resultado da época da sua preparação e redacção, a lei, como já salientei, dava um estatuto menor aos direitos dos privados detentores de património, neste se incluindo a Igreja Católica Apostólica Portuguesa, que é a maior proprietária nestas circunstâncias. Como a legislação portuguesa aponta numa direcção distinta, onde, a partir dos anos 80, os direitos privados têm vindo sucessivamente a ser levados em maior conta, parecia que este aspecto seria pacífico, e como digo, não seria impeditivo que uma regulamentação específica, salvaguardando o papel de

¹⁵² As categorias base persistem, divididas em Monumentos, Sítios e Conjuntos; os níveis em Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Valor Concelhio, depois especificados pelo quadro geográfico em Local, Regional, Nacional e Internacional.

¹⁵³ Neste domínio assumem particular importância os zonamentos patrimoniais que se dividem em Zona «*non edificandi*», Zona Especial de Protecção (ZEP), Zona de Protecção e Zona de Influência Visual, configurando limites métricos e restrições distintas. As ZEP's têm sido particularmente importantes no auxílio à preservação dos centros históricos portugueses, sendo évara o caso mais famoso por tornar tão visíveis as contradições entre o articulado legal e o valor patrimonial.

tutela científico-patrimonial do estado (através das classificações), pudesse ter gradualmente corrigido o texto da lei-quadro.

Igualmente, a regulamentação poderia ter servido para melhorar a articulação, integração e valorização do património de proximidade, bem como dos conjuntos rurais e urbanos, aspecto que para o caso dos centros históricos era relevante, como se verá pelas sugestões que a Associação Nacional de Municípios com Centros Históricos (ANMCH) fará para a revisão da lei (explanados um pouco mais adiante neste texto).

A falta uma visão prática da gestão do património – que só a regulamentação, como é óbvio, poderia conferir - também conduziu a um escasso aproveitamento e mobilização de instrumentos já existentes, como os planos de ordenamento do território, a classificação como património mundial ou a delimitação de centros históricos, os programas de reabilitação urbana, etc.

Segundo João Martins Claro no seu artigo de referência, inúmeras vezes citado, «Enquadramento e Apreciação crítica da Lei nº13/85», in *Direito do Património Cultural*, de 1996, a lei quadro dos anos 80 continha 34 convites a legislar, não cumpridos, que tornam a Lei, na prática, inexecutável. Isto redundava em critérios subjectivos de aplicação da lei por parte de diferentes técnicos e organismos, que conduziram a situações, no caso dos centros históricos, incompreensíveis para os cidadãos e para os gestores locais.

Por serem importantes para a relação que a sociedade tem com esta lei de bases, destaco aqui alguns aspectos no ponto de vista jurídico, a saber:

Esta lei é meramente programática, ou seja, em termos do nosso ordenamento jurídico, e como qualquer lei de bases, ela limita-se a estabelecer os princípios que devem nortear a necessária produção de regulamentação. De certo modo, e como a interpretação do técnico que dá um determinado parecer não se aplica em critérios com uma objectividade pré-estabelecida na regulamentação, pode dizer-se que a interpretação legal é feita de forma casuística. Facto que, de alguma maneira, contraria um pouco a ideologia geral da nossa produção legislativa, de raiz romana e não anglo-saxónica. Podemos assim dizer que, na relação que o cidadão estabelece com o Estado neste quadrante, existe aquilo que é corrente designar-se por insegurança jurídica.

A ausência da regulamentação expõe o cidadão a situações contraditórias – e está por avaliar com rigor a diferença entre o mero cidadão que solicita uma destas avaliações, e aqueles que têm possibilidade de movimentar interesses, lobbies, ou mesmo de se eximir aos estados de humor por parte daqueles que têm o poder vinculativo da sua opinião.

A mesma lacuna submete desta forma o cidadão ao parecer do IPPAR – cujo encontrou, através de diverso mecanismo legal, a justificação jurídica do seu carácter vinculativo, sem necessidade de outra justificação. A lei, neste aspecto, é perversa. Mesmo num recurso para os tribunais comuns, o cidadão vai encontrar-se perante – na ausência de critérios regulamentares que permitam avaliar matéria de facto – o impedimento que o juiz tem de avaliar, a fundo, a validade substancial do parecer, pois não existem pontos de referência que definam esses critérios¹⁵⁴. Sem pontos de referência não se pode medir o «desvio», e, portanto, não pode o juiz ponderar sobre a justeza do parecer emitido. Perverso, porque, na perspectiva jurídica, o juiz acabará por concordar que é ao IPPAR que cabe o parecer vinculativo (é a única regra clara existente...) e, assim sendo, a Administração Pública está a definir os próprios critérios aos quais tem que se submeter (tendo por prática corrente defini-los de forma genérica e abstracta de modo a enquadrar e justificar qualquer decisão). Ou seja, de forma pouco democrática, no que parece um resquício «fascizante», faz o que quer. A ausência de regulamentação impede o cidadão de encontrar uma arbitragem independente que, ao menos, lhe dê uma avaliação independente nestas divergências. O Estado decide de forma arbitrária, e é este um dos aspectos que tem levantado mais divergências, e que, até, muitas vezes, coloca os técnicos em situações de alguma dificuldade, devido à incompreensão que geram alguns pareceres, pela sua disparidade.

Em grande medida, nos territórios urbanos de maior valor patrimonial, a sua defesa ficou, em muito, a cargo dos planos de salvaguarda. Claro que apenas em termos gerais, pois, por exemplo, como sucede em Mértola, se um imóvel fica dentro da linha

¹⁵⁴ É preciso também reconhecer que a magistratura não tem qualquer preparação específica em assuntos do foro do património cultural – nem se lhe pode exigir que tenha. E mesmo se o juiz envolvido numa disputa motivada por estas circunstâncias fosse um indivíduo particularmente preparado nestas matérias, pela sua cultura, não seria o seu papel contrariar a opinião do técnico, contrapondo uma a outra opinião. O que se pede à magistratura, e é o que o juiz teria como orientação se colocado numa situação deste género, seria avaliar a forma da lei. É esta que é insuficiente.

protectora de um monumento nacional, onde impera o parecer do IPPAR, pode ser alvo de um parecer diferente daquele do seu vizinho da casa contígua, que poderá beneficiar de alguma tolerância...

Em relação à legislação – e por causa da nova lei-quadro do património cultural, (Decreto-Lei 107/ 2001), a ANMCH propôs, na reunião de Lisboa, que a regulamentação, entretanto ainda não produzida, considerasse o seguinte:

- fixar sem ambiguidades os mecanismos de ressarcimento para os municípios do valor de benefícios fiscais quase exclusivamente concedidos à custa de receitas próprias;
- eliminar uma certa reserva residual centralista relativamente à intervenção dos municípios, como por exemplo a classificação de valor concelhio depender de parecer do IPPAR;
- não fazer depender a proposta de classificação da opinião do proprietário;
- definir o conceito de Centro Histórico agilizando os mecanismos legais à disposição dos municípios que não têm área crítica declarada nem dispositivos que possibilitem expropriações com carácter de urgência;
- estabelecer a equivalência de instrumentos de planeamento já existentes relativamente à figura do plano de salvaguarda agora exigido;
- clarificar o papel dos municípios na inventariação do património;
- especificar o conceito de património industrial;
- afectar os recursos financeiros e técnicos indispensáveis aos projectos e programas a desenvolver em cooperação com as Autarquias Locais

Parte da dinâmica de intervenção que se pode levar a efeito, para a salvaguarda patrimonial, vem do Código de Procedimento Administrativo, na Lei da participação procedimental e da acção popular¹⁵⁵.

A proposta de lei do Diploma actualmente em vigor, quando depositada na Assembleia da Republica, explicava que "(...) as principais orientações nela perfilhadas relevam, em primeiro lugar, da procura de um adequado nível de concretização da Constituição do património cultural nas suas dimensões subjectiva e objectiva. Em segundo lugar, este novo texto legal surge especialmente orientado ao aperfeiçoamento da coerência interna do regime jurídico aplicável, de que é ponto de partida uma definição precisa do respectivo objecto e âmbito. (...) Um objectivo ainda tem a ver com a preocupação de garantir maior eficácia e agilidade a todo o sistema normativo aplicável" [sublinhado meu].

Não vou entrar aqui em detalhes de análise desta nova lei, que, mais uma vez, embora aplaudida a sua proclamação, parece, no fundo, não agradar a muitos. Mais uma vez a fundamental regulamentação para que ela seja um instrumento útil para a salvaguarda do nosso património cultural anda perdida em negociações.

No entanto, saliente-se que a nova lei prevê:

- um registo próprio e um título para cada forma de protecção;
- critérios genéricos para a apreciação do interesse cultural [aspecto inédito];
- um sistema nacional de informação do património cultural;
- prazos e regras claras quanto aos procedimentos;
- reforço dos direitos dos proprietários;
- medidas provisórias de salvaguarda;
- reforço dos instrumentos urbanísticos de protecção;
- medidas especiais para a defesa da paisagem e do contexto dos monumentos, conjuntos e sítios;
- elencam-se as componentes e os instrumentos de valorização;
- definem-se com rigor as atribuições do Estado, das regiões autónomas e das autarquias;
- dinamiza-se o regime de benefícios, incentivos e apoios;

¹⁵⁵ Esta muito usada em Lisboa, durante décadas, pelo advogado Sá Fernandes, actual vereador da oposição eleito pelo Bloco de Esquerda, para contestar acções e projectos do Município alfacinha.

- reforça-se a tutela penal e institui-se uma tutela contra-ordenacional adequada às regras estabelecidas, entre outros aspectos.

Um aspecto relevante, para a salvaguarda dos centros históricos, da nova lei geral, é o Princípio da colaboração da administração do património cultural com os particulares detentores de bens culturais. Nos centros urbanos antigos, a larga maioria dos imóveis inscrevem-se nesta categoria, o que trás problemas de investimento financeiro para a sua conservação e/ou beneficiação.

A protecção específica dos centros históricos tem 4 aspectos importantes¹⁵⁶:

- a obrigação de elaborar um plano de pormenor de salvaguarda sempre que se proceda à classificação de um imóvel, conjunto ou sítio como monumento nacional (e possibilidade de se recorrer a um mecanismo de suspensão de efeitos legais concedidos, caso seja iniciado processo de classificação);
- foi criada a figura da qualificação, importante como patamar intermédio, e por reserva da classificação para casos verdadeiramente excepcionais;
- na nova lei, os Municípios deixam, nos termos descritos, de poder classificar, porque a classificação só existe para monumentos nacionais, mas passam a ter o poder de qualificar quaisquer outros bens culturais como de interesse municipal, definindo a lei as respectivas consequências jurídicas, o procedimento, as competências, a partilha de responsabilidades e os regimes de apoio disponíveis;
- tanto a defesa da paisagem como dos centros históricos passam a ser instrumentos operativos para a protecção e valorização do património cultural – embora tal venha a depender sobretudo da legislação de desenvolvimento da lei¹⁵⁷.

É por esse momento que mais uma vez aguardamos...

¹⁵⁶ Este novo articulado é interessante também pela actualização que faz a «espécies» de património que a versão mais antiga não contemplava. De facto, a lei de 1985 particularizava apenas o património arqueológico nos artigos 36º a 42º. Enquanto a lei de 2001 vai muito mais longe nos regimes especiais (disposições gerais artigos 72º e 73º): património arqueológico (artigos 74º a 79º); património arquivístico (artigos 80º a 84º); património audiovisual (artigo 84º); património bibliográfico (artigos 85º a 88º); património fonográfico (artigo 89º) e património fotográfico (artigo 90º).

¹⁵⁷ A maior parte destas referências que aqui se fazem partem de uma interessante análise feita por José Alexandrino, numa conferência a que tive oportunidade de assistir, em 1999, na Universidade do Alto Douro (Vila Real), e que foi possuiu em documento policopiado distribuído na ocasião.

2.2.3. – Outros aspectos da legislação portuguesa

Sendo os centros históricos parcelas das localidades, e estas elementos estruturadores dos territórios, existem outros aspectos legislativos que são importantes para a gestão das áreas urbanas mais antigas. A intenção deste sub-capítulo é de identificar e debater alguns dos aspectos que parecem mais relevantes no contexto desta dissertação.

Neste campo, como em tantos outros, a administração e a jurisprudência portuguesa seguem a influência francesa, como já vinha sucedendo desde o século XVIII. Em virtude deste modelo, as sobreposições funcionais são a consequência natural da estratificação de edifício político administrativo de gestão da Nação. No caso da regulamentação urbanística, não é de admirar por isso a confusão por vezes latente entre as diferentes escalas da planificação e o respectivo enquadramento jurídico que as configura. Se existem problemas na hierarquização de poderes entre o urbanismo e o ordenamento do território, tais problemas resultam, para alguns juristas, de o urbanismo se dever confinar ao espaço da cidade (ou localidade), e o ordenamento pertencer à esfera da estruturação do território nacional; e, como é típico de uma administração arreigada aos formalismos jurídico-legais, limitar a distinção a estes elementos, dando toda a importância ao carácter vinculativo das normas, para dar um exemplo, e não, como deveria, incorporando referências interpretativas aos conteúdos dessas áreas do *corpus* legislativo. Além do mais, como se referiu a propósito da (ausência de) regulamentação na Lei de Bases do Património, a administração tende a legislar a seu favor, atavismo do qual tem grande dificuldade em libertar-se, uma pesada herança que o País carrega ainda na sua (lenta) modernização.

Estes «arcaísmos» estão também presentes em certas definições conceptuais que ainda fazem jurisprudência no Direito do Urbanismo. Pretende-se assim que este *corpus* legislativo se aplique meramente à urbe administrativamente definida, excluindo do seu âmbito o espaço não-urbano. “Esta concepção, há muito ultrapassada, postula uma distinção entre «cidade» e «campo» praticamente impossível nos nossos dias. O território apresenta-se na sua totalidade como espaço apropriado pelo Homem, sujeito a um controlo administrativo integrado e, nessa medida, carente de regras de Direito que definam as formas dessa apropriação¹⁵⁸.”

¹⁵⁸ Sidónio Pardal, a propósito das revisões dos PDM's, apresentou, nas VIII Jornadas da AUP, em Setembro de 2000, a seguinte crítica, pertinente para esta questão: “Em todo este processo [da revisão] subestimou-se a importância das bases teóricas do Direito do Urbanismo, o que se reflecte na fraca

Esta evolução qualitativa do Urbanismo é hoje quase pacificamente reconhecida. (...) No direito anglo-saxónico a expressão *town and country* traduz bem a consciência de que os problemas do planeamento urbanístico não podem ser resolvidos unicamente dentro do contexto das cidades, uma vez que são resultado de fenómenos que ocorrem na sua periferia¹⁵⁹.

Estas questões são importantes uma vez que esta estruturação formal dos aspectos legais pode interferir – e interfere – com a eficácia do planeamento. E este é que é relevante, na medida em que nele assenta a eficácia (possível) da gestão de um determinado território. Segundo Sidónio Pardal e outros urbanistas¹⁶⁰, nem será aliás neste nível que os aspectos mais práticos se concretizam, mas sim no nível dos Planos que se vão interligando (num sistema crítico-evolutivo) para configurar o modelo definido globalmente ao nível do Planeamento. A legislação condiciona, como é evidente, o articulado das normas, a sua construção. Daí que o emaranhado jurídico que caracteriza a nossa produção legislativa não possa deixar de ser um elemento perturbador de um planeamento eficaz.

No caso concreto das normas urbanísticas, e em função da mesma dicotomia que atravessa todo o Direito do Urbanismo, elas poderão ser consideradas:

- como meras normas técnicas relativas ao planeamento urbano;
- como explicitação e sistematização dos conhecimentos e das experiências gerados por aqueles que mais directamente interferem nas decisões sobre o uso e transformação do território, isto é, dos eleitos e técnicos locais.

Nesta segunda perspectiva, destaca-se a importância que estes articulados têm no sentido de direccionar a actividade dos agentes encarregues de as aplicar. Como destaca Fernando Gonçalves “quando os poderes em matéria de prática urbanística são encaminhados para a sua sede própria – o Município – desde logo surge a

qualidade da legislação, não se definiu claramente uma política de solos para o país e levou-se até à exaustão uma política de habitação errada (...). Chegou-se à situação dos PDM estarem a servir apenas para legitimar decisões administrativas que, honestamente, só poderiam encontrar suporte em planos urbanísticos de pormenor (...) O processo de planeamento adoptado nos PDM afirma-se, em geral, pela negativa, pelo tendencial proibicionismo cego da construção nos espaços rústicos e pela irresponsável permissividade de abusos de construção nas zonas afectas ao desenvolvimento urbano que, de algum modo, são encaradas neste sistema de planeamento como «causa perdida»” (posteriormente publicado com o título “Contributo para a Revisão dos PDM”, in *Urbanismo*, 2001, p.11).

¹⁵⁹ PINHEIRO, 1997:8 e 13.

¹⁶⁰ PARDAL, CORREIA, LOBO, 1997:45.

necessidade de fazer acompanhar tal descentralização de poderes por uma transferência de conhecimentos ao nível central para o nível local. Nesta perspectiva, as normas urbanísticas surgem como um instrumento que, de um modo rápido e expedito, permite fazer avançar a tal «descentralização» de conhecimentos¹⁶¹.

Esta interrelação vai permitir, assim a produção de instrumentos de grande utilidade prática. De facto, quer os planos de urbanização, quer os de pormenor, integram objectivos muito concretos. Não só permitem uma correcta gestão financeira, como servem de guias para a resolução de diferentes situações que a gestão municipal e o ordenamento do território constantemente colocam. Igualmente, através dos traçados elaborados, se consegue intervir em diferentes espaços da cidade, com escalas e intensidades distintas, bem como assegurar a prossecução de direitos e deveres dos diferentes agentes em presença na cidade, quer eles sejam privados, quer sejam públicos.

No seu estudo dedicado à reabilitação do centro histórico da Lousã, Paulo de Carvalho salienta que “a ausência de instrumentos de planeamento juridicamente capazes e de uma filosofia de planeamento integrado, no período anterior à década de 90 (...) assim como a falta de atenção para com os aspectos basilares acima referidos (relativo ao entendimento das paisagens urbanas e à filosofia de base do planeamento urbanístico), para além de outros elementos de base, representam, conjuntamente, «caminhos» para o desequilíbrio e a progressiva desarticulação dos espaços urbanos, como também não deixam de traduzir a subordinação do processo de planeamento e dos valores arquitectónicos e culturais da civilização, perante a onda avassaladora de certos interesses e o assalto de certos «vandalismos urbanísticos», não raras vezes com o argumento falacioso da valorização económica do espaço e da criação e distribuição dos proveitos no local¹⁶². Esta referência pode, sem dúvida, ser mais generalizada, pois este tem sido o procedimento mais corrente. Outro autor, Pinto da Cruz, um especialista nestas questões, corrobora esta análise, e critica-a, como ameaça a um bom planeamento, ao escrever que “um desenvolvimento urbano assente em intervenções, mais ou menos pontuais, através de operações de loteamento, coloca dificuldades, por vezes insolúveis, à gestão urbanística, comprometendo a desejável qualidade do ambiente urbano, e o próprio ordenamento do território municipal¹⁶³”.

¹⁶¹ GONÇALVES, F., 1981, p.5.

¹⁶² CARVALHO, P., 1999:314-315.

¹⁶³ CRUZ, M.P., 1999:243.

Os Planos de Urbanização exigem-se pelo aprofundamento que estabelecem para a organização do espaço urbano, pela análise que fazem em termos das aptidões e usos a consignar ao solo, e, portanto não devem ser ultrapassados sem qualquer ponderação, como sucede tantas vezes nos loteamentos, cuja preocupação central é o lucro da venda das parcelas. Esta atitude é não apenas ofensiva da reflexão que os técnicos desenvolvem, com é atentatória dos direitos dos cidadãos a uma vida num território dotado de boas condições. Os índices urbanísticos, se existem, destinam-se, como é sabido, a compatibilizar as capacidades com a intensidade do uso, num dado espaço, e devem ser cumpridos se se pretende que a sua dotação nos diferentes equipamentos e infraestruturas seja eficaz para o serviço às populações e na criação de um ambiente urbano de qualidade¹⁶⁴.

Muitas vezes não se dá a devida importância à gestão do território, e particularmente nos municípios que sofrem maiores pressões demográficas, mas é preciso nunca esquecer que este solo municipal não é inesgotável, e que a sua má utilização trás problemas que podem ser de muito difícil resolução. A experiência de poder local democrático não tem sido, muitas vezes, bem utilizada neste domínio, constituindo muitas vezes esses direitos de uso do solo como moeda de troca para interesses particulares, quando a sua principal função deveria ser sempre servir o interesse público. Isto em nada conflitua com a possibilidade de se desenvolverem negócios imobiliários, ou de outra natureza, em cada concelho. Simplesmente, aos políticos deveria ser exigida a obrigatoriedade de uma gestão sempre em favor do bem público, como é sua obrigação, e serem efectivamente severas as punições, que se deveriam alargar ao campo da má gestão urbanística, como complemento das penas criminais por corrupção tal como existem no Código Penal, para todos aqueles que assim desconsideram as necessidades das actuais e futuras gerações de munícipes¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Igualmente é importante salientar que outro aspecto negativo é a utilização da figura do Plano de Urbanização nas funções de Plano de Salvaguarda. Se bem que muitas vezes essa estratégia seja seguida pelas melhores razões, visando impedir a destruição de certas áreas urbanas, é preciso que aos legisladores e aos governantes seja transmitido o sentimento, por parte dos técnicos, e da sociedade em geral, de que os conjuntos urbanos antigos e/ou de transição exigem maiores cuidados. Portanto, a figura de Plano de Salvaguarda deve ser estimulada, e criados os meios jurídicos e financeiros para que ela se torne mais generalizada e eficaz.

¹⁶⁵ Neste aspecto, é importante a ressalva que alguns urbanistas enunciam: "O funcionamento do mercado livre não influenciado por políticas municipais que conduzam ao pleno aproveitamento das infra-estruturas das áreas urbanas existentes permite o surgimento de espaços infraestruturados (pelo menos em termos de infra-estruturas principais) mas desaproveitados, numa atitude de expectativa por parte dos seus proprietários quanto à progressiva valorização sem investimento. O preenchimento destes vazios na cidade existente passa por uma política municipal activa, seja através da limitação de usos a nível da regulamentação do uso do solo, pela utilização de instrumentos que incentivem o uso e desincentivem o

Igualmente relevante é a questão dos Planos de Pormenor. Como alerta José Garcia Lamas “não se deveria continuar a urbanizar por loteamentos sem a visão de conjunto dos Planos de Pormenor, um dos escalões mais significativos para a qualificação das cidades e do território. Há que salvaguardar a solicitação de avalanches deste tipo de planos que se prevê, para não acontecer o mesmo que com os PDM’s, em que muitos foram executados por mãos inábeis e mal preparados. Nesse sentido, haveria que estabelecer algumas tipologias de planos de pormenor mais aligeirados, embora obrigatórios, mas simplificados na realização. O Plano de Pormenor será um dos instrumentos fundamentais e imprescindíveis da qualificação do crescimento urbano futuro e requalificação de periferias e cidades existentes¹⁶⁶. E há que reconhecer que a legislação mais recente (Dec. Lei nº 380/99) foi um notável avanço positivo”¹⁶⁷.

Mas, e apesar de toda esta articulação parecer ainda um pouco hesitante quanto à sua definição (certamente resultado dos muitos interesses e da ineficácia habitual com que se estrutura o nosso edifício jurídico), não podemos deixar de reconhecer que existem os instrumentos suficientes para se poder dar sequência a uma boa gestão do território. A questão central coloca-se, portanto, num outro plano. Num plano ético, e que responsabiliza toda a sociedade, o político, o técnico, o cidadão. Efectivamente, e como este eminente especialista salientou um dia “os planos têm de ser respeitados e tem de haver uma transparência muito grande na sua implementação. Não se podem permitir situações como as que vivemos constantemente, em que até à véspera da publicação do plano em *Diário da República*, tornando-o eficaz, o mesmo município o subverte licenciando obras em contrário, edifícios mais altos ou com maior densidade. A partir da elaboração e da aprovação pelo executivo municipal, o plano deveria (pelo menos na parte de restrições) obrigar imediatamente, sem aguardar a publicação em *Diário da República*”¹⁶⁸.

abandono de uso, ou pela intervenção municipal envolvendo a posse municipal do solo. Em qualquer caso, o plano deve explicitar como é equacionada a política municipal relativamente a esta questão em termos da atitude municipal face ao mercado imobiliário, de qual o papel a desempenhar pelo município, de quais as formas de relacionamento com os outros agentes, e quais os meios a envolver. A metodologia de apreciação / avaliação que assente na análise de limiares poderá ser um poderoso instrumento para a clarificação destes aspectos”. PARDAL, CORREIA, LOBO, 1991, p.195.

¹⁶⁶ O planeamento afasta-se, definitivamente, da ideia de «plano-imagem», para começar a ser entendido como um processo de interpretação / acção de uma realidade dinâmica, possuindo graus de importância, no rigor da sua execução, tanto mais relevantes, quanto mais próximos do pormenor.

¹⁶⁷ José Garcia Lamas – Entrevista à Revista *Arquitectura & Vida*, Agosto, 2000.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem.*

É por aqui, pelo abandono de práticas «terceiro-mundistas» face ao planeamento, que a boa gestão do nosso território nacional tem que passar. A cidade, a nova e a histórica, exigem-no.

Apesar de, nesta dissertação, não se pretender fazer uma análise técnico-jurídica da legislação, parece evidente que determinados instrumentos, mesmo não sendo directa ou integralmente relativos aos centros históricos, podem assumir uma grande importância em termos do desenvolvimento e/ou conservação urbanística destas áreas. Entre estes destaca-se o Plano Director Municipal.

Um Plano Director Municipal é um instrumento de análise, principalmente a explanação de uma previsão de usos futuros, não só face aos actuais, mas em virtude daquilo que se poderia designar por modelo estratégico de desenvolvimento de um determinado território. O PDM visa promover a eficácia da acção do planeamento, devendo ser um instrumento adequado à realidade dinâmica do território e que responsabiliza os técnicos, os políticos, os promotores e a população em geral no processo de execução das disciplinas que preconiza.

Este documento deve servir como referência principal relativa aos usos da área a que respeita; neste sentido deve contribuir para disciplinar a ocupação, transformação e uso do solo. Outro dos aspectos mais importantes relaciona-se com a área de intervenção. O PDM deve instituir a ausência de zonas de poder discricionário – ou seja, não devem existir zonas de função não definida, mesmo se certas zonas podem ser, implicitamente, consideradas «reserva» para revisões futuras do plano. Este instrumento legal deve servir para manter a população informada, bem como esclarecer os agentes que operam no território acerca do seu conteúdo e opções, através da visibilidade das consequências das opções e decisões técnicas, numa demonstração de credibilidade dos decisores autárquicos.

No fundo, ao estabelecer uma estrutura espacial para o território do município, e ao proceder à classificação dos solos, ao definir os perímetros urbanos e os indicadores urbanísticos, o PDM perfila-se, assim, como muito importante também para as áreas de carácter histórico, que podem encontrar neste documento uma base de concretização. Não é despidendo o facto de que, entre os departamentos governamentais que têm que se pronunciar para a sua aprovação, se inclua o Ministério da Cultura, através do IPPAR.

Muito sucintamente poderíamos dizer que no programa geral que um PDM deve definir encontramos:

- os objectivos do desenvolvimento do território¹⁶⁹;
- a distribuição espacial das actividades económicas;
- as carências habitacionais;
- os equipamentos;
- as redes de transporte e comunicações;
- as infraestruturas.
- as linhas gerais de orientação do desenvolvimento urbano na área do concelho e explicitar os critérios que fundamentam o esboço de rede urbana concelhia, privilegiando e valorizando o enquadramento ao nível supra municipal e regional;
- as definições dos limites para a intensidade de uso do espaço urbano.

O lançamento dos Planos Directores Municipais em Portugal, feito a partir da Administração Central, teve uma resposta muito desigual por parte dos municípios, uma vez que a maior parte não possuía então, equipas técnicas capazes de os realizar. A contratação de equipas externas também se defrontou com a dificuldade do seu escasso número para a totalidade dos mais de trezentos municípios nacionais. Tal facto, em conjugação com as pressões governamentais¹⁷⁰, levou à tentação de ter as mesmas equipas – que, aparentemente, teriam mais experiência ou capacidade – a ocuparem-se de diferentes municípios¹⁷¹.

Como não podia deixar de acontecer, estas circunstâncias reflectiram-se na qualidade final dos documentos: “A natureza estratégica e enquadrante do Plano Director

¹⁶⁹ Ou seja, como já referi anteriormente, trata-se de uma explanação da estratégia e das expectativas para o futuro; este aspecto depende muito da análise do presente, mas também exige, o que nem sempre é feito, uma reflexão sobre o passado desse território e o modo como reagiu, positiva ou negativamente, aos estímulos que lhe foram transmitidos ao longo da sua história. Aquilo que noutras linguagens se diria, uma tentativa de percepção das vocações de um dado território. Esta reflexão falha muitas vezes, por os planificadores serem desprovidos, muitas vezes, de uma formação também humanística. Ou, como sucede muitas vezes, mesmo quando existem historiadores e outros técnicos que se ocupem dos factos antigos (mas estruturantes) do território, esses dados serem negligenciados do ponto de vista da aboradagem reflexiva ao planeamento.

¹⁷⁰ À época, foi até definida uma data limite a partir da qual os municípios ficavam impedidos de aceder aos milhões da União Europeia, com destaque para os programas FEDER, que eram, em particular no interior do País, decisivos para a concretização de uma parte importante do seu desenvolvimento.

¹⁷¹ Numa equipa de PDM em que trabalhei como investigador para a parte histórica, e que vou omitir aqui de citar com mais rigor por cortesia, pois pretendo apenas ilustrar com detalhes a situação de pouco rigor a que se podia chegar, foram entregues, no estudo prévio, aos municípios contratantes, que se situavam no Baixo Alentejo, nos dados de caracterização geográfica, indicadores pluviométricos da Região Oeste! Isto porque a equipa se ocupa também de municípios dessa zona, e na tentativa de dar resposta acelerada às necessidades, cometiam-se erros destes... de planeamento...

Municipal em todo o processo de planeamento de ocupação, uso e transformação do solo, aliada às naturais dificuldades de uma primeira experiência de planeamento territorial generalizada a todos os municípios, podem explicar algumas insuficiências das soluções propostas¹⁷². Muitos autores concordam, efectivamente, que os planos evidenciavam flagrantes desajustes da realidade, em parte devido ao facto de as equipas externas terem dedicado pouco tempo a aprofundar o conhecimento directo em relação às áreas municipais, da pressão política para concretizarem o documento em tempo recorde, da insuficiência de dados estatísticos, cartográficos, etc., que servissem de alicerce a conclusões mais substantivas.

Estas experiências do planeamento municipal começaram a surgir logo após a instauração da democracia em Portugal, e, de certa forma, ao instituírem o primado do planeamento a partir dos poderes públicos, inseriam-se no modelo de estatização de feição socialista que atravessou o País nesses anos. No entanto, mais restritivos do que impulsionadores, a sua eficácia acabou por ser reduzida. No caso das áreas históricas, a sua importância foi também limitada – embora efectiva no caso de Évora e de Beja -, dado que, na maior parte dos casos, o conceito de centro histórico e a grande necessidade da sua salvaguarda integrada não eram ainda geralmente considerados. Como afirma Costa Lobo: “As autarquias desorientadas ou usando as estruturas existentes para fins de jogo político, não instalam o processo que legitimaria falar de planeamento, que é, fundamentalmente e antes de mais, uma forma de administração e gestão urbanística, onde o plano mais não deve ser do que uma peça eficiente, embora necessária, para o exercício da informação / participação e para estabelecer compromissos entre administradores e administrados¹⁷³”.

De alguma forma podemos dizer que este ímpeto regulador a partir dos poderes centrais imita as decisões da DGSU – parecendo uma ironia da História, a verdade é que mesmo com a mudança de regime, nisto eles eram semelhantes no desejo de tudo controlarem a partir de regras unitárias. Vícios de um país com cinco séculos de dependência das «esmolas do Paço». As imposições políticas do regime anterior, no entanto, justificam parcelarmente os liberalismos e os excessos em que se caiu nos anos seguintes à sua queda, particularmente no que se refere ao uso do solo, às questões habitacionais. Esses abusos criaram desequilíbrios na gestão urbana que, em alguns casos, levaram décadas a ser resolvidos

¹⁷² CRUZ, M.P., 1995, p.244.

¹⁷³ COSTA LOBO, 1966:11.

No entanto, pode afirmar-se que os debates sobre as políticas de habitação, de ordenamento do território e de modelo de desenvolvimento do País, que ocuparam os «anos de brasa» que se seguiram à Revolução dos Cravos, vieram a consolidar algumas das suas ideias, em 1982, com a instituição do Plano Director Municipal¹⁷⁴.

“Os Planos Directores Municipais obrigaram a alargar a escala de visão e a inventar destinos para a generalidade do território, mas na grande maioria das propostas o seu conteúdo não contempla qualquer estratégia, antes revelando uma soma de ocupações com que nem os autores, nem a população, nem o próprio território se identificam”¹⁷⁵.

No geral, a preocupação desta fase era conseguir a produção de uma carta de uso do solo, o único documento que efectivamente parecia importar ao poder político, o que também permitiu às equipas técnicas que os executaram não serem tão detalhadas em determinados capítulos como deveriam ter sido. Sara Sucena Garcia situa muito claramente este aspecto: “A inversão tentada com a legislação urbanística dos anos 80, situa-nos na fase da «segunda geração» [italiana – este atraso era justificável pelas condições políticas anteriores a 1974], servindo o PDM não apenas para controlar como para orientar a expansão, ou ainda para formalizar as primeiras salvaguardas ambientais ou localizar equipamentos de importância social e cultural; servindo a legislação sobre o Património, onde se prevê a elaboração de planos de salvaguarda e valorização para as zonas de protecção de imóveis ou conjuntos classificados”¹⁷⁶.

De alguma forma, não podemos deixar de reconhecer que o Decreto Lei 208/82 visava um primeiro passo essencial no que respeita ao ordenamento do território português, que deste modo começou a libertar-se dos articulados do anterior sistema legislativo¹⁷⁷. Esse passo foi também fundamental, porque, em virtude das alterações

¹⁷⁴ A coexistência dos PDM's com os Planos de Urbanização, outro instrumento técnico jurídico do urbanismo, tornou-se, no entanto, confusa, e a gestão do processo urbanístico continuou a não ser comandada com eficácia.

¹⁷⁵ MARQUES, A.F., 2000, p.15,

¹⁷⁶ GARCIA, S., 1998, p.15.

¹⁷⁷ Como destaca Isabel Ramalho de Almeida, numa investigação em que traçou uma panorâmica do nosso sistema normativo, “no nosso País e na ausência de Regiões-Plano claramente estabelecidas e duma política de desenvolvimento regional, temos vindo, no campo do ordenamento físico a actuar através de planos de estrutura sub-regional, que caracterizam as parcelas territoriais definidas por critérios de complementaridade e enquadram os Planos municipais, servindo de quadro de referência às autarquias nos aspectos que lhes são comuns, e nas grandes linhas de força que devem observar ao formularem os seus próprios objectivos”. ALMEIDA, I.R., 1981:10. No entanto, e como é sabido, neste campo, e especificamente em relação aos centros históricos não existe qualquer coordenação em termos de um

sócio-económicas, houve as mais distintas pressões individuais e especulativas que estavam a pôr (e em alguns concelhos puseram mesmo) em risco o bom uso e desenho do espaço urbano e rural do País. Isto para além do facto de terem passado a funcionar como um meio de coordenação dos programas municipais com os projectos de incidência local dos departamentos da administração central e regional, articulando-se com os planos ou estudos de carácter nacional e regional, para além da sua função de instrumento de programação das realidades e investimentos municipais.

Foi evidente que a primeira geração de PDM's se destinou a fazer, principalmente, a definição da ocupação do solo. Face às exigências dos investidores, e muitas vezes sedentos das receitas que eventualmente essas expectativas poderiam gerar para os seus municípios, pretenderam os autarcas que os planos tivessem uma certa flexibilidade. Para o permitir, foram definidas, por excesso, várias áreas urbanizáveis, mesmo quando não existiam ainda quaisquer expectativas de ocupação a breve ou médio prazo. Este aspecto tem a ver com a falta de uma lei dos solos com um recurso semelhante ao que se configura na lei espanhola; se existisse, poderia colocar-se uma «bolsa de terrenos» à disponibilização dos construtores para habitação.

Outro aspecto que levou à desactualização rápida de determinadas parcelas dos PDM's foi a acção governamental. Em determinadas ocasiões os diferentes organismos da Administração Central avançam com o planeamento de infra-estruturas que modificam os objectivos previstos nestes documentos, e originalmente dentro das propostas municipais. É preciso salientar que muitas destas modificações foram consequência, muitas vezes, da entrada maciça de Fundos Comunitários, que permitiram acelerar projectos que, antes, não passavam de perspectivas de muito longo prazo. Neste domínio, a nova rede viária pode ser citada como o aspecto mais relevante.

A partir de uma determinada fase torna-se evidente, nas políticas urbanas, que é necessário investir na consolidação e conservação e/ou recuperação do parque edificado e não na expansão urbanística. Isto tem obviamente que ser consagrado pelos PDM's, o que se começa a verificar com o avanço dos processos de revisão. No

modelo estratégico de abordagem. A situação de coordenação que actualmente se verifica no Alentejo não sai do âmbito restrito das Regiões de Turismo, e destinam-se aos aspectos promocionais, e não da reabilitação. No entanto, nos últimos anos, pelo menos a investigação histórica, é justo salientá-lo, tem sido beneficiada pelo empenho destes organismos, o que não deixa de ser um passo numa direcção positiva. É claro, apesar de tudo, que sem uma estrutura de características regionais, e democrática (não uma extensão do Governo, como as actuais CCDR's), estes domínios legislativos e da gestão não poderão sofrer grandes progressos.

entanto, e como muitas Autarquias dependem das expectativas de loteamentos e de impostos sobre os direitos e ocupações do solo, os PDM's continuam a incorporar a fase de expansão, já não desenfreada, mas ainda sobredimensionada. No total das projecções de novas áreas habitacionais, somados os PDM's, verifica-se um superavit de 35.000 fogos!¹⁷⁸. Com a quebra demográfica que está a verificar-se, não se entende se o País subitamente vai ser ocupado por uma qualquer população alienígena... E é grave que, a troco do endividamento das famílias, e da má gestão autárquica, se vá arruinando o património do centro das cidades.

Por tudo isto, o que conviria ao desenvolvimento harmonioso do País seria a colmatação do tecido edificado existente. Esta opção impõe-se também como a mais rentável, a médio prazo, como se conclui quando se confrontam os valores da recuperação dos centros das localidades, históricos ou não, com a construção de novas e cada vez mais distantes periferias. Este estado de coisas, aliás, beneficiaria de uma nova metodologia de avaliação e revisão dos PDM's, menos burocrática, que, pelo tempo que demora a realizar-se, faz com que todas as Autarquias tentem pedir o máximo, e muito decisores do Governo central acabem por ser, igualmente, condescendentes – cenário que acaba por prefigurar direitos adquiridos sobre determinadas parcelas de solo municipal que, depois, mesmo sem solicitação externa, se acaba muitas vezes por tentar vender. Um círculo vicioso de degradação contínua do ordenamento do nosso território. É nesta situação que me parece ter algum valor voltar a ponderar-se sobre a noção de «regulação variável» com a qual Nuno Portas, apelava à flexibilidade normativa, porque se poderiam, pela avaliação dos resultados, estudar outras formas de planeamento e os adequados instrumentos da sua execução.

Sara Sucena Garcia faz eco destas preocupações. Dois caminhos subsistem, segundo esta autora: revisão dos instrumentos de planeamento vigentes ou processos

¹⁷⁸ Este número irrealista tem uma explicação muito clara, e socorro-me da palavras de Isaltino Morais, antigo Ministro das Cidades e, anteriormente, presidente, durante vários mandatos, do Município de Oeiras, o 3º mais importante do País, em população e orçamento. Portanto, um profundo conhecedor dos vários meandros do planeamento urbanístico: “O planeamento em Portugal foi feito ao contrário: os planos regionais de ordenamento estão a ser feitos depois dos PDM e não existe programa nacional da política de ordenamento do território. Durante vários anos, como autarca, reclamei junto do Poder Central, questionando a sua autoridade para exigir que os municípios tivessem PDM bem feitos se o próprio Estado dava um péssimo exemplo. É natural que, não havendo uma integração de políticas de ordenamento, por parte dos Governos, cada município tenha entrado em competição com os vizinhos”. Ou seja, cada um manda inscrever o máximo de lotes possível... Felizmente, existem claros indicadores de que estas situações começam a ser corrigidas, impondo-se um maior bom senso e respeito pelo ordenamento do território. Citação retirada de *Revista Fórum Ambiente*, Junho 2002

informais de negociação paralela. E sobre estas refere que "já as práticas informais asseguram a dúvida em relação à transparência dos processos de decisão pela inerência de cumplicidades ocultas ao olhar comum"¹⁷⁹, frase simpática que significa que a corrupção seria mais que muita nestas circunstâncias. Se se pensar nos tantas vezes falados interesses entre construtores civis, presidentes de clubes de futebol e autarcas nos "loteamentos azuis", então é mesmo para evitar este tipo de pressuposto.... Na defesa clara do interesse público¹⁸⁰. Sobra assim que a vertente jurídica não deve ser abolida – nem é isso que se propõe -, mas sim tornada mais eficiente.

O processo de elaboração dos PDM's, com maior ou menor dificuldade, foi, no entanto, avançando, acabando por preencher o universo dos concelhos portugueses. No preâmbulo do decreto 25/92, de 25 de Fevereiro (que regulava as expropriações para os PDM's) já se destacava que "ao empenhamento do Governo responderam as Câmaras Municipais de forma muito positiva, dando início a um processo de planeamento da ocupação do espaço sem precedentes no País. Encontram-se actualmente em elaboração, na sequência de deliberações tomadas pelos respectivos órgãos autárquicos, a generalidade dos planos directores municipais, o que contrasta de forma significativa com a situação existente há alguns anos atrás". Efectivamente, em 1995, a quase totalidade dos concelhos tinha o seu PDM aprovado.

Na perspectiva patrimonial, os PDM's, mesmo com as dificuldades que o planeamento prospectivo sempre acarreta, foram, são, instrumentos importantes porque não só os particulares, como os próprios municípios, são obrigados a considerar salvaguardas e terrenos «non edificandi», as delimitações da RAN, da REN (e outras) que posteriormente a administração central reunirá como os seus «planos de reserva», e que garantem a preservação do património, cultural e natural, em percentagem relativamente significativa, do nosso território¹⁸¹.

¹⁷⁹ GARCIA, S., 1998, p. 94.

¹⁸⁰ E isto mesmo sabendo-se que apenas para três dezenas de municípios são relevantes as diferentes formas de contribuição autárquica. Na generalidade das autarquias, a participação do Fundo de Equilíbrio Financeiro assume o papel decisivo para os orçamentos municipais. Se fosse outra situação, então o que não seriam as pressões sobre as delimitações do uso do solo constantes nos PDM's...

¹⁸¹ Gostava, no entanto, de salientar aqui a crítica justíssima que faz Sidónio Pardal, sobre a deficiente aplicação destas limitações: "O processo de planeamento adoptado nos PDM afirma-se, em geral, pela negativa, pelo tendencial proibicionismo cego da construção nos espaços rústicos e pela irresponsável permissividade de abusos e pela irresponsável permissividade de abusos de construção nas zonas afectas ao desenvolvimento urbano que, de algum modo, são encaradas neste sistema de planeamento como «causa perdida»". Com esta metodologia um pouco variável, em que as pressões políticas sobre os técnicos, aos vários níveis da administração, são enormes, acaba por se cair nalguma falta de

Apesar dos progressos referidos, são evidentes as dificuldades, ao passar-se para o nível de aplicabilidade quotidiana – aquela que, para a perspectiva da gestão dos centros históricos, é a que mais interessa –, dificuldades essas que resultam principalmente das deficiências contidas na concepção base deste regulamento jurídico, naquilo em que ele se relaciona com planos mais pormenorizados. “Frequentemente o regulamento do PDM apresenta conteúdos deslocados – afirma Ana Virtudes, que elaborou um trabalho monográfico muito interessante sobre esta questão –, ou seja, definições pouco esclarecedoras como a de perímetro urbano, classificando espaços urbanizáveis isolados e afastados dos perímetros sem a intenção de criar novos aglomerados, confunde conceitos distintos como os de classe de espaço e de categoria de uso, omitindo pequenos aglomerados urbanos e fazendo-os coincidir com as classes de espaço agrícola e florestal envolventes, promovendo a confusão resultante de diferentes interpretações acerca das disposições que integra entre políticos, técnicos e privados”¹⁸².

De alguma maneira, esta referência volta a remeter-nos, de novo, para a questão da planificação de pormenor, onde as questões de detalhe podem ser bem avaliadas e ponderadas, e cuja metodologia é muito importante para contrariar a tendência predominante de concentrar a prática urbanística a operações de loteamento. Como Fernando Gonçalves e Margarida Carmo Reis salientam, esta é a forma de, também na prática urbanística, se poder construir uma “plataforma para o exercício de uma cidadania interessada na forma da cidade, tal como preconizada na resolução da União Europeia sobre a qualidade da arquitectura”¹⁸³. De qualquer forma, este problema não afecta particularmente os centros históricos, onde a estratégia especulativa segue um modelo distinto, de ir adquirindo e tentando transformar o edificado parcela a parcela. Felizmente, nos últimos anos, pelo menos ao nível da

objectividade e mesmo hipocrisia na elaboração dos pareceres que determinam, ou não, a possibilidade de certos usos. PARDAL, 2001, p.14.

¹⁸² VIRTUDES, 1999, p. 8.

¹⁸³ GONÇALVES e REIS, 2003, p. 990. Interessante a referência histórica que dão no seu texto de que na Holanda este tipo de procedimento foi instituído, sob a forma de lei, em... 1901! Este é um detalhe explicativo da diferença dos métodos entre o Sul (incluindo a França) e o Norte da Eurora: nos primeiros as negociatas associadas a terrenos urbanizáveis são um hábito de há muito enraizado. Veja-se esta referência complementar que fazem os mesmos autores: “Em todo o caso, em nenhum país da União Europeia – nem mesmo na Grécia – vigora solução semelhante à adoptada em Portugal, onde a lei urbanística proclama, por um lado, a excelência do plano de pormenor exclusivamente elaborado e aprovado pelo município, reservando para ele a disciplina aplicável ao desenho da forma urbana, isto ao mesmo tempo que admite, por outro lado, que os particulares submetam à aprovação do município projectos de loteamento destinados, na prática, a concorrer e a submergir os raros planos de pormenor de iniciativa municipal”.

configuração geral, alguns progressos têm sido obtidos, com o trabalho dos Gabinetes, que detalham ao máximo a intervenção necessária e concretizável nestas zonas.

Nestas zonas teremos duas dificuldades a contornar, mais ou menos «pesadas», em termos da gestão municipal, consoante a dimensão e valor de mercado dessas áreas (e não forçosamente apenas naquelas de grandes dimensões):

- as condicionantes à reabilitação urbana resultantes das estratégias governativas, que limitam a autonomia e a capacidade financeira dos municípios;

- a pressão resultante das mais valias que os centros históricos representam, em termos do actual mercado especulativo do imobiliário, em resultado do valor acrescentado que representam em certos segmentos, classes alta e média alta, quer cultos, por questão de apreciação, quer «novos-ricos», por exibicionismo de possuir residência numa área central. Em qualquer dos casos, os requisitos de conforto destes grupos conduzem quase sempre a intervenções que não são as mais exemplares em termos de conservação integrada do património edificado.

Mas sem dúvida que o trabalho destas equipas tem sido o ponto de viragem da reabilitação dos centros históricos, conduzindo a um cenário muito mais positivo. Apesar disso, o enquadramento legal destas equipas não deixa de ser preenchido com «remendos», preenchendo-se o quadro legal com decretos lei, portarias e outra regulamentação com distintas origens, complicando, por via de uma tradição jurídica que parece querer, propositadamente, tornar as leis complexas de interpretar.

Neste sentido, o planeamento executado acaba por se confrontar com um vazio legal. A reabilitação, em termos contemporâneos, acaba por ser enquadrada nos Planos de Preservação e Salvaguarda que incorporam a figura de Planos de Pormenor Integrados ou a dos Planos Parciais, estes integrados nos Planos Gerais de Urbanização. Nas melhores circunstâncias, para estas áreas urbanas históricas, foi possível conciliar, com a elaboração do Plano de Salvaguarda e recuperação, os projectos de Salvaguarda e Reabilitação do Património Histórico. Esta associação é aquela que tem dado melhores resultados, em termos de conciliar o desenvolvimento económico dentro da intenção de salvaguarda e valorização do património histórico. Como já referi, em Beja e Évora estas soluções foram, de forma pioneira, experimentadas com algum sucesso.

Em 2003, dá-se um passo importante, para avançar para uma efectiva reabilitação dos centros históricos, que não meramente a *conta-gotas*. Ao Governo é outorgada autorização legislativa para definir o regime jurídico para a constituição das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU's), destinadas particularmente à recuperação das zonas históricas e das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística. Um aspecto que merece desde já destaque foi a imposição de estas Sociedades serem empresas municipais, ou, em casos de excepcional interesse público, sociedades anónimas de capitais públicos, demonstrando o legislador, com este regime, a clara natureza de interesse público e colectivo que deverá estar na base dos programas de intervenção.

A ideia do programa legislativo para as SRU's vem assim no sentido de se agilizar o processo de intervenção, mas procurando impedir a sua transformação num processo especulativo, em que a intenção de reforço e reconstrução do tecido social e de salvaguarda do património arquitectónico, tal como estão descritas na óptica dos mentores do programa, fossem completamente esquecidos no decurso destas operações.

Com o mesmo propósito de aumentar a eficiência dos processos, as SRU's poderão vir a dispor:

- de competências de licenciamento e autorização (transferidas dos serviços técnicos municipais), relativamente à área de intervenção;
- . competência de expropriação, obras coercivas, realojamento e constituição de servidões administrativas.

Este é, aliás, um dos aspectos fundamentais, do ponto de vista do interesse público, uma vez que, em inúmeras ocasiões, não se conseguem mobilizar os interesses particulares, pelo menos não simultaneamente, como seria desejável, para coordenar eficazmente estas operações. Uma acção mais vasta e coordenada permite obter resultados de maior qualidade nas intervenções realizadas nos conjuntos históricos.

Pelo mesmo motivo – mas só esse! – poderão ser adquiridos, pelos municípios, imóveis em estado grave de conservação física ou em que haja acordo dos proprietários, mas complementado com a possibilidade do direito de preferência na venda dos bens reabilitados, a favor dos antigos proprietários, até mesmo considerando um preço abaixo do valor de mercado, caso não surjam propostas de tal valor. A esta intenção de preservação de direitos privados associa-se o reforço da

preservação do tecido social, como já referi, que pode ser vista também na intenção de se garantir que, e mesmo em caso de demolição de certos imóveis, os arrendatários guardem os seus direitos a habitar no edifício ou na zona intervencionada, só podendo haver alterações quando exista vontade expressa para tal. Todos estes detalhes estão expressos no diploma, sempre com a mesma definição programática, que aponta para uma efectiva alteração do modelo, mas também da ideologia, subjacente a estes processos. É já evidente que a recuperação material do edificado, por si só, não é suficiente, e que um centro histórico é – como tudo mais – também um eco-sistema. E, como tal, a sua parte «biológica» precisa igualmente de ser conservada, e com o devido *espírito do lugar*, para que a salvaguarda possa ser efectiva e, desta forma, recompensadora para as gerações actuais e futuras do investimento realizado na sua reabilitação.

As SRU's procuram encontrar uma solução para um aspecto que é importante nunca deixar de ter em conta, que é a execução concreta dos objectivos traçados no planeamento. Apesar da boa intenção dos Planos, é na real possibilidade da sua concretização que se podem obter as melhorias desejadas. Aqui, o apoio financeiro do Estado, através de diferentes medidas, vem sempre a configurar-se como fundamental. O inicial PRU (Programa de Reabilitação Urbana, de 1985) – onde se englobaram as medidas de apoio aos Contratos de Assistência Técnica, que instituíram os GTL's - virá a ser substituído pelo PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, instituído em 1988, que era gerido pela Direcção Geral de Ordenamento do Território (DGOT), com a colaboração das CCR's. Este novo articulado pretendia alargar os efeitos considerados positivos do PRU à renovação urbana. Inicialmente, as medidas específicas à intervenção em edifícios destinavam-se apenas a actualizar questões de segurança relacionadas com a possibilidade de incêndio, mas, em 1996, por força do destaque que o RECRUA começava a ter na recuperação das áreas antigas, foi instituído um articulado específico com o REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional de Áreas Urbanas Antigas), e aqui impondo-se que essas áreas necessitam ter plano de urbanização ou de pormenor, ou regulamentos urbanísticos, aprovados. Na sequência destas medidas, algumas Câmaras (referiremos nesta dissertação o caso de Mértola) prepararão candidaturas de imóveis inseridas nas operações de reabilitação urbana das áreas antigas que promovem. Nalguns casos, e a partir dos seus orçamentos, serão criadas Medidas de Apoio à Salvaguarda das Áreas Históricas, o que permite ir, gradualmente, com pequenas intervenções e dotações financeiras, assegurando um melhor estado de conservação geral destas áreas urbanas.

De alguma maneira, mais uma vez nos podemos reportar ao modelo legislativo que possuímos, se queremos identificar alguma da ineficiência que os diferentes tipos de planos possuem. Não existe uma lógica de conjunto, as regulamentações sucedem-se, alterando uma alínea da anterior, mas mantendo tudo o resto; ou uma parcela do decreto, mas complementado por um número largo de portarias, enfim, um caos que só favorece, como salientei, aqueles que têm como profissão esmiuçar a confusão, para a tornar clara aos leigos, e que por acaso são o mesmo grupo sócio-profissional que produz a maior parte dos articulados... Esta situação gera, por vezes, conflitualidades técnicas e políticas de difícil solução. Tal incoerência poderia ser resolvida com a produção de uma Lei de Bases do Ordenamento do Território que tornasse clara a relação entre todos os diferentes níveis actualmente existentes, e que, desejavelmente, fizesse despartecer alguns, simplificando a legislação, logo, as regras a seguir nas decisões quotidianas. Como acreditamos que os juristas e os políticos não são incompetentes, certamente outros interesses se movem por detrás desta aparente incapacidade. Estas incoerências não são, igualmente, desprovidas de custos; correctamente, Lemos Peixoto destaca que “ao condicionar um certo comportamento, a regulamentação gera custos que naturalmente poderiam não ter surgido, e distribui esses encargos pelos agentes e actores dos processos de conservação e reabilitação patrimonial, de formas nem sempre equitativas”¹⁸⁴.

É uma situação que já se verifica em certos casos devido à lei do património cultural. Se bem que corrigida no seu impulso estatista, em que punha em causa, claramente, direitos de propriedade, a nova versão não possui ainda a regulamentação que estrutura a equidade dos encargos entre os custos e os benefícios. Como destacava o mesmo autor, é verdade que existe um equilíbrio valorativo implícito no processo de classificação de um imóvel como histórico, pois não é só este o único a beneficiar desse estatuto, igualmente a sua envolvente, e mesmo a localidade em geral, cuja reputação cultural sairá globalmente enobrecida. Será a diferença percentual da comparticipação pública nos imóveis privados, ou a difícil repartição entre o Estado e a Igreja no mesmo domínio, que estão a emperrar, uma vez mais, o fundamental regulamento? É uma questão para a qual não possuo uma resposta. Não será mais do um aspecto a confirmar que este processo tem sido feito aos solavancos, por meio de uma gestão complexa (complicada...) dos diferentes interesses em presença, mas sem se cuidar devidamente do interesse público, e da imperiosa necessidade nacional

¹⁸⁴ PEIXOTO, 1999, p.63.

de se possuírem soluções legislativas, normativas e técnicas que conduzam ao progresso e à harmonização das expectativas, que não meramente circunstanciais, mas sim estruturantes.

A questão central do planeamento territorial e regional, de tão grande importância que era para o País, e que se perdeu durante duas décadas ou mais, por via de interesses especulativos, não deixa de ser o aspecto mais determinante para o País que somos (ou que deveríamos ter sido). Mostra bem, igualmente, no caso dos centros históricos, que a importância de um modelo é enorme. Não sendo isolada do território circundante, as áreas antigas das nossas cidades seguramente teriam beneficiado de outro ordenamento, de outras políticas habitacionais e sociais, de outro modelo educativo e cultural em geral.

E não se diga que o País acordou tarde para estes assuntos que desde os anos 60 se discutem na Europa. Não, o que se fez foi ignorar opiniões abalizadas e tecnicamente competentes, como esta que aqui deixo no encerramento deste sub-capítulo, redigida por Pinto Machado, em 1960, e à qual, como a outras, se fizeram, por interesses diversos, e como diz o povo «orelhas moucas»: “A adopção e resolução dos planos territoriais, aliados aos planos regionais, tomará uma importante acção na futura organização das diversas regiões dos diferentes países, tanto mais que, à medida que vão progredindo os meios técnicos, se ampliarão os investimentos de interesse geral, se intensificarão as actividades colectivas e se definirão, cada vez mais, as imperiosas necessidades tendentes a coordenar todas as iniciativas de interesse territorial ou regional que, ao fim e ao cabo, se converterão num bem comum a todos os indivíduos. A planificação é, em resumo, uma questão de economia geral respeitante à unidade do interessados e aos esforços desenvolvidos que permitem recolher, com os meios e acções disponíveis, o máximo proveito colectivo. O seu fim é, em síntese, a aproximação do equilíbrio entre população, economia e território, concluído com uma distribuição programada e organizada da população e trabalho incluída na estrutura dos centros e dos territórios que dele fazem parte integrante. (...) E, não se pense que a vida hodierna está cercada como antes, adentro das vetustas muralhas defensivas duma cidade medieval; pelo contrário, ela ramifica-se para além dessas espessas paredes numa série confusa de actividades que se desenrolam em vastos ambientes, possivelmente influenciadas por outros territórios mais ou menos longínquos”¹⁸⁵.

¹⁸⁵ MACHADO, J.L.P., 1960:8.

2.2.4 – Aspectos específicos dos centros históricos

Nas sociedades tradicionais de tempos recuados, a definição não era muito complicada: a cidade é o local onde se desenvolve um quadro de referências imagéticas que se inicia na muralha que divide o caos da ordem, e no colectivo que assegura a segurança do individual. Neste contexto, as expressões materiais da arquitectura são também elas parte desse processo de organização e sistematização das representações sociais e individuais dos seus habitantes. A zona original da cidade, antes de qualquer expansão originada pelo advento da era da industrialização acelerada, do automóvel e do modernismo funcionalista. Igualmente, esta definição não é também fácil de estabilizar. Por exemplo, Mértola, que é completamente histórica no seu espaço intramuros, será que não pode corresponder a este conceito por não ser um centro? Penso que a noção de centro, embora seja derivada do facto de corresponder ao padrão geográfico que é possuído pela maior parte das localidades, não significará mais do que essa parcela do tecido urbano ser a zona de fundação e sedimentação mais antiga da urbe.

O núcleo antigo da cidade é o espaço construído onde se condensam as referências principais da comunidade humana, que só encontra paralelo ao seu valor simbólico na densidade de elementos construídos que foi empilhando ao longo dos séculos. Ela combate a noção de efémero de que os homens se encontram permanentemente possuídos, e, em consequência apresenta-se como lugar de referência da cidade, por maior que ela seja.

Nas actuais cidades, ao invés, assiste-se a uma progressiva descaracterização do espaço urbano, cuja expansão excessivamente acelerada afasta os seus residentes da sedimentação de referências, aí, na cidade cogumelo, inexistentes; ao mesmo tempo que os afasta de tal forma do centro histórico da urbe antiga que este deixa de fazer parte das referências identitárias do indivíduo. São inúmeros os investigadores da área da sociologia e da psicologia que relacionam esse facto com os problemas de desestruturação social existentes nas sociedades contemporâneas. Apesar de parecer que essa suburbanização está em muitas cidades em desaceleração, e que as preocupações com a requalificação da cidade estão cada vez mais na ordem do dia, não são ainda visíveis, em grande escala, os efeitos dessa reintegração dos seus diferentes tecidos, embora sejam cada vez mais, é verdade, as operações para a recuperação e reabilitação dos bairros e áreas históricas, acentuando-se a tendência para uma maior qualidade urbana no futuro.

Como se descreveu no sub-capítulo anterior, a qualidade do nosso património arquitectónico sofreu grandes perdas ao longo dos anos, particularmente na segunda metade do século XX. E essa incúria não se deveu a falta de alertas, pois que alguns especialistas, já então, clamavam contra essa situação. Dentro da mesma intenção de salvaguarda cultural que tinha levado a Associação dos Arquitectos a promover o famoso levantamento arquitectónico da nossa riqueza vernacular, Pinto Machado escreve, em 1965: “É absolutamente necessário, entretanto, evitar-se, com a maior severidade, os verdadeiros vandalismos até agora praticados em parte do património nacional, devendo, para isso, legislar-se uma série de normas rígidas que venham impedir a sua destruição em favor de empreendimentos sem qualquer espécie de finalidade, que não o interesse especulativo ou a concessão partidária.

Quantas vezes se verifica que velhos patrimónios e extensas belezas panorâmicas foram derrubadas e devastadas, para darem lugar a uma estrada ou a uma unidade industrial que bem poderia localizar-se mais além? Quantas e quantas vezes não se foi desviado um caminho para favorecer este ou aquele proprietário ou para se transformar em serventia deste ou daquele outro amigo?”¹⁸⁶. Sabemos que não foi assim que se procedeu, e que bastante foi perdido nesse processo. Mas actualmente, mais do que lamentar o caminho errado percorrido, importa alterar as estratégias e os procedimentos técnicos no sentido de preservar os centros históricos, requalificando-os como zonas urbanas da cidade e valorizando a sua riqueza histórica.

Um primeiro passo fundamental, que é hoje cumprido já com rigor metodológico, é o estudo detalhado destas zonas. Do mesmo modo, para mantermos as zonas históricas da cidade enquanto lugar central da nossa memória, precisamos entender a psicologia específica de cada lugar, as afectividades geradas e os seus referentes identificadores. No fundo, precisamos de efectivamente compreender o que é o centro histórico de uma cidade nas diferentes vertentes desse estatuto.

Em primeiro lugar, e apesar de o tópico cidade já ter sido abordado, é importante reafirmar que a cidade é uma expressão física e espiritual do dinamismo social, e portanto que ele é um tecido em transformação permanente. Mesmo que a cidade fosse uma ilha isolada, mesmo assim surgiriam, no seio das suas expressões arquitectónicas, as novidades, as modificações de escala e materiais, súbitas

¹⁸⁶ MACHADO, J.L.P., 1999, 185-186.

transformações construtivas, ditadas pela afirmação de poder de um determinado grupo social e das inevitáveis mutações culturais. Ou seja, mesmo que a cidade não contasse com nenhum contributo das suas relações com outras comunidades humanas, maiores ou menores que sejam, ainda assim ela sofreria transformações em resultado das alterações que se vão verificando no conjunto dos seus usufrutuários.

A expansão das cidades para as suas periferias, e a forma muito rápida como todo esse processo foi desenvolvido, deixou a cidade histórica enredada, ora num processo de asfixia, ou numa condição de abandono, consoante os agentes da expansão acharam interessantes, ou não, as parcelas da cidade tradicional que se ia esvaziando gradualmente dos seus moradores que se deslocavam para preencher as novas habitações que estavam a ser construídas na periferia.

Daí que tenham sido fundamentais os processos de reabilitação e requalificação dessas áreas urbanas, no sentido de lhes voltar a dar a dignidade que elas possuíam, e para que se não percam os valores culturais (e, igualmente, os patrimoniais) que contêm. A cidade histórica é um livro de ensinamentos, onde se pode reaprender a qualidade da construção e do habitar. Já há quase vinte anos, quando todos estes processos da reabilitação das áreas históricas assumiam no nosso país um carácter de urgência, que como se sabe viria a conduzir à constituição dos GTL's, em virtude da degradação acentuada que muitas dessas zonas então exibiam, que se argumentava que «dar atenção ao velho era uma atitude jovem», era uma ideia inovadora (em Portugal, quase, mas decerto se a escala fosse alargada a políticas centrais, como sucedeu, e saísse do âmbito dos casos pontuais). Igualmente, por uma questão cultural, no sentido de resguardar a continuidade com o passado histórico da urbe, o centro histórico é uma zona a salvaguardar para que seja possível construir sólidos referenciais para a população, o que, como referi antes, só se consegue criando essa identificação a partir do espaço que é o que tem maior peso enquanto referencial colectivo.

Todo este processo também beneficiou da evolução conceptual que os processos de planeamento sofreram, “do olhar bidimensional de um urbanismo colorido pelos mapas de zonamento para a tridimensionalidade da arquitectura da cidade; do plano para o projecto urbano; do desurbanismo para o centralismo da cidade residencial; da asséptica renovação urbana para a reabilitação urbana integrada; da apologia do

monumento isolado em pedestal condigno para a defesa dos valores de conjunto, ou seja, para uma prática de salvaguarda e de valorização do património urbano”¹⁸⁷.

A preservação e salvaguarda dos centros históricos têm, em Portugal, sem qualquer dúvida, um agente: as Câmaras Municipais. Se não tivesse sido por acção dos poderes locais não teria sido possível concretizar os programas de reabilitação que eram necessários, e que ainda não estão completos, de modo a reintegrar plenamente e a proteger o património destas áreas urbanas. “O papel da Câmaras municipais é cada vez mais importante e a vitalidade dos processos de recuperação dos centros históricos degradados vai-se tornando uma realidade irreversível, com exemplos excepcionais como o de Guimarães, que se assume como referência cultural, ganhando importância os municípios de maior dimensão, como o Porto e, sobretudo, Lisboa, onde se destaca o esforço muitas vezes incompreendido dos gabinetes técnicos locais, que procuram caminhos cada vez mais coerentes, na reutilização da madeira, das alvenarias e das argamassas de cal aérea, a par de tentativas, infelizmente, quase frustradas, de se alargar o âmbito das intervenções, não edifício a edifício, mas a conjunto até à dimensão do quarteirão, em que se ensaiam medidas de reforço generalizado em relação à acção sísmica e em relação à segurança contra incêndios”¹⁸⁸.

Parece uma contradição com a destruição que tantas vezes se coloca no outro prato da balança da responsabilidade municipal. Mas num determinado contexto, como aquele que existia depois de 1974, era difícil considerar, na maior parte dos casos, a possibilidade de um investimento substancial na recuperação. Mesmo que existissem, como existiam muitas vezes, as melhores intenções culturais, as carências ao nível das necessidades básicas era tão elevada. A habitação era escassa, ou dotada de pouco conforto, as infraestruturas urbanísticas inexistentes na maior parte das zonas rurais e mesmo nas periferias das áreas urbanas de maior dimensão, que não podia deixar de se dar resposta à sua resolução. Abastecimento domiciliário de água, electrificações, melhorar a rede viária, construir equipamentos básicos e melhorar ou criar redes sanitárias, tornaram-se a cartilha de base, principalmente a nível autárquico, pelo menos durante duas décadas.

Maior ou menor urgência neste processo, apesar de tudo, era da maior importância que se conseguisse conhecer detalhadamente os cascos históricos, para mais

¹⁸⁷ AGUIAR, 1995:24-25.

¹⁸⁸ APPLETON, 2003:27.

considerando que os estudos de história urbana eram (são) limitados. Tal facto implicava o desenvolvimento de metodologias de abordagem que conseguissem reunir o máximo de informação de modo a construir, gradualmente, uma grelha interpretativa da sua evolução em diferentes domínios. A introdução de especialidades nas áreas da arquitectura tradicional, da reabilitação infraestrutural dos conjuntos históricos degradados, da arqueologia industrial, etc., é o testemunho das transformações operadas na forma de abordagem à herança histórica das localidades.

Não admira, por isso, que uma das disciplinas que maior importância veio a ter nessa estruturação de conhecimentos, tenha sido a arqueologia urbana. Esta ciência, que teve uma expansão paralela aos movimentos de protecção e salvaguarda do património histórico dos cascos urbanos, tem tido um papel decisivo na compreensão e valorização dos centros históricos. Trata-se de uma técnica muito complexa, podendo ser considerada uma especialidade dentro deste campo científico: “a arqueologia urbana implica métodos próprios que derivam da complexidade estratigráfica dos subsolos das cidades históricas. Os sucessivos níveis de ocupação sobrepõem-se, recortam-se, formando um *puzzle* complexo, que exige registos muito rigorosos e um conhecimento profundo dos materiais de diferentes épocas”¹⁸⁹. Só nesta pequena explicação podemos medir a importância desta pesquisa, pois ela permite, não só dar minúcia à história, mas igualmente reforçar os conhecimentos sobre as técnicas de construção e os materiais com que essa cidade antiga se edificou. Daí que a arqueologia urbana se tenha tornado tão importante, comprovando ou anulando as diferentes teorias sobre a fundação dos locais. A prova material desse passado – com o resgate associado dos elementos do quotidiano dessas épocas – é cada vez mais relevante para todos, autoridades, investigadores, população, pois o paradigma da «verdade científica» se tornou incontornável para a mentalidade racionalista contemporânea.

No fundo, aquilo de que aqui se fala, para retomarmos um conceito que é fundamental na afirmação da importância de salvar e reabilitar os nossos centros históricos, é da possibilidade que a arqueologia urbana dá de se aumentar o sentido que a cidade faz, de reforçar o nosso imaginário com dados reais, concretos (mesmo se por vezes contraditórios).

¹⁸⁹ LEMOS e MARTINS, 1992:93.

Seguramente que não se avançou neste campo ainda o que se poderia ter avançado, e é sabido que particularmente na década que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, por contingências de vária ordem, por negligência, por crime e má-fé, muito património arqueológico foi destruído, e sem qualquer registo, para que a eventual qualidade dos achados não impedisse a concretização de determinados projectos urbanísticos. Mesmo com acompanhamento científico, alguma coisa se perde sempre, mesmo só pensando no registo, a mais das vezes porque o tempo disponível é muito limitado. Basta ver-se o caso de Mértola, onde houve desde muito cedo equipas no terreno, do qual a riqueza arqueológica era sobejamente conhecida, e mesmo assim houve destruição de património, e de alguma importância inclusive, em virtude de obras apressadas em que nem o tempo mínimo para o registo dos achados foi facultado. Se pensarmos na dimensão da localidade e de que a pressão da renovação urbana e arquitectónica é muito baixa, e tais factos também ocorreram, imagine-se em localidade de muito maior dimensão, o que não terá sido definitivamente destruído.

Um aspecto importante também, na reabilitação destas zonas, foi o avanço considerável na participação das comunidades residentes nesses locais, onde começam a verificar-se o crescimento de modelos de participação democrática. Muito do que se pode fazer, em termos de recuperação destas zonas também resultou da imagem positiva que se foi gerando em torno dos processos de reabilitação urbana, com uma filosofia absolutamente diversa das anteriores praticas de renovação urbana, onde agora são respeitados não só os valores patrimoniais dessas zonas, como se procurar corresponder às expectativas dos seus residentes, tendo-se definitivamente conseguido afastar a ideia de que as obras, com os seus procedimentos inevitáveis de transferências temporárias dos domicílios, se destinavam apenas a conseguir expulsar as populações autóctones dessas zonas. A imagem positiva da reabilitação urbana é um factor da maior importância para desenvolver um trabalho de cooperação, não só na presente intervenção, mas para consolidar as estratégias de conservação quotidianas que é necessário assegurar.

As correntes contemporâneas internacionais – criando uma «onda de boas intenções e boas práticas» com vista a essa salvaguarda, têm também dado alguma colaboração. É preciso considerar a importância de manter estas políticas de intervenção, de modo a consolidar a requalificação e consolidação do imenso património edificado que compõe os centros históricos urbanos. Persistindo no investimento financeiro e na garantia de um quadro jurídico capaz de sustentar as decisões favoráveis a essa preservação.

O primeiro dos passos legislativos de referência neste campo foi dado com a aprovação da Lei de Bases do Património Cultural (a famosa e já revogada, sem nunca ter sido regulamentada) 13/85. A Lei do Património consagrou a figura do «Plano de Salvaguarda de Conjunto ou Sítio Classificado», instituído como um plano especial de protecção, determinando a sua elaboração no prazo de 180 dias após uma classificação. Não sendo perfeita, foi um passo intencional numa boa direcção, que acabou cerceado por procurar afrontar património de raiz privada, em especial o da Igreja Católica, pelo que nunca foi alvo de regulamentação específica. A sua aplicação era assim muito casuística, e portanto, acabou enredada nos meandros lentos e complexos da administração pública. Como salienta, com algum humor, José Aguiar, “até hoje não sei se se conseguiu cumprir este prazo e não sei sequer se já entrou em vigor algum plano de salvaguarda de um núcleo histórico inserido dentro do espírito e nos prazos da Lei 13/85. (...) Moral da história, continuamos a ter leis notáveis, muito evoluídas conceptualmente, mas cuja aplicabilidade prática é praticamente nula porque não são acompanhadas por acções consequentes como, por exemplo, os imprescindíveis instrumentos regulamentares de desenvolvimento”¹⁹⁰.

Em 1980 já tinha sido instituído um quadro de referência importante nesta área, pelo menos pelo sinal que dava de que o Estado não queria deixar sem protecção a sua riqueza patrimonial, através do Decreto Regulamentar nº34/80 de 2 de Agosto. Este articulado foi a primeira lei orgânica do Instituto Português do Património Cultural (o pai do actual IPPAR, posteriormente instituído pelo Decreto-Lei 106-F/92 de 1 de Junho). Esta lei de 1980 marcou uma viragem de fundo na legislação e na prática da política patrimonial contemporânea, ao actualizar conceitos e dimensões operativas, integrar e coordenar instrumentos dispersos e estabilizar ensinamentos e experiências anteriores à sua publicação. Foi neste documento que se introduziu o conceito de Centro Histórico ou Tradicional e de Sítio entre os valores passíveis de serem classificados.

A lei 13/85 vai, por isso, retomar esta filosofia. No Título III “Do fomento da conservação e valorização do património cultural”, estão enunciados um conjunto de princípios que estabelecem que a relação entre o património e o ordenamento do território deve ser efectiva. O seu articulado é, aliás, claro nesta questão: “a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural deverão ser

¹⁹⁰ AGUIAR, 1995:31.

consideradas obrigatórias no ordenamento do território e na planificação a nível nacional, regional e local”. E no Artº 49º acrescenta-se ainda que é fundamental a “integração do património cultural nas diversas esferas da vida das comunidades e o seu carácter de recurso activo numa dinâmica de desenvolvimento do País, considerando o património cultural como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional”. Igualmente importante o que se estabelecia no Artº 21º: a possibilidade de elaboração de planos de salvaguarda aos imóveis classificados. Este artigo era particularmente relevante porque nesse mesmo ano de 1985 foi instituída, pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (Despacho nº4/SEHU/85) a figura dos Gabinetes Técnicos Locais, cuja acção viria a revelar-se determinante para a salvaguarda e recuperação de inúmeras áreas urbanas de carácter histórico que então se encontravam degradadas ou a degradar-se.

O IPPAR, criado em 1992 para ser o novo departamento governamental responsável pelo sector, tinha claras atribuições, como escrito no seu artigo 2º, de salvaguarda e valorização de bens que, pelo seu interesse histórico, artístico e paisagístico, integram o património cultural arquitectónico e arqueológico do país. A ideologia desta instituição é clara, e, pelo menos até 2001 teve, podemos dizê-lo, um rumo coerente (neste momento, a instituição parece estar numa fase de uma certa letargia). Esse rumo podemos compreendê-lo na leitura das palavras de Luís Calado, seu director durante a maior parte dos anos 90, ao referir-se, em 1999, ao modo como são analisados os projectos e programas de salvaguarda do património arquitectónico português: “estes trabalhos levam cada vez mais em linha de conta aquilo a que na gíria patrimonial chamamos o património «difuso» ou património «por proximidade», ou seja as pequenas obras e edificações de serventia e de produção que serviram durante séculos para definir os respectivos domínios que esses monumentos outrora tutelavam, redefinindo também, gradualmente, a paisagem original que os integrava, e integra, e que se encontra em muitos casos ainda em estado de salvamento”¹⁹¹.

De certa maneira, foi mais pelas atribuições outorgadas ao IPPAR (com o peso vinculativo dos seus pareceres) do que pela lei – que não se conseguia regulamentar, por conflitos de interesses -, que a administração central conseguiu ir, de algum modo, salvando paisagens urbanas e históricas. No entanto, é evidente que esta estratégia (que, como refiro no capítulo dedicado ao caso de estudo, é cheia de contradições), não é um caminho seguro para as exigências actuais. Daí que o fundamental seja,

¹⁹¹ CALADO, 2001:17.

como foi destacado num sub-capítulo anterior, e se se quer um efectivo crescimento qualitativo nesta área do património, a definitiva instituição dos «planos de salvaguarda» ou «planos integrados» que substituirão, com vantagem, os actuais «planos de pormenor». Só através da generalização destes instrumentos os aspectos culturais, educativos e ambientais se poderão conjugar com a salvaguarda do património, gerando um modelo de desenvolvimento integrado correcto e duradouro.

Como tal percurso não foi ainda percorrido, ou tem sido insuficiente, para sermos mais rigorosos, é preciso implementar políticas que acelerem a sua efectiva concretização. Garcia Lamas, por exemplo critica o facto de a classificação do património não ser sistemática – “a classificação de imóveis – e quase nunca de conjuntos – tem sido casuística, muitas vezes para os salvar da demolição iminente. (...) Por outro lado, o significado das Zonas de Protecção de Imóveis classificados, como zonas indispensáveis à sua fruição num contexto adequado – não é, também, suficientemente compreendido. (...) Isto resulta de não se compreender bem que o valor cultural de um imóvel fica diminuído, ou perde mesmo significado, se não se mantém uma relação equilibrada e harmoniosa com a sua envolvente. Por exemplo, muitas autarquias pedem a classificação de alguns imóveis de vetustez comprovada, mas não aceitam a necessidade da servidão que a Zona de Protecção constitui. Consideram-na um ónus sem justificação, uma intromissão inaceitável da administração central no seu território - a subtracção da zona à gestão autárquica -, não compreendendo que, tratando-se de bens de interesse nacional, zelar por eles é dever e competência que ultrapassam os limites da legitimidade democrática local”. E destaca, “as servidões associadas à protecção do património não são relevantes no seu [dos autarcas] conceito de desenvolvimento”¹⁹². Mas se este conceito actualmente se modificou, por causa do turismo cultural, quererá então dizer que essas servidões são encaradas de forma diferente, mais positiva? Como é evidente, uma resposta concreta só poderá resultar de uma análise caso a caso. Pelo meu conhecimento, diria que nos concelhos a sul de Lisboa, essa situação de maior sensibilidade se verifica, mesmo até na maioria dos concelhos algarvios. No restante, se me socorrer dos inquéritos realizados por Carlos Nunes da Silva¹⁹³, vê-se que o investimento na área cultural (incluindo a salvaguarda do património material) tem vindo progressivamente a aumentar, pelo que se poderá deduzir que a situação tem, pelo menos melhorado um

¹⁹² LAMAS, J.G., 1998:16.

¹⁹³ Carlos Nunes da Silva realizou a sua investigação de mestrado (Universidade Técnica de Lisboa), em 1995, relativa ao tema das Políticas Municipais, entre os anos de 1974 e 1994, sendo o mais detalhado e notável estudo existente sobre a repartição dos investimentos autárquicos, e as razões estratégicas por detrás dessas repartições.

pouco. No entanto, creio que só uma nova geração de PDM's e de regulamentação específica neste campo, se vier a ser produzida, poderão demonstrar cabalmente o nível de progresso neste campo complexo do ordenamento territorial.

As políticas de recuperação integrada de Centros Históricos, de espaços urbanos singulares e/ou de áreas urbanas degradadas, avançaram no nosso país de forma evidente na última década. Da apreciação restrita como bem cultural de determinados e concretos edifícios expressa na lei de 1944 até à recente do Património de 1985 decorreu um espaço de tempo considerável em favor de uma consideração integral, isto é, física, social, económica e demográfica destes espaços. Não obstante, a necessidade de integrar estas políticas sectoriais – urbanísticas – noutras de índole multisectorial, e inclusive que transcenda o âmbito puramente localista daquelas, convida a considerar a possibilidade de levar em conta estas actuações como elementos de qualificação espacial de um determinado núcleo urbano, e inclusive como impulsionadoras de um desenvolvimento municipal ou regional maior.

Para alguns investigadores, seria importante aumentar os processos de transparência relacionados com a responsabilidade concreta. E esta não deve meramente incidir sobre aqueles que actuam directamente na conservação material do património edificado, mas igualmente sobre aqueles que planeiam essas mesmas intervenções, quando consideramos as intervenções de carácter público, que são as que mais podem afectar edifícios classificados à salvaguarda do Estado. “Alegar-se-á que em geral elas são atribuíveis a uma entidade, muito embora tal não se traduza em mais do que um certo tipo de responsabilidade institucional e desresponsabilidade dos intervenientes. No concreto, as instituições são entidades cuja vivência decorre do seu capital humano, e em particular das suas potencialidades e limitações, o que significa em última análise que não são as instituições que planeiam e executam uma intervenção, mas antes as pessoas que a elas pertencem. Ora parece óbvio que, quanto mais personalizada for a autoria de um projecto de conservação, maior responsabilidade caberá à pessoa designada e, conseqüentemente, maior cuidado e rigor serão postos nas diversas fases de planeamento e execução”¹⁹⁴.

A citação é extensa, mas para mim, que venho de um campo de investigação de base distinto da arquitectura e do urbanismo, e que posso apenas lamentar nunca ter tido a possibilidade de uma aprendizagem directa com um dos mestres do nosso urbanismo

¹⁹⁴ HENRIQUES, 1994:10.

contemporâneo, além de um tributo humilde, é um testemunho que importa manter presente nas estratégias e na reflexão em torno da protecção do nosso património. Para José Ressano Garcia Lamas, numa notável entrevista à *Arquitectura e Vida*, em Agosto de 2002:

- * “a salvaguarda do património é um caldeirão em que se consome imensa coisa: as vontades, a eficácia das actuações, os conceitos e os edifícios e bens patrimoniais. É uma área cada vez mais importante, porque cada vez mais os bens a salvaguardar são escassos – haja em vista o processo acelerado da sua destruição – e porque ambos os processos (destruição e defesa) vão ganhando maior dimensão e importância em todas as regiões, e não só na Europa. Ora, tudo o que foi herdado (espaços urbanos e edifícios) constitui um bem inestimável, porque já não se pode repetir. Falta legislação específica para a realização dos Planos de Salvaguarda, que obrigue a métodos próprios e que, por descuido, incapacidade ou o que quer que seja, o legislador entendeu remeter para a figura do Plano de Pormenor. O que fica é uma tolice pela escala, e características do Plano de Pormenor face à relação que o Plano de Salvaguarda deve estabelecer com o território, as populações e a administração central e local. As autarquias sentem necessidade eleitoral de propaganda sobre o património, enquanto que no dia-a-dia são incapazes de acções com coragem, determinação e meios para defender esse mesmo património. Assistimos a uma deficiente actuação da tutela, nomeadamente do IPPAR, que, pela minha experiência, verifico não ter critérios, reflectindo em cada um dos seus técnicos mais opiniões pessoais do que «doutrina da casa». A mesma entidade faz a contrária num lado e no outro. Não se procura legislar, racionalizar, instituir métodos e fazer pedagogia. Limita-se a uma actuação por «pareceres» casuísticos. Mantém-se a maior das confusões acerca do que se recupera, como se recupera, com que meios, métodos, técnicas e sistemas construtivos. A outro nível, persiste a confusão na aceitação da convivência entre (boa) arquitectura contemporânea e antigos edifícios. Não só com a aplicação burocrática de doutrinas que se faz boa reabilitação. É sempre necessário bons projectos, e os bons projectos de obras contemporâneas serão o património de amanhã.

A situação é caótica, e neste contexto os municípios permitem o que os promotores pretendem e obtêm com permissividade do IPPAR. É uma das situações mais difíceis no controlo do território porque mexe com muitos interesses e muita ignorância. Mereceria muito maior interesse e empenho por parte do estado, ser mais debatida e mais consensual.

Por todo o território, e particularmente nas zonas mais sensíveis, os arquitectos têm de saber, logo à partida, o que podem e o que não devem fazer. Não pode acontecer que só no final, quando um projecto é apreciado, o autor fique a saber o que as entidades entendem estar bem ou mal. As regras devem ser claras e não se pode ser «apanhado à traição». Para tal, são necessários planos que dêem regras para os projectos. Portugal foi tendo um património vastíssimo que está cada vez mais reduzido, em detrimento de falsas ideias de crescimento económico, quando justamente o património pode ser um dos elementos para um desenvolvimento mais qualificado ou um melhor ambiente urbano. É preciso fazer qualquer coisa, mas ninguém sabe o quê, e aqueles que sabem nem sempre são ouvidos¹⁹⁵.

E que falta fará esta voz à defesa do património arquitectónico e urbanístico português!

¹⁹⁵ LAMAS, «As regras do jogo- entrevista, Revista *Arquitectura e Vida*, (Julho/Agosto) 2002:38-35

2.2.5 – Os Gabinetes Técnicos Locais (GTL's)

Na continuidade das políticas tendentes a garantir a conservação do património construído das nossas localidades, foram criados, em 1985, os Gabinetes Técnicos Locais, que funcionavam com enquadramento dado pelas câmaras municipais, com o objectivo de elaborarem planos e projectos para a salvaguarda e reabilitação das áreas históricas urbanas. É interessante reparar na coincidência que representa ser o mesmo ano em que é consagrada a nova Lei de Bases do Património Cultural, a 13/85 (como já referimos no tópico da Salvaguarda Patrimonial).

A constituição destes gabinetes tinha um objectivo primordial, operacionalizar as intenções que estavam consignadas nos Planos de Reabilitação Urbana (PRU). Estes Planos tinham sido um primeiro passo no sentido de se conseguir dar expressão legislativa à importância que socialmente já se lhe fazia corresponder, numa exigência de se salvarem as áreas centrais antigas das cidades e vilas portuguesas. De certa forma, podemos dizer que se tratava de um imperativo não só cultural, mas também social, uma vez que estas zonas eram ainda habitadas por bastante população, e portanto, tratava-se, por um lado, de garantir a ocupação das zonas vazias, e por outro, igualmente de melhorar as condições de habitabilidade daqueles que ainda aí permaneciam a residir.

Este “Despacho [nº4 / SEHU/ 85, é uma peça legislativa da maior importância, cuja] filosofia subjacente tem levado a ser considerado como o diploma que faltava para a resolução dos problemas dos «Centros Históricos» das cidades e aldeias classificadas”. Margarida Coelho, a autora deste comentário, feito no 1º ENCORE, (umas jornadas de reflexão sobre reabilitação de edifícios organizadas pelo LNEC) logo nesse ano de publicação da lei, afirma que “em nenhum ponto do texto existe uma afirmação clara que leve a que seja entendido como tal, mas pode vir a constituir um passo histórico para uma lacuna de quase dez anos na nossa legislação, como pode a sua acção esbater-se, ao fim de algum tempo nas próprias limitações legislativas específicas (ausência de lei das rendas promulgada, ausência de apoios ao sector privado, ausência de coordenação com departamentos da administração pública representantes de outros sectores de actividade não habitacional e urbanística”¹⁹⁶.

¹⁹⁶ COELHO, 1985:7.

Esta legislação dos PRU's passava pela celebração de acordos entre a Administração Central e os Poderes Locais democraticamente eleitos e, que nesta matéria, tinham o direito de se candidatarem a verbas suplementares, há muito reclamadas, mas igualmente a responsabilidade da sua execução. Estes programas, que estavam maioritariamente orientados para a recuperação de edifícios, podiam ainda incluir, também, a reabilitação de espaços comuns, a instalação de equipamentos e o desenvolvimento de acções sociais de realojamento¹⁹⁷.

Foi por uma dupla razão técnica que as Câmaras fizeram sentir a necessidade de apoio – para a preparação dos estudos, projectos, candidaturas e financiamentos, e, para garantir o acompanhamento quotidiano de todos estes processos, única forma de existir alguma segurança quanto à completa concretização dos seus objectivos, em todos por imposição (não concretizada em muitos casos) a redacção de um Regulamento de Plano de Salvaguarda da Zona Histórica respectiva. Os contratos que então se celebravam estabeleciam, da parte da Administração Central, os montantes relativos à sua comparticipação financeira para os vencimentos da equipa, e as responsabilidades dentro do quadro das Comissões de Acompanhamento. Todo o restante processo dependia das câmaras (concursos, instalações, equipamentos, etc.). Aos Gabinetes incumbiria a execução de um programa trienal, onde se definiam objectivos e metodologias de intervenção, especificando projectos e obras a executar e respectivas previsões de custos, suportados pelas disponibilidades financeiras definidas anualmente para o PRID e por dotações provenientes dos Orçamentos da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU), participação na ordem dos 50% nas obras municipais de infraestruturas, na instalação de equipamentos e na recuperação de habitações.

Esta questão da existência de Gabinetes Locais vinha já a ser debatida, em Portugal, desde o caso da Ribeira-Barredo, e tanto no Porto como em Lisboa, estavam associadas à necessidade imperiosa de intervir nas zonas mais insalubres e fisicamente degradadas destas cidades, não só nos cascos históricos, como em bairros sociais e *bairros de lata*. A dimensão do problema indiciava a evidência da necessidade de ter permanentemente técnicos de várias áreas de intervenção na resolução destas dificuldades, além do facto de que a rapidez da resposta dependia

¹⁹⁷ Houve ainda, em 1990, a publicação de um Despacho complementar (23/90), oriundo igualmente da SEALOT, relativo ao Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, que procurava aperfeiçoar a legislação original. Os seus resultados concretos foram igualmente esbatidos, tal como aconteceu com a legislação original, pela desarticulação entre estas medidas e a Política Habitacional do Estado.

da proximidade das decisões, pelo que grande parte do processo deveria ficar entregue às Autarquias. E além do mais, existiam exemplos de outros países que tinham começado a resolver estas questões bastante mais cedo; leia-se o que se escrevia num relatório do Ministério da Habitação e Administração Local inglês: “Algumas autoridades distritais responsáveis pelos planos concelhios, ao reconhecerem tal dificuldade, organizaram um gabinete especial destinado à renovação urbana, com o fim de ser útil a todos os concelhos que dele necessitem”. Ano: 1967! Portanto, esta solução de constituir equipas, havendo tantos casos em que se tinham registado resultados positivos da sua acção, parece óbvia.

Os Gabinetes Técnicos locais foram então constituídos em número considerável¹⁹⁸, e com o seu funcionamento autonomizado em relação aos municípios, com o objectivo de elaborarem os Planos de Salvaguarda respectivos. De uma forma generalizada os quadros destas equipas foram preenchidos por jovens arquitectos e engenheiros¹⁹⁹, que, dada a novidade da tarefa, pareciam compensar em empenho e engenho a dificuldade de elaborar um plano cujos conteúdos não estavam regulamentados²⁰⁰.

Vão então desenvolver esquemas de estruturação desta situação que cruzava a questão da conservação patrimonial (na altura ainda de certa forma residual) com a resolução do problema da habitação. Acresce, como é sabido, que muita dessa degradação resultava da Lei do Arrendamento (em revisão profunda somente agora, em 2004), que descapitalizara os proprietários, asfixiando o mercado de aluguer, e contribuindo, simultaneamente, para a expansão da construção nova, e ao mesmo tempo, para a decadência dos bairros antigos – esta situação não se julgue que afectou apenas as duas grandes áreas metropolitanas, como será detalhadamente apresentado noutro capítulo, mas foi nelas que esta situação se revelou com maiores consequências negativas. No cenário de convulsão social – e portanto de inflação galopante - é evidente que o Estado, e menos ainda as Autarquias, possuíam

¹⁹⁸ Entre 1988 e 1998 foram constituídos 114 GTL's, sendo que 68 foram instituídos apenas em 2 anos, de 1996 a 1998, o que demonstra bem o tempo que esta metodologia de tratamento, e a própria assumpção da sua área histórica, levou por parte dos municípios. Neste período de 2 anos, igualmente foram assinados 42 protocolos para a concretização de obras, o que demonstra bem que foi a componente pragmática que acabou por forçar muitos autarcas a este modelo. O que é pena. O estudo atempado, a reflexão, no caso destas áreas urbanas, é um caminho importante para se percorrer.

¹⁹⁹ Situação que se passou igualmente em Mértola, como se poderá ver detalhadamente no capítulo IV.

²⁰⁰ No essencial, todas as equipas dedicaram bastante tempo à análise, uma vez que as bases eram inexistentes, ou muito desactualizadas, não referindo ainda o facto de que o ângulo de abordagem (salvaguarda de um centro histórico) era ainda muito pouco experimentado. A análise incidia sobre os seguintes campos: arquitectónica, tipológica, funcional, infraestruturas, rede viária/ tráfego, cadastral, sócio-económica, histórico-cultural.

capacidade financeira que lhes permitisse enveredar pelas expropriações na tentativa de resolução deste problemas.

O instrumento de acção do Estado, e de convergência com os poderes locais foi o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), e as suas políticas iniciais são a execução de planos de urbanização de pormenor, a preparação de projectos de renovação para os devolutos existentes nas áreas consolidadas, bem como a vigilância das condições de execução de outras obras particulares, não só no que respeitava às questões técnicas (definidas pelo RGEU), como também na garantia da integração estética dos imóveis intervencionados com o contexto envolvente.

O FFH vai ser o responsável pela organização de três programas destinados à reabilitação das áreas habitacionais:

- O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)
- O Programa de Renovação Urbana (PRU)
- O Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados (PRID)

O SAAL foi criado em Agosto de 74 pelo Arq.to Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo; este serviço assentava na relevância atribuída à participação das populações mal alojadas e na sua capacidade organizativa; propunha-se, pela auto-construção ou reconstrução da habitação pelos próprios moradores, dotar zonas degradadas de condições básicas; o SAAL fornecia acesso a crédito, materiais de construção, apoio técnico e projectos de arquitectura. O seu impacto foi visível no Porto, nas «ilhas», e na eliminação de zonas de barracas na capital.

A este programa seguiu-se o PRID – Programa de reabilitação de Imóveis Degradados, que se destinou a substituir o SAAL, entrando em vigor em Setembro de 1976, DL n°704/76, e para cuja eficácia também contribuiu, de alguma forma, a aprovação de uma nova lei de solos no mesmo ano. Este programa foi uma primeira tentativa de envolver mais profundamente as câmaras e os privados em projectos de recuperação de edifícios, e abrangia igualmente a possibilidade de realização de obras ao nível das infraestruturas básicas. O PRID era fundamentalmente um programa que procurava facilitar os empréstimos e a concessão de subsídios para a realização desses projectos.

Começou com grande impacto, e conseguiu um número extraordinário de 18.000 projectos aprovados no seu primeiro de resultados (1977/1978), mas em 1981 já só abrangeu 1.176 candidaturas, valores que começavam a ficar muito longe dos impactos pretendidos (mas que também resultavam da baixa dotação financeira do programa), e que, como era inevitável, veio a resultar num refazer deste modelo, que acabou substituído por um outro conjunto de regras e sobre diferente designação.

O programa de Renovação Urbana teve impactos consideráveis apenas na Ribeira-Barredo – que aliás era um projecto já delineado, em parte, em 1973, e, portanto, que tinha uma base técnica para poder avançar; e a vila de Óbidos, que lançou uma candidatura com vista a completar algumas etapas que a sua escolha como aldeia típica de Portugal não tinha considerado. No restante, como se disse, o seu valor foi ter iniciado uma jornada que ainda não se completou, para a recuperação e salvaguarda nos centros históricos portugueses.

Interessante é constatar, passados já alguns anos, que o balanço que se foi fazendo, sobre os impactos da actuação dos GTL's, numa sequência que parece seguir correctamente aquilo que foi ocorrendo, embora possam existir também interessantes ressalvas. Vasco Massapina publicou, em 1991, na revista *Sociedade & Território*²⁰¹, uma avaliação pequena, mas muito bem estruturada, da situação e impactos dos GTL's à data. Para este autor, a ideia programática original não tinha tido sucesso, na sua efectiva aplicação enquanto estratégia de reabilitação, uma vez que, apesar dos planos e estudos, pouco se havia avançado em termos da efectiva requalificação destas áreas e da reabilitação do seu parque edificado. Tal deficiência, cuja parcela fundamental se devia à descapitalização privada e/ou fraco financiamento institucional, era no entanto igualmente devida a ausência de uma efectiva política nacional para a reabilitação da habitação, estando mesmo desligada da produção de «cidade nova».

Fundamental seria:

- a) a política de Reabilitação ser inseparável da política habitacional;
- b) o processo de financiamento da Reabilitação em conjunto com o financiamento da habitação nova;
- c) a definição clara de competências e tutelas sobre a «construção da cidade», o que implica uma reforma muito completa da legislação sobre o Ordenamento do Território e as Regiões.

²⁰¹ MASSAPINA, Vasco - "Gabinetes Técnicos Locais. Usar de novo?", in *Sociedade & Território*, nº 14/15, 1991, pp. 51-55.

Massapina chega a referir a importância de existirem modelos de financiamento em sistemas de Sociedade de Investimento. Só por aqui se verifica como pouco e lentamente se avançou desde essa data, já estas sociedade de capitais só foram estabelecidas juridicamente em 2003...²⁰² Este tipo de instrumentos seria fundamental para assegurar a concretização das obras projectadas, evitando gastar-se dinheiro em projectos que depois permanecem nas gavetas.

Em 1990, face a uma situação relativamente imberbe, em termos dos impactos que este programa poderia vir a ter, Maria Clara Mendes considerava, justamente, que era ainda “cedo para se avaliarem os resultados destas acções, mas todas elas têm sido perspectivadas sem um plano de referência mais vasto, repensando o todo urbano e aplicadas apenas aos tecidos com valor histórico, atitude que, considerada elitista, foi já contestada noutros países europeus por não se encontrarem razões para conferir aos centros históricos tratamentos especiais. Para além disto a valorização dos centros históricos tem gerado alterações que se processam sob o signo da segregação e acarretado problemas para os municípios que não dispõem de meios para controlar a especulação”²⁰³. Esta situação, o chamado fenómeno de *gentrification*, que corresponde a permitir, ou a induzir, como se queira interpretar, uma modificação social profunda no decurso do processo de reabilitação física dos bairros históricos, tem sido, em Portugal, residual, tendo sido preservada, em grande medida as características tradicionais dessas zonas. É evidente que não é conseguida na totalidade, mas é preciso também reconhecer que não se podem fechar essas zonas às dinâmicas normais de ocupação do tecido urbano. Não induzir essa transformação também não pode significar transformar essa zona numa área de acesso restrito...

Cinco anos depois, para José Aguiar, que conhece sobejamente a maior parte dos casos por contacto directo, afirmava: “o sucesso de alguns GTL’s comprova-se pela posterior integração dos seus técnicos em novas estruturas municipais, por vezes chamadas de «Gabinetes de Centro Histórico», as quais foram fundados a expensas exclusivas das respectivas Câmaras Municipais, já que o apoio financeiro da

²⁰² Este modelo pode ou não incluir as Câmaras Municipais na componente do financiamento, embora estabeleça que a estas cabe a programação. A SRU ou as autarquias podem, ainda, em função do montante do investimento a realizar, adjudicar as obras a um parceiro privado (a ser escolhido por concurso público). Esta circunstância, aliada à possibilidade de as Câmaras executarem expropriações, levou a alguma contestação deste modelo, uma vez que pode existir um predomínio perverso da ideia de revenda das habitações recuperada se não verdadeiramente uma política de salvaguarda do património histórico edificado. Daí que o Estado tenha instituído uma cláusula que obriga as SRU’s a serem constituídas integralmente com capitais públicos, visando assegurar a defesa do interesse colectivo.

²⁰³ MENDES, 1990:182.

Administração Central à constituição de um GTL apenas durava, no máximo, dois anos²⁰⁴. Apesar de este tipo de situação dever ser elogiado, é preciso não esquecer que foi uma variante desta solução - a integração nos quadros técnicos das Autarquias - a mais comum. Esse modelo não serviu, obviamente, a reabilitação das áreas históricas como deveria²⁰⁵.

Para César Ruivo e Julio Pereira da Cunha o balanço a fazer é também globalmente positivo: “Ainda que por razões estruturais da nossa realidade legislativa, política e económica, em muitos casos se tenha ficado aquém das expectativas, outros casos houve - tal como constituía objectivo - onde esses gabinetes foram o embrião de um processo de revitalização em curso desses centros, com resultados francamente encorajadores. É evidente que a continuidade (...) depende igualmente da vontade e existência de uma estratégia política neste sector, cuja inexistência explicará em grande parte o não prosseguimento do trabalho desenvolvido pelos Gabinetes Técnicos Locais²⁰⁶”.

Por sua vez, António Costa Gonçalves, aquele que escreveu as suas impressões mais recentemente, em 2002, não tem qualquer dúvida em destacar que, numa “lista europeia dos casos de sucesso relativos à reabilitação urbana dever-se-á obrigatoriamente incluir Portugal, pelo esforço e investimentos realizados nos últimos vinte anos neste domínio. A criação de programas e incentivos destinados aos vários actores envolvidos revelaram-se medidas decisivas para a recuperação de antigos Centros Históricos. Alguns foram posteriormente classificados como Património Mundial pela UNESCO, constituindo esta classificação um sinal de reconhecimento pelo bom trabalho desenvolvido²⁰⁷”.

Assim, parece evidente (e estou também a contar com o meu conhecimento de bastantes casos de localidades que dispuseram de GTL's ou Gabinetes de Centro Histórico) que o resultado tem sido positivo. É verdade que aos moradores envolvidos nestes processos, as etapas parecem sempre excessivamente longas, mas só com estratégias a longo prazo se pode efectivamente garantir que a recuperação é

²⁰⁴ AGUIAR, 1995:26-27.

²⁰⁵ Como se poderá ler nesta dissertação, mesmo o GTL de Mértola, que venceu o Prémio de Melhor Plano de Salvaguarda do ano de 1991, e num local onde o património era o eixo central do desenvolvimento local, foi extinto, e o centro histórico deixou de ter qualquer medida de recuperação específica com carácter estruturante até 1999.

²⁰⁶ RUIVO e CUNHA, 1998:304. Em Mértola assim se passou, infelizmente, por todos os dados que acabo de referir, e por aquilo que poderá ser lido no capítulo IV.

²⁰⁷ GONÇALVES, 2002, 53.

integrada e um sucesso tão relevante a nível social como o pode ser a nível cultural. Em 1999, ao analisar detalhadamente as circunstâncias de execução dos Planos Directores Municipais, Ana Virtudes referia que “a continuidade do processo de planeamento carece da existência de gabinetes permanentes de trabalho, responsáveis pela elaboração e execução de normas e de planos, pela gestão urbanística e pela monitorização. Os gabinetes permanentes de trabalho, são geridos por responsáveis técnicos, detentores de ideias inovadoras e muita criatividade”²⁰⁸. Estas palavras podem aplicar-se, na perfeição, ao que necessita ser obtido para os centros históricos portugueses, para assegurar, não só a sua requalificação, mas a possibilidade de se gerarem políticas integradoras para todo o espaço urbano a que estas áreas mais antigas pertencem.

²⁰⁸ VIRTUDES, 1999:19.

2.2.6. – A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH)

Nos anos 80, os municípios que possuem áreas edificadas antigas, de carácter histórico, muitas possuidoras de monumentos e malhas urbanas que lhe conferiam uma identidade comum, começaram a detectar que essa circunstância lhe trazia diferenças consideráveis no que à gestão dessas áreas dizia respeito. A vontade de nelas investir para conseguir a sua requalificação foi o grande motor de constituição desta associação. O próprio site da APMCH refere que a sua “meta consiste na criação de um tipo de urbe onde a qualidade de vida seja proporcionada num ambiente histórico e cultural que dignifique a ética do passado e mereça inequivocamente a esperança do futuro, para corresponder à filosofia e à valorização patrimonial preconizadas por Alexandre Herculano”.

Esta associação de municípios realizou o seu 1º encontro nacional em Lamego, de 5 a 8 de Dezembro de 1987²⁰⁹. Nesse momento, a associação não estava ainda formalmente constituída, mas a entidade organizadora deste primeiro convénio (PATRIMÓNIO XXI, que desenvolvia as estratégias patrimoniais das Câmaras Municipais de Lamego e Trancoso) foi encarregue de avançar, em resultado do êxito desta reunião, de avançar para a elaboração de estatutos e preparar a sua formalização. A 22 de Julho de 1988, durante a Presidência Aberta que realizou na região, Mário Soares presidiu, na mesma cidade da Beira Alta, à cerimónia de assinatura do protocolo de adesão e escritura pública da APMCH.

Actualmente, a associação é o segundo maior agrupamento de municípios de Portugal²¹⁰, contando cento e vinte e oito câmaras associadas e a candidatura de outras mais, todas elas preocupadas com a defesa, a valorização, a revitalização e a animação dos seus núcleos urbanos históricos.

Logo no Artigo 1 do Protocolo, e ao estabelecer o âmbito, o texto definia de imediato a intenção de: Reunir todos os municípios portugueses que possuam, nos seus aglomerados urbanos, zonas antigas merecedoras de preservação.

²⁰⁹ Desde então, estes encontros têm-se realizado com alguma regularidade, indo já na sua X edição. A edição de 2004 (a IX) realizou-se em Mértola.

²¹⁰ Depois da Associação Nacional de Municípios, como é evidente.

A ideia de salvaguarda surgia assim de imediato consignada na abertura do documento. Prosseguia depois, com a instituição de uma visão pragmática para o facto de pretender associar diferentes municípios, deixando claro que a intenção é incentivar a experiência da recuperação, dar a conhecer os seus resultados, trocar opiniões no âmbito dos encontros, melhorar a integração da cidade antiga com a moderna, melhorar a qualidade de vida dos munícipes, criar modelos estratégicos eficazes para a sua reabilitação. Senão leia-se: “Promover, em conjunto ou isoladamente, todas as acções com vista à defesa, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação desses Centros Históricos, considerando-as zonas carecidas de protecção prioritária, como valores que são da maior importância nacional de indiscutível interesse público e, principalmente, como factores determinantes para o progresso e bem estar das populações que deles disfrutam ou usufruem”. O Protocolo só tinha, aliás, 3 pontos (o último consagrado à colaboração institucional. Este documento fundador foi assinado por 16 municípios).

Dos Estatutos, o Artigo 5º reproduz em muito as ideias do nº 2 do protocolo, acrescentando-se que os objectivos da APMCH em promover a recuperação dos centros históricos não têm fins lucrativos.

No domínio concreto, no entanto, é o Artigo 6º que tem maior peso nas acções a empreender pela APMCH. Um dos aspectos relevantes, que está referido no nº2 deste Artigo, refere a intenção de a associação “desenvolver os esforços necessários para a criação de estruturas legais ou jurídicas que conduzam à salvaguarda dos centros históricos e apoiem as acções de preservação preconizadas, em especial a sua valorização cultural e turística”.

Este objectivo, como, aliás, o de criar um gabinete de apoio, e no actual quadro de competição política que ainda enforma o pensamento de muitos dos nossos autarcas, parece muito difícil de concretizar (veja-se os anos que já passaram...) ²¹¹. A dispersão geográfica e a dimensão em municípios associados complicam estas intenções de organismos centralizadores.

Neste tipo de procedimento, uma acção concertada, quer junto das populações, quer, particularmente, junto do Governo, será uma forma de actuação mais eficiente do que pretender ter um organismo intermediário. Por exemplo, a APMCH deveria empenhar-

²¹¹ Devo referir que a sua constituição está agendada no Plano de Actividades para 2006, parecendo, pelo texto que acompanha a sua referência, que irá finalmente concretizar-se.

se a fundo por conseguir que nas figuras do planeamento urbano os planos de Salvaguarda não fossem obrigados a encaixar-se dentro do figurino de plano de pormenor, uma vez que a sua importância, num país de longa história como o nosso, não pode ser considerada sem expressão.

Ao longo dos anos, e em função de uma actividade regular, com saliência para o aprofundamento do pensamento teórico relativo à reabilitação, e da quase anual troca de experiências entre os técnicos que trabalham nesse campo, permitiu à APMCH receber apoios institucionais. Têm prestado a sua colaboração, com maior destaque o Ministério da Cultura, as Secretarias de Estado da Habitação e do Turismo, bem como o Instituto Português do Património Arquitectónico. Para estes organismos, os fins estatutários da APMCH representam, igualmente, uma causa fundamental, consubstanciada no ordenamento do território e na sua reabilitação sob os aspectos social, económico, cultural e paisagístico. Mas, o papel da Associação tem vindo a alargar-se a áreas mais vastas dessa valorização territorial, promovendo uma maior sensibilização de todos os responsáveis para um melhor enquadramento normativo e regulamentar das operações de revitalização dos núcleos históricos das zonas urbanas, actuando com objectividade e realismo, quer pela criação de instrumentos de ampla intervenção, quer pela existência de meios institucionais e financeiros ou, ainda, da reformulação desses apoios, através de programas adequados a tal tarefa.

Recentemente a APMCH viu reconhecido o seu papel interventor, e foi-lhe outorgado o estatuto de associação nacional de municípios²¹² facto que lhe confere responsabilidades acrescidas na permanente assunção do diálogo com os diferentes organismos da administração central e a consequente representatividade junto dos órgãos de soberania. Através do seu novo estatuto, revela-se mais simplificada a tarefa de participar em organismos internacionais (como a UNESCO e a Associação Europeia das Cidades e Regiões Históricas) que têm como objectivo defender e valorizar a memória herdada, legando-a intacta às gerações vindouras.

Esta associação realiza diversas iniciativas, mas a actividade principal prende-se com:

- O "Dia Nacional dos Centros Históricos", cujas comemorações se iniciaram em 1993. A data de 28 de Março, escolhida para tais celebrações, está intimamente ligada a uma das figuras da cultura portuguesa que mais defendeu o património e os

²¹² Decreto-Lei n.º 54/98, de 18 de Agosto.

monumentos – Alexandre Herculano²¹³. O lançamento, em 2001, do Prémio Nacional de Arquitectura "Alexandre Herculano", destinado a galardoar uma obra de grande importância na recuperação do património monumental, passou a constituir outro marco nas actividades da APMCH.

Outra iniciativa marcante, e que é a que assume maior relevo científico, devido ao facto de proporcionar o conhecimento directo entre os técnicos e a troca detalhada relativa a experiências de recuperação de edifícios e espaços urbanos, são os Encontros Nacionais. Estas reuniões decorrem geralmente entre Outubro e Novembro de cada ano²¹⁴.

No Porto, realizou-se o VIII Encontro (23 a 25 de Outubro) que deveria ter marcado uma viragem na estruturação destas reuniões.

Foram aqui produzidas conclusões com alguns tópicos interessantes, a que acrescento, ocasionalmente, alguns comentários:

1 – Interesse nacional dos projectos e dos esforços que visam a preservação e a revitalização dos centros históricos, entendidos como expressão de memória e de identidade colectivas que urge legar intactas às gerações vindouras.

É evidente que, de alguma forma, no modelo discursivo dos autarcas, ainda continua a vigorar uma perspectiva ideológica da identidade nacional que é um pouco romanceada. Este aspecto da identidade colectiva deve ser analisado detalhadamente pelos membros das equipas técnicas que devem evitar cair em estereótipos classificadores, particularmente aqueles que trazem ainda o cunho dos «afonsinhos do condado»...

2 – Importância dos centros históricos como factor de ordenamento e de desenvolvimento do território, sublinhando a necessidade de fixar a população residente e de atrair novos habitantes, o que se traduz na chave mestra da reabilitação urbana.

Tive já ocasião de destacar, anteriormente, que este argumento devia ser associado a um outro, com um maior alcance, em termos de planeamento: é imperioso parar de construir cidade nova, de consolidar a existente, de requalificar a nova com interacção

²¹³ Este grande vulto da cultura portuguesa nasceu a 28 de Março de 1810.

²¹⁴ Eventualmente internacionais, o último dos quais, realizado com assinalável sucesso, teve lugar na cidade brasileira de Ouro Preto (Outubro de 1999).

com o seu centro simbólico. Só assim estas intenções de revivificação da cidade antiga poderão ser conseguidas no quadro de uma nova cidade que não é nem nova nem antiga, é a que actualmente existe.

3 – Valorização das políticas que confirmam prioridade à recuperação do edificado já existente como antídoto à construção de raiz, a partir do zero, revertendo, assim, um cenário de acentuada degradação das áreas históricas urbanas.

O mesmo comentário, já que esta é outra intenção que só será exequível com o crescimento das intenções de residência efectiva nestas áreas urbanas, a partir de uma alteração de mentalidades que estruture novos modos de habitar, neste caso de habitar em espaço urbano e edificado antigo.

Ambos os anteriores se cruzavam com a 6ª conclusão, que salientava a necessidade de mobilizar recursos que invertam a acentuada desertificação e a crescente insegurança verificadas nos centros históricos. O factor *habitantes*, como já salientei noutro capítulo, é vital porque a cidade é um eco-sistema.

9 – Importância da existência de planos de reabilitação e de salvaguarda, bem como da sua eficaz articulação com os diferentes planos municipais de ordenamento do território já existentes.

10 – Necessidade de estimular o comércio tradicional nos centros urbanos antigos, promovendo o tratamento de espaços públicos, acessibilidades e estacionamento.

11 – Reconhecimento da importância do turismo enquanto garante da sustentabilidade dos centros históricos e como componente estratégica do seu desenvolvimento.

Nestes encontros foram mais uma vez reconhecidos como problemas centrais as questões

- Do tráfego
- Da habitação
- Do espaço público
- Da manutenção

É fundamental a formação de consensos nucleares para o trabalho de salvaguarda, estratégia, recuperação, requalificação e conhecimento possa dar resultados

efectivamente positivos, e não andarem ao sabor dos ciclos eleitorais, quer nos municípios quer na Administração central.

Foi igualmente afirmado nessa reunião que deveria haver uma inversão das formas de estruturação do Programa destes Encontros. Assim, deveria deixar de ser tão casuístico (começa a ser difícil resistir a tantos casos de estudo de seguida, que podem ser, maioritariamente apresentas em painéis, ou multimédia), para que se possa dispor de mais tempo para a discussão profunda sobre temáticas genéricas, filosofias de abordagem e modelos estratégicos²¹⁵.

Nessa reunião tive ocasião de registar algumas ideias chave que me parece interessante aqui reproduzir.

- No que diz respeito à matéria-prima em si mesma, o facto da cidade ser histórica, dá-lhe uma qualidade que deve ser avaliada com cuidado. Como estão articuladas essas parcelas que constituem a cidade actual? Esclarecer se ela tem uma matriz geradora de um único sentido do que ela é, enquanto *polis*. Essa ideia precisa de ser identificada para dar um ângulo de abordagem experimentado ao planeamento da reabilitação contemporânea.

- O que é a «justaposição das cidades»? Das pluralidades que se iniciam no século XIX, resulta uma cidade que pode passar a ser policentrada. As concentrações funcionais específicas podem ser utilizadas como nódulos no desenho de uma teia unificadora? Se for possível gerar nuclearizações pontuais que se tornam extensíveis aos «novos territórios», essa teia será mais resistente, e eventualmente, originar o reencontro das expansões com as «zonas de transição» (que poderão ser ou não disfuncionais).

- A refuncionalização da cidade implica uma contínua refundação dos paradigmas identitários dos cidadãos – com uma maior continuidade ao nível material mas com exigências de educação cultural ao nível imaterial, de reforço dos símbolos.

- HISTÓRICO NÃO É O ANTIGO MAS O SIGNIFICATIVO

²¹⁵ Na de Mértola, que se seguiu a esta, houve um retrocesso desta intenção, e a reunião, aliás de organização muito deficiente, foi de novo muito dedicada a casos de estudo. Pouco eficiente no que diz respeito às questões éticas, metodológicas e políticas da reabilitação das áreas antigas, tópicos que, esses sim, valia a pena investir a discutir com seriedade e profundidade.

Portanto há que ter estratégias de valorização das identidades plurais, parcelares, das diferentes funcionalidades, que as integram numa memória colectiva e não meramente parcelar (meramente de um bairro ou de uma actividade), mas como peças fundamentais da memória global da cidade.

A animação cultural (na qual se incluem a museologia, percursos turísticos, etc.) pode ser um caminho estratégico para a construção de significados, e com um modelo assente em práticas efectivas de democracia cultural, que expressem a voz das populações, e não meramente as intenções dos planificadores.

A intervenção sobre o património exige conhecimento científico, histórico, muito especializado, já que só conhecendo e bem se percebe o significado, e só com a valorização desse significado se pode estabelecer um critério de salvaguarda e uma estratégia de revitalização / requalificação para uma acção concreta positiva.

Por aqui se podem referenciar os níveis de identidade com os quais só se pode trabalhar no planeamento das intervenções, percebendo a dinâmica evolutiva da cidade, e, por isso, as matrizes que podem orientar a planificação do crescimento da cidade nova (mesmo na ssua sintervenções pontuais no contexto da cidade consolidada).

Existem, claro, aspectos lacunares, em cuja correcção se deve investir:

- a) na inventariação, mas com critérios que contemplem uma nova visão do património, e que não é a do património artístico ou monumental, nem sequer do «edificado truncado», onde, como se destacou, o património do século XIX está a saque.
- b) é preciso eliminar a visão historicista restrita que condiciona a classificação valorativa (ou seja, as coisas não têm que ser velhas para poderem ser classificadas, vejam-se obras modernas como o Pavilhão de Portugal ou o estádio de Braga.
- c) na construção de significado, pela salvaguarda dos elementos significantes. Estes constituem-se por elementos muito diversos, um conglomerado de dados culturais, pelos constituintes da identidade cultural

d) não ignorar o património difuso.

Uma terceira iniciativa da APMCH é a edição da Revista *Centros Históricos*, segundo o site da associação “considerada pela crítica da especialidade como uma referência peninsular no âmbito do estudo, da defesa e da divulgação património cultural”.

Como corolário desta filosofia de intervenção, foi subscrito o pacto patrimonial português pela Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, pelo Governo, representado pelo Ministro da Cultura, e pela União das Misericórdias Portuguesas, dirigida e representada pelo seu Presidente, Padre Vítor Melícias. A aplicação deste documento, assinado em 30/10/1998, antecipará, sem margem para dúvidas, profundas transformações no âmbito da gestão descentralizada do património, desde há muito reivindicadas pela Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.

No final desta pequena apresentação, citar o propósito ideológico que a própria Associação assume – *“Nada disto, porém, seria possível se os nossos municípios não tivessem, hoje e na sua maioria, uma consciencialização quase perfeita do valor dos centros históricos, como componente indispensável para uma política urbana de reabilitação e como factor de desenvolvimento e ordenamento do território, no sentido mais lato das suas potencialidades de uso e de fruição dos que o habitam, relevando o papel dos sítios e das suas populações na formação da nossa identidade nacional. Esperamos que esta dinâmica e esta política de afirmação do poder local na defesa do património sejam, cada vez mais, traduzidas pelo número e pela qualidade das iniciativas, bem como por uma perfeita integração no que pode afirmar-se constituir uma tarefa eminentemente nacional que cabe às autarquias desempenhar, ao serviço da comunidade, cumprindo o imperativo de conservar renovando e de renovar conservando”*.

Estas intenções deveriam ser confrontadas com o real investimento que a maioria dos membros da associação estão a fazer na reabilitação dos seus centros históricos. E não falo aqui do investimento financeiro directo. Refiro-me ao modelo de cidades ou vila que estão a construir (analise-se os PDM's). Fazer dos centros históricos uma «cereja no topo do bolo», se este não for grande coisa, não passa de política patrimonialista de fachada. Esperemos que em devido tempo, como se escreve noutra local desta dissertação, a cidade não esteja partida em «a histórica» e o restante.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS SECTORIAIS PARA A GESTÃO E SALVAGUARDA DOS CENTROS HISTÓRICOS PORTUGUESES

3.1 – A gestão dos centros históricos

Neste capítulo procura desenvolver-se uma análise dos sectores fundamentais para a gestão e salvaguarda dos conjuntos históricos, focando a atenção principalmente em dois sectores que representam a parcela vital desse processo.

Por um lado a gestão política. Como teremos oportunidade de explicar, congregam-se neste campo quer o posicionamento ideológico dos modelos de gestão, como a crítica aos procedimentos políticos que configuram os processos de actuar na sua gestão quotidiana. Os aspectos da validação social e do desenvolvimento económico são analisados em paralelo, como parte dos programas políticos que são propostos e escolhidos para enquadrar a salvaguarda destas áreas urbanas.

Em seguida a gestão técnica. De facto, a vertente multidisciplinar desta actividade de salvaguarda dos conjuntos urbanos antigos exige, por si só, o desenvolvimento das competências práticas associadas ao processo da sua reabilitação. São consideradas, neste sub-capítulo, principalmente as metodologias que devem presidir à preparação e execução dessas tarefas, colocando-se uma ênfase importante na atitude ética que deve regular as mesmas.

3.1.1 – Aspectos da gestão política

A partir da década de sessenta, e em grande medida com o apoio programático da Carta de Veneza, a questão da revalorização dos tecidos urbanos mais antigos e a sua adaptação aos novos padrões de exigência, tal como referi nos capítulos anteriores, passava agora pelo aproveitamento e pela recuperação da estrutura urbana existente. A intenção clara de recuperar e desenvolver as áreas históricas colocava, no quadro das questões do urbanismo, a problemática de analisar "uma

microestrutura dentro da macroestrutura económica de um dado modelo de desenvolvimento e das consequências que o mesmo determina ao nível do ordenamento do território²¹⁶. As circunstâncias históricas da época permitem entender que, num cenário de urgência do período do pós-guerra, com a necessidade de dar resposta às necessidades de habitação de milhares e milhares de famílias em toda a Europa, as zonas antigas tenham ficado votadas ao “esquecimento”, em termos de investimento²¹⁷; por todos estes motivos, e também pelo advento do automóvel associado a um estilo de vida moderno, progressista, tecnológico, os bairros antigos das cidades eram também desconsiderados pela classe média, aquela que atrai a atenção maior dos decisores políticos (que em geral, são dela originários). Paralelamente, e porque cumpriam funções de nó entre as várias periferias, as zonas centrais tinham um inegável interesse comercial, pelo que muitos prédios de habitação foram alvo de cobiça para serem integrados na rede de serviços, o que ainda descaracterizou mais essas áreas.

A exigência cultural de respeito pela memória edificada da cidade antiga, como um todo, e não meramente a dos seus monumentos mais emblemáticos, conduziu, gradualmente, a uma inversão das metodologias ligadas aos programas de renovação que vinham marcando as décadas anteriores. Este local era o cerne da identidade urbana, onde se sentia a história, a cultura, as tradições e os impactos seculares da vontade dos diferentes grupos sociais predominantes em deixarem a sua marca indelével no tecido urbano. E, por muito escassos, idosos ou empobrecidos que fossem (nem todos, como é evidente...), a cidade histórica tinha ainda os seus moradores, e eles exigiam também uma resposta adequada para as suas dificuldades, de habitação, de transportes, de infraestruturas e serviços.

Todos estes problemas, como não poderia deixar de ser, tem o cerne da sua resolução ao nível da decisão política, e das ideologias subjacentes a cada proposta e/ou modelo em discussão. Só são problemas o que for a não-existência de uma resposta adequada dentro de um determinado modelo. Este, além do mais, é culturalmente definido também pela essência de cada sociedade. Não é verdade que

²¹⁶ ALHO e SILVA, 1987:370.

²¹⁷ Um grande número de novas funções instala-se nas áreas periféricas, porque a cidade antiga perdeu os seus principais argumentos e apresenta mesmo algumas dificuldades em se constituir como resposta para os mais recentes programas urbanísticos: a indisponibilidade de terrenos, a dimensão das parcelas, a acessibilidade cada vez mais reduzida tendo em conta as exigências actuais (ruas que não foram concebidas para o trânsito automóvel actual, dificuldades ao nível da disponibilidade de espaços para estacionamento, etc.).

todos nós, europeus, compreendemos a angústia de Charlotte²¹⁸, quando ela olha da alta janela do hotel para a cidade gigantesca, Tóquio a perder de vista, o sentido perdido na tradução... de uma civilização para outra. Os centros históricos, no nosso continente, possuem uma tipologia comum, um sentido de identidade histórica que nos faz sentir, quando visitamos um lugar desses pela primeira vez, rapidamente confortáveis.

Ora a resolução dos problemas exige a afectação de recursos. Essa intenção depende da escolha programática e ideológica daqueles que são eleitos (nos sistemas democráticos, solução corrente na Europa) para se encarregarem da gestão da *polis*. “Pohl colocava [nos seus primeiros textos] grande ênfase na autonomia do nível político. [Mas depois da reformulação de 1977, a sua tese] consiste [agora] no seguinte: a interpretação e explicação da organização sócio-espacial deve centrar-se no estudo das ideologias e motivações daqueles que controlam a afectação de recursos do «sistema urbano» mas inserida dentro de uma teoria do Estado que tenha também em consideração, entre outros aspectos, as relações deste com o *Local State* e com o sector privado. Isto é, estes «agentes» ao nível local, detêm o poder de determinar o modo como os recursos serão distribuídos, dependendo do montante global dos mesmos das decisões de investimento do sector privado. Por outras palavras, o seu poder descricionário está limitado pela base económica”²¹⁹.

Este aspecto, deve dizer-se, não afecta meramente a cidade histórica, mas a urbe na sua totalidade. Simplesmente ocorre que a atenção dada aos centros históricos das cidades²²⁰ está, mais do que as restantes parcelas, dependente de determinadas flutuações dos interesses económicos²²¹. Não tenhamos ilusões. Parte do

²¹⁸ Personagem interpretado por Scarlett Johansson no filme de Sofia Coppola, *Lost in Translation*.

²¹⁹ GARCIA, S., 1998:36. Como afirma LEMOS PEIXOTO “esta protecção legal entra frequentemente em conflito com os direitos de promoção privada. (...) Sem usos ajustados e sem uma eficiente gestão e manutenção, um edifício ou um trecho de paisagem poderão degradar-se até perderem os seus predicados estéticos ou a sua substância cultural” (1999:58). Este tipo de actuação tem sido utilizado muitas vezes, configurando aquilo a que poderíamos chamar a política do facto degradado, abrindo campo à renovação através de um propositado arruinamento do parque edificado em certas zonas e/ou imóveis.

²²⁰ Nas localidades mais pequenas, como é o caso de Mértola, e como o tecido empresarial é mais débil – logo, o poder dos interesses económicos também é mais fraco –, a reabilitação destas áreas urbanas tem um cunho mais ideológico-programático, dependendo mais do tipo de modelo de desenvolvimento local que os eleitos políticos pretendem dar à sua gestão, e, portanto, de qual é o papel do património cultural nessas opções.

²²¹ Já no século anterior, nas grandes capitais europeias, e nos anos 60 em Lisboa e Porto essa renovação urbana se processara a coberto do interesse de ocupar as áreas centrais. Se a renovação urbana era praticada já há algum tempo, no início o seu objectivo de rentabilização dos espaços centrais não era explícito (aliás, como não é hoje ainda), pois era considerada uma medida de utilidade pública (designação que ainda actualmente serve para cometer as mais graves infracções urbanísticas, servindo os

«entusiasmo» que se sente pela reabilitação no momento actual deriva da percepção clara que o sector da construção já adquiriu acerca dos montantes financeiros que esta representa. Por isso, as SRU's devem ser olhadas com cautela. A questão do património, e da sua salvaguarda, devem ser consideradas, sempre, como prioridade cultural, como uma exigência social, e não exclusivamente como um negócio.

Vários autores, ao analisarem estas conjunturas, concluem que é o prestígio que leva à hierarquização desses interesses. Muitos agentes económicos reagem positivamente à ideia de investir na reabilitação urbana quando sentem que esta é um bom negócio, pela clientela de posses que quer adquirir, por via domiciliar, esse prestígio, ou mesmo porque querem para si o prestígio de realizar determinadas obras. O poder político pode tirar vantagem desta situação, cruzando a reabilitação urbana com outros interesses de negócio que este sector sempre tem, associando as duas, nova construção e recuperação. Isso permitirá igualmente ao sector técnico ir adquirindo experiência para, a breve trecho, poder investir muito mais intensamente nessa actividade (uma grande parcela do saber técnico em construção tradicional perdeu-se muito nos últimos cinquenta anos...), o que também contribuirá para um outro factor, fundamental: a travagem do crescimento da cidade nova. Sem essa desaceleração, a recuperação dos centros históricos não será mais de que uma medida de carácter simbólico-turístico (reduzidos, passe o valor patrimonial, a serem «venezas», habitadas por estudantes e turistas, quase sem verdadeira população autóctone). No entanto, é preciso que a salvaguarda a empreender seja feita com um sentido de reabilitação, isto é, de tornar a dar habilitação para os usos correntes adequados às exigências e necessidades da sociedade actual. A cidade recuperada apenas na sua estrutura material, será, nestes tempos de grande influência do turismo cultural, só um cenário para a deambulação dos turistas. Combater este tipo de solução pressupõe, naturalmente, a possibilidade de introdução de elementos modernos como forma de intervenção, sem que isso se confunda com a demolição para mudança de uso, índice de ocupação, transferência da população e maior rentabilidade financeira imediata das superfícies construídas.

Essa estratégia cruzada das duas tipologias deve igualmente ser avaliada ao nível do posicionamento das ocupações funcionais. É também evidente que determinadas áreas centrais sofrem pressões excessivas por concentração de certas actividades

interesses das classes dominantes) dado o estado de degradação do tecido urbano que colocava em risco os habitantes e a saúde pública”, in GONÇALVES, J.M., Usos e absurdos do Urbanismo Contemporâneo.

que lhe provocam patologias e usos incorrectos. Mais uma vez, é no nível político, através do planeamento, das escolhas a fazer, que estará a resposta para a qualificação das cidades e para o papel que as suas áreas centrais de carácter histórico poderão desempenhar²²².

Como é ao poder político que cabe definir o enquadramento jurídico para a sua concretização social, mas fazê-lo de uma forma eficaz, “há então que regulamentar as leis para dar aplicabilidade prática aos textos que traduzem as políticas a implementar. Na prática encontramos, ao nível da legislação, material que apresenta características excepcionais em termos jurídicos, mas os consequentes instrumentos regulamentares não são desenvolvidos de forma a permitirem que o conjunto de acções e programas necessários sejam devidamente criados e implementados (políticas de solos, arrendamento). Verifica-se existir uma desarticulação do enquadramento legal, fiscal e financeiro da conservação do património: inadequação dos incentivos e das linhas de financiamento (Aguiar, 1995), ideia reforçada em Andersson (1992) ao referir os muitos aspectos da regulação ambiental, desde a escrita das leis, à administração da lei e ao efeito da regulação na protecção efectiva do ambiente”²²³.

Em resultado disso, os referidos programas de renovação foram suspensos ou reorientados no sentido de favorecer a manutenção dos tecidos urbanos pré-existentes, mudança à qual não é alheio o alargamento do conceito de património urbano, extravasando o edifício singular para integrar o conjunto da memória material da própria cidade. Gradualmente, as obras, quer nos edifícios, quer nas áreas públicas, foram avançando, visando a melhoria das suas condições de uso e habitabilidade, mas mantendo, porém, o carácter fundamental da área. Todo este processo gerou uma forma de intervir na cidade completamente diferente do que se fazia até então, alterando-se o paradigma subjacente, de ruptura, para outro, oposto, de continuidade. Todas estas circunstâncias vão ser factores de reforço da reconstrução social de que estas zonas careciam (e muitas carecem ainda), sendo cada vez mais exaltado o carácter fundamental dos bairros como unidades de

²²² A questão da qualidade não pode é ser meramente arquitectónica, ou seja, além do edifício em si é importante exigir qualidade urbana aos novos projectos, que sintam a envolvente, e que se inscrevam numa perspectiva harmoniosa, a esse nível, mesmo que, arquitectonicamente, sejam necessariamente geradores de rupturas na continuidade existente. José Lamas escreveu, a este título, palavras interessantes: “Cuidar dos imóveis como peças isoladas, e não atender à preservação da harmonia da sua zona envolvente – indispensável à sua fruição coerente e plena – corresponde a uma apreciação inconsequente do valor do património, mas revela também de não se querer impor a questão das zonas de protecção e do seu controlo por se considerar que são uma servidão que limita o direito a destruir e construir livremente”

²²³ BAPTISTA, F.M., 1998:28.

vizinhança, e como base para a reconstrução da identificação dos homens com o lugar. A noção de desenvolvimento, não só se alterou, como se agregou, esperemos que definitivamente, ao conceito de sustentabilidade; e, neste, a cultura patrimonial não pode ser considerada como um obstáculo ao progresso social.

Estas ideias, no fundo, não deixam de corresponder a aproximações a um conceito de reabilitação integrada. A salvaguarda do tecido histórico é tão relevante, e deve ser valorizada, por si só, tanto como ela se deve integrar harmoniosamente no tecido urbano em contínuo desenvolvimento. Nos tecidos urbanos antigos, os principais problemas colocam-se ao nível das áreas obsoletas e das áreas expectantes – e muito até do que pode ser bem ou mal feito na área imediata e sensível passa pelas definições nos instrumentos reguladores em relação a este espaço. Um certo número de autores contemporâneos considera que as cidades devem dotar-se de um novo conjunto de instrumentos que lhes permitam, simultaneamente, formular projectos e/ou planos a médio e a longo prazo; e administrar o existente, a curto prazo, fazendo face ou tirando partido de todo o tipo de imprevistos ou de oportunidades, reagindo às transformações do contexto e dando conta da (i)lógica da multiplicidade dos seus potenciais protagonistas.

Em troca, à cidade nova, de feição homogeneizada por toda a parte, a parcela histórica dará a sua identidade única, a sua originalidade. Por isso, pergunta justamente Pereira de Oliveira “é fundamental a questão de saber se] a renovação das cidades tem por objectivo a sua adaptação às novas funções e é portanto, incontestavelmente necessária, porque deverá ser feita à custa do património arquitectónico e porque razão terá de ser acompanhada pelo êxodo das populações?”²²⁴. Mais uma vez nos encontramos no nível das opções políticas quanto ao desenho da cidade em que podemos e queremos viver.

A reabilitação, para além de ser um procedimento técnico, também corresponde a uma opção política. Há nesta opção de modelo de requalificação, uma ideologia (como em qualquer opção, aliás), que valoriza o passado e os seus testemunhos, o que nem sempre aconteceu. Reconhece-se hoje que a área histórica de uma localidade é o reflexo de uma certa forma de organizar o contexto envolvente e os seus recursos: “A necessidade de uma acção integral sobre os centros históricos compreende-se melhor quando se repara que o centro histórico, a cidade histórica ou a aldeia histórica fazem

²²⁴ OLIVEIRA, P., 1989:129.

parte de áreas geográficas maiores e que os seus problemas não podem resolver-se prescindindo dessa realidade²²⁵.

Pela perspectiva da demografia, as medidas de reabilitação urbana podem ainda contribuir também para repôr os níveis de ocupação que nalgumas destas áreas foram decaindo ao longo do tempo. A par da perda da função residencial dessas áreas, o que levou as pessoas a afastarem-se, sempre que possível, das mesmas. Estas medidas fazem parte de um modelo de acção em que se pretende agir não apenas nas coisas (a cidade, os edifícios, etc.) mas igualmente nos cidadãos (melhorando a sua auto-estima, as suas condições de vida, etc.). E ainda porque a intervenção não se destina a uma parcela da cidade, considerando-a como completamente isolada da restante, mas procura, ao invés, (re)lançar, ou (re)construir pontes entre elas. Mais recentemente ainda, porque os processos de decisão estão a sofrer modificações na sua estrutura, procura-se uma cada vez maior participação da própria população nas escolhas necessárias, aprofundando, desse modo, os processos de decisão democráticos; “as famílias e os indivíduos que habitam as áreas degradadas a reabilitar não devem ser encarados como mais uma contrariedade a superar, antes devem ser tratados como actores do processo de transformação do seu quadro de vida. Este entendimento deveria ser pacífico, mas continua a existir uma certa tendência para reduzir a reabilitação urbana a um conjunto de obras bem identificadas, a realizar em benefício de um destinatário incerto²²⁶”.

A importância da decisão, ao nível político, pode até encontrar-se no modo como os responsáveis pela escolha se sentem, ou não, socialmente constrangidos a seguir um modelo ou outro. As operações de renovação do espaço urbano, das quais ainda há, claro, exemplos, quase sempre têm na sua origem intervenções com interesses especulativos. O objectivo de rentabilização do espaço, quer pela instalação de actividades mais lucrativas, quer pela atracção de residentes com um estatuto sócio-económico mais elevado foram das mais incentivadas uma vez que a sua concretização representava um aumento das receitas fiscais locais, pelo que os

²²⁵ HARDOY e GUTMAN, 1996:31. Uma outra autora, MARLUCI MENEZES, que se tem debruçado sobre a questão da cidade enquanto ambiente ecológico, reforça ainda esta percepção, pela defesa das áreas de intervenção como se de eco-sistemas se tratassem: “a óptica sócio-ecológica considera a importância de se trabalhar com a concepção do local. (...) a óptica de interpretação e compreensão sócio-ecológica é coincidente com a perspectiva dos Gabinetes Técnicos Locais de Reabilitação Urbana, os quais têm como área de intervenção espaços com características comuns, sejam elas consideradas do ponto de vista do tecido edificado, social, cultural ou histórico (...) Outro problema especialmente delicado para a definição do centro histórico é o seu perímetro, com todos os problemas de fronteira e de tratamento diferenciado do espaço” (1993:8).

²²⁶ GONÇALVES e REIS, 2003:989.

municípios se viam motivados a promovê-las. Actualmente, essas operações são socialmente mal recebidas, e podem acarretar substantivas perdas de apoio político. O contrário, por sua vez, dá uma imagem de preocupação que se enquadra bem na estima pública... embora nem sempre a qualidade técnica das intervenções justifique tantos encómos.

Quando se fala da necessidade de discutir as condicionantes políticas (ao nível programático) das políticas de reabilitação é porque são estas o reflexo prático das mentalidades predominantes. Hoje existem preocupações urbanísticas incontornáveis, quer a nível local, quer a nível nacional – a exclusão social e territorial, a sustentabilidade ambiental, os limites do crescimento, etc. – que passaram a fazer parte do conteúdo das políticas urbanas. O declínio urbano, em particular das áreas centrais, emergiu como uma das preocupações dominantes nas políticas de intervenção urbana, assim como o aproveitamento dos recursos que essas áreas representam, o incremento da qualidade de vida dos que aí residem, a manutenção das actividades e funções existentes e a preservação de elementos de identificação e memória da cidade, factores estes valorizados no novo quadro socioeconómico. E que, como não podia deixar de ser, recolhem o apoio da população residente, e nas elites culturais, cuja voz não é de desprezar nestas opções, particularmente pelo acesso poderoso que possuem aos meios de comunicação social.

Se olharmos para esta questão pelo ângulo inverso, isto é, se quisermos compreender as causas que levaram à decadência das áreas históricas das cidades, temos, por exemplo, factores de ordem económica (decadência ou transferência de actividades, com implícita diminuição do emprego), de ordem cultural (as camadas populares que aqui permanecem têm menos capacidade económica, o que se reflecte claramente no aproveitamento escolar, pelo que esta população tem menos qualificações próprias, e portanto, menos autonomia na resolução directa da questão anterior). Simultaneamente, essa fragilidade resulta num claro reforço do espírito comunitário, embora as condições concretas de ajuda sejam, correspondentemente, fracas. A degradação do ambiente físico conduz a um estado de resignação que, em muitas circunstâncias é difícil de contrariar, levando a uma grande dificuldade no envolvimento directo da população no processo de requalificação.

A saída para este problema, sem qualquer dúvida, não passa pela mera avaliação e projecção técnica da intervenção. Ela inscreve-se, forçosamente, numa opção ao nível da decisão superestrutural. Jean-Paul Lacaze equaciona de forma correcta esta

questão, ao enfatizar que se trata de um processo de escolha sobre o futuro da cidade, e que essa escolha não pretende a outro nível que não este: “só pode se tratar de uma *arbitragem política* e não de um método racional, o que não quer dizer que se deve eliminar qualquer dado racional da preparação da arbitragem. Isso significa em termos concretos que as decisões de urbanismo não poderão satisfazer ao mesmo tempo os proprietários de terrenos e os candidatos às casas, os automobilistas e os pedestres, os correctores imobiliários e os ecologistas, os jovens desportistas e as pessoas idosas etc. e que o método de estudos de urbanismo mais refinado nada poderá fazer além de identificar com precisão as vantagens e os inconvenientes que resultarão das decisões consideradas para cada uma das categorias de cidadãos envolvidos. A sequência, ou seja, a própria tomada de decisão, depende dessa outra lógica que é a arbitragem política. No melhor dos casos, processos bem-adaptados permitirão reforçar o carácter democrático dessa tomada de decisão a partir das duas características próprias destes sistemas:

- uma ampla informação do público que traga clareza ao exercício do poder;

- a organização institucional de contrapoderes capazes de interferir nos processos de limitar o carácter discriminatório que uma decisão em segredo poderia adquirir²²⁷.

Embora o seu texto se refira especificamente à situação da cidade na sua totalidade, penso que pode ser aqui perfeitamente reportado às questões que se colocam à reabilitação das áreas antigas. De facto, não se pode conceber uma cidade desligada da sua envolvente mais ou menos imediata. Este facto obriga a considerar uma série de factores supra-municipais na hora de escolher medidas concretas de revitalização urbana. Outros factores também perfeitamente assumidos em processos de recuperação de Centros Históricos, problemas como o ordenamento territorial, a distribuição de usos e funções à escala regional ou suprarregional, localização de actividades económicas e pólos de desenvolvimento, acessibilidade, vias de comunicação, etc., têm influência decisiva para que uma política concreta de recuperação de Centros Históricos resulte fértil ou não. Repare-se que, de uma forma também claramente ideológica, o modelo de política que está na base da interpretação do processo decisório aqui exposto é a democracia, e até uma democracia relativamente participativa nas decisões quotidianas (quer dizer, não restringida

²²⁷ LACASE, 1993:17.

meramente aos actos eleitorais oficiais). Ora esta escolha também não é aleatória, nem um acaso do destino.

Quando se fala da decisão ao nível da superestrutura, surge finalmente a questão da gestão. A escolha de uma forma de gestão para a cidade, na prática quotidiana do seu exercício, é que vai constituir-se como o factor determinante para a concretização (ou não) das políticas que ficam explícitas na programação política. A gestão integrada, em si, só faz sentido considerando a totalidade do território, e as necessidades de ordenamento de que este virá a necessitar – mais uma vez uma questão de modelo. Mas, igualmente, surge aqui uma questão política, que é a de saber se a qualificação de cada zona deverá ser objecto de consulta da totalidade dos cidadãos. Se quisermos tomar uma opção, diríamos que é evidente, pois se os pressupostos vigentes são os da intervenção integrada. Mas, como é corrente, ao nível político isto nem sempre é feito, e o consenso que se consegue gerar não atinge uma expressão significativa. Todos estes procedimentos devem ser gradualmente alterados, o que passa, obviamente, por reforçar a interacção política com o conjunto dos membros da comunidade urbana a quem estas escolhas afectam. Esta perspectiva da abordagem global é também relevante porque, a não ser concretizada, não existirá uma base de avaliação correcta das políticas integradoras, já que os diagnósticos e as opções serão continuamente sectorializados. Aos políticos deverá caber essa capacidade de interligar a grande com a pequena escala, fazendo com que os benefícios da requalificação das áreas centrais (históricas ou não) possam recair sobre o conjunto urbano. É neste sentido que é importante olhar para o planeamento municipal (já que na nossa estrutura jurídica é nesta esfera que se processam os actos mais relevantes para esta temática aqui em análise) como um processo aberto, do qual o Plano Director é um elemento de referência. Como salienta Ana Virtudes, ele deve ser a expressão da capacidade do município em fazer uma “gestão urbanística activa e para a captação de oportunidades e investimentos, através da monitorização sistemática”²²⁸. No quadro deste documento, existe a possibilidade de uma gestão pragmática do ordenamento territorial, onde a relação da cidade, e do seu centro, com o conjunto do território, é um elemento vital. No que respeita ao planeamento urbanístico, as ideias contidas no seu articulado “são fundamentais, identificando os seus pressupostos teóricos, objectivos, princípios e acções, cujos diferentes conteúdos têm a finalidade comum de contribuir para assegurar a correcta ocupação do espaço, transformação e uso do solo. (...)”[Como é evidente, porque pela sua

²²⁸ VIRTUDES, 1999:68.

natureza] o PDM é um instrumento de planeamento²²⁹, uma peça técnica que promove a operacionalidade e a eficácia do planeamento urbanístico e não um veículo de contradições entre interesses públicos e privados²³⁰.

De facto, como salienta Luz Valente Pereira, “a principal razão que perturba a prática de um P.M. [planeamento municipal] eficaz reside na *dificuldade de estabelecer o diálogo técnico-político, de introduzir o P.M. nas práticas correntes do Município*”²³¹.

Por um lado, existe neste domínio (como em tantos outros em Portugal) a tendência, por parte dos técnicos, para desenvolverem uma linguagem específica associada à profissão, que torna o diálogo difícil com aqueles que não a dominam. Muitas vezes, até com uma intenção de evitar a discussão, esta é propositadamente «carregada»... Depois, o próprio planeamento pode ser tecnocrático, feito como uma actividade abstracta, distanciada da vida quotidiana. A sua eficácia é dessa forma reduzida. Planear não deve ser uma mera produção de dossiers, mas sim abrir caminho ara o desenvolvimento de cenários que permitam tomar decisões ajustadas à prossecução dos interesses da população, assim como dar referências quanto às metodologias para a sua concretização²³².

Chegados a este ponto, é necessário perguntar: quem são então os responsáveis pela escolha e desenvolvimento de um determinado modelo? “Além dos políticos, em quem são delegadas as responsabilidades pela gestão da coisa pública, é necessário uma mudança de mentalidades que faça emergir o trabalho técnico especializado. Ou seja, que se abra um quadro de novas competências específicas aos profissionais que detêm o conhecimento teórico especializado, que dispõem das competências para avaliar a situação local, que são portadores dos instrumentos de acção, das

²²⁹ Estou aqui a usar o termo com o mesmo sentido que lhe dá Sara Sucena Garcia, na sua dissertação (1998) de “actividade que antecipa as acções / vontades sobre o território e que, perante os novos fenómenos, tem de saber munir-se de instrumentos novos e da capacidade crítica que lhe possibilite reformular os antigos dando-lhes resposta. (...) A vontade de querer acreditar que, num tempo em que se valoriza o momento, a imagem e os interesses privados, o Planeamento tem, quanto mais não seja, responsabilidades sociais e o dever de fixar valores de referência que tendem a ser esquecidos ou menosprezados”, p.16. Todos estes valores são muito subjectivos, logo mais uma confirmação de que se trata aqui de uma forma de gestão social muito mais ideológica, que tantas vezes se quer disfarçar por detrás da fundamentação técnica, que não passa de uma metodologia de concretização.

²³⁰ VIRTUDES, 1999:9.

²³¹ PEREIRA, M.L.V., 1986:2-3.

²³² Esta metodologia vai evoluir para o que se designa de planeamento / acção, que a mesma autora advoga, em que, no exercício da actividade de planeamento se pode ir encontrando e concretizando as condições, os meios e os instrumentos para a tomada de decisões, a programação e a execução das intervenções; a que se segue uma aprendizagem imediata, a partir dos resultados destas acções, avaliando-a tão cedo quanto possível, promovendo a sua dinamização, e o ajustamento das medidas, dando maior eficácia aos impactos que delas se espera obter.

estratégias, dos projectos, àqueles que estão mais aptos a definir linhas de acção sectorial no contexto do projecto local”²³³. Esta referência é particularmente importante, em função do modelo de gestão que o país possui, em especial ao nível local (que é, para a questão da reabilitação e salvaguarda dos centros históricos, aquele que mais importância tem, já que são os municípios, quase sempre, os promotores e gestores desses programas), “sobretudo num município de média / pequena dimensão, que faz a gestão não apenas urbana mas antes de tudo humana, tornando-se possível sentir os desejos, as necessidades e os interesses, normalmente contraditórios. (...) é também nas Câmaras que a vertente dinâmica da actividade adquire todo o significado pela possibilidade de uma avaliação contínua de ideias, programas e acções”²³⁴. Todas estas questões assumem particular relevância se os políticos, a este nível, adoptarem uma metodologia que, são conhecidos os casos, é muitas vezes próxima (quando não totalmente...) do «quero, posso e mando». Esta situação é tão mais grave quando a maior parte das vezes não possuem competências técnicas para a gestão de determinados processos. Tudo isto resulta, em grande medida, duma incompreensão do que é realmente o nível de decisão política. Preocupado – de boa ou má fé – com a resolução dos problemas no quotidiano, não são poucos os eleitos que se comportam como se fossem chefes de divisão da administração local, interferindo na gestão técnica. Esta é uma situação que, no caso de processos forçosamente lentos, e muito especializados, como são a requalificação dos centros históricos, podem provocar interferências negativas no bom desenrolar dos processos. As suas principais funções são a programação (que não o desenvolvimento técnico das propostas) e a mediação, a todos os níveis. Muitas vezes estes papéis básicos não são cabalmente cumpridos. É um aspecto que precisa de evolução, embora numa nova geração de autarcas que vai chegando ao poder local a diferença comece já a notar-se.

A recuperação das áreas antigas e a sua requalificação devem ser motivo de orgulho e iniciativa locais. Deve nascer da determinação da população e das autoridades locais, a fim de melhorar a cidade. Para ser conduzida convenientemente, são necessárias, por um lado, perícia e orientação especiais, e uma planificação de acções com diferentes tempos de concretização, para além de melhoramentos a levar a cabo através da iniciativa particular. Acima de tudo, se houver cooperação entre a administração local e os investidores interessados (desde os proprietários particulares aos empresários de negócios), ambas continuamente apoiadas pela população, e

²³³ BARROS, 1998:37.

²³⁴ GARCIA, S., 1998:17.

se as etapas forem correctamente cumpridas, mas também actualizadas. Em termos simples, a existência de um plano significa uma certeza de que ele terá execução na altura exacta, no local apropriado e na forma correcta – uma forma que esteja apta a reconhecer as necessidades de hoje e de amanhã. Um dos aspectos em que se vai notando o aprofundamento da nossa maturidade política é na cada vez maior continuidade que certas políticas estruturantes – entre as quais as de reabilitação da cidade antiga – vão tendo, não sendo rejeitadas em função das alterações políticas sofridas na equipa responsável a cada acto eleitoral. A sua revisão vai obedecendo cada vez mais à evolução social, e não às conjunturas partidárias, o que é um sinal positivo.

Neste aspecto da gestão política da reabilitação das áreas históricas, aproximamo-nos gradualmente de modelos que foram já experimentados noutros países da Europa. As Sociedade de Reabilitação Urbana, se bem que importantes, não são uma novidade conceptual: “experiências estrangeiras mostram que a criação de parcerias público-privado é um elemento fundamental no sucesso da revitalização do centro das cidades. As principais características destas parcerias têm a ver com tomadas de decisão conjuntas e com a partilha de responsabilidades entre os diferentes actores, de modo a beneficiar a comunidade no seu todo. Se inicialmente pode ser o sector público a liderar o processo, as experiências estrangeiras mostram que as parcerias de iniciativa privada são frequentemente mais eficazes”²³⁵. Aqui será do domínio político o papel de assegurar a defesa de benefícios sociais e culturais – e não meramente financeiros – nos projectos a concretizar. Este desempenho terá grande importância pelo eco que os autarcas deverão dar do sentir das populações, face às estratégias e acções que as parcerias levem a efeito,

Podemos por isso dizer que o aspecto onde mais progresso é necessário ainda fazer é precisamente na participação da população ao longo da programação. Habitualmente esta é chamada a dar a sua opinião quando os planos ou projectos estão concluídos. É verdade que a lei instituiu a possibilidade de alteração, mas é evidente que seria mais democrático se, através da auscultação da população e das suas necessidades ao longo de todo o processo, se fosse garantindo o seu maior envolvimento. Devia começar a assegurar-se que esta deixa de ser um mero agente passivo, para, ao invés, participar na resolução directa dos seus problemas. Nestas circunstâncias, não

²³⁵ BALSAS, 1999:126.

só essa participação tornará o plano mais rico nas suas sugestões e apostas, como se facilitará a sua concretização, pelo apoio implícito que já lhe foi dado.

No caso específico do património edificado – tão relevante nos cascos históricos – esta questão torna-se anda mais decisiva. E, dado ser uma matéria cujo domínio é, logo à partida, mais especializado, mais ainda a discussão em torno da sua conservação e salvaguarda tem permanecido no domínio dos especialistas, como destacam César Ruivo e Júlio Cunha, referindo-se a eles como sendo uma “elite técnica e cultural que, por vezes, através de um certo radicalismo – absolutamente necessário à propagação das suas razões – tem na maior parte das vezes contribuído para o constrangimento da verdadeira renovação urbana pelo distanciamento que estabelece entre o idealismo das suas posições e a realidade do terreno”²³⁶. Neste aspecto, são fundamentais a utilização de estratégias educativas transmitidas com recurso a metodologias de animação social, de modo a conseguir desenvolver a participação das populações nesta discussão, também ela importante para os centros históricos. Cruzar a autenticidade das vivências, com as necessidades de um usufruto alargado, e a salvaguarda patrimonial, nem sempre é fácil. Voltarei a este tópico mais tarde.

A participação da população nos processos de planeamento não é, de qualquer modo, isenta de desvantagens e de problemas. Se bem que ela deve ser tida em consideração – por configurar uma terceira dimensão dos problemas, a realidade dinâmica da vida social, depois do espaço e do tempo - o grupo dos cidadãos tende a colocar-se como um parceiro pleno do processo de gestão da cidade e a reservar para si a legitimidade de definir ele próprio as suas necessidades e as suas preferências. Isto pode ser interessante por dar maior realismo à avaliação das suas necessidades e preferências, que sejam distintas, para melhor, dos elencos estandardizados e codificados pelos especialistas²³⁷. No entanto, é preciso ter em conta que os métodos participativos têm importantes limites: são mais eficazes para os problemas pequenos do que para os grandes; e que as pessoas, em geral, tendem a preocupar-se meramente com o seu interesse específico (individual ou colectivo, enquanto grupo de

²³⁶ RUIVO e CUNHA, 1998:296.

²³⁷ É importante evitar a apresentação do saber técnico-político como a única proposta, como resultado da incontestável supremacia da sua capacidade de discernimento, facto que torna todas as afirmações de democraticidade em pura demagogia. O que é importante, ao invés, é a admissão, expressa de forma clara, de que se trata de uma opinião que traduz o ponto de vista técnico-político, pensada mas problemática, e não uma verdade inquestionável, a apresentação clara das próprias dúvidas e o convite, a abertura que motiva a envolvimento dos diversos actores sociais.

interesses), perdendo muitas vezes de vista o cenário alargado e o médio ou longo prazo.

Neste domínio do planeamento colaborativo (ou mesmo da construção participada de diagnósticos), uma opinião abalizada de Costa Lobo, que foi Provedor da Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Lisboa: “a solução do compromisso não é branca nem preta: é cinzenta. E essa, muitas vezes, é a pior de todas as soluções, porque não corresponde nem a uma posição lógica de um ponto de vista, nem à de outro – é uma solução mista inconveniente. Que se pode então fazer nesta situação? Proponho uma resposta imaginativa, a que chamamos terceira via que é uma alternativa que não é nem uma nem outra das iniciais, mas que corresponde a criar uma nova solução que não estava na mesa no momento da tomada de decisão. Se adoptarmos esta atitude, muitos casos encontrarão soluções interessantíssimas. Ainda não estão tomados partidos face à nova situação criada, não há ainda uma posição de princípio contra e, portanto, pode encontrar-se eventualmente um consenso, uma solução convergente e melhorada até porque ela resulta de um conhecimento das outras duas”²³⁸.

Este aspecto, aliás, é pertinente quando se consideram as questões ligadas à recuperação e usufruto do espaço público (ou mesmo devoluto) no contexto dos centros históricos. Muitas vezes, no quadro de projectos de renovação, estas áreas eram intervencionadas com a intenção de as constituir como espaços efectivamente privados. Ora, como salienta Gabriela Paiva, “a limitação de acesso a um espaço público colide com o direito fundamental, básico, de acesso a um bem elementar, esse espaço, tão fundamental para a vida como o ar que se respira”²³⁹. Essa limitação resultava de uma estratificação que era consequência da maior capacidade económica desses novos usufrutuários. Nos novos processos em que existe uma valorização da componente social, e não meramente material, esses espaços são obrigatoriamente mantidos como zonas de acesso público, fazendo parte dos indicadores de qualidade que devem integrar as acções de recuperação. “Julga-se, no entanto, que deverá sempre ter-se em conta que só têm êxito as operações de reabilitação orientadas por uma ideia de conjunto e que recorram a acções com efeito visível de valorização da área (ou até mesmo ao nível da própria rua do centro histórico a reabilitar), visto que as intervenções pontuais têm sempre dificuldade em mobilizar o interesse dos proprietários. Este facto chama a atenção para a importância da escolha de pontos estratégicos de actuação para iniciar a recuperação das infraestruturas e dos espaços

²³⁸ COSTA LOBO, 1996:68 *apud* ALVES, S., 2001:76.

²³⁹ PAIVA, 2000:81.

públicos ou para a implantação de acções iniciais de prestígio e com um efeito mobilizador”²⁴⁰.

Todos estes aspectos devem ser componentes das opções políticas, a fazer hoje, para assegurar o devir da cidade histórica. A reabilitação é um investimento no futuro. Torna-se, pois, indispensável fazer um plano para o centro urbano, devendo organizar-se a sua estrutura essencial, muito embora os seus pormenores devam ser tão flexíveis que permitam às entidades privadas realizar adaptações em ordem às conveniências e oportunidades que lhes forem oferecidas. O principal fim a atingir, aquele que condiciona todos os outros, é o dever de tornar o centro urbano mais eficiente, mais atractivo e adaptado às conveniências populacionais. Os objectivos pormenorizados diferem de cidade para cidade, pelo que as condições e as oportunidades não-de sempre variar. Mas existe um acordo generalizado quanto à finalidade do planeamento e da acção sistemática para cumprir as suas etapas. Sem o planeamento, corre-se o risco de uma decisão rápida vir a contrariar uma longa e meditada solução. O benefício concedido a projectos individualizados (ou parciais), pode ser grandemente prejudicado quando estes não estiverem associados a outros projectos mais amplos. Como este processo, no entanto, possui dinâmicas próprias, o apoio técnico e a multidisciplinaridade da capacidade de resposta, por parte das autoridades, são condições fundamentais para conseguir ter sucesso em toda esta estratégia.

²⁴⁰ URBAN, 1997:87.

3.1.2 – Aspectos da gestão técnica

Nestes processos de requalificação dos centros históricos que temos estado a analisar, sem dúvida importa referir como de primordial importância o aprofundado conhecimento que se pode ter dos mesmos. Normalmente, as visões que eram construídas destas áreas urbanas era parcelar, e essa impressão fragmentada condicionava, evidentemente, a abordagem global exigível à sua recuperação. Era necessário uma análise que congregasse dados provindos da Arquitectura e do Urbanismo, bem como de outras disciplinas como a Geografia Urbana, a Gestão Administrativa, a Sociologia, a Ecologia, as diferentes especialidades da Engenharia, bem como a História das Civilizações e Urbana, da Arte e do Património. O Restauro e a Conservação Patrimonial, etc., de modo a conseguir, pela sua adição, um retrato tão minucioso quanto possível. Estas duas últimas, aliás, a serem reservadas para determinadas tipologias de intervenção, mas nem por isso menos importantes. Como descreve Aires-Barros “a conservação é, acima de tudo, um processo que procura o prolongamento da vida do património cultural para que seja possível a sua fruição hoje e no futuro. (...) A conservação e o restauro devem procurar compreender as interligações entre o monumento e os parâmetros ambientais do espaço-tempo em que ele permanece e vive. Este enfoque naturalístico-tecnológico tem de ser complementado pela visão da valência histórico-cultural que presidiu à feitura da obra de arte, bem como à ambiência sócio-cultural do espaço-tempo em que ele hoje se encontra”²⁴¹. Se aqui recorro a esta citação, é tão só porque ela possui a visão holista que é fundamental possuir para abordar o património histórico, e mais ainda quando esse património é o meio ambiente no qual vivem pessoas. Há muitos anos já, em 1964, Vitorino Magalhães Godinho, um proeminente historiador que então se formava em Paris com os mestres da «nouvelle histoire», destacava – no que seria um texto pioneiro – o facto de que as ciências do homem tinham um elo comum: “tende-se cada vez mais a considerar como único, como um só e o mesmo, o objecto das diferentes ciências humanas, que apenas diferem na maneira como o perspectivam, de modo que o centro da pesquisa passa a ser o problema, atacado pelos fogos convergentes dessas várias actividades científicas. Sem qualquer preocupação de reduzir a pluralidade das ciências humanas à unicidade de uma ciência do Homem e dos homens, porque isso levaria a escamotear certas dificuldades efectivas, toda a investigação é dada vez mais acentuadamente interdisciplinar, e é graças à

²⁴¹ AIRES-BARROS, 1991:287.

convergência metodológica e conceptual e à confluência de perspectivas que se têm obtido os resultados de maior importância”²⁴².

E porque são tão importantes estes textos? Porque neles se expressa, de forma clarividente, a essência da abordagem metodológica da investigação associada aos centros históricos: ela necessita de uma abordagem multidisciplinar, que associe os saberes, que lhes dê uma visão de conjunto no que respeita à sua interpretação e à sua utilização como ferramentas intelectuais do planeamento; e porque a cidade é o espaço do Homem por excelência, e, assim, todas as ciências que se encarregam da cidade devem ter um objectivo final apenas que é servir os homens.

Porque se deve dar tanta importância a esta questão? Porque muitas vezes o especialista se perde nos detalhes técnicos das suas tarefas e esquece a dimensão global do problema e qual é o verdadeiro enfoque que deve guiar o planeamento e a resolução de questões políticas. Adaptando um pouco as palavras do Professor Aires-Barros, o que é fundamental resume-se a 3 questões:

- o que aconteceu à cidade no passado?
- que lhe está a acontecer agora?
- como posso prevenir que ela se degrade no futuro?

Como também o mesmo autor refere, todos aqueles que se ocupam destes dilemas são cientistas-humanistas com conhecimentos adequados em disciplinas físico-naturalistas, capazes de as aplicarem aos ambientes históricos.

Outro aspecto vital do trabalho técnico e científico relacionado com os centros históricos, recolho-o nos escritos de José Mattoso, sem lhe alterar uma palavra, mas salientando que o que se diz para as ciências humanas pode dizer-se para as naturalistas e para as tecnologias, se o que se pretende exaltar, como é minha intenção, é a valorização do rigor: “As ciências humanas exigem, também, do historiador, a precisão e o rigor. Já não podemos contentar-nos com impressões vagas, baseadas em observações aleatórias e parciais. Não se pode dizer, por exemplo, que os bispos de uma determinada região pertenciam à nobreza, se não se verifica antes em que percentagem, e para que período essa afirmação é verdadeira. O rigor obriga, portanto, à medida, e esta ao estabelecimento de padrões e à

²⁴² GODINHO, 1964:144-145.

quantificação, à elaboração de séries e à estatística. (...) As ciências humanas obrigam, ainda, à utilização de modelos, (...) o que se pretende é averiguar a configuração histórica que revestiram num determinado espaço e num determinado período, por comparação desses mesmos modelos com os indícios documentais significativos. Funcionam, portanto, como quadro classificatório dos factos e funções a estudar e como fio condutor para a escolha ou exclusão dos dados examinados, não como descritores da realidade passada²⁴³.

É esta busca de rigor, de detalhe, de máxima certeza possível que deve orientar o trabalho metódico dos técnicos que de alguma forma se vejam envolvidos na reabilitação urbana. Vejamos, ainda que de forma breve, alguns desses domínios que forçosamente uma equipa disciplinar deve incluir se desejar intervir correcta e eficazmente, num centro histórico.

Uma das áreas que é fundamental nos estudos de história urbana é a arqueologia. De facto, uma distinção fundamental separa os estudos de história urbana baseados em fontes preservadas – quer sejam edifícios e conjuntos arquitectónicos quer fontes escritas ou iconográficas de qualquer tipo – dos resultantes das intervenções arqueológicas: a possibilidade ou impossibilidade de se refazerem, em novos moldes, com novos métodos, em outras épocas. É evidente que a história documental, bem como os estudos patrimoniais são fundamentais para a construção de um edifício científico o mais completo possível. Estes aspectos são abordados com maior detalhe noutros capítulos desta dissertação.

No que se refere às operações de renovação urbana (que possuem uma base metodológica que é aplicável às zonas que não integrem os centros históricos) elas claramente, pela sua especificidade, podem ser agrupadas em quatro planos de referência distintos:

- 1- No domínio físico, porque as novas estruturas, rompendo com as tipologias, morfologias e escalas precedentes, exigem novas soluções;
- 2- No domínio funcional, porque à alteração na estrutura física corresponde uma alteração das características das actividades instaladas;

²⁴³ MATTOSO, 1988:46.

e funcionalistas, ao verificar-se que os antigos edifícios se adaptavam (e bem) a novas e diferentes funções, podendo a função também adaptar-se à forma²⁴⁸.

Como se referiu no capítulo anterior, o direito urbanístico foi, evidentemente, evoluindo para permitir o enquadramento à aplicação destas metodologias da reabilitação. No entanto, a possibilidade de um uso corrente destas práticas não foi de imediato interiorizado pelos detentores de imóveis nestas áreas urbanas. Isso conduziu a que, mesmo havendo a abertura regulamentar para o fazer, as práticas urbanísticas pouco se tenham modificado no nosso País até aos anos 90. Esta realidade funcionava por contraste com o que se passava na Europa, onde estes modelos começaram a ser aplicados em grande escala, logo na década de 70, como é o caso de Bolonha, experiência referencial da reabilitação de um conjunto histórico.

Esta abordagem, que defendo, pretende considerar que a recuperação do Centro pode resultar muito mais benéfica para a melhoria de toda a cidade se se incluírem, igualmente, medidas complementares ao seu desenvolvimento programático:

- a requalificação das periferias;
- o reforço das dotações financeiras;
- o alargamento do número e tipologia dos equipamentos em diferentes bairros.

Estas medidas são importantes na medida em que, ao ser requalificado, o centro vai ser valorizado enquanto produto de consumo cultural. Como essa operação não se faz sem custos para a cidade, de alguma forma estas medidas relativas à cidade envolvente redistribuem parte da riqueza gerada por essa revalorização económica, tornando a cidade um todo sócio-económico e cultural mais coerente. No nosso desenvolvimento futuro a nossa herança de edifícios do passado deve desempenhar um papel importante. Mas ela deve ser enquadrada com o desenvolvimento actual. De qualquer forma, não se deverá privar uma cidade, uma geração ou o país da oportunidade de criar uma sociedade com cidades e edifícios que sejam representativos da nossa época; que gerações futuras podem esforçar-se por conservar como importante testemunho. No entanto, se a conservação do antigo é adiada ele poderá talvez não sobreviver para ser conservado. O problema parece residir essencialmente na escolha, e esta, a meu ver, deve ser sempre ponderada, e temperada com bom senso, e não excessivamente regulamentar. Mais importante do

²⁴⁸ LAMAS, 1993:421.

que a definição de indicadores – que nunca serão 100% exaustivos na sua resposta às situações que se vão colocando na gestão da cidade histórica -, importa a qualificação, a especialização e a correcta metodologia de formação de debates e de consensos por parte dos técnicos que tem por missão liderar estes processos.

As exigências da contemporaneidade, como consequência da evolução social, estão sempre a sofrer alterações. Quando sobrepomos essas exigências nos contextos antigos, onde os hábitos quotidianos colocavam problemas distintos, e em muito menor escala, o choque é enorme, e a dificuldade espacial, em certas situações, é praticamente incontornável. Nos traçados medievais, principalmente, esta situação é muito típica. Neles subsistem, muitas vezes, problemas de salubridade, iluminação e ventilação que em tempos serviram de justificação a demolições maciças. A reposição de uma situação de habitabilidade qualitativa é difícil, a que poderemos acrescentar a exiguidade do espaço público que, ainda para mais, pretendem agora os moradores e utilizadores reduzir ainda mais pela circulação e estacionamento de veículos motorizados. Muitas vezes se têm preconizado soluções muito agressivas para os centros históricos, desde os estacionamentos subterrâneos (com conflitos evidentes com a investigação e salvaguarda dos vestígios arqueológicos), a utilização de edifícios «mascarados» para criar estacionamentos de superfície, a demolição parcial de determinadas zonas, supostamente para criar espaço público, mas que em muitos casos, depois de obtido, acaba a servir de depósito dos citados automóveis. Como em tantas outras coisas, e sem querer ser radical nesta questão, o problema não está apenas na existência de alternativas. Quantas vezes estas soluções são criadas – como é o caso de sistemas eficientes de transportes públicos – e depois não têm a adesão do público. O que se requer é uma nova atitude de vida, um novo comportamento urbano. Claro que não se advoga, como referi, uma atitude conservacionista radical. Nas áreas urbanas, e naquelas que têm maior dimensão – por isso também aquelas onde diversos níveis de qualidade patrimonial e de escolhas alternativas são mais fáceis de encontrar – algumas opções devem ser feitas a partir de uma avaliação dos recursos edificados e espaciais, opções essas que as equipas multidisciplinares são qualificadas para encontrar. “O pleno aproveitamento do património terá, pois, que procurar o compromisso entre o respeito pelo passado e a renovação indispensável à sua utilização. É necessário, para tal compromisso, distinguir o valor relativo de cada rua ou de cada edifício, mas não regressando ao

conceito de monumento singular. É o conjunto que deverá ser respeitado e valorizado”²⁴⁹.

Maria da Luz Valente Pereira tem, em conjunto com outros investigadores do LNEC, desenvolvido profundos estudos relacionados com as metodologias da reabilitação. Como ela afirma, é fundamental devolver a cidade à estima pública. Sem esta componente da adesão da população, dificilmente conseguirá garantir o seu futuro como espaço urbano evolutivo.

Já em 1987, esta investigadora afirmava “que a reabilitação é uma nova política urbana, uma nova perspectiva sobre o intervir na cidade para a tornar moderna, actual e não uma operação singular para criar uma área diferente e privilegiada”²⁵⁰.

Quando os centros históricos começaram a tornar-se uma prioridade, grande parte da justificação residia na necessidade de reintegrar estas parcelas das cidades no seu desenvolvimento. A situação de progresso económico-social que se vivera depois de 1974 conduziu muitas famílias à situação de proprietários de parcelas de imóveis dos subúrbios, contribuindo para um afastamento não só físico, como emocional, em relação a estas áreas. Claro que a evolução cultural do país contrabalançou este afastamento, passando a olhar de uma outra forma para a expressão material do passado, nas diferentes vertentes que o património pode assumir.

“A prioridade dada aos centros históricos explica-se porque se «conservam» ameaçados de ruína e de destruição e sentimos a necessidade de os não deixar desaparecer porque precisamos deles para reaprender a cidade; para sermos capazes de a compreender, de lidar com ela em todas as suas dimensões, «ao vivo»; de ensaiar práticas que não só reiniciem o diálogo com o existente mas se apoiem num tecido que nos ensine, nos estimule, nos ajude a encontrar respostas ao problema de fundo da cidade actual – a falta de qualidade do viver público”²⁵¹.

A mesma autora destaca a importância de uma didáctica da reabilitação, isto é, de podermos reconstruir o nosso saber a partir do seu estudo e apreciação minuciosos: “Poder-se-ia até afirmar que, a haver diferença, esta estaria em que reabilitar seria uma tarefa muito mais simples, dado que não se tem de «criar cidade», ela está feita,

²⁴⁹ CARVALHO, 2003:230.

²⁵⁰ PEREIRA, M.L.V., 1987:4.

²⁵¹ PEREIRA, M.L.V., 1987:5.

reconhecidamente bem feita, e a operação limitar-se-ia a reparar o efeito ruinoso do tempo e do abandono nos edifícios, sem os alterar; a introduzir melhorias nas condições de habitabilidade destes e dos espaços exteriores, procedendo de modo a manter no local a população neles instalada; a introduzir novos e atractivos usos que contribuíssem para o seu desenvolvimento, para uma maior integração no conjunto da cidade e para a fixação, no tempo, dos residentes; e a substituir usos, entretanto instalados e que reconhecidamente ameaçam o equilíbrio entre a população, o seu quotidiano e o ambiente onde se desenvolve, por outros directamente relacionados com a manutenção desse equilíbrio”²⁵².

O método de intervenção a desenvolver deve:

- manter ao longo do estudo / acção uma perspectiva de desenvolvimento local centrado na resolução prioritária das questões que interessam às pessoas a quem a área diz respeito;
- inserir a área em estudo na sua envolvente urbana;
- estabelecer relações continuadas e profundas com o planeamento da cidade no seu conjunto;
- não privilegiar à partida qualquer sector de intervenção ou perspectiva técnica disciplinar;
- fundir a intervenção técnica na acção quotidiana dos diferentes agentes sociais;
- tirar o máximo proveito das informações, das técnicas e dos métodos disponíveis;
- assimilar no trabalho técnico novas fontes e tipos de informação considerados menos objectivos (e interrogar-se sobre o porquê das coisas);
- explorar, para a construção das soluções, os recursos da área nos seus múltiplos aspectos – humanos, financeiros, estéticos, organizativos, ... - e a capacidade político-organizativa municipal.

²⁵² PEREIRA, M.L.V., 1987:7.

Por sua vez, a reabilitação urbana – que deve ser um alicerce para a reabilitação do centro histórico – deve contemplar:

- a dimensão social da cidade;
- a estruturação do tecido urbano existente;
- a aprendizagem do urbano desenvolvida na discussão crítica, alargada aos diferentes agentes sociais, da cidade existente;
- as práticas urbanas de planeamento e execução descentralizadas até ao nível da freguesia, da rua, do edifício;

Face a todos estes aspectos, e à importância que tem a sua prática através de uma metodologia integrada, podemos afirmar que a reabilitação urbana é, igualmente, um processo de desenvolvimento local, ao menos uma parcela substantiva de uma estratégia que pretenda a melhoria dos níveis de vida a partir dos recursos endógenos. O património edificado e urbano não é, no caso dos conjuntos históricos, uma parcela de que se possa prescindir.

O desenvolvimento tem de se concretizar na vida quotidiana e no território onde ela se processa. E deve ser encarado como um processo que é conflitual, isto é, que só se resolve na busca de denominadores comuns, de novas soluções abrangentes, de formas de concertação e apaziguamento que reforcem a solidariedade e a responsabilização sociais. A este aspecto estão ligados objectivos cuja obtenção deve marcar uma metodologia que se queira eficaz: a clarificação e avaliação das necessidades e dos meios para as satisfazer fazem parte do processo de desenvolvimento. Ter autonomia de decisão e gestão é condição da sua realização.

Tal como já referimos antes, uma grande parte do processo de mudança é conceptual, e processa-se na mentalidade dos agentes executores e beneficiários das estratégias urbanas: “O planeamento para o desenvolvimento exige uma mudança na mentalidade dos seus protagonistas relativamente ao modelo de desenvolvimento industrial que, embora duramente criticado, ainda não nos abandonou e está profundamente interiorizado nas práticas e modos de pensar”²⁵³.

²⁵³ PEREIRA, M.L.V., 1989:13.

Esta alteração, no campo dos decisores políticos, como referi, aliás, no sub-capítulo anterior, é fulcral, pois trata-se de incorporarem um sentido verdadeiramente democrático nas suas escolhas. Ou seja, fazê-las porque elas são expressão do sentir social (e deveriam, além do mais, ter sido inscritas no contrato programático que conduziu à vitória eleitoral de uma determinada força), e não porque se entende que se pode escolher aquilo que passa pela cabeça de cada um, como se a eleição pudesse ser encarada (embora infelizmente o seja pela maioria dos nossos políticos) como uma outorga de poder para exercício autocrático.

A mesma atitude deve enformar o comportamento dos técnicos, que devem sair do preconceito de serem detentores “os únicos detentores da verdade, encarar a sua tarefa como um processo contínuo de aprendizagem e avaliação crítica da realidade (...). Têm de praticar uma pedagogia em profundidade esclarecendo e fundamentando as questões, assumindo o papel de animadores e principais contribuintes para a discussão dos problemas”²⁵⁴. Igualmente, e mais uma vez infelizmente, não é o que se passa a maioria das vezes. O paradigma contemporâneo da «verdade científica» tem sido o causador de muitos problemas, e da perda de algum património.

Passemos agora a analisar alguns aspectos da intervenção técnica propriamente dita. Na reabilitação de edifícios vernaculares, é importante compreender que os preceitos normativos não podem ser genéricos mas sim elaborados caso a caso, por áreas geográficas ou urbanas restritas e bem conhecidas. Novas regulamentações são elementos importantes que devem ser produzidos tão depressa quanto possível. Nesta temática, a colaboração com o especialista em história urbana não se deve prescindir, uma vez que esta é uma das áreas que mais requer uma importante selecção entre os aspectos patrimoniais que são importantes e aqueles que não o são, em termos de herança tecnológica, estética e social. Se se chama a atenção para este detalhe é porque normalmente se considera desnecessário analisar estas componentes, restringindo as intervenções a questões de mera tecnologia construtiva, e à resolução de problemas de estabilidade, conformação de deficiências morfológicas, etc. Nas áreas históricas essa abordagem é seguramente insuficiente para preservar todos os detalhes que fazem parte da integridade patrimonial.

²⁵⁴ PEREIRA, M.L.V., 1989:13.

Um dos aspectos técnicos mais importantes prende-se com a proximidade que deve ser conseguida entre os técnicos e a população das zonas que estão em reabilitação. A localização dos gabinetes nas áreas a reabilitar permite um relacionamento mais próximo e um conhecimento concreto dos problemas destas áreas. Assim é possível criar maior dinâmica social e facilitar a participação das pessoas na programação e concretização das acções técnicas necessárias. É preciso sempre ter em consideração que estes programas de requalificação são muito extensos no tempo. Dessa forma, é sempre importante introduzir competências na área sócio-cultural e por isso também seria importante poder contar com um gestor cultural nestas equipas, a quem competem as questões da cultura, entendida na sua dimensão mais alargada e investida de novas atribuições. Da mesma forma, e dado que a requalificação vai gerar novos hábitos e formas de preencher o espaço urbano, deveria também poder-se contar com actividades que (re)construíssem o sentido social, através da educação, formação e qualificação das pessoas; da revitalização da vida cívica e comunitária; da coesão e sentido que se pode dar aos aspectos da identidade e da pertença.

Esta circunstância resulta igualmente da visão humanista que a gestão técnica também deve possuir. Não se está a intervir num contexto artificial. “Na fase de preparação da acção [estratégica urbana], não se pode mais escamotear a questão central de se saber por que e em proveito de quem se vai agir”. Como salienta Auzelle, “para o profissional, seria discutível fingir situar-se na neutralidade perfeita de uma situação de especialista exterior a todas as contingências locais. Como a decisão de urbanismo é fundamentalmente injusta e como a responsabilidade dos profissionais consiste precisamente em preparar a elaboração e depois a execução de tais decisões, a honestidade intelectual implica colocar o problema com lucidez. Na prática, muitas vezes é difícil fazê-lo se não existir um mínimo de convívio e de compreensão pessoal entre profissionais e responsáveis políticos, o que não chega a impor aos primeiros a obrigação de um compromisso militante”²⁵⁵.

Outra das funções fundamentais da gestão técnica prende-se com a construção de plataformas interpretativas quer entre a população e a equipa técnica (contornando esses lamentáveis episódios de pôr os projectos à discussão pública... mas quem entende projectos? Não são os técnicos? Então deverá ser preparada uma apresentação com recurso a outra «linguagem», mais acessível ou intermediada), mas igualmente com os representantes políticos, financiadores, etc. O papel dos

²⁵⁵ AUZELLE, 1961:103.

profissionais consiste, então, em explicitar bem os vínculos existentes entre: tipologias dos problemas, modos de tratamento, dimensões e critérios de referência. Um amplo debate de orientação geral permitirá, em seguida, aos responsáveis, efectuarem com todo o conhecimento de causa as opções que lhes cabem. Num outro sub-capítulo descreve-se em maior detalhe uma metodologia, constituída pela construção de cenários, que me parece em grande medida, uma das mais recomendáveis. Como salienta, e muito correctamente, João Campos “os especialistas sabem aproximar os testemunhos materiais do património dos outros; o desafio consiste em encontrar um meio de fazer face à verdade, à realidade, à integridade dos valores expressos pelo património dos outros. É necessário encontrar as palavras susceptíveis de explicar a filosofia da conservação e os valores subjacentes que estes veiculam. A questão que ele coloca em relevo é a seguinte: onde reside o seu valor?

Daí já termos destacado a fundamental necessidade de as equipas serem claramente multidisciplinares, de modo a poderem tomar as decisões, confrontando todos os detalhes em presença. Até ao presente, não consigo entender porque não faz parte do elenco mínimo obrigatório dos gabinetes técnicos locais um especialista em património histórico. Como se vai intervir, então, no património?

Regressando à questão do estabelecimento de plataformas de construção de consenso, da maior importância para conseguir que as soluções técnicas e as funcionalidades deficientes possam encontrar-se sem que isso signifique a destruição do património existente. Um técnico da Câmara Municipal de Braga (que não está identificado na publicação), falando num seminário, em Dezembro de 1982, identificou com transparência o cerne desta questão, comentário que permanece ainda actual: “Renasce, por outro lado, a oposição entre plano e prática, acusando-se frequentemente, do lado dos técnicos, os responsáveis municipais por não seguirem os planos quando, muitas vezes, se poderiam acusar os responsáveis não por isso mas por terem contratado mal o plano, por o terem aprovado sem o perceber, por não terem obrigado os autores a estudar como actuam os agentes que investem e as possibilidades camarárias de controlo, em suma, as relações de força que se tecem na realidade local e que, a serem bem entendidas, levariam a soluções diferentes das propostas nos planos”. Daí salientar-se que, de facto, há necessidade de aprofundar a gestão técnica destes processos.

3.2 – Metodologias de Intervenção nos Centros Históricos.

Agir nas cidades históricas significa contemplá-las a partir do ponto de vista das necessidades e dos valores dos cidadãos que as habitam e daqueles que nelas hão-de viver no futuro. Impõe-se, por isso, uma análise que tenha em conta as cidades históricas como habitáculos da vida individual e colectiva, em função do seu uso e qualidade, bem como das aspirações físicas e psíquicas dos homens.

Excepções à parte, na criação da maior parte das cidades históricas não intervieram apenas os antigos mestres-de-obras, os engenheiros, os políticos ou administradores, ou os arquitectos. Muitos bairros das cidades históricas foram-se formando pouco a pouco, ao longo do tempo, como resultado do somatório das pequenas acções dos seus habitantes, das suas necessidades e dos acontecimentos históricos. As intervenções urbanísticas, fruto de uma planificação conceptual abstracta, é verdade que existiram em épocas mais recuadas, mas tiveram o seu uso sistemático apenas nos nossos dias. Esse efeito foi relevante, não só pelo facto destas zonas estarem já consolidadas, mas pela velocidade e envergadura das substituições que acabaram por promover.

Grandes esforços são realizados por distintos profissionais para tentar reduzir a destruição a que têm estado sujeitos muitos centros históricos, tentando conseguir uma adequada harmonia entre o passado e as exigências do presente, esforços que produziram elementos notáveis e erros consideráveis. Basta observar as diferentes escolas e tendências, as críticas entre diferentes sectores partidários de distintos matizes, e a continua dialéctica a que tem estado submetida a doutrina, para constatarmos que nos encontramos envolvidos num processo de desenvolvimento conceptual e prático, imersos num laboratório de experiências, com avanços, revisões, contradições e expectativas. Próximo dele, o cidadão não deve ser um observador asséptico de todo o processo. Aliás, a primeira função do urbanista, do arquitecto, deve ser a análise às sempre referidas necessidades do ser humano, tanto conscientes como inconscientes, bem como fazer uma reflexão atenta a partir da escola da vida, e não tanto ceder completamente à inspiração proveniente dos seus conhecimentos teóricos das doutrinas em voga, ou até «apenas» meramente inventada.

Uma das razões fundamentais para intervir na cidade antiga é aquilo que ela nos pode ensinar para a requalificação da cidade nova. Posta assim a questão, ela pode parecer estranha, mas a verdade é a cidade histórica tem um passado composto pelas mais contraditórias experiências, feitos e vicissitudes, e resistiu, como organismo social, a todas elas. A sua elasticidade para o fazer, o modo como reconciliou os problemas na sua morfologia, são um testemunho que é fundamental compreender para melhorar as nossas metodologias nos projectos para a sua reabilitação, conservação e salvaguarda.

A recuperação da cidade histórica é um campo de experimentação metodológico e tecnológico cuja riqueza aparenta não ter limites. Enquanto a edificação da cidade nova utiliza maioritariamente soluções-padrão, estas, nos cascos antigos não tem quase utilização, tal é a diversidade e a individualidade dos casos a resolver. Reputado estudioso destes assuntos, Fernando Henriques sintetisa muito bem esta questão ao colocar a tónica nos princípios da abordagem e não numa tabela de procedimentos: “a conservação do património histórico edificado é antes de mais uma questão de princípios, entendida como a defesa de orientações decorrentes da evolução da teoria da conservação, cujos fundamentos apenas se tornam verdadeiramente claros nessa óptica restrita”²⁵⁶.

Mas as alterações não se devem meramente às questões da reabilitação considerada meramente na perspectiva técnica, mas também à expectativa de funcionalidades a gerar. A solução não deve ser dissociada do uso. A adequação do programa de recuperação é um dado muito importante, e só a coerência entre este e a utilização posterior permitir tirar todo o partido do investimento realizado.

Além do mais, “a evolução do conceito de património, associada à necessidade de revitalizar os centros históricos das cidades, através do estabelecimento de residentes, suscitou uma nova concepção dos instrumentos e medidas de intervenção a implementar. Foram decisivas para estas alterações as transformações demográficas no final da década de 60, bem como as preocupações de natureza ambiental que começaram a induzir alterações nos sistemas produtivos, assim como as crises económicas e sociais então emergentes”²⁵⁷.

²⁵⁶ HENRIQUES, F., 2003:12.

²⁵⁷ GONÇALVES, A.C., 2002:51.

Apesar das alterações de sistema político que o País viveu, no geral o modelo administrativo, ao nível do Governo, poucas modificações aceitou. A máquina continuou muito centralizada, pouco dotada financeiramente na área da cultura, e, ainda, com as experiências de criação de departamentos, a gerar sobreposições de competências e conflitos entre os dirigentes que em nada beneficiaram as circunstâncias e o trabalho cultural no nosso território. Em função deste facto, foram as Autarquias (com claro destaque para os municípios alentejanos²⁵⁸) que desempenharam o papel principal neste campo da recuperação do património imóvel (primeiro o de natureza monumental, mas gradualmente, a estender-se aos outros edifícios).

A sua acção estendeu-se ainda a outros campos, e pode ser sintetizada nos seguintes parâmetros:

- no património móvel, apoiando acções de protecção, conservação e musealização;
- nas tradições, promovendo a sua manutenção e difusão;
- na paisagem e no restante património natural, incentivando políticas de gestão equilibrada do território (como consagrado nos PDM's destes municípios).

A maior das vantagens das zonas antigas, tradicionais, das cidades é a forma como elas funcionam como cenário acolhedor das relações sociais, seja de vizinhança própria, seja entre os moradores e os passantes ou visitantes. O ambiente, construído dentro de uma escala «humanizada», parece favorecer as relações entre as pessoas, tal como na cidade moderna, em particular naquela que pior «leu» o manual do Modernismo, as pessoas parecem forçadas a encerrar-se dentro das suas casas e dos seus automóveis. É óbvio que, propositadamente, se dá aqui uma imagem um pouco caricaturada, mas para enfatizar a relação fundamental que se pode conseguir entre estas duas parcelas cronológica e morfológicamente distintas, com aprendizagem mútua, aumentando as possibilidades de enriquecer ambas as metodologias com vista a obter um urbanismo integrado e uma cidade requalificada na sua totalidade. “Poder-se-ia até afirmar que, a haver diferença, esta estaria em que reabilitar seria uma tarefa muito mais simples, dado que não se tem de «criar cidade», ela está feita,

²⁵⁸ No geral bastaria consultar as sínteses elaboradas pelo Observatório para a Cultura em Portugal para verificar que, quer no património, quer noutros campos de acção cultural, o investimento *per capita* realizado no Alentejo é superior ao de todas as outras regiões do País. Estes municípios foram ainda capazes de se agrupar, de cooperar (nem sempre em total harmonia, mas enfim...) constituindo Associações de Municípios, regiões de Turismo, promovendo a constituição de Gabinetes Técnicos Locais. Criando, apoiando, financiando diferentes ONG's, entre as quais muitas associações de defesa do património, as Autarquias procuraram ainda dinamizar e consolidar a participação da sociedade civil em todo este processo.

reconhecidamente bem feita, e a operação limitar-se-ia a reparar o efeito ruinoso do tempo e do abandono dos edifícios, sem os alterar; a introduzir melhorias nas condições de habitabilidade destes e dos espaços exteriores, procedendo de modo a manter no local a população neles instalada; a introduzir novos e atractivos usos que contribuíssem para o seu desenvolvimento, para uma maior integração no conjunto da cidade e para a fixação, no tempo, dos residentes; e a substituir usos, entretanto instalados e que reconhecidamente ameaçam o equilíbrio entre a população, o seu quotidiano e o ambiente onde se desenvolve, por outros directamente relacionados com a manutenção desse equilíbrio. É, no entanto esta «simplicidade» que nos preocupa²⁵⁹.

Aquilo que foram as primeiras preocupações de protecção do património arquitectónico, que versavam sobre edifícios considerados como peças singulares, depressa evoluíram para uma abordagem de conjunto. Os planos integrados de salvaguarda para as áreas históricas das cidades tornaram-se predominantes como forma de as estudar e recuperar. A sua requalificação deixou de ser feita isoladamente do tratamento a dispensar à restante cidade. Isto tornou a gestão mais complexa, mas muito melhores os resultados. No fundo, trata-se de adaptar as equipas a esta nova metodologia, e não adaptar a salvaguarda da cidade histórica ao modelo administrativo (caduco tantas vezes) da sua gestão.

²⁵⁹ PEREIRA, M.L.V., 1987:7.

3.2.1. – Metodologias de Planeamento e Projecto.

Ao intervir nestas zonas históricas das cidades, dado o seu carácter especial, é necessário considerar também metodologias específicas. Estas servirão de base à definição de um programa de intervenção, cuja estrutura fundamental pode assentar, como sugere Margarida Coelho, em três pressupostos fundamentais:

“a) *MANTER A MEMÓRIA COLECTIVA* - mantendo os elementos urbanos que reproduzem a memória colectiva²⁶⁰ ou a consciência comunitária dos diferentes grupos sociais;

b) *INTRODUZIR O «NOVO» E OS «STANDARD» DE QUALIDADE* – ou seja, o reabilitar tem de pelo menos recrear igual qualidade de vida que no edifício construído de novo; e quando isso se justifica, o antigo e o novo devem coexistir lado a lado, como a expressão de duas épocas mas também como o resultado de análises de custo – benefício, que se impõe se façam, sobre os edifícios e sobre as áreas de tecido construído;

c) *TER SEMPRE PRESENTE O RESPEITO PELO INDIVÍDUO E PELOS GRUPOS SOCIAIS*²⁶¹ – expresso através do direito ao local onde habitam, à vida multifacetada e comunitária da cidade e à privacidade individual, mas também como única garantia duma reabilitação urbana rentável e duradoura²⁶².

Igualmente, nos centros históricos, deverão ser redefinidas as tarefas de modo a concretizar os seguintes objectivos:

- Regularizar os seus perímetros e completar as suas áreas fragmentadas e descontínuas pelo estabelecimento de uma rede de arruamentos, de uma tipologia de construções, de técnicas de construção e de uma linguagem arquitectónica adaptadas à especificidade dos lugares e aos traçados tal como se foram formando;

²⁶⁰ Em “Espaço: Cultura e Arquitectura, Marluce Menezes, afirma que, por si só, “a história de um lugar reflecte a possibilidade de se compreender o processo de estruturação tridimensional do espaço (físico, social, psicológico), assim como nos limita à compreensão do processo cognitivo subjacente à organização do espaço. Tais instrumentos [de avaliação da percepção espacial] habilitam-nos a conceber um projecto em termos de significância social, e reter as particularidades sócio-culturais de um lugar como elementos configuradores de uma imaginação arquitectónica”. MENEZES, 1993:37.

²⁶¹ O facto de toda a acção social requerer uma base territorial converte o espaço num factor chave da realidade já que deve ser apropriado pelos agentes sociais para a sua manipulação e domínio. Em ângulo inverso, a intervenção sobre o espaço é um dos objectivos da acção humana e social pelo que o seu domínio é indispensável para quem quer manter a sua capacidade de actuação e domínio ou por quem o quer questionar.

²⁶² COELHO, 1985:4.

- reabilitar e revitalizar as zonas degradadas física e socialmente criando espaços públicos com escalas viáveis e identificáveis no mapa mental dos habitantes;
- reequilibrar as densidades de ocupação do solo segundo as vivências e os interesses previsíveis das zonas reabilitadas.
- reestabelecer um leque alargado de funções urbanas localizadas a distâncias percorriáveis pedonalmente entre si.

O processo de salvaguarda e reabilitação dos centros históricos como atitude cultural e como acto de gestão, deve assentar na formulação de políticas urbanas respeitadoras do progresso cultural e social e traduzir um imperativo de consciência. Garantindo o desenvolvimento económico, o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes no respeito pelas heranças culturais e patrimoniais, sem bloqueios nem conflitos redutores das indispensáveis transformações de que resulta o progresso social.

A intervenção nos cascos antigos necessita, para que não se cometam, por desconhecimento, actos que ponham em risco a sua qualidade patrimonial, de assentar desde o início numa base de investigação científica, devendo esta iniciar-se pelo tecido arquitectónico em presença²⁶³. Em relação a este, pode afirmar-se que as intervenções e estudos de edifícios ou conjuntos de valor histórico-patrimoniais se podem enquadrar em âmbitos científicos parametrizáveis. Portanto, e para que haja cruzamento entre o estudo e a operacionalização dos dados, para os conjuntos históricos, as suas componentes devem agrupar-se por morfologias funcionais, uma metodologia que torna a atribuição facilmente manuseável no quadro de uma intervenção concreta. Podemos, assim, encontrar a arquitectura religiosa, a arquitectura militar e a arquitectura dos espaços civis e domésticos, etc. Como é sabido, cada época fabricou os seus modelos construtivos (desde os económicos às representações mentais), em função de múltiplos factores histórico-civilizacionais, do território, dos agentes em presença e dos materiais disponíveis. O que se pretende, ao

²⁶³ Ao analisar-se este tecido é necessário ter em consideração a sua estruturação conceptual, enquanto espaço arquitectónico: “A concepção arquitectónica, e em decorrência a formalização da urbe, transpõe os valores sensoriais da coisa inanimada, ritmando a forma e plasmando o espaço, até que a matéria adquira as qualidades de um pretexto espiritual (...) uma história da arquitectura, uma História do Urbanismo e até uma História da Urbanização terão de ser apoiadas pelo conhecimento das disciplinas que enformam o fenómeno artístico ou ontológico; que a obra de arte (arquitectura-cidade) como outros produtos da mão e do espírito, é um documento histórico reflectindo o lugar e a sociedade em que foram produzidos; que a obra de arte, sendo um documento histórico, não tem como intencionalidade primordial documentar a história mas representar uma (re)construção do Mundo. (...) a enunciação destes princípios básicos equivale a reconhecer que a História da Arquitectura e da Cidade são passíveis de uma definição própria apesar de manterem relações epistemológicas com a História em geral e particularmente com a História da Arte”. RODRIGUES, M.J., 1998:57 e 59.

promover a investigação em torno destas matrizes, para além do estudo e leitura dos mais variados contextos para que remetem as diferentes manifestações do património construído, é aferir da existência de padrões construtivos, a sua interligação ao meio e aos homens. “O tecido urbano e as tipologias da arquitectura estão indissoluvelmente associados: as tipologias continuamente nos remetem para a homogeneidade dos traçados ou as variações dos seus padrões. (...) a estrutura urbana com a sua hierarquia de tramas sobrepõe-se a uma série de elementos naturais, topográficos e artificiais que determinam, distorcem ou inflectem o desenvolvimento e o crescimento da malha urbana. (...) de uma forma geral, sempre se eliminam construções ou conjuntos edificados para viabilizar uma nova praça, rua ou avenida, não deixam de persistir sinais físicos do traçado antigo nas novas soluções de desenho urbano”²⁶⁴.

Registe-se que a perspectiva que deve orientar a investigação deve, necessariamente, ser diacrónica para os edifícios de carácter simbólico / monumental. Para o conjunto das edificações domésticas, é certo que a maior parte se deve concentrar nas funcionalidades do tempo relativamente contemporâneo, sendo que os estudos em volta desta herança edificada devem ser vocacionados para a definição de modelos de organicidade e espacialidade. “Nos centros urbanos, o património requer a definição de áreas, fazendo-se a distinção entre «centro histórico» e «área histórica» com políticas de intervenção diversas. A escolha é de índole epistemológica, obrigando filósofos e técnicos a convergirem no tratamento de espaços, definindo a faceta do património a enraizar de maneira que o carisma de uma estética e de um valor cultural se tornem visíveis numa imagem que, ao ser trabalhada, se torne fonte de interesse turístico e fonte de desenvolvimento económico. Isso, significa quase sempre destruir algumas reminiscências do passado para dar à urbe um «new look»²⁶⁵.

No que respeita aos edifícios, e quando estes são dotados de valor patrimonial, a questão, tal como a colocam diversos autores, é mais a de ele ser considerado como simbólico das diferentes possibilidades de usos, e da evolução adaptativa da sua morfologia, e não tanto o analisar-se a transformação que poderemos estar a planear fazer-lhe, na nossa época, tantas vezes também só preocupados com a desactualização dos padrões de qualidade que possa ter, enquanto espaço habitacional.

²⁶⁴ PEIXOTO, 1999:8.

²⁶⁵ MARQUES, A.F., 2000:13.

Um edifício é uma entidade adaptativa, quer aos usos internos, quer à transformação da cidade que o envolve. Retornamos aqui à ideia de eco-sistema que já antes havia sido referida, muitas vezes, e correctamente, considerada como uma forma de entropia entre os imóveis e a entidade que o seu conjunto representa. O edifício é uma entidade em inter-relação com o meio, e não uma massa monolítica que se desagrega com o tempo. É evidente que em certas épocas, fruto também da história, encontra maior estabilidade, sendo gerada, eventualmente uma imagem que se torna predominante. É nesse dado que se pode basear a tentativa de gerar consenso quanto aos seus significados. Mas, claro, e mais uma vez, pode colocar-se aqui um problema de escolhas, durante os processos de intervenção num dado imóvel, e é nesse momento que uma base sólida, em termos conceptuais, uma dotação técnica bem estruturada, em termos metodológicos, e uma capacidade de crítica e auto-crítica, em termos ideológicos, podem fazer toda a diferença em termos do futuro de uma qualquer herança arquitectónica.

Em relação ao nível técnico da reabilitação, como salienta a importante «Monografia Portuguesa sobre a Reabilitação de Edifícios»²⁶⁶ “é um domínio fundamental onde se decide a qualidade das intervenções de reabilitação. Não há muita reflexão teórica escrita, mas há muita experiência traduzida em projecto e obra”. Distinguiremos três níveis principais, segundo os quais se têm aplicado critérios metodológicos:

- (i) – Metodologias gerais de intervenção
- (ii) – Metodologias para o desenvolvimento do projecto
- (iii) – Metodologias para os trabalhos na obra

Nesta repartição, levanta-se um aspecto metodologicamente relevante, que é a assumpção de que a reabilitação tem diversos “graus” sendo uns mais conservadores do que outros....

Um outro aspecto ao qual interessa dar particular atenção prende-se com a tipologia do usufruto. De facto, os utilizadores da cidade não a usam todos da mesma forma. Sendo que é impossível prever todas as variantes que os seres humanos vão ser capazes de inventar para usar a cidade a seu bel-prazer, o relevante é adaptar metodologias de projecto que sejam dinâmicas, que contenham elementos elásticos que possam ser adaptados às circunstâncias particulares que ocorram nestas zonas

²⁶⁶ MPRE, LNEC, 23.

urbanas. Como refere Luz Valente Pereira, a “possibilidade de inventar outros usos, de os relacionar diferentemente, de usufruir a cidade de novas maneiras, de a reinventar a cada passo é uma das características que esta deve ter, é uma das suas grandes vantagens: qualquer controlo da diversidade tenderia a reduzir essa potencialidade e negaria a própria urbanidade”²⁶⁷. Davam-se aqui os primeiros passos em Portugal na tentativa de estruturação de um modelo de actuação nos centros históricos portugueses.

Tal como a história da cidade se espelha na diversidade dos seus elementos arquitectónicos, que se foram acumulando ao longo dos séculos, igualmente é importante que na intervenção de reabilitação contemporânea que ela possa enquadrar essa diversidade, e corresponder às expectativas concretas dos seus beneficiários. Mais uma vez aqui ressalta a necessidade de investigar e conhecer, desta vez a realidade social, os diferentes grupos, os seus hábitos e necessidades funcionais. O planeador não deve desenhar uma “cidade preconceituosa”, que siga cegamente um qualquer regulamento, sem olhar às pessoas que vão usar esses espaços. É preciso saber quem são, e o que fazem nesses espaços que ocupam. “Este conhecimento de situações típicas das rotinas quotidianas serve o projectista como balizas das suas opções para estruturar as bases da proposta, como orientação para saber até que ponto deve definir a cidade, sabendo de antemão que não pode nem deve propor a cidade como produto acabado, onde tudo se encontra previsto e definido, e que serão as pessoas e as instituições da cidade a que irão completando e adaptando às suas necessidades”²⁶⁸.

Essa ausência de preconceitos deve reflectir-se naquilo que a mesma autora designa de «neutralidade funcional» (um conceito ideologicamente relevante), sugerindo-se como método que as informações recolhidas na fase de investigação sejam coordenadas, mais do que seleccionadas, já que este último conceito propõe demasiados preconceitos ideológicos, está enformado de critérios, e, particularmente, concentra proposições de modos de viver que devem ser evitados. Daí que, nas metodologias contemporâneas, devam sempre ser introduzidos esquemas de comunicação democrática entre os técnicos e os cidadãos. É verdade que se verificaram modificações importantes em relação ao modo como nos apropriamos hoje do espaço – de uma forma simultaneamente mais individualista mas também significativamente mais pública -, mas deve persistir, ao planear-se a intervenção, a

²⁶⁷ PEREIRA, M.L.V., 1971:2.

²⁶⁸ PEREIRA, M.L.V., 1971:4.

percepção do simbolismo que, por todo o lado, ela manifesta. Fazer permanecer a ideia de que “a arquitectura da cidade, de uma maneira geral, deveria ter, como preocupação fundamental, tornar-se apropriável pelas sucessivas gerações que a habitarão e cujas ideologias e modos de viver que as reflectem, se irão seguramente modificando”²⁶⁹. Por isso, deve haver o cuidado de dar tratamentos formais distintos aos conteúdos arquitectónicos, mas mantendo as mesmas condições urbanas. Contando, como é evidente, com a alteração geracional, que dificilmente, nos tempos actuais, se disporá a mimetizar comportamentos. Independentemente desse facto, os novos ocupantes não deixarão, de qualquer modo, de construir uma qualquer forma de cidadania que mantenha os seus padrões simbólicos, a sua vitalidade como referente do território. Esta solução de flexibilidade formal e funcional parece vantajosa, pois ela, como afirma Luz Valente Pereira, “reforça-se quando se verifica que o projecto se faz para o futuro, que este nos é desconhecido e que não existem meios que nos ofereçam uma segurança mínima de o prever correctamente”²⁷⁰.

Esta questão relaciona-se mais profundamente com a obrigatoriedade de encontrar condições para que se possam satisfazer as necessidades a que se destina a intervenção. Dessa adequação depende a possibilidade de o investimento se tornar mais rentável, quer patrimonial, quer socialmente. O campo patrimonial neste aspecto assume grande relevância pois, em caso contrário, o que sucederá é que os utilizadores distorcerão o espaço à sua medida, adaptando-o mesmo que involuntariamente. Tal situação poderá acarretar riscos patrimoniais e são esses que se pretende evitar.

A mesma investigadora (na minha opinião, a mais consistente metodóloga portuguesa para a área da intervenção em contextos de centro histórico a reabilitar, e por isso tantas vezes merecidamente citada), desde sempre ligada ao GURPLAM²⁷¹ do

²⁶⁹ PEREIRA, M.L.V., 1971:6.

²⁷⁰ PEREIRA, M.L.V., 1971:7.

²⁷¹ Grupo de Urbanismo e Planeamento Municipal, que foi fundado pelos arquitectos Fernando Gonçalves e Vítor Campos. Este Grupo, uma entidade autónoma de investigação, existe desde 1987, tendo sido formando à base de arquitectos que já trabalhavam no laboratório, resultando de um processo de descentralização interna e à crescente importância que estas temáticas estavam a assumir na década de oitenta. O seu principal objectivo é reforçar a linha de estudos no domínio do planeamento urbanístico e as acções de apoio técnico às autarquias. As áreas de estudo do GURPLAM são: planeamento e controlo do desenvolvimento urbano; planeamento sócio-urbanístico de áreas urbanas; desenho urbano; informação e comunicação no processo de planeamento; legislação e regulamentação urbanística.

Nos trabalhos deste grupo destaca-se, na temática desta dissertação, a sua abordagem metodológica, muito bem estruturada, e a participação no projecto de reabilitação do Centro Histórico de Sacavém (CM de Loures) onde alguns dos pressupostos teóricos forma ensaiados com sucesso numa área sócio-urbana particularmente complexa.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, organizou uma lista que corresponderia à decisão básica de actividades essencial para conseguir tornar efectiva a capacidade de apropriação destas zonas antigas por parte dos seus moradores. Ela consistia nos seguintes parâmetros:

- Habitação
- Ocupação (trabalho / estudo)
- Abastecimento
- Serviços
- Recreio
- Convívio
- Circulação (a pé / em meio de transporte)

Parte-se do pressuposto que, numa dada zona urbana, deverão existir todas as actividades da lista apresentada. “O problema não é pois escolher actividades nesta lista mas decidir qual deverá ser dada maior importância quando é a apropriação que está em causa”. E este aspecto, da decisão que é preciso tomar, é que se revela o aspecto ideológico mais relevante da reabilitação. No sub-capítulo referente às metodologias foi dada uma maior atenção a esta questão estruturante dos processos de salvaguarda patrimonial.

A renovação urbana constitui uma técnica lenta, mas contínua, ao mesmo tempo que, na sua essência, representa um processo espontâneo e ocasional. No passado bastaria assegurar que as cidades se tornassem gradualmente ajustadas às condições contemporâneas. Hoje, sob o impulso das rápidas mutações sociais, torna-se necessária uma acção mais lata e mais conscienciosa, no sentido de orientar os processos de renovação. “O esquema viário, a distribuição geral das instalações de maior procura e, até mesmo, o tamanho tradicional e a localização do centro, podem vir a estar nestas mesmas condições. Muito embora a necessidade de uma mudança radical possa parecer inevitável, é sempre importante preservar as melhores qualidades do centro urbano tradicional, bem como os seus edifícios mais belos e as características que lhes imprimem personalidade e vida”²⁷². Desde 1971 para cá não é isto que se tem visto sempre, embora existam bons exemplos. Mas ainda estamos distantes de uma situação ideal.

²⁷² PEREIRA, M.L.V., 1971:51.

Um plano de renovação coordenado respeitante ao centro urbano tem de abranger mais de um simples desenvolvimento. Devem, por isso, estudar-se todos os aspectos da renovação: conservação e melhoramento, assim como remodelação. Assume importância muito grande a necessidade de que o plano possa corresponder a um reflexo objectivo dos processos de análise, e não que seja considerado meramente por ser consensual, ou por cumprir de forma cega os preceitos regulamentares.

O centro urbano tradicional, com a sua variedade de serventias, desenvolveu-se através dos séculos como zona comercial e ponto de encontro da população. Era, por assim dizer, um local onde só se andava a pé e, portanto, onde se podia andar livremente e sem perigo. Algumas destas características conservam-se ainda nos centros urbanos actuais: ainda existem ruas estreitas só para peões, espaços livres de interesse público e edifícios históricos que foram preservados. A remodelação não pode, nem deve, ignorar estas qualidades, pois que fortalecem o sentido de continuidade entre o passado e o presente. Sem elas, a cidade torna-se anónima e triste.

Tal como tem vindo a ser prática corrente, é fundamental que se persista no caminho metodológico que tem estado a ser trilhado, ou seja, a seguir critérios de rigor e sistematização, e que a abordagem seja sempre multidisciplinar. Na realidade, para dar uma resposta eficiente a um problema complexo como aqueles sobre os quais se debruça o planeamento, é imprescindível abordar os problemas de forma interdisciplinar e global. A planificação, como actividade conservadora (neste caso), deverá ser selectiva, e promover uma arquitectura que deverá ser preservada e protegida pelo imparável "progresso", em relação a outras estruturas de menor valor artístico ou urbanístico. O valor do documento histórico deve ser igualmente levado em conta e valorizado desde as bases arqueológicas: não se trata de defender o conservadorismo a todo o custo ou até a imunidade do documento histórico, mas sim de acrescentar um ponto de vista mais a uma actividade que é complexa e moralmente responsável para com as gerações vindouras.

Daqui resultou o desenvolvimento de modelos prospectivos, a partir dos quais podem ser avaliadas as diferentes consequências das soluções propostas. As metodologias mais recentes apontam também no sentido de se compreender qual é a mais vantajosa para a satisfação dos objectivos propostos em relação com os valores sociais e os seus custos e benefícios. Acrescente-se também a necessidade de uma revisão constante do plano, entendido como um processo em constante evolução, com

um mecanismo de controlo que permita detectar os desvios e confrontá-los com as alterações sofridas nas condições que o plano original analisava. Do plano fechado, estático e acabado da etapa racionalista, que correspondia à ideia de conceber um retrato antecipado da cidade ao fim da passagem de um certo tempo, passou-se, no campo teórico, para a concepção de um plano aberto, dinâmico e evolutivo. Esta forma de estruturar a informação tem também implicações importantes no que se refere à reabilitação como actuando sobre um eco-sistema complexo, no qual podem existir grupos em situação de desestruturação, com sinais evidente de vulnerabilidade. Esta também deve ser uma preocupação dos planificadores.

Nas metodologias projectuais, Nuno Portas propõe, em 2003, no 3º ENCORE, uma alteração estratégica no que se refere aos projectos de regeneração da cidade antiga, que passa por “inverter as «obsessões» dominantes: antes das volumetrias (e dos índices-cegos), o que sustenta as cidades de todos os tempos – sejam elas mais históricas ou centrais, ou sejam as periferias sem «história» - são os suportes colectivos (mal ou assepticamente chamados de «vazios», «infraestruturas» ou «espaços livres»), que dão acesso ao edificado. O Sistema de Espaço Colectivo (SEC) deve ter lugar privilegiado nas agendas de regeneração urbana, como redutor das desigualdades ambientais e de mobilidade, entre outras.

Assim:

- há que (re)adaptar os suportes (ruas, praças, jardins...) aos novos serviços que agora se lhes pedem

- há que ligar / articular esses espaços, em geral bem delimitados (pelos próprios edifícios), aos espaços-outros que os prolongam nas novas (e muito vastas) áreas de crescimento urbano, em geral descontínuas, deslaçadas, procurando escalas, transições de velocidades ou de modos de transporte – os nós e perfis da «nova rede» - que solidarizarão os contrastantes retalhos urbanos que, na cidade contemporânea, serão o equivalente dos antigos bairros, hoje destinados a «charmes» vários...

- há que relançar urgentemente a cultura do espaço colectivo, ultrapassando a presente esquizofrenia que se divide (nas nossas cabeças) entre uma retórica de padrões da cidade antiga – saudosista, quando não caricata – e da não cidade, que rejeitamos porque não tem modelo e nos amedronta porque não sabemos como enfrentá-la”²⁷³.

²⁷³ PORTAS, 2003:74.

Um aspecto importante nas metodologias de planeamento é considerar sempre o enquadramento das zonas de transição. Normalmente os projectos consideram zonas marcadas em planta com limites muito rígidos, sem considerar a interligação com as zonas adjacentes. As novas metodologias devem considerar a possibilidade de existirem sempre dois níveis de intervenção, com intervenções pontuais, porém relevantes, particularmente na resolução de situações viárias e na remoção de dissonâncias profundas.

Igualmente, é importante que as metodologias sejam sempre de tipo variável, não nos seus parâmetros, mas no equilíbrio proporcional entre eles. Desta forma, o plano a traçar e a executar terá a necessária elasticidade. A questão mais importante é manter presente que a alteração das componentes referenciais, em alguns aspectos, vão requerer novas estratégias de apropriação e de gestão. Ao nível projectual, subsistem problemas na conciliação entre o centro histórico e os usos contemporâneos. “Se a acção edificadora deve manejar procedimentos diferenciados segundo o local onde se intervém, nos centros históricos é fundamental construir partindo do reconhecimento das constantes formais, procurando graduar a presença de singularidades ou anomalias demasiado destacadas. A grande dificuldade radica em como conciliar contexto histórico e cultura contemporânea na incorporação de novas peças construídas. Na prática, conseguir materializar essa arquitectura que dá continuidade à cidade histórica legitimando a contemporaneidade é um feito excepcional”²⁷⁴.

Como é evidente, muitas vezes o planeamento é ineficaz. Essa não concretização dos objectivos previstos reside no facto de as decisões mais importante para a distribuição dos usos do solo, para a organização do desenvolvimento urbano e rural, se processarem à margem do planeamento, pouco ou nada influenciadas pelos poderes públicos e na ignorância dos cidadãos em geral. De facto, poderão ser os agentes económicos que comandam o processo e o poder central e local têm um papel passivo ou apenas reactivo perante as exigências do mercado. Como referimos no sub-capítulo dedicado à gestão política, sabemos que muitas vezes este nível de decisão, que deveria representar a vontade expressa dos cidadãos, é apenas uma correia de transmissão para a vontade dos sectores económico-financeiros. Muitas vezes as decisões dos poderes públicos não vão de acordo com o que foi previamente definido – “Isso equivale a dizer que não se faz planeamento, fazem-se, quando se fazem, planos. Na melhor das hipóteses o planeamento, quando é eficaz, serve para gerir,

²⁷⁴ PEREIRA, M.L.V., 1971:17.

com maior ou menor inteligência e capacidade, as situações de facto criadas pelas práticas reais de transformação²⁷⁵, bem como para integração dos diferentes saberes disciplinares.

Os processos de mudança que se pretendem induzir necessitam do confronto, de modo a aumentar a previsibilidade da transformação, e desenvolver mais detalhadamente as possibilidades de resposta às mesmas. Deve contar-se sempre com um efeito de *feed-back*, e a abordagem multidisciplinar permitirá melhor visibilidade a uma «cenarização» dos impactos (veja-se uma descrição mais detalhada mais à frente neste sub-capítulo relativa a esta metodologia). Se, como se disse antes, os técnicos tiverem uma atitude de abertura e a sua visão incorporar o sentir da comunidade, então, como diz Luz Valente Pereira, o planeamento será uma forma de auto-reflexão.

Uma vez mais, nas metodologias, de salientar o trabalho do LNEC, agora do Núcleo de Edifícios, que tem investido muito do seu tempo no estudo detalhado das tecnologias construtivas e nos modelos de resposta técnica e tecnológica necessários para os reabilitar. Um dos membros desse núcleo, Reis Cabrita, divide a abordagem aos edifícios em dois vectores “apenas”:

- a) – Análise / diagnóstico e tipificação de patologias
- b) – Proposta de medidas de reabilitação

Sendo o segundo destes vectores eminentemente técnico, é no primeiro que se deve concentrar a análise multidisciplinar, que inclui as disciplinas humanísticas, e mais uma vez salientando a importância da investigação patrimonial (torna-se evidente que esta questão me preocupa...). É nesta fase que o mais profundo conhecimento de todos os detalhes deve ser considerado. O especialista nesta área pode e deve colaborar na despistagem e melhor conhecimento das etapas construtivas e fornecendo também parte dos critérios para as escolhas necessárias para a sua recuperação. Reis Cabrita destaca ainda que são muito importantes, neste segundo aspecto, as metodologias de decisão e realização – muitas vezes, como no caso dos veículos, a resposta pode ser simplesmente “não é compatível”, e na maior parte das vezes essa decisão não é assumida devido aos investimentos entretanto programados. Compreendendo claramente esta situação, permitia-me recomendar

²⁷⁵ PEREIRA, M.L.V., 1983:71.

que se investisse mais tempo em avaliação diagnóstica, ponderando com mais cuidado a adequação entre o programa previsto e o local a intervir.

Um outro aspecto importante, em termos metodológicos, relaciona-se com a questão levantada por José Aguiar, membro da mesma equipa, de saber se, mesmo no domínio das soluções tecnológicas, a reabilitação mal orientada não estará a cometer maiores prejuízos para a salvaguarda patrimonial do que aqueles que antes estavam em presença. A utilização de materiais de famílias completamente distintas, a intervenção em zonas estruturais dos edifícios, não poderão acarretar prejuízos significativos? Como ele salienta: “Pouco a pouco perdemos os antigos saberes construtivos e, ao mesmo tempo que perdemos esse conhecimento, falta-nos a comprovação experimental das teses que defendem a convivência das velhas com as novas tecnologias. (...) Talvez seja por aqui, pelo pouco conhecimento que temos e pela parca investigação que desenvolvemos, pelo nosso crónico atraso tecnológico e científico, que se explique a extraordinariamente lenta e antieconómica resposta da nossa indústria da construção às novas realidades da reabilitação urbana e da conservação dos edifícios”²⁷⁶.

Porque ocorre isto? Uma das principais razões foi a perda de conhecimentos construtivos. A invasão em força dos materiais industriais tornaram a maior parte dos técnicos em profissionais “monofuncionais” (do topo ao fundo da escala das profissões ligadas à construção). Seria necessário retomar os inventários das características morfo-tipológicas da nossa arquitectura urbana, à semelhança do que se fez, parcialmente, para a arquitectura vernacular do mundo rural. Uma outra área, complementar, da qual importava também alargarmos os nossos conhecimentos, refere-se à evolução urbanística. Tais estudos permitiriam entender melhor a planta da localidade em operação, percebendo a sua evolução e as distintas formas de apropriação social que se registaram ao longo de séculos. A análise das sobreposições morfológicas permite desenhar as configurações espaciais das ocupações funcionais, etapa muito importante para se começar a entender o centro histórico actual. Do mesmo modo, permitiria identificar os elementos de fixidez e os que se perderam, no conjunto da imagem urbana.

²⁷⁶ AGUIAR, 1995:33.

Em síntese, para um método de apoio técnico eficaz, seria necessário:

- Identificar as etapas de formação, preenchimento e crescimento do tecido urbano;
- compreender a transformação do seu parcelamento, traçado viário e edificação;
- caracterizar a morfologia fundamental e as tipologias principais de cada etapa;
- identificar os acontecimentos marcantes, elementos, agentes e processos estruturadores dessa evolução;

“A síntese a realizar deve ter como preocupação retratar etapas características de forma compreensiva e ilustrativa, sem se alongar em descrições de factos, e dar especial relevo à compreensão do que é, na actualidade, a AUI, dos processos que, ao actuarem nela, a formaram tal como se apresenta, do potencial urbano que revela, das regras «próprias» e constantes que definem o seu modo de permanecer e de mudar”²⁷⁷.

Uma outra componente importante nas metodologias diz respeito aos preceitos regulamentares. No entanto, tal como afirma Lemos Peixoto, é importante recordar que “a [sua] finalidade é incrementar a qualidade das intervenções (correntes e inevitáveis), de criar uma arquitectura «convencionada» de qualidade – isto é, nascida dos princípios de uma Ordem-base – de encorajar a construção de edifícios e peças de equipamento corrente de acordo com tipologias tradicionais e sistemas construtivos estabelecidos e reservar a expressão arquitectónica e a retórica formal e compositiva para os programas de edifícios públicos e equipamentos”²⁷⁸. A mesma concepção deve presidir à estruturação dos Planos, se é verdade que ele tem uma dimensão formal, de regulação (portanto, corresponde a um determinado momento “congelado” no tempo da sua elaboração), consagrando assim uma solução urbanística que é o resultado de um conjunto de ideias de composição e arquitectura. Requer-se, no entanto, que ele possua algum grau de flexibilidade que lhe permita ser eficaz ao longo do tempo que estiver em vigor entre duas etapas de revisão. Margarida Perestrelo coloca com grande precisão a questão: “Planear passou a ser o *favorecimento de um entre os muitos futuros possíveis*, dependentes das estratégias

²⁷⁷ PEREIRA, M.L.V., 1987:30.

²⁷⁸ PEIXOTO, 1999:17.

dos actores. «A principal distinção introduzida pelo planeamento estratégico face ao planeamento tradicional é pretender ser interactivo. O seu quadro de referência é a acção e valoriza os processos mais do que os produtos» (Guerra, em *O planeamento estratégico das cidades*, 2000)²⁷⁹. Esta perspectiva é muito interessante, como método, particularmente se for complementada com a definição de políticas sectoriais, como me parece importante, e como se reflecte na organização formal desta dissertação. Seguir esse procedimento combinado permite ter uma visão dos impactos que determinadas políticas podem ter. Na abordagem desta autora “o processo de planeamento é entendido como um processo de aprendizagem, em que fins e meios estão ligados. Surge aqui o *Método dos Cenários*, uma forma de avaliação prospectiva cujo grande objectivo é reduzir a incoerência, organizar a apropriação colectiva. Este método dos cenários divide-se em:

Análise Estrutural:

- destacar os efeitos escondidos e decompor os sistema em grupos de variáveis e em subsistemas;
- detectar as variáveis-chave do sistema;
- ajudar uma equipa, normalmente heterogénea em termos de interesses e competências, se não mesmo ideologicamente, a ter uma visão sistémica e comum do problema em estudo;
- servir de controlo para certo tipo de análises espontâneas propostas por determinados grupos com tendência para privilegiar factores «emblemáticos».

Análise da Estratégia de Actores:

- identificar e caracterizar os diferentes actores-chave;
- perceber quais os conflitos e alianças possíveis entre os diferentes actores e de que modo podem orientar a evolução do sistema;
- contribuir para uma maior participação / implicação e reflexão estratégica por parte dos diferentes actores;
- confrontar os projectos em presença e avaliar as relações de força existentes;
- elaborar uma série de recomendações estratégicas e especificar as condições de viabilidade da sua implementação.

O Método dos Cenários visa organizar o exercício prospectivo, contribuindo para a definição de objectivos estratégicos e clarificando os meios de execução e os

²⁷⁹ PERESTRELO, 2002:35.

respectivos constrangimentos. Como apoio à decisão, não substitui o decisor político, mas testa a coerência dos processos²⁸⁰. Este último aspecto merece o maior destaque, pois, como já referi noutros capítulos, apesar da valia técnica que o planeamento ou os projectos possam ter, é no nível da decisão que é necessário intervir, em termos de obter o crescimento, quer da democracia nas decisões, conseguindo modificações legislativas que envolvam mais parceiros, quer das capacidades críticas naqueles que ocupam funções de avaliadores das propostas.

No caso das intervenções em áreas urbanas antigas, determinados procedimentos devem ser cumpridos, de modo a que a gestão e intervenção nas mesmas possa ser efectuada de forma eficaz. Este sub-capítulo pretende abordar alguns deles, tentando estabelecer alguma ponte entre a apresentação dos conceitos fundamentais, e o papel dos técnicos responsáveis por algumas parcelas dessas propostas.

Em primeiro lugar, antes de qualquer intervenção, regras simples:

- antes das decisões envolvendo a reabilitação de edifícios, procurar obter um conhecimento atempado e aprofundado sobre as patologias;
- elaborar diagnósticos rigorosos que permitam a tomada de opções projectuais;
- adoptar os processos construtivos mais adequados;
- elaborar programas funcionais que não impliquem a violência reconstrutiva.

No capítulo da preparação técnica da intervenção:

- é necessária a sensibilização e responsabilização de todos os intervenientes nos processos de reabilitação dos centros históricos no sentido da valorização dos processos e métodos construtivos tradicionais, quer através de formação adequada dos técnicos, quer pelo gradual reconhecimento por parte dos próprios moradores.

A sociedade e quem tem responsabilidades governativas devem corresponder ao dinamismo deste sector:

- alargando o currículo de formação universitária (e os seus complementares secundários, o que já se começa a verificar) de modo a integrar neles a reabilitação urbana e do edificado.

As autarquias locais e os diferentes departamentos da Administração Pública:

²⁸⁰ PERESTRELO, 2002:35.

- devem manter em actividade os Gabinetes Técnicos Locais (mesmo se, eventualmente, sob a designação de Gabinete Municipal de Reabilitação e/ou de Salvaguarda), para dar continuidade às expectativas e necessidades das populações, não só porque os processos são morosos, como só com uma constante intervenção pedagógica junto das populações (que vem de um auxílio regular) se conseguem bons resultados a longo prazo (veja-se o exemplo de Guimarães!)
- necessidade de alteração à actual lei de empreitadas que não está adaptada aos trabalhos de recuperação, face aos constantes condicionalismos que estas obras colocam, à necessidade de adaptação de projectos, e, conseqüentemente, das actividades e/ou quantidades não contratadas.
- necessidade de redefinir formas de combate eficaz à degradação física dos edifícios devolutos, equacionando a possibilidade de os Municípios entrarem na posse plena dos imóveis que ameacem ou estejam em ruínas, com a finalidade de promoverem a sua venda em hasta pública a particulares que se obriguem à sua recuperação em prazos a fixar pelas Câmaras Municipais – devendo a lei salvaguardar possibilidades especulativas, definindo índices baixos de valor financeiro, tendo como finalidade a recuperação patrimonial e não o enriquecimento das Autarquias, e não sobrecarregando os cidadãos que eventualmente os queiram comprar – que já vão ter que investir na reabilitação. Pode ser uma medida interessante para reabitar certas zonas, se for mantido dentro de uma lógica de salvaguarda patrimonial e sócio-cultural destas zonas.

Acrescem ainda alguns aspectos que se podem considerar importantes para uma salvaguarda destas áreas, pelo dinamismo que é fundamental gerar nelas:

- incentivar o comércio de pequena escala
- requalificar unidades multi-funcionais
- gerar bolsas de estacionamento (ou preferencialmente transportes públicos, mesmo que para moradores – isto faz parte da formação cultural que só um gabinete permanente consegue construir.
- melhorar as acessibilidades.

Igualmente, evitar certas causas técnicas de degradação do património:

- desaparecimento da qualificação artesanal em certos domínios da construção tradicional;
- melhoria dos procedimentos correntes de conservação (limpeza de telhados, pintura de caixilharias, etc.);

- mobilização dos proprietários para uma efectiva prática regular dessa mesma conservação;
- evitar intervenções de restauro ou reabilitação mal concebidas, ou tardias, e dar particular atenção à reabilitação dos interiores, que não deve ser considerada totalmente indiferente ao exterior e características do imóvel.

Ao nível do planeamento:

- é fundamental aprofundar o carácter integrado das intervenções de reabilitação urbana, como metodologia conducente à revitalização dos Centros Históricos.
- é fundamental que estas zonas urbanas possuam planos urbanísticos de reabilitação e salvaguarda, constituindo instrumentos de gestão de centros históricos, devidamente articulados com outros planos municipais em vigor.
- é importante encontrar um equilíbrio entre funções de lazer que tendencialmente se vão tornando relevantes nestas áreas urbanas (diurno e nocturno) e as outras, com destaque para as habitacionais. Excesso de turistas, excesso de noctívagos ligeira ou intensivamente ébrios..., não conduzem ao aumento da vontade de viver nestas zonas... com isso a conservação e salvaguarda são alimentadas sempre artificialmente, com elevadíssimos custos.

Um outro aspecto que assume a maior importância é a necessidade de, para definir métodos e critérios gerais da intervenção, tipificar os edifícios e a estrutura urbana²⁸¹. Estes estudos tipológicos permitem identificar e classificar os edifícios, e mesmo parcelas dos mesmos, organizando simultaneamente as suas soluções construtivas²⁸². Outra perspectiva da tipificação desenvolvida entre nós pode designar-se de histórica e visa, sobretudo, o estudo da evolução/transformação e expansão de uma dada tipologia, confrontando esses fenómenos com as razões explicativas, para assim fundamentar as medidas de reabilitação.

Não pretendo fazer aqui uma descrição excessivamente exautiva de todas as metodologias que diversos autores publicam. No geral, todas elas se aproximam, se bem que nos seus detalhes está muitas vezes a riqueza que essa diversidade permite. Dai ter optado por, nalguns casos, agrupar esses diagramas em anexo a esta tese onde alguma dessa diversidade pode ser claramente analisada.

²⁸¹ Tipificação: é uma acção metodológica genérica que visa a identificação de invariáveis para conhecer a estrutura das morfologias urbanas e de cada edificação.

²⁸² O que é muito útil em termos das intervenções concretas, que podem ser agrupadas em modelos padrão, o que diminui a complexidade; nas áreas urbanas maiores, com muitos edifícios para reabilitar, esta solução permite «antecipar» algumas das características base de um determinado imóvel.

Um programa bem “desenhado” para a reabilitação é uma oportunidade (seja de origem exógena ou parte do conceito estratégico local), porque permite uma intervenção estruturante. A definição do programa é vital porque deverá permitir encontrar a modalidade de intervenção mais adequada a uma determinada área de projecto.

No caso da cidade antiga – centro ou conjunto histórico – a estratégia combinatória do programa deve englobar as componentes de reabilitação, readaptação e reestruturação. Os Planos de Salvaguarda devem permitir produzir dois instrumentos articulados, que facilitam a gestão da área delimitada:

- um regulamento devidamente apoiado numa base cartográfica não excessivamente complexa;
- uma micro-proposta estratégica que proponha soluções do foro social e económico para a conservação do edificado sujeito a restrições regulamentares, assim como para o património paisagístico na área envolvida.

Parece-me muito interessante a avaliação crítica que Manuel de Forn faz em relação ao papel destes instrumentos, quando afirma que “devemos reconhecer que a maioria das decisões estratégicas se baseiam na intuição daqueles que têm a responsabilidade e a capacidade para as tomar. A metodologia de planificação estratégica não pode pretender substituir-se a esta (insubstituível) intuição, porém, ela não exclui que se possa dispor de determinados instrumentos de informação e mecanismos de intercâmbio de opiniões, conhecimentos e objectivos que facilitem o seu trabalho e minimizem, o mais possível, o risco evidente que acompanha as decisões baseadas na intuição”²⁸³. De certa maneira, estamos aqui em presença de uma situação semelhante à que foi referida para a intervenção nos imóveis antigos (em que é impossível ter uma cartilha de todas as soluções). As circunstâncias do planeamento não são sempre as mesmas, e, portanto, a decisão na hora, poderá efectivamente, basear-se na percepção que naquele momento o decisor tem de qual será mais benéfica para o território sob a sua responsabilidade²⁸⁴. Sucede é que o

²⁸³ FORN, 2003:152.

²⁸⁴ Aqui estou a partir do pressuposto que a decisão é feita de boa-fé, tendo em conta apenas uma avaliação honesta e escrupulosa dos melhores interesses para as populações e território sob jurisdição do referido político intuitivo. Nos casos em que as decisões são influenciadas por outros interesses, de natureza particular, parece-me que este raciocínio em nada se aplica...

trabalho prospectivo e de simulação / antecipação que está contido no planeamento, e o seu domínio completo por parte dos políticos, permite, mesmo em circunstâncias imprevisíveis, elaborar uma decisão aparentemente intuitiva, mas que, na verdade, resulta da construção prévia de um pensamento estratégico.

Só existe, de facto, uma solução para contornar esta contradição entre acção e planificação, entre a urgência das necessidades e a lentidão da reflexão:

“É imprescindível estabelecer mecanismos permanentes de relações e acordos em que as instituições, tanto públicas como privadas, que nas suas actividades diárias estão forçosamente em confronto, possam encontrar estratégias comuns de desenvolvimento territorial para benefício mútuo” [sublinhado meu]²⁸⁵. A sociedade civil, particularmente o empresariado que tem actividade na zona, os proprietários dos imóveis, as colectividades diversas, sejam apenas de moradores, culturais e recreativas, as associações de defesa do património, etc., devem fazer parte do processo de tomada de decisões. O papel que têm a desempenhar, como cofinanciadores do processo, ou como executantes ou colaboradores de determinadas parcelas da intervenção projectada, exige uma alteração do paradigma preponderante, invertendo o processo de tomada de decisão. O modelo a seguir deve ser «bottom up», e não a gestão pública (mesmo que descentralizada), que é sempre «top-down».

Segundo este autor, estes são os temas emergentes da gestão (planificação) estratégica:

- a) Reforço da qualidade do espaço urbano e regresso à concentração como qualidade de vida (densificação relativa, em vez de expansão contínua – isto para os centros históricos pode ser relevante, na medida em que tal possibilidade só será possível com a reabilitação da função habitacional nas áreas mais antigas);
- b) Desenvolvimento da rede espacial / territorial a partir nos núcleos mais relevantes;
- c) Reforço dos sistemas inteligentes de gestão
- d) Atração para a manutenção e localização de actividades;

²⁸⁵ FORN, 2003:153.

- e) Desenvolvimento de «clusters» e infraestruturas de suporte a actividades económicas²⁸⁶;
- f) Administração relacional, procurando a melhor gestão da escassez de recursos e de competências existentes;
- g) Convivência na multiculturalidade;
- h) Desenvolvimento das vocações próprias da cidade;
- i) O conhecimento como eixo do desenvolvimento²⁸⁷;
- j) A democracia urbana (estruturada a partir da Administração relacional), assegurando que os direitos individuais estão garantidos pela esfera política da gestão (alargada) da cidade, e não subordinada aos interesses dos agentes económicos e sociais do território.

Numa perspectiva meramente técnica, é muito importante o conhecimento detalhado da forma urbana para o desenvolvimento do planeamento físico. Uma parcela considerável dessa informação compõe os diagnósticos que as equipas realizam procurando compreender as relações espaciais e simbólicas que existem entre os residentes e utilizadores destas áreas antigas e o espaço urbano em si mesmo. Neste domínio é preciso categorizar as tipologias de percepção e de significados urbanos que a população, no seu conjunto, atribui ao espaço físico.

Como pode então ser feita esta análise?²⁸⁸ Inicialmente, definir as categorias a inquirir:

Grupo A:

- 1 - Actividades e pessoas
- 2 – Configuração espacial
- 3 – Participantes visíveis no espaço urbano
- 4 – Ciclo de ocorrências
- 5 – Acontecimentos urbanos
- 6 – Adaptação espacial

²⁸⁶ No caso de Mértola, para que não se julgue que tal é apenas uma noção aplicada a grandes cidades, apenas as escalas necessitam de ser bem ponderadas, poderia ser significativo um reforço da infraestrutura turística e de animação cultural, e como «cluster» a constituição de uma zona de excelência para a formação / educação nas áreas patrimoniais, culturais e ambientais.

²⁸⁷ Como em Mértola! que se baseava na investigação associada aos recursos patrimoniais. É interessante constatar aqui, num modelo destes desenhado para grandes cidades e a pensar em software e similares, que de facto a investigação científica foi a marca distintiva de Mértola, e que gradualmente se tem vindo a apagar... e como isso faz muita diferença...

²⁸⁸ Estamos a seguir aqui o estudo elaborado por Maria da Luz Valente Pereira, autora que já referenciei como alguém que segue um modelo que particularmente aprecio. De título *A Forma Urbana no Planeamento Física (Imagem e Conceito de Cidade / Plano de Desenho Urbano / Planeamento Municipal)*, colecção «S», LNEC, Lisboa, 1985.

Grupo B:

1 – Elementos funcionais

1.1. – Sistema de espaços urbanos:

- uso
- manutenção
- estrutura
- vegetação
- acessibilidade
- elementos
- equipamento
- carácter
- espaços públicos e privados
- cobertura de edifícios

1.2. Sistema de circulação:

- veículos:
 - malha
 - volume de tráfego
 - hierarquia das ruas
 - características do estacionamento
 - conflitos
- peões

2. Aspectos perceptuais

- qualidade das superfícies
- formas
- fechamento dos espaços
- aspectos visuais
- sequências espaciais
- informação
- outros estímulos sensoriais

3. Elementos a valorizar

- património arquitectónico e urbano de diferentes etapas históricas
- a história do lugar
- a paisagem envolvente

4 – Estrutura física

5 – Qualidades derivadas do conjunto dos elementos urbanos.

A lista pretendia agregar, não descrições sofisticadas, mas um conjunto de palavras-chave, descritores, principalmente de tipo adjectivo. Além do mais, que cada morador

elaborasse um desenho simples como mapa esquemático da urbe, bem como uma descrição geral da sua vivência social, identificação de fotografias, associações de ideias a lugares, etc.

Este inquérito, estruturado a primeira vez em 1980, apresenta ainda duas secções em opção, separando moradores e visitantes, mas procurando, em ambos os grupos, determinar a apropriação que a cidade proporciona, a sua permeabilidade à leitura, e caracterizar a sua qualidade.

Se se analisar cuidadosamente a lista de questões que se colocavam, compreendemos como é importante para a cidade histórica a preservação dos seus mínimos detalhes, e como ela é importante em termos de riqueza psico-social. Veja-se a lista de requisitos:

Para moradores:

- quais as áreas mais familiares para si (e as menos familiares)?
- [acrescentaria aqui: porque razões existe essa menor familiaridade?]
- qual o acesso normal que usa para chegar a essas áreas?
- quais as zonas que se estão a desenvolver, a decair, a conservar e a destruir?
- escolher 5 zonas e dizer algo sobre elas;
- qual a área de que mais gosta e qual a que considera menos aconselhável?
- qual o sítio (para lá de onde mora) onde se desloca mais vezes e qual a ocorrência?
- se escolhesse outro local para morar, qual seria?
- onde marcaria um encontro com uma pessoa de quem gosta?
- se partisse para o exílio, onde iria despedir-se da cidade?

Considerando-se ainda:

- quais os maiores problemas da cidade?
- que mudanças faria na cidade?

(estas duas com as respostas ordenadas por ordem de prioridades).

Para os visitantes:

- se passeando considerava que a cidade lhe apresentava o seu quotidiano normal ou uma vida artificial;
- a relação que estabeleceria entre outros lugares que visitou e este (indicando o que considerou melhor, pior ou idêntico);
- se se sentia isolado ou integrado;
- como descobriu a existência deste lugar;

- motivos porque o visita;
- se usou material turístico e se este ajudou;
- quanto tempo levou a perceber as áreas visitadas;
- se a visita correspondeu às expectativas;
- que problemas identificou;
- como considera que se desenvolveu a área visitada;
- o que transformaria em primeiro lugar se pudesse fazê-lo²⁸⁹.

A metodologia de planeamento deve assim, essencialmente, procurar alimentar e organizar a comunicação e a concertação necessárias.

Na metodologia de MLVP para o planeamento de reabilitação a estrutura é a seguinte:

1. Preparação técnico-política
2. Comunicação alargada, discussão pública
3. Formalização do planeamento e programação preliminar
4. Realização do planeamento / Acção

Neste método, esta última fase é decisiva porque “se caracteriza por planear fazendo e por fazer planeando com a envolvimento concreta, activa e directa dos agentes sociais, formais e informais, no esclarecimento aprofundado e na solução sucessiva dos problemas, na identificação e construção dos instrumentos e dos meios necessários para formalizar, executar e gerir este processo”²⁹⁰.

Esperemos que, com o aprofundamento da democracia, e com o desenvolvimento de massa crítica nas nossas localidades, que tais sugestões operatórias possam ser cada vez mais utilizadas. Só assim se poderá esperar que as áreas centrais antigas sobrevivam verdadeiramente como efectivas parcelas das cidades. Em Portugal, já basta a desertificação do território interior. Esperemos que não se desertifiquem também os «interiores» das localidades!

²⁸⁹ Se se vai tão longe nesta descrição é porque em Mértola semelhantes inquéritos nunca foram feitos! Se numa primeira fase em que o projecto era muito centrado na investigação arqueológica e histórica, entende-se que não. Mas, desde o início da concretização do projecto museológico, e com a estratégia do desenvolvimento local a assentar muito numa vertente de turismo cultural já não se pode admitir que se trabalhe com indicadores “de café”, de forma amadorística. Os resultados desse amadorismo estão a começar a sentir-se, perdido que foi, há já alguns anos, o carácter pioneiro que na primeira década deu, por si só, visibilidade bastante a este projecto. Este modelo de «adjectivação perceptível» parece-me de grande interesse para localidades como Mértola.

²⁹⁰ PEREIRA, M.L.V., 1985:19.

3.2.2. – Metodologias de Intervenção. O papel das equipas técnicas.

A intervenção de que temos falado anteriormente não é um fenómeno que ocorra desligado dos agentes que lhe dão expressão. Quer seja pelo seu domínio técnico, quer pelo saber interpretativo, um conjunto de técnicos trabalha nas diferentes tarefas que a recuperação patrimonial dos centros históricos implica. A abordagem que aqui se fará (e para a qual me socorro profusamente da opinião de profissionais desses mesteres) diz respeito a um pequeno conjunto de especialidades, que me parecem as mais relevantes para a definição de um programa de intervenção – no fundo, a etapa em que a minha própria especialidade mais poderia ser chamada a intervir. Aliás, a parte consagrada ao papel da história neste capítulo é um pouco mais extensa do que a das restantes. A intenção é apenas a de dar em maior detalhe, por uma vez, às razões porque esta ciência humana deveria ser tomada em melhor consideração quanto se reabilitam estas áreas, afinal designadas de históricas. “O passado (mais remoto ou mais próximo) só existe quando o presente o identifica e o valoriza, do mesmo modo que o objecto só adquire sentido de existência real quando o sujeito o distingue. Até ao momento do reconhecimento, o passado não existe, ou é «mera ficção». Só o presente o justifica porque o recria, o reconhece e o integra na devida dimensão temporal”²⁹¹.

No entanto, reconheça-se que a intervenção tem um cunho predominante associado ao urbanismo e aos edifícios. Assim, nada mais natural do que iniciar este pequeno percurso pelos **arquitectos**.

José Lamas, em “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”, refere a dado momento que “nas equipas pluridisciplinares, o urbanista arquitecto iguala-se e nivela-se com outros técnicos, tornando-se aquele que, sabendo desenhar, está mais apto a formalizar e acabar os planos, pondo no papel as decisões de outrem”. É interessante como este aspecto de interacção, até por um grande e reputado especialista, é tratado com alguma amargura – o assunto é efectivamente delicado. Mais ainda se se passar para a planificação de intervenções em centros históricos. Neste sentido admira-me que os arquitectos não se tenham apercebido de que os especialistas da área patrimonial seriam os aliados ideais para equilibrar as decisões no que respeita às

²⁹¹ CALADO, 2002:6.

exigências dos representantes das mais diversas engenharias, técnicas e sociais, que pensam, talvez excessivamente, em soluções quantitativamente mensuráveis²⁹².

Mas quando toca à especialidade de cada um, parecem existir algumas queixas antigas que depois se reflectem na incapacidade para não cair em preconceitos idênticos. Ele próprio afirma: “A imagem pública do arquitecto urbanista degrada-se também (...) por tentar assumir a pluridisciplinaridade em detrimento da sua própria linguagem e metodologia (...) A anedota de «urbanista que é o arquitecto que não sabe desenhar» reflecte o perfil dos arquitectos desse período [anos 30 / 40 do século XX]”. Que dirão então os especialistas em património arquitectónico, oriundos quase sempre das humanidades – ou seja, sem a chancela de «técnicos» - cuja opinião é considerada «complementar ao nível informativo», e não como elemento decisório (excepto em monumentos), o que não deixa de ser uma ironia quando lidamos com centros HISTÓRICOS...!²⁹³

Nestas zonas particularmente sensíveis, como são as áreas antigas das cidades, coloca-se ainda o problema não apenas da sua conservação, ou da sua recuperação, mas igualmente o da sua modificação. Reflectindo bem sobre esta questão, esta classe conseguiu, há uns anos já, que pelos menos nestes perímetros, as mãos e os olhares menos qualificados possam ter uma opinião decisiva. “O arquitecto assume um papel preponderante nesta sensibilização através de soluções apropriadas e inovadoras no âmbito da reabilitação do património construído e também relativamente às novas edificações e sua integração. Apesar de constituírem intervenções distintas ambas têm o seu objectivo comum de fazer perdurar uma memória colectiva ao mesmo tempo que constituem um desafio constante se pensarmos em conferir a cada intervenção o cunho da sua época evitando cair em situações de um revivalismo arquitectónico pitoresco”²⁹⁴.

²⁹² Muitas vezes, encontramos os técnicos actuais como que deslumbrados pelo que a técnica actual lhes permite. No entanto, convem recordar que tecnologias e materiais são meramente instrumentais, não são a finalidade da intervenção. E quanto à tecnologia, pois lembremo-nos das pirâmides, de Stonehenge, sem guias, sem camiões, recordemos o carregamento de terra para a casita de taipa ao lombo de um burro, duas alforjas por dia, dia após dia, encosta acima, encosta abaixo...

²⁹³ Exemplo destas ironias entre as diferentes especialidades, que recolhi aliás de um arquitecto, João Carlos Brigola: “No meio profissional dos museólogos circula uma cartilha que encerra, entre outros mandamentos, um precioso ensinamento: «Se tiveres que fazer obras de remodelação ou ampliação no teu museu, ou se te derem a construir um edificio novo, em qualquer dos casos, lembra-te: não deixes nunca o arquitecto à solta». A mordacidade da observação, apesar de visar a caricatura, funda-se todavia numa realidade viva. A ausência de diálogo interdisciplinar parece ser, de facto, a regra ainda prevalecente entre áreas do saber que dão corpo às ciências do património”. BRIGOLA, 2003:20.

²⁹⁴ LEMOS, E.D., 1996:144.

Mas esta posição predominante dos arquitectos é contestada por Paolo Marcolini, professor de Restauro Arquitectónico nas Universidades de Roma e de Atenas, que argumenta que a formação no geral é muito deficiente para esta área: “Os arquitectos não estão preparados para compreenderem os edifícios onde intervêm; como se pode fazer análise de textos sem se conhecer a língua?” – cita Brigola, e acrescenta: “sublinhe-se, sobretudo, o seu apelo à cumplicidade disciplinar com novas parcerias, e à humildade intelectual do arquitecto na captura do corpo e da alma do edifício. Seja como for, a maior virtualidade deste discurso crítico parece ser a reapreciação do lugar a ocupar pelos saberes de matriz histórica quando se trata de elaborar programas de recuperação patrimonial. (...) [e ainda] a sujeição do programa de intervenção mais à componente humana das vivências associadas e menos à tecnologia do momento”²⁹⁵.

Nos casos em que dá maior atenção à reabilitação dos imóveis, a tarefa também revela as suas dificuldades, uma vez que é preciso reconhecer os dados da sua edificação, enquanto peça com marcas da história, e, ao mesmo tempo, conseguir requalificá-lo em termos da sua utilidade funcional. “Possibilitar a sobrevivência da polissemia do edifício, e permitir que um dos seus aspectos, um nível específico de significação cultural, corresponda à funcionalidade presente, pode ser a exigência metodológica complexa que um edifício histórico impõe”²⁹⁶.

Devemos reconhecer que o arquitecto se encontra na posição, ingrata talvez, de *pivot* de todo este processo. Uma vez que é o traçado que conduz o processo – para o conservar ou para o modificar – aquele que tem a responsabilidade de o delinear precisa de conhecer os dados que estão permanentemente a aumentar no campo das outras especialidades, para lá da própria reflexão a que forçosamente tem que dedicar algum tempo. O facto de muitas vezes lidar com a arquitectura tradicional, para a qual os programas universitários não olham com a devida atenção, faz ainda crescer a quantidade de informação que é necessário dominar, tendo que investigar sobre ela muitas vezes já perante a situação da concreta intervenção. Tal como se sugere para todos os outros percursos académicos das disciplinas tratadas neste sub-capítulo, os técnicos que lidam com o património devem ser especializados²⁹⁷. Salvo casos

²⁹⁵ MARCOLINI *apud* BRIGOLA, 2003:21. Segundo este arquitecto português “caberia justamente ao IPPAR o desempenho de um papel normativo e filosófico no universo patrimonial, actuando pelo exemplo em intervenções modelares. (...) ao instituto deveria ser reservado um crescente papel polarizador na construção de uma «escola do património» informal”, p. 21.

²⁹⁶ LEMOS, E.D., 1996:83.

²⁹⁷ “O conhecimento e a formação estão a alterar-se, e já se nota uma “crescente circulação de jovens que, licenciados numa área disciplinar consolidada, escolhem outra área para se especializarem. (...) Durante décadas fixadas em imutáveis elencos de áreas científicas de doutoramento, as instituições académicas

excepcionais de uma longa prática, aos mais recém formados dever-se-ia exigir um conhecimento especializado, que além do mais, com a «reforma de Bolonha» parece efectivamente vir a tornar-se fundamental²⁹⁸.

O problema que mais complica o papel do arquitecto, e que nestas equipas de alguma maneira poupa pelo menos as especialidades não-técnicas, é o da concretização efectiva do projecto. O projecto desenhado no estirador necessita de chegar a obra. Seja nova ou a reabilitação do edifício ou conjunto histórico, a concretização d projecto irá defrontar-se com os poderes políticos e económicos, com as expectativas dos proprietários... Por muito que os arquitectos gostassem de ter uma tarefa predominantemente plástica, um edifício ou uma cidade são um espaço vivencial. Uma casa não é uma escultura, e decidir da sua coloração urbana não é o mesmo que pintar livremente numa tela. Elmer Lemos, no seu estudo sobre a arquitectura tradicional, reflecte de um modo pragmático sobre esta situação: “com a industrialização, o papel do Arquitecto tende a modificar-se ligeiramente sem, contudo, conseguir libertar-se dos aspectos ligados aos altos capitais e interesses de vária ordem que o «prendem» de forma inevitável ao poder financeiro. O Arquitecto vê reduzida a sua intervenção a nível das obras estatais cujos clientes, abstractos na sua maior parte, o transformam essencialmente num técnico, no verdadeiro sentido da palavra, esquecendo a sua tradição artística. (...) Impossibilitado a maior parte das vezes de se sobrepor a estes aspectos, o Arquitecto submete a sua vontade a uma criatividade imposta onde as leis da especulação falam mais alto”²⁹⁹. Todas as especialidades terão os seus momentos de maior liberdade e outros de necessário compromisso. Penso, no entanto, que a evolução social e cultural, a verificar-se em

aceitam orientar teses sobre temas dantes impensáveis, apresentadas por candidatos que não aspiram sequer à carreira universitária”. BRIGOLA, 2003:20

²⁹⁸ Sobre esta questão, muito interessantes as palavras de PIERRE VON MEISS, arquitecto, antigo presidente da Associação Europeia para o Ensino da Arquitectura, em entrevista à «Arquitectura e Vida»: Pergunta – Nesta época de pluralidade cultural e de evolução tecnológica, quais os aspectos mais importantes que deveriam incluir-se numa reestruturação curricular, tendo em vista a formação do arquitecto?

PM – É uma questão de escolha do centro de gravidade. Pode dizer-se que ou vem o pluralismo ou a tendência, mas uma escola tem de ser forte num certo domínio – se possível no domínio do lugar; por outro lado, penso que cada escola deveria ter um centro de gravidade diferente do das outras escolas. Há necessidade de existir um certo número de disciplinas que se congregam à volta da arquitectura, como o paisagismo, a filosofia, a sociologia, que têm a missão de relacionar a sociedade com a paisagem. Uma escola deve escolher o seu centro de gravidade, pois não se pode ser bom em tudo, seria mesmo um pouco aberrante. Devem olhar-se os recursos humanos que já existem na escola, ver quais as potencialidades e possibilidades de reforço em determinadas áreas e, se necessário for, deixar cair algumas coisas, caso não haja recursos financeiros para tudo. Isto torna-se fácil quando se funda uma escola, mas numa escola já existente as contingências históricas e humanas são tais que é muito difícil mudar”, p. 64.

²⁹⁹ LEMOS, E.D., 1996:47.

sentido positivo, é que poderá concretizar a mudança de mentalidades de que o património histórico tanto necessita.

Tal como para os urbanistas e arquitectos de hoje nomes como José Lamas ou Sisa Vieira são referências a que dar atenção, também os **historiadores** têm algumas. Uma das mais preciosas é Vitorino Magalhães Godinho. Cedo formado em Paris junto dos fundadores da Escola dos *Annales*, tornou-se um marco fundamental não só na história económica do Antigo Regime, mas também pela visão multidisciplinar que, mal iniciada a sua carreira como docente, cedo imprimiu a gerações de alunos. Nada lhe desinteressava, e nada era para ele fora do olhar da história, desde que contemplasse o humano. Nesta perspectiva, como é evidente, não seria de esperar que a cidade, os seus humores e dissabores, lhe fosse indiferente. Para ele, era dever da história alargar os seus horizontes, e proceder a leituras de conjunto de determinados fenómenos da história. Ora a cidade é talvez dos acontecimentos da história que recolhe mais diversidade. Nela, nada tem apenas uma causa, e essa é mais uma razão a justificar o fascínio que exerce naqueles que a investigam.

Para este emérito narrador dos eventos passados, “toda a investigação é cada vez mais acentuadamente interdisciplinar, é graças à convergência metodológica e conceptual e à confluência de perspectivas que se têm obtido os resultados de maior importância. (...) A História cada vez mais inicia a compreensão do seu quadro pela percepção dos limites do espaço em que se estrutura o assentamento humano”³⁰⁰.

Quanto ao papel que a história deve desempenhar no contexto da salvaguarda dos conjuntos históricos parece não existirem dúvidas. Maria Calado, que tem vasta experiência nesta área, sintetisa bem o que dela se espera: “Os estudos de História da Arquitectura desenvolvidos com o objectivo de apoiar uma intervenção num conjunto edificado ou num tecido urbano pretendem dar a conhecer o tema em toda a sua extensão, desde a evolução temporal das transformações espaciais e construtivas, até à definição de valores culturais histórico-artísticos”³⁰¹.

No entanto, a história pode dar uma contribuição muito mais relevante. Por exemplo, ela pode desempenhar um papel particularmente importante nos centros históricos de

³⁰⁰ GODINHO, V.M., “Sobre a pesquisa interdisciplinar em Ciências humanas”, in *Revista de Economia*, vol. XVI, 2ª série, III vol., Fasc. III e IV (Set.-Dez.); Lisboa, 1964. Como se vê, estas palavras têm já alguma idade, e mostram bem como o pensamento deste investigador estava de há muito bem estruturado.

³⁰¹ CALADO, 2002:9.

menor dimensão, onde existem poucos monumentos, e onde predomina a tipologia vernacular. Nestes contextos, a tabela interpretativa que a história pode fornecer afigura-se como indispensável. Muitas destas localidades não possuem, digamos deste modo, uma história preenchida de eventos marcantes. Naqueles que a tiverem, elas possuem igualmente os seus testemunhos corroborativos sob a forma de elementos edificados. Nas outras, não. Essa forma de analisar permite ver nos mais pequenos registos a marca de importantes acontecimentos. Numa perspectiva em que todos os dados, e toda a sua expressão material, mesmo que aparentemente diminuta, assumem, pelo seu enquadramento, um valor muito maior.

“A avaliação histórica de um edifício, de um conjunto ou de uma área urbana, mais ou menos possuidora de identidade, pressupõe a consideração de uma diversidade de valores que podem acumular-se na mesma unidade. E se o valor histórico que advém da idade dos edifícios ou do tecido urbano é o mais imediato ele não é o único. Apesar de tudo, entre nós, ele tem sido praticamente considerado exclusivo. O próprio valor histórico pode ter outras dimensões e assumir-se mais como memória do que como testemunho arqueológico. Neste caso, a carga simbólica pode ser mais ou menos extensiva, de acordo com o significado a nível local, nacional, regional ou internacional.

Os valores inerentes à própria especificidade do objecto de estudo – valores arquitectónicos e urbanísticos – devem ser considerados prioritários em qualquer avaliação. Eles são parte integrante e consubstanciam e materializam todos os outros, incluindo os valores artísticos, culturais, sociais e referenciais.

O acto avaliativo é sempre complexo e nunca se pode traduzir numa quantificação pura. Mas o cruzamento de significados e a ponderação dos diversos valores sobrepostos contribui para o enriquecimento do próprio acto avaliativo que culmina na definição da identidade histórica do conjunto ou do espaço edificado, assumida no contexto da própria contemporaneidade”³⁰².

É precisamente este aspecto do enriquecimento do acto avaliativo que pode ser, em muito, preenchido pela investigação histórica. De facto, a cidade que existe é um acumular de épocas, com os seus testemunhos materiais, mas também muitas marcas invisíveis, aquilo que tantas vezes se designa metaforicamente por «o seu carácter». A dificuldade da percepção, mesmo quando por vocação os arquitectos e outros técnicos tenham alargado os seus conhecimentos nas tipologias arquitectónicas, resulta da

³⁰² CALADO, 2002:10.

necessidade de saltar de uma análise formal, plástica se se quiser, para a compreensão do funcionamento, crescimento e decadência de um conjunto urbano ao longo de largos períodos de tempo. Esse é o papel da investigação histórica. A cidade não é, apenas, um momento, este que estamos a ver. "Pierre Lavedan e Marcel Poete, entre outros, procuram, pelo contrário, analisar a cidade como um organismo em permanente mutação. Sugerem um quadro de causa/efeito, partindo de uma realidade urbana qualquer e procurando discernir o processo urbano que lhe terá dado origem. Atribuem a alteração da importância do elemento urbano à alteração da importância da sua função no organismo urbano e à provável alteração desse papel aquando da sua alteração dessa função"³⁰³.

Além do mais, a história não se restringe a compreender os fenómenos sociais. A história é uma visão abrangente dos fenómenos do tempo passado, que inclui, também, o estudo dos referentes tecnológicos. Os materiais, de onde são originários, desde quando se usam, porque se usaram de um determinado modo, a transumância do saber tecnológico que levou, na pequena geografia continental da Europa, à construção de uma certa identidade cultural, que, como já referi, faz com que as cidades tenham para nós um certo *ar de família* quando nelas caminhamos. Este é ainda um outro ponto em que a história pode dar mais algum esclarecimento ao que vemos nos conjuntos históricos actuais: o peso das representações imagéticas, o urbanismo que se gera, os modelos políticos e /ou religiosos que o fizeram moldar-se aos seus interesses, a resistência orgânica dos interesses particulares.

A pesquisa da documentação iconográfica, o estudo da história das ideias, não meramente urbanísticas, mas igualmente filosóficas e artísticas, vai acrescentando detalhe à construção de sentido que devemos ter para actuarmos correctamente sobre estes tecidos urbanos.

Funcionando o território como suporte de uma determinada comunidade, as suas componentes adquirem uma expressão estratégica, que varia ao longo dos ciclos históricos, e que se reflecte, directamente, na evolução / regressão do tecido urbano e na maior ou menor riqueza construtiva nele contida, bem como na matriz de ocupações funcionais, expressa, ou não, na sua diversidade. Assim, para um determinado território em estudo, importa em primeiro lugar definir os seus ciclos geo-históricos, estruturando as suas fases e os seus elementos estáticos e dinâmicos; de

³⁰³ COELHO, C.D., 1999:122.

igual modo, referenciar as principais actividades económicas humanas que dele resultaram (ou a ele se associaram), avaliando e classificando as suas diversas componentes, em termos de valor estratégico que representaram nos diversos períodos desse ciclo. Nessas interrelações se expressa a capacidade humana de adaptação às condições naturais e materiais, a influência dos factores naturais sobre a construção dos locais de habitação das comunidades humanas e também do seu evoluir.

Definidos esses elementos, podem então ser cartografadas, numa escala de tempo, as fases de expansão, regressão, apogeu, crise, etc., duma determinada comunidade, o que não deixou, certamente, de se reflectir, em termos construtivos, nas formas de ocupação ordenadoras do território urbano, fossem estas de tipo superficial (expressão de uma mentalidade social dominante) ou de tipo pontual (de uma mentalidade social específica / particular).

A primeira destas exprime-se, assim, pela ocupação territorial em extensão (de carácter urbano, bairros, por exemplo); a segunda, de expressão arquitectónica pontual, reflecte-se, principalmente, nos edifícios monumentais ou institucionais que são a expressão pública dessa mesma singularidade social (o castelo, a igreja, os Paços do Concelho ou Câmara do Comércio).

No entanto, a investigação histórica que geralmente é feita, não vai também isenta de críticas. Se a massa de informação é apresentada sem intermediação, ganha contornos verdadeiros o defeito que lhe aponta Maria da Luz Valente Pereira, para quem “a variedade e dispersão dos estudos históricos torna difícil esta recolha, demorada a sua consulta e pouco produtiva em termos da sua aplicação directa para a elaboração do estudo, sobretudo na fase preliminar”³⁰⁴. É evidente que, como historiador, não posso estar mais em desacordo, e entendo que se estes dados não são usados numa fase preliminar não precisam mais de o ser, pois não será no decurso das intervenções que se vai ainda decidir da sua maior ou menor profundidade. O que está em causa neste domínio, e que a experiência de trabalho nestes campos me tem dado, é também, como destaquei para os outros técnicos, a especialização do historiador. Esta especialização não se refere aos domínios (a história da arte, a história da arquitectura, a história social, etc.), mas ao tratamento dos dados, à orientação da investigação, à metodologia de tratamento e apresentação

³⁰⁴ PEREIRA, M.L.V., 1991:14.

desses dados. É preciso que o historiador compreenda não só que não está a escrever uma monografia (ou que, mesmo quando sintetiza os dados, se não sair da estrutura conceptual da narrativa, estes em pouco serão úteis). Interessa que toda a investigação seja orientada para responder a questões pragmáticas da intervenção de salvaguarda de um conjunto histórico. Que sejam perceptíveis as ocupações funcionais, que se compreendam com clareza as etapas de riqueza, e a sua origem territorial e/ou social, que têm paralelo nas principais etapas construtivas da urbe. Que os modos de vida sejam identificados, ao longo da história, para se poder dispor de uma «tabela» de expressões materiais significantes, que podem ser os mais diminutos detalhes - ombreiras de portas, o formato das janelas, as cores predominantes nas fachadas. O que lhes deu origem? Quem são estas pessoas? Como chegaram aqui? Porque constroem deste modo e como habitaram a sua cidade? E, analisando o objecto em si, saindo das descrições generalistas da história, como se vê em tantos planos de salvaguarda, que contam *as invasões e que foi no ano de tantos que chegaram uns e partiram outros e a igreja é do século tal...*

Apesar de tudo, é fundamental, todos o reconhecem “realizar um esforço para recolher e tratar dados que permitam, relativamente à AUI perceber no tempo e no espaço as formas e os modos de vida”³⁰⁵.

Como parece evidente, “numa perspectiva de reabilitação, de qualificação e apetência para desenvolver o sentido de urbanidade em todas as suas dimensões, o conhecimento das etapas de evolução urbana e a avaliação histórica que devem fundamentar a intervenção e que, juntamente com leituras provenientes de outras áreas de investigação, poderão constituir bases de propostas mais ajustadas, mais qualificadas e melhor sucedidas. O modelo de intervenção urbanística será sempre uma opção de «criatividade controlada» e por isso um risco, mas certamente um risco fundamentado”³⁰⁶.

Da avaliação crítica que faço, pela negativa, do papel particularmente passivo que tem cabido a estas áreas das ciências humanas, parece-me que o mais correcto é seguir a seguinte metodologia: o historiador deve, após realizar, para si, a indispensável investigação de carácter histórico, transformar as suas conclusões numa síntese, sempre que possível esquemática ou cartografável, para utilização pelos outros

³⁰⁵ PEREIRA, M.L.V., 1991:14.

³⁰⁶ CALADO, M., 2002:11.

membros de uma equipa de planeamento, nomeadamente para as disciplinas técnicas, responsáveis pelas etapas de intervenção material sobre o tecido edificado.

Cabe ao historiador a elaboração de um *corpus* informativo de utilidade prática fundamental na selecção das componentes concretas a serem preservadas, desde o mais pequeno elemento à grande catedral, dos espaços privados aos públicos, das referências concretas a determinados ambientes ou vistas que sejam referentes identitários fundamentais para a população, destacando-se uma cartografia das ocupações funcionais.

Nas intervenções em áreas que, nesta perspectiva, são ainda pouco estudadas, a prioridade desses estudos é ainda maior, devendo evitar-se o avançar precipitado de planos e projectos urbanísticos / arquitectónicos e de engenharia. Estes podem vir a ser postos de lado, desperdiçando o esforço feito – caso o património entretanto detectado seja relevante. Ou então, em caso de vencerem os orçamentos (isto é, se não se quiser parar uma obra por existir trabalho técnico e investimentos já concretizados, numa política do facto consumado, muitas vezes propositada) então sacrifica-se alguma componente patrimonial...!

As perspectivas de abordagem tendem a tornar-se mais complexas quando se olha para este conceito partindo de condicionantes diferentes. Por um lado o património nacional (ou regional, ou municipal, a escala não está agora em questão) a quem pertence? Como se preserva e como se conserva? A quem cabe a responsabilidade da gestão patrimonial? Esta pertença colectiva tende a tornar difusa a responsabilidade da sua preservação. Por outro lado, é também complexa a abordagem do património cultural imaterial, aquele que não é perceptível, como sejam a língua que se fala, ou as representações imaginárias que um colectivo pode reter, e que lhe condicionam comportamentos e atitudes. Os exemplos seriam inúmeros...

Aqui joga um papel destacadamente importante a noção de tradição, que corresponde ao fundo cultural de ciclo longo em que as mudanças são praticamente imperceptíveis. As mutações do quadro civilizacional influenciam também em muito esta noção, uma vez que, na sua base, estão valores subjectivos, condicionando assim as formas de percepção e intervenção relacionadas com a referida herança. No fundo, se esta definiu o quadro em que vivemos no presente, trazendo assim até nós (dado o arrastamento da sua temporalidade imanente) condicionalismos do passado, também não é menos verdade que, uma vez que estão já ultrapassadas as condições que

presidiram à sua criação, podemos agora dar origem a novas formas de percepção e de apreciação estética e cultural. Estas tendem a (re)valorizar parcelas dessa herança, usando-a como nossa, como se ela não tivesse passado. De facto, a cidade, que demora a fazer-se, é sempre antiga, é o espaço que nos é deixado pelos nossos antepassados; mas também é sempre nova, porque podemos apreendê-la de uma maneira própria, encontrando, no espaço urbano, encantos que, como toda a certeza, nenhum sentimento despertariam nesses mesmos antepassados.

Parece evidente, no decorrer de uma operação de reabilitação / revitalização como as que decorrem normalmente neste tipo de áreas urbanas, a necessidade de cruzar as estratégias e casos concretos da intervenção com a recolha de informações históricas associadas. Decorre este facto de a componente patrimonial e os detalhes históricos serem aqueles que, nestas áreas urbanas mais antigas, devem ser colocados como (re)ordenadores das escolhas, em par com as dinâmicas sociais que lhe são tradicionais. De outra forma, as características identitárias destas zonas podem estar em risco, o que, culturalmente, empobrece a realidade local.

Se insisto nesta questão é porque as opiniões expressas pelos técnicos de outras áreas são recorrentes em esquecer a importância da base histórica. Veja-se esta afirmação de Vasco Moreira Rato, que suponho engenheiro ou arquitecto, e que realizou a sua tese de Mestrado, de onde extraí o texto, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa: "A pessoa a quem caiba esta missão deverá ter um bom conhecimento histórico da arquitectura e dos processos construtivos dos diversos períodos; compreender, ainda que de uma forma geral, as causas e os mecanismos da alteração e degradação dos materiais e dos elementos construtivos; ter capacidade de observação e de raciocínio analítico; conhecer os meios de análise e diagnóstico disponíveis, incluindo equipamentos de utilização *in loco*, métodos laboratoriais, bem como processos de levantamento e registo da construção; dispor de sensibilidade que lhe permitam interiorizar o valor cultural e as razões de ser da sua conservação; ter capacidade de coordenar diversos profissionais e conceber, organizar e acompanhar uma intervenção de conservação. Um profissional com este perfil poderia ser designado como conservador da arquitectura, conservador de edifícios históricos ou coordenador da conservação de edifícios históricos"³⁰⁷.

³⁰⁷ RATO, 2002:179-180.

Entendo que o paradigma formativo não permita sequer conceptualizar outras questões (como a mim me escapariam muitas de outras áreas), mas por isso mesmo penso que é importante salientá-las aqui, como forma de demonstrar a relevância da investigação histórica na salvaguarda do património destas áreas urbanas. Apesar de pretender fazer uma descrição minuciosa dos cruzamentos de saberes, Rato nada diz, no seu texto, sobre a história da localidade, sobre o conhecimento de quem seriam os proprietários dos imóveis, porque foram construídos, de onde vinham os recursos ou as influências, ou os materiais, que funções tiveram depois, ou foi sempre a mesma? Parece-me que só esta pequena listagem, e a imediata pertinência de poder dispôr das respostas para planear uma intervenção, e verdadeiramente avaliar os vestígios relevantes ou não, dão a entender onde quero chegar nesta crítica...

A profundidade e extensão da intervenção não devem por isso ser definidas sem um estudo detalhado dos diferentes testemunhos existentes, nas casas, nas ruas, nas técnicas, nos hábitos de percorrer e usar o espaço da urbe. É fundamental, pois, compreender a evolução do parque edificado actual, e isto em duas vertentes distintas:

- por um lado, cada edifício em si mesmo, tem uma biografia, e só através de um percurso de investigação documental é possível compreender (e mesmo assim dependendo do detalhe de informações que esta mesma documentação fornece) as sucessivas etapas que lhe deram a configuração espacial e feições actuais; esta parcela da investigação virá complementar a eventual investigação arqueológica, se bem que esta seja apenas útil no que respeita às possibilidades de acção ao nível infraestrutural e não propriamente na orientação arquitectónica e de recuperação patrimonial da intervenção a realizar no edifício existente, uma vez que a arqueologia está, na maior parte dos casos, a possibilitar a leitura (importante de qualquer modo) dos contextos urbanos e das técnicas construtivas antigas (ou melhor dizendo, pré-existentes aos actuais imóveis).

- por outro, é muito importante a investigação histórica associada aos imóveis, uma vez que ela permite reconstituir o cenário de ocupações funcionais que o edifício possuiu. Este conhecimento permite interpretar de forma mais correcta os detalhes arquitectónicos, quer estruturais, funcionais ou decorativos, e desta forma seleccionar com maior rigor científico os que devem ser preservados e aqueles cuja pouca importância patrimonial pode mesmo conduzir ao seu sacrifício. De certa forma, esta análise permite fugir a uma avaliação meramente plástica ou tecnológica da situação

existente, valorizando a componente patrimonial às mais pequenas “unidades de informação” arquitectónica, tecnológica e estética.

Complementarmente, a investigação histórico-documental relacionada com uma área construída extensa permite acrescentar inúmeros dados úteis à compreensão da evolução do tecido urbano, nalguns casos antecipando as zonas de maior interesse para a investigação arqueológica, no geral permitindo decidir melhor no que respeita à imagem urbano-patrimonial que se pretende renovar e/ou reabilitar. Inclusive, estendendo-se para lá da mera intervenção material, e contemplando as práticas da sociabilidade e das funcionalidades, cuja reconstrução e/ou reforço dependem em muito dos espaços que são criados, adaptados ou melhorados para a sua realização.

Não se poderá chegar ao que pretendia Barthes, para quem todo aquele que “«quem quisesse abarcar a semiótica da cidade deveria ser ao mesmo tempo semiólogo, especialista dos signos, geógrafo, historiador, urbanista, arquitecto e talvez também psicanalista». Por isso, «para a desbravar o melhor começo parece-me, como de resto para toda a empresa semântica, uma espécie de atitude ingénua»³⁰⁸. Mas penso que se poderá fazer um esforço de aproximação, conjugando diferentes saberes.

Além do mais, porque ao estudar-se em detalhe a cidade antiga, vamos construindo um conhecimento que permitirá integrar melhor o todo urbanístico. Ao aumentarmos a percepção significativa da cidade, vamos entendendo melhor o seu sentido, e os seus momentos. Aquilo que «aumenta» na nossa visão da cidade antiga pode ser revertido em favor da cidade nova. Como refere Raquel Henriques da Silva, embora um “aparente e real beco sem saída [pela dificuldade efectiva de que a cidade antiga «renasça»]³⁰⁹, que facilmente pode conter gestos e programas de nostalgia, este regresso à(s) cidade(s) que herdámos, como ponto de partida dificilmente decifrável de um desejo de cidade, é o lugar exacto do pensamento urbanístico do nosso fim de século: sabendo demais que as cidades modernas são «hipo-significantes», apresentando preocupante «redução semântica» (Françoise Choay), permanece por resolver a «contradição entre centros históricos e periferias, entre espaço de sentido e da qualidade (o da cidade antiga) e espaço de qualidade e de ausência de sentido (o

³⁰⁸ SILVA, R.H., 1992:81.

³⁰⁹ A cidade é sempre actual. Mesmo que reconstruamos parcelas dos seus momentos passados, eles estão aqui, no momento presente.

das periferias)». Percurso incerto exigindo rigor e imaginação, nele os historiadores deverão ter uma indispensável intervenção³¹⁰.

No domínio das especialidades históricas, e porque falamos em recuperação do património, destacam-se, como é óbvio, os **arqueólogos**. A possibilidade de conhecer a estrutura antiga da cidade, e a obtenção do espólio de outras eras que as fazem reviver nos nossos dias, a confirmação material (ou não) do que outras fontes históricas referem, e que são o cerne da motivação científica, cruzam-se neste domínio com necessidades concretas. Já não se trata apenas de intervir no subsolo porque se querem obter informações, mas sim porque, por exemplo é preciso definir por onde vão passar as tubagens da infraestrutura urbana: “O património construído, e a presença de vestígios arqueológicos, trazem à evolução urbana uma espécie de zona de letárgio que não pode ser ocupada. No passado o velho destruía-se para dar lugar ao novo, o prestável tomava o lugar do imprestável. Presentemente a presença de um certo tipo de património arqueológico, tanto nas zonas urbanas como rurais, pode pôr problemas às construções novas, dificultar a passagem de vias, ruas e auto-estradas, impossibilitando a mecanização agrícola. É necessário, pois, uma gestão do espaço no que se refere às classes de espaços que incluem o património construído, não esquecendo uma actualização constante de informação científica, para que os direitos dessa raridade possam ser integrados nos planos urbanísticos e na própria gestão municipal evitando-se a criação de síndromes maiores³¹¹”.

Tal como se progrediu na abordagem aos conjuntos históricos, que de desprezados passaram a núcleo fundamental da cidade, também esta disciplina evoluiu e foi-se especializando numa modalidade designada de «urbana», que se tornou em “mais um processo de compreensão da cidade, retirando-a do seu primitivo papel de descoberta de ruínas monumentais³¹²”. “Essencialmente multidisciplinar, a história urbana deve ultrapassar as barreiras existentes entre os vários ramos da história e incentivar a colaboração entre diferentes disciplinas. Só através do estudo sistemático de um grande número de variáveis é que as dinâmicas do processo urbano podem ser compreendidas, sendo a tarefa do historiador sintetizar os resultados das diferentes abordagens disciplinares num todo coerente. Uma consequência inevitável disto deverá ser o desenvolvimento de pesquisas colectivas por equipas multidisciplinares, em vez de estudos individuais. Para tal será necessário o desenvolvimento de

³¹⁰ SILVA, R.H., 1992:81.

³¹¹ MARQUES, A.F., 2000:13.

³¹² COELHO, C.D., 1999:128.

estruturas académicas e institucionais que privilegiem este tipo de abordagem”. Tal como sucede na arquitectura, este aprofundamento restá a ser feito ao nível dos mestrados, com diferentes variantes, e com uma intenção de transversalidade – são aceites candidatos de muitas origens científicas – que é de saudar para o processo desta disciplina da salvaguarda do património histórico.

A principal evolução, no campo teórico, desta disciplina prende-se com a necessária adaptação das propostas de salvaguarda aos contextos urbanos, com densidades de ocupação que inviabilizam muitas vezes, e sempre dificultam, a sua preservação (total ou parcial que seja). A reintegração, se bem que fascinante como processo museográfico, é muitas vezes complexa em demasia para que possa ser concretizada. No campo prático, houve necessidade de aplicar e desenvolver tecnologias de suporte e contenção de terrenos, e de organização e gestão de estaleiros científicos, principalmente para as intervenções em subsolo sem derrube de imóveis.

As excepções passaram a ter um critério selectivo mais exigente, e só nestas situações se encara a possibilidade da preservação dos achados. No caso de vestígios únicos, “devemos ainda estabelecer uma última categoria que enquadre as possibilidades de acção sobre o património arqueológico urbano. Nela se incluem as situações consideradas como únicas, no ponto mais elevado de uma escala de valores simbólicos de uma civilização. Neste caso, a cidade actual torna-se um obstáculo (...) os edifícios são expropriados e a propriedade passa a ser única. As demolições constituem a regra, apenas poupando edifícios de particular relevância de épocas posteriores àquela que se pretende glorificar”³¹³.

É importante que os responsáveis políticos e os gestores técnicos e administrativos incorporem estas noções que, apesar de consagradas na lei, dependem muito da exigência e do respeito das autoridades locais face ao património cultural dos territórios em que intervém ou sobre o qual assumiram compromissos. A exigência social com respeito à salvaguarda deve ser acatada, e impedidas, com rigor, as tentativas de destruição clandestina e ilegal desses mesmos vestígios.

Independentemente da maior ou menor capacidade de preservação dos achados, a sua descoberta e estudo assumem, no contexto da salvaguarda do património edificado, o valor inestimável de trazerem à luz do dia informações sobre as técnicas

³¹³ COELHO, C.D., 1999:128.

construtivas de outros tempos. O seu estudo minucioso vai aumentando a compreensão daquilo que pode ainda ser encontrado em edifícios existentes num dado centro histórico, como podem permitir a percepção da evolução das técnicas, muitas vezes servindo de base para a sua reintrodução na carteira de saberes actuais: “A elaboração de tipologias tanto de técnicas construtivas como de morfologias arquitectónicas com um significado cronológico (quer dizer, cronotipologias). Assim, por exemplo, tipologias de capitéis, de elementos defensivos, de aparelhos, de coberturas, de elementos ou esquemas decorativos, de distribuição de fachadas, de tipologias de casas, etc. (...) A elaboração destas cronotipologias arquitectónicas deve partir de uma compreensão global de todos os elementos que compõem o edifício, superando a mera análise superficial. Para obter estes fins, é imprescindível o estudo dos diversos materiais, técnicas e elementos construtivos, e a organização dos elementos tipológicos numa escala sincrónica”³¹⁴; e igualmente “imprescindível um exaustivo conhecimento histórico do monumento sobre o qual deverá intervir. Neste ponto é necessário o estudo arqueológico que inclui tanto a recolha de toda a documentação antiga referente a esse monumento como a escavação prévia. A análise de todos estes elementos conduzirá ao conhecimento do monumento e poderá oferecer ao arquitecto que deverá realizar o projecto de restauro a base histórica sobre a qual trabalhar, para não falsear a imagem do monumento”³¹⁵.

A questão da sua conservação, por sua vez, é um problema mais complexo. Se bem que a museografia contemporânea, com todo um vasto arsenal tecnológico ao seu dispor, tenha conseguido preservar muitos espaços, a questão central neste domínio é «porquê conservar?». «Para quem?», é, ao invés, um domínio de resposta fácil, uma vez que esse esforço deverá ser sempre no sentido de que “os cidadãos possam desfrutar deste património, não apenas como uma visão, mas como uma explicação do seu significado e da sua investigação histórica”³¹⁶.

Passamos assim para o domínio dos **conservadores / restauradores**, para a especialização em técnicas e tecnologias avançadas, que permitem, nos nossos dias, a preservação de inúmeros vestígios do passado, que, mesmo nestes complexos sistemas urbanos, vão alargando o conhecimento que deles temos. A cidade antiga

³¹⁴ QUIROS CASTILLO, 1993:146-147.

³¹⁵ MIRO i ALAIX, 1996:76.

³¹⁶ MIRO i ALAIX, 1996:76.

sobrevive também graças ao seu labor e saber, reunidos nas ciências da conservação³¹⁷.

Uma das áreas que mais tem progredido é a dos estudos dos materiais construtivos, uma vez que a possibilidade de intervir de modo correcto nos centros históricos assim o exige. Sem o domínio destes procedimentos, que se estendem aos mais dispares materiais e formas de aplicação (domínio que deve ser dotado, como já frisamos, de validade histórica), as condições éticas da reabilitação podem ficar seriamente comprometidas. Este é um dos aspectos que mais preocupa os especialistas que preconizam uma metodologia de intervenção no edificado e no urbano que siga o modelo da reintegração, como se pode depreender das palavras de José Aguiar, um dos mais dedicados investigadores deste segmento: “Situação ainda mais agravada pelo abandono dos materiais e técnicas ancestrais de construção, pelo desaparecimento das tradições construtivas, o que impediu a continuidade da sua reparação / manutenção com práticas similares, passando os antigos materiais a ser substituídos por novas soluções e produtos de natureza industrial. [Mas estes tem problemas:] na conservação apresentaram óbvias deficiências, tais como: incompatibilidades química e funcional (libertação de sais solúveis, excessiva retracção higr-térmica e pouca porosidade, pr exemplo); falta de durabilidade; mau comportamento construtivo (fissuração extensiva, excessiva retracção, etc.). Revelaram-se também intervenções de natureza irreversível, pois implicavam sempre a perda definitiva dos revestimentos originais”³¹⁸.

Em Portugal, a pobreza económica de quase todo o País e as estratégias políticas do governo salazarista tinham conduzido ao prolongamento dos modos de vida pré-industriais, o que significava, visto meramente nesta perspectiva, a felicidade de até recentemente podermos ainda contar com artífices sabedores de todos os procedimentos do uso e conservação da pedra, da madeira, da cerâmica, etc. Os pequenos detalhes que eram transmitidos dos mestres aos aprendizes, e que a bibliografia apenas muito sumariamente registou, ainda não se tinham perdido há 50 / 40 anos. No entanto, o predomínio dos materiais novos chegou de forma tão brutal que mesmo a área da conservação vacilou. Refira-se que não estou a falar aqui do restauro monumental que, apesar de erros cometidos, esteve sempre debaixo de uma

³¹⁷ “A utilização da palavra ciência e não arte para qualificar a conservação é intencional enquanto forma de enfatizar que em conservação do património não há lugar para a criatividade em sentido artístico”. HENRIQUES, 2003:71

³¹⁸ AGUIAR, 2003:245-246.

vigilância ética muito mais rigorosa. Refiro-me, sim, às intervenções correntes sobre o património arquitectónico antigo, de feição vernacular, a que pertence a grande maioria dos imóveis dos conjuntos históricos. Apesar de ser cada vez maior o “esforço de reabilitação sistemática do nosso património arquitectónico e urbano, fazemos os mesmos erros e corremos o mesmo risco de perder, definitivamente, uma parte significativa da autenticidade do nosso património”³¹⁹.

Esta é que é a questão verdadeiramente importante de debater quando se aborda este domínio – o problema da autenticidade da recuperação do património edificado. A questão não é, cada vez mais, «poderemos conseguir preservar este edifício?» mas sim «que edifício será este depois de o recuperarmos?», onde o fundamental é, por isso, a percepção do modo como o fazemos. A conservação do património não poderá ser feita sem restrições a concessões técnicas e/ou tecnológicas, ou então tenhamos pelo menos a honestidade de lhe dar outra designação.

Fernando Henriques salienta-o bem: “o património é presentemente considerado como um documento histórico, cuja salvaguarda se torna essencial para o estudo e conhecimento das nossas origens culturais. E, nesse contexto, um documento histórico não pode ser adulterado, razão pela qual as intervenções de conservação têm por objectivo primordial retardar o processo inexorável de degradação, por forma a que o «documento» possa perdurar o mais possível no tempo. Cria-se assim uma situação aparentemente paradoxal para os não-iniciados, em que os objectivos visados podem ser traduzidos simplesmente através de uma imagem corrente: a «congelação» do objecto no tempo”³²⁰.

A Declaração de Nara, que se debruçou sobre a questão da autenticidade (ver anexo), apesar das diferenças conceptuais enormes entre a cultura ocidental e a oriental, reúne consenso quando se destaca o papel fundamental que, independentemente dos critérios culturais, deve sempre ter como orientadora das intervenções a realizar no património edificado. Ela é o objectivo a atingir.

De facto, o termo conservação não significa meramente intervir para preservar, mas intervir de uma certa forma. Deve admitir-se que não seja possível conservar a integralidade dos elementos intervencionados, mas que essa distinção seja legível ou que fique documentada. É neste sentido que têm evoluído as teorias auxiliares da

³¹⁹ AGUIAR, 2003:246.

³²⁰ HENRIQUES, 2003:11.

conservação e restauro de edifícios. “Tratando, em cada caso, de um valor único, a conservação exige a formação de juízos e a tomada de decisões específicas; estas, quando devidamente contextualizadas em linhas de actuação adequadas, estarão potencialmente correctas. Pode pois afirmar-se que estes princípios constituem o corpo ético da conservação do património histórico edificado. A sua aplicação associada ao conhecimento dos mecanismos e respectivas causas de alteração e degradação dos materiais e dos elementos construtivos, e ainda à organização e gestão rigorosas de procedimentos e métodos de manutenção adequados, constitui a única forma de cumprimento do objectivo essencial da preservação e transmissão da herança cultural comum”³²¹.

Neste campo da conservação encontramos também a **multidisciplinaridade** que deve ser o modelo para as abordagens aos centros históricos: “A conservação do património histórico edificado é uma ciência autónoma, com contributos de várias outras ciências como as engenharias, a arquitectura, a história da arte, a arqueologia, a geologia, a informática, etc., mas regida por regras próprias que, apesar de não assumirem a forma de ciência exacta, são na sua essência razoavelmente claras e imutáveis mesmo a nível internacional”³²².

E não é só geograficamente que encontramos paralelos interessantes, é também temporalmente. Não são de agora as ideias de que a conservação integrada seria a solução para a intervenção nos conjuntos urbanos, cuja diversidade não permite que sejam abordados como se de um monumento singular se tratasse. As ideias da Carta de Atenas, mesmo num país culturalmente periférico, como ainda somos, eram acolhidas por alguns dos nossos mais dinâmicos profissionais, que deles faziam eco, e que as alargavam a campos complementares. Fernando Távora escreveu, em 1947!, estas notáveis palavras: “Alguns arqueólogos escreveram e trataram já das nossas casas, mas, do que deles conhecemos, nenhum deu sentido actual ao seu estudo tornando-o elemento colaborante da nova Arquitectura. O passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se airoso e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios”³²³. É indispensável que na história das nossas casas antigas ou populares se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra,

³²¹ RATO, 2002:13.

³²² HENRIQUES, 2003:71.

³²³ Embora aqui neste detalhe discorde, uma vez que estas questões não são integralmente subjectivas, pois persiste uma parcela de valor social nas suas qualidades culturais. Esse valor deve fazer-nos reflectir para lá da nossa própria opinião.

fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções³²⁴.

A diversidade das fontes necessárias de serem consultadas, aspecto que fui salientando ao longo dos diferentes capítulos, exige distintos processos de pesquisa. No entanto, o problema do seu uso na salvaguarda dos centros históricos não vem da especialidade (cada um saberá seguramente do seu ofício) mas sim da construção da sua complementaridade. Este processo, por imposição das actuais circunstâncias legais, não está ainda suficientemente afinado, o próprio quadro institucional hierarquizando os diferentes saberes, aplicando uma receita a circunstâncias que todos reconhecem ser específicas em cada localidade. A profundidade dos saberes, que já recomendei, não deve ser impeditiva da sua transversalidade³²⁵.

Existem ainda, no entanto, lacunas metodológicas para preencher: conseguir uma mais eficaz articulação entre a contextualização histórica, a investigação arqueológica, os testemunhos materiais (a que geralmente chamamos património) e as intervenções de cariz técnico, como a arquitectura e a engenharia. As equipas multidisciplinares de planeamento urbano têm consagrado, em valor legal, todas as componentes devidas, mas tal articulação ainda está longe de ser eficiente, em especial por não existir uma metalinguagem que permita estabelecer as ligações mais eficazes entre todos os agentes envolvidos, bem como, por estar ausente das competências afectas ao Poder Local, a constituição, a longo prazo, destes gabinetes. Todo este esforço deve ser concretizado, de modo a corresponder à imperiosa necessidade “de se entrecruzarem os diversos saberes no acto de concretização do projecto para assim intervir e gerir com qualidade o património urbano”³²⁶. Deve ter-se esta atitude também devido “à pertinência de uma atitude interdisciplinar para a consolidação do projecto de reabilitação urbana e da sua gestão urbanística. Fala-se de uma praxis de trabalho que recorra aos distintos contributos científicos na fase de elaboração do projecto (ou

³²⁴ TÁVORA, 1947:11. Foi este tipo de ideia que veio a estimular a realização do Inventário da Arquitectura Popular Portuguesa, já por mim antes referido.

³²⁵ A estrutura do actual mestrado em Recuperação do Património Edificado, da Universidade de Évora, é já uma importante contribuição académica no sentido de estimular essa interdisciplinaridade, permitindo o conhecimento de ferramentas específicas de áreas de saber, distintas, melhorando a sua percepção, estabelecendo pontes para linguagens intermédias como referentes universais e, o que não é irrelevante, despertando a consciência crítica para a complexidade do objecto urbano

³²⁶ MENEZES, 1993:24.

seja, integrar no projecto o resultado dos diversos diagnósticos realizados) e na fase do seu desenvolvimento, na medida em que a proposta de reabilitação urbana implica, também, a perspectiva de manutenção qualitativa do meio³²⁷.

A cooperação entre os diferentes técnicos deve transpor-se para a população, cujas impressões, conhecimentos e expectativas podem enriquecer a abordagem multidisciplinar que se desenvolve sobre o seu contexto sócio-habitacional, e com o acréscimo de que o próprio processo de reabilitação possa, como sugere Marluci Menezes, integrar-se também na memória social.

³²⁷ MENEZES, 1993:31.

3.3 – A reabilitação dos centros históricos – estratégias e políticas sectoriais de salvaguarda

3.3.1 – Considerações prévias em torno da reabilitação dos centros históricos

Embora normalmente o aspecto mais visível da degradação das áreas históricas das cidades sejam as que afectam os seus elementos físicos (quer os monumentos, quer os edifícios de habitação, como ainda as áreas públicas), os problemas das áreas urbanas em crise são, essencialmente, de natureza económica e social e decorrem de processos que afectam a sociedade no seu todo, uma vez que estas zonas sofrem os impactos das capacidades que um qualquer território tem de investir, mais ou menos recursos, na sua conservação e/ou reabilitação. Deste modo, é desaconselhável crer que a solução para um problema que, no nosso País, tem algum carácter estrutural, resultado de uma economia centralizada e ainda muito estatizante, ao menos nas implicações burocráticas e no peso que o sector Estado tem na economia, pode globalmente ser resolvido meramente através das operações de reabilitação urbana. Mesmo que esta seja entendida no seu sentido mais lato da valorização social, ambiental e urbanística. O emprego, o investimento, a transformação das mentalidades, a gestão participativa e os modelos da democracia cultural efectiva exigem um trabalho mais detalhado a montante.

Sem dúvida que, como estes problemas jamais podem ser resolvidos de uma vez só, não apenas pela escassez de recursos (nunca existiriam recursos suficientes...), como pela necessidade de sedimentação de certas facetas de tipo psicológico / comportamental, a reabilitação física de áreas urbanas degradadas (mas já afectas a uso urbano, como é o caso dos centros históricos das cidades) poderá ser um importante instrumento de gestão e controlo do próprio processo de crescimento das cidades e de atenuação da pressão urbanística sobre os solos rurais das zonas periurbanas. A cidade reabilitada, poderá, quase com certeza, abrigar uma parte da pressão demográfica, ou das intenções de investimento comercial. Felizmente, com a actual modificação da lei do arrendamento, um passo positivo poderá ser dado nesse sentido, ao revalorizar o mercado de aluguer, face ao da aquisição. Esperemos apenas que a questão da salvaguarda patrimonial (em termos culturais) não seja subvertida durante o processo. É reconhecido que as medidas de renovação urbana devem ter por base as ideias de coesão social, sustentabilidade e competitividade urbana, e que, portanto, a cidade deve ser tratada como um todo, integrando as

parcelas das diferentes épocas de expansão e/ou construtivas. Isso passa por opções e medidas de carácter mais geral e estruturante, que têm a ver com o modelo de desenvolvimento e que implicam intervenções multissetoriais com destaque para as que têm maior incidência nos domínios do emprego, da mobilidade, da educação, inovação e criatividade, bem como nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da habitação. E, igualmente, pelos domínios culturais, gerando modelos de interacção entre as diferentes zonas da cidade, ampliando as noções de identidade e familiaridade de que certos segmentos da população são carentes.

A questão que se coloca na actualidade, em que aparentemente não existem problemas técnicos irresolúveis, é de saber se o investimento financeiro necessário é feito, e nos diferentes sectores (da reabilitação material à animação sócio-cultural), e se esse investimento reflecte não só uma junção de esforços sob um plano integrado como ainda alguma capacidade de reacção inovadora, no desenho de soluções, face aos diferentes problemas que possam ir surgindo no decurso do processo de requalificação, evitando que este caia rapidamente numa rotina, como tantas vezes sucede.

No relatório URBAN, uma peça de análise prospectiva da maior importância para este processo de renovação urbana integrada, ressalta-se “a necessidade de encontrar instrumentos que permitam solucionar os problemas e condicionalismos derivados das formas de propriedade”, colocando, em larga percentagem, na ausência de um enquadramento legislativo moderno, grande parte das dificuldades que têm sido encontradas para tornar estas políticas mais efectivas. Mas, na minha opinião, também é necessário desenvolver mecanismos de cooperação que envolvam directamente todos aqueles que mais sentem o impacto destas políticas (os residentes), reduzindo a imagem tecnocrática que estes programas sempre dão de si mesmos. As estratégias de comunicação e intermediação são actualmente fundamentais. O relatório destaca ainda que, nesses programas, para além da “utilização na gestão urbanística de instrumentos fiscais e financeiros que incentivem os investimentos”, deverão ainda ser definidas etapas que possam, através de contratos-programa assinados pelos diferentes agentes envolvidos, garantir o “envolvimento de todas as partes pelo menos até à conclusão da acção. Isto implica, no mínimo, a necessidade de inscrever as acções num quadro estratégico, e uma programação plurianual do envolvimento financeiro. A incapacidade deste comprometimento financeiro pluri-anual, sobretudo se for elevado o número de parceiros, pode ser factor de bloqueio de projectos”.

Desta forma, será possível encarar a questão da reabilitação na sua totalidade, compreendendo não só as diferentes situações de usufruto possíveis, como a ligação dessas zonas com o tecido sócio-económico e urbano da restante cidade.

Esta será uma metodologia capaz de corrigir diversas disfunções que a cidade histórica apresenta, de uma forma sustentável e que reduza uma parcela considerável (senão a totalidade) da imagem negativa que muitas vezes transporta consigo e que afecta principalmente as populações que ainda resistem como moradoras, e que sentem algum sentimento de exclusão. Como se salienta no referido relatório, "ultrapassar estas desvantagens exige actuações de longa duração".

Em grande medida, este processo da requalificação não deixa de estar associado à cada vez maior tendência de diminuição da expansão da cidade nova. Estas, que seguem quase sempre os preceitos de zonamento introduzido pelos modernistas, são comumente acusadas de serem ambientes artificiais, e, também por isso, assume uma acrescida importância a cidade tradicional, que serve de referente, mesmo aos moradores das zonas mais distintas, embora, muitas vezes, apenas em determinadas ocasiões de maior necessidade de identificação simbólica (para dar um exemplo comum, quando se festejam vitórias desportivas, é comum essa deslocação populacional em direcção ao centro!). As dificuldades financeiras, conjugadas com a redução demográfica conduziu também a acentuar essa situação, e, portanto, concentram-se as atenções na requalificação da cidade antiga. A nova legislação produzida é toda ela já um reflexo dessas circunstâncias.

Acresce que a cidade antiga mostrava, em todo o país, uma calamitosa situação de decadência física e social. "A deterioração do parque edificado e das infra-estruturas de saneamento, a inexistência ou desadequação de equipamentos, o envelhecimento da população, o aumento do desemprego e a segregação social, foram problemas que se agravaram com a situação económica. Face a este estrangulamento começou-se a enveredar pela aplicação da recuperação e da reabilitação naqueles tecidos, pelas vantagens económicas e numa tentativa de diminuir as consequências sociais, face à crescente insatisfação das populações que reivindicavam um melhor ambiente urbano. O problema da cidade já não era o crescimento, mas a requalificação urbana³²⁸. Além do mais, no plano financeiro, começava a surgir como muito interessante, o negócio

³²⁸ ANDRADE, 1998:9.

da reabilitação e conservação de edifícios, fenómeno que já tinha ocorrido nos países mais desenvolvidos da Europa desde os anos 70, igualmente correspondendo também a uma dupla circunstância: uma diminuição demográfica e um desejo de viver na cidade referencial e não na desumanizada periferia.

Em resultado desta situação o planeamento também se alterou nos seus pressupostos, e passou a interligar a requalificação das zonas centrais (o que antes não fazia) com as modalidades e a dimensão da expansão das novas áreas, e fazendo uma gestão integrada de inúmeros aspectos, com destaque para os problemas viários e para as situações sociais. “A combinação das alterações económicas, das ideologias e das estruturas governativas e as crises das administrações locais, originaram a criação de novas políticas urbanas das quais se destaca – fazer cidade dentro da cidade. O planeamento passou a ser usado para identificar os locais com potencialidades de revitalização, para produzir estratégias de desenvolvimento e para coordenar infra-estruturas no âmbito de uma política global de cidade”³²⁹.

Todos estes aspectos procuram, como se destacou no capítulo anterior, a criação de um novo ambiente, de um equilibrado ecossistema no qual o sujeito principal são os seres humanos. Como é referido no Artigo 3º da Carta de Lisboa, o Homem é a principal preocupação da Reabilitação Urbana, e para isso é fundamental, também, melhorar as condições de vida nos Centros Históricos, utilizando a conservação e preservação dos edifícios como um dos instrumentos desse objectivo. Neste documento é igualmente consagrada uma perspectiva integrada, já que se define, com clareza, que esta estratégia, para ser bem sucedida, precisa de ser acompanhada de acções concretas nos sistemas educativo e produtivo, contemplando especialmente os sectores da construção civil e imobiliário, assim como todo o sistema de representação política. Numa breve síntese, tem como objectivos:

- melhorar as condições de vida dos habitantes (infraestruturas, equipamentos, actividades locais);

- reforçar a vitalidade das áreas sujeitas a intervenção (diversidade funcional e social);

³²⁹ *Idem, Ibidem.*

- contribuir para o equilíbrio urbano (redução de fluxos pendulares, fixação de população no centro);
- devolver a dignidade às áreas submetidas a intervenção e aos seus habitantes, invertendo a tendência de degradação.

No entanto, é bom ressaltar aqui um aspecto particular destas estratégias da Reabilitação Urbana. É que o tecido histórico das cidades, ao contrário da cidade nova, não possui qualquer semelhança com outros. Mesmo sendo as tipologias semelhantes, elas são dotadas de inúmeras variações. Cada caso é muito particular, e mesmo se os problemas que se colocam (que resultam de um modo ou nível de vida contemporâneo) podem ser idênticos, já isso não sucede com as soluções, que necessitam de ser desenhadas especificamente para cada local.

Um outro aspecto, além desta noção de diversidade, reúne actualmente o consenso: a cidade antiga e a nova não devem ser abordadas de forma completamente autónoma. Como salienta Clara Henriques, ao debruçar-se sobre a questão da gestão sustentável do usufruto da cidade, “a regeneração / revitalização urbana constitui-se como um elemento de desenvolvimento sustentável das cidades, ou seja, constitui-se como uma abordagem holística e integrada que visa melhorar a qualidade de vida nas cidades, antevendo solucionar problemas urbanos referentes a domínios vários que vão desde a reabilitação física das cidades a aspectos referentes ao desenvolvimento económico, social, cultural, ambiental, segurança, habitacional, urbanístico”³³⁰. Já outros autores tinham partilhado desta perspectiva, ao destacarem que estamos em presença, e com a necessidade de o desenvolver, de um processo de “recuperação e beneficiação geral das áreas urbanas degradadas (históricas ou não) nos seus vários aspectos – do físico ao morfológico, à revitalização sócio-económica e funcional – [o que se constitui] como uma política de intervenção na cidade relativamente inovadora e com um passado ainda mais recente”³³¹.

É comum, na larga maioria de autores que tive ocasião de estudar, a ideia central de que renovação urbana não é um problema arquitectónico ou técnico. A renovação urbana é um elemento do planeamento urbano, e este relaciona-se com a estratégia que se pretende ter para um bom funcionamento da cidade. Quanto à sua execução, é evidente que as circunstâncias são profundamente condicionantes, uma vez que não

³³⁰ HENRIQUES, 2002:247.

³³¹ AGUIAR, CABRITA e APPLETON, 1997:10.

se está a agir sobre um lote vazio de edifícios e de pessoas. As questões postas pela sociedade de compatibilizar a salvaguarda de espaços e edifícios com a desejável melhoria das condições de vida das populações residentes são, além do mais, de difícil resolução através dos processos rotineiros da gestão urbanística e de uso do solo. E a progressiva instalação de serviços e comércio com o que isso significa de pressão sobre o tecido urbano, sobre os valores da propriedade e das rendas, mais acresce às dificuldades de gestão apontadas. As redes de transportes, o tráfego automóvel, a instalação de equipamentos, a oferta e a qualidade da habitação, a substituição da população residente, acentuam, conjuntamente ou em separado, fenómenos de degradação urbana e de segregação social.

Tal como já afirmei, a salvaguarda e a reabilitação das áreas centrais históricas e de valor patrimonial não pode ser dissociada do que se passa na totalidade do tecido urbano nem se circunscreve a medidas isoladas de protecção. O centro histórico, ainda que assumindo um valor e características próprias, não constitui uma unidade autónoma do conjunto da cidade. Não tem, por isso, que desempenhar, obrigatoriamente, funções específicas; antes deve participar na vida da cidade sem que se transforme num espaço segregado quanto a funções, a habitação, a usos e equipamentos sociais. Se assim não for transforma-se numa área isolada desligada da vida e do quotidiano das pessoas e da cidade; por isso, mais sujeito à degradação, às pressões de ocupação e de transformação da sua riqueza patrimonial.

Nuno Portas, reconhecido pelo seu conhecimento e experiência nesta área, refere, com grande oportunidade, que o fundamental é prosseguir políticas que defendam “a revitalização das áreas centrais sem as deixar destruir; é a reutilização CORRECTA de edifícios e jardins antigos que perderam o seu uso tradicional (conventos, quartéis, solares, edifícios correntes que se foram esvaziando...) MAS QUE O PODEM RECUPERAR EM FUNÇÕES QUE NÃO OS DESTRUAM SÓ DEIXANDO AS “CAIXAS” EXTERIORES, é a conservação dos quarteirões com a modernização das casas e dos locais de comércio e artesanato, considerados como um património que tem um valor económico (o das construções e instalações) e social (o dos grupos sociais modestos que na sua maioria os ocupa) independentemente do maior ou menor valor arquitectónico de cada edifício que compõe esses quarteirões FEITA SEM A ADULTERAÇÃO INTEGRAL DA SUA FISIONOMIA”³³². Seria, portanto,

³³² PORTAS, 1983:11. Não posso deixar de assinalar a data em que este texto foi escrito, e a distância temporal que dele nos separa, quando finalmente estas propostas se começam a tornar mais comuns na gestão e planeamento urbano dos nossos centros históricos.

fundamental, estruturar verdadeiramente o tecido urbano como se de uma malha se tratasse, criando, como sugere o mesmo autor, continuidades entre os diferentes segmentos, e com interacção entre os seus diferentes nós dos quais "a velha mancha central, com mais história e prestígio, ocuparia um (ou mesmo mais) dos nós da malha, diminuindo-se assim as pendularidades que não a deixam respirar ou são incompatíveis com a valorização do seu património de excelência"³³³.

Já Costa Lobo, há alguns anos, havia igualmente destacado os aspectos de maior importância para se criarem políticas que valorizassem a cidade antiga, e que permitissem que ela se prolongasse no tempo, sem ser, meramente, o alvo de transformações especulativas, que lhe retiram as suas características formais originais. Isto, claro, e já ele o destacava, não é impeditivo de que se proceda à melhoria das condições de habitabilidade, em perfeita conjugação com o património edificado, social e cultural aí existente. E sem adoptar uma política excessivamente conservacionista, permitindo, quando o tecido urbano é capaz de o aceitar sem que tal seja uma ofensa estética profunda, a introdução de novos projectos, que sejam precisamente a expressão de que a cidade está viva e que no seu centro cabem as expressões das diferentes temporalidades que ela atravessa, incluindo a nossa.

O modelo de intervenção que este conceituado urbanista aqui consigna, baseia-se em grande medida nos progressos que a tecnologia e a ciência urbanística realizaram ao longo de todo o século XX, a tal ponto, que é difícil considerar-se que um edifício se tornou obsoleto. Tal como é hoje prática corrente, ele pode ser sempre reabilitado, usando-se soluções técnicas compatíveis, que lhe actualizam, se assim podemos dizer, as suas capacidades habitacionais. Quanto à questão dos custos de conservação face à construção nova, é sabido que este argumento é um pouco falacioso, uma vez que jamais se compara, na cidade nova, para lá do custo específico do novo fogo, como se os custos infraestruturais, de deslocação, etc., não representassem encargos que são, pelos impostos, colectivamente sustentados pelo conjunto da população. No geral, é verdade que a perspectiva dos moradores, de uma parcela destes ao menos, até há pouco tempo, era a de que estas zonas antigas representavam um sinal exterior de pobreza, um estigma ao qual muitas dessas pessoas queriam fugir. Mas é verdade também, como salienta Costa Lobo (no final da década de 80) que houve uma inversão da conotação do antigo com velho, com pobreza, com inadequado, e do novo como sinal de progresso, de vida nova.

³³³ PORTAS, 2003:76.

Actualmente, e em virtude de uma alteração progressiva das mentalidades o histórico tornou-se um sinal de distinção, tornando-se quase uma moda a busca de lugares centrais e da cidade histórica para viver. Sucedia também, como ele afirma, que havia, até por questões de formação, muitos arquitectos e outros técnicos preferiam desenhar novo do que trabalhar em projectos de recuperação. Pelas mesmas razões do que as que mudaram o modo de sentir da sociedade, também os técnicos procuram cada vez mais a recuperação de edifícios que lhe dêem prestígio. Para além de que é este o mercado de trabalho previsivelmente em expansão.

Segundo este autor, são diversas as razões para se conservarem as cidades, e cito:

“- económicas - pois bem conservados os edifícios têm uma duração superior e com menores custos de manutenção;

- culturais – marcas da evolução da sociedade, dos seus paradigmas funcionais e simbólicos, para além do seu interesse científico e tecnológico;

- sociais – a não conservação de espaço físico pode estar na base de deslocação dos moradores e da dispersão da comunidade pré-existente, com custos sociais e económicos muito elevados;

- humanos – pelos aspectos afectivos que ligam as pessoas aos lugares, evitando o seu desequilíbrio por mudanças forçadas;

- tecnológicas - para manter a funcionar as infraestruturas³³⁴.

A recuperação das cidades antigas é, assim, e pelo menos na Europa, uma situação incontornável. Mas, se os centros históricos têm o seu passado definido, que futuro poderão ter? A médio prazo, qual é a cidade que se pretende? Aqui, e como explanaremos mais adiante neste capítulo, serão da maior importância os cuidados na escolha de uma metodologia e de um programa de acção que possa vir a resultar numa cidade integrada que seja relativamente semelhante (nunca será igual) ao que se perspectivou no momento de dar início ao processo. Neste caminho é fundamental definir as prioridades e o volume de recursos que estarão disponíveis para as concretizar (técnicos, humanos, de tempo, de energia, financeiros e voluntários); por outro lado, é muito importante identificar um conjunto de acções específicas, particularmente as de curto prazo e aquelas que representam rapidamente transformações positivas. Este aspecto é importante para conseguir uma dinâmica positiva (é bastante negativo começar com acções fracassadas... mesmo que de pequena dimensão), e a dinamização da participação social, um «detalhe» que, de

³³⁴ COSTA LOBO, 1988:3-4.

modo algum, pode ser negligenciado. A exequibilidade dos planos dependerá em muito do equilíbrio desta estruturação inicial, bem como da capacidade de agir com espírito de crítica (e auto-crítica!) por parte dos agentes envolvidos. Como destaca Carlos Balsas, “a adequação destes recursos a prioridades temporal e geograficamente bem delimitadas permite obter mais facilmente resultados visíveis e demonstrativos (...). Intervenções prioritárias e faseadas permitem ainda a possibilidade de aprender com os erros cometidos na primeira fase e evitar que situações semelhantes voltem a repetir-se no futuro³³⁵”.

Todas estas contribuições, e o facto de ser visível, nos últimos anos uma positiva tendência para considerar cada vez mais importantes os centros históricos, tendo aumentado o investimento feito na conservação e requalificação do parque edificado de muitos deles, levam a considerar a possibilidade de que no futuro as nossas cidades e vilas tenham passado, isto é, que conservem os vestígios da sua evolução urbanística e arquitectónica. Muito importante também, como já se referiu antes, a evolução das metodologias de planeamento, que se afastam de um zonamento restrito, para se tornarem cada vez mais integradas.

A intervenção na cidade histórica tem uma espinha dorsal, que é genericamente considerada, quando são traçados planos para a sua reabilitação:

- Obras de conservação, recuperação e beneficiação para melhoria da habitabilidade;
- melhoria da rede viária;
- melhoria de equipamentos;
- melhoria de espaços públicos e estrutura funcional;
- e acções complementares (promoção de emprego, iniciativas culturais, etc.).

É evidente, como se deduz rapidamente, que alguns destes aspectos implicam, mesmo que não fosse essa a intenção, a coordenação das acções executadas neste espaço urbano, com aquilo que é feito no restante (abordaremos estes aspectos em

³³⁵ BALSAS, 1999:127.

maior detalhe mais à frente nesta dissertação). Mas se para as questões técnicas não parece haver uma dificuldade excessiva – desde que reunidas as condições técnicas necessárias (com o devido apoio científico e financeiro) – o mesmo não se poderá já dizer da salvaguarda das dimensões vivenciais, que, pela sua estruturação subjectiva, pode ser facilmente posta em cheque, e mesmo em condições de não se poderem repetir, e assim, perder-se o património imaterial para se salvar aquele que tem expressão física. Por isso é preciso integrar o factor cultural nos planos de reabilitação, privilegiando as relações com o tecido humano, e criando instrumentos de diálogo que permitam medir, com grande actualidade, todos os impactos das acções dos programas de reabilitação.

E, igualmente, não deve esquecer-se a necessária boa colaboração de todos os agentes envolvidos, com destaque para o papel que cabe aos técnicos, particularmente numa área muito sensível como são as das relações com os decisores políticos, idealmente, aqueles que representam o corpo social que é o detentor da área em intervenção. “Os urbanistas deverão estabelecer a estratégia que aos agentes públicos caberá adoptar para conseguir um comportamento positivo, cooperante, de todos os agentes cuja acção deverá garantir o desencadear do processo, a instrumentalização do plano proposto e o seu acompanhamento regulador. (...) os urbanistas só poderão aspirar a ter sucesso nas suas intervenções se as opções sugeridas forem o resultado de uma estreita colaboração entre urbanistas e decisores”³³⁶. Alguns investigadores (BALSAS, KROER), entre os quais me incluo sugerem, aliás, que se se querem obter resultados efectivamente positivos, é necessário adoptar uma metodologia em que a gestão do centro urbano começa com a formação de uma parceria público-privada e com a nomeação de um gestor /coordenador urbano para implementar o plano de acção desenvolvido e aprovado pelos diferentes parceiros. O gestor urbano deve ser capaz de gerar consensos, coordenar o trabalho de voluntários e manter em aberto os canais de colaboração entre os diferentes intervenientes. E deve ainda identificar fontes de financiamento e trabalhar para alcançar a auto-sustentabilidade técnica, humana e financeira da iniciativa de revitalização. Sem esquecer, como já destaquei para os aspectos sociais, uma rigorosa monitorização, de modo a garantir a efectiva proporcionalidade entre os investimentos feitos e os resultados obtidos.

³³⁶ COSTA LOBO, 1988:12.

Todo este esforço deve ser capaz de gerar um «projecto-ideia», que se sobreponha ao tradicional zonamento, um conceito apresentado por Paulo Carvalho nos seus estudos para a requalificação do centro histórico da Lousã, e que partilho pela sua visão integradora das diferentes variáveis, e pelo respeito por uma metodologia dinâmica, muito mais favorável ao tipo de acção que estes planos sempre impõem.

Por outro lado, muitas destas acções a empreender defrontam-se ainda, por parte da administração central, com um conjunto de dificuldades que importa também não esquecer, uma certa dose de realismo será importante para o desenho de planos e estratégias verdadeiramente eficazes. Os principais problemas são:

- escassez de verbas para dotar convenientemente os programas criados, por si mesma, para dar apoio à reabilitação e à requalificação dos imóveis deficientes das áreas históricas, e mesmo para a recuperação infraestrutural das mesmas;
- desprotecção dos proprietários perante as leis do arrendamento [este aspecto foi entretanto em grande medida corrigido pela publicação de uma nova Lei das Rendas, que contem um grande avanço neste domínio];
- falta de bom exemplo por parte dos municípios – e mesmo da administração central – nas intervenções que realizam nos seus próprios imóveis;
- falta de fiscalização adequada;
- dificuldades de resoluções decorrentes dos cadastros incompletos e de difícil interpretação;
- prática intensiva de licenciamentos simples nestas zonas sensíveis, que agravam a dificuldade no controlo pela fiscalização;
- dificuldades de diálogo com os agentes culturais que preconizam um conservacionismo extensivo;
- falta de apoios aos proprietários para a recuperação de imóveis classificados (quando existam);

- tendência crescente para a aplicação de métodos, técnicas e materiais actuais, que provocam efeitos inestéticos e patologias construtivas num futuro relativamente próximo quando se verificarem os resultados das suas incompatibilidades.
- os danos resultantes dos trespasses comerciais, que geram quase sempre obras parcelares, que perturbam a possibilidade de uma reabilitação mais profunda, que abarque todo o imóvel.

De qualquer modo, e para terminar esta introdução ao tema, falta abordar aqui um aspecto importante. Seja qual for a metodologia do plano, e seja maior ou menor a área em que se pretende intervir, a estratégia representará sempre um conjunto de opções. Quem as define? É evidente que ao colocar-se a questão deste modo se pretende salientar que, para lá das questões técnicas aqui abordadas, e das necessidades sociais em presença, a renovação urbana tem uma relevante dimensão política. “Não existe ferramentas de planeamento, não existe método impessoal e objectivo, para medir umas contra as outras, essas actividades que, em conjunto, fazem de uma cidade o que ela é. Quão importante é um edifício monumental, ou de habitação, uma área pedonal, um sistema de tráfego ou a sobrevivência de pequenas indústrias? Pode-se fazer investigação e traçar cenários. Mas, como temos vindo a constatar, não são os técnicos, mas a sociedade, e os seus representantes políticos, quem decide o que realmente virá a acontecer”³³⁷. Ao longo dos anos, é verdade que particularmente pelos condicionalismos do Portugal saído da sua ruralidade profunda, e sem muita massa crítica, e pelo atraso estrutural que a maior parte das localidades registava, tem vindo a manter por mais tempo do que o desejável, um modelo *top-down* do processo de elaboração e tomadas de decisão. Como já então destacava Kroes, esta atitude não está, inclusive, isenta de paternalismo. “Para colocar a questão de uma forma um pouco cínica, aos que têm que desaparecer por causa dos previstos melhoramentos é-lhes permitido gozar os “benefícios” (das casas novas algures num bairro “moderno”, por exemplo) e espera-se que eles não se queixem das consequências negativas. Eles são sujeitos do processo de tomada de decisão, mas não são aceites como participantes ou parceiros”³³⁸. Ora estas circunstâncias devem ser alteradas, e devem mesmo ser estimuladas pelos agentes políticos e técnicos a mudança de atitude, no sentido de ser garantida exequibilidade pelo menos a algumas das suas expectativas.

³³⁷ KROES, 1988:198.

³³⁸ KROES, 1988:200.

Em resumo, é fundamental enveredar por políticas consistentes de salvaguarda e reabilitação dos centros históricos, que assegurem a melhoria das condições de vida das populações. As políticas de requalificação destas áreas urbanas devem assim seguir um modelo integrado, que ultrapasse a mera recuperação física do património edificado. Vejamos, então, em maior detalhe, algumas das políticas sectoriais envolvidas neste processo.

3.3.2 – Políticas sectoriais de habitação

A habitação, enquanto função, é aquela que, na salvaguarda do património edificado, é muitas vezes desconsiderada por se abrigar, tantas vezes, em edifícios modestos, ou ocupando grandes extensões dificilmente encaráveis no âmbito de planos generalistas que se ficam muito pelas intenções.... Mas elas são o conjunto que, efectivamente, configura o lugar nas suas características espaciais, por representarem a quantidade maior; é da massa de imóveis de habitação que se configuram os cenários das cidades, assim como a impressão que nos dão, a partir da sua condição física, de satisfação, ou de bem-estar. É nelas que as pessoas se acolhem todos os dias, que se enquadra a existência ao longo da vida. Pensadas na perspectiva pessoal, ou numa abordagem que abarque o conjunto da população, as políticas sectoriais da habitação merecem sempre um lugar de destaque, mesmo nas áreas históricas. Com maior ou menor valor arquitectónico, elas são, em qualquer circunstância, tipologicamente, habitações. Podem é conter menos ou mais habitantes do que aqueles que corresponderão à sua dimensão, à sua funcionalidade. São alguns destes aspectos que pretendo aqui abordar.

As zonas históricas das localidades enfermam quase sempre dos mesmos «problemas» (conceito aqui aplicado ideologicamente, considerando que é a cidade moderna, nas suas dimensões (de edifícios, de ruas, etc.), que não tem problemas, como se os quotidianos fossem tão simplesmente standardizáveis...): as ruas e os edifícios são pequenos. Não passa o carro e não cabe o móvel do computador! Além do mais, como a construção tradicional requer uma manutenção regular, e ela não foi efectuada, a degradação destes imóveis começou a torná-los indesejáveis para os seus moradores tradicionais, que, sempre que podiam, abandonavam estas zonas,

que assim ficaram situadas entre as funções administrativas (quando é o caso), os serviços (mais ou menos turísticos consoante as localidades) e a função habitacional, servindo uma população mais humilde, que não conseguiu “desertar” para zonas mais modernas.

A reabilitação do parque edificado nas áreas de valor histórico patrimonial apresenta-se assim como um problema de grande complexidade:

- é necessário avaliar qual é a parcela, dentro da área histórica, que corresponde a edifícios de valor arquitectónico, que não meramente enquadradores (e inclusive, identificar as dissonâncias que resultam já de más intervenções contemporâneas);

- é necessário cruzar essas existências com as necessidades efectivas de alojamento, quer dentro da zona, quer no conjunto da cidade;

- devem avaliar-se as necessidades de espaço em termos das funcionalidades, e a partir daí, aferir do equilíbrio entre as funções habitacionais e as outras;

- é importante estudar, inventariar e reconhecer as técnicas construtivas em presença, de modo a poder requalificar as habitações preservando a autenticidade e qualidade patrimonial dos edifícios (mesmo quando haja necessidade de recorrer a novas tecnologias para a sua conservação);

- é fundamental organizar a regulamentação necessária à prossecução de objectivos equilibrados entre a salvaguarda patrimonial, a funcionalidade quotidiana e o usufruto turístico

- não perder de vista o objectivo de assegurar a recuperação da imagem simbólica da área histórica como zona com qualidades, garantindo efectivos de ocupação habitacional que são, como é sabido, a melhor garantia da sua conservação material, bem como da continuidade no tempo do investimento feita na sua reabilitação.

Jorge Alarcão diz-nos, referindo-se ao património histórico edificado português, que a “antiguidade dos edifícios, a qualidade dos materiais de construção, a poluição atmosférica, as guerras (no nosso país, as invasões francesas e as lutas liberais, os incêndios, os desastres físicos (inundações, tremores de terra), são causas óbvias da degradação do património construído. Há, todavia, outros factores sócio-culturais e

sócio-económicos. A utilização dos edifícios para fins diferentes daqueles para os quais foram projectados e construídos contribui, normalmente, para a sua degradação. (...) por motivos ideológicos se demoliu ou descurou a muralha, o convento (alguns ficaram ao abandono e muitos outros foram convertidos em hospitais, quartéis, repartições públicas, fábricas) e o pelourinho, que eram o símbolo de um passado e de uma ordem social que se rejeitava. Os novos ocupantes transformaram os edifícios, sem atenção aos valores históricos e arquitectónicos, e apenas pela necessidade de reorganizarem o espaço interno³³⁹.

Essa decadência vai atingir não só a função habitacional, como inclusive as actividades comerciais, que começam a deslocar-se para novas localizações, deixando igualmente muitos destes espaços devolutos. A partida das lojas e das actividades terciárias para a cidade moderna, no que diz respeito aos edifícios e aos cascos históricos, deixa-lhes, apesar de tudo, ainda um certo número de funções possíveis. O desenvolvimento dos seus papéis turístico, cultural e de lazer dá mostras de que estes espaços têm uma grande capacidade de adaptação. Transforma-se a tipologia dos serviços: a velha mercearia é agora uma loja de “recordações”. Mas a requalificação da cidade antiga passa muito, também, pela reintrodução destas actividades de proximidade. É preciso assegurar que a cumplicidade secular entre cidade e comércio, uma das razões históricas primordiais da sua existência, não se perca. Pode até variar na sua tipologia, mas é fundamental que ela persista, e que se assegure a maior diversidade possível no leque de actividades cuja coabitação faz o valor dos centros urbanos. As políticas municipais devem levar estes factos em consideração, e os planos de reabilitação, igualmente, devem fazer desta necessidade uma base estratégica fundamental.

Regressemos à questão habitacional. Gerou-se, nas zonas antigas, a partir de uma dada altura, um problema de tipo «círculo vicioso»: porque a zona estava em degradação, mais moradores queriam sair dela, e quantos mais dela saírem, mais se acentuará essa degradação. Os bairros antigos ficavam entregues a idosos agarrados muitos deles ao sentimento, outros por efectiva necessidade, e a populações marginais, em muitos casos. A necessidade de repovoar estas zonas – uma acção fundamental - defronta-se com 3 problemas de tipo distinto: a reabilitação física dos imóveis (do ponto de vista técnico e de projecto); a recuperação da imagem, desafiando o estigma de gueto, mas sem desqualificar os seus moradores, nem os

³³⁹ ALARCÃO, 1987:61.

transferir (globalmente, aos que resistiram); os custos financeiros de toda a operação, evitando que, para o obter, a zona perca as suas características culturais e se torne presa da especulação imobiliária. “Dispositivos particulares de ajudas públicas à moradia permitem remediar a situação. Porém, do ponto de vista metodológico, deve-se sublinhar o carácter estrutural da contradição entre objectivos económicos de revalorização e objectivos sociais de assistência aos menos favorecidos. Essa contradição é um exemplo mais da verdadeira natureza dos problemas urbanísticos e do papel dos sistemas de decisão em questão”³⁴⁰.

Mais uma vez se percebe, como foi visto no tópico consagrado à gestão política, que estamos em presença de uma situação que requer esse tipo de intenção. A manutenção, requalificação ou reintrodução da função habitacional, pela relação inversa dos custos face aos interesses dos seus proprietários necessita de esquemas financeiros importantes, bem como de uma programação que permita consagrar diferentes tipologias de ocupação, e nestas, não prescindir da função residencial.

Claro que estas zonas, quando são reconvertidas, e muitas vezes ainda no decurso desses processos, começam a tornar-se atractivas a novos grupos sociais, mais abastados, nos quais já é clara a noção de prestígio e qualidade formal que a cidade antiga possui. E, na razão directa da sua importância histórica, arqueológica, arquitectónica e monumental, assim se vai tornando progressivamente mais onerosa. Pode chegar-se ao limite de ser uma “cidade turística” como Veneza, que é um oceano de gente durante o dia, e um “deserto” (por comparação, claro...) durante a noite, pois a população reside maioritariamente em Mestre, na orla continental da laguna. Os instrumentos da política fundiária podem ser preciosos para controlar melhor as ondas de alta. Mas é preciso haver uma vontade política de utilizá-los. Dai que, como se referiu no capítulo dedicado às cidades que seja importante que as políticas habitacionais sejam delineadas para o conjunto, e não meramente para o(s) bairro(s) histórico(s).

Igualmente é preciso ter em grande consideração as mutações que se provocam no tecido social no decurso dos processos de reabilitação destas áreas, em particular quando se trata de cidades de grande dimensão, em que os habitantes não podem facilmente reconhecer todo o conjunto urbano. A demora excessiva no retorno ao

³⁴⁰ LACAZE, 1993:82.

domicílio de origem, tem-no sido já, infelizmente, comprovado, dá origem a situações tais como:

- as famílias adaptam-se a espaços de maior dimensão e depois, ou porque o agregado entretanto aumentou, ou porque o mobiliário se tornou excessivo, há um processo de recusa ao retorno;
- as crianças começam a frequentar estabelecimentos de ensino e a criar laços noutras áreas, e as famílias resistem depois a romper essas ligações;
- nas pessoas mais idosas, a situação de perda de referências do seu espaço urbano habitual pode conduzir a uma menor vivacidade no seu quotidiano, o que as levará para situações de dependência de outros, não podendo depois regressar, muitas vezes, a uma vida autónoma no domicílio de origem.

Este tipo de situações deve ser combatido com estratégias de reforço dos laços sociais e ambientais³⁴¹.

As políticas de habitação são fundamentais para as estratégias de regeneração urbana, acrescentando ainda, no caso dos centros históricos, os territórios de vivência e a complementaridade de medidas que estimulem a fixação (e o aumento) da população. M^a João Freitas e João Branco Pedro assinalam ainda a necessidade desenvolver políticas que consigam assegurar a sustentabilidade económica dessas «micro unidades» residenciais (ou seja, que elas sejam capazes pelo menos de gerar as suas próprias condições de conservação, evitando a repetição da situação de quatro décadas de descapitalização que decorreu em função do congelamento da lei do arrendamento...): "as questões do alojamento e dos usos e apropriações dos territórios a que convidam são susceptíveis também de desencadear o florescimento ou atrofiamento económico à escala micro-local (vizinhança). Para além das dimensões económicas intrínsecas ao funcionamento do próprio mercado imobiliário, as configurações sócio-territoriais a que o seu funcionamento induz podem apresentar-se mais ou menos habilitadas para uma maior ou menor reprodução de dinâmicas económicas adjacentes. E é raramente contabilizada na programação e gestão dos

³⁴¹ Alguns gabinetes na área de Lisboa, por exemplo, fornecem o passe social aos habitantes, de modo a que sem custos possam visitar o seu bairro, ou ir aí às compras, a conviver com as pessoas e os locais a que estão habituados, isto entre outras estratégias. Veja-se, para mais detalhes, Marluce Menezes, *Ecologia Social e reabilitação urbana*, ITECS, LNEC, Lisboa, 1994.

territórios, mas essencial para se pensar a regeneração dos espaços de vivência quotidiana”³⁴².

As metodologias associadas a este processo permitem concluir que é preciso integrar as relações entre os níveis público e o privado, em termos espaciais, nos modelos de planeamento, pois deles se geram as referências de conforto, de memória colectiva, de afectos. Eles são os espaços relacionais. Como se refere num outro capítulo, é fundamental também criar estratégias integradoras ao nível social, já que a apropriação por parte da nova classe média, quer do habitat, quer do bairro, é distinta da que as populações tradicionais sempre promoveram. Se, por um lado, pelas características que definem os actores deste fenómeno e pelos estilos de vida que preconizam, estes podem contribuir, com o seu investimento financeiro, para a preservação do património urbano, por outro lado, podem constituir um factor de desequilíbrio e de enfraquecimento dos laços que estruturam a identidade sócio-cultural destas áreas.

Como afirma Nuno Portas, é necessário “conciliar a defesa da permanência dos moradores com a conveniência em rejuvenescer a composição social e aumentar o número de activos ligados às actividades produtivas e comerciais locais”. E isto escreveu em 1985! Propõe deixar funcionar o mercado, nessa renovação de moradores, embora havendo mecanismos de controlo, de modo a evitar rupturas. Estes processos devem por isso, em meu entender, estar sob a vigilância atenta dos serviços municipais, sendo que estes devem estimular a criação de actividades e/ou grupos organizados que sejam um (eventual) espaço de reconhecimento e interacção desses diferentes grupos. Lemos Peixoto corrobora esta visão: “Para a generalidade do património edificado corrente, não monumental, seria desejável o estabelecimento de um modelo assente na reciprocidade, baseado predominantemente na propriedade privada – articulado em Fundos nacionais, regionais ou municipais, criados com o intuito de aumentar o controle público sobre valores patrimoniais essenciais”³⁴³.

Esta dinâmica processual não tem sido objecto de grande reflexão no caso português. No entanto, se tivermos em conta as experiências de outros países verificamos que a interacção desta dinâmica com os processos de reabilitação urbana, tem gerado alguns conflitos, nomeadamente ao nível das alterações dos conteúdos sociais dos espaços urbanos. Esta inevitável coexistência entre diferentes modos de apropriação,

³⁴² FREITAS e PEDRO, 2003:2067.

³⁴³ PEIXOTO, 1999:62.

que se traduzem em lutas e no uso de recursos distintos com base em diferentes estilos de vida, podem ter repercussões na lógica local destes bairros, que importa ter em conta. Uma actuação que privilegiasse uma vertente estratégica, em articulação com uma vertente operacional, em vez de ignorar estas dinâmicas, tê-las-ia em conta, tentando avaliar o seu impacto, e a contribuição que poderiam dar ao processo de reabilitação urbana no sentido de obter, conjuntamente, uma requalificação social e urbana.

A manter-se o modelo que tem vigorado na actualidade, em que se deixa funcionar o mercado, mas a par dos esquemas municipais de reabilitação, conseguem-se situações de algum equilíbrio (está para se avaliar, daqui a uns anos, as consequências da intervenção nos tecidos históricos da cidades, das novas Sociedades de Reabilitação Urbana). Mesmo assim, tem sido evidente que este processo, principalmente aquele que envolve o mercado da habitação, é feito, na planificação das intervenções e no acesso à compra e/ou ao apoio financeiro à recuperação, à margem de uma grande parte da população. Só um grupo dominante, embora minoritário, possui o poder de se apropriar do espaço urbano e alterá-lo em seu benefício. É também o mesmo grupo que detém o capital e o poder político. Em certos centros históricos, particularmente em localidades consideradas típicas, pela qualidade de sua morfologia arquitectónica, tem sido nítido nos últimos anos, o modo e a rapidez como certos processos são conduzidos, denotando, por parte de todos os serviços envolvidos, na receptividade a estes novos proprietários e às suas intenções, uma atitude verdadeiramente distinta daquela que está reservada aos moradores mais antigos. É seguramente fruto de uma maior identificação ideológica, isto é, o grupo social e cultural a que pertencem é, quase sempre o mesmo. Só a existência de gabinetes permanentes para estas áreas consegue efectivamente atenuar estas circunstâncias. Jorge Gonçalves afirma taxativamente: “Entre os decisores e os utilizadores existem, por exemplo, os arquitectos e outros técnicos ligados ao urbanismo que não fazem mais que reproduzir territorialmente os objectivos formulados pela classe dominante. Nesta podem incluir-se os promotores imobiliários e o Estado (que é também árbitro dos conflitos de interesses no interior da classe)”³⁴⁴. No entanto, parece ser claro que quando o objecto da «cobiça» é o centro histórico das localidades, que é possível utilizar o seu valor simbólico, dinamizador da participação de maiores segmentos da população em sua defesa, para, de alguma

³⁴⁴ GONÇALVES, 2002:53.

forma, condicionar as políticas dos decisores, introduzindo algum equilíbrio e democracia nestes processos.

A questão da intervenção no parque habitacional dos centros históricos pode ainda assumir níveis de grande complexidade, devido ao conjunto de pressupostos com que hoje se avalia a adequação de um fogo às funções de residência. António Batista Coelho elaborou uma lista de Factores da Qualidade Arquitectónica Residencial, apresentada ao Fórum Habitação:

“(factores de) Relação

- Acessibilidade
- Comunicabilidade

(factores de) Adequação

- Espaciosidade
- Capacidade
- Funcionalidade

(factores de) Conforto

- Agradabilidade
- Durabilidade
- Segurança

(factores de) Interacção

- Convivialidade
- Privacidade
- Privacidade

(factores de) Identificação

- Adaptabilidade
- Apropriação

(factores de) Aspecto

- Atractividade
- Domesticidade
- Integração

Por ela se vê como é difícil conseguir uma integral correspondência de todos estes factores quando lidamos com tecidos edificados mais antigos, pelo simples razão de que tais critérios não existiam quando a cidade foi construída. Podemos dizer que o

processo de requalificação desse parque habitacional passa em grande medida por inventariar quantos destes factores estão presentes, quais os que faltam, dos que faltam quais os que é possível recuperar, quais serão as medidas auxiliares para compensar aqueles que não é possível, de todo, proporcionar no espaço do fogo e/ou do edifício. Em circunstâncias mais gravosas, como salienta Lemos Peixoto, é preciso, dentro de uma cuidadosa avaliação, considerar “a necessidade de demolir edifícios que, sob o ponto de vista urbanístico e arquitectónico, não haja interesse em conservar”. Mas repare-se que se propõe aqui uma salvaguarda patrimonial importante, uma vez que ele destaca, de imediato, que “a renovação de edifícios e conjuntos que conservam sentido útil e que são demolidos obedecendo apenas à lógica de resultados financeiros (ou sob perspectivas sectoriais indiferentes aos argumentos patrimoniais) são acções que ferem as populações, retirando-lhes memórias e referências”³⁴⁵.

Em Portugal, devido às circunstâncias políticas que já referi, a situação agravou-se de uma maneira profunda. Primeiro, porque não havia capacidade financeira de recuperação dos edifícios, sendo, inclusive, um mercado de certa forma, congelado, no que respeita às áreas históricas; segundo, porque no frenesim de poder popular que se seguiu a 74, cada um foi fazendo o que podia, tendo-se chegado ao caso emblemático da famosa torre da marginal de Viana do Castelo, que o actual *Polis* extirpou. Assim, temos, conjugadas, as seguintes causas:

- o baixo nível dos rendimentos das famílias em relação ao custo de habitação nova e das obras de conservação e beneficiação;
- o deficiente ritmo de construção nas áreas metropolitanas nos anos 50 e 60;
- a crescente desadequação do sistema de controlo das rendas habitacionais;
- a continuada construção sem os suficientes padrões de qualidade construtiva e/ou de enquadramento urbanístico;
- a inexistência ou a falta de imposição de um sistema de controlo legislativo e ou regulamentar que preservasse as áreas históricas da especulação.

³⁴⁵ PEIXOTO, 1999:65.

A situação não era original, tinha ocorrido, com variantes, noutros países da Europa, e havia paralelos. Restava, uma vez mais, a questão da vontade política para os seguir. José Aguiar relata um interessante esquema de políticas de incentivo que foi gerado em França (de onde, aliás, copiámos grande parte do nosso sistema jurídico, pelo que não seria difícil a importação dos esquemas propostos). A França tinha sofrido um processo paralelo de congelamento de rendas no parque imobiliário de certas zonas mais antigas da cidade, e portanto, de início, começa por se destacar a importância de alterar esta situação “porque o fim do congelamento das rendas (...) viabilizava-os economicamente face às vantagens da sua centralidade; segundo por que um Plano de Ocupação dos Solos para esse sector da cidade estabelecia que, para cada parcela do centro histórico, correspondessem índices de ocupação do solo, volumetrias e número de pisos, inferiores [!!!] aos dos edifícios já existentes nessas mesmas parcelas. A justificação para essa redução nos índices de ocupação tem obviamente que ver com factores de índole ambiental, de saúde e de ecologia urbana (...) tornava-se assim evidente que os proprietários teriam o máximo interesse em manter os seus edifícios em bom estado já que qualquer demolição e nova construção seria fortemente penalizada em termos de áreas totais e de volumetria, por comparação com as que já existiam”³⁴⁶. Ressalve-se já que este texto foi escrito antes de, finalmente, se ter alterado a lei do arrendamento. Resta saber se este inteligente esquema de controlo a partir dos índices (que, aliás, foi igualmente seguido na Bélgica) será posto em prática entre nós. A avaliar pelo que tem sucedido na Avenida da República, em Lisboa, não me parece que a «tradição» aponte nesse sentido... Vamos a ver se para os Bairros Históricos, lista que deveria já incluir as zonas edificadas no início do século XX, como Campo de Ourique, essas medidas regulamentares são propostas e aplicadas. Para Lisboa e para o restante país.

Como agir? São da maior actualidade as questões que este autor coloca:

- “Como vamos conseguir reconciliar os interesses sociais com os privados na reabilitação urbana?

- Como conseguir tornar transparentes para as populações os processos e os resultados da reabilitação urbana?

³⁴⁶ AGUIAR, 1995:32.

- Como conseguir reafirmar as capacidades de uso do património urbano, garantindo uma compatibilidade funcional com a sua morfologia e tipologias da edificação

- Como evitar que o prestígio estético e histórico dos antigos centros urbanos se torne num factor destrutivo e como evitar o seu oposto, ou seja, a «museificação em formol» dos centros históricos?

- Como evitar a perda da natureza do parque edificado e a reconversão das tipologias domésticas em pub's e outras funções comerciais?

- Como evitar o *kitsch* do «típico» que nos mete *fast foods* à americana e *pub's* à irlandesa nos centros históricos?

- Como evitar o fachadismo que, redescobrimo a pedra, retira o reboco em edifícios que sempre o tiveram e pinta de branco (ou de outra cor qualquer) a junta entre as pedras? Como combater o mau gosto dos mobiliários urbanos «à traça primitiva» ou o seu oposto, como o alumínio das paralelepípedicas cabinas telefónicas *standard*?"

Uma das respostas, pelo menos a uma parte destas situações – e é a que tem sido mais utilizada em muitos dos esquemas de incentivos financeiros à reabilitação de prédios de habitação – é a compensação fiscal. Eventualmente, como sugerem alguns autores, corrigir os modelos de tributação imobiliária em função dos investimentos realizados na preservação, reabilitação e utilização dos imóveis, e preferencialmente, acompanhados de mecanismos de desencorajamento da demolição de edifícios com significado em conjuntos históricos. Numa perspectiva mais geral pode salientar-se a seguinte ideia: não pode existir um plano urbano viável sem lhe estar associada uma política habitacional. Nos processos de recuperação das áreas históricas eles não são efectivos se não se envolver os moradores no processo. Portanto, se não existirem moradores...

Nuno Teotónio Pereira, na revista *Pedra & Cal*, propôs há cerca de três anos, uma lista de medidas para a reabilitação. Como as recentes alterações parecem indicar que alguma coisa de positivo se virá a fazer, estas análises assumem o maior relevo, pois a partir delas se poderão organizar prioridades de acção:

Lista de medidas para a reabilitação

1. declaração de «áreas críticas de reconversão urbanística», cobrindo os tecidos urbanos onde se verifique uma forte presença de fogos devolutos ou terrenos expectantes;
2. discriminação positiva, em termos de incentivos – subsídios, benefícios fiscais, etc. – em favor da reabilitação e mesmo da construção nova no interior das cidades;
3. na mesma perspectiva, atribuição de condições preferenciais no interior das cidades para os empreendimentos de realojamento nos programas de Habitações a Custos Controlados;
4. penalização fiscal progressiva das habitações não colocadas no mercado;
5. criminalização, por gestão danosa do património, dos actos que intentem acelerar a degradação de edifícios;
6. caducidade das licenças de obras em edifícios devolutos e de construção em terrenos expectantes quando as mesmas não sejam utilizadas no prazo de dois anos;
7. contenção drástica das expansões periféricas através da revisão dos PDM das áreas metropolitanas;
8. melhoria da atractibilidade das áreas no interior das cidades mediante planos municipais de reordenamento urbano, financiáveis por fundos comunitários que, por exemplo, viabilizem o estacionamento automóvel para os residentes.

c
nã
cida
tenta
desen
concita
pacífica.
estaciona.

Em Inglaterra.
objectivos sin
conduziu a um
(como eles diria
objectividade, a v

Plano: necessário p

Circulação: "O tráfego
objectivos básicos dev
veículos. Nem só o tráfego

E continua: "Medidas como as propostas não são uma utopia – elas são inteiramente viáveis – dependendo apenas da vontade política de resolver os problemas e de enfrentar alguns interesses instalados. As nossas cidades precisam urgentemente de ser reordenadas. E a ocasião é propícia. (...) É neste quadro que se pode invocar a experiência bem sucedida, de contratualização plurianual entre a Administração Central, o PER, Programa Especial de Realojamento, lançado em 1974, e os municípios. Efectivamente, quando passaram 10 anos, o PER parece vir a poder ser

que, a traços largos, a metodologia que permitiu o seu sucesso
que agora se propõe: recenseamento quantitativo -
condições legais e de financiamento; e
para o recenseamento dos f...
população e da h...

Carácter: "Cada cidade possui o seu carácter próprio e todos os seus objectivos devem obedecer ao desejo de conservar, e até aumentar, o seu individualismo (...) em algumas cidades o objectivo principal deve ser o de conservar o centro urbanon tanto quanto possível na sua forma actual. O carácter de uma cidade encerra qualidades estratégicas, pelo que precisa de compreensão e competência, a fim de que as não perca no seu processo de renovação"³⁴⁹.

As razões para esse esforço são, não só, de natureza ambiental, como também social, mas também de ordem física. Quer se trate de diminuir a intensidade, penalizar o estacionamento, reduzir a velocidade, diminuir as áreas de circulação, os métodos utilizados têm sido variados, mas ainda não eficazes ao nível a que se desejava. Este problema tem, aliás, uma faceta mais complexa, se retomarmos a noção de planeamento integrado que já anteriormente abordada. Não basta resolver a questão do automóvel no casco histórico, é necessário intervir em termos da gestão do tráfego em toda a cidade. Neste campo, fizeram-se investimentos consideráveis no sentido de criar (ou requalificar) a morfologia do sistema viário, pelo menos nas zonas de interface entre a cidade antiga e a mais contemporânea.

Nalguns países do Norte da Europa fizeram-se experiências muito interessantes, como foi o caso da introdução do modelo «woonerf» que procura fazer uma gestão da morfologia da rua e do seu uso a partir de uma prioridade invertida, ou seja, nas horas de maior intensidade de uso pedonal, reduz-se o espaço para as viaturas automóveis. Este sistema tem sido aplicado precisamente em zonas de transição, procurando criar um sistema de tampão parcial que diminua a proximidade dos carros das zonas comerciais completamente pedonizadas. Embora não tenha sido desenvolvido com a finalidade de enquadrar os centros históricos especificamente, parece-me que é uma solução muito interessante para cidades de grande ou média dimensão. Noutros países criaram-se zonas de velocidade máxima de 30 km hora, mas parece-me que o que será desejável é encontrar modelos que efectivamente reduzem a presença (mesmo que lenta...) das «latinhas».

Será interessante, para situarmos um pouco esta questão da reorganização do tráfego automóvel em favor das pessoas, citar um texto escrito por Robert Shaw em 1961, e apresentado no 1º Colóquio de Urbanismo português, onde refere esta questão,

³⁴⁹ MINISTRY OF HOUSING AND LOCAL GOVERNMENT, 1967:54.

segundo ele apenas “uma sugestão para o progresso dos centros das cidades por fases por me parecer este um processo racional e prático. A primeira fase seria libertar os centros das cidades de todo o tráfego que não tenha realmente de ir aí. Muitas cidades têm ainda uma grande quantidade deste tipo de tráfego, simplesmente porque cresceram à volta de cruzamentos de estradas e estas ainda teimam em encontrar-se no centro³⁵⁰. Como sabemos, foi precisamente este o caminho que começou a ser trilhado desde o final da década de 70, em muitas localidades com centros históricos, na tentativa de «desatar» esses nós que tais cruzamentos de estradas representavam; em muitos locais, eles persistem ainda, e são o exemplo da dificuldade de circulação que representam.

A sua descrição para a valorização das zonas pedonais, a mim, que sou historiador de formação, parece-me a mais clara e inteligente resposta jamais dada para a questão da circulação viária nas áreas comerciais das cidades, e particularmente, naquelas cidades em que tal zona é o coração do centro histórico: “Não há nada de novo acerca dos centros comerciais pedestres. De facto esta é a forma mais antiga de comércio no mundo. Os bazares de Istambul, Bagdad, Damasco e outros são seculares e ainda parecem funcionar perfeitamente de forma satisfatória. A salvação do homem perante estes problemas urbanos parece estar ainda nos seus dois pés. De certo modo deveremos tentar restaurar para ele o seu ambiente natural, onde se possa deslocar com segurança e de forma conveniente, absolutamente livre de barulho, acidentes e destruição causada pelo automóvel³⁵¹. Apesar de muitas destas intervenções urbanas, destinadas a remover os automóveis desses locais terem sido relativamente polémicas, o que é facto é que, mesmo que conseguida apenas parcialmente, como em Lisboa, os ganhos quer económicos quer cívicos não têm comparação com a situação anterior. Dai que, efectivamente, seja necessário continuar com estas iniciativas. “O futuro dos centros das cidades constitui um desafio para os arquitectos-urbanistas em toda a parte. Poderemos nós salvá-los do automóvel e simultaneamente restaurar-lhes as qualidades cívicas que foram tão esquecidas durante os últimos 150 anos? Em caso negativo, o coração do centro da cidade será dispersado e dissipado nos subúrbios. Este é um desafio que nós não podemos ignorar³⁵². Na mesma conferência, no debate, Freitas Leal dá como exemplo terem sido criadas «zonas azuis» - de trânsito limitado em determinados períodos - em Setúbal e na Figueira da Foz para criar zonas pedonais, e refere, no que merece

³⁵⁰ SHAW, 1961:428.

³⁵¹ SHAW, 1961:430.

³⁵² SHAW, 1961:430.

destaque mais uma vez pela data em que tais propostas são feitas, que se deveriam remodelar os centros urbanos, quer sejam de interesse histórico reconhecido, quer mesmo já de épocas mais recentes (século XIX ou mesmo do período mais recente de 1920/30). Estas experiências nestas localidades são, no nosso país, pioneiras. E acrescenta este urbanista: “Nestas operações de «desafogo» é ainda muito importante não esquecer que a paisagem urbana das cidades meridionais se apresenta com enquadramentos que se processam segundo pequenos ângulos que evoluem em jogos sucessivos conforme o movimento do observador – isto é, concretamente a *falência das grandes perspectivas* ou dos conjuntos com grandes dimensões. Podemos concretizar tomando para exemplo o enquadramento como o da Sé de Lisboa onde o desafogo que resultaria com a demolição da Igreja de Santo António, viria apenas prejudicar a escala do edifício; ou ainda como na Praça da Figueira ou na nova avenida de Lagos onde a criação de vazios de grandes dimensões acarretou uma diminuição do valor dos edifícios existentes. Existem em todas as cidades difíceis problemas de tráfego nos centros antigos, todavia é necessário que nas demolições a realizar ponderem todos os aspectos em jogo de modo que as gerações vindouras não nos venham a acusar de *bárbaros!*”.

Sendo estes textos escritos em 1961, creio que podemos ver hoje bastantes progressos neste sentido. É verdade que não se conseguiu, na maior parte, uma exclusão completa. Mas, mais do que o progresso quantitativo lentamente progressivo na sua remoção, o que se tem conseguido é uma outra receptividade a essa abordagem, com resultados mais positivos quando englobadas em políticas gerais de ordenamento de tráfego a favorecerem o transporte público como meio complementar.

Para os centros históricos, além do mais, a diminuição da circulação automóvel é fundamental por questões de preservação patrimonial, pois sem a diminuição dos níveis de poluição, coloca-se em risco a sobrevivência de certos elementos da sua riqueza arquitectónica.

Igualmente, já em 1977 Pedro Barbosa dava conta, e como forma de alerta, de outras experiências europeias. Referindo-se a uma reunião de cidades alemãs que discutiram esta questão do tráfego de veículos, conta o que foram as conclusões emitidas então: “A circulação automóvel que, num passado recente, favorecia o desenvolvimento das nossas cidades e permitiu aumentar o raio de acção do homem, ameaça desde há muitos anos a qualidade de vida urbana, tendo como consequências:

- a ruptura da harmonia dos espaços urbanos;

- o aumento do número de acidentes;
- o aparecimento de males devidos ao barulho e aos gases de escape;
- a destruição dos locais de encontro urbanos, especialmente os centros históricos das cidades.

Para remediar essa situação é necessário:

- limitar a circulação automóvel ao estritamente necessário;
- promover a utilização de todos os meios de comunicação melhor adaptados ao meio urbano e à sua população (peões, ciclistas, transportes públicos).

A criação de zonas destinadas à circulação de peões e de zonas de circulação reduzida contribui, de maneira notável, para a humanização das cidades³⁵³.

Alguns autores destacam que ao valorizarem-se patrimonialmente essas zonas, com a inerente valorização turística, mas ao mesmo tempo, diminuindo a acessibilidade às mesmas de veículos, que parece estar a investir-se em duas facetas contraditórias em termos de estratégia de atracção de visitantes. Tal não é verdade. É imperioso que o visitante seja confrontado com o valor da qualidade patrimonial de que pretende usufruir. E, portanto, neste aspecto, ser selectivo se tal for necessário. A atracção do lugar tem que residir na sua qualidade patrimonial e não na facilidade de acesso. Há uma mudança de mentalidade para fazer, e não cabe exclusivamente aos centros históricos ser o único sujeito da sua concretização.

Cullen marca muito uma nova visão do que deverá ser a salvaguarda dos centros históricos, ao levantar críticas contra os estragos causados nestas áreas urbanas pela invasão indiscriminada dos automóveis, pela saturação de «elementos parasitários» que a cidade não conseguia «digerir» e a falta de cuidado estético no desenho dos novos objectos e construções que iam povoando as cidades³⁵⁴. Mértola, como teremos ocasião de demonstrar, está mesmo a precisar de ser «desparazitada»...

Se se pretende cruzar a reabilitação com a reanimação social e, ainda, com estratégias de turismo cultural, se o espaço exterior urbano vai ser usado como via pública num sentido comunitário (e não meramente viário) então não podem deixar de se melhorar as suas condições funcionais, ambientais e de segurança, o que implica a proibição do transito automóvel no núcleo histórico, excepto a residentes e serviços

³⁵³ BARBOSA, 1982.

³⁵⁴ CULLEN, 1990:397.

públicos, com rigor na fiscalização e coimas que desencorajem as tentativas de incumprimento.

É fundamental impor estas zonas sem peões, particularmente nos centros históricos, e quando eles sejam de pequena dimensão, como Mértola por exemplo, essas restrições devem ser cada vez maiores. Deve ser, obviamente, construída uma estratégia de consenso com os moradores sobre esta questão, mas se é de facto importante a valorização do património que serve ao turismo cultural, não poderá servir essa zona como caótico estacionamento ao ar livre. Nas outras, deve ser restringido ao máximo. Os esquemas alternativos de todo o tipo existem já na actualidade, permitindo que estas zonas sejam acessíveis, em caso de necessidade, por veículos motorizados, bem como em circunstâncias excepcionais, e sendo complementados por bicicletas, transportes públicos, etc. No caso complexo, que se verifica muito nas áreas centrais e nos cascos históricos, que se prende com a existência de estabelecimentos comerciais e de serviços, os seus abastecimentos poderão ser cumpridos através de plataformas logísticas, que são elementos de extrema relevância nestas estratégias.

Alfonso Sanz Alduan, num texto brilhante que não posso deixar de reproduzir aqui com o intuito de o divulgar o mais possível, coloca todo este problema sob uma crítica pertinente, a partir de uma imagem comum, demonstrando cabalmente, que este não é um problema que se venha a conseguir resolver com medidas de acomodação a todos os interesses em presença. Há que introduzir rupturas, e quanto mais cedo se adoptar umas das soluções – pois não é forçoso que se queira proteger o património histórico urbano... -, mais cedo os resultados poderão ganhar a desejada coerência, decerto preferível à situação de impasse e hesitação que neste momento é a mais comum. Aos políticos, a quem custa sempre tomar decisões que não sejam absolutamente unânimes, e a todos os cidadãos anti-pedestrianização, aqui sublinho, com este texto, como é necessário alterarmos a nossa atitude.

“Qual é o sentido que faz domesticar um elefante para que saiba comportar-se numa loja de porcelana, para que os seus movimentos sejam lentos e calculados? Qual é a finalidade de um espaço repleto de protecções para evitar os danos «elefânticos» nas porcelanas mais sensíveis e vulneráveis?

A cidade dos elefantes domesticados é uma cidade cheia de próteses e defesas, de sinais e de alarmes, de regras e proibições. As apertadas fileiras de faixas estreitadas ou até a aparente descontinuidade dos itinerários dos «woornerven» holandeses

marca o trilho dos elefantes. A paisagem urbana da era do automóvel está dirigida e formalizada a partir das exigências e das consequências deste veículo e a nova orientação do 'desenho tranquilo' não escapa às mesmas exigências e consequências ainda que seja para as moderar.

Porém o espaço natural do 'elefante' não é a cidade: é demasiado grande - ocupa demasiado espaço -, é demasiado rápido e potente, é demasiado malcheiroso e ruidoso e, como se isto ainda não bastasse, come mais alimentos / energia aqui do que em qualquer outro lugar. A domesticação a que o submetem as técnicas de diminuição do tráfego deixa a nu as suas incompatibilidades com a cidade: trata-se de uma espécie habituada à estrada, de eficácia máxima para grandes distâncias. Por isso, quando se pensa na loja de porcelana sem 'elefantes' abrem-se novas possibilidades, podem reorganizar-se as suas dimensões e a forma das suas estantes protectoras. A cidade liberta-se de uma grande parte dos constrangimentos que a tomaram durante um curto período da sua história"³⁵⁵.

O sublinhado é de minha lavra, se me é permitido tentar contribuir para destacar que, para valorizar o património histórico edificado, não há outra solução senão a separação entre a "selva" e a "reserva florestal"!

3.3.4 - Políticas sectoriais de gestão do espaço público

As metodologias desenvolvidas nos últimos anos nas teorias do ordenamento urbano, e o seu cruzamento com a investigação relativa aos aspectos sociais e económicos apontam no sentido de considerar a acção sobre o espaço público como a alavanca estratégica dos projectos para a cidade. Esta parcela da acção de requalificação dos cascos históricos é, sem qualquer dúvida, da maior importância. É comum associar a cidade antiga, contemporaneamente, com a possibilidade da sua redescoberta. Quer pelo turismo organizado, quer pela visita ocasional, ela permite a construção de estruturas de referências simbólicas, ou, tão só, a aquisição de dados culturais. Estes processos decorrem maioritariamente, no espaço público. Daí que ao património arquitectónico e memorial seja fundamental acrescentar a qualidade do ambiente.

³⁵⁵ SANZ ALDUAN, 1994:408.

Entre as duas, como destaca Vítor Matias Ferreira, perpassa “a própria avaliação da *qualidade de vida urbana na e da cidade*”³⁵⁶.

Neste tipo de acção, e já que agora se procede, muitas vezes, com alguma ligeireza nessas intervenções, no que ao enquadramento patrimonial diz respeito, será interessante recordar as palavras de Nuno Portas ao Congresso de Urbanistas de 1961, já algumas vezes citado nesta dissertação. Os seus alertas denotam uma correcta noção do que deve ser a contextualização de certos vestígios do património histórico urbano, e da forma de tratar o espaço público: insiste ele “que se suspenda a orientação até agora vigente, de pensar-se que se *salvam os centros fazendo cenografia*, por «pastiches» dos estilos do passado, que não podem servir à vida dos homens de hoje, nem muito nem menos, o seu progresso cultural. Em contrapartida – e sempre que se tenham de prever intervenções de cirurgia nesses ambientes – não pode manter-se mais a *segregação da arquitectura de expressão actual*, do mesmo modo que também não se segregam dos centros existentes os homens de hoje, e estes, para o serem plenamente, não arrancam as próprias raízes históricas (antes as integram em novos objectivos vitais). Problema diferente é o da possibilidade e modalidades de integração do novo com o pré-existente – e que de modo algum se pode resolver com pressões que levam ao disfarce e à mentira cultural: os nossos centros históricos o provam pelo absurdo”³⁵⁷.

O espaço público, enquanto massa não regular de espaços intersticiais ao edificado e aos logradouros restritos, representa um potencial específico da própria cidade. Neles se expressa a comunidade residente e a passante. Neles vive-se o sentimento do urbano. Ao longo das suas margens podemos ver a expressão física da cidade, e, quando na cidade histórica, podemos atravessar épocas e contemplar as obras monumentais e os pequenos testemunhos dos acontecimentos que a moldaram, dos mais grandiosos aos mais quotidianos.

A requalificação da cidade histórica passa, em muito, pela requalificação do seu espaço público. As metodologias actuais reforçam a necessidade de identificar os aspectos mais relevantes a conservar, embora considerem que não se deve proceder a falsificações historicistas. Lynch afirma, em *A Imagem da Cidade*, que o fundamental «é descobrir e conservar as imagens fortes, resolver depois as consequências das dificuldades de percepção e, sobretudo, fazer surgir e evidenciar as estruturas e o

³⁵⁶ FERREIRA, V.M., 2001:106

³⁵⁷ PORTAS, 1961:455.

individualismo latentes no meio da confusão». Por sua vez Schulz defende que aquilo que há que conservar são as propriedades estruturais fundamentais pois são essas que conferem a atmosfera geral ao Lugar. Entre aquelas propriedades considera o tipo de implantação, a modalidade de construção (massiva ou esquelética) e os motivos característicos.

Tal como referimos para determinadas outras características do conjunto edificado nos centros históricos (principalmente para as características das infraestruturas das habitações) também no caso dos espaços públicos se verificou uma generalizada decadência e mau uso nos centros antigos que sofreram processos de degradação. Equipamentos colectivos, espaços verdes e zonas de convívio passaram a fazer parte das operações de requalificação destas áreas. É preciso de qualquer maneira ter em consideração que “o grau de satisfação atingido pelos diferentes indivíduos em termos de qualidade de vida no mesmo ambiente, varia e depende profundamente das suas vivências urbanas, que por seu turno variam de cidade para cidade e dentro da mesma cidade. Os núcleos urbanos possuem uma maior diversidade e quantidade do conjunto de serviços e equipamentos, hoje em dia considerados como fundamentais pelas populações, proporcionando um meio de fácil acesso às facilidades e aos bens que fazem parte do dia-a-dia das pessoas e contribuem para a qualificação do seu quotidiano (emprego, maiores rendimentos, acesso à cultura e ao lazer)”³⁵⁸. (Este cenário aplica-se com maior rigor a cidades de maior dimensão).

Referi já, noutros capítulos, que o centro histórico é o local onde se acumulam os valores simbólicos de uma comunidade. Por essa razão, este local funciona como um poderoso atractor, quer para a população da localidade em geral, como para aqueles que a visitam – ninguém procura os bairros novos para visitar. Porque será? Esse contínuo vai e vem de pessoas, tão característicos nos locais de maior valor patrimonial, fazem também já parte da paisagem urbana que compõe o seu espaço público. Do mesmo modo, uma parcela relativamente importante do convívio social é concretizado nesse espaço público, o que representa também um diferença considerável, principalmente para áreas urbanas ainda muito monofuncionais, cumprindo funções de dormitório. A fruição do espaço público, no seu modo de se concretizar, é também ele um dado cultural importante, e por esse motivo, fundamental a sua preservação.

³⁵⁸ BAPTISTA, 1998:19.

No desenvolvimento destas políticas de valorização do espaço público podemos também inserir os modelos de urbanismo comercial, que passaram já a constituir-se como uma nova figura de planeamento.

O projecto PROCOM³⁵⁹ em Portugal foi pioneiro – em termos de política sectorial – no incentivo à reabilitação de zonas comerciais em áreas urbanas tradicionais, e foram diversas as localidades que aproveitaram para inserir este modelo de financiamento como uma parcela das estratégias para a reabilitação das áreas históricas³⁶⁰.

Como se definia na programação desta medida, conjugam-se nestes projectos dois objectivos práticos: o dos comerciantes, que procuram atrair mais consumidores; e o dos urbanistas, que pretendem reforçar a vitalidade do centro das cidades.

Este projecto procurava usar a vontade de alguns segmentos de consumidores em encontrar uma resposta mais individualizada, fora das grandes superfícies «artificiais», e tal resposta exigia (e exige ainda) o investimento na redinamização e recuperação material das áreas urbanas centrais que se foram afectando ao comércio durante o curso da história das localidades. Por alguma razão se dedicaram a estas actividades as famosas “ruas direitas” – expressão que se tornou sinónimo de eixo comercial central. No entanto, essa densificação parece hoje não ser já, por si só, suficiente para a atracção dos desejados clientes e para a manutenção de uma vida urbana intensa, aspecto que é o que aqui mais nos diz respeito.

A maior parte da «deslocalização» das actividades comerciais para outros locais deve-se, em grande medida, ao estrangulamento das vias de circulação e graves carências de circulação automóvel. No entanto, o PROCOM procurava também dar resposta à falta de equipamento urbano condigno, à falta de espaços públicos qualificados, à escassez de actividades sociais relevantes, todas elas, no fundo, procurando travar e inverter a tendência que estas áreas sofrem de perda de residentes.

Para lá do importante aspecto que este programa encerrava que permitiu a modernização das qualificações dos estabelecimentos comerciais, aquilo que para

³⁵⁹ O PROCOM foi instituído pelo Dec. Lei 184/94 de 1 de Julho, e pretendia consignar o “apoio financeiro a projectos de investimento promovidos por empresas legalmente constituídas [da área comercial](...). Fundamentalmente, trata-se de um apoio financeiro a fundo perdido, até 66% do total do investimento necessário à modernização de qualquer ramo do comércio a retalho (...)”.

³⁶⁰ Em Mértola foi candidatado um único projecto, de que se dará conta no capítulo 4.

esta caso é mais relevante prendia-se com a intervenção urbana, em, que era fundamental a requalificação do espaço público³⁶¹.

Nas áreas históricas de maior densidade de estabelecimentos tornou-se visível, através de algumas experiências piloto, que o sucesso da sua redinamização passava pela adopção de modelos de gestão que se aproximassem das economias de escala que são seguidas nas grandes superfícies (gestão centralizada do espaço comum e eventuais infraestruturas associadas, bem como das campanhas publicitárias e de animação, por exemplo).

Seja por esta forma, ou outra, o fundamental é que as políticas sectoriais a implementar nestes casos permitam:

- a manutenção da oferta diversificada, em termos comerciais, e o progresso nas formas de concretização desse comércio (gestão, atendimento, serviços complementares, etc.);
- a revitalização da vida social, aumentando a atracção aos consumidores
- a recuperação dos edifícios, vias, e outros espaços públicos que se encontra(va)m degradados, etc.

Um projecto de urbanismo comercial deve assentar em três eixos essenciais. Para lá do sistema socioeconómico e comercial, releva o sistema urbanístico – arquitectónico e de espaços públicos. O diagnóstico integrado destas múltiplas realidades para uma determinada cidade define as potencialidades e debilidades em presença e habilita o urbanista a prescrever as melhores soluções.

Este modelo parece consignar a metodologia mais correcta. Em meu entender, uma estratégia de revitalização de uma área urbana (que tenha este potencial, como é evidente) deve seguir as ideias que foram a base do programa PROCOM. Independentemente dos financiamentos terem que ser encontrados de outra forma, a abordagem é correcta, dando resultados a longo prazo que as experiências concretas realizadas comprovam.

³⁶¹ Em Mértola este projecto parece estar finalmente a avançar para a sua concretização (discutem-se neste momento as especialidades técnicas). No capítulo respectivo será, apesar de tudo, apresentada a planta deste eixo.

Um modelo que preconiza, além das razões económicas, a dinamização da vida social e cultural da urbe, tem que ser estimado como relevante quando se pensa na sua aplicação aos centros históricos portugueses.

O cruzamento dos objectivos destes dois segmentos permitirá que a estratégia urbanística – a cargo das câmaras municipais – permitam, assim, a tornar confortável o espaço urbano. Por isso, devem definir-se os eixos comerciais que devem ser pedonizados, o equipamento dos espaços públicos, o ordenamento do tráfego e a criação de estacionamento adequados, a iluminação pública, os arranjos das praças, a animação das ruas e todas as medidas necessárias à qualificação da imagem urbana.

Igualmente, a sua concretização exige a criação de laços entre os diferentes interessados, exigindo parceria de esforços entre os diferentes agentes e interesses em presença (associações empresariais, comerciantes a título individual, proprietários, residentes, empresas ‘terciárias’ sediadas na zona, colectividades, a autarquia, etc.). Toda esta dinâmica não poderá deixar de ter elevados impactos positivos no processo de reabilitação da área urbana histórica de qualquer localidade.

3.3.5. – Políticas sectoriais de sensibilização para a gestão e fruição patrimonial

Quando se aborda a temática da reabilitação urbana da cidade, e não meramente da cidade histórica, podem colocar-se desde logo duas questões: o que se reabilita? Para quem se reabilita? Quando se intervém em áreas antigas, a esta questão podem associar-se duas outras: o que é que possui valor patrimonial? Quem é que define esse valor?

Na minha perspectiva, e já o expressei noutros capítulos, estas acções exigem a participação da população e dos fruidores, de uma forma extensa, participada, democrática. Muitas vezes caem os técnicos na tentação do argumento “as pessoas não percebem nada disso”. Seria como dizer aos pais que eles não percebem nada da educação dos seus filhos e se devem manter alheados apenas porque não dominam

os conteúdos específicos da história, da matemática, da filosofia ou mesmo da gramática. Sentir o património, viver paredes-meias com ele não significa que se tenha estudado os tratados de Vitruvius ou que o articulado da Carta de Veneza seja o seu recitativo, todos os dias ao despertar. E, igualmente, não significa que se seja excluído do progresso de planificação e programação das operações de requalificação a empreender. Nas metodologias propostas, contemporaneamente, pela equipa do GURPLAM, no LNEC, a introdução de um especialista em comunicação social para estabelecer correctamente esse interface entre os técnicos especialistas e a população parece-me um ganho metodológico importante, e que deveria ser tornado obrigatório nos gabinetes de intervenção nas áreas urbanas a recuperar, mesmo nas não-históricas.

Como consta do Relatório URBAN, “o papel reservado à população levanta pelo menos três grandes desafios:

- que participação da população na geração de soluções, como detectar capacidades escondidas e mobilizar lideranças e energias locais para acções que ultrapassem uma visão meramente assistencial?

- haverá lugar a mecanismos específicos de regulação local que valorizem tradições e padrões culturais da população? Como conciliar essa aceitação de «poderes locais» com formas de solidariedade (nalguns casos) perversa associadas aos problemas de marginalidade, tráfico de droga e toxicoddependência?

- como valorizar a função fulcral das escolas nestas áreas equilibrando o duplo papel de valorizar a identidade cultural (...).

Estas questões repõem o binómio das estratégias *top-down* ou *bottom-up* [já salientadas noutra capítulo] e pressupõem que uma estratégia a partir da base não pode confundir-se com uma estratégia desenhada e proposta pelo município sem um activo envolvimento da população abrangida”³⁶².

Portanto, há que escolher uma destas configurações e torná-la clara a todos os agentes. E a partir daí desenvolver os programas técnicos, na consciência de que a cidade que se qualifica necessita de idêntico grau de progresso por parte dos seus

³⁶² Relatório URBAN, 1997:90.

ocupantes; quer isto dizer, a cidade intervencionada necessita manter a identificação com a população, e, portanto, esta precisa de continuar a reconhecer-se no espaço físico e na vivência social. A desestruturação da relação entre estas duas componentes, que nalguns casos ocorre, modifica a cidade. Ela perderá sempre algo do que possuía como tradição, seja no seu património imaterial, seja na sua funcionalidade.

Daí que seja relevante contar com a participação da população neste processo (para que, a ter que haver modificações, elas possam ser gradual e conscientemente incorporadas), e daí a grande importância das acções de sensibilização, de construção de formas participativas de cidadania, que são, acima de tudo mais, o único modelo de verdadeira sustentabilidade do investimento e das acções de salvaguarda executadas. Como destaca Vítor M. Ferreira, “a qualidade do exercício da cidadania é, pois, inseparável da própria *qualidade da cidade*, isto é, da qualidade do «urbano», ou seja, ainda, da própria *urbanidade*. Isto significa que a reivindicação de uma melhor cidadania pode, ou melhor, deve ser feita, também, no quadro da reivindicação de uma melhor urbanidade! O que significa que o exercício da cidadania não se esgota no exercício dos direitos civis, sociais e políticos (...). Pressupõe, também *direitos urbanos* – direito à habitação, direito à mobilidade, direito aos espaços públicos, direito à governação urbana, etc. – que são, também, *deveres urbanos*, no sentido, precisamente, do exercício pleno da cidadania!”³⁶³.

Por estas razões, é fundamental que a população não seja meramente confrontada com a aprovação dos esquemas já desenhados, planeados, estruturados. É preciso que ela seja auscultada durante as etapas de concepção. Não se nega aqui um papel aos inquéritos públicos que são feitos previamente, mas quantas vezes as pessoas são apenas nesse momento informadas de uma determinada intenção e instadas a dar a sua opinião, nestes casos com um tempo nulo, praticamente, de reflexão. E compreendem-se as dificuldades de uma democracia directa constante, isto é, não se podem colocar todas as questões todos os dias. Mas com certeza que seria mais eficaz, como estratégia de sensibilização para a salvaguarda do património edificado, que em momentos de reflexão determinados, essas interrogações saíssem dos estiradores para a rua. Apesar de ser, a maior parte das vezes, concretizado numa base informal, é este o motivo porque tantos gabinetes técnicos ou de centro histórico têm sucesso, e porque devem ser instalados dentro da própria área a requalificar: os

³⁶³ FERREIRA, V.M., 2001:122.

técnicos, nos seus percursos diários, são contínuos inquiridores de informação, porque as pessoas aproximam-se a trazer a sua opinião, e vão reforçando, com essas contribuições, e se os técnicos (como é suposto...) tiverem a sensibilidade de sobre elas reflectir, a qualidade das propostas e projectos.

Acresce a esta importância de favorecer a democracia no processo de gestão, o facto de que uma grande parte das memórias e dos usos quotidianos não podem ser esquecidos ao ser planeada a intervenção técnica. Certos pormenores só com grande familiaridade e diálogo se conseguem aperceber, e muito da efectiva salvaguarda do património não é senão uma questão de detalhes...

Outra forma de sensibilizar as populações para a salvaguarda patrimonial é introduzir dinâmicas de associativismo, quando elas não existam (acrescidas da gestão combinada de programas de animação sócio-cultural), e fazer-lhes sentir que o interesse público, tantas vezes um argumento para excluir a sua opinião, é verdadeiramente o interesse da comunidade de que elas fazem parte. O consenso é um processo complicado que exige paciência, mas que deve ser uma metodologia obrigatória nestas estratégias de intervenção no espaço urbano. "A participação social escamoteia a distinção cultural. Num momento em que as sociedades tendem a reorganizar-se na base de múltiplos modos e estilos de vida e de diferenciados modelos culturais, recompondo, desse modo, os próprios processos de estruturação e de diferenciação social, aquela «participação», banalizando os distintos quadros culturais, tem implícita uma ideia culturalmente homogénea e socialmente padronizada dos respectivos «participantes»³⁶⁴. Todos são do bairro, todos são cidadãos, a representação identitária tem que ter um reflexo no modelo de gestão, para que essa ligação seja real e duradoura. É difícil? Com certeza. Mas é fundamental!

É verdade que as circunstâncias particulares do nosso país não favoreceram a construção desses hábitos de participação estruturada na gestão dos espaços colectivos. As marcas persistentes do sistema elitista, discriminador e repressivo do regime anterior a 1974, a que acresce o insuficiente processo educativo que a maior parte das pessoas teve – que não prepara o cidadão em competências cívicas, nem lhe estrutura convenientemente as suas ferramentas críticas, ao nível intelectual – gera, como é evidente, dificuldades para a implementação de um processo desta natureza. Os tempos mais recentes, em que os poderes aparentemente democráticos

³⁶⁴ FERREIRA, V.M.,

estão em grande medida condicionados pelo caciquismo partidário, não foram, igualmente, de molde a favorecer esta participação alargada, no quotidiano, aos cidadãos. Os mecanismos de mediação política são muito restritivos. A modificação do figurino eleitoral, que retirou o exclusivo às candidaturas partidárias em certos órgãos do poder, poderá representar uma melhoria, neste aspecto, nas próximas gerações. Portanto, entre o silêncio, o egoísmo individual e o seguidismo a propostas demagógicas, vê-se claramente porque é que a discussão em torno da requalificação social e patrimonial das cidades navega muito entre gabinetes e entre argumentação técnica. São precisas estratégias (perdoe-se-me o anglicismo...) de "empowerment", é preciso sensibilizar as populações para a sua capacidade de intervenção, e para a grande necessidade da sua adesão para o progresso e o sucesso das propostas, à sua construção e aplicação.

As autoridades públicas devem ter em conta a opinião da população local em relação ao êxito dos projectos de renovação. A experiência obtida por algumas autoridades tem demonstrado que uma campanha a favor do «deixe-se a população tomar conhecimento» pode ajudar valiosamente a eficiência do plano na sua expressão final. E, como já salientei, em cada grau de formação do plano deve pensar-se na forma como elucidar a população acerca do parecer emitido pelo município e nas várias propostas que lhe são inerentes.

No sentido de maximizar o sentimento de controlo do sujeito no processo de mudança podemos considerar três aspectos:

- a) Participação dos sujeitos no planeamento do processo no sentido de assegurar um resultado conducente com os objectivos dos habitantes / proprietários;
- b) Fornecer aos habitantes / proprietários ao longo de todo o processo informação que lhes permita evitar situações de incerteza e que facilite o processo de adaptação à nova realidade;
- c) Aumentar a possibilidade de escolha dos habitantes / proprietários.

É por algumas destas razões que me parece fundamental que as políticas a instituir, como complementares ao processo de reabilitação urbana, possam aumentar o acesso aos equipamentos culturais e às actividades culturais (bem como à criação cultural, inclusive, procurando estimular o seu espírito criativo como estratégia para a

apropriação da realidade e desenvolvimento do referido «aparelho crítico» ao nível cognitivo), bem como permitir aos artistas locais (profissionais e amadores) condições para a criação de qualidade, encorajar a inovação artística e os intercâmbios entre diferentes formas de arte (veja-se o exemplo de Monsaraz e do seu festival de artes *Museu Aberto*) são os objectivos mais referidos para o tema desenvolvimento cultural.

Do mesmo modo, não deve ser esquecido o desenvolvimento económico, devendo por isso serem asseguradas, quer a criação de emprego e a possibilidade de formação (ou requalificação profissional), quer o apoio às empresas locais. Estas situações denotam, junto das populações, a vontade de que a intervenção de reabilitação dos centros históricos pretenda ter um carácter estruturante, e que não se trata de uma mera recuperação da expressão material da cidade, mas igualmente de gerar dinâmicas positivas junto do seu tecido social.

O surgimento da Lei de Mecenato de alguma forma veio tentar alargar um campo até aí a contar com raros colaboradores (sem se incluir aqui a Fundação Gulbenkian, como é evidente) procurando chamar a atenção para a responsabilidade cívica de haver um esforço colectivo para a preservação da nossa memória patrimonial, estimular uma cidadania interveniente. No entanto, a maior parte dos investidores privados com alguma capacidade preferem o campo das artes plásticas e performativas para usarem do estatuto (e privilégios fiscais) de doadores, mais seduzidos geralmente com os convites para as *vernissages* que podem oferecer... Mesmo assim, deve referir-se por justiça, que algumas instituições, financeiras e outras, têm patrocinado cada vez mais acções de investigação e salvaguarda do património histórico, arqueológico, religioso, etc, nos últimos anos.

De certa forma, a melhoria e o rigor de que estes processos se foram revestindo, à medida que as equipas que solicitam apoio foram compreendendo a forma de abordar os seus eventuais patrocinadores, também têm contribuído para um aumento substantivo das contribuições privadas para a recuperação do património cultural colectivo. Isabel Cruz Almeida, Directora do Museu do Mosteiro dos Jerónimos, que beneficiou, há poucos anos, de apoio mecenático para o restauro do claustro, parece ter clara percepção do modo como essas relações devem ser articuladas, e assim o expõe: “Um mecenas sente-se de facto mais receptivo quando se pode apreciar um projecto em que os objectivos estão bem definidos, o programa de reutilização serve um bem colectivo e existe um criterioso diagrama de tempos e de custos. Tudo isto dá credibilidade a um projecto. Depois, é preciso manter o mecenas continuamente

informado do desenvolvimento do projecto, dando-lhe conta da aplicação dos recursos financeiros que disponibilizou. A par disso, e simultaneamente, proporcionar-lhe o contacto directo com a obra, a si próprio e a eventuais convidados, de modo a identificá-lo com o projecto. Esta metodologia estabelece uma empatia entre quem pede e quem dá, estabelecendo uma relação de confiança que poderá fidelizá-lo para futuros projectos”³⁶⁵.

Marluci Menezes, numa investigação que realizou, determina, de alguma forma, as linhas orientadoras principais de um sistema integrado que respeite este tipo de filosofia de intervenção. Aliás, é interessante que o seu texto se intitule “ecologia social e reabilitação urbana”, identificando de imediato que a intervenção só faz sentido quando ela recupera todo o eco-sistema, ou seja, que não fará sentido, num tecido urbano, promover uma intervenção do tipo museal. Dos argumentos que recolhe, procurei seleccionar três aspectos, os quais, na minha opinião, se deveriam incluir sempre, como estruturantes, nestes modelos de acção.

Assim, a EVITAR: – “a *regeneração parcial* pode resultar num [des]equilíbrio entre a população residente e uma população residente e uma população oriunda de outros contextos sociais”;

- APOIAR todas as medidas que visem “conservar a população residente e dar possibilidades de fixação aos seus filhos – que por motivos económicos, espaciais e sociais vão para a periferia da cidade – através do controlo de rendas impostas pela especulação), da auto-valorização cultural, da oferta de empregos, entre outras medidas de política”; desta forma garantindo uma mais profunda identidade com as características tradicionais da zona, valorizando a sua especificidade cultural;

- TALVEZ, é a resposta que tem que se aceitar quando se considera só haver condições para uma “regeneração parcial, que por sua vez pode distinguir-se em dois processos: um que se refere à possibilidade de oferta de meios para a população já residente se renovar; e outro que se refere à entrada de pessoas de outros estratos sociais, que não tenham necessariamente a ver com o bairro”. Nestes casos é fundamental conseguir um grau de sensibilização particular, no sentido de evitar a discriminação do recém-chegado, e, ao mesmo tempo, garantir a sua individualidade; por último, investir no sentido de reforçar a sua noção de pertença e identificação com a nova zona de residência. Nas áreas de carácter histórico, em que se pode verificar um grande distanciamento entre as camadas populares tradicionalmente residentes

³⁶⁵ ALMEIDA, I.C., 2003:36.

nestas zonas e os novos grupos (divididos, quase sempre, entre o intelectual e o *novo chic*) são fundamentais as estratégias de cooperação.

“A fixação e a reabilitação social das pessoas no local de residência estão, essencialmente, relacionadas com os seguintes factores: conservação do edificado; o significado positivo do bairro para a população, ou seja «dar gosto de viver no bairro». Essa perspectiva implica que a reabilitação urbana não diga somente respeito à dimensão física, relacionando-se, também, com a cultura dessas populações. Por exemplo: são necessários a higiene dos espaços públicos, o controlo das obras clandestinas, a criação e a requalificação dos equipamentos sociais”³⁶⁶. Este conceito de bairro histórico deve ser, aliás, o conceito operatório nas acções de sensibilização patrimonial.

A sensibilização patrimonial, como estratégia de conservação para a vivência quotidiana faz mais sentido quando transposta para uma lógica de proximidade. O bairro, a vizinhança, são conceitos aplicados à percepção psicológica do espaço e dos outros que são fundamentais na construção das relações sociais dentro da cidade, e mais na cidade histórica, pela densidade simbólica e pela tradição comportamental (que tem efeitos indutores, diminuindo a possibilidade de auto-exclusão). Apesar de não podermos “definir universalmente o conceito de vizinhança uma vez que diferentes grupos e indivíduos têm diferentes concepções do papel de vizinhança (...) o papel do vizinho encaixa numa rede de relações sociais e a sua explicação depende da natureza da estrutura social». No sentido lato do termo, podemos de certa forma definir o que entendemos por vizinhança (segundo a definição que nos dão Barbara Michel, Michel Bassand e Philippe Lehmann (*Le voisinage: un théâtre experimental de la vie quotidienne*, 1982): «a vizinhança é um conjunto de relações entre indivíduos que vivem num mesmo espaço residencial, onde se articulam discursos sobre as práticas de vizinhança. Práticas e representações da prática, discursos ideológicos mais ou menos interiorizados são alguns dos níveis que necessitamos analisar se queremos compreender as funções da vizinhança para os habitantes»”.³⁶⁷

É evidente que uma parcela importante da diferença desse conceito persiste ainda, mesmo na cidade tradicional, na morfologia do espaço residencial. Os núcleos antigos apresentam formas distintas de organização espacial, e, portanto, distintos quadros materiais de apresentação; assim, são igualmente variáveis as formas pelas quais

³⁶⁶ MENEZES, M., 1994:19.

³⁶⁷ ANTUNES, 1996:36-37.

essa noção de vizinhança se expressa. A tradição encarrega-se de exaltar as pequenas diferenças, o que faz com que, no tempo longo, elas tenham cristalizado como formas aparentemente dicotómicas (aliás, é tradição também que sejam tanto mais dicotómicas quanto são fisicamente próximas, expressando uma necessidade de diferença que, na cultura dos bairros das cidades antigas, faz todo o sentido). A sua defesa enquanto componente patrimonial está, de certa forma, assegurada por práticas informais de gestão e vivência no espaço comum, e espelha-se nos comportamentos repetitivos. Estes estendem-se ainda à gestão oficiosa dos lugares de estacionamento, à limpeza da rua fronteira ou do prédio, ao cuidado com os animais domésticos e à vigilância das crianças que brincam próximo, um conjunto de rituais que são fundamentais para a construção da rede de referências onde se estrutura a identidade social. “As pessoas estão ligadas aos locais por processos que reflectem as experiências comportamentais, cognitivas e emocionais no seu ambiente sociofísico³⁶⁸. Por todos estes argumentos, “a manutenção da população local de origem parece ser um factor determinante para o bom êxito dos projectos de revitalização urbana. Manter as pessoas significaria manter as actividades quotidianas, as tradições locais, e por conseguinte, a cultura (e a própria cidade) «viva». A preservação nesse caso deveria vir de «baixo para cima»³⁶⁹. Elas, inclusive, são as únicas capazes de retransmitir, aos novos moradores, as características de identidade local, e só desse modo elas poderão ter continuidade.

Algumas autarquias têm vindo a promover medidas de revitalização e animação dos núcleos históricos e existe um vasto capital de experiências neste domínio. Porém, nalguns casos, tem-se verificado que a ocupação por actividades de animação turística, de recreio e lazer coloca outro tipo de problemas em termos dos horários nocturnos e de ruído que podem colidir com o sossego e bem estar dos residentes e vir a gerar novos factores de repulsão. Estes aspectos, que decorrem das estratégias de valorização turística desses territórios citadinos, são dos que exigem uma maior sensibilização dos moradores, pois eles configuram uma forma de fruição que pode não ser consensual. Há que ter em conta o equilíbrio entre as medidas de protecção e conservação e a necessidade de motivar o interesse dos proprietários e de outros particulares para o investimento na valorização destas áreas.

É fundamental desenvolver estratégias de formação cívica que fomentam o espírito crítico e o desejo de participação dos cidadãos como agentes activos na condução das

³⁶⁸ BERNARDO e BORGES, HABITAR, 1996:IV4

³⁶⁹ BERENSTEIN JACQUES, 2002:708.

políticas da cidade. “É importante que os cidadãos participem na gestão da cidade, que tenham uma palavra a dizer, que possam fazer uso dos poderes que a lei lhes confere, como direito inalienável e que, assim, democraticamente, exercendo o direito à cidadania, se faça da cidade, da aldeia, do bairro, um local onde valha a pena viver em relação com os outros. É preciso que os políticos se convençam de que esta mudança de atitudes beneficia o seu próprio trabalho, enquanto figuras públicas em quem foram delegados poderes para uma gestão transparente da cidade”³⁷⁰.

A conservação de áreas antigas, ou de objectos e edifícios individualmente considerados, é a resultante de uma atitude crítica; tem de pressupor um juízo intelectualmente honesto que permita, a partir do equilíbrio dos valores em presença, uma adequada intervenção urbana. Sempre em obediência ao princípio de que as cidades só se justificam quando representam qualquer coisa mais que um conjunto de pessoas aglomerados, por acidente, num espaço onde se mora mas não se vive.

É preciso educar a população para a necessidade de compreender e apreciar os valores dos cascos históricos nos quais habitam, valores histórico-arquitectónicos que, além de caprichos estéticos, podem ser de utilidade. Demonstrar que podem adequar-se tipologias antigas às necessidades actuais de uso e habitação, sem falsear essas mesmas tipologias e, assim, converter o utilizador e o habitante do centro histórico no seu primeiro defensor, face à voragem dos especuladores, os mesmos que, durante muitos anos, só se dedicaram à construção nova. Se a população não assume a defesa da área histórica onde habita, todas as normas, planos gerais e intervenções realizadas, tanto pela Administração Central como pelas Câmaras Municipais, estão condenadas ao fracasso nas suas intenções de os conservar e de lhes dar vida.

³⁷⁰ BARROS, 1998:41.

3.3.6 – Políticas sectoriais de gestão do turismo cultural

A Carta Internacional do Turismo Cultural coloca, de imediato, e com precisão, o papel que este segmento de actividade representa na actualidade: “O turismo é cada vez mais apreciado como uma força positiva para a conservação da Natureza e da Cultura. O turismo pode captar os aspectos económicos do património e aproveitá-los para a sua conservação gerando meios financeiros, educando a comunidade local e influenciando a estratégia política. É um factor essencial para muitas economias nacionais e regionais e pode ser um importante factor de desenvolvimento quando seja gerido de forma adequada”.

O turismo constitui um elemento fundamental na vida e na economia dos centros históricos e daí deriva a necessidade de considerar as suas múltiplas implicações. Nos nossos dias, o património transformou-se, para a maior parte dos visitantes, num objecto de consumo familiar, susceptível de trazer surpresas, descontração e prazer, mantendo-se sempre de fácil acesso.

Contribui igualmente – e é este um dos aspectos que mais interessam no plano da conservação material - para induzir políticas de recuperação de edifícios, e à sua (re)utilização, gerando ciclos de investimento na melhoria das suas condições materiais. Nas últimas décadas, o turismo contribuiu para a integração do património cultural património, quer no diz respeito ao papel das instituições, quer no que concerne as modalidades de investimento. O aumento do consumo turístico, nas áreas antigas, no entanto, é reconhecidamente, um potenciador de riscos de degradação.

O turismo, além de incrementar directamente os rendimentos da população local, mediante salários ou benefícios empresariais, pode contribuir para a revitalização económica das cidades históricas, mas possui igualmente um lado obscuro. Quando a economia depende em excesso desta actividade, expõe-se a sérios perigos uma vez que a quebra do número de turistas ou da despesa turística pode gerar uma crise aguda no sistema económico. A inflação dos preços, que afectam a comunidade local, é outro dos aspectos a ter em consideração.

Este caminho é igualmente perigoso devido à oscilação de um mercado que, sendo a maior indústria do mundo, gera também uma forte concorrência no seu interior. A aplicação da «teoria do ciclo vital» dos destinos turísticos, assim como a análise

comparativa dos custos e benefícios gerados pelo turismo, permitem começar a dar substância ao conceito de sustentabilidade. Esta preocupação está de acordo com as disposições da União Europeia, tal como é destacado nos mais recentes documentos dos seus especialistas relativamente ao meio ambiente urbano e cidades sustentáveis. O desenvolvimento sustentável no sector turístico não deveria ser somente um desejo, cuja operacionalidade apresenta dificuldades insuperáveis, mas sim ser considerado como uma estratégia necessária para enquadrar a actividade turística de forma a que esta seja compatível com o património, com o meio ambiente, com a sociedade e com a economia.

O turismo também provoca mudanças no capital humano das cidades, pois os turistas, por não serem um grupo social homogéneo, procuram diferentes bens e serviços. Em consequência desse facto, os empresários e a mão-de-obra de diversos sectores têm que dar respostas diferentes ao mercado que as solicita. Este facto propicia o aparecimento de novas mentalidades nesses agentes, muitas vezes com adaptação a novas tecnologias e à constante aprendizagem e melhoria das formas de serviço à clientela. Igualmente, o contacto com culturas distintas provoca uma positiva modificação de comportamentos sociais, derrubando preconceitos (a maior parte das vezes...).

No final da década de 90, as estatísticas do sector turístico apontam para que mais de 600 milhões de turistas visitarão um local de outro país por ano, gerando 450 mil milhões de dólares³⁷¹. Calcula-se que dentro de 15 anos, o turismo de recreio venha a produzir 1 bilião e meio de dólares. Se combinarmos este número com o projectado turismo de negócios para os próximos 15 anos, os valores gerados encontrar-se-ão na ordem dos 3 biliões de dólares. Com valores como estes, não é de admirar que o turismo se encontre actualmente classificado entre as indústrias mais influentes do mundo, orientando recursos económicos e exercendo influência política. Estes valores, como é evidente, abrangem diversas morfologias, que incluem já o eco-turismo e o turismo cultural, e, em termos económicos, abrange muitas indústrias, desde as

³⁷¹ Assim sendo, não é estranho afirmar-se que este segmento e os serviços mais directamente com ele associados - restauração e hotelaria - são dos sectores que contribuem de forma mais significativa para a vitalidade económica dos centros urbanos, e que apoiam o desenvolvimento de outras actividades de carácter lúdico e cultural. Por este motivo, o usufruto dos centros históricos urbanos é fortemente afectado pela presença deste tipo de serviços, fortemente dependentes da relação de proximidade e de ligação directa ao consumidor, e que são também afectados pela imagem da regeneração urbana. Este facto deve levar a que eles sejam combinados de forma criteriosa com a morfologia urbana, e devem também merecer particulares cuidados quando projectados sobre o espaço público.

companhias de aviação aos fabricantes de camisolas. Chega praticamente a todo o lado.

O turismo tem sido uma actividade em continuo crescimento desde os anos 60. Isto resulta da evolução positiva das condições económicas e sócio-profissionais da designada classe média, tendo-se tornado óbvio que um grupo cada vez maior de pessoas dispõe de mais tempo e de maior capital para investir na forma como passa o seu tempo livre. Este facto funciona como um motor para as actividades que proporcionam esse entretenimento, bem como para um leque mais alargado de actividades a montante e a jusante das mesmas, com reflexos no quadro mais alargado da própria cidade e mesmo de uma área metropolitana associada. A permanência de serviços de turismo e do sector terciário afirma-se como fundamental face à erosão da actividade nos centros.

Por isso, frequentemente o turismo é o ímpeto para revitalizar os centros históricos. Contudo, o turismo poderá originar tantas ameaças como oportunidades³⁷². O mesmo influxo de visitantes que proporcionam um desenvolvimento e lucros consideráveis às cidades poderão também destruir essa «sensação do local» que os atraiu de início. Mesmo quando o turismo deixa a autenticidade de um local intacta, poderá continuar a ser incapaz de contribuir para melhorar as vidas dos indivíduos nessas comunidades.

O turismo deve:

- garantir a integração ambiental
- garantir a integração produtiva
- garantir a integração cultural
- organizar, de forma equilibrada mas dinâmica, a oferta de alojamento e serviços complementares³⁷³
- evitar mimetismos com outras experiências semelhantes

³⁷² Segundo os especialistas do sector, alguns ramos da actividade económica (comunicações de tecnologia avançada, a finança internacional e a indústria do turismo) estão altamente interessados no património que existe nas cidades, perspectiva que deve alertar todos aqueles que se encontram envolvidos na sua defesa e preservação; é evidente que não se pode menosprezar ou descurar a importância destas indústrias, o seu impacto e recursos, nem a sua influência na mudança. Mas a pressão que elas exercem, em especial a do turismo, poderão transformar a própria essência dos recursos existentes.

³⁷³ “Com o compromisso e a cooperação entre os representantes locais e as comunidades, com os conservadores, os operadores turísticos, os proprietários, os responsáveis políticos, os responsáveis nacionais pela estratégias política para este sector e os gestores dos locais patrimoniais, pode chegar-se a uma industria sustentável para o Turismo e aumentar a protecção sobre os recursos do Património em benefício das futuras gerações”. Carta Internacional do Turismo Cultural.

- desenvolver um produto capaz de vencer a sazonalidade³⁷⁴
- melhorar a qualidade do espaço urbano.

Quando foi elaborado para a economia portuguesa, o relatório Porter destacava que, em caso de se enveredar pela intensificação da exploração turística de certos centros urbanos que revelassem esse potencial, este modelo requeria o desenvolvimento de parcerias público-privadas, onde a indústria do turismo deve ter um papel cada vez mais interveniente. As parcerias podem fortalecer-se à medida que o turismo, enquanto indústria de trabalho intensivo e pouco poluidora, vai evidenciando os seus potenciais benefícios nos centros, e captando o investimento público e privado. A valorização das vantagens pode conduzir a que a revitalização dos centros históricos, uma das maiores atracções do ambiente urbano, através da criação de novos recintos de turismo e lazer (criados de novo ou através da re-utilização de edifícios e espaços), contribua para a estruturação de um produto urbano, cultural, histórico e turístico mais competitivo. Aqui claramente se coloca então a questão da maximização valorativa. Não é que ela não deva existir, a questão é que o factor salvaguarda do produto deve ser uma exigência, e não apenas considerarem-se os factores de carácter económico. Este papel, como é evidente, emana das instituições de controlo, e dos responsáveis políticos, que são a quem incumbe a salvaguarda do interesse público. A preservação do património cultural da Nação é, sem dúvida, da sua esfera de acção. Um último nível de aferição deve ser responsabilidade dos cidadãos em geral, que devem congregarem-se em associações de salvaguarda do património, ou outros modelos de acção cívica, com a intenção de fazer ouvir a sua voz em assuntos que se prendem com a conservação daquela que é, também, a sua herança histórica.

É comum, na perspectiva dos economistas que se preocupam com a sustentabilidade de certas actividades, a listagem dos seguintes critérios que devem constar das estratégias:

- devem ser adoptadas estratégias holísticas que combinem uma inter-relação de abordagens sociais, económicas e físicas;

³⁷⁴ “Podem descobrir-se numerosas oportunidades e possibilidades conhecendo a valiosa interacção existente entre os desejos e as expectativas dos visitantes, que podem ser potencialmente conflituosas com as aspirações e desejos das comunidades anfitriãs”. Carta Internacional do Turismo Cultural.

- deve existir um envolvimento activo e a participação de residentes locais e instituições;

- deve ser configurada uma forma de justiça social, em modelos onde deve existir uma grande atenção à criação de oportunidades de emprego e de distribuição do rendimento.

Mais uma vez pode colocar-se a questão no domínio da acção política: na revitalização dos recursos pré-existentes (locativos, humanos, de iniciativa, ambiências e tradições), feita para incorporar e enriquecer os movimentos de reestruturação económica na cidade. Cabe aos responsáveis pelas políticas públicas e pela gestão urbana (re)construir as vantagens competitivas dinamicamente ajustadas às tendências de evolução do sistema urbano, num contexto de abertura de mercados. Contudo há que não descurar a promoção de condições de integração social e económica que atenuem os riscos de exclusão. Estes aspectos podem verificar-se na *gentrificação*, no excesso de actividade de serviços diurnos, descaracterizando-se a habitação, e, portanto, a possibilidade de vivência nocturna de certas parcelas da cidade, etc. O par turismo-património, se não for equilibrado com o maior cuidado, pode tornar-se desapontador para o primeiro e destruidor para o segundo. O turismo tira a sua qualidade patrimonial do passado, mas também atinge, pela sua pertença, a comunidade que aí está na actualidade, bem como aquela que poderá ser sua herdeira. Numa análise objectiva, Berenstein Jacques coloca o dedo na ferida: "Uma vez que hoje as próprias cidades se tornaram um lamentável espectáculo, um suplemento aos museus, para turistas que passeiam em ônibus envidraçados, o UU [urbanismo unitário] propõe o meio urbano como um lugar para o jogo participativo. O UU não é idealmente separado do terreno actual das cidades. Ele forma-se a partir da experiência desse terreno e a partir das construções existentes"³⁷⁵. Muito interessante este conceito, que preconiza que as experiências efémeras de apreensão do espaço urbano devem ser concretizadas através da proposta de novos procedimentos, como a psicogeografia, e novas práticas, como a deriva, abandonando-se os esquemas standardizados e (de certa forma) preconceituosos face ao modo e à interpretação de fruir do património cultural urbano.

Igualmente é preciso não esquecermos como se alargou o conceito de património e de monumento, já que na actualidade ele considera não apenas "os conjuntos da

³⁷⁵ JACQUES, 2003:709.

arquitectura monumental mais preciosos como igualmente tudo o que os rodeia, a «arquitectura menor», anónima, mesmo quando os elementos particulares do conjunto são privados de um valor histórico importante e quando se limitam a criar uma atmosfera característica de uma cidade ou de uma região³⁷⁶. Esta abordagem, seguindo os pressupostos dos documentos internacionais, é mais uma vez um factor de obrigatoriedade de equipas multidisciplinares para a sua reabilitação e valorização. No início do século XXI o urbanista, o planificador, não pode continuar a estudar este objecto com uma mentalidade tão restrita e deve entendê-lo como uma parte de um todo, grande ou pequeno, que é a cidade e o seu território. Não se pode seguir falando pura e exclusivamente de características, problemas e soluções do Centro Histórico sem falar da cidade e do seu território já que toda a acção que se empreenda passará por ser viável através do funcionamento do organismo total. Se se persiste na atitude de separar as partes da cidade, e a considerar como um ser isolado o seu centro, continuaremos a assistir ao seu declínio e destruição, já que esse isolamento o priva da seiva gerada pela vida da cidade, da qual, na perspectiva de se tratar de um organismo único, deveria beneficiar.

Além do mais porque a sociedade contemporânea persegue o conhecimento. E um conhecimento que extravasa as meras circunstâncias históricas, para procurar integrar e compreender o viver quotidiano dos lugares que se visitam, buscando identificar quer os factores distintivos, quer os semelhantes. E essa é uma construção humanista de referências que não deve ser desprezada.

Claro que na organização logística do turismo, no nosso país “subsistirá o problema do equipamento destinado às grandes massas que usufruem de férias de verão, para as quais ainda não se encontrou solução de fraccionamento, em virtude do carácter essencialmente familiar que elas assumem, conciliando tempos livres escolares com aqueles de que os elementos mais velhos do agregado podem dispor. Esta situação manter-se-á, mau grado os inconvenientes tanto de exploração do equipamento necessário como até dos que advêm da falta de dispersão de períodos de repouso e recreio ao longo do ano, muito mais adequados ao propósito de restabelecimento o equilíbrio físico e psíquico do que único longo período de lazer estival³⁷⁷. Este texto, apesar de não ser recente, mantém ainda uma grande actualidade. E é de facto um problema substantivo que urge equilibrar, não só por questões de sobrevivência económica de determinadas actividades, como pela própria qualidade que a

³⁷⁶ ALHO e SILVA, 1987:373.

³⁷⁷ OLIVEIRA, L.V., 1972:10.

estabilidade também induz. O turismo cultural, na última década, foi o contraponto a esta situação, e por isso, penso que, a prosseguir, poderá contribuir para uma mais correcta gestão dos recursos e infraestruturas. Enquanto, simultaneamente, vai valorizando o nosso património.

No fundo, como em tantos outros sectores, mesmo neste campo específico que aqui abordo, da reabilitação urbana, é sempre uma questão do modelo estratégico que se venha a escolher, incluindo-se nesta escolha não só a tipologia, mas, inclusive, as densidades. O turismo, por exemplo, através do desenvolvimento de actividades de animação e divulgação – recreações cénicas, espectáculos, festividades, percursos de descoberta, roteiros, etc. – pode levar o património de uma região ao encontro de um público bastante mais diversificado (embora essencialmente exógeno) do que o que ocorria antes num dado contexto patrimonial.

A questão da regeneração urbana, a possibilidade de gerar uma «nova vida» para uma localidade, tantas vezes depois de ciclos em que perderam população, recursos e sofreram a decadência das condições de habitabilidade, é um eixo estratégico que se poderá cumprir com o auxílio dos recursos económicos e a dinâmica que a condição de destino turístico podem trazer. A população sente um reforço na sua auto-estima que, por si só, é um fluxo de energia positiva que não deve ser desperdiçado, igualmente, na perspectiva da recuperação do património urbano. Estas são algumas das facetas mais relevantes da revitalização destas áreas urbanas, em resultado não só da intervenção física que podem favorecer nestes tecidos edificados, como pelo capital, directo e indirecto, que injectam no tecido social.

Esta tendência migratória, quer nos consumidores (que é de esperar) quer nas tipologias das estratégias de animação associadas (por reprodução intencional) faz parte das metodologias actuais, que têm um pouco tendência à padronização. No entanto, deve ter-se sempre em vista que aquilo que essencialmente se procura, daí a viagem, é a busca de contextos distintos. Como refere Ana Martins “o turismo moderno associado à viagem, no âmbito da reconfiguração das actividades do lazer, vem assumir-se simultaneamente como um fenómeno de desterritorialização, na medida em que possibilita a deslocação dos indivíduos para outros cenários reais ou imaginários, e de reterritorialização, uma vez que vem expressar a procura de sentido

que indivíduos, grupos e movimentos sociais buscam conferir às suas identidades descaracterizadas pela globalização crescente³⁷⁸.

Dentro deste fenómeno mais geral do consumo turístico, o património transformou-se, para a maior parte dos visitantes, num objecto de consumo familiar (isto é, cujo conhecimento relativo e, portanto, de familiaridade, tem estado a aumentar), mas ainda assim continuando a ser susceptível de trazer surpresas, descontração e prazer, mantendo-se sempre de fácil acesso, já que, particularmente no turismo organizado em torno do património monumental e dos centros históricos da maioria das cidades europeias, são quase ilimitadas as possibilidades de fruição. O forte crescimento dos produtos turísticos culturais, como as curtas estadias, reflecte esta realidade: associa-se a reserva numa manifestação cultural (exposição ou ópera), um transporte (comboio, avião), e um alojamento, de preferência num hotel típico. Criou-se, pois uma nova tipologia, em que o consumo cultural já não é considerado um desperdício (no pior dos modelos) ou uma actividade que não é para ser realizada em tempo de férias (no menos mau dos modelos, mesmo assim com algum consumo cultural, embora fosse encarado quase como uma obrigação, e, portanto, excluído dos tempos livres principais, onde a actividade intelectual é «proibida»...).

Nas últimas duas décadas o turismo contribuiu, portanto, de forma relevante para a integração do património cultural no universo económico. Esta evolução levou a um certo número de modificações no sistema tradicional de protecção e de valorização do património, quer no que diz respeito ao papel das instituições, quer no que concerne às modalidades de investimento. Por exemplo, em termos de problemas que pode causar, é preciso ter atenção aos impactos negativos que pode causar sobre o ambiente e a população, bem como induzir um esvaziamento e desajustamento das práticas de exploração em relação à comunidade, com perda de autenticidade e criação de cenários de fachada. Daí que se entenda como correcto que cada local possua os seus responsáveis pela coordenação desta actividade, e que o seu plano estratégico seja transversal em relação a outros sectores; por exemplo, para discutir a realização de obras no espaço público durante a estação alta, quando muitas vezes podiam ser realizados noutras épocas, como muito menos transtorno para todos, população residente inclusive, pela diminuição do número de pessoas em presença, libertando algum espaço, e ganhando com isso possibilidade de melhor compatibilização.

³⁷⁸ MARTINS, 1999:42.

Um aspecto que deve ponderado cuidadosamente tem a ver com a exploração do retorno financeiro que esta actividade proporciona. Em muitos casos as receitas oriundas da exploração dos sítios patrimoniais são meramente utilizadas para outros fins, sem que haja um retorno mínimo para investir na preservação e valorização desse património. A situação económica de alguns países pode explicar este procedimento. O que não impede que uma tal lógica conduza à sobre exploração dos recursos patrimoniais, reduzindo, simultaneamente, os investimentos necessários à sua preservação e à sua apresentação. O que vai gerar a sua degradação, numa lógica de «morte da galinha dos ovos de ouro».

Mais grave ainda é o facto de esta lógica poder dar origem à criação de equipamentos turísticos, nomeadamente hoteleiros, que, quando mal situados e de medíocre qualidade arquitectónica, ferem a qualidade e a autenticidade das paisagens culturais envolventes. Os planos de ordenamento dos sítios permitem, normalmente, limitar estes desvios de procedimento, mesmo que a sua aplicação não seja, por vezes, evidente devido aos altos interesses financeiros em jogo.

De facto, é preciso ter em consideração que, na exploração turística, os grandes interesses económicos nem sempre têm a disposição necessária para seguir uma política colaborativa com a recuperação urbana e do edificado. É preciso que as autoridades locais e os cidadãos estejam atentos à eventual intenção de deprender uma parte desse recurso, mesmo se muitas vezes essa solução parecia ser o milagre salvador. E que não sejam elas mesmas a correr também atrás da miragem. O exemplo do Algarve pode servir de imagem para as palavras de Rogério Gomes: "A depredação urbanística dos nossos recursos territoriais para efeitos turísticos não partiu, na maioria dos casos, de estratégias planeadas por grandes grupos económicos. Foi antes a consequência do desejo generalizado de uma população empobrecida e sem formação urbanística, desejosa de captar para si parte da riqueza aparentemente disponível no mercado turístico, desejo que foi sendo libertado pela desorientação estratégica, a falta de fiscalização e a fraqueza de sucessivas gerações de autarcas e tecno-estruturas municipais perante pressões de toda a ordem e vindas de todos os quadrantes da sociedade"³⁷⁹.

³⁷⁹ GOMES, Rogério, in *Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, 1998:76.

Outra estratégia a implementar é a criação de um «imposto patrimonial específico» que congregue uma parcela da receita das actividades cuja viabilidade seja, numa muito elevada percentagem, dependente do usufruto, por outros, desse património local; este valor seria, claro, estabelecido numa percentagem reduzida, mas que acumulada pode ser significativa. E que pelo menos terá a virtude de envolver e moralizar certas atitudes face à necessária salvaguarda patrimonial. Estas verbas podem ser importantes para que a comunidade local possa lançar projectos de conservação e salvaguarda.

Nestes projectos, como destaca Valente de Oliveira, assume particular importância o “desenvolvimento equilibrado e justo da «indústria do turismo» - tal como sucede, aliás, em qualquer tipo de empreendimento produtivo – a necessidade de orçamentar todas as despesas, incluindo as dos custos de manutenção e preservação contra o desgaste que o próprio usufruir do património ambiental [e cultural] sofre com estas actividades lucrativas. De facto, não é correcto que parte do lucro dos empreendimentos seja contabilizado à custa de uma nula, ou quase, participação específica nas despesas com a salvaguarda – preservação, conservação e restauro – dos «dados», isto é, dos valores que, muitas vezes, e em larga percentagem, constituem o «capital» de atracção que suporta e justifica os empreendimentos. Impõe-se ensinar não só a utilizar esses valores para além dos limites do razoável, para além do nível de risco relativamente à sua própria existência. É necessário continuar a ensinar também a preservá-los, a reabilitá-los, a restaurá-los. É fundamental ainda que, para além disso, as decisões «económicas» das actividades de turismo consideram inequivocamente a necessidade de reservar uma percentagem do lucro que auferem para atribuição específica às medidas atinentes às acções de salvaguarda, para não dizer mesmo, da própria criação deste tipo de património. Neste particular, é normalmente o património cultural, histórico e ambiental, que é mais desprezado”³⁸⁰.

Estas circunstâncias, como tenho estado a referir, afectam particularmente os centros das cidades, frequentemente ricos em recursos patrimoniais, e aqueles que, mais intensamente, desenvolvem estratégias de turismo cultural. A necessidade que esta actividade económica tem de possuir recursos culturais, e de os encontrar em bom estado de conservação, pode, efectivamente, trazer valor acrescentado aos centros históricos urbanos através do restauro de monumentos, da preservação do sítio, da

³⁸⁰ OLIVEIRA, 1992:88-89.

revalorização de um passado e da criação de referentes de identidade, assim como um impulso económico geral na população e na zona, e não apenas uma mais valia imediata e individualizada em alguns operadores turísticos. Por estes motivos, e sendo encontrado um ponto de equilíbrio nos índices de consumo que, viabilizando as actividades económicas associadas, não conduza à degradação patrimonial, podemos dizer que estamos em presença de um modelo de desenvolvimento sustentado.

“No entanto, - como refere Clara Henriques - o potencial do recurso «património cultural» não implica a não valorização dos recursos da indústria turística; eles têm que estar presentes para que um destino ou produto tenha a dimensão turística. Para que exista um produto cultural não basta dispor de um património cultural ou organizar actividades culturais, é necessária a existência de uma oferta de alojamento e restauração de qualidade, de um sistema de reservas e de vendas, ou seja, de toda uma envolvente de qualidade, coerente com o nível de turistas que se quer atrair. Na visão de Baudrihaye «muitos investimentos públicos e privados fracassaram por não terem suficientemente em conta o aspecto comercial e económico, fixando-se apenas no puramente cultural. Um destino cultural ou uma rua histórica não são necessariamente, sem mais nada, um destino turístico»³⁸¹.

A questão residirá então, para que exista um desenvolvimento integrado das diferentes componentes, na obrigatoriedade de que os objectivos turísticos se enquadrem com o que esteja previsto nos planos de desenvolvimento e ordenamento económico e social do território, urbano e circundante

Segundo Healey (1983), um plano local, enquanto ferramenta para atingir um determinado objectivo, entre os quais a reabilitação, deverá:

- aplicar a estratégia do plano de estrutura;
- providenciar um *framework* para o controle do desenvolvimento. O controle do desenvolvimento é fundamental para o planeamento do uso dos solos e edifícios. Determinados ambientes devem ser protegidos. Isto tem vindo a ser cada vez mais atingido através da designação ou zonamento de áreas específicas em associações de protecção a monumentos antigos, edifícios de relevo (edifícios com interesse

³⁸¹ HENRIQUES, 2002:250.

arquitectural especial e histórico), áreas a conservar (áreas que contêm grupos de edifícios e espaços urbanos associados e que têm significado arquitectural e histórico);

- providenciar a base de um desenvolvimento coordenado através de duas abordagens: abordagem administrativa (considerada estritamente no contexto dos regulamentos existentes, que se podem traduzir numa variedade de formas, incluindo planos locais e zonamento), abordagem política (as decisões para o desenvolvimento são tomadas por um comité do conselho local embora em muitos casos o seu poder possa ser delegado em agências locais de planeamento);

- trazer assuntos locais e discriminados ante o público. A comunidade deve participar”³⁸².

Esta questão do usufruto turístico deve, no entanto, alertar-nos para a questão da autenticidade. A intervenção de conservação, a actividade de animação, os produtos locais, todos estes aspectos não devem ser alterados, na sua qualidade intrínseca, em razão de um maior consumo. É verdade que o turismo está a ser usado como uma justificação económica para a preservação do património. Contudo, a identificação, gestão e representação do património deverá ter substanciais implicações quer para a identidade individual quer para a colectiva e por conseguinte para a criação de realidades políticas e sociais. Uma grande variedade de estudos sobre temas patrimoniais falhou em identificar as dimensões do processo social através do qual o património e espaço são construídos. Este é um campo em que a existência de equipas permanentes e multidisciplinares de gestão e conservação desse mesmo património poderia dar um contributo relevante, aumentando o conhecimento disponível a partir de processos de investigação científica. É muito importante ter sempre presente que hoje em dia as mentalidades assentam num paradigma de objectividade, de rigor na construção do conhecimento, e que mesmo aspectos fantasiosos não perdem o seu encanto por serem agregados com os dados concretos da pesquisa rigorosa.

Igualmente porque essas equipas se podem ocupar de monitorizar, de forma permanente ou regular, o impacto dessa actividade, o que permitiria lançar acções compensatórias, caso se viesse a concluir da degradação das características culturais

³⁸² HEALEY *apud* HENRIQUES, 2002:256.

e patrimoniais³⁸³. As «patologias» foram até identificadas, em 1966, por um relatório sobre as cidades sustentáveis, que elenca os seis grandes domínios problemáticos, onde se requer intervenção prioritária, no domínio do património cultural, lazer e turismo

- 1) os impactos negativos do turismo na qualidade de vida da cidade;
- 2) a possibilidade dos requisitos dos turistas destruírem a herança cultural;
- 3) a possibilidade das actividades de turismo e lazer poderem tornar-se consumidores insustentáveis do recurso património cultural;
- 4) a necessidade de considerar o centro histórico isolado do resto da cidade;
- 5) os impactos negativos em termos de oportunidades de emprego (de mudança da agricultura para os serviços);
- 6) os impactos «severos» ocasionados na sequência de actividades de lazer sem controle.

O mesmo relatório recomenda as seguintes medidas para diminuir o seu impacto sobre as populações:

- participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão;
- distribuição equilibrada dos fluxos de visitantes
- diversificação das actividades económicas e criação de novos modelos que combinem as actividades económicas com os *outputs* culturais e/ou sociais
- [formação profissional, acrescento]
- planeamento para evitar a especulação imobiliária dos terrenos
- prevenção da falta de identidade e conservação do *genius loci*
- conservação da «imagibilidade» (*imageability*) tendo em conta o ponto de vista económico

Daí que seja pertinente ter modelos de preservação actuates, que equilibrem, como já disse, os consumos com a salvaguarda da riqueza patrimonial. Mas deve também ser ponderado o modelo de intervenção de requalificação quando se pretenda dotar um local deste tipo de (mais) capacidade para se tornar um local com valor turístico. Na preservação de edifícios históricos, a preocupação deve estar orientada para a

³⁸³ Resulta até peculiar, para não dizer até de todo irresponsável, que a formação de uma estratégia de natureza turística possa ser estruturada sem ter em conta outros factores que não opiniões pessoais, preconceitos culturais e ideológicos e aspirações ou desejos meramente pessoais por parte de decisores. Daí que este tipo de monitorização seja fundamental. Em Mértola tenho sugerido em diversas ocasiões que tal trabalho seja desenvolvido, pois sem uma base de dados estatística e uma avaliação independente estão-se a cometer os erros que sempre resultam de se ser avaliador em causa própria.

preservação de todos os núcleos e não apenas de edifícios individuais, para que o conjunto do carácter histórico seja apreensível. Edifícios históricos importantes podem ser (re)utilizados como museus assim como podem ter usos comerciais (incluindo alojamento turístico, restaurantes e lojas) e residenciais. Claro que as novas actividades podem ser exigentes em termos dos espaços disponíveis, e poderá surgir a tentação de ocupar zonas que estejam devolutas. Neste particular as decisões devem ser muito bem ponderadas, e, inclusive, tirando partido dos recursos multimédia actualmente existentes, até simuladas. A maior parte dos autores que reflectem sobre estas questões considera que não deverá ser possibilitada a construção de novos edifícios pois poderá comprometer o carácter histórico do lugar. Esta posição deve ser relativizada, pois podem existir zonas a requalificar e não se devem apoiar soluções «pastiche». Por princípio ético jamais «fabricar» património, iludindo o visitante. Por isso penso que a questão deve ser mais de qualidade do projecto arquitectónico, que deve valorizar o local, integrando construções contemporâneas nesse tecido que terá já as suas diferenças tipológicas correspondentes a diferentes épocas³⁸⁴. De algum modo, estes aspectos devem cair sob a alçada dos procedimentos regulamentares, e devem também reflectir a noção exacta das tipologias e características profundas do sítio, o que só com estudo detalhado se consegue. A regulação estrita da preservação histórica precisa de ser aplicada quer a edifícios privados quer a edifícios públicos, com incentivos que encorajem a sua preservação pelo sector privado. Geralmente os benefícios económicos do turismo podem justificar os custos de implementação destas preocupações de preservação, e devem ser concretizados com recurso também a esquemas de diálogo com todos os agentes envolvidos, mais uma vez usando estratégias geradoras de consenso.

A revalorização e utilização turística do património histórico, necessita estar integrada dentro de um projecto cultural onde se invertam as regras do mercado:

A OFERTA COMANDA A PROCURA

Os eixos fundamentais destas políticas devem ser a apresentação e interpretação adequadas aos monumentos e conjuntos históricos, e as visitas devem ser encaradas como uma forma de prática cultural.

³⁸⁴ No capítulo seguinte, em que se analisa o caso de estudo da vila de Mértola, refere-se de novo este aspecto na discussão das propostas da residencial a construir junto à Pensão Beira-Rio. Para confronto desta temática, sugere-se a leitura comparativa com estas referências teóricas.

Isto sem esquecer que, nas estratégias do turismo cultural é fundamental, também, em todos os aspectos, preservar a autenticidade. Tal como no caso arquitectónico anteriormente descrito, também a identidade deve ser salvaguarda. O abastardamento com vista ao lucro fácil (porque surge sempre o Algarve no nosso espírito quando pensamos nestas questões? Só quem nunca tenha visto fotografias da região antes do *boom* do cimento sob a forma de *time-sharing* o não fará...) é uma estratégia, que a média prazo, desvirtualiza as características patrimoniais do centro histórico, acabando por o tornar pouco característico, o que diminui o seu valor, sendo duplamente afectados os seus cidadãos. É preciso não esquecer que o turismo pode não trazer só os mais miríficos benefícios. Ele pode também agredir constantemente este ambiente nas suas formas mais básicas: destruindo o habitat ecológico humano, com resíduos tóxicos vindos do próprio desenvolvimento económico, ou ofendendo a paisagem com construção desenfreada que retira ao património cultural e natural o seu enquadramento básico, ou ainda perturbando as comunidades, através de um turismo excessivamente *duro*, com índices elevados de movimento de visitantes, anulando a curiosidade e a hospitalidade natural das populações locais face a essas gentes de hábitos e costumes diferentes, e que, sem dúvida, poderiam, numa forma de exploração turística mais suave, deixar um contributo e um enriquecimento nas sociedades locais. Por isso, os residentes devem acautelar bem esta situação, quer por si mesmos, quer pelas gerações futuras que vão habitar o mesmo lugar. “A interacção entre a cidade e os seus cidadãos, através do «poder da cultura» e do «conceito de cidadania» conduz, entre outros aspectos, a que cada cidade tenda a ter a sua própria identidade (identidade do lugar e das pessoas que lá vivem). Esta identidade associada ao património cultural, encontra expressão privilegiada nos centros históricos. Estes lugares tendem a evidenciar um carácter único ou *genius loci* que lhes é fundamental. Sem ele, a atractividade do lugar fica reduzida e a sua sustentabilidade da cidade e da sua função turística fica diminuída”³⁸⁵.

Esperemos que as nossas cidades históricas saibam preservar o seu génio.

³⁸⁵ HENRIQUES, 2002:256.

CAPÍTULO 4

O CONJUNTO HISTÓRICO DE MÉRTOLA: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO URBANÍSTICA, POLÍTICAS SECTORIAIS DE SALVAGUARDA E GESTÃO.

Ao iniciar esta abordagem muito particular da evolução urbanística da vila de Mértola, é impossível não começar por referir os contrastes por que esta localidade passou nas últimas cinco décadas. Capital de uma possante região mineira na volta do século XIX para o XX, persistia ainda então, apesar dos sinais de decadência da exploração sedeadada em São Domingos, como o pólo comercial que dinamizava a economia desta região, que, principalmente pela influência da larga estrada fluvial do Guadiana, se estendia para lá dos limites administrativos do concelho.

A década de 50 apresentava ainda sinais positivos, parecendo que essa posição de interface se reforçaria, e daí, como mais à frente se explicará em detalhe, a insistência à volta de nova forma de travessia do Guadiana, com a construção de uma ponte em betão³⁸⁶. Esta, que substituiria a travessia pela *ponte-barca*, representava uma possibilidade de progresso, pela maior facilidade, nesta ligação São Domingos / Serpa, de atravessamento do vale do Guadiana. A realização de um Antepiano de urbanização para a localidade inscrevia-se neste cenário positivo de um eventual desenvolvimento sócio-económico a breve trecho.

No entanto, Mértola não deixava de ser um concelho rural, com uma economia em muito dependente deste sector, e o mesmo sucedia nos concelhos limítrofes. A progressiva mecanização da actividade agrícola, com a forte diminuição dos postos de trabalho directos, já vinha a verificar-se desde os anos 40, mas a não participação na guerra de 1939-1945, e a escala da exploração mineira em S. Domingos haviam ajudado a disfarçar essa fraqueza latente. Tão rapidamente quanto a mina entrou em decadência e fechou, tão profundamente a economia local decaiu, registando-se um êxodo fortíssimo que fez, em duas décadas, com que a taxa demográfica diminuísse

³⁸⁶ A ponte, que era uma aspiração muito antiga da localidade, tornou-se ainda mais necessária depois do incidente com a «ponte-barca», que se afundou no Guadiana, complicando, durante mais de dois anos, a travessia da linha de água. A nova estrutura, projecto do então jovem engenheiro Edgar Cardoso, foi inaugurada em 1958, transformando não apenas as ligações com os concelhos da Margem Esquerda, que se intensificaram, como também o perfil urbanístico da vila, que passou a ter no acesso à ponte um novo marco referencial.

em 80%! Nenhuma região resistiria a semelhante depressão, e Mértola, com um frágil tecido económico e humano, recolheu-se sobre a sua concha ancestral, mais uma vez como noutras eras, parecendo hibernar, poupando as poucas forças para um novo ressurgimento.

Mesmo assim, alguma riqueza ia, ainda, sendo retirada do rio, do comércio, mesmo se também este numa fase decadente. Embora diminuída no seu número e na sua capacidade, alguma elite local sobreviveu. Sintoma da sua existência e das suas expectativas, será a visível impaciência que os atrasos na elaboração do Antepiano geravam neste grupo, que desejava construir novas habitações e, eventualmente, alguns edifícios comerciais, nos terrenos a lotear. No entanto, para a generalidade dos seus habitantes, a imagem de *vila velha* – referindo-se à parcela intra-muralhas - começava a instalar-se, o casario arruinando-se lentamente como as rugas dos mais idosos se aprofundavam, aprisionada na falta de recursos económicos e na dorlência de um futuro sem expectativas de mudança.

Esta chegou, por via externa, a Mértola, como a todo o País. As modificações provocadas pela alteração do regime político em 1974, e o subsequente contexto de revolução sócio-cultural que se gerou vieram a ter, em muitos locais do nosso país, um impacto que persiste ainda nos nossos dias, e que foi a causa da sua regeneração e o fim da sua, aparentemente, inevitável decadência. Essas intervenções, e os seus agentes mais directamente envolvidos nelas, eram revestidas de um marcado carácter ideológico, inscrevendo-se numa acção de solidariedade social vasta que percorreu a nação e que fez, em tantos sítios como em Mértola, com que uma parcela da elite cultural urbana – algumas vezes constituída por jovens professores universitários e seus alunos – viessem tentar ajudar estas populações do interior a acreditar num destino diferente daquele que a elas já lhes parecia inevitável: “(...) esses foram os anos [na década após Abril] em que à esquerda se pensou e se tentou, por exemplo, levar a cabo diversas experiências que procuravam transformar qualitativamente, as realidades «locais», de acordo com lógicas e padrões que não eram, apenas, nem os da consolidação de *elites* locais nem as de satisfação das realidades infraestruturais elementares³⁸⁷. Entre as *elites* universitárias e as sociedades locais o diálogo foi,

³⁸⁷ Carlos Nunes da Silva cita, na sua tese dedicada às questões do Poder Local, um documento do Partido Comunista Português relativo às questões do património (e que na minha opinião apresenta uma redacção de tipo «claudiana», em que se escreve: “Essas diferenças ideológicas também se repercutiram em áreas adjacentes à que está aqui em causa, como o património histórico, em relação ao qual, em muitos municípios de maioria comunista se defendeu explicitamente, como em Mértola, «um conceito de património cultural actualizado, que não tem a ver só com a imponente monumentalidade dos grandes

então, múltiplo, muito dele inútil no sentido e errado na forma, mas outro apontava, já então, para um novo entendimento do trabalho político junto das comunidades. Mértola, quaisquer que sejam os condicionalismos que tornaram tudo possível, ficará como um notável exemplo e uma comovente memória da utopia desses anos. Naturalmente, quem não recordar a conjuntura cultural e política da esquerda desses anos não compreenderá o significado simbólico daquele trabalho, mesmo que lhe reconheça a importância que realmente tem (...) O que faz desta experiência um caso exemplar não é o facto de esta ser talvez a única aposta possível para evitar a decadência nem tão pouco o facto de as autoridades locais disso terem consciência, o que lhe confere esse carácter é o modo como foi concebida a articulação entre a aposta cultural e a comunidade, o modo invulgar, em Portugal, como as *elites* universitárias souberam formular um espaço no seio de uma comunidade local.

Com um pólo inicial de desenvolvimento do projecto que esteve ligado às escavações arqueológicas, onde foram feitas importantes descobertas no campo da arqueologia medieval, com um riquíssimo núcleo respeitante à ocupação árabe, o trabalho sobre a comunidade foi-se alargando e diversificando cada vez mais. (...) [estendendo-se também] à recuperação do centro histórico, incluindo a transformação das condições de habitabilidade das casas, o que permitiu evitar o abandono irreversível do centro da vila³⁸⁸.

Este fenómeno, no caso de Mértola, foi muito acentuado, considerando a escala da localidade, em virtude de dois, e não um, destes grupos se terem dedicado a esse trabalho de revivificar a localidade a partir daquele que parecia ser o seu principal recurso, o património histórico.

Sob a iniciativa de Serrão Martins, então presidente da Câmara Municipal, e que recentemente concluíra a licenciatura em História na Faculdade de Letras de Lisboa, o património arqueológico e o arquitectónico passaram a ser alvo de profunda investigação, com vista a fazer deles a locomotiva capaz de impulsionar o concelho de Mértola para uma nova etapa de desenvolvimento. Cláudio Torres e Fernando Varanda, entusiásticos investigadores da História e da Arquitectura, respectivamente, foram os líderes desses dois grupos, persistindo, ambos, ainda em actividade na localidade após quase três décadas, embora, como é evidente, com um distinto modelo de acção.

palácios e dos altos castelos mas também, e muito mais, com os esquecidos espaços da plebe...» (PCP, doc. de 1985, *apud* SILVA, C. N., 1992:390

³⁸⁸ COSTA, 1990:24.

Tornou-se desde então evidente, na construção da estratégia de salvaguarda da herança local, que o casco histórico era a parcela determinante de uma forma de desenvolvimento local que iria privilegiar a cultura e o património edificado existentes, cuja riqueza era tão evidente quanto o seu mau estado ou o pouco conhecimento que sobre ela, especificamente, se possuía. Ao longo deste tempo, um esforço muito grande foi investido para obter os maiores impactos positivos desta estratégia (quer a nível interno, no quotidiano da população, quer a nível externo, junto de quem visita a vila, bem como ainda junto de outras instituições). Inicialmente, valorizando os recursos arqueológicos e museológicos, e, depois, outras vertentes do património local.

Todo este processo de dignificação da memória histórica concelhia, do seu património, e da vida dos seus moradores, bem como da necessária animação cultural e turística da localidade que é a capital deste território, persiste em ser uma força motriz fundamental do projecto integrado de desenvolvimento local.

Efectivamente, parece hoje claro, na opinião de todos os especialistas e responsáveis (técnicos e políticos) que se debruçam sobre a temática do desenvolvimento em situações de menor centralidade e/ou de fracos recursos (no contexto das modernas indústrias produtivas...), que os recursos patrimoniais podem ser o elemento central de uma estratégia de fortalecimento de uma economia local que tenha a capacidade potencial para suportar actividades múltiplas e interdependentes.

Compreender as relações, quer horizontais, quer verticais, entre as valências de uma zona urbana histórica e as condições que moldaram as suas vantagens comparativas ao longo do tempo, e as actividades económicas e as potenciais oportunidades de negócio que podem ser suportadas por esses mesmos recursos, num contexto de bem dimensionada expansão³⁸⁹, é o passo fundamental para a definição de uma estratégia adequada.

A preservação histórica e a adaptação funcional das estruturas mais significativas, tem vindo a provar ter um significado positivo no crescimento económico, particularmente

³⁸⁹ A certificar esta perspectiva, as palavras de Carlos Simões NUNO, escritas num notável trabalho de reflexão sobre o modelo ideológico deste projecto: “Se é um novo paradigma para o trabalho arqueológico e do património cultural que aqui se expõe, ele não anda longe das teses do paradigma territorialista de desenvolvimento endógeno”. NUNO, 1992:87.

quando seja fundamental proceder a uma reorientação da vocação determinante de um lugar.

No geral, nos casos com maior tempo já decorrido desde o início da sua implementação, como é o caso de Mértola, o que se verifica é que essa capacidade de expansão positiva dos indicadores económicos afecta não apenas a «indústria central» (neste caso os serviços directamente turísticos), como induzem os mesmos impactos em segmentos complementares das actividades económicas locais.

Outro aspecto que parece hoje evidente é que uma parte importante deste desenvolvimento resulta do facto dos valores gerados estabelecerem uma imagem do sítio como sendo única e especial, o que por sua vez gera as condições favoráveis, no mercado, que potenciam outros investimentos. A interdependência que se forma entre as áreas directamente relacionadas com a cultura e o património e as outras (diferentes, mas compatíveis) consegue gerar efeitos positivos que resultam em mais empregos e num crescimento da economia local.

Em Mértola isto foi assim, o nome de «vila museu» e o prestígio deste projecto permitiram viabilizar outras actividades e obter outros recursos financeiros que sem essa imagem renovada junto da opinião pública (através da intermediação dos meios de comunicação social) e dos decisores (político-institucionais) não teria sido possível, seguramente, obter.

Mértola possuía, à data em que o projecto cultural começou a ser estruturado, dois estrangulamentos funcionais que complicavam a possibilidade de um desenvolvimento contemporâneo:

- por um lado, a já referida mecanização da agricultura, que ocupava a grande maioria da mão de obra concelhia. Isto não só destruiu um largo número de postos de trabalho como levou igualmente ao desfazer da rede demográfica – que em muitos lugares se tornou residual –, que por sua vez arrastou muito da cultura local e das vivências quotidianas consigo;

- por outro, o rio Guadiana que ainda desempenhou um papel de importante via de ligação comercial até aos anos 50 do século XX, com o encerramento da mina de cobre em S. Domingos, ficou reduzido a uma mera paisagem, bela, mas economicamente irrelevante, pois só uns poucos pescadores sobreviventes foram dela

tirando sustento. Hoje, é o maior potencial em termos de desenvolvimento turístico e será, com toda a certeza, a espinha dorsal de suporte de uma verdadeira infraestrutur turística que Mértola ainda não tem³⁹⁰.

É preciso ter sempre em linha de conta que os recursos patrimoniais, independentemente de quão únicos e especiais sejam, não são suficientes para conduzir, sozinhos, um conjunto alargado de actividades que possam responder às necessidades locais. Eles são, se for essa a tipologia da estratégia de desenvolvimento local, os elementos chave que servem de dinamizadores da economia local. Mas é preciso não esquecer que, na sua forma mais pura, os recursos patrimoniais, sejam eles quais forem, são como um museu. São agradáveis de visitar e atraem pessoas com interesses culturais claros. Mas se não existirem sítios para comer, sítios para dormir, restaurantes, hotéis, os visitantes desse museu podem ir e vir sem deixar um impacto verdadeiramente importante na economia local.

Igualmente importante é a qualidade urbana no seu todo, particularmente na área histórica, que, como se explanará neste capítulo, sofria já uma degradação resultante da fraca capacidade de investimento, nas décadas de 60 e 70, na sua boa manutenção e/ou mais intensa recuperação material. Esta situação necessitava de um impulso que permitisse inverter o rumo. A ideia de criar uma motivação suplementar, para lá da melhoria das condições de vida dos moradores, permitiu trazer uma mais valia que poderia (como foi) ser importante para criar maiores sinergias na obtenção da fundamental requalificação da «vila velha».

Como tantas vezes sucede quando se adquire uma qualquer bugiganga funcional, quem chega em último é o que adquire o modelo mais testado, mais completo nos seus detalhes. Assim parece suceder, com Mértola, se a mesma ideia se pudesse aplicar, à atitude cultural de conceber a reabilitação dos espaços urbanos antigos. Não só as transformações sócio-políticas o facilitavam e estimulavam, como também, no

³⁹⁰ “Aos novos problemas, não havia ainda aprendizagem colectiva que permitisse responder, as soluções foram de reacção individual. O Guadiana já não detinha qualquer importância como porto comercial, e começava a perdê-la para as actividades tradicionais da pesca, as terras, já de si pouco produtivas, haviam sido esgotadas pela cintura do trigo, os grandes centros urbano-industriais tinham traçado novas geografias de transporte e comunicações, viradas para as ligações entre si e para o litoral, e a Mina, grande sustentáculo da sociedade local, fechara. O concelho, que chegara a ter mais de 26000 habitantes na década de 60 – só a Mina chegara a empregar cerca de 3500 pessoas – não dispunha de qualquer capacidade de absorção ou de reconversão para os problemas repentinamente surgidos, entrando num típico processo de espiral de depressão: desemprego, baixa dos rendimentos das famílias, emigração, envelhecimento, desagregação social, inibição de reacção e de alternativa, ausência de flexibilidade e de inovação perante as novas condições internas e externas encontradas”. WEAVER, *apud* NUNO, 1992:83.

que se refere à produção teórica e à evolução científica em torno deste tema, que havia sido iniciada com maior vigor nos anos 60 (com a assinatura da Carta de Veneza, mas que continuou a expressar-se através dos mais diferentes círculos de reflexão), também parece ter havido um feliz encontro com a História, no caso desta pequena vila. De facto, em 1976 tinha-se realizado, em Nairobi, a Conferência Geral da UNESCO, onde a tónica começava a modificar-se, no que à salvaguarda do património edificado dizia respeito. Efectivamente, a reabilitação integrada começava a ganhar o seu espaço, numa evolução natural em relação à mera protecção dos monumentos, que cedo se percebeu, e mais pela necessidade das grandes reconstruções do pós-guerra, que não podia constituir-se como ilhotas do passado rodeadas de uma cidade que com elas não dialogava de forma harmoniosa. O articulado resultante deste aréopago internacional destacava que “os Estados membros e as colectividades interessadas devem encorajar as investigações sobre:

- o urbanismo dos conjuntos históricos ou tradicionais e suas envolventes;
- as relações entre a salvaguarda, a planificação e o ordenamento do território;
- os métodos de conservação aplicáveis aos conjuntos históricos;
- a alteração dos materiais;
- a aplicação de técnicas modernas aos trabalhos de conservação;
- as técnicas artesanais indispensáveis”.

Ora, todos estes aspectos estavam consignados na abordagem que se começou de imediato a executar em 1978 em Mértola. Tal circunstância fez com que este projecto fosse, em grande medida, pioneiro no contexto português da requalificação / conservação integrada, e a imagem que desse trabalho científico da primeira década resultou foi tão forte que os seus efeitos até hoje perduram, ainda, em grande medida. A perspectiva multidisciplinar, a relação do território com as localidades, o conhecimento do passado como elemento interpretador fundamental do presente, a valorização da pequena escala, do papel velho, do caco, dos saberes das gentes, foram aqui conseguidos com uma coesão, estruturante como, é seguro dizê-lo, em nenhum outro local de escala semelhante foi possível concretizar³⁹¹. A própria ideia de

³⁹¹ Em certa medida, em muito poucos ainda, poderia até dizer-se. De facto, apesar de o turismo cultural ter conduzido à valorização dos recursos patrimoniais de pequena dimensão (de valor significativo e relevante meramente à escala local), o facto é que a dessiminação desta intenção não foi acompanhada, na grande maioria dos casos, pela constituição de uma base de investigação científica que outorgue a validade e o rigor da intervenção de salvaguarda. Muitos casos ditos de valorização cultural, aliás, rapidamente resvalam para um mero marketing cultural do «quase nada». Não o fazer dessa forma foi o traço distintivo de Mértola, e até podemos hoje, se calhar, concluir que a sua menor projecção actual resulta, não apenas da competição de outros locais culturais entretanto surgidos, mas, penso, particularmente do enfraquecimento da sua inicial vitalidade enquanto pólo de investigação científica

«museu aberto no espaço urbano», a que voltaremos mais tarde, inseria-se, igualmente, nas mais modernas perspectivas na Nova Museologia, que, precisamente, valorizavam sempre a abordagem contextualizadora.

No modelo que se desenvolveu em Mértola, o papel que foi outorgado ao museu é o de servir de elemento de coesão da zona histórica da vila. Procurando criar-se assim uma dialéctica entre os locais que representam a memória material (os monumentos e outros locais de importância patrimonial destacada) e a rede de espaços que servem à apresentação da parcela móvel da cultura acumulada, ou recuperada no caso dos espólios arqueológicos.

Não menos importante tem sido o trabalho autárquico em torno da recuperação e reabilitação do edificado, processo que entrou, desde 1999, com a instituição da Subvenção para Conservação e Valorização de Edifícios no Centro Histórico de Mértola (um auxílio financeiro a conceder pela Câmara Municipal aos proprietários candidatos), actualmente numa fase de efectivo progresso, saindo de uma certa estagnação que se seguiu à extinção do GTL local. Apesar de tudo, a integral substituição da rede de esgotos e de electrificação; a recuperação das muralhas da vila e do castelo; a reabilitação pontual de alguns imóveis, não só de habitação, mas, também, daqueles onde foram instalados os núcleos museológicos, todas elas testemunho de alguma das acções positivas realizadas na década de 90 e que importará também destacar. O caminho percorrido, e as conclusões que já são hoje possíveis de retirar, mostram como a acção integrada que se desenvolveu foi um correcto modelo de actuação – com as suas qualidades e os seus erros –, esperando que neste capítulo possa dar uma detalhada visão desses anos.

Muito das acções empreendidas relacionavam-se com o facto de que a vila, imponente no seu aspecto patrimonial, parecer estar, irreversivelmente, condenada a ser uma bela ruína, situação com a qual não se podia pactuar, na opinião dos responsáveis pela estratégia delineada após 1974. Mesmo nas situações da maior degradação e/ou descaracterização, uma zona histórica não deixa nunca de ser uma parcela da cidade.

pura. Cláudio Torres tinha esse aspecto perfeitamente claro desde o início, chegando a escrever, a propósito: “No Alentejo, em Mértola, a inteligência de saber potenciar os seus recursos patrimoniais de âmbito histórico-arqueológico através de um empenhado trabalho técnico de uma equipa cientificamente muito capacitada e fortemente enraizada na realidade política e cultural local permitiram tornar a salvaguarda e conservação do seu património arqueológico e urbano um verdadeiro motor no progresso de desenvolvimento de um concelho cuja realidade económica era muito desfavorável. TORRES, 2001:21-22.



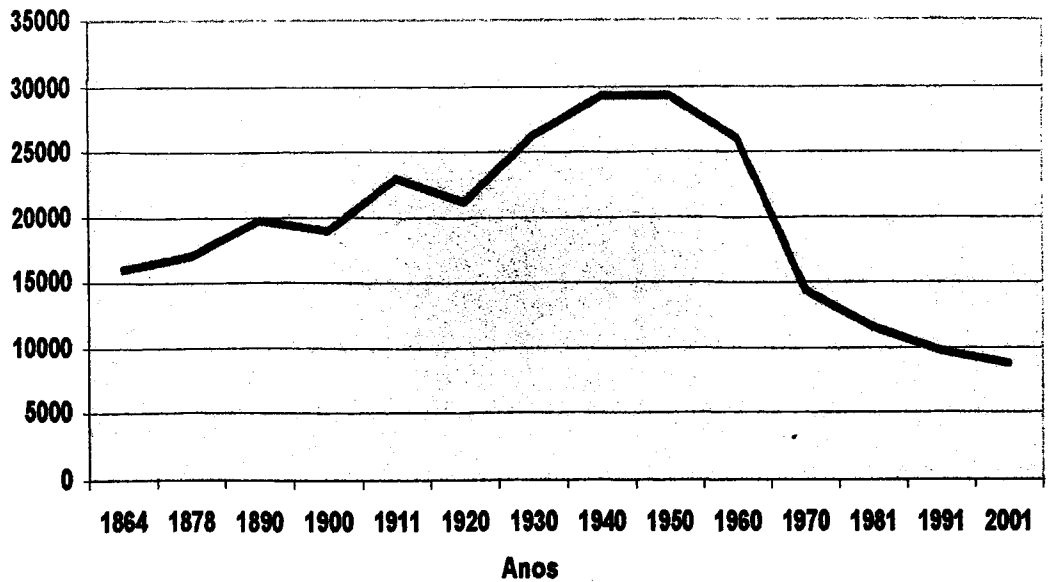
- População Residente entre 1940 e 2001 por sexo

Freguesias	1940		1960		1980		1990		1997		2001		
	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	
Alcaria Ruiva	3333	1677	3338	1700	1644	1582	2190	1105	1201	596	1013	504	509
Corte do Pinto	5672	2892	6557	3322	2791	2780	1865	885	1260	629	1080	534	546
Espírito Santo	2261	1219	2038	1084	978	930	995	465	542	276	437	228	209
Mértola	6986	3567	6439	3280	2871	2811	3605	1710	3166	1580	3093	1518	1575
Santana de Cambas	4930	2528	5164	2847	2176	2092	1760	900	1009	492	863	441	422
S. João dos Caldeireiros	1646	873	1486	739	770	762	1110	525	803	385	728	359	369
S. Miguel do Pinheiro	2360	1213	2326	1207	1104	1044	1590	845	1041	541	880	458	422
S. Pedro de Sôlis	1043	536	995	530	440	381	645	330	377	175	318	152	166
S. Sebastião dos Carros	1007	530	1010	507	454	416	635	330	406	204	300	140	160
Total do Concelho	29218	15026	29363	15016	14337	12796	14386	7096	9805	4878	8712	4334	4378

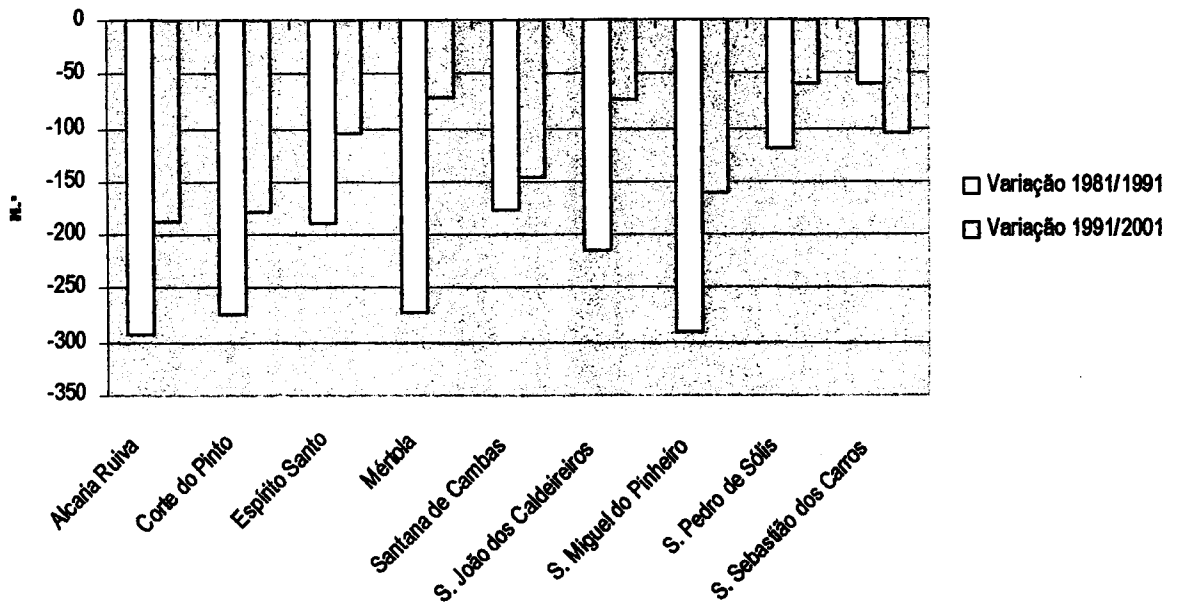
Fonte: INE



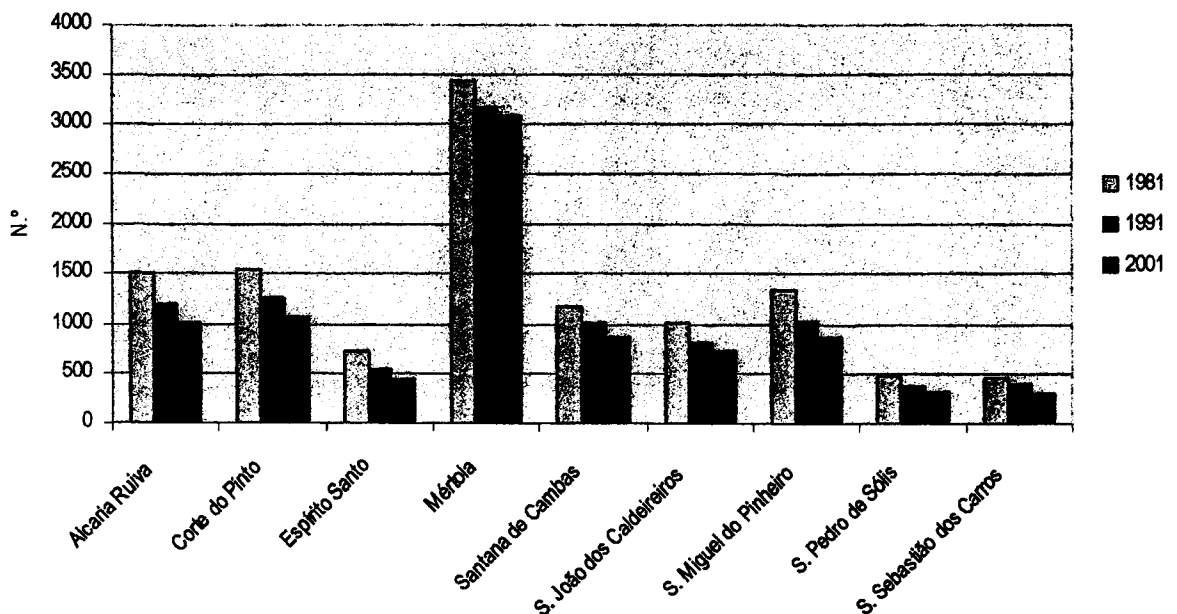
- População Residente, por sexo, no Concelho de Mértola entre 1940 e 2001 (INE)



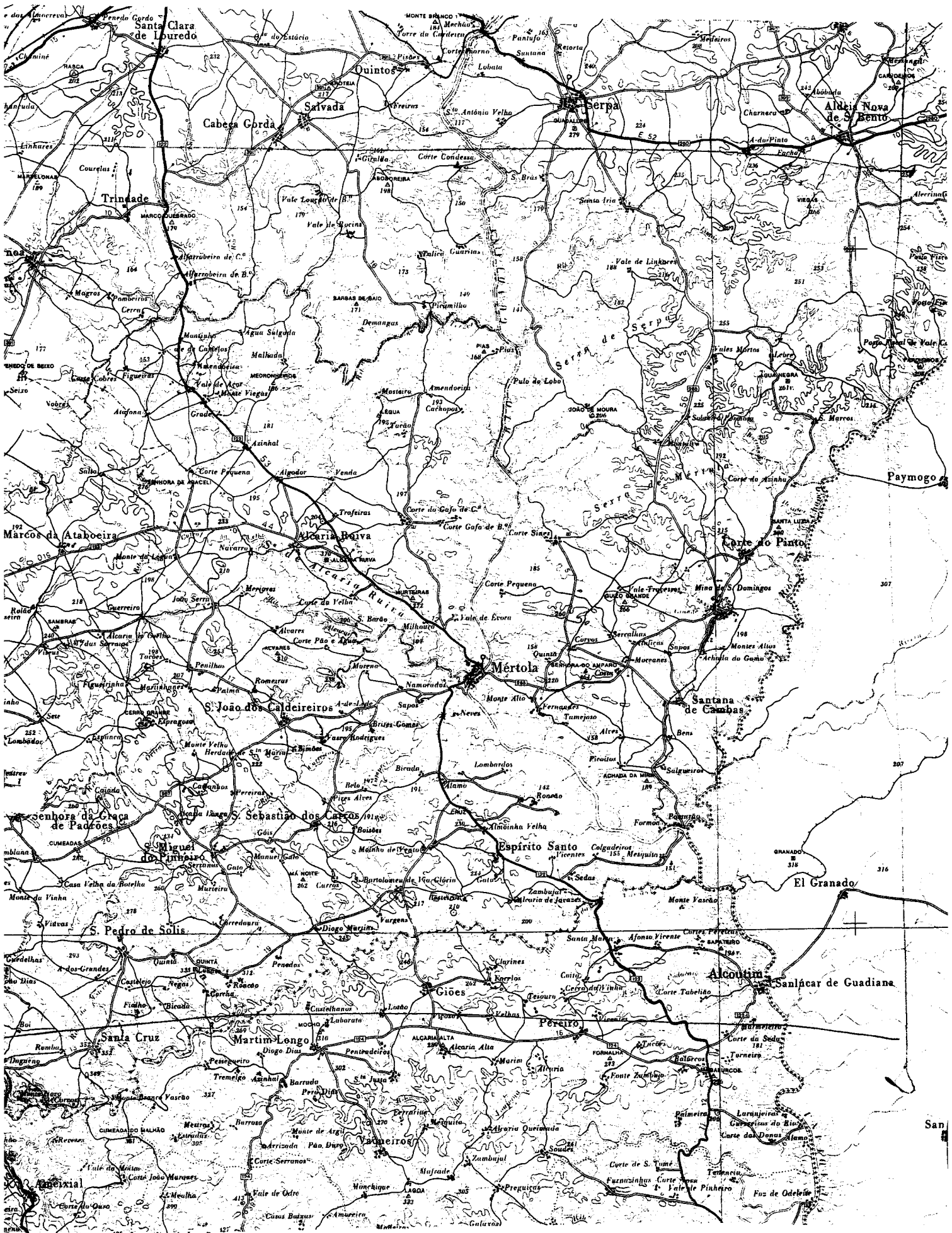
- Evolução da População Residente no Concelho de Mértola entre 1864 e 2001 (INE)

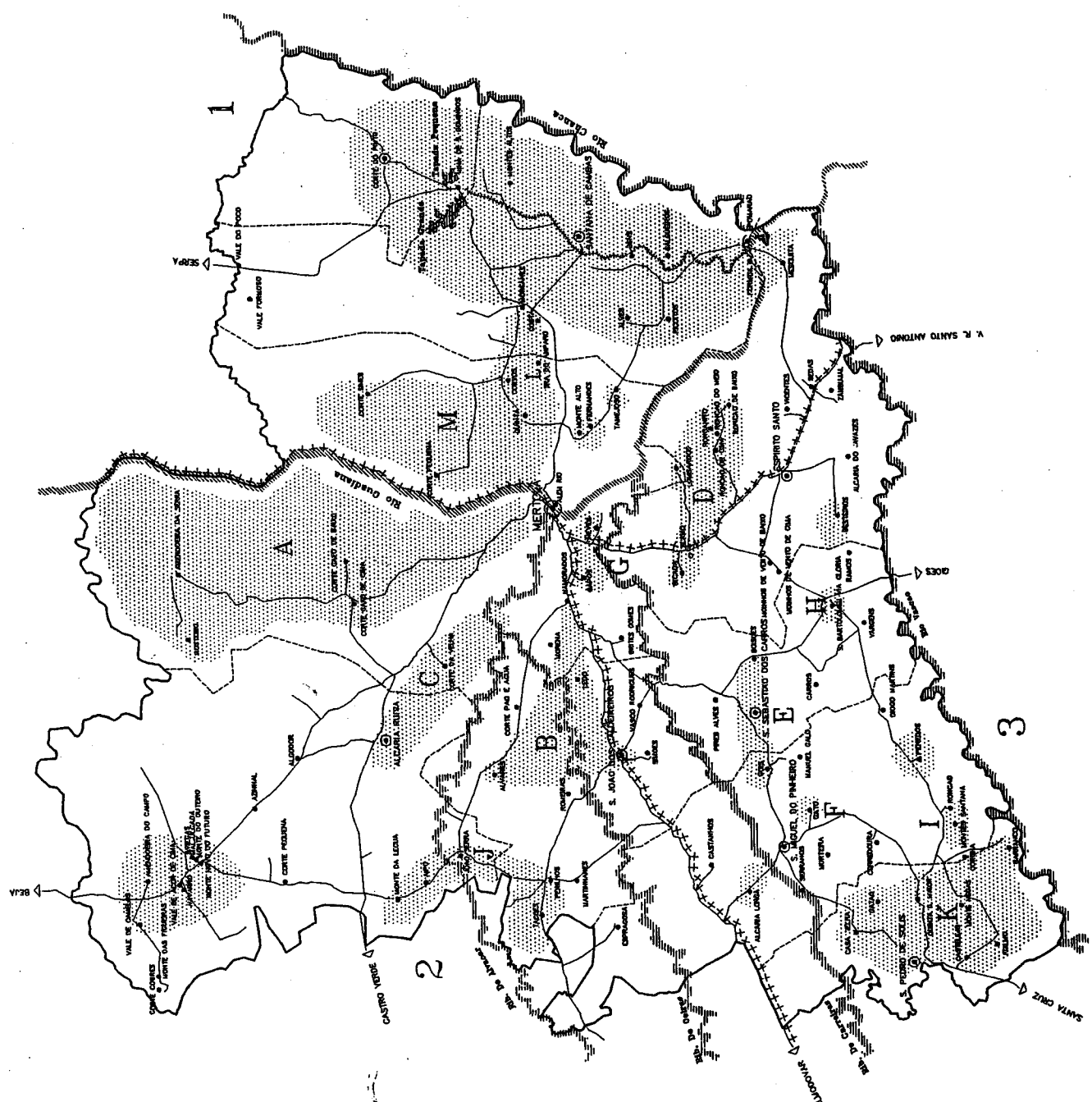


- Variação da População Residente por freguesia entre 1981 e 2001 (INE)



- Evolução da População Residente por freguesia entre 1991 e 2001 (INE)





- Limite de Concelho
- - - Limite de Freguesia
- Sede de Concelho
- ⊙ Sede de Freguesia
- Localidades
- +++ Limite das áreas 1, 2, e 3
- ▨ Area de Interesse Arqueológico
- Locais Referenciados no Texto
- 1 D L M
- 2 A B C J
- 3 E F G H I K
- Antiga Linha Férrea
- Rio Guadiana e Afluentes
- Porto Fluvial do Pomarão
- Albufeiras
- Estradas

Escala 1:200.000

Património
Concelho de Mértola

7.1

Neste sentido, converte-se num bairro, numa parcela como as outras, muitas vezes tendo perdido o seu papel de centralidade, pelo menos exclusiva. Em Mértola, apenas a centralidade política, e cada vez mais simbólica, ainda aí persiste. O comércio deslocalizou-se quase integralmente, a função habitação decaiu durante muitos anos e agora, embora estabilizada, continua a ter dificuldade de efectiva recuperação (ou seja, de demonstrar dinâmica social importante). Mesmo a questão da centralidade política é hoje, a meu ver, muito discutível como forma de manter um estatuto, quando impede a implementação de novas etapas da estratégia de base cultural. A qualidade do conjunto histórico é de tal maneira elevada que permitirá, através do simbolismo da sua importância nesse campo, nacional e internacionalmente, e por si só, assegurar esse estatuto referencial. A assumpção integral do seu papel cultural é vital, o que só se conseguirá investindo (mais) nessa especialização.

Em Mértola, foi nítido o receio de fazer essa deslocalização do centro político, sugerido desde o final da década de 50, quando do incêndio do edifício-sede da Autarquia, em 1982, por razões que se compreendem, e reconhecendo que esta análise é mais fácil de fazer retrospectivamente, mas que foi, de certa maneira, o desperdiçar de uma oportunidade. Todas as cidades podem ver as suas centralidades mudar, em Mértola, como em tantos outros locais, o comércio mudou, gradualmente, a sua centralidade, na medida em que o transporte rodoviário reclamava ruas melhores, lugares de estacionamento, acesso fácil em suma... No fundo, este é um problema de reorganização funcional, e esta reclama de uma visão de conjunto que, em Mértola, como veremos, não foi suficientemente amadurecida, em particular porque não existiu nunca o interesse de promover uma discussão alargada a todos os agentes dinâmicos no sentido de se encontrar uma solução integradora dos diferentes interesses e expectativas. No decurso deste capítulo procuraremos ilustrar o caminho percorrido, em algumas das áreas que entendemos como mais relevantes na questão da correcta gestão e salvaguarda deste centro histórico, bem como deixar algumas pistas que possam ser uma contribuição crítica positiva para a sua evolução futura.

4.1 – A vila histórica de Mértola: evolução urbana e tipologias predominantes.

Se tivesse que se dizer numa pequena frase, só se poderia escrever: Mértola é do Guadiana. De facto, não fossem os acidentes do percurso do rio, o seu inóspito mas rico território antigo, e a importância vital do seu curso de água, e a localidade não estaria aqui, e não na forma e na aparência monumental de que dispõe.

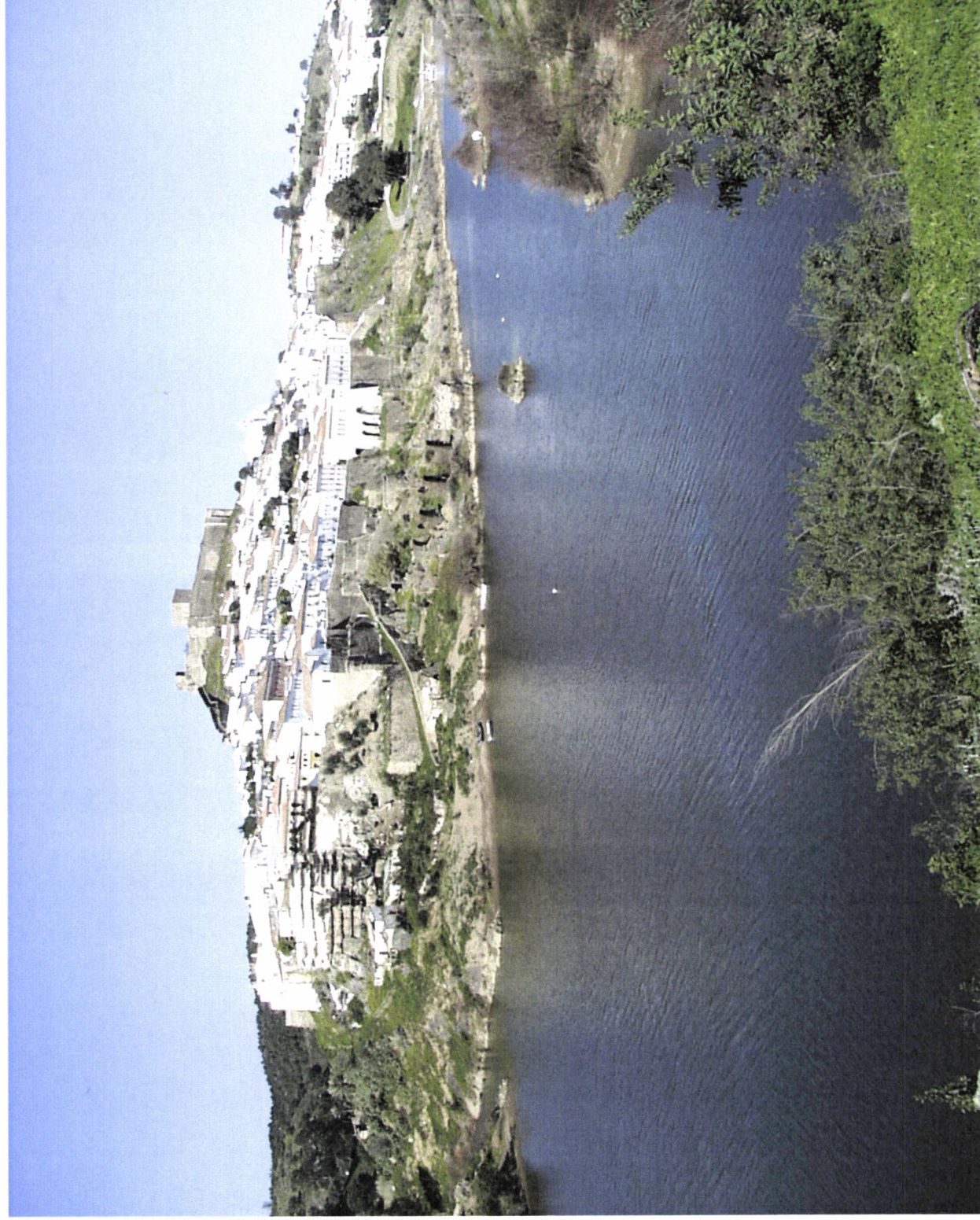
Foi a partir do rio que se definiram as coordenadas de povoamento, que se criaram e dinamizaram estratégias comerciais e se estabeleceram os contactos com outros territórios limítrofes ou mais distantes, já na orla mediterrânica. Aqui, como em tantos lugares ribeirinhos no *interland* que envolve este mar económica e culturalmente decisivo, como tão magistralmente o descreve Mestre Orlando Ribeiro: "(...) os pontos onde se prendem e enfeixam as rotas marítimas foram, desde cedo, lugares privilegiados para a troca de produtos e a convivência dos homens. O fermento da vida urbana foi, muitas vezes, o porto, que na cidade mediterrânica conserva uma importância excepcional, colorindo a aglomeração do seu matiz de gente e fazendo sentir, por toda ela, o ritmo vivo do seu trabalho"³⁹².

Era o rio que possibilitava que os recursos do território adjacente à sua bacia hidrográfica, o qual, sabemos hoje, se prolongava a territórios mais interiores, até às faldas dos montes de Aroche e do Andevalo, se pudessem concentrar na urbe de Mértola. Grande parte dos recursos e riquezas gerados pela região interior acabavam inevitavelmente na cadeia comercial organizada a partir desta localização, onde os mercadores regulavam o preço e o ritmo das trocas. Aproveitando as marés, cuja influência se faz sentir até junto da vila, barcos de 25 a 30 toneladas e pequeno calado, entrados por Castro Marim - o castelo do mar - facilmente aqui fundeavam.

Para lá desta influência profunda no processo de comercialização e trocas de produtos, de facilitador das viagens de partida ou de regresso, o Guadiana ajudava ainda, com a força do seu caudal, a moer o grão do trigo, a principal cultura agrícola da região e base fundamental da alimentação quotidiana. Os inúmeros engenhos que, ainda hoje, se podem encontrar ao longo do seu caudal são disso indesmentível testemunho. Assim, agricultura, indústria e comércio da região aqui encontravam expressão, e se a vila era do rio, este era a seiva que alimentava o interesse dos homens de tantas gerações e culturas que por aqui aportaram e viveram.

³⁹² RIBEIRO, 1996:108.

VISTA DE MÉRTOLA, actualidade



A aproximação à vila de Mértola, para todos aqueles que aqui chegavam navegando de Sul, subindo o Guadiana com o auxílio da maré oceânica cuja força se faz sentir até às suas margens, não podia deixar de ser, mesmo em épocas antigas, um momento de marcantes sensações.

O castelo altaneiro e a branca casa de Deus (em qualquer dos momentos históricos, templo ou igreja, foi sempre aqui o seu lugar), as muralhas que envolvem o casario, são uma imagem de grande beleza que jamais se esquecerá.

A este lugar de grande qualidade defensiva e geograficamente favorável ao comércio chegavam produtos do Mediterrâneo, e, mais tarde, da África berbere, por troca com minério, trigo, azeite, vinho e outras especialidades que as planícies alentejanas produziam pelo esforço dos povos que a habitaram. A vila é uma das marcas dos anos de sucesso, o testemunho dos momentos menos ricos a razão das suas cicatrizes.

Mas o corpo, o território envolvente, não era menos importante. Pois se o rio fornecera a localização, era do espaço rural e mineiro em volta que lhe vinha a maior parte da matéria-prima que alimentava o seu próspero comércio. Os contactos da vila com o restante território do termo eram feitos a partir de uma rede de caminhos que ligava os povoados rurais e que viabilizava as permutas à escala local. A maioria não eram mais do que simples carreiros ou *caminhos de pé-posto*, grande parte dos quais foram utilizados até há poucas dezenas de anos, tendo apenas sucumbido à chegada dos modernos meios de transporte e à abertura progressiva de estradas asfaltadas. Por eles se vinha à vila vender alguns animais de capoeira, caça, algum objecto artesanal feito nas noites de invernias, e, na inversa, em busca dos artigos que a natureza não produzia ou não facilitava. Regularmente serviam ao almocreve para o seu mercadejar entre a vila e as aldeias e, entre estas, para trocas de ocasião, aos bailes de namorico e festa, e facilitando ainda aos crentes habitando montes mais isolados chegar à missa do domingo na aldeia mais próxima.

A via para Beja, cidade a que Mértola esteve sempre, económica e politicamente, ligada, era já uma estrada de maior dimensão, uma passagem que constituía a espinha dorsal de organização económica de todo este território. Por essa via eram escoadas, desde a Antiguidade, os produtos agrícolas da fértil região de terrenos barrentos que rodeiam esta cidade da peneplanície alentejana.

Menos importância tinha a via que ligava com as urbes da margem esquerda do Guadiana, mesmo assim relevante para escoar os excedentes cerealíferos e oleícolas obtidos pelos agricultores de Serpa e Moura. Muitos destes produtos seriam já trazidos junto ao Guadiana precisamente para sofrerem um processo de moagem, nos complexos de azenhas que, já o destacamos aqui, existiam ao longo do curso deste rio.

Muito mais haveria a dizer a este respeito³⁹³, mas embora seja relevante para esta abordagem a compreensão da formação histórica da localidade, e, nesta, a vital importância da descrição das suas ligações fluviais e terrestres com o território e outras localidades, pensamos que se tornaria excessivo detalhar aqui toda essa estrutura.

³⁹³ Veja-se a tese de mestrado, MATEUS, Universidade de Évora, 1995 (policopiado), onde estas etapas históricas são abordadas com maior detalhe.

Estabelecidas, em traços largos, as premissas estruturantes do território de suporte, há então que estabelecer o quadro específico da vila de Mértola, uma vez que é sobre ela que se pretende ter um conhecimento que permita um adequado grau de percepção e de intervenção no que respeita à definição de estratégias de recuperação e de planeamento, em termos arquitectónicos e urbanos. Sem dúvida que é sempre difícil, no caso dos centros urbanos, por natureza intrínseca organismos complexos (mesmo tratando-se de povoações inseridas no espaço rural), estabelecer as suas características: “Não é a sua extensão territorial que lhe confere esse título, nem o maior número de habitantes, é antes a junção de relações comerciais, industriais e administrativas, é o local onde se realizam as feiras, onde o lavrador estabelece as vendas dos seus produtos, onde o humilde trabalhador se fornece dos mais variados utensílios essenciais à sua vida. Enquanto que a (...) aldeia nasce bem enraizada na terra e aí está profundamente integrada, como dela fazendo parte, a cidade é o espelho da cultura erudita, participante directo na história universal, onde o aldeão atónito admira por vezes a sua grandeza e procura transpô-la para o seu habitat, esquecendo-se ele que pertence a qualquer coisa de mais eterno, de raízes bem mais profundas – à terra”³⁹⁴. A cidade é outro mundo.

Apesar de envolvida por um território com recursos, Mértola ganha progressivamente, desde a sua implantação, consciência do seu papel não especificamente produtivo. Decisivos neste aspecto são a sua localização – num casco rochoso, escarpado, de difícil acesso para quem a ataca e fácil defesa para quem a protege – e o aproveitamento da navegabilidade do rio Guadiana, eixo fluvial de toda esta região interior e que transformou Mértola, seu último ponto navegável, na placa giratória de um intenso comércio inter-regional. A partir do seu porto se assegurou um contacto permanente com o mar, ainda que este fosse dificultado por um percurso algo traiçoeiro, apenas acessível a iniciados conhecedores das correntes e marés, do regime dos ventos e dos difíceis e apertados pontos de passagem dos barcos.

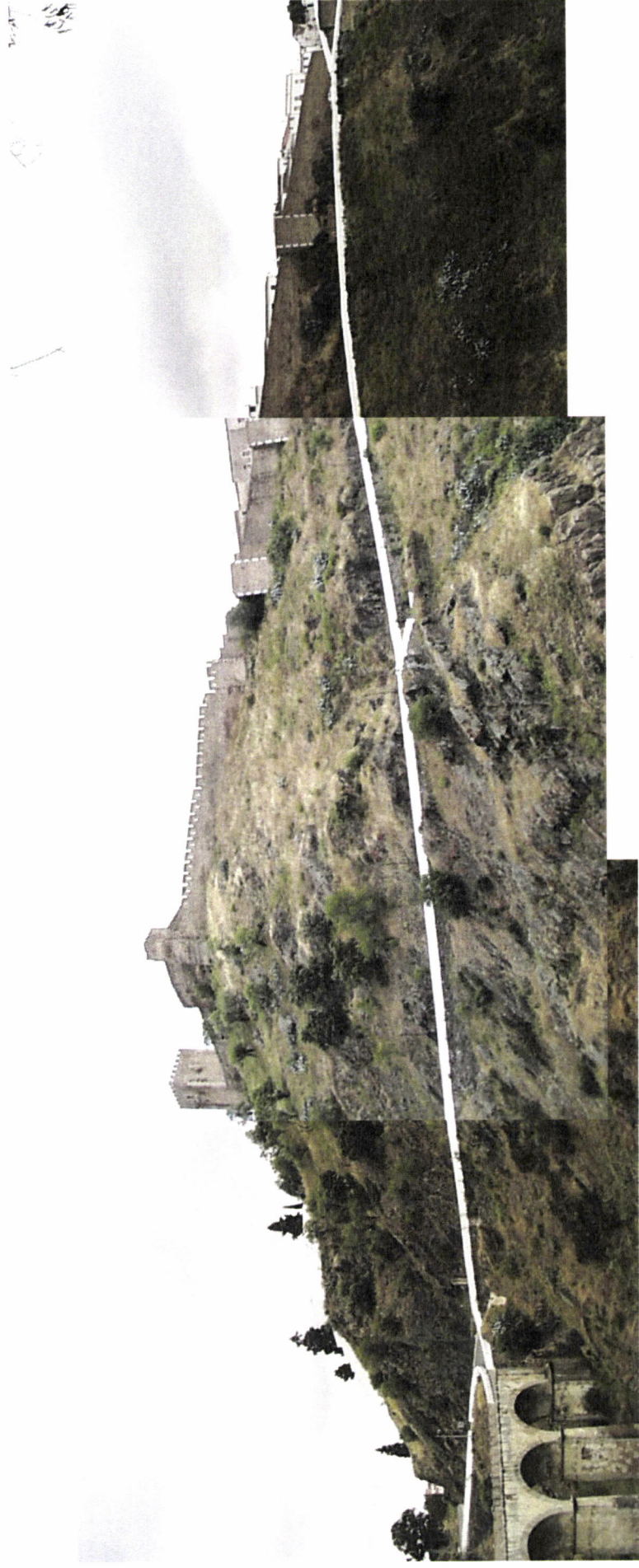
O comércio e a função militar de protecção do conjunto do território estiveram, pode dizer-se, na génese dos serviços que foi, ao longo das diferentes eras, acumulando em si, o que, para além de assegurar a continuidade das suas funções reguladoras, permitiu a constituição gradual de um novo *corpus* social inexistente nos outros lugares do termo: os funcionários; “(...) as cidades [são], caracterizadas pelo maior número de habitantes e funções e pela diversidade das actividades – em especial do

³⁹⁴ BRAUDEL, 1987: 19.

VILA DE MÉRTOLA
vista sobre o casario para a banda sul (em cima)
vista sobre o arrabalde (em baixo)



ALCÁÇOVA DO CASTELO DE MÉRTOLA (encosta Poente - Ponte oitocentista, via de acesso pela Porta de Oeiras)



A fachada poente é a mais escarpada do esporão rochoso sobre o qual foi construída a vila. Oposta ao Guadiana, é desprovida de casario, sendo a linha de feito integralmente ocupada pela muralha medieval. Os caminhos que vinham de Castro Verde e Almodôvar desembocavam nesta encosta (anteriormente, claro, a ribeira de Oeiras era atravessada a vau).

comércio e dos serviços. Contrariamente à agricultura, que ocupa uma parcela diminuta dos seus moradores ou ainda pela importância dos serviços administrativos³⁹⁵. Hoje, se se esvaziasse a vila do seu corpo de funcionários (administrativos, de saúde e assistência, policial e fiscal, das várias tipologias ao serviço do automóvel e os das actividades ligadas ao turismo, e terminando com os do comércio de géneros dos mais diversos), nela, já de si parca em habitantes, hoje com apenas cerca de 1450 moradores permanentes, restariam os reformados (categoria inexistente em épocas não muito recuadas) e as crianças, surpreendidas pela súbita ausência da generalidade dos pais.

Estas funções, e a consolidação do seu papel de gestão e regulamentação do território e de uma parte da actividade da população do concelho, são e foram sempre o seu principal recurso. E de tal forma decisivo, que, em termos de leitura histórica, determinados contextos só são entendíveis considerando esse papel chave e primordial que desempenhou. Existe, sem dúvida, uma interdependência que envolve os recursos naturais e uma determinada comunidade. Mas o território sobre o qual essa comunidade está sediada necessita possuir, ao menos em alguns locais estratégicos, as condições de acesso às principais linhas de comunicação da área regional, nacional ou internacional onde se insere. Só desse modo os seus recursos endógenos podem representar vantagens acrescidas, ou permitir o acesso a recursos externos em caso de necessidade, garantindo a continuidade da implantação dessas comunidades humanas.

Mértola desempenhou ao longo de diferentes épocas esse papel. O seu património histórico e a sua forma urbana e edificada são disso o mais claro testemunho. A sua importância está presente neles, e bem demonstrada, não só nos seus momentos de maior esplendor, mas também pela rapidez com que sempre, à menor oportunidade, renasce, e pela tenacidade como, firmemente agarrada à sua rocha, resistiu ao passar do tempo. Por isso me parece fundamental este enquadramento, se bem que sintético, das suas etapas de evolução urbana, pois que qualquer opção de intervenção, hoje, no seu casco histórico, não pode deixar de se adequar, humildemente, a um sítio cuja história é tão relevante como a de Mértola. Nestes muros, nestas ruas e nas suas construções está um mundo de vidas. E isso não é pouco.

³⁹⁵ ARROTEIA, 1985:40.

4.1.1 – As primeiras etapas: da antiguidade pré-romana ao mundo paleocristão.

A ocupação humana e as primeiras estruturações urbanas do esporão rochoso que desde sempre constituiu a base nuclear da sua implantação, acompanharam naturalmente a dinâmica histórica e as soluções desenvolvidas nas velhas urbes do Mediterrâneo. Esta primeira época histórica não tem sido alvo de uma muito minuciosa pesquisa, se exceptuarmos a parcela tardo-romana, onde o labor do arqueólogo Virgílio Lopes acrescentou outras possibilidades³⁹⁶, e por isso, no caso deste casco urbano, resta ainda por estabelecer cabalmente o modo e a extensão dessa ocupação para a maior parte desta vasta cronologia. A crer nas fontes escritas que, posteriormente, descrevem a ocupação romana deste território, aqui existiria um *oppidum* de fundação cartaginesa, já então, claro, associado com a exploração mineira e com os intercâmbios comerciais que se verificariam entre os autóctones de etnia tartéssica e os comerciantes desse povo de descendência fenícia. Em 1995, recorrendo a uma leitura comparativa com um outro povoado da região, escrevia o seguinte, citando: “O povoado destaca-se pela sua implantação estratégica e estruturas defensivas. Implantado num cabeço com boas condições naturais de defesa, nas proximidades de terrenos muito produtivos e ainda de jazidas de cobre, este *habitat* delimitou uma restrita plataforma superior, através da edificação de (...) cinturas de muralhas (...). A importância regional deste povoado deve ter sido significativa se nos detivermos na estratégia da sua implantação e nas estruturas habitacionais e diversidade do espólio identificado numa região tão interior do Alentejo. Para o seu desenvolvimento não deve ter sido indiferente a proximidade do Guadiana, enquanto via de penetração”³⁹⁷. Ora, esta referência, se bem que verdadeira enquanto retrato histórico, não possui ainda provas cabais, em termos arqueológicos. Isto apesar de, em escavações realizadas na face norte da actual muralha da alcáçova, se terem encontrado inúmeros vestígios da designada Idade do Ferro que, grosso modo, corresponderia a este período aqui analisado. No caso da presente dissertação, este aspecto poderá ser relevante para se considerar o método e a ocasião, resultante da necessidade de intervir ao nível do subsolo, de poder averiguar desta ocupação em outras áreas da vila, tentando desta forma vir a conseguir traçar um retrato, mesmo que esquemático, da morfologia urbana e mesmo eventualmente arquitectónica que então aqui serviu de local de vivência aos seus moradores. Segundo Cláudio Torres,

³⁹⁶ LOPES, 2004. Trata-se da monografia da sua dissertação de mestrado, publicada sob o título *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*, em que são sistematizados os estudos relativos ao período romano e tardo romano, com destaque para este último, e que permitiram compreender melhor esses quase mil anos de ocupação humana deste local.

³⁹⁷ PARREIRA, 1983:150.

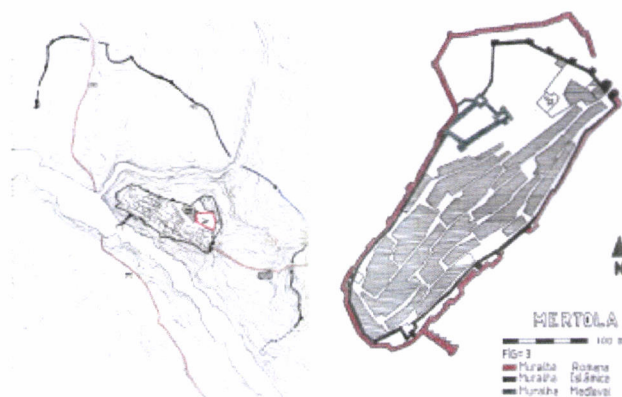
VISTA AÉREA DE MÉRTOLA, INÍCIOS DA DÉCADA DE 70



Esta zona da localidade havia já sido ocupada em época romana e islâmica, como recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela equipa do CAM têm vindo a comprovar. No entanto, a configuração que apresenta tem a sua raiz no século XVI, quando a localidade começa a despertar para uma nova etapa de riqueza comercial, e, portanto, de crescimento do número de edifícios, após cerca de dois séculos em que foi nítido o seu recuo para o interior da fortaleza, na sequência da Reconquista Santiaguista.

Destacam-se três eixos principais de desenvolvimento urbano, seguindo as vias pré-existentes, ligando a Beja e à Achada de S. Sebastião. À direita está ainda vazio o “quintalão das carroças”, (marcado com um Q) onde será em início dos anos 80 instalado o Centro de Saúde, zona por onde se prolongaria a necrópole paleocristã e islâmica de Mertola, a partir do Rossio do Carmo, e que, infelizmente, se perdeu sem qualquer investigação arqueológica.

Mértola parece ainda reunir as características tipificadoras dos povoados fortificados dos Campos de Ourique, definidos por duas áreas distintas, mas complementares: um cerro mais elevado, onde está implantada uma pequena cidadela ou estrutura fortificada (seriam desta os tais vestígios arqueológicos a que ainda agora nos referimos), cuja área média não ultrapassa os 5.000m²; e uma outra zona, muralhada de forma mais grosseira, ocupando uma lomba levemente inferior, numa área que vai de 12.000 a 20.000m² e que poderia ter tido como função inicial a de *albacar*, ou seja, uma cerca de protecção e recolha de gado. A análise da planta actual de Mértola confirma a existência de uma área com uma planimetria diferenciada em relação aos eixos longitudinais que vieram a ser definidos com a ocupação romana. Tal facto pode efectivamente resultar dessa primeira ocupação. No entanto, quanto a mim, esta questão não pode ainda ter uma apreciação tão definitiva. Está ainda por afinar a evolução morfológica entre este período e o romano republicano (correspondente à chegada deste povo à Península Ibérica), e entre este e a evolução (ou involução?) para a etapa imperial, muito à semelhança do que veio a ocorrer entre esta fase e o chamado período paleocristão / tardo-romano, que mais à frente abordaremos. Principalmente, resta por definir – por escavação arqueológica – o completo perímetro da chamada muralha romana que envolve, a alguma distância, a face nascente e poente da vila, a sua datação e tipologias construtivas, e a verificação de vestígios de algumas actividades humanas dentro desses limites. Sem querer avançar por este campo onde apenas tomo de empréstimos o trabalho, altamente meritório, dos colegas arqueólogos, várias têm sido as micro-zonas onde a arqueologia trouxe muitas surpresas e abanões à matriz interpretativa dos anos 80 – o que é bom, mas nos faz, sem dúvida, hesitar, quando seja preciso escrever acerca do que foi a vila de Mértola nestes tempos tão recuados.



Muralha romana exterior (à esquerda), e plantas das diferentes barbacãs já identificadas e/ou existentes (à direita).

Avancemos, pois, no tempo. É sabido que Roma introduz uma nova forma de pensar e estruturar o espaço urbano, seja ao nível da sua infraestruturização ou da concepção das construções que o padronizam. Este processo de carácter físico, é apenas um dos aspectos da urbanização; é preciso ter-se presente que os edifícios romanos, na sua génese, transportam consigo novas funcionalidades. São erguidos de acordo com uma nova organização política do espaço-cidade, das formas de sociabilidade e do novo estatuto dado aos seus moradores, agora cidadãos. Citava aqui o que era ainda a base de referência, relativamente a Mértola, da nossa investigação em meados dos anos 90. E já então se fazia uma importante ressalva: "(...) se é um facto que a cidade ideal romana tinha por base uma planta hipodâmica (as ruas, cruzadas em ângulo recto, definiam quarteirões iguais entre si), na prática a sua aplicação foi rara, porque assim o ditava a topografia do local ou por impossibilidade de ignorar-se, de todo, a estrutura urbana da ocupação anterior. De resto, pode mesmo afirmar-se que, na sua quase totalidade, «as cidades romanas correspondem a anteriores *oppida* indígenas cujo traçado não pôde ser ignorado»³⁹⁸. De facto, muitos dos vestígios que anteriormente se julgaram pertencerem ao *fórum* clássico, da época romana, têm vindo gradualmente a ser re-datados como tardo-romanos, de cultura paleocristã e com influências estéticas bizantinas. Para este período romano parecem, afinal, estar ainda reservadas surpresas, e torna-se cada vez mais evidente que a Mértola deste tempo teria possuído uma matriz urbana de *acrópole*, ou seja, de edifícios isolados assentes cada uma na sua plataforma individual e ocupando, até, diferentes quotas nas encostas da vila, pelo menos no que respeita à face ocupada pelos edifícios de carácter monumental.

Esta interpretação, aliás, redesenha, em termos de evolução, a curva ondulada do ciclo histórico – nascimento, crescimento, apogeu, decadência, morte, renascimento – num perfil perfeito em todas as etapas que lhe correspondem. Que quero dizer com isto? Antes, ao interpretarem-se os achados desta zona como romanos do período imperial (sécs. I a III d.C.) – daí a existência de fórum -, estava-se, para esta época, a contrariar a matriz interpretativa que se aplicava aos outros períodos subsequentes, e que vem até aos nossos dias, ressalve-se já para quem julgue que tal não se aplica hoje! E o que diz essa fórmula? Que sempre que Mértola é senhora do seu destino, isto é, quando é independente nas decisões que toma para o seu território e, mais importante ainda, quando o proveito das suas actividades é reinvestido localmente, ela passa por períodos de expansão e fulgor, que se reflectiram na área urbana e nos

³⁹⁸ ALARCÃO. 1990:462.

seus edifícios, que se tornam maiores, mais ricos, e em maior quantidade e diversidade de funções. Ao invés, quando deve pagar tributo fiscal a um qualquer senhor ou império, quando a capacidade de decisão final sobre os assuntos de interesse local passa pelo seu averbamento por parte do poder central e dos seus representantes, o resultado não pode ser o mesmo, e, geralmente, a riqueza, se existe, é menor e é zelosamente escondida dos cobradores. Por isso, a vila sofre, nesses momentos, de etapas mais decadentes, em que se perde o brilho das outras melhores, tantas vezes de forma irremediável. Ora, a existência de um *fórum imperial* contrariava este modelo interpretativo. Ao invés, imaginar que os romanos, que *industrializam*, após a sua chegada, a exploração da mina de S. Domingos, contribuem para um aumento da riqueza local, e que, para tornarem o seu prestígio, junto da população local, maior do que o dos Cartagineses, se dedicam a construir alguns edifícios de prestígio, já parece um cenário histórico consistente. Pelo menos mais verosímil do que tentar imaginar essa promoção construtiva tão intensa no período imperial em que Roma e as legiões espremem os recursos das províncias, e estas, se alguma riqueza têm, como já referi, a escondem de tão insaciáveis apetites. Lugar secundário, longe da importância agrícola e demográfica de Mérida, Mértola não pode crescer, faltam-lhe os recursos, e mesmo sendo um porto importante, é apenas isso, um porto. Mas à medida que o contingente se sedentariza e adopta como seus os interesses locais, então, aí sim, se pode verificar esse maior investimento. No caso do sul da Península Ibérica, essa situação verifica-se, por sistema, a partir do século IV.

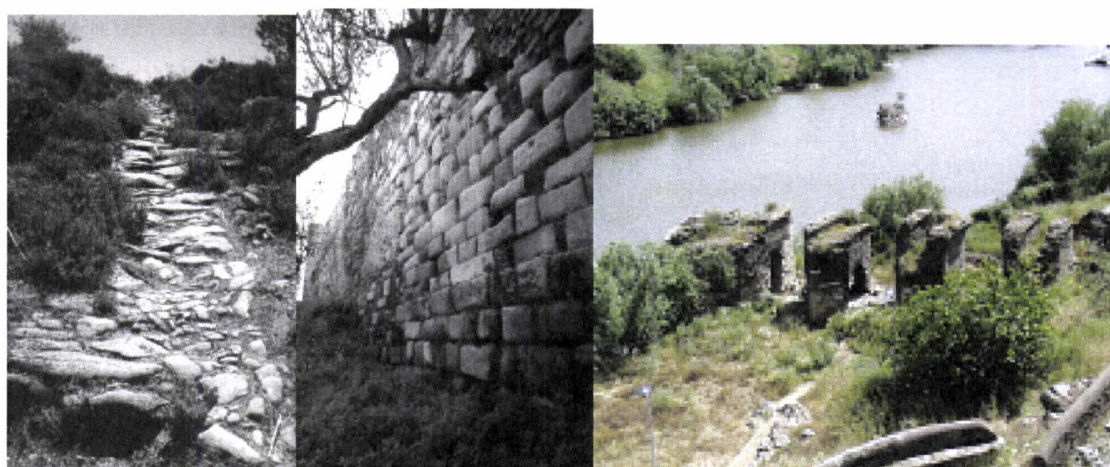


Vestígios romanos (Núcleo da Casa Romana. Cave da Câmara Municipal)

Um aspecto importa aqui destacar, para reforçar porque pode este modelo ser tão consistentemente aplicado à vila de Mértola. Resulta, em muito, do facto de Mértola ser um local praticamente inexpugnável do ponto de vista militar. Assim, são reduzidos os testemunhos da existência de conflitos violentos, pelo menos de violência que tenha conduzido à destruição de inúmeros edifícios e a transformações urbanísticas

consideráveis. Deste modo, a vila é em si mesma, com as suas camadas arqueológicas tão sistematicamente organizadas, e com o seu património arquitectónico e morfologia urbana tão associados a períodos de independência e riqueza local, um retrato de uma evolução cíclica, e daí a interpretação que é hoje feita para a evolução histórica do seu casco urbano.

O mesmo problema se coloca também quando se considera a questão de a cidade ser muito ou pouco fortificada nesta época. Mesmo a imponente muralha exterior tem troços de diferentes épocas e muito dela está ainda por ser alvo de investigação arqueológica, de modo a poder completar-se este retrato da zona actualmente muralhada com o conhecimento das funções reservadas para o espaço que lhe é adjacente e que é limitado por essa citada estrutura edificada de funções defensivas.



As antigas vias construídas no período romano (à esquerda, a via de ligação à mina de S. Domingos, que galgava a encosta sobranceira à vila) conduziam gentes e mercadorias até às muralhas da urbe (ao centro, parede do extradorso do criptopórtico). Pelo lado do rio, uma estrutura defensiva penetrava na água, adossada à muralha, assegurando uma melhor defesa dos barcos que estivessem em risco de ataque quando fundeados junto da localidade (à direita).

Um dado importante para a análise urbana ligada a este período histórico respeita à densidade da sua ocupação. Na recente escavação no logradouro da *Casa do Lanternim* (caso de estudo referido nesta dissertação) parece-me confirmar-se a conclusão de que, neste período histórico, a área ocupada por cada *domus* seria maior do que para as de edificação medieval cristã. Este dado parece corroborar a hipótese de a muralha usada então ser a tal cinta exterior, que incluía até, no seu perímetro, ambas as margens do Guadiana em frente à vila, o que, actualmente, não sucede (e, por isso, também existiriam menos ruas do que após o domínio da Ordem de Santiago, onde a população urbana sobrevivente foi obrigada a apinhar-se dentro

dos muros erigidos e reforçados, pouco antes, pelos almóadas). Numa zona exterior ao pano norte da actual muralha (no Largo Vasco da Gama, na entrada da Rua 25 de Abril) foram localizados vestígios de instalações industriais que nada indicia, para a época romana, estarem forçosamente fora do perímetro muralhado. Este, aliás, nesta vertente da urbe, passa pelo *cerro do Benfica*, uma segunda colina, onde a sua defesa era também naturalmente reforçada. Um aspecto, no entanto, claramente atesta de duas zonas ocupacionais distintas, revelando um figurino em que a parte habitacional está, maioritariamente, na zona da actual *vila velha*: a localização das necrópoles.

Destas zonas tem-se hoje um conhecimento razoável, destacando-se a que ocupava a superfície da encosta rochosa do Rossio do Carmo (a da Achada de S. Sebastião, cujos vestígios estão hoje musealizados no pátio da Escola Integrada local, não será aqui abordada dada a distância a que se encontra do casco histórico de Mértola). Ora, esta área, mesmo que interior a uma zona muralhada, não ficaria certamente junto das habitações. Aqui se coloca de novo a necessidade de se registarem progressos na investigação relacionada com esta cortina defensiva antes de se poder avançar com um desenho mais preciso da localidade de Mértola entre o século II a.C. e o século VI d.C..

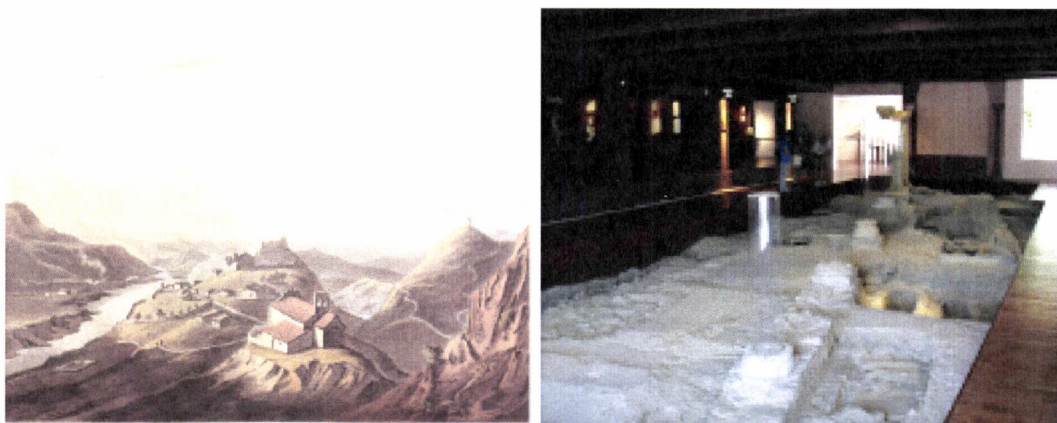


Os restos da necrópole (à esquerda) e da ermida de S. Sebastião (ao centro) eram conhecidos da referência feita por Estácio da Veiga, no relato da sua visita a Mértola depois das gigantescas inundações de 1876. Mas praticamente nada era visível quando se iniciaram os trabalhos contemporâneos de investigação arqueológica. A ampliação da escola C+S veio forçar a escavação deste local, onde, por acordo entre todas as instituições, foi possível salvaguardar uma parcela da necrópole, bem como reconstruir a ermida, que funciona hoje como núcleo museológico do Museu de Mértola.

Destaque-se, no entanto, o cuidado que deve haver, no planeamento arquitectónico e urbanístico de zonas que aparentemente estão afastadas do casco histórico – a presunção de que nestes locais nada antigo e importante existe é uma mera interpretação baseada numa abordagem visual de superfície e nada tem de científico

no que diz respeito a estratégias de salvaguarda do património. Podem estas palavras parecer aqui despropositadas. Mas não, pois foi por razões semelhantes que mais vestígios do período romano, paleocristão e islâmico foram destruídos durante o processo de construção do centro de saúde e da abertura de novos lotes para urbanização. Nessa época, não existiu qualquer cuidado especial de ao menos se proceder ao seu registo, apenas porque “não estavam dentro das muralhas” (e sucede que estas muralhas (as da *vila velha*) não são as únicas que existem, são apenas as únicas visíveis).

Mesmo assim, e por persistência de ocupação (este local sagrado veio a ter aqui uma nova igreja no século XVIII, e cuja plataforma serviu ainda para a edificação da escola primária local) parte dos vestígios deste templo estavam protegidos (encontravam-se debaixo do pátio da dita escola) e sobreviveram à escavadora que profanou estes vestígios já em finais dos anos 70 do século passado, apesar de a zona ser uma necrópole claramente identificada desde cerca de um século antes, pelo arqueólogo Estácio da Veiga.

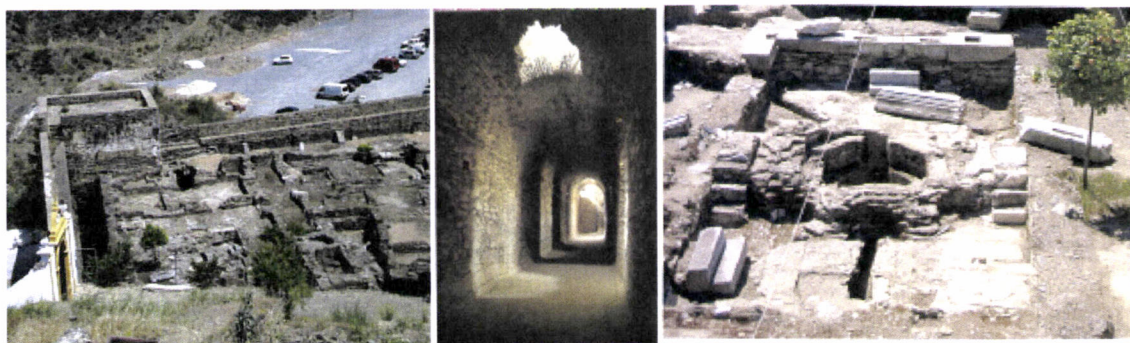


Iluminura antiga onde se vê, em 1º plano, a antiga igreja do Carmo, no Rossio que tomou essa designação. Sob a plataforma dessa construção estavam as ruínas da antiga basílica paleocristã de Mértola, entretanto escavada, e, actualmente, um dos núcleos museológicos da localidade (à direita).

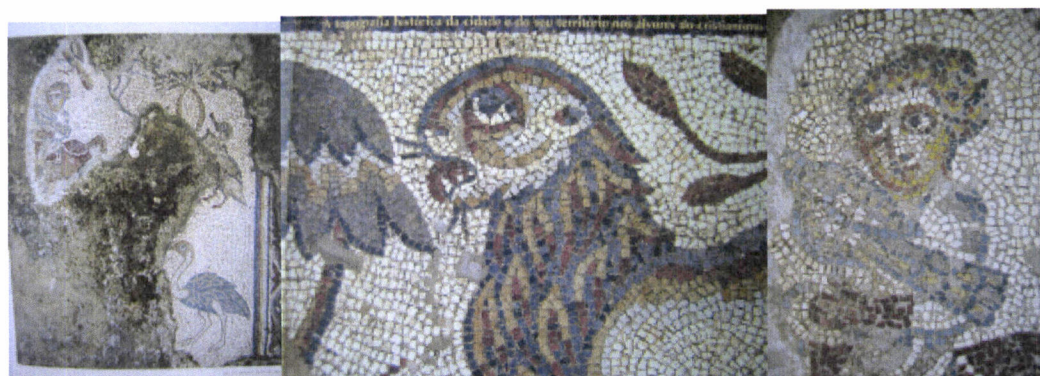
Este vestígio arquitectónico é da maior importância, histórica e urbanisticamente falando. “A igreja paleocristã de Mértola inclui-se, tipologicamente, no grupo das basílicas com duas absides contrapostas, série para a qual se admite geralmente como segura uma paternidade norte africana. Essa forma, originária da actual Tunísia,

teria chegado à Península Ibérica já completamente formada, não vindo depois a evoluir”³⁹⁹.

Este edifício, não só pela sua escala, mas pela sua localização – numa plataforma fronteira ao local onde estaria o antigo templo romano, supõe-se – e pela organização de uma grande necrópole cristã e islâmica que se desenvolveu em seu redor (testemunhando a sua reutilização pelos seguidores de Maomé), revela da grande importância e riqueza que a comunidade cristã de Mértola teve neste período. Associada à estética bizantina encontrada em vestígios da mesma liturgia e cronologia, descobertos na plataforma do criptopórtico da alcáçova (um paço episcopal?) e pela sua tipologia associada às províncias da antiga Cartago (actual Tunísia), é testemunho de uma continuidade de relações que só o comércio e as ligações familiares podem explicar.



Área da alcáçova onde foram feitas as descobertas relativas à época tardo-romana (à esquerda)
Criptopórtico que sustenta a plataforma que se vê na imagem anterior (ao centro)
Zona do Baptistério e local onde foram postos a descoberto mosaicos figurativos (à direita)



Mosaicos de época tardo-romana da alcáçova de Mértola

³⁹⁹ CAM, Catálogo da Basílica Paleocristã, 1993:35.

4.1.2 - A época islâmica e medieval cristã

No que respeita ao período islâmico que fecha esta etapa da cidade mediterrânica pura, a ocupação do território pelos exércitos de Tarik, a mando do califa omeiada, que depois colocará o seu trono na cidade de Córdoba, foi fulminante. Tal só se explica pela grande ausência de conflitos, pelo menos nas regiões do sul da Península, pela convergência de interesses, relevantes quando nos reportamos a sociedades em que o comércio é a actividade predominante, pela tolerância religiosa, própria também de povos habituados a um regular convívio com os outros diferentes de si.

Durante os primeiros séculos, mais uma vez retomando a interpretação feita para os ciclos, Mértola é um lugar secundário, desta vez com o califa no lugar do imperador. Mas, no mais, em tudo se assemelhando no que respeita a uma certa tipologia comportamental. O luxo de Córdoba e, mais tardiamente, a construção de Medinat-zhara, nos arredores da capital omeiada, não se fazem sem uma contribuição das localidades dependentes. Desta época em Mértola, que vestígios? No edificado, nada. Nada, claro, formalmente distinguível do vernacular mediterrânico ou da fortificação tardo-romana.

A revolução política que esses luxos geraram na capital califal, deixou o território politicamente retalhado, agora dividido em reinos *taifa*. Estas entidades políticas, de cariz feudal, eram, em tudo, semelhantes aos pequenos reinos dos cavaleiros cristãos que se acumulavam já na região cantábrica e nos novos condados do norte peninsular, aguardando a possibilidade de alargar os seus territórios: “A partir do século XI, com a crescente importância de Évora e, principalmente, com a pulverização política dos reinos de *taifa*, a decadência de Beja acentua-se, não sendo de estranhar que a capital regional seja assumida, esporadicamente, pela bem fortificada Mértola. Além da importância e celebridade das suas muralhas, e portanto do seu papel militar atestado na maioria das fontes árabes e cristãs, a velha cidade do Guadiana congregava também uma população não muito inferior às outras cidades do Garb al-Andaluz (...)”⁴⁰⁰.

Apesar de vasta em território, a *taifa* de Mértola foi incapaz de resistir sozinha às investidas dos exércitos a soldo de Afonso Henriques, e daí acorrerem em seu auxílio,

⁴⁰⁰ TORRES, 1992:193.

e de outros reinos muçulmanos vizinhos, as tropas berberes das tribos almoravidas, primeiro, e almóadas, depois. Foi neste período, e na etapa de domínio de Santiago, que logo depois da vitória militar cristã se verificou, que as maiores alterações arquitectónicas e urbanísticas se deram, fruto neste caso de contingências de repovoamento, na primeira fase, e de conflito militar, na segunda.

O primeiro destes episódios corresponde à construção de um bairro, que segundo o investigador Abdallah Khawly (na sua dissertação de doutoramento, que se encontra em vias de conclusão) se destinou a albergar algumas famílias ricas fugidas de Beja. Seja por essa razão (que algum luxo na cerâmica islâmica aqui encontrada parece justificar, para lá da pesquisa documental), ou por via de novas famílias berberes chegadas do actual Marrocos para repovoar Mértola, como refere a tese tradicional até hoje aceite, o facto é que a zona do antigo Paço episcopal vai ser ocupada por um conjunto de casas, cujas estruturas e espólio estão a ser postas a descoberto pela equipa do CAM desde 1978 e constituem a mais relevante fatia do património arqueológico local. As estruturas já identificadas desenharam um bairro de pequenas dimensões, com algumas dezenas de habitações, que estão longe de corresponder à imagem de moradias apalaçadas, embora se detectem pormenores construtivos com algum refinamento.

As casas, que variam em área de acordo com as suas funções e diferente estatuto dos seus proprietários, seguem de perto o mesmo modelo orgânico: viram-se para o seu interior, com um pátio central que joga papel determinante na circulação interna e vivência quotidiana, com pequenas dependências organizadas em torno e poucas aberturas para o exterior, numa combinação vocacionada para preservar a intimidade dos seus moradores. Este conjunto urbano, que tem vindo a ser detalhadamente investigado por Santiago Macias, possui um traçado regular, arruamentos e um apurado sistema de saneamento que denuncia a sua construção de raiz, denunciando a riqueza dos seus edificadores, ou a vontade política para a sua concretização, consoante as diferentes teorias que justificam a sua fundação.

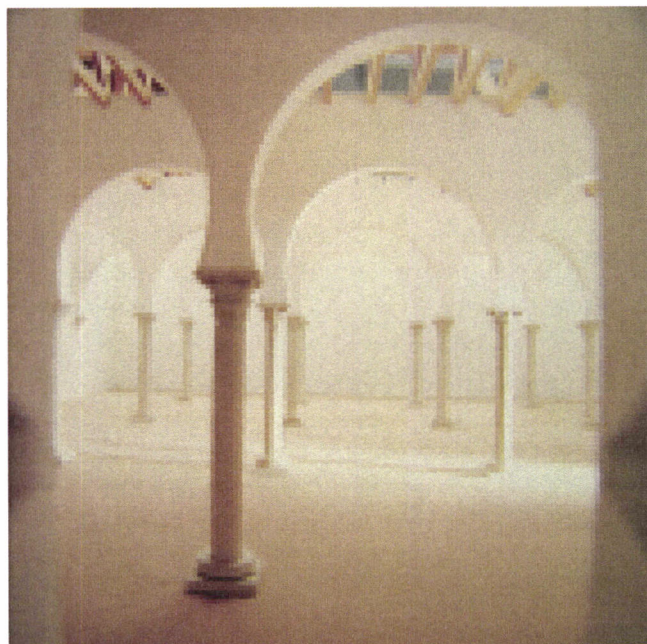
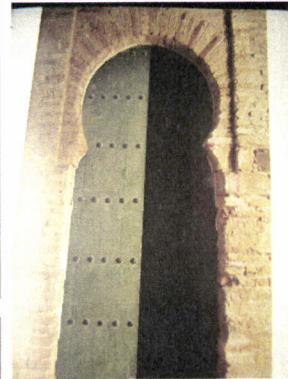
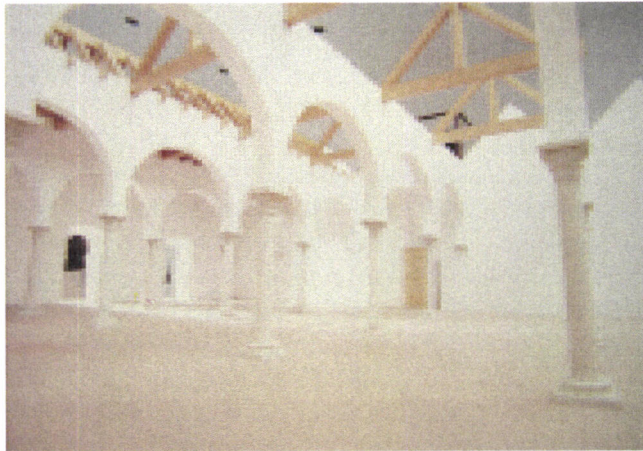
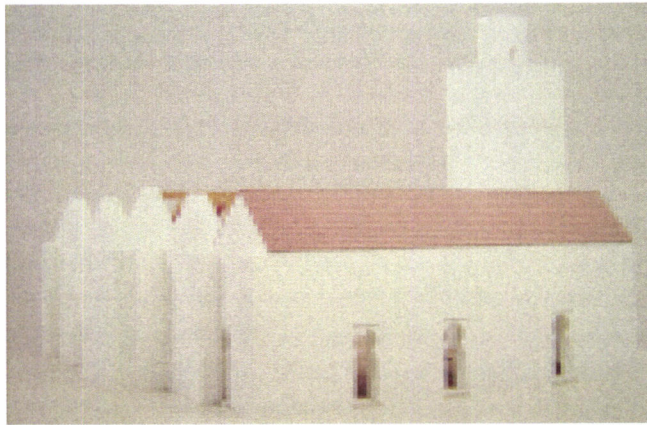


Zona arqueológica da alcáçova (imagem da esquerda) com as zonas tardo-romana (à esquerda nesta imagem) e islâmica (à direita, nesta imagem), em termos de contextos; na imagem central um pormenor da área islâmica, bairro habitacional de época almóada, e desenhos das mesmas casas (à direita).

O que é interessante na civilização islâmica é que ela é, no mundo antigo, a herdeira de todas as grandes tradições urbanas. O *agris*, que para os romanos era ainda importante, sendo esta uma sociedade em que exprimia estatuto social ser-se proprietário agrícola (era a recompensa máxima dos legionários), não tem o mesmo relevo no mundo islâmico, cujos sinais de riqueza são o número de mulheres que se pode alimentar (a poligamia não era consentida sem a riqueza necessária a um sustento condigno e igual de todas as esposas) e a riqueza mercantil que se possui. No entanto, são-lhes comuns práticas como os banhos e as cerimónias religiosas. “As cidades islâmicas, quase sem excepção, eram de velha tradição, desenvolvendo soluções de continuidade plasmadas desde o domínio imperial romano, [mas] o postulado religioso de Maomé introduziu, naturalmente, uma nova praxis, com inevitáveis consequências na estruturação da urbe. E aquela só se satisfazia num ambiente urbano, já que só aí o crente podia dispor de todas as estruturas necessárias a uma prática quotidiana dos rituais de acordo com todo o preceituado. Os banhos, a oração colectiva, entre outras práticas, conduziram a transformações na orgânica e funcionalidade dos espaços urbanos. O próprio Corão dedicava atenção ao urbanismo, e aí podem ser encontrados regulamentos sobre aspectos da edificação”⁴⁰¹. Esta pode ser aliás, uma das explicações para a construção do novo templo muçulmano, concretizada no século XII. Recorde-se que, provavelmente, era o edifício da antiga basílica paleocristã que servia, ainda, como primeira e/ou principal mesquita local. Não só porque em sua volta se encontraram muitos enterramentos deste culto (que podem ser, tão só, consequência de alterações religiosas dentro de

⁴⁰¹ MATEUS, 1995:50.

ANTIGA MESQUITA DE MÉRTOLA



A mesquita de Mértola, datada do período almoada, tinha configuração quadrangular. O seu espaço de cinco naves era amplo, permitindo a oração em comum. No desenho de Duarte d'Armas é ainda representada na sua configuração original (em cima, à direita). Este desenho, os vestígios postos a descoberto pelo restauro dos anos 50, efectuado pela DGEMN - arcos em ferradura (à direita, ao centro), o mimbar, nicho onde se guardava o Corão (à direita, em baixo) -, bem como informações documentais coevas, auxiliaram à realização de uma maqueta, exposta no Núcleo Islâmico, que permite visualizar como seria este templo muçulmano (todas as imagens da esquerda).

um mesmo grupo familiar), mas, principalmente porque esta tipologia, que foi de facto seguida em muitas mesquitas na sua primeira fase, não dispunha aqui de espaço de expansão que lhe pudesse dar uma planta de forma quadrada, seguindo o exemplo da Khaba de Meca. Esta nova mesquita é um edifício de cinco naves, com telhados de duas águas individualizados, praticamente quadrado, e onde se adossou um minarete, entretanto desaparecido, entre outras alterações. Subsiste ainda a possibilidade de este novo edifício (que ainda hoje conserva os seus muros originais, bem como o *mirhab* e o *mimbar*, testemunho singular original de uma mesquita no nosso país, classificada por isso como Monumento Nacional) ter sido erigido em simultâneo com o reforço da muralha norte da vila, na preparação militar para o inevitável conflito com os cavaleiros cristãos que se pressentia voltariam, mais ano menos ano, em nova investida militar. E, por isso, havia que construir novo templo intra-muros. Nenhuma destas hipóteses está confirmada, tal como não está excluída. Talvez que a escavação arqueológica da sua envolvente, que se está a iniciar, possa trazer novos dados à sua interpretação. Seguro é que se trata do elemento patrimonial local de maior destaque, sendo obrigatória a sua conservação, bem como da sua envolvente, na maior área possível.

No alto do seu promontório rochoso, edifica-se, nesta época, um castelejo, usando, provavelmente, as fundações de um *castellum* tardo-romano. Indício único dessa construção, distintivo do castelo cristão posteriormente edificado (no século XIII), é o que resta da sua porta principal, que foi reaproveitada.



O castelo de feição medieval de Mértola, com a característica torre de menagem, marca ainda hoje a imagem da vila como antigo local de importância militar.

Com a chegada dos cavaleiros cristãos da Ordem de Santiago de Espada, em 1238, a alcáçova de Mértola é parcialmente subvertida na sua lógica funcional e urbana. O bairro residencial almóada é abandonado, ou foi destruído por razões militares, vindo a transformar-se num imenso campo cemiterial, que foi usado até ao século XVI. Ao castelejo sucede um castelo de feição gótica e a mesquita é sagrada igreja de Santa Maria, ainda que aqui as imposições do novo ritual não tenham resultado, acto imediato, em significativas mudanças estruturais.

4.1.3 - O período tardo medieval e o início da época moderna

A partir de inícios do século XV, Mértola, a velha urbe, perde parcialmente a importância que detivera. O definhar da actividade mercantil, o processo de senhorialização, a secundarização da sua praça-forte na estratégia defensiva do Reino e a mudança da sede da Ordem de Santiago para Palmela foram factores determinantes. Tudo aponta, em consequência, para uma diminuição dos efectivos populacionais concentrados dentro das suas muralhas e do inevitável enfraquecimento da sua vida urbana. É um facto revelador a determinação protagonizada por D. Afonso V de conceder a Mértola o estatuto de «couto de homiziados», acto extremo que conheceram as regiões fronteiriças mais despovoadas, fosse por questões de defesa ou como recurso artificial para fixar mais gentes.

Entre meados do século XIII e inícios do século XVI, as modificações no tecido urbano da vila de Mértola não poderiam deixar de ser significativas. As principais ocorrem, naturalmente, na zona da alcáçova. Em substituição do castelejo islâmico, como já referi, serão erguidos novos amuralhamentos, dentro da tradição medieval do castelo-bastião, de fortes e pesadas muralhas e com inúmeras torres contrafortadas ressaltadas. Esta tipologia, como é sabido, é particularmente predominante na nossa fronteira terrestre com o vizinho castelhano, que, nesta época, era um aliado na guerra contra os muçulmanos mas do qual se desconfiava também, pois as suas pretensões ao nosso território, apesar dos tratados de paz assinados, pareceram sempre um desejo latente. O castelo santiaguista será ainda reforçado com altaneira torre de menagem, mandada instituir pelo Prior da Ordem, reforçando as já naturais capacidades defensivas do lugar. Em toda a sua organização, desenha-se o recorte característico duma fortificação medieval cristã, de feição gótica.

CASTELO DE MÉRTOLA



- 1 - Vista do Castelo (de Além-Rio)
- 2 - Planta do Século XVIII desta fortificação
- 3 - Vista geral da praça de armas
- 4 - Torre de Menagem, edificada pelos santiagoistas depois da Reconquista
- 5 - Torre das Carochas, usada como prisão
- 6 - Terraço superior da cisterna da fortificação

(da esquerda para a direita, e de cima para baixo)

No interior do castelo foram construídas edificações indispensáveis ao alojamento dos cavaleiros, bem como uma capela dedicada ao Apóstolo patrono, esta situada sobre a passagem da porta principal da fortificação. Na pequena torre construída sobre a face poente, altaneira à encosta da ribeira de Oeiras é instalada a cadeia, e na oposta, virada a nascente, instala-se o alcaide-pequeno. A torre de menagem, com os seus dois andares, representação imagética do poder senhorial e militar, é destinada ao alcaide-mor (comendador). Uma cisterna e os edifícios destinados ao aquartelamento das tropas e cavaliarias completavam a organização funcional do castelo. No século XV, no pano de muralhas virado a nascente, são recortadas ameias, acompanhando o desenvolvimento da pirobalística que se começa a verificar.



Castelo com as casas da alcaidaria no seu interior (à esquerda); e ao centro, detalhe da Porta Ribeira, ambos de Duarte d'Armas (século XVI). Fotografia dessa zona na actualidade (à direita)

“A obra mais significativa levada a cabo em época tardo-medieval foi a edificação no recinto do castelo, das *casas da alcaidaria*. Ajustadas à importância e dignidade do cargo de alcaide, era uma construção senhorial de dois pisos, organizada entre a torre de menagem e o torreão flanqueante levantado sobre a ribeira de Oeiras. Compunha-se de diversas divisões, distribuindo-se no piso superior várias dependências (...). A par deste edifício, levantado no decurso da última década de Quatrocentos, ergueram-se outras instalações: aquartelamentos, cozinha e casa de morada do alcaide pequeno, igualmente de dois pisos, sendo o superior sobradado, com lareira e ligação interna com o torreão voltado à vila”⁴⁰².

⁴⁰² TORRES, 1992:195. Nesta estrutura decorrem presentemente obras de beneficiação, de cujo projecto damos conta noutra capítulo desta dissertação. Apesar de não terem sido realizados trabalhos arqueológicos sistemáticos em todo o interior muralhado (durante a década de 90 foi reconstruída a zona da entrada, de acordo com fonte iconográfica, e foram abertas quadrículas em três zonas distintas do seu interior), o projecto de reabilitação será instalado sem comprometer o subsolo arqueológico, denotando assim a preocupação patrimonial do seu autor, Arq.to José Manuel Pedreirinho.

As muralhas da vila, herdadas da época almóada, não registam alterações significativas. Nalguns pontos erguem-se novos torreões, tendo sido refeitas, provavelmente em finais do século XIII, inícios do XIV, as portas da vila. Uma indicação interessante, que denota que foi apenas mais tarde que a feição arquitectónica e urbana veio a sofrer grandes alterações. Numa intervenção de reparação realizada recentemente numa casa de grandes dimensões no extremo sul da vila, casa essa originalmente construída sobre a muralha exterior, foram detectados vestígios de duas tipologias construtivas, em que é perceptível o fenómeno de rearranjo dos edifícios desta zona, permitindo estabelecer uma cronologia e um padrão para estas modificações, também já pontualmente verificadas noutras edificações semelhantes. É um tópico a voltar a abordar noutro capítulo.

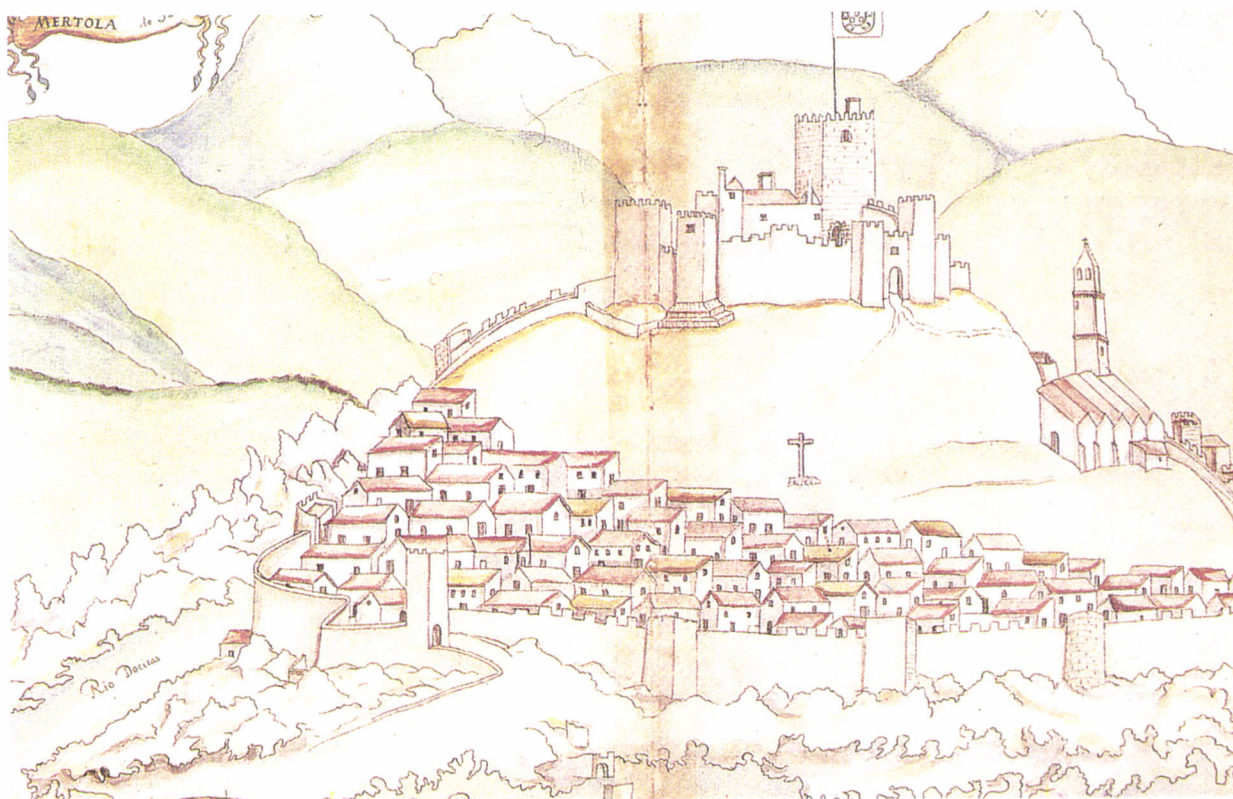
A par destas obras, foi nos edifícios religiosos que se verificaram acrescentos e modificações, o que era evidente, dada não só a mudança de culto, mas também o espírito impositivo dos reconquistadores: “Junto à *porta da ribeira* é construída, na mesma época, uma ermida dedicada a Santiago, que aí permaneceria até meados do século XVI. Nas proximidades da porta da vila, chamada de Beja, é construída uma outra igreja, dedicada ao Divino Espírito Santo, assegurando a confraria do mesmo nome o funcionamento de um pequeno hospital, que prestava assistência a doentes, desvalidos e viandantes de várias paragens”⁴⁰³.

A antiga mesquita almóada, que havia sido erigida, como foi referido, no século XIII, é adaptada a culto cristão. Pelo que as fontes documentais revelam e a análise arquitectónica e arqueológica do edifício deixa perceber, não se introduziram de imediato quaisquer mudanças estruturais. Este facto é atestado pela representação que dele é feito nos famosos alçados realizados por Duarte d’Armas, no século XVI, em que é apresentado com os cinco telhados de duas águas, assim como o minarete, revelando claramente que se mantinha a volumetria e a disposição espacial da velha mesquita.

Esta representação, aliás, permite-nos também avaliar a dimensão e distribuição da mancha urbana que à época se verificava: o casario organiza-se predominantemente na parte baixa da vila, virada ao rio, em função de dois eixos longitudinais principais, e com grande densidade junto da *porta da ribeira*, isto é, do

⁴⁰³ MATEUS, 1995:74.

ILUMINURA QUINHENTISTA E VISTA AÉREA DE MÉRTOLA



Mértola é uma das localidades do País que, para sorte daqueles que estudam o seu urbanismo, possui uma planta e alçados realizados no século XVI por Duarte d'Ármas, a mando do Rei D. Manuel (aqui, na reprodução tintada a cores do século XVIII). Por comparação com a fotografia aérea, de meados da década de 90 do século XX, vê-se que a zona envolvente do castelo, e o que é hoje a área arqueológica a poente da igreja, estão despojadas de casas, consequência da regressão demográfica pós-Reconquista cristã. Referir que o templo ainda se vê na ilustração na sua morfologia integral de mesquita, dado que a sua grande campanha de obras que lhe deu a feição actual é realizada apenas depois da visita do engenheiro militar da corte.

Guadiana, denunciando a importância deste e das actividades a ele associadas no contexto da vida económica local. O vazio que se verifica na parte alta, mesmo nesta face, poderá corresponder, tal como para a situação da zona norte (onde está instalado o campo arqueológico), a um abandono forçado desta zona, imposto pelos Espatários por razões defensivas, limpando de casario as imediações do novo castelo.

Uma das conclusões que se pode tirar, em relação a esta época é que as maiores intervenções se relacionam com a função militar, e a sua marca verifica-se no reforço e ampliação destas estruturas. As restantes alterações no casario, e também na agora igreja matriz serão já fruto das alterações económicas, que em três momentos particulares, entre o século XVI e o XIX gerou modificações sociais que, como sempre, tiveram reflexos no conjunto edificado, que ao longo do principal eixo viário viu surgirem casas de maiores dimensões. Essas alterações, bem como nos edifícios institucionais, contribuem para a imagem que hoje podemos observar ao percorrer as suas ruas.

Até esta época, e como se vê no desenho de Duarte d'Armas, o casario representava uma mole relativamente homogénea, sem grandes construção em altura – que a pressão de aumentar os domicílios mas de permanecer no interior das muralhas veio a acarretar, em especial depois da centúria de Setecentos. E não existem ainda quaisquer edifícios construídos sobre a muralha, em particular na face sul/poente, entre as duas portas fluviais da vila, denotando o predomínio recente da função militar, que assim o exigia. Esta área, de forma muito semelhante ao que aconteceu em quase todas as cidades fortificadas, acabará por ser ocupada por casario, que lentamente, a partir do século XVI, e na sequência de uma noção de paz permanente, se irá alondorar sobre o amuralhamento exterior, eliminando o adarve, facto a que não será indiferente a iniciativa do alcaide de construir, para si, nova sede no largo principal da vila (a actual praça Luís de Camões). Não tendo espaço livre, constrói este edifício sobre uma plataforma que sobressai para o extradorso da muralha, assentado sobre uma arcada de grandes dimensões.

Assim, a partir de meados da centúria de Quinhentos, a imagem urbana da vila começa a transformar-se significativamente. Novas ruas secundárias começam a ser abertas, indicando um parcelamento mais diminuto, pelo menos nas zonas mais altas da localidade, de cariz mais humilde. Igualmente, e como se comprovou recentemente em trabalhos arqueológicos na Casa do Lanternim, e por paralelo com tantas das casas existentes ainda, os imóveis foram aprofundados – isto é, a sua área foi

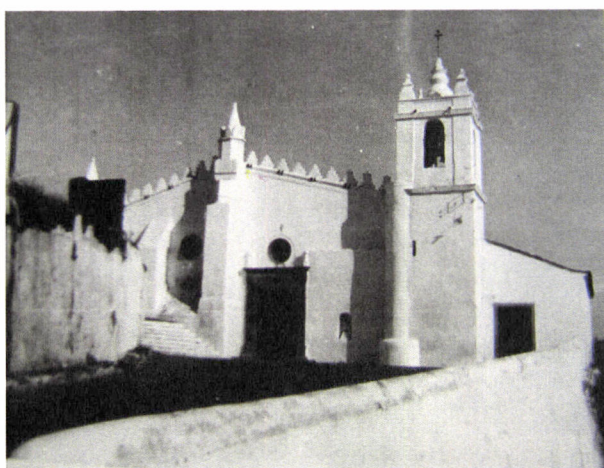
alargada longitudinalmente, com o corte da rocha do substrato que em muitos compartimentos fazia de parede mais interior. Esta alteração teve como consequência o aumentar do desnível entre os diferentes socalcos, gerando uma morfologia em que os altos muros de suporte são uma constante (e uma preocupação de consolidação estrutural actual...).



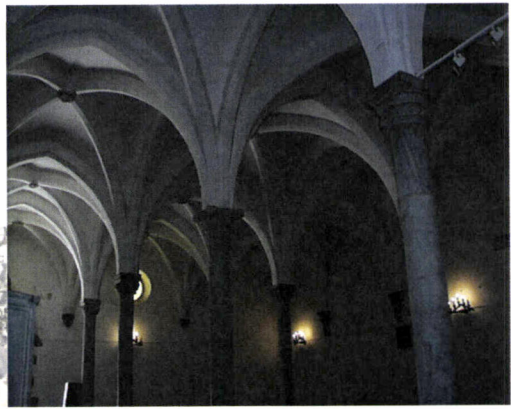
O castelo continua ainda a dominar sobre o casario, uma imagem de referência para os mertolenses. A Igreja da Misericórdia, construída na centúria de Quinhentos, na porta da Ribeira, junto da torre militar que então aí existia, vejam o alçado integral da vila desenhado por Duarte d'Armas (à direita).

A mais emblemática das alterações que se verificou neste período foi a realização de obras na antiga mesquita, que, por essa via, adquiriu o aspecto com que se apresenta hoje diante dos nossos olhos. Esta intervenção foi patrocinada pelo comendador e alcaide-mor de Mértola, D. João de Mascarenhas, antigo capitão de Arzila, e homem de negócios de cavalos para a defesa das praças norte africanas. Dos cabedais realizados destinou uma parcela à actualização arquitectónica da igreja local, que, como se queixavam as autoridades eclesiásticas, estava ainda como *no tempo da moirama*. Assim se fez a nova abóbada, de feição gótica ao gosto da época, alteração que obrigou a altear o corpo da igreja e à eliminação dos telhados múltiplos que ainda possuía, embora com reaproveitamento de materiais construtivos, principalmente de fustes e capiteis herdados não só do período islâmico, como seguramente também do romano ou tardo romano. Na mesma campanha de obras, levada a cabo entre 1530 e 1535, é aberto um novo portal, ao gosto renascentista (com peças de pedra lavrada, seguramente, em oficina de cantaria de outra localidade maior, pois a sua singularidade, mas erudição de motivos, em nada levam a sugerir terem sido esculpidas em Mértola). Quanto ao minarete, só mais próximo do final do século será então demolido e substituído por torre sineira adossada junto ao novo portal, à direita deste, como é imposição cristã.

IGREJA MATRIZ DE MÉRTOLA - N^a Sr^a de Entre -as-Vinhas
(antiga mesquita)



As obras do século XVI, que lhe deram a riqueza da sua abóboda de estilo manuelino, vieram contribuir para o ecletismo de estilos e pormenores que hoje ostenta. Neste podem incluir-se os merlões chanfrados ao gosto mudejar, o portal esculpido de estilo renascença, a torre sineira em estilo chão, próprio do vernacular alentejano. Actualmente, no seu alçado direito, decorrem trabalhos arqueológicos, que certamente virão enriquecer a igreja matriz de Mértola.



A «nova» igreja matriz, exterior (aguarela de Mário Elias) e, à direita, a abóboda nervurada de época quinhentista, no seu interior.

Em 1558, e na mesma sequência de preenchimento de vazios urbanos em áreas próximas à muralha, e da menor importância das estruturas militares, será cedido à Misericórdia local, entretanto instituída, a área correspondente ao largo junto à capela de Santiago que se situava em frente à *porta da ribeira*, templo a que a falta de função e o desinteresse haviam conduzido a um estado de semi-ruína. Embora modesto, de apenas uma nave, esta capela da Irmandade local simboliza também a renovação urbana que então se começou a empreender, em particular em espaços polarizadores como este. Mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, o adarve, primeiro, e a sapata da antiga torre, acabarão por ser também ocupados. O caminho de ronda, já sem préstimo, foi usado para se construir a sacristia da igreja, sobreelevando-se as paredes defensivas e cobrindo depois, com *telhados de tesouro* (influência das ligações constantes entre Tavira e a vila) todo o espaço. É deste mero aproveitamento que resulta a excêntrica forma desta dependência. Quanto à sapata sobre o caminho de acesso ao porto antigo, ela foi usada para construir uma pequena habitação particular, que nos anos 80 do século XX foi ligada interiormente com a nave da igreja, constituindo o conjunto edificado que foi o primeiro espaço museológico existente em Mértola e que hoje é o núcleo temático dedicado à arte sacra cristã.



Igreja da Misericórdia: extradorso sobre a muralha, corpo principal (fachada), interior (zona da sacristia), onde actualmente funciona o Núcleo de Arte Sacra do Museu de Mértola.

Quanto às construções particulares, embora faltem informações que o permitam afirmar taxativamente, terão igualmente conhecido, no século XVI, um acréscimo significativo. Esta ideia baseia-se na análise da documentação histórica desse período, com destaque para os processos visitacionais promovidos pela Ordem, em que é referido o crescimento demográfico, no período entre 1515 e 1565.

Em finais do século XVI, acompanhando uma nova conjuntura histórica, o cenário é outro. Os anos de prosperidade eram já uma longínqua lembrança e as marcas dos novos tempos fazem-se sentir. Imagem representativa é o estado de ruína a que chegam as casas da alcaidaria-mor, no castelo, que motivam a transferência já referida para a praça da vila, e por isso deixadas ao abandono. Nesse movimento descendente acompanha-o também a transferência da prisão local para a mesma zona, para edifícios hoje já inexistentes (ficariam situados no local onde hoje está situada a *casa de brasileiro*, ocupada pelo departamento sócio-cultural da Autarquia).

Para o século XVII não se dispõe de um corpo de informações bastante que permita traçar as transformações operadas na organização urbana e conjunto edificado. É de crer, contudo, que se tenha registado um crescimento da sua população, e mesmo económico, ambos moderados, mas que seriam a justificação para o início da fase de expansão para fora das muralhas da vila que inicia a construção da *vila nova*, bem como pela construção de novos edifícios religiosos.

No século XVII, Mértola ultrapassa, efectivamente, os limites da sua barbacã. No arrabalde as casas comprimiam-se à saída da porta da vila por três vias divergentes: a rua que levava à ermida da Sr^a das Neves; a que dava acesso à via de Beja, e ainda um caminho que, seguindo em direcção à ermida de Santo António (onde hoje está situado o Cine-Teatro Marques Duque) prosseguia depois junto à beira-rio até à Achada de S. Sebastião e, mais a montante, às terras férteis da achada de S. Brás. Foi a partir destes núcleos originais que se desenvolveram, numa primeira fase, até inícios do século XIX, os quarteirões primitivos do arrabalde, e que deram início à caminhada extramuros que orientaria todo o crescimento contemporâneo de Mértola (ver prancha de imagens nº5).

Na vila intramuros, a densificação da malha urbana acentuou-se significativamente no decurso das últimas décadas do século XVII e ao longo da centúria de Setecentos. A mancha do edificado ocupou progressivamente as áreas livres, numa primeira fase paralelamente aos arruamentos virados ao rio, definindo novos eixos longitudinais; e,

VISTA AÉREA DE MÉRTOLA, INÍCIOS DA DÉCADA DE 70



9 PRANCHA DE IMAGENS Nº 9 Esta zona da localidade havia já sido ocupada em época romana e islâmica, como recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela equipa do CAM têm vindo a comprovar. No entanto, a configuração que apresenta tem a sua raiz no século XVI, quando a localidade começa a despertar para uma nova etapa de riqueza comercial, e, portanto, de crescimento do número de edifícios, após cerca de dois séculos em que foi nítido o seu recuo para o interior da fortaleza, na sequência da Reconquista Santiaguista. Destacam-se três eixos principais de desenvolvimento urbano, seguindo as vias pré-existentes, ligando a Beja e à Achada de S. Sebastião. À direita está ainda vazio o “quintalão das carroças”, onde será, em início dos anos 80, instalado o Centro de Saúde, zona por onde se prolongaria a necrópole paleocristã e islâmica de Mertola, a partir do Rossio do Carmo, e que, infelizmente, se perdeu sem qualquer investigação arqueológica.

numa segunda fase, na zona poente do casco, de forte declive e em que a extrema compartimentação do solo urbano será a nota dominante, indiciando, claramente, a sua ocupação pelos estratos mais desfavorecidos da população. Os mais abastados continuam a disputar as casas dispostas ao longo das ruas principais (a rua *direita*, junto à muralha sobranceira ao Guadiana, por isso chamada *rua do muro*, e a Rua do Espírito Santo, paralela àquela); das situadas na zona envolvente da praça do município e das que se apinhavam junto à *porta da ribeira*, adaptando-as com melhor ou pior arranjo arquitectónico, à imagem senhorial do seu estatuto e das terras e rendas de que dispunham. A maior concentração de construções *enobrecidas* verificava-se na zona da praça do município e da porta da ribeira, junto à qual se dispunham, igualmente, edifícios funcionalmente ligados à actividade mercantil, como os celeiros da Casa de Bragança (fronteiros à Igreja da Misericórdia) e os amplos pisos térreos de um conjunto variado de moradas de casas das proximidades, que funcionavam como armazéns e depósitos de materiais diversos.

Os espaços devocionais da urbe haviam-se fixado, durante a Idade Média, em três pontos nucleares: a igreja matriz, na alcáçova, a igreja do Espírito Santo, junto à porta de Beja, e a capela de Santiago, sobre a plataforma da *porta da ribeira*. O crescimento demográfico e o alargamento das necessidades de satisfação espiritual dos crentes irão impor, porém, a partir do século XVI, a construção de novos edifícios religiosos, no perímetro da vila e do seu arrabalde. Como já referi, se bem que não apresentem programas construtivos monumentais, não deixam de ser ilustrativos do facto de haver uma maior capacidade económica para a sua edificação.

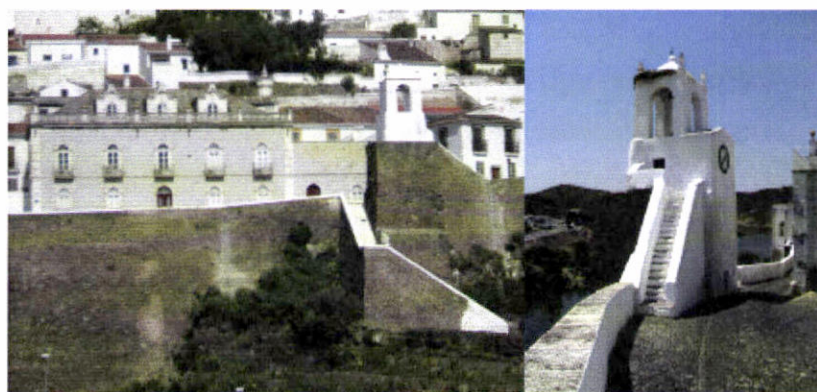
As duas construções mais arrojadas ocorreram fora de portas, sendo ambas de inícios do século XVII. A igreja de Nossa Senhora do Carmo é erguida no extremo norte da plataforma sobranceira à vila onde havia estado a basílica paleocristã e o seu campo cemiterial, ressacralizando um local que terá permanecido como tal no subconsciente colectivo. Na elevação fronteira à vila, para sul, e na outra margem da embocadura da ribeira de Oeiras, foi edificado, por iniciativa dos religiosos da Ordem Terceira Franciscana, um pequeno convento, com a sua igreja, nove celas e uma ampla cerca, e que passou a marcar, desde então, o extremo sul da paisagem urbana de Mértola.

Dentro de muros, as construções religiosas foram sobremaneira mais modestas. Para lá do alargamento da Igreja da Misericórdia, ao qual já aludi, foram ainda construídas a Capela do Calvário e a Igreja de N^a Sr.^a da Conceição. A primeira destas é uma construção de reduzidas dimensões e de planta cúbica, tendo sido edificada em

meados do século XVII, nas proximidades do adro da igreja matriz; quanto à segunda, também possui edifício modesto, de uma só nave, levantada em inícios do século XVIII (o edifício veio posteriormente a ser abandonado, tendo-se tornado local de habitação durante algum tempo; neste momento, está a ser elaborado um projecto para a recuperação do edifício, de modo a que possa ser devolvido ao culto).

No que respeita a edifícios públicos, nomeadamente quanto à sua diversidade e localização no espaço urbano, não se possuem informações muito precisas. O mais importante foi o já referido edifício dos paços do concelho, que voltou a ser remodelado no terceiro quartel do século XVIII, ficando com a feição que actualmente ainda o caracteriza (o antigo tribunal da vila e que hoje acolhe parte da Divisão de Obras da Autarquia e em cuja antiga sala de audiências se reúnem actualmente os eleitos municipais). A almotaçaria e a casa dos escrivães, tal como a antiga prisão, foram-se degradando, até terem sido substituídos.

O mais relevante dos elementos patrimoniais desta época talvez seja então a esbelta torre do relógio, implantada no início da íngreme calçada da *rua direita* que ligava a praça da vila com as portas de Beja. Erguendo-se de encontro à muralha e aproveitando a plataforma de um antigo torreão da mesma, passou a marcar, desde então, a zona da urbe que se debruça sobre o rio, bem como o ritmo do quotidiano a que emprestava o tocar das badaladas, um prenúncio de uma nova forma de viver marcada pelos horários.



Registe-se, por último, uma outra transformação funcional da organização interna da malha urbana. Desde finais do século XIII, de acordo com uma prática generalizada nas cidades e vilas medievais, que o hospital, também por vezes, em simultâneo, a albergaria de Mértola funcionou junto da porta de Beja, dando apoio e guarida a

viajantes, doentes e desprotegidos de vária sorte. Em princípio do século XVIII, ao que tudo indica, é erguido um novo espaço hospitalar, administrativamente afecto à Santa Casa da Misericórdia, e que viria a situar-se na encosta da Afreita, nas proximidades do que ainda hoje subsiste (embora actualmente com funções habitacionais). Foi aliás aqui próximo, no primeiro edifício junto da porta da ribeira de Oeiras que funcionou o primeiro dispensário, edifício que, vago após a construção do actual Centro de Saúde, foi o local cedido pela Autarquia às equipas de investigadores e arquitectos que trabalharam em Mértola nos anos 80, e onde depois se instalou o GTL local. Actualmente, foi alvo de obras de melhoramento para se tornar em unidade habitacional da Autarquia ligada ao realojamento nos programas de Salvaguarda do Centro Histórico da vila.



Rua da Afreita



Antigo Hospital

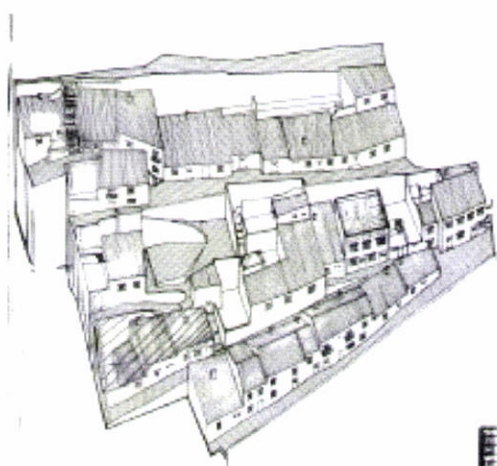


Antigo dispensário

4.1.4 - Os séculos XIX e XX

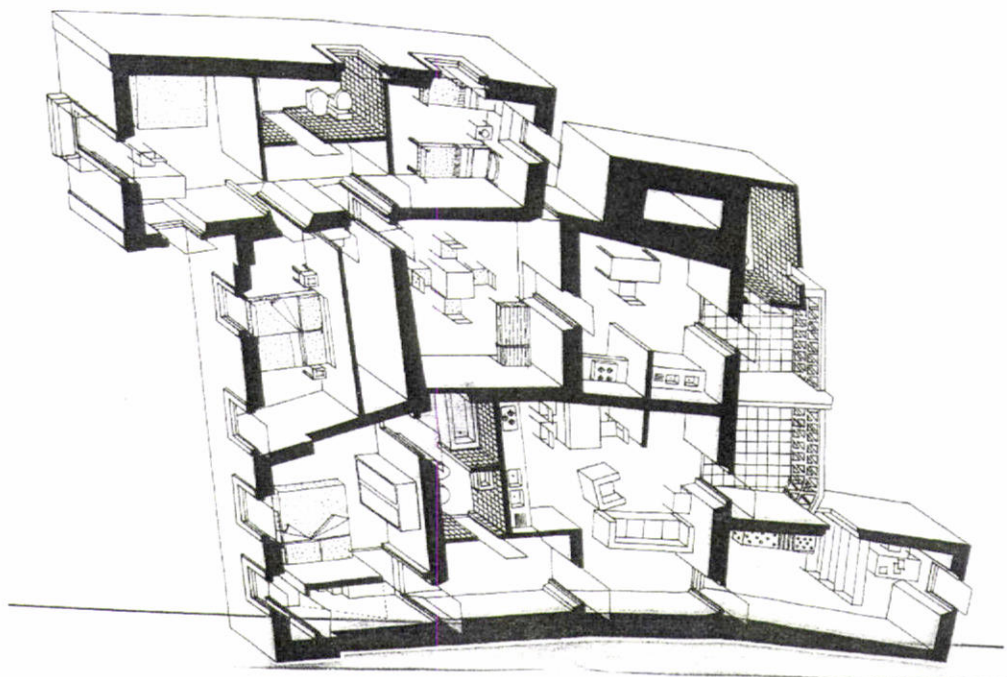
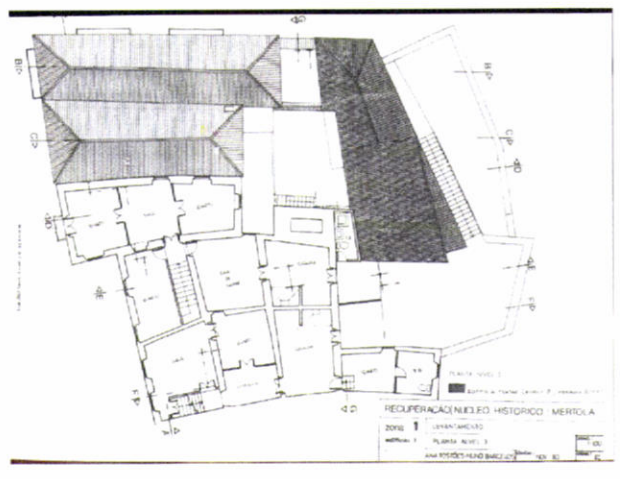
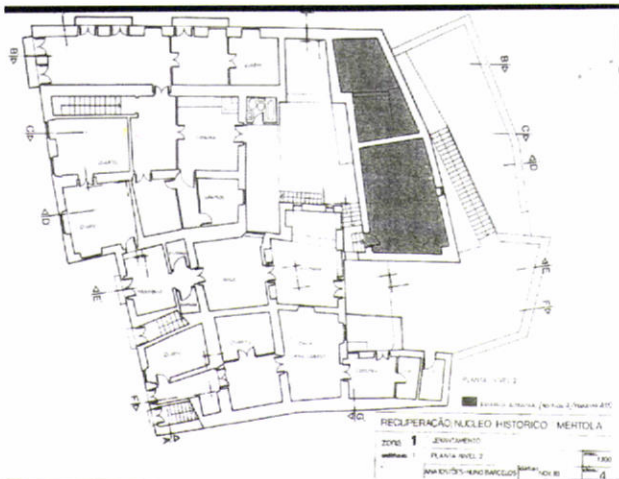
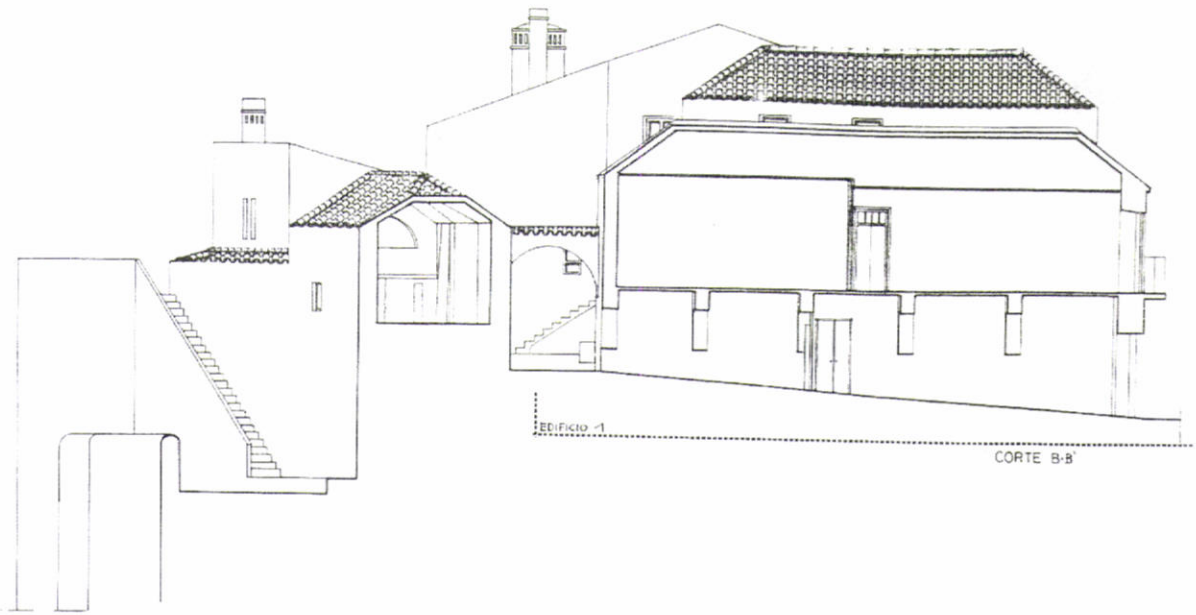
Chegamos assim aos séculos XIX e XX, onde as alterações (globais...) dos modos de vida e dos processos produtivos vão transformar as ocupações funcionais, em escala e ritmo. Para uma vila pequena, onde qualquer grande casa não era um detalhe de somenos, o impacto foi, é, enorme. No entanto, nesta apreciação, é sempre de ter em atenção a importância do contexto, pois que, apesar do seu património histórico, o seu território continua a ser um espaço de actividades do sector primário, e a sede, uma pequena vila do interior de um país pobre e despovoado. Se juntarmos, a este estatuto, a ruína das estruturas militares que, no início do século XIX, era uma extensa ferida na sua imagem global, não é pois de admirar a descrição que dela faz um visitante anónimo, decerto erudito, urbano e fiel amante do progresso industrialista: “Depois de três dias de viagem particularmente penosos, chegámos finalmente à miserável vilazinha de Mértola (...) os desertos da Arábia não podem ser mais tristes”.

Em desacordo com o pauperismo identificado por este viajante, conheceu a vila, em inícios do século XIX, uma série de novas construções, de carácter privado, que passaram a distinguir-se na urbe, simbolizado nas chamadas *Casa Amarela* (actualmente *esbranquiçada...*) e do *Lanternim* (actual sede em construção do Parque Natural do Vale do Guadiana, edifício do qual falaremos detalhadamente noutra capítulo), imóveis de carácter senhorial e de inegável valor arquitectónico no quadro do edificado local. Contudo, as principais modificações irão surgir em finais do século XIX e as primeiras décadas do presente século, impulsionados pelo surto económico e demográfico do concelho e pelas reformas introduzidas de acordo com o programa ideológico republicano.



Antiga casa senhorial, que foi originalmente toda pintada com cal tingida com oca, pelo que era designada por «casa amarela». Pertence ao Campo Arqueológico de Mértola, que procede a obras de adaptação para a tornar a sua sede (espera-se que não permaneça assim *esbranquiçada...*) A fotografia (em cima, junto ao desenho) pode ver-se, à direita desta casa o edifício reconstruído onde está instalado o Núcleo Islâmico do Museu de Mértola.

«CASA AMARELA» - estudo arquitectónico por alunos da ESBAL (1982)



Atendendo a estas premissas, verificou-se nas referidas épocas uma pressão acrescida sobre o solo urbano, multiplicando-se a construção ou ampliação de casas de dois pisos, ao mesmo tempo que foram diminuindo as fatias não urbanizadas, tendo praticamente desaparecido as áreas de logradouro de maior amplitude, e diminuído os espaços de ajardinamento e quintais, agora apenas adstritos aos edifícios pertencentes às famílias mais abastadas.

A transformação de maior envergadura, e de inegável carga simbólica foi, sem dúvida, a levada a cabo na praça do Município. Assim, entre 1894 e 1896 é construído um novo edifício dos Paços do Concelho, virado agora a norte sobre o recinto da Praça; são adaptados os antigos paços a *domus iusticiae* (1896-1897) e, ainda, no topo oposto, edificada uma ampla moradia particular (a maior de todo o espaço urbano), tipologicamente enquadrável naquilo a que se convencionou chamar *casa de brasileiro*. Esta, ocupando uma ampla fatia da plataforma da praça (que antes tinha a torre do relógio seguramente num dos seus cantos, e veja-se onde está agora), sobrepõe-se ao espaço onde estariam os tais edifícios, ou as suas ruínas, da cadeia, escritvães e almotaçaria.



Edifício do antigo Tribunal Comarcal, que assenta sobre as sapatas da antiga casa da alcaidaria-mor (à esquerda); o mesmo edifício, construído sobre e exteriormente à muralha (ao centro); edifício particular, de tipologia “casa de brasileiro”, também oitocentista, posteriormente doado à Câmara e onde hoje funciona a referida Divisão Sócio-cultural.

O estabelecimento prisional foi deslocado para junto da porta de Beja, no início do século XIX, integrando uma também relativamente extensa alteração na fisionomia desta área urbana. Construída entre 1821 e 1823, com grandes dimensões (para a escala local, mais uma vez se salienta) foi desactivada após 74 e transformada em Biblioteca Municipal.

A tendência, já anteriormente verificada, de algumas casas dispostas ao longo da rua *direita* e, nalguns casos, na envolvente da praça, passaram a ter amplos pisos térreos

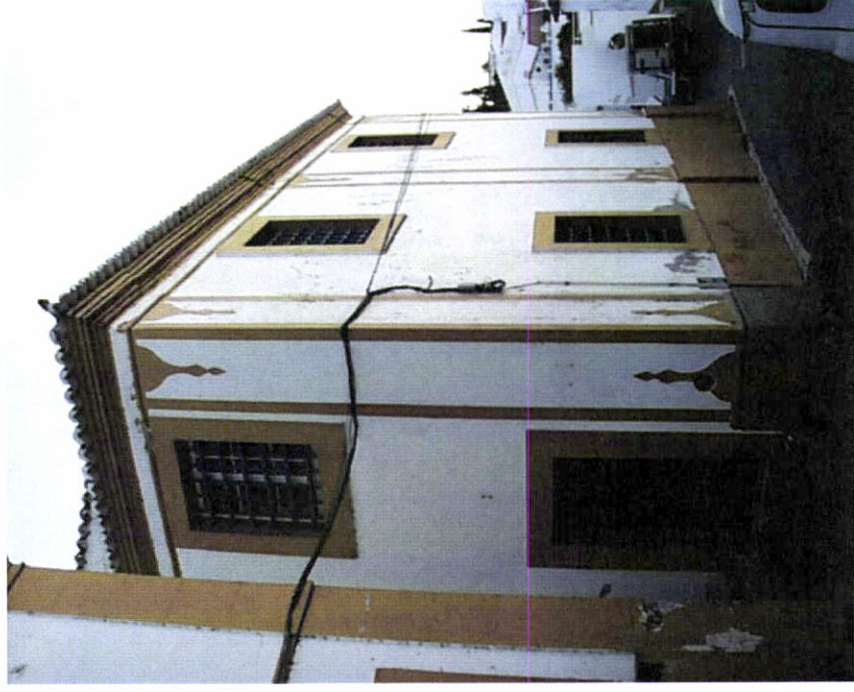
acentuou-se consideravelmente. O traçado e fisionomia que ainda hoje se observa nessa zona da vila é claramente herdada do último quartel do século XIX, durante o qual se verificou uma notável reanimação da vida portuária e mercantil de Mértola, em virtude, principalmente, da exploração industrial da Mina de S. Domingos, com a reactivação das carreiras regulares com o Algarve. Como sempre, a vila acompanhou a dinâmica da via fluvial.

Fora de portas, o crescimento urbano processou-se a um ritmo, comparativamente, galopante. Durante largo tempo, a fronteira do arrabalde tinha tido por referente a Igreja de Santo António, na saída da estrada que conduzia a Beja, uma nova via, já com alguma regularidade de piso, construída durante o reinado de D. José. Esta fronteira é transposta no decurso da segunda metade do século XIX, tendo-se fixado, já em período republicano, nas imediações onde se organizam pequenos conjuntos de moradias, térreas e desprovidas de qualquer requinte arquitectónico. Se alguns dos novos espaços se destinavam a habitações, foi nesta nova língua urbana que se instalaram edifícios comerciais e de serviços de variadas especialidades, nomeadamente uma tipografia e uma empresa de transportes rodoviários, que a partir da segunda década do século XX passaram a disputar a primazia nas deslocações desde sempre dada ao Guadiana. Gradualmente, tornou-se no eixo principal, a EN 122, que ainda hoje é a sua estrada principal, atravessando o território desde Beja a Vila Real de Santo António.

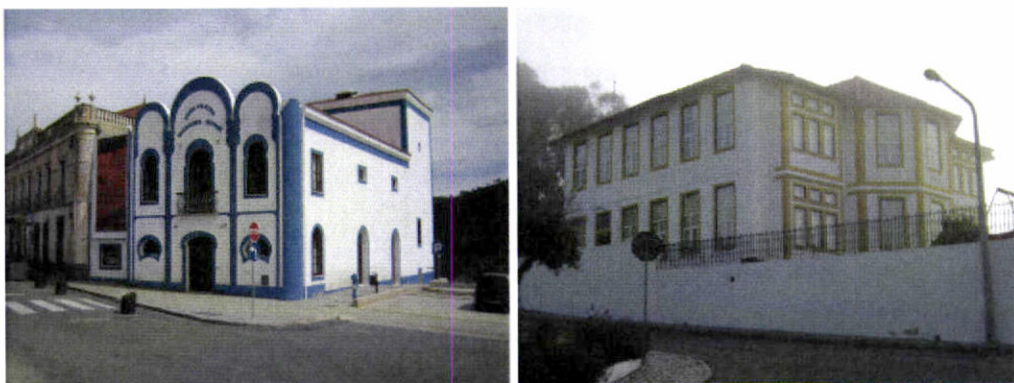
A seguir à República, a causa municipal é trazida para um plano elevado da discussão política e introduzem-se reformas que tiveram implicações na organização dos cascos urbanos. É o caso, nomeadamente, dos edifícios religiosos, que durante séculos marcaram imagetivamente a urbe, e o emergir de novas funções caras aos princípios republicanos, como a construção de escolas e equipamentos sociais. Na maioria das localidades do país, a laicização do Estado (proclamada na Lei de Separação do Estado e da Igreja, em 1911), conduziu à apropriação de inúmeros imóveis religiosos, e a sua adaptação a novos fins e, em situações extremas, à sua demolição.

No caso de Mértola observou-se esta dupla circunstância. Assim, a igreja de N^a Sr.^a do Carmo, fronteira ao rossio externo da vila (ainda hoje denominado rossio do Carmo, se bem que tenha recebido na altura, muito republicanamente, o nome de Largo Teófilo Braga, que ainda é a sua oficial denominação), viria a ser demolida, num processo que se arrastou entre 1914 e 1918, para, em seu lugar, surgir um edifício escolar.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MÉRTOLA - antiga cadeia - adaptada no final dos anos 80, actualmente em obras de ampliação.



Neste local, em tempos antigos, e por ser junto da porta da vila, situou-se a hospedaria, que acolhia os forasteiros. Espaço municipal, veio a ser depois a zona onde outros tipo de «indesejáveis» era colocando, na cadeia. No geral, em casos graves, aguardando breve transferência para espaço de funções similares na capital distrital. Representa uma boa adaptação de um espaço previamente existente a novas funções culturais, capazes de dinamizar o centro histórico de Mértola. A sua ampliação neste mesmo local começou a ser planeada logo nos anos 80, pelo mesmo estudante que, mais tarde arquitecto, a veio a desenhar. Sem querer entrar na discussão da qualidade do projecto, é mais relevante salientar a contradição de a ampliar para as traseiras, sobre uma zona arqueológica da maior importância, na alcáçova do castelo. É um dos casos que resulta da má opção de distribuição funcional dos edifícios camarários existentes no centro histórico - bloqueio resultante da não construção de uma nova sede autárquica no Rossio do Carmo. Nas contradições do modelo em curso (e sobre o qual escrevemos em detalhe no corpo da tese) vai-se gastando dinheiro, tempo e destruindo (mesmo que apenas parcelarmente) o património arqueológico que, nesta zona ao menos, deveria ser prioritário.



Cine-teatro Marques Duque (à esquerda); Escola Primária (à direita)

A igreja de Santo António conheceu inicialmente uma melhor sorte: foi adaptada a cantina escolar, isto no ano de 1918 (a cantina escolar Marques Duque, um benemérito local). Posteriormente, viria a funcionar como teatro, com o mesmo nome, vocação que se estendeu até aos nossos dias. As modificações operadas no edifício ao longo das suas renovadas funções foram de monta e, hoje, da velha igreja setecentista, nada resta. O edifício que a substituiu, no entanto, é, actualmente, uma imagem paradigmática da arquitectura local, quer no seu detalhe quer na sua volumetria. Isso mesmo parece ter sido em grande medida, levado em consideração no actual projecto de reabilitação e modernização, embora no seu interior as modificações façam perder alguma coisa do teatro original (este projecto será também analisado num outro sub-capítulo desta dissertação).

Quanto à ermida de N^a Sr.^a das Neves, Capela do Calvário e Igreja de N^a Sr.^a da Conceição, uma vez dessacralizadas passaram a funcionar como residências particulares (até aos anos 50), sucessivamente ocupadas por famílias pobres e indigentes, às quais os reduzidos espaços dos citados templos ofereciam uma guarida com condições mínimas de habitabilidade (para a sua condição e os padrões de então).



Ermida de Nª Srª das Neves

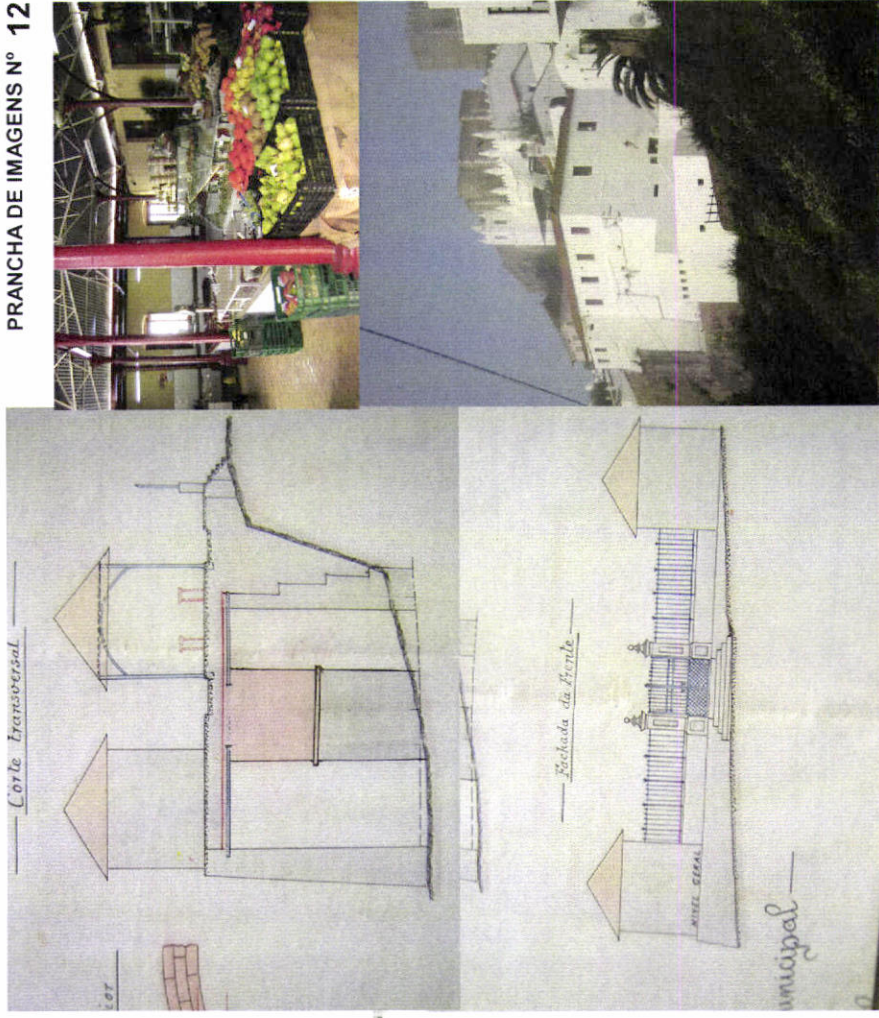
Registe-se que, já antes da República, tinham ocorrido transformações que importa reter. Em consequência da extinção e confiscação dos bens das ordens religiosas, decretada em 1834, o pequeno convento franciscano de Mértola foi abandonado, assim permanecendo até aos final dos anos 70, altura em que foi adquirido por particulares de nacionalidade holandesa, que o têm vindo a recuperar, tendo constituído uma associação cultural promotora das artes (e outras actividades culturais), que usa uma parte das dependências como galeria e ateliers de criação; recentemente foram recuperadas as estruturas de rega das hortas, tendo-se constituído aqui o núcleo museológico da água. Quanto à igreja da Misericórdia, dada a forçada dessacralização a que estas instituições foram forçadas, perdeu a sua função a partir da 3ª década do século XIX, tendo acabado, como já foi referido, por albergar na actualidade o Núcleo de Arte Sacra do Museu de Mértola.



Convento de S. Francisco

A pressão crescente exercida pelo arrabalde sobre a *vila velha*, particularmente no que toca à organização dos eixos de comunicação tornava as antigas portas de Beja num tampão entre as duas zonas, que se pretendia mais fluido. Assim, essa intenção obrigou ao desmantelamento da porta de Beja, de forma a alargar-se a via intercomunicante entre essas bem demarcadas áreas urbanas. Curiosamente essa separação perdurou no imaginário local muito para lá do tempo, relativamente curto (algumas dezenas de anos) em que o arrabalde adquiriu expressão e dinâmicas urbanas. Deste modo, e tal como constatou um autor de inícios do século (1913), Mértola “tem ainda costumes primitivos, entre os quaes o do sino da torre municipal [trata-se da torre do relógio] tocar a recolher às 22 horas no verão e às 21 no Inverno, e dar o alarme não só de incêndios como para anunciar factos de menor importância,

MERCADO DE MÉRTOLA - planta e perfil longitudinal
desenhos do projecto, e fotografia da área da muralha
sobre a qual foi implantado e do aspecto actual.

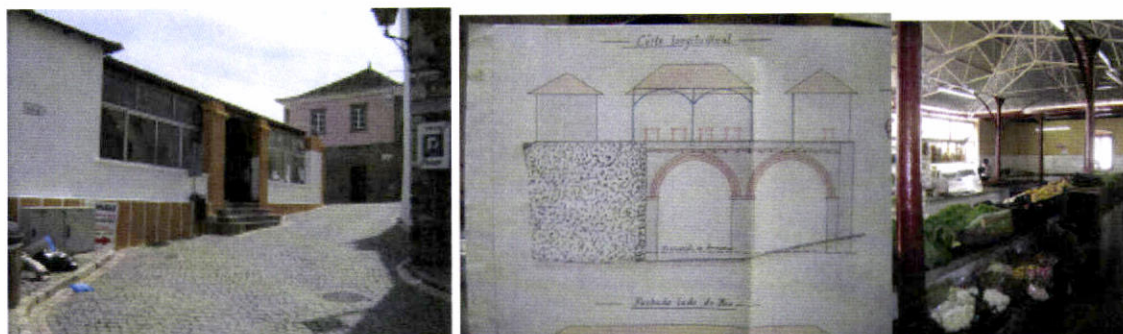


Na entrada nascente da muralha de Mértola, em substituição do torreão esquerdo, implantou-se, no último quartel do século XIX, o mercado municipal. Como se pode ver na planta, esta construção representou a alteração da configuração urbana do local, bem como a necessidade de construir elevado e espesso novo muro de suporte, esta parcela visível no perfil. Embora esteja prevista há muitos anos a sua substituição por um novo espaço, não parece haver essa necessidade, já que a maior parte do comércio de carne e peixe é feita, hoje, nos mini-mercados locais. Aliás, já só existe no mercado alguma venda de peixe, incluindo a dos pescadores locais, e um vendedor permanente de legumes, queijos e flores (além de uma parte dos antigos talhos ser, actualmente, um pequeno restaurante), funcionando o mercado de peixe apenas de manhã. Não parece existir, pois, necessidade de um novo espaço desta categoria, embora se reconheça que a questão da limpeza e higiene relacionada com o pescado possa ser melhorada.

Importante para a vitalidade do centro histórico, a função que exerce este mercado não deve ser anulada pela sua transferência. A sua situação, no eixo dos cafés tradicionais, na entrada do centro histórico, adossado ao eixo comercial que está em vias de melhoramento, o seu papel de lugar de encontro social merece, por si só, o estudo de todas as soluções de melhoria que evitem a solução tecnocrática (e politicamente correcta) da sua transformação em mero local de flores e artesanato, mais virado para o visitante do que para a população residente, desvitalização que não deve ser levada por diante. O turismo deve ser uma possibilidade a que a cultura local dá azo, e não a causa da sua destruição.

como a chegada de um barco de peixe, a venda de um porco, etc.»⁴⁰⁴. A não ser que o autor não tivesse mesmo visitado a localidade (o que não era corrente, nos autores do «Guia de Portugal»), trata-se de um anacronismo, pois já não existiam quaisquer portas para fechar!

O desmantelamento da porta de Beja conheceu dois momentos. Um primeiro corresponde à destruição do torreão nascente, assim se obtendo a área indispensável à construção do Mercado Municipal, edifício levantado entre 1916 e 1917 (e que ainda hoje se conserva) e que obrigou à reorganização do espaço urbano adjacente. O Largo Alonso Gomes, aí surgido então, está quase totalmente preenchido com o mercado. Num segundo momento desta modificação verificou-se o completo desmembrar do torreão poente, intervenção registada nos anos cinquenta.



A etapa mais recente, a partir da década de 60, da evolução da área histórica de Mértola, cruza-se com as alterações de diferente ordem verificadas. Por razões estruturantes, como sejam as dificuldades inerentes à intervenção em centros históricos (o saneamento, acessibilidade, etc.), a onerosidade das obras, e a antiguidade do edificado, bem como as de raiz mental e cultural (o suposto estatuto de minoridade social e económica do habitante intra-muros, que a marcou até aos dias de hoje) conduziram a um relativo esvaziamento da *vila velha*.

O inverter desta situação, necessariamente moroso, tem vindo a ser gizado nos últimos anos. Mas para aí chegarmos, temos agora que recuar um pouco no tempo, e começar a explicar, com mais detalhe, como foi que se processou, sobre este cenário arquitectónico e urbanístico, bem como patrimonial, aqui sumariamente descrito, o processo de planeamento urbano contemporâneo e como foi que, a partir deste, se criaram as estratégias de salvaguarda do casco histórico de Mértola.

⁴⁰⁴ BARBOSA, 1860:63.

4.2 – Estudos, Planeamento e Regulamentação Municipal (1947-2003)

4.2.1 – O Antepiano de Urbanização de 1958

Tal como sucedeu em muitas localidades do País, foi por iniciativa governamental que a vila de Mértola iniciou o processo de se dotar de um instrumento urbanístico que regulasse o seu crescimento e as diferentes tipologias e intensidades da ocupação dessas novas zonas. Este processo, uma segunda etapa dos “Melhoramentos” iniciados no século XIX, é agora dirigida pelo Ministério das Obras Públicas, sob a influência e vigor legislativo de Duarte Pacheco, o malogrado ministro que deu início a este processo⁴⁰⁵.

Sem dúvida, o Antepiano de Urbanização de Mértola insere-se no desejo do Governo e do Ministério das Obras Públicas e Comunicações de dotar o País de um conjunto de instrumentos de Planeamento, facto que correspondia à tendência europeia nos anos imediatamente seguintes às conclusões do Congresso CIAM de Atenas (1931), e a que a destruição causada pelo conflito militar de 39-45 veio a proporcionar uma oportunidade – em alguns casos, podemos dizer, uma exigência – de aplicação enquanto metodologia de intervenção para o desenvolvimento das áreas urbanas. Portugal, apesar de não ter participado neste conflito, seguia na sua esteira ideológica e, assim sendo, o crescimento das cidades, para cumprir os requisitos da modernidade, não podia mais ser fruto do acaso, mas sim consequência de uma actividade racional de concepção e gestão dos recursos, e daí, esta iniciativa de obrigar as câmaras a possuir estes instrumentos planificadores.

Não vou, aqui, alongar-me detalhadamente sobre este processo, outros autores, e bem recentemente se dedicaram à temática, e parece-me desnecessário repeti-los. Sublinhar apenas que esta iniciativa, no seu início, ainda com Duarte Pacheco vivo, tinha um alcance e um impacto de desenvolvimento nas localidades completamente diferente daquele que veio de facto a concretizar-se ao longo de 3 décadas. Imbuído de genuíno espírito de progresso (não discutamos agora as maiores ou menores virtudes do Modernismo urbanístico...), o Ministro das Obras Públicas procurou lançar, através do planeamento, iniciativas locais que tendessem a criar o desenvolvimento industrial e comercial do País, procurando igualmente assegurar a introdução de

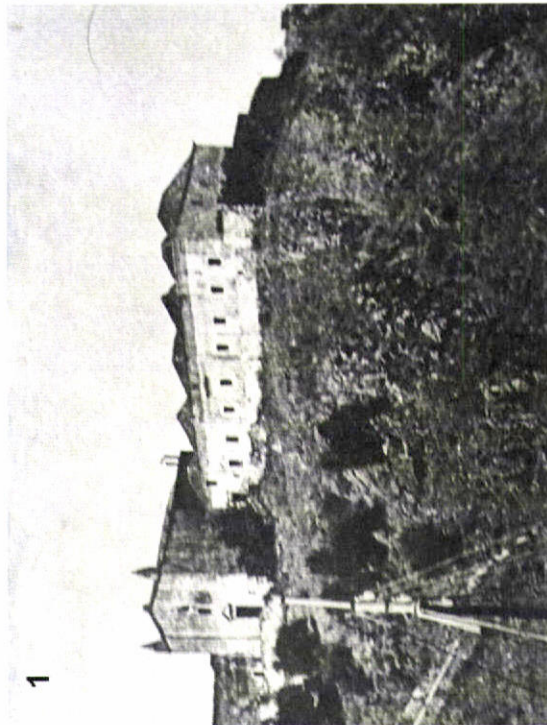
⁴⁰⁵ Toda esta época está muito bem retratada na obra de MARGARIDA SOUSA LOBO, 1995.

VISTAS DE MÉRTOLA, ANO DO GRANDE NEVÃO DO SÉCULO XX, 1954

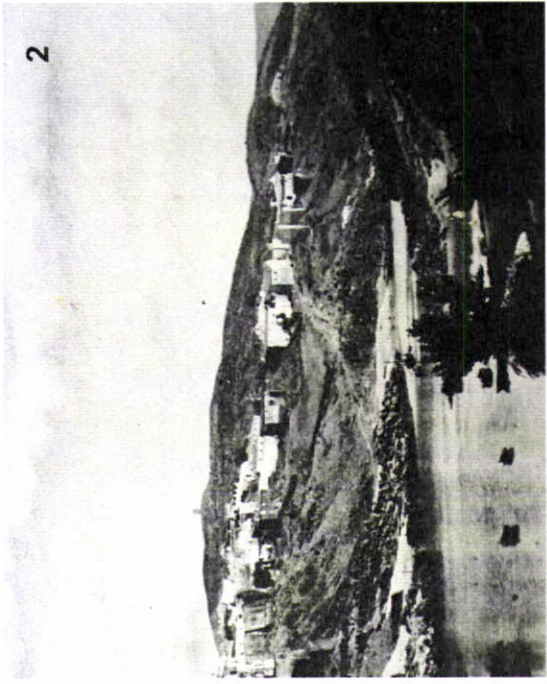


Fenómeno de grande raridade (nesta dimensão, ainda não voltou a repetir-se), neste ano de 1954 um forte nevão deixou todo o sul coberto de um manto branco. Aqui se reproduzem, apenas a título de curiosidade, e pela sua beleza, duas vistas da vila: do castelo, imagem tirada para o arrabalde (em cima); a paisagem envolvente, no lado poente, tornando as colinas da mesma cor do que a ponte sobre a ribeira do Oeiras (em baixo).

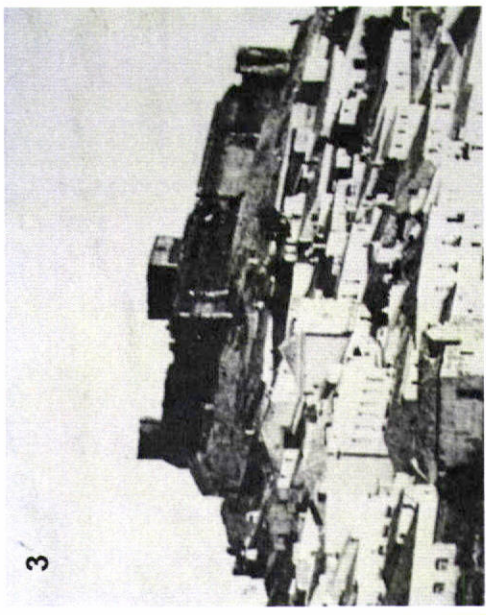
FOTOS ANTIGAS DE DIVERSOS LOCAIS DA VILA - CLICHÉS DA DÉCADA DE 50



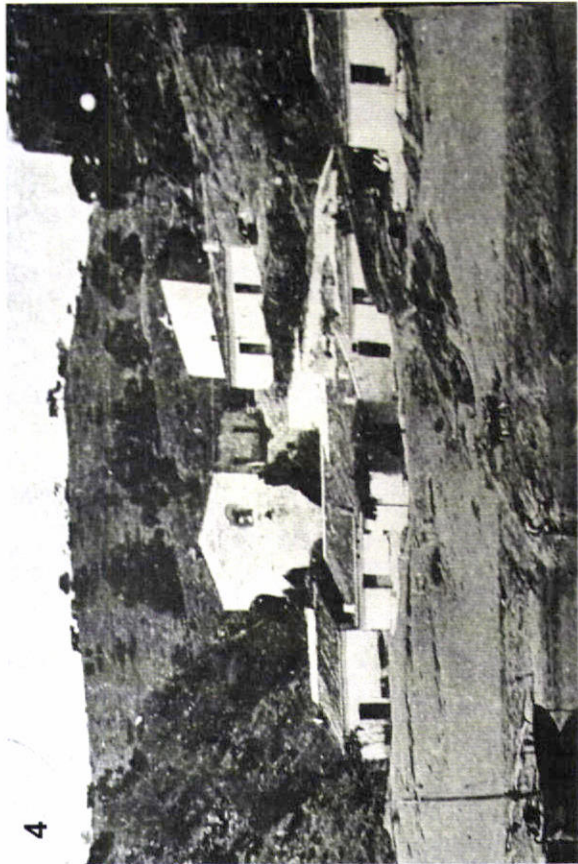
1



2



3



4

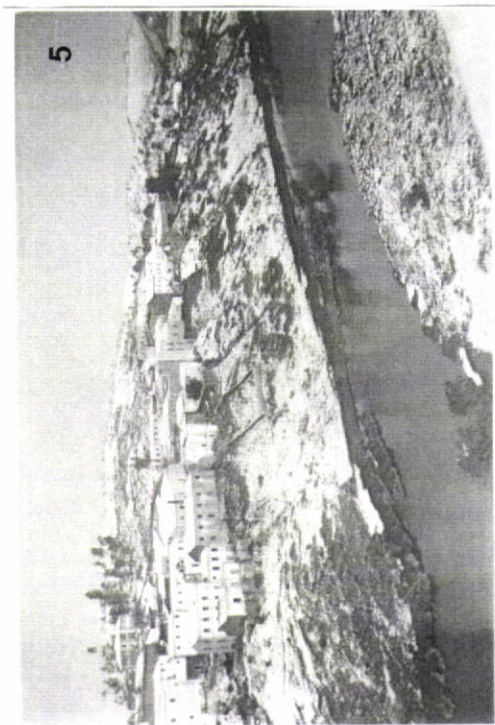
1- Convento de S. Francisco;

2 - Zona do Arrabalde em expansão (actual rua Dr. Serrão Martins);

3 - Castelo de Mértola, ainda arruinado antes das obras promovidas pela DGE MIN;

4 - Casario do antigo porto de Mértola, ainda em bom estado de conservação;

5 - Mértola coberta pelo manto de neve que assolou todo o País em 1954.



5

modernas condições de vida nas localidades portuguesas, e em particular naquelas zonas que estariam mais degradadas e com avançado estado de insalubridade como acontecia nas áreas centrais das duas maiores cidades. No entanto, com a sua morte, e com a passagem da exigência de um Plano para a obrigatoriedade de um Antepiano, o Governo transformou essa ideia inicial num poderoso instrumento de controlo centralizador da actividade municipal, servindo-se dessa figura administrativa para cercear a iniciativa local, e para manter sob forte vigilância da DGSU os municípios do País. Claro que este panorama era pouco realista, e por todo o lado, à medida que se acentuavam os atrasos na elaboração destes documentos, as situações de facto – e portanto de mau urbanismo - se iam sucedendo, contrariando assim o espírito inicial das intenções de crescimento harmonioso das cidades e vilas, como pretendia Duarte Pacheco, e pondo a descoberto a mera intenção política de Salazar de, numa lógica coerente com os seus pressupostos de um *Portugal de paróquias*, atrasar o desenvolvimento urbano, de limitar a classe média urbana no seu crescimento económico e social, deixando de herança um Portugal urbanisticamente atrasado e mal planeado, ao qual, sabemo-lo bem, os anos de caos político e legislativo da segunda metade da década de 70 nada contribuíram para melhorar, antes pelo contrário. Como salientou Fernando Gonçalves, no seu interessante estudo “O lugar do município num sistema de planeamento centralizado”, esse objectivo “ficou plenamente demonstrado através da acção do Estado Novo: este apenas pôde levar às últimas consequências a sua política de esmagamento da autonomia local mediante o concurso de mecanismos inquisitoriais, a eles confiando a repressão de toda e qualquer manifestação de individualidade colectiva que extravasasse os estreitos parâmetros balizadores da incultura do aparelho tecnoburocrático... De acordo com esta lógica, a elaboração dos planos gerais de urbanização foi sistematicamente transferida das câmaras municipais para as direcções-gerais, tendo-se garantido a viabilidade de tão alienada e estéril actividade (entre 1946 e 1971 nem um único plano geral de urbanização seria aprovado pelo Governo) mediante os mecanismos «pidescos» facultados pela política de participações do Fundo de Desemprego. E assim se alcançou uma artificiosa unidade de pensamento e de acção, na qual submergiram os particularismos locais, velados sob a capa de um ordenamento uniformizador das cidades e vilas portuguesas”⁴⁰⁶.

Passemos então à descrição mais pormenorizada do processo que conduziu à elaboração do Antepiano para o desenvolvimento urbano da vila de Mértola. Não

⁴⁰⁶ GONÇALVES, F., 1984:5-6.

querendo revelar desde já o que sucedeu com este projecto, salientar apenas que o enredo se aproxima do de uma boa novela de cordel...

Devo desde já salientar que alguma da documentação e correspondência, referente à vila de Mértola, e relacionada com o início deste processo não foi encontrada, embora, pela legislação geral, que fornece a sequência completa, seja possível retratar, genericamente, a sequência de acontecimentos.

Apesar da diminuta dimensão desta localidade, que possuía claramente menos de dois mil e quinhentos moradores, o seu estatuto de sede concelhia fazia-a a pertencer ao grupo abrangido pelo Decreto-Lei 35.931, de 4 de Novembro de 1946 (em anexo).

A Câmara Municipal é contactada, durante o ano de 1947, para dar início ao processo de elaboração de um Plano de Urbanização, facto que, de imediato, gera algumas dúvidas por parte dos Autarcas de então, já que se tratava de uma actividade técnica deles de todo desconhecida e quando, nessa época, não só Mértola, mas a generalidade dos municípios não possuía qualquer corpo técnico entre os seus funcionários. Daí de imediato a solicitação à DSMU que indicasse os termos formais e até sugestões de técnicos que pudessem vir a celebrar o contrato a estabelecer. A 24 de Novembro de 1948 a Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos envia, a solicitação da CMM (ofício 1748 de 19/11/48), “uma minuta que poderá servir de base ao contrato a celebrar com o urbanista”.

Esta minuta, um simples procedimento administrativo, estabelecia que “Pelo primeiro outorgante foi dito que de harmonia com o despacho de Sua Excelência o Ministro (ou Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas) das Obras Públicas e Comunicações datado de que dispensou ao abrigo do Artº 14 do decreto numero trinta e três mil novecentos e vinte e um, de cinco de Setembro de mil novecentos e quarenta e quatro, a abertura de concurso público, resolveu a Câmara Municipal de....., ao abrigo do número décimo quinto do artigo quinquagésimo primeiro do Código Administrativo em vigor, contratar directamente com o segundo outorgante a elaboração do Plano Geral de Urbanização de.....”

E o ofício esclarecia que, por obrigação, o Plano deveria conter:

- “- Memória descritiva e justificativa
- Inquérito urbano
- Análise da área a urbanizar / Programa do Plano
- Planta da «região»

- Planta do conjunto
- Planta de «trabalho»
- Planta de «urbanização»
- Regulamentos
- Perfis longitudinais dos principais arruamentos
- Perfis transversais-tipo das diferentes artérias

Os originais, em tela, serão entregues ao Arquivo Municipal”.

A nível conceptual, a própria minuta estabelece alguns parâmetros: “A análise urbana a que se refere a condição 1ª será essencialmente orientada no sentido de apurar todas as causas nacionais, regionais ou locais que interfiram ou possam interferir no desenvolvimento da vida do aglomerado e modo como actua^m”⁴⁰⁷. Igualmente a minuta referia que deverá ser definido, no Antepiano “um programa que indique os processos de realizar as melhores condições de progresso e satisfaçam todos os vários factores de urbanismo de ordem geral e os indicados no artigo 17º do decreto-lei nº 33.921”.

Antecipando o cenário de ausência de referências, a Direcção Geral recomendava desde logo, a estes municípios de menores dimensões, os técnicos que poderiam encarregar-se deste plano. Deve ser esta a razão porque na lista de urbanistas que consta da tese de Doutoramento de Margarida Sousa Lobo aparece referido o Arquitecto Mário Oliveira como sendo o responsável pela localidade de Mértola. Este arquitecto, funcionário do gabinete de Urbanização do Ultramar, tinha experiência nesta área e por isso estava arrolado para se encarregar do antepiano de Mértola. Esta atribuição está relacionada certamente com as características da vila e no modo como as suas características se enquadravam na ideologia de intervenção deste técnico, que era, de todos do rol, aquele que mais de perto seguia as ideias de Camillo Sitte, afastando-se assim das ideias do modernismo. Tal como Raul Lino, representa uma tendência culturalista, em que o formalismo da época se dilui para dar lugar a um esteticismo de sabor vernacular: «Os acidentes do terreno, as descidas e subidas das ruas, as colinas onduladas, todas as variações de nível, são elementos a aproveitar, para assim procurarmos situações variáveis ao ponto de vista, cujo conjunto nos dá perspectivas agradáveis».⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ Imagine-se por exemplo, como foi o caso já então, da perspectiva de construção da barragem de Alqueva, que levou a um vazio de estradas alcatroadas na zona da bacia, e que durante 40 anos poderiam ter servido a população dos concelhos afectados pela subida das águas do Guadiana...

⁴⁰⁸ Como vem citado, por exemplo, para o PGU contemporâneo da Lourinhã, *apud* LOBO, 1995:160.

Aquilo de que se pode ter certeza cabal é que esta primeira intenção não se concretizou; na sequência da referida comunicação inicial da DSMU à Câmara, deduz-se que tenha sido indicado como arquitecto-urbanista outro técnico, uma vez que, em officio datado de 29 de Novembro de 1948, o Presidente solicitava ao Director Geral dos Serviços de Urbanização “que V^a Ex^a me informe da data do despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas que nomeia o Arquitecto Ex.mo Sr. Baltazar da Silva e Castro, para proceder à organização do Plano de Urbanização desta Vila e bem assim como o montante dos honorários”. Esta preocupação também é referida uma vez que a Câmara recebia um apoio financeiro para este encargo por parte do Commissariado do Desemprego, montante esse que, como lhes fora já comunicado, tinha sofrido uma redução! A questão era por isso pertinente quando estava em causa um valor, para a época muito elevado, de 21.600\$00.

Este arquitecto foi aparentemente contratado, ou pelo menos indigitado para este cargo (não foi possível localizar quaisquer documentos para lá dos citados que reportem a esta fase do processo), já que a 9 de Julho de 1949, o Presidente da Câmara lhe dirige uma carta, da qual se transcrevem as passagens de maior relevo para a temática em estudo:

“Várias pessoas se nos têm dirigido manifestando interesse em adquirir terreno para a construção de prédios (...). A todos tem sido respondido que se aguarda pelo respectivo plano, sem o qual será difícil conceder licenças para obras novas dada a circunstância de não se desejar correr o risco de dar uma autorização que se venha a reconhecer depois que implica com esse plano. Alguns de entre os interessados já teem desistido das construções projectadas e outros teem optado por efectuá-las fora da zona de urbanização prevista. (...) desejamos [a Câmara] estar habilitados e proporcionar todas as facilidades aos que manifestam interesse na realização de novas construções, que tanto poderão vir a contribuir para o progresso e embelezamento da Vila. Nesse plano, conforme já tivemos ocasião de informar V^a Ex^a, devem ficar previstas as localizações para as seguintes obras:

- Cadeia Comarcã
- Casas para Magistrados
- Mercado municipal (talhos, peixarias, lugares de hortaliça, etc.)
- Repartições públicas (Câmara, Tribunal, Repartições do Estado) na hipótese talvez a melhor de substituir esta obra pela das “Casas para Magistrados e adaptar o actual edifício da Câmara para estas casas
- Dois ou três arruamentos destinados às edificações particulares

- Quartel da GNR e esquadra da Polícia
- Um pequeno jardim
- Praça para estacionamento de autos de aluguer e gare de camionagem de passageiros”.

Nos inúmeros imbróglios por que este processo passou, uma coisa se pode dizer em relação a este primeiro técnico contratado. Nada do que tenha sido mau no desenvolvimento urbanístico de Mértola lhe pode ser imputado, pois nada fez. Desta extensa lista da Câmara Municipal, que corresponderia já a uma ideia de vila nova, e à incapacidade logística de concretizar, pelo menos no que concerne aos equipamentos e serviços, este elenco no espaço intra-muros, quanto mais não fosse pelas exigências regulamentares de que alguns se revestiam.

Toda esta conversa pouco resultado prático deu. A situação parece cair numa fase de letargia, e passam-se anos, nada menos do que 4 !! A 13 de Abril de 1953, é recebido em Mértola um ofício (nº901) da DSMU, na sequência de missiva prévia (ofício nº640 de 18/03/1953), em que se solicita, urgentemente (!!!), que a Autarquia certifique se já celebrou “contrato para a elaboração do Ante-plano de urbanização”.

Era evidente que tal atraso tinha que ter as suas conclusões negativas. A Câmara decide mudar de técnico urbanista. Deste facto não sobrevivem quaisquer documentos, e como se deduz da análise das Actas da Vereação, este era um assunto que estava directamente entregue nas mãos do Presidente. Por isso, algumas das suas decisões, provavelmente, eram tomadas por contacto telefónico, ou em conversas pessoais, delas não existindo referência nas Actas da Vereação (a não ser, ao invés, a autorizar o Presidente a resolver as coisas como melhor lhe aprouvesse – recorde-se que, num primeiro momento, e também por falta de verba própria, o Executivo não dava muito relevo a este processo). Portanto, só pelo que depois veio a suceder podemos estabelecer a ligação entre os diferentes passos. Neste caso concreto, nada sabemos sobre a forma como este técnico foi dispensado. Retomemos a novela...

Em 27 de Maio de 1953, ofício 1013 da Direcção de Urbanização de Beja, referente à contratação pela Câmara Municipal de Mértola do Urbanista, Arquitecto Celestino de Castro, insistindo com a CMM para que celebre o dito contrato, num processo que se vem arrastando: “a mesma Direcção Geral transmitiu à Câmara no seu ofício 2012 de 5/6/47 fora concedida a participação, que Sua Excelência o Ministro haveria

autorizado a concessão da comparticipação de 10.800\$00, e em ofício 2364 de 25/6/47, que por portaria de 13/6/47 fora concedida a comparticipação. Antes, no ofício 1082 de 9/4/947, havia informado a Câmara que a comparticipação do Estado seria de 50% do custo do Plano, pelo que parece concluir-se que então tal custo seria de 21.600\$00".

Destaque-se aqui, para se ter uma noção de como o registo oficial se afastava um pouco das exigências actuais, que é apenas na data de 25 de Junho de 1953 que pela primeira vez o tópico Plano de Urbanização surge mencionado numa Acta da Vereação Municipal, onde se diz que "a Câmara, por unanimidade, deliberou mandar executar o referido Antepiano de urbanização desta vila"⁴⁰⁹.

Celestino de Castro escreve, mais tarde, um ofício à Câmara (datado de 14 de Setembro de 1953), respondendo ao ofício de 6 de Julho (nº890) da CMM, e enviando finalmente a resposta à minuta de contrato (repare-se que ainda se está neste desassossego burocrático, e o Antepiano à espera...); esta resposta, em vez de ser relativa à assinatura que marcaria o início dos trabalhos, refere um conjunto de aditamentos e alterações. Uma delas diz respeito ao valor total dos honorários. Escreve ele: "Proponho sejam aumentados de 12.960\$00 – base oficial para efeitos de comparticipação – para 20.000\$00. Em primeira análise, poderá parecer exagerado que seja pedido um aumento de cerca de 55% sobre aquela base; no entanto penso que existem factores a considerar, e que de certo modo mostram a necessidade que há, actualmente, de se encarar a revisão da referida base de honorários. Uma das razões refere-se, especialmente, a experiência própria adquirida em estudos de urbanização anteriormente realizados. Desta experiência pude verificar que os honorários recebidos não são proporcionais ao trabalho, esforço e despesas a que estes estudos obrigam. Por outro lado, se observarmos que a base de 12.960\$00, está já estabelecida desde a data do Decreto-lei nº33.921, de 5 de Setembro de 1944, e que até ao presente, as condições económicas se modificaram profundamente, em virtude da desvalorização da moeda". Outras pequenas alterações constam do texto anexo à carta, referente às condições 9ª e 10ª da minuta, mas não têm grande relevo para este estudo. Deve salientar-se que este técnico, tem, de algum modo, razão em referir que a base financeira para a realização do Antepiano está desactualizada (pudera...), pois que, inclusive as condições económicas do país começavam a alterar-se, para pior, comparativamente, com as restantes nações da Europa e da

⁴⁰⁹ Livro de Actas da Câmara Municipal, 1953.

América do Norte que, envolvidas na reconstrução do pós-guerra, atingiam dinâmicas de crescimento elevadíssimas.

A 5 de Outubro, o técnico escreve nova carta, em que reafirma o seu interesse pelo Antepiano de Urbanização, mas, claro, como as respostas da Câmara foram no sentido de não proceder a qualquer alteração, Celestino de Castro afirma que “essas omissões limitam, quanto a mim, os direitos de uma das partes contratantes, e por esta razão não me é possível – economicamente – aceitar o encargo do estudo acima citado, caso a Câmara (...) mantenha a rejeição pura e simples, de qualquer acordo sobre a proposta inserta na minha carta de 30 de Setembro”. Depois de um primeiro contratado que nada executou, um segundo agora desiste por desacordo com os honorários. Mesmo assim, para uma coisa tão simples, demoram 6 meses! Apesar de tudo, na Câmara Municipal existiria já telefone...

Pouco tempo depois, surge uma nova proposta, através de uma carta manuscrita, datada de 6 de Novembro de 1953, assinada por Barata da Rocha, engenheiro civil, com um texto onde dá inclusive referências: “Na última viagem que fiz ao Alentejo soube que a Câmara [de Mértola] (...) tinha necessidade de um técnico para a elaboração do plano de urbanização da sede do concelho. Na hipótese de tal corresponder à verdade atrevo-me a propor a Vxa os meus préstimos. Sou o autor dos planos de Barrancos, Cuba e Vidigueira (estes no Alentejo) onde Vxa poderá colher informações”. Esta abordagem é feita por carta manuscrita.⁴¹⁰

A 19 de Novembro, envia uma segunda carta, desta vez já respondendo ao convite formal da Câmara para visitar a vila, que promete para breve. Não desejando perder muito tempo (efectivamente este processo começa a ter contornos kafkianos...), a que junto, em anexo, uma listagem com os itens do inquérito e análise que lhe devem ser fornecidos, e procura saber da possibilidade de assinar o contrato durante essa visita. Ao contrário do Arquitecto Celestino de Castro, refere o montante de 12.960\$00 como sendo aquele que está referido legalmente, não contestando por isso o seu valor.

No início do ano, a Câmara responde favoravelmente (com data de 5 de Janeiro de 1954), e Barata da Rocha replica marcando a visita-reunião para 23 ou 24 do corrente mês, junto com dois colaboradores (e, nesta nota manuscrita, solicita ao Presidente da Câmara se lhe poderia marcar 3 jantares e 3 dormidas na localidade para a noite de

⁴¹⁰ Documento arquivado na Câmara Municipal, nos papéis referentes a este processo, registado com a Ref^o U-14 de 6/11/1953.

sábado, detalhe interessante que revela o total desconhecimento das condições de acolhimento existentes na vila, que, claro, eram diminutas).

A 18 de Janeiro, portanto antes deste encontro, a CMM recebe da Direcção de Urbanização de Beja um ofício em que dá conta do seu acordo quanto à possibilidade de o Antepiano de Urbanização de Mértola ser entregue ao Eng.º Alfredo Sobrinho Barata da Rocha. O que significa que a Câmara está a dar maior importância a este dossier, e que, desejosa de ganhar tempo, preparara as coisas para que, na visita do técnico, se possa, de imediato, efectivar a assinatura do dito contrato de prestação de serviços. Mas não foi este, ainda, o autor do Antepiano. Portanto, coloca-se a questão: porque não foi este técnico quem finalmente elaborou essa proposta que a lei impunha desde 1947?

Não posso confirmar se a tal reunião de Janeiro sempre se chegou a efectivar, não existem documentos que o atestem. No entanto, em 10 de Maio de 1954, e como diz o texto “na continuação da (...) carta de 7 de Fevereiro último”, remete este engenheiro nova minuta do contrato, onde salienta ter alterado a 1ª condição da nona cláusula (lá vem o pagamento outra vez...) substituindo o pagamento pela CMM que deveria ser efectuado após a entrega do plano por um texto que diz “Na data da assinatura do contrato”, “motivada pela circunstância de não me convir arcar com o financiamento de todo o trabalho”. Junto a esta carta, foi anexo um cartão do mesmo engenheiro (curiosamente o cartão é da Repartição de Urbanização e Expropriações, Gabinete do Engenheiro Chefe da Câmara Municipal de Lisboa...) onde escreve ter sabido, officiosamente, que a DGS Urbanização aceita essa alteração. Termina a missiva, dizendo que, caso a DG e a Câmara estejam de acordo, deslocar-se-á então a Mértola para a referida assinatura do contrato. E vamos em Maio de 54...

A 2 de Junho de 1954, nova comunicação relativa aos honorários; escreve Barata da Rocha: “Imagino e compreendo perfeitamente a estranheza que lhe deve ter causado a diferença de honorários verificada entre as minhas duas cartas. Ela tem uma explicação simples (...) os honorários devidos são regulados pelo Decreto-Lei nº 33.921, que os fixa através de uma tabela em função do número de hectares da zona a urbanizar. Para o caso de Mértola, e dada a circunstância de não haver concurso público por decisão ministerial, os honorários seriam: $90 \text{ ha} \times 320\$00 \times 0,8 \times 0,6 = 13.824\00 e não $12.960\$00$, por não se aplicar aos 90 hectares o escalão de $300\$00$ mas sim o de $320\$00$ ”. Mas não se tratava apenas de uma diferença de cálculo, que ninguém, nem da Autarquia, nem dos técnicos havia ainda reparado ao longo deste

moroso processo. O Governo também contribuiu para as alterações: “o Ministro das Obras Públicas decidiu, entretanto, e por despacho, aumentar em 90% os honorários até à data estabelecidos para estes trabalhos, em virtude de reconhecer que a tabela estava manifestamente desactualizada”; e por isso, antes de escrever à CMM verificou antes a verba total deste projecto junto dos organismos responsáveis: “a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização comunicou-me em 7 de Maio que os honorários fixados para este trabalho seriam $90 \text{ ha} \times 320\$00 \times 0,8 \times 0,6 + 90\% = 13.824\$00 + 12.441\$60 = 26.265\60 , quantia esta arredondada por aqueles serviços para 26.260\$00”. Justifica não ter dado esta explicação porque julgava que as autarquias saberiam disto. Para dar início a este estudo, a Câmara teria, nesta ocasião, após imediata assinatura do contrato, de pagar ao Urbanista 4.376\$50, da sua quota-parte. O resto é financiado pelo Governo.

Apesar de tudo isto, nova carta é recebida na CMM, enviada pela Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, e datada de 8 de Setembro de 1954, com assinatura de Nazareth de Oliveira, Director de Serviços, e com o seguinte teor: “Tenho a honra de solicitar de V. Ex.^a se digne proceder, com a maior urgência, à assinatura do contrato para elaboração do Ante-plano de Urbanização dessa vila”, documento que parece tratar-se de um officio tipo dirigido às Câmaras que por esta altura não estivessem ainda na posse deste instrumento que tinha sido instituído nos anos 40...!

Numa sequência digna de um enredo de mistério, segue-se uma carta do mesmo serviço, desta vez do seu departamento de Beja, com a seguinte questão: “Parecendo que essa Exm.^a Câmara faz quaisquer reservas ao contrato que lhe foi apresentado pelo Eng.^o Alfredo Sobrinho Barata da Rocha para a elaboração do Ante-plano de Urbanização da Vila, e por esse motivo não o assina, rogo que V. Ex.^a nos faça transmitir o ponto de vista da Câmara sobre o assunto, com a minuta do contrato, a título devolutivo, para levar-se a conhecimento superior, nestes Serviços, e apreciar-se e procurar-se resolver sobre ele”. Data? 5 de Março de 1955!

Como esta situação configurava uma situação decerto deveras anormal, intervém o Governo Civil do Distrito de Beja, que a 11 de Julho (!), deste mesmo ano, escreve ao Presidente da Autarquia, acusando a recepção de uma carta da DGSU, de 5/07, e da qual dá conta integral, já que lhe foi solicitado, a ele, António Marques Fragoso, Governador Civil, que intervenha para promover a resolução urgente deste assunto. A carta da DGSU para o Governo Civil diz o seguinte: “É necessário que seja elaborado

o antepiano de Urbanização de Mértola. Desde 1949 que este assunto se vem arrastando, sem qualquer resultado. Por despacho ministerial de 14-1-54, foi determinado que o estudo em referência fosse confiado ao Engenheiro Sobrinho Barata da Rocha. Embora se tenha insistido várias vezes, ainda não foi celebrado contrato, por culpa do Município. Nesta conformidade, tenho a honra de, em cumprimento do despacho de 23-6-55 de Sua Excelência o Subsecretário de Estado das Obras Públicas, solicitar a intervenção de V. Ex.^a para a resolução deste assunto”. Devo esclarecer aqui que também não me foi possível descortinar o que se passou, isto é, qual é a razão deste impedimento. Não existe qualquer referência documental, nem é já possível inquirir os envolvidos, pelo que restará especular se terá sobrevivido algum diferendo pessoal que tenha levado o Presidente da Câmara a tomar esta atitude. Apesar de tudo, e como não é relevante para o desfecho deste caricato episódio de (ausência de...) planeamento urbanístico, julgo também desnecessário estar a especular em volta deste detalhe.

Este assunto parece não se resolver facilmente. De 2 de Agosto, mais uma vez a insistência por parte de Nazareth Oliveira da DGSU. De súbito, instala-se a confusão: Barata da Rocha escreve, em 21 de Dezembro de 1955, uma resposta a um ofício da Câmara datado de 12 de Julho de 1954!! Diz ele “verifiquei que não tinha respondido ainda ao ofício acima mencionado” – e porque aconteceu isto? Porque, diz Barata da Rocha “Logo que recebi o ofício citado escrevi à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização a carta de que junto cópia (cópia essa que era destinada a V. Ex.^a e que não chegou a ser remetida), ficando a aguardar uma resposta que até à presente data não me foi dada”. E, claro, com toda esta embrulhada, que esperar senão este final, relembro, em vésperas do Natal de 1954: “aproveito a oportunidade para lhe solicitar o obséquio de me informar se me devo considerar, ou não, ligado ao compromisso que assumi aceitando o convite do M.O.P. para elaborar o antepiano” de Mértola. Esse ofício a que ele se reporta é aquele em que eram referidas as novas fórmulas de acerto das condições financeiras e prazos de pagamento que já foi aqui citado, uma vez que deu entrada na DGSU.

Súbito volte-face, vai ocorrer, como se pode inferir por cópia de deliberações de duas reuniões camarárias:

- a 1^a, datada de 10 de Outubro de 1955, refere que foi de novo revisto e discutido este assunto, e que “por unanimidade, foi deliberado autorizar o Senhor Presidente ou quem suas vezes fizer a encarregar da elaboração do mesmo um urbanista, podendo para esse efeito assinar o contrato e tudo o mais necessário para esse fim em vista”.

Esta deliberação parece dar a entender que este assunto nunca tinha sido presente à Vereação, mas sabemos que não, que tal informação foi prestada em 1953.

A 10 de Setembro é registado, pela primeira vez, nas actas da Vereação, que o Executivo se dá finalmente conta de que os investimentos públicos, por parte dos Ministérios, e as aprovações, por parte da DGSU, de licenciamentos e outras acções urbanísticas estão condicionados à aprovação do Anteplano, tal como impunha a lei. Esta certeza assenta numa prova documental, pois foi presente para conhecimento nesta assembleia autárquica um ofício dessa Direcção-Geral em que se relatava que “para ser concedida comparticipação para as «obras de reparação do caminho de acesso ao Hospital de Mértola» [refere-se ao antigo, na rua da Afreita, ao castelo] se torna necessário que a Câmara realize contrato com um urbanista para a elaboração do ante-plano de urbanização da vila”. Já nem se pede que exista um plano, mas tão-somente que se assinem o contrato! Esta estratégia, aliás, é semelhante à que associou a candidatura a Fundos Comunitários à existência de PDM's nos anos 90 do século XX. Como se vê, o País, no que diz respeito ao planeamento do seu território, evoluiu muito...

- A 2ª, repare-se que datada de 31 de Dezembro de 1955, portanto poucos dias depois da tal missiva de Barata da Rocha, diz o seguinte “Plano de Urbanização da Vila de Mértola: A Câmara foi informada pelo Sr. Presidente de que havia entrado em contacto com o arquitecto F. Modesto para a elaboração do ante-plano de urbanização da vila de Mértola, tendo o mesmo requisitado à Secretaria vários elementos para o início desse estudo”. Este mesmo contacto, e o desinteresse (pessoal?) por contratar Barata da Rocha deve ainda ter estado na origem de nova permissão (porquê tanta autorização?) da reunião de Vereadores, de 10 de Dezembro de 1955 para assinar o contrato e resolver “tudo o mais que necessário for para o fim em vista”. Portanto, é um pouco inesperadamente, que surge aqui uma nova personagem neste folhetim do anteplano da vila de Mértola, antes ainda não citado! Mas não se julgue que será este o autor do Anteplano. Não!

A DGSU continua a insistir durante os meses de Janeiro e Fevereiro na urgência do Anteplano, e finalmente, a 18 de Fevereiro, recebe o seguinte ofício da Câmara Municipal: “(...) Tenho a honra de informar V. Ex.ª que pelos motivos já do conhecimento dessa Direcção Geral foi o assunto novamente submetido à Câmara tendo esta na sua reunião ordinária de 10 do corrente por unanimidade deliberado propor o arquitecto Pedro Falcão e Cunha para elaboração do ante plano de

urbanização desta vila. Por que esta Câmara tem grande interesse em ver concluído o referido ante plano espera merecer de V. Ex.^a o obséquio de tão rapidamente quanto possível submeter a despacho esta proposta”. É caso para dizer este processo é mirabolante! Em menos de dois meses, nova mudança de técnico! Oito anos ao todo! Quatro técnicos rejeitados, ou que desistiram, e nem estou a contabilizar aqui Mário de Oliveira, o primeiro a ser apontado, a nível central, para se encarregar de Mértola.

Finalmente, à quinta alternativa, sabemos pelos documentos produzidos, foi então aprovada e constituída a equipa para elaborar este antepiano. O atraso era tão grande que a resposta veio logo a 9 de Março, tendo o despacho do Director-Geral a mesma data da reunião camarária, 18 de Fevereiro de 1956. A 17 de Março, a Direcção de Urbanização de Beja enviou uma nova minuta de contrato tipo, a que acrescenta, a 9 de Abril, uma carta para Falcão e Cunha, inquirindo do seu acordo com o contrato, e se confirma a execução da tarefa. “Caso afirmativo, rogava ainda se dignasse marcar um dia para discussão das cláusulas e assinatura do contrato”, termina o Director-Geral.

Claro que este processo não podia mesmo assim ter corrido mais ligeiro do que até aqui. Basta ler o texto do ofício enviado pelo Presidente da Autarquia a 30 de Outubro! (e isto apesar da resposta afirmativa que o arquitecto enviou a seguir ao convite), texto onde se percebe que a urgência dos primeiros meses do ano já se esfumou: “Porque são já decorridos muitos meses sobre o início da nossa oferta para V. Ex.^a se encarregar da elaboração do referido Plano parece-nos que isso por si só revela pouco interesse pela aceitação desse trabalho, visto até agora, nem sequer o contrato ter sido lavrado”. E acrescenta-se um prazo, procurando resolver a situação: “Nestas condições vimos propor (..) se durante o próximo mês não tivermos ultimado o contrato desligamo-nos de qualquer compromisso em procurar um urbanista que se queira encarregar do trabalho” (apesar do português arrevesado, percebe-se que a intenção é desligarem-se deste urbanista para procurarem outro. Já vão tendo prática...).

No entanto, e apesar de todos estes anos e das demoras entre cada elemento da correspondência (não existiriam responsáveis administrativos?...) a Câmara está ciente da necessidade social e económica de possuir um plano, e, portanto, de se proceder à elaboração deste documento prévio quanto antes, e por isso termina esta missiva para Falcão e Cunha salientando que “a demora tem-nos causado grandes prejuízos, porque todas as compartimentações para a vila nos têm sido anuladas

porque esta Câmara, única detentora de terrenos para construção, deliberou suspender as vendas até à aprovação do Plano”.

Neste processo, em si já complexo, e em que são nítidas as pressões por parte dos particulares em poderem realizar novas construções (recorde-se que o comércio, principalmente, atravessava uma fase de algum florescimento, pelo impacto económico da população existente nas minas de S. Domingos, e portanto, de uma massa salarial muito considerável), a Câmara é instada a não se desviar deste caminho de aguardar pelo plano antes de dar quaisquer permissões de construção. Em carta datada de 25 de Julho 1957, dirigindo-se ao Engenheiro Director de Urbanismo do Distrito de Beja, o Engenheiro Director Geral da DGSU, Sá e Melo, alerta que “devem os Serviços procurar estudar e resolver com a maior urgência o problema da localização de novos bairros a construir dentro dos planos de urbanização aprovados”. Recomenda-se aos serviços para porem no cumprimento destas instruções toda a sua atenção e cuidado a fim de poderem rapidamente definir a localização que for julgada mais aconselhável aos novos bairros a construir. De novo, em 30 de Agosto de 1957, escreve ao Presidente da Câmara Municipal pedindo-lhe que recomende ao Arquitecto Falcão e Cunha que “no estudo do ante-plano tenha em atenção a localização dos bairros nela referidos”. E, ainda, em 20 de Setembro de 1957, dirigindo-se ao presidente da Câmara, por solicitação da JAE, pedindo “informação sobre o plano de alinhamentos das travessias dessa vila pelas E.E.N.N. 122 e 265”, e que ainda não havia sido respondido. Tal insistência prende-se com o facto de “os planos de alinhamentos de travessias dos aglomerados urbanos por vias rodoviárias municipais têm lugar ser estudados para os casos em que dos aglomerados não existem planos de urbanização (...) no caso presente de Mértola, em que o seu ante-plano está a ser estudado, mais conviria apreciar as travessias à face do que possa estar pensado em ante-plano”. A Câmara respondeu que concordava com os cortes indicados e adaptou a sua expansão a este desenho (embora as plantas não tenham sido localizadas em Mértola, a vila, em finais dos anos 80 apresentava ainda, na zona referida, a configuração que esta proposta da JAE lhe deu⁴¹¹.

⁴¹¹ Recorde-se aqui que este desenho estava relacionado com a construção da nova ponte sobre o Guadiana, que foi inaugurada em 1958, e que criou novas ligações nas suas extremidades em ambas as margens, mas com muito maior impacto na que se encontrava junto da urbe. O triângulo então desenhado para gerir esta confluência de vias veio mais tarde, na fase do *rotundismo*, a ser substituída por uma plataforma circular. Estas configurações podem ser observadas nas plantas que apresentamos.

Em simultâneo, a equipa de Falcão e Cunha procura iniciar os seus trabalhos. A 17 de Setembro de 1957, o arquitecto escreve ao presidente da CMM, referindo-lhe que tinha estado em Mértola “para obter alguns elementos necessários ao ante-plano de urbanização, cuja falta estamos sentindo nesta última fase de elaboração do trabalho”; estes documentos, escreve ele, são os “respeitantes ao abastecimento de águas e aos esgotos”; tais informações, percebe-se pela carta, “encontram-se em poder do nosso colega Francisco Modesto, que não encontrámos em Beja por já aí não residir”. Esta personagem, se se recordam de um episódio anterior desta descrição, era a quem tinha sido entregue pelo presidente da Câmara este encargo do documento de planeamento, cerca de um mês antes de ter sido finalmente escolhido Falcão e Cunha. E foi-lhe entregue o exemplar do levantamento topográfico que todas as Câmaras mandaram executar logo de início para se poderem desenhar os planos de urbanização. Único, como todos nessa época. E acabou por ficar nas mãos de um técnico muito organizado, como vão ver, mais tarde, nesta sequência.

O atelier de Falcão e Cunha responde em 12 de Dezembro a um ofício da DSMU, assinado pelo Eng.º Celestino da Costa, de 7 do mesmo mês) esclarecendo da data em que pensava esta equipa entregar o Antepiano de urbanização da vila de Mértola. Apesar de ainda faltar “rever dois dos desenhos que compõem o processo, bem como terminar a respectiva «Memória descritiva e justificativa», contavam “terminar o trabalho dentro dos próximos 20 dias, fazendo a sua entrega no final do corrente mês”. Este atraso final, segundo os mesmos, deve-se a terem recebido em 12 de Outubro o processo B-89/MU/55, que pelo seu conteúdo nos forçou a interromper o trabalho”; e ainda às decisões tomadas numa reunião que haviam realizado com o citado Eng.º Celestino da Costa, em 9 de Novembro, e onde este técnico tinha manifestado “certas dúvidas quanto à utilidade de alguns elementos de inquérito que apresentamos, pelo que achámos por bem aprofundar o estudo nesse sentido, dado que essa era a base de todo o nosso trabalho”.

Como esta história da produção do Antepiano não pode já ser simples, se não o foi até aqui, surge uma carta do Presidente da Câmara para um Engenheiro Bastos, datada de 24 de Janeiro de 1958; este técnico está, aparentemente, deduz-se pelo conteúdo da carta, associado do Arquitecto Modesto. A missiva diz o seguinte: “Quando V. Ex.^a, juntamente com o Sr. Arquitecto F. Modesto, se propunham executar o antepiano de Urbanização da Sede deste Concelho, foi-lhe facultado, a título de empréstimo, 1 dossier com o ante projecto dos esgotos de Mértola, 1 exemplar do levantamento aero-fotogramétrico, 1 planta geral de águas e 1 planta geral com as alterações

introduzidas, conforme requisição de 14 de Dezembro de 1955”. São estes documentos que faltam à equipa de Falcão e Cunha, e que não serão mesmo entregues, pelo que o Anteplano não contemplará estes aspectos.

Um dos momentos mais – não sei se farei bem em o descrever assim, mas é a leitura continua de toda esta correspondência que me leva a isto... - mais hilariantes, é uma última carta de Barata da Rocha, datada de 7 de Julho de 58, com o seguinte conteúdo: “A falta de uma resposta à minha carta datada de 21 de Dezembro de 1955 leva-me a concluir que a Câmara da Presidência de V. Ex.^a resolveu entregar a outro urbanista a execução do plano de urbanização da Vila” !! Isto é verdadeiramente surrealista, que nunca tenha sido comunicado a este técnico da contratação de outros (F. Modesto e Falcão e Cunha) e que este só ao fim de mais de dois anos contacte a Câmara deduzindo a perda de interesse... não deveria ter notado mais cedo??

Merece um parágrafo exclusivo: em Fevereiro de 1958 foi finalmente entregue o Anteplano de Urbanização da Vila de Mértola.

A 10 de Março a Câmara regista, na sessão oficial, a entrega do documento e delibera “estudar o trabalho apresentado antes de o submeter quer à consideração pública, quer à consideração superior”. Mas antes de passarmos a essa etapa do processo de instituir um ante-plano de urbanização para a vila de Mértola, vejamos então em que consistia a proposta de Falcão e Cunha e da sua equipa.

O ANTEPLANO DE MERTOLA – Fevereiro de 1958

Os autores deste anteplano são:

Arquitectos

Pedro Falcão e Cunha

Jorge Sotto-Mayor de Almeida

Manuel d'Assunção Lima

Arquitectos-Paisagistas (na realidade assinam também Engenheiros-Agrónomos com o curso de arquitectos paisagistas)

António Campello

Edgar Sampaio Fontes

Gonçalo Ribeiro Telles

Segundo os autores, e seguindo o que era preceituado na legislação, o antepiano destina-se “fundamentalmente” a resolver a questão da “nova estruturação urbana e social a prever para o aglomerado”⁴¹². Nesta data, o concelho de Mértola possuía ainda cerca de 28.827 habitantes, não só em consequência das minas de cobre em S. Domingos, já por diversas vezes referidas, mas também porque o grande surto de imigração, que tanto vai fazer diminuir os efectivos demográficos, por força de uma cada vez maior mecanização dos trabalhos da lavoura, e do chamamento dos países da Europa ocidental, não se tinha ainda iniciado.

Esse mesmo facto era reconhecido no texto de introdução ao documento: “As actividades económicas fundamentais estão orientadas no sentido da exploração agrícola e mineira, cujo fraco poder enforma todo o ambiente regional”⁴¹³. Esta aceção aqui apresentada neste contexto é muito interessante, já que deste argumento vão resultar algumas das conclusões que a equipa de técnicos vai apresentar posteriormente em termos das vocações que a localidade deve ter.

O que é particularmente curioso neste documento são as contradições entre certos parâmetros de análise e as propostas que depois se fazem, como se esse contexto referido subitamente tivesse desaparecido. Da vila diz-se o seguinte: “O aglomerado (...) está implantado conforme o ambiente topográfico da região, e desenvolve-se ao longo da margem esquerda do Guadiana, na elevação formada entre este rio e a ribeira de Oeiras. Por esse facto goza de excepcionais condições ambientais, de grande beleza e pitoresco (...) uma beleza agreste, onde a topografia representa o único factor de interesse. (...) é por virtude das condições topográficas, específicas da bacia hidrográfica do rio Guadiana, que se tem verificado um fraco desenvolvimento do aglomerado, praticamente reduzido à primitiva área, adjacente ao antigo castelo”⁴¹⁴.

De imediato é reconhecido o seu papel essencial, embora se trate de um aglomerado pequeno e com pouca população (abaixo claramente dos 2.500 que se considerava mínimo para a elaboração de planos de urbanização noutras localidades que não fossem sedes administrativas). Não é aqui o caso, pois “a vila de Mértola funciona e representa de facto, quase exclusivamente, o papel de centro administrativo e coordenador, na estrutura geral do concelho”⁴¹⁵.

⁴¹² Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.29.

⁴¹³ Idem, p.1.

⁴¹⁴ Idem, pp. 1-2.

⁴¹⁵ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.2.

Face a esta situação peculiar, todo o plano é concebido como se, por ser sede de um concelho no qual existiam grandes herdades agrícolas e uma enorme e aparentemente rica exploração mineira, a vila fosse entrar numa etapa de crescimento urbanístico notável. Tal facto vai conduzir, como se verá, a estimativas que ainda hoje, em 2006, não se verificam. Parece-me apenas que o trabalho, nesse aspecto, e já que claramente opta por ser um documento mais estratégico do que técnico, denota uma expectativa excessiva face à realidade local (penso até que será razoável imaginar apenas umas rápidas visitas à localidade, e que todo o trabalho é depois feito em Lisboa), pelo que se verá das propostas e da metodologia semi-abstracta que foi usada para alguns parâmetros. Alguns destes sectores careciam de um estudo mais aprofundado, uma vez que já eram claros os sinais de que certas actividades iam entrar em decadência (ou fechar como ocorreu com a mina em 1965, portanto, poucos anos depois), arrastando consigo quase todas as sinergias locais, que levaram cerca de uma geração para se reconstruírem, e já com um quadro estratégico quase integralmente diferente. É verdade que estes aspectos de decadência são apontados no plano, mas as alternativas estratégicas que se propõe são, não diria irrealistas para uma parcela da população, mas excessivas em termos dos impactos positivos que podiam vir a gerar.

À época, era relevante a questão da evidente depressão económica da região, pelo que esta nova unidade de crescimento urbano previa-se possuir “uma superfície acima das possibilidades normais de expansão do aglomerado, considerando o estado actual de expansão económica”⁴¹⁶. Interessante que este facto não era, à época, encarado como irreversível, embora a decadência já então manifesta da exploração mineira em São Domingos (que encerra definitivamente em 1965) tenha ainda contribuindo para uma mais profunda estagnação. Escreve-se no plano: “Todavia, e porque se reconhece a necessidade urgente de modificar esse ambiente, sendo de prever o ajustamento entre as possibilidades de expansão populacional e a correlativa criação e melhoria dos actuais meios de trabalho, que se torne possível obter no concelho, pareceu-nos válido tomar como utilizáveis os valores presentes, sem se considerarem as tendências migratórias expressas, e que fundamentalmente traduzem o grau de vitalidade da população do concelho”⁴¹⁷. É neste aspecto, como já referi, que se comete o maior erro de apreciação, pois a população não migra para zonas industriais

⁴¹⁶ *Idem*, p.3.

⁴¹⁷ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.5.

do país para demonstrar a sua vitalidade mas porque não tem alternativa, em termos de encontrar trabalho, ou seja um rendimento próprio, na região.

Neste plano (ponto 1.3) existe, no entanto, uma preocupação de tentar entender as possibilidades de desenvolvimento do concelho (em termos económicos e de actividades produtivas) que permitam saber se vão surgir actividades, tentando o plano então gerir esses dados. Mas como os dados são insuficientes e fluidos...

Nesta época, a população da vila não representava mais de 5% do total do concelho, cuja média é de 21,9 hab/km², o que facilita o cruzamento do planeamento urbano da sede do concelho com a execução da estrutura regional prevista⁴¹⁸. Por isso os responsáveis pelo planeamento decidiram, em 1958, “determiná-los através de percentagem”; de qualquer modo, e face às questões genéricas que se colocavam, foi isto considerado suficiente. A generalidade desses dados de tipo demográfico e económico não serão aqui por nós apresentados, excepto pontualmente quando se justifique por razões de opções de planeamento urbano.

Igualmente correcta a sua interpretação de que “o problema de Mértola não pode restringir-se a qualquer capítulo de arranjo urbanístico local, o que por sua natureza não tem qualquer viabilidade de execução orgânica, mas ao estudo e estruturação de toda a área abrangida pelo concelho, na medida em que esta é susceptível de desenvolvimento económico, de nível e conteúdo. (...) haverá que procurar conhecer os limites viáveis do seu desenvolvimento, orientando a previsão no sentido que mais facilmente possa garantir o máximo de possibilidades de vida”⁴¹⁹. Face a isto, e como existem dificuldades a nível da estruturação de dados, queixam-se os autores que “tanto mais que os dados pelos quais se podem analisar os vários aspectos sob que nos aparece, se nos afiguram insuficientes e fluidos”, recomendando por isso a realização de inquéritos mais profundos, nunca feitos até aos anos 80...

Não podemos deixar de citar aqui, no entanto, duas afirmações da página 25 do Antepiano: “Da situação actual pode-se prever a transformação breve do concelho num autêntico deserto, «chaga» dolorosa e vergonhosa, então difícil de remediar e esquecer.” E que, face a este cenário, “importa encarar de frente o problema de

⁴¹⁸ Embora nesta dissertação não se vá entrar por este campo, convém salientar que determinados dados estatísticos não existiam particularizados para o aglomerado de Mértola, nem tão pouco à freguesia (como ainda hoje não existem publicados, sendo de grande complexidade obter registos para um segmento da área urbana, como mais adiante, quando se analisar o trabalho do GTL de Mértola se referirá).

⁴¹⁹ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.6, para todas as citações referidas neste paragrafo.

Mértola criando urgentemente novas formas de actividade e de produção, a fim de que se assegure não só a elevação do nível de vida da sua população mas ainda garanti-lo para a fixação dos excessos populacionais que, queira Deus, se verificarão de futuro”. Veja-se como a situação de então era encarada como muito negativa, a requerer intervenção divina!

Neste processo de planeamento urbano, um dos dados de maior relevância prendia-se com a determinação da taxa de crescimento demográfico. De certa forma, é evidente que este aspecto estaria relacionado com o desenvolvimento de novas actividades económicas, já que aos autores do relatório, como já referimos, não escapou o facto de alguns sectores tradicionais (agricultura, mineração) estarem a sofrer baixas na sua taxa de ocupação da mão-de-obra concelhia. Daí que fosse muito importante que se tivesse escolhido uma metodologia (o panorama estatístico nacional não fornecia muitos dados, nem muitas variantes para facilitar tais projecções) que fosse realista. Mas tal como sucedeu para as actividades económicas, os urbanistas aqui, mesmo conscientes da falibilidade do método, não se acanharam... O que é curioso é que, na presente data, 2004, já a vila nova de Mértola ocupa um pouco mais do que a área urbana que foi traçada neste Antepiano, e, no entanto, ainda não se atingiu sequer o número de população que eles estimaram, para a década de noventa, em 1958.

Penso que a afirmação que fazem logo de início na abordagem deste tópico, se bem que reconhecidamente honesta, não dava, desde logo, garantias de que se estivesse perante uma verdadeira base científica no cálculo justificativo das áreas de expansão, mesmo que, como se verá, pareçam tão rigorosas como as formulas matemáticas utilizadas: “Não podendo ser taxativos nos números que se obtêm, como valores absolutos a aplicar, e reduzidos à possibilidade de genericamente os apontar como tendência da evolução populacional, aquilo que fundamentalmente se quer garantir é o sentido concreto em que essa evolução se verificará”⁴²⁰; querem eles dizer que o sentido é da expansão positiva. Mas o facto é que essa expansão positiva que hoje é possível atestar (crescendo a população cerca de 10% em cada Censo, em contra ciclo com a mesma taxa de decréscimo no concelho), só veio a verificar-se a partir da década de 80. Nos anos 60 e 70 a vila sofreu uma redução constante de população, como o concelho, em resultado dos factores de migração referidos. O regresso de refugiados das antigas colónias, em 1975, representou, de facto, o primeiro surto de crescimento que a vila sofreu.

⁴²⁰ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.38.

Na metodologia para os cálculos demográficos, os planificadores dizem seguir o método de Rigotti, já que argumentam não encontrarem fiabilidade no método das «pirâmides etárias» para poder definir o crescimento eventual, e, portanto, desenhar áreas de expansão e zonamento funcional adequadas. Este cálculo assenta na “fórmula indicada por G. Rigotti, em «Urbanística. LA composizione», [e que] é a seguinte:

$P_f = P_a (1+S/100)^n$ – representando, respectivamente:

P_f – o valor numérico da população que se prevê no ano que se pretende calcular;

P_a – o valor numérico da população que se verificar no ano que se toma como base, segundo os dados estatísticos oficiais;

n – o número de anos que se considera para a evolução populacional;

s – o valor, em percentagem, do saldo fisiológico obtido⁴²¹.

Eles bem que suspeitavam deste método, veja-se o que isto deu, quando foi aplicado à realidade de Mértola, aqui aplicados à totalidade do concelho:

“A – Cálculo da população presente, prevista no concelho de Mértola, em 1990

1 – Primeiramente, considerámos no cálculo os valores obtidos no quadro geral (...) que nos indicam o valor de 1,48% como saldo fisiológico médio verificado no espaço de 40 anos.

$P_{1990} = P_{1950} [1 + (s/100)^{40}] = 28.827 [1 + (1,48/100)^{40}] = 28.827 (1,0148)^{40} = 51.900$ habitantes”!!

O que é interessante constatar é que, apesar deste erro de projecção demográfica, as propostas não eram descabidas, e tinham bastante qualidade. O que me leva a suspeitar, até pela dimensão da área urbana projectada para esse crescimento, que este valor foi aqui incluído para cumprir um procedimento administrativo do Antepiano, que exigia estas projecções. Mas que na realidade, ao reflectir e ao desenhar a expansão da vila, o pensamento do urbanista ficou por um valor mais moderado, pois, como já disse, o espaço desenhado e que foi já ocupado, e de uma forma um pouco mais densa do que era previsto neste desenho, não atingiu ainda os números previsto de habitantes na sede do concelho.

⁴²¹ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.38. Idem para a citação do cálculo que surge a seguir.

Uma outra questão que se pode ainda colocar é a seguinte: mesmo considerando que eles não podiam imaginar (ou poderiam?) que a Mina de S. Domingos encerraria completamente dentro em breve, que actividades económicas iriam fixar as populações para assegurar tais valores de crescimento demográfico?

E qual era, então, a estimativa para a vila de Mértola? Com base na mesma metodologia, pelo valor percentual entre o concelho e esta freguesia que se verificava em 1958, foi feito o mesmo cálculo para o valor da freguesia de Mértola em 1990, obtendo-se o total de 10.246! Este número da estimativa para apenas esta freguesia é superior ao valor que apresentou todo o concelho na mesma data (1990) – cerca de 9.500 habitantes no total, sendo hoje esse valor de apenas 8.500.

Se compararmos com a estimativa que eles apresentaram para a vila, mais uma vez pecam por excesso, pois, para a referida data de 1990, a sua projecção é de 2.400 habitantes. Nesta data, Mértola tinha cerca de 1.200 moradores, metade portanto, e, na actualidade, 1.450 habitantes. Apesar de tudo, quase o único valor positivo, em termos percentuais, na generalidade das freguesias e das localidades nelas existentes, já que existem apenas três outras excepções, em localidades de menor dimensão, mas todas elas situadas próximo da vila, funcionando como aglomerados satélite, onde vivem pessoas que trabalham na sede concelhia.

Volto a colocar aqui a questão: o que imaginariam eles em 1950 que seria o suporte activo da população, para que esta pudesse crescer nesta ordem de grandeza? Mas esta previsão era reconhecida como sendo falível, e tanto mais quanto "estaremos a cometer um erro tanto mais grave, quanto mais nos alhearmos da verdadeira capacidade de expansão económica do concelho, certos de que esta pelos meios naturais de evolução não pode acompanhar o ritmo de crescimento da população"⁴²², Parece-me que, na década de 50, em que a crise do sistema agrícola, e mesmo o estrangulamento económico de Portugal após a reabertura das rotas europeias e transoceânicas na sequência do final da Segunda Guerra Mundial, tornavam evidente que seriam maiores as dificuldades de o País crescer economicamente, já que não poderia continuar a desenvolver a sua economia num contexto de isolamento político como aquele que se verificava. Mesmo imaginando o desenvolvimento ultramarino, que já então se preconizava ao nível das políticas de fomento do Governo, não seria

⁴²² Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.39.

esse mais um cenário de sangria de gentes - e não da sua fixação - para todas as regiões do interior de Portugal?

No entanto, nos objectivos estratégicos do Antepiano, uma intenção era bem explícita: “determinar o grau de expansão necessário para garantir a fixação, como população presente no concelho, do aumento demográfico provocado pelo saldo fisiológico anual”⁴²³. Identificadas correctamente para a época, a agricultura e a indústria mineira como a base económica do concelho, a apresentação das possibilidades económicas têm este tipo de perfil, de que aqui se dá este exemplo “Quanto ao conteúdo do problema industrial do concelho, em virtude de se encontrar fora das nossas possibilidades técnicas defini-lo, parece-nos lícito admitir que se execute um estudo prévio, pelo qual se possa conhecer o seu real valor, visto que o grande número de instalações abandonadas actualmente, nos pode induzir num erro grave”⁴²⁴. Veja-se como já então a mina era, à vista desarmada, um local com evidentes sinais de menor intensidade na exploração, e percebe-se que os autores do documento, ao visitarem o local, *o mais próspero dos campos mineiros...*, ficaram certos da necessidade de uma qualquer reestruturação desta actividade.

Em face disto, forçados pela necessidade de mostrar uma estruturação metodológica que seguia a noção de enquadramento regional, demográfico e económico, tal como aliás havia sido definido pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização na década de 40, mas limitados na sua capacidade de análise pela ausência de estatísticas fiáveis em todos estes sectores, os redactores do Antepiano, decerto com a melhor das vontades de deixar aberta uma possibilidade de interpretação crítica, escreveram frases como esta, de um hermetismo profundo: “Estamos em crer, que na sequência da análise e nos trabalhos futuros, se possam atender as premissas agora apontadas, não considerando qualquer dos problemas que actualmente se põem para Mértola se resolvam, sem que esses factos se verifiquem e conscientemente as realidades sejam encaradas.”!⁴²⁵

É evidente que, face ao cenário que era apresentado, as actividades económicas existentes necessitavam de ser alargadas, melhoradas ou complementadas com propostas que viabilizassem os números que estavam na base da planificação urbana e regional: “A única solução viável, que será obter um surto de concentração industrial,

⁴²³ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.42.

⁴²⁴ Idem, p.43.

⁴²⁵ Idem, p.44.

concordante com o ambiente das actividades actuais. (...) [passa por dinamizar um outro sector,] o artesanato [que] enforma todo o ambiente de trabalho da vila, sendo nesse sentido que deve verificar-se o desenvolvimento industrial⁴²⁶. Esta foi uma das soluções na estratégia de desenvolvimento local iniciada nos anos 80, mas, e tal como se tem vindo a verificar, embora um sector com potencial a nível local, a quantidade de empregos e de recursos financeiros que é capaz de gerar é, evidentemente, limitada, e nem então, mesmo que se tivesse concretizado mais cedo essa opção, poderia ter servido de base económica, ainda mais para um crescimento populacional como o que eles estimavam!

No que diz respeito à exploração da actividade agrícola, os responsáveis pela análise são os paisagistas. Tal facto é evidente na distinta linguagem que é usada na redação desses capítulos, e, mais relevante, pela diferença de abordagem a determinados problemas urbanísticos, como mais adiante se verá, dando a sensação de terem sido pouco articuladas as propostas geradas pelos dois segmentos de técnicos que constituíam esta equipa.

O primeiro dos aspectos em análise que consideram merecer destaque é a questão da exploração dos campos relacionada com as *campanhas do trigo*, que, como é evidente, acusam de ter gerado graves problemas em termos de uma, como diríamos hoje, exploração sustentada desse recurso tão importante como é o solo: “não se satisfazendo com os terrenos férteis das várzeas, obrigaram-se a cultura das encostas mais declivosas, dando origem aos conhecidos problemas de erosão e de empobrecimento do solo. Tal método obrigou ao sacrifício das matas e florestas, perdendo-se o verdadeiro sentido de equilíbrio biológico pela ganância de maior lucro em menor prazo de tempo. As consequências verificaram-se na paisagem do concelho e vão desde a perda do solo e da sua fertilidade, resultante de antiquados métodos de cultivo, do emprego exagerado de adubos químicos sem as necessárias estrumeações, da ausência de gados, à agressividade dos factores climáticas.”⁴²⁷. Desta forma, e como a intenção geral do plano estratégico que a equipa defende vai para a fixação e aumento demográfico dos efectivos humanos, com base nos recursos locais, como poderá esta situação ser invertida? A proposta do Antepiano vai neste sentido: “pela mais conveniente distribuição das matas e dos prados, das terras de regadio e de sequeiro consegue-se estabelecer um equilíbrio biológico, não estático mas dinâmico, que se orientará no sentido da satisfação das necessidades mediatas e imediatas do

⁴²⁶ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.47.

⁴²⁷ Idem, p.47.

Homem, sendo os agentes dum equilíbrio as forças naturais. A paisagem humanizada aparece-nos assim como um organismo vivo, e como tal exige, para manutenção do equilíbrio biológico referido e sua conservação, duma correlação efectiva entre a mata e clareira cultivada, numa autêntica inter penetração entre todos os elementos da paisagem: solo, clima, vegetação e vida animal.⁴²⁸

Veja-se a relevância desta afirmação quando cruzada com a vontade e estimativas optimistas de criar uma expansão urbana para 2.400 pessoas! : “Não sendo impar na paisagem portuguesa, o caso do concelho de Mértola é dos mais graves que possuímos. Pode afirmar-se que a sua paisagem encontra-se completamente destruída, desprotegida e degradada. (...) Caminha-se a passos largos para a transformação da paisagem concelhia e contígua num verdadeiro deserto, de recuperação senão impossível pelo menos pouco admissível de prever nas condições técnicas e económicas actuais.”⁴²⁹. Com este cenário pela frente, e que acabou em grande medida por se concretizar, só tendo efectivas políticas regenerativas dos solos, das actividades agrícolas e de outras formas de rentabilização dos terrenos concelhios sido efectivadas nos anos 90, e por contribuições maciças dos fundos comunitários, que se poderia neste final dos anos 50 então sugerir? Para eles, técnicos, é claro que este recurso não podia ser desperdiçado, já então, e, por isso, avançam com a seguinte proposta: “sendo a característica actual do concelho predominantemente rural, quanto a nós interessa, considerando as suas possibilidades, criar as condições máximas para a absorção das actividades dominantes do concelho e promover as condições de fixação, manutenção e desenvolvimento, em nível de vida conveniente, da maior parcela da população, se não fôr possível a totalidade”⁴³⁰.

E como se poderá então concretizar essa intenção? “Basta que se verifique uma política económica de fomento e crédito, para que se multipliquem as instalações das indústrias de transformação de produtos, tais como lagares, leitarias e queijarias, de conservas, de destilação, de cortiça, celulose, etc., etc.”⁴³¹. Não vem ao caso aqui analisar as opções estratégicas das políticas de fomento portuguesas, muito haveria a dizer, e porque um concelho como o de Mértola estava, digamos assim, ao abandono por parte dos poderes centrais. Reconhecemos a justiça da análise, tanto mais que

⁴²⁸ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.48.

⁴²⁹ Idem, pp. 49-50.

⁴³⁰ Idem, p. 54.

⁴³¹ Idem, p. 55.

esses potenciais vieram, como já referi, a ser, e estão a ser, valorizados como parte do renascimento económico do concelho de Mértola.

Este grupo de técnicos é, aliás, bem mais realista do que o dos arquitectos, no cruzamento das suas perspectivas com a realidade. É importante o modo como eles chamam a atenção para a localização em Mértola de determinadas actividades que pudessem, sem prejudicar a tipologia económica local, garantir a permanência de maiores efectivos populacionais “E quer as possibilidades concelhias sejam ou não suficientes para a absorção de toda a mão-de-obra existente, haverá sempre interesse em fixar e manter os excessos demográficos e elevar o nível de vida da população, sendo mesmo de considerar o estabelecimento de actividades fora do actual modo de vida concelhio, isto é, instalações de interesse regional ou nacional cuja localização não tenha de ser, necessariamente, determinada”⁴³².

Podemos, no entanto, encontrar um forte ponto em comum nas apreciações dos diferentes técnicos – todos estão de acordo que, nesta época era forte a depressão nas aldeia e montes em resultado da mecanização dos trabalhos da lavoura, e todos acreditavam que seria a vila a atrair uma parcela desta população. Tal facto não sucedeu, e se na realidade a sede do concelho aumentou os seus efectivos, foi por razões distintas, e não por deslocação das populações empregadas anteriormente na lavoura. Essa migração far-se-á para a cintura industrial de Lisboa, ou, para a Suíça, a França, o Luxemburgo, a Alemanha. De qualquer modo, com as melhores intenções, os autores destacavam que esse problema já estava identificado: “Encontrando-se já esboçado o mal social que representará a fuga das populações rurais, com o correlativo perigo da sua concentração no principal aglomerado do concelho, torna-se no entanto possível impedir o seu prosseguimento, parecendo até que nos encontramos nos limites dessa possibilidade, dado que se reconhece a necessidade de construção do bairro de casas económicas, definida pelas Entidades Superiores”⁴³³. No entanto, e porque o plano levou ainda algum tempo a ser, mesmo que parcialmente, executado, o contexto social em que tais bairros e tais acções vieram a concretizar-se, era já de tal modo distinto que não se podem estabelecer grandes paralelos entre a organização urbana prevista e o que realmente veio a ser edificado depois de 1974.

⁴³² Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.55.

⁴³³ *Idem*, p.29.

Vejamos então a questão mais específica da abordagem ao crescimento urbanístico da vila de Mértola.

Uma primeira característica destacada relaciona-se precisamente com a dicotomia existente, no que se refere à ocupação profissional da generalidade dos seus habitantes, quando confrontada com a restante população do concelho: "Na população de Mértola, as ocupações fundamentais estão desligadas das bases da economia do concelho, principalmente porque se nota a ausência quase completa dos habitantes de maior poder económico, que na agricultura se reduz a 2,27% e na indústria a 1,13% da população activa. Este aspecto, atribui ao aglomerado um valor específico em relação ao concelho, que sendo de baixo nível económico mais agrava o fraco desenvolvimento urbanístico que é o problema fundamental do presente estudo"⁴³⁴. Portanto, e como era previsível, surgem elementos contraditórios relevantes, e de certa forma, o Antepiano nunca chegará a ultrapassá-los totalmente. No entanto, devo salientar uma vez mais que a concepção urbanística global estava bem elaborada para as condições existentes, e se podemos reconhecer ainda parte deste traçado na morfologia do crescimento verificado desde então, e se ele se apresenta bem moldado e é eficaz, não deverá ser classificado como um plano mal concebido, por muito que se tenham enganado nas projecções demográficas. Outros aspectos, como se verá, foram efectivamente, bem propostos.

Começemos por compreender como analisam eles o terreno em termos das possibilidades de crescimento urbano: "a Nascente e a Norte, por virtude do menor acidentado do terreno, torna-se-nos possível prever a localização da zona de expansão (...) Do lado Nascente (...) unicamente pode ser considerada para implantação do equipamento colectivo periódico, tal como: feiras de campo, mercados, etc.. A Norte (...) foi possível prever a nova zona habitacional (...) tendência que se esboçou, de aproveitamento, nesse sentido, dos terrenos compreendidos entre o vale e a estrada de ligação a Beja. E assim, aponta-se o aproveitamento dessa área, que se aconselha seja principalmente ocupada com a implantação das unidades de indústria ligeira e artesanato (...)"⁴³⁵.

Numa coisa o seu trabalho estava facilitado, já que "a zona de expansão habitacional do aglomerado (...) na posse da Câmara Municipal na quase totalidade, bem como por

⁴³⁴ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.46.

⁴³⁵ Idem, p. 3.

virtude da viabilidade de implantação das construções e dos necessários arruamentos, prevê-se de fácil ocupação urbanística⁴³⁶.

Claro que, conjuntamente com esta previsão de expansão, surgia com destaque já então o centro histórico, e louve-se, neste aspecto, a sua proposta é claramente de salvaguarda patrimonial, se bem que não se possa dizer o mesmo das propostas de urbanismo para a envolvente. Mas lá iremos. Sobre a Mértola antiga escreve-se no relatório: “O interesse humano que representa o conjunto da zona antiga da vila [é elevado] (...) sendo de manter o actual ambiente da vila, quer no sentido social quer paisagístico, não é de aconselhar grandes alterações. Assim, conservando intacto o conjunto, dentro da irregularidade da ocupação actual, quer-se respeitar principalmente o interesse social dessa ocupação, bem como a organização urbanística obtida ao longo do tempo. Nesta zona, foram portanto consideradas unicamente pequenas alterações de pormenor, de modo a obter uma melhor utilização dos espaços criados e aproveitar determinados pontos de vista de interesse paisagísticos e ambiental, cujo acesso é hoje quase impraticável”⁴³⁷.

Na metodologia deste Antepiano, e dada a referida insuficiência de dados que permitisse uma caracterização detalhada do edificado, adoptou-se um processo de levantamento que foi “a realização de um inquérito à vila de Mértola, para o qual houve que percorrer todo o aglomerado, dele se extraindo os elementos que nos possibilitassem encontrar a proporção dos valores que seria de aplicar”, pois que “No inquérito realizado, não só se pretende obter o conhecimento numérico dos valores que enformam o ambiente em que decorre a vida da população presente, mas também a expressão qualitativa dessa realidade”⁴³⁸. Apesar desses dados não serem detalhadamente incluídos no relatório, pode apreciar-se esta metodologia que não pretende tratar as pessoas como coisas, e por isso quer perceber os dados qualitativos do ambiente social, no que, podemos dizer, se aproxima daquilo que será, três décadas depois, a metodologia base dos Gabinetes Técnicos Locais. O que é interessante é que a ideologia da salvaguarda patrimonial, que virá a institucionalizar-se só na década de 60, vai também abarcar estes pressupostos retirados de uma nova visão pós-guerra de uma Europa social.

⁴³⁶ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.3.

⁴³⁷ Idem, p.4.

⁴³⁸ Idem, p. 33.

Os dados do inquérito foram recolhidos e organizados em categorias que definiam as características humanas, habitacionais e o apetrechamento colectivo, procurando desta forma traçar um quadro de características do aglomerado. E é a sua leitura em conjunto que permite compreender as formas correctas para actuar. Assim, “tanto a densidade populacional, como a composição média da família explicam-nos o sentido de ocupação verificada, e indicam-nos a orientação que na previsão da estrutura urbana se deve atender, na expansão da área a urbanizar”⁴³⁹.

Um facto que os elementos da equipa destacam é a percepção, ainda activa, de que todos são membros de uma mesma comunidade. Um comportamento típico de pequenos aglomerados, mas que, em Mértola, apesar de esta ser a sede concelhia, persiste ainda devido ao seu isolamento, pobreza e pequena dimensão demográfica. Por isso “a ausência de discriminação social é um facto, não se tornando a diferenciação de poder económico das classes, um factor de localização e afastamento dos diversos tipos de construções. Este princípio, que em geral é adoptado nos meios urbanos de maior importância, ou de formação industrial, encontra-se deslocado nas povoações de economia agrícola, o que de modo algum pode ser esquecido”⁴⁴⁰.

É interessante este cenário social que se pode encontrar no final dos anos 50. Este cenário nem sempre foi assim, e é interessante que na própria urbe essa divisão estava construtivamente expressa. Nitidamente, a vila era dividida por dois grupos sociais, os burgueses, elites culturais e económicas, ligados ao comércio, ou detentores de herdades agrícolas que também tinham casa na vila, acrescidos dos detentores de estudos, logo, exercendo profissões liberais, o advogado, o médico, o farmacêutico, entre outros, todos eles vivendo em casas de grande dimensão, algumas já dotadas de pormenores decorativos “importados” das visitas à cidade grande ou retirados das revistas que os correios traziam de longe; e as camadas populares, humildes, que vivem na parte alta, mais difícil de aceder, em casas de pequena dimensão, sem quaisquer modernidades ainda. Sucede que à data que este estudo do Anteplano foi feito, a substituição das elites, nas suas edificações originais, já se tinha iniciado, ou estava mesmo concluída, em virtude da sua deslocação para áreas metropolitanas, Lisboa ou Coimbra, por razões de estudo e adopção de profissões liberais, ou vinculação definitiva em domicílio agrário, nas “casas do monte”, sedes dos seus latifúndios, deixando todos eles as suas casas vazias, ou não

⁴³⁹ Anteplano de Urbanização de Mértola, 1958, p.35.

⁴⁴⁰ Idem, p.35.

querendo voltar a elas quando as herdavam por falecimento dos seus parentes que nelas haviam permanecido. Noutros casos ainda, embora menos, a possibilidade de construir vivendas modernas na vila nova também causa alguma destas transferências de moradores. Essa substituição dos locatários (não dos proprietários, saliente-se) correspondeu a um sub-aluguer desses espaços a famílias de menos posses, que em geral ocupavam a totalidade de um edifício, agora repartido em domicílios distintos. Alguns destes casos chegaram ainda aos nossos dias, sendo que a maior parte só em meados da década de 90, com o alargamento do investimento em construção social ou cooperativa começaram efectivamente a desocupar alguns destes imensos edifícios. Muitos destes foram adquiridos pela Câmara Municipal ou por outras instituições locais, mas essa etapa é para ser melhor descrita noutra sub-capítulo, referente a outra etapa cronológica.

Foi esta situação social que os investigadores do antepiano encontraram e à qual se referem como sendo relativamente homogénea. Mas uma maior atenção ao testemunho arquitectónico mostrar-lhes-ia claramente que a área histórica de Mértola se dividia em dois sectores contíguos, e que, portanto, o fenómeno de aparente homogeneidade sócio-urbanística correspondia ao final e ao começo de ciclos sócio-económicos locais. No entanto, a intenção programática de desenhar a vila nova com base nesse modelo de não divisão social é sem dúvida correcta, e geradora de um espírito comunitário. Apesar de separados em quarteirões distintos, exibindo, cada um deles, as diferentes capacidades económicas dos novos ocupantes da vila nova (da vivenda de dois pisos ao quase apartamento de bairro social), a mistura continua relativamente assegurada, proporcionando uma base urbanística para uma vida em comunidade, o que é bastante positivo.

Claro que em alguns detalhes a análise revela algumas deficiências, como na tentativa de relacionar as famílias predominantes, pelo facto de muitas terem uma base latifundiária, com civilizações passadas: “a vila de Mértola oferece-nos um aspecto *sui generis*, dado que não se tendo definido concretamente qualquer tendência de concentração populacional, comum nos meios rurais, e sendo a sua principal função, constatada pela análise, a de servir de centro administrativo o concelho, a classe de maior poder económico encontra-se dispersa pelas antigas clientelas, herança da civilização romana, se encontram ainda intactas”⁴⁴¹. Como é evidente, desde essa fase aos nossos dias as alterações foram inúmeras, e é até de destacar que este não era

⁴⁴¹ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, pp.35-36.

um território relevante sob esse ponto de vista, pois tratava-se de uma urbe associada a um território rico em minerais, como já foi destacado. Mais relevante ainda é considerar que, no século XIX, e depois na República, se verificaram dois *volte-face* sociais de relevo, e são esses, sim, que se constituem contemporaneamente como grupos clientelares. O problema advém mais da tentativa de fazer sobrepor essa apreciação ao conjunto edificado, como já tinha aliás tentado com o zonamento urbano, como ainda agora se referiu: “Por esse efeito, é fácil explicar o baixo nível das construções existentes no aglomerado; onde, além do funcionalismo administrativo necessário, não se pode notar nenhuma outra agremiação representativa das chamadas forças vivas do concelho”⁴⁴². Já se viu que isto desconsidera as tais habitações Oitocentistas dos latifundiários, e mesmo uma ou outra de fundação mais antiga, bem como algumas edificações da burguesia comerciante, que representam um segmento importante da economia local, pelo menos nesta época em que o vapor fluvial e as carreiras só possuíam escala na localidade central do concelho. A não ser que o baixo nível seja por comparação a localidades menores, acepção sempre arriscada de fazer pois que o testemunho arquitectónico tem uma indissociável contingência particular e histórica, devendo por isso ser analisado em si mesmo, cada localidade possuindo uma base patrimonial individual.

Apesar destas lacunas que resultam de uma deficiente, ou melhor, insuficiente análise histórico-arquitectónica da localidade, mais uma vez não posso deixar de inteiramente concordar com os termos das soluções avançadas por esta equipa. Veja-se novo exemplo: “Todavia, sendo natural que na estruturação urbana proposta, se tenha de contar com um determinado surto de classes de maiores rendimentos, de modo algum se pensa destruir o equilíbrio social existente, não sendo por isso de definir áreas residenciais de ocupação específica”⁴⁴³.

À data em que este Antepiano foi elaborado, e como penso ter ficado demonstrado na explicação do complexo processo administrativo que conduziu à sua elaboração, passou quase uma década em que, em função das limitações impostas aos municípios que não possuíam este instrumento de planeamento, não se fizeram loteamentos, nem se autorizaram construções, pelo menos não as de carácter particular, em zona de eventual expansão (os registos fotográficos existentes, aliás, mostram que ao longo destas duas décadas, e já desde os anos 20, para que o crescimento se verifique somente ao longo da espinha viária constituída pela EN122).

⁴⁴² Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.36

⁴⁴³ Idem, p. 36.

O que explica a ausência de grande desenvolvimento contemporâneo, pelo que se justifica uma afirmação deste tipo por parte dos urbanistas, que entendem "o estado de evolução do aglomerado traduzido pela mancha de construções «regulares», [como sendo] demonstrativo do ambiente estacionário que tem orientado ultimamente a vida de Mértola"⁴⁴⁴.

Estando sob a contingência de terem que classificar o edificado existente, no que refere às suas características, optaram por um método de registo simplificado, sem inquérito (Planta 6 – Características Habitacionais do Aglomerado), de uma forma que mesmo eles consideram ter um valor fluido e demasiado subjectivo: "pareceu-nos de adoptar uma graduação de valores expressa pela opinião local. Nesse sentido, foi Mértola percorrida [acompanhados] por um indivíduo natural da região, que orientando-se tanto pelo aspecto externo, como pelo que conhecia do ambiente interior de cada construção, nos deu uma noção do conjunto. Todavia, desde já estamos certos que a discriminação que se aponta é susceptível de discussão, dado que se tornou impossível orientá-la num outro sentido que não fosse o da avaliação pessoal, que tem, no entanto, o mérito de respeitar a escala local"⁴⁴⁵. Repare-se que o interior das casas não foi visitado, e que a equipa se submeteu à opinião de um único informante, correndo ainda maiores riscos de subjectividade na recolha das informações. Claro que é necessário reconhecer, pelo menos vendo o tipo de análise que acaba por ser adoptada como método no seu relatório, que esse inquérito detalhado não seria fundamental. Mas é pena, em termos da investigação contemporânea, principalmente pelo que poderia ter contribuído para o relatório do Plano de Salvaguarda de 1991, elaborado pelo GTL, que tal levantamento de situação detalhado não tenha sido realizado.

Claro que o centro histórico levantava, já então, algumas preocupações modernas. Estreitas e tortuosas ruas, que fazer com elas, já que se admitia o transporte rodoviário como um elemento em crescimento numérico? Mas o que é interessante neste aspecto é o facto de, apesar de nessa época existirem ainda poucos carros, já se considerava que estes deviam ser um objecto raro no interior do centro histórico: "Na medida em que isso se tornou possível, procura-se melhorar as possibilidades de circulação do trânsito automóvel (...) sem que no entanto se deixe de reconhecer que esse facto unicamente interessa como faculdade e não como normalidade de

⁴⁴⁴ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.36.

⁴⁴⁵ Idem, p. 37.

serviço⁴⁴⁶. Se compararmos com a presente situação, em que dezenas de carros se acumulam aí estacionados todos os dias entre as nove e as cinco, por causa da concentração dos serviços municipais, não podemos deixar de admitir a grande lucidez de, já então, se considerar a necessidade de os manter afastados.

Esta questão da circulação rodoviária levantava, aliás, outros problemas, que se prendiam com a previsão de traçados viários em circular externa e com a rede viária inter-quarteirões, sendo este claramente identificado pelos autores como um “problema que se nos punha, [e que] respeitava ao apetrechamento colectivo⁴⁴⁷. Assim, na proposta, “procura-se que [a Estrada Nacional existente, a EN122] se transforme numa via que somente interesse à vida urbana, tendo para isso que prever a deslocação do interesse do trânsito rodoviário para uma nova via, que abraçando o aglomerado, possa torná-lo independente⁴⁴⁸. O que é interessante salientar é que esta proposta, com a qual todos (menos os comerciantes instalados nas orlas desta via...) estão de acordo hoje em Mértola, está ainda por concretizar, sendo uma das razões, a meu ver, pela qual o trânsito persiste mal ordenado, e não se implantaram estratégias de valorização da visita a Mértola, pois continua-se, como então, a julgar como suficiente o facto de que os carros atravessam o centro da localidade. Mais uma vez louve-se o arrojo da proposta quando os carros que circulavam em Mértola eram ainda escassos. O Antepiano inclusive engloba uma planta desta proposta, onde se torna claro que os autores julgam ser boa “a solução deste problema através da criação do desvio que se propõe, e que do lado norte ficará limitando a vila, transformando-se o troço actual na penetração e principal via de distribuição das duas unidades obtidas⁴⁴⁹. É interessante pensar no esforço que se faz, contemporaneamente, e de que daremos conta em maior detalhe em sub-capítulo posterior, para tornar esta via em semi-pedonal, com a intenção de fazer dela o eixo de união das duas zonas; e ver-se como, quando se planeou a zona de expansão moderna, em que a zona nova estava ainda por edificar, se antecipou a situação que ocorre 40 anos depois.

Os planificadores consideravam também aqui, ao tentar desenhar os arruamentos e as zonas de expansão habitacional, a possibilidade de se corrigirem as situações menos correctas, em termos de construções existentes, que tinham desde o início do século

⁴⁴⁶ Idem, p. 4.

⁴⁴⁷ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.4.

⁴⁴⁸ Idem, p.5.

⁴⁴⁹ Idem, p.5

começado a polvilhar essas áreas a norte da cintura de muralhas que abarca o núcleo histórico, e que incidiam principalmente no arrabalde, o terreno de separação entre duas colinas distintas. Em relação às suas distintas morfologias, e aos seus aspectos qualitativos (sendo esta zona considerada de menor qualidade) refere-se: "Tanto nos ambientes criados, como no sentido de implantação dos arruamentos e das construções, as duas zonas são absolutamente diversas. Se no núcleo velho, o aspecto paisagístico nos aparece quase cenográfico, dado que o fundo criado pelas muralhas do castelo lhe garante um remate natural; o núcleo criado pela expansão não oferece as mesmas vantagens, e a implantação das construções foi-se fazendo desordenadamente. Deste modo, criaram-se condições de vida diferentes, onde a expansão aos ventos, a orientação das construções e a implantação dos arruamentos, contra o movimento natural do terreno, se tem de considerar erradas e se devem tentar corrigir"⁴⁵⁰. E se a preocupação era de carácter prático no modo como aqui se apresenta, não o era menos no que respeita à salvaguarda patrimonial e estética, pois o relatório igualmente destaca que "o aspecto paisagístico do núcleo velho é aquele que se nos apresenta com valor local, de certo modo prejudicado pela vizinhança do núcleo em expansão desordenado"⁴⁵¹. Daí que a proposta deles aponte, neste sentido, para "delimitar e vincular o núcleo primitivo (...) [e ainda para mais quando] a evolução urbanística desta zona se foi adaptando ao imperativo do momento, e daí resultou a existência, de facto, de uma estruturação orgânica em franco funcionamento"⁴⁵².

Esta área e modo como poderá efectivamente vir a configurar-se arquitectónica, espacial e socialmente, é essencial, em termos de estratégia urbana, e persiste a razão que já então era salientada, uma vez que, situada "no limite de separação das duas zonas, o núcleo de vida cívica e comercial está localizado no ponto de interesse comum das áreas urbanizadas"⁴⁵³. Se bem que os planos subsequentes, elaborados pelo Arquitecto Fernando Varanda, que serão analisados nos sub-capítulos seguintes, tenham sempre dado grande atenção a esta área, e numa perspectiva de arranjo urbanístico integral, e se bem que algumas intervenções até significativamente transformadoras tenham já sido realizadas (a construção da sede da ADPM), o facto é que a zona permanece congestionada urbanisticamente, sendo em grande medida a responsabilidade desse facto associável à continuação de bastante trânsito de passagem a verificar-se neste local. A EN122 continua a passar no centro da vila de

⁴⁵⁰ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.58.

⁴⁵¹ Idem, p. 58

⁴⁵² Idem, p. 59.

⁴⁵³ Idem, p. 59

Mértola, e assim, dificilmente se poderia concretizar as intenções que já no plano de 1958 se consideravam fundamentais para verdadeiramente transformar esta zona na área cívica central da localidade: “o afastamento do trânsito rodoviário para a periferia do aglomerado, o troço da Estrada Nacional que atravessa a vila ficará constituindo a penetração principal e a via essencial para a vida das unidades em que se divide”⁴⁵⁴.

Precisamente por todos os argumentos apresentados, Falcão e Cunha sugere que, nesta interface entre a zona nova e a parcela histórica de Mértola, seja constituída uma nova área de centro cívico, com a construção de novos edifícios institucionais no Rossio do Carmo (Largo Teófilo Braga), destacando-se entre estes novo edifício-sede da Autarquia, Bombeiros, Tribunal, defendendo a ideia de retirar as funções administrativas do centro histórico.

Assim, desta forma, na área do antigo arrabalde ficaria o centro comercial da vila, com extensão pela EN122 em direcção a Norte, e no Rossio seria o centro administrativo e institucional. Como alternativa a preencher os edifícios vagos no centro histórico, em especial a Praça Luís de Camões, sugerem o uso do edifício da Câmara existente como Liceu, que não existia ainda, e a sugestão de usar o Tribunal como museu, ambas com a intenção de valorizar a «tradição», ou seja, os valores patrimoniais que esses edifícios representam. Estas sugestões parecem-me muito bem reflectidas, dada a sua intenção de integrar funções dinâmicas no centro histórico. Actualmente, esta é, aliás, uma das matérias mais relevantes para discussão, e noutro capítulo, voltarei a elas e ao que me parece, na actualidade, serem as propostas com maior importância estratégica.

Prosseguindo na análise dos documentos elaborados por Falcão e Cunha e respectivos colaboradores, passemos a dar alguma atenção às plantas 7 (Valor administrativo do equipamento colectivo) e 8 (Ambiente geral de actividades e zonas de influência), onde um aspecto merece aqui uma referência mais detalhada. Consideram eles que, neste ano de 1958, existia uma desorganização do aglomerado, sem qualquer estruturação urbanística (eles querem aqui dizer planificada, desenhada, já que uma estruturação urbanística a localidade seguramente tem... é uma afirmação muito ideológica por parte do urbanista arquitecto...) e o que existe é reconhecido como uma organização *orgânica*...: “É notória a delimitação da zona de interesse

⁴⁵⁴ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.59.

comercial, simultaneamente com a função de centro cívico da vila⁴⁵⁵, na mesma localização e com o mesmo impacto social que ainda hoje possui, e que aliás é uma das grandes razões a exigir grande cuidado na intenção de desviar uma parte do comércio a retalho, em particular o peixe para um outro edifício, na zona nova... seria melhor com certeza, dada a escala actual deste comércio, investir numa maior salubridade do actual, mas respeitando este aspecto do reencontro social que aqui se verifica. É interessante que esse aspecto de confluência já então lhes chamou a atenção. Acresce que, com o desenvolvimento que se verificou a partir de meados dos anos 80, a vila quase triplicou a sua área urbana, o que decerto coloca um problema complexo quando se pensa na *deslocalização* de qualquer equipamento de referência, mais a mais com a tradição que o espaço mercado tem localmente.

A PROPOSTA URBANÍSTICA

De uma forma relativamente sucinta, deixamos aqui também testemunho da proposta urbanística deste Antepiano. A ideia central era a de que “o aglomerado ficará constituído por três unidades urbanísticas principais, uma das quais, como se disse, se prevê possa desaparecer com o correr do tempo⁴⁵⁶ (aqui referia-se à ideia, que ainda vamos abordar em maior detalhe, de eliminar o Bairro do Além-Rio, o que, felizmente, não aconteceu).

Quanto ao casco antigo, onde, como já se salientou, demonstravam algum cuidado na sua abordagem, procurando assegurar a sua salvaguarda, “houve que orientar as alterações de modo a que se tornasse possível realçar o seu conteúdo”, mas com a importante referência “integrado no conjunto naturalmente”.

“Nas unidades restantes, de formação recente e contrária à orientação que presidiu à anterior, garante-se a implantação de todo o apetrechamento colectivo que define o aglomerado como centro administrativo e comercial do concelho⁴⁵⁷, ou seja, demarcadas estas duas zonas, concentrar-se-ia a acção de urbanismo na parcela que já havia iniciado o seu crescimento na época contemporânea, procurando inclusive, como se realçou, de alguma forma corrigir distorções que eventualmente se haviam verificado no decurso da sua constituição. Claro que já nesse tempo a passagem de

⁴⁵⁵ Idem, p. 38.

⁴⁵⁶ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.62.

⁴⁵⁷ Idem, p. 62.

uma intenção de planificação para a sua concretização dependia da capacidade financeira, e nesta época, ela era verdadeiramente restrita – de tal forma que podemos dizer que, com excepção da definição da avenida Aureliano Mira Fernandes, e dos seus loteamentos, e da marcação de uns quantos eixos viários, pouco mais se concretizou deste plano urbanístico antes do advento do Poder Local Democrático. Por isso mesmo, Falcão e Cunha escreve que, “nesta área da vila de Mértola, prevê-se uma remodelação total [que por razões do custo] se pretende executar ao longo do tempo”, demonstrando saber perfeitamente em que campo se encontrava a principal dificuldade. E salientava que, para efectivamente se conseguirem concretizar todas as etapas da referida intenção planificadora, era necessário contar com o esforço de todos: “De antemão sabemos as dificuldades que se apresentam para efectivação do que aqui propomos, que além de supor uma política camarária de interesse constante, requer ainda a boa vontade dos munícipes”⁴⁵⁸. Este aspecto é muito interessante, pois demonstra como do ponto de vista dos fundamentos, os técnicos tinham uma visão perfeitamente estruturada de que o urbanismo, como criador da *polis*, interferia com o colectivo. E, portanto, sem a colaboração colectiva na construção desse espaço, dificilmente o resultado poderia ser consentâneo com as pretensões do plano. Esse tem sido um dos problemas do planeamento contemporâneo, pois, reflectindo o que o País é, em termos de perfil de cidadania, cada um persiste ainda, apesar de 30 anos de regime democrático, a pensar apenas no seu interesse individual. Voltaremos, posteriormente, a esta questão.

Nesta planificação, já o referimos, procede-se à definição dos novos arruamentos e vias. A proposta de reorganização dependia, em grande medida, como lhes fiz já referência, da abertura de uma circular externa, que complementasse, em relação à EN 122, o que já o novo traçado da EN265 fazia em relação à ligação a Serpa. Esta passará a ser servida pela ponte (inaugurada pouco tempo depois da entrega deste relatório), que a desviou do troço que conduzia ao cais, pois a passagem para a outra margem efectuava-se, anteriormente, pela *ponte-barca*: “A construção da ponte sobre o rio Guadiana (...) de algum modo alivia o serviço actual do troço da estrada que atravessa o aglomerado, não pode resolver integralmente o problema, dado que a ligação ao Algarve e à região poente do concelho se continuará a fazer através da vila, enquanto se não puder construir o desvio agora sugerido”. Propunha-se já aquilo que está neste momento, finalmente, em concretização: “o troço da Estrada Nacional se

⁴⁵⁸ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.63.

transformará no arruamento de penetração⁴⁵⁹. Complementarmente, e por causa do número de vias novas e da necessidade de estabelecer alguma organização entre elas, propunham o Rossio do Carmo como zona de cruzamento entre elas (o que de algum modo parece um pouco incoerente com a intenção de transformar este no novo centro cívico, principalmente em função da topografia da envolvente a esta plataforma, que rodeada de relevos distintos, seria complicado local de interface de vias).

Apesar disso, segundo os seus autores, com esta proposta, estava então "encontrada a base fundamental da estrutura urbana de Mértola":

Na unidade A, que corresponde ao centro histórico de Mértola, "as alterações se limitarem ao estritamente necessário, de modo a não destruir o ambiente característico, todo o sistema de circulação se reduz ao traçado dum circular, aliás de trânsito difícil, que abraçando o núcleo garante valores idênticos para cada um dos espaços que o formam"⁴⁶⁰. Pode, a título de curiosidade, referir-se que este foi o modelo que se adoptou, mas em final dos 90.

É interessante constatar, apesar do bom senso na estruturação fundamental do Antepiano, como ele é, digamos assim, pouco coerente nos detalhes: propor a instalação de uma escola do Ensino Secundário e de um museu municipal nos edifícios da Câmara (ainda hoje aí instalada) e do Tribunal (actualmente desafectado dessas funções), parecia não bater certo com as previsões demográficas sugeridas, ou então seria uma solução de muito curto prazo – mesmo considerando que, na perspectiva dos autores do documento, Liceu significava um grau de instrução reservado a uma elite restrita. Mas mesmo assim, com tantos novos agrupamentos familiares que se perspectivaram neste Antepiano... quantas salas de aula não seriam necessárias para tantos adolescentes?

Em relação à Unidade A, avança-se ainda com a seguinte especificação: que em resultado das delimitações topográficas existentes ainda hoje, "é formada por três células, de ocupações diversas, e nela se integram dois centros especiais que se consideram no aglomerado: centro comercial e centro cultural. A célula 1 é constituída pela parte habitacional da unidade, que por representar o núcleo histórico se conserva no estado actual, com pequenas alterações que em nada afectam o seu aspecto

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 65.

⁴⁶⁰ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.64.

específico⁴⁶¹. Apesar de dar-mos conta, nesta dissertação, de todo o Antepiano, por se tratar de um documento pouco conhecido e que não tinha ainda tido qualquer divulgação (externa aos serviços municipais), o objecto central desta abordagem é a área histórica da vila e o seu arrabalde. Por isso me parece sempre de destacar que, até pela iniciativa própria dos autores do antepiano, nesta zona se recomendava não se interferir, a não ser pontualmente, para adaptação de novas funções, mas que acabaram por não se verificar. Desta forma, a situação descrita neste relatório corresponderá à feição apresentada quando se iniciam, nos anos 70, os projectos de valorização e promoção do património cultural desta vila-museu.

“A célula 2, que é formada pela zona abrangida pelo castelo e respectivas muralhas, a toda a encosta Norte da elevação onde se implantam do núcleo antigo, não tem quaisquer condições de ocupação diversa. O grande declive, bem como a orientação Norte do terreno, permite que unicamente se considere o equipamento actual, para o qual se torna possível prever uma expansão concordante com o aumento populacional considerado⁴⁶². Mais uma vez beneficiará o património local destes cuidados – esta zona será o futuro campo de trabalho arqueológico de Mértola, de cujo subsolo sairá uma das mais ricas colecções de cerâmica islâmica da Península, acompanhada de vastíssimo leque de vestígios de outras épocas, fornecendo matéria-prima histórica e material para desenvolver o conjunto de núcleos museológicos que são actualmente um dos alicerces da estratégia de desenvolvimento local. É referido no Antepiano que este local é onde se situa o cemitério local, prevendo que este possa expandir-se a Poente (o que não se verificará), propondo uma cortina verde de encobrimento, como forma de arranjo paisagístico deste local.

“A célula 3, abrangendo o pequeno núcleo marginal da via de penetração [o que hoje designamos por arrabalde junto às muralhas] limitado por este arruamento e a base das muralhas, constitui uma zona que futuramente se prevê como extensão do centro comercial”. De facto assim sucedeu e hoje toda esta zona é praticamente ocupada por estabelecimentos comerciais, ou por serviços (DOTAU, ADPM, Finanças)⁴⁶³.

Um número interessante, que resultou dos inquéritos que foram realizados, e já aqui mencionados – nesta zona existiam, então, 801 habitantes, com 220 fogos, valor referente à média, porque só uma parte destes fogos são verdadeiramente habitações.

⁴⁶¹ Idem, p. 68.

⁴⁶² Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.66.

⁴⁶³ Idem, p. 67.

A parte mais polémica deste capítulo do Antepiano é a proposta de alteração vocacional do conjunto das construções que estão situadas ao longo da zona C: "Ficando previsto, que de futuro somente estas duas unidades, A e B, comportem uma ocupação residencial, tem de garantir-se a transformação da população que actualmente ocupa a área da unidade C e da zona industrial, localizada a Nascente do rio Guadiana. Assim, e porque a unidade A se mantém com as características que actualmente a enfermam, essa população terá que ser alojada precisamente na unidade B"⁴⁶⁴; ou seja, como no casco histórico não se mexe, e, portanto, não é possível aumentar a capacidade habitacional desta zona, a população a deslocar seria já integrada na zona de expansão. "Contendo alguns edifícios de equipamento, que por natureza se deverão de futuro transferir para zonas especiais, criadas pela estrutura proposta, este núcleo tende a desaparecer com o aspecto actual, pelo que se prevê a criação dum miradouro total ao longo da penetração. Este aspecto do problema não é fácil de resolver, porquanto requer um investimento importante, de vantagens económicas longínquas. Todavia, parece-nos essencial que a libertação desta zona se encare, como um dos critérios-base da política camarária, prevendo-se que o previsto seja executado ao longo do tempo. Actualmente, esta unidade aloja 78 habitantes, distribuídos por 20 fogos."⁴⁶⁵.

Um dos aspectos mais interessantes deste Antepiano é a percepção que demonstra do valor patrimonial e turístico do lugar, absolutamente correcta, e até terem procurado resolver os problemas da zona C que lhes parecia corromper esse valor. "No plano agora apresentado, somente por uma razão de ordem económica se considera a manutenção da zona C, que não podendo constituir uma unidade válida no conjunto, não deixa de prejudicar o aspecto natural da vila"⁴⁶⁶.

A seguir, apresentam-se, mais uma vez, projecções fantasiosas para o ano de 1990: prevendo, como já referi, um total de habitantes em Mértola na ordem das 2.400 pessoas, e sendo a área histórica limitada na sua capacidade, será nesta unidade B que se alojará a maior fatia, ou seja, um total de 437 fogos para 1.589 habitantes. Por isso, e sem lugar a dúvidas, esta é a zona fulcral do desenho do Antepiano de Mértola,

⁴⁶⁴ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.68.

⁴⁶⁵ Idem, p. 71.

⁴⁶⁶ Idem, p. 59.

“o núcleo de expansão futura, totalmente estruturado com base na topografia do terreno”⁴⁶⁷.

Mas como estas contas, claro, eram sustentadas em hipóteses sem dados concretos, escrevia-se, à cautela, este parágrafo relativista: “Doutro modo, e se essa expansão económica se não verificar, teremos desde já como resultante um dimensionamento discordante das necessidades que se vierem a definir de facto”⁴⁶⁸. Perdoe-se-me a ironia, mas Lapalisse não diria melhor!

Parece-me que a questão fundamental reside no desconhecimento histórico da evolução demográfica e da sua relação com os recursos do território. Uma pequena abordagem, num quadro em que era já manifesto o aumento da migração em direcção à área metropolitana de Lisboa [mesmo sem dados, um micro inquérito social daria conta deste facto] mostraria uma clara tendência, na melhor das hipóteses para uma mera estabilização desses valores. Mesmo que o antepiano quisesse incorporar um crescimento, podia fazê-lo de forma um pouco mais contida, já que a plataforma a Norte do Rossio do Carmo, para onde a vila viria, efectivamente, a expandir-se, era mais do que suficiente, como prova o facto de ainda estar a ser ocupada por loteamentos, e tendo mesmo enquadrado alguns equipamentos de grandes dimensões, como os novos Quartel de Bombeiros e Tribunal de Justiça.

Associada com a mesma questão do crescimento, estava a possibilidade de se criar *uma área industrial para aí se construírem equipamentos desse tipo*. Este problema da localização de uma área industrial, que fazia parte do pacote de requisitos elaborado pelo Ministério das Obras Públicas – recorde-se que a política de planos de urbanização foi lançada a nível nacional, e portanto, para muitas dezenas de localidades este era um item da maior importância -, começa por ser abordado quando foi referida a questão económica local, e a sua relação com a fixação da população, por via, obviamente, da criação de emprego / postos de trabalho. Por isso, era da maior importância localizar espaços urbanos onde se pudessem instalar. Daí ler-se no relatório que, “considerando as áreas que se destinarão a conter o futuro apetrechamento industrial, constituirá o motivo principal de fixação da população no âmbito do aglomerado, foram estas localizadas em função da estrutura proposta para o aglomerado”⁴⁶⁹. No entanto, esta análise, no desenvolvimento do capítulo 3.2.4 do

⁴⁶⁷ Idem, p. 70.

⁴⁶⁸ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.70.

⁴⁶⁹ Idem, p. 71.

relatório vai ser feita de uma forma simplificada demais: “Pela análise sumária efectuada ao ambiente económico do concelho, parece-nos necessário e suficiente supor unicamente a implantação de empreendimentos de pequeno e médio desenvolvimento, muito principalmente ligados às actividades do artesanato existente”⁴⁷⁰. Mas com que capacidade financeira se instalariam essas unidades? Além do mais, nesta época a produção artesanal significava poupança ou permuta e não, verdadeiramente, o lucro comercial. Sugere-se a criação de duas zonas distintas, de modo a separar “a pequena industria ou armazéns” de uma outra, em que sejam acolhidas “construções industriais”. Esta divisão, que parece desconhecer que o tal pequeno artesanato tem características normalmente de ofício familiar e, por isso, profundas ligações ao contexto do próprio domicílio ou a zonas contíguas. Claro que se imaginássemos uma instalação industrial de grandes dimensões, esta divisão faz sentido, mas como é que isso se podia imaginar nesta época, com as dificuldades de transportes, quem se instalaria em Mértola? Uma industria de moagem? Bem, essa já lá estava instalada, e é bem o exemplo da falta de leitura de escala, e até um pouco estranho pensando nos transbordos pela ponte barca a que a sua localização obrigou durante tantos anos. Claro que, quando este Antepiano estava a ser elaborado, já se construía a ponte de betão que hoje liga as duas margens, e, portanto, isso podia ser levado em linha de conta. No entanto, e pensando num outro aspecto que falta ainda aqui abordar, e que é apresentado no relatório pelos paisagistas (daí referir que os capítulos respectivos foram escritos sem interligação, o que não é muito satisfatório quando se pensa que eles estavam a desenhar o crescimento urbano para uma estimativa de 30 anos!), este pressuposto destruía a envolvente paisagística da vila, como se ela tivesse apenas um ponto de vista (da vila para o exterior) e não fosse precisamente a inversa uma das paisagens de maior qualidade deste troço do vale do Guadiana (que, curiosamente, ainda hoje não é muito valorizada, pois são inúmeros os visitantes que vêm a Mértola e que nunca a vão ver da outra margem...).

Essa aparente falta de comunicação (o relatório está assinado por todos, portanto só posso eu deduzir) não deveria ocorrer quando a importantíssima questão do enquadramento paisagístico da vila é resumida correctamente: “Será de uma paisagem totalmente remodelada no sentido funcional e natural, em harmonia com uma exploração racional do campo, que deverá surgir Mértola”⁴⁷¹. Ou seja, nem na envolvente distante, portanto, quanto mais na margem oposta!

⁴⁷⁰ Idem, p. 71.

⁴⁷¹ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.74.

Esta referência detalhada que aqui dedico a este pormenor resulta da apreciação que faço, e que já referi anteriormente, de que o trabalho realizado pelos três técnicos ligados ao planeamento paisagístico é de grande qualidade. Desde logo porque o seu estudo demonstra uma clara percepção do valor patrimonial e turístico do lugar, absolutamente correcta, e até por terem procurado resolver os problemas da zona C, que desejavam ver reabilitada. Que como já citámos, poderiam ser intervenções que prejudicariam o aspecto natural da vila – considerado muito positivo. Ou seja, houvesse dinheiro para expropriações a actual Rua Serrão Martins só teria a banda virada ao rio, a outra teria deixado de existir, permitindo uma visão panorâmica da linha de água ao longo de toda a via. Na proposta de reabilitação paisagística, é dada a maior importância às margens ribeirinhas, especificamente, podendo apenas lamentar-se que o proposto, aqui sim, não se tenha conseguido concretizar: “sendo justo e imprescindível procurar a valorização paisagística, naquilo que para o aglomerado o aspecto turístico pode interessar como garantia de expansão da economia local, não se pode deixar de prever o desaparecimento sistemático das construções da margem sul do troço actual da Estrada Nacional, de modo a que se venha a garantir ao longo desta, o miradouro natural sobre o Guadiana”⁴⁷².



Esta ideia era poderosa, do ponto de vista estético e patrimonial e tem sido precisamente uma das zonas que mais agredida foi ao longo destas três décadas, acabando por se tornar exactamente no contrário do que propunha este plano. Lamentável, por ser irreversível, e porque não se pôde assim concretizar o desiderato então proposto: “a valorização resultante [a que se devia ter feito...] é tanto mais importante, se nos lembrarmos que a linha de miradouro será unicamente interrompida pelo núcleo comercial principal da vila, e pelo edifício onde actualmente [até 1997]

⁴⁷² Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.59.

VILA DE MÉRTOLA
uma beleza paisagística extraordinária...
a visão geral exige rigor nos pormenores arquitectónicos,
e cuidados nas suas margens como recomendava o paisagista Ribeiro Telles



funciona o tribunal, e que no estudo se prevê destinado ao museu municipal, destinado a conter o imenso material arqueológico disperso ou perdido nas ruínas do castelo"⁴⁷³. Este «detalhe» de não querer tardozes e quintais viradas para o rio era de grande atenção ao valor patrimonial, mas como sempre tem acontecido as autoridades locais não se deram conta do valor paisagístico, e hoje como se conseguirá repor essa qualidade visual? Quanto custaria? Basta ir olhar esta rua que desce para o cais para se perceber o que isto significaria. No entanto, esta área poderá ser melhor, esteticamente, do que aquilo que hoje se vê, e penso que deve ser alvo de um processo de reabilitação e ordenamento que lhe dê mais qualidade. E estendendo essa atenção até junto da ponte do Guadiana, de modo a recuperar toda a margem direita do rio. Tal como seria útil que se deixassem de planejar escadinhas e escadórios vistosos para descer ao rio, criando elementos dissonantes numa época em que é evidente que se devem é remover os que por lá existem... Outro assunto a abordar mais à frente, quando chegarmos aos PGU's contemporâneos.

Retomemos o fio da meada. Como se pode imaginar que, por um lado, se queiram remover as construções da rua Afonso Costa e Serrão Martins, a tal via que deve servir de miradouro sobre o Guadiana, e depois se proponha encher a dita paisagem que se quer mostrar com instalações industriais? Não vejo qual é a lógica deste planeamento, mais a mais, volto a dizer, não só esta primeira ideia teria em muito beneficiado patrimonialmente a vila, como o espaço disponível na mesma margem em que se situa a vila de Mértola ser mais do que suficiente para poder englobar todas estas zonas, como aliás, desta vez pode dizer-se felizmente, se veio a fazer.



Celeiros da EPAC em Além Rio (à esquerda) e vários aspectos desta margem do Guadiana

Mas se a ilógica aqui é o que nos causa estranheza, o que nos deixa duvidosos, e mais uma vez perturbados com as consequências da inexistente investigação histórico patrimonial como preparação para este planeamento, é a afirmação seguinte:

⁴⁷³ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.60.

"prevendo-se o desaparecimento do pequeno núcleo residencial que aí se criou"!! Será por isto ser talvez uma prática corrente no chamado *planeamento urbano* que se sentiu tão premente a necessidade da Carta de Veneza e das suas derivadas ao longo da segunda metade do século XX? A remover-se algum imóvel seria seguramente a fábrica de moagem e armazém de cereais, que hoje aí ainda está, embora actualmente encerrada, e não o conjunto de casas tradicionais que aqui se situam, e de uma forma tão bem integrada. Mesmo assim, hoje nem essa proposta, para aquele equipamento industrial, me parece dever ser encarada (a este aspecto voltarei mais tarde). Além do valor plástico deste conjunto, ainda se pode levantar a questão social, já que "actualmente, a população aqui alojada é de 140 habitantes, distribuída por 38 fogos". Este grupo de pessoas, que foi originado pela actividade piscatória, e pela travessia de mercadorias em barcos e, depois, na famosa ponte barca, que aqui se instalou em tempos de maior dificuldade na travessia, como iria agora encarar a sua deslocação para a prevista zona B, já existindo a ponte, inaugurada precisamente neste ano, e ainda mais para ver o seu espaço ser ocupado por instalações de tipo industrial?

Mas o critério não é uniforme, repare-se: "Embora se não possa considerar o desaparecimento total da população residente, em virtude de se destinar a zona à implantação das instalações industriais que se constituirão e o apetrechamento do aglomerado, aquela que aqui ficará residindo resumir-se-á ao pequeno número de guardas, que não pode constituir um valor que seja de ponderar no funcionamento do apetrechamento colectivo do aglomerado"⁴⁷⁴. Mas em que tipo de instalações estaria o planificador a pensar para que tenham que ter guardas? Este raciocínio está a ser usado para Mértola? Parece-me que existe aqui algum desfasamento em relação às possibilidades de desenvolvimento económico que Mértola podia promover nesta época. Portanto, esta parcela do plano é tão irreal como os cálculos demográficos, e serão precisamente as mais contestadas pelas entidades governamentais a quem caberão os pareceres externos (a Câmara aprovou sem contestar, provavelmente ciente de que nada disto se viria a concretizar, e preocupada em dispor da planta para os loteamentos tão aguardados, na zona B!)

A perspectiva de abordagem a esta zona parece pressupor que toda ela dependia da existência da ponte barca, e como o estudo é feito antes da construção da nova ponte, mas já com esta em perspectiva, toda a reflexão se orienta em torno do impacto dessa

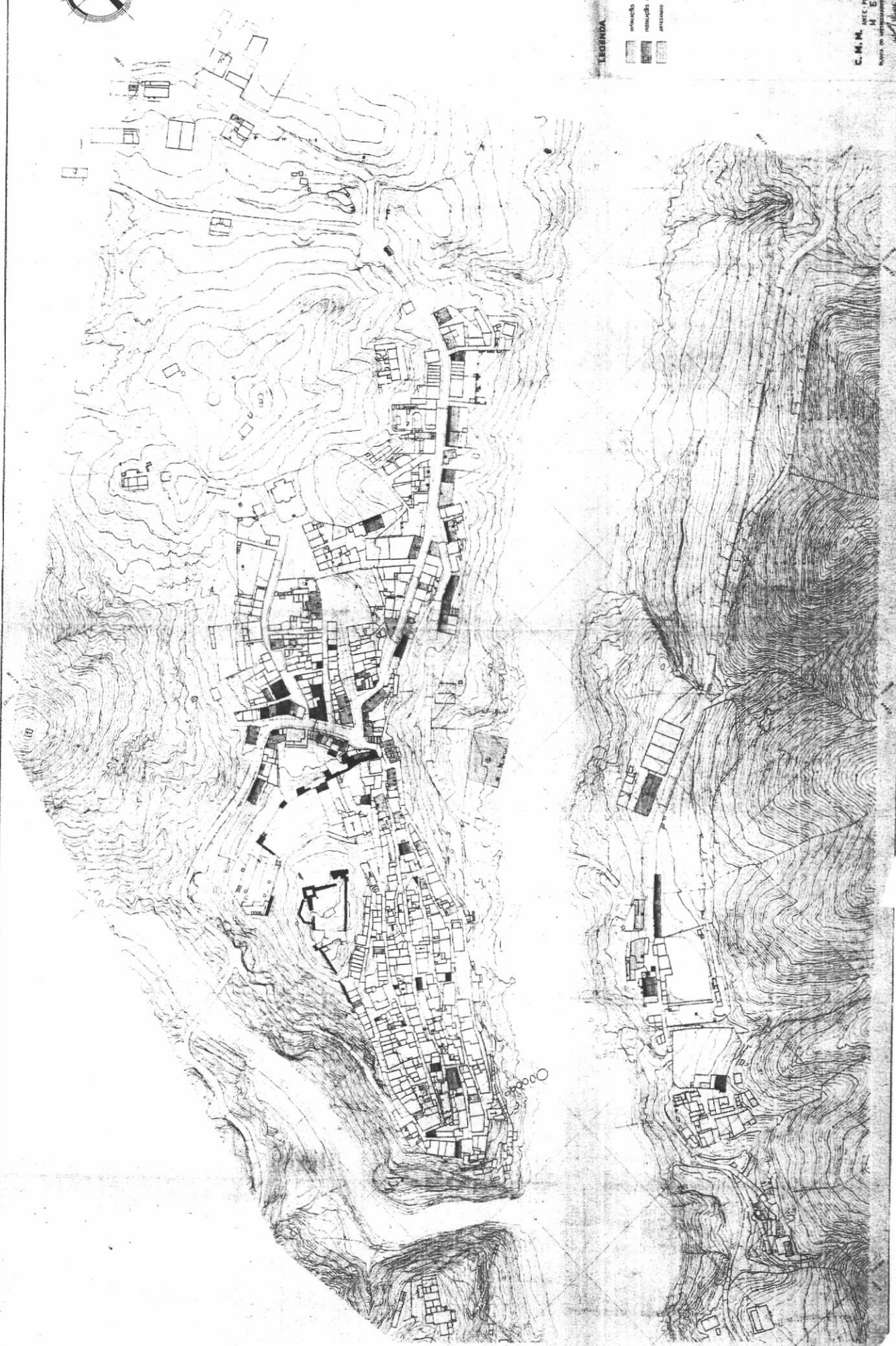
⁴⁷⁴ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.72.



LEGENDA

- 14 - MANTO DO 1.º POZO
- 15 - MANTO DO 2.º POZO
- 16 - MANTO DO 3.º POZO
- 17 - MANTO DO 4.º POZO
- 18 - MANTO DO 5.º POZO
- 19 - MANTO DO 6.º POZO
- 20 - MANTO DO 7.º POZO
- 21 - MANTO DO 8.º POZO
- 22 - MANTO DO 9.º POZO
- 23 - MANTO DO 10.º POZO
- 24 - MANTO DO 11.º POZO
- 25 - MANTO DO 12.º POZO
- 26 - MANTO DO 13.º POZO
- 27 - MANTO DO 14.º POZO
- 28 - MANTO DO 15.º POZO
- 29 - MANTO DO 16.º POZO
- 30 - MANTO DO 17.º POZO
- 31 - MANTO DO 18.º POZO
- 32 - MANTO DO 19.º POZO
- 33 - MANTO DO 20.º POZO
- 34 - MANTO DO 21.º POZO
- 35 - MANTO DO 22.º POZO
- 36 - MANTO DO 23.º POZO
- 37 - MANTO DO 24.º POZO
- 38 - MANTO DO 25.º POZO
- 39 - MANTO DO 26.º POZO
- 40 - MANTO DO 27.º POZO
- 41 - MANTO DO 28.º POZO
- 42 - MANTO DO 29.º POZO
- 43 - MANTO DO 30.º POZO
- 44 - MANTO DO 31.º POZO
- 45 - MANTO DO 32.º POZO
- 46 - MANTO DO 33.º POZO
- 47 - MANTO DO 34.º POZO
- 48 - MANTO DO 35.º POZO
- 49 - MANTO DO 36.º POZO
- 50 - MANTO DO 37.º POZO
- 51 - MANTO DO 38.º POZO
- 52 - MANTO DO 39.º POZO
- 53 - MANTO DO 40.º POZO
- 54 - MANTO DO 41.º POZO
- 55 - MANTO DO 42.º POZO
- 56 - MANTO DO 43.º POZO
- 57 - MANTO DO 44.º POZO
- 58 - MANTO DO 45.º POZO
- 59 - MANTO DO 46.º POZO
- 60 - MANTO DO 47.º POZO
- 61 - MANTO DO 48.º POZO
- 62 - MANTO DO 49.º POZO
- 63 - MANTO DO 50.º POZO
- 64 - MANTO DO 51.º POZO
- 65 - MANTO DO 52.º POZO
- 66 - MANTO DO 53.º POZO
- 67 - MANTO DO 54.º POZO
- 68 - MANTO DO 55.º POZO
- 69 - MANTO DO 56.º POZO
- 70 - MANTO DO 57.º POZO
- 71 - MANTO DO 58.º POZO
- 72 - MANTO DO 59.º POZO
- 73 - MANTO DO 60.º POZO
- 74 - MANTO DO 61.º POZO
- 75 - MANTO DO 62.º POZO
- 76 - MANTO DO 63.º POZO
- 77 - MANTO DO 64.º POZO
- 78 - MANTO DO 65.º POZO
- 79 - MANTO DO 66.º POZO
- 80 - MANTO DO 67.º POZO
- 81 - MANTO DO 68.º POZO
- 82 - MANTO DO 69.º POZO
- 83 - MANTO DO 70.º POZO
- 84 - MANTO DO 71.º POZO
- 85 - MANTO DO 72.º POZO
- 86 - MANTO DO 73.º POZO
- 87 - MANTO DO 74.º POZO
- 88 - MANTO DO 75.º POZO
- 89 - MANTO DO 76.º POZO
- 90 - MANTO DO 77.º POZO
- 91 - MANTO DO 78.º POZO
- 92 - MANTO DO 79.º POZO
- 93 - MANTO DO 80.º POZO
- 94 - MANTO DO 81.º POZO
- 95 - MANTO DO 82.º POZO
- 96 - MANTO DO 83.º POZO
- 97 - MANTO DO 84.º POZO
- 98 - MANTO DO 85.º POZO
- 99 - MANTO DO 86.º POZO
- 100 - MANTO DO 87.º POZO
- 101 - MANTO DO 88.º POZO
- 102 - MANTO DO 89.º POZO
- 103 - MANTO DO 90.º POZO
- 104 - MANTO DO 91.º POZO
- 105 - MANTO DO 92.º POZO
- 106 - MANTO DO 93.º POZO
- 107 - MANTO DO 94.º POZO
- 108 - MANTO DO 95.º POZO
- 109 - MANTO DO 96.º POZO
- 110 - MANTO DO 97.º POZO
- 111 - MANTO DO 98.º POZO
- 112 - MANTO DO 99.º POZO
- 113 - MANTO DO 100.º POZO

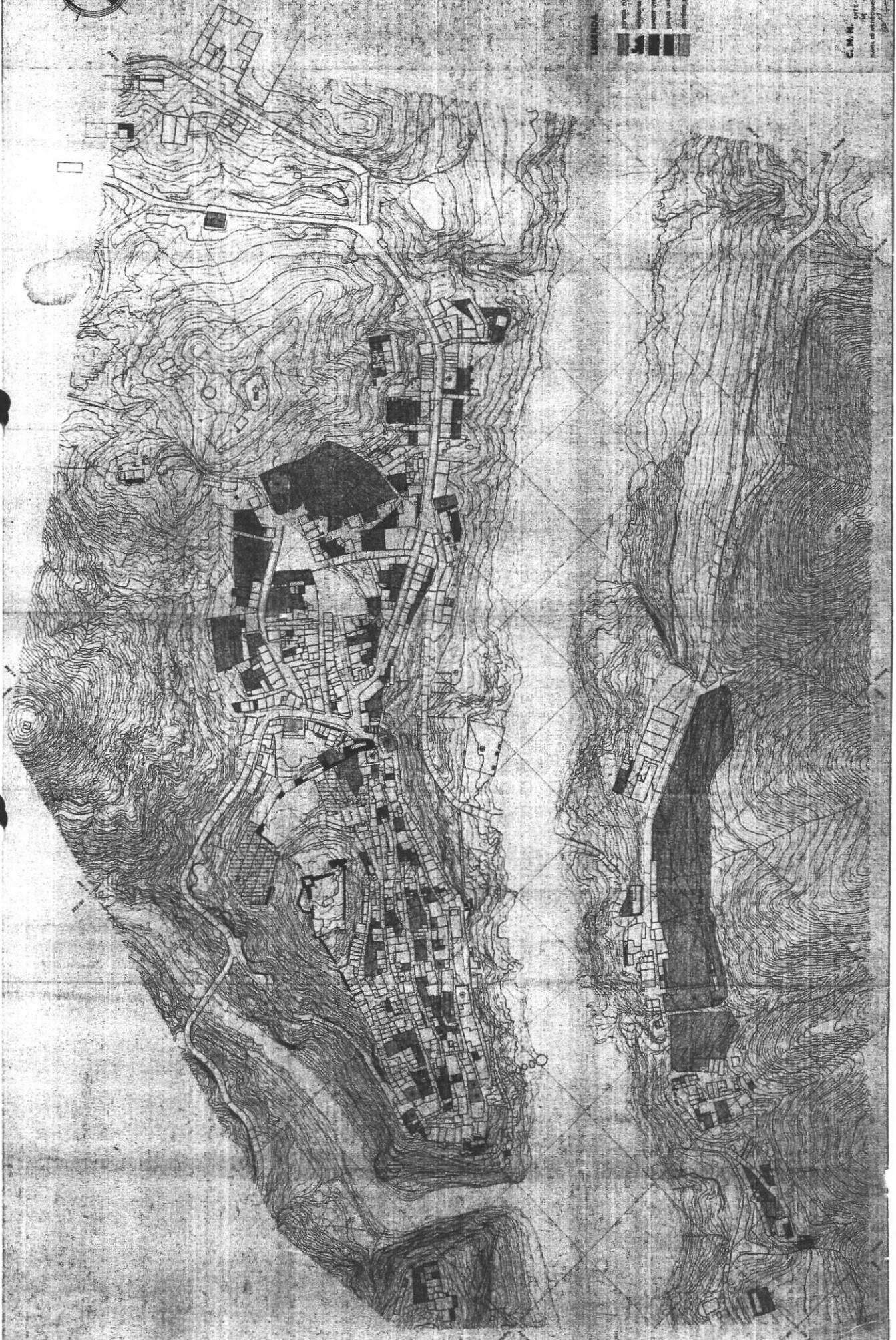
C. M. M. ANTE PLANO DE URBANIZAÇÃO DE
MERTOLA
PLANO DE URBANIZAÇÃO UTM. ESCALA 1:1000
1984



LEGENDA

- edificación
- terreno
- caminos
- ríos

C. M. M. INTC. PLANO DE UBICACION DE
N E R T O L A
Escala 1:1000
1945



LEGENDA

- strade (black & white) and strade (black)
- linee ferroviarie (black)
- fiumi (black)
- corsi d'acqua (black)
- laghi (black)
- paludi (black)
- stagni (black)
- stagni (black)
- stagni (black)
- stagni (black)

C. M. M.
1911 - 1912
Scale 1:50,000
Scale of projection 1:50,000
Scale of projection 1:50,000



LEGENDA
PROJ. DE ESTAD. NUTR.
SERV. DE PLANEJ. URB.
SERV. DE PLANEJ. URB.
SERV. DE PLANEJ. URB.
SERV. DE PLANEJ. URB.

**C.M.M. ANTE PLANO DE ORGANIZACAO DE
MERTOLA**
PLANO DE PLANEJ. URB.
ESCALA 1:1000
1974

construção: “Esta zona, que se encontra servida pelo troço da Estrada Nacional que fazia a ligação à Barca, e que com a construção da ponte não ficará com qualquer outra utilidade, destina-se a servir os empreendimentos, que de algum modo possam constituir prejuízo para a população por virtude do modo de funcionamento”⁴⁷⁵. Ora, precisamente a abertura de passagem fácil dava outras condições a esta zona, enquanto área residencial, tal como se veio e se está ainda a verificar, e onde podemos salientar a existência de apenas um edifício dissonante, o que é mais do que aquilo que se pode dizer da qualidade arquitectónica de alguns imóveis erguidos durante a expansão verificada na zona nova.

Um último detalhe relativo às questões paisagísticas referidas no relatório. Ela era assumida como uma parcela de relevo naquilo que hoje se designa genericamente como factores de qualidade de vida: “A situação da vila e as suas dimensões proporcionam aos habitantes o desfrute de uma paisagem sem necessidade de criação de «espaços verdes» interiores”⁴⁷⁶.

Respeitando a tipologia da vila, não se propõe mais do que “um ou outro grupo de árvores” em arranjos simples, só para dar sombras a largos com maior luminosidade solar. “Não terá cabimento qualquer plantação de árvores de alinhamento em renque contínuo ao longo das ruas. Nem a escala, nem o declive das ruas de Mértola justificaria qualquer procedimento”. Certas propostas modernas parecem ter esquecido este bom senso...

No que respeita ao casco histórico, existem neste texto algumas propostas. Para o castelo, um melhoramento paisagístico da sua envolvente: “Julgamos que o indispensável arranjo e enquadramento verde do Castelo será suficiente para criar uma zona de passeio e descanso para a vila, para além do aspecto turístico que a informa”⁴⁷⁷.

E mais ainda: “Deverá haver particular cuidado no enquadramento verde do Castelo, que convirá ser estudado ao pormenor, como de resto qualquer largo ou recanto da vila. Julgamos, a fim de não se afectar o recorte de Mértola, que em redor do Castelo apenas deverão existir alguns pequenos maciços de arvoredo ou de indivíduos

⁴⁷⁵ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.72.

⁴⁷⁶ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.73.

⁴⁷⁷ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.73.

isolados conscienciosamente distribuídos em harmonia com as torres e panos de muralha⁴⁷⁸.

Parece que não pertence ao mesmo documento que quer instalar construções industriais no Além-Rio... Muito curiosa, também, a premonição da futura existência de alguns elementos de espécies um pouco mais exóticas -“Uma ou outra palmeira isolada num adro ou miradouro será elemento exótico a considerar pela valorização que podemos ter no perfil da vila”⁴⁷⁹.

Em todo este processo, e por comparação com a complicação que foi o processo de contratação de uma equipa para elaborar o antepiano, seria talvez de salientar, pela inversa, a celeridade com que, resolvido finalmente o processo administrativo, se procedeu à execução do dossier técnico, parecendo até respeitar a deliberação tomada pela Vereação em 10 de Maio de 1957, que dava um prazo de cinco meses para a sua realização após a data de adjudicação (embora tenham aceite, depois, o pedido de adiamento de prazo, na reunião de 10 de Outubro do mesmo ano, por motivo de falta dos tais documentos que estavam na posse do arquitecto Modesto, sendo, por isso, prorrogado até Dezembro...). Nesse mesmo ano, em Novembro, a Câmara revoga umas quantas decisões que havia tomado em relação a determinados terrenos, porque, entretanto, Falcão e Cunha lhes assegurava que estes viriam a ter afectações distintas, alterações que, a não se verificarem, mais tarde poderiam custar indemnizações à Autarquia.

Tinha já feito referência, ao terminar a descrição do recambolesco processo de contratação, pela Câmara de Mértola, de uma equipa para elaborar este documento, que a 25 de Outubro de 1958, oito meses depois da sua entrega (e estava atrasado anos e a sua aprovação era urgente...), e ao terminar “o prazo de trinta dias para que qualquer munícipe pudesse apreciar o Ante-plano da Vila”, foi finalmente aprovado, em princípio, pela Vereação. Na mesma sessão foi igualmente decidido do seu envio

⁴⁷⁸ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.74.

⁴⁷⁹ Antepiano de Urbanização de Mértola, 1958, p.74. Este detalhe aqui referido é muito curioso, já que foi em resultado do plantio de uma de duas palmeiras no «adro» da Basilica Paleocristã, no Rossio do Carmo, que se descobriu, na cova aberta para a colocar, uma das mais importantes peças arqueológicas de Mértola, uma lápide funerária da Idade do Ferro, inscrita com caracteres da designada «escrita do Sudoeste Ibérico», vestígio de grande raridade! Foi uma escolha da paisagista Arq.ta Rosário Oliveira, também co-responsável pelo achado, ao desenhar os canteiros neste sitio exacto, um momento de coincidência feliz com o cuidado científico de, mesmo com a calçada já colocada, mesmo assim vigiar a colocação da árvore.

para aprovação superior, para então, de vez, recolhidos os pareceres, regressar a essa assembleia para aprovação definitiva e entrada em vigor.

Mas... apesar destas decisões parecerem condicionais, na mesma reunião, como se regista na acta oficial (por curiosidade, itens seguidos, o que ilustra a ordem da sua discussão), o Executivo municipal, no que respeita a terrenos para construção, delibera o seguinte: "Terrenos – Sua cedência: Considerando que o Ante-plano de Urbanização da Vila de Mértola está elaborado e já foi aprovado [recorde-se a leitura do parágrafo anterior] a Câmara por unanimidade deliberou que fossem estudados os talhões de terreno a pôr em praça com vista à ampliação da vila segundo o estudo feito. Deliberou ainda que fossem publicados editais elucidando o público de que as redes quer de iluminação quer de águas, quer de esgotos apenas seriam alargadas tendo em vista o estudo e projecto do antepiano". Onde foi que ficou o aprovado "em princípio" e os "pareceres das entidades"?

Finalmente, a 12 de Outubro de 1959, "foi submetida à apreciação do Conselho [Municipal] a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de dez de Setembro do corrente ano", e na sequência do facto de que "o seu autor prestou os esclarecimentos devidos sobre o prazo e área considerado nesse Ante-Plano", a Câmara "por unanimidade deliberou aprovar em definitivo esse plano tal como foi apresentado e cujas cópias já seguiram para as entidades superiores. Submetido à votação por unanimidade foi aprovado". Os pareceres, como é bom de salientar, não chegaram ainda.

OS PARECERES RELATIVOS AO ANTEPLANO

Sabendo-se como funcionam os nossos Serviços da Administração Central, ainda hoje em tantas situações, e sabendo-se como eram, no antigo regime político, ainda mais complexos e verticalizados, não admira dizer que este processo de aguardar por Parecer Superior tenha demorado mais de dois anos.

Este documento, emanado da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, funciona como um parecer final, uma espécie de síntese apreciativa, uma vez que, como se

escreve na sua página 2⁴⁸⁰, “neste parecer foram tomadas em consideração as informações prestadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, Junta Autónoma de Estradas e os pareceres da Câmara e Conselho municipais, sobre o antepiano apresentado”. Nesta descrição algumas parcelas desses outros documentos serão referidas, mas no essencial analisa-se o parecer da Comissão de Revisão da DGSU.

Este parecer, nalguns aspectos, tece considerações pouco abonatórias para o Plano. Embora à época essas coisas não se escrevessem claramente, ou seja, não há uma frase liminar que diga que o documento é tecnicamente defeituoso, a leitura geral que se faz permite concluir que o avaliador acha o Antepiano superficial em muitos aspectos. Aqui se dá conta, se bem que só dos aspectos relevantes à temática, do que ele exprime como visão da DGSU.

Considera o parecer como aspecto positivo a expansão da vila para a zona norte da EN 122 (como veio a suceder) ficando essa via a funcionar como espinha dorsal da localidade, mas devendo ser desviado o trânsito automóvel para uma variante (o que só parcelarmente se faz hoje em dia, uma vez que a verdadeira variante não foi ainda construída!).

Ao referir a análise que o Antepiano faz das características sociais e habitacionais do aglomerado, salientam-se duas ideias: a de que a Vila não tem diferenciação de classes por localização dos diferentes tipos de construção, e a conclusão de que, após uma análise dos edifícios como sendo regulares, se “demonstra o ambiente estacionário da Vila”. Qualquer destes textos, quer o do Antepiano, quer o do Parecer, deixam de lado dois aspectos do maior relevo. No primeiro dos casos, por parcelar visão da pessoa que os acompanhou em toda a visita que realizaram ou pela curta estadia que aí tenham feito, como já tinha referido, e no caso do autor do parecer, porque este quase que, seguramente, também não visitou a vila para confrontar no local os cenários que lhe estavam a ser apresentados pela equipa de Falcão e Cunha. Pois que a vila de Mértola, que nesta época (1958) é pouco mais do que a vila velha e o arrabalde, era claramente constituída por um cenário arquitectónico bi-polar, precisamente expressão de, até um passado muito recente à data do plano, ter tido

⁴⁸⁰ Em relação a este documento, que se trata de um dactilografado, não se farão as citações de rodapé exaustivamente, por parecer desnecessário. Esta documentação, alias, está apenas relativamente conservada, não possuindo classificadores, em dossiers organizados pelo Dr. Guilherme Machado, geógrafo de ambos os GTL's, e que teve a generosidade de me facilitar bem como todos os seus comentários relevantes de grande especialista de todas estas questões.

sempre, por detrás da sua estruturação urbana, dois grupos sociais e económicos claramente distintos; e a pobreza de muitas destas habitações teria que ser notória, em particular na zona da encosta poente, e esse facto deveria, aos autores do Anteplano ter sugerido medidas de intervenção municipal. E ao autor do Parecer claro, nenhum comentário motiva, pois que ele não conhecerá o local (em qualquer dos casos, uma situação estranha, ou porque se dá um parecer sobre uma realidade que se desconhece – portanto, como se detectam os erros? – ou, caso lá tenham ido, porque não referem essa falha no Anteplano...).

O parecer critica o facto de que em nenhuma das plantas entregues o autor indicar a existência da Igreja Matriz de Mértola, classificada como Monumento Nacional, e que, aliás, sofreu obras de restauro de grande importância no início da década de 50! Analisando estas plantas, pude ainda verificar que o Mercado Municipal figura numas e noutras não (mas como a DGEMN não se pronuncia sobre mercados municipais, este detalhe não é referido, apesar da zona ser entendida no Anteplano como fulcral em termos urbanísticos).

Também não passou despercebido à Comissão de Revisão da DGSU que os cálculos demográficos apresentados, que, supostamente, são relevantes em termos de urbanismo, serem, no caso do Anteplano de Mértola, completamente fantasiosos, já que é para eles claro que os autores deste instrumento e “na falta de elementos mais concretos, e em completa consciência da falibilidade do método empregado” cometeram grave erro de apreciação. E, acrescento, gastaram-se páginas com um cálculo que se sabe não ter nenhum rigor, aliás, veja-se o texto mais à frente sobre as revisões feitas em 1972, em que os mesmos admitem ter a curva demográfica feito um percurso completamente ao contrário das suas estimativas. No que às suas opções urbanísticas respeita, penso que seria mais sensato adoptar uma posição de crescimento da área urbana por melhoria das condições de vida de uma parcela dos seus habitantes, do que imaginar este salto demográfico... O Parecer da DGSU ainda salienta a contradição entre a análise das condições económicas, consideradas pela equipa que desenhou do Anteplano como frágeis e fracas, e, portanto, questiona o Parecer, aparentemente, “sem [capacidade de] intervenção humana conducente à melhoria das condições económicas do concelho ele não poderá sustentar esse acréscimo de população”. Como que a dizer que estes cálculos existiam para se poder argumentar que eram apresentados.... Mas a falta de elementos estatísticos fiáveis não justifica tudo! Já referi anteriormente que me parece inclusive que o urbanista, que

desenhou bem a expansão da localidade, terá ignorado estes cálculos, pois não me parece que estivesse a imaginar prédios de 5 pisos em cada lote.

No que aos elementos de paisagem respeita, considera-se correcto que o documento recomende “o restabelecimento desse equilíbrio através do repovoamento florestal e do estudo de uma zonagem agrícola do concelho, com reintegração do aspecto paisagístico”. Destaca a facto de que este esforço de recuperação do coberto florestal pudesse contribuir para gerar postos de trabalho e micro actividades agro-industriais, mas a verdade é que tal cenário só veio a verificar-se largos anos depois do 25 de Abril, após a chegada dos Fundos Comunitários da União Europeia e com o dinamismo dos agentes do projecto de desenvolvimento local.

No que respeita à história, refere o Parecer que é correcto o destaque dado ao potencial desta localidade em termos da sua herança patrimonial, tendo ainda a “importância que lhe possibilitou a grandeza passada”. À data, realmente, não existiam dados concretos para dizer muito mais, mas é interessante esta ressalva, se bem que nem em todos os aspectos do plano ela seja tida em consideração. Não deixa de salientar que o Antepiano contem a descrição da presente situação urbana da localidade (idêntica à forma como ela chegou ao início dos anos oitenta do século XX), ou seja, claramente dividida em zona histórica e moderna zona de expansão, esta, aliás, na sequência do natural crescimento do antigo arrabalde na única frente terrestre viável nesta localidade, que se estruturou, ao longo dos séculos, em cima de um rochedo ladeado por duas linhas de água.

A Comissão de Revisão reconhece que é visível que “em todo o inquérito e na análise apresentada os autores mostram o interesse que puseram no estudo das realidades humanas que interessam ao aglomerado, e às suas condições de existência, dando sugestões que se julgam criteriosas, para a solução dos graves problemas que actualmente a enfermam”. Sem contestar que isto é verdade, é bom que se saliente que as soluções apresentadas no Antepiano, para além das questões urbanísticas concretas, não têm qualquer substância, uma vez que não apresentam qualquer sugestão prática para as concretizar. Poderá argumentar-se que não era esse o propósito desse Antepiano, e que foi até um acréscimo que tenham abordado tais temáticas. De acordo. Mas tal não invalida que se diga, também, que não passaram das boas intenções...

Esta mesma atitude é tomada no que respeita à questão da remodelação do aglomerado existente, e particularmente quanto à tal proposta de retirar a população do Além-rio e da Zona C, os autores do Relatório, mais sensatos, julgam “de difícil realização a deslocação prevista das populações que actualmente ocupam estas duas últimas células”.

No mesmo tom, em tantos outros aspectos, prossegue este documento. Por exemplo, critica a muita atenção dada a certas generalidades em vez de se ter investido no detalhe de certos elementos técnicos considerados vitais. Leia-se o que escrevem: “(...) na medida em que o inquérito é fértil em pormenores que informam os aspectos anteriores, apresenta lacunas no que se refere ao apetrechamento urbano pois não se refere explicitamente às instalações de interesse público ou colectivo existentes, na sua particularidade, nem estabelece as necessidades do aglomerado em relação a este aspecto. Também não se encontra, através da Memória do Anteplano, informação sobre as condições de funcionamento actual das redes de distribuição, do estudo e condições dos arruamentos existentes, etc.. Igualmente não se refere o anteplano à qualidade e frequência dos meios de transporte”. E mais...

Referindo-se ao Programa e Solução sugeridos pela equipa de Falcão e Cunha, o Parecer continua no mesmo registo: “Mostrando-se o inquérito insuficiente no que se refere ao apetrechamento urbano, também não estabelece o autor as respectivas necessidades nesse capítulo. (...) não apresenta um cálculo de áreas necessárias à sua expansão, método que, conduzindo a resultados idênticos, não segue a linha usual de execução, mas que se julga poder ser aceite em princípio”. É portanto um Anteplano pouco plano.... Mais antevago...

Nem tudo claro é superficial, parece-me inclusive que, apesar de pouco profundo na análise técnica (ou usando metodologias duvidosas...), no geral o Anteplano tem uma reflexão estratégica sobre a localidade que, com uma excepção grave, me parece de todo correcta. A deficiência seria mais, então, da operacionalidade deste documento enquanto instrumento de gestão municipal. Assim, a DGSU ressalva também a proposta de transformar a EN122 em rua municipal, com a execução da variante, a funcionar então em pleno como eixo comercial da localidade [ainda à espera de concretização integral, como já salientei]. É também destacado, como facto positivo, o facto que este documento “promove a valorização paisagística do núcleo velho, para garantia do seu interesse turístico, e prevê a eliminação das construções do lado Sul da EN122, sobre a margem direita do Guadiana, de modo a garantir, ao longo desta,

um miradouro natural sobre o rio”. Esta proposta, quase que me apetece dizer, a melhor de todo o Antepiano, lamentavelmente não se veio a concretizar. Os quintais, feios e sucitados, que Ribeiro Telles e os outros paisagistas queriam evitar, aí estão, viçosos, no lugar de bela vegetação... Um aspecto que veio a ganhar a maior importância, porque, como estes planos nunca se efectivaram até aos anos 80, esta via, no seu correcto ordenamento, sofreu particularmente, e aí se concentram as maiores diversidades (inestéticas algumas) arquitectónicas e o menor ordenamento, onde se destaca a reduzidíssima largura dos passeios, a falta de largura na faixa de rodagem, e que levariam, à data deste parecer, ainda décadas para começar a ser corrigidas (apenas nos últimos anos do século XX, e ainda a aguardar a execução do Projecto do Eixo Comercial).

Já que se refere o rio, diga-se que, genericamente, e em termos da proposta apresentada, veio a pronunciar-se a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, afirmando “nada ter a objectar, do ponto de vista que lhe respeita, ao trabalho em causa”. No entanto, também ela, na pessoa do Engenheiro Director Geral, Manuel Rafael Amaro da Costa, concorda ter este documento “um carácter muito geral”, pelo que “entende que deve ser consultada sempre que se venha a concretizar a realização de algumas das suas obras que interfira com a jurisdição destes Serviços”⁴⁸¹.

Regressando à questão da variante à EN122, chama-se a atenção para o facto de esta passar muito próximo à zona de expansão. Foi a própria JAE (Junta Autónoma de Estradas), que então superentendia à construção e manutenção das vias rodoviárias, que levantou a questão do traçado, embora igualmente concordando com o grande interesse nesta alteração.

O que é interessante também constatar, é o tempo que certas opções estratégicas têm levado a concretizar-se, mas que, dados os relevantes constrangimentos topográficos, continuam ainda de pé, pois que o cenário geográfico não permite muitas alternativas, e, portanto, certos elementos propostos continuam a fazer falta. Se bem que não executada ainda, esta variante tem hoje um traçado muito mais largo. Mas, e tal como se refere no Antepiano e no Parecer que aqui estamos a citar “foi prevista admitindo o aproveitamento da actual ponte sobre o rio Oeiras, afluente do Guadiana, e poderá para isso sofrer ali modificação maior”. Esta questão ainda hoje se discute, e é certo que uma solução de variante só poderá ser importante se se construir outra ponte,

⁴⁸¹ DGSH, Ofício 1088, de 6 de Abril de 1959.

mais a montante da ribeira, e integrando toda esta área da vertente noroeste como paisagem cultural no projecto de dinamização turística da localidade. Acresce que tal facto poderá permitir uma melhor gestão da entrada na vila velha pela via oeste, paralela à ribeira, alteração a meu ver fulcral para uma correcta gestão do tráfego no centro histórico. Mas esse é um aspecto a abordar num capítulo específico. O Parecer destaca que, provavelmente, esta nova via de atravessamento do vale do Oeiras “a fazer-se, deverá ainda demorar muitos anos, mas convém já ficar prevista”.

Analisando a capítulo dos arruamentos, os redactores do parecer estão satisfeitos: “Julga-se o esquema previsto capaz de satisfazer as necessidades do aglomerado no futuro”, (...) apenas se julga necessário, conforme parecer da DGEMN prever «caminho para circulação em volta do Castelo». De facto, em ofício de 11 de Fevereiro de 1959, a DGEMN fez saber à DGSU que “parece conveniente que seja previsto caminho para circulação em volta do Castelo completando-se a circulação indicada na planta de circulações”. E acrescenta que, a ser feito arranjo paisagístico na sua envolvente, que este deve ser submetido à sua consideração. Bem, quanto isso, e como ainda nada se fez até hoje, esteve bem descansada. O Engenheiro Director Geral, Gomes da Silva, termina o seu parecer salientando que a Igreja Matriz da vila, que é Monumento Nacional, não vem referida como tal nas plantas apresentadas.

No que se refere à questão da densidade habitacional, deve antes de mais dizer-se que nesta época, este aspecto tinha muito relevo no Antepiano, e no possível destino urbanístico e patrimonial das áreas mais antigas da vila de Mértola. É interessante que, apesar de no início do seu relatório, a Comissão de Revisão criticar os cálculos, não aprofundar, na análise sectorial, esta questão. Por um lado, não lhe desperta qualquer repulsa que o plano proponha a eliminação integral do núcleo habitacional de Além-rio, como se essa parcela da vila histórica não tivesse qualquer importância social e cultural. Depois, que o facto de a zona velha do aglomerado permanecer, de acordo com o Antepiano sem aumento demográfico previsto, nas condições actuais, não sofre mais reparos do que dizerem que “os ambientes [da zona antiga e da zona nova] serão nitidamente diferenciados na orgânica e no tipo de construção adoptada”, o que, aliás, é, era, uma evidência salientar. O que deveria ser alvo de uma chamada de atenção seria o facto de que, provavelmente, o núcleo histórico vir a sofrer uma quebra demográfica. Se a Comissão criticava os cálculos e achava que estes eram exageradamente positivos, mas no entanto concordava com a abertura de uma nova zona de 110 hab/h, quer dizer que uma parte desta nova ocupação seria feita com

habitantes da parte histórica à procura de novas condições de habitabilidade, como, aliás, também é referido no Parecer. Peca assim por lhe faltar uma chamada de atenção para a necessidade de prever medidas de salvaguarda do seu conjunto edificado, já que, nisso todos concordavam, o potencial turístico da localidade era reconhecido já nos anos 50.

Sobre o tipo de zonamento referido na proposta de ordenamento municipal, o relator da DGSU salienta que o plano não tem propriamente zonas, mas sim células habitacionais (metodologia que depois de 1974 será completamente alterada), frisando que faltam peças desenhadas que explicitem onde se situa objectivamente uma das zonas industriais referidas na «Memória» do Antepiano, que apenas diz que será para artesanato. A outra, situada na margem esquerda do Guadiana, mais uma vez não merece qualquer comentário apesar de, mais uma vez saliento, ser uma opção completamente contraditória com a proposta paisagística e de aproveitamento turístico que consta da parcela paisagística, e mesmo da geral, da «Memória» deste Antepiano.

Voltando às palavras da Comissão de Revisão. Prosseguem salientando que Falcão e Cunha não consideraram necessário “prever zonas de construção habitacional diferenciada, por ter reconhecido a não diferenciação nas zonas existentes” – mais uma vez saliento que estes elementos também não devem ter jamais visitado a localidade pois uma das coisas que se salienta de imediato numa primeira observação é de que ela era composta por duas zonas arquitectónicas (sociais...) completamente distintas, e que será por esta época que começará a ocupação, por parte de famílias de menos meios, de parcelas das casas das famílias mais abastadas, situadas na zona baixa da localidade. Mas este facto, que abordaremos com algum detalhe noutro capítulo, não invalidava que se constatasse da existência de dois grupos sociais em presença, e que, portanto, as expectativas quanto ao desenvolvimento de habitação na zona de expansão não poderia ser idêntico, já que – e aliás como veio a suceder – uma parcela seria para habitação social e/ou cooperativa, e outra, para famílias de maiores posses, para construção de habitação própria, eventualmente até com dimensões consideráveis.

A Comissão, apesar de tudo, aponta lacunas ao nível do rigor, com a linguagem «polida» que a época exigia: “Em todo o antepiano apresentado se nota um cuidadoso estudo dos vários problemas que interessam à vida do aglomerado, e pena é que, na concretização das soluções o antepiano apresente uma linha de sistematização que

se afasta bastante das convenções normalmente usadas entre nós. O autor deu ao estudo uma característica de plano director, sem definição de pormenor, que, embora na prática não se veja normalmente realizar [nos planos de urbanização], serve de base a uma programação das necessidades, e orientação de realizações, que aqui não se vêm concretizados”. De certa forma, e não querendo, de qualquer modo, pôr em causa a boa-fé dos técnicos que elaboraram esta proposta, creio que faltaram reuniões, ou instruções mais detalhadas, que a equipa não solicitou, e que a DGSU, ou a lei não especificavam, que obviassem a estas diferenças metodológicas. Esta falta de uniformidade de critérios, quer na recolha de informações e tratamento dos dados, quer nas soluções de apresentação das propostas, conduziram, e certamente que o caso de Mértola não terá sido o único, a documentos com pouco utilidade concreta para os municípios em termos da gestão diária dos seus territórios urbanos principais.

Quanto à criação de um novo centro administrativo, “embora mal definida e de muito difícil leitura nos desenhos apresentados, julga-se a orientação seguida aceitável como base para um estudo mais pormenorizado do assunto”, refere o Relatório. Este comentário parece um pouco estranho já que esta nova zona possuía um desenho de pormenor bastante detalhado (a cópia que vi, em meados dos anos noventa, na Câmara de Mértola, não se consegue localizar actualmente, por razões também não bem esclarecidas. Infelizmente, não fiz logo dela cópia na altura...), em que se explicava a lógica estratégica que esta troca representava, ao trazer-se a Câmara Municipal para esta zona, conjuntamente com o Tribunal e outras Repartições Públicas. Esta proposta não se concretizará, já que a opção do Urbanista Fernando Varanda – que se encarregará do planeamento urbanístico desde 1974 até à actualidade – foi, no início, contrária a esta localização. Ela está, apenas executada parcialmente, já que o Tribunal, Conservatórias do Registo e Cartório Notarial já aqui foram instalados, no final dos anos 90, mas faltaria, para completar o desenho dos anos 50, transferir os Serviços Camarários (com ou sem a sede institucional) – no entanto, esta solução, de todo o Antepiano, e no que se refere aos aspectos de zonamento, é a mais coerente, e não colhe a crítica feita pelo Arquitecto Fernando Varanda de que esta zona é excêntrica face à circulação na vila, pois que, se excluirmos a Avenida Aureliano Mira Fernandes, que aliás, é uma plataforma artificial, e hoje completamente ocupada por edifícios privados, em Mértola, por uma questão da geografia do sítio, todas as áreas são excêntricas! Mais recentemente pareceu

existir um retomar desta ideia, mas deixemos essa questão para quando se abordar o planeamento na actualidade⁴⁸².

Sobre as Instalações de Interesse Público, nova crítica: "Não tendo sido feita uma conveniente análise às instalações de interesse público existentes, o autor também não estabelece uma programação definida para as instalações a prever para complemento do apetrechamento urbano do aglomerado. Assim, mesmo os edifícios previstos indicados na planta 10, carecem de justificação, pelo que se considera o Antepiano apresentado muito incompleto neste aspecto".

Mais uma vez, avança a DGSU para uma crítica à superficialidade da proposta – não admira que este Antepiano pouco tenha sido seguido... -, uma vez que Falcão e Cunha não estabelece fases de realização, nem estuda as bases financeiras para a efectivação das obras planeadas. (...) As próprias características do estudo apresentado, tornam difícil prever a forma de realizar um plano, de certo modo ambicioso, numa vila em que o próprio autor reconhece que os recursos financeiros não são abundantes". E daí a questão de o Antepiano ser pouco específico ainda se tornar mais acutilante... Por isso, adianta a Comissão de Revisão, "seria de toda a utilidade estabelecer, desde já, um plano de fases de realização em que se entrasse em linha de conta não só com as possibilidades económicas do município, mas também com a eventual quebra do acréscimo populacional previsto, de modo a não prejudicar a realização parcial de uma visão demasiado grandiosa mas irrealizável". E frisam: "o estabelecimento de fases de realização tem uma importância demasiado grande para ficar esquecido"!

Se tudo isto não fosse já suficiente para esclarecer a opinião que a Comissão da DGSU tinha sobre este documento, que dizer então quando, laconicamente, escreve, logo na primeira frase do capítulo referente ao regulamento, isto: "Não apresenta o autor qualquer regulamento ou esboço de regulamento aplicável ao antepiano apresentado". Nem um esboço sequer! Embora estejam de acordo que a vila, pelo seu ambiente urbanístico à data, não seja um local a exigir, de forma premente, uma estratificação muito minuciosa, e que está de acordo com a metodologia da equipa planificadora de não definir zonas habitacionais diferenciadas, mesmo assim, "o

⁴⁸² A questão da construção da nova sede municipal, que afinal a presente administração não pretende seguir, é uma das construções estruturantes mais relevantes da evolução urbana de Mértola, e o aspecto fulcral para a efectiva concretização de um centro histórico de elevada qualidade. Como se refere, é um assunto ao qual voltaremos com grande detalhe posteriormente.

regulamento deverá ser estudado de modo a obter-se esse condicionamento com o qual se concorda em face do ambiente geral do aglomerado”.

Mas as críticas ainda não terminam por aqui, pois que, nas considerações de ordem geral, se diz que “o antepiano apresentado oferece duas facetas distintas que se contradizem na sua generalidade. [No caso do inquérito, ele] oferece informes sobre as actividades gerais não só do aglomerado, mas de todo o concelho (...) Na análise desse inquérito estabelecem-se premissas inteligente e criteriosamente deduzidas desses elementos, estudam-se profundamente os ambientes social e económico do concelho e da Vila. Os Autores excedem-se na solução dos graves problemas que ameaçam a economia e a vida local, sugerindo a forma de resolver esses mesmos problemas”. Daí um rasgado elogio (será como forma de compensação?...): “em relação a esta fase, (...) o antepiano apresentado excede a normalidade, e merece o louvor pelo interesse que os autores demonstraram no seu estudo”. Mas, claro, como o contrato estabelecia, e como era interesse da DGSU, o que se pretendia era um plano técnico e não uma análise económico-social do concelho! Como se disse antes, um documento que tinha mais aspecto de ser um Plano Director. Por isso, era inevitável que escrevesse que, sobre “o antepiano propriamente dito [este] apresenta-se muito incompleto, confuso e fora da linha convencional de apresentação com elementos de difícil leitura”. E rematam: “tendo todo o estudo um carácter de esboço orientador mais próprio de um esboço do que de um antepiano”. Que se pode concluir destas palavras?

Mas, bem à portuguesa, é claro que este documento não foi carimbado com um «Rejeitado». Como sempre, vai de volta para se fazerem umas alterações. E, concerteza para salvaguardar interesses manifestos da Autarquia, dado o atraso com que vai esta aprovação, permite-se que este documento seja semi-aprovado! Dessa forma, nas conclusões do Relatório, assinala-se que “o antepiano da Vila de Mértola encontra-se em condições de servir de base ao desenvolvimento do aglomerado a que se refere desde que seja completado nos seguintes aspectos (refiro apenas os títulos, o resto foi já descrito no texto):

- Apetrechamento urbano;
- Zonamento;
- Regulamento;
- Fases de realização;
- Atender aos pareceres da JAE e da DGEMN;
- Serviços públicos;

- Escolas;
- Feira”.

Ou seja, como se pode concluir, faltava um conjunto considerável de elementos técnicos, a que a DGSU não deixou de dar destaque. Para além das ressalvas feitas a certos conteúdos do Antepiano, ainda faltam todos estes elementos. Portanto, como poderia estar em condições de servir de base ao desenvolvimento do aglomerado? Simples. Começou tudo a ficar fora dos sítios previstos. Mas antes de avançarmos com a descrição desses factos, completemos a tramitação do documento.

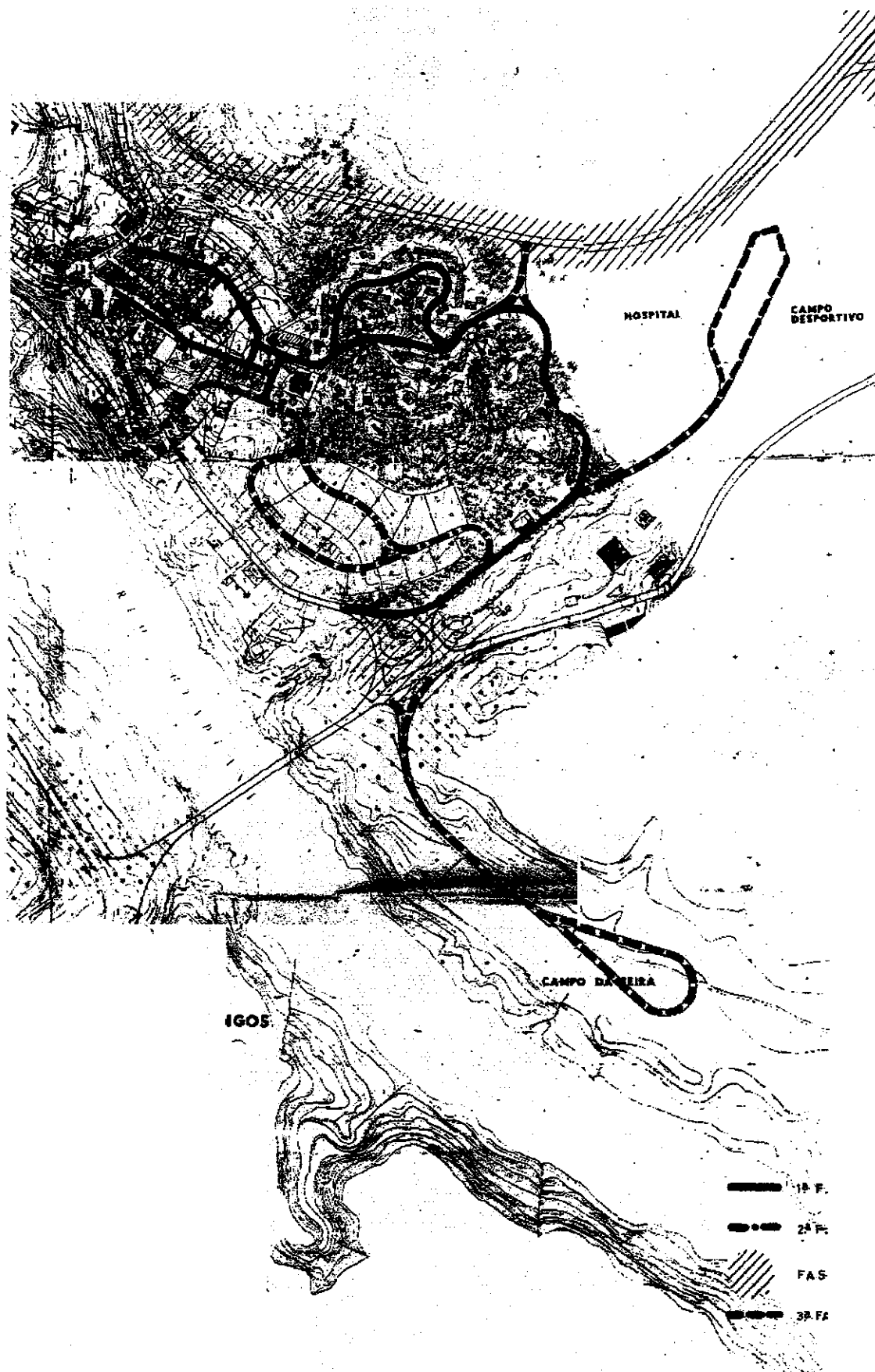
Quando este documento foi enviado ao Concelho Superior de Obras Públicas – última etapa antes de ser ou não homologado -, a apreciação dos Conselheiros não foi muito distinta desta. O parecer, cujo relator foi Raul Américo Maçãs Fernandes, em nome da 1ª Subsecção da 3ª Secção, foi aprovado, em 31 de Janeiro de 1961, pela unanimidade dos vogais presentes (11, incluindo o relator), e assinado pelo mesmo, em nome do Presidente deste departamento, Viriato de Noronha de Castro Cabrita, para ser enviado ao Ministro das Obras Públicas.

Em síntese, esta Apreciação destacava que os autores do Antepiano, em vez de se debruçarem sobre o detalhe técnico do planeamento urbanístico, “apresentam um estudo mais propriamente para poderem sugerir os trabalhos de conjunto a realizar, do que para indicarem soluções de pormenor a tomar em consideração no arranjo urbanístico da vila, que é, afinal, um dos objectivos principais a alcançar com a elaboração dos antepianos de urbanização”⁴⁸³. Ou seja, em palavras mais directas, o estudo passou ao lado daquilo que efectivamente deveria ser...

Apesar do esforço de compreensão do território e do clima – que seriam aqui elementos complementares para ter uma ideia geral da pressão demográfica ou do tipo de construções a recomendar – “faltou-lhes, porém, recolher elementos relativos às condições em que estão instaladas a Câmara Municipal, as repartições públicas, as escolas e ainda quaisquer outros organismos de interesse público existentes, para se poder apreciar o grau de necessidade de novas instalações; ao valor aproximado das alterações preconizadas nas zonas habitacionais existentes como o saneamento dessas unidades para se avaliarem as possibilidades de execução por fases; e ainda às condições de funcionamento das redes de abastecimento de águas e de esgotos –

⁴⁸³ Este parecer do CSOP é o documento que se cita nos parágrafos seguintes.

Planta da proposta para as principais vias de circulação da zona do arrabalde e de expansão - em 3 fases. Antepiano de Urbanização de Mértola.



problemas que o Conselho considera – necessitem de solução imediata. Faltou-lhes, ainda, considerar os meios colectivos de comunicação de que dispõe o aglomerado”.

Face a isto, e nas propostas de análise e solução, o CSOP considera:

- em termos demográficos, e porque “o processo seguido pelos Autores para o cálculo da população a fixar em 1990 (...) não é o habitualmente usado e conduziu-os a números que o Conselho considera exagerados”, não se considera necessário prever uma área de expansão tão grande como aquela que o antepiano recomenda; e por isso recomenda que “não será de estabelecer (...) senão uma modesta expansão conjugada com o conveniente complemento das unidades existentes que o permitam”.

- que, em termos do parque habitacional existente, e por não haver necessidade de grandes alargamentos, também se desaconselhavam as demolições junto da Estrada Nacional 122, uma vez que “o Conselho entende – como já o tem manifestado em pareceres sobre casos análogos – que apenas se deverão prever alterações bem justificadas pela necessidade de melhoria das condições de salubridade e sem exigirem esforços económicos inoportáveis para as condições financeiras locais, como seria o caso das demolições previstas”.

Esta proposta é, sem dúvida alguma, criteriosa, pois que, no caso de Mértola, a questão era meramente estética e não de condições de habitabilidade, se bem que seja pena, para a feição da vila, os mamarrachos e os quintais desmazelados que compõem esta «fachada» sobre o rio neste troço da 122. E propor demolições, transferências de um bairro inteiro e uma expansão desmesurada da área urbana eram tudo contradições com a situação demográfica e económica do concelho, mesmo que a fase mais depressiva não tivesse ainda começado.

E já que achava necessária apenas uma menor expansão do que a recomendada no antepiano, o CSOP, coerentemente, sugere que, nesse caso, fosse “eliminando toda aquela faixa voltada a norte [da zona de expansão], cujas casas não receberão o sol”.

Criticam ainda a falta de pormenorização da zona do centro cívico, ao nível do projecto, bem como a falta de indicação de localizações de edifícios de interesse público, e “como exemplo desta deficiência aponta-se o não ter sido feita referência à *localização do novo edifício hospitalar que ali terá de ser construído para substituição do actual*, que não tem as mínimas condições para servir como tal mesmo

modestamente”, situação mais grave de não constar no antepiano quanto “a sua localização [anterior ao antepiano] já estava aprovada superiormente e ficou prejudicada pela construção da nova ponte sobre o rio Guadiana”⁴⁸⁴.

Igualmente no que respeita aos arruamentos, e como acham a área de expansão exagerada, mais uma vez de forma coerente, sugerem que se altere “o traçado dos arruamentos por forma a evitar declives excessivos”. Este aspecto acabou por não ser corrigido, e o plano dos anos oitenta considerou, embora de forma mais sofisticada, igual ocupação das colinas da fachada norte da vila.

Criticam, tal como a DGSU já havia feito, a falta de regulamento, referido como imprescindível, e não se apresentar, nesse documento, qualquer faseamento da execução das propostas.

Claro que o desfecho final não poderia ser muito diferente deste: o CSOP “é de parecer que o antepiano de urbanização da vila de Mértola deve ser revisto e completado de harmonia com as observações feitas no corpo desta consulta”.

Apesar de longa caminhada⁴⁸⁵, este processo termina de forma inconclusiva uma etapa que era vital, e o executivo autárquico, já tão pressionado pelos interesses particulares (mesmo sem serem em grande número, eles existiam) continuará sem dispor do documento regulador que tanto ambicionava.

O Despacho Ministerial dá, apesar das críticas, a sua homologação à proposta, “frisando porém o seguinte:

- Deve a DGSU promover a rápida elaboração de um pequeno estudo, apoiado nas directrizes gerais do trabalho apreciado que não são condenadas no presente parecer, com a envergadura necessária para que não continuem entravadas por falta de plano de urbanização as iniciativas locais em matéria de novas edificações.

⁴⁸⁴ Diga-se, pela elucidar os leitores deste texto, que esse novo hospital (o Centro de Saúde, na realidade), só veio a ser construído após o 25 de Abril, lamentavelmente destruindo uma zona arqueológica relevante! Foi no que deu nada se ter feito para corresponder às exigências destacadas por este parecer.

⁴⁸⁵ Todos estes elementos (Parecer nº 16 da Comissão de Revisão e 3045 do Concelho Superior de Obras Públicas, ofício 1472 de 11.2.59, da DGEMN, ofício 1088 de 6 de Abril de 1959 da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Despacho Ministerial relativo ao Parecer 3045, de 9 de Fevereiro de 1961) foram enviados para Mértola por Nazareth de Oliveira, em 23 de Fevereiro de 1961, como se lê no ofício que os acompanhou.

- O que fica recomendado considera-se aplicável, designadamente, às pretensões das entidades particulares mencionadas no texto do parecer e que é necessário esclarecer rapidamente.
- Recomento urgência na revisão do estudo apresentado”.

Assina Arantes e Oliveira, personagem político e técnico muito apreciado em Mértola por ter sido ele quem promoveu a construção da ponte sobre o Guadiana, tendo até o Executivo Municipal expresso em Acta o desejo de que a ponte viesse a ter o seu nome. Mesmo assim, e dada a situação específica de Mértola – um pequeno concelho rural e pobre do interior do Alentejo - e a pouca especificidade de todos estes elementos em conjunto, parece que a situação pouco evoluiu, pelo menos da forma como o Ministro aqui exprimiu ser seu desejo.

Efectivamente, estas recomendações, tanto quanto é possível concluir, não tiveram efeito prático. E ao não terem sido concretizadas, e face às críticas generalizadas de que o Antepiano era pouco rigoroso, levaram o executivo local a agir como se este documento não estivesse efectivo. Ou pelo menos, só o estando em parte. O que permitia alguma avaliação casuística das solicitações que os particulares iam fazendo chegar à Câmara, mesmo se os Serviços de Beja da DGSU manifestaram desde logo a continuidade do seu auxilio ao Município nas suas decisões enquanto não se procedesse às correcções recomendadas.

O Estado, apesar de todas estas delongas, não deixou de ressarcir o Município do quantitativo devido pela realização deste documento técnico. Na Sessão de Câmara de 27 de Fevereiro é apresentado o Ofício 652 (Proc.º U-516), de 13 de Fevereiro de 1961, da DGSU, comunicando a autorização ministerial de pagamento, à Câmara Municipal de Mértola, de “uma comparticipação pelo Fundo de Desemprego na importância de dois mil duzentos e oitenta escudos para o antepiano de urbanização de Mértola”. O Executivo, ciente da necessidade de o documento ter uma aprovação completa, num futuro não muito distante, de imediato procura sanar os problemas que nele haviam sido destacados pelos avaliadores. Mais uma vez, é na pessoa do Presidente que recai essa responsabilidade. Por isso, este envia de imediato uma carta ao urbanista, fazendo-lhe chegar todos estes elementos. Esta missiva ficou registada com a data de 28 de Fevereiro (dia imediato ao da Sessão de Câmara, e 5 dias apenas depois de ter recebido a documentação da DGSU) demonstrando-se, desse modo, o grande empenho da autarquia, pouco correspondido, infelizmente, como se verá... A 7 de Abril desse ano de 1961, em novo ofício, desabafava:

“Aproveito para informar V. Ex.^a que esta Câmara estranha bastante não ter recebido ainda qualquer resposta ao nosso ofício nº348, datado de 28 de Fevereiro p.p., em que dávamos conhecimento de ter o Antepiano de Urbanização da Vila baixado a este Município. Dada a urgência que o assunto requer e a fim de serem resolvidos os problemas resultantes da remessa do antepiano a esta Câmara, rogo a V. Ex.^a se digne marcar o dia que melhor lhe convém dirigir-se a Mértola a fim de se ultimar este assunto”. Ou seja, ao fim de mais de um mês o urbanista não se tinha ainda dignado sequer a telefonar para organizar nova visita. Mértola realmente penava pela sua pouca importância... e o técnico aqui, também, por pouca ética. E mais, porque esta situação não acabou aqui. Como a DGSU tenha insistido, a 17 de Abril, na sequência de Despacho Ministerial de 21 de Março, de recordar o seu ofício de Fevereiro [o que acompanhava os pareceres], voltou o Presidente da Câmara a dirigir-se, em 21 de Abril, a Falcão e Cunha, e mais uma vez rogando “a V. Ex.^a o obséquio de uma resposta a este e ainda aos restantes ofícios que sobre o assunto enviamos a V.^a Ex.^a oportunamente”.

Mas, em Setembro desse ano, em virtude de nada se ter ainda alterado, o assunto é trazido de novo ao Executivo Camarário, onde o Presidente presta os seguintes esclarecimentos: “Informo o Conselho de que o Plano de Urbanização baixou a esta Câmara com um despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas para que fosse revisto pelo Urbanista [repare-se que só nesta data, oficialmente, se dá conta de que os pareceres impunham a revisão do Plano]. Nesse sentido foram dadas as respectivas instruções, mas apesar disso nota-se uma morosidade confrangedora sendo intenção da Câmara deslocar-se a Lisboa a fim de tratar desse assunto de primordial importância para as construções na sede do Concelho”. Ou seja, sentindo-se «preso» ao técnico autor do projecto, mas não extraindo dos seus contactos por solicitação escrita, qualquer resultado prático, o Presidente decide-se a afrontar pessoalmente o Arquitecto no sentido de garantir que este documento seja corrigido. Se outras razões não existissem (de ética profissional, por parte do técnico, ocorre-me pensar, ou a necessidade de dar resposta ao investimento público feito para a sua elaboração), bastaria o facto de que o clamor local já devia ser grande, pois a mesma Acta regista o seguinte: “Os munícipes têm razão nas suas críticas à demora da aprovação deste plano e ao inconveniente que daí advem, mas a culpa não é da Câmara que não tem poupado esforços para a sua completa aprovação. Sabe-se que em todo os Concelhos a aprovação dos Planos de Urbanização têm causado os protestos da população, quer pela demora da sua aprovação quer pelos entraves e disciplina que eles impõem. Pena é que no nosso caso não se possa dar mais

brevidade à execução. Procuremos no entanto conseguir a nossa aspiração no próximo ano”.

Interessante, em primeiro lugar, saber-se que a situação é relativamente generalizada. Aliás, outra coisa não seria de esperar, pois as Câmaras não possuíam Gabinetes Técnicos, e a maior parte dos Arquitectos Urbanistas residiria, seguramente, nos centros urbanos maiores (e não seriam em elevado número, tendo em conta o que era o País em termos de formação académica superior). Portanto, estes municípios de menor dimensão sofriam na pele, verdadeiramente, a sua interioridade e a sua falta de estatuto, digamos assim, para sermos brandos.

Depois, são visíveis as consequências políticas que tal facto acarreta (e não existiam eleições democráticas, senão então, seria o mesmo «nervoso miudinho» que se instalou em Mértola antes da revisão do PGU de 1988 ter sido concluída), os problemas com a parcela mais endinheirada da população, logo, a mais poderosa e influente a nível local, desejosa de poder construir as suas modernas vivendas unifamiliares, fugindo da *vila velha*, impacientes para abrir novos estabelecimentos comerciais ou oficinas.

Finalmente, reconhecer que Duarte Pacheco e os seus seguidores (para lá das motivações políticas centralizadoras) tinham uma correcta percepção de que sem planos as localidades portuguesas se tornariam caóticas, cada um fazendo e dispondo como bem lhe aprouvesse, e que a única forma de o impedir era uma disciplina férrea na imposição do planeamento urbano. Sem planta de zonamento, nada se edificava. E em Mértola, como a aprovação fora condicional, mas era precisamente esta planta que tinha sido considerada como tecnicamente deficiente, nada restava a fazer a não ser esperar, e insistir com Falcão e Cunha para que procedesse à desejada revisão.

Uma qualidade devemos reconhecer ao Presidente da Câmara, além da sua persistência, que é a melhoria da sua capacidade de previsão, relacionada com este processo... realmente, só em 25 de Janeiro de 1962 é por este comunicado que “depois de várias diligências junto dos urbanistas conseguiu-se fazer contrato para execução do antepiano”. É curioso que quando se lê esta frase parece que ainda não tinha sido feito! Não, realmente, trata-se da contratação para a revisão do trabalho que teve parecer negativo, de certa forma revelando a mais completa ausência de assumpção de responsabilidades próprias por parte dos autores do documento. O que demonstra a impunidade desta situação e, de certa forma, explica os atrasos e a falta

de resposta dada aos contactos da Autarquia. Pois se a responsabilidade contratual era inexistente, fizessem o que fizessem. E, portanto, também não admira que sejam pagos para corrigir o que foi mal elaborado de início. O argumento, suponho que transmitido pelo técnico ao político, para tal facto é o de que “dadas as dificuldades que a organização de um plano apresenta em relação à topografia da Vila houve necessidade de se proceder a umas rectificações impostas pelos serviços técnicos daquele Ministério”. Este argumento não pode, evidentemente, ser bem acolhido pela população, pois que esta, durante séculos, construiu, remodelou e ampliou edifícios numa escarpa ainda mais íngreme, e sem quaisquer recursos tecnológicos como aqueles de que dispõe a construção civil nesta década de 60. Pelo que ficou exposto do parecer dos serviços centrais, parece-me mais que o problema da referida planta seria, por um lado, o sobredimensionamento da zona habitacional, e a muito insuficiente atenção dada à localização dos equipamentos colectivos, facto que era de primordial importância na boa organização urbanística da área de expansão a considerar.

O Autarca volta a explicar que mal “nos foi comunicado esta decisão [quase um ano antes, recorde-se, foi em Fevereiro de 1961] entrámos imediatamente em contacto com o urbanista que infelizmente não conseguiu dar seguimento rápido às indicações propostas”. Congratula-se por poder, no entanto, “informar que os urbanistas já estão trabalhando na revisão e é bastante viável antes de findar a actual gerência, podermos contar com a aprovação do Ante-plano de Urbanização”. Claro que, desconfiado com tudo o que já sucedeu até aqui, ressalva “Se este facto se der”, e só então!, será “caso para nos congratularmos pois vamos sair do marasmo em que nos debatemos há muito tempo, no respeitante à delimitação das áreas e permissão para nossas construções”. Daqui, mais uma vez o saliento, não pode deixar de se concluir que, apesar de a terra não ser rica, também não era tão pobre que modernas necessidades e desejos de investimento também não existissem.

O Presidente da Câmara chega a referir numa destas sessões públicas que este assunto é “o Capítulo da Administração que mais preocupações tem acarretado”. A quem conhece bem o funcionamento e responsabilidades de gestão a nível local que os responsáveis políticos possuem, imagina-se as queixas constantes que haviam de o rodear quando punha o pé na rua!

Com certeza que não será de acreditar que, já depois de percorridos 15 anos, o processo fosse agora rapidamente encaminhado a um desfecho. Por isso, repare-se.

A 10 de Abril o Presidente dá conta pública de que a 7 desse mês se reuniu com os arquitectos responsáveis, em conferência, e que foram decididos os seguintes tópicos: “1º- A construção, reconstrução ou reparação de edifícios urbanos situados na chamada Vila, ou seja, todos aqueles que estão dentro das antigas muralhas. Para esses a Câmara sem qualquer consulta pode autorizar as obras tendo em conta a traça e o alinhamento dos edifícios existentes [ou seja, e correctamente, sem alterar a fisionomia geral desta área urbana, quer nas vias, quer no aspecto arquitectónico]; 2º- Nos edifícios a construir, reconstruir ou reparar situados na parte nova da vila, deverão os projectos ser submetidos ao urbanista para informar e seguidamente a direcção de Urbanização e para aqueles que ficarem situados perto das muralhas à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes [que fazia o papel dos actuais IPPAR e DGEMN, na questão dos pareceres]”.

Todos estes aspectos estão perfeitamente correctos, e denotam até cuidados na conservação patrimonial que são de louvar, mas se o Antepiano original não tivesse seguido uma metodologia completamente desfasada das intenções da DGSU (como se referiu, elaborando um documento mais próximo a um Plano Director do que do necessário PGU), estes aspectos, simples, poderiam ter sido de imediato contemplados. O tempo vai passando, e parece que se recomeça do nada. Veja-se o que refere a Acta desse dia, um pouco mais à frente, e ainda relacionado com esta conferência:

“3º- Ficou assente em princípio que os terrenos municipais que ficam entre a ponte e a Estrada Nacional cento e vinte e dois e o actual colégio [onde hoje funciona a escola profissional] fossem destinados a um asilo e a um internato para o colégio já existente. 4º- Ficaram [os técnicos] de estudar a localização do bairro a construir pelas Caixas de Previdência [que tinha sido mencionado na correspondência de início dos anos 50 entre a Autarquia e a DGSU, para fazer face ao êxodo rural, aumentando assim os efectivos da vila com população das aldeias], das Repartições Públicas, diversos serviços camarários, grémio da Lavoura e de uma balança para pesar gado”. Ora, todas estas coisas deveriam ter feito parte das conclusões do inquérito que a equipa realizou localmente em 1957. Provavelmente, a DGSU deveria ter imposto uma receita técnica, à semelhança do que é feito actualmente, fornecendo uma listagem de todos os elementos que deveriam constar do documento. É verdade que esta iniciativa era a primeira, mas não é menos verdade que passaram duas décadas, e portanto, alguns defeitos dos procedimentos técnico-institucionais deveriam já ter sido, seguramente, detectados. Não é intenção desta dissertação avançar nesse sentido, que obrigaria a avaliar em quantos mais casos se passou a situação verificada no concelho de Mértola, mas não restam dúvidas que a questão é interessante.

Claro que a equipa era agora forçada a seguir as correcções impostas pelos avaliadores (“Em virtude das observações feitas ao estudo apresentado ficou assente dar-lhes cumprimento”) – e como se está a ver, não eram poucas, apesar de dissimuladas numa linguagem formal – e, portanto, tópico 5º da conferência consistia em resolver o problema da dimensão das zonas para novas habitações; isso significava, como sugeriram a DGSU e o CSOP, reduzir “a área primitivamente prevista e introduzir as alterações indicadas”.

Se todos estes dados não fossem já suficientes para se imaginar mais quanto tempo esta correcção iria levar, o tópico 6º desfaz quaisquer dúvidas, uma vez que foi decidido “Pedir aos Serviços Hidráulicos do Guadiana o levantamento da margem direita do Guadiana entre a Ponte e a Estação de Captação de Águas e entre a Foz da Ribeira do Oeiras e o Vau da Pedra a fim de facilitar o estudo do Anteplano”. Portanto, recomeça-se a recolher documentos de instituições externas, ficando mais uma vez o Anteplano embrenhado em processos burocráticos. É pena que o texto nada adiante sobre quais seriam as motivações para se solicitar o levantamento da zona Oeiras-Vau da Pedra, quais as intenções de planeamento para esta zona?

Esta revisão foi entregue em 1963 – uma das mais rápidas etapas deste processo -, e a Câmara iniciou acções no sentido de adquirir os lotes necessários aos equipamentos, enquanto dava andamento aos pedidos particulares. Claro que estes projectos, tal como estava estabelecido na lei, eram submetidos a aprovação dos projectistas e da DGSU, e que, em consequência, iam surgindo novas questões, embora estas já de um carácter mais prático, procurando seguir as determinações do estudo.

Seis anos depois, a 25 de Abril de 1968, sabemos que:

- a Câmara decidira colocar em hasta pública, sem obediência ao ante-plano, 3 talhões de terreno destinados a construção, embora reconheça que não tem arruamentos desenhados para eles!;
- se procedeu ao estudo da prevista zona cívica, no sentido da imperiosa instalação dos serviços judiciais [de facto o tribunal acabou por ser ali instalado, em 1998...], e que por isso mesmo foi oficiada a DGSU no sentido de dar a sua opinião a respeito desta área urbana em particular;

- foi decidido solicitar à DGSU, igualmente, a aprovação de um arruamento para as classes economicamente mais débeis [suponho que se refira a um loteamento para construção de habitação social, o tal já referido, financiado pela Caixa de Previdência;

- se oficiasse a Comissão das Construções Prisionais “insistindo no fornecimento à Direcção Geral de Urbanização dos elementos por esta pedidos e destinados à apreciação do estudo do centro cívico de Mértola”.

Deste documento resultam-nos claras duas conclusões: de facto, o emaranhado burocrático, com diversas Direcções-Gerais, os projectistas e a Câmara a trocarem pedidos e envios de documentos, eram um constante no procedimento técnico, agravado pelo facto de os projectistas residirem em Lisboa; e é evidente que o Executivo tem cada vez mais dificuldades em resistir às pressões locais para disponibilizar lotes para construção, sendo inclusive, pressionada por outros organismos governamentais, como seja o Ministério da Justiça⁴⁸⁶.

A partir desta data, aliás, surgem uma série de documentos, que não vamos aqui detalhar, que referem a compra de quintais e outros terrenos, em toda a área de expansão prevista, indicando que a Câmara se prepara para dar curso, senão ao desenho do projecto inacabado, mas ao menos a começar a desenhar lotes e a vendê-los, procurando, a seu modo, interpretar os desenhos da proposta de 1958, e esperando que as correcções não se afastassem muito deste traçado⁴⁸⁷.

Em 1971, na sequência deste conjunto de intervenções, surge uma primeira planta revista, que procura fazer um levantamento de situação. Um dado importante relacionado com este desenho é o facto de que ele está assinado, no canto superior direito, pelos membros do Executivo (os dizeres são: Câmara Reunião de 26-7-971, seguindo-se as assinaturas). Ora, na investigação desenvolvida não existe qualquer referência a este documento, sendo que a primeira vez que é mencionada a apresentação de planta urbanística na sessão do Executivo é a 10 de Fevereiro de 1972. Os factos que se passaram depois, levam-me a crer tratar-se do mesmo

⁴⁸⁶ O projecto arquitectónico, que já estava então concluído, de desenho «Estado-Novo» veio até ao início dos anos 90, e era o que o Ministério se preparava para edificar, imagine-se, não fora a Câmara ter exigido um projecto moderno que se coadunasse, nos anos 90, com a moderna arquitectura que se espalhava já pelas colina a norte do Rossio do Carmo.

⁴⁸⁷ Só a título de curiosidade, e para dar uma ideia dos valores envolvidos: o espaço designado por “quinta do Carmo” – terreno onde actualmente está instalado o Centro de Saúde local – e que os miúdos das vizinhanças, que aí brincavam, chamavam o Quintalão das Carroças, foi adquirido, em conjunto com outros dois lotes mais pequenos, pela quantia de mil escudos!

desenho, que foi submetido a uma primeira apreciação, correspondendo a um levantamento da situação existente, e que se relacionaria com um novo projecto para o Barranco do Poço Novo e para a estrada do Matadouro [hoje a Avenida Aureliano Mira Fernandes]. Na segunda reunião é este segundo desenho da nova proposta que é apresentado.

Só que, entretanto, – entre a apresentação deste desenho e a sua remodelação – um outro facto tinha ocorrido, para gerar uma nova contrariedade para a Autarquia. É que a 16 de Dezembro de 1971 tinha dado entrada nos Serviços Municipais o despacho do Ministro das Obras Públicas que vinha, 8 anos depois (??) aprovar a revisão do Antepiano feita em 1963. O problema estava em que, como salienta o Presidente, no facto de que “se julgava, dado o grande lapso de tempo decorrido, que esse plano não mereceria aprovação”. Ou seja, pressionada pelos Municípios, e como passassem os anos depois de entregue a revisão de 63, o Executivo acreditou (ou quis acreditar...) que o seu destino seria o mesmo da versão de 1957, com a diferença que desta vez nem a resposta chegaria. De alguma forma este facto pode estar relacionado com as modificações que entretanto o regime político sofre, com a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano, e com uma relativa maior autonomia que este concedeu aos governos locais nestas áreas da vida social.

Por essa razão, julgando que o seu cuidado de contar com o apoio do arquitecto projectista era suficiente, “as construções urbanas tinham continuado a edificar-se”, e, claro, “foram autorizadas várias edificações em lugares não previstos pelo que se nota uma discordância entre o plano agora aprovado e algumas construções já edificadas e outras autorizadas”. Este texto corresponde à legenda de um desenho onde já é visível o traçado urbano da futura Avenida Aureliano Mira Fernandes e o seu prolongamento pelo barranco do poço novo (que não chegará a ser executada, tendo sido aí instalado o parque desportivo municipal).

De imediato, a Câmara escreve à Direcção dos Serviços de Urbanização de Beja, fornecendo o seguinte esclarecimento: “No estudo do plano de urbanização da Vila não foi considerada, devidamente, a zona do barranco do Poço Novo por não se prever a possibilidade de o atulhar de forma a poder, sobre ele, construir-se uma rodovia que o tempo demonstrou ser possível e até relativamente fácil, dado que os grandes *bulldozers* fizeram esse milagre, provocando não só uma rodovia com a largura de 30 metros mas a alteração profunda da orientação que a expansão da Vila veio e virá a ter.

Esta nova artéria que já tem as redes de água e electricidade com facilidade terá a de esgotos e é não só a zona preferida pelo público para a sua expansão mas, é também a mais aconselhável pelas razões expostas e ainda pela facilidade e pouca despesa a que ficam sujeitas as construções.

Durante este lapso de tempo [1963-1971] a Câmara licenciou algumas construções fora da orientação do Plano de Urbanização e autorizou a elaboração de projectos de obras a implantar na margem da nova avenida por supôr que o Plano não mereceria aprovação”.

Em relação a esta pretensão, a Direcção de Urbanização de Beja, através de officio do Director, António José Valente Theotónio, de 11 de Janeiro de 1972, faz saber ao Presidente da Câmara Municipal que “quanto à alteração ou rectificação do Anteplano de Urbanização dessa Vila, deverá essa Exma. Câmara concretizar devidamente o que pretende, com as necessárias peças desenhadas e justificação do pedido a apresentar, para que se possa submeter à consideração superior o assunto devidamente documentado. Em planta deverão constar as construções existentes, assim como os lotes de terreno vendidos por essa Exma. Câmara em desacordo com o referido Anteplano”.

Este desenho – que é a peça de que estávamos a falar - permitia “verificar todas as construções existentes à margem do plano” – referindo-se à versão desenhada em 1963. Na reunião de Câmara que aprova as diligências a serem tomadas, volta a ser referido o detalhe de carácter tecnológico que, em grande medida, permitiu a alteração projectual que está agora a gerar esta divergência: “ao tempo da elaboração do plano, não se considerava possível o alargamento da estrada do Matadouro. Posteriormente, com a vinda para este concelho de máquinas pesadas, achou-se possível, dentro de certos limites económicos, o aterro do barranco do poço novo, e com este dar nova feição a esse local, permitindo a construção de uma artéria que deverá ter uma largura da ordem dos 30 metros”. Esta avenida, que de facto se edificou, era, podemos dizê-lo, o princípio de um arranjo urbanístico moderno, capaz de organizar em seu redor um conjunto secundário de ruas e urbanizações, estruturando a colina situada entre esta zona e o Rossio do Carmo, a área que desde o início foi considerada como a de expansão contemporânea da vila. Este local, cuja orografia era favorável, e que se situava numa área desafogada, era, também, cobiçado pela tal classe burguesa desejosa de construir as suas moradias. Cruzavam-se aqui, portanto, motivos

técnicos, com vantagens económicas e com interesses sociais e simbólicos. Não foi à toa que “a urbanização das faixas laterais desta nova artéria estiveram muito em consideração na Câmara, que além do exposto, trazia a grande vantagem de haver nesse local as redes de distribuição de energia eléctrica e de água ao domicílio, além da extraordinária facilidade de instalação da rede de esgotos” [usando a vala do referido barranco, que foi entubado].

Poder-se-á julgar que esta dissertação se afasta do seu objectivo. No entanto, apesar de ela se debruçar especificamente sobre a questão do casco histórico da vila, parece-me que este processo, pelo que representou para a vila, merece todo este destaque. De facto, foi com estes documentos, com maiores ou menores atrasos, que se foi desenhando a vila nova – e, como é hoje sempre referido pelos especialistas, e está expresso nos documentos internacionais, a reabilitação das zonas históricas não deve ser feita sem a consideração das suas parcelas contemporâneas. A questão do património foi, aliás, e para além das referências que já aqui citámos, feitas no antepiano (às qualidades estéticas do sítio, ao seu grande valor histórico e ao nítido potencial turístico), destacada em Março de 1972, numa sessão de Câmara, onde foi apreciado um parecer à revisão de 1971 desse documento.

Esse estudo – designado de Estudo de Defesa e Recuperação de Mértola - composto por 6 páginas com fotografias e um mapa delimitador da área urbana em questão, que corresponde à, desde sempre, designada por zona A, ou seja, *grosso modo*, a área urbana rodeada pelas muralhas, debruça-se sobre aspectos relacionados com o património da vila.

Em resposta a este documento, a Câmara entende dar a seguinte resposta:

“Estudada a exposição e considerando as observações feitas, esta Câmara não tem nada a opor na parte de:

Monumentos Nacionais

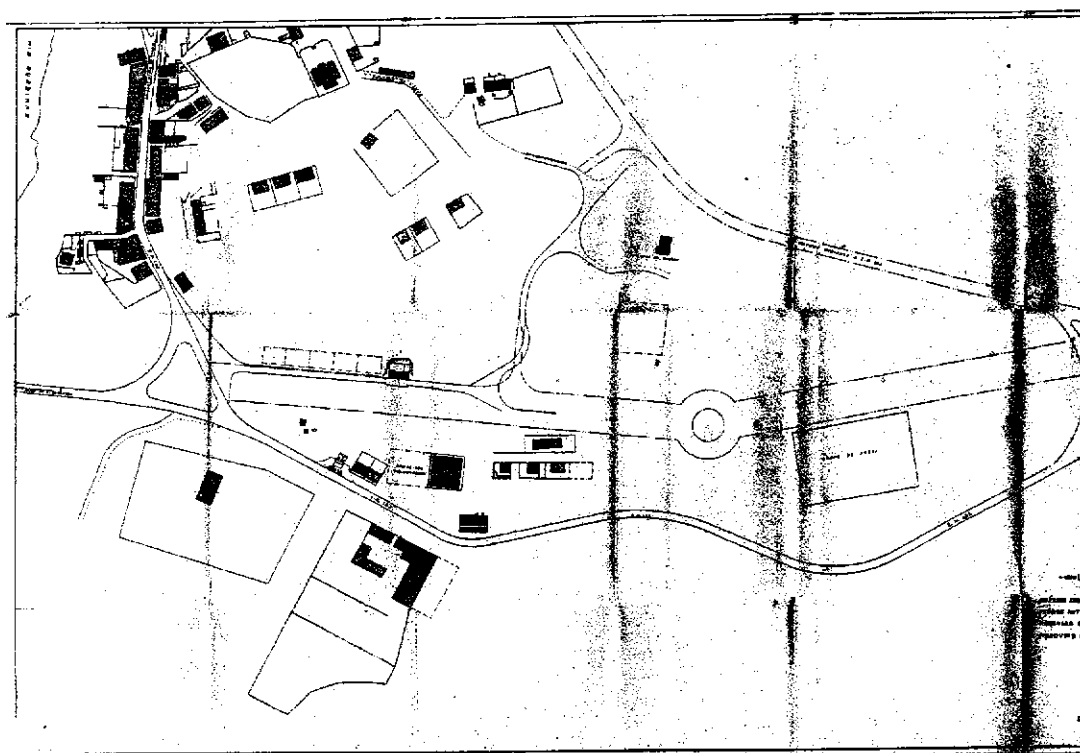
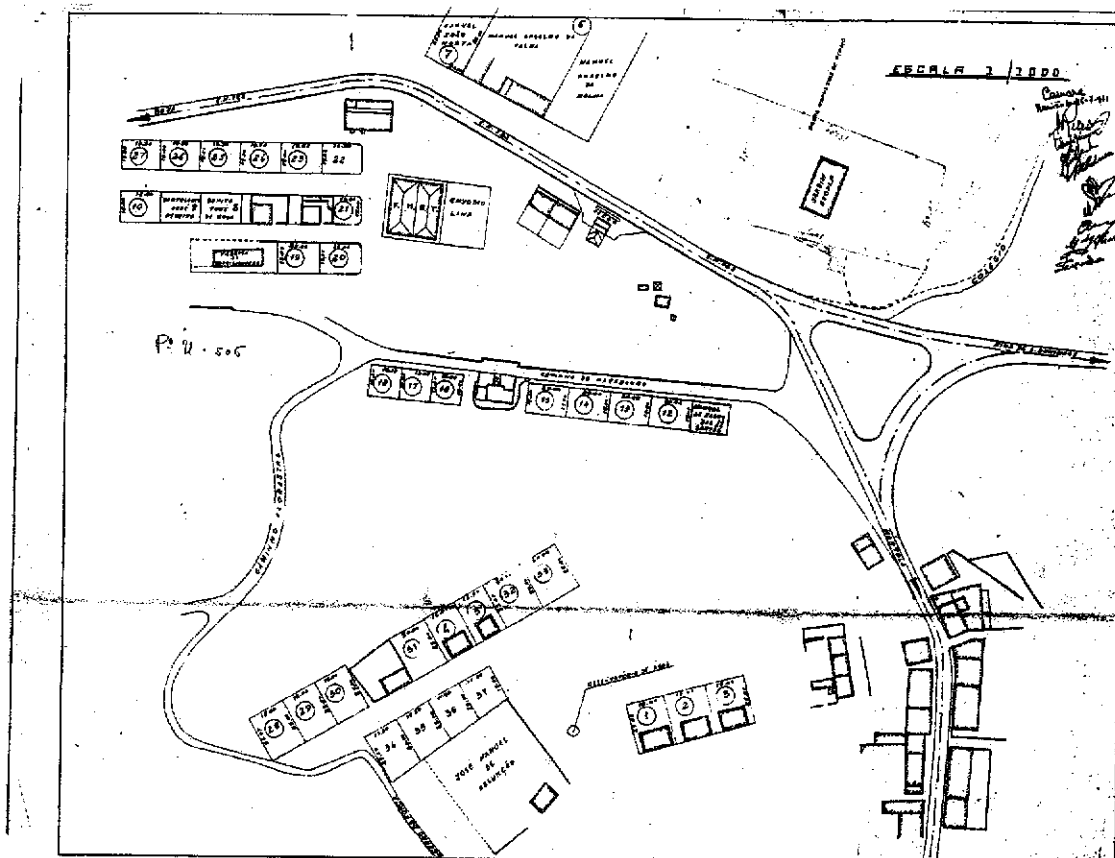
Edifícios de Qualidade

Edifícios de Acompanhamento

Porém, na parte «Edifícios Dissonantes» haverá a considerar dois aspectos fundamentais:

1º - A sua recuperação a longo prazo, isto é, quando a sua conservação exija substituição de telhados ou alteração de fachadas, procurar ou mesmo exigir dos proprietários que essas alterações se efectuem de modo a recuperar esses edifícios, ou seja integrá-los na teia geral da urbanização.

PLANTAS DAS ALTERAÇÕES AO PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO 1958
(planta de direitos adquiridos - 1971)



2º - Os edifícios propostos para demolição – aqui reside a maior preocupação da Câmara que julga impossível a sua execução.

Na verdade, verifica-se que além do número de edifícios nestas condições ser muito elevado, temos que considerar que se trata na sua generalidade, de prédios de mais recente construção e de maior valor económico.

Não supomos que o Estado esteja disposto a expropriá-los e esta Câmara nem por hipótese admite qualquer possibilidade, nem a longo prazo, por parte deste Município.

No grupo de edifícios desta categoria encontram-se, além da Estação dos C.T.T., edifício com menos de vinte anos de construção, muitos outros destinados a residência e comércio, mas de valor para expropriação de considerável importância.

Em princípio julgamos que o edifício a que a exposição se refere e situado na Praça Luís de Camões, deveria desaparecer, dando lugar à beneficiação dessa Praça e da sua paisagem urbanística e até visual. Mas como custear a sua expropriação?

Edifício do Tribunal – Na parte respeitante a este edifício surge-nos também um problema difícil de resolver já por se tratar de um edifício que em mil oitocentos setenta e seis deveria estar construído e nele foi assinalado com uma placa a data e a altura que atingiu a grande cheia do rio Guadiana.

A sua demolição viria trazer o problema do suporte das terras que constituem a praça Luís de Camões visto parecer que as antigas muralhas protectoras da antiga vila de Mértola foram derrubadas para dar lugar a uma das paredes exteriores do actual edifício do tribunal.

É verdade que os telhados são de telha marselhesa e rodeados por uma platibanda, supondo dever-se a construção à data do aparecimento dessa telha ou então por necessidade de reparação dos telhados ter-se adoptado esta modalidade em data posterior à construção do edifício.

Sabe-se que há uns vinte anos ao pretender-se substituir umas telhas partidas não se encontrou em qualquer das fábricas existentes, telhas que pudessem servir, tendo-se adaptado de outras dimensões e características para remédio. Posteriormente encontraram-se num armazém telhas iguais e então fez-se a substituição que ainda hoje perdura.

Tendo em consideração o exposto, a Câmara por unanimidade delibera enviar cópia da acta que trata deste assunto à Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico".
Em 10 de Março de 1972.

Persistia, no entanto, por resolver, a questão da revisão da planta da vila, e o esclarecimento cabal das áreas já edificadas. Este novo projecto urbano foi mais uma vez obtido por intervenção directa do Presidente da Câmara, à data, o Sr. Manuel

Relego, que envia, em Abril de 1972, uma carta ao Arquitecto Falcão e Cunha solicitando que, em virtude de a Autarquia pretender um estudo para uma nova zona urbana, um plano parcelar, este técnico se desloque a Mértola com a brevidade possível. A intenção é a de se estabelecer um contrato para esta tarefa. No mesmo dia Falcão e Cunha responde a dar a sua concordância.

Esta peça desenhada que depois se produziu, contém a referência às situações legais ou ilegais dos edifícios existentes (de acordo com o desenho de 1963), o desenho da estrutura viária existente em 1972, e o desenho do arranjo projectado. Além da possibilidade de corresponder a esse desejo do estrato social economicamente mais importante de viver numa zona moderna, outras razões tinham levado também a autarquia a encarar com entusiasmo a abertura desta avenida – e repare-se no traçado, que é bem maior do que o que efectivamente se fez. Então, porque não se concretizou o troço mais a ocidente, na direcção da nascente do *poço velho*, ficando-se pela, hoje chamada, «rotunda do repuxo». Que razões levaram a essa redução? A necessidade de encontrar espaço desafogado para a instalação de "novas construções de utilidade pública que não foram previstas no antepiano de urbanização [em ambos... ou seja, em 57 e em 63]. Neste caso estão: o centro de saúde, que tomou grande aquidade (sic) visto englobar todas as repartições que actualmente se destinam a assistência; a localização destinada à Construção da Casa do Povo, edifício considerado de primeira classe; e a localização do edifício para os Bombeiros Voluntários, foram problemas que só surgiram mais tarde”.

Portanto, confrontada com a aprovação oficial de um desenho urbano que já não correspondia às suas intenções de desenvolvimento da localidade, decidem:

- a)- Fazer extrair cópias da planta acima referida.
- b)- Pedir a rectificação do plano, de forma a legalizar as construções efectuadas, e autorizadas, e considerar a localização dos edifícios atrás mencionados.
- c)- Considerar a oportunidade de localizar em ponto determinado o local destinado ao Hospital.
- d)- Deslocar-se a Lisboa o Senhor Presidente, acompanhado das personalidades julgadas convenientes, a fim de na Direcção-Geral de Urbanização, melhor explicar todo este assunto e entregar em mão própria a planta referida na alínea a)”.

Tal atitude demonstra bem como o Executivo estava ciente do melindre que toda esta situação provocava, e decide até que ele deverá ir à capital “acompanhado das personalidades julgadas convenientes, a fim de na Direcção-Geral de Urbanização, melhor explicar todo este assunto e entregar em mão própria a planta referida”.

Neste processo vai acabar por se envolver também directamente o Arquitecto Falcão e Cunha, que a 10 de Maio comunica à Câmara ter-se deslocado à DGSU “a fim de tratar dos assuntos relativos ao Anteplano de Urbanização” de Mértola.

Desfecho aparentemente positivo, o Presidente dá conta ao Executivo, em Janeiro de 1974 de que já se encontra na posse de um novo anteplano de urbanização (mais uma vez, quase dois anos), contendo as alterações propostas por esta Câmara, tendentes a incluir naquele, todas as construções feitas à margem do plano”. Esta planta resolvia assim as questões dos direitos adquiridos em conjunto com a vontade de criar e expandir esta área urbana em torno de uma nova avenida, por isso, os vereadores decidem desta forma: “Verificando que a revisão a que o mesmo foi submetido satisfaz plenamente os interesses deste município, a Câmara por unanimidade delibera aprovar o anteplano de urbanização da vila de Mértola agora apresentado, com todas as alterações nele contidas, submetê-lo à apreciação do Conselho Municipal, das Comissões Municipais de Higiene e de Arte e Arqueologia (a constituir) e remetê-lo às entidades competentes para efeitos de aprovação superior”.

É fácil de imaginar o desfecho. Em Abril cai o regime, em Junho demite-se o executivo, o novo desenho ficará sem a resposta dos organismos centrais. No entanto, o executivo não deixará de concretizar esta intenção da Avenida no eixo da ponte, e a partir de 1980, já com outro urbanista, o Arquitecto Fernando Varanda, iniciará novo processo de revisão.

4.2.2 – A Revisão do Plano de Urbanização de 1980

A mudança de regime político veio trazer ao País, como é sabido, grandes alterações. No entanto, estas não fizeram sentir, em muitos aspectos, efeitos imediatos. Em Mértola, por coincidência do destino, estava agendada reunião do Executivo para o dia 25 de Abril de 1974. E esta, apesar dos acontecimentos – ou por se estarem a passar na distante capital - realizou-se como previsto, e foi só passado dois meses que o executivo se demitiu, não sem antes ter posto os seus serviços à disposição do novo regime político, e votando inclusive por unanimidade um voto de congratulações pela referida mudança política!

Se aqui refiro este aspecto é apenas para dar a perceber que muitas das actividades tiveram a sua continuidade, e isso foi o que se verificou no caso do desenvolvimento urbanístico de Mértola. Claro que a maior liberalidade das regras, bem como o facto de os poderes locais terem um muito maior grau de autonomia, permitiu que se avançasse mais depressa, em parte resolvendo muitas das situações e dificuldades, principalmente sociais, que se arrastavam no anterior regime político sem respostas visíveis. Como não podia deixar de ser, a pressa é inimiga do óptimo. Ao querer resolver muitas destas carências em curto espaço de tempo, ou para aproveitar oportunidades de financiamento para grandes obras, alguns erros importantes, do ponto de vista patrimonial, acabaram por se cometer.

O panorama não deixou de ser favorável, de qualquer modo, à construção da famigerada avenida, e foi, efectivamente, em torno desta que se vieram a criar os novos quarteirões que marcam a fisionomia da Mértola do final do século XX. No entanto, e como esta era muito atractiva como testemunho de uma certa capacidade económica dos seus moradores, acabou por não ser o local definido para a construção de quaisquer equipamentos colectivos, até porque, como já salientei, foi apenas construída metade do previsto no desenho de 1972, acabando por ser limitada pelo começo da zona florestal que inclui, ainda hoje, o parque desportivo municipal.

Com o preenchimento desta artéria com edifícios particulares, foi o Rossio do Carmo⁴⁸⁸ que acabou por ir acolhendo, ao longo dos anos, estas funcionalidades. Na

⁴⁸⁸ Esta praça tem a designação toponímica de Largo Teófilo Braga, embora nunca seja, localmente, referida pelo seu nome institucional. Deve ser alguma malapata deste venerando republicano dar-se mal em praças e jardins. No meu bairro de origem, Campo de Ourique, o jardim central também leva o seu nome como tributo, mas por todos é conhecido por “Jardim da Parada”, por este local ter sido a parada militar do quartel que foi implantado neste planalto. Já é azar...

sequência da previsão original de Falcão e Cunha, feita no final da década de 50, de criar aqui um centro cívico, a Câmara tinha gradualmente comprado as principais parcelas que ainda não lhe pertenciam. Em consequência, podia livremente dispor desta superfície para desenvolver este pólo local, o que veio a suceder, e, se exceptuarmos os Serviços Municipalizados (mas que parecem, finalmente, para aqui deslocar-se) concentram-se de facto aqui, numa banda Este-Oeste, muitos dos serviços locais mais relevantes⁴⁸⁹.

Apesar de me parecer que esta ideia tem realmente um papel decisivo numa estruturação eficaz da localidade, por ligar organicamente as duas zonas predominantes da mesma, gostava de salientar que foi pena que, apesar de uma visão completamente diferente em relação ao património edificado e arqueológico que a nova Administração, liderada por Serrão Martins, desde cedo demonstrou ter, que neste local se tenha agido com algum descuido no que a essa vertente diz respeito.

Claro que a situação social – num contexto em que os mais humildes nada possuíam – e a vertente ideológica dos eleitos nos primeiros três mandatos (com maioria comunista, de 4 para 1 em relação aos socialistas) empurravam a acção municipal para uma visão infraestruturalista e edificadora: quando surgiam apoios financeiros, ou se vislumbrava a oportunidade de resolver algum antigo problema nos serviços à população, nem se hesitava. E, portanto, num sítio com a riqueza do substrato arqueológico como a que Mértola possui, era evidente que alguma dessa riqueza acabou irremediavelmente por se perder, quase que podemos dizer, sem grande necessidade. A destruição de uma das absides da basílica paleocristã, e a destruição de uma parcela do campo mortuário da mesma cronologia (devidas à construção do Centro de Saúde na Cerca do Carmo), e a destruição de um troço da via romana (já no interior dos limites urbanos da vila) e da 2ª abside da mesma basílica, para abertura da rua que conduz ao Cerro da Forca e ao bairro de casas pré-fabricadas que aí se instalou, são disso o exemplo. E bastava que a atenção que foi prestada ao património que estava dentro das muralhas tivesse servido de modelo idêntico para todo aquele que estivesse fora delas. Percebe-se que o contexto, e a capacidade técnico-científica não seria a que é hoje nesta localidade, mas é pena que o exemplo

⁴⁸⁹ Entre estes, temos já o Tribunal da Comarca, as Conservatórias diversas, a Repartição de Finanças – e caso este projecto de transferências tivesse sido feito logo à primeira oportunidade, também certamente a Segurança Social, que acabou por se ir instalar próximo da Av. Aureliano Mira Fernandes. Abaixo do Tribunal encontram-se os Bombeiros Voluntários e, do outro lado do Largo, o acesso secundário ao Centro de Saúde, feito aqui apenas por via pedonal. Falta a sede da Autarquia, como mais tarde referiremos em detalhe.

de metodologia que foi seguido, por exemplo, na Achada de São Sebastião, quando do alargamento da Escola C+S local – e que permitiu salvar e valorizar a parcela mais significativa dos achados arqueológicos – não tenha podido ser aplicada. Ou como foi o caso, no mesmo rossio, da última etapa de escavação científica, em que se puseram à luz do dia os achados que permaneciam por debaixo do pátio da escola primária, hoje apresentando uma das mais felizes simbioses locais de património edificado e arqueológico conjugados com a criação contemporânea que o belo projecto do arquitecto Bruno Soares expressa, interligando as duas componentes.

Na sequência destas intervenções e da necessidade de uma acção municipal distinta, mais qualificada, a Autarquia vai contratar os serviços do Arquitecto e Urbanista Fernando Varanda, que se vai encarregar de rever o anterior plano, analisando e corrigindo aspectos que não se enquadrassem correctamente com a nova ideologia e a nova visão para o concelho do actual executivo dirigido por Serrão Martins. Sublinhe-se que, desde então, talvez porque persista no imaginário camarário o desassossego da década de 50, o urbanista tem sido sempre este arquitecto, numa colaboração que leva já 25 anos. É, aliás, nítida a sua marca na vila nova, uma vez que tem produzido também projectos de arquitectura, bem como de recuperação de imóveis no casco histórico, alguns bastante bem conseguidos.

Este primeiro documento, que faz a ligação entre essas duas épocas, apesar de todo o contexto efervescente que rodeia o processo, acaba por ser mais uma apreciação ao trabalho que havia sido feito pela equipa anterior, do que uma profunda modificação. De facto, são muitas as propostas da revisão de 73, ainda de Falcão e Cunha, que se vão manter.

Após a sua conclusão, a CMM remeteu ao Delegado da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico / Direcção de Equipamento Regional e Urbano, em Agosto de 1980, esta Revisão Geral do Plano de Urbanização, para parecer. Este pedido ia acompanhado dos pareceres emitidos pela Câmara, Conselho Municipal e Assembleia Municipal.

A Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 6 de Agosto de 1980 dá conta de o Arquitecto Fernando Varanda ter feito uma apresentação oral dos pressupostos da revisão do Antepiano (de 1973), e que, obviamente, este documento era bastante menos ambicioso, já que entre uma proposta e a outra se deu a alteração de regime político no País, e com o Poder Local Democrático os Executivos eleitos tinham agora

outra capacidade de intervir ao nível local, gerindo de forma mais rápida e mais sensível aos particulares interesses locais do que no anterior sistema as opções consagradas nestes documentos. Na sequência dessa descrição, foi deliberado, por unanimidade emitir parecer favorável.

O Conselho Municipal, a 8 de Agosto de 1980, pronunciou-se no sentido de:

“1 - Considerar de grande oportunidade a elaboração deste Ante-plano, atendendo à reconhecida necessidade de se reverem situações existentes e de se planear e controlar a expansão da Vila.

2 – Concordar na generalidade com o Ante-plano apresentado”.

Finalmente, a 30 de Agosto pronunciou-se a Assembleia Municipal, tendo, igualmente, sido aprovado por unanimidade. E como desde 27 de Agosto que o Plano estava já em exposição pública, na antiga igreja da Misericórdia, por isso rapidamente este relatório e suas propostas seguiram para aprovação superior⁴⁹⁰.

Em síntese, que intenções expressa este documento? De certa forma, embora não desenvolvendo a abordagem contextual como a versão da equipa de Falcão e Cunha fizera em 58, o documento possui algumas características de plano director, pelo menos na forma como faz a abordagem da importância de uma certa visão integrada do urbanismo. Escreve o arquitecto: “A presente revisão do PGU de Mértola foi determinada pelas mudanças acentuadas a partir de 1974 por toda a modificação política e social por que passou o País e que se reflectiu profundamente neste concelho votado até então a um isolamento crónico.

Embora esta revisão tenha em conta os estudos urbanísticos anteriores (desde 1958) a dinâmica própria da vila sobretudo a partir desta data alterou de tal forma os parâmetros dentro dos quais a administração local se utilizaria de um documento deste tipo, que se justificam um rever geral da situação em que a vila se encontra neste momento, e propostas que se colocam já em perspectiva completamente diferentes das que orientaram os estudos anteriores. Dentre as variáveis introduzidas ultimamente podemos salientar, para além das motivações e vontades da

⁴⁹⁰ Este espaço não tinha já função religiosa, as irmandades tinham-se tornado laicas, como é sabido. Estando disponível, a Câmara pediu a sua cedência para acolher o Museu Municipal, à época com todo o espólio disponível concentrado neste espaço. Mais tarde foi alvo de obras de recuperação e nova musealização, no quadro do Projecto Integrado de Mértola (apoiado pelo Fundo de Turismo), passando a ser um núcleo temático, consagrado à Arte Sacra e à Misericórdia de Mértola, tendo sido igualmente celebrado novo protocolo de cedência, pelo prazo de 25 anos, entre a Santa Casa local, a Autarquia e o CAM, como responsável meramente científico.

administração eleita desde 1974, as variadas iniciativas de desenvolvimento da vila tomadas por necessidades imediatas e que passaram ao lado das propostas anteriores de ordenamento; o afluxo de uma nova população de retornados, emigrantes que regressaram e famílias de antigos emigrantes que se (re)fixaram na sede do concelho pelos serviços que esta oferece em oposição aos montes de onde são oriundos; o desenvolvimento de uma actividade organizada ao nível da investigação arqueológica e histórica na vila; aparecimento de uma população temporária ao nível dos serviços (tal como pessoal médico a partir da criação do serviço policlínico em 1975 e de que o número aumentará com a abertura do novo hospital concelhio em 1981); e finalmente os indícios de interesses de desenvolvimento turístico na área (vila e resto do concelho) que surgiram já em 1973, estiveram em suspenso até agora e recomeçaram já enquanto este estudo estava a ser preparado.

A isto junta-se também a necessidade de integração da vila num estudo do aproveitamento dos recursos naturais do concelho como parte de um programa de desenvolvimento concelhio que a Câmara Municipal se encontra na disposição de iniciar brevemente. E assim, o presente documento tem em vista não só integrar os aspectos de desenvolvimento corrente na vila como actualizar determinações de estudos anteriores onde ainda aplicáveis e sugerir linhas de orientação específicas das alternativas de desenvolvimento que se antevêm⁴⁹¹.

Nitidamente mais sucinta na abordagem contextual, esta proposta concentra-se na problemática urbanística da vila, evitando o erro que tinha sido cometido pela equipa de 58. Inclusive, porque, nesses anos 80 já se encontravam clarificados os campos e as metodologias de abordagem de cada um destes instrumentos de planeamento. Entende-se, como é evidente, que o planeamento do desenvolvimento e aperfeiçoamento urbanístico de uma localidade já existente não é uma tarefa abstracta, mas é interessante ver como, neste plano dos anos 80, as propostas possuem agora uma preocupação de perfil mais técnico e de utilização mais quotidiana, aquilo que precisamente faltou ao documento dos anos 50 e que tantas dificuldades causou.

Esta visão, percebe-se, é também compartilhada por este técnico, uma vez que, embora entenda que "as propostas de desenvolvimento físico estão necessariamente

⁴⁹¹ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, pp. 1-2.

ligadas a propostas de desenvolvimento económico que dependem por um lado do desenvolvimento dos recursos do concelho e do papel da Vila como centro coordenador e distribuidor⁴⁹², não faz delas a razão e a preocupação do documento que elabora.

Um dos aspectos que sofre uma grande mudança de perspectiva é a forma de gestão activa como passa a ser encarado o património arquitectónico e histórico da vila. Se bem que nos planos anteriores esse património fosse genericamente respeitado, nada da acção de planeamento destaca a sua existência enquanto parcela importante do urbanismo contemporâneo. Mas sendo outra a época política, as modernas ideias de valorização patrimonial, que a Carta de Veneza sintetizava e que a acção do Conselho da Europa promovia, eram o *leit-motiv* ideológico dos novos agentes. Arquitectos, urbanistas, historiadores e arqueólogos, entre outros, todos conheciam o caso de Bolonha, ou da Ribeira-Barredo, para nos mantermos «*dentro de portas*». A fortuna de Mértola foi ter sido olhada neste contexto, e estar a ser dirigida, em termos autárquicos, por Serrão Martins. Este político, e respeitadíssima figura local, havia passado, nos *anos de brasa*, também pelas tertúlias das academias universitárias, e aí estruturou a sua ideia de que o património da vila podia de facto ser estudado e valorizado, representando uma importante via para o futuro da localidade.

Para estes idealistas, incluindo aqui Cláudio Torres e António Borges Coelho, este último inclusive professor do autarca, o património histórico é, simultaneamente, um testemunho do passado e um recurso para o futuro. Imbuídos do empenhamento próprio de uma revolução social e cultural como aquela que o nosso país viveu nessa primeira década após Abril, a sua qualificação técnica não se poderia limitar a ser meramente instrumental, ela tinha forçosamente que se concretizar numa acção com esta matriz conceptual, e essa conceptualização tinha uma forte carga ideológica por detrás dos princípios enunciados.

Por isso não admira que seja o património histórico o primeiro alvo da atenção do novo plano, nem surpreende que este não encerre sem uma recomendação vital, a de é preciso acabar com a visão limitada de que o património histórico de Mértola seja a zona intramuros: “Os princípios gerais que orientam estes perimetros de protecção são afinal os mesmos determinados pelos que a Comissão dos Monumentos utiliza, sendo ela que, em última análise, sancionará o carácter definitivo destas sugestões.

⁴⁹² Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 14.

Considera-se também implícito que se mantenha e venha a ampliar a zona de protecção ao longo dos Rios Guadiana e Ribeira de Oeiras, em ambas as margens⁴⁹³. Por aqui se percebe bem que estamos em presença de uma distinta visão do que deve ser o património local. Extravasando as imposições legais das ZEP's, e dos limites *non edificandi* que Mértola também possuía em função dos seus 3 monumentos classificados, avança para uma noção muito contemporânea de património integrado. Esta visão, aliás, aproxima-se do que os paisagistas de 58 propunham, contrariamente aos arquitectos que sugeriam a instalação de uma zona industrial (de pequenas oficinas, é justo dizer-se) junto ao bairro habitacional do Além-Rio⁴⁹⁴.

É evidente que se sabia do valor dos monumentos de Mértola, e que era sempre ressaltado o carácter pitoresco do centro histórico de Mértola. Mas, mais uma vez dando testemunho de conhecimento das modernas teorias de intervenção em áreas urbanas antigas, o problema que se levantava (e levanta ainda) era o de conjugar esse valor com a reposição da qualidade de vida e de condições de habitabilidade decentes e extensíveis a todos os seus moradores. Se o pitoresco era sinónimo de pobreza, era esse que devia ser sacrificado em primeiro lugar. Conseguir as duas coisas em simultâneo tem sido um esforço complicado numa área edificada ainda com alguma dimensão, e, particularmente, com uma orografia tão agreste para a execução de obras... Fernando Varanda ressaltava, por isso, a diferença de olhares que sobre o casco histórico então recaiam: "A Vila Velha, classificada e protegida no seu todo pelos Monumentos Nacionais [quer dizer, porque está dentro da zona de protecção demarcada em volta dos seus três monumentos nacionais, Castelo, Igreja Matriz e Torre Couraça], é para quem vem de fora o conjunto mais atraente; mas o seu pitoresco equivale muitas vezes a habitação em degradação, saneamento básico deficiente e a dificuldade de sobrevivência que obscurecem, para habitantes da Vila, o valor intrínseco da sua arquitectura"⁴⁹⁵.

A este técnico não passou, igualmente, despercebida a situação de risco patrimonial que se corria no Rossio do Carmo, pois que ele dá testemunho de que "nesta vizinhança, na Cerca do Carmo (...) se está a concluir o novo Hospital e Centro de Saúde. Escavações levadas a cabo no Rossio pelo Prof. Leite de Vasconcelos no

⁴⁹³ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 17.

⁴⁹⁴ Esta questão dos limites é muito interessante, e voltaremos a ela quando da questão da área de actuação do Gabinete Técnico Local que se constituiu em 1989, e, por novo erro, quando da delimitação da Área Crítica para o 2º GTL, já no início do século XXI.

⁴⁹⁵ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, pp. 2-3.

princípio do século [aliás, no final do século XIX] revelaram vestígios arqueológicos importantes (basílica e necrópole paleo-cristãs) sem no entanto ter havido pesquisas consequentes⁴⁹⁶. Como nessa época a equipa de investigação arqueológica, que havia iniciado, em 1978, os seus trabalhos na zona da Alcáçova, só se encontrava em Mértola no Verão, e, quanto muito, também na Páscoa, não era feito o acompanhamento minucioso das obras que envolvem fundações, como hoje acontece. Assim se perdeu uma das absides da basílica paleocristã, um vestígio arquitectónico importante, a que já anteriormente me referi. O que me parece de destacar é a enunciação de uma atitude que deveria consistir num princípio metodológico, não executando obras sem prévias sondagens, pois que a área era reconhecida pelo seu enorme potencial arqueológico.

Nesta altura, a par da zona A do plano de 58 já existe uma parcela da zona B. Ela corresponde à prevista “nova expansão da Vila. É uma zona de moradias de um género que prolifera por todo o país: projectos de desenhador a partir de um plano-tipo pouco imaginativo, com preocupações ostentatórias evidentes, e pouca ou nenhuma atenção aos problemas de adaptação ao terreno ou às relações das habitações entre si. É de facto a área mais descaracterizada da vila, do ponto de vista da sua arquitectura, em contraste flagrante com os núcleos da vila velha e arrabalde, correspondendo simultaneamente à população com um novo poder de compra⁴⁹⁷. Esta “arquitectura” é localmente designada por «projectos à *Brásio*», do nome do desenhador não diplomado que foi o primeiro a assinar este tipo de moradia, designação usada mesmo quando não são da sua autoria, e que continuam, por ele e por outros, ainda a ser feitos⁴⁹⁸. Esta deficiente arquitectura é, sem dúvida, a razão porque escrevi no sub-capítulo anterior que acabou por ser afortunado o azar da demora na elaboração do Antepiano exigido à Câmara desde 1947. Imagine-se que, em vez de uma década, tinham tido 3 ou 4! Não seria de esperar diferente configuração, uma vez que o ambiente social exigia a ostentação da diferença aos que conseguiam «escapar-se» da *vila velha*. Assim, as cores, o azulejo brilhante e de padrão muito elaborado, o pormenor copiado das revistas das casas luxuosas dos famosos, eram inevitáveis. Além do mais, como os projectos arquitectónicos em si mesmos, nada tinham de esteticamente relevante, era na decoração vistosa que se apostava. Se bem que nem tudo tenha sido grave, é verdade que foi uma época que

⁴⁹⁶ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 3.

⁴⁹⁷ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 3.

⁴⁹⁸ Reconheça-se que agora com maior dificuldade pois é necessário conseguirem passar pela apertada malha dos pareceres dos inúmeros verdadeiros arquitectos que hoje preenchem o quadro camarário

empobreceu a localidade nesta perspectiva, da qual só recuperou a partir de meados dos anos 80, com a construção de urbanizações com projecto de arquitecto, e com a imposição de um regulamento severo para os exteriores dos edifícios, mesmo nas habitações de construção recente.

De alguma forma, devemos salientar que esta nova estratégia, que foi socialmente um pouco mal vista (claro que principalmente por aqueles que possuíam maiores rendimentos económicos), é fiel seguidora das mais actuais concepções que envolvem o trabalho de salvaguarda dos centros históricos. Se a cidade deve ser considerada uma totalidade, enquanto corpo edificado, e não devem ser segregadas as zonas históricas das outras, como se de *bibelots* se tratassem; se as parcelas modernas devem constituir o património arquitectónico do futuro, e, portanto, devem ter qualidade; se é este o pensamento contemporâneo, porque não se deveria apostar, em Mértola, onde a vila nova é recente e está, presentemente, a ser ainda edificada, numa qualidade que torne o todo urbano distintivo, pela positiva, não permitindo que a zona nova seja meramente uma envolvente do casco histórico, desprovida de qualquer qualidade?

Regressemos à análise das parcelas urbanas da vila de Mértola, tal como são apresentadas na revisão do Arquitecto Varanda. Curioso o modo como caracteriza o aglomerado da margem fluvial oposta à da vila: “Na margem esquerda do Guadiana, Além Rio é uma aldeia «satélite» de Mértola, animada outrora pela actividade da antiga ponte de barcas e que se encontra hoje em avançado estado de degradação, mau grado a existência de algumas propriedades maiores, de cariz marcadamente suburbano ou rural.”⁴⁹⁹. É pouco importante, mas devo salientar que este aglomerado não é uma aldeia, mas sim um bairro da vila de Mértola que está, apenas, edificado na outra margem. Nunca, em qualquer período histórico, foi como tal considerado, já que se trata de um arrabalde. E o seu estado de degradação não era distinto daquele que afectava a vila intra-muros⁵⁰⁰. Desde tempos antigos, em consequência da pouca largura da via fluvial nesse local, que esta zona foi utilizada para travessia entre as duas margens. Com a intensa actividade portuária que acrescia à mera travessia, não espanta que se tenha desenvolvido este arrabalde. O que é espantoso é que, até à actualidade, até ao corrente ano de 2006, nunca este conjunto edificado, cuja história

⁴⁹⁹ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 4.

⁵⁰⁰ Faço esta afirmação baseado na minha experiência pessoal, pois a primeira vez que visitei Mértola foi em 1984, portanto, num horizonte temporal muito próximo da situação aqui descrita, que posso atestar, por isso, ser verdadeira.

é a mesma da parcela intramuros, tenha sido considerado como relevante para ser incluído na área urbana seleccionada para ser contemplada pelo plano de pormenor de salvaguarda!

E conclui, cabalmente, pela crítica à forma como esta zona havia sido «não-tratada» nas décadas anteriores, dentro do espírito de uma ideologia de salvaguarda e de alargamento da ideia de património a outros domínios que não meramente o monumental que este arquitecto já então perfilhava: “salvo a delimitação de um perímetro de protecção à zona do Castelo e Igreja Matriz (o único caso que ficou em Portugal de mesquita) os levantamentos feitos desde o fim do século passado não têm tido continuidade até recentemente. E, portanto, poucas ou nenhuma medidas de protecção têm sido tomadas a outros vestígios e zonas de interesse que existam para além do perímetro muralhado da Vila Velha. Por outro lado o facto de não existirem monumentos de vulto para além dos já citados, não fez merecer dos poderes centrais a atenção que deveria ser dada a um património que, até no cariz popular que tomaram edificações maiores, é tão merecedor de atenção como os monumentos eruditos que as expressões do poder deixaram noutros locais”⁵⁰¹. Esta afirmação é interessante, porque, conceptualmente, ela é idêntica à noção várias vezes enunciada por Cláudio Torres, que dirigia os trabalhos arqueológicos desde 1978, e correspondendo ambas à intenção política da Câmara, na pessoa do seu Presidente Serrão Martins.

A análise ao contexto sócio-profissional revela que, apesar das circunstâncias políticas se terem completamente alterado, continuam a sentir-se localmente as dificuldades e os estrangulamentos que já se verificavam desde final dos anos 60: “A descrição de sectores de actividade e categorias profissionais mostra a absoluta predominância do sector de serviços e o atrofiamento completo do sector primário – agricultura e pesca – que no entanto teve a sua importância num passado não muito distante (sobretudo a pesca). A categoria indústrias designa apenas pequenas empresas familiares artesanais, ou quase, e oficinas de reparação, ao passo que «operários» cobre um leque dominado pela construção, quer de iniciativa privada quer para a municipalidade: não há nenhuma actividade fabril importante nem na vila nem no concelho”⁵⁰². De alguma forma, podemos verificar que se acentua o papel de centro administrativo da vila, que, em virtude do seu estatuto de sede concelhia, acaba por conseguir diluir as circunstâncias de decadência de certos sectores de actividade

⁵⁰¹ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 4.

⁵⁰² Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 7.

económica tradicionais neste concelho. Inclusive porque, precisamente por razões de natureza política, os funcionários públicos, autárquicos e outros trabalhadores dos serviços tinham visto a sua situação retributiva melhorar bastante face ao que se passava antes de Abril de 74, e, igualmente, com o desenvolvimento de um novo modelo de poder local, as Câmaras Municipais tinham agora um papel decisivo enquanto empregadoras. Estas alterações tiveram imediatas consequências no desenvolvimento urbanístico da vila, intensificando-se a pressão para que se constituíssem novos bairros sociais e/ou cooperativos e para que fossem colocados em venda lotes para auto-construção. Esta pressão persistiu até cerca de meados dos anos 90.

Neste início da década de 80, realizado o levantamento do conjunto edificado que então existia em Mértola (zona antiga e áreas em expansão) este revela, segundo o arquitecto Varanda, que "há uma média estável de T2 e T3 em todos os bairros; as ocorrências de tipologias muito altas na Vila Velha explicam-se por algumas casas apalaçadas mas o predomínio de T2 e T1, comparado com a composição dos agregados familiares leva a pensar haver um sub-dimensionamento dos fogos em relação ao número de pessoas que os habitam. O Arrabalde aparece mais equilibrado; em Além Rio os T0 seguindo-se imediatamente aos T2 sublinham o seu carácter de aglomerado rural, ao passo que no Bairro Novo as tipologias mais altas se impõem por razões que têm mais a ver com a casa como símbolo de posição do que com as necessidades reais do agregado como se vê ao relacionar com os valores para a composição familiar. Isto deve, aliás, ser tomado em conta ao definir-se uma política de promoção habitacional, que não caia na tentação de generalizar projectos para fogos maiores, por razões que são independentes das necessidades reais"⁵⁰³. Embora não pretenda entrar numa contestação sistemática desta caracterização do Além-rio, também me parece aqui um pouco distorcida na sua leitura da realidade. Nesta data já existiam algumas casas de grande dimensão, e não eram em maior número os referidos T0 nesta área do que aqueles que se poderiam encontrar no casco histórico. Simplesmente, percentualmente, a sua incidência poderia fazer-se mais notada. Nesta zona, pelo tipo de actividades a que se dedicavam, pesca e transbordos fluviais, viviam predominantemente pessoas de um estrato social mais modesto, como sucedia nas ruas mais afastadas do rio na zona urbana interior à cinta fortificada. Mas nunca concluir daí da natureza rural deste conjunto.

⁵⁰³ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 8.

O que é de realçar, desde logo, é a intenção do urbanista de não pactuar, pelo menos em intenção, com a possibilidade de os futuros lotes de auto-construção virem a ser ocupados por edifícios sobre-dimensionados, não permitindo, com esta estratégia de limitar as suas áreas totais, que se criasse, entre a zona antiga e a nova, uma diferença tipológica no edificado que tornasse a localidade dissonante na expressão destas duas zonas. De uma certa forma, podemos dizer que este arquitecto perseguia já, e bem, uma ideia em que a vila deve ser encarada como um todo, em que a parte mais recente, que constitui o contexto envolvente da zona histórica, devia ter, igualmente, apreciável qualidade e adequada dimensão.

Esta possibilidade de se dar um grande incentivo à auto-construção, cujas razões já abordámos no sub-capítulo anterior, viria a ter consequências importantes no património edificado na *vila velha*, porque nessa parcela, bem como no Além-rio, a “esmagadora maioria de casas [eram] alugadas”⁵⁰⁴. Esta circunstância vai resultar na libertação de alguns fogos, alguns dos quais ficaram anos sem ocupação, acentuando-se a degradação do edificado. Nesses primeiros anos de Poder Local Democrático, como a preocupação principal fosse a intervenção social (ajuda na saúde, na educação, no emprego) as áreas de actividade ligadas aos projectos urbanísticos ou infraestruturais foram recebendo apenas a atenção e as verbas que «sobravam» do restante esforço municipal. Por isso, não causa qualquer estranheza que seja “nos bairros mais antigos que o problema do estado das construções se põe agudamente, bem assim como o das infraestruturas básicas, electricidade, água e esgotos. (...) Na Vila Velha, o problema das infraestruturas liga-se também ao do estado das construções por via do próprio regime de utência e daí com o dos valores gastos em rendas. Com efeito as rendas baixas, antigas, que aí se pagam não são de molde a estimular os senhorios a fazer beneficiações. (...) é tão densa a concentração na zona dos rendimentos muito baixos que qualquer aumento de renda pode constituir um problema para a sobrevivência de grande parte destes agregados. (...) Casas desabitadas, em degradação ou em ruínas, que são em número considerável nos núcleos mais antigos”⁵⁰⁵.

Ao traçar um retrato para esta zona, transparece da descrição desta época, como então a vila era um sítio recatado, em baixa demográfica e de investimentos na

⁵⁰⁴ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 9.

⁵⁰⁵ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 9. Estes aspectos ainda são visíveis nas plantas de levantamento realizadas pelo 1º GTL, em 1990. Podem ser vistas no sub-capítulo respectivo, onde estas informações sobre a estrutura e ocupação da vila velha podem ser melhor percebidas.

reabilitação bastante reduzidos: “A Vila Velha aparece hoje com uma ocupação quase exclusivamente habitacional, num espaço urbano sedimentado antes da chegada do automóvel, onde a rua é sossegado espaço de estar continuando o espaço privado da casa, e quem passa pode gozar a vista do que vai encontrando – muros que deixam adivinhar jardins, panoramas sobre o rio e os cerros em torno, fachadas caiadas adornadas de videiras ou vasos com plantas”⁵⁰⁶.

Quando Fernando Varanda chegou a Mértola para iniciar a sua colaboração com a Autarquia, despertou-lhe de imediato a atenção o facto de que Mértola se encontrava numa fase de hesitação sobre qual seria o seu futuro. De facto, embora a sua actividade comercial tivesse decaído fortemente, e “o fim do porto fluvial tenha levado ao encerramento e à transformação de grande número dos armazéns que viviam da actividade portuária”, nem por isso a população deixou de encarar a *rua do muro* como uma via de circulação fundamental, muito em resultado da permanência da sede do Município na Praça Luís de Camões. Assim, “o eixo principal de actividade tem-se mantido desde o princípio do século” concentrado sobre ela, embora nesse momento, em que de certa forma a vila precisava de encontrar o seu rumo autónomo de desenvolvimento (até em razão da revolução política que o País atravessava), ela precisasse também de clarificar se esse novo rumo «teria uma expressão urbanística e arquitectónica» ou não, e qual seria o papel do casco histórico nessa dinâmica.

Como se frisou antes, a opção pela valorização das diferentes componentes do património histórico foi, de imediato, decidida pela Autarquia. Desta forma, era evidente que, apesar das mudanças sócio-políticas, se iria dar continuidade ao plano de expansão da vila nova, tal como estava globalmente traçado nas plantas de Falcão e Cunha, uma vez que essa opção de salvaguarda implicava mexer com pinças, e demoradamente, no casco antigo da vila.

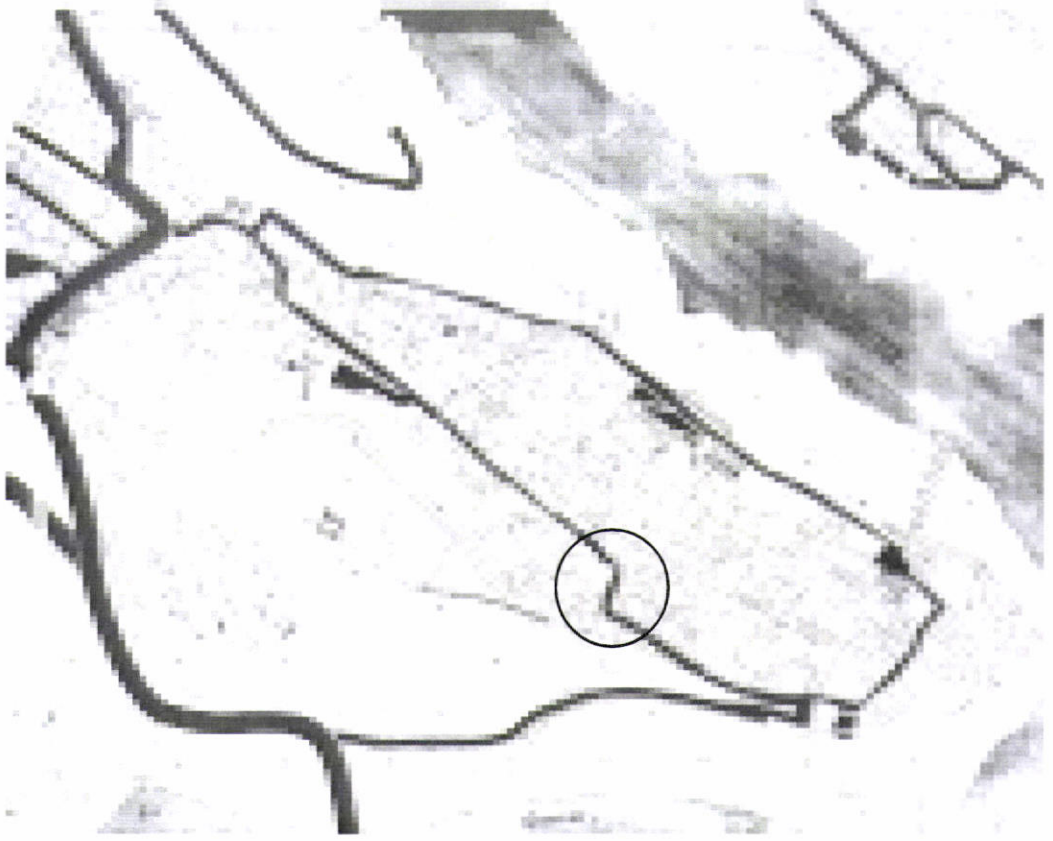
Esta opção, feita de forma tão clara, com a participação maciça de jovens universitários nos trabalhos de levantamento arquitectónico e arqueológico, conduzia a duas premissas que, do ponto de vista do desenho urbano, eram importantes para Fernando Varanda. Por um lado, se a parte nova a construir se destinava primordialmente a habitação e a serviços básicos à população (saúde, bombeiros, quartel de polícia, etc.), não deixava de ser verdade que a opção patrimonial das autoridades locais significava concretizar o sector turístico (já referenciado no

⁵⁰⁶ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 10.

PLANTA GERAL DE VIAS DE CIRCULAÇÃO PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS
plano geral de urbanização 1981



REVISÃO DO PGU DE MÉRTOLA 1981
Proposta de Arranjo dos Eixos Viários, Requalificação
(existentes, a negro - projectado, em tracejado)



A proposta do urbanista prevê aqui a abertura de uma circular externa, à esquerda a tracejado, eixo que veio a tornar determinante na organização viária e urbana da vila, veja-se a foto da área do campo da feira para melhor entendimento do traçado. Igualmente, definidos os eixos que tomarão maior importância para a organização dos sentidos de circulação, aparecendo já a intenção de tornar a passagem pela zona histórica em sentido único. Persiste até hoje a dificuldade da passagem ao topo da rua da Afreita, difícil já para um automóvel de dimensão média (à esquerda, marcado com um círculo).

1. Vila Velha – Levantamento e recuperação de habitação caso a caso
2. Tratamento paisagístico das encostas e zona ribeirinha
3. Tratamento paisagístico e acessos pedonais ao Castelo
4. Além-rio - Levantamento e recuperação de habitação caso a caso
5. Centro
6. Integração de Vestígios Arqueológicos; Palácio da Justiça; Recuperação d Edifício dos Bombeiros Voluntários; Habitação
7. Via periférica e instalações da ETAR
8. Nova habitação e acessos
9. Reestruturação de Loteamentos no Bairro Novo. Nova habitação. Tratamento paisagístico do alto da torre do Depósito de Água, com miradouro
10. Tratamento paisagístico da zona das Azenhas; Equipamento turístico não permanente (Parque de Campismo)



Anteplano dos anos 50) como um dos mais relevantes para o crescimento económico local. Mas, neste aspecto, as condições locais eram fraquíssimas, para não dizer quase inexistentes. Ora, a opção referida implicava, portanto, uma previsão de instalações destinadas a esta função, sua boa localização e articulação no conjunto dos novos quarteirões a definir.

Daqui resultava um segundo aspecto, e que se prendia com a necessidade de articular a relação entre estas duas parcelas da vila de Mértola –a milenar e a apenas nascida. Dado o perfil longitudinal da localidade, passava pelo arrabalde a possibilidade de se conseguir esse interface necessário. Essa necessidade já a anterior equipa de planeamento havia referido, sugerindo a construção de um novo edifício camarário no Rossio do Carmo como forma de consolidar institucionalmente uma nova área central que as ligasse. Se para Varanda “é sensível a falta de um centro, um pólo de permanência da população, um local onde o viajante chegue, possa estacionar e se sinta convidado a ficar e visitar”, identificando-se assim com a perspectiva do documento de 57, já não o faz quando confrontado com a localização apontada no documento: “O largo maior de Mértola, o Largo Teófilo Braga, outrora o Rossio que o campo da feira animava, está, embora razoavelmente servido de acessos, demasiadamente excêntrico em relação aos focos de actividade para que esta se desenvolva na sua direcção”⁵⁰⁷.

Como se verá da revisão que este propõe, e dos projectos de reabilitação que vai animar com os seus alunos finalistas de Arquitectura, entre 1982 e 1984, a sua área de eleição é a zona do Largo Vasco da Gama, que pretende reorganizar e ligar com a encosta ribeirinha (claro que sem incluir nesta proposta a mudança da sede da edilidade, que permanece na praça central da zona histórica).

Consequência de nada se ter feito neste domínio durante as duas décadas que se seguiram à proposição de dinamizar o Rossio levaram a que, como em quase todas as localidades do nosso país, tenha sido a via principal de circulação automóvel a desempenhar o papel de atracção para os novos estabelecimentos comerciais e de serviços que despontaram na vila. Embora a tendência tenha a sua explicação –acompanhando o advento e o aumento de importância do transporte rodoviário e a exigência de proximidade à via para simplificar as cargas e descargas de mercadorias, em Mértola este cenário não criou uma situação confortável, menos ainda do que nas

⁵⁰⁷ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 11.

outras localidades pequenas constantemente atravessadas por veículos, porque a situação orográfica da vila não se coadunava bem com este cenário. Para lá do seu traçado sinuoso e da acentuada mudança de relevo no percurso urbano, a falta de quaisquer alternativas implicou a manutenção das duas faixas de rodagem numa via já de si com pouca largura, com isso levando a uma situação em que “os peões usam normalmente a faixa de rodagem da rua principal – estrada nacional apertando-se nos exíguos passeios que a ladeiam quando o tráfego aumenta. O estacionamento automóvel já de si limitado nas alturas de pouco tráfego torna-se extremamente problemático quando chega a estação alta e aumenta o movimento de e para o Algarve”⁵⁰⁸. Apesar de ser decisivo para a criação de uma zona comercial de grande qualidade, que facilmente se pode constituir como um espaço de convívio social alargado e importante para a coesão urbanística da localidade (mais uma vez, em consequência do seu perfil longitudinal), apenas no presente ano de 2004 se completa o projecto do seu arranjo urbanístico, projectando o alargar dos passeios, e organizando o estacionamento, isto apesar de já há cerca de dez anos a via ter passado a ter um único sentido, após a abertura da variante Oeste, junto ao novo *campo da feira*. Finalmente, parece possível começar a avançar na criação de um espaço público efectivo no Largo Vasco da Gama. Esta é a tal zona que sempre, e bem, interessou ao Arquitecto Varanda por ser, desde que o arrabalde começou a ganhar expressão contemporânea, o centro comercial e social por excelência da vila. Durante as duas décadas em que foi um complicado cruzamento de 3 vias com dois sentidos em cada uma delas, tal propósito era distante das reais condições de concretização de que necessitava.

Nas suas preocupações não estava apenas a reorganização da expansão moderna de Mértola, nem a dinâmica social que, eventualmente, daí resultaria, mas, também, o património edificado intra-muros, e a resolução dos muitos problemas para conseguir a sua recuperação e valorização, problemas esses que não eram exclusivamente do domínio físico, mas também de mentalidade, associada ao modo como as populações locais (moradores ou aqueles que aí trabalhavam, em particular na Autarquia) olhavam para esta área urbana. A raiz dos problemas redundava principalmente nesse aspecto, e o que é extraordinário, ele não desapareceu de todo em todo ainda...

Ao analisar, na Revisão de 1980, o casco histórico, para lá da constatação de que muitos eram os imóveis a carecer não só de recuperação, mas, e principalmente, de

⁵⁰⁸ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 11.

reabilitação – pois as suas condições de habitabilidade eram deficientíssimas -, a envolvente também estava longe de merecer, por parte dos moradores, a admiração e desvelo com que Ribeiro Telles e os seus colegas paisagistas a haviam descrito. O retrato não pode ser pior: “a zona Ribeirinha da Vila por sua vez evidencia grande abandono com os esgotos a abrir para as encostas, o que é agravado pelo hábito de atirar o lixo directamente para as encostas. É um problema que pode ser obviado com campanhas de esclarecimento, colocação de recipientes nas ruas e uma acção fiscalizadora bastante rígida pelo menos no princípio. A modernização do sistema de esgoto resolverá um aspecto do problema e poderá ser pretexto e estímulo para resolver completamente os outros”⁵⁰⁹. É curioso que este aspecto persista ainda em 1980. E porquê? Porque, em 25 de Novembro de 1971, na Sessão de Câmara (a mesma que refere a compra da Cerca do Carmo, já mencionada) foi lido um artigo do jornal “O Século” que motivou um protesto formal da Câmara, nos seguintes termos: “Foi presente o jornal “O Século”, de ontem [24 de Novembro], o qual insere um artigo sobre Mértola depreciando a acção administrativa da Câmara e dando várias informações que se refutam originadas em elementos [quererão dizer pessoas?] pouco conscienciosos.

O artigo foi lido na íntegra, e, por unanimidade, foi deliberado oficial o Jornal “O Século” pedindo a rectificação do artigo, propondo a vinda à Câmara de outro repórter, a fim de lhe serem fornecidos elementos na Secretaria”.

E o que se diz nessa peça jornalística para que esta tenha motivado reacção tão firme e imediata? O seu autor é Manuel Inez Soares, que se tinha deslocado a Mértola em 1970, com o fito de obter elementos sobre a Mina de S. Domingos, encerrada desde 1965, uma decisão da administração daquela empresa que provocou algum conflito social. Sendo “O Século” um diário oposicionista, era normal esta atenção dada à situação difícil dos antigos mineiros. Tal viagem obrigou a paragem na sede do concelho, e nessa época publicou um artigo em que já denunciava “que Mértola, salvo os seus aspectos históricos – tão mal cuidados -, não reunia condições ideais para uma paragem prolongada. Daí as queixas dos mertolenses – ainda hoje iguais [1971], de que os forasteiros, de passagem para ou do Algarve, consideravam a terra como somente mais uma a cumprir ao longo do percurso. Ora, em 1971 este repórter denuncia precisamente que, ao passear pela vila, que viu um funcionário da própria câmara a despejar os caixotes de lixo dos serviços por sobre o muro, dando à população um péssimo exemplo, pelo que, escreve ele, não é de admirar o estado

⁵⁰⁹ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 13.

lamentável em que se encontram as encostas da localidade e as margens do rio. Como se não fosse já suficiente o esgoto a céu aberto... Apesar da Câmara ter demonstrado intenção de contestar, a verdade é que dez anos depois a situação não estava, pelo menos totalmente, resolvida.

Um outro aspecto que me parece ainda merecer aqui referência, prende-se com o facto de Mértola, apesar de alguma decadência, ser um lugar que deslumbrava pela sua antiguidade, história e beleza plástica, bem como da sua envolvente, e, em especial, quando olhada por pessoas com algum nível cultural, como é o caso do repórter. De outra forma não se justificaria um tão extenso artigo, a denotar a consideração editorial que foi atribuída a este assunto. Até porque, de certa forma, e como diz na peça, tendo sido inaugurada a ponte e tendo sido prometido pelo Ministro das Obras Públicas o apoio para outros investimentos, não seria caso de deixar arruinar, ou de pouco estimar, a parcela histórica desta vila.

PROPOSTAS DO PGU DE 1980

Feita a contextualização que levou à produção deste documento, que elementos podemos nós dizer que ele contém, a nível da gestão das áreas patrimoniais mais sensíveis?

Desde logo, deve ser apontado que este documento é bastante claro no que se refere a esta questão, demonstrando coerência com as intenções políticas da Autarquia. Assim, ressalva que devem ser tomadas " medidas de protecção e recuperação de um património cultural, não só de carácter arquitectónico, histórico e arqueológico mas também estimulando a recuperação de actividades artesanais."⁵¹⁰. Repare-se que este articulado vai mais longe do que uma mera constatação desse valor, mas salientando a necessidade da sua recuperação material e de esta ser acompanhada de uma dinamização idêntica, ao nível do contexto cultural, que permita uma complementaridade entre edificado e prática vivencial. De certa forma, podemos dizer que ele não se afasta dos pressupostos de conservação que já eram apontados no documento de 1957, com uma importante diferença, infelizmente: nesse documento não se falava em recuperação, o que nos leva a confirmar que as décadas de 60 e 70, a este nível, representaram um retrocesso na qualidade, quantidade e diversidade dos

⁵¹⁰ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 16.

elementos patrimoniais então presentes na vila e concelho de Mértola, que, seguramente, se degradaram neste período em que a quebra demográfica, o abandono de muitos domicílios, foram muito severos..

Foi já descrita, também relativamente a esse período, a demora que então se verificou para concretizar o desenho da expansão urbana. Assim sendo, não é de admirar que esta questão continue na ordem do dia, no que respeita à revisão de 80 que aqui analisamos. O urbanista refere, por isso, a necessidade de “melhorar as condições de habitação existente e ordenar o desenvolvimento de nova habitação e definir reservas de expansão a longo prazo”⁵¹¹.

Um outro aspecto que persiste do plano de 50 para a contemporaneidade (e que se estendeu igualmente até aos nossos dias, é o problema da circulação. Dai que, em 1980, se saliente ser fundamental “ordenar uma rede viária que sirva as necessidades locais e que desafogue o canal único de passagem que é o atravessamento da Vila pela EN122; criar locais de estacionamento ligados à actividade central da vila e suficientemente perto para permitir e estimular a deslocação a pé a pontos cujo acesso por automóvel é desaconselhável ou difícil”⁵¹². Mais adiante nesta dissertação abordaremos este tema, cujo desenho de detalhe foi realizado em 2004, e espera-se, seja agora finalmente implantado como solução viária.

Esta questão da circulação viária tornou-se um problema neste eixo da EN122 uma vez que esta, em vez de ter sido de imediato corrigida, acabou por persistir atravessando a zona do Largo Vasco da Gama, área que, pelas suas características morfológicas, se pode considerar idêntica ao casco histórico intra-muros; aliás, o seu desenho revela da mesma organicidade, e é o retrato de um tempo em que apenas as carroças dos mercadores vinham às portas da vila a vender os mais variados produtos. Um novo meio de transporte deveria ter pressuposto a existência de novas vias, adaptadas, não só ao seu uso, mas igualmente ao seu número e forma de utilização, o que, por necessidade de zonas de estacionamento e manobra, implicava um espaço disponível muito maior. Como tal não se fez, esse novo meio de transporte veio pôr a nu as dificuldades para a circulação que tinham sido geradas com esse “urbanismo” não planificado, pouco ortogonalizado....

⁵¹¹ Dado que foi ele o urbanista até à revisão de 2003, este problema ficou desde logo salvaguardado, e é interessante, se se vir a planta de ordenamento de 2003, como persiste a mesma morfologia de base que, como já o fizera Falcão e Cunha, respeita o relevo natural da zona, mesmo que este seja relativamente acentuado nalguns locais.

⁵¹² Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 16.

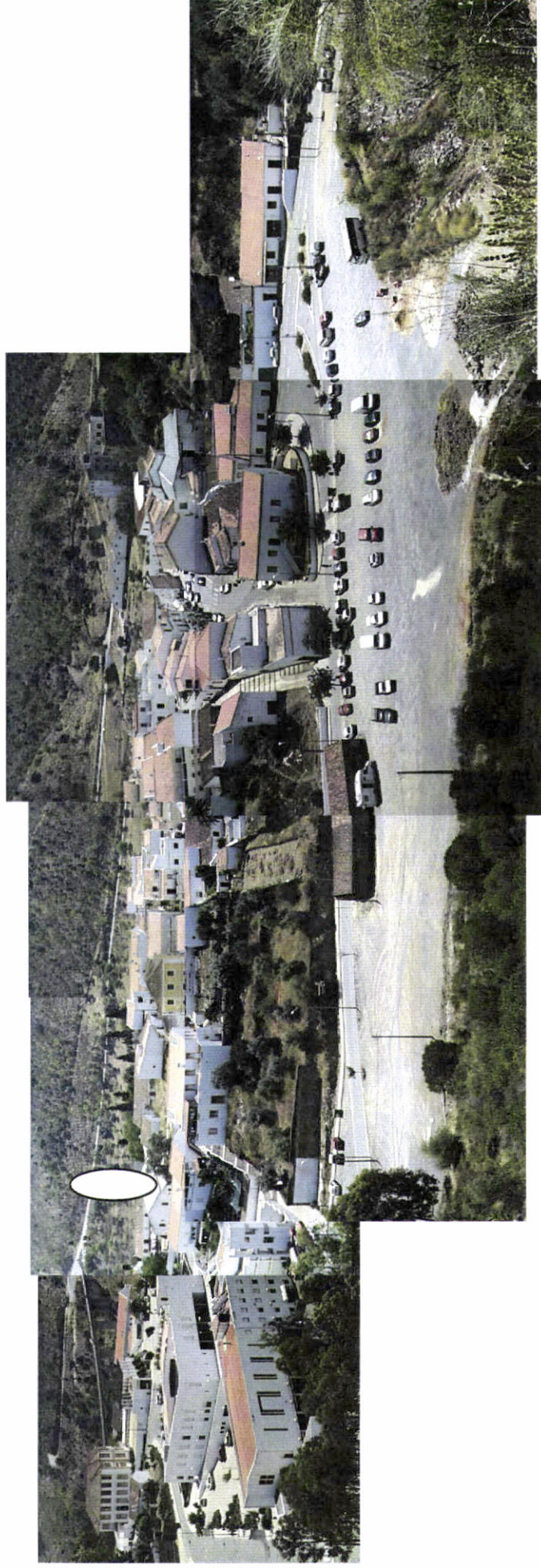
É precisamente em relação a esta questão que se dá a maior alteração da proposta de 1980 com a anterior, desenhada por Falcão e Cunha, pois que, este, pretendia que a zona persistisse como era, um espaço de convívio social estimulado pela presença do mercado e de outros estabelecimentos, mas sem lhe introduzir modificações estruturantes (aliás, nem de detalhe), ao contrário do que pretende Fernando Varanda no seu PGU: “Com o alívio que constituirá o desvio de uma parte do tráfego do atravessamento da Vila criam-se condições para pensar na reestruturação deste eixo de actividade em função de um ‘centro’”. E destaca como a sua proposta está em desacordo com a do anterior responsável: “A proposta do Centro Cívico feita em ante-plano de urbanização anterior não correspondia à ideia de centro de estar ou actividade: era um espaço, praça formal enquadrada por edifícios públicos, uma transferência em termos mais grandiosos da actual praça da Câmara que, como se sabe, não é mais do que um local de estacionamento para os automóveis de quem aí se desloca. O local escolhido para esta ‘praça dos poderes’ – o Largo Teófilo Braga estava como está hoje demasiado excêntrico da actividade principal da Vila para que pudesse pensar realisticamente na transferência para aí da animação do troço entre o Café Guadiana e o Café Alengarve”⁵¹³. Esta citação, que aborda diversos tópicos, mas que preferimos não interromper, merece um conjunto de comentários aos seus conteúdos, bem como aos seus pressupostos.

Se é verdade que a proposta anterior estava vocacionada para constituir um novo centro institucional para a vila, não é menos verdade que se reconheça que ela libertaria a praça central da zona histórica (Praça Luís de Camões) dos carros que aí se amontoam – e que hoje, já não são de quem aí se desloca, mas dos funcionários, que deixam, em geral, os carros “acampados” nesse local e nas ruas limítrofes todo o dia!, e o tráfego de «vai-e-vem» de alguns veículos do mesmo serviço -, e que ela criaria (como se espera venha a suceder ainda até ao fim da presente década) um efectivo centro institucional, onde o conjunto dos poderes locais, judiciais e centrais concentrariam os seus serviços, da saúde aos impostos, facilitando o seu acesso aos munícipes e a todos aqueles que deles necessitem.

Por outro lado, não me parece correcta a avaliação de excentricidade do citado Largo Teófilo Braga (Rossio do Carmo) em relação ao centro cívico informal, e popular, que a zona do Largo Vasco da gama constitui. Primeiro, em Mértola, todas as zonas são

⁵¹³ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 23. O texto refere-se ao antigo Café Alengarve, na actual rua Serrão Martins, onde hoje se situa o Banco Millennium BCP.

ARRABALDE DA VILA - vista geral



A imagem mostra toda a zona do arrabalde que começou a expandir-se para fora da muralha, uma vez mais, a partir do século XVI. Na extrema esquerda da foto, junto ao edifício da Escola Primária, seguia, ainda nos anos oitenta, um troço importante da via romana, que foi destruído pela construção da urbanização do Cerro do Benfica. No Rossio do Carmo, o largo fronteiro ao edifício escolar, e para poente deste (para baixo, na foto), foi prevista a implantação do Centro Cívico pela proposta de Falcão e Cunha logo nos anos 50. Aí estão já a funcionar o Tribunal, as Finanças, Notário e Conservatórias, Bombeiros Municipais (edifícios modernos de grandes dimensões, em primeiro plano a sede dos *soldados da paz*) e, na encosta para nascente, mas na mesma linha urbana, o Centro de Saúde (pouco visível na imagem). O espaço vazio que se vê em primeiro plano é o actual *terreiro da feira* e mercado semanal, mas só em duas ocasiões por ano (num total de 4 a 5 dias) é integralmente ocupado pela actividade comercial. Representa, por isso, a mais importante bolsa de estacionamento complementar aos edifícios ligados às funções políticas, jurídicas e de assistência médica da localidade - daí que seja fundamental trazer para o local do antigo quartel de bombeiros, na referida praça (assinado com uma mancha) as funções de administração municipal. Recuperar-se-iam, assim, as vantagens enunciadas no plano de urbanização original, permitia-se um arranjo urbanístico que valorizasse a necrópole arqueológica do Rossio do Carmo (escavada, mas, actualmente, quase integralmente coberta por passeios e via de circulação automóvel). O edifício do 1º ciclo evitaria, desta forma, tornar-se um espaço de função remendada (municipal ou não) quando da inevitável construção das novas salas no complexo escolar da Achada de S. Sebastião. Esta alteração, além da simplificação do acesso cómodo aos serviços - razão maior da visita à sede do concelho pela população não residente - e de facilitar o acesso por parte dos funcionários (uma parcela relevante dos automóveis actualmente amontoados todos os dias úteis no centro histórico) - permitiria trocar a ocupação dos espaços devolutos pelos serviços no centro histórico por funções culturais, o que em muito valorizaria esta área urbana. Na minha opinião, trata-se da alteração estruturante decisiva para que o centro histórico de Mértola possa atingir todo o potencial que aparenta.

um pouco excêntricas umas em relação às outras, como já em tempos mais recuados referia o primeiro urbanista contactado, de que a orografia muito particular da localidade devia ser respeitada, E se o foi, ao longo de séculos, as áreas urbanas resultam forçosamente um pouco “bizarras”. Depois, porque já então era visível, e o desenho semelhante entre a proposta de expansão urbana da vila de 1957 e o de 1980 o comprovam, passava por esta ser predominantemente realizada nas encostas do cerro do Benfica e da Forca, prolongando-se até à recém planada zona do Barranco do Poço Novo (Av. Aureliano Mira Fernandes). Ora, se isto estava a suceder, era evidente que o Rossio do Carmo seria a zona de transição entre a parcela mais antiga e a mais recente. Acrescia a esta centralidade a construção do (novo) Centro de Saúde local, edificado em 1978, que saíra da sua prevista localização original, na citada avenida, para se vir situar na encosta do Carmo, entre a escola primária e o cine-teatro. E, portanto, a meu ver, o plano deveria ter potenciado este local, cuja posição estratégica se veio de facto a reforçar, com a construção, na década de 90, de novos espaços institucionais (tribunal, repartições, bombeiros). O desenho urbano que daí resultou “puxa”, actualmente, os serviços camarários para que aí, também, se venham a instalar, até pelo desafogo de zona de estacionamento que a envolvente possui. Revelando a sensibilidade já reconhecida para as questões do património arqueológico, assinala que, face ao previsto nos anos 50, “o Palácio de Justiça (...) deverá sofrer uma modificação de implantação (mantendo-se embora na mesma área) de forma a permitir as escavações na zona da Basílica e a integrar num espaço que valorizará sem dúvida o património de Mértola para os que aí residem e a visitam”⁵¹⁴. Esta intenção, como podemos constatar actualmente, tem vindo gradualmente a concretizar-se, cumprindo-se assim a intenção que o urbanista então destacava. A actual intenção de não deslocar a sede da Autarquia está, na actualidade, a comprometer essa possibilidade de um melhor desenvolvimento urbanístico e a recuperação do Centro Histórico.

Mas em relação à questão da centralidade, e face ao que tinha sido proposto no Antepiano de 58, este urbanista aposta num desenho urbano em que a centralidade institucional e cívica estão afastadas, pois que, não tocando na localização da Câmara Municipal, concentra a sua atenção no Largo Vasco da Gama, apostando no reforço da sua encosta virada ao rio para a dinamização deste centro cívico – ou seja, na direcção oposta à do Rossio -, mas um espaço que o próprio reconhece ser “excêntrico”: “O Centro da Vila existe, potencial, em torno da área um pouco

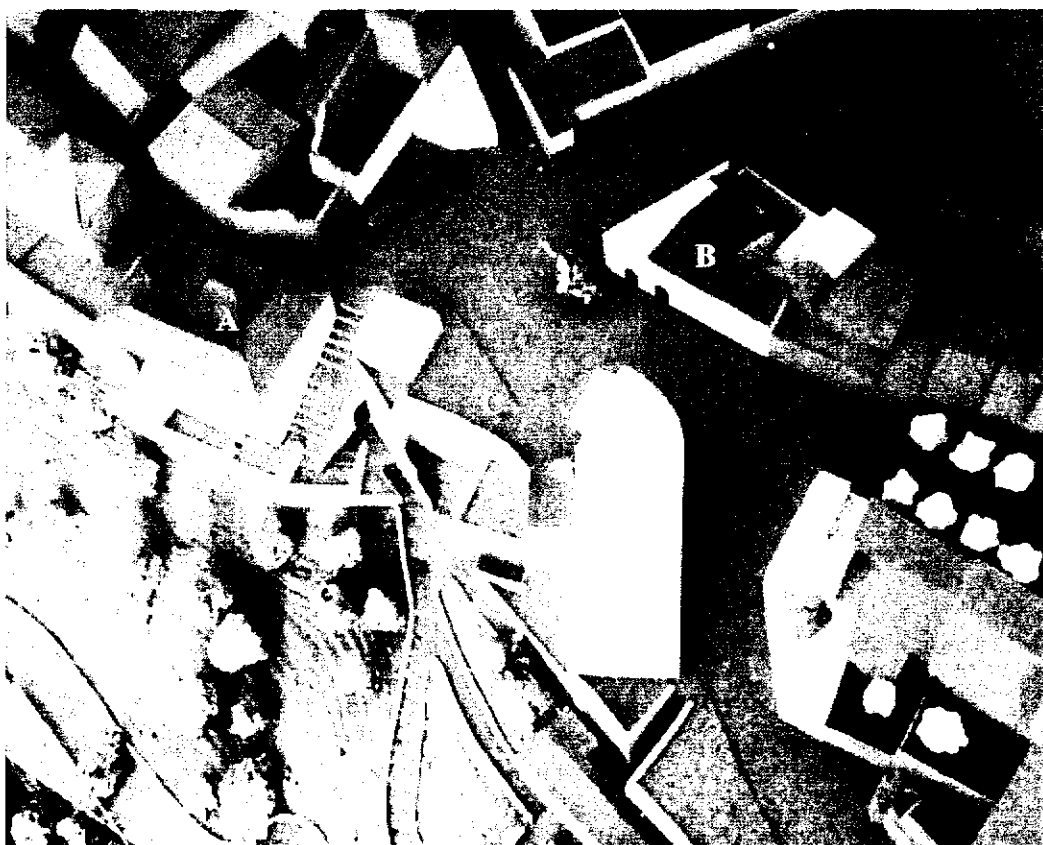
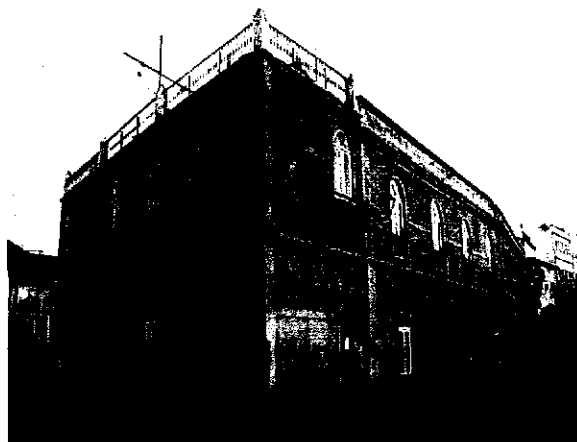
⁵¹⁴ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 5.

pretensiosamente chamada 'Largo Vasco da Gama', porque neste momento [e ainda hoje] não se trata verdadeiramente de um largo mas sim do espaço que sobra para estacionamento entre o mercado, cafés e uma curva e contracurva (...). Mas esta é a parte da Vila onde a população estaciona; esta é a parte mais animada para a população, com os seus cafés, e mais abaixo o larguinho – miradouro sobre o rio, desastradamente estrangulado pelo posto de transformação e onde há sempre gente nas noites de Verão. (...) A capacidade de transformação desta área, depende natural e essencialmente do interesse e capacidade de resposta da iniciativa privada, pública ou mista, que tirará, da animação e melhoramento deste centro, compensações que justifiquem o esforço e investimento aqui feito"⁵¹⁵. As dificuldades económicas que o concelho, e o País em geral, nesta época sentiam, não permitiu um avanço para estas obras na encosta, o que manteve o "largo" exactamente com a mesma feição que possuía até ao derrube da casa Silva (armazém de tabacos referido, conhecida pelo nome do seu já muito idoso proprietário), quando da construção de nova sede da ADPM (ver sub-capítulo respectivo), em que finalmente foi um pouco desafogado o espaço público, com o alargamento da praça).

Aquilo que me parece derrubar esta proposta, face à alternativa de usar o Rossio como novo centro institucional, é que ela contradiz, na prática, as intenções de salvaguarda e recuperação patrimonial que são expressas nas intenções gerais e noutros capítulos deste mesmo plano. Porque ela:

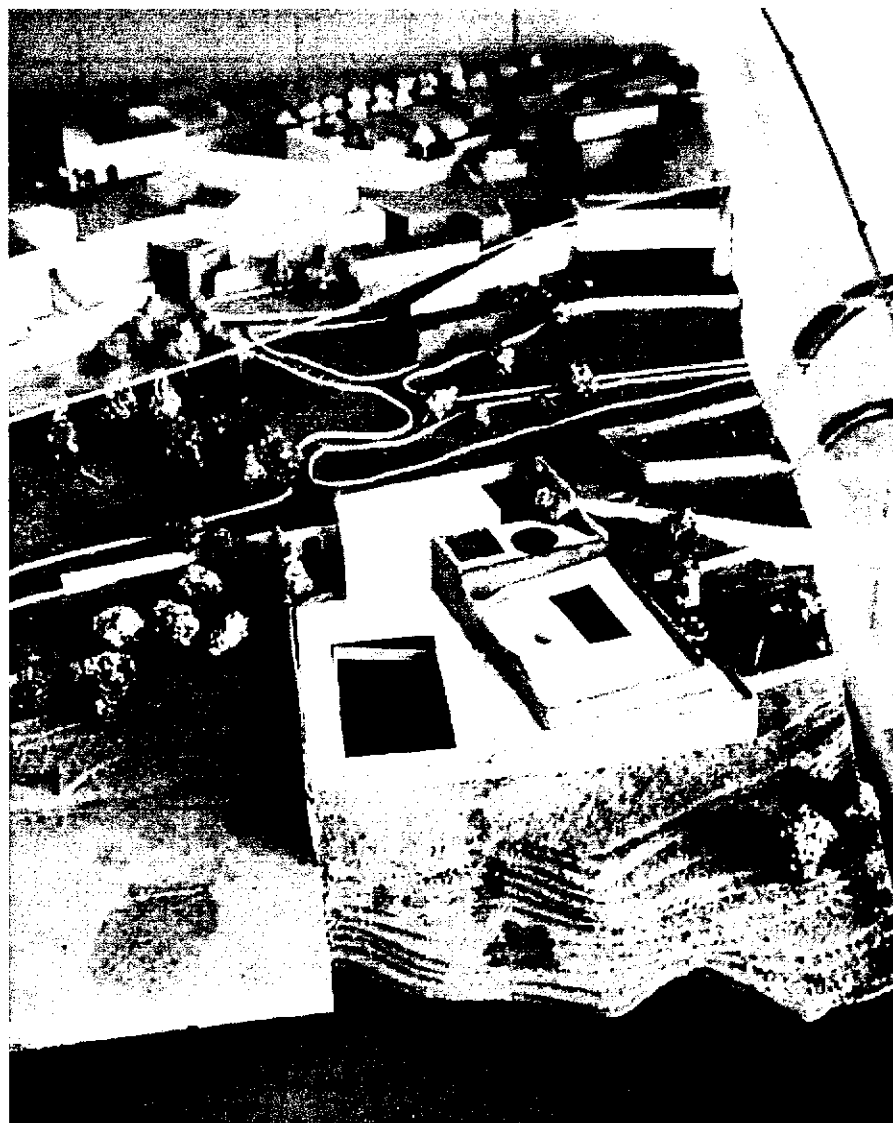
- não permitia libertar o casco histórico dos veículos automóveis;
- não protegia as encostas e as margens do Guadiana de construções, promovendo, em vez do seu saneamento, a sua ocupação (mesmo que pontual...);
- não valorizava o arrabalde, nas suas funções históricas e tipologias arquitectónicas, desprezando este espaço como zona de transição entre a vila antiga e a nova. De facto, a proposta deveria ter investido no aperfeiçoamento urbanístico desta área (entre o edifício dos correios e o cine teatro), o que só veio a ser alvo de plano de pormenor a partir de 2001 (arranjo proposto pelo Arquitecto Castro Caldas e Arquitecta Paisagista Luísa Roque, para estruturação deste eixo comercial da vila).

⁵¹⁵ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 24.



Centro cívico tradicional da localidade, o Largo Vasco da Gama é, na realidade, mais um cruzamento excêntrico, que resultou da expansão do arrabalde a partir de um único acesso ao casco histórico, a Porta de Beja, que se situava onde hoje está o mercado municipal [A]. Local de alguns edifícios de grandes dimensões, como a localmente designada «casa Vargas» (foto em cima à direita, e [B]), em tempos já usada como sede da Autarquia e que foi, também, a 1ª sede do Campo Arqueológico, foi alvo de um projecto desenhado, no início da década de 80, pelo Urbanista Fernando Varanda (maqueta na foto de baixo), que visava a remoção da «casa Silva», um armazém de tabacos aqui existente, de modo a abrir um dos lados à visão sobre o rio [C]. Esta intenção foi em parte cumprida na construção da sede da ADPM (ver subcapítulo respectivo). Igualmente se previa a melhoria das ligações pedonais, diversificando as possibilidades de descida até ao cais, que à época desta proposta, apenas se faziam confortavelmente pela rua que desce junto ao Cine Teatro, ou na Torre do Relógio, ambas bastante afastadas desta zona central. A ligação intermédia para nascente foi executada em parte na mesma ocasião e igualmente complementada na área da sede nova do Clube Náutico, já mais recentemente..

CAIS DO RIO GUADIANA - MÉRTOLA
maqueta do complexo de piscinas (projecto não concretizado)



No início dos anos 80, o arquitecto e urbanista Fernando Varanda, que é desde então o responsável pelos Planos Gerais de Urbanização, desenvolveu uma proposta para a zona do cais fluvial da vila de Mértola. Essa proposta previa a implantação neste local de um complexo de piscinas, que inclusive aproveitava antigas estruturas de velhos armazens semi-arruinados. Independentemente da qualidade arquitectónica (que não é possível avaliar totalmente na maqueta), e da pouca sensatez social de construir a piscina numa zona baixa, permitindo angulos de observação indiscretos de pontos mais elevados, independentemente de todos esses aspectos, o que é mais incrível nesta proposta é imaginar que não se tenha levado em consideração a afronta patrimonial que ela mesma representava ao colocar-se num ponto de tão grande destaque em frente à muralha da vila histórica. Ter-se-ia assim construído um edifício completamente dissonante, que desvirtuaria parte do impacto que tem a vista de Mértola a partir da margem oposta. Felizmente, em planos futuros, esta intenção foi alterada, e a nova zona de implantação definida na plataforma da Achada de S. Sebastião, junto das escola e pavilhão polidesportivo. Apesar dos anos passados, este projecto de piscinas de grande dimensão não foi ainda concretizado.

Em detalhe, a proposta de Fernando Varanda propunha para esta zona as seguintes modificações:

- arcadas abertas no rés do chão da casa Vargas, simpático no desenho, mas pouco importante em termos do estrangulamento de que a zona sofre;

- escadaria para acesso ao cais, que na sua proposta ligava a um local sob o mercado, na estrutura edificada no século XIX, onde existem arrecadações (hoje é o museu da tecelagem), e onde propõe a criação de uma pequena biblioteca municipal que veio a ser colocada na antiga cadeia. Este local não aparenta aliás, ter grandes condições de salubridade para ter uma tal função;

- a colocação de um cinema-esplanada na encosta, parece-me exagerada, em dimensão, para aquilo que o cinema, enquanto actividade de lazer, representa no tempo livre da população local. Além de que poderia introduzir uma «ferida» demasiado grande na encosta sobranceira ao rio, sem querer, obviamente, questionar a qualidade arquitectónica da proposta;

- cais valorizado com esplanada e como local de embarque, um importante melhoramento (que só no presente parece vir a concretizar-se), mas em que a piscina pública, que faz parte do mesmo plano, é claramente um equipamento intrusivo, pela sua dimensão, e pela sua contradição visual e funcional com o centro histórico de Mértola;

- a proposta de fazer uma pousada junto da esplanada sobranceira ao rio também não se concretizou, ao invés do que sucedeu com a relativa ao armazém de tabaco (chamada «casa silva» do nome do proprietário) cuja demolição permitiria alargar o Largo Vasco da Gama, de certa forma a transformar a zona um pouco mais em largo do que aquilo que ela era, e que se concretizou pois a ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola comprou este edifício e procedeu ao alargamento, embora apenas parcial do largo e da vista sobre o rio, embora, felizmente, não tenha feito ao nível do largo quaisquer sanitários.....

Regressemos às questões da protecção específica do património, neste caso, à do património monumental, que é assegurada pela lei geral, mas cuja realidade depende do empenho dos agentes políticos e técnicos locais. Mértola neste aspecto passou a ser, desde a instituição das zonas *non edificandi* um lugar de características *sui*

generis, uma vez que quase todo o seu espaço urbano antigo ficava dentro do perímetro das áreas de protecção dos 2 principais monumentos da localidade, o castelo e a igreja matriz (antiga mesquita). Claro que estes limites criavam dificuldades na protecção da envolvente imediata, dita de contexto, que, na sequência dos pressupostos de Veneza, passara a ser fundamental para a compreensão integral do valor cultural dos monumentos. Por isso não admira que nesta revisão seja proposta uma definição em ZEP (Zona Especial de Protecção), assegurando a definição – e logo a salvaguarda – de uma área mais coerente, quer histórica quer arquitectonicamente, e, dessa forma enriquecendo o património local. Daí propor-se a alteração dos perímetros de protecção: “Estes perímetros têm em vista não só a protecção do património construído ou arqueológico da Vila como também a de zonas abertas que são parte integrante do ambiente em que ela se insere. Os perímetros de protecção que se sugerem impedem a alteração de características naturais notáveis existentes, e a construção de quaisquer edificações dentro do seu âmbito; determinam áreas de pesquisa arqueológica; e obrigam à necessidade de recuperação e restauração dos edifícios neles contidos”⁵¹⁶.

No entanto, no texto escrito em 80, Varanda já a fazia sobressair, ao escrever que “Além Rio é de longe a parte mais degradada de Mértola; está no entanto numa situação visualmente privilegiada, com a vila de Mértola estendendo-se à sua frente, o que a tornará mais cedo ou mais tarde extremamente atraente para novas capacidades de habitação servida por transportes dado o seu acesso automóvel tão fácil”⁵¹⁷. E mesmo face a uma afirmação destas, nunca foi tida em conta como área a ficar sob a alçada do Plano e Regulamento de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola... Realmente, só por desconhecimento dos dados históricos que lhe deram origem e que marcaram a sua configuração ao longo de séculos, se pode considerar que isto sucedeu.

Sem dúvida que, do ponto de vista da proposta, a vocação turística que a outra margem poderia oferecer, em termos de desenvolvimento dos equipamentos de

⁵¹⁶ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 17. Mais uma vez tenho que referir esta questão - não deixa de ser curioso o facto que em nenhum Plano de Salvaguarda ou PGU tenha sido considerado o Arrabalde de Além-rio – vital quer na sua história, quer pela sua relevância no contexto da envolvente paisagística – como área a integrar nos limites que corresponde a acção específica dos Gabinetes Técnicos Locais, seja no constituído em 1989, seja no que vai em breve entrar em funções. Tal facto resulta de um saber pouco multidisciplinar no momento de ser traçada essa linha delimitadora, e é um assunto a que voltarei posteriormente, e que como se perceberá, tem a maior relevância, pois podem ser truncadas desta forma parcelas importantes do tecido urbano antigo.

⁵¹⁷ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 18.

hotelaria, era importante, e por isso mesmo referida: "Seria ainda possível estudar, numa comparação de custos e de vantagens e de localização com outras alternativas como se verá adiante, a inserção de uma estalagem no preenchimento do espaço a sul da EPAC"⁵¹⁸. Penso que foi bom que durante estas duas décadas não se tenham concretizado ali tais projectos, uma vez que não era ainda suficientemente claro, a nível estratégico, o peso que a outra margem deveria desempenhar, não permitindo a desfiguração da vista que eventualmente se proporcionaria a quem percorre as ruas da parte murada da margem direita. Os projectos para conversão dos celeiros em hotel não passaram ainda de meras propostas, mas não deixaria de ser uma opção interessante, acautelados, como é evidente, os excessos de luz eléctrica e de enfeites na envolvente em que estes empreendimentos são useiros e vezeiros, num mau gosto cada vez mais exibicionista. As propostas deste urbanista, como se verá, não seguem de perto a linha definida por Ribeiro Telles e pelos outros paisagistas do Antepiano, em que a reconversão da vegetação ribeirinha era a acção a empreender para garantir a pureza da sua imagem. É verdade que o texto que consta do PGU aparenta um total acordo ("As encostas da Vila Velha e a zona ribeirinha devem ser também objecto de tratamento: recuperação dos antigos percursos desde o cais, plantação de espécies arbóreas e arbustivas. Isto passa, é evidente, pelo fim dos esgotos abertos e pelo despejo do lixo pelas encostas"⁵¹⁹) e, inclusive, como se lê, também se luta pelo fim da prática corrente de atirar lixo para as margens por cima da muralha. Mas as propostas concretas que virá a apresentar posteriormente não são tão «leves» no seu tratamento da envolvente quanto esta avaliação faria supor que sucederia, mais a mais sendo o autor o mesmo. De certa forma, e considerando o impacto de algumas destas propostas (piscinas municipais, escadarias, plataformas...), ainda bem que de facto esta zona ficou durante todo este tempo quase sem intervenção transformadoras. A meu ver, fundamental é o seu tratamento como área de lazer, com valorização paisagística, sem a tentação de lhe colocar edifícios funcionais, mesmo que estes sejam para essas actividades, sob pena de se sobrecarregar ainda mais a zona, como sucedeu na Achada de S. Sebastião. E, acima de tudo, reflectir na valorização das duas vistas possíveis que o vale proporciona.

No que concerne ao património edificado da vila velha, uma vez mais de forma coerente com a defesa do património local, propõe-se uma hierarquia de acções com vista a obter resultados positivos: "Na Vila Velha as acções prioritárias referem-se à recuperação das habitações. Esta acção poderia tomar a seguinte forma: inventário

⁵¹⁸ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 19.

⁵¹⁹ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 20.

das habitações em mau estado, caso a caso; levantamento de arquitectura, com análise das carências do estado estrutural; projecto de renovação com orçamento; propostas de obras aos senhorios mediante uma subida de renda dentro dos limites razoáveis para o utente; negociar a compra da casa pelo utente e a aplicação do Programa PRID⁵²⁰. É interessante determo-nos aqui um pouco nestas propostas. Se elas faziam parte de um todo coerente, podemos desde logo dizer que os resultados concretizados ficaram muito longe dessa perspectiva.

A etapa que, de imediato, se começou a planear e que teve alguma concretização foi a de inventário e de projectos de reabilitação de imóveis do casco histórico. Essa tarefa foi dinamizada pelo próprio urbanista, que, com a colaboração entusiástica de alguns professores do Curso de Arquitectura da ESBAL, cativou um grupo de alunos para levarem a cabo uma parcela de tal tarefa, integrando esse desempenho nos seus trabalhos de alunos finalistas. Esta acção será analisada no sub-capítulo seguinte.

As outras duas saldaram-se por uma completa imobilidade, que em certa medida podemos justificar como resultado da falta de capacidade financeira para que o resultado tivesse sido outro. Em primeiro lugar, falta de capacidade financeira por parte de muitos senhorios, e, igualmente, por parte do Município, para custear tais obras. As baixas rendas, como em todo o País, e o desinteresse pela rentabilização desses imóveis - compreensível nesses anos, em que não era visível ainda o potencial valor imobiliário que este casco histórico viria a ter - e que torna, actualmente, quase proibitiva a compra de lotes ou de habitações nesta área urbana - eram as principais razões, a que acrescentavam a existência de imóveis devolutos, de proprietários falecidos sem descendência notória. A Câmara, ao longo dessa década, vai adquirindo alguns imóveis, mas, claro, sempre de uma forma muito pontual. Aquilo que se propunha neste documento só se concretizará a partir de meados dos anos 90, primeiro, pela aquisição de imóveis por parte de particulares, alguns mesmo não residindo permanentemente na vila (um início de fenómeno de "obidização"...) que neles realizam obras de recuperação, e, a partir de 1999, com a criação, finalmente, de um programa sistemático de apoio à reabilitação do património edificado. Este programa será também abordado especificamente nesta dissertação.

⁵²⁰ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 19.

No que respeita à compra de imóveis pelos locatários, e posterior candidatura ao PRID, também esta acção se saldou por um rotundo fracasso, não se tendo concretizado um único caso, em virtude da citada situação de debilidade financeira.

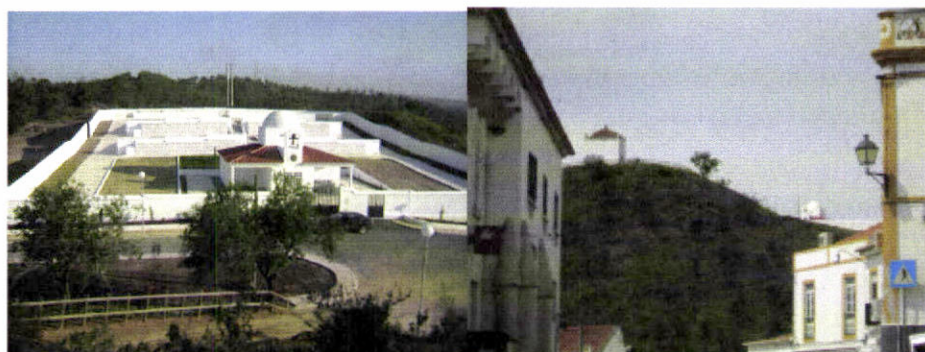
O inventário sistemático, e as fichas de planeamento de intervenções, foram apenas concretizadas em 1991, depois de dois anos de trabalho efectuado pelo Gabinete Técnico Local, de que daremos conta mais adiante. Este trabalho complementou o que havia sido feito pelos estudantes de arquitectura entre 1982 e 1984, mas, quer o esforço de uns, quer o de outros, não foi suficientemente valorizado, e por isso, mais uma vez invocando razões financeiras, este Gabinete foi desfeito pela Autarquia, que não lhe deu a devida continuidade, quando o poderia constituir em Gabinete do Centro Histórico, seguindo a única metodologia que tem provado consistentes resultados positivos em todos os locais do País e da Europa onde foi seguida: a manutenção de uma equipa técnica a funcionar permanentemente nesta áreas críticas, para lá dos horizontes temporais dos eventuais e/ou esporádicos financiamentos estatais.

Para além destas propostas de carácter geral, a revisão do PGU elaborada em 1980 avançava também em algumas sugestões específicas para alguns imóveis, na opinião do autor do documento, merecedoras desse destaque. O primeiro destes foi o edifício da Praça Luís de Camões que funcionou como sede da Câmara desde o século XVI (com alterações), e onde, desde finais do século XIX até finais do XX, funcionou o tribunal. Para este imóvel o arquitecto propõe que ele se possa destinar à “constituição de um equipamento comercial de 1ª necessidade cuja falta se faz sentir, bem assim como a de um estabelecimento de permanência – pequeno café – que apoiaria além disso outro equipamento a criar nesta área: os museus (um já existente e outro em projecto) e o centro de actividade artesanal que tomaria lugar no edifício do presente Centro de Saúde, na Rua da Afreita, que, como se disse, será deslocado para novas instalações”⁵²¹. Apesar de esta proposta parecer hoje um pouco esdrúxula, face ao desenvolvimento que o projecto museológico sofreu ao longo da década de 90, é de destacar a predisposição do autor do Plano para propostas concretas, não se ficando pela mera apresentação de generalidades.

Foi então definida a nova localização para um campo mortuário, pois já então o cemitério da encosta do castelo apresentava sinais de vir a esgotar o seu espaço para novas sepulturas. Em virtude dessa situação, “propõe-se um novo cemitério junto ao

⁵²¹ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 20.

cerro da Sr.^a das Neves, dado que o existente chegou ao limite da sua lotação. O acesso existente seria por conseguinte melhorado”⁵²². No entanto, só no ano de 2004 foi finalmente iniciada e concluída a construção deste novo espaço! Pena foi que ao seu autor tenha faltado considerar os ângulos de visão relevantes nesta sua (e nas subsequentes...) proposta, pois deveria ter sido restringida a proximidade de quaisquer edifícios em relação à referida Ermida. A nova capela, de gosto até um pouco questionável, ficou situada de forma excessivamente visível, e vem assim fazer perder qualidade a esta paisagem.



Novo cemitério, colocado na encosta a Norte da Ermida de N.^a Sr.^a das Neves, lamentavelmente numa situação em que visualmente, em alguns ângulos, conflitua com a vista deste monumento.

Mesmo que o campo mortuário não tivesse a possibilidade de ser colocado mais atrás, poderia sempre ter-se construído a capela nova no topo oposto, com rua interna como era típico no século XIX, ou com acesso na face mais afastada do muro, onde ficaria mais dissimulada pela vegetação que cobre essa área.

De facto, esta questão é pertinente em termos da manutenção de um padrão de qualidade no património edificado e paisagístico, padrão que assume uma importância tão grande quanto o turismo (em diferentes vertentes, mas também o cultural) é considerado a actividade com maior potencial no concelho. E esta actividade pertence a uma tipologia em que o que merece maior destaque são os pormenores. Já em 1980, e bem, o planeamento urbanístico levava estes aspectos em consideração, pois, se por um lado havia “suficientes indicações de abertura de Mértola ao «mundo exterior» por via do aproveitamento da sua capacidade turística; não só pelo aparecimento de propostas de empreendimento turístico na área como também pela inevitabilidade de tornar úteis à vila os fluxos dirigidos ao Algarve Oriental e até, a um prazo mais longo, uma possível saída directa para Espanha se se concretizar a abertura de uma fronteira sobre a barragem do Chanca no Pomarão que está a ser

⁵²² Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 21.

construída pelos Espanhóis”, por outro, e no que se refere ao “aproveitamento de recursos turísticos se deverá ter toda a tenção para que eles funcionem para benefício da população e não sejam, como tem demonstrado a experiência noutros locais, factor de degradação de uma certa qualidade de vida, funcionando afinal como destruidores daquelas mesmas características que começaram por tornar os locais interessantes para os forasteiros”⁵²³. Esta proposição era, por isso, indiciadora de que o urbanismo, quer no crescimento da vila, quer no tratamento da sua envolvente paisagística, deveria ser feito considerando a importância das áreas históricas da vila.

Igualmente, o plano reflectia já um problema de escalas, ou seja, em que o dimensionamento do crescimento de certos segmentos, particularmente o sector da hotelaria (dormidas e restauração), poderia vir a ter um peso determinante no crescimento da urbe. A respeito desse assunto, alertava o urbanista para a devida atenção que deveriam ter as autoridades locais no sentido de evitarem essa explosão quantitativa, que poderia ter as mesmas consequências nefastas para o património do que as que atingiram o Algarve, devendo fazer-se uma aposta preferencialmente na qualidade e na diversidade: “[neste sector é fundamental] Mértola saber controlar um fluxo turístico de forma a proporcionar um intercâmbio cultural e económico saudável e manter e melhorar as características que a fazem precisamente tão atraente a quem vem de fora. O turismo em Mértola tem aliás uma componente valiosa: é que pode ser turismo para praticamente o ano inteiro. Turismo de paisagem, caça e pesca, nas estações vizinhas do Inverno; turismo de sol e água no Verão. O aproveitamento do Guadiana como local de passeios de barco, conduzindo mesmo a uma distribuição mais regular por praias fora da imediaticidade directa das praias da Vila é, por exemplo, uma das hipóteses a considerar que não necessita, à partida, de ter por detrás o peso de grandes organizações que levam afinal os maiores benefícios económicos para fora da região”⁵²⁴.

Não vamos aqui desenvolver este aspecto, pois que o modelo, ou modelos, da gestão estratégica do turismo, possuem o seu capítulo específico. Apenas, para terminar esta análise do PGU proposto em 1980, que ele mantém, em grande medida o rumo já traçado nas décadas anteriores. Nele, tem destaque o valor do património edificado, cuja implantação singular fazia (faz) de Mértola um local de grande interesse histórico e beleza arquitectónica. Como referi já, este arquitecto, apaixonado pelo local, mobilizou então um conjunto de estudantes de arquitectura, para com ele se

⁵²³ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, p. 14.

⁵²⁴ Revisão do Plano Geral de Urbanização da vila de Mértola, Memória, pp. 15-16.

dedicarem à salvaguarda desse rico conjunto edificado. Vejamos, um pouco, os resultados desta iniciativa.



4.2.3 – Projecto de Estudo e Reabilitação do CH em colaboração com a ESBAL (1982-84).

Mértola foi, neste aspecto, um dos sítios do interior do nosso País que mais beneficiou da «revolução cultural» que explodiu na segunda metade da década de 70 e cujos efeitos persistiram ainda uns bons anos. Dessa forma, um convite para vir para uma localidade perdida nas margens do Guadiana, de pouca população e poucos locais de convívio público, com comida simples e alojamento rudimentar em camaratas improvisadas, se bem que gratuitas, era nesse tempo encarado não como uma condenação pela falta de estudo, mas como uma recompensa académica, festejada com agrado, e com a distinção social (e muitas vezes política) de se ser seleccionado a participar na ressurreição dessas afastadas gentes e locais.

Motivada pelo contexto cultural, dinamizada pela personagem carismática do seu Presidente Serrão Martins, a Câmara de Mértola agarrava todas as oportunidades para, com poucos meios mas muito empenho, trazer ao de cima os valores que possuía, fosse em que sector de actividade fosse. No património edificado, o contacto com Fernando Varanda (contratado como arquitecto e urbanista para rever o PGU de

Falcão e Cunha) proporcionou uma nova ocasião, semelhante à protagonizada pela investigação arqueológica, com os estudantes e a direcção de Cláudio Torres

Nesse início da década de 80, “visível era o estado de degradação da Vila Velha, e consciente dos valores patrimoniais que perigavam, entendeu a Câmara Municipal de Mértola que algo deveria ser feito; e foi assim que, nos anos lectivos de 1980/81 e 1981/82, alunos dos últimos anos do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa trabalharam em Mértola, ao abrigo de protocolo envolvendo a Câmara e a Escola, numa acção com algo de pioneiro no nosso País⁵²⁵.

As intenções gerais deste projecto técnico pedagógico exemplar são sintetizadas pelo seu mentor:

- Renovar o tecido urbano existente e recuperar o património construído, nomeadamente no domínio habitacional;
- Desenvolver as qualificações da praça Luís de Camões como centro funcional da Mértola antiga;
- Contribuir para a fixação de população;
- Aproveitar a sub-estruturas romano-árabes no subsolo desta praça, reformulando a utilização destas (que no presente é apenas arqueológica);
- Potenciar a atractividade da vila velha, melhorando as acessibilidades e o sistema de tráfego.

Quanto aos objectivos específicos:

- 1 – Viabilizar nos sentidos humano, social e urbano, o património cultural e arquitectónico do “casco antigo”;
- 2 – Mobilizar a plena ocupação e utilização do parque habitacional;
- 3 – Tornar a vila velha numa unidade de vizinhança com um carácter homogéneo entre as diferentes funcionalidades;
- 4 – Criar um centro funcional intra-muros;
- 5 – Criar um espaço de vivência pública e cívica intra-muros;

⁵²⁵ Este documento foi assinado pelo Presidente do Conselho Directivo, Professor Brandão, e envolveu a turma do Assistente José Manuel Fernandes, que leccionava, no 4º ano do curso, a cadeira de História da Arquitectura Portuguesa. No segundo ano desta colaboração, para o qual transitaram muitos dos alunos já envolvidos no ano anterior, foram colaboradores os professores Manuel Tainha e Rui Duarte, para além do referido Assistente, envolvendo as cadeiras de Projecto, Construções e Teoria e História da Arquitectura. Destes detalhes e de muitos outros elementos interessantes, bem como de visões teóricas relativas à importância da recuperação foi feito um dossier especial na revista Arquitectura, em 1982, há muito esgotado, e que pelo seu interesse se reproduz quase integralmente num anexo desta dissertação.

6 – Criar novo acesso ao rio, estimulando o "diálogo" social com o rio;

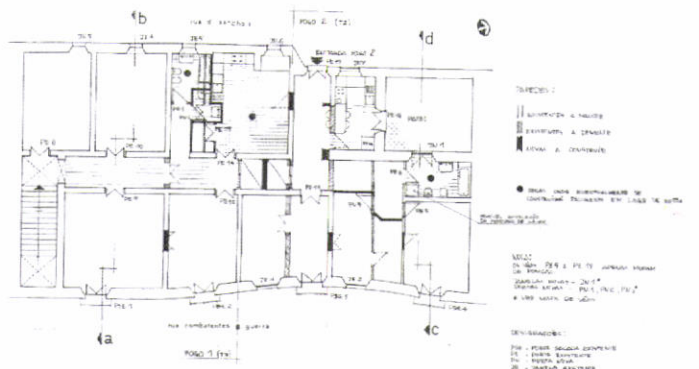
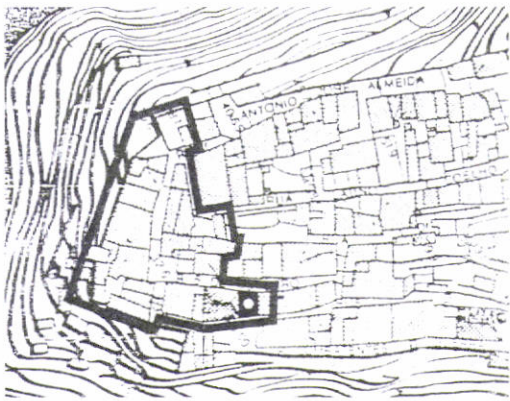
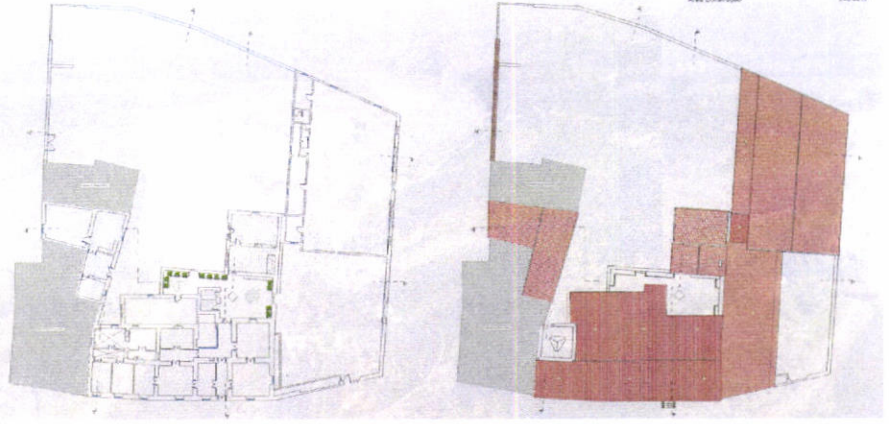
7 – Preservação da configuração arquitectónica da vila velha, da imagem que possui tal como se vê ainda do além-rio.

Da maior parte das construções (= 70%) foi feito levantamento, e algumas viram feito e revisto o seu projecto de recuperação (=20%).

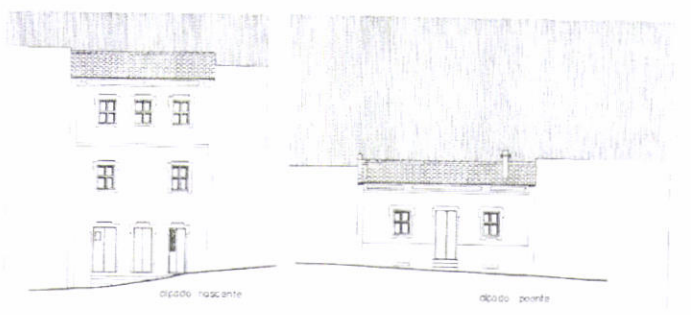
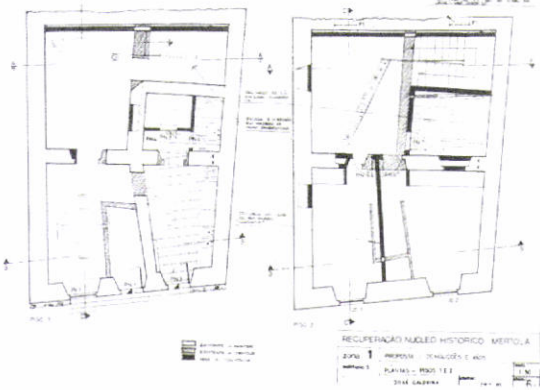
Os projectos que foram entretanto elaborados são peças do maior interesse. Por um lado, eles documentam, ao detalhe, não só grandes casas senhoriais da vila, com inúmeros compartimentos e acrescentos, numa variedade morfológica de um tipo que poderíamos até descrever como orgânico, em que se vê muitas vezes que a totalidade do fogo resultou de sucessivas ampliações ou anexações de edifícios contíguos; como ainda, dando a mesma atenção a pequenas casas populares, seguindo a linha de estudo que é habitual nos etnólogos, e que, no caso dos arquitectos, havia estado na base dos levantamentos da Arquitectura popular realizados nos anos 50, mas que não era, nesse tempo, uma esfera de trabalho muito corrente. Aqui, ao invés de executados como mero registo, são desenvolvidos em propostas de reabilitação (e reconfiguração de interiores), às vezes, sendo uma importante lição de um modo de intervir nestes pequenos imóveis que devia ser objecto de estudo por parte dos técnicos que são, contemporaneamente, chamados a fazer este tipo de projectos. Refira-se, para ressaltar a correcção dessa atitude, que foi essa uma das primeiras iniciativas da equipa do GTL dirigido por Ana Paula Félix, quando iniciou as suas funções em 1989.

Igualmente, eles denotam, na generalidade das memórias descritivas, uma salutar intenção de melhorar as condições de habitabilidade, sem interferir na qualidade formal do imóvel, bem como um específico cuidado em proteger as técnicas tradicionais de construção que lhes deram origem, propondo soluções de (re)construção ou arranjos que passam pelo uso desses procedimentos, ou por uma impecável combinação com necessidades de materiais modernos. Um aspecto também muito interessante deste trabalho realizado por estes estudantes foi a realização de desenhos padrão (de pormenores-tipo, como vãos, coberturas, beirados, degraus de acesso exterior), uma tarefa que parece configurar um propósito de elaboração de um manual de construção local, que infelizmente não chegou a ser finalizado e que seria, hoje, uma peça importantíssima para definir critérios nas intervenções realizadas no centro histórico, um dos aspectos lacunares ainda do presente sistema de subvenção à intervenção nestes edifícios que a edilidade actualmente promove.

Legenda de áreas
 Área de Lote 1763,77m²
 Área Construída 840,00m²



RECUPERAÇÃO NÚCLEO HISTÓRICO MERTOLA	
ZONA 3	PLANTA DE "1/2" ADAP. - INTERIORES
EDIFÍCIO 1	RECUPERAÇÃO DE 1980
ARQUITETO	ALVES PEREIRA JARDIM
DATA	2017/18
ESCALA	1/200



ORDEM DE ENTRADA DOS PROJECTOS

ZONA	PROJECTO		Nº EDIF: /zona	AUTOR DO PROJECTO
	A(arq)	U(urb)		
8	A1			CARLOS MARQUES
3	A2		1	JOÃO REI
3	A3		2	ARMINDO NEVES POMBO
3	A4		3	FERNANDO VARANDA
5	A5		4	JOSE MIRANDA
5	A6		5	JOSE MIRANDA
5	A7		2	JOSE MIRANDA
5	A8		9	ANTÓNIO MELO
5	A9		6	JOSE MIRANDA
3	A10		4	ARMINDO NEVES POMBO
5	A11		1	MARGARIDA GARCIA
5	A12		3	MARGARIDA GARCIA
5	A13		7	JOSE PAULO CAMPINO
5	A14		8	ANTÓNIO MELO
8		U1		CARLOS MARQUES
3	A15		5	ANA PESTANA(sò lev.)
1	A16		1	NUNO BARCELOS/ ANA TOSTOES
1	A17		2	NUNO BARCELOS
1	A18		3	ANA TOSTOES
1	A19		4	ANA TOSTOES
1	A20		5	JOSE CALDEIRA
1	A21		6	JOSE CALDEIRA
1	A22		7	ANA RAMOS



RECUPERAÇÃO NÚCLEO HISTÓRICO | MERTOLA

INSCRIÇÃO NOS PLANOS SECTORIAIS DO P.G.U.

ZONAS DE INTERVENÇÃO

Zona 8

ESC. 1:2000

DATA 0 VL. 01

Este conjunto de propostas, se bem que sem qualquer uma delas ter sido integralmente executada, estiveram, nalguns casos, na base de processos posteriores de intervenção arquitectónica – e foram, nalgumas delas, auxiliares preciosos de reflexão sobre a forma de intervir nestes edifícios, da necessidade de uma análise detalhada, da imperatividade de para eles se estabelecer um programa adequado que evite a sua total descaracterização patrimonial. Este tipo de trabalhos, como o que eles realizaram neste período, demonstra, claramente, uma correcta metodologia de abordagem a edifícios de carácter vernacular edificados em áreas históricas.

O mais importante a destacar, no entanto, e na opinião dos responsáveis por este trabalho, prende-se com o testemunho da ideologia da reabilitação que preconizavam e à qual queremos tecer aqui breve comentário.

Fernando Varanda, quando da publicação deste trabalho na Revista Arquitectura, é o primeiro a dar testemunho daquilo que verdadeiramente movia todos os participantes nesta experiência pedagógica, técnica e social: “A posição que se assume é a de que se acredita na necessidade de conservar os espaços tradicionais enquanto não for provado que eles são inúteis, inadequados ou nocivos, aproveitando as suas vantagens presentes ou latentes, que mesmo os que optam por espaços radicalmente diferentes reconhecem: tráfego automóvel reduzido, vida de rua possível e agradável a crianças e adultos, qualidades positivas na adaptação às características climáticas pelos edifícios, espaços e tratamentos formais característicos de épocas e regiões, etc.”⁵²⁶. Preconiza este arquitecto, por isso, da necessidade de uma análise aos edifícios que seja capaz de os ler, no seu valor presente e no seu valor potencial, impondo-se por isso a necessidade um programa de reabilitação que respeite ao máximo o testemunho material em presença. Não devem os arquitectos, ou outros responsáveis pela gestão urbana, dar de barato que a vetusta idade de certos edifícios, ou a pobreza dos materiais de construção, sejam justificadoras da decisão conducente à sua imediata destruição. Trata-se de ter a obrigatoriedade de emitir um ponderado julgamento – como ele diz, é preciso provar “que eles são inúteis, inadequados ou nocivos” -, o que implica reflectir sobre as decisões a tomar, e não optar de imediato pela remoção pura e simples desses imóveis. É pena que esta perspectiva dos anos oitenta não tenha completamente vingado, em muitos dos agentes activos da transformação e recuperação arquitectónica, nos anos subsequentes...

⁵²⁶ Revista Arquitectura, Dossier Mértola, 1982, p.28.

É evidente que não podemos deixar de atender ao argumento do mesmo autor de que os tecidos edificados não são imutáveis. Tal como noutras épocas anteriores à nossa, muito do que hoje nos choca e escandaliza, a ponto de querermos o camartelo em acção, será o património classificado do futuro. Não tenhamos ilusões de ter uma visão pura do que são valores patrimoniais, pois estes são não só ideológicos como contextuais – logo, concerteza muito pouco objectivos em termos da apreciação estética que, a partir deles, podemos fazer (já que a abordagem histórica nos está vedada para a produção contemporânea). O urbanista da Mértola do último quartel do século XX, tem pois razão quando escreve que “ao serem definidas medidas de protecção procura-se manter o equilíbrio de espaços, formas e invenções estruturais e decorativas que tornam os aglomerados e as edificações merecedores de serem protegidos, sem que isso signifique a intenção de os «congelar». Acredita-se, pelo contrário, que eles são vivos e que mudam e que parar o seu processo de evolução é começar o seu processo de morte. O que se procura é condicionar o processo de forma a que ele seja de mudança e não de mutação; isto é, que as transformações se dêem na continuidade formal e exemplar das edificações de que partem”⁵²⁷.

Estas palavras têm continuidade no que escreve Manuel Tainha, outro professor que trouxe, nesta ocasião, os seus alunos e a sua disciplina ao contacto com a prática no terreno. No texto que ele desenvolve na citada revista, é importante a referência que ele faz da metodologia; efectivamente, mais do que reflectir sobre os projectos em si mesmos, como aptidão técnica, interessa-lhe reflectir sobre o modo de conceber essa mesma arquitectura – “do velho se faz o novo”, afirma ele. “Introduzir melhorias e/ou reparações em áreas urbanas afectadas, em grau variável, de decrepitude física ou funcional; fazer provisão de serviços, com ou sem reconversão de usos existentes, etc.; tudo isto requer fina sensibilidade e inteligência perceptiva dos factos arquitectónicos e urbanos, assim como um renovado sentido de escala das operações (que não só a figurativa); enfim, um sem-número de qualidades de que o desenho dos *grands ensembles* está isento, ou quase”. E este modo de abordar a arquitectura pré-existente (método imprescindível num centro histórico!) sintetiza-a numa frase que deveria ser inscrita em faixas sobre as portas de gabinetes técnicos, de veradores e residentes autárquicos, e de tantos outros:

⁵²⁷ Revista Arquitectura, Dossier Mértola, 1982, p.28.

“A cirurgia de reparação é mais fina do que a cirurgia de ablação; quase sempre menos espectacular, mas socialmente mais útil, nos dias que correm”⁵²⁸.

Pena, em todo este processo, foi o seu desfecho. Em 1982, o primeiro professor a abraçar a proposta de Fernando Varanda, o também arquitecto José Manuel Fernandes, ainda podia escrever que “passados dois anos [a colaboração iniciara-se em 1980], o peso do trabalho realizado afirmou-se: foi possível passá-lo para projecto de execução como totalidade, ele existe e a dificuldade maior é agora apenas (!) o seu financiamento e arranque concreto – ou seja, a experiência resultou, a Escola cumpriu a sua parte, o seu papel”⁵²⁹. Mas talvez a morte trágica de Serrão Martins, vítima de acidente de viação, juntamente com Delfim Rosa Alho, presidente da Junta de Freguesia de Mértola, precisamente quando se dirigiam à ESBAL para uma reunião, tenha emsombreado definitivamente estes projectos, pois, na prática, e tal como foram então desenhados, nada se executou. Como se tivessem ficado marcados pelos eventos, os edifícios mais emblemáticos que estavam englobados nestas propostas e que já foram alvo de intervenção, foram-no debaixo de uma perspectiva completamente diferente – em muitos casos, poderíamos dizer que ARRANCOU-SE O VELHO PARA FAZER NOVO -, o que é exactamente o oposto ao que então se imaginou possível. E, por muitas justificações que se dêem relativas à inevitabilidade dessa transformações – a maior parte por programas que não se enquadram já na ideia de lhes manter a vocação habitacional, e que, por isso, conduziram a grandes ablações! -, é evidente que a memória patrimonial efectiva do casco histórico de Mértola ficou mais pobre. Este importante esforço feito então merecia melhor fim.

⁵²⁸ Revista Arquitectura, Dossier Mértola, 1982, p.29 (para ambas as citações deste autor).

⁵²⁹ Revista Arquitectura, Dossier Mértola, 1982, p.29

4.2.4. – O Plano de Urbanização de 1990

O Plano Geral de Urbanização da Vila de Mértola, revisão de 1988, publicado em 1990⁵³⁰, é composto por uma Memória Descritiva e Princípios Regulamentadores, dividida em cinco capítulos: Introdução, Âmbito, Intenções, Princípios Regulamentadores e Revisão e Actualização do Plano. Contém ainda dois apêndices: Extracto da Proposta de Regulamento da Revisão de 1980, e Proposta de Regulamento para a zona de oficinas e pequenas indústrias;

MEMÓRIA DESCRITIVA E PRINCÍPIOS REGULAMENTADORES

O autor, que continua a ser o Arquitecto Fernando Varanda, salienta, logo de entrada, que, a seu ver, “as análises, considerações e propostas feitas em 1980 mantêm a validade mas devem agora ser completadas e corrigidas por outras, originadas pela modificação de alguns parâmetros”, processo que é habitual em planeamento, mas que no caso do PGU de Mértola possuiu ainda uma característica particular: o autor dos sucessivos planos do período democrático é o mesmo, pelo que os planos, para lá de rectificarem alterações não planeadas que sempre ocorrem, mais ou menos fortuitas..., representam o amadurecimento da sua visão urbanística em relação à localidade. Como caso de estudo, é, sem dúvida, interessante ver quais são as linhas directivas que persistem durante vinte anos e quais são as que se vão modificando, e nesses casos, porquê? Mas, como é evidente, entre a versão de 80 (que seguia muito de perto a proposta da equipa que gizou e actualizou o Antepiano de urbanização de Mértola ainda nos anos 50 e 70) e a de 88 as alterações não são tão significativas quando comparadas com a de 2003. Apesar de tudo, há uma certa persistência de um urbanismo «orgânico», sempre a colar o desenvolvimento da vila ao terreno, mais do que a cortá-lo, mantendo uma certa fidelidade ao modelo “sitteano” que já enformava a visão, relativamente a Mértola, dos serviços governamentais responsáveis pelo urbanismo desde os anos 40. Não procurando aqui justificar qualquer filiação conceptual, penso que se trata somente de um perfil semelhante nos diferentes urbanistas, ao entenderem dever respeitar o sítio e a sua qualidade contextual, pelo que, ao abordarem o local no estirador, procuram soluções que têm um mesmo pensamento ético e estético na sua retaguarda.

⁵³⁰ Esta proposta foi apresentada pelo urbanista em 1988, em 22 de Março, mas só teve o Regulamento aprovado a 17 de Maio de 1989. Isso claro atrasou o processo de análise pelas instâncias superiores pelo que só veio a ser aprovado em 1990.

Claramente se diz que “esta revisão actualiza a revisão feita em 1980 a partir do antepiano de urbanização de 1962, o qual, no fim dos anos 70, ainda não fora posto em prática, tendo sido encontrada um situação «de facto» que pouco tinha a ver com muito do que se prescrevia”.

Nesta altura, podia já antever-se, no PGU, os impactos que a elaboração do PDM teria como instrumento de planeamento numa lógica territorial / regional, uma vez que seria este a estabelecer já “fora do seu perímetro, zonas de desenvolvimento que anteriormente eram consideradas desejáveis concentradas na vila (ex: unidades industriais maiores; áreas de exploração turística entre as quais o parque de campismo; etc.)”. Esta diversificação dos instrumentos de planeamento vai resultar numa maior especialização do PGU, progressivamente concentrado em aspectos concretos e menos com a definição de coordenadas estratégicas associadas ao desenvolvimento concelhio.

Nesta revisão de 88 os limites da área de intervenção persistem como tinham sido definidos nas décadas anteriores, embora com uma parcela considerável em regime *non edificandi*, “por pertencerem à envolvente ambiental do Plano e, além disso, estar sujeitas às medidas resultantes do esperado plano de salvaguarda do vale do Guadiana”. Este detalhe parece-me da maior importância, a nível da estrutura conceptual deste instrumento, pois ela demonstra uma vontade de coordenação com outros instrumentos de planeamento territorial que é de louvar. Pois se parece evidente que assim seja, a verdade é que muitas vezes são nítidas as contradições entre os planos de níveis diferentes, muitas vezes resultado de mesquinhas vontades de afirmação de cada uma das instituições e equipas envolvidas na sua elaboração

Uma referência histórica importante abre o capítulo referente às Intenções deste PGU, ao afirmar-se que “de 1980 para cá consolidaram-se as posições em relação à necessidade de conservação e recuperação dos núcleos antigos, tendo-se começado a fazer o levantamento e projectos de recuperação caso a caso da Vila Velha [refere-se ao trabalho dos estudantes da ESBAL, executados entre 1980 e 1982]. A presente revisão reforça essa perspectiva, propondo a continuação e coordenação do processo de recuperação dos núcleos antigos, re-definindo ligeiramente os perímetros de protecção propostos anteriormente, de acordo com as pesquisas arqueológicas que se têm vindo a fazer”. Esta perspectiva será compartilhada pela Autarquia, que neste mesmo ano iniciara o processo de candidatura à constituição de um GTL, aprovado no

ano subsequente, e cuja tarefa central seria avançar num plano mais minucioso, em termos de análise social, e, posteriormente, avançar com a reabilitação do edificado⁵³¹.

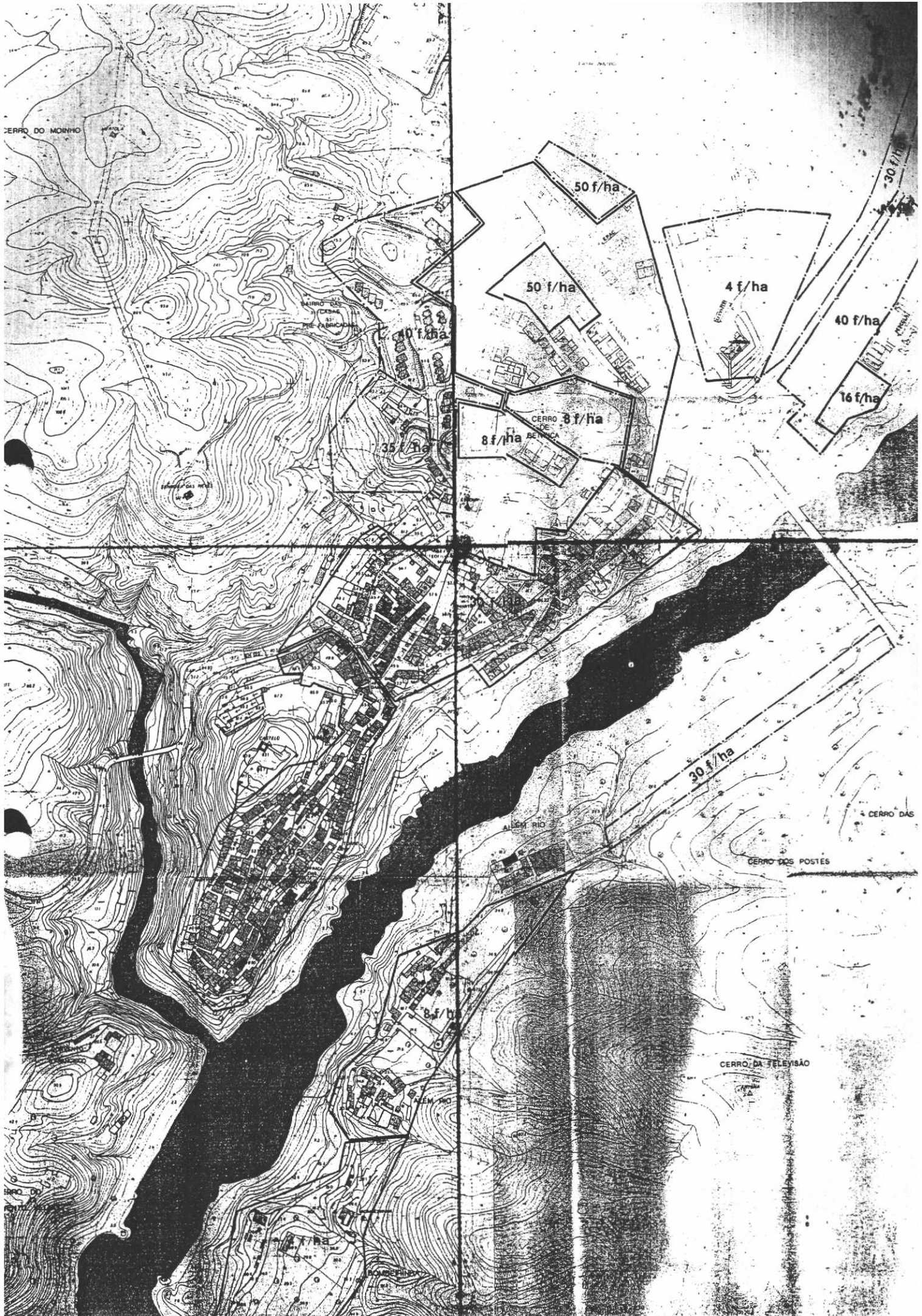
Esta versão não é apresentada em todo o seu articulado, remetendo para o texto de 1980 em tudo menos nos artigos aqui apresentados por serem os que têm modificações. Poucos aspectos têm relevância para a nossa abordagem, vamos apenas referir um ou outro detalhe.

Interessante que logo na definição do âmbito, Art.º 1º, §1º, se estabeleça que “A vila de Mértola, sede do Concelho, serve de paradigma para todas as disposições aplicáveis aos outros aglomerados do Concelho para os quais não haja determinações específicas decorrentes de planos gerais ou parciais, nomeadamente as medidas de protecção ao património natural e construído”, denotando com isto a existência de uma reflexão crítica em torno das questões do património que leva a estender a noção da sua salvaguarda às políticas urbanísticas em geral.

As zonas de protecção passam a incluir o perímetro de protecção às ruínas da basílica paleocristã do Rossio do Carmo, tardiamente, uma vez que ainda poucos anos antes, como já destaquei, fora destruída a abside nascente para abertura da saída de emergência para veículos do centro de saúde; esta disposição, aliás, deve ser uma consequência desse facto. Teve a virtude de mesmo assim evitar outras eventuais intervenções construtivas, deixando a zona livre para desenvolvimento da investigação arqueológica, como veio a suceder até à edificação do museu, e mesmo posteriormente à sua inauguração, estando neste momento a decorrer novas intervenções, resultantes da reabilitação da praça.

A proposta de 1988 preconizava a transferência do campo da Feira para o extremo norte, junto às Azenhas. “A feira – refere o autor – é um acontecimento que tem lugar dois fins-de-semana por ano, e a sua importância é reduzida”. Este comentário é revelador do desconhecimento que o autor do plano tem em relação à importância simbólica, fundamental, que a realização destas duas feiras têm na localidade e no concelho. Elas simbolizam tão só o estatuto de sede do concelho, são o testemunho

⁵³¹ Os próprios projectos dos alunos da ESBAL seriam conservados sempre nesse gabinete durante o tempo da sua vigência, e os dois técnicos que transitaram para a então Divisão Técnica (Arq. Ana Paula Félix e Dr. Guilherme Machado, haviam chegado ao concelho de Mértola, para um primeiro trabalho na mina de S. Domingos, pela mão do já arquitecto Carlos Marques, o aluno finalista que se havia encarregue do desenho transformador da cadeia local em biblioteca, e, aliás, o único de todo esse grupo que até hoje mantém colaboração com a edilidade mertolense - para lá de Fernando Varanda).



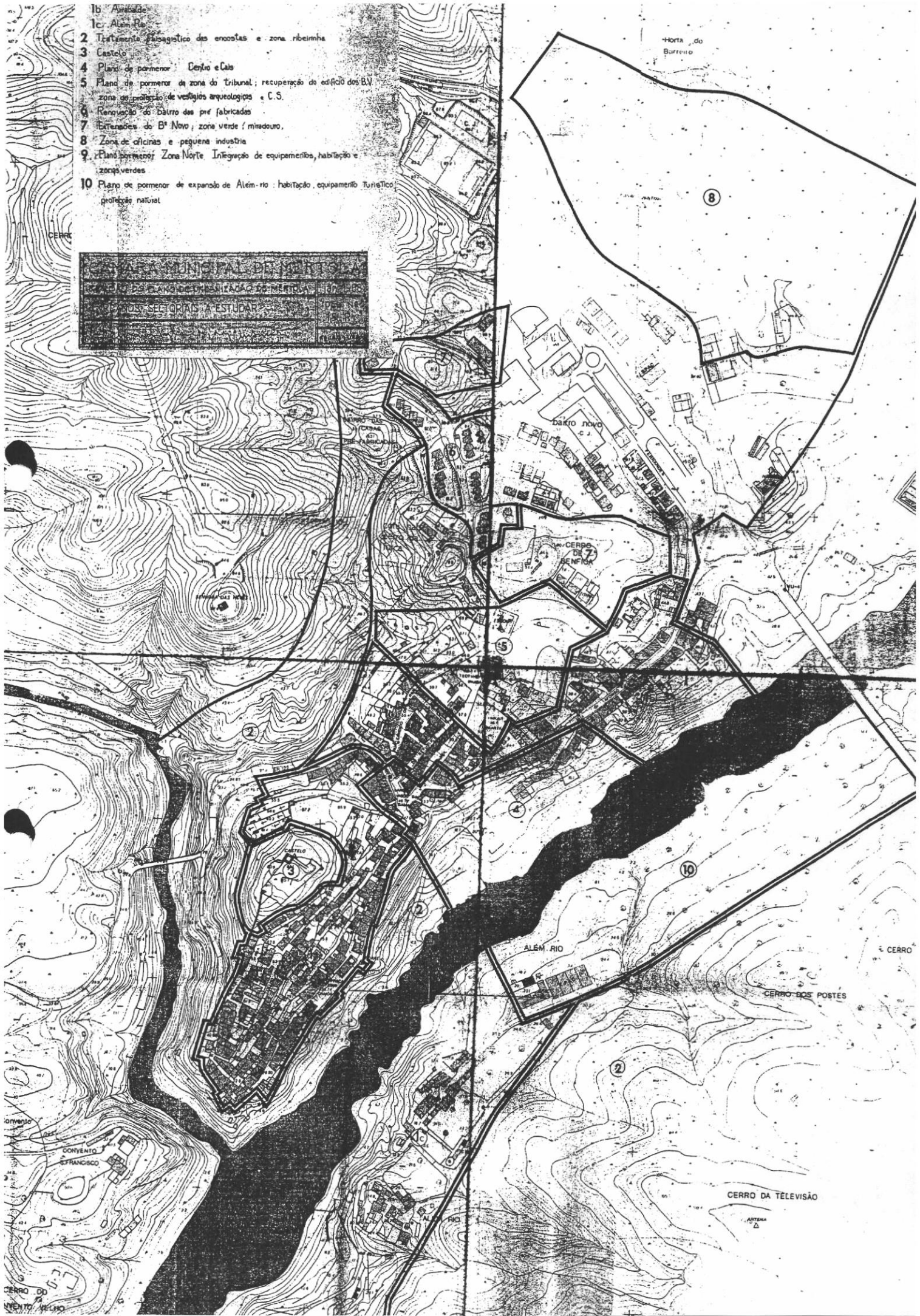
- 1b) Avenida
- 1c) Além-Rio
- 2 Tratamento paisagístico das encostas e zona ribeirinha
- 3 Castelo
- 4 Plano de pormenor Centro e Cais
- 5 Plano de pormenor da zona do Tribunal; recuperação do edifício dos BV
- 6 zona de proteção de vestígios arqueológicos e C.S.
- 7 Renovação do Bairro das Pré fabricadas
- 8 Estações do Bº Novo; zona verde / minidouro.
- 9 Zona de oficinas e pequena indústria
- 10 Plano pormenor Zona Norte Integração de equipamentos, habitação e zonas verdes
- 11 Plano de pormenor de expansão de Além-rio: habitação, equipamento turístico, proteção natural








MUNICIPAL DE MÉRIDA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE MÉRIDA - IEP

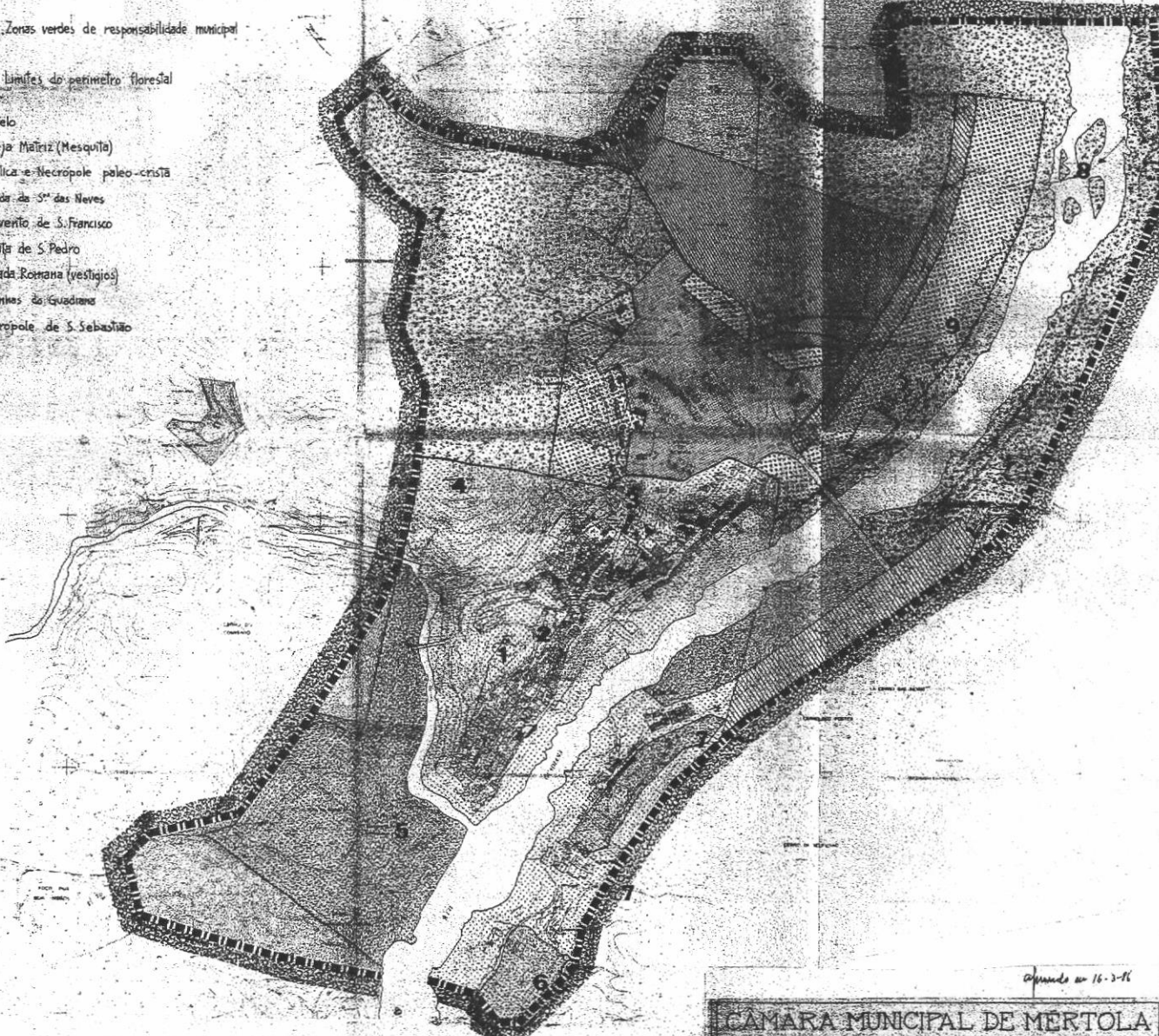
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO



-  Núcleos Antigos (c/zonas de protecção a monumentos)
-  Expansão consolidada até 1990
-  Expansão a medio prazo (ano 2000)
-  Reserva de expansão (a partir do ano 2000)
-  Oficinas e pequenas indústrias
-  Hortas e quintas a manter
-  Zonas verdes de responsabilidade municipal
-  limites do perímetro florestal

- 1 Castelo
- 2 Igreja Mãez (Mesquita)
- 3 Basílica e Necropole paleo-cristã
- 4 Ermida de S^{ta} das Neves
- 5 Convento de S. Francisco
- 6 Quinta de S. Pedro
- 7 Estrada Romana (vestígios)
- 8 Azenhas do Guadiana
- 9 Necropole de S. Sebastião



op. 16-3-86

CÂMARA MUNICIPAL DE MERTOLA	
REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE MERTOLA	JAN. 1988
PLANTA DE ESTRUTURA	
<i>Fernando Varanda, arq.º urbanista</i>	
DES. Nº	1R
Escala: 1:6000	

dos ciclos tradicionais duma antiga sociedade agrícola, pastoril e mercantil que ainda não perdeu todas as suas referências, e que, felizmente, soube deixar transparecer, aos seus representantes políticos que nem sequer a transferência do recinto da feira para tão longe do centro da localidade lhe agradava – e mesmo que fosse apenas por dois dias por ano! Por vezes o património cultural esconde-se em detalhes...

Quando o autor do PGU de 1988 escreve “Mas há o desejo de a manter embora se sinta que a sua presente localização não é a mais indicada”, conhecia ele o facto de que a reclamação dos munícipes era de que o campo da feira junto ao lugar onde ainda hoje é o estaleiro municipal [nova zona industrial] era muito afastado da localidade? E que a questão de existir “o desejo de a manter” não é decisão que caiba no âmbito de uma decisão municipal! A realização da feira depende da comparência dos feirantes e esta de um longínquamente instituído calendário de peregrinação regional que leva e traz os produtos que, noutros tempos, eram tão fundamentais como as novidades carreadas pelos mesmos vendedores, e que nem mesmo a existência de automóveis e de carrinhas, e de mini e maxi mercados, conseguiu abolir. Por isso, algo de importante aqui se passa! Uma tradição que todos sentem como sua e que leva a que esta peregrinação regional das feiras persista até aos nossos dias. Mértola seguramente não desejava, não deseja, perder as suas duas etapas. Nenhum executivo abraçaria, contra a vontade da população, a decisão de não emitir licenças aos vendedores, e essa seria a única forma de manifestar desejo de não a manter...

Na discussão da localização, portanto, não se colocou nunca, na realidade, a possibilidade de ir para este campo na Achada. Pelo menos, não com o conhecimento generalizado da população. Nos anos que se seguiram houve, ao invés, um esforço que quase poderíamos designar por concertado, embora não coordenado, ao serem transportados para a zona adjacente ao novo quartel dos bombeiros, no sopé do Cerro das Neves, entulhos de construções (e outra tralha da mais diversa qualidade....), materiais inertes que se destinaram ao enchimento da zona de escorrência (entretanto relativamente canalizada) desta encosta. Na plataforma que aí acabou por se formar foi criado então, com satisfação geral da população, o novo Campo da Feira. É preciso dizer, em abono do urbanista, que este terreno não existia em 88, e, portanto, não poderia ser contemplado na planificação. A realização de mercado semanal pelos vendedores itinerantes mantém algum uso constante neste espaço, a que acresce uma ocasional passagem do circo ou dos carrinhos de choque fora do período das feiras semestrais. No dia a dia, a zona é usada como bolsa de estacionamento, e parece tornar-se cada vez mais um espaço nevrálgico, em termos de

complementaridade, com as propostas de requalificação de outras zonas, com destaque para o Rossio do Carmo e as suas crescentes funções institucionais.

Apesar da ressalva, pensamos que as outras questões que levanta o arquitecto Varanda são pertinentes, e correctas as suas soluções, pois que a proximidade da estrada nacional do então campo da feira (junto aos estaleiros municipais), sem alternativas para se poder efectuar o desvio de veículos automóveis, era uma vizinhança pouco convidativa, mesmo eventualmente perigosa; e a zona tem, efectivamente outro potencial para instalação de pequenas indústrias / oficinas de vários tipos, até por ser uma zona afastada das áreas residenciais, não perturbando o ambiente de qualidade das zonas residenciais. Esta funcionalidade foi, aliás, concretizada desde 2003. Igualmente, a estimativa das possibilidades de crescimento da localidade eram bem analisadas e, como parece óbvio, estendiam-se pela rectaguarda do morro que delimita a estrada 122, até à Achada de S. Sebastião, estendendo-se pela zona onde se situam os armazéns da Cooperativa Agrícola do Guadiana e a antiga queijaria industrial. A tipologia das instalações que então se previam, não sendo unidades poluentes, podia encontrar aqui a sua zona preferencial de instalação. O crescimento e os interesses de investimento fizeram modificar bastante esta proposta, que relataremos no sub-capítulo dedicado ao PGU de 2003. Mas isso não tira o valor e a coerência que esta proposta então teve.

Apesar destes aspectos não se referirem especificamente à área que está referenciada como histórica, parece-me importante dar deles algum testemunho, pois que se relacionavam (quer se tenham efectivamente concretizado ou não) com aspectos da vida cultural ou social, e com opções urbanas, que podem influenciar a parte mais antiga da vila. A visão do planeamento para estas áreas requer, como a prática certa e errada tantas vezes têm demonstrado, uma visão holista, ao menos na sua estruturação, desejavelmente na sua execução.

Na questão do desenvolvimento das áreas habitacionais, o plano refere um aspecto da maior importância: a possibilidade de criar uma extensão da área habitacional em Além-Rio. O urbanista começa logo por escrever “Numa fase que se prefere ulterior”, demonstrando o seu claro desejo de que não venha a concretizar-se, mas que, pelas contingências orográficas do vale onde Mértola se encaixa, era forçado a levar em conta devido à exiguidade do espaço disponível para enquadrar as estimativas de crescimento do centro urbano e institucional do concelho. E alerta: “Esta zona deverá ser objecto dos maiores cuidados quanto à sua implantação e desenho urbano e

arquitectónico, pela importância que tem no panorama que se desfruta continuamente do lado da vila. O desenvolvimento desta área deverá ser objecto de um plano de pormenor exigente”. Aqui o único comentário que me parece justificar-se é recordar que o rio tem duas margens, e que, de igual modo, se deveria sempre acautelar a margem direita de tentações edificadoras, mesmo que metamorfoseadas de valorização...

Na zona do arrabalde verificava-se já a tendência para modificações que se vieram a concretizar: “para além de medidas que implicam a recuperação de áreas e edifícios – pequenas unidades no tecido existente como o aproveitamento do edifício que os Bombeiros vão deixar e outros – e a incentivação de turismo de habitação”.

Surge aqui, pela primeira vez, a hipótese de usar o antigo celeiro da EPAC como espaço para utilização hoteleira; “o edifício em si, com o espaço que o rodeia (permitindo acesso e estacionamento fáceis), tem uma vocação recomendável para estalagem de qualidade”. Além do mais, devemos dizê-lo, a sua finalidade e tipologia arquitectónica fazem dele um testemunho de uma época relevante na história do Portugal do Estado Novo, neste caso concreto, das suas políticas de fomento agrícola. Se é certo que, hoje em dia, a construção de uma massa com as suas características seria, no mínimo, polémica, não é menos verdade que ela entrou já no imaginário local e que tem, também, valor patrimonial histórico. Acresce a esse facto, que o edifício encerra um potencial, como espaço adaptável a hotel que não deveria ser desprezado, mais a mais tendo em conta a vista que disporia das suas janelas.

Continua a *propor-se, e bem, a necessidade* de criar uma variante rodoviária e que deve, além do mais “desencorajar, pela sua implantação (numa encosta fortemente inclinada), as construções adventícias que tornariam a variante, a breve prazo, em mais uma rua urbana, como tem acontecido noutros locais, para além das medidas restritivas tomadas pela administração”. Esta proposta, como salienta o autor, é importante mesmo em termos patrimoniais, já que permite “aos passantes o usufruto de uma perspectiva cénica sobre a vila e um meio fácil de visita”, e ainda, por “não afectar nenhuma estruturas ou vestígios que são parte do património da vila (ponte sobre a ribeira de Oeiras, estrada romana (...)) [embora não seja] de aconselhar, senão como recurso temporário, a passagem da variante pela ponte sobre a Rib. Oeiras, pelas situações de conflito que criaria (estrangulamento acumulado com acessos à Vª Velha e ao Centro)”. Este aspecto, que é de importância primordial na gestão dos fluxos que entram e saem da vila, é também relevante para a definição do que será o

conjunto urbano no futuro, e qual é verdadeiramente o perímetro de valor patrimonial. Apesar de já definido estrategicamente neste documento, numa proposta coerente, as suas implicações para o património local – quer edificado quer paisagístico – acabaram por ser negligenciadas em algumas intervenções pontuais (caso da nova capela cemiterial); mas mais ainda na definição da nova área de actuação do novo GTL, que deixa de fora esta parcela que aqui já se enuncia como devendo ser integralmente agregada, em termos de zonamento, com o casco histórico.

Como referi ao início, é nítido que este documento já possui características de PGU mais claramente assumidas do que a versão de 1980, e foi referido que tal situação se devia às políticas de ordenamento do território que haviam instituído a necessidade, e a obrigatoriedade, de cada município possuir o seu Plano Director Municipal. No entanto, nalguns aspectos, ele quase que reflecte aspectos de um plano de pormenor ou de um regulamento de plano de salvaguarda. Parece-me que, no contexto em que estes documentos foram elaborados, que esse articulado não resulta de qualquer erro conceptual, mas sim de uma genuína vontade de pôr sob controlo alguns aspectos que se consideravam importantes em termos patrimoniais, e que a Câmara não possuía, até então, instituído em nenhum documento oficial com valor de lei, o que dificultava, por falta de argumentação, a sua aplicação concreta.

No seu articulado, o Regulamento do Plano refere-se à questão da cor da seguinte forma:

“Artº 5º §1º - O tratamento colorístico das paredes exteriores deve obedecer aos seguintes princípios:

Cor base branco: permitida a cor em tomo de vãos, em beirados, socos e cunhais.

Cor base não branco: sujeita a aprovação da Câmara; o branco deverá existir como bordadura de vãos, marcação de alpendres e ou beirados, socos, cunhais, etc.

§2º Nas ZONAS DE PROTECÇÃO não é permitido passar da cor base branco para a cor base não branco”.

Este interessante articulado, que no número primeiro aborda correctamente a questão, pois que a escolha da cor deverá caber ao proprietário, dentro de uma paleta regional e local mesmo assim diversificada, e respeitando os dois modelos, uma espécie de opção positivo / negativo como se pode constatar pela descrição, não deixa de seguir o paradigma ideológico predominante. Assim, vem logo de seguida dizer que nas zonas de protecção que se deve impor o branco como cor de fundo, e não aceitar a outra versão. Como vimos em capítulos anteriores, quer no estudo fundamental do

Arquitecto José Aguiar, quer no caso de Monsaraz descrito por Ana Paula Amendoeira, esta questão da cor está impregnada de uma visão ideológica para a Região Alentejana, que foi apropriada das aldeias onde a pobreza não permitia o recurso a outro elemento predominante de embelezamento que não a cal, para acabar imposta mesmo nos contextos urbanos onde as maiores posses burgueses tinham gerado uma cromia mais diversa e garrida. E é constantemente referida como se fosse universal a mancha de branco que hoje se vê e que todos os regulamentos defendem sem qualquer efectivo estudo das tintagens antigas que, em tantos edifícios, subjazem sob a caição.

Em relação às coberturas, estabelece que nas zonas de protecção não são permitidas coberturas em outros materiais que não a telha tradicional (meia cana), a telha tipo "lusa" ou coberturas em terraço, restringindo o uso da telha lusa a novas edificações. Esta situação provocou alguns casos de desvios intencionais à norma, por se considerar importante (os particulares) que a maior estanquicidade da lusa era garantia de melhor investimento; e esta argumentação era difícil de combater num meio de escassos ou médios recursos. O aparecimento e uso relativamente generalizado da sub-telha de cartão asfalto com uma configuração adequada, veio permitir outra firmeza na imposição das telhas antigas, uma vez que o argumento anterior já não se coloca. Além do mais, a iniciativa da Autarquia, desde 1998 de subvencionar as intervenções, que envolvem quase sempre o restauro da cobertura, também permite um outro controlo dos materiais empregues nos telhados da zona histórica (infelizmente ainda não estendido às argamassas e outros materiais usados nos interiores).

No que respeita aos vãos, o regulamento é bastante restritivo (ver anexo) mas os estudos patrimoniais realizados por mim e outros investigadores do CAM ao longo das duas décadas em análise vieram certificar como, desde o primeiro levantamento na década de 80, ao realizado em finais dos 90, o número de alterações, para pior, verificadas em portas e janelas, particularmente ao nível dos materiais e da feição, são mais do que aquelas efectivamente bem executadas.

O projecto de Revisão foi colocado em discussão pública a 21 de Março de 1988, pelo prazo de 30 dias, e, de seguida, seguiu para aprovação das instâncias superiores.

A 19 de Outubro deu entrada na Câmara, re-enviado pela CCRA, o parecer da Direcção-Geral do Turismo, datado de 20 de Setembro de 1988, referente à Revisão.

Nele se afirma que “o Plano Geral de Urbanização de Mértola possui o mérito de utilizar um esquema extremamente simples para resolver as principais e diferentes vertentes do problema urbanístico do aglomerado, a saber:

- a) importante espólio cultural
- b) carácter do actual aglomerado
- c) enquadramento paisagístico e ambiental
- d) ordenamento geral
- e) infraestruturas viárias, com realce para o desvio da E.N. 122 da área do tecido urbano mais denso.

Nesta época, os constrangimentos económicos continuavam a ser consideráveis, e por isso a DGT salientava que, apesar das boas intenções do plano apresentado, o facto de estar “inserido num meio sócio-económico como o de Mértola, apresentará certamente dificuldade de implementação no terreno, mormente em tudo o que se refere à recuperação e defesa do já referido património histórico e edificado urbano. Os financiamentos necessários às várias acções a programar no quadro deste PGU são significativos e terão de provir de diversas origens”.

A DGT, mais do que meramente comentar as propostas, avança já no sentido de fornecer informações técnicas e aconselhar estratégias para o financiamento; por exemplo, alertando para o facto de o concelho pertencer à zona demarcada como Região Específica de Aproveitamento Turístico do Baixo Alentejo e Serra do Algarve, pelo que poderia a Autarquia apresentar candidaturas ao Programa SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento Turístico). Ou ainda, referindo a questão das coutadas turísticas, que novo enquadramento legal começava a procurar desenvolver enquanto actividade turística. O concelho de Mértola, pelas suas características cinegéticas tinha (tem ainda) uma extraordinária riqueza nesta área. Este aspecto revestia-se de alguma importância uma vez que a questão do alojamento turístico designado de habitação envolvia questões prementes no que respeitava ao centro histórico da localidade. Igualmente o redactor do parecer da DGT entendia claramente essa situação, e por isso não hesitava em alargar-se (a expressão é dele) um pouco “porquanto não só ele representa uma actividade turística com forte poder económico, como daqui se poderão tirar ilações sobre o papel que possa vir a desempenhar qualquer hotelaria a implementar na sede do concelho (...) em princípio será justificada a construção de um equipamento hoteleiro em Mértola, de características muito especiais dado ser um hotel predominantemente para as actividades de caça, e que em princípio deverá constituir o apoio logístico às zonas de caça turística que, ou pela sua reduzida dimensão ou mesmo por decisão dos proprietários, não ofereçam

estes apoios". Esta tipologia, ao nível da vila, continua por completar, uma vez que a reabilitação dos antigos celeiros da EPAC para um hotel de gama alta nunca se chegou a concretizar, e só nesse segmento será possível funcionar como complemento das coutadas de caça. Os restantes estabelecimentos hoteleiros da vila vão resolvendo algumas situações de carência de alojamento, mas o seu segmento de mercado não é claramente o da gama alta, sendo, até pela tipologia dos seus estabelecimentos, mais vocacionados para o turista cultural, de gama média ou média alta, mas em que a pequena escala, e muitas vezes um certo pitoresco regionalista são parte da sua mais valia.

Esta diferenciação já existia aliás na proposta que aqui estamos a analisar, e da qual o parecer da DGT faz eco: "Quanto à proposta do PGU, para a sua localização em relação ao aglomerado poderá dizer-se que são considerados dois tipos: o primeiro será o de pequenas unidades inseridas no tecido urbano, o outro o de novas unidades – porventura de maiores dimensões – em terrenos exteriores ao aglomerado, que reúnam qualidades paisagísticas e fáceis acessos". E a sua opinião é claramente favorável a esta diferenciação, mas, também, complementaridade, pois "podem permitir um espectro sócio-económico mais amplo". Como se vê por todos estes documentos, a articulação entre desenvolvimento e urbanismo resulta clara, como, aliás, o bom resultado, deduz-se de imediato, dependerá da sua correcta articulação. Se o património edificado, histórico ou vernacular, valioso como conjunto, representa uma parcela incontornável desse desenvolvimento, em locais como Mértola, torna-se evidente como o planeamento urbano, mesmo que não se referindo à parte antiga de uma localidade, é um aspecto fulcral na sua valorização, ou depreciação, pelos impactos, positivos ou negativos, que, respectivamente, sobre ela se podem fazer sentir.

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) emite o seu parecer a 28 de Setembro do mesmo ano. No texto de um ofício do Arquitecto Chefe de Divisão, José Augusto Barbosa Colen para o seu superior hierárquico, o Director de Serviços da DGEMN, pode ler-se o seguinte: "Desconhece-se o PGU de 1980, de que este é a revisão, assim como o antepiano de 1962". Tal como afirma "o acesso a estes dois documentos permitiria uma análise mais correcta da situação". Esta situação é estranha, pois é sabido que devido aos monumentos classificados existentes na vila, estes documentos teriam que ser obrigatoriamente enviados para a DGEMN; já demos conta, num sub-capítulo precedente, de que a DGEMN reclamou que a intervenção de plantio de espécies vegetais na envolvente do castelo, proposta pelos paisagistas do

Anteplano de 62, era tarefa da sua competência. Pelo que se infere que ela teve o documento e que este deveria ter sido arquivado para posteriores confrontações ou autorizações, sempre que necessário. Parece terem-se extraviado, de alguma forma, as cópias que deveriam estar disponíveis na Direcção-Geral.

Neste ofício, e a propósito das servidões que resultam da inclusão de monumentos e de edificações comuns dentro do perímetro da zona especial de protecção do castelo e igreja matriz (ZEP), “sugere-se que seja profundamente revisto o capítulo IX – Regime Especial de Protecção – (em especial o seu artigo 57º) do Extracto da Proposta do Regulamento da Revisão de 1980, a começar pela sua designação, já que a adoptada é idêntica à do Sistema Legal Geral, o que a torna passível de atribuição incorrecta”.

Salienta ainda a necessidade de se fazer “a distinção nítida entre os imóveis que se encontram legalmente protegidos, e aqueles que, embora sejam de interesse arqueológico e histórico, não tenham ainda essa qualidade, ou sejam apenas de interesse local e, portanto, do Plano”.

Quanto à planta da ZEP – e este aspecto é particularmente caricato, e exemplo das “nossas” maleitas ligadas ao património... - “deve ser traçada ou corrigida na referida planta [planta de síntese] a ZEP aprovada para os três imóveis classificados, dado o traçado que consta daquela [planta síntese] não corresponder na sua maior parte; os restantes traçados, “como limites de protecção de monumentos”, devem ser eliminados, visto que, por lei, só os monumentos Nacionais e os Imóveis de Interesse Público beneficiam de zona de protecção”.

Um aspecto, em particular, merece aqui destaque. A DGEMN chama a atenção para o facto de que a Autarquia, em vez de, simplesmente, assinalar, na planta, a existência de bens patrimoniais, deveria “no que é aliás seu especial dever, [já que lhe] compete propor a classificação dos imóveis com interesse arqueológico e histórico inseridos nos limites do Plano”. Ou seja, a Câmara deveria investir na classificação de certos bens como de valor concelhio, acção que a maior parte dos Municípios não empreende porque, ou para fugir a indemnizações (caso haja interesses particulares envolvidos) ou para não prescindir de direitos específicos seus – adquirindo restrições no processo de classificação – prefere não seguir. Assim, as referências que constam das plantas são, efectivamente, inventários cartográficos, mais do que outra coisa.

No fundo, podemos encontrar aqui uma grande sintonia no que respeita à valorização do centro histórico de Mértola, que, como veremos em sub-capítulos seguintes, será persistentemente mantido, pelo menos na sua expressão formal (uma vez que, sem um investimento material / financeiro que a dinamize, a reabilitação foi sendo muito lenta). Quer no caso do Plano Director Municipal de Mértola (realizado pela TEKTON, num contrato que envolvia os municípios da margem esquerda do Guadiana), quer, muito particularmente, no trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico Local que acabara de entrar em funções no mesmo período, as políticas restritivas tendentes à salvaguarda desta área urbana foram sempre uma constante. Tiveram uma importância considerável em impedir uma total anarquia nas intervenções realizadas, no seu tecido construído, na década de 90, mesmo se o mais recomendável, como política de gestão municipal, é seguir-se um modelo mais pedagógico e positivo, e não meramente proibitivo. Como haveremos de ver em diferentes casos de intervenções concretas que são apresentadas nesta dissertação, os resultados dessas opções nem sempre foram os melhores.

4.2.5 – O 1º Gabinete Técnico Local (1989-1991)

A situação da salvaguarda patrimonial tornara-se um assunto de destaque na pequena vila alentejana de Mértola, sendo cada vez mais amplificados os efeitos que a investigação arqueológica desde o início conseguira obter junto da comunidade científica, e, mais tarde, junto dos media e do público em geral, impactos sentidos nas cada vez mais constantes, e relevantes em número, visitas de turistas e viajantes à vila, que, dessa forma, se tornavam importantes também para a economia local. Portanto, o património edificado não podia continuar dependente apenas do empenho e da boa vontade de professores e estudantes, como noutras etapas, e requeria a dedicação exclusiva de técnicos de diferentes especialidades que se ocupassem do centro histórico.

A candidatura a financiamento para a constituição de um Gabinete Técnico Local, parecia um passo lógico na sequência de eventos que se haviam desenrolado desde 1978, na arqueologia, e desde 1980, na arquitectura. Um dos marcos mais relevantes deste processo pode até ser o caso do incêndio no edifício da edilidade, ocorrido na noite de 25 para 26 de Janeiro de 1982 (um aquecedor que alguém esqueceu ligado,

que ateou facilmente papéis ou móveis, e como o edifício possuía pavimentos em madeira, o fogo consumiu ainda uma parcela considerável do seu interior). Da necessidade da sua reconstrução, acabariam por se conjugar a vontade política, a arquitectura e a arqueologia, entrelaçadas numa comum visão de salvaguarda patrimonial. O Executivo – apesar da morte prematura de Serrão Martins, presidente desde 1974, em Março do mesmo ano - decidiu-se pela reconstrução, dando claro sinal à população de que o casco histórico não era uma *vila* velha, a abandonar, mas sim o núcleo fundador da localidade, logo o mais importante. O projecto de arquitectura, elaborado numa conjugação de modernidade e tradição, abre um precedente importante, ao redesenhar o seu sistema estrutural para conseguir acolher, numa nova cave, os vestígios arqueológicos de época romana que foram entretanto descobertos. Esta intervenção torna-se, de certa forma, o símbolo do que deveria ocorrer, enquanto exemplo de boas práticas, nas operações de salvaguarda do património edificado, demonstrando ao mesmo tempo que o casco histórico é para recuperar e não para abandonar, e que ele contém, além do património que é visível, tesouros escondidos no subsolo. Infelizmente, esta metodologia veio a ser abandonada na época presente, em parte pelos mesmos agentes que a instituíram então. Mas isso é outra história, que abordaremos em maior detalhe quando da análise da reabilitação da “Casa do Lanternim”, por ironia suprema do destino, um edifício contíguo ao da sede do município.

Portanto, em 1986, e precisamente enquanto decorria este processo de reconstrução da câmara municipal, a autarquia de Mértola candidata-se à constituição de um Gabinete Técnico Local, fazendo parte do primeiro lote de municípios que se apresentaram à DGOT com essa intenção (apesar de a vila de Mértola só ter sido contemplada com essa atribuição no segundo concurso, dois anos depois). Que esta atribuição era considerada da maior importância em Mértola, deduz-se da memória descritiva da candidatura, datada de 23 de Junho de 1986: “Ao declínio económico e social de Mértola sobreveio a degradação do seu património construído, recentemente agudizado com a expansão da Vila e a mudança de moradores para a zona nova. Sem grandes condições de habitabilidade estavam as casas que deixaram, e vazias, sem esperança de arranjo, vão paulatinamente entrando em degradação profunda, para algumas construções irreversível”.

Essa avaliação da situação, recorde-se, não era uma mera impressão, mas havia sido objectivamente reconhecida e inventariada nos tais trabalhos dos finalistas da ESBAL. E, para lá das fachadas, conhecia-se a degradação estrutural dos imóveis e a falta das

condignas condições de habitabilidade. Por isso, “a Câmara Municipal de Mértola encarou de forma optimista o “Programa de Reabilitação Urbana”, criado pelo despacho nº4/SEHU/85“. E na perspectiva de que, através de auxílio estatal, poderia conseguir inverter a situação de degradação que minava a qualidade arquitectónica do centro histórico. Curioso que tal situação, se encarada apenas na óptica do parque habitacional, jamais se veio a concretizar. Como o Executivo concentrou os seus investimentos na recuperação patrimonial monumental e no programa museológico, e como os incentivos eram apenas, e medianamente, interessantes para os senhorios com possibilidade de aumentos substanciais de rendas, e tal cenário não se verificava em Mértola, este programa e os seus derivados nunca tiveram significado na recuperação urbana, nem mesmo durante ou na sequência imediata do trabalho realizado pelo GTL.

Este Gabinete, instituído pela Autarquia em colaboração com a DGOT e o IPPC (Instituto Português do Património Cultural, antecessor do IPPAR), entrou em funcionamento em Maio de 1989. Um dado interessante é o que se escreveu no Protocolo de Constituição: “O período de funcionamento deste gabinete será, de início, de um ano, prazo esse que se prevê que sirva para encetar uma dinâmica que conduza os residentes a recuperarem as casas e espaços urbanos degradados do Centro Histórico de Mértola”. Ora, com um ano, e com todo o levantamento de situação, como se poderia – como se conseguiu gerar essa dinâmica? Mais uma vez, porque partiam as autoridades centrais do pressuposto de que encaminhados, os proprietários concorreriam então aos apoios para a reabilitação. É conhecido, aliás, que este sistema de incentivos não teve grande expressão na maior parte do país, e levou, na etapa mais recente, a um esquema jurídico e financeiro completamente diferente, e que, assente na alteração da famosa e arcaica “lei das rendas”, se espera que se torne economicamente interessante a tempo de salvar grande parte do património edificado que as nossas localidades possuem.

A CCRA, através do, à época, seu presidente, Ventura Lopes, confirmou em 1 de Agosto de 1988, o despacho do SEALOT (que confirmava o parecer da DGOT), de ser instituído o GTL a que a vila de Mértola se havia candidatado. Pouco depois, em Outubro, a Câmara endereça ofício a solicitar ao IPPC (portanto, à época, à Secretaria de Estado da Cultura) que participe deste programa, já que a lei previa protocolos conjuntos promovidos pela DGOT e pela SEC, e que se tratava de intervir em áreas com elevado valor patrimonial. Foi isso mesmo que veio a ficar registado no contrato celebrado entre estas entidades e a Câmara de Mértola, porque “a operação proposta

se integra no âmbito do Despacho Conjunto de 30 de Abril de 1988”, e sendo ainda considerada “a conveniência de a Comissão de Coordenação Regional do Alentejo também participar na operação de reabilitação”, que foi a 4ª signatária do documento. Este celebrou-se a 21 de Dezembro de 1988.

Ficou então definido que o GTL teria os seguintes objectivos:

- “a) Elaborar alguns projectos de reabilitação de espaços comuns e de recuperação de edifícios se for caso disso;
- b) Promover e acompanhar as respectivas obras;
- c) Propor ao Município nos casos que se imponha, o realojamento temporário dos ocupantes dos fogos a recuperar e promover o seu realojamento definitivo sempre que seja caso disso;
- d) Informar e apoiar os proprietários e moradores para dinamizar a sua participação na realização de obras nos edifícios e na obtenção dos apoios financeiros;
- e) Dar parecer sobre a utilização dos edifícios e espaços recuperados;
- f) Dar parecer sobre licenciamento de obras na sua área de intervenção;
- g) Submeter anualmente a aprovação da autarquia o orçamento e programação trienal [*um pouco incompreensível, uma vez que se trata de um programa anual, eventualmente bi-anual*], bem como relatório de actividades”.

E, sobretudo, elaborar um Plano de Salvaguarda e Protecção à Zona do Centro Histórico (que regulamente as actividades e intervenções arquitectónicas). Após concurso, a equipa tomou posse a 2 de Maio de 1989⁵³².

Apesar de ser um aspecto que é analisado em detalhe no capítulo V, não gostaria de deixar de comentar aqui como me parece desfasado da realidade concreta do que é o património material, o facto de não ser obrigatório estas equipas terem historiador ou arqueólogo. No caso de Mértola, e com referiu, em entrevista, a responsável pelo Gabinete, houve a vantagem de poderem contar com o intercâmbio com o Campo Arqueológico de Mértola, cujos investigadores possuíam um saber adquirido na investigação realizada há mais de uma década, e houve sempre o melhor espírito de

⁵³² A equipa, tal como estabelecia o contrato, era constituída por 1 arquitecto, 1 engenheiro civil, 1 topógrafo, 1 desenhador, 1 técnico de serviço social, 1 dactilógrafo. Esta equipa foi então preenchida com os seguintes técnicos:

- Ana Paula Águas Félix - Arquitecta de 1ª classe, Coordenadora do GTL;
- Guilherme Fernando Cardoso da Silva Machado – Técnico Superior de 2ª Classe;
- Francisco Coelho Guilherme – Engenheiro Técnico Civil Principal;
- Maria Antonieta Soares Menezes Santos Cavaco – Topógrafo de 2ª Classe;
- Carlos Manuel Gomes Madeira – Desenhador de 2ª Classe;
- Dina Maria Rosa Duarte Nobre – Escriturária-Dactilógrafa de 2ª Classe.

colaboração. Este chegou a ser registado na reunião da CA, realizada em 20 de Março de 1990, onde participavam representantes da DGOT, da CCRA e do IPPAR, e ainda um representante do Executivo Municipal, destaca-se o parágrafo final da sua acta: "(...) os representantes da DGOT, IPPC e CCRA salientaram o empenho demonstrado pela Câmara no acompanhamento dos trabalhos do GTL, em paralelo com a colaboração prestada pela equipa do Campo Arqueológico, o que se tem revelado um precioso auxiliar do trabalho em curso, que se considera nesta fase inserir na globalidade nos objectivos da política de reabilitação contida no PRAUD". Mas, e nos locais onde esta possibilidade não exista? Um outro elemento de análise importante é a inexistência de qualquer exigência de formação específica em reabilitação do património, ao menos para quem dirige. Por fortuna da *vila velha* a coordenadora da equipa tinha feito a escolha da Área de Reabilitação no 5º ano do Curso, e, portanto, possuía essa qualificação. Mas tratou-se de um "acaso"⁵³³, uma vez que não está instituído na lei que o técnico responsável deveria ter mais do que uma mera licenciatura. Outro tópico para discussão.

Seguindo uma metodologia que consideramos correcta, o GTL iniciou o seu trabalho com uma acção de sensibilização junto da população local, dando-se a conhecer, quer aos seus membros, quer aos seus projectos e intenções. Iniciou aí o processo de partilha de intenções e expectativas sem o qual a reabilitação de espaços urbanos com estas características e que se pretendam preservar habitados jamais se fará.

O desenvolvimento do trabalho pode ser seguido através dos relatórios da Comissão de Acompanhamento (CA). Essas actas das reuniões, que depois eram assinadas pelos técnicos e outros responsáveis presentes, descrevem com alguma minúcia as tarefas realizadas, mas, mais importante, reflectem as orientações e as opções estratégicas que encaminhavam o trabalho dos técnicos do Gabinete. Por exemplo, a 21 de Julho de 1989⁵³⁴ manifestaram-se as entidades satisfeitas por já ter sido realizado o levantamento arquitectónico e por estar a ser prestado algum apoio a obras particulares, mas salientando-se "que o apoio a projectos particulares só deverá ser feito quando compatível com os objectivos principais do GTL, nomeadamente a realização do Plano de Salvaguarda e a criação de uma dinâmica de recuperação

⁵³³ Um acaso relativo, pois esta técnica havia já trabalhado com o Arquitecto Carlos Marques – que fazia parte do grupo da ESBAL - nos estudos do património edificado na Mina de S. Domingos, e, portanto, este concurso pareceu-lhe poder corresponder ao desejo de continuar a trabalhar nesta área da recuperação, que lhe interessava, e num território com o qual já possuía alguma familiaridade.

⁵³⁴ Esta, como as citações seguintes, são extraídas do Relatório da 2ª reunião da CA.

urbana [sublinhado meu] susceptível de gerar efeitos multiplicativos, tendo em conta a escassez dos meios técnicos disponíveis”. Relacionado com este aspecto, foi ainda referida “a necessidade de definição de uma estratégia de intervenção do GTL, nomeadamente em termos de equilíbrio entre a realização do plano e as outras tarefas em curso”. Na reunião da mesma Comissão, em Outubro, voltou a ser lembrado que o objectivo principal do GTL “é a realização de um instrumento de suporte para a gestão urbana da área de intervenção sob a forma de um plano de pormenor de salvaguarda”. Os técnicos do GTL contrapuseram “que o trabalho de fundo nunca foi afectado pelas actuações pontuais que lhes têm vindo a ser solicitadas, dado que muitas vezes elas só são possíveis devido a um empenhamento especial de toda a equipa”.

Este aspecto é de alguma pertinência, pois é conhecido que alguns destes Gabinetes, que em muitos casos, aliás como em Mértola, eram então uma parcela importante do quadro técnico (quando não mesmo a totalidade, ao nível da arquitectura e engenharia...) de que as Câmaras dispunham. Por isso, um largo número destas equipas passaram muito do seu tempo a trabalhar em projectos concretos, não tendo elaborado nem o documento estratégico e a sua cartografia relativamente à situação dos centros históricos, nem o Regulamento, peça operacional fundamental para garantir alguma continuidade e coerência na forma de abordagem aos problemas quotidianos colocados pelos proprietários e moradores destas zonas urbanas.

Em Mértola foi sempre apontada a questão financeira como estranguladora da acção do GTL, por ser fraca a dotação para poder concretizar algumas obras em habitações degradadas pertencentes a pessoas mais idosas, tendo sido referida a importância de se poder estabelecer com a Caixa Geral de Depósitos uma linha de crédito com juro bonificado para a recuperação de habitações, destacando o texto, desde que “utilizando materiais e técnicas tradicionais”. Um aspecto complicado, que tem gerado muita polémica e discussão no quadro da actual subvenção municipal para obras de recuperação do edificado na zona histórica de Mértola.

Um aspecto a ressaltar na gestão municipal era a desarticulação que algumas vezes se verificava entre a gestão administrativa e política da mesma instituição. Não vem ao caso lembrar aqui os constrangimentos estratégicos provocados pela pouca flexibilidade dos quadros dirigentes da DAF, mas não é possível contornar este exemplo que sucedeu com o GTL de Mértola, no decurso da 3ª reunião da Comissão de Acompanhamento, a 20 de Outubro de 1989. O Chefe dos Serviços Administrativos da Autarquia, Sr. Reinaldo Romana, levantou a questão da viabilidade jurídica dos

Técnicos do GTL realizarem projectos e acompanharem obras particulares – as tais obras consideradas de urgência para a salvaguarda de determinados imóveis e sempre associadas a inquilinos e proprietários sem grandes posses, acção que se inseria na filosofia dos GTL's e que tinha apenas sido alvo de reparo, em Comissão de Acompanhamento, que tal tarefa não devia colocar em causa a concretização do Plano de Salvaguarda. A questão era de tal modo um preciosismo que o representante da Direcção Geral de Ordenamento do Território declarou que nunca, em nenhum dos anteriores GTL's a funcionar um pouco por todo o País, a questão havia sido levantada, nem pelos técnicos nem pelos políticos dessas Autarquias. Pois se o trabalho dos técnicos neste capítulo pretendia, não só dar um exemplo metodológico, como dar um cunho de transformação imediata – e de que o GTL não ia fazer um relatório para a gaveta como tantos outros... -, por que levantaria tal questão? Mas a Câmara de Mértola esteve efectivamente, durante muito tempo, presa a atavismos formais que complicaram algumas das suas etapas de desenvolvimento...

Curioso é que esta situação do domínio específico da intervenção dos GTL's continua na ordem do dia; no Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico, realizado na cidade do Porto em Outubro de 2003, pude constatar que a grande discussão continua no mesmo plano, pois foi muito criticada, pela CCRC, a equipa do GTL de Montemor-o-Velho por, apesar de ter desenvolvido grande quantidade de projectos de arquitectura para renovação de edifícios (aliás, projectos de qualidade), não tinha concluído a elaboração de um Plano Geral de Salvaguarda, que é, como era, a sua obrigação principal.

Na descrição das suas acções, neste mesmo relatório de Outubro de 89, os técnicos dão conta de que “o GTL está a proceder ao levantamento sistemático dos alçados, em paralelo com o levantamento topográfico, assim como à realização de pequenos projectos de remodelação de habitações particulares (instalação de casas de banho, arranjos de coberturas, etc.)”. Ou seja, estudo mas também alguma acção concreta, de certo modo facilitada pelo seu envolvimento directo e pela participação e adesão da população residente na área às suas propostas.

Desse trabalho de reconhecimento das características, quer em elementos físicos quer humanos, existentes na vila velha e arrabalde, e que foi apresentado, em 1990, sob a forma de Relatório, conclui-se o seguinte:

- que cerca de 20% dos edifícios vistoriados foram considerados em mau estado, sendo que alguns deles começam já a aproximar-se da condição de ruína;
- quase metade (46%) destes fogos são arrendados, e, deste grupo, cerca de 60% apresentava em 1990 rendas mensais a oscilar entre os 10 e os 50 cêntimos de € (20\$00 a 100\$00), o que dificulta em muito a possibilidade dos proprietários dos imóveis de sentirem motivados para a realização de obras de recuperação e beneficiação nestes imóveis. Como se explicará noutro sub-capítulo, só a intervenção das entidades públicas poderia permitir resolver esta situação de decadência. Destaque-se no entanto que o problema estava já identificado desde então, e houve inclusive tentativas para lançar algumas obras apoiadas pelo Programa RECRIA. A burocracia deste processo, e a idade já avançada (a maioria com mais de 55 anos) do conjunto de proprietários aqui referido, fez com que a maior parte não se tenha sentido motivado para adoptar uma candidatura deste tipo.

O levantamento destacava já outros dos estrangulamentos então existentes, estes particularmente gravosos em termos das condições de vida da população: “Os serviços básicos não abrangem ainda toda a população, não tendo esgotos, água canalizada e energia eléctrica, respectivamente 20%, 21% e 10% dos fogos existentes. A ausência de condições mínimas de habitabilidade reflecte-se também na falta de instalações sanitárias de 46% dos fogos, sendo que apenas 30% daqueles apresentam instalações sanitárias completas. Estes aspectos, aliados à manifesta falta de espaço no interior das habitações, justifica que metade dos residentes (49%) gostasse de mudar preferencialmente para a «Vila Nova» de Mértola (área habitacional mais recente, de status social mais elevado, mais ambicionada)”, tal era o retrato que então era traçado. Interessante será verificar a alteração destas duas percentagens, uma pela melhoria das condições de habitabilidade, a outra pela completa inversão de valor simbólico verificada em que habitar na «vila velha» não é já sinónimo de pobreza mas antes o contrário, facto resultante da projecção cultural do centro histórico de Mértola, e da consequente especulação imobiliária verificada na última década.

Regressemos à acção do GTL e ao início da década de 90. Confrontado com a situação quase desesperante de muito que fazer e pouquíssimos recursos para colocar acções concretas no terreno, a equipa do GTL não deixou, meritoriamente, de traçar um plano coerente, propondo um conjunto de soluções que, como veremos, apesar do atraso temporal, têm vindo regularmente a ser implementadas, permitindo uma situação muito mais positiva hoje do que então.

Seria assim fundamental:

- Actuar na recuperação dos edifícios;
- Introduzir comércio de primeira necessidade na zona intra-muralhas;
- Arranjo dos pavimentos;
- Incentivar os fluxos turísticos;
- Fomento do emprego nesta zona.

Se bem que das cinco, apenas duas tenham tido uma grande dinâmica na última década (a recuperação e o fluxo turístico), a situação gerada apenas por essas duas é hoje muito diferente para melhor, e sem dúvida que algumas das outras se seguirão. O casco histórico de Mértola exige actualmente uma alteração muito importante ao nível de uma das suas vocações predominantes, mas essa é uma questão para ser abordada num outro capítulo, em que se analise a evolução possível do modelo estratégico de reabilitação desta área urbana.

Deve salientar-se, já que pretendemos aqui reflectir sobre os aspectos metodológicos associados à intervenção em áreas urbanas de carácter histórico que este relatório⁵³⁵ (que acabou por se tornar intermédio, pela prorrogação do prazo de existência deste Gabinete) está elaborado com grande clareza de objectivos, com transparência ideológica quanto às políticas que preconiza e com precisão técnica, evitando esconder-se em considerações ambíguas.

Sem disfarces, e ciente da sua falta de meios, reconhece que “actualmente além do importantíssimo Plano de Salvaguarda e de Protecção que regulamentará a actividade urbanística no Centro Histórico, o seu trabalho prático poderá resumir-se apenas à emissão de pareceres técnicos e à realização (nalguns casos pontuais) de projectos de alteração e adaptação. O grande problema surge no aspecto financeiro”.

E o que se pode considerar a consequência mais grave de todas estas dificuldades? A desilusão da população residente, que julgava que, finalmente, as suas condições de vida iam melhorar. Embora se pudesse dizer que ninguém tem a culpa concreta desta situação, tal não é verdade e obedece à mentalidade portuguesa de não introduzir medidas de fundo e longo prazo, regendo-se quase sempre por interesses particulares

⁵³⁵ Este documento, pelo seu carácter detalhado, e por registar uma densidade de recolha de informação única até ao momento, acabou por se tornar uma peça fundamental, conjuntamente com o plano.

e danças políticas nos organismos de gestão, destruindo os frutos antes da colheita e depois do esforço de plantar as árvores... No caso das políticas que conduziram à constituição deste, como de outros GTL's, como imaginar a sua acção no curto prazo? O GTL foi nomeado para um ano! E o que sucedeu? "O trabalho de sensibilização e de informação junto da população criou expectativas quer aos residentes como à própria equipa do gabinete e tornou-se um pouco frustrante verificar que vários foram os residentes, proprietários e inquilinos que nos vieram procurar manifestando interesse em realizar pequenos arranjos nas suas habitações". A resposta a este desejo haveria de chegar somente em 1999, quando foi criada a "Subvenção...", uma medida de apoio financeiro municipal, dotada de €100.000 / ano, para responder a esta necessidade, de que daremos conta mais detalhada no sub-capítulo seguinte.

À época da criação do GTL de Mértola estava já a funcionar o Programa RECRUA. Poderá por isso perguntar-se: por que não se recorreu a este instrumento financeiro para conseguir executar pelo menos algumas dessas obras tão necessárias à revitalização do centro histórico? Em Mértola, como excepção que confirma a regra, apenas uma candidatura foi apresentada e não chegou a concretizar-se. Foi a própria natureza especulativa do programa que afastou eventuais candidatos. À data, os compradores não abundavam, pelo menos não eram tantos como hoje em dia, e por isso a recuperação para posterior venda parecia um risco grande demais para as posses da maioria dos seus proprietários, cujas fracas capacidades económicas eram ainda motivo de acrescido entrave. A idade elevada da maioria fazia-os também desconfiar da eventualidade de um retorno financeiro interessante em tempo útil para si próprios... Acresce que a maioria destes fogos possuem inquilinos, os quais, como já se referiu, pagam rendas baixíssimas "as quais, mesmo actualizadas em função de melhorias nos fogos, nunca serão de montante a cobrirem a curto-médio prazo o investimento realizado em benefício de terceiros", isto na perspectiva dos proprietários.

Se bem que a reabilitação do parque edificado português, em vez da construção nova, vá assumindo contornos cada vez mais concretos nos discursos oficiais (políticos e institucionais), e que essa realidade, dotada de elevados valores quantitativos em termos de massa financeira global, como os que o Eng.º Vítor Cóias e Silva e o GECORPA têm já apresentado publicamente⁵³⁶, o que é facto é que a tendência só

⁵³⁶ Os valores apresentados em 1998 – e, portanto, com uma expectativa de terem crescido nestes 6 anos já passados entretanto – eram de 150 milhões de euros/ano gastos em conservação e restauro, e 900 milhões de euros/ano em reabilitação de edifícios.

muito recentemente parece ganhar algum ânimo, em virtude da conjugação da alteração da Lei das Rendas, em que a possibilidade de aumento do rendimento ligado ao fogo é acompanhado da obrigatoriedade de este possuir um certificado de habitabilidade, o que obrigará muitos dos seus proprietários a promoverem obras (lamentavelmente, não exigindo aos interventores um alvará específico, aguardemos quais serão as consequências para o património imobiliário português).

Mesmo nas localidades de pequena dimensão, como Mértola, essa situação é clara, embora, como é evidente, de mais fácil resolução. No entanto, já em 1990 se alertava para a situação que só uma década depois veio a ser alvo de políticas municipais concretas que contrariassem o modelo suburbano que por todo o País predomina. Escrevia a equipa do GTL no seu relatório de 1990, que “São muitas as pessoas que independentemente da sua formação técnica e política consideram que o problema da habitação nunca poderá ser resolvido sem uma forte intervenção estatal, transferindo-se para uma escala nacional o aviso de «recuperar ser mais barato que construir de novo», com as vantagens de se minimizarem influências exógenas”.

No levantamento dos casos mais graves, a nível de edifícios do centro Histórico, o GTL listou 12 dos quais 4 a exigir resposta imediata por perigar a vida dos seus moradores. Estas obras foram tomadas a cargo directo pelo Município, mas, no mais, a Autarquia não possuía (ou não quis tomar diferente opção estratégica na gestão do seu orçamento) recursos financeiros para um largo número de intervenções. A Câmara Municipal, à data, fazia uma gestão cuidadosa do seu orçamento, e não quis, provavelmente, correr maiores riscos financeiros. É preciso recordar (assunto que será analisado noutra sub-capítulo em maior detalhe) que a Autarquia nesta década investiu fortemente na recuperação de alguns edifícios ligados à criação da rede de núcleos museológicos da vila, pelo que a sua acção na reabilitação de habitação privada (para lá daquela em edifícios dos quais é a proprietária) foi, certamente, limitada.

A esperança residia então, como se escreve esperançadamente, no relatório de 1990 “que será através da implementação do Plano de Salvaguarda (após a sua aprovação), que se poderá obter financiamentos consignados no despacho PRAUD, que quando aplicados permitem iniciar a uma escala mais generalizada um processo integral de reabilitação Urbana, sem omitir o concurso a Programas Operacionais e a Fundos Comunitários que se enquadram nesta área”.

Claro que este modelo de intervenção por projectos não permitiria prever todas as situações, e por isso se pedia também para que a Autarquia viesse a “orientar uma estratégia que concilie esforços com as restantes forças vivas de Mértola de modo a promover e valorizar constantemente o núcleo histórico, de forma a possuir-se argumentos que justifiquem um rápido apoio financeiro numa área crítica de recuperação e reconversão urbana mas de valioso património histórico nacional”. Uma expressão utilizada pela Direcção-Geral do Turismo, que subvencionou, em parceria com a Autarquia, o Projecto Integrado de Mértola⁵³⁷ deu à *vila velha* o nome de *locomotiva*, o elemento capaz de arrastar, por efeito domino, os restantes segmentos da actividade económica e a valorização posterior de outras componentes patrimoniais, o que em certa medida ocorreu.

Na análise ao relatório do 1º ano de acção do GTL de Mértola, o Técnico Superior da CCRA, Arquitecto Humberto Branco, escreve, em Marco de 1990 que lhe apraz salientar “o óptimo suporte teórico formalizado que se traduz no trabalho desenvolvido merecendo nalguns capítulos redobrado interesse (...) [embora presente...] uma lacuna que se traduz na omissão interpretativa dos factos urbanos. Em termos de teoria urbana é importante perceber a formulação e desenvolvimento do tecido. Melhor, na sua correcta interpretação se testam hipóteses de crescimento e as valências espaciais no tempo”. No entanto, não deixa de referir que “o óptimo trabalho em curso neste GTL, que constitui um prolongamento coerente de toda a animação cultural existente na vila nomeadamente no centro histórico. Estamos presente um esforço de grande seriedade onde em (10) dez meses de funcionamento não se pode nem se deve exigir mais. (...) Conclusão: considero o trabalho desenvolvido, desde Maio de 1989, pelo GTL de Mértola bem estruturado e constitui um esforço exemplar no processo de reabilitação urbana da Vila Velha (...)”.

Quer o Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, do MPOT, Paulo Barros Barral, quer a avalista da DGOT, Arquitecta Margarida Cancela d'Abreu concordam com o parecer da CCRA, tendo esta Técnica sublinhado ainda “Apraz-nos a qualidade do trabalho efectuado”.

⁵³⁷ Este projecto, de iniciativa do Fundo de Turismo, e com cooperação do IPPAR, procurou estruturar em Mértola, um pólo de uma rede de locais de grande interesse turístico. O programa que foi instituído partia do pressuposto que, se o circuito de núcleos museológicos da vila estivesse completo, esta poderia funcionar como «locomotiva» para impulsionar as outras componentes de desenvolvimento local do modelo Mértola vila museu. Este Projecto Integrado permitiu, de facto, a conclusão dessa rede de espaços de visita no casco histórico – com um ganho de cerca de uma década, a década e meia, em relação ao que seria possível sem este importante apoio -, e teve uma dotação geral de cerca de €1.200.000 do Estado e cerca de €2.000.000 da Autarquia.

Tudo isto vem justificar o pedido da Câmara Municipal na continuação por mais um ano do trabalho desta equipa, escrevendo no pedido oficial dirigido às entidades, em Março de 1990, que estas considerem “o interesse numa eventual prorrogação do contrato por mais um ano, a fim de permitir levar a bom termo o programa de reabilitação no Núcleo histórico da vila de Mértola”.

A DGOT respondeu em Maio de 1990, dando o seu acordo, através de ofício do seu Director Geral. Paralelamente a este louvor, a Câmara veio a receber da SEALOT/DGOT a verba de 10.000.000\$00 (sensivelmente 50.000€) sob a forma de subsídio (pertencentes ao Programa de Reabilitação Urbana do PIDDAC de 1990). Saliente-se que foram contempladas neste despacho 10 municípios, tendo os dois mais financiados a seguir a Mértola, que recebeu a verba mais alta, auferido somente 5.000.000\$00 cada uma. Uma parcela desta verba destinou-se à candidatura da Recuperação das Muralhas de Mértola, igualmente preparada por este Gabinete.

Mais tarde, já depois de prorrogado o prazo de trabalho da equipa do GTL, em 19 de Fevereiro de 1991, analisando a proposta de Regulamento do Plano de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico, a CA sugeriu que esta fosse completada com elementos que lhe pareceram então em falta:

- Enquadramento do Centro Histórico de Mértola de acordo com a legislação patrimonial;
- Diálogo operante técnico-jurídico entre a Planta síntese e o Regulamento;
- Necessidade de elaboração de uma Carta Patrimonial enquadrada, se possível, na planta síntese, com a respectiva ligação ao Regulamento, ou inserção de alguns elementos de carácter mais pormenorizado na planta síntese;
- Estabelecer prioridades de intervenção com faseamento adequado no que toca à implementação do Plano”.

De seguida, damos algumas referências de projectos específicos que foram desenvolvidos durante a vigência deste gabinete e que foram muito importantes do ponto de vista da salvaguarda patrimonial.

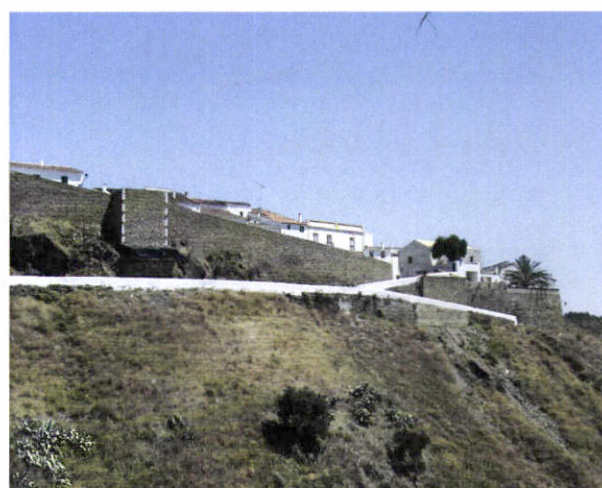
a)- arranjo e electrificação das muralhas

Numa reunião da Comissão de Acompanhamento do GTL de Mértola, realizada em 20 de Outubro de 1989 foi referido, pelo Vereador Santana, que o Dr. Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola, havia entregue, ao Presidente do IPPC, há cerca de um ano então, ou seja em 1988, um projecto relativo à concretização desta obra de iluminação, e que a intervenção havia chegado a ser inscrita no PIDDAC de 1986, sem no entanto, até 89, se ter concretizado.

Em Fevereiro de 1990, foi apresentada, pela Autarquia, mas com a colaboração científica do Campo Arqueológico de Mértola, candidatura desta intervenção ao Projecto-Piloto de Conservação e de Promoção do Património Arquitectónico Comunitário. Na justificação, para lá dos aspectos histórico-patrimoniais que me parece aqui dispensável referir, de tão evidentes, saliente-se a resposta dada ao Item "Importância regional e turística do monumento ou do local em relação ao meio envolvente": "É enorme o contributo em termos de atracção de visitantes, os quais ao deixarem alguns dinheiros, estimulam pequenas iniciativas que ajudam a criar postos de trabalho num local que sofre o êxodo de jovens por ausência de emprego". Penso que esta justificação poderia ser um pouco mais elaborada, e não tão redutora naquilo que é a relação, a nível local, entre o valor do património e o desenvolvimento local. Voltarei a este tópico noutra capítulo desta dissertação.

Claro que aqui, pelo que se deduz do texto em termos da filosofia de intervenção proposta, o que importa citar é o que está escrito no item "Descrição do Projecto": "O projecto apresenta duas fases: 1) A primeira de restauro e consolidação; 2) De reabilitação. Na 1ª fase é necessário uma urgente intervenção em locais onde já ruíram ou que se encontram na eminência de se desmoronarem colocando em perigo a segurança de pessoas e bens (apenas esta fase será submetida a pedido de financiamento). A 2ª fase de reabilitação consistirá na recuperação de algumas torres e secções da muralha e do constante cuidado da restante área. Colocam-se alguns problemas inerentes, não apenas ao aprovisionamento, transporte e deslocação do material e à elevação de alvenaria, mas também às questões de ordem tipológica, de técnicas construtivas, com análise atenta às várias fases construtivas que o monumento passou até ao século XVIII. Sempre que possível serão seguidas as linhas de assentamento já traçadas conforme o estado da muralha (em estreita colaboração com técnicos dos Monumentos Nacionais)".

OBRAS DE REFORÇO DOS TORREÕES DA MURALHA POENTE DA VILA



Ao longo dos anos, e nas últimas duas décadas, as muralhas têm vindo a ser recuperadas. Na zona poente, estas intervenções foram, a dada altura, particularmente necessárias porque existia o risco de colapso em parcelas da rua da Afreita. Na zona extrema da direita deste paramento, foi mesmo construída, por cima da antiga, uma nova cortina. No entanto, a maior parte desta consolidação tem estado a ser feita a partir do reforço / reconstrução dos torreões. É importante que, na fachada nascente, a mesma operação seja realizada. A encosta é efectivamente, muito alta, e a segurança de pessoas e bens deve ser o mais possível acautelada.

CASTELO e MURALHAS DE MÉRTOLA - Sistema de iluminação nocturna

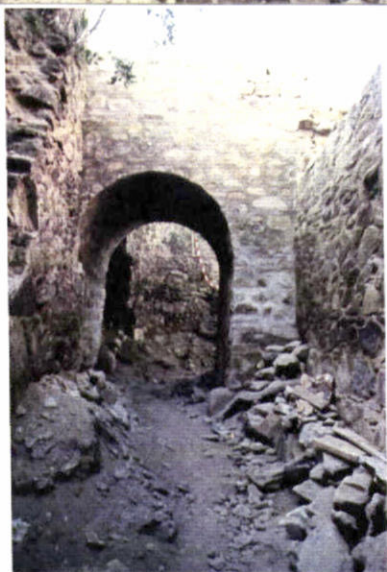
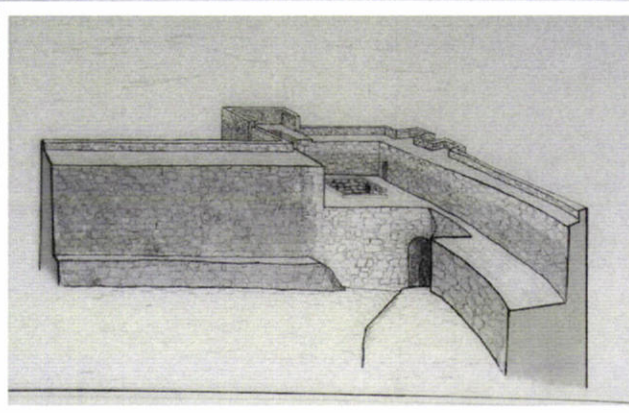
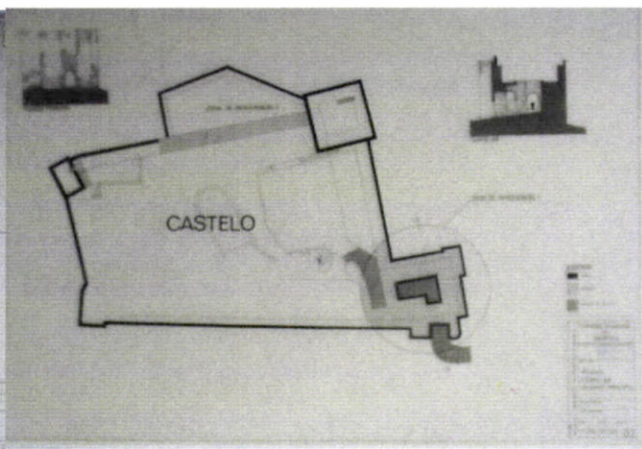
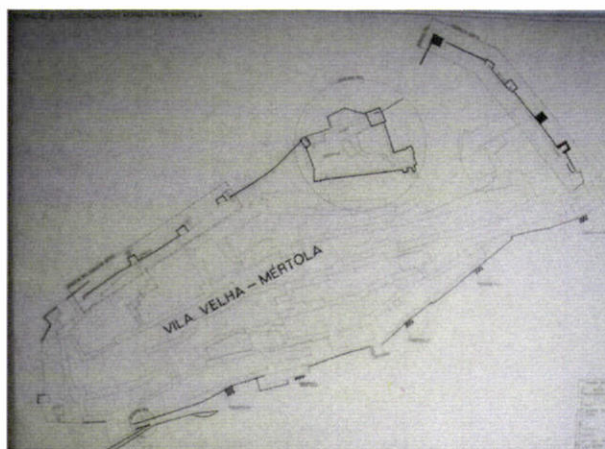
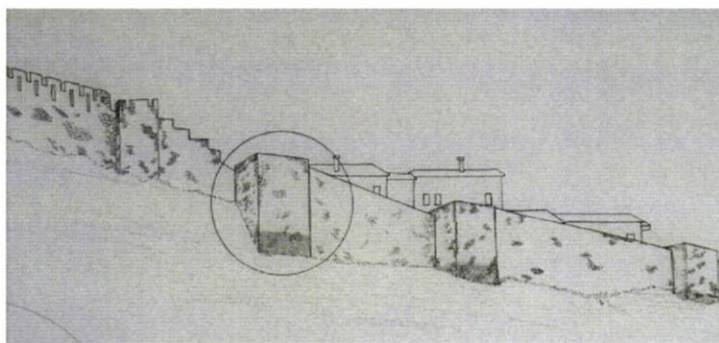


É verdade que a necessidade de prever grandes cheias do Guadiana, e a possibilidade de os sistemas electricos serem submersos, condiciona e complica este sistema de iluminação ornamental das muralhas.

Daí também a diferença entre a solução da encosta poente, mais elegante e «disfarçada» e os palitos da fachada nascente. No entanto, e tendo em conta que o efeito luminoso não está bem conseguido, e a luz alaranjada não o favorece, seria ocasião de tentar uma solução que tornasse invisíveis os candeeiros. Agora que Alqueva modera as cheias...

PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DAS MURALHAS E CASTELO DE MÉRTOLA

Gabinete Técnico Local - 1991



Desde o tempo em que funcionou o 1º GTL (1990), que se começaram a desenvolver projectos de recuperação, e mesmo de reconstrução, das muralhas e castelo de Mértola. Este esforço - que, nalguns casos era mesmo imposto pelas condições ruínas da construção militar - uniu a Câmara ao CAM, que procedeu a trabalhos de sondagem e escavação arqueológica, quer junto dos torreões, mas principalmente na porta do castelo (esta intervenção devida à instalação da conduta da electricidade da iluminação ornamental). Nesta zona, viram a ser descobertos os restos da entrada descrita na planta quincentista de Duarte d'Armas, e foi com base nesse desenho e noutras informações documentais que se reconstruiu o antigo acesso ao pátio de armas da fortificação.

A obra foi candidatada para 1990 / 1991, e foi solicitado um apoio de cerca de 200.000.000\$00. Mas, infelizmente, este financiamento não foi aprovado. Diga-se que a este programa concorreram 1138 projectos! Era preciso ter muita sorte para sair com um projecto aprovado...

Na reunião, já citada noutros locais, da Comissão de Acompanhamento do GTL, que se realizou em 19 de Fevereiro de 1991, estava ainda este projecto a percorrer o «calvário» das análises e contra análises... Sendo apresentado nesta dita reunião um conjunto de intervenções para o centro histórico, que incluíam alguns edifícios e a intervenção para remoção dos cabos eléctricos da via pública, passando a subterrâneos, bem como o projecto de iluminação de valorização das muralhas e castelo de Mértola, e verificada a sua conformidade com o Plano de Salvaguarda, foi sugerido, então, que “dada a urgência de recuperação de um património tão valioso não só para o Concelho como também para o País, foi sugestão da Comissão de Acompanhamento do GTL, que a Autarquia candidatasse os referidos projectos às linhas de apoio financeiro concedidas por aquele Programa [PRAUD].

Assim se fez, como consta da Acta da Câmara Municipal nº10/91, de 3 de Abril de 1991, onde foi referido que os projectos de Iluminação Exterior e de Recuperação, com valores orçamentados de 15.750.000\$00 e 72.000.000\$00, respectivamente, estavam prontos para participarem dessa candidatura, o que foi aprovado por unanimidade. A DGOT aprovou este projecto, mas só participava em 20%, ou até um máximo de 14.000.000\$00, o que foi o caso neste projecto, e a ser pago em 3 anos. Foi a Autarquia que acabou por suportar, através de dotações do seu orçamento, o restante encargo.

b)- projecto de luta contra a pobreza

O GTL desenvolveu, igualmente, um projecto de “Luta contra a Pobreza” a coberto do qual poderia “viabilizar a realização de um conjunto de equipamentos importantes para uma acção de revitalização local”. Estes projectos denotam que essa equipa possuía a noção clara que seria necessária, para uma intervenção eficaz, uma grande complementaridade de políticas de intervenção de diferentes tipologias e com distintos âmbitos, sem a qual não será efectiva qualquer tentativa de verdadeira reabilitação de uma área urbana de carácter histórico.

c)- projecto de electrificação e telefones subterrâneos

Um dos projectos mais ambicionados, pelo seu impacto no tecido urbano e arquitectónico, era o da instalação subterrânea da rede eléctrica. O Gabinete preparou a candidatura a financiamento, mas, ao longo do processo, acabou por sugerir que se avançasse também para a mesma solução no que respeita à rede telefónica, procurando a coordenação temporal dos mesmos, de modo a evitar maiores encargos e mais tempo de transtorno na sua execução. Esta intenção recebeu grande apoio por parte do executivo, que envidou todos os esforços para conseguir a sua viabilização, mesmo que os custos financeiros viessem a crescer. Na acta da CMM de 18/10/1989 ficou registado que “na presença das obras dos CTT [para enterrar o sistema de cablagem dos telefones] tinha considerado oportuno [o Vereador José Manuel Santana] que fosse despoletado o processo da EDP com vista à rentabilização da obra, o que a EDP aceitou de imediato (...) considera extremamente vantajoso o acordo já que permite numa só obra executarem dois serviços distintos, evitando-se novas aberturas de valas, que para as obras da EDP iriam decorrer por conta exclusiva da Câmara, evitando-se também, os incómodos provocados pelo encerramento de ruas ao trânsito. Que embora estes trabalhos de investimento não estejam previstos no Plano de Actividades, é uma situação a aceitar já que a reposição do pavimento será executada por pessoal da Autarquia, cujos salários são suportados pelo Orçamento corrente. A Câmara por unanimidade, deliberou concordar com a solução proposta pelo vereador Santana e autorizar a realização de trabalhos”.

Em relação a este projecto, ele foi apresentado em reunião do Executivo em 29/12/89, tendo sido referido que a “remodelação da rede de energia eléctrica do Centro Histórico da vila de Mértola, pública e domiciliária, [é] destinada a preservar o carácter histórico e a integridade do património arquitectónico, cujo estudo tem como objectivo eliminar completamente a instalação de cabos à vista nas fachadas e reduzir ao mínimo o número de caixas exteriores”.

Para a sua concretização, contribuiu também o empenhamento dos Serviços da Electricidade de Portugal, cuja Direcção Operacional de Distribuição Sul (Beja), enviou, em 21 de Novembro de 1989, ao Presidente da Câmara Municipal de Mértola, as seguintes considerações a acompanhar uma proposta técnica: “O estudo efectuado procura conciliar a necessidade de remodelar e reforçar as redes de distribuição existentes com a preocupação manifestada pela Câmara Municipal em preservar o carácter histórico do local, evitando, na medida do possível, a instalação de cabos à

vista, fixados às fachadas dos prédios. (...) As redes a estabelecer ficarão com uma substancial folga de capacidade de forma a permitir absorver, sem sobressaltos, futuros aumentos de carga e ainda a futura instalação de iluminação decorativa do castelo e zona monumental envolvente”. Saliente-se ainda, do mesmo parecer técnico, a seguinte ideia: “Quer a rede de distribuição domiciliária, quer a rede de iluminação pública, foram projectadas com a preocupação de evitar ferir a paisagem arquitectónica, eliminando completamente a instalação de cabos à vista nas fachadas e reduzindo ao mínimo indispensável o número de caixas exteriores. Nesse sentido optar-se-á por uma solução técnica que recorre a caixas de derivação subterrâneas, utilizando armários de distribuição unicamente em pontos específicos não evitáveis, mas em locais o mais discretos possível”. Pena que este cuidado não tenha sido seguido em todos os projectos de equipamentos urbanos, nem com a minúcia e o detalhe exigíveis para a sua perfeição.

d)- percepção social dos moradores da vila velha

Um dos aspectos mais importantes do trabalho do GTL relacionou-se com a urgência de contacto com a população, de modo a poder afinar uma estratégia que invertesse a imagem muito negativa que a zona histórica possuía – daí a alcunha de *vila velha* - e que no imaginário de uma parcela considerável dos residentes era associado com pobreza, com incapacidade para construir uma casa na parte nova da vila. Essa percepção era real, e daí a equipa do GTL ter deixado registado, no relatório de 1990, o seguinte: “Para os residentes a recuperação é [era] válida, contribuindo para evitar a degradação da zona em questão; recupera o parque habitacional e embeleza o Centro Histórico”

No entanto, esta grave situação não viria a ter uma resposta imediata por parte da Autarquia, que não criou, por si só, uma solução para gerar algum estímulo à intervenção dos particulares nos imóveis dos quais eram proprietários. Nas circunstâncias e modelo de edificação que ainda é seguido em geral no País, e não parecendo por enquanto que, a nível político, se imponham modelos menos especulativos, o futuro da reabilitação parece condenado a não se expandir e a não atingir a dimensão social que deveria ter, até pelo que isso representaria de alívio financeiro para a maioria das famílias portuguesas. Nas áreas mais antigas é onde reside, normalmente a população de menos posses económicas e, tal como sucedeu em Mértola, “consideramos ser impossível sem incentivo e apoio financeiro que os

residentes *per si* (ainda que sensibilizados e interessados) tentem recuperar os imóveis”.

Aparecendo como última alternativa, uma vila velha bem conservada, bonita, restaurada à boa maneira alentejana, mas apenas habitada nas férias por forasteiros com posses económicas, ficando o Centro Histórico encerrado numa “redoma de vidro”, sem habitantes que são a sua essência e a razão de existir das aglomerações urbanas”.

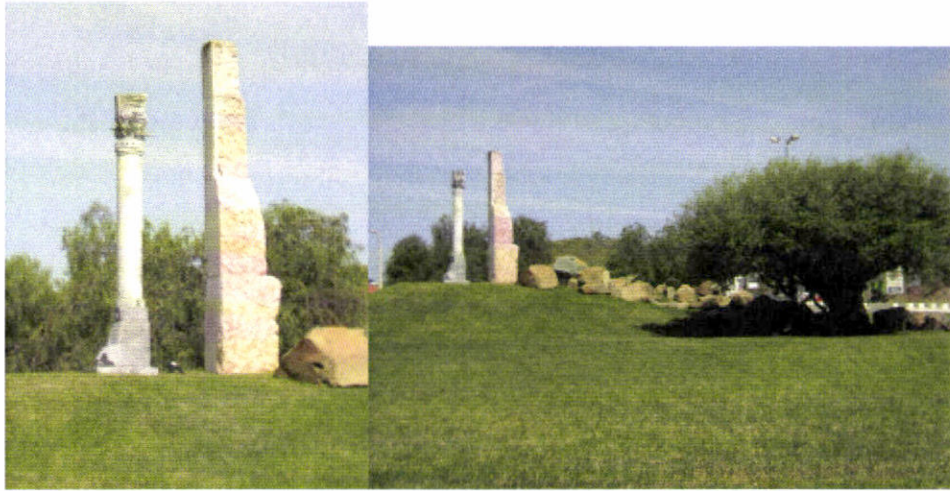
Este pressuposto, estou em crer, recolhe o nosso acordo, pelo que expõe de uma correcta filosofia que um GTL deve seguir, de não dar atenção meramente à reabilitação física da área, mas também à sua reabilitação social. No entanto, é preciso ter cuidado que, mesmo com todos estes avisos e percepção, nos últimos 10 anos algumas coisas têm sido feitas no caminho da standardização (cores das barras, plaquinhas de ruas) o que conforma à ideia de um centro histórico casinha de bonecas ou aldeia dos turistas, acções reveladoras de conhecimento pouco profundo da evolução histórica, apagando-se, assim, pouco a pouco, os traços da evolução, mesmo quando se grita, aparentemente, alto e bom som, pela defesa do património. Os preconceitos da nossa época são muito difíceis de combater, mesmo pelos mais bem intencionados, e a nossa vontade de mexer é superior à vontade de efectivamente salvaguardar o património. O património é sobretudo a acção das pessoas e esta esteve sempre muito longe de ser homogénea! A diferença tem sido sempre difícil de respeitar, pena, é preciso dizer-lo, a nossa época não é perfeita!

Ao aproximar-se o final do período de vigência do GTL, a Câmara defrontou-se com a necessidade manter alguns destes técnicos, procurando dar resposta às inúmeras solicitações que sentia, quer para o licenciamento de obras, quer para a elaboração de candidaturas a financiamento europeus para projectos de desenvolvimento local. Assim, conseguiu garantir a permanência da Arquitecta e do Geógrafo desta equipa, processo além do mais facilitado pelo facto de que o Governo havia produzido legislação enquadradora dessas situações (confrontado, como foi, pelas Câmaras que tinham equipas da primeira vaga, que não as queriam perder, ou seja, não as queriam submeter a concurso público para preenchimento de vagas). O Decreto-Lei nº122/90, do MPAT, publicado em 14 de Abril de 1990, estabelecia no seu Artigo 1º que “O pessoal técnico superior, técnico e técnico-profissional dos gabinetes técnicos locais criados até 31 de Dezembro de 1989, através de protocolo firmado entre a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e a câmara municipal, pode ser integrado nos

quadros de pessoal das câmaras municipais que manifestem interesse na prossecução das actividades que por eles têm vindo a ser desenvolvidas". Assim encerrou as suas portas o GTL de Mértola, cujo pessoal se enquadrava dentro destes limites, e que foi, por isso mesmo, parcialmente contratado pela Autarquia. Infelizmente, não continuou o trabalho que estava a fazer, antes integrando a sua actividade nas necessidades quotidianas da Administração Municipal, deixando de dar resposta directa às expectativas dos seus residentes. Se tal não tivesse acontecido decerto a situação actual de alguma degradação teria sido mais cedo e mais eficazmente combatida. Este é um aspecto a que voltaremos na abordagem das metodologias para a intervenção.

e)- Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Mértola

Contrariamente ao que sucedeu a alguns outros gabinetes, a equipa instalada em Mértola conseguiu concluir o seu Plano. Esse Plano, que como documento caracterizador do casco histórico é ainda peça única (e, infelizmente, nunca actualizado), viu o seu valor ser reconhecido com a atribuição do Prémio de Melhor Plano de Salvaguarda do ano de 1991, galardão que era suposto ter tido continuidade, mas que a DGOT (o MOP) abandonou no ano seguinte, pelo que apenas se realizou esta edição. Este facto não tira qualquer mérito ao documento, e, se mais não fosse, foi graças à sua atribuição que a rotunda principal da vila, situada na confluência da ponte com a estrada de Beja e a Avenida Aureliano Mira Fernandes, pôde ser enobrecida com uma escultura de José Cutileiro. Esta peça, que originalmente era apenas de secretária, acabou por ser patrocinada em grande escala pela citada Direcção Geral. O conjunto escultórico representa a riqueza multicultural da vila de Mértola, e é de grande qualidade. Ao GTL a vila de Mértola deve, para além de outros esforçados e meritórios resultados, o ter escapado a ter um gigantesco pilarete metálico cheio de lampadários na sua entrada mais concorrida... Para mim, a existência dessa peça de arte pública regista, até aos nossos dias, e para o futuro, a qualidade, empenho e seriedade da equipa que elaborou o Plano e que aqui me apraz registar.



Em linhas gerais, vamos aqui destacar alguns elementos nele constantes, com destaque para aqueles que são importantes em termos da salvaguarda patrimonial do conjunto edificado.

O Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola foi elaborado pelo Gabinete Técnico Local (claro que o nome oficial é Plano de Pormenor de Recuperação Urbana!), foi aprovado em 1991, pelas instâncias locais, e enviado para ratificação superior; recebeu despacho favorável em 28 de Abril de 1992, mas foi apenas publicado em Diário da República a 22 de Fevereiro de 1993 (DL 44, 2ª série). Viria mais tarde a sofrer ligeiras alterações, para estar em conformidade com algumas das disposições do Plano Director Municipal (publicado em 1995), tendo sido publicada essa alteração a 4 de Setembro de 1996 (DL 205, 2ª série).

Para além de todos os elementos gráficos e fotográficos que são fundamentais neste tipo de documento, o Plano divide-se em 3 capítulos: a análise sócio-económica, a análise arquitectónica e a proposta de regulamento para o plano de salvaguarda. Vejamos, por tópicos, algumas das suas considerações mais relevantes.

Análise sócio-económica

Face à temática desta dissertação, não nos parece importante entrar em detalhes referentes ao primeiro destes capítulos, em tudo o que não seja especificamente relacionado com o centro histórico, para lá de recordar que alguns aspectos de enquadramento desta localidade e seu território foram já referidos no início deste texto.

Para um conhecimento mais detalhado desta área, sua população e características foi elaborado um inquérito, procedimento habitual nas metodologias dos GTL's, mas de grande relevo em Mértola porquanto, tirando os dados gerais dos Recenseamentos, não se dispunham de mais informações de caracterização desta área urbana e seus habitantes. Os indicadores obtidos, e os seus distintos parâmetros, passaram a servir de referência até aos nossos dias, embora se espere que no novo Gabinete que está para ser instituído eles possam ser actualizados.

Os objectivos centrais deste inquérito eram dois:

- recolha de dados gerais com o fim de caracterizar a situação sócio económica da Vila Velha;
- recolha de dados particulares com o fim de elaborar uma ficha cadastral para cada fogo a qual sirva para identificar proprietários, inquilinos e ainda estimar a apetência e os interesses das populações em recuperarem imóveis degradados; (a ficha cadastral tinha ainda o objectivo colateral de permitir identificar as situações que, à época, exigiam uma resposta urgente por parte da Autarquia).

A metodologia, que nos merecerá alguma análise crítica quando da apresentação de dados, era a seguinte:

“O universo em análise corresponde ao número total de fogos inseridos na área de intervenção, bem como toda a população que neles habita. Pretendia-se que o inquérito fosse exaustivo a todo o Centro Histórico, tendo-se iniciado no princípio do mês de Junho decorrendo os trabalhos de recolha até meados do mês de Agosto de 1989, realizando-se 160 inquéritos que abrangeram 64,3% das estruturas existentes, e 95,8% da população residente”⁵³⁸. Como se vê de imediato por estes dados, uma parcela considerável dos imóveis não possuem moradores permanentes, numa

⁵³⁸ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.11.

diferença substantiva. Este é, aliás, um dos pontos mais sensíveis das políticas sectoriais seguidas para a zona histórica de Mértola.

Esta amostra foi considerada representativa, procedendo-se ao seu tratamento e análise apesar de se ter continuado a recolha de dados, com o objectivo de se completarem para a totalidade dos fogos as já referidas fichas de cadastro.

Um aspecto interessante do trabalho desta equipa, que acompanhei de forma relativamente próxima, foi a sua grande disponibilidade para incorporar no seu trabalho não só informações de origens muito distintas, mas também coordenadas (às vezes até um pouco incoerentes...) anteriores à constituição do Gabinete. Por exemplo, para a organização do inquérito a equipa utilizou as zonas de acção que tinham sido definidas por uma equipa de estudantes e pelo Arquitecto Fernando Varanda, seu professor, para os levantamentos arquitectónicos de 1982, já aqui referidos.

Isto permitia confrontar com clareza determinada evolução, particularmente no estado de conservação dos imóveis. Este parece-me ser um princípio metodológico importante a reter, já que muitas vezes a tendência, particularmente quando os dados anteriores utilizam critérios pouco estruturados, é para desconsiderar toda essa informação porque ela não encaixa na grelha “mais eficiente” que possuímos. Mais eficiente seria que ela permitisse encaixar esses dados no seu desenvolvimento, para dotar as análises do máximo de história possível.

Particularmente para períodos anteriores aos anos oitenta, no caso do Portugal rural, os dados serão sempre de natureza dispersa, ocasional, quer se trate de demografia, de economia, até seguramente de meteorologia... São o reflexo de um País durante 50 anos preso à sua capital, da qual o ditador de antanho pouco saía até, talvez o único político português do século XX que, na sua “aldeia” natal, a famosa Santa Comba Dão, nem um chafariz mandou construir, e tendo tido meio século de governação. Só onde existiam elites determinados trabalhos monográficos se faziam, e nestes muitas vezes se registavam informações pertinentes depois para os estudos urbanísticos (entre outras vertentes). A Mértola, as suas elites faltaram-lhe muito nesse aspecto...

Disso mesmo se queixam os autores do Plano que salientarem que não dispunham de “dados estatísticos actualizados, não apenas referentes à área de intervenção, bem

como às escala de análise concelhia, distrital e nacional”; a isto juntava-se uma “cartografia da área muito imprecisa”, e a dificuldade da população em corresponder às questões, não por qualquer má vontade (referem até que só uma pessoa se recusou a responder na totalidade), mas por “indiferença, recusa [parcial], ou ignorância para com algumas das questões por parte dos inquiridos, diminuindo o número de respostas para vários itens”⁵³⁹.

Do guião elaborado (constituído por quatro grupos de questões) interessam-nos para o presente capítulo o primeiro e o último; “o primeiro grupo [está ligado aos imóveis e] é constituído pelos seguintes itens: finalidade de utilização; tipo de utilização; ramo de actividade e dimensão média de trabalhadores para funções comerciais e serviços. Este grupo respeita ao estatuto e à forma como o edifício é utilizado (...) (p.12); o quarto e último grupo é muito extenso, apresentando uma enorme diversidade de aspectos focados, incluindo perguntas dirigidas não apenas aos residentes, mas igualmente aos não residentes (habitantes ocasionais) aos quais se pergunta [entre outros detalhes] (...) se denotam interesse em vir a residir permanentemente no Centro Histórico. Outros itens surgem neste grupo relacionados com: carências e aspirações dos habitantes; (...) receptividade perante acções de recuperação; eventuais transferências provisórias em caso de obras; importância da reabilitação do Centro Histórico; modos de encarar o turismo. (...) Procurou-se saber como encaravam e aceitavam a reabilitação bem como o seu interesse como agente de intervenção no processo (...)”⁵⁴⁰.

No que respeita ao «Estatuto e Ocupação dos Fogos», 91,2% dos imóveis inquiridos encontram-se ocupados. O levantamento dos fogos não ocupados verificou-se que o valor era de 16% (e não 8,2%), existindo, em termos absolutos, 40 edifícios vazios num total de 249.

É, de qualquer modo, uma clara maioria, e que, nos últimos anos, se tem vindo a acentuar, maioria que se verifica também na relação entre a função predominante – habitação (84,4%) – e as restantes, como os serviços ou o comércio.

A situação, em termos dos fogos ocupados, sofreu inclusive uma pequena melhoria, principalmente devido a um conjunto de novos proprietários, e em resultado da subvenção que apoiou a reabilitação de inúmeros imóveis, que assim se tomaram de

⁵³⁹ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.12.

⁵⁴⁰ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.14.

novo habitáveis. Nas restantes, o comércio diminuiu ligeiramente no interior da muralha, onde já era escasso, mas teve um pequeno reforço na zona do arrabalde, particularmente nas imediações do Largo Vasco da Gama; os Serviços registaram também uma pontual diminuição, embora o principal movimento que se registou foi a substituição de funções como o Tribunal de Justiça ou o Lar de Terceira Idade, que saíram desta área, mas cujos espaços foram ocupados por expansão de Departamentos Municipais. Alargou-se o conjunto de espaços museológicos e um imóvel há muito abandonado foi reconstruído para funcionar como sede do Parque Natural. Arrecadações, pequenos armazéns e garagens persistem ainda na mesma dimensão.

Um outro dado relevante é a quebra da tendência da Câmara Municipal para se constituir como proprietária. Em 1989 a Autarquia detinha nesta área 11 fogos (de habitação, saliente-se), onde viviam técnicos municipais (eram casas de função) e particulares, “representando nalguns casos recuperação de edifícios antigos, readaptados a novas funções”⁵⁴¹. A melhoria das condições económicas de muitos particulares, ou a mudança de mãos, para outros particulares, de alguns imóveis mais degradados, resultaram nesse menor esforço que agora é pedido ao orçamento municipal para suportar todas as maleitas do parque edificado da Vila Velha. O prestígio do projecto cultural de Mértola, tornando-a num símbolo para novas elites locais, mas, principalmente, para descendentes de residentes mais idosos ou entretanto falecidos, levaram à mudança de atitude e ao desejo de guardar e melhorar essas casas de férias neste local esplêndido que impressiona os amigos que se trazem em visita.

À data em que se recolheram estes dados, cerca de 80% dos proprietários eram residentes, e dos restantes, cerca de 12 residem em Lisboa, na sua maioria descendentes dos antigos residentes. No geral, esta situação permanece inalterada. A haver algum aumento de ocupação, ele resulta de algumas pessoas, dessas anteriormente residentes em Lisboa, que entretanto se reformaram e regressaram à sua casa de família. Assim, transformou-se em muito o cenário que então era descrito no relatório do Plano de Salvaguarda: “São alguns proprietários que vivem fora principalmente nos grandes centros urbanos que possuem vários fogos aos quais não dedicam grandes atenções (no que respeita à conservação ou à transferência da propriedade), contribuindo para uma situação de impasse em que «não se recupera

⁵⁴¹ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.35.

nem se deixa recuperar». De qualquer forma não parece ainda ser grande o interesse de não naturais e não residentes da Região (forasteiros) em adquirirem fogos no Centro Histórico⁵⁴². Além de tudo o mais, a subvenção municipal para obras em prédios particulares veio reforçar essa iniciativa dos proprietários privados, como mais adiante se demonstrará com dados objectivos.

Um outro aspecto interessante que nessa época se apurou foi a fraca mobilidade de uma parte considerável dos seus moradores. Um quinto da população (19,3%) viviam no mesmo fogo há mais de 20 anos, e, além desses, mais de um quarto (26,5%) já residiam no mesmo fogo há mais de 10 anos, perfazendo um total de 45,8%. “Isto é elucidativo que não é muito grande a mobilidade habitacional na «vila velha» pois praticamente metade dos utentes vivem nas suas casas pelo menos há 10 anos”.

Igualmente de destacar, no relatório do Plano, é o facto de se “verificar que nos casos em que dizem utilizar [casas no centro histórico] há menos de 6 meses e até um ano (18%), existe um grande peso de casais jovens vindos de restantes áreas do Concelho”. Se aqui o referimos é porque ainda actualmente se verifica este movimento cíclico, uma vez que no conjunto edificado do centro histórico existem domicílios com baixas rendas, ou grandes edifícios com partes de casa independentes, que permitem a um jovem casal, que entretanto veio viver na vila em função do seu emprego aqui se localizar, uma solução intermédia enquanto não conseguem uma casa própria ou de maiores dimensões na zona nova – convém manter presente que a aquisição de um imóvel na zona histórica se revela, ainda, uma solução dispendiosa; antes, porque a reabilitação do imóvel era muito onerosa para as suas posses, na generalidade; hoje, porque a fama da zona tornou o custo da aquisição incomportável para os mesmos sujeitos. Mas continua a ser uma importante solução para alojamento temporário. Para alguns dos proprietários de imóveis no centro histórico, que possuem grandes imóveis, a solução do aluguer é também uma importante fonte complementar de rendimento, e, quer a casais jovens, quer a professores ou a estudantes não naturais da vila, uma solução habitual. Isto também gera algum impacto no conjunto de habitantes, e é também exemplo da persistência de mobilidade numa parcela dos seus moradores.

Como sucede em todo o País, uma das razões que mais contribuiu (e ainda persiste) para a degradação do parque edificado dos nossos centros históricos foi a acentuada descapitalização dos proprietários em função do congelamento das rendas, da sua

⁵⁴² Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.38.

falta de actualização. No casco histórico de Mértola, em 1989, as classes de rendas eram muito baixas, mesmo até irrisórias, pensando que 35,8% pagavam rendas até 500\$00 (2,5 €), e apenas 20,9% superiores a 5.000\$00 (25€), com os restante 43,3% a terem encargos entre esses dois valores. Numa época em que a reabilitação ou conservação dos imóveis já não assenta num espírito de entreatuda familiar ou comunitário, mas sim passou a ser contratada à hora, mesmo com grande aproveitamento de materiais como sucede ao menos nas intervenções mais simples, qualquer operação sobre os imóveis tornou-se financeiramente complicada, pelo que o parque edificado se foi gradualmente degradando. Como foi já referido anteriormente, só a partir da década de 90 e, particularmente desde há dez anos para cá, a situação se começou a inverter.

Esta situação, nessa época, interferia claramente com os desejos das pessoas aqui residentes. Dos moradores há data, cerca de 37% tinham sempre vivido nessa zona, mas, no seu conjunto, quando perguntados se gostavam de se mudar metade (49%) respondiam afirmativamente – nos dados do inquérito, podemos verificar que foram inquiridas 110 pessoas, portanto 54 queriam mudar-se. Destas 22 queriam mudar-se para «Nova Mértola». Esta tendência ainda não perdeu todo o impacto nas gentes locais, principalmente em resultado das maiores dimensões de casa própria que podem ter (a auto-construção progrediu imenso nesta última década), e, muito importante e referido, a possibilidade de garagem ou estacionamento à porta. Só que a alteração de estatuto simbólico faz com, por parte de outras saídas na geração anterior, se tenha investido mais na reabilitação dos edifícios desta zona. Os compradores exógenos não residentes representam ainda uma diminuta minoria⁵⁴³.

Deve salientar-se, para que este cenário não pareça negativo, que metade (51%) respondeu que não pretendia mudar-se desta zona!

Um outro capítulo deste Relatório com dados muito interessantes é o que respeita às “Carências, Necessidades e Problemas do Centro Histórico” e um daqueles em que, por comparação com dados actuais, se pode avaliar do progresso, ou não, das estratégias de reabilitação desta área urbana.

⁵⁴³ Mas cujo número tem consistentemente subido nos últimos anos, com destaque para naturais da vila que tinham feito a sua vida profissional noutras paragens, e que, por atingirem a idade da reforma, agora começam a regressar, ocupando algumas casas; seja pelo fenómeno de prestígio, que tem vindo a permitir, a pessoas de fora, a venda, principalmente, dos maiores edifícios devolutos. Pontualmente, por razões diversas, vão-se verificando também transferências da parte nova para a mais antiga, o que contrabalança o movimento inverso.

Na lista dos problemas, os dados apresentados são os seguintes:

Habitações por arranjar	43	38%
Ausência de café – mercearia	25	22%
Animais na rua	1	1%
Acesso automóveis/ estacionamento	14	12%
Lixo nas ruas e encostas	2	2%
Pavimentos em péssimo estado	10	9%
Problemas com crianças	1	1%
Ausência de infraestruturas	16	14%
Ausência de emprego	2	2%”

Por isso foi solicitado que fizessem sugestões, com as quais se elaborou o seguinte registo

Propostas de Desenvolvimento

Arranjo de habitações	39	42,4%
Implementação de comércio	23	25,0%
Promoção de turismo	7	7,5%
Promoção de emprego	10	10,9%
Arranjo de ruas	13	14,1%”

As habitações por arranjar bem como a ausência das funções café e mercearia na Vila Intramuralhas constituíam os maiores problemas para os seus habitantes. No entanto a ausência de infraestruturas básicas, problemas de acesso e estacionamento automóvel e ainda o péssimo estado do pavimento das ruas constituem queixas que não podem ser desprezadas. Daí se compreende que para a população residente o desenvolvimento do Centro Histórico passe pelo arranjo das habitações degradadas bem como a introdução de postos de comércio dirigidos para as necessidades diárias de toda uma população bastante envelhecida (sendo para ela um sacrifício caminhar sobre pavimentos em péssimo estado e em ruas declivosas).

“O incremento de emprego e a promoção turística são encarados como valores de desenvolvimento”⁵⁴⁴. Destas duas situações apenas a primeira começou a ser alvo de resposta, ao ser instituída a subvenção para a conservação e melhoramento de edifícios. Os resultados começam a ser visíveis, e positivos, e espera-se que, com a maior dotação financeira de que a zona vai dispor, com a instituição da área crítica, se possa dar um definitivo impulso à sua total recuperação. Quanto à questão do mau piso, não é simples de resolver, até porque as características históricas da zona implicam a manutenção de um piso antigo, mesmo que fabricado de novo, pelo que perdurará alguma irregularidade. Acresce que só se justifica essa alteração coincidindo com o alargamento infraestrutural da rede de águas e esgotos, o que, pelos montantes envolvidos, demorará ainda com certeza alguns anos a beneficiar todo o tecido urbano antigo da vila. Parece assim que a melhor solução para responder a esta queixa (que ainda perdura!) será a introdução do referido pequeno meio de transporte público, que, às pessoas mais idosas, facilitará as suas deslocações, diminuindo os impactos negativos do piso irregular.

Em relação à questão da circulação automóvel, o relatório já salientava aquele que é hoje o problema central da zona: “devido à tendência para a banalização da posse do automóvel particular, é previsível o aparecimento de graves problemas de trânsito e estacionamento na Vila Velha”⁵⁴⁵.

No que respeita à Recuperação de Imóveis, já nessa altura era claro o interesse por um apoio que permitisse intervir nos imóveis; perguntados pelo seu interesse em ter apoio técnico-financeiro por entidades públicas para proceder à recuperação, 93,6% dos proprietários responderam afirmativamente, e claro, uma percentagem ainda maior de inquilinos (97%) gostaria que os seus senhorios tivessem apoio para reabilitar os imóveis; justiça seja feita que quase em igual número (91%) aceitaria um reajustamento da renda em caso de obras, desde que não exagerado, como é evidente. Daqui se deduz claramente, como já várias vezes frisei que, se a intenção era usar o centro histórico como peça central da estratégia de desenvolvimento assente em parte no turismo cultural, esta acção sobre o casco histórico deveria ter sido iniciada desde logo, e não protelada durante oito anos, como veio a ocorrer.

Por sua vez, no que *refere* à transferência dos moradores em caso de obras nos imóveis que habitam, “mais de metade (55%) não consegue arranjar outra habitação

⁵⁴⁴ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.50.

⁵⁴⁵ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.51.

em caso de manifesta necessidade, tornando-se este caso mais grave por se incluírem neste grupo a maior parte dos residentes cujos fogos se encontram em piores condições⁵⁴⁶. Este aspecto é muito importante, como se sabe, em todas as metodologias que têm vindo a ser praticadas na recuperação de bairros históricos. Apesar de tudo, em Mértola, cerca de 47 inquiridos, em 104, afirma poder dispor, de forma autónoma, de outro local de permanência em caso de obras na sua actual residência, sendo que 28 inclusive conseguem permanecer no centro histórico: “Em termos relativos são cerca de 27% que dizem conseguir (se necessário) alojamento temporário na Vila Velha, enquanto apenas 23% dos residentes arranjam esse alojamento fora do Centro Histórico, mais concretamente noutras áreas da Vila, no resto do Concelho ou mesmo em Lisboa. Há que assinalar 5 casos cujos inquiridos dizem conseguir alojamento em qualquer local (Vila Velha ou fora dela). São poucos os casos de transferência para segunda habitação sendo quase sempre transmitido que o alojamento seria em casa de familiares ou de amigos⁵⁴⁷”.

Para que se pudesse ter uma noção mais rigorosa, essa questão foi também incluída no inquérito. À pergunta, qual era a importância desta área urbana ser recuperada, foram dados os motivos seguintes:

Evitar a degradação do património	39	32,5%
Embelezamento do C. Histórico	31	25,8%
Arranjo das habitações	31	25,8%
Desenvolvimento turístico	17	14,2%
Sem opinião	2	1,7%

Este conjunto de opiniões estaria já certamente associado à percepção de que o turismo seria uma coisa boa para a terra, por trazer «movimento e dinheiro», tal como responderam 82 em 120 pessoas inquiridas sobre este item. Apenas três acharam que não traz quaisquer vantagens. Por isso, quando alguns (igualmente três) proprietários de imóveis foram sondados da possibilidade de usarem os seus imóveis para fins turísticos, todos concordaram, e consideraram também interesse na realização de obras de adaptação e no desenvolvimento de variantes de turismo de habitação.

⁵⁴⁶ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.53.

⁵⁴⁷ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.53.

Na altura em que este inquérito foi realizado, o rendimento *per capita*, na zona abrangida pela intervenção do GTL, era de 20.800\$00 (inferior à média do País de então), o que dificultava a concretização da melhor das boas vontades. Igualmente se aferiu que “como muitos são já idosos (média de 55 anos), não é tarefa fácil incentivá-los a investir nos seus imóveis, preferindo deixar arrastar uma situação a qual conjugada com problemas de herança e interesses especulativos se torna responsável pelo facto de muitas das casas se apresentarem em más condições”⁵⁴⁸.

Como se referiu já, “houve unanimidade quanto à importância na recuperação e preservação do Centro Histórico, sentindo os habitantes que se deve fazer qualquer coisa embora não sabendo responder como, não sendo deles que se deve esperar algo devido ao fraco poder económico e à falta de iniciativa já demonstrada”⁵⁴⁹.

Face a este cenário, não se pedia mais do que uma caminho possível para a resolução desta situação patrimonial que, como se pode constatar desta simples análise, era já premente, e podia já ser avaliada a situação decadente em que o parque edificado intramuralhas se achava em 1990. Esse caminho era delineado nos dois últimos parágrafos das conclusões:

“Por tudo isso, a via a seguir terá de ser através da mobilização de todas as «forças vivas» de Mértola: C.M.M; C. Arqueológico de Mértola; Associação de Defesa do Património; Junta de Freguesia; Santa Casa da Misericórdia; Associações Desportivas e particulares individuais. Que em esforço conjunto com a população criem condições para o aproveitamento integrado de vários recursos locais tais como: a apazibilidade do clima (em estações de transição) e o vasto património natural, construído e histórico da região.

Com estas condições podem ser empreendidas acções em termos de turismo cultural, de habitação, desportivo bem como na instalação de pequenos serviços complementares, absorvendo alguns postos de trabalho que de forma directa ou indirecta ajudem a melhorar as condições de vida e implicitamente contribuam para a recuperação do Centro Histórico de Mértola”⁵⁵⁰.

⁵⁴⁸ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.57.

⁵⁴⁹ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.58.

⁵⁵⁰ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.58.

Análise arquitectónica

Como já foi referido antes, a beleza do conjunto urbano resulta duma equilibrada intersecção de duas tipologias arquitectónicas, da excepcional implantação topográfica, que se projecta das margens do Guadiana até ao altaneiro castelo que coroa todo o conjunto, aqui e ali pontuado por elementos de grande valor patrimonial e arquitectónico, a igreja matriz, a torre do relógio, a antiga câmara municipal e a igreja da Misericórdia que se debruçam sobre a unificadora cinta de muralhas.... “Dos desalinhamentos e acidentes naturais realizados pela própria implantação, a não ortogonalidade dos planos verticais, o jogo de texturas resultante de inúmeras caiações, a volumetria, resultam perspectivas de grande valor plástico”⁵⁵¹.

A marcada horizontalidade do conjunto é acentuada por esta mesma muralha que acompanha o leito do Guadiana. À medida que se foram gerando as ruas, plataformas estabelecidas em socalcos esforçadamente recortados ao longo de séculos, foram surgindo os edifícios, e estes, consoante as funcionalidades e os estatutos predominantes, foram-se hierarquizando até constituir a mescla que actualmente se pode observar. Ao longo da cintura de muralha surgiram, com naturalidade, os largos fundamentais às funções públicas, de assembleias excepcionais ao costureiro mercado local, servindo, na proximidade de oficinas e armazéns, o conjunto da população. Naturalmente, nas proximidades deste eixo fundamental, que ligava as 3 portas existentes na referida muralha, se vieram instalar, a partir do século XVI, não só os politicamente poderosos como os economicamente abastados, constituindo assim a clara divisão que ainda hoje se observa, em que as casas mais humildes estão, na generalidade, mais afastadas desta artéria vital na vida quotidiana do burgo.

Os elementos recolhidos pelos técnicos, pretendia-se que servissem de base aos critérios orientadores das intervenções. Com essa finalidade, o GTL fez registo de detalhes como, por exemplo, que as portas das casas da *vila velha*, eram, predominantemente, de cor verde ou castanha.

Dada a situação de implantação em socalco, como já referidos, os edifícios da localidade têm duas tipologias predominantes:

⁵⁵¹ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.5.

- edifícios com frente e traseira (mais do que uma fachada)
- edifícios só com frente (só uma fachada)

O 1º caso é o que tem menor número de edifícios, correspondendo a edifícios em gavetos ou em zonas de menor declive (cerca de 20% com logradouro); ou edifícios de maior dimensão que ultrapassando em muito o socalco superior, possuem uma segunda fachada, para outra rua, no geral de apenas um piso;

O 2º caso é a que tem maior número de ocorrências, “pois devido ao declive acentuado houve a necessidade de escavar a encosta para inserir a construção, estando nalguns casos o telhado situado ao nível da rua superior, construindo-se pois edifícios com uma única fachada. Casos há em que tirando partido do declive se construíram pátios interiores para colmatar o facto da não existência de logradouros”⁵⁵², como na tipologia anterior. Esta divisão concorda com o facto de 71% dos imóveis aqui situados só terem, à data, um piso.

Os autores entendem clarificar, enquanto parâmetro metodológico, que a caracterização assenta na qualificação do nível de necessidades, e daí que, para esta área urbana, lhes tenha então parecido importante distinguir os aspectos quantitativos dos qualitativos. Assim, foi avaliada a carência de fogos para substituir todos os alojamentos sem um mínimo de conforto e condições de habitabilidade; quantos seriam necessários para alojar as famílias que vivem em co-habitação (por ex., casais jovens que vivem em casa de progenitores) ou imóveis em regime de sobreocupação; e ainda, procurar ter uma ideia do número de “casas vazias consideradas suficientes para garantir o funcionamento do mercado habitacional e a necessária mobilidade da população”⁵⁵³. Este conjunto de parâmetros, como se pode concluir, seriam hoje uma base fundamental, se para eles existissem valores actualizados, a única forma de efectivamente se poder medir o progresso entretanto, aparentemente, registado, mas vago na sua definição. Uma parte dessa avaliação pode ser interpretada pela constituição de uma novo GTL e na declaração desta parcela urbana como Área Crítica, pelo que voltaremos a este assunto.

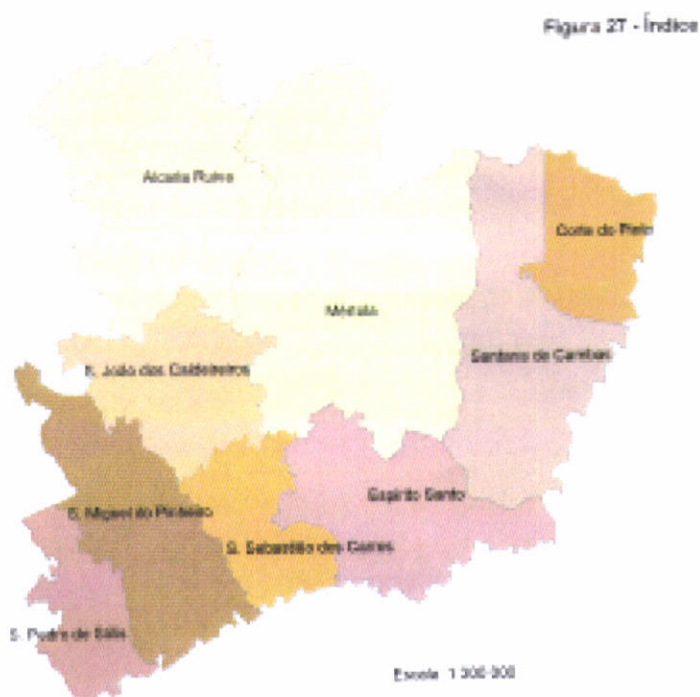
⁵⁵² Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.6.

⁵⁵³ Plano de Salvaguarda do Casco Histórico de Mértola, p.13.

4.2.6 – O Plano Director Municipal

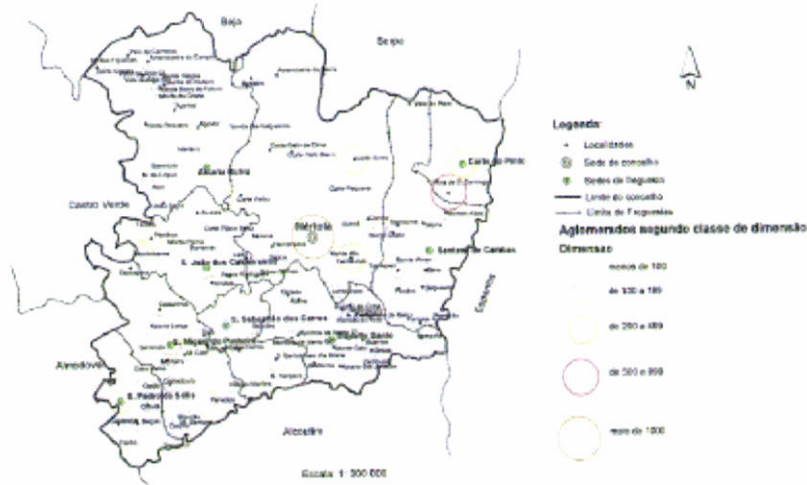
Não pretendemos tornar esta dissertação ainda mais extensa, mas, embora estes documentos não sejam desenhados especificamente para o casco histórico da vila de Mértola, é evidente que eles contem disposições que se lhe referem e, por isso, devem ser pelo menos referidos. Igualmente, no caso do Plano Director Municipal, as implicações do modelo de desenvolvimento aí consubstanciadas também devem ser levadas em linha de conta, já que o património histórico-cultural e o ambiental representam uma linha de acção incontornável no caso deste concelho.

De facto, quando a densidade populacional é de 6,7 hab/km² (censo de 2001) – uma prova incontestável do elevado grau de desertificação do território (1.292,7Km²) – as alternativas para o desenvolvimento devem ser bem ponderadas.



No conjunto, a maioria dos aglomerados existentes têm menos de 100 habitantes, mas, para aumentar a dificuldade da gestão do território, estão dessiminados por toda esta vasta área, como se pode ver no mapa dos aglomerados.

Figura 47 - Aglomerados segundo a classe do dimensão em Juri



Isto provoca problemas de gestão básica dos recursos – transporte escolar, transporte de trabalhadores da Autarquia, sistemas de abastecimento de água numa rede muito extensa, ou a partir de furos artesanais em constante manutenção, agravada pela total falta de água em muitos locais em anos de seca, ausência de estruturas de recolha e tratamento de esgotos, deficiências na rede social agravadas pela existência de larga percentagem de população idosa, pouco emprego de iniciativa privada, etc. Enfim, uma listagem de problemas a que a gestão municipal tem que dar resposta num contexto de poucos recursos financeiros, e com o peso de a própria Autarquia ter uma parcela considerável da sua verba afecta a despesas de pessoal, por ser a maior empregadora do Concelho.

Face a este cenário, como investir então na recuperação do património histórico? Como justificar socialmente as verbas aplicadas em escavações arqueológicas, museus, recuperação de azenhas e moinhos velhos, em folhetos e sinalética turística?

Com todas estas condicionantes tem que lidar, pois, este documento. Aprovado em 1995⁵⁵⁴, está neste momento em processo de revisão. Vejamos, no entanto, algumas das referências estratégicas desse documento no que se refere ao património.

⁵⁵⁴ Resolução do Concelho de Ministros, nº 162/95 de 6 de Dezembro.

O texto do relatório dedica o Capítulo 5 a esta temática, deixando bem claro que o caminho percorrido até então faz parte de uma abordagem estratégica importante, que visa “preservar e valorizar devidamente o património histórico e arqueológico do concelho”⁵⁵⁵.

Na sequência deste argumento, o PDM incentiva ao desenvolvimento da investigação e estudos relativamente ao património edificado, fazendo-se, tão cedo quanto possível uma avaliação do nível de execução das acções propostas. É interessante constatar que a referência em termos de orientação se centra já no património edificado disperso pela área do concelho, e não na vila de Mértola: montes e herdades, construções de apoio à produção, quintas e solares (esta referência um pouco exógena...), azenhas e açudes, moinhos, eiras, e, finalmente, as igrejas e construções religiosas do concelho⁵⁵⁶.

A intenção expressa neste documento de se criar um gabinete para a classificação e preservação do Património do Concelho não se concretizou. Embora positiva, esta intenção não terá avançado porque se encontra aqui, talvez, mal pensada face ao que são as instituições existentes. Não parece que, em Mértola, este gabinete seja necessário neste termos; o fundamental seria conseguir estabelecer linhas de diálogo e cooperação estruturadas institucionalmente entre as entidades que se ocupam do património local, um Concelho para o Património e a Cultura. Uma estrutura que funcionasse como um fórum de reflexão estratégica para os destinos do concelho neste área, que reflectisse na inter-relação desta área com outras actividades económicas e sociais existentes no território, e que cooperasse no sentido de potenciar os valores do património existente a favor do desenvolvimento local⁵⁵⁷.

⁵⁵⁵ Plano Director Municipal de Mértola – Relatório, p.62. Interessante que o PDM salienta também como relevante o esforço realizado no sentido de dotar de Planos de Salvaguarda ou de Pormenor as localidades cujos conjuntos são patrimonialmente importantes, a destacar-se, claro, a vila de Mértola e as localidades de Mina de S. Domingos e Pomarão. O que mostra que, ao nível das instituições regionais e do Governo central essa marca do concelho era reconhecida, e esta ressalva poderia ser utilizada como forma de obter apoios para o desenvolvimento, ainda em curso, de outras parcelas do projecto de salvaguarda do património cultural do concelho. De certa forma, isso é feito pela utilização desta argumentação (e de outras semelhantes) nos processos de candidatura a apoios financeiros que são promovidas pelos diferentes agentes locais.

⁵⁵⁶ Embora não seja esse o âmbito específico desta dissertação, apenas deixar a referência de que a ADPM tem investido considerável tempo, candidaturas e financiamentos diversos na conservação do património rural e paisagístico, assim como a Diocese de Beja, através da acção e empenho do Padre Pedro Rodrigues, na recuperação do património religioso, sendo que desde que o PDM foi emitido quase todas as igrejas paroquiais das freguesias foram reabilitadas, no geral com bons resultados, mercê também do acompanhamento dos técnicos municipais e da Comissão de Arte Sacra da Diocese.

⁵⁵⁷ Com uma estrutura, dinâmica e objectivos à semelhança do Consórcio para o Património de Merida (Espanha) que teremos oportunidade de referir mais detalhadamente no capítulo dedicado às políticas sectoriais para o Centro Histórico de Mertola.

No outro plano de acção preconizado, o dar sequência às acções previstas no Plano de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico da vila de Mértola (preparado pelo GTL de 1989-91), foi finalmente dado um passo positivo ao ser constituída nova equipa, para dar resposta à obtenção do estatuto de Área Crítica para o casco antigo da vila, cujo trabalho se centra muito na actualização dos dados e desenvolvimento das acções então previstas⁵⁵⁸ (e de que daremos conta no sub-capítulo respectivo).

4.2.7 – A Subvenção para a Conservação e Melhoramento de Edifícios no Centro Histórico de Mértola

No que se refere ao centro histórico de Mértola, esta medida foi sem dúvida a mais relevante e coerente política sectorial que foi implementada na última década com vista à reabilitação desta zona urbana.

Apesar de dotada de recursos financeiros limitados, ela conseguiu de alguma forma dinamizar igualmente o sector privado (proprietários particulares), implementando, pela primeira vez, práticas regulares de recuperação do edificado que não exclusivamente dependentes de fundos públicos ou meramente ocasionais, como até então vinha sucedendo.

É necessário recordar que antes de implementação desta Subvenção as grandes intervenções no património edificado do casco histórico da vila estavam centradas basicamente em dois eixos:

- os edifícios camarários, que incluíam os espaços onde funcionam os diferentes departamentos administrativos e os imóveis de habitação de que a Autarquia é

⁵⁵⁸ Este documento debruça-se ainda sobre a questão da classificação de diferentes imóveis e estruturas existentes no concelho, que, globalmente, não forma ainda alvo desta formalização. No entanto, muitas delas foram já reabilitadas ou estão a ser neste momento. No entanto, tal exposição detalhada afartar-nos-ia muito da abordagem ao conjunto histórico da vila de Mértola, aqui o tema central, e que sabemos já, tem já outorgadas as suas classificações e áreas de salvaguarda.

proprietária, e onde esta realizava obras de manutenção que garantiam uma habitabilidade mínima;

- as intervenções de carácter museográfico que caracterizaram a segunda fase do projecto *vila museu*⁵⁵⁹, e que correspondeu em grande medida à recuperação, adaptação e construção de diferentes espaços onde foram instalados os vários núcleos museológicos de Mértola. Refira-se que a quase totalidade destes imóveis eram já propriedade da Câmara Municipal (por aquisição ou doação), ou estavam protocolados (como o caso da Igreja da Misericórdia), tendo apenas, nesta fase, sido construído de raiz o Núcleo Paleocristão.

Finalmente, a partir de 1998, o Executivo decide iniciar uma programação consistente que possa começar a travar e a recuperar a degradação do parque edificado do centro histórico. A possibilidade de encontrar um financiamento complementar, através de uma candidatura ao Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (Subprograma 1- Iniciativas de Desenvolvimento Local / Medida 2 – Apoio ao Desenvolvimento Económico em Núcleos Rurais – centros rurais, com financiamento FEOGA), foi a motivação suplementar de que a vontade política necessitava para se concretizar este programa. De certa forma, é crível que o programa tivesse avançado mesmo sem este complemento financeiro, uma vez que a cada vez maior visibilidade do centro histórico de Mértola, com o seu conjunto de 8 espaços museológicos, alguns deles recém inaugurados, não permitia que se continuasse a ignorar a cada vez maior degradação dos restantes edifícios. É verdade que alguns aspectos da reabilitação do centro histórico – como a electrificação subterrânea – haviam sido já concretizados, mas a verdade é que nestas questões da reabilitação de centros históricos de tão grande homogeneidade, no seu valor histórico e estético, a única solução capaz é do tipo “tudo ou nada”, como aliás é ainda visível. De uma certa maneira, torna-se evidente que não podem existir excepções – vejam-se os casos de Óbidos e de Monsaraz, este ainda com pequenas bolsas para completar -, pois mesmo que sobre apenas um logradouro ou uma ruína de uma pequena habitação ela será sempre uma ferida excessivamente visível. Em Mértola, apesar do esforço de quatro campanhas, 3 já concretizadas desde 1999, e como se pode ver na planta de conjunto das intervenções que apresentamos, este objectivo está ainda longe da sua conclusão.

⁵⁵⁹ Este segundo eixo, aliás, foi o grande investimento realizado, já que, como já foi salientado noutro capítulo, o projecto *vila museu* representava (representou efectivamente) a possibilidade de constituir um eixo estratégico de desenvolvimento com grande dinâmica e impacto sobre o crescimento socioeconómico do concelho.

A Subvenção para Conservação e Embelezamento de Edifícios no Centro Histórico da vila de Mértola foi assim instituída em Setembro de 1999, tendo sido aprovada em reunião de Câmara de dia 15, e na Assembleia Municipal de 30, ambas do referido mês (Regulamento integral e outros documentos, em anexo a esta dissertação).

A ideia de que esta intenção perseguia objectivos de continuidade podemos retirá-la do próprio "Relatório" (deveria chamar-se Preâmbulo...) que antecede o articulado do Regulamento, onde se lê que "compete ao Município criar medidas que permitam valorizar e salvaguardar o património arquitectónico, pois que a gestão urbanística não se esgota com a elaboração e aprovação dos planos. Esta competência resultava do que tinha sido instituído no Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Vila de Mértola, que adquirira eficácia jurídica com a sua publicação em 1996.

Deste modo, o Executivo candidatou este programa, apresentando um montante financeiro global de 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudos, valor que para lá dos arredondamentos, foi mantido quando da alteração monetária, e que é agora de €100.000), dos quais 25% eram da sua responsabilidade, e 75% do FEOGA.

O mínimo que se pode dizer desta Subvenção, em termos de balanço⁵⁶⁰ é que ela tem sido tão positiva, em termos de impactos, que se lamenta que não tenha sido introduzida mais cedo. De facto, e como é normal, a maior parte das situações de degradação não são logo de imediato, estruturais. Desta forma, a possibilidade de poder realizar pequenos arranjos, de substituir materiais degradados, sejam rebocos ou telhados (os mais comuns) ou mesmo pavimentos e outros, vão resolvendo um largo conjunto de situações. A situação de degradação que então se podia observar resultava em grande medida do acumular dessas situações, se bem que, como é evidente, está ainda longe de estar concluída a reabilitação global da área histórica da vila. Mas o impacto deste programa vai já tornando-se visível, o que é relevante. Mais ainda, quando consideramos o aspecto financeiro. Mantido com o mesmo montante

⁵⁶⁰ Com esse objectivo, procedi a um levantamento exaustivo de todos os processos de modo a poder elaborar as plantas que são comentadas neste sub-capítulo, e que a Dr^a Ana Maduro, geógrafa da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Arquitectura da Câmara Municipal de Mértola teve a amabilidade de inserir no programa de planeamento da vila velha, permitindo que estes dados sejam apresentados de forma tão perceptível. Este processo foi aliás considerado importante, à data, por permitir ter uma visão de conjunto em relação à dimensão e impactos do Programa, que nunca antes havia sido avaliado. No entanto, e apesar de já terem sido concretizadas mais duas campanhas, esta cartografia não foi actualizada, agora no Gabinete Técnico Local, que passou a ter a tutela destas candidaturas. Parece-me que a falta de uma visão global destas candidaturas empobrece o seu processo de avaliação, mas outras visões existirão, com certeza, sobre o processo de ler ou não do seu sucesso...

mesmo depois de terminada a comparticipação do FEOGA – o que é de louvar, por não ter sucedido o mesmo que ocorreu quando terminou o apoio ao funcionamento do 1º GTL, em 1991 -, pode avaliar-se, comparativamente ao esforço financeiro, diminuto para o orçamento global da Autarquia, o enorme impacto em termos de reabilitação do seu património construído. E daqui resulta inevitavelmente uma pergunta: porque não foi iniciado em 1992? Porque não foi convertido o GTL em Gabinete do Centro Histórico de Mértola? Certamente uma má opção estratégica, pois é nítido que, com apenas um pequeno programa de apoio como este que foi agora instituído, se teria permitido que, ao invés de se ter continuado a degradar, a área histórica de Mértola tivesse adquirido imediatamente um ritmo positivo, no que respeita à recuperação patrimonial. Se compararmos o número de anos, em quantitativo de intervenções bem sucedidas, com os anos que decorreram entre 1992 e 1998, vemos que, para não sermos excessivamente optimistas, pelo menos o dobro das intervenções podiam ter sido realizadas.

Acresce a este aspecto, digamos, meramente quantitativo, um outro da maior importância. A ter sido tomada essa opção, ou seja, de existir pessoal especificamente ligado à reabilitação da vila histórica, e de possuírem um pequeno orçamento para atribuição de comparticipações em obras, com o factor acrescido de que, assim, poderia garantir-se um acompanhamento mais próximo aos projectos, quer pela sua efectiva elaboração, quer pelo controle sobre as próprias intervenções, com o aumento do rigor e da exigência em termos dos materiais a utilizar nessas recuperações, evitando, como não tem sido possível desde 1999, a intrusão de materiais e de soluções construtivas que não são as mais apropriadas. Tal facto deve-se à dificuldade de estar presente em todos os momentos das intervenções, e à falta de conhecimentos dos promotores e à “ideologia do cimento portland” seguida pela maior parte dos pequenos construtores que se encarregam destas intervenções. A conjugação destes dois factores faz com que o resultado, analisado ao detalhe, não seja tão positivo como quando é considerado globalmente, em termos de reabilitação urbana, no seu conjunto. Acresce a dificuldade de intervir, melhor dizendo, de limitar aquilo que sucede no interior dos domicílios, como é consagrado pela lei geral e que, como é evidente, também foi consagrado no Plano de Salvaguarda. Tal situação só poderá resolver-se, como é reconhecido por todos os especialistas, com um acompanhamento quotidiano, com a participação no desenho, com a realização de operações-piloto que sirvam para estabelecer padrões, com acções pedagógicas junto dos empreiteiros, pedreiros e outros técnicos, e dos proprietários dos imóveis, com a sensibilização dos políticos para a firmeza no apoio às decisões dos técnicos. Ora,

toda esta lista de boas intenções só pode concretizar-se quando exista uma equipa com dedicação exclusiva a estes pressupostos. Qualquer outro tipo de solução, pela sua transitoriedade, só poderá estar condenada ao insucesso. A constituição de um novo GTL, na sequência do pedido de estatuto de Área Crítica para o casco histórico de Mértola é bem o sintoma de que, sem um trabalho mais consistente e quotidiano, os resultados não serão, jamais, senão quantitativa, pelo menos qualitativamente, aqueles que se desejam.

Retornemos à Subvenção e ao seu modelo de aplicação. Foi elaborado um regulamento (em anexo a esta dissertação) para coordenar a atribuição dos fundos aos particulares, documento esse que sofreu algumas pequenas alterações de pormenor, desde a sua primeira versão até à actualidade. Como já referi, a Câmara decidiu manter o programa (as candidaturas na primeira campanha foram tantas, que seria até politicamente pouco inteligente ter deixado cair este apoio, uma vez que, nessa campanha, só receberam apoio uma parcela desses pedidos). Assim, não é de admirar que tenha sido suprimido o nº2 do Artº 1º que dizia que os efeitos do programa se esgotavam com a extinção do apoio FEOGA. Pelas mesmas circunstâncias, foi profundamente alterado o dito texto prévio (Relatório) que na versão primeira era meramente uma descrição da situação institucional do programa europeu de financiamento, a que acresciam as questões legislativas das aprovações municipais, quer do Executivo quer da Assembleia. Se bem que estes últimos persistam, o restante foi alterado, e o pequeno parágrafo que na primeira versão destacava o empenho do município na reabilitação do património da vila, foi agora substituído por uma redacção mais extensa que destaca que “o Centro Histórico é sem dúvida um conjunto proeminente da Vila de Mértola. (...) A degradação das edificações do Centro Histórico da Vila de Mértola, em virtude do seu envelhecimento e da sua deficiente conservação, evidencia-se como factor negativo de um património que se pretende valorizar e salvaguardar”. Esta clara assumpção da reabilitação material dos edifícios como uma opção importante, e a sua inserção em Plano de Actividades da Câmara para financiamento, revelam da intenção do executivo, que terá aliás sequência com o trabalho do novo GTL, e que se configura como muito positiva para que a área histórica da vila de Mértola, dentro de alguns anos, apresente, em todo o seu esplendor, a qualidade patrimonial que, efectivamente, possui.

Um outro artigo que foi alterado refere-se ao modo de apresentação dos orçamentos destas intervenções. No primeiro articulado (ambos constam, aliás, da alínea f do Artº 5º dos respectivos regulamentos) refere somente que, do processo de candidatura,

Projecto Subvenção Centro Histórico de Mértola



Rio Guadiana

Legenda:

Malha Urbana

deve constar “orçamento dos trabalhos”; na segunda versão, já se escreve que deverá ser “orçamento dos trabalhos apresentado em impresso próprio a fornecer pela Autarquia”. Esta alteração, parecendo diminuta, tem a maior importância, pois que ela permitiu, primeiro, padronizar a forma de apresentação, dando-lhe rigor, que depois se transmite à avaliação que sobre estes processos é realizada; segundo, porque, facilita a avaliação orçamental dos gastos com cada obra, impedindo a inflação de determinadas rubricas, o que sucedia com facilidade nos orçamentos, em particular nos de pedreiros mais idosos, que rabiscavam umas quantas parcelas numa folha de linhas qualquer (muitas constam dos processos, em particular na primeira candidatura). Este detalhe é muito importante, não só para garantir uma correcta gestão da subvenção – que é limitada no seu orçamento -, garantindo um tratamento equitativo de todas as candidaturas, como para permitir avaliar da correcta correspondência entre o programa da intervenção e os materiais necessários. Desse modo, pode garantir-se que as obras iniciadas chegam ao fim, uma vez que não são aceites quaisquer pedidos de reforço orçamental, mas exige-se que as obras sejam concluídas, pelo que a adequação entre o proposto e quantidade de materiais de execução para o concretizar deve ser completa. A noção de que este aspecto é determinante para a imagem de exigência que o programa deve ter – impedindo que a Câmara financie trabalhos fora do estabelecido em regulamento -, levou o presente executivo a pensar contratar os serviços externos de um medidor-orçamentista só para se encarregar dessa avaliação (não se chegou a verificar em função do custo e, principalmente da constituição de novo GTL). Igualmente, estão em revisão os conteúdos desse impresso próprio, no sentido não só de o dotar de preços padrão em alguns itens (obrigando deste logo a meras contas de áreas, impedindo sobrevalorização de materiais, normalmente procurando um *superavit* financeiro), como ainda de estabelecer a exigência pelo uso de materiais tradicionais nas situações que prescindam de projecto de alterações (esta revisão e o documento-tipo de Orçamento encontram-se, igualmente, no referido anexo).

Em relação às alterações técnicas, na maior parte dos casos relacionadas com zonas sanitárias, o novo articulado (Artº 6º, nº 3, alínea c) cita especificamente a necessidade de se seguir o RGEU, o que não sucedia na primeira versão.

No que respeita à não elegibilidade para esta subvenção, mantém-se por princípio o que estava definido, se bem que a redacção da nova versão seja mais clara, na sua formulação. Estabelece-se, na mesma, que as obras não são candidatáveis por duas razões principais: a mera vontade de substituição de materiais (rebocos, pavimentos)

que não se apresentem degradados, e ainda de todos os edifícios ou fracções que apresentem elementos dissonantes, tal como está estabelecido no Plano de Salvaguarda, a não ser que a intervenção se destine precisamente à sua remoção.

Estabelece-se ainda que as candidaturas dos particulares não podem ser consecutivas, impondo-se assim um período de reserva que assegura uma maior alternância e diversidade das candidaturas, o que parece também metodologicamente bastante correcto.

Analisemos, então, com um pouco mais de detalhe, o que tem vindo a acontecer em cada uma dessas campanhas:

a)- Subvenção – Campanha de 1999 / 2000

Nesta 1ª campanha, houve uma clara intenção de contemplar grande número de projectos, tendo até – de forma acidental, já que as candidaturas pertenciam à iniciativa privada – havido a felicidade de contar com grande diversidade de tipologias e com uma distribuição por quase todos os segmentos da área histórica. Este facto abriu caminho a uma ideia de «universalidade» do programa, que não olhava discriminatoriamente, para a diversidade de situações, bem como permitiu dar uma ideia concreta de que a área histórica não era meramente dentro das muralhas. Este facto é tanto mais importante quanto na zona do arrabalde se situam um considerável número de estabelecimentos comerciais e que os seus proprietários, por terem mais posses financeiras, fazem maior pressão no sentido de uma maior liberalização dos regulamentos que lhes permitam maiores montras, toldos, iluminações «festivas». Um programa desta natureza – que no seu desenvolvimento nas diferentes campanhas já contemplou situações destas – permite uma intervenção de beneficiação (a que nenhum desses proprietários é alheio, pelo suporte financeiro que possibilita) com um carácter adicional: uma pedagogia de valorização urbanística e arquitectónica de uma área tipo centro histórico.

O número total de candidaturas apresentado foi de 29, sendo que apenas uma foi excluída, e apenas uma das restantes 28 acabou por não ser executada (candidatura nº 3), por incapacidade financeira do proprietário de fazer face à sua parcela da despesa.






**Projecto Subvenção
Centro Histórico de Mértola**

Legenda:

Subvenção 1999-2000

Situacao

-  Excluida
-  Executada
-  Não executada

Escala: 1: 2000

Camara Municipal de Mértola
Divisão de Ordenamento do Território
e Administração Urbanística

Nos casos subvencionados no espaço intra-muros, tanto foram contempladas habitações de características vernaculares e de pequena dimensão (nºs 8, 20, 6, 5 28, 22, 15, etc.), como outras de maiores dimensões (nºs 14, 23, 24) e, nestes casos, até com uma certa diversidade (um turismo de habitação que pretendeu fazer uma remodelação, um particular que queria estabelecer um turismo de habitação, e um particular que apenas pretendia fazer pequenas reparações).

No arrabalde, tanto foi feito investimento em moradias particulares, como em estabelecimentos comerciais (nº 13), ou até em pequenos anexos que não possuíam nenhuma destas funções (nº1).

O caso excluído, que é uma moradia particular, teve como problema base a quantidade de elementos dissonantes que estavam propostos, e por isso entrou numa fase de negociações, que conduziu a nova candidatura, na campanha seguinte, tendo então sido executada.

O principal problema relacionado com esta estratégia municipal é a gestão e acompanhamento destes processos, que não se concretizam normalmente no prazo de um ano. Ao acabar por se irem sobrepondo de umas campanhas para outras, gerando uma quantidade de processos pendentes que exige ao menos um técnico responsável para dar solução ao seu andamento em prazo útil (à semelhança do que foi feito a partir da 4ª campanha – que está em curso – com a contratação de um medidor-orçamentista externo).

Como conclusão, penso que, face ao número de candidaturas e à elevada percentagem de intervenções concluídas (mesmo se fora do prazo inicialmente estabelecido), não poderá deixar de se encarar esta 1ª campanha como um grande sucesso.

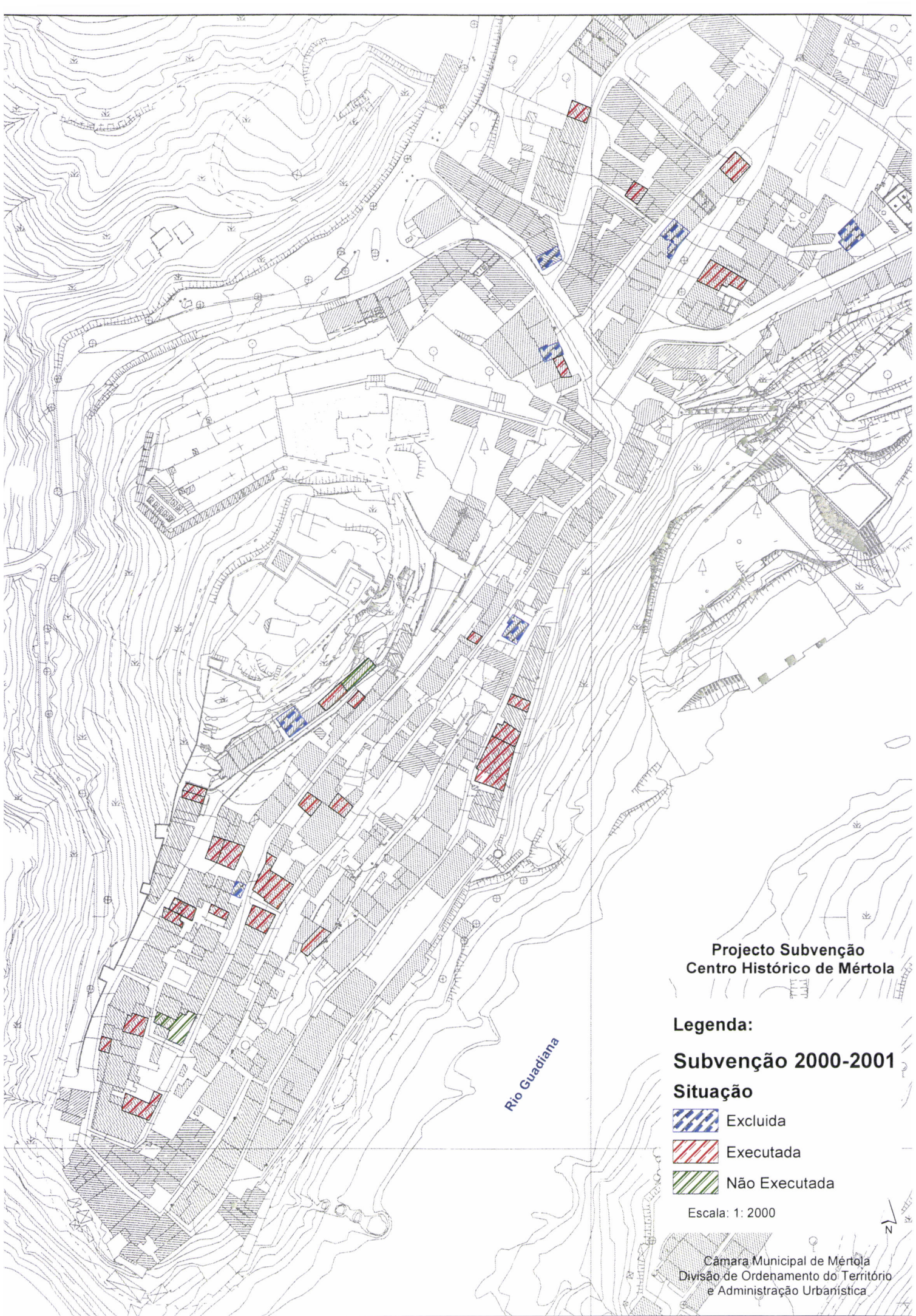
b)- Subvenção – Campanha de 2000 / 2001

Esta segunda campanha seguiu um padrão relativamente semelhante ao da anterior. Apesar do número de candidaturas ter aumentado (36), o mesmo sucedeu com as exclusões (8). Como houve ainda 2 casos de obras não executadas, o número final acabou em 26, menos dois do que na campanha anterior.

Nesta 2ª fase da Subvenção verificou-se um facto a merecer destaque: houve candidatos que candidataram outras parcelas dos seus imóveis (quando as parcelas eram em si mesmas distintas, quer dizer possuidoras de caderneta predial diferentes), ou a continuação da renovação do imóvel, iniciada na primeira campanha (nº 22, nº 23, nº5, por exemplo). Este factor não foi impeditivo da aprovação uma vez que estas situações se verificaram em imóveis de grandes dimensões (em especial os de vocação de turismo rural), tendo recebido compreensão por parte da Autarquia.

Esta solução, aliás, era conveniente para o município, que estava ciente de que a dotação financeira anual era pequena. Tal facto recomendava esta maneira de actuar. Assim, não se concentrava todo o dinheiro em poucos casos de grande morosidade de execução, impedindo alargar a mais candidaturas (e a maior parte delas de pequena monta) cada fase da Subvenção. Quer do ponto de vista da *salvaguarda patrimonial*, quer na perspectiva social (agradando a mais munícipes), quer na económica (por redistribuição do dinheiro investido por maior número de pequenas equipas de obras que encontram aqui nestas intervenções uma ocupação importante, servindo para estabilizar alguns postos de trabalho) tudo recomendava a adopção deste modelo. As implicações políticas de tal escolha não seria, seguramente, uma preocupação menor, a influenciar a elasticidade demonstrada para aceitar todas estas condicionantes de Programa aqui em análise.

A situação que se verificou com o imóvel 2, na Rua Batista da Graça, demonstrou bem a fragilidade financeira do programa se submetido, numa mesma campanha, a esforços excessivos. Este imóvel de grandes dimensões foi adquirido por novos proprietários, não residentes a título permanente, que integraram o referido prédio de imediato na candidatura deste ano. Apesar de ser uma obra simples para a qual solicitava a comparticipação (principalmente ao nível de fachadas (2) e da cobertura), as dimensões do imóvel, por si só, eram suficientes para criar um ruptura financeira na Subvenção desse ano. O reforço financeiro foi possível porque na realidade, como se pode comprovar pelas datas, foram feitas duas campanhas em 3 anos, o que deu maior poder de investimento à Autarquia. As alterações políticas na gestão do Município (houve eleições em final de 2000), também devem ter dado alguma ajuda, uma vez que, como é normal nos sistemas democráticos, pretendia ficar desde logo bem vista aos olhos dos Munícipes, cumprindo promessas expressas em programa eleitoral, e que incluíam a continuação e estímulo da Subvenção.






**Projecto Subvenção
Centro Histórico de Mértola**

Legenda:

Subvenção 2000-2001

Situação

-  Excluída
-  Executada
-  Não Executada

Escala: 1: 2000

Maior problema verificou-se na zona do arrabalde, uma vez que aqui já estava em causa problemas de natureza ética, na perspectiva da conservação patrimonial. A verba, tal como se estabelecia claramente no Regulamento, funcionava também como um prémio para todos aqueles dispostos a fazer desaparecer certas dissonâncias (algumas delas graves) durante o processo de execução das obras. Nos estabelecimentos comerciais – como já referi, esse equilíbrio de intenções era complicado. A permanência dos aparelhos de ar condicionado, das caixas de estores externos à fachada, etc., impediam a aprovação das obras, explicando-se assim a concentração de tantas obras excluídas nesta parte da localidade.

Para isto também contribui claro o facto de a época de construção ser mais recente e portanto haver, na perspectiva do património edificado presente, problemas muito complexos para resolver. O tempo e o investimento necessário não se coadunam claramente com uma subvenção com outra ideologia e de recursos financeiros escassos.

No geral, podemos dizer que esta segunda campanha foi igualmente, por larga maioria, um sucesso, e como se pode ver na planta, com um número considerável de imóveis na parcela intra-muros recuperada com este investimento.

c)- Subvenção – Campanha de 2002

A campanha de 2002 teve 29 candidaturas, e, pela primeira vez, verificou-se uma desistência (nº6).

Nesta campanha a grande incidência continua a ser nas ruas superiores da localidade, uma vez que estes quarteirões eram tendencialmente ocupados por famílias de menores recursos, o que acarretou menor possibilidade de arranjos mais profundos. Igualmente, porque uma parte deste parque habitacional é ocupado por locatários – e não pelos proprietários – e, claro, as rendas são, geralmente, muito modestas.

Inclusive, pela razão inversa, pode ver-se que as candidaturas dos imóveis mais próximos à muralha da vila junto às linhas de água (21, 2, 9 e 8), zona normalmente onde vivem famílias de maiores posses (que mesmo quando ocupadas por novos proprietários, o têm que ser, necessariamente, por gente também com alguma capacidade económica), e apesar da dimensão dos imóveis, estão já nesta data

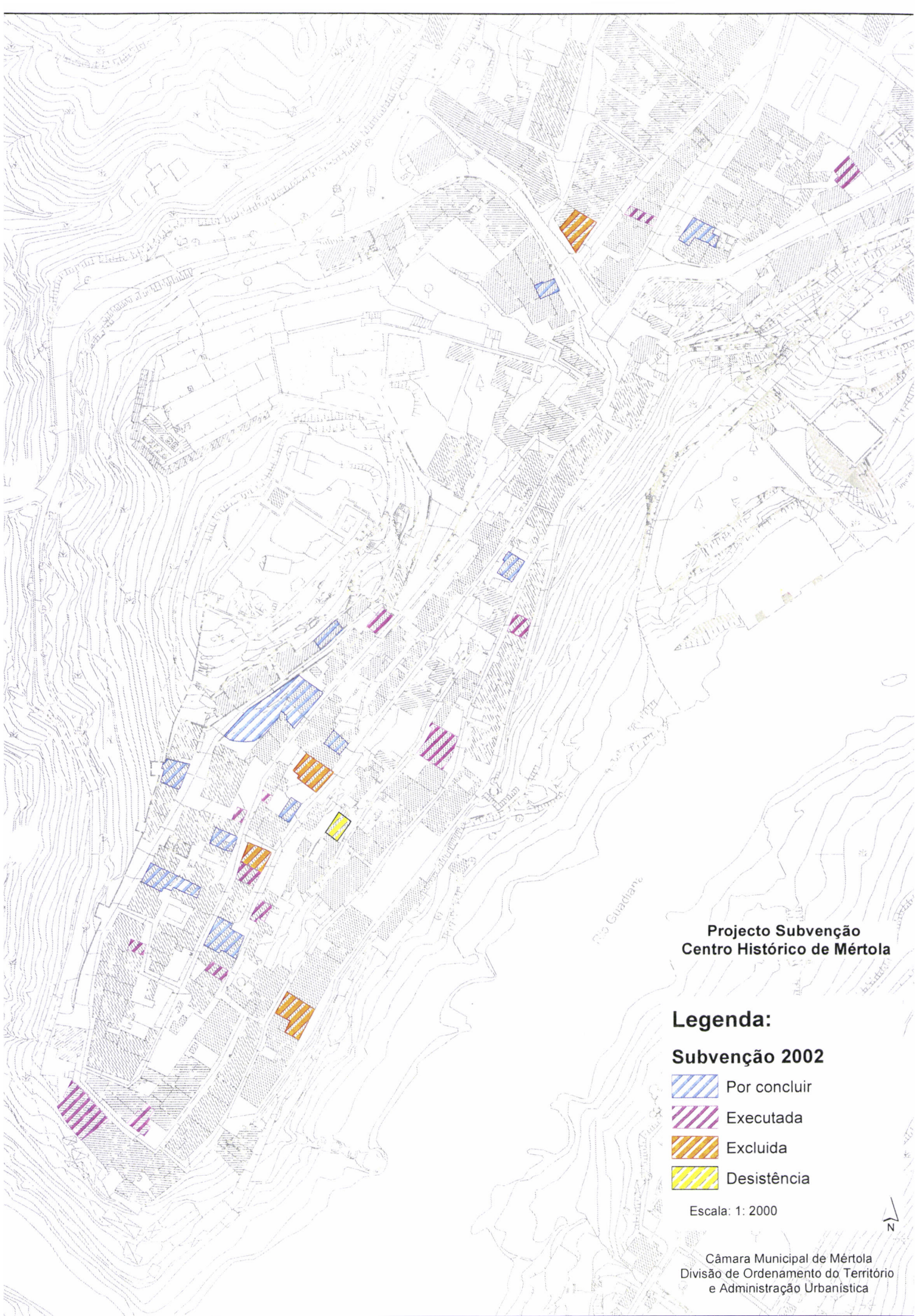
concluídas. Não significa que na zona das casas mais pequenas e vernaculares não existam já, à data do inventário, obras concluídas. Mas muitas estão ainda por acabar, e quando questionei os técnicos em relação às razões para tal facto, genericamente foi referido que isso se relaciona com a maior dificuldade em fazer parte ao investimento próprio na recuperação dos imóveis.

Quatro candidaturas foram excluídas. A razão da exclusão é a mesma – existem dissonâncias que os proprietários não pretendem remover, ou são imóveis que estão a ser candidatados de novo, uma vez que devido à sua dimensão, não foram integralmente recuperados na sequência de anterior apoio financeiro a partir desta Subvenção.

No ano de 2003 o executivo municipal – numa medida que me parece acertada – decidiu suspender por um ano a aceitação de candidaturas, de modo a conseguir pôr alguma ordem no acompanhamento e garantia de boa execução das obras que estavam em curso. Igualmente, e como a necessidade de um acompanhamento mais próximo ficava dessa forma melhor satisfeita, transferiu a competência administrativa e técnica desta Subvenção para o novo GTL entretanto constituído, dessa forma também aliviando a DOTAU.

d)- Subvenção – Campanha de 2004





Em virtude do atraso que se verificava, e da dimensão de certas candidaturas, para a campanha de 2004 foram aceites 15 candidaturas. À data em que procedi à organização destes dados, estes processos estavam ainda a ser analisados. Uma vez que os dossiers eram ainda analisados na DOTAU e esta tem todo o serviço de licenciamento igualmente a que dar resposta, com o mesmo número de técnicos, as avaliações não estavam ainda executadas. Para facilitar a avaliação, e por sugestão da Presidência, foram tomadas medidas para melhorar a capacidade de dar uma resposta mais eficaz, mas também baseada em critérios mais exigentes, às candidaturas. Assim, foi decidido contratar os serviços de um medidor-orçamentista externo, para fazer a análise da componente material dos pedidos de apoio; para padronizar o processo, a Eng^a Conceição Garcia elaborou um formulário standard para as candidaturas, objectivando os orçamentos apresentados e permitindo verificar da justeza de preços, qualidades de materiais e dimensão da intervenção.



**Projecto Subvenção
Centro Histórico de Mértola**

Legenda:

Subvenção 2002

-  Por concluir
-  Executada
-  Excluída
-  Desistência

Escala: 1: 2000





**Projecto Subvenção
Centro Histórico de Mértola**

Legenda:

 Subvenção 2004

Escala: 1: 2000

Câmara Municipal de Mértola
Divisão de Ordenamento do Território
e Administração Urbanística

Rio Guadiana





**REGISTO DE CANDIDATURAS
2005 - 2006**

e)- Subvenção – Campanhas Posteriores

A informação que foi referida para a campanha de 2004 pode aqui repetir-se. Os dados não foram lançados ainda na base que foi construída, podendo apenas referir-se que para o ano de 2005 foram entregues 17 candidaturas – estas estão ainda em processo de avaliação.

Um dado de avaliação que já é possível ter é que é muito difícil a Subvenção ser anual, uma vez que os processos tendem a arrastar-se de uns anos para outros. Para permitir um melhor controlo da sua boa execução, seria talvez melhor adoptar um modelo distinto:

- tornar a subvenção bianual;
- reforçar a sua dotação financeira (não se sugere o dobro, mas eventualmente com um acréscimo de 50%, passando para um total de €150.000).

Este tipo de solução permitiria acompanhar mais de perto as candidaturas e a execução dos trabalhos de recuperação, com a vantagem de, teoricamente, se gastar menos verba, aspecto que agrada certamente à gestão financeira da Autarquia, sempre bastante limitada.

f)- Subvenção – Análise conjunta

Quando se consulta a planta que agrega as três primeiras campanhas da Subvenção, não podemos deixar de reconhecer alguns aspectos:

- que é visível o seu impacto na recuperação e conservação do parque edificado do centro histórico de Mértola, tendo beneficiado um conjunto de 59 imóveis. Esta quantidade, percentualmente, é um número muito significativo para o casco histórico e arrabalde, e apenas representando o somatório das primeiras três campanhas!
- que esse impacto é significativo, ainda mais, quando comparado com o investimento realizado pela Autarquia, uma massa financeira total de cerca de €300.000 para estas intervenções;

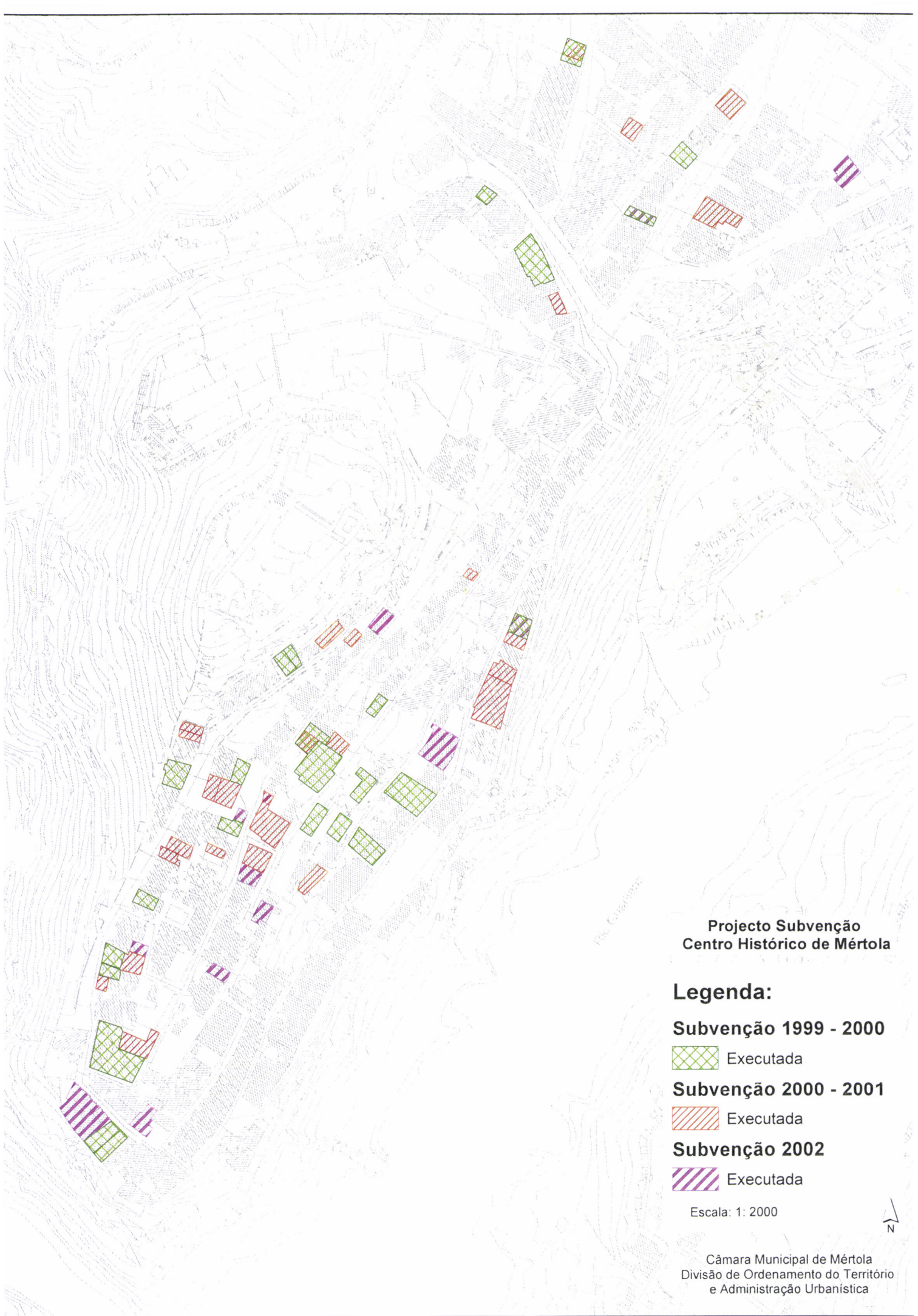
- que é claro que esta Subvenção deveria ter sido criada de imediato após a entrega do Relatório do Gabinete Técnico Local, em 1991, sendo a primeira tarefa dessa equipa - um Gabinete do Centro Histórico em que esse mesmo GTL se deveria ter transformado;

- que a Subvenção serviu a população e/ou os proprietários indistintamente, não existindo critérios de dimensão, localização, função ou pedigree social e/ou económico por detrás do processo. A distribuição das incidências, quer positivas, quer negativas, permite essa interpretação. Como já referi noutra local, mesmo na possibilidade de uma influência política em uma ou outra decisões acaba por se diluir numa distribuição que se pode acreditar como isenta e baseada em critérios técnicos;

- que a Subvenção foi o melhor instrumento possível para a reabilitação de um pequeno centro como é Mértola, uma vez que a maior parte das situações de degradação não são de grande ruína, nem a maior parte dos edifícios muito grandes ou complexos de recuperar. O tratamento localizado, e pontual, destes problemas revela ser uma solução mais eficaz do que aguardar por um grande programa europeu ou nacional que venha intervencionar o conjunto da área histórica, com uma padronização quase garantida da intervenção (má solução patrimonial) e, provavelmente, gerando um tal caos urbano durante alguns anos, que a recuperação de certas práticas vivenciais se viria, certamente, a revelar impossível.

No capítulo das falhas, sem querer entrar pelo campo da dotação financeira (é evidente que cada campanha seria melhor se tivesse mais de €100.000 para gastar), uma vez que o município é de escassos recursos, há um aspecto, que, dada a temática aqui em análise, merece ser mencionado:

- a Subvenção deve ser usada como forma de transformação qualitativa, ao nível da escolha e uso dos materiais empregues nas obras de recuperação e/ou conservação. Não faz muito sentido que se continue a atribuir dinheiro para remover rebocos de cal e serem substituídos por outros à base de cimento Portland. Não se pode aceitar que, existindo respostas melhores para o problema da salitização dos paramentos, já testadas pelo tempo, se permita a utilização de soluções que se sabe que não vão ser duradouras. Sem a imposição de rebocos à base de monomassas adequadas, está-se, implicitamente, a assumir que parte do investimento da Subvenção é a «fundo perdido», ou desperdiçado, por falta de imposição desses materiais. Seria importante conjugar essa imposição com o esclarecimento/formação dos empreiteiros e pedreiros



**Projecto Subvenção
Centro Histórico de Mértola**

Legenda:

Subvenção 1999 - 2000

 Executada

Subvenção 2000 - 2001

 Executada

Subvenção 2002

 Executada

Escala: 1: 2000



seleccionados pelos proprietários, de modo a conseguir melhorar o seu conhecimento /desempenho na sua aplicação, e a sua adesão posterior à sua escolha, mesmo em casos não apoiados pela campanha municipal.

Num anexo desta dissertação apresentamos um levantamento fotográfico que realizei, e ao qual se acrescentam as fotografias dos imóveis em mau estado que constavam dos dossiers das candidaturas – tal como a cartografia, forçosamente incompleto pelas razões já referidas. Neste registo pode constatar-se as melhorias qualitativas resultantes da Subvenção, com dois níveis distintos de incidência:

- na qualidade de vida dos moradores, representando todas elas sem excepção, um progresso em termos de conforto, espaço, etc., dos domicílios respectivos. Nestes casos podem existir pares de fotografias onde a diferença visível é mínima ou mesmo inexistente, já que podem ser candidaturas que se destinavam apenas a obras no interior das habitações; a auto-estima, quer na casa, quer no centro histórico, seguramente aumenta, o que também não é um factor a desprezar, já que a persistência de moradores é um alicerce fundamental da recuperação do casco histórico;

- na imagem que dela se transmite aos visitantes, que, assim, podem ver um centro histórico melhor do que há uns anos, onde, num contraste que se lamenta, se gastaram €500.000 na produção dos núcleos museológicos (cerca de um pouco mais de metade da Autarquia), enquanto à volta destes o casario – maior e menor – se arruinava. Não se contesta que se tenha feito esse investimento nos núcleos. Mas existiam verbas que a Autarquia não conseguiu captar porque não possuía uma equipa permanente preocupada com o financiamento da reabilitação do parque edificado do centro histórico. É com satisfação que se regista a inversão desse tendência motivada pela Subvenção, que, gradualmente, vai dando outra visão a quem deambula pelas suas ruas. Mais e mais edifícios se apresentam em condições, contribuindo para uma melhor imagem que aqueles visitantes levam de Mértola, das suas gentes, e das autoridades responsáveis.

Uma última menção: seria importante que esta iniciativa municipal pudesse continuar nos próximos anos, e que o actual GTL pudesse ser a semente de uma equipa permanente para a *vila velha*. Voltarei a este assunto na abordagem das políticas sectoriais.

4.2.8 – A Carta de Risco (2003)

Procurando ter uma melhor percepção das situações de degradação mais urgentes, e mesmo daquelas que interfeririam na segurança pública, a Câmara Municipal lançou um processo de constituição de uma Carta de Risco para o casco muralhado, tarefa que foi entregue à Técnica Estagiária Engenheira Conceição Garcia, sob o apoio do Consultor contratado, Arquitecto Castro Caldas.⁵⁶¹

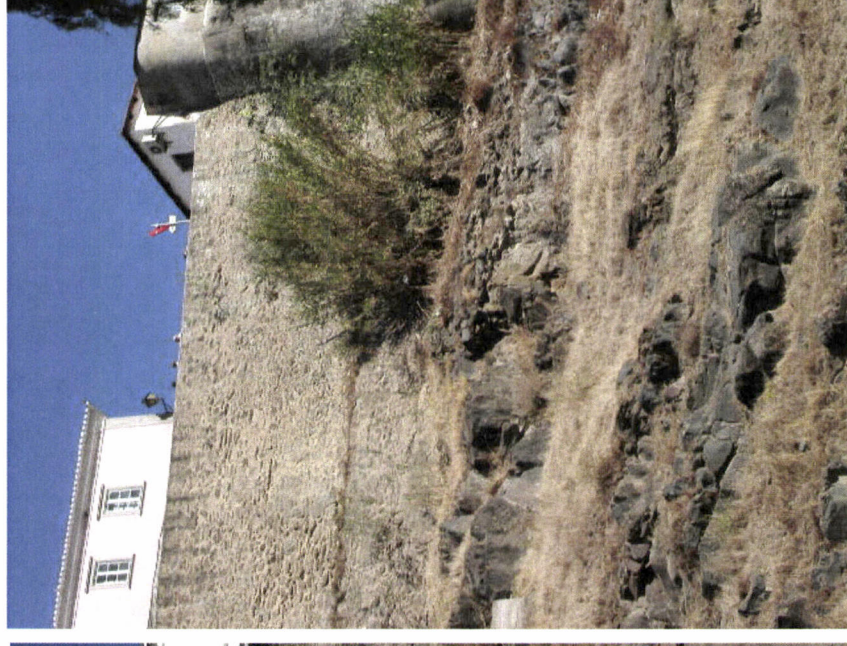
Esta tarefa, que parecia desde logo importante para uma localidade alcantilada como é esta vila histórica, tomava maior relevo devido ao regime pluviométrico que caracteriza a região. De facto, apesar da pouca chuva anual, é sempre preciso considerar que a precipitação se concentra em poucos dias desse mesmo período, muitas vezes em poucas horas, atingindo por isso valores de pressão e desgaste sobre muros, pavimentos e encostas que não devem ser desprezados. Particularmente porque grandes períodos de estio levam a uma situação de incúria na manutenção e limpeza de linhas de escorrência, e mesmo dos canais de esgoto. Isto para lá das condições particulares de resistência mecânica dos materiais – que se vão degradando – devido à sujeição a elevadas temperaturas (as paredes podem atingir os 60° superficiais no Verão). A micro e macrofissuração daí resultante, ao nível dos materiais, em particular nas argamassas de assentamento e de revestimento, pode ter consequências negativas quando das intensas chuvadas que ocorrem, geralmente, no início do Outono. Era este o cenário previsível no Outono de 2003 (quanto maior a seca, normalmente mais fortes os poucos dias de chuva), e que levou ao imediato levantamento de situação no casco envelhecido da vila de Mértola.

Os edifícios, dada a situação do parque habitacional, foram uma primeira causa de preocupação. De modo a conseguir estabelecer - mesmo se só se avaliavam as situações de maior carência – algum critério, procedeu-se à sua divisão em dois grupos, as ruínas e os degradados.

No primeiro caso incluíam-se todas as situações em que, para lá da deterioração nas paredes e pavimentos, não existisse a cobertura, estando por isso desprovidos de

⁵⁶¹ Esta técnica, que já não pertence aos quadros da Autarquia, teve a amabilidade de me facultar acesso a todos os elementos do seu trabalho, facto pelo qual quero aqui deixar testemunho agradecido. Sem eles, esta pequena análise não teria sido possível. E igualmente ao Arquitecto Castro Caldas, não só neste caso, mas em outros que terei ocasião de reportar em diferentes parcelas desta dissertação, e nas simpáticas trocas de opinião, em que, com a sua experiência, contribuiu seguramente para enriquecer este texto.

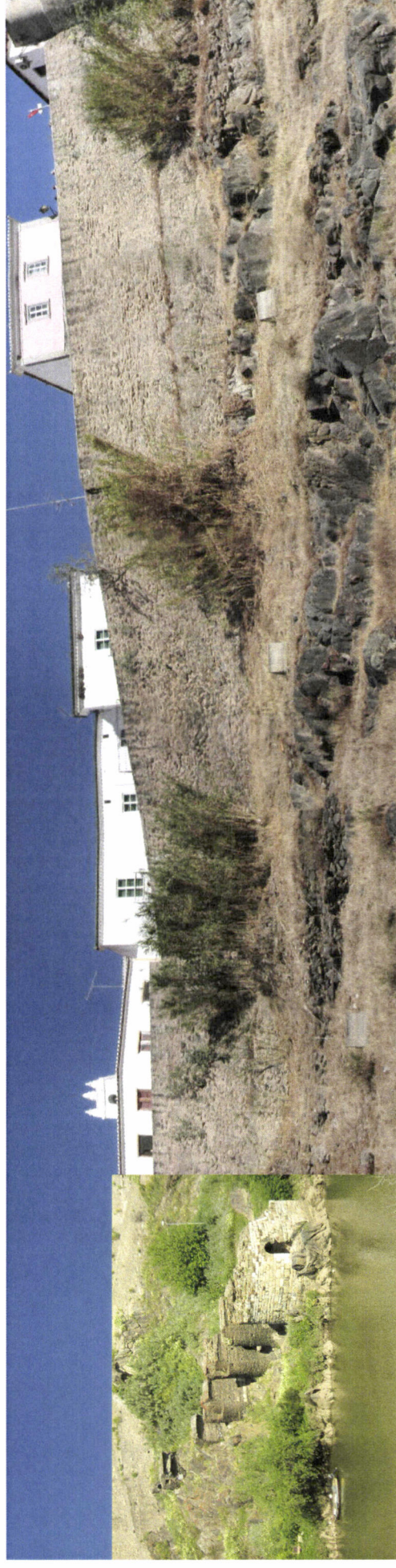
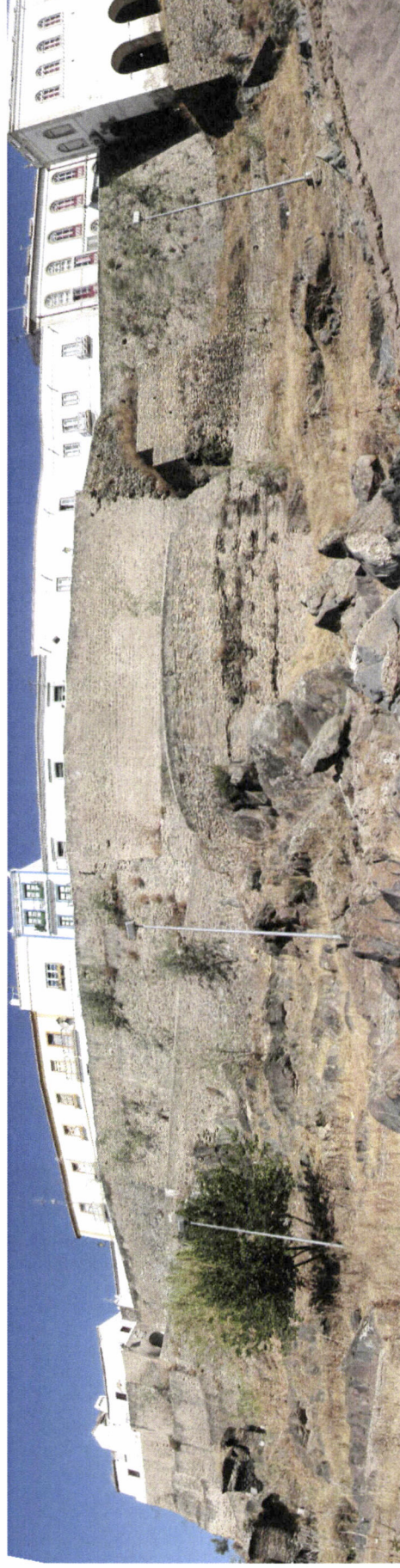
VISTAS DA ENVOLVENTE DAS MURALHAS DE MÉRTOLA, FACHADA NASCENTE (ao longo do Guadiana)



Perdida que foi a função comercial do porto, afundada de forma quase premonitória a *ponte-barca* que servia o propósito da travessia de pessoas, bens e veículos de uma margem a outra, as populações afastaram-se (com excepção dos poucos pescadores que se mantiveram ligados à faina) da água, tanto quanto o tabuleiro da nova ponte simboliza, distante da água tanto quanto as gentes, que, aos poucos, com um melhor nível de via e, na maior parte, motorizados, que já nem ao rio quase vêm dar um banho nos calores do Estio.

Arruinadas as casas do porto (foto da esquerda), aguarda-se a possibilidade de um trabalho de requalificação / reconstrução dos antigos torreões (já iniciado, a nível arqueológico e do edificado, mas interrompido), e de outras áreas deste alçado natural, que permita, finalmente, integrar esta zona num percurso pedestre que aumente a qualidade da visita a uma vila que se pretende um museu vivo. Esperemos, no entanto, que as soluções que o viabilizem, sejam elas quais forem, tenham pelo menos mais qualidade do que os candeeiros que iluminam a parede da fortificação durante a noite...

VISTAS DA ENVOLVENTE DAS MURALHAS DE MÉRTOLA, FACHADA NASCENTE (ao longo do Guadiana)



Desde os início dos anos noventa que, nesta zona, foram realizados trabalhos de sondagem e investigação arqueológica, que de alguma forma têm sido importantes para a compreensão de algumas actividades que se realizavam mais próximo das margens do rio. No que se refere à musealização, foram realizados trabalhos de restauro e reforço de fundações da torre couraça (na foto pequena), para a qual foram também implantados no local painéis informativos, permitindo ao visitante ocasional conhecer as funções e história deste monumento.

CALÇADA TRADICIONAL DO CASCO HISTÓRICO DE MÉRTOLA



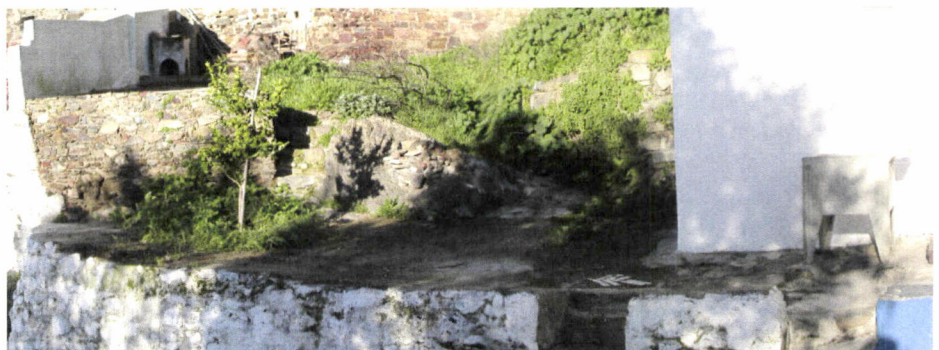
A calçada antiga veio a concretizar uma aspiração de «modernidade» da velha urbe, que no início da época contemporânea viu as suas ruas finalmente cobertas.

Feita de elementos irregulares, já foi remexida diversas vezes, reposta em remendos diversos, e ainda nalguns casos tapada, junto às casas, por capas de cimento com que os locais julgam proteger as paredes dos efeitos da chuva (piorando o seu desempenho de arejamento, claro, já que a maior infiltração é por via ascensional).

Dai ter más condições e pior aparência em algumas zonas. A sua requalificação, que não deve optar pela assumpção de uma imediata substituição por elementos regulares (mesmo se de pedra), é um dos aspectos mais importantes para uma maior qualidade patrimonial da vila.



ÁREAS DE LOGRADOURO para reabilitar - MÉRTOLA



qualquer protecção às intempéries do mais diverso tipo. Esta situação merecia algum cuidado, não pelas situações humanas urgentes que pudessem envolver – no caso do centro histórico de Mértola tratam-se de edifícios há muito abandonados, geralmente, não tendo moradores no presente -, mas pela degradação que podem induzir em edifícios contíguos, esses sim habitados (não existem ruínas «em banda», são meras situações pontuais e dispersas), e daí ser importante a resolução da sua condição deficiente.

Na segunda categoria foram considerados os prédios que apesar de possuírem cobertura, estão igualmente ao abandono e sem qualquer tipo de obras de manutenção. A falta da conservação quotidiana que só a ocupação permanente dá, vai, nestes casos, acelerando a sua destruição, sendo que a degradação muito rapidamente evolui para a situação de ruína. Como já referi, é nestes casos que as fortes precipitações causam maior dano, uma vez que uma pequena «ferida», uma telha deslocada pelos gatos vadios, por exemplo, sob a pressão da água, pode permitir a sua infiltração em grande quantidade, corrompendo os materiais vegetais de que é composta a estrutura da cobertura, nas situações das construções tradicionais, que ainda representam a maioria dos sistemas construtivos nestes velhos edifícios abandonados. Como salientam os técnicos responsáveis num memorando que enviam à Câmara Municipal “seria importante garantir que a água não entrasse de forma alguma”, propondo, por isso, que seria indicado “reparar ou proteger, no mínimo, as coberturas”⁵⁶².

Dado que a elaboração deste documento se inseria numa estratégia de reabilitação integrada, ou seja, era uma parcela das diferentes acções que visavam, finalmente, pôr em marcha a reabilitação do casco histórico no seu todo⁵⁶³, era igualmente salientado, neste documento, que “não sendo casos que possam corresponder a derrocadas eminentes, são casos em que estão em causa a possível perda de valores arquitectónicos determinantes da qualidade do conjunto edificado”. De forma correcta, alertava-se aqui para a imagem de conjunto, e para o facto de que a intervenção meramente casuística – ou a sua ausência – poderiam levar à descaracterização deste vetusto conjunto edificado.

⁵⁶² ECC / CG, DOTAU, informação (sem número), 5/09/2003.

⁵⁶³ Processo que está em curso, dinamizado pelo novo GTL e pelo apoio financeiro da Subvenção, bem como na sequência de outros investimentos, que teremos ocasião de referir, ao citar diferentes obras nos sub-capítulos seguintes.

A situação conduzia, por isso, a uma classificação de INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA, que alertava para a resolução em tempo útil das deficiências, ou seja, antes das grandes chuvas. Deve esclarecer-se já que, apesar da intenção, e do trabalho de inventariação, que nada foi feito⁵⁶⁴.

Feito o levantamento dos muros de suporte, que são a parcela estrutural mais sensível da vila – a localidade está construída em socalcos! - foram consideradas duas situações como prioritárias (os muros nº25 e parte do nº86), embora os técnicos reconhecessem que a sua apreciação era feita apenas “à vista”, não tendo existido quaisquer outros meios envolvidos na avaliação do seu estado de conservação e resistência. Este tipo de situação deveria também ser resolvido na continuação deste trabalho, de modo a garantir uma melhor avaliação técnica, e, portanto, a evitar desculpas de que «outros olhos» (os políticos, os encarregados das equipas camarárias de obras, outros engenheiros, arquitectos e mesmos os especialistas do património...) não veem as mesmas patologias e a mesma urgente necessidade de lhe pôr cobro!

Parece-me, no entanto, de valor o trabalho realizado, pois debruçava sobre o centro histórico um olhar treinado em distintas preocupações – que as histórico-patrimoniais ou as arquitectónicas -, melhorando a visão multidisciplinar que dele podemos (devemos) ter, e que é fundamental para uma correcta estratégia de intervenção.

A ficha de levantamento do edificado⁵⁶⁵, para lá das referências genéricas, engloba a classificação dos materiais construtivos, ao nível dos diferentes segmentos da construção. Como se pretendia que estas fichas fossem usadas como instrumentos concretos na recuperação desse património, muito correctamente elas inscreviam de imediato, não apenas a avaliação do estado de conservação, mas o tipo de

⁵⁶⁴ A 23 de Setembro, uma outra informação (nº285) assinada pela Eng^a C. Garcia, dava conta de que lhe tinha sido levantada a seguinte questão: “constata-se que os muros aos quais foi atribuída a classificação de intervenção prioritária, são muros que confinam por um lado com a via pública e por outro com propriedades privadas. Levanta-se então a questão se serão estes muros de propriedade da Câmara?”. A teia burocrática começa a tecer o seu habitual estrangulamento das acções decisivas...A técnica, claro, sem alternativa para decidir, só pode recomendar que o “gabinete jurídico se pronuncie sobre esta questão”. Mas é evidente que os muros são privados, a questão a definir é se o dano causado na via pública (não sendo da responsabilidade do privado, logo será responsabilidade da Autarquia) é ou não o suficiente para causar problemas ao nível estrutural nessa mesma via, caso entre em derrocada ou se fracture. Em qualquer dos casos é evidente que é necessária colaboração na resolução de qualquer destes problemas, e são estes impasses que conduzem a um maior estado de degradação, a maiores custos na sua resolução posterior, e a riscos desnecessários, tantas vezes, para pessoas e bens.

⁵⁶⁵ Todos os elementos documentais a que a seguir nos referiremos encontram-se em anexo a esta dissertação.

intervenção a realizar, por zonas (coberturas, tectos, paredes, pavimentos, portas, janelas, etc.), a que se seguia a possibilidade de aí inscrever a justificação da prioridade da intervenção. Este segmento parece-me muito importante, uma vez que, como é sabido, estas decisões, e em especial em municípios mais pequenos e/ou de escassos meios, passam ainda todas pelo executivo. Ou seja, não existe uma dotação financeira anual reservada para este fim (como na subvenção) com a qual os técnicos possam trabalhar, meramente baseados em decisões de carácter objectivo (face aos programas definidos), sem a interferência do nível político, sempre muito sensível aos reflexos sociais das suas decisões...⁵⁶⁶

Conscientes da origem da maioria destes problemas, e do papel corrosivo da água na produção da situação degradada ou ruínosa, a ficha dá particular atenção à questão da rede de águas e de esgoto doméstico, uma vez mais reservando espaço para a definição de uma solução eficaz a tomar, e, nestes casos, referindo logo a solução a montante e a jusante.

Mas a grelha mais relevante é a que faz o registo da patologia e do risco. Esta ficha salienta aspectos tão díspares, mas tão importantes, como sejam:

- no caso de panos de muralha ou de muros de suporte, as questões do assentamento, do desaprumo ou de raízes nas juntas, passíveis de provocar o descolamento dos elementos;
- no caso das ruínas, a questão da insalubridade, a que acrescem os já citados problemas de colapso, ou para a via pública ou afectando imóveis contíguos;
- os problemas da via pública, onde se assinalam situações de abuso do estacionamento (a mais grave «patologia de superfície») os estrangulamentos na via, a dificuldade da circulação pedonal em função do estado da calçada, das suas pendentes e das barreiras existentes, a falta de iluminação, a existência de resíduos

⁵⁶⁶ É evidente que temos consciência que uma parte da restrição vem do quadro legal que impõe essa mesma supervisão pelos políticos das decisões meramente técnicas. É claro também para toda a população que são esses mesmos políticos e os partidos a que pertencem que elaboram a legislação que lhes outorga essa mesma capacidade de decisão. No entanto, também será bom referir que a acção política é importante, e pode ser exercida apenas como mero contraponto da expressão técnica, equilibrando as decisões, e sem que isso represente uma forma pouco clara de influência. No caso da Subvenção, que existiu já sob dois mandatos políticos distintos na Autarquia de Mértola, pode dizer-se que são muito pontuais as “pressões” políticas para a decisão. O facto de existir uma dotação financeira estabelecida permite aos técnicos «distribuir o mal pelas aldeias» e, assim, e com base nos seus pareceres, conseguir uma relevante (do ponto de vista patrimonial) e equitativa (do ponto de vista social) re-distribuição da verba disponível.

sólidos, a insuficiente drenagem, entupimentos ou infiltrações de águas pluviais e de saneamento (quer da rede de águas quer da dos esgotos);

- o risco de incêndio.

O desenvolvimento deste projecto passou para o Gabinete Técnico Local, aguardando-se pelo início de acções concretas que permitam, pelo menos resolver as deficiências classificadas como prioritárias. As intervenções que este mesmo gabinete pensa levar a cabo na resolução das deficiências da rede de águas e esgotos (particularmente na primeira destas), deveriam ser enquadradas com o tratamento dos muros de suporte dessas mesmas ruas, e ser, igualmente, aproveitadas para a requalificação dos pavimentos e dos logradouros que se situem nos traçados dessa obra infraestrutural. A imagem patrimonial geral do casco histórico, e o conforto acrescido para moradores e vistantes não exigem menos do que uma reabilitação integrada, que resolva, com um incómodo só, a resolução de todas estas deficiências.

4.2.9. – A revisão do Plano Geral de Urbanização de 2003.

O documento em análise neste capítulo é o Plano Geral de Urbanização, também da autoria do urbanista Fernando Varanda, elaborado em 2003. Este documento apresenta uma análise muito detalhada das diferentes zonas, e é particularmente importante, enquanto elemento estratégico, porque nele se perspectivam já, não só a Variante Rodoviária, por ligação com o IC27 (via rápida que estabelece a ligação entre Vila Real de Santo António e Beja), e junto da qual será criada uma nova área industrial de grandes dimensões, como ainda a expansão da vila, na zona a Este da estrada que entra na vila vinda de Beja, interligando a Avenida Aureliano Mira Fernandes com a achada de S. Sebastião. Este novo espaço de crescimento urbano, e os outros referidos, serão, sem qualquer dúvida, estruturantes do que será a imagem de Mértola nas próximas décadas, e terão uma importância muito relevante em termos de ordenamento de algumas situações, como na circulação viária, e reorganização funcional, pelo que os seus reflexos sobre o futuro da área histórica poderão ser igualmente muito importantes. Isto, como é obvio, para lá do tratamento específico dado ao casco histórico.

O PGU, nesta sua última versão, considera no seu Artº 6º sete zonas como sendo de conservação e recuperação: Vila Velha, Arrabalde, Além Rio, Cerro das Neves, Cerro do Moinho, Azenhas do Guadiana e Cerca do Convento (zr1 a zr7).

E diz, muito claramente, no seu nº2, que “quaisquer remodelações nestas zonas devem obedecer aos usos, tipologias, cêrceas e densidades aí predominantes”. Como se poderá constatar, na apresentação de alguns casos detalhados nesta dissertação, algumas vezes estes aspectos que são da maior importância para a salvaguarda patrimonial foram pouco respeitados.

Segundo o nº2 do Artº 7, Vila Velha, “são aceitáveis, segundo análise caso a caso, alterações a volumetrias originais, justificadas por razões de salubridade e espaço habitável essencial aos requerentes e desde que a sua altura não exceda a distância dos edificios da frente (largura da rua) e sem prejuízo da leitura da volumetria de enquadramento e da singularidade arquitectónica dos edificios originais, situação que se estende ao Arrabalde”.

Como é muitas vezes referidos por colegas arquitectos que trabalham em áreas com o mesmo tipo de características, a regra dos 45º é de muito difícil de aplicar nestes contextos e que os conjuntos que chegaram aos nossos dias possuem inúmeras excepções, quando não ruas inteiras, e que o que é mais relevante é a definição de uma «tipologia de lugar». Com esse padrão devem então ser definidos alguns dos aspectos regulamentares, e não tanto com base na lei geral.

Esta questão, tal como é colocada no PGU abre, como é corrente, a porta a uma avaliação subjectiva, em que caberá ao técnico uma grande parcela da aprovação ou não dos projectos, já para não falar da vontade política que mais facilmente encontra assim argumentos de excepção para conseguir sobrepor-se, quando pretendam, e seja por que motivos for, aos pareceres negativos dos técnicos. A exigência por regulamentos mais rigorosos nos parâmetros de avaliação (e que inclua processos de definição qualitativa, muitas vezes a poderem ser resolvidos por pareceres de especialistas independentes – quer dizer, não pagos pelas Autarquias que os solicitem... - para sustentar as decisões).

Igualmente se refere a necessidade de, para a Vila Velha (zr1), Arrabalde (zr2) e Além-Rio (zr3, ze6) se simplificarem os processos burocráticos relativos a melhorias básicas (instalações de sanitários, por exemplo). Este aspecto é contestado,

funcionalmente, pela DOTAU, argumentando que, ao contrário do que possa parecer, é precisamente no centro histórico que deve existir maior rigor, e que por isso não podem ser dispensados os procedimentos e a exigência de existir um projecto de alterações. A situação, conhecida, de que essas obras muitas vezes se realizam clandestinamente, não é argumento, segundo a responsável pela DOTAU, Arq. Ana Paula Félix, para que se pactue com eventuais ilegalidades. Com a sua experiência de ter dirigido o GTL, reconhece que a solução ideal passa por um acompanhamento técnico destas situações, o que implica meios que actualmente a DOTAU não dispõe.

Em relação à circulação automóvel, o PGU avança com restrições, num discurso coerente com o que tem vindo a ser planeado desde finais da década de 80. No entanto, é já visível que, no caso da sede do Parque, vai ser difícil conseguir cumprir o nº4 do Artº 7, que estabelece que “a instalação de actividades tendentes a trazer tráfego automóvel à zona não poderá ser feita sem prova de estacionamento no lote ou em áreas públicas na proximidade”. Como a Praça Luís de Camões já é normalmente um caos.... A solução da bolsa de estacionamento no cais deverá ser evitada, apesar de ser quase sempre a única proposta para a resolução desta dificuldade – esta ideia do cais cheio de carros “polui” a envolvente de Mértola em ambos os ângulos de visão, não se coaduna nada com a ideia de valorização patrimonial -, pelo que se aguarda pela hipótese de ser retomada a intenção de um pequeno transporte público. Neste aspecto, o Plano não apresenta, infelizmente, soluções criativas que fossem corajosamente restritivas para o acesso de veículos a esta zona.

Para o estacionamento, no arrabalde, os dois lugares, em média, de estacionamento a considerar por lote, podem ser revertidos em apenas um, se “o espaço envolvente tenha provadamente capacidade de absorver as necessidades de estacionamento sem prejuízo da livre circulação e bem estar dos residentes”. É já visível que a bolsa de estacionamento constituída pela “campo da feira” e mercado semanal é mais do que suficiente para as necessidades locais, devendo persistir a Autarquia com todas as medidas que retirem os veículos destas três ruas que constituem o arrabalde, a não ser por motivos de urgência ou transporte de mercadorias. Nunca é de mais salientar que esta área - que cresceu junto da “porta de Beja” - é de grande valor histórico, e dado o perfil longitudinal da vila, funciona como área de acesso ao centro histórico para cerca de 90% dos seus visitantes. Acresce que, como aliás Fernando Varanda, o autor de todos os planos da vila desde 1980, salientava já no seu primeiro estudo, datado precisamente desse ano, esta zona é o centro cívico informal da localidade,

Ora, em conjugação com a reorganização do tráfego nesta via (plano de pormenor em discussão, elaborado pelo Arq.to Castro Caldas), é de procurar reduzir ao máximo o estacionamento nesta zona, onde se coloca uma vez mais o problema do estacionamento prolongado. A introdução de pagamento veio já permitir um maior desafogo, mas estas medidas devem ser reforçadas com estratégias pedagógicas (veja-se as propostas das equipas de estudo do LNEC/ INCIGURPLAM, onde se dá conta dos resultados de algumas experiências piloto, com excelentes resultados, nesta componente urbanística). Toda esta zona necessita, a prazo, de ser tratada como um espaço pedonal de excelência, onde os habitantes e os visitantes alarguem as suas possibilidades de desfrute.

O PGU, nesta revisão, abre, no Além Rio, outra excepção: a banda contínua é a tipologia predominante das edificações, “mas são aceitáveis outras tipologias desde que o seu conjunto se enquadre na média de tipologias (como é que se determina a média das tipologias nos aspectos não métricos dos imóveis?). Tudo isto está relacionado com uma visão estratégica que deve existir para o futuro de Mértola – e se o turismo cultural e paisagístico já era referido como uma opção em 1958, será assim tão difícil que se considere esta zona restrita, de uma forma mais efectiva, para limitar as modificações nos imóveis? É necessário definir uma opção que englobe uma visão patrimonial mais complexa, que integre inúmeras variáveis em que aspectos qualitativos sejam predominantes. Nem parece ser tão difícil de o conseguir, hoje, que já está provada a importância desse sector de actividade para a vida da localidade, só que deve ser desenvolvido um trabalho de proximidade com o cidadão que não só explique estas opções e integre as suas percepções da mesma, como também no sentido de auxiliar à resolução dos problemas (como da habitação e do estacionamento) de uma forma efectiva. Tal como se referiu noutro capítulo, um dos principais erros neste processo foi a não assumpção da equipa do antigo GTL para aplicar o Plano que tinha acabado de concluir. Assim se deixaram as pessoas e o património da vila aos critérios dúbios do planeamento genérico com as consequências que já se estão a tornar visíveis.

O Além-rio tem características a serem defendidas a todo o custo, e não deve ser transformado num loteamento para moradias unifamiliares que descaracterize o que foi a sua implantação, quer urbana, quer social, na sua dimensão histórica. A abertura de uma estrada de acesso a uma ETAR, esperemos não seja uma ferida capaz de gerar essa apetência, alastrando, pela facilidade de acesso, a especulação dos seus terrenos envolventes.

No caso do Cerro das Neves, grave ofensa desnecessária aos pontos de vista de valor patrimonial, sem qualquer necessidade, já que o espaço não é tão exíguo que não pudesse ter sido levado em conta que a nova capela do cemitério não deveria surgir visível em determinados locais, como já referi, se bem que desde há muito tempo, estivesse previsto a criação desse campo sacro nesta localização.

Tudo isto aliás cruza com a criação, prevista no PGU, de 6 novas zonas de expansão habitacional. Portanto, deve ser cruzada esta expansão com a preservação das características da área histórica, evitando que sobre esta caia excessiva pressão no sentido de “adaptar apenas ligeiramente” o seu conjunto de edifícios, um a um, e ao longo de alguns anos, comprometendo o conjunto final. Principalmente ao nível dos detalhes de desenho e construtivos deve haver um grande cuidado e atenção, bem como aos pontos de vista, evitando a situação atrás descrita que ocorreu no cerro das Neves e que, dada a orografia que a vila tem por base, pode facilmente repetir-se. É tão simples quanto imaginar que quando se olha do alto do castelo para a envolvente paisagística, não se veja uma “pequena Brandoa” no nosso horizonte visual... Essa imagem faz também parte da percepção patrimonial que guardamos de Mértola.

No que diz respeito ao equipamento turístico, parece existir aqui, ao contrário de tantas outras clausulas sempre dispostas a alguma maleabilidade, um articulado mais restrito, já que se diz, no Artº 28, nº 1, alínea b) que “não são permitidas adaptações de construções para fins turísticos, dentro dos tecidos consolidados, em locais sem capacidade de aumentar correspondentemente os fluxos de circulação e as superfícies de estacionamento”. Mas, existe alguma razão para que não se possa fazer turismo de habitação, ou mesmo de pequena pensão sem ter o carro à porta? Não depende isso da vontade do turista e não da do planificador? E, além do mais, a pequena escala de turismo, em termos de carga, e a manutenção de um ambiente aprazível, portanto sem veículos, não são um dos produtos de melhor venda que o centro histórico pode ter? Porque se preocupa o urbanista com a regulação de uma actividade económica – que não é, na iniciativa da sua constituição e no eventual sucesso da sua localização, preocupação sua? Ao fazê-la depender do “acesso fácil e valores médios de estacionamento esperado pela actividade” está a seguir a lógica das novas áreas e do acesso por veículos colectivos, etc., mas a área histórica não pode desprezar este potencial para a sua revitalização e, a meu ver, a preocupação do autor da proposta devia ser com a qualidade e dimensão dos projectos de reconversão de edifícios para os adaptar a fins turísticos. Existem em Portugal, e por esse mundo fora, em muitas destas localidades históricas, exemplos de fluxos turísticos contínuos,

de pequena escala, como é evidente, onde se pode constatar, como já afirmei, que é a inexistência de fácil acesso por veículo que fazem as delícias dos seus ocupantes. Por restrito que seja, não deixa de ser um nicho de mercado, e neste caso, até importante pela demonstração do que deve ser valorizado patrimonialmente. No Regulamento, o autor complementa este tópico, escrevendo que “a localização de estruturas destinadas ao alojamento de turistas é difícil definir exactamente, por um lado, porque situações como “turismo de habitação” ou equivalente acabam por se entretecer no uso habitacional geral; e por outro, porque ela acaba por depender tanto da aptidão de locais ou estruturas existentes quanto da vontade pessoal dos empresários”⁵⁶⁷. Aqui se esclarece também melhor, pelo menos assim o entendo, que determinados estabelecimentos hoteleiros, como o caso do projecto ainda nunca concretizado da reconversão dos antigos celeiros da EPAC em unidade turística, que tenham uma maior dimensão devem possuir outro desafio urbano, já que “em qualquer caso as instalações deste tipo deverão prover sempre uma área adequada de estacionamento próprio e localizar-se onde seja fácil o estacionamento eventual”⁵⁶⁸.

No entanto, no Relatório a este Plano, escreve o autor: “embora seja aceitável a instalação de pequenos estabelecimentos – albergues, hospedarias, bares – no tecido predominantemente habitacional, desde que obviem os resultados da geração de tráfego e ruído de forma a minimizar o incómodo para os residentes”⁵⁶⁹, referindo-se à possibilidade de este tipo de serviços poder preencher bolsas que ainda estão livres nas zonas consolidadas ou nas áreas de expansão. Ou, acrescentaria, mesmo em edifícios já existentes, e mesmo na área histórica (menos os bares..), com projectos de qualidade na adaptação dos edifícios, já que o problema é o mesmo que o autor enuncia, e portanto é aqui que reside a dificuldade e não é intransponível...

No capítulo dedicado à rede viária, esta questão do estacionamento é, aliás, de novo aflorada. O próprio urbanista reconhece, implicitamente, que uma urbe histórica não é o mesmo, em termos de interacção e ajuste das suas diferentes componentes, do que um espaço urbano desenhado nos nossos dias: “As necessidades de estacionamento, sobretudo nas áreas de maior actividade terciária, deveriam ocupar uma área que seria pelo menos o dobro da área bruta de construção, se se fossem aplicar padrões

⁵⁶⁷ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.11.

⁵⁶⁸ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.11.

⁵⁶⁹ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.7.

mínimos em sociedades onde o automóvel é um apetrecho pessoal que se leva a todo o lado”⁵⁷⁰.

As questões do estacionamento que se levantam neste plano têm a ver com uma questão de mentalidade “nova-rica”, passe a integral aplicação do termo; quer-se apenas dizer, como o próprio urbanista salienta, que se verificou, em consequência das alterações políticas e sócio-económicas do Portugal das últimas três décadas, e que nesta fase foi relevante a cada um mostrar a sua nova capacidade de poder de compra, mesmo se de uma forma aparentemente desfasada da escala da localidade. Como escreve Varanda, “ir de carro da Rotunda ao Café Guadiana não é uma metáfora”⁵⁷¹. No entanto, as mentalidades também se transformaram no decurso destes trinta anos e por isso é possível estimular a compreensão dos habitantes para as limitações que a promoção turística da vila histórica de Mértola acarreta, particularmente salientando quer a importância económica desse estatuto, como o seu valor simbólico e portanto o estatuto social inerente à condição de natural ou residente na vila (este aspecto, da maior importância, não tem sido, aliás, suficientemente destacado nas estratégias locais). Por outro lado, é preciso esclarecer claras diferenças, e isso também nunca o foi feito, entre a condição de residente e a de visitante, e não foram jamais implantadas medidas restritivas para estes últimos no que respeita ao acesso à zona histórica. Nos inúmeros e feios sinais de trânsito que se colocaram nesta zona às dezenas, jamais uma placa de “só para residentes” foi aí colocada...

A minha concordância com a generalidade do plano não deixa de me levar, no entanto, a reflectir sobre o facto de que, em vários aspectos, a ousadia do plano devia ser maior na manutenção de um princípio de coerência na defesa e valorização, *lato sensu*, do património da Vila, nos quais se inclui, seguramente, a máxima preservação da sua imagem de lugar recatado e de visão isenta, na quase totalidade, de amontoados de automóveis.... O autor do relatório, por exemplo, refere, e bem, que “a expansão da Vila vai acentuar essa tendência e dar-lhe maiores justificações”⁵⁷². Mas discordo quando transpõe parte da pressão desse crescimento para o interior da zona consolidada: “É, por isso, necessário prevenir as necessidades de estacionamento adequado nas ocupações que se verifiquem dentro dos tecidos consolidados além das

⁵⁷⁰ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.17.

⁵⁷¹ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.17.

⁵⁷² Relatório do PGU – Revisão /2003, p.17.

expansões projectadas”⁵⁷³. Julgo que o plano, que bem salienta essa pressão, indicasse soluções como de implantação de transportes colectivos, ou de dinamização de “muitos dias sem carro” ou de uso de bicicletas, por exemplo, tudo soluções já experimentadas em dias simbólicos, mas que são parte da correcta solução pela qual se deve lutar no sentido de conseguir um melhor ambiente urbano e desviar o uso do automóvel para percursos externos ou para uso verdadeiramente inevitáveis, escolha que hoje não vigora e em que a maior parte desse uso é supérfluo.

Mas existem ainda duas outras situações a analisar no quadro deste estudo e que, mais uma vez, se relacionam com o estacionamento (demonstrando como este aspecto da vida quotidiana gera um enorme choque com as áreas urbanas antigas, que não foram dimensionadas para acolher automóveis e cuja dupla defesa – o património e as comodidades da vida contemporânea – parece um dilema ao estilo da resolução da quadratura do círculo...). De todo, não me parece igualmente consentâneo com a beleza do local que se proponham – e esteja até uma delas já a funcionar – que o Cais e a base do antigo Tribunal possa ser utilizada como zona de estacionamento. Mesmo que a vila só tivesse um ponto de vista, de si para a envolvente, a mancha de veículos desfeia a encosta ribeirinha. E mais ainda quando a vila pode ser vista da outra margem, visão que aliás deve ser incentivada junto dos visitantes, pela espectacularidade que possui. Não será pouco coerente ter investido largos milhares de euros para implantar um sistema de bombagem de esgotos para que a ETAR pudesse ficar dissimulada junto da ponte do Guadiana, e depois ir encher as margens do rio com automóveis? O autor do PGU mesmo diz: “O que lhe resta agora é o seu papel de composição de um cenário aprazível”⁵⁷⁴! Certamente pouco aprazível se estiver adornado de dezenas de «latinhas com rodas»...

E que dizer da proposta de construir um auto-silo com 35 lugares, escavado na encosta anexa ao cine-teatro! Como é sabido, estas construções são abertas no seu alçado, de modo a não concentrarem gases tóxicos. Não imagino como um alçado deste tipo pode valorizar ainda mais a vista da encosta da vila, já de si tão agredida desde meados do século XX. Acrescenta ainda “a propósito, a intenção de expandir o espaço do Teatro, por um processo semelhante, poderá ser mantida, mas usando a área em frente ao topo que dá para o rio, de tal forma que o dito largo se estenda até aí, valorizando o enquadramento do edifício e podendo criar uma zona pública com grande qualidade. Quando se pensa que a maior distância que se pode percorrer a pé,

⁵⁷³ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.17.

⁵⁷⁴ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.19.

de extremo a extremo, é de cerca de um quilómetro, continuo a achar que soluções que passam por uma percepção de qualidade de vida distinta, sem estar presa ao automóvel, deveria ser mais defendida do que procurar encaixar carripanas em todos os cantos que parecem disponíveis ou mesmo sem o serem.... Veja-se o modelo encontrado em Monsaraz, compare-se a imagem da localidade, compare-se o impacto que sentem os visitantes. Neste aspecto, a solução, não sendo perfeita, é melhor do que a encontrada para Mértola, considerando apenas, como é evidente, as opções para a área histórica. Na mesma área, refere o autor do plano que, com a remodelação do espaço da actual cooperativa, se podem instalar entre 31 e 37 carros. Concedamos que aqui se faria este estacionamento. Não é suficiente? Felizmente, o plano de pormenor para esta zona (o já referido Plano de Pormenor de Arranjo Urbano do Eixo Comercial não contemplou esta solução do auto-silo, mas sim a de bolsas de estacionamento, pelo que esperemos que tal desfiguração da encosta tenha sido suprimida de vez pelo bom senso)⁵⁷⁵.

Parece que a solução, também já salientada nesta dissertação, começa a tornar-se evidente e lógica. No capítulo dos transportes, que aliás é apenas este parágrafo que aqui se reproduz, escreve o planificador: “Começa a haver razão para contemplar, dentro da Vila, um esquema de transportes municipais, cuja necessidade aumentará à medida que surgem expansões periféricas, e que pode grandemente obviar a excessiva utilização de viaturas particulares para as deslocações dentro do aglomerado”⁵⁷⁶.

Quando ao património histórico, nas suas componentes específicas, que propõe este documento? Ao procurar instituir a salvaguarda do subsolo arqueológico em caso de obras de construção ou reconstrução, se bem que dotado de bons princípios, não avança numa sugestão regulamentar. No Artº 31, dos achados arqueológicos, não deveria o articulado explicitar que quaisquer trabalhos devem ser suspensos, sob pena de coima, até que seja emitido parecer científico e municipal sobre a relevância dos ditos achados?

⁵⁷⁵ Esta zona foi entretanto alvo de um projecto para a construção de um equipamento cultural que prolonga as valências do Cine-Teatro (projecto muito bem concebido, e que ainda contribui para a valorização da encosta fronteira ao Guadiana). No capítulo relativo à recuperação da sala de espectáculos podem ver-se as fotos da maqueta proposta para o novo conjunto, que, espero, venha a concretizar-se.

⁵⁷⁶ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.18.

ANÁLISE DO RELATÓRIO DO PGU

Beneficiando do facto de ter o mesmo autor nos últimos quase 30 anos, é evidente que “esta revisão [2003] está na continuidade de revisões anteriores do Plano de Urbanização de Mértola, desde 1980 [não chegou a ser publicado], que resultaram em 1990 na publicação no D.R. [264, 2ª série, 15-11-1990] da versão revista em 1988”⁵⁷⁷.

“A caracterização sócio-económica e física da Vila, feita para a revisão de 1988 e, mais recentemente, com o PDM [1995]; e não há indicadores que prenunciem variações às tendências ali identificadas e confirmadas com a evolução prevista para a Vila. Se bem que, na vila, os indicadores tenham passado de estáveis a positivos, não se pode deixar de concordar com a afirmação de que «a decadência da actividade agrícola, o desaparecimento da piscatória e a dependência crescente do sector terciário», anunciadas nos primeiros trabalhos de revisão do plano [dos anos 50, publicado em 1967], em 1980, confirmaram-se”⁵⁷⁸.

Uma frase que merece grande destaque, pela sua visão estratégica, é aquela em que Varanda afirma que “o valor acrescentado pela sua capacidade turística está a afirmar-se: se uma das intenções do fim dos anos setenta era «pôr Mértola no mapa», hoje a questão estará mais no mapa em que se quer que Mértola figure”. Como nos parece que esta é que é a verdadeira análise que é necessário fazer, e que nunca foi ainda colectivamente, e de uma forma alargada, concretizada, vamos usá-la como ponto de referência para a avaliação da coerência das propostas.

O relatório, e muito bem, procura antecipar dinâmicas urbanas, pelo que “Embora não se estejam a prever fenómenos que forcem a Vila a um crescimento brusco, há razões para precaver o seu crescimento dentro de um perímetro que garanta o seu equilíbrio”⁵⁷⁹. Fernando Varanda destaca, no que se refere à área histórica da vila, o seguinte: “é imperativo que os «núcleos antigos» – a Vila Velha, o Arrabalde e o Além-Rio – sejam encarados como parte de um stock de habitação, com características próprias – e atraentes – e com uma procura que aumentará se a oferta existir. É conhecida a complexidade do processo, por razões que vêm desde emaranhados esquemas de propriedade, à necessidade de criar áreas de fogo maiores do que as

⁵⁷⁷ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.1.

⁵⁷⁸ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.1.

⁵⁷⁹ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.1.

que oferece a maioria das tipologias existentes, e à incapacidade de acomodação de mais trânsito e estacionamento automóvel que o que já existe”⁵⁸⁰.

Que é fundamental a acção ao nível político, deduz-se da recomendação “As propostas (...) devem (...) dar respostas a um nível tão fundamental como a criação de dispositivos que facilitem e estimulem a sua habitação”⁵⁸¹. Uma recomendação interessante é feita, na mesma página, para as zonas novas de expansão – que é interessante citar pelo que revela das opções do autor do plano, em grande medida correctas a meu ver – é a de que deve ser respeitado o tipo normal de implantação da Vila no terreno, em socalcos, mesmo nas mais recentemente edificadas, uma vez “que tal tipo de implantação faz parte da «tradição» do sítio”.

No que respeita ao IC27, referido na página 3 do Relatório, não pode deixar de se concordar com o urbanista na ideia do seu afastamento, passando a vigorar a “alternativa A”, porque “tem a vantagem de contornar este perímetro [do plano de 1988] à distância, mas a aparente desvantagem de sair tão longe da Vila que desencoraje a sua ocasional visita”, gostaria de salientar que não me parece que mais quilómetro menos quilómetro não se deverá hipotecar a importância do enquadramento paisagístico da vila à proximidade da via rápida. Noutros locais, é sabido que as desvantagens acabam por se vir a revelar no futuro, e, facto marcante no turismo cultural, quem efectivamente quer visitar um local não deixa de o fazer por um quilómetro ou dois a mais. A estratégia de atracção deve adaptar-se a tais circunstâncias, mas não se sacrificar o património local a ideias preconceituosas do paradigma automobilístico parece-me melhor solução. Em Évora, por exemplo, persistem, a par, o caos automobilístico e o elevado número de visitantes, mesmo sem existir uma saída próxima da Auto-estrada, não sendo nem o factor negativo nem o positivo directamente referenciáveis à localização da mais importante estrada e seus acessos “próximos” à cidade.

No que respeita à questão habitacional, nota-se que prosseguem as linhas de desenvolvimento que já eram referidas no Antepiano, embora com a correcção nos indicadores demográficos para valores mais realistas, como então havia sido criticado. A possibilidade de se fazer aqui uma síntese não é enjeitada, daí que se relate que “o crescimento do parque habitacional de Mértola no último século marcou-se por dois saltos bruscos. De meados do século passado até ao último quarto deste, a área

⁵⁸⁰ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.1.

⁵⁸¹ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.2.

coberta, predominantemente por habitação, duplicou; e tornou a duplicar desde meados dos anos setenta até ao ano 2000. No entanto, a densidade líquida baixou, isto é, para um valor médio de 30 fogos por hectare, na Vila Velha e Arrabalde, verifica-se um valor médio de 20 fogos por hectare, na área cuja expansão se consolidou agora. As bolsas a preencher no tecido consolidado não chegam a ocupar um hectare⁵⁸². De certa forma, a expansão vai continuar a verificar-se. Isto, “em termos práticos, quer dizer que o número total de fogos da Vila duplica. Isto mesmo se infere do PDM, que aponta para uma expansão representada pela necessidade de 450 fogos adicionais para o seu horizonte de plano, para 421 fogos contados em 1981 e 558 em 1991”⁵⁸³. O impacto em termos de crescimento urbano foi por isso considerável, bem como em termos da economia local, que teve assim um *boom* em termos de trabalho directo ou indirecto ligado à construção civil, bem como no comércio dos mais diversos equipamentos e mobiliário destinados ao seu recheio: “(...) entre 1980 e 1989 foram licenciadas 51 habitações, e entre 1990 e 1998 foram licenciadas 73, das quais 33 por iniciativa da Cooperativa de Habitação e com o apoio da Câmara. A Câmara, por seu lado foi responsável por 69 fogos de custo controlado durante todo este período, o que leva o total a 193 fogos”⁵⁸⁴. Tal como já escrevi nos comentários aos planos anteriores, a atenção que se dá a estes dados do crescimento da vila nova, resultam do facto de que, num espaço urbano tão pequeno como é a vila de Mértola, esse crescimento ter evidentes repercussões no tecido antigo, histórico, uma vez que são fogos que vão ficar devolutos, ou que, antes de serem reocupados, serão alvo de recuperação, por antigos ou novos proprietários. São os equipamentos colectivos que ocupam ou desocupam outros desses edifícios, todo este tecido urbano é um só, e notam-se quase de imediato os impactos de boas ou de más medidas na gestão do seu edificado. No que respeita aos equipamentos, por exemplo, esta questão tem interesse já que alguns pertencem à zona do arrabalde, área que, a meu ver, tem de ser considerada histórica e não desligada da zona cintada pelas muralhas. Por ser uma zona de transição, merece especial cuidado, e principalmente através da subvenção devem ser introduzidas medidas potenciadoras da sua melhoria arquitectónica e urbanística.

Um dos aspectos mais relevantes que, a este nível das funcionalidades, é levantado pelo PGU refere-se à questão dos Serviços Camarários, que possuem 1800 m2 de área, dispersos em 4 edifícios (o edifício dos Paços do Concelho, sede da Autarquia, o

⁵⁸² Relatório do PGU – Revisão /2003, p.6.

⁵⁸³ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.6.

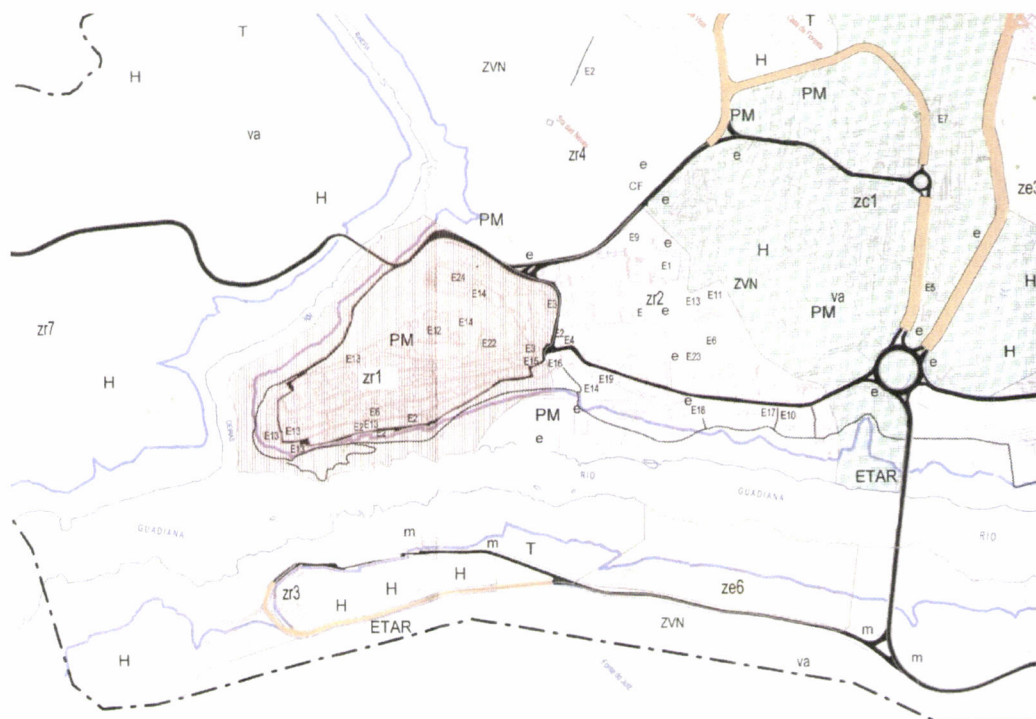
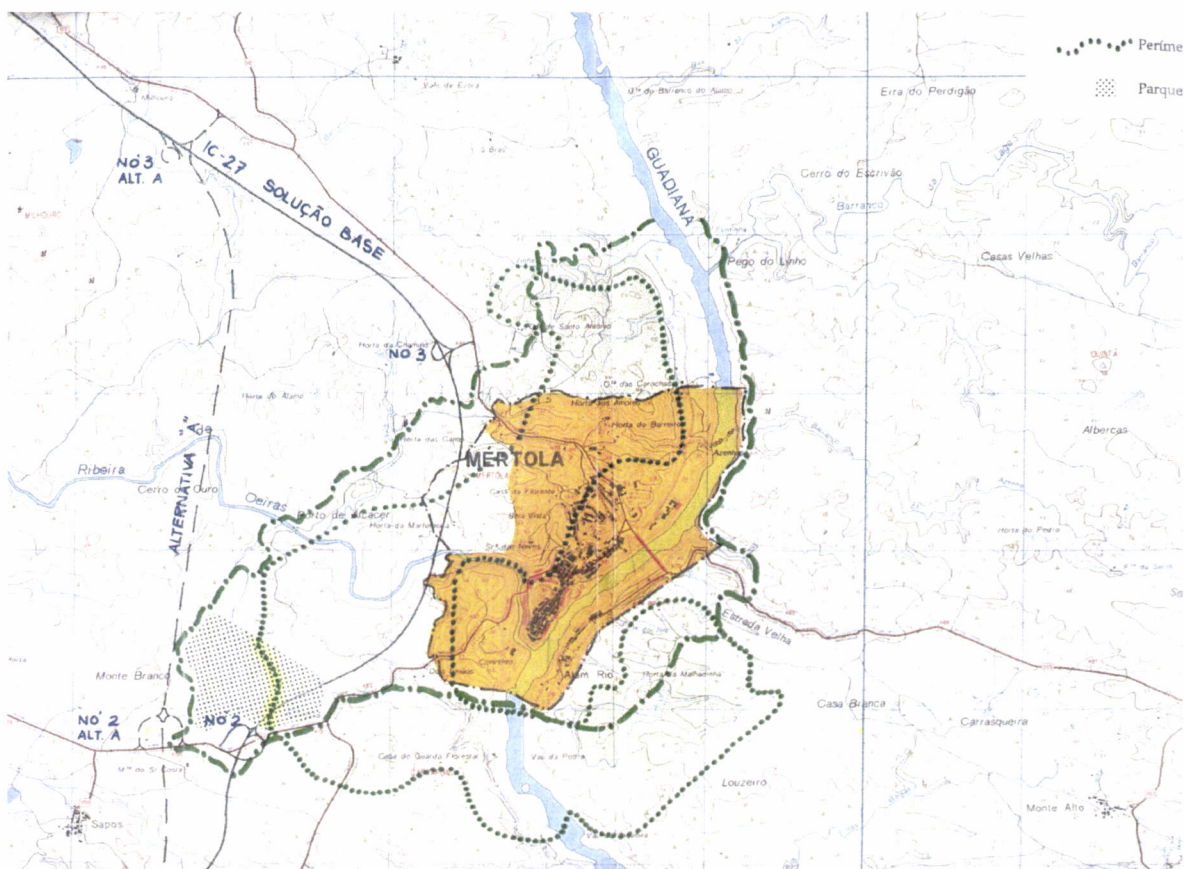
⁵⁸⁴ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.6.

antigo Tribunal...., a “Casa de Brasileiro / DSC e “Casa Vargas” / DOTAU). Segundo o autor, os serviços camarários necessitam de mais 1.200 m² “e pretende criar uma extensão no quarteirão onde se encontra o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários, no Largo Teófilo Braga (este espaço foi adquirido em Agosto de 2004, à família Barbosa Centeno, sua proprietária até então, e ocupa uma área total de 2185 m², com 585 de área coberta). Apesar da insuficiência actual de espaço nesse lote, a não ser construindo um edifício com grande número de pisos..., as razões de centralidade que então eram apresentadas continuam ainda válidas: “A escolha obedece, entre outras razões, à vantagem do enquadramento institucional que se acentuará neste largo com a próxima implantação, na sua área de influência, do novo Palácio de Justiça”⁵⁸⁵. Ou seja, inflecte-se então o argumento da excentricidade que era levantado em 1980 pelo mesmo autor. Resta saber se esta possibilidade vai resultar ou não na libertação de alguns desses edifícios do centro histórico para outras actividades de maior índole cultural (Biblioteca de adultos e Arquivo Histórico, núcleo de história política do Museu Municipal, Pousada de Juventude, etc.), ou se, pelo contrário, se trata apenas de uma disseminação por mais edifícios dos serviços municipais. Segundo notícia do “Diário do Alentejo” de 6 de Agosto “o seu destino será definido por um grupo de trabalho que está a estudar as necessidades de espaço da câmara, bem como de outros serviços públicos a funcionar na Vila Museu”. Se persistir a dispersão, isso vai ter como consequência também não retirar quaisquer veículos automóveis da Praça Luís de Camões e ruas adjacentes, como ainda contribuir para intensificar o trânsito entre estas duas zonas, onde, inversamente, devia ser estimulada a pedonização. O tempo o demonstrará. Importante que nada se decida sem estudos de impacto, e igualmente de impacto visual, recordando que esta zona integra a vista norte que se vislumbra do castelo, onde pontificam o núcleo paleocristão e o edifício do período republicano onde tem funcionado a escola primária local desde então [este imóvel ficará devoluto em breve e integrará seguramente essa reorganização de serviços, esperando que seja atribuído aos Serviços Culturais, pelo paralelo temático com as actividades escolares]. Há 40 anos a ideia era de promover a integração entre a zona histórica e as áreas de expansão, criando assim uma nova centralidade. Esse pressuposto ainda é válido, e muito importante. Por isso, esta é uma zona particularmente sensível, mas também fundamental. Do que aqui se planear, após 50 anos de expectativa, e do modo como essa nova ocupação se articular com certas funcionalidades existentes no casco histórico dependerá em muito aquilo que esta área de grande valor patrimonial pode ser no futuro.

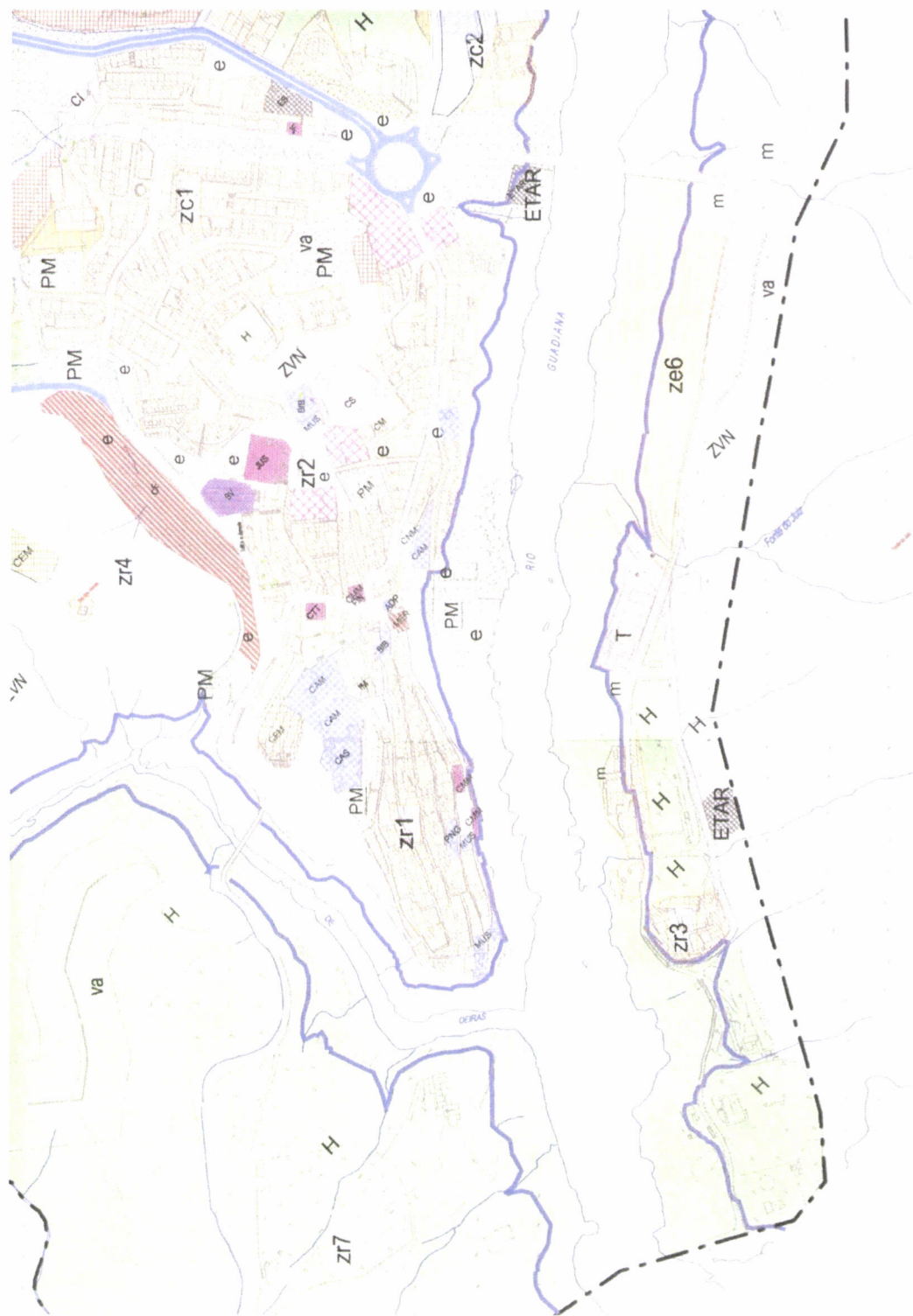
⁵⁸⁵ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.8.

PLANTAS DO PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO

Revisão de 2003 - Propostas



PLANTA DO PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE MÉRTOLA
(PROPOSTA PARA APROVAÇÃO), 2003



Esta proposta é particularmente relevante na definição do futuro da expansão urbana da vila de Mértola, mais do que relativamente à parte histórica e monumental. No entanto, na perspectiva correcta de uma reabilitação integrada, aquilo que é definido para o modelo de localidade para a próxima década, não deixará de se reflectir - para mais num local de uma dimensão urbana máxima de um quilómetro de extensão - no que serão opções de revalorização do edificado da área intramuros. Particularmente importante é o modelo das ocupações funcionais, embora esta seja uma temática a estudar com maior cuidado ao nível arquitectónico, no momento actual.

Apesar de tudo, nesta revisão foram feitas algumas correcções que terão impacto ao nível da imagem turística do lugar, no zonamento de actividades hoteleiras e de lazer, e, com destaque negativo, pela ideia de uma via rápida de entrada na vila, que deverão ser cuidadosamente pensadas pela comunidade e pelos políticos.

Este “detalhe”, como é evidente, e sendo Fernando Varanda, para além de urbanista há longos anos responsável pelo desenho da nova localidade que tem vindo a crescer, também um antigo morador do casco histórico, não passou despercebido nesta nova proposta de PGU para a vila: “A mudança de instalações de alguns equipamentos públicos traz consigo a necessidade de garantir um uso igualmente vitalizador aos edifícios que deixam. [Nos casos de edifícios na posse de instituições, podem citar-se]: na vila velha a «Casa do Dr. Gomes» + «Casa da Misericórdia» (agora na posse do IASE); no arrabalde, a Escola Primária, eventualmente vocacionada como expansão da Biblioteca, e a «Casa Vargas», cujo re-uso se confirma nos moldes do que já foi objecto de projecto em meados dos anos oitenta”. Como se vê, aqui não se referem os serviços camarários. Mas, sem deslocar pelo menos a sua grande maioria (reservando eventualmente apenas a permanência da Presidência e da Sala de Sessões, reocupando o mais antigo edifício que funcionou como sede política do município), o impacto, em termos de fruição da qualidade patrimonial do espaço histórico, será reduzido.

Ainda em relação ao Largo Teófilo Braga, refere-se igualmente neste Relatório a situação particular das habitações privadas, de feição tradicional, que delimitam ainda uma das frentes do largo: neste largo “deixa-se o caminho aberto a uma eventual substituição de usos e, eventualmente, de tipologia de construção do grupo de casas que ainda para aí se abre. Este pequeno conjunto é, em si, agradável na sua modéstia tipológica, mas, com as transformações que se esperam na fisionomia do largo, pode haver o risco de elas se tornarem obsoletas”. E faz uma recomendação importante: “Dever-se-ia esperar até ver como se consolida o espaço construído deste largo”⁵⁸⁶. De certa maneira, e como o espaço relevante do arrabalde, em termos históricos, se prolonga na encosta até ao cine-teatro, apesar dos maus exemplos contemporâneos e da intrusão do centro de saúde local (que jamais deveria ter sido construído nesta encosta), seria de considerar eventualmente um desenho alternativo em que esta pequena bolsa do antigo casario popular pudesse persistir, como prudentemente sugere o Arquitecto Varanda, certamente receoso de que a pressão da banda institucional que aqui se forma leve a uma solução de demolição sem se reflectir sobre o desenho global para esta zona, que, friso, se estende agora entre o cine-teatro e o estacionamento público junto ao novo quartel dos bombeiros.

⁵⁸⁶ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.10.

As questões ligadas ao património parece terem uma característica talvez um pouco perturbadora, quando se pensa em planeamento, mas gostava de chamar aqui um outro exemplo retirado do mesmo relatório para soluções que me parecem enformar da incoerência que a riqueza histórica e paisagística da vila de Mértola não pode, digamos assim, permitir-nos consentir. No tópico referente à localização de uma nova estação de abastecimento de combustível e serviço automóvel o autor da proposta consegue apresentar duas propostas que se contradizem, mas, mais preocupante, apresenta uma solução que, à luz do que ele próprio sugere noutros capítulos, nem sequer deveria ser apresentada. Leia-se o texto: “Oferecem-se dois cenários. Um é a localização perto do futuro nó do IC27 por razões que se explicam de si mesmas e se integram numa política geral de implantação de estabelecimentos deste tipo. No outro, propõe-se a sua localização junto da entrada no perímetro urbano, a sul, na área do «Poço dos Dois Irmãos»⁵⁸⁷.

A primeira proposta, como se pode ler, é uma solução evidente e de senso comum e até justificada pelo facto de o autor propor, e muito bem, um maior afastamento da vila desta infraestrutura rodoviária, salvaguardando a localidade. Este local, bem concebido, pode até funcionar como um posto de turismo avançado, atraindo os viajantes a deslocarem-se à vila. Na segunda, é como se as próprias cautelas subitamente desaparecessem, e, aí está, a poucos metros de se entrar na vila, de se vislumbrar uma das mais espectaculares imagens patrimoniais que Mértola proporciona, uma estação de serviço, toda colorida e plástica, para avivar o olhar para a surpresa. Aliás, parece-me inclusive que esta solução já foi posta de parte pela actual realidade, felizmente, pois este local foi recentemente alvo de melhoramentos para servir como local de lazer. Mas mesmo com o desfasamento entre a escrita do relatório e a evolução para uma melhor solução para valorizar esta zona, não se compreende a desatenção... a concretizar-se uma tal instalação nesta zona, ela mereceria sem dúvida lugar de destaque como exemplo de uma “catástrofe nos detalhes”.

E, no entanto, no capítulo dos miradouros, o urbanista é peremptório: “As vistas e os panoramas são bens da Vila que devem ser salvaguardados”⁵⁸⁸; daí que seja importante, parece-me, que esses pontos de vista não sejam também descuidados nas suas imediações.

⁵⁸⁷ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.11.

⁵⁸⁸ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.12.

Neste particular, as suas propostas urbanísticas enquadram integralmente uma filosofia de valorização do património edificado e paisagístico de Mértola, inclusive propondo a promoção de miradouros informais a locais dotados de tratamento adequado. Acresce ainda a reserva de todas as localizações privilegiadas, avançando mesmo com o princípio de que, nas zonas novas, “os cumes deverão ser deixados ao usufruto público”⁵⁸⁹.

O relatório está assinado com a data de 31 de Maio de 2003, e encontra-se ainda em processo de análise pelas instâncias superiores.

No caso da zona da Cooperativa Agrícola do Guadiana, caso se concretize a transferência de instalações, essa zona será alvo de renovação urbana associada ao Cine-teatro Marques Duque e integrada na circulação em apenas um sentido da melhorada zona de centro cívico da localidade que aqui se inicia; como se escreve no Relatório “a área edificada aqui destina-se a equipamento colectivo lúdico/cultural, preferivelmente em compatibilidade com as actividades do Cine-Teatro. Tal é o caso de congressos, exposições, espectáculos de maior capacidade e até espectáculos ao ar livre”⁵⁹⁰.

No que diz respeito ao enquadramento paisagístico, o Plano, no Relatório que estamos a citar, deixa também muito clara a sua importância e a necessidade de a Autarquia zelar pela sua inviolabilidade e salvaguarda: “A responsabilidade da Câmara de Mértola incide directamente sobre a reabilitação do coberto vegetal dos terrenos da sua propriedade (“Coitos da Câmara”), como é particularmente relevante no amendoal em Além Rio, e sobre o cumprimento das medidas sobre restrição de construção, protecção de linhas de água, estímulos à florestação, etc.”⁵⁹¹.

Muito cuidadosa e correcta a proposta do Relatório no que respeita ao enquadramento de vestígios arqueológicos dispersos, no caso presente, preservando as vias romanas milenares das quais restam alguns troços, quer da de ligação a Beja quer da de ligação a S. Domingos, e ainda os vestígios da muralha externa datável da Idade do Ferro, que foi implantada no hoje chamado Cerro do Benfica: “propõe-se que todo o cerro dominado pelo presente depósito de água e naturalmente rematado no sopé pelo contorno indiciado pela Rua Sebastião e Silva seja tratado como parte de um

⁵⁸⁹ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.13

⁵⁹⁰ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.10.

⁵⁹¹ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.14.

sistema de zonas verdes urbanas acessíveis de diversos lados da Vila⁵⁹². Mesmo a sua valorização enquanto recurso turístico e de lazer é considerada no mesmo texto: “As estradas romanas, e particularmente o troço a oeste, deverão ser não só enquadradas por tratamento vegetal mas também recuperadas em si, de forma a permitir o seu percurso seguro por peões, velocípedes e animais de tiro”⁵⁹³.

Este Plano Geral de Urbanização (PGU), foi recentemente aprovado⁵⁹⁴, mas em muitos aspectos mantem-se dentro do articulado proposto.

O perímetro urbano é alterado, em relação ao que estava definido pelo PDM, de modo a incorporar as zonas de expansão da localidade, bem como uma nova zona industrial. Esta alteração é feita sem que as zonas de carácter patrimonial histórico e de enquadramento paisagístico que nos interessam nesta análise sofram modificações. De facto, o Artº 6º estabelece como zonas de conservação e recuperação as áreas da Vila velha, Arrabalde, Além-Rio, Cerro da Srª das Neves, Cerro do Moinho, Azenhas do Guadiana e Cerca do Convento. Sobre as limitações a esta área (já abordadas no relativo ao Plano de Salvaguarda que sobre ela impende), destaca-se – como já sucedia antes, no articulado que agora caducou - que, nas áreas que não estão abrangidas por este Plano, se aceitam alterações, com base em critérios gerais (como a altura não ultrapassar a largura da rua...), que não têm qualquer base de interpretação histórico patrimonial, mas que, ao invés, se baseiam em critérios contemporâneos. Um aspecto importante seria a efectiva harmonização entre o que está em vigor no Plano de Salvaguarda e esta área confinante. Parece que seria mais razoável que a área do Plano incluísse estas «margens» e que toda a zona que corresponde a uma determinada época de implantação urbana e a uma determinada tipologia de sistemas construtivos (englobando até ao «1º betão industrial») fosse integrada nesse perímetro. Seriam assim eliminadas, do ponto de vista da análise de projectos arquitectónicos, estas zonas «cinzentas» em que nuns casos se autorizam alterações muito distintas de outros, por motivos eventualmente válidos à luz de uma interpretação aberta da legislação em vigor, mas seguramente delicados do ponto de vista da recuperação patrimonial do conjunto edificado e da percepção social.

⁵⁹² Relatório do PGU – Revisão /2003, p.15.

⁵⁹³ Relatório do PGU – Revisão /2003, p.15.

⁵⁹⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº27/2006, de 23 de Março. Este análise aqui prende-se apenas com aspectos da versão da Resolução aprovada, uma vez que a análise detalhada é feita no sub-capítulo 4.2.3. Sucede que este regulamento foi aprovado a um mês do prazo para entrega desta dissertação e não quis deixar de incluir aqui essa referência, uma vez que o PGU estará agora em vigor durante uma década.

No restante, e para não estarmos a reproduzir o articulado do regulamento (que se inclui em anexo), as disposições em relação ao património são as correctas – salvaguarda-se a imagem geral das áreas edificadas, vestígios particulares com a via romana (em Além-Rio) ou a muralha da mesma época (na cerca do convento), bem como se impõe o correcto tratamento das áreas ribeirinhas, incluindo os vestígios construídos nas suas margens, e o plantio das hortas de forma tradicional, um aspecto cultural importante. Igualmente se mantém a obrigatoriedade da investigação arqueológica (aliás, de acordo com a lei geral) sempre que surjam vestígios nos trabalhos de subsolo ou superficiais.

Permanece o aspecto acerca do qual manifestei a apreciação de que considero a proposta excessiva, em dimensão e pela localização, como acesso à vila de Mértola: a criação de uma alameda de entrada como se pode ver na planta embaixo reproduzida (troço em cor de laranja, entre duas rotundas). Todo o esquema geral me parece correcto, restando avaliar, em PP's, da qualidade das zonas de expansão a nascente da vila, destinadas, no geral a lotes habitacionais (em banda ou individuais), que passarão a integrar-se na mancha da localidade que desliza ao longo do Guadiana.

4.2.10 – A atribuição do estatuto de Área Crítica e constituição de 2º Gabinete Técnico Local (2005-2006)

Como foi já referido, ao longo da década de 90 a Câmara tinha concentrado uma parcela do seu orçamento na concretização do Projecto Integrado de Mértola, visando a finalização da rede de núcleos – pelo menos na área histórica – tal como tinha sido estabelecido com o Fundo de Turismo, que era o co-financiador desta acção de valorização do património cultural mertolense.

Tal investimento teve como consequência a hesitação face ao rumo a dar quanto à reabilitação do restante conjunto de edifícios. Apesar do lançamento da Subvenção, em 1998, e do início da recuperação gradual dos imóveis que esta gerou, o principal problema era o mesmo que estava pendente desde que o 1º GTL tinha terminado as suas funções: não existia uma equipa a trabalhar exclusivamente na requalificação desta área urbana, o que dificultava a implementação de uma metodologia coerente e consistente para o conseguir.

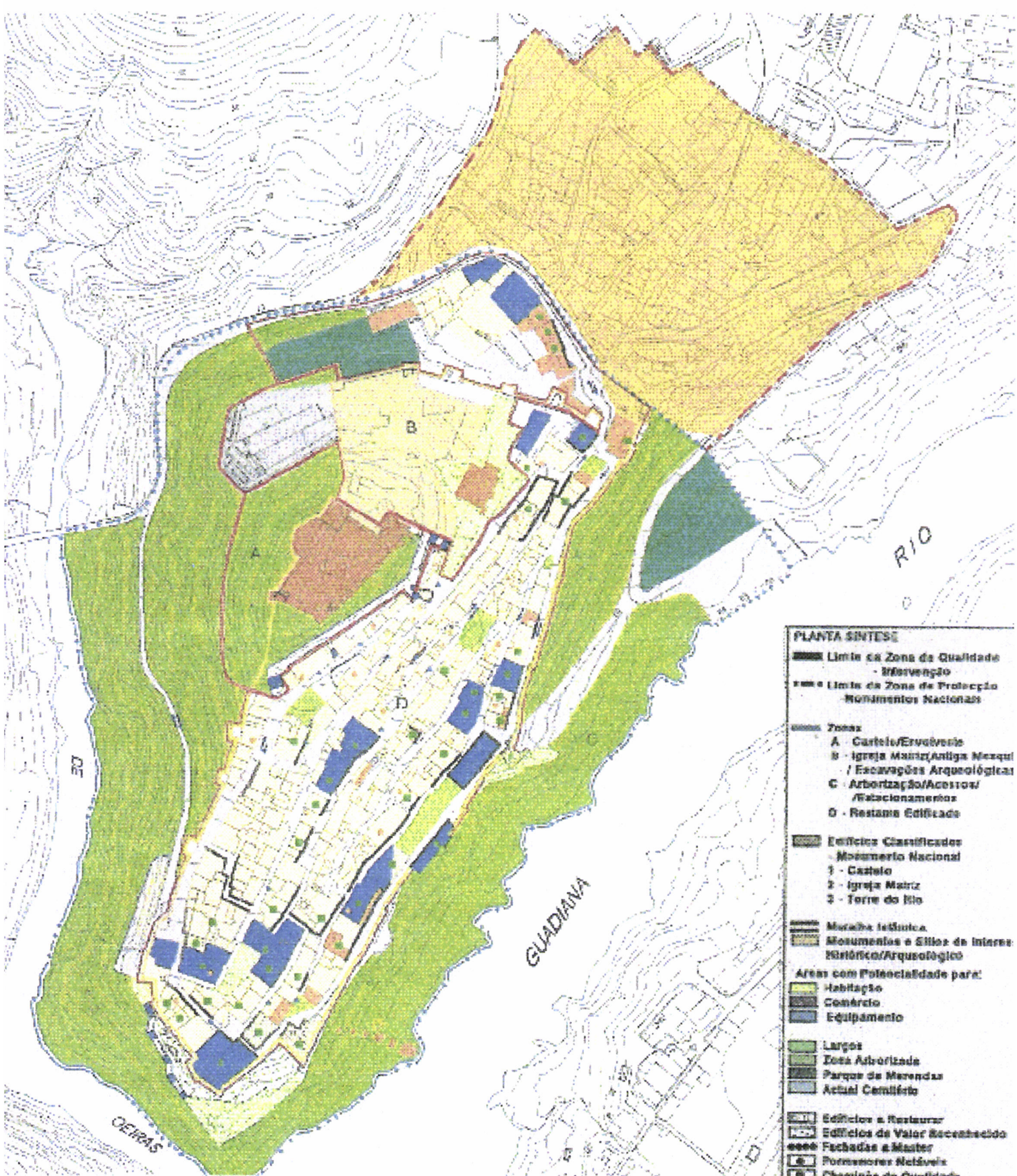
Acresce a este facto que muitas casas se encontravam fechadas / não habitadas e abandonadas, aumentando lentamente o número de edifícios a arruinaem-se. A Câmara necessitava de ter a possibilidade de intervir coercivamente e tal solução só lhe poderia ser outorgada com o estatuto de Área Crítica. A estimativa, à época da candidatura, apontava para cerca de 40% das habitações sem moradores permanentes, sempre com dúvidas em relação à existência de proprietários ainda a pensarem ocupá-las, ou vendê-las, ou quantos, vivendo longe, em nada se preocupariam com o seu património mertolense. Por isso impunha-se uma investigação criteriosa, e a única solução seria a realização de novos inquéritos, seguindo o mais possível a matriz de 1990⁵⁹⁵.

Daí que a Autarquia tenha decidido avançar para a candidatura⁵⁹⁶. Os objectivos que o executivo preconizava para este Gabinete, e que justificava o pedido de classificação como área crítica, estão expressos na acta da reunião da Câmara realizada em 20 de Março de 2002, onde foi apresentada a candidatura. Diz esta: “O gabinete que agora se propõe formar, peça fundamental para a requalificação já planeada (sequência natural do trabalho do anterior GTL que funcionou entre 1989-1991), deverá ser pluridisciplinar e especialmente vocacionado para uma operacionalidade e intervenção física que finalmente conduza à implementação do Plano de Salvaguarda em vigor (desde inícios da década de noventa), bem como de todas as intervenções complementares destinadas a uma correcta estratégia de actuação no âmbito do tecido urbano, sócio-demográfico, e no âmbito do património histórico e cultural”.

Havia, no entanto, um outro aspecto que motivava a Autarquia para a constituição de um gabinete desta natureza. Prendia-se este com a clara noção de que muitas das obras não se realizavam porque as pessoas pretendiam fazer alguma melhoria e/ou beneficiação dos espaços de que dispunham, mas não tinham os meios para os contratar por si mesmas os técnicos para elaborar os projectos. Tal como consta da própria intenção de candidatura, a inexistência de uma estrutura técnica que

⁵⁹⁵ O número estimado foi averiguado no Plano de Acção da vila de Mértola, 2000. Quanto à actualização do inquérito, a tarefa de alguma forma pode ser realizada de forma coerentemente interpretativa, em relação a 1990, já que o investigador responsável pela sua execução é à mesma o Dr. Guilherme Machado, geógrafo, que continua a pertencer aos quadros da Autarquia, e que se integrou nesta equipa agora constituída.

⁵⁹⁶ A candidatura com vista à instalação de um novo GTL – para desenvolver trabalho na área da requalificação da “vila velha” e seu arrabalde -, e que foi articulada com o pedido de declaração de Área Crítica de Reconversão Urbanística (para a mesma área de intervenção), foi apresentada à DRAOT Alentejo em 27 de Março de 2002.



- PLANTA SÍNTESE**
- Limite da Zona de Qualidade - Intervenção
 - Limite da Zona de Protecção Monumental Nacional
 - Zonas**
 - A - Castelo/Envolvente
 - B - Igreja Matriz/Antiga Mesquita / Escavações Arqueológicas
 - C - Arborização/Acessos/Relacionamentos
 - D - Restano Edificado
 - Edifícios Classificados - Monumento Nacional
 - 1 - Castelo
 - 2 - Igreja Matriz
 - 3 - Torre do Rio
 - Muralha testilúica
 - Monumentos e Sítios de Interesse Histórico/Arqueológico
 - Áreas com Potencialidade para:
 - Habitação
 - Comércio
 - Equipamento
 - Largos
 - Zona Arborizada
 - Parque de Marenhas
 - Actual Cemitério
 - Edifícios a Restaurar
 - Edifícios de Valor Reconhecido
 - Fachadas a Manter
 - Potismores Nacionais
 - Chaminés de Qualidade
 - Edifícios em Ruína
 - Edifícios a Demolir
 - Futura Residência de Estudantes
 - Futura Ampliação da Biblioteca
 - Cárcer Existente
 - Cárcer Proposta
 - Acesso Pedonal
 - Acesso Automóvel
 - Sanfona de Mocho

permanentemente funcionasse “em ligação directa com a população da Área de Intervenção, conjugada com a difusão e utilização de novas técnicas e materiais de construção consideradas economicamente mais viáveis mas geradora de dissonâncias, provocou nas pequenas obras que iam sendo efectuadas uma gradual descaracterização que vai colocando em causa a própria identidade e autenticidade arquitectónica do conjunto edificado”⁵⁹⁷. Tal como já tenho referido, a não continuidade do trabalho no terreno, por parte da primeira equipa do GTL – a ser revertida em Gabinete do Centro Histórico – foi o principal erro político então cometido no que respeita à salvaguarda da parcela histórica de Mértola. Dessa forma, quebrou-se “a sequência lógica duma contínua e mútua acção pedagógica de esclarecimento e sensibilização com as populações residentes desenvolvida durante a permanência do primeiro GTL de Mértola”⁵⁹⁸.

Coincidiam aqui serem as casas mais deficientes, nem sempre muito grandes, mas tradicionais ainda na sua expressão construída, e nas suas deficiências funcionais em termos das modernas exigências do habitar, com o facto de serem habitadas, muitas delas por pessoas com poucas posses. Por isso era importante uma equipa de técnicos complementar á dos quadros da Câmara Municipal, uma vez que o GTL “poderá desenvolver projectos de reabilitação de pequena dimensão e implementar algumas das intervenções definidas nos PSV e PU, designando prioridades e auscultando a população, bem como desenvolvendo o trabalho de acompanhamento de obras de origem municipal e a fiscalização de obras particulares em articulação com os Serviços da Câmara Municipal”⁵⁹⁹.

Em síntese, na candidatura perfilavam-se os eixos estratégicos, como sempre coerentes com o que se tinha feito nas mais de duas décadas anteriores, que definiriam as principais preocupações deste gabinete técnico:

- intervenções urbanísticas
- desenvolvimento endógeno de base
- turismo cultural
- promoção externa.

⁵⁹⁷ Candidatura à Constituição de GTL, CMM, 2002, p.11.

⁵⁹⁸ Candidatura à Constituição de GTL, CMM, 2002, p.12.

⁵⁹⁹ Acta da Reunião de Câmara, 20/03/2002.

Concentramos a atenção aqui, um pouco mais, e como é de esperar, no primeiro destes eixos. Pretendia-se que a acção deste gabinete procurasse revitalizar o ambiente urbano em geral, avançando igualmente para a melhoria das infraestruturas básicas, das condições de habitabilidade e da qualificação dos espaços públicos e de lazer. Claro que um tal desiderato em relação à estrutura construída não teria qualquer valor se a equipa não investisse igualmente numa redinamização sócio-cultural e das actividades económicas, ligadas ou não ao turismo, e daí o carácter multidisciplinar deste gabinete. Apesar de todos estes aspectos, “o principal objectivo da constituição deste GTL é a requalificação da área do Centro Histórico e do arrabalde, tendo para esse fim que promover a implementação do Plano de Salvaguarda e do PU vigentes, sem prejuízo de coordenar, participar ou apoiar outras acções já previstas para a AI, como, por exemplo, ao nível da dinamização do “urbanismo comercial”⁶⁰⁰.

A Área Crítica foi aprovada por Decreto-Lei nº18/2003 de 22 de Abril (documento em anexo) – e nessa data ainda não tinha havido resposta relativa à constituição, com o apoio da DRAOT do citado GTL. Esta foi aprovada por despacho do Secretario de Estado do Ordenamento do Território a 30 de Novembro de 2003. Com esta aprovação o GTL passou a ser financiado ao abrigo do PIDDAC⁶⁰¹.

Praticamente toda a Área de Intervenção (Largo Vasco da Gama, Rua Alves Redol e Arrabalde) encontra-se, como se pode ver na planta, dentro do Perímetro da ZEP da qual fazem parte o Castelo e cintura de Muralhas, a Torre Couraça Romana e Igreja Matriz (antiga Mesquita).

A intenção dos técnicos ao preparar a candidatura foi agregar a zona que é abrangida pelo Plano de Salvaguarda com a área do arrabalde que havia sido estruturada para o projecto PROCOM. Esta intenção é meritória na perspectiva de dar continuidade em termos de planeamento e reabilitação / requalificação a parcelas urbanas que já haviam sido estudadas e valorizadas, pelo menos parcelarmente, em anos anteriores.

No entanto, a linha delimitadora, vista numa perspectiva histórico patrimonial, está mal traçada em duas parcelas.

⁶⁰⁰ Acta da Reunião de Câmara, 20/03/2002.

⁶⁰¹ Este acordo vigorará durante 2 anos e poderá atingir um custo máximo de €427.492,80, para o qual a comparticipação anual do Estado (até um máximo de 75%) foi estabelecida em €160.310,00.

Numa delas, o acordo é geral entre a minha percepção e a dos técnicos que colaboram desde sempre nestes Gabinetes, Ana Paula Félix e Guilherme Machado: a não inclusão do Além-Rio é um erro. Já quando do Relatório final do 1º GTL a agregação desta zona nos limites da área do Plano, pedida pelo GTL, foi recusada pelos departamentos governamentais; e agora, de novo, quando da candidatura a Área Crítica sucedeu o mesmo. Nem precisamos de muitos argumentos históricos, de cronologias do edificado, de tipologias construtivas, para o justificar: bastaria dizer que o rio fica sempre, nas cidades orgânicas, no meio dos espaços construídos. Quantos exemplos se conhecem? O problema é – penso eu, para tentar encontrar uma resposta simples a essa recusa – não se ver, hoje, que era de um casario ao outro que se atravessava o Guadiana, e isto durante séculos. Além do mais, a imagem não só histórica mas estética da vila de Mértola não pode ser concebida sem o enquadramento das margens e da linha de água. Portanto, o planeamento, regulamentos, estudos e projectos da área crítica não se deveria fazer sem a sua inclusão. Não se diz que se deveria avançar com intervenções concretas nestas áreas, em todas estas áreas, é evidentemente muito extensa e envolve diferentes competências institucionais; e nem de imediato. Mas a definição de prioridades e de um modelo estratégico que passa também pelo urbanismo antigo e pela sua conservação a par da da arquitectura deste lugar, não podem ser feitas em separado.

Outra questão é a demarcação a norte, que, como já referi, foi para estes técnicos considerada suficiente traçar uma delimitação idêntica à do PROCOM. No entanto, penso que esta delimitação peca por escassa, pelo mesmos argumentos de haver necessidade – ao menos por uma vez – de que a linha que coordena o planeamento da área dita histórica ter alguma coerência também nesse domínio. Por isso, penso que esta demarcação se deveria estender um pouco mais a norte, de modo a incluir – finalmente, nesta dissertação... – o Rossio do Carmo, que tem ficado sempre «à tangente» (sendo que o erro original vem da definição da Zona Especial de Protecção, que se limitou a «fechar» os círculos das 3 zonas «non edificandi» existentes, logo aí excluindo por poucas dezenas de metros toda a área que tem a mesma cronologia do arrabalde, e, também, o Rossio do Carmo. Dessa praca, a área histórica devia projectar-se contornando o centro de saúde (como já referi, construído num baldio camarário, que precisamente delimitava a área construída nesta parcela do arrabalde), incluindo depois o pequeno quarteirão adjacente à Rua Dr. Santos Martins pelo lado sul, enquadrando ainda o edifício anexo ao cine-teatro e daí descendo ao rio, sem excluir a zona da rua do cais, que claramente necessita de ser incluída numa definição de área crítica. De facto, esta rua é a que mais contrariou as

perspectivas de qualidade que os paisagistas dos anos 50 apresentavam como fundamentais. E, que claramente, pode ser melhorada, e deve ser incluída na mancha urbana considerada de transição para a área de carácter mais marcadamente histórico. Comparem-se os dois limites nas plantas apresentadas. É estranho apenas que a visão histórico-patrimonial não seja considerada na definição destes limites. Ou talvez não...

Seja como for, essas extensões não foram aprovadas, nem propostas, consoante os casos, e, portanto, a AI em vigor engloba o espaço da «vila velha» de Mértola numa extensão aproximada de 8,2 hectares enquadrados pelo Plano de Salvaguarda e Valorização, e ainda o arrabalde, numa extensão de 3,4 hectares, estes abrangidos em Plano de Urbanização eficaz e parcialmente integrado dentro da Zona Especial de Protecção dos Monumentos Nacionais.

É preciso dizer que a diferença é apenas nesta «divergência de fronteira». Na justificação do alargamento para lá dos limites do Plano de Salvaguarda anterior penso que foi muito correcta a perspectiva dos técnicos em aproveitar esta oportunidade para poder trabalhar a zona de transição em conjunto com a parcela mais claramente histórica. A sua argumentação é correcta: “Verifica-se uma homogeneidade entre as duas áreas, Casco Histórico e Arrabalde que constituem uma unidade estético-urbanística de qualidade com idênticas características de ambiente urbano, consubstanciando-se esta realidade em estudos técnicos entretanto efectuados dos quais se destacam o «Projecto Especial de Urbanismo Comercial do Centro Histórico de Mértola» e o «Plano de Acção para a Vila de Mértola»⁶⁰².

Para os técnicos, é bom salientá-lo, a sua escolha é coerente, e tem, o que se saúda, um critério, significando que a questão foi alvo de uma reflexão prévia. A ideia de não fragmentar os conjuntos edificados (como antes sucedia) e de seguir a malha urbana de forma mais próxima, abandonando a rigidez de uma mera medição em que a linha delimitadora pode até, são inúmeros os exemplos, e mesmo aqui isso sucedia..., passar pelo meio de um edifício!

Num certo sentido, e apesar do hiato de tempo, a trabalho concreto da segunda equipa pode começar quase de imediato, mesmo sem a actualização dos dados do inquérito sócio-demográfico, porque, das medidas concretas que estavam propostas

⁶⁰² Candidatura à Constituição de GTL, CMM, 2002, p.10.



em 1991, quase nada se fez ao longo da década. A DOTAU (a divisão de arquitectura e urbanismo da Autarquia) não tinha capacidade de resposta para, a partir daí, incentivar a execução concertada das medidas previstas. O que se foi fazendo foi mais provocado por influências exógenas (como o lançamento da Subvenção) do que por planeamento estratégico interno. De qualquer modo, esse quase total imobilismo – e a equipa ser dirigida pela mesma pessoa – fez com que essa transição estivesse parcelarmente facilitada.

A descrição que consta da candidatura de 2002 poderia ter sido copiada do relatório de 1991: “O Parque Habitacional é constituído maioritariamente por estruturas edificadas anteriores ao século XX, de 1 e 2 pisos, alinhando-se na horizontal e predominando a cor branca. Os materiais predominantes utilizados na construção das paredes externas são a taipa e alvenaria de pedra, verificando-se no entanto alguns problemas de conservação relacionados com a falta de manutenção das coberturas”⁶⁰³. Como falamos aqui de um centro histórico isto significa algo de positivo, numa perspectiva meramente material (isto é, esquecendo as condições de habitabilidade dos seus moradores). Como sempre sucede – embora não se saude a causa, creio que podemos aproveitar o resultado – a pobreza foi a parceira «ideal» para a conservação patrimonial. Não tenhamos ilusões, a responsabilidade dessa permanência de certos valores patrimoniais deve mais a esse facto, do que meramente à existência de um Regulamento de Salvaguarda. Em existindo capacidade económica, ou poder institucional, haverá sempre uma tentação, e uma possibilidade, de contornar um pouco as restrições. Veja-se, mais adiante, o que sucedeu na «casa do Lanternim».

No que diz respeito às questões da salvaguarda arquitectónica e estratégias de reabilitação – “todos esses aspectos estão devidamente estudados e protegidos pelo Plano de Salvaguarda e Valorização realizado pelo primeiro GTL de Mértola (considerado como de notável e merecedor de público reconhecimento pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território em 1991). Mértola tem ainda em termos do Plano de Ordenamento um PGU plenamente eficaz, aprovado por despacho de 13/07/90 com o qual o PDM se articula”⁶⁰⁴.

⁶⁰³ Candidatura à Constituição de GTL, CMM, 2002, p.10.

⁶⁰⁴ No fundamental, os instrumentos legais e projectuais que o gabinete da área crítica tem à sua disposição, e que enquadram a dita parcela urbana, são os seguintes:

- Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Vila de Mértola (Aprovado DR. N° 44 da Série II de 22/02/93 com alteração no DR. N° 205 Série II de 4/9/96);
- Plano Geral de Urbanização de Mértola, 23/03/2006.

Destacam-se, do previsto para este eixo, as seguintes acções:

- arranjos de espaços públicos
- repavimentação de ruas
- melhorar as condições de estacionamento
- alargar passeios (isto na zona do arrabalde)
- sinalização (melhoria da qualidade estética).

Como já sucede desde 1980, com a proposta de Fernando Varanda, mais uma vez a intenção de valorização do Largo Vasco da Gama surge á cabeça da ideia de melhorar a qualidade urbana de diferentes largos, e da intenção de os redinamizar do ponto de vista social. É nesses locais públicos que a população local tem uma vida intensa, pois utilizam-nos quotidianamente (nomeadamente as ruas principais e os largos de maior movimento) para ponto de encontro.

Penso, no entanto, que é uma pena que este plano não inclua nas suas intenções o estudo da construção da nova sede autárquica no Rossio do Carmo – como defendo – uma vez que essa mudança permitiria fazer um planeamento extraordinariamente positivo da requalificação do centro histórico a concretizar-se na próxima década. Ao não o fazer, persiste o problema desestruturante, e, portanto, os eixos estratégicos apenas parcelarmente se vão cumprir. Entretanto, a Autarquia, que não quer investir na construção deste imóvel – para os quais, até, existe uma linha de financiamento específica, através de candidatura efectuada junto da DGOT - vai gastando a mesma verba, em parcelas, investindo em espaços geradores de maiores conflitualidades com a herança histórico patrimonial, como sucede presentemente na ampliação da biblioteca municipal. Esta questão, aliás, de insistir em expansões sobre áreas arqueológicas sensíveis, é uma consequência da pouca vontade política para financiar uma política sectorial completamente distinta da actualmente seguida.

Por tudo aquilo que já se explanou antes, parece quase redundante dizer que os problemas principais desta zona urbana são o mau estado de conservação de muitos edifícios, sendo que alguns avançam mesmo para um estado ruinoso, e como a maior parte destes fogos são alugados por rendas muito baixas, existe, por parte dos

(Aprovado DR nº 264 Série II de 15/11/90 com alteração do DR. Nº 71 Série IB de 25/03/97)

- Plano Director Municipal

(Resolução do Concelho de Ministros nº 162/95, DR Série IB de 06/12/1995)

proprietários, uma grande descapitalização para proceder à sua recuperação sem auxílio.

Os serviços básicos não abrangem ainda toda a população, já que algumas habitações não possuem esgotos, água canalizada, e as instalações eléctricas são deficientes em parte desses fogos. Uma parcela não possui igualmente instalações sanitárias.

Um outro aspecto, ao nível da intervenção arquitectónica relaciona-se com a necessidade de aumentar a capacidade (em área) de cada fogo, dotando as habitações de áreas médias que se aproximem das necessidades quotidianas do habitar moderno. Este será uma política essencial para inverter a curva da desertificação.

Neste contexto, poderá vir a assumir particular importância a preparação de candidaturas ao Programa REHABITA⁶⁰⁵, que está particularmente desenhado para áreas desta tipologia, pois como diz o seu articulado “é exclusivamente aplicável aos núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (...) que possuam planos de urbanização, planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados e aos centros urbanos antigos”⁶⁰⁶.

Embora este, como outros programas, já existissem antes da constituição do GTL, a maioria dos privados não apresentava candidaturas em resultado dos trâmites administrativos e técnicos, que lhes pareciam muito complexos (quando não mesmo ignoravam, de todo, tais instrumentos). Quer em colaboração, quer coercivamente, a Autarquia tem agora uma palavra a dizer na reabilitação do conjunto histórico, pois a existência de uma equipa, a par com uma correcta e ética metodologia de intervenção e gestão para a área crítica, poderão, deverão fazer toda a diferença.

É verdade que alguns imóveis, em especial alguns dos de maior dimensão têm sido adquiridos por não-mertolenses, o que permitiu já algumas recuperações (fazem parte, aliás, das candidaturas da Subvenção, em cuja cartografia geral este aspecto da conservação material dos edifícios pode ser quase integralmente avaliado, pois corresponde a cerca de 90% das intervenções realizadas na última década). A saída

⁶⁰⁵ O Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas foi aprovado pelo DL 105/96, de 31 de Julho, e actualizado pelo DL 329-B/2000, de 22 de Dezembro.

⁶⁰⁶ Decreto-Lei 105/96, Artº 1º, nº 2 (actualização feita pelo DL 329-B/2000).

de moradores para a zona nova da localidade (que vai ter nova fase dentro de dois anos, com a construção do bairro da cooperativa de habitação na Achada de S. Sebastião, junto das escolas), tem sido relativamente equilibrada pelo regresso de mertolenses reformados das suas profissões exercidas noutros locais, aspecto que também já tinha citado. A situação está, penso que se pode dizer, madura para uma intervenção consistente, e a requalificação das ruas e da rede de águas que se vai efectivar deve ser utilizada como grande dinamizadora da requalificação integral do centro histórico, rua por rua, uma estratégia que, em todos os locais onde é seguido esse modelo, é também altamente motivadora da participação social / particular, desde que acompanhada das medidas de animação que as devem complementar. A possibilidade de um planeamento concreto de todas essas medidas, pela existência catalizadora do actual GTL, não deve ser desperdiçada. No entanto, não é ainda o momento de avaliar da importância da sua contribuição, o seu esforço vai a meio. Noutros estudos se fará, posteriormente, essa avaliação.

4.2.11 – Obras municipais de reabilitação

Ao longo dos anos, e independentemente das forças políticas que a têm governado, a Câmara Municipal tem levado a cabo um conjunto de obras de reabilitação em edifícios dos quais é proprietária (saudando-se, inclusive, a sua continuidade em Plano de Actividades, para lá das alterações entretanto verificadas). Nalguns casos, como foi o caso da reconstrução da sede autárquica (caso que será incluído no sub-capítulo dedicado à Arqueologia Urbana), dando até um exemplo que, como se verá nos capítulos seguintes, nem sempre a ser bem seguido por outras instituições, e nem sempre por si mesma.

Mas não é ainda tempo de fazer todo esse balanço. Neste pequeno texto, pretendo apenas salientar duas obras que se realizaram nos últimos anos e que, por motivos técnicos, me parece interessante aqui incluir, para dar um exemplo concreto de determinados aspectos que, posteriormente, analisarei de modo mais generalizado nas Políticas Sectoriais de Salvaguarda que me parecem dever ser implantadas em Mértola.

a) A «casa da Matilde».

Este edifício situa-se no coração do Centro Histórico de Mértola, com a fachada principal na Rua Dr. Manuel Francisco Gomes, e a secundária, na Rua Latino Coelho. A poente, tem uma fachada simples, de um só piso, construída sobre um muro de suporte, onde se situa a citada entrada «das traseiras»; a nascente, uma fachada de dois pisos, com balcões e guardas em ferro forjado, com o piso térreo a desenvolver-se em sub-cave, adossado a outro socalco. No interior, o volume é atravessado longitudinalmente por dois lances de escadas de tiro que vencem os níveis correspondentes aos socalcos. A cobertura é de uma só água, com uma pendente que acompanha o declive formado pelos vários socalcos. Um imóvel de forma estranha, sem qualquer dúvida, mas que tem outros similares na *vila velha*, devido ao desenvolvimento desta em socalcos.

Apesar da aparente complexidade na sobreposição dos pisos, as paredes alinham-se em prumadas, não sendo de registar vestígios de alterações recentes. Tal facto leva a supor da construção, de uma vez só, deste conjunto, impressão reforçada pela coerência das características construtivas dos elementos arquitectónicos de acabamento e pormenorização.

A construção desenvolve-se em patamares, tendo paredes portantes exteriores e interiores num misto de alvenaria de pedra, de tijolo e de taipa, e que assentam em fundações que constituem o prolongamento das paredes. As paredes divisórias são constituídas por lâminas de tijolo ao cutelo; por sua vez, os pavimentos são em madeira pregada a barrotes que assentam nas paredes portantes, e nalguns casos, quando o vão a vencer é maior, todo este conjunto é ainda suportado por grossos barrotes, também de madeira, colocados a meio desses vãos. Os tectos do piso térreo não são forrados, vendo-se portanto o pavimento do piso superior. No segundo andar, os tectos (que estavam em estado ruinoso) são em madeira do tipo «saia e camisa». Na cozinha, a cobertura era feita em caniço. A cobertura, revestida em telhas de canudo. Ou seja, uma construção perfeitamente típica da localidade, da região. Este é um dos motivos porque a refiro aqui.

Esta intervenção destina-se, basicamente, a “que sejam criados dentro do imóvel existente, três novos fogos de tipologias diversas, destinados preferencialmente a uma

população jovem de modo a inverter o processo de desertificação do casco histórico⁶⁰⁷.

Muito sumariamente, quais eram os principais problemas que apresentava a construção? Ausência de compartimento sanitário, um mal que ainda aflige alguns, (embora poucos) edifícios da vila. Por outro lado, na perspectiva construtiva:

- paramentos enegrecidos com bolores, e com vegetação e rebocos destacados;
- zonas destelhadas, causando apodrecimento e colapço das peças em madeira de coberturas e pavimentos;
- fissuras verticais na zona da cozinha, zona de construção mais pobre, em taipa, e com mau cruzamento dos troços desta alvenaria;
- algumas zonas com sinais de desaprumo.

Mais uma vez, situações clássicas de decadências dos edifícios vernaculares da vila, outro argumento para se abordar aqui esta intervenção.

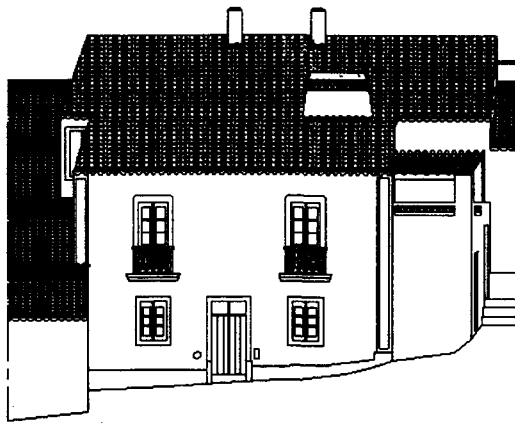
Dado o estado de decadência, o autor da proposta sugeriu que ela deveria ser não meramente profunda, mas exemplar – isto é, que como se tratava de um imóvel da Autarquia, que nele se pudesse levar a cabo uma intervenção-piloto. O modelo de tratamento das patologias, a escolha de materiais, o projecto de arquitectura, o programa de requalificação poderiam, assim, servir de exemplo, não só para outras obras levadas a cabo pelo município, mas, e principalmente, para os proprietários privados.

E, igualmente, pela intenção de salvaguarda patrimonial, essencial como pedagogia por parte das autoridades locais, num caso de reabilitação levado a cabo num centro histórico. O próprio autor da proposta destaca esse facto relevante: “A orientação do projecto assenta na vontade de preservar o máximo de elementos arquitectónicos possível, havendo a preocupação de conceber novas relações espaciais dentro do contexto existente, respeitando a estrutura interna do edificado⁶⁰⁸. E igualmente respeitando o Artigo 10º do Plano de Salvaguarda, pelo que não se verifica qualquer alteração na volumetria projectada.

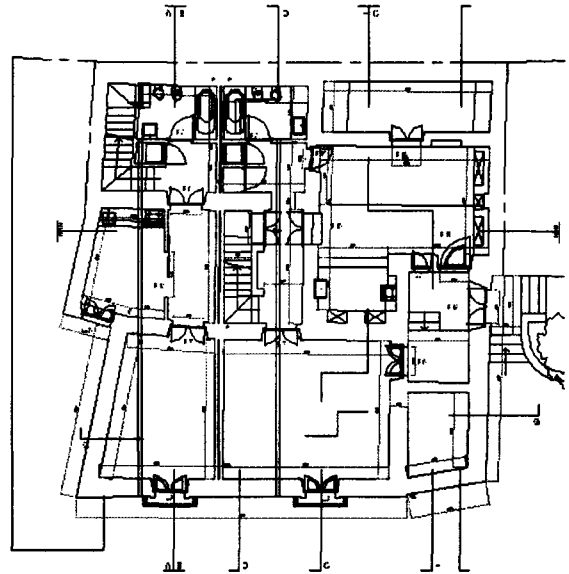
Para cumprir a ideia de transformação deste espaço de um para três fogos independentes, o projecto propunha, claro, a sua reorganização funcional. Mas ao

⁶⁰⁷ Projecto Casa da Matilde - CMM, Memória Descritiva e Justificativa, Arquitecto Eugénio Castro Caldas, p. 2.

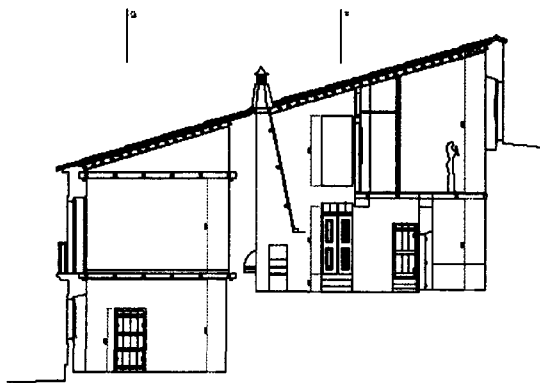
⁶⁰⁸ Projecto Casa da Matilde, p. 9.



Alçado Principal



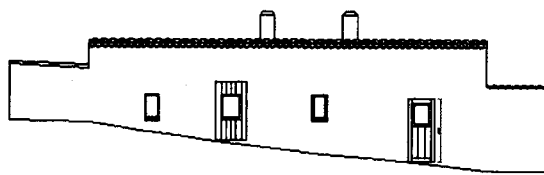
PLANTA PISO 1



Corte CC



Corte FF

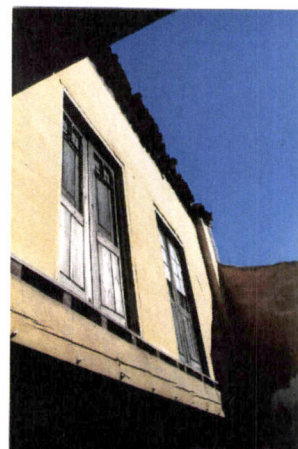


Alçado Posterior



Corte EE

INTERVENÇÃO MUNICIPAL EM IMÓVEIS PRÓPRIOS «CASA DA MATILDE»



intervir, o projectista procurou valorizar e até recuperar alguns elementos, como a grande chaminá da cozinha e a relação desta com os dois níveis pré-existentes, numa ideia espacial que me parece muito bem conseguida. A descrição dos compartimentos não é aqui relevante, mas sim a metodologia de definição do programa, que procurou respeitar a ideia de casa popular, salvaguardando elementos e com uma criteriosa escolha de materiais.

O mais importante neste projecto foi o cruzamento entre as novas tecnologias, e os materiais pré-tratados, introduzidos aqui num preceito que, ao mesmo tempo que mantinha um «acabamento» tradicional, visava a resolução de muitos dos problemas que as construções tradicionais têm correntemente em Mértola. Senão vejamos:

- após inspecção-geral decorrente da picagem de rebocos dos rebocos, reparadas as estruturas de madeira dos pavimentos e coberturas e eventualmente reforçadas paredes portantes ou substituídos tabiques, sempre refazendo as estruturas pré-existent⁶⁰⁹. Logo aqui, uma proposta de intervenção minimal, expressa no termo eventualmente. Ou seja, não se interviria a não ser que fosse necessário. Muitas vezes nestas intervenções tudo é arrancado sem cuidar de avaliar o estado de conservação e da possibilidade de preservação de elementos originais. E, também, a reposição da feição típica, como se vê pela intenção de refazer as estruturas. Dois procedimentos totalmente adequados a uma intervenção desta natureza.

- o projecto de reforço estrutural a elaborar poderá apontar para a pregagem entre paredes para consolidação das mesmas, a injeção de fendas de paredes mestras e a reconstrução de algumas paredes interiores de tabiques fracos. Só o facto de se evitar «encaixar» o imóvel num esqueleto de betão armado, como tantas vezes tenho visto fazer, é logo de salientar. Bem assim como a intervenção de consolidação por injeção, demonstrando uma vez mais uma intenção de intervenção mínima, e confiando no processo construtivo de base. Convém salientar que a manutenção do uso também permite a salvaguarda das características. Muitas vezes é a alteração funcional, e não as condições estruturais de um imóvel, que leva à necessidade de intervenções de refoço muito agressivas.

- As novas escadas propostas (...) serão construídas em madeira e as zonas húmidas, não situadas sobre o solo, serão devidamente tratadas com pavimentos impermeáveis

⁶⁰⁹ O texto em itálico, neste e nos itens seguintes, são citações do Projecto.

de modo a não afectar a estrutura de madeira rehabilitada. Aqui tirando partido dos materiais que o mercado pode actualmente fornecer, com desempenhos tecnologicamente melhorados, para evitar a introdução de lages pré-esforçadas, mesmo que diminutas. Esta solução é muito importante, pois que, precisamente por causa de serem zonas húmidas, normalmente os particulares, ao fazerem obras, introduzem nestas parcelas as referidas bases em cimento, criando uma desconexão com o restante, ou introduzindo patologias pelo contacto dos materiais tradicionais com este produto.

- *As paredes portantes serão mantidas e alguns tabiques existentes serão recuperados.* O arquitecto demonstrou aqui neste projecto todo o seu saber, ao conceber uma engenhosa redistribuição do espaço, sem derrubar tudo o que lhe estorvasse a aplicação de um programa de conversão de um para três fogos. É assim que deveria ser sempre. Adaptar e solucionar e não destruir. E recuperar o que se puder guardar.

- *Os novos tabiques serão isolados acusticamente por lã mineral colocada entre placas de gesso cartonado que revestirão uma estrutura de madeira.* Imposta pelo facto de que o imóvel vai passar a ter nesta zona dois fogos, uma solução com recurso a tecnologias modernas, sem aumento de peso e espessura, duas condições importantíssimas num espaço reduzido e na proposta de arquitectura que impunha uma área de pé direito aberto à altura dos dois pisos (devido à manutenção da chaminé de escuta da cozinha do rés-do-chão). Escolha correcta.

- *Cobertura isolada termicamente, e com placas de subtelha a reforçar o isolamento das madeiras em relação às telhas cerâmicas. Caixilharia de madeira, portadas de madeira, tudo em casquinha pintada a esmalte. Reutilização de todas as ferragens que seja possível recuperar. Placas de gesso com tinta de água. Pavimentos em pinho com acabamento em verniz mate. No exterior e próximo das entradas os degraus e soleiras deverão ser recuperados.* Quando as escolhas são as mais adequadas a projectos em zonas históricas, não me resta fazer qualquer comentário.

A intenção de executar uma obra emblemática cumpriu-se, igualmente, no desenvolvimento da mesma. Na necessidade de alterar alguns aspectos, como sucede comumente nos edifícios antigos, a opção municipal foi sempre por soluções tecnologicamente evoluídas, independentemente do custo. Desta forma, avançou-se ainda para a introdução de malha geo-textil ou metálica zincada distendida para

reforço dos rebocos e consolidação de paramentos. Ou para a execução de uma nova grelha de madeira para a cobertura, em barrotes de 14x7 cm, com tarugos intermédios, tudo em madeira de pinho tratada, substituindo o barrotado em paus redondos. Esta alteração foi executada porque os tectos desta zona eram, já de origem, forrados interiormente com solho, sistema que foi repostado. Assim, e já que as peças não ficavam visíveis, e tinham que ser integralmente substituídas, experimentou-se esta solução, dotada de um ancoramento especial que permitira consolidar os paramentos entre si, dando maior resistência ao conjunto.

Este exemplo tem sido referenciado a outros proprietários, e mesmo aos pequenos empreiteiros da construção civil que actuam no centro histórico da vila de Mértola, como era intenção do Gabinete Técnico Local e do projectista. Esperemos que a aposta possa multiplicar-se em bons exemplos de reabilitação do património edificado local.

b) O Cine-Teatro Marques Duque

A segunda obra a referir é a de reabilitação do Cine-Teatro Marques Duque⁶¹⁰. Este edifício data do início do século XX, tendo sido construído no local da antiga ermida de Santo António (que ainda surge numa fotografia de início do século).

Trata-se de um edifício típico de um pequeno cine-teatro de província, com uma fachada de feição revivalista, neste caso, como seria evidente em Mértola, com motivos «islamizados». O edifício original é constituído por dois blocos adossados, sendo mais alta a zona do palco, por motivo da teia de cena que está contida no seu interior. Possui uma pequena plateia, um balcão de quatro filas com pequenas bandas laterais, tudo com balaustrada em ferro forjado, típica da época. No foyer uma escada de duplo lanço, com o mesmo tipo de gradaria, permitia o acesso a esta galeria, tendo as entradas para a sala da plateia nas suas laterais.

Este projecto pretendia fazer uma reabilitação das condições de conforto da sala, incluindo acessos e serviços sanitários, não havendo grandes alterações no corpo principal, exceptuando-se como é evidente a recuperação de rebocos, a substituição

⁶¹⁰ Do nome de um benemérito local, que teve papel decisivo na área assistencial e educativa aos jovens da vila, nos inícios do século XX. Veja-se MATEUS, 1995.

integral da cobertura com reforço das condições de isolamento, enfim, o normal para uma obra destas.

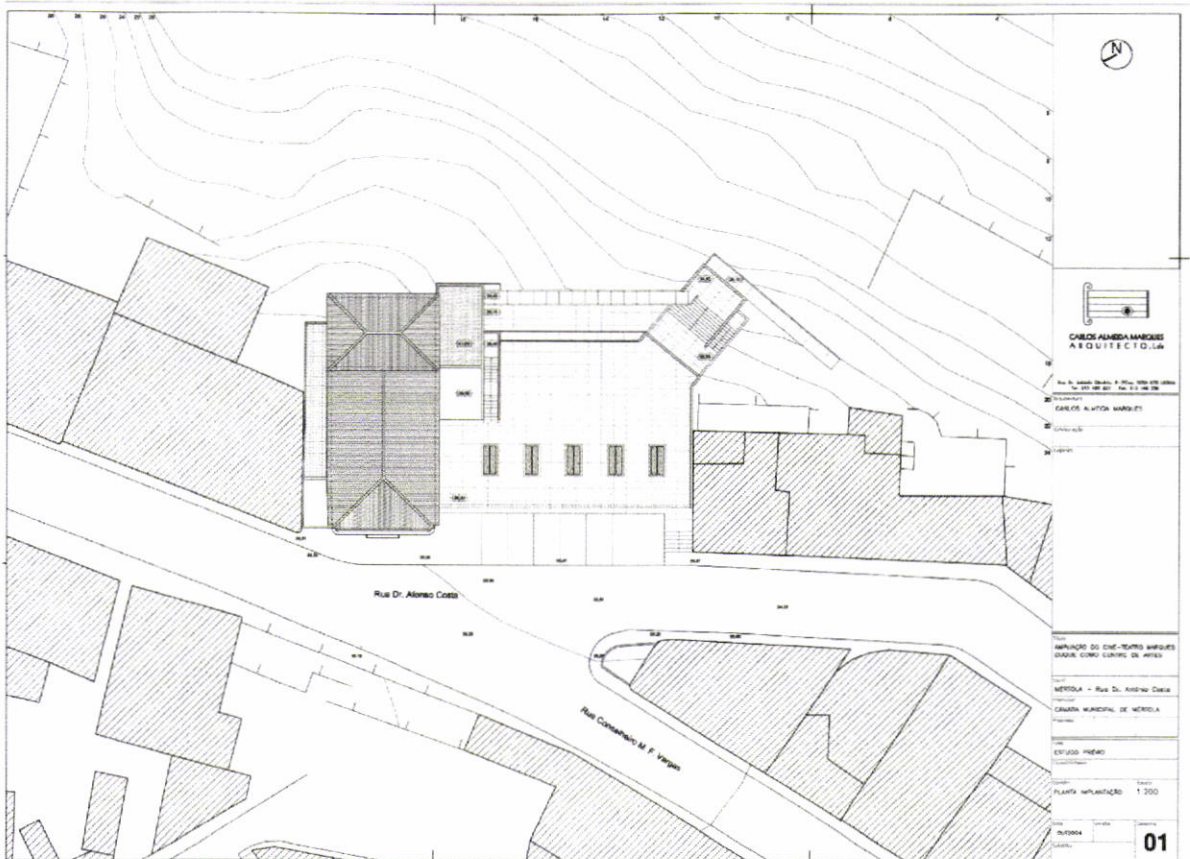
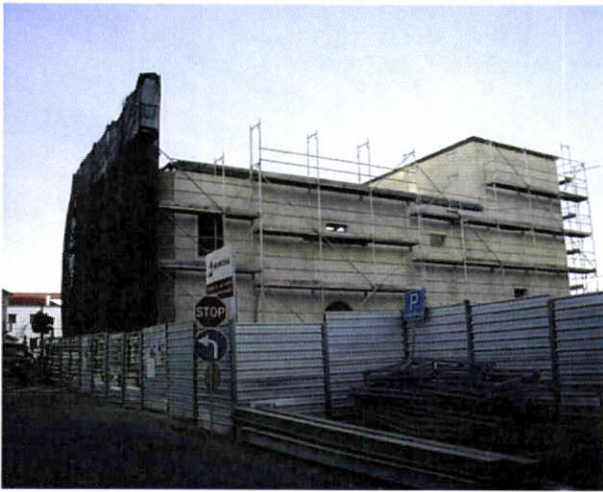
Aquilo que pretendo aqui comentar tem a ver tão só com pequenos detalhes.

Por um lado, a relação do programa com o arranjo. É necessário em primeiro lugar dizer que houve uma evolução muito positiva no projecto para toda esta zona. No PGU de 2003 (como se poderá ler nesta dissertação) estava previsto neste local, e porque aqui se iniciava o arranjo do eixo comercial (veja-se planta nas Políticas Sectoriais em Mértola), tinha o urbanista (Fernando Varanda) previsto, no espaço livre, e também municipal, do logradouro adjacente – onde em tempos tinha estado instalada a tipografia de Mértola – a construção de um auto-silo!, solução que logo no parecer que redigi para a ADPM, e que está reproduzido em grande medida nesta tese, me pareceu totalmente desprovida de sentido. Felizmente, tal intenção foi abandonada, tendo sido substituída por um edifício de vocação cultural (veja-se, nas pranchas de imagens adjacentes, a maqueta) um Centro Cultural, onde os camarins e salas de ensaio do Cine-teatro seriam então melhorados (já que no actual espaço são pequenos, situando-se debaixo do palco, como, aliás, anteriormente), e com mais salas para actividades diversas. Saliente-se, a propósito, que tal edifício viria complementar com qualidade a fachada de arquitectura contemporânea que se está a criar na face virada ao Guadiana, a partir do final da muralha medieval, e que me parece poder ser uma belíssima resposta arquitectónica à necessidade de requalificação da margem. Existem já outros exemplares, como a sede da ADPM, o primeiro destes, aliás, para montante; a sede do Clube Náutico, a Residencial Beira-Rio e a nova expansão prevista, com novo edifício com essas funções, e aqui o futuro centro cultural. Estes edifícios poderiam ser o pretexto para a intervenção noutros imóveis desta encosta, em colaboração com os seus proprietários.

Retomemos ao projecto do Cine-teatro. Da autoria do arquitecto Manuel Transmontano (concebido em 1998, mas só concluído em Setembro de 2005), tinha, como referi, também a intenção de melhorar em particular o seu interior, sem adulterar o exterior.

Como um dos principais melhoramentos tinha a ver com as instalações sanitárias existentes (que me vou abster de qualificar...), e o espaço era exíguo, o arquitecto tomou como opção ocupar o pequeno logradouro que existia à esquerda do imóvel, com pouca largura, mas importante num contexto de escasso espaço. Tal intenção

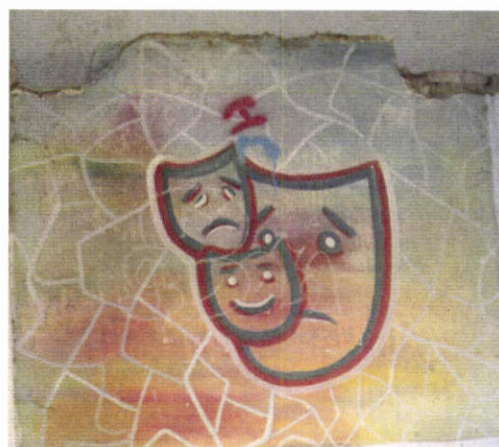
CINE-TEATRO MARQUES DUQUE
(exteriores e planta, incluindo o centro cultural projectado)



CINE-TEATRO MARQUES DUQUE Início da remodelação (interiores)



Fruto de um problema administrativo, a obra do Cine-teatro local implicou o seu encerramento muito para lá do que estava previsto. Vemos aqui a fase de trabalhos arqueológicos do seu interior, onde foram encontrados os vestígios (esperados) da antiga capela de Santo António, que se situava junto do caminho secundário que conduzia à Achada de S. Sebastião (onde hoje está a escola oficial). Nesta etapa já tinham sido desmontadas os elementos interiores, deixando amplo o espaço. Apesar da tentativa de grande fidelidade ao existente, o novo projecto sacrificou a escada de duplo lance do vestíbulo, que era uma das marcas características desta tipologia, com alguma perda patrimonial. Um ou outro elemento decorativo (como o que se reproduz aqui ao lado) foi também perdido na intervenção. O espaço abriu de novo ao público em finais de 2005.



OBRA DE REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO MARQUES DUQUE

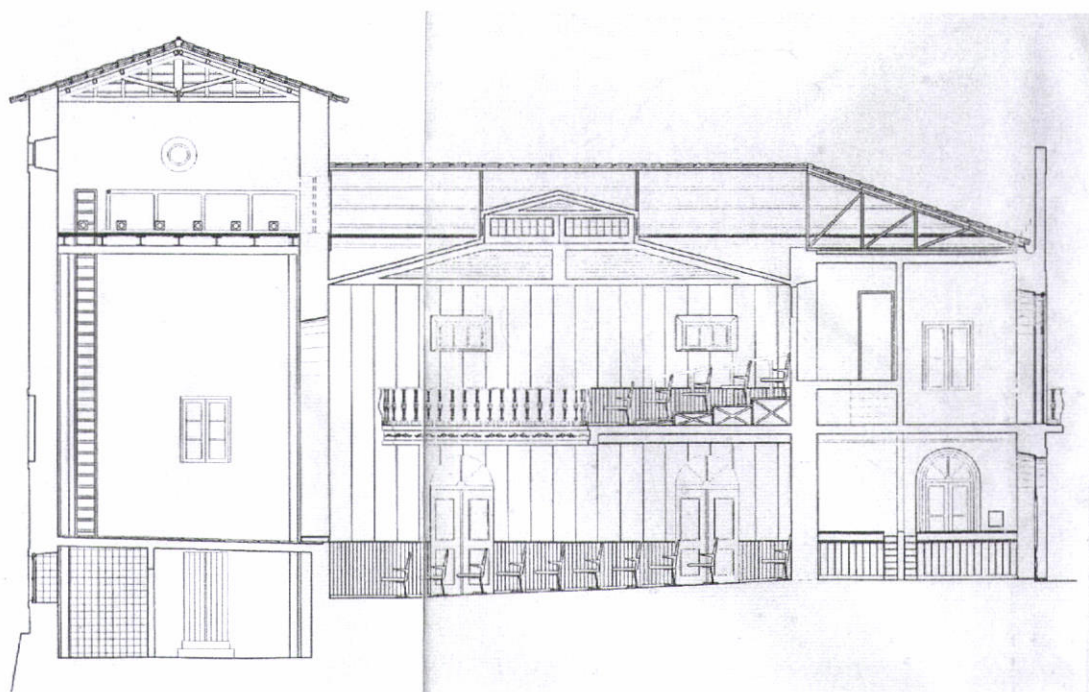
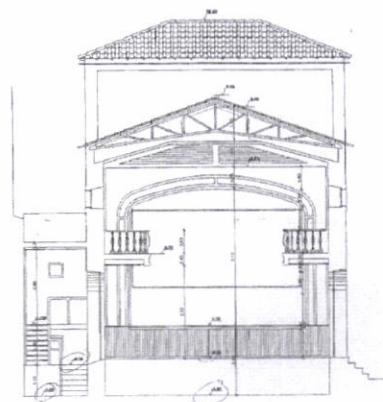
Projecto de Remodelação



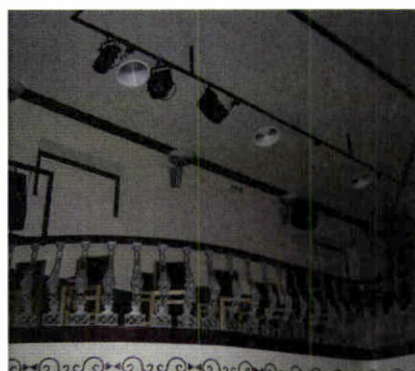
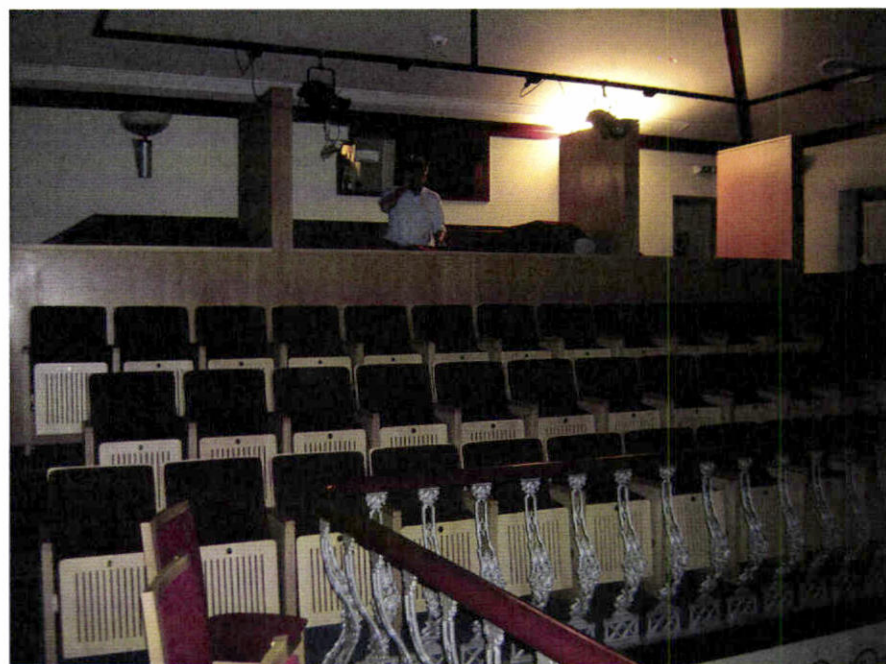
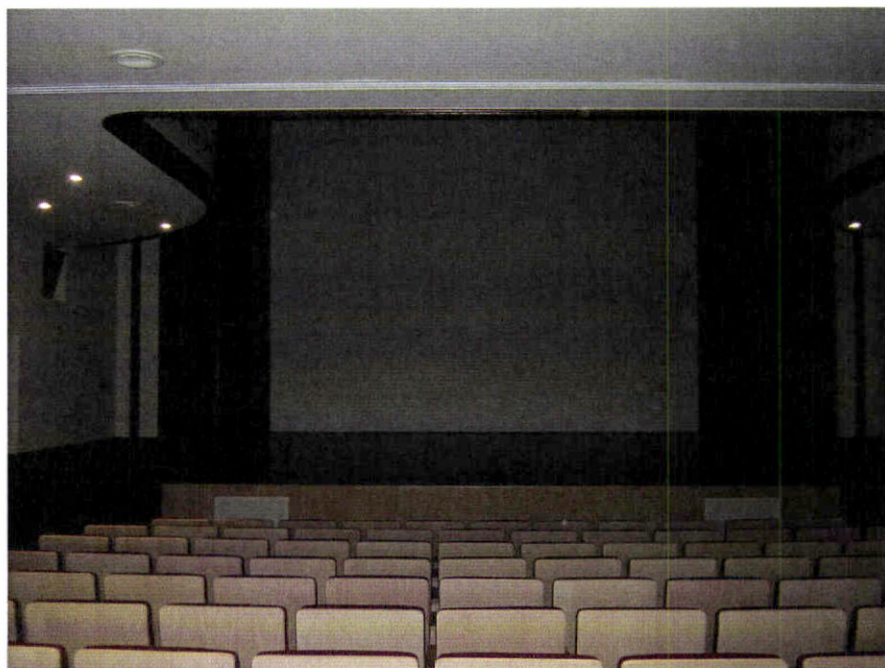
ALÇADO PRINCIPAL



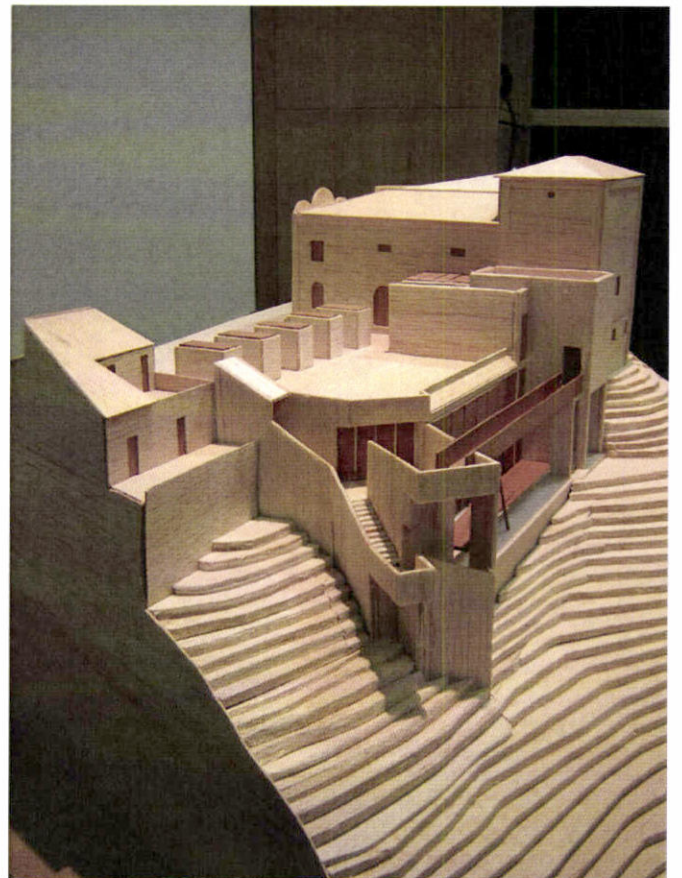
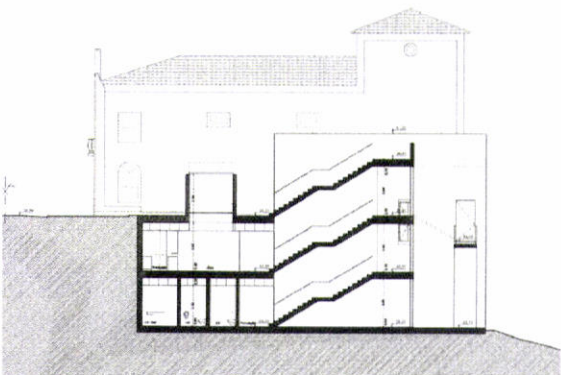
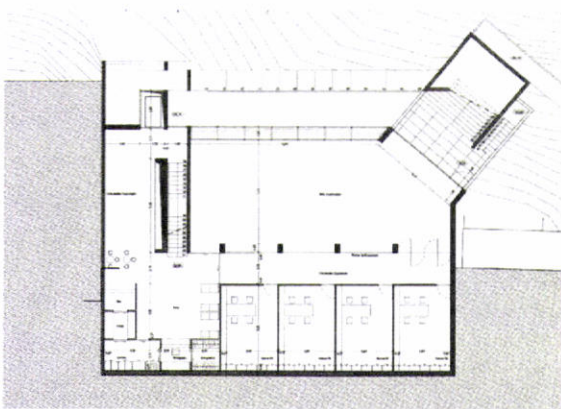
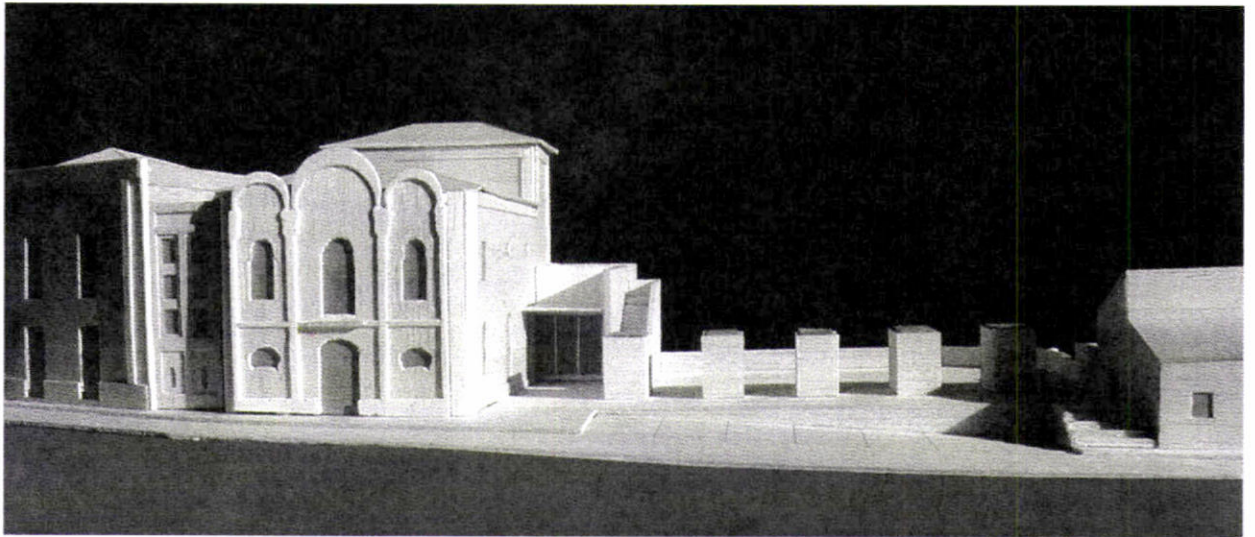
ALÇADO PRINCIPAL



CINE-TEATRO MARQUES DUQUE
(decoreção e equipamento no interior)



CINE-TEATRO MARQUES DUQUE - ampliação com Centro Cultural



conduziu de imediato à escavação arqueológica, que se estendeu depois ao interior da sala de espectáculos, vindo a confirmar-se a existência da Ermida de Santo António, pelo aparecimento das suas fundações, entre outros vestígios.

Este prolongamento, e pela mesma razão de pouco espaço, cruzou-se com a intenção do projectista em dar um aspecto mais contemporâneo ao vestíbulo do cinema, com uma entrada central, o que implicava a remoção da escadaria. A expansão para este pequeno logradouro, como se pode ver na planta, permitia o espaço fundamental para a criação da caixa de escadas, de acesso quer à galeria, quer aos sanitários masculinos.

Aqui é que me parece começar a notar-se uma pequena contradição, já que no programa desta intervenção se escrevia, no referente aos cuidados na reconstrução, que:

- deverão ser tomadas todas as precauções para proteger quer elementos que se pretendam recuperar, quer a estrutura que será a manter, evitando, a qualquer custo todos os eventuais danos;
- a asna de madeira existente na zona do palco será para manter como memória;
- a estrutura de paredes existente pretende-se a todo o custo salvaguardar;
- recuperação da grade existente;
- florões laterais do palco: a proteger com o máximo cuidado durante a obra. O florão do lado direito exterior, incompleto, será para recuperar em gesso com molde de cera fundida, idêntico aos existentes. Ou seja, denotava-se um cuidado que ia até aos aspectos decorativos, o que parecia indicar que se queria manter na recuperação a configuração típica de um teatro de época – o que, como é óbvio, me parece que deveria ter sido feito. Parece-me um pouco estranho, como se pode ver nas fotografias, que se tenha decidido guardar uma parte da grade, que teve até que ser adaptada com cuidado à nova dimensão (vejam-se as fotos da galeria), mas que se tenha retirado a escada do foyer. Esta escada era um elementantíssimo da imagem dum teatro desse período. Foi removida.

Igualmente, e ao contrário do escrito, todo o arranjo, para lá da questão do conforto, foi feito num estilo excessivamente moderno (e até não muito agradável esteticamente, mas isto poderá ser uma mera opinião), mais uma vez se configurando aqui, no final da sua execução, uma espécie de fachadismo – não tão radical, pois não se alterou a estrutura do imóvel -, mas em que nada da tipologia decorativa do teatro foi

preservada. A sensação de que o interior é de um edifício com outra «cara» é evidente. Neste contexto, e até admitindo que esta solução tenha sido concensual entre a Autarquia e o projectista, para quê se conservou a grade? Um pormenor anacrónico no fim de contas, que só demonstra uma preocupação de disfarçar um pouco de *recuperação* o projecto... A grade é fina demais para esconder seja o que for!

Parece-me que, e estando previsto a construção de um novo espaço, que deveria ter sido mais cuidadosa a intervenção, no sentido de guardar este edifício num arranjo próximo do da sua construção (mesmo ampliado, esta parte que foi acrescentada tem, aliás, muito cuidado e qualidade no seu desenho, para não destoar, mas percebendo-se que é de época distinta). É forçoso que um dia deverá ser construído outro espaço, este é, claramente, muito limitado para a maior parte das apresentações das actuais artes performativas. Esta sala é suficiente, creio, pela lotação raramente esgotada que apresenta, para a exibição da programação de cinema. Mas para o restante da programação cultural o seu palco e as condições de visibilidade na galeria deixam a desejar. Se esta obra está até prevista, e o local é perfeito, trata-se de uma questão de disponibilidade financeira que ela um dia seja construída. Nessa altura, na realidade agora..., já se perdeu o velho teatro republicano. Que pena, por tudo, e pelas belas máscaras de teatro pintadas no frontal do palco. São estes pormenores que tornam o património especial e único.

Ao contrário do que referimos na obra anterior, aqui acabou por ser nos pormenores que o património se foi. O contraste demonstra também, por parte dos decisores políticos (os arquitectos, por não serem sempre os mesmos, podem, claro, ter visões distintas para o modo como desejam intervir) pouca coerência na defesa de um rumo persistente na salvaguarda do património histórico da localidade (e independentemente da cor política dos seus responsáveis, pois esta obra vinha de um mandato anterior, tendo existido alteração partidária na gestão municipal). De regra, sabe-se que os pormenores mexidos nunca mais voltarão a existir. Aqui não haverá restauro que lhes valha. É preciso, por isso, mostrar outra visão, e não meramente um preocupação de actualização do design das cadeiras... diga-se até que muito pesadonas para a dimensão da sala, cheia de filas até mais não. O conforto e a qualidade, que eram a intenção central do arranjo, não foram completamente conseguidos.

A propósito – os bancos altos *de bar* na galeria... é uma brincadeira, não é?

4.3. – Gestão e Salvaguarda do Conjunto Histórico.

A intervenção de outras instituições locais e dos particulares.

4.3.1 – O património cultural e natural do concelho de Mértola.

A intervenção da ADPM

No projecto cultural de Mértola, esta foi a primeira das instituições oficialmente constituída. A sua formalização jurídica correspondeu a uma transformação do trabalho que se fazia, na vila e no concelho, até então de perfil estritamente académico, para um outro modelo diferente. Até aí, os estudantes universitários vinham a Mértola normalmente duas vezes por ano, num processo que o fundador do projecto, Cláudio Torres, definiu uma vez como pendular: “A esta pendulação sazonal esteve, por pouco tempo, associado um certo clima de férias pouco favorável à consolidação de um projecto de maior fôlego. A zona de intervenção ficava abandonada, ano após ano, à espera da próxima campanha. Este movimento cíclico, de gente com outros hábitos e cultura que, de uma forma geral, não está motivada para satisfazer a curiosidade das pessoas da terra, cria habitualmente uma certa estranheza que rapidamente se transformava em indiferença e alheamento. Por isso, de muito cedo, logo nos primeiros anos, fizemos um esforço de aprendizagem e adaptação ao meio, tentando proceder de forma diferente. Desde os primeiros contactos com Mértola e por razões sobretudo de identificação política, sentimo-nos naturalmente envolvidos na vida e interesses da comunidade”⁶¹¹.

As condições locais (mesmo ao nível político e social), de facto, pareciam favorecer o desenvolvimento de um projecto a longo prazo, com outras condições não só estruturais, mas também culturais. A ligação com os jovens que colaboravam nos trabalhos arqueológicos teve um natural prolongamento na consolidação desse contacto em projectos comuns, e na responsabilidade geradora de uma dinâmica que se estendesse sobre o conjunto da comunidade e que olhasse igualmente para a diversidade do seu património. Além do mais, essa interligação que se veio a concretizar com a institucionalização da ADPM, era um imperativo também de natureza política, uma vez que o alicerce destas actividades era a Autarquia. “A Câmara Municipal foi, desde o início, na figura de Serrão Martins – o primeiro Presidente da Câmara eleito democraticamente – o grande intermediário e

⁶¹¹ TORRES, 2001:21-22.

impulsionador deste projecto. Assim, com um Poder Local motivado, encontramos estímulos para prosseguir numa aventura em que a Autarquia era não só um investidor, como um interveniente directamente envolvido. Por esse motivo determinante, o Projecto de Mértola passou a ser, na altura, um projecto pioneiro⁶¹².

O apoio da Câmara foi vital, uma vez que não só assegurava as condições logísticas à realização desses trabalhos académicos, como garantia a solidariedade institucional necessária para que, junto da população, esta nova iniciativa fosse entendida como verdadeiramente local: “Com o devido apoio e cumplicidade da Câmara Municipal foi possível tomar parte activa em projectos há muito idealizados. Em 1979, foi criada uma Associação de Defesa do Património (ADPM) [na realidade, os seus estatutos foram apenas oficialmente publicados a 16 de Dezembro de 1980], independente da Autarquia e reconhecida [posteriormente] como entidade de utilidade pública. A partir de 1985, a componente arqueológica desta Associação foi adquirindo força e credibilidade científica (...) A conquista [de] apoios financeiros levou à autonomização do Campo Arqueológico (CAM), o que permitiu então iniciar voos mais largos e projectos mais ambiciosos. Assim, a ADPM afirmava-se como associação de desenvolvimento e defesa do ambiente e o CAM especializava-se na investigação histórica e arqueológico⁶¹³.”

Rosário Oliveira, que dirigiu a ADPM durante alguns anos na década de 90, num artigo de caracterização histórica e de síntese estratégica sobre a ADPM⁶¹⁴, descreve alguns dos aspectos mais relevantes do trabalho desta associação, e salienta que “um dos aspectos mais curiosos (...) do que tem sido este projecto, reside no facto de, desde o início, servirem de orientação, princípios e valores que em tudo se aproximavam do conceito de desenvolvimento sustentável, ideia que só obtém divulgação mundial em 1987, explicitado no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido por «Relatório Brundtland»”. Este (aparente) anacronismo, muito perspicazmente notado, tem uma raiz estruturante na evolução ideológico do mundo ocidental do pós-guerra, e, até, de um novo pensamento de esquerda que se assume muito fortemente como contestação ao modelo bolchevique. De certa forma, podemos encontrar a justificação para este paralelismo com o que

⁶¹² TORRES, 2001:21-22.

⁶¹³ Idem, *ibidem*, 21-22.

⁶¹⁴ Esta investigadora, arquitecta paisagista de formação, e que foi a grande impulsionadora científica da criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, escreveu, em 2000, um texto síntese importante, designado “Reflexões sobre um projecto de desenvolvimento local: o contributo da ADPM”, publicado pela *Revista Municipal* que a Autarquia então publicava.

sucedeu em Mértola em duas circunstâncias distintas. Uma, já salientada, prende-se com o contexto político-cultural que o País atravessava, de grande vontade de transformação social, e que, devido às circunstâncias de grande dificuldade em que vivia todo o Portugal rural, que não tinha tido grandes benefícios ao longo de meio século, fazia com que sobre ele se projectassem as vontades idealistas do progresso de camadas urbanas, com destaque, como sucedeu em Mértola, para os jovens universitários, aqueles que possuíam já uma importante mistura de autonomia pessoal e esclarecimento político. Quanto à segunda razão, ela resulta de uma feliz combinação de personagens, que pela sua formação académica e política, possuíam já uma noção ideológica, no que respeitava ao património e à cultura local, que os situava na vanguarda dos modelos de valorização desses recursos. A noção da importância do genuinamente popular, do valor da cultura do mundo rural, da história e do passado dos humildes, eram então já claramente estabelecidas no pensamento de Cláudio Torres, a quem as vicissitudes de ordem política da sua vida haviam acabado por conduzir à Roménia, onde a formação universitária era claramente mais avançada do que em Portugal, e particularmente nestes aspectos da pejorativamente chamada «história menor». Mértola foi, “apenas”, o local onde pôde dar expressão concreta a essa visão ideológica⁶¹⁵.

Parece, pois, evidente, que existe aqui uma visão estruturante em relação a estas «camadas patrimoniais», que resulta de uma visão política anti-totalitária (não interessa que totalitarismo se trate, mas sim que seja, na essência, anti-centralista). Um detalhe relevante, ainda, nesta formação ideológica do projecto Mértola, e de que a ADPM é a primeira expressão formal: os dois principais mentores eram ambos licenciados em História. Ora, a História havia, também ela, enquanto disciplina social, sofrido uma grande transformação conceptual, com o advento das ideias da “Nova História”, e com a importância que o quotidiano assumia para os seus investigadores, sobrepondo-se à história institucional e política dos liberais e da direita conservadora e tradicionalista, ou à história económica dos marxistas. No fundo, e como é fácil depreender, a formação destes dois homens (Cláudio Torres e Serrão Martins) é a de

⁶¹⁵ Podemos encontrar ainda um outro campo de interacção cultural e ideológica na construção desse pensamento fundador. Em Portugal o único momento em que havia sido feito um verdadeiro esforço pioneiro para compreender o valor do património rural (sem as propagandas folclóricas do Estado Novo) tinha sido o levantamento da Arquitectura Popular, do Sindicato Nacional de Arquitectos, de que um dos principais mentores foi o Arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Este foi, já depois de Abril de 1974, companheiro partidário de Cláudio Torres, no Movimento de Esquerda Socialista. Nestes espaços de reflexão cultural se fundaria com certeza muito também do que seria a base estruturante do projecto, numa visão de salvaguarda e protecção das culturas populares, aquelas que seriam “as autênticas” à luz dessa visão *engagé*.

intelectuais de esquerda, sim, mas de uma nova esquerda, cuja base marxista se pretende agora livre da construção das novas sociedades utópicas do «homo sovieticus», e onde os princípios humanistas e democráticos são o alicerce da sua visão do mundo, e, portanto, onde as comunidades humanas, mesmo as mais pequenas (ou principalmente estas...), são vistas como de grande riqueza e valor histórico-patrimonial.

Com estes fundadores, não admira que a estruturação do Projecto Mértola, nos seus fundamentos, pareça resultar de um ideal *avant la lettre* em relação ao relatório Brutland. “A este conceito, que é contextualizado ao nível global, mas cujo cenário de mais efectiva aplicação parece ser o local, surgiu muito associado a uma reflexão sobre o mundo rural e a ele já estiveram associadas múltiplas definições ou diferentes formas de dizer a mesma coisa: o velho modelo de desenvolvimento economicista está esgotado e que a sociedade pede novas funções ao mundo rural e à agricultura; o desenvolvimento sustentável é uma nova forma de expressar as preocupações ambientais e de acreditar que é possível gerir a actividade económica sem esgotar antecipadamente os recursos que lhe assegurem a sua viabilidade futura”⁶¹⁶. De certa maneira, a sua filosofia de acção partia de um pressuposto tão simples quanto este: havia necessidades, havia que fazer face a elas com os recursos disponíveis; Weaver enuncia esta questão com muita perspicácia, afirmando que “no fundo, o problema do desenvolvimento regional é normalmente uma questão de melhoria dos padrões materiais do nível de vida de uma comunidade; muitos outros aspectos podem surgir a partir daqui, mas este é o seu ponto de partida. Visto mais de perto, um «baixo padrão de vida» é somente a abreviatura que usam as ciências sociais para se referirem a um conjunto identificável de expectativas específicas que não estão a ser cumpridas na região”⁶¹⁷. No caso de Mértola, as expectativas eram de dupla natureza: a deficiente economia, logo, a escassez do emprego para as gerações mais novas como problema mais grave; a decadência visível, de alguma forma a perda de estatuto, de visibilidade, que afectava o imaginário simbólico de todos. A resolução destas deficiências implica certamente um aproveitar eficaz dos recursos disponíveis, variados, mas de pequena dimensão a maior parte deles, pelo que a solução positiva só poderia vir de uma agregação de todos eles no quadro de uma exploração integrada e sustentável, e planeada em conjunto.

⁶¹⁶ OLIVEIRA, Rosário, *op. cit.*, p.13.

⁶¹⁷ WEAVER *apud* NUNO, 1992.

Os estatutos da ADPM, pela largura dos itens que cabem dentro deles, procuravam desde logo afirmar essa vertente integrada dos seus objectivos. Tal facto “permitia a comunhão de diferentes áreas de intervenção numa perspectiva de interdisciplinaridade, baseadas todas elas nos recursos locais, fossem de ordem cultural ou natural, tendo em vista o desenvolvimento económico e social, numa lógica de valorização, promoção e dignificação das tradições e dos saberes locais, em que o principal beneficiário deste projecto fosse a população local, era intuitivamente o antecipar de um conceito que agora se designa de sustentabilidade”⁶¹⁸.

Não vamos aqui debruçarmo-nos detalhadamente sobre as actividades, quer desta, quer de outras instituições, que referimos. O nosso objectivo é outro. Mas é necessário referir que, nas questões da conservação patrimonial, a ADPM tem concentrado os seus esforços, e com bons resultados, na salvaguarda do património etnográfico e na protecção da natureza. Esta, particularmente pela visão holista de que enforma a sua estratégia de acção, tem tido um papel da maior importância. De facto, e como destaca Carlos Simões Nuno na sua relevante tese de mestrado, em que reflecte sobre o modelo de desenvolvimento local que foi construído em Mértola, “a importância assumida pela defesa do património natural e do meio ambiente, muito mais facilmente conotado com o território, desempenhou um papel aglutinador no que diz respeito à forma como era considerados parcelas dessa totalidade cultural todos os elementos dispersos que estivessem em presença nesse espaço”⁶¹⁹. Ou seja, é o património cultural local que constitui essa totalidade, do púcaro ao castelo, da agricultura ao documento escrito, todos eles testemunhos da evolução dos homens sobre o território, todos eles importantes na definição de um retrato mais nítido das comunidades que nele hoje residem. Este desenho, esta reconstrução peça a peça de uma totalidade territorial, em que o progresso e a melhoria das condições sociais sejam também contempladas, tem sido parcela considerável do esforço da ADPM ao longo de 25 anos.

A sua acção insere-se claramente na matriz de referência que a maior parte das ADP’s existentes no País hoje enquadra. Mais do que meros conselhos locais de história e património, elas são agências de desenvolvimento, preocupadas com a formação profissional, como o emprego, com o desenvolvimento de programas concretos que melhorem as condições de vida das populações que servem. Como destaca Ana Margarida Martins, na reflexão que escreveu sobre as relações entre o

⁶¹⁸ Do Preâmbulo dos Estatutos da Associação de Defesa do Património de Mértola.

⁶¹⁹ NUNO, 1992:2.

património e o desenvolvimento local, “nos últimos anos temos assistido a uma renovação e enriquecimento do associativismo, nomeadamente em Portugal. Dentro do movimento associativo destacamos as associações de defesa do património, que procuram promover o conhecimento, estudo, defesa, conservação e divulgação do património; e as associações de desenvolvimento que têm vindo a desenvolver estratégias de desenvolvimento local que se apoiam cada vez mais nas potencialidades do património local e regional, associando-a a práticas de lazer, recreação e turismo. Estas associações têm, assim, procurado divulgar e animar o património para o público da região e potenciais visitantes, procurando torná-lo útil e rendível, reconstituindo-lhe um significado coerente com as suas raízes, mas adaptado às exigências contemporâneas”⁶²⁰.

No entanto, como diz o povo, não há bela sem senão...

É interessante que Mértola, cujo projecto de desenvolvimento, resultados científicos e económicos são tão comumente citados como exemplo de boas práticas, tenha um *calcanhar de Aquiles* no que diz respeito à intervenção no casco histórico de vila (logo uma área tão socialmente sensível...) no que se refere à construção ou reconstrução dos edifícios sede das principais instituições associadas a este projecto cultural. Eventualmente haverá um paralelo no facto de todos eles terem tido a intervenção do mentor do projecto, Cláudio Torres, na estruturação do programa dos imóveis, e de este, por azar do destino, ter feito, nestas circunstâncias, ao contrário do que sucedeu em tantos outros aspectos, más opções. O que é facto é que, quando são analisados em detalhe este processos, todos eles, com maior ou menor detalhe, seguem opções em termos de estratégia de conservação patrimonial, de construção e em termos funcionais (em dois dos casos), que deixam bastante a desejar, e que se lamenta, principalmente por representarem contradições efectivas com as linhas teóricas traçadas, e divulgadas, como alicerces estruturantes do projecto Mértola Vila Museu.

No caso da sede da ADPM, são dois os principais argumentos negativos:

Em primeiro lugar, a hesitação sentida no programa (confronte-se o desenho original do Arquitecto José Garrett, e as versões da Arquitecta Ana Paula Félix), sobre a finalidade a que se destinaria o imóvel.

⁶²⁰ MARTINS, A.M., 1999:59.

Na primeira intenção arquitectónica, desenhada pelo Arquitecto José Garrett, e que ainda está incluída no primeiro projecto desenhado posteriormente pela Arquitecta Ana Paula Félix, contemplava-se a existência de um restaurante no edifício. No capítulo 2 da “Memória descritiva” elaborada no GTL, relativa à *Volumetria*, já esta arquitecta, que então dirigia o GTL, deixava sentir que cumprir o programa pretendido pelo promotor iria ser complicado. O texto começava de imediato por salientar que “Devido à extensão do programa pretendido – um espaço destinado a gabinetes da própria associação, um restaurante e um espaço destinado à Oficina de Tecelagem – e ainda à volumetria que caracteriza o largo, edifícios de 1, 2 pisos” haveria problemas de área difíceis de resolver. Deste modo propunha-se como solução – e que foi a executada – “desenvolver o edifício partindo do nível do Largo Vasco da Gama para baixo, com mais três pisos”. Este extenso programa, provavelmente elaborado com a intenção de criar um espaço capaz de rentabilizar o investimento e de, posteriormente, funcionar como angariador de fundos, foi um equívoco⁶²¹. Por certas funções (restaurante e tecelagem) não se coadunarem com as de um espaço de gabinetes técnicos (mesmo considerando que a ADPM tinha então uma dimensão mais pequena, em staff, do que a actual). E também por ter as áreas de trabalho no lado cego do imóvel, aspecto para o qual a mesma arquitecta chama também a atenção neste capítulo do programa ao escrever que, com o desenho necessário, “a única possibilidade de entrada de luz é a imensa fachada voltada a sueste, uma vez que o edifício se encontra implantado numa encosta”. Mesmo com estas chamadas de atenção, e apesar de os promotores terem decidido pela retirada do restaurante, mantiveram o atelier, que tinha uma zona de pé-direito duplo entre o piso 0 e 1, com elevado sacrifício da área útil disponível⁶²². O projecto avançou, com esse “vazio” estrutural, criando uma impossibilidade de usar melhor a área do piso 1, uma vez que o custo de edificar agora essa lage se revela incomportável para as capacidades da ADPM. O projecto viria a ser construído debaixo dessa nova restrição programática, a da oficina atelier, que se veio a revelar igualmente inadequada (a oficina, aliás, nem chegou a ser aqui instalada),

⁶²¹ E também porque não é correcto, como analisamos noutra capítulo desta dissertação, que haja competição funcional entre os agentes activos do projecto Mértola. E portanto não cabe a uma associação de desenvolvimento local explorar um restaurante, mas sim promover a sua criação, bom funcionamento e divulgação.

⁶²² No programa apresentado em 1991, o piso 3 (no largo Vasco da Gama) tinha um bar para usar a esplanada, no 2 “um gabinete e secretaria da ADPM, um restaurante cuja lotação é de 60 pessoas, a cozinha, arrumos e as respectivas instalações sanitárias”. Ou seja, a ADPM ocupava uma “despensa” do restaurante... No piso intermédio “uma galeria que poderá servir para exposição dos trabalhos de tecelagem, e ainda uma zona de serviço constituída por uma escada de serviço, o vestiário do pessoal e respectivas instalações sanitárias”. Ou seja, ADPM? Quase nada... No piso 0 ficava a “Oficina de Tecelagem, cuja área tem duplo pé-direito (ocupa este piso e o anterior) e por uma grande zona de armazéns que pertencerão à Tecelagem e ao Restaurante”.

desperdiçando-se assim, em parte, os recursos financeiros investidos neste imóvel, e comprometendo, como é visível actualmente, muita da utilidade que poderia ter. Uma metodologia de discussão alargada, como se explica no capítulo respectivo, teria tido aqui uma enorme vantagem...

A “colagem”, mesmo que parcial, deste edifício institucional aos espaços museológicos de Mértola, foi o erro principal (e aqui posso dar testemunho directo, pois certas avaliações foram feitas na minha presença), ao empurrar a definição do projecto arquitectónico para uma concepção que teria que conter um espaço de atelier ao vivo para a oficina de tecelagem, intenção que marcou definitivamente o desenho dos pisos interiores, para, depois de construído!, se vir a concluir da inadequação deste espaço para tal função. A avaliação das funcionalidades dos projectos deve ser feita com mais rigor, e particularmente nestas situações de utilização (então) mista. Da configuração edificada resultou, funcionalmente, um péssimo edifício sede para a ADPM, onde os técnicos trabalham na sombra, nos cantos, com luz artificial todo o dia, enquanto que as janelas solarengas do alçado principal, com vista sobre a encosta do Guadiana, iluminam uma sala de exposições a maior parte das vezes vazia, funcionalidade que, aliás, e ao invés, beneficiaria ser a zona a ter a vantagem de certas modernices luminotécnicas. Este é um edifício a precisar claramente de um projecto de reabilitação interior, que permita alargar a laje do piso intermédio e a reconfigurar todo o seu interior, funcionando como “open-space”, tornando o espaço muito mais agradável a todos os que nele trabalham.

Mas esta questão é, até, irrelevante do ponto de vista patrimonial. O que foi mais negativo, em termos de impacto para a população foi a sua integral edificação em betão armado, onde não foi utilizado um único material ou técnica tradicional de construção, depois de década e meia de discursos e formação no sentido de que esta parcela da cultura local fosse valorizada e fosse mantida activa, quando alguém pretendia fazer obras no centro histórico! À semelhança do que se descreverá noutra desta situações, uma tal contradição destrói instantaneamente uma década de esforço em pequenas tentativas de revitalizar essas actividades ancestrais.

A ADPM tinha promovido inúmeros cursos de taipa e outras alvenarias tradicionais e aqui não foi sequer considerada uma técnica mista⁶²³. A possibilidade de usar

⁶²³ Esta foi seguida na construção do Núcleo da Basílica Paleocristã, onde o espaço de paramentos entre os pilares de betão que seguram a laje de cobertura foi preenchido com alvenaria de taipa, levantados de modo tradicional. Esta solução, que tem dado ao longo dos anos provas de boa climatização do interior –

EDIFÍCIO SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

Largo Vasco da Gama

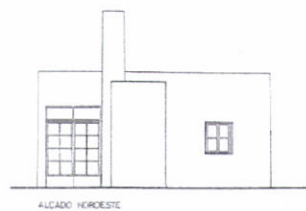


O edifício-sede da ADPM é um dos exemplares de arquitectura do final do século XX que foi construído já pensando claramente na responsabilidade do alçado sobre o rio Guadiana, sendo o tardoz concebido como se efectivamente se tratasse da fachada (o outro, relativamente próximo, é o do Clube Náutico). Concebido pela Arquitecta Ana Paula Félix, durante o tempo em que dirigiu o 1º GTL (e que lidera agora o 2º), conseguiu ainda acrescentar valor ao Largo Vasco da Gama, aumentando a sua dimensão e as perspectivas sobre o rio. Como se refere no texto da dissertação, teve um programa mal estruturado por parte do encomendador, de cujo desenho sofre ainda nos seus espaços relativamente disfuncionais no interior. Mas a principal questão que se poderia colocar, para um edifício de uma associação de defesa do património que tinha trabalho realizado na promoção das técnicas tradicionais de construção, foi a sua total edificação em betão armado. À época, este facto, e a sua aprovação pelo IPPAR, provocaram grande polémica a nível local.

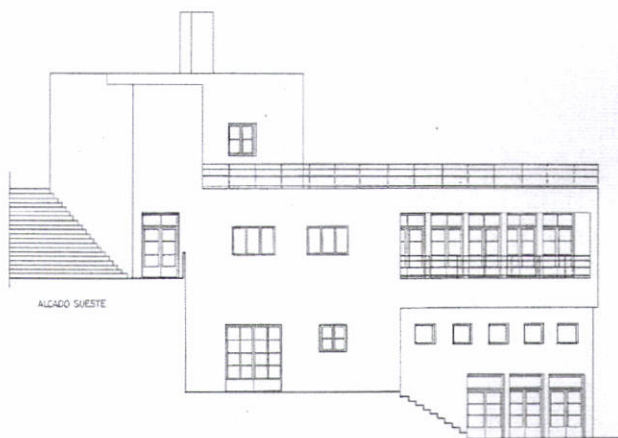
Ainda duas imagens da biblioteca, que, por se situar no piso com lage integral, apresenta uma qualidade arquitectónica de destacar, e onde se pode ver como é simpático ter acesso às janelas...

EDIFÍCIO SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

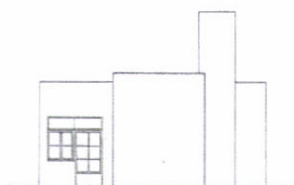
Largo Vasco da Gama



ALCADO NOROESTE

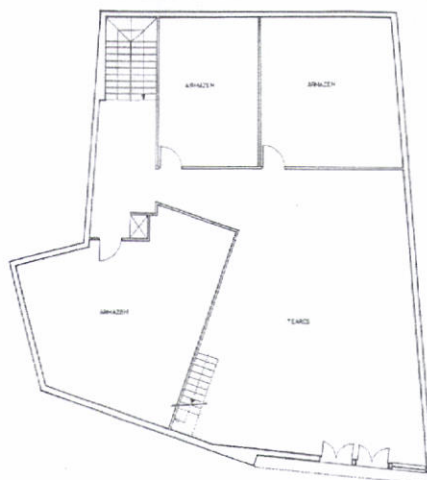
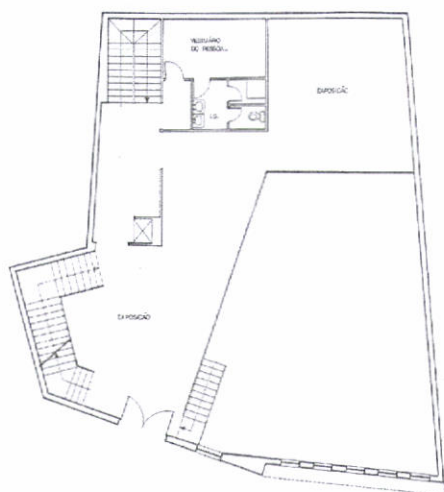
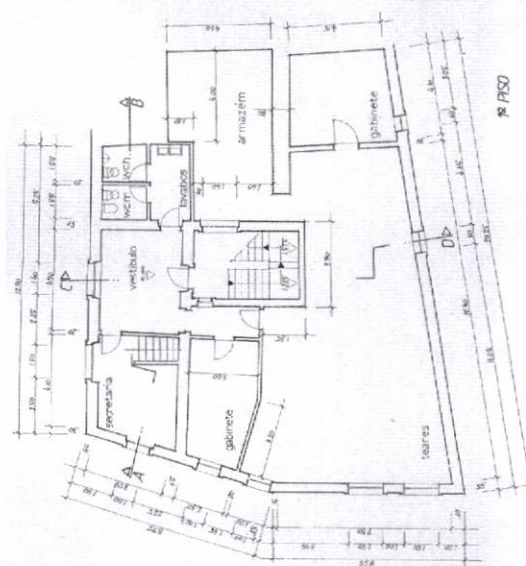
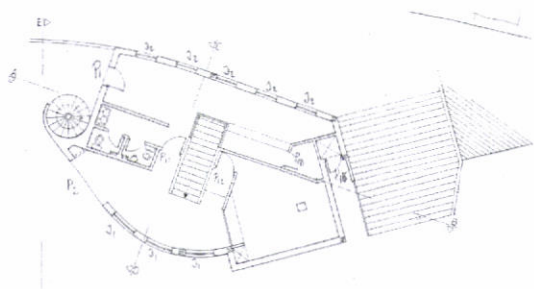


ALCADO SUDOESTE



ALCADO SUDESTE

C. MUNICIPAL		GABINETE TÉCNICO LOCAL		MÉRTOLA
T.T. PROJ. ESTUDO PRÉVIO		ARQ. PROJ. A.D. PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA		
PROJ.	ALCADOS			END.
DES.				DES. Nº
VER.	ESC. 1/100	DATA	DEZ. 89	
				05



alvenaria de pedra nas paredes – ou pelo menos no seu alçado exterior – teria permitido dar um exemplo directo e concreto de boa prática construtiva, e evitar que a sede da associação fosse usada (como foi) como exemplo de que afinal tudo se pode fazer. Este foi o principal erro, em termos de educação patrimonial, e mais se irão acrescentar, como se verá em sub-capítulos seguintes.

Para lá do mau exemplo que se dá de não defesa do património, sobressai ainda, junto da população, a sensação de que existem *dois pesos e duas medidas* no que respeita aos pareceres camarários, mas particularmente aos do IPPAR. Esta resulta das diferentes argumentações que se verificam na análise destes projectos (institucionais) e na de certos pequenos projectos particulares (onde às vezes se chumbam lajes de betão de 5 m²), diferenças que estimulam, na população residente, um espírito de obra clandestina que em nada beneficia o esforço que se tenta fazer no sentido da conservação do património arquitectónico a um nível que passe da fachada e da cêrcea...

Aspectos positivos deste projecto, ao nível da salvaguarda patrimonial, incluem:

- a intervenção ao nível da via pública (Largo da Vasco da Gama), uma vez que o derrube da casa Silva (antigo armazém de tabacos) e a diminuição da área construída neste nível, permitiram alargar o Largo, e criar novos pontos de vista públicos sobre o rio Guadiana, originando um espaço urbano de alguma qualidade (aguarda-se pelo arranjo da rua comercial que o venha complementar).

- o alçado posterior (sobre o rio Guadiana) com um desenho de qualidade no alçado, procurando, com a aplicação de materiais líticos da região, criar uma sensação de prolongamento da rocha natural da encosta, que torna muito agradável o seu aspecto.

Esperemos, em anos vinduros, que o interior deste imóvel possa ser modificado, dando melhores condições de trabalho a todos os colaboradores desta instituição.

como se pretendia -, mostrou que se podiam interrelacionar distintas técnicas. Um exemplo que noutras obras posteriores, igualmente de promoção institucional, infelizmente não frutificou.

4.3.2 – O Campo Arqueológico de Mértola: salvaguarda do património arqueológico e museologia

Como já se descreveu, ao historiar a fundação da ADPM, foi o campo arqueológico (e aqui refiro-me à plataforma arqueológica que assenta no criptopórtico) o primeiro motivo de atracção que sentiram professores e estudantes da Universidade de Lisboa para aqui se deslocarem. A investigação de um passado pouco conhecido (a época islâmica tinha sido, no regime político anterior, inúmeras vezes desprezada pela busca insistente do nosso passado latino), a que acrescia a riqueza da estação arqueológica, eram motivos suficientemente relevantes para dar origem a um intenso corrúpio.

No entanto, este não era um projecto comum, nem se tratava de uma escavação algures perdida num cerro. Não, ela decorria no casco histórico da localidade, e se bem que numa zona lateral ao principal eixo de circulação, ainda assim suficientemente perto para estimular a curiosidade, suficientemente perto para que os jovens participantes que eram de fora depressa se tornassem regularmente visíveis e rapidamente estabelecessem relações com gente da terra. Isto implicava também uma aposta particular na constituição desta equipa. Como escreve Cláudio Torres, num texto em que faz um interessante balanço do que foram esses tempos “a chegada e instalação de uma equipa de alguns jovens universitários, durante um, dois ou três meses, para fazer escavações arqueológicas, era um facto notório e implicava um esforço de inserção na comunidade, um esforço de adaptação e mesmo de renúncia a certos hábitos citadinos. Impunha-se uma selecção e uma preparação prévia. Além de aprender a dominar as técnicas de escavação e as formas de intervenção arqueológica, o aluno tinha de saber respeitar os hábitos e saberes da comunidade hospedeira. O que se diz, como se diz, como se está, até por vezes o que se veste, são actos que revelam a nossa atitude de respeito ou de desrespeito para com os habitantes – e, por isso, são elementos essenciais para uma boa integração. É fundamental conhecer e cumprir as regras de convivência em sociedade. Se as entendermos, seguramente que o nosso esforço será correspondido com igual esforço de aceitação por parte dos habitantes. E foi de facto o que aconteceu”⁶²⁴.

Claro que confrontado com a diversidade e a riqueza, em todos os planos, do património local, depressa a equipa que reunia os praticantes da arqueologia se

⁶²⁴ Deste documento possuo apenas uma cópia sem referências detalhadas, uma vez que foi distribuído em versão policopiada, e foi essa que se arquivou no CAM. Cita-se aqui um excerto da página 4.

alargou aos historiadores e documentalistas, aos antropólogos e sociólogos (não esqueçamos os arquitectos – professores e estudantes - que em breve chegariam pela mão de Fernando Varanda, originários da ESBAL), às especialidades biológicas e à geografia, aos técnicos de conservação e restauro.

Esta abordagem multidisciplinar não se referia apenas ao conhecimento da evolução histórica genérica do concelho. Ela procurava cruzar essa interpretação com inúmeras áreas de saberes específicos, e portanto, a história urbana foi desde logo uma das parcelas a ser abordada com maior detalhe, inclusive porque uma parcela dos vestígios arqueológicos que se estavam a descobrir davam informações sobre edifícios, formas de habitar e construir, sobre a configuração de certos bairros e zonas entretanto engolidas pelo tempo.

Dez anos depois do início desta proposta inovadora, falando em Beja nos Encontros Culturais promovido por esta Autarquia, em Outubro de 1988, afirmou: “Só equipas em que desempenham papel principal, o arqueólogo, o arquitecto, o sociólogo e o etnólogo – podem abordar o estudo, levantamento e recuperação do emaranhado urbano. O traçado viário e a sua permanência. Os materiais e estruturas reutilizados. As vias e caminhos das rotas comerciais na demarcação de um território. O conhecimento fundamentado das formas arquitectónicas tradicionais; dos vãos e coberturas. As técnicas construtivas na sua complexa variedade regional”⁶²⁵.

Essa área temática virá depois a ter sequência, em projectos de investigação já com um outro fôlego, e cruzando dados de diferentes especialidades.

Mas não era apenas na investigação científica que o CAM acabava por se envolver com o urbanismo e a arquitectura a nível local. A sua filosofia de intervenção, no que respeita à divulgação pública dos resultados da investigação e dos objectos, implicava um envolvimento muito grande com o casco histórico da vila. Na lapidar frase de Cláudio Torres, que todos sempre citamos, “o museu é a própria vila”. De facto, como escreve nesse mesmo documento “Mértola com os seus vários núcleos museológicos criou uma escola de intervenção urbana, seguida hoje, na sua metodologia, por outras equipas que trabalham em centros históricos. A própria dispersão dos pontos de interesse e paragem, cria circuitos que, de forma globalizante, integram o espaço dos percursos na totalidade unificadora do conjunto. O museu poli-nucleado obriga a tratar

⁶²⁵ *Idem, ibidem*, p.4.

o conjunto na sua máxima dimensão e que inclui necessariamente o habitante. Porque o motor, a chave e a razão de ser do mundo urbano, é o homem. Ele é o seu criador e ele deve ser o objectivo prioritário”⁶²⁶.

Cumpre-se, assim, em Mértola, e em muitos dos seus elementos, de forma pioneira, aquilo que virá a ser mais tarde um modelo de desenvolvimento ao nível local para inúmeras terras do nosso país. Esta interligação entre o património e a dinâmica local, quer formativa, quer económica, seguia de perto as propostas de Riviére, que revolucionaram a museologia a partir da década de 70. Estas influências da nova museologia foram evidentes em projectos onde, além do trabalho científico, existiam projectos políticos em favor do progresso das comunidades humanas residentes, e portanto, Mértola encaixava neste figurino sem qualquer dificuldade.

Na sua tese, Ana Margarida Martins refere que “o museu assume-se hoje como um centro cultural e um instrumento social com propósitos pedagógicos de intervenção social. É, assim, uma instituição da comunidade e para a comunidade, devendo desempenhar um papel activo, interveniente e mobilizador, tomando-se numa potencial força estabilizadora e regeneradora da sociedade moderna pela capacidade de reconstruir memórias colectivas e individuais. Deve assim, ser entendido, não como um espaço onde se acumulam objectos, mas sim como um centro de aprendizagem e lugar público que serve para educar, entreter e ajudar ao desenvolvimento dos indivíduos e sociedades”⁶²⁷.

É a partir do início dos anos 90 que o grupo de investigadores do CAM que, fundamentalmente, se dedicava à investigação histórica e documental (nos quais me incluía), começa também a dedicar grande atenção ao património arquitectónico e à interpretação da evolução urbana de forma mais consistente, se bem que tenha, previamente, e principalmente ao nível do conhecimento de dados recolhidos da documentação e dos inventários de edifícios e dos seus elementos constitutivos, já realizado trabalho nesta área. Quando, em 1995 o Campo Arqueológico de Mértola

⁶²⁶ A construção deste projecto museológico levou o CAM a promover diferentes candidaturas no sentido de recuperar imóveis, tendo em vista a instalação dos referidos núcleos. Um considerável apoio foi dado, em 1996, pelo Fundo de Turismo (um departamento estatal subordinado ao Ministério do Comércio e Turismo) permitindo-nos ter um grande conjunto de novos espaços museológicos (e infraestruturas associadas) a serem concluídos até 2001. Com um igualmente considerável apoio financeiro por parte da Autarquia foi possível acelerar a previsão inicial, com a qual o projecto ganhou sensivelmente uma década em relação às nossas melhores estimativas, feitas em meados da década de 80, para a concretização do conjunto museológico.

⁶²⁷ MARTINS, A.M., 1999:57.

escreveu pela 1ª vez a sua auto-biografia, na altura destinada a fazer parte de uma candidatura à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, e que era organizada em diversos capítulos temáticos, incluía já uma área de estudos de «Inventário, Recuperação e Valorização Patrimonial». Esta área, até ao ano de 2001, virá a ter grande desenvolvimento, congregando a investigação, não só em torno da instalação no núcleo de arte sacra de Mértola, mas, de forma mais relevante, os estudos de urbanismo histórico relacionados com o conhecimento da evolução morfológica e das funcionalidades existentes no percurso histórico da localidade.

No texto da referida “Biografia de um Projecto” escrevia-se já: “A vila de Mértola e o seu casco urbano (...) reúne condições singulares enquanto objecto de estudo. Aqui, desde há pouco mais de uma década, a intervenção arqueológica cruza-se com a investigação histórica, a valorização do património e a museologia. Sob a designação de Mértola Vila-Museu desenvolve-se um projecto que se entrecruza com a reabilitação urbana. De facto, histórica e museologicamente tão importantes como os achados arqueológicos e as peças artísticas que enchem os expositores, são as ruas, a organização dos espaços públicos e de sociabilidade, a estruturação das áreas domésticas, os materiais e as técnicas de construção. Neste contexto, o museu é a própria vila, (...) [conduzindo] a um percurso histórico de visita que se interpenetra com a estrutura e traçado urbano da vila, ela mesmo entendida como espaço museológico”⁶²⁸.

Na sequência das motivações pessoais que foram conduzindo cada um dos investigadores da equipa a encontrar os seus interesses particulares, “começam a surgir, pontualmente, estudos e propostas de intervenção que não se relacionam apenas com os campos de intervenção da arqueologia e museologia. A cada vez maior atenção dada aos aspectos técnicos das construções e da sua recuperação dentro do conjunto edificado no casco histórico de Mértola, e uma reflexão e intervenção programática ao nível do planeamento urbano para esta zona, são os sintomas desse mesmo crescimento e da sua maior relevância científica. Este aspecto, aliás, necessita ganhar cada vez maior importância, uma vez que não deixará de ser inconsistente com a recuperação [pontual] de edifícios não se avançar numa intervenção urbana mais alargada. De resto, as propostas delineadas pelo já extinto

⁶²⁸ Este documento é igualmente um policopiado, de produção interna, que se destinava a acompanhar as candidaturas aos programas de financiamento, quer da investigação, quer de outra natureza. Pode ser consultado na biblioteca do CAM. Aqui cita-se a página 81.

Gabinete Técnico Local exprimem com clareza esses mesmos princípios [e a colaboração com esta equipa foi um dos factores que levou a um crescendo interesse pela compreensão da história urbana e arquitectónica da vila]. Nesta perspectiva, a acção do CAM nesta área é a de assumir, na planificação das intervenções urbanas, um papel dinamizador na renovação e revitalização das mais diferentes ocupações funcionais, e na recuperação do património edificado no casco histórico⁶²⁹. Deve dizer-se que, neste último aspecto aqui referido, essa colaboração tem sido permanente, embora nem sempre os modelos da sua gestão sejam de elogiar. Efectivamente, a inexistência de um Conselho Local de Património Cultural faz com que não exista um fórum institucional onde as linhas estratégicas e os modelos de transferência de informação entre as diferentes especialidades que intervêm sobre o casco histórico pudessem ser, regularmente, discutidos. Um espaço onde as decisões tomadas tivessem algum peso vinculativo, para todas, nas suas acções quotidianas. Não será demais frisar que a opinião da população deveria ser tida em conta nesse mesmo Conselho.

Os problemas da conservação e das técnicas de intervenção acabaram por empurrar uma parte da equipa para a especialização nesses campos, de modo a poder dominar os conhecimentos interdisciplinares sem os quais a metodologia de recuperação e conservação do património edificado local será deficiente. Os exemplos, apesar do esforço, estão à vista. Apesar de já então se escrever, nesse documento que, “mercê da cada vez maior atenção dada aos aspectos técnicos inerente à recuperação de imóveis e do espaço urbano, se impunha o desenvolvimento de estratégias de intervenção abertas à inovação”, mas com a importante ressalva de que tal acção só deveria ser aceite desde que “esta permita uma mais eficaz recuperação sem que sejam postos em causa os valores patrimoniais de base⁶³⁰. Como se verá na recuperação da “Casa do Lanternim”, no sub-capítulo seguinte, a técnica não foi posta ao serviço da conservação patrimonial na forma mais correcta...

Os Investigadores do CAM que trabalharam neste segmento (do qual fiz parte durante mais de uma década) sintetizaram então uma espécie de programa, uma carta de intenções, que deveria regular o seu trabalho, e a sua relação com outros agentes que igualmente se debruçavam com o melhor do seu esforço para o património edificado local, e em especial para o casco histórico da vila de Mértola:

⁶²⁹ Biografia... (policopiado), p.6.

⁶³⁰ Biografia... (policopiado), p.8.

“(…) podemos afirmar ser fundamental:

- que a investigação científica possa estar na base, não só do conhecimento histórico e arqueológico do casco, mas que possa também contribuir para traçar regras e limites dentro do quadro de um planeamento integrado;
- que a implantação dos vários espaços museológicos ao longo da Vila Velha contribua para a redinamizar, dando-lhe uma valorização acrescida à que a sua beleza e monumentalidade já pressupõem; esta valorização tem vindo a permitir inverter o conceito de que habitar esta zona é sinal de pobreza, sendo cada vez mais nítida a mudança do seu estatuto;
- que, na zona mais recente da localidade, se possa desenvolver também um plano coerente, na sua qualidade e referentes estéticos, que permita manter e desenvolver uma relação entre estas duas zonas edificadas, mantendo sempre presente que, algures no futuro, ambas as zonas serão património do passado;
- que a valorização do espaço urbano, nas suas componentes patrimoniais, contribua para aumentar o número de razões que justificam a sua cada vez maior procura para uma visita. (…)
- por último, e não menos importante, que no que respeita às intervenções arquitectónicas e urbanísticas, se consiga criar, e manter coerente, um bem estruturado plano geral de intervenção e salvaguarda, que tenha em vista proporcionar uma melhoria das condições habitacionais do conjunto edificado, e demonstrar que tal objectivo não é, de todo, incompatível com a recuperação, conservação e usufruto dos elementos patrimoniais existentes no centro histórico de Mértola⁶³¹.

Na sequência desses interesses, o CAM candidatou um projecto (liderado pelo Dr. Joaquim Ferreira Boiça, então o investigador principal desta área do CAM, actualmente inexistente) designado “O Casco urbano de Mértola. Vectores Históricos e Organização Funcional”⁶³².

Este projecto inseria-se na linha de reflexão consequente à celebração, em 1992, do Ano Internacional dos Centros Históricos, cujo programa central preconizava a concretização de efectivos planos de revitalização humana e patrimonial desses mesmos núcleos urbanos, de modo a integrar a riqueza da memória nas condições

⁶³¹ Relatório do Projecto “Património Edificado e Tecnologias Tradicionais de Construção na Região de Mértola” (policopiado), s.p.

⁶³² Esta investigação, sem esquecer a colaboração preciosa de outros investigadores, com destaque para os conhecimentos oriundos da arqueologia, sustentou em grande medida a redacção da minha dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade de Évora, em 1996 (citada na Bibliografia da presente dissertação).

estruturais e sociais da vida dos seus habitantes, e prosseguindo objectivos consistentes de revitalização desses espaços.

Este projecto, parece-me, definiu, com alguma pertinência, um grupo de etapas de construção do conhecimento acerca de um dado espaço urbano que podem constituir uma base metodológica relevante a ser transposta para outros locais com características evolutivas semelhantes, o que, como é sabido, ao menos na Península Ibérica, é um conjunto bastante grande de localidades. Além do mais, esta metodologia procurava criar uma clara interface entre a investigação histórica e arqueológica e o planeamento urbano, seja ou não especificamente em processos de conservação patrimonial. Normalmente, esta projecção das informações entre estes dois campos não se concretiza, empobrecendo geralmente a estratégia de intervenção de salvaguarda desenhada.

No decurso desta investigação, que foi a primeira tentativa de sistematização dos conhecimentos relacionados com a evolução urbana, foram realizados os seguintes trabalhos:

- Identificar as operações de urbanização (definição da malha, abertura de ruas, loteamento, etc.) e de edificação, tal como se constituíram ao longo de séculos, através de expansões ou retracções que marcaram as características com que hoje se apresenta; e relacioná-las com as respectivas formas de apropriação social e funcionalidade histórica e/ou orgânica;
- Sistematizar e aprofundar os conhecimentos já existentes, bem como abrir novas áreas de recolha de informação, quer a nível arqueológico, quer documental, de modo a obter uma caracterização global e integradora.

Este conjunto de informações contém os dados fundamentais para a compreensão da morfologia urbana, para a interpretação do ritmo e do modo do seu desenvolvimento. Perceberam-se assim o porquê de certos usos do solo e da sua forma de expressão (tipologia, morfologia), o grau de consolidação ou de transformação que a situação actual apresenta, as tendências de evolução e os elementos de fixidez do tecido urbano, bem como certas características da imagem urbana e do modo como a memória colectiva o assimilou. O conhecimento da evolução histórica é importante para julgar da persistência de certos usos, da aptidão das formas urbanas para se adaptarem à mudança, do sentido da evolução da apropriação social do território e

para identificar as regras básicas de ordenamento do espaço (constantes mantidas ao longo da variação no tempo). Seguindo, aliás, esta linha de raciocínio, desenvolvendo-a, direi que importa ter em grande consideração a contribuição das disciplinas sociológicas para a definição do programa e planeamento da intervenção nos centros históricos. É fundamental assimilar a área no seu conjunto e dinâmica, entendê-la viva, na sua generalidade e especialidade, avaliá-la, perceber os diferentes tipos de problemas que a afectam e as potencialidades que oferece, apreender o que nela representa qualidade, carácter próprio, soluções e factores favoráveis ao estabelecimento de bases de apoio para aplicar as soluções de intervenção que venham a ser definidas. Das conclusões que então conseguimos estruturar, resultava evidente que essas propostas devem considerar:

- a estrutura sócio-espacial;
- a apropriação social do espaço;
- dinâmica sócio-espacial;
- sociabilidade no espaço urbano;
- marginalidade no espaço urbano;
- significados e valores ligados ao habitat e ao espaço urbano global.

Para dar um exemplo da situação da vila de Mértola, esta compreensão permitiu, e poderá ainda permitir no futuro, desenvolver acções, como a criação de um conjunto de espaços museológicos, projecto que não é meramente a reabilitação de um edifício ou a conservação de um espólio arqueológico, artístico ou etnográfico, mas sim parcelas de uma efectiva revitalização de uma área urbana histórica. Pelo menos em Mértola, foi essa a situação que se verificou, com relativo sucesso, em ambos os campos.

Estes projectos foram, e são igualmente importantes porque eles, quer na sua realização, quer na apresentação das informações recolhidas, respeitam ao local onde habita a população da terra que os conservou. De algum modo, ao aumentarmos o conhecimento disponível sobre a evolução do tecido urbano, estamos a aumentar a familiaridade das pessoas com o sítio, o que é muito importante para a construção de uma verdadeira política de salvaguarda patrimonial em que todos são participantes. Igualmente muito importante é a interacção com a população, em termos do seu conhecimento das acções de revitalização referidas. A intenção será, igualmente, recolher e difundir um conhecimento patrimonial o mais abrangente possível, descendo do monumento à mais pequena casa, e fazendo difusão da ideia de que o

conjunto urbano, o seu valor, é o somatório de todos os seus espaços, construídos e «vazios». Construir uma proximidade identitária é vital para concretizar um efectivo modelo de salvaguarda patrimonial em espaço urbano.

A dinamização destes locais, através da sua inserção em modelos de turismo cultural, que trataremos com maior detalhe no capítulo seguinte, é também importante. O conhecimento histórico detalhado sobre os elementos arquitectónicos e urbanos, que pode ser transmitido, muitas vezes de forma simples, mas interessante, aos visitantes, aumenta a sua interacção com as políticas de reabilitação e estudo da localidade, bem como potencia o efeito que a sua participação pode ter junto dos residentes. Esta pode ser activa, pela expressão da sua admiração, ou mesmo passiva, expressa apenas pelo seu número significativo, percorrendo as ruas de um casco histórico, permite também potenciar efeitos positivos junto da população local, reforçando na auto-estima, o efeito mais directamente económico que pode também resultar dessa atracção. Compreender-se-á assim melhor a estratégia global de desenvolvimento cultural que, em quaisquer circunstâncias, a preservação de um centro histórico sempre representa. Politicamente este aspecto não deve ser menosprezado.

A mesma equipa, concluído este projecto, quis avançar para a questão das tipologias, um trabalho de investigação em tradições construtivas e tipologias arquitectónicas. Assim, elaborou uma 2ª candidatura ao Programa PRAXIS, desta vez na área da Arquitectura, uma primeira intromissão fora do segmento da História e Arqueologia, e com a preciosa certificação, como Responsável de Projecto, do Engº João Appleton. Esta proposta foi nominada "Património Edificado e Tecnologias Tradicionais de Construção na região de Mértola".

No Relatório de Execução Material deste projecto, já então se salientava que "é vital um esforço que permita que a existência da dita capacidade de investimento em reabilitação e/ou reedificação não se faça sem qualquer respeito pela herança reconstrutiva que lhe corresponde. Essa desvalorização que «as casas velhas» têm aos olhos dos seus proprietários só pode ser invertida se, em casos emblemáticos, ou num esforço de promoção por parte dos agentes responsáveis localmente, for possível fazer a demonstração concreta do valor da arquitectura vernacular. Sem dúvida que um dos aspectos que mais pode contribuir para tal facto é o estudo minucioso das suas características e a sua divulgação"⁶³³. Se puder fazer um balanço relativo a esta

⁶³³ Património Edificado..., Relatório (policopiado), s.p..

conclusão que me parece dever ser *pedra de toque* para as intervenções em Mértola, é de que não foi suficientemente divulgado, e principalmente junto dos dirigentes das diferentes instituições locais, o que então escrevemos.

**Articulação entre as
Diferentes Áreas de Trabalho e de Investigação**

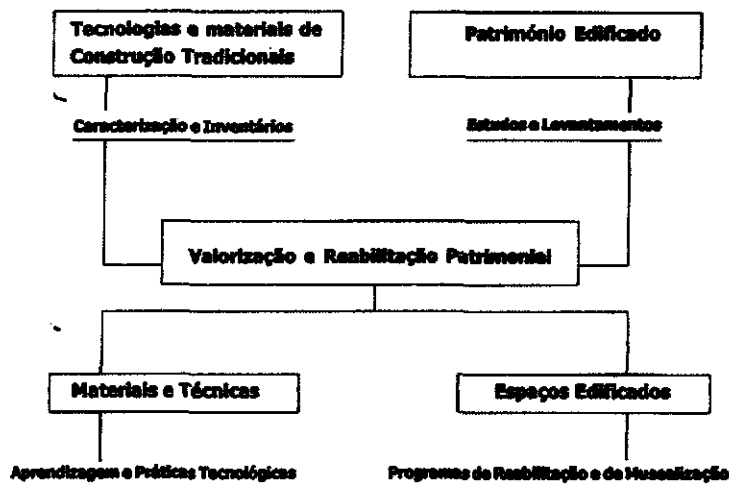


Diagrama integrado no Projecto, que explicitava a interrelação prevista entre a investigação científica e a prática concreta da reabilitação do edificado com o propósito de dinamizar a salvaguarda patrimonial.

No caso dos projectos de reabilitação do património edificado, a acção do Campo Arqueológico de Mértola assume um lugar de destaque, uma vez que, em 30 anos, têm sido inúmeras as necessidades, metodologias e tipologias a que foi necessário dar resposta. E se bem que esta nem sempre, de um ponto de vista das soluções programáticas ou das expressões técnicas e tecnológicas seguidas, tenha sido a melhor, não é de deixar de se destacar o considerável esforço e empenho, e o resultado largamente positivo, da acção empreendida. As críticas servem, penso, o propósito de reflexão sobre o caminho percorrido, no sentido de o melhorar. Em Mértola, é claramente visível o que falta percorrer.

É evidente que não cabe no âmbito desta dissertação analisar detalhadamente todos os casos de reabilitação e de conservação patrimonial concretizados, pelo que vou apenas destacar um dos casos correntes: o Plano de Musealização da Alcáçova e

Castelo de Mértola, pelo que ele me parece emblemático das virtudes e defeitos das soluções apresentadas.

Esta reabilitação tem raízes antigas, tendo começado a ser pensada cerca de meados da década de noventa pelo autor do projecto Arq.to José Manuel Pedreirinho. Trata-se de um projecto parcelar, destinado a integrar-se numa ideia mais alargada de recuperação e salvaguarda do castelo de Mértola, que se iniciou com escavações no interior desta área muralhada, com a reconstrução da entrada da fortaleza de acordo com o desenho de Duarte d'Armas (e vestígios arqueológicos entretanto descobertos), e com a criação de um núcleo museológico na sala principal da torre de menagem.

Datado de 2003, e já parcialmente executado⁶³⁴, o projecto prevê, por exemplo:

- a cobertura da torre de menagem do castelo
- o arranjo do caminho de acesso ao castelo.

ambas procurando melhorar os circuitos de visita ou aumentar as zonas de exposição, aspectos decisivos para um projecto que dá tanta importância à componente do turismo cultural⁶³⁵.

A primeira destas soluções arquitectónicas destina-se a aproveitar o espaço quadrangular existente no topo da torre de menagem, permitindo a extensão do aproveitamento museográfico desta estrutura.

“A estrutura metálica de suporte da cobertura, apoia no adarve (...). Manteve-se a tradicional estrutura de quatro águas, reinterpretando-a com uma nova solução construtiva onde se teve em conta principalmente:

- a necessidade de não introduzir na estrutura da torre quaisquer forças não verticais;

⁶³⁴ Estas obras foram da responsabilidade do IPPAR, estando inseridas no Plano de Requalificação e Valorização do Castelo de Mértola, por sua vez uma parcela do Programa de Valorização Territorial “Castelos do Alentejo”, apoiado pelo Ministério do Planeamento. Para a Câmara Municipal de Mértola representou um investimento de cerca de €121.000.

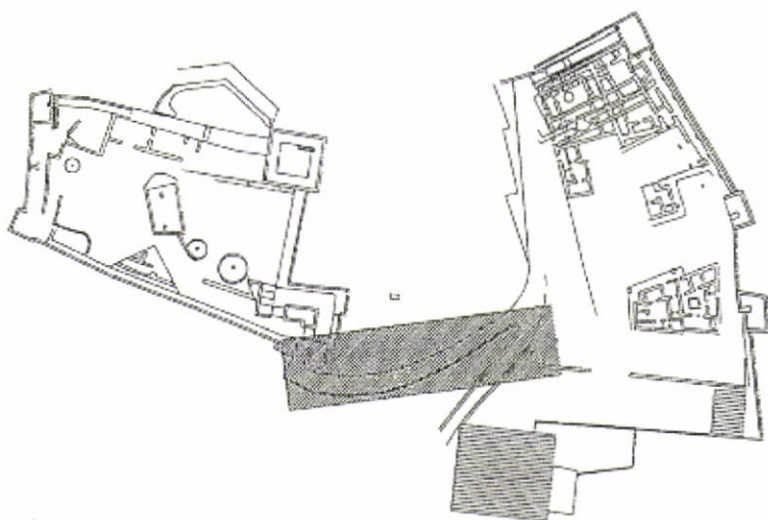
⁶³⁵ Este projecto tem uma estrutura integral, ao menos na sua planificação, e está a ser faseadamente executado – pelo menos assim se espera. No seu programa incluem-se:

- no exterior do castelo: melhoramentos no caminho de acesso e na encosta e ajardinamento;
- no interior: zona de exposição na Torre de Entrada, trabalhos de arquitectura na Torre Carocha e na cisterna, cobertura da Torre de Menagem, portas em grade metálica e consolidação de estruturas e arranjo paisagístico
- na alcáçova, além do citado circuito de visitas, a construção de um Centro de Interpretação.

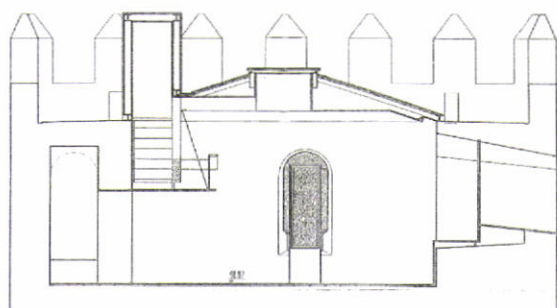
OBRA DE REABILITAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DA ALCÁÇOVA DO CASTELO DE MÉRTOLA



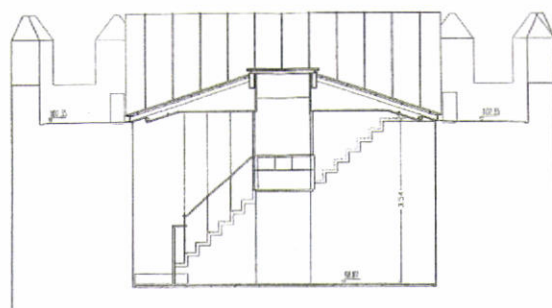
OBRA DE REABILITAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS
DA ALCÁÇOVA DO e torre de menagem do CASTELO DE MÉRTOLA



As cotas indicadas devem ser confirmadas em obra
s A,B,C,D ver desenhos 3 e 4



CORTE C-C



CORTE A-A



- a necessidade de toda a obra poder ser executada com materiais e processos técnicos adaptados à especificidade do local em particular no que se refere aos acessos e modos de montagem⁶³⁶.

O autor do projecto, e como se poderá constatar nas imagens anexas, teve o cuidado de criar uma solução que não interferisse visualmente no conjunto, o que levou a uma dimensão, em altura, muito controlada, e na utilização de um conjunto de materiais o mais simplificado possível. A intervenção teve a vantagem de permitir resolver, igualmente, uma patologia antiga de que este local sofria, a pouca impermeabilização do terraço. A esta acrescentou-se a drenagem eficaz da zona do adarve, “com a inclusão de caleiras e a colocação de gárgulas metálicas [em aço inox] que permitem o escoamento das águas em melhores condições⁶³⁷”.

Quanto aos aspectos museográficos, apenas a salientar a escolha sensata do autor do projecto que, em virtude de nessa fase não ter ainda uma programação detalhada, ter optado por deixar o espaço livre e com diferentes possibilidades de instalar os sistemas de iluminação. Do espaço criado, de grande qualidade, só se espera que a utilização a dar, lhe possa fazer toda a justiça.

Quanto ao caminho de acesso ao castelo, já não se poderá dizer o mesmo. A solução encontrada, tem uma intenção «desmontável», facto que se aplaude: “teve-se ainda em conta na procura das soluções construtivas encontrar formas que permitissem a reversibilidade da intervenção, e sobretudo a possibilidade de qualquer destas situações poder ser construída praticamente sem qualquer escavação no local que pudesse de qualquer modo danificar quaisquer testemunhos existentes, mesmo nos locais mais insuspeitos. (...) os degraus serão simplesmente apoiados no terreno e nos gabiões permitindo ainda que o impacto da intervenção seja menor sobre o existente⁶³⁸”. Apesar disso, não deixa de introduzir aqui, não só alguma dissonância pela sua abordagem em escada, mas também pela escolha dos materiais.

A intenção original, como se escreve no projecto, era a de melhorar o perfil do caminho, através dos degraus e patins intermédios, permitindo simultaneamente incorporar a rede eléctrica e de águas para fornecimento ao castelo (prevê-se a

⁶³⁶ Projecto de Requalificação do Castelo de Mértola, p. 3.

⁶³⁷ Projecto de Requalificação do Castelo de Mértola, p. 3.

⁶³⁸ Projecto de Requalificação do Castelo de Mértola, p. 3.

construção de um pequeno bar ou café no seu interior, para lá da parte museográfica instalada na torre de menagem)⁶³⁹.

A opção pelo sistema de escada, em vez de se construir uma discreta rampa em peças de xisto, parece-me uma intenção exagerada, mais a mais com a agravante de os degraus e patins serem em mármore branco polido. De facto, essas escolhas tornam a escada excessivamente visível (e comentada pelos visitantes...) quando a intenção museográfica mais correcta seria, a meu ver, fazê-la tão discreta que as pessoas nem se dessem conta de que havia um caminho de acesso ao castelo. Tal não é o que está a suceder.

Os gabiões com rede, em vez de muros de pedra argamassada, também não são um detalhe que mereça ser citado pela sua qualidade. Os coloridos malmequeres, ali um pouco a despropósito, compondo o cenário das fotografias pirosas tiradas junto à estátua de «jovem num pónei» (não tem escala para ser chamada de outro modo), a escadaria a armar-se ao monumental, são aspectos que dão um certo ar «neo-estado-novo» ao arranjo, e que me parece enquadrar-se muito pouco com o modelo programático que devia estar implícito em todas as intervenções que se realizam no conjunto histórico de Mértola, e para mais, num projecto promovido pela principal instituição científica do mesmo. Felizmente, as escavações prosseguem, e espera-se que possam levar, noutra ocasião, a uma melhor solução para a envolvente do Castelo.

⁶³⁹ Ainda foi criado um pequeno caminho de peças quadradas, um pouco exótico na sua marcação, para se chegar junto da estátua equestre aqui colocada, mas que o comum das pessoas não usa integralmente. Porquê? Porque como é típico destas coisas que desenhadas ficam muito bonitas, mas são contra o senso comum, segue um caminho ilógico do ponto de vista dos passantes. Como, além disso, não há aqui qualquer constrangimento visível, nem relva sequer... toda a gente segue o caminho mais curto, onde não estão as peças que o projecto colocou... Sobre o arranjo geral desta envolvente, reservo-me para o sub-capítulo das «catástrofes do detalhe».

4.3.3 - A EPBJC e a formação em técnicas de construção tradicionais

Na sequência do prestígio de que o CAM auferia, particularmente pelos trabalhos arqueológicos realizados, surge, em 1993, a proposta da Direcção Pedagógica da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, para que seja constituído, em Mértola, um núcleo desta escola (nível 3, três anos lectivos cada curso, correspondentes ao 10 a 12º anos do Unificado). A aceitação imediata da responsabilidade, levou alguns dos investigadores do CAM⁶⁴⁰ a iniciar a estruturação da delegação local.

Esta proposta vinha de encontro, uma vez mais, à ideologia do modelo de intervenção; como refere Cláudio Torres “um outro ponto de honra deste projecto foi a aposta na componente formativa, na medida em que o fenómeno do despovoamento e da desertificação do interior, ao arrastar para a emigração e para as cidades do litoral a maioria da população, provoca também uma «fuga de cérebros». (...) criar uma escola profissional especializada que formasse técnicos em arqueologia, museografia e turismo cultural”⁶⁴¹.

Esta escola técnica, de nível secundário, veio, com os anos, a tornar-se num dos pilares estruturadores do projecto, em termos de realizações concretas, e, simultaneamente, a ter um destacado papel a nível social, já que, pela primeira vez, jovens começaram a deslocar-se para aqui de outros locais para completar os seus estudos. Habitados a ver os seus melhores alunos emigrar, o facto de agora terem de acolher estudantes vindos de longe, de bem longe alguns deles, ajudou a dar um sentido ainda mais positivo aos recursos da vila e concelho de Mértola.

Para lá da importância que podemos atribuir à escola em inúmeras actividades, ela começa por ser de imediato, um local onde o património, nas suas múltiplas vertentes se vai tornar familiar ao grupo de alunos. Em certa medida, ela acaba por funcionar como a base de recrutamento e de rejuvenescimento do próprio projecto. Citando Ana Margarida Martins “Devendo ser uma instituição aberta e dialogante com a comunidade, a escola assume-se como um meio privilegiado de relacionar o público jovem e infantil com o património. Efectivamente a questão do património que se impõe de forma cada vez mais urgente e significativa na sociedade contemporânea, tem vindo também a invadir a escola exigindo dela uma resposta adequada e um

⁶⁴⁰ Curiosamente, um antropólogo, um arqueólogo e um historiador (eu próprio), de certa forma representando os segmentos informais de investigação que o CAM possuía.

⁶⁴¹ TORRES, 2001:23-24.

tratamento pedagógico e didáctico que motive os jovens para o estudo das realidades patrimoniais, e que desenvolva neles capacidades de investigação e leitura histórica do património, assim como atitudes de cidadania que se traduzam na defesa e preservação do que constitui parte integrante e significativa do percurso temporal da sociedade em que se inserem. A escola – através de diversas actividades curriculares e extra-curriculares que combinem linguagens didáctica e pedagogicamente desenvolvidas – pode, assim, desempenhar um papel insubstituível na defesa do património, que passa pela educação e sensibilização das gerações mais novas para os seus valores patrimoniais, enquanto suportes da memória colectiva, e do seu quadro de referências e valores”⁶⁴².

Aqui a base histórica da formação não é desligada do contexto, e por isso, em qualquer das áreas que mais directamente podem levar os alunos a executar trabalhos práticos no centro histórico de Mértola, a história local tem um peso específico na sua formação que raramente se encontra, ao nível do secundário, nas componentes curriculares. Poderíamos assim dizer que, num campo mais circunscrito, a disciplina de História vem enquadrar e dar significado ao património – instrumento precioso para o estabelecimento de um diálogo com o passado. A História vem, assim, possibilitar a inserção do património numa comunicação dialogante, que permita à criança [e ao jovem] o contacto directo com o passado, a tomada de consciência histórica das mutações operadas ao longo dos percursos humanos e tornar o património num referencial observável que permita obter resposta para muitas das questões relacionadas com as sociedades passadas e presentes⁶⁴³. E não só o seu contacto directo, mas a sua posição como animadores, retransmitindo a outros a importância do património local, também não teve uma importância menor.

Alguns dos projectos que foram realizados com os alunos, e coordenados por mim, envolveram, na área mais específica dos estudos urbanos a recolha de dados sobre o património edificado não monumental do casco histórico de Mértola. Este projecto deveu-se ao facto de não existirem, para esta zona intramuros, informações devidamente estruturadas sobre o Património edificado não monumental da vila. É fundamental, aliás, continuar a promover a sua recolha porque através delas podemos

⁶⁴² MARTINS, A. M., 1999:58.

⁶⁴³ Adaptado de Pedro Manique e Cândida Proença, *Didáctica da História. Património e História Local*, Lisboa, Texto Editora, 1994, p.58.

imaginar como era, antigamente, Mértola, ao nível das vivências, onde se situava o comércio e de que tipo e outras actividades que se concentravam no centro histórico.

Tal como se tinha já salientado, este tipo de recolha para além da sua importância testemunhal não só complementa os circuitos de visita para aqueles que vêm de fora, como também serve para reforçar o carácter identitário da vila com as novas gerações e valorizando as memórias das gerações mais velhas, demonstrando-lhes assim que o seu saber é também uma parcela importante do património local. A recolha da informação, para além das memórias das pessoas, e que contempla de alguma forma o século XX, foi ainda complementada com pesquisa nos livros do Arquivo Histórico de Mértola para os séculos XVIII e XIX.

Apenas uma pequena descrição de como foi desenvolvida a metodologia desta recolha: as entrevistas aos moradores mais idosos foram diversificadas por estatuto social, profissões, etc... A «vila velha» foi dividida em quarteirões e as habitações numeradas, códigos que serviram para referenciar as informações que, em visitas pela vila, os informantes iam dando acerca dos imóveis, dos seus moradores e ocupações funcionais que possuíram. Do texto dos próprios alunos: "(...) apoiamo-nos na informação recolhida através de dois informantes, que são: o Sr. João Luciano Confeiteiro (pescador) e o Sr. Eurico Allen Revez (comerciante reformado). A informação é recolhida da seguinte forma: seguem-se os informantes casa a casa, registando a informação que nos podem dar acerca de cada imóvel, uma pequena história sobre a casa, como por exemplo qual o seu primeiro proprietário, se foi casa de comércio ou de habitação, etc., até tempos antigos, tudo quanto a memória deles consiga recordar, porque em certos casos houve muitas alterações até aos dias de hoje. Por vezes é difícil saber todas as informações, mas quanto mais detalhado melhor fica o trabalho"⁶⁴⁴.

Veja-se um exemplo dos dados recolhidos: "A *vila velha* era o local onde se situavam as casas de comércio, onde se podiam encontrar tabernas, as *vendas* (casas que vendiam de tudo um pouco), *sapateiros*, *albardeiros*, etc. (...) hoje em dia não se encontra nem uma casa de comércio à excepção da casa do Sr. Artur Oliveira (que desde os 11 anos que era empregado nesta casa [de comércio diverso] casa essa que

⁶⁴⁴ Relatório de Prova de Aptidão Profissional, autores vários, Levantamento Funcional do Casco Histórico de Mértola, 1999.

já é bastante antiga pertencendo antes ao Sr. Eurico Allen Revez⁶⁴⁵. Este tipo de informações, que foram devidamente cartografadas, têm a maior importância para se compreender a profunda alteração funcional que a vila sofreu desde os anos 50 do século XX.

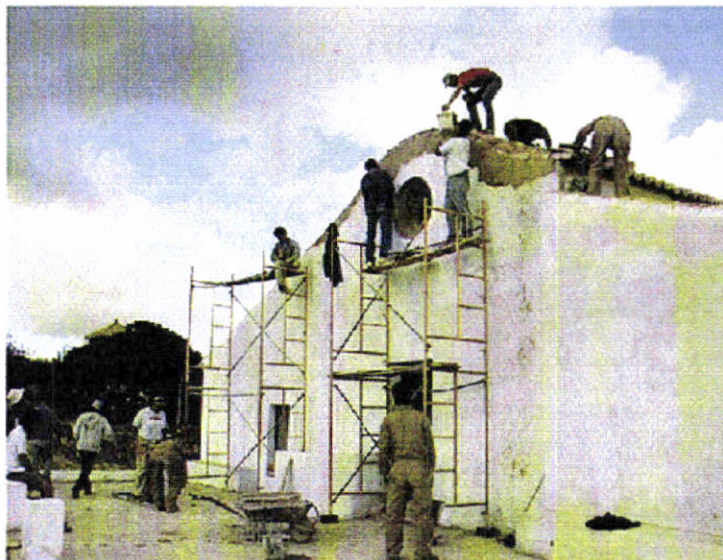
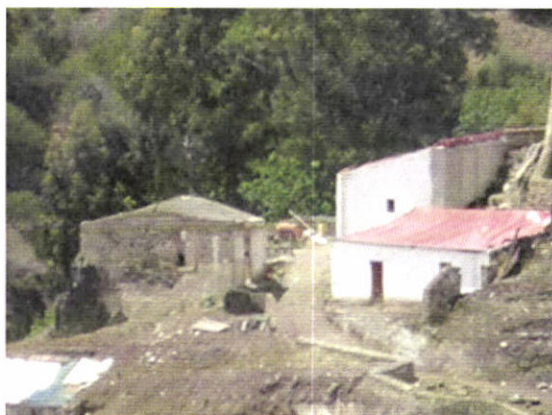
Mas, para além deste trabalho de transferência de património imaterial para um registo físico, outros houve, para além da Arqueologia e da Animação do Património, que foram muito importantes, como nos casos dos projectos do curso de Recuperação do Património Edificado. Dois casos, sobretudo, foram particularmente importantes pelo seu significado social e por terem permitido promover o ensino de saberes tradicionais, desse modo salvaguardando a memória tecnológica e incentivando o seu uso: as ermidas de S. Sebastião e S. Barão.

A Ermida de S. Sebastião foi reedificada a partir de vestígios arqueológicos, dos testemunhos sobreviventes do edifício derrubado pela grande cheia de 1876, e das informações constantes da documentação histórica. Do cruzamento das informações recolhidas foi traçado o projecto de reconstrução do imóvel, que envolveria a comunidade escolar, em todas as fases do mesmo (escavações arqueológicas, leitura e interpretação de estruturas, definição do programa de obras e participação activa nestas últimas). Após a sua reedificação a ermida passou a exercer as funções de núcleo museológico *in situ*, e nela, para lá de outros elementos de valor patrimonial, pode ser visto um pequeno filme da sua reconstrução, dando continuidade aos propósitos pedagógicos que orientaram o programa da sua recuperação.

A Ermida de S. Barão, local de peregrinação com raízes que recuam à medievalidade, situada no alto da serra do mesmo nome, que progressivamente foi conhecendo um estado de ruína progressivo nas últimas seis décadas, foi um espaço privilegiado de aplicação e experimentação tecnológica, uma vez que a recuperação implicava um uso sistemático das principais técnicas construtivas da região. Assim, constituiu-se uma equipa mista em que os investigadores do projecto foram os criadores do programa de intervenção e de recuperação do edifício, que após a concretização da obra recuperou um uso tripartido (uso social/ festivo, uso religioso – os tradicionais – e uso cultural – como espaço museu, integrado nos circuitos de visita ao património do concelho de Mértola). O moroso e meticuloso processo de reconstrução da velha ermida permitiu uma aprendizagem de técnicas tradicionais, o contacto com mestres

⁶⁴⁵ *Idem, Ibidem.*

ESCOLA PROFISSIONAL BENTO DE JESUS CARAÇA - MÉRTOLA
 Curso de Técnicos de Recuperação do Património Edificado
 OBRAS REALIZADAS E/OU EM CURSO



Ermida de S. Barão
 (conjunto de 6, em cima, e central; à direita)
 Casas da Boca da Robeira, ao centro.
 (e imagem antiga das mesmas)
 Início da recuperação da igreja de Mosteiro
 (em baixo)

construtores da região, um domínio não apenas manual, mas também teórico e tecnológico dos usos e desempenhos dos materiais empregues. E alargando a sua percepção aos contextos culturais e à compreensão das valorizações simbólicas comunitárias que os edifícios exprimem. É preciso não esquecer que o estudo das tecnologias não se restringe a meros referenciais técnicos e a comportamentos físico-químicos, ou à matriz geológica das matérias-primas nucleares que satisfazem as necessidades construtivas das comunidades humanas. As edificações não são meras consequências da junção de materiais

Dando continuidade a essa aprendizagem, foi instituído um segundo curso nesta área (Ciclo Escolar 2004-2007), e que terá também uma obra emblemática, dentro do mesmo espírito que norteou o trabalho do 1º curso: neste caso, a recuperação de um antigo mosteirinho, provavelmente de fundação medieval, da localidade do concelho que ainda conserva este topónimo – a pequena aldeia de Mosteiro (junto à Amendoeira da Serra, no limite norte do concelho de Mértola). Na mesma ideia de trabalhar com materiais tradicionais, esta intervenção, de grande relevo patrimonial (o espaço estava a ser usado como estábulo, palheiro e galinheiro) destina-se à criação de um pequeno núcleo museológico. Este novo espaço vai dar maior interesse aos circuitos de visita e às dinâmicas já existentes, principalmente ligadas ao património natural. De facto, a existência do CIPAS – Centro de Sensibilização Ambiental da ADPM, na Amendoeira, e o Monte do Vento, herdade de investigação e produção na área ambiental e ágro-pecuária, também da mesma associação e situado aqui próximo, já representam uma estratégia de animação e desenvolvimento para esta parcela do território concelhio.

Uma última referência que me parece importante para ilustrar o esforço que a Escola, através deste curso, tem feito para colaborar em acções de reabilitação arquitectónica e urbana no contexto da sua formação nesta área. Em ambos os cursos, uma parte da aprendizagem foi realizada na recuperação das casas do antigo porto de Mértola, situadas já exteriormente à muralha, junto do areal a que acostavam os barcos. Como se pode ver numa fotografia dos anos 50, ainda não há muitos anos todas estas casas (moradias de pescadores, uma taberna, pequeno armazém e o edifício da Alfândega) estavam em bom estado. Sendo edifícios de alguma simplicidade, a sua reconstrução é fácil, considerando o aspecto meramente técnico.

Nos Regulamentos dos primeiros Planos, já depois dos anos 80, e com as casas já abandonadas, estas edificações estavam destinadas a demolição. Foi a partir da

acção da escola que estes preceitos foram alterados e hoje, embora não para fins de habitação permanente, já se considera a salvaguarda dos mesmos.

À argumentação de carácter meramente pedagógico, de que era importante ter um local de aprendizagem prática na vila, e à intenção, de valor económico e social, de não investir na construção de «falsas casas» para concretizar esse aspecto da formação, veio juntar-se a questão do valor patrimonial, histórico e estético.

De facto, este conjunto de habitações tem um papel importante na história da vila, pois a vila não seria o que é sem o rio. As casas, todas elas, tinham uma ocupação que se relacionava com as inúmeras actividades que o Guadiana permitia. Da pesca, pelo comércio, à cobrança de impostos. Numas dormia-se, noutras petiscava-se, algumas eram local de trabalho. Se outro argumento não ouvesse, veja-se a fotografia referida: Mértola não tem um aspecto de maior qualidade com este conjunto de casas aqui nesta extrema?

Uma outra razão de relevo a justificar o empenho para conseguir a sua reabilitação: apesar de poucos, alguns pescadores desenvolvem ainda a sua faina nestas águas. Em vez de chapas zincadas, madeiras apodrecidas, esferovites esvoaçantes, e muita outra cangalhada inominável que por ali se via (vê ainda...) melhor seria que pudessem de novo usá-las para guarda dos seus apetrechos, e foi essa a proposta decisiva para a aceitação por parte dos proprietários (privados e a ADPM) para esta intenção. Além do mais, tem estado a ser estudada, na sequência de trabalhos arqueológicos e de limpeza das barreiras, a possibilidade de criação de um percurso pedonal turístico pelo exterior da muralha da vila. Nesse contexto, a reabilitação / reconstrução destas casas enquadra-se nesse propósito, tendo sido levantada igualmente a hipótese de uma delas ser utilizada para uma exposição dedicada aos temas da pesca e do comércio, ilustrando de forma clara a história deste porto fluvial. Em conjunto com as oficinas dos pescadores entretanto aqui instaladas, este percurso vem integrar-se na ideia de *vila museu* que está a ser desenvolvida desde 1978, em que à história se acrescenta a defesa das actividades tradicionais. Espera-se que, nos anos vindouros, paulatinamente, este conjunto acabe por ser integralmente recuperado.

4.3.4 – O PNVG e o projecto da “Casa do Lanternim”

No caso da Instituição Parque Natural do Vale do Guadiana, um organismo pertencente ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN) / Serviço Nacional de Parques (Ministério do Ambiente), *respeita a sua intervenção no casco histórico de Mértola à reconstrução de um edifício – localmente conhecido por “Casa do Lanternim”, devido a esse detalhe arquitectónico – onde desejava instalar o Centro Polivalente de Interpretação e Divulgação, embora na realidade o imóvel desempenhe também funções de sede deste organismo.*

Uma palavra de informação tipológica sobre o edifício: “É exemplo das casas apalaçadas que uma burguesia recém-enriquecida com a especulação fundiária construía então nas principais localidades da região, exibindo a sua nova condição de senhores da terra (...). Neste caso particular, encontramos aqui o homem de posses, com família e criadagem, que constrói uma casa de – pelo menos à escala local - gigantescas dimensões: dezanove compartimentos, cavalariças, um logradouro de dimensão equivalente a várias casas médias da localidade [aliás, provavelmente existentes, e entulhadas para construir este “jardim das damas”]. No total, quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados, um quarteirão inteiro que, aliás, *à época da sua construção, não possui vizinhos partilhando muros, confinando, em todas as frentes, com ruas da localidade”⁶⁴⁶.

Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, reputados antropólogos, na sua obra “Arquitectura Tradicional Portuguesa” abordam esta tipologia edificada, destacando, além dos aspectos sociais a elas associados que já referi, que estamos aqui em presença de uma dada tipologia edificadora: “de tipo horizontal – largas e baixas, de rés-do-chão e andar nobre, própria originariamente de uma classe poderosa e terratenente, para quem a largueza do espaço é a afirmação do prestígio e domínio, que transferiu para a cidade o conceito de casa senhorial do campo e faz da sua residência uma espécie de solar à beira-rua (...) no andar, sobre a frente, abrindo umas sobre as outras e com belos tectos elevados, de masseira, às vezes pintados (...). Em baixo, ficam as dependências de serviço; e as restantes divisões

⁶⁴⁶ MATEUS, 1995:180. Se cito a minha própria dissertação de mestrado é para dar testemunho concreto de que estudei este edifício para a disciplina leccionada por João Appleton, “Patologias dos Materiais Construtivos”, e que, portanto que conheço bem. Numa reunião em que cheguei a participar com os arquitectos que elaboraram este projecto, Arnaldo Grilo e Raul Veríssimo, facultei, inclusive, elementos do levantamento, e deixei algumas opiniões e preocupações relativas a esta intervenção.

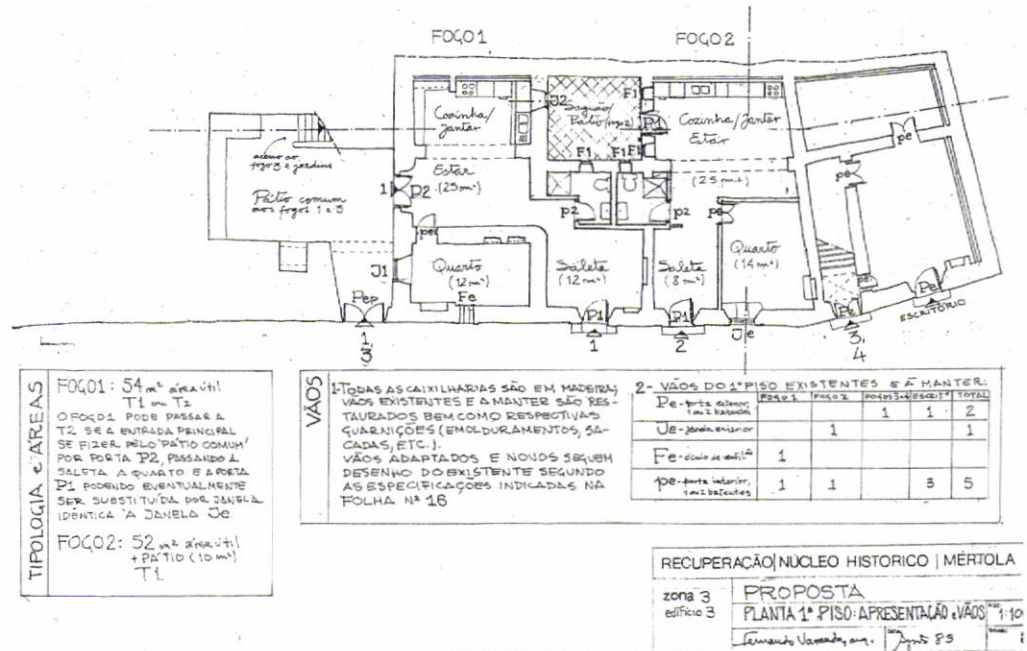
encandeiam-se ao acaso, sem ordem nem lógica orgânica". A descrição é exacta para este caso, pois até os referidos tectos existiam.

Este imóvel passou de mão em mão por herdeiros, acabando por estar apenas parcialmente ocupado, e já com graves problemas de conservação, no início dos anos 90, fruto da mudança de residência dos seus proprietários para Lisboa. Na lógica da salvaguarda do património edificado, e por ser um edifício excepcional no contexto do conjunto edificado mertolense, a Autarquia acabou por avançar para a sua compra. Mas uma compra que não tinha qualquer projecto em particular previsto para a sua reabilitação. O arquitecto Varanda ainda se encarregou de pensar nessa conservação, retomando os estudos que havia feito sobre ele em 1984, no quadro da colaboração do Município com a ESBAL já referida na dissertação; mas o edifício acabou por ser vendido pela Câmara Municipal ao ICN, durante o mandato de Cláudio Torres como Director do PNVG, e foram já os arquitectos deste instituto – Arnaldo Grilo e Raul Veríssimo quem iniciou então a concepção do projecto de reabilitação.

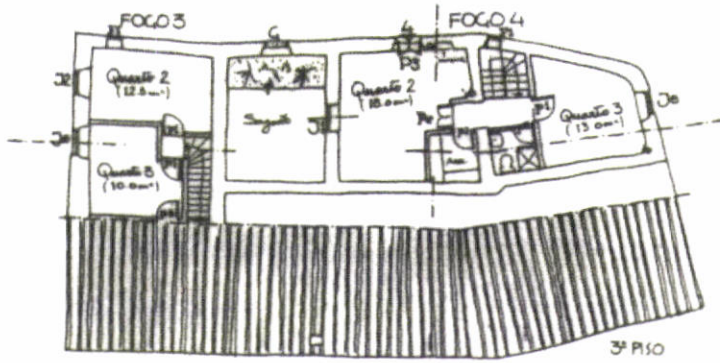
A questão que é relevante aqui referir prende-se com a metodologia de recuperação deste imóvel. Não pelas questões técnicas, mas pelo programa que foi instituído para este edifício. De facto, tratou-se aqui de uma abordagem que, na perspectiva do que deve ser a conservação e salvaguarda patrimoniais numa área de tipo centro histórico, foi completamente eivada de contradições. Por isso, como sempre, destruído património material. O que se pode colocar em seu lugar, por muito que se faça ou por muita verba que se gaste, não corresponderá jamais às prescrições da Declaração de Nara, e a autenticidade estará perdida. Nestes casos, como defendi já, é desejável que se assuma claramente a construção de edifícios novos, usando a arquitectura contemporânea para enriquecer a zona histórica. Com qualidade que possa fazer desse testemunho actual o património a salvar no futuro.

Que se passou então? O primeiro e maior erro, aquele que é desde logo conceptualmente criticável, está relacionado com o programa. O ICN sabia, antes da aquisição deste imóvel, que exigia possuir um espaço para um determinado programa-base obrigatório, em termos de instalações / valências e que esse programa não se concretizaria sem uma área mínima considerável. Deveriam os seus responsáveis ter avaliado de imediato que o espaço que lhe era proposto não possuía a totalidade da área desejável e que a intervenção ia ser, do ponto de vista estrutural, muito agressiva

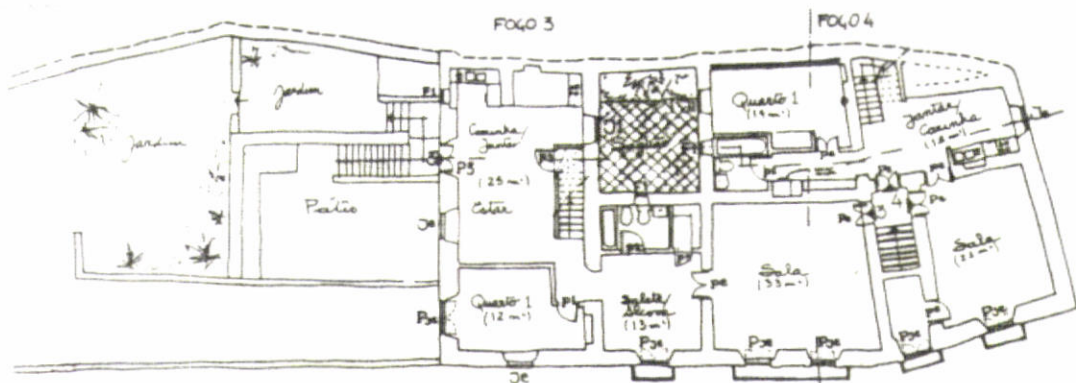
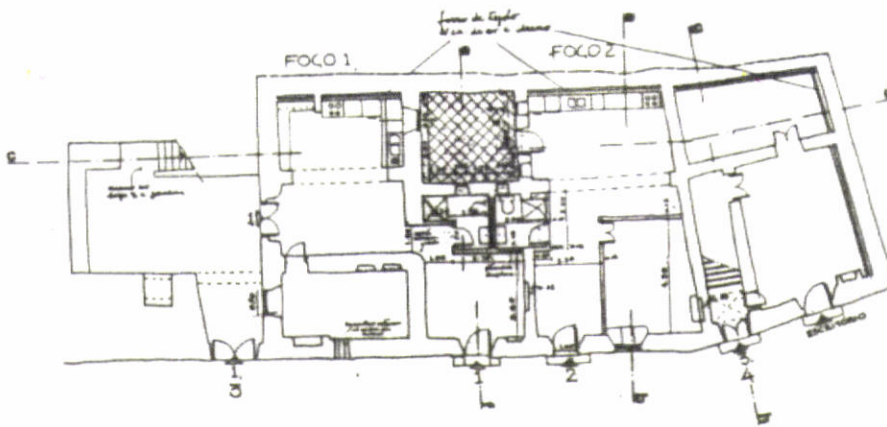
OBRA DE REABILITAÇÃO DA «CASA DO LANTERNIM» (sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)

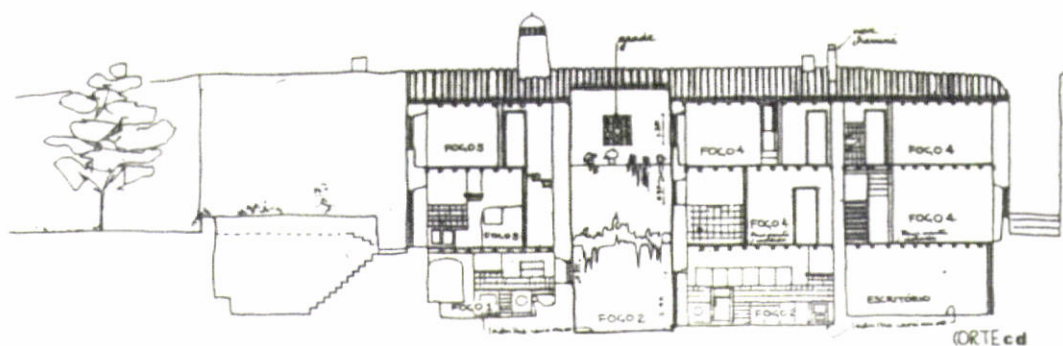


Atenção
estes desenhos são
à proposta de e
do Prof. Viana de
constituição de
unidades habitacionais

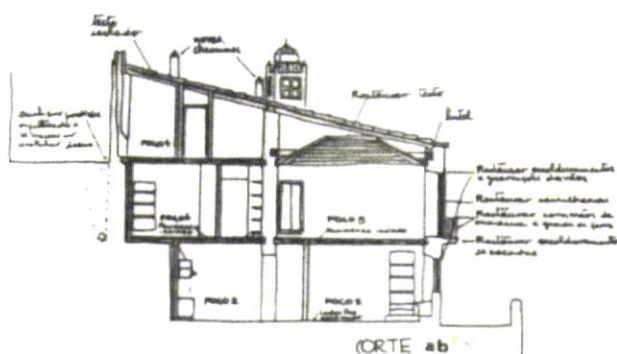
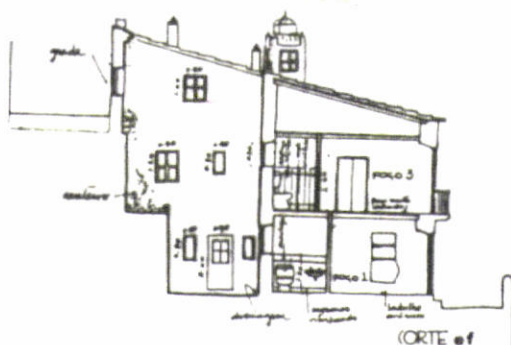


Desenhos do levantamento arquitectónico realizado pelos estudantes de arquitectura em 1981, hoje um registo quase «arqueológico» do que era este imóvel (1).

«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)

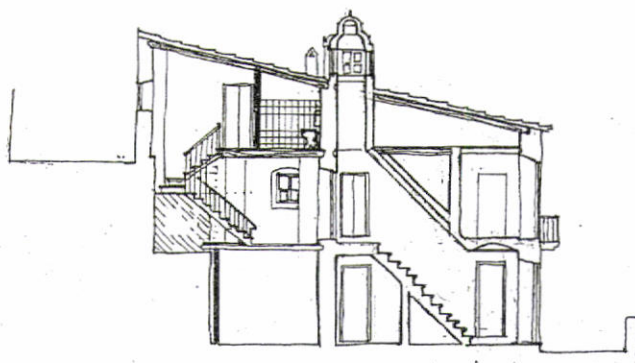
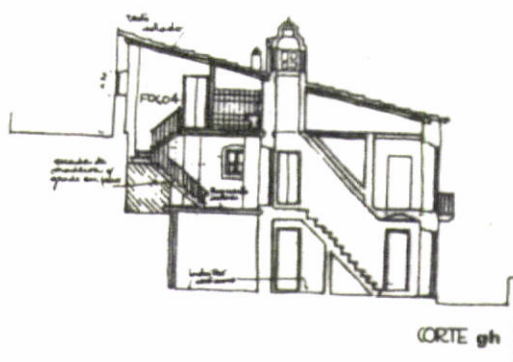


*acrescentaria aqui uma
escada de fundo exterior
e ligaria os espaços interior
dos diversos andares.*



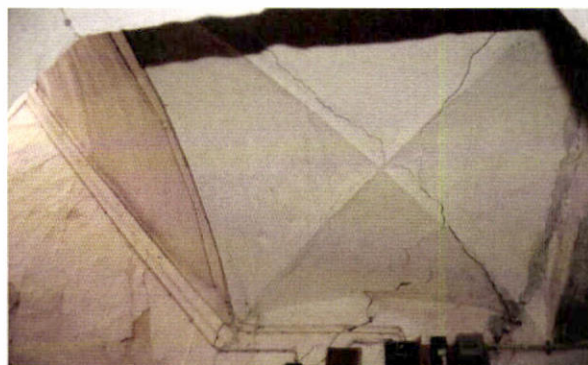
*Cortes de proposta
Arq. Varanda (1983)*

*do sagnão
Creio que esta ideia deve
ser recuperada, embora
adaptada a restante
divisão a fim de servir
administrativo e uso de hab.*



Desenhos do levantamento arquitectónico realizado pelos estudantes de arquitectura em 1981, hoje um registo quase «arqueológico» do que era este imóvel (2).

«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



Levantamento fotográfico antes da intervenção.

para as condições em que o edifício se encontrava⁶⁴⁷. Os próprios autores do projecto reconhecem as exigências complexas do programa que precisam de implementar neste imóvel, ao escreverem: “A Casa do Lanternim vai ser objecto de novas e mais gravosas condições de exploração associadas a localizado reajustamento funcional, factos que motivarão uma estratégia de reforço e remodelação estrutural”⁶⁴⁸.

Reconhece-se, pelo conhecimento que temos do edifício original, que o problema da sua consolidação estrutural era de grau de dificuldade elevado, mas o desafio teria sido preservar o máximo de elementos da sua estrutura original. Igualmente, é clara, no projecto original, a intenção de não destruir, de imediato, todo o 2º e 3º piso, cuja remoção acabou, provavelmente, por ser consequência do processo de demolições que levou à sua desconsolidação progressiva. Mas os avisos em relação à fraca resistência dos materiais, pelo menos no alçado lateral direito, a toda a sua altura, haviam sido feitos. Argumentar que o edifício se foi desmanchando à medida que se foi nele intervindo, era um facto que as informações que foram prestadas no início da elaboração do projecto e a mera observação poderiam, fácil e antecipadamente, mostrar como provável. A solução de substituição dos elementos em madeira, incluídos os dos pavimentos, teria que ser feita por um processo diferente, que pouco interviesse nas paredes (por extrassão horizontal pelos laçados, por exemplo). Mas como já se disse, tal intervenção apenas adaptaria o edifício para condições não tão “pesadas” como aquelas que o ICN impôs.

Igualmente a exaltação da solução do esqueleto metálico para a nova construção, referindo-se sempre que só é usado cimento nas fundações, parece um pouco

⁶⁴⁷ MOREIRA RATO destaca, e bem, que “ a conservação de um edifício histórico deve ser um acto minimalista: devem apenas as acções estritamente necessárias para a eficácia da preservação do valor cultural (...). Este “princípio de intervenção mínima” obriga a que as acções de conservação sejam alvo de uma avaliação pormenorizada e rigorosa, considerando os seus benefícios e os seus custos (...). Determinado tipo de intervenções que pareça, numa primeira análise, o único aplicável, pode vir a revelar-se, excessivo ou mesmo desadequado quando confrontado com outro que, garantindo um resultado satisfatório seja menos significativo em dimensão, complexidade ou consequências”, RATO, 2002:180.

⁶⁴⁸ O Arquitecto Reis Cabrita, um dos mais renomados especialistas na reabilitação de edifícios que Portugal possui, já quando da realização do 1º ENCORE, afirmava: “um dos principais e mais difíceis aspectos a tratar é o da componente espacial, razão porque merece um tratamento destacado (...). Trata-se, em grande parte, de analisar os problemas de desadaptação funcional dos espaços, ocorrida paralelamente à degradação construtiva natural, isto é, àquela em que o tempo é o principal causador de perdas de qualidade. Este raciocínio assenta na importância e interdependência existente nas relações entre os espaços e as funções que nele são exercidas e no facto de as funções mudarem de conteúdo ao longo do tempo ou serem substituídas por outras”. Reis Cabrita, *Patologias dos Espaços, ENCORE I*. Este é um caso em que me parece que este aspecto ficou longe de ter sido bem abordado, em termos da verdadeira salvaguarda do edificado em presença.

exagerada, após ter sido removido todo o estrato arqueológico que havia sido posto a descoberto.

Esta atitude dá um exemplo profundamente contraditório com a tipologia das intervenções realizadas até à actualidade – e com o núcleo romano, sempre citado pelo esforço de conjugação entre os vestígios e a arquitectura nova, instalado na cave da Câmara Municipal, mesmo ao lado... -, bem como é péssimo exemplo para a população, após anos e anos de sensibilização para a salvaguarda de quaisquer vestígios. O argumento de que são meramente umas paredes sem interesse nenhum não poderia ter sido igualmente usado para quando da descoberta dos vestígios romanos na reconstrução da sede da edilidade? Não me parece que, quando foram encontrados, não passassem, igualmente, de apenas «uma porcaria de umas paredes».

E que sabemos nós, pela opinião dos especialistas, destas míseras paredes?

“Ficou inequivocamente atestada uma ocupação humana neste local que vai desde o século I d.C. até ao século XIX, quer pelas estruturas detectadas quer pelo espólio arqueológico posto a descoberto. A nível da topografia da vila infere-se a existência de plataformas a distintas cotas dispostas em socalcos onde se implantavam as estruturas habitacionais. Estas, maioritariamente pertencentes ao período moderno, vêm reforçar a intensa ocupação desta área da vila trazendo novos contributos para a percepção da topografia histórica do casco antigo da vila de Mértola.

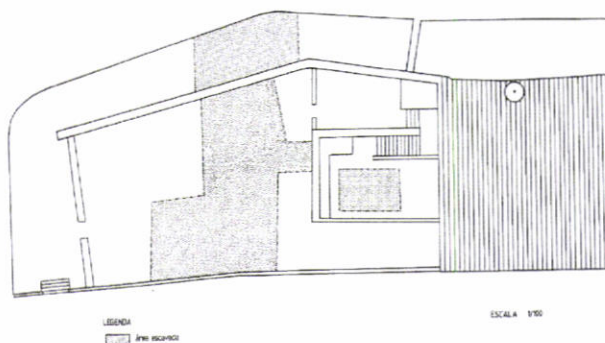
Um segundo dado novo reporta-se às estruturas romanas possivelmente relacionadas com a Casa Romana existente na cave do edifício dos Paços do Concelho e hoje núcleo museológico do Museu de Mértola. Possivelmente estaremos em presença dos limites Oeste da referida casa. [sublinhado meu]

Tendo em atenção os resultados obtidos, e a necessidade de compreender a funcionalidade espacial das diversas estruturas e concretizar a cronologia de ocupação e utilização, consideramos necessário o acompanhamento arqueológico da área a edificar de forma a permitir uma análise e levantamento exaustivos das fundações arquitectónicas que sabemos já existirem neste local. Seria pedagogicamente exemplar conciliar a moderna edificação com um sinal claro do respeito por memórias de outros tempos históricos que afinal têm vindo a definir Mértola como Vila Museu. [sublinhado meu, de novo...]

A nosso ver além de poder haver no futuro edifício uma referência visual a partir das estruturas arqueológicas, não seria descabido prever também um espaço memória para expor os artefactos arqueológicos do sítio [idem...] e as sucessivas fases de

«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)

ASPECTOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA



ocupação (dada a diversidade e a qualidade do espólio arqueológico encontrado no decurso da escavação). Estas sugestões seriam necessariamente estudadas em conjunto com os arquitectos autores do projecto de reabilitação do edifício⁶⁴⁹.

Por aqui penso que fica bem clara qual era a intenção do arqueólogo, que além do mais era apenas coerente com todo o trabalho realizado nas duas décadas anteriores. Reflecta-se nisto: as pobres paredes, em 1982, tinham levado à alteração do projecto de reconstrução da sede municipal, para criar um espaço de museu numa cave não prevista inicialmente, porque não pode (ou não quis) o ICN fazer o mesmo? Ficará para a história a investigação mais a fundo de quem foram efectivamente as responsabilidades...

Que a questão provocou diferenças de opinião parece poder inferir-se de um outro documento, desta vez um parecer em resposta a uma solicitação da Câmara Municipal, para ser enviado ao IPPAR. Diz esse texto: "Esclarecendo uma dúvida levantada pelo projecto prévio a ser elaborado pelo ICN, com vistas à recuperação deste conjunto urbano (...) e consultando todo o material gráfico e documental recolhido na altura constatámos que este espaço – pseudologradouro foi um quarteirão habitacional desde época romana até finais do século XIX. Anexamos um conjunto de fotografias do local antes da escavação e durante os trabalhos que documentam cabalmente a existência de um conjunto de habitações implantadas em praticamente todo o espaço em causa". Este documento, oriundo da direcção do CAM é assinado por Lígia Rafael, deu entrada na Autarquia a 8 de Setembro de 2000.

Lamentável exemplo, e sinónimo do conjunto de interesses envolvidos neste processo, claríssimos nas suas contradições, este relatório do Campo Arqueológico de Mértola, que chama a esta área, para permitir o parecer positivo do IPA e do IPPAR, um «protologradouro», "onde existiam já muitas construções"! Para além da originalidade do conceito (deveria ter entrada imediata nos glossários!), pretende contornar uma cláusula do Regulamento de Salvaguarda do Centro Histórico – do qual, pelas suas funções e responsabilidade cultural e científica, o CAM devia ser o principal guardião – que impede a construção nos logradouros, como era aqui o caso, e justificar igualmente a pouca importância dos vestígios. Mas não escrevera o arqueólogo que efectuou a escavação, que estávamos em presença de outra parcela da casa romana

⁶⁴⁹ Relatório Preliminar, 5 de Junho 2002, assinado pelo Arqueólogo Virgílio Lopes.

que foi musealizada? Então são apenas algumas paredes que merecem esse tratamento... Perdeu-se aqui, aliás, a ocasião de elaborar uma proposta inovadora, em termos museográficos, no tratamento do espólio arqueológico de Mértola, criando uma ponte transparente, na rua, por sobre os vestígios milenares deste edifício.

Acresce ainda um outro problema em termos de gestão do património histórico na localidade. Com pelos menos três grandes etapas de ocupação civilizacional distintas, e com a densidade de ocupação verificada, e com tantas reconstruções de alicerces e muros, muitos serão os logradouros a ter vestígios arqueológicos de edificações, e portanto, muitos poderão reclamar por este estatuto de «protologradouro» (é realmente um «achado» este conceito!). Qual será o critério depois para impedir a ampliação dos edifícios a esses proprietários? Era uma situação à qual tenho curiosidade de ver como se responderia... Sejamos claros. Não fosse Cláudio Torres o responsável pela compra do imóvel, enquanto director do PNVG, e o grande impulsionador do enorme investimento aqui feito para esta reconstrução, e não fosse ele, simultaneamente, o Director do CAM, seria este o relatório? E porque não é o relatório assinado pelo arqueólogo, Virgílio Lopes, que dirigiu esta escavação, mas sim por Lígia Rafael, outro membro da Direcção do CAM? Neste jogo do “puxa-empurra” que este projecto sofreu, a Câmara, através do parecer da DOTAU, tentando, e bem, evitar ainda uma maior ocupação construída do quarteirão, acabou por estar um pouco na base da falta de motivação para se escavar integralmente a zona, e desta forma também não ficará completo o desenho do substrato arqueológico daquela que poderia ser uma zona interessante para compreender as mutações urbanísticas sofridas em época medieval / moderna, dada a dimensão e localização deste local. Também neste aspecto não se ganhou cientificamente o que se esperava. No fundo, não houve uma coordenação estratégica de todo este projecto, o que foi pena, pois as metodologias para se proceder eficazmente estão há muito definidas.

Carlos Dias Coelho, escrevendo a propósito da descoberta de vestígios em contextos de arqueologia urbana, refere: “Deverão pois ser distinguidos com clareza as acções no espaço público e nos espaços construídos e particulares. Nos espaços públicos poderá ser reforçada a leitura dos elementos arqueológicos, tanto no tratamento desses espaços e na reintegração urbana de estruturas como pavimentos ou muros, como pelo reforço de traçados que facilitem essa leitura aquando da introdução, de novos objectos arquitectónicos, ou na disposição dos elementos construtivos fora do contexto original. Nos edifícios e espaços privados, pelo contrário, deverá haver em

regra apenas o cuidado de não destruir material arqueológico⁶⁵⁰. Não estamos aqui em presença de uma dessas situações? Não me parece que o ICN / PNVG deva reclamar aqui pelo estatuto de propriedade privada, É verdade que juridicamente o é, mas a sua responsabilidade social, enquanto organismo estatal, não impõe um comportamento consentâneo com o interesse público? Julgava eu que em Mértola a salvaguarda patrimonial tinha a configuração de interesse público. Ingenuidade minha, seguramente.

O IPPAR, tão zeloso às vezes em salvaguardar piais de cântaros, ou em limitar a construção de pequenas lages de betão em novas instalações sanitárias, também não sai muito bom neste retrato...

Na primeira análise a técnica Arquitecta Elsa Caeiro (dos Serviços Regionais sedeados em Beja) redige o seguinte texto: "Considera-se que a intervenção proposta deve ser viabilizada, pois reabilita e recupera, de forma correcta e rigorosa, um conjunto de elevado valor patrimonial, propondo uma intervenção (remodelação e ampliação), que não modifica a tipologia e a morfologia original do edifício, contribuindo para a sua valorização do ponto de vista patrimonial, funcional e estético"⁶⁵¹. É a validação final do fachadismo, aqui na sua versão «por reconstrução».

Em 20-11-2003, em informação nº 1078/DRE/DS/02 o parecer de Aprovação Condicionada, de Janeiro de 2002 é reforçado, passando a PARECER FAVORÁVEL, por parecer emitido pela técnica citada, e confirmado por Maria Filomena Barata e por Margarida Donas Botto, da Direcção Regional. Não admira que alguns moradores reclamem. Pena é que os técnicos que não se incomodam com esta intervenção destrutiva (ou deveria dizer, este exemplo de arquitectura contemporânea por método reconstrutivo?) não tenham ouvido os comentários da população, sempre da *tipologia* «quem pode manda, é bem verdade!» para terem consciência de como a sua «coerência», ao nível dos pareceres, é bem apreciada...

Para além desta intervenção no antigo logradouro, também a criação de um espaço museológico para constituir um núcleo do museu local relativo aos vestígios arqueológicos (espólio) aí encontrados deixou muito a desejar. Apesar de ter sido feito um ensaio desta ideia (a partir de uma Prova de Aptidão Profissional realizada na

⁶⁵⁰ COELHO, 1999: 126.

⁶⁵¹ Inf. Nº 13/DRE/DS/02,7 de Janeiro. A aprovação ficou condicionada ao potencial arqueológico que pudesse vir a surgir.

Escola Profissional) ela não foi levada em grande linha de conta. A intenção era constituir este espaço usando a cavaleriça desta casa, pelo valor simbólico que este compartimento tem, do ponto de vista histórico, para ilustrar a vivência numa determinada época. Nesta tipologia de edifícios, estas zonas ilustram o estatuto de riqueza e poder económico dos proprietários mertolenses. O espaço teria nobreza para aí se apresentar à população e aos visitantes o espólio, principalmente constituído por cerâmicas dos séculos XVIII e XIX, cronologia para a qual não existe ainda nenhum núcleo em Mértola. No total da imensa área edificada, não conseguiram os projectistas este desiderato da sua salvaguarda, acabando a cavaleriça em corredor de ligação, completamente descaracterizada, com o estábulo (minúsculo, mas de grande originalidade patrimonial, com a sua lareira) a aparecer no projecto com a função de bar! Iguamente, no plano arqueológico, uma segunda questão. A intervenção no logradouro, apesar dos inúmeros vestígios encontrados, não considerou jamais a possibilidade de estes serem incluídos no projecto (apesar das centenas de metros quadrados de área coberta, ou se calhar, por causa deles). Foi sempre uma intervenção considerada de mero registo, que depois seria rebaixada a martelo-pneumático...

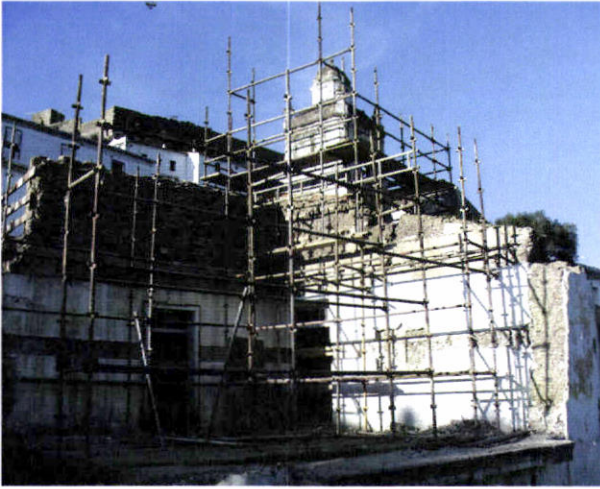
Gravidade tem ainda a intervenção, que destruiu, praticamente até ao último detalhe relevante, toda a integridade patrimonial do edifício, pretender mascarar-se, conceptualmente, de recuperação. Argumentar com a preservação de umas paredes de pedra do rés-do-chão, e com o desmonte do lanternim e a consolidação da chaminé de escuta original, é pouco para justificar esse estatuto para esta metodologia de tratamento deste património construído. Não há aqui procedimentos de uma salvaguarda minimamente conservacionista, face à importância de garantir a soma dos testemunhos autênticos, tectos, frescos, detalhes variados que chegavam a um mastro de navio usado como trave-mestra num dos tectos da cozinha, a única forma de dizermos que a “Casa do Lanternim” foi recuperada.

Repare-se que não se discute aqui a qualidade do projecto, a meu ver até provavelmente a justificar uma intervenção de feição mais claramente contemporânea, mas sim não se ter tido o cuidado de evitar a reconstrução. Como já li algures (cito de memória) “se para conservar um edifício o podemos perder, não vale a pena gastar dinheiro para o salvar, antes que se percam por si sós, num sentido próprio da vida, com uma pacata morte natural”. Foi aqui claramente o caso. Pondo aqui a questão de outro modo, deveria ter sido melhor avaliado o potencial deste imóvel antes da sua compra à Autarquia, percebendo-se de imediato que a violência da intervenção seria

«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



Diferentes aspectos da concretização desta imensa obra de reconstrução. Saliente-se, no entanto, a muito boa estruturação e coordenação dos trabalhos, num local de tão difícil acesso e exíguo.

Na imagem imediatamente por cima desta legenda, vê-se já o local sem os vestígios arqueológicos que tinham aqui sido descobertos.

Na imagem à direita, o coroamento do lanternim, com a gaiola metálica que permitiu o seu desmonte.



«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



«CASA DO LANTERNIM» - Largo Luís de Camões - MÉRTOLA
(actual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



OBRA DE REABILITAÇÃO DA «CASA DO LANTERNIM»
(sede do Parque Natural do Vale do Guadiana)



Fachada recuperada (em cima), embora se estranhe as cores *pálidas*, uma situação de intervenção criativa desnecessária, por contrastar com a exigência que se faz a outros privados para respeitarem as cores tradicionais.

O corpo novo, visto da rua fronteira (ao centro à direita).

Aspectos da sala polivalente - o arco em tijolo é «o toque recuperação do património»?...

tal que pouco sobraria do original, dos seus tectos em madeira, dos frescos da escada, dos pormenores das passagens de compartimento desenhadas para as pipas na antiga taberna que aqui funcionou, que a cavalaria «ia fora», que o jardim seria ocupado com construção. Em tal circunstância, e porque todas as épocas têm, numa urbe, as suas contribuições, não teria sido melhor assumir a substituição e criar na praça central da vila um edifício contemporâneo? E se esta é a época, nos últimos quinhentos anos, da qual não existe um testemunho, não seria mais enriquecedor, numa perspectiva meramente arquitectónica? Agora, desta forma, atropela-se todo o trabalho que os técnicos locais, da Autarquia, e não só, fazem junto das populações, de valorização das metodologias da recuperação do edificado de uma forma respeitadora dos seus detalhes, materiais, memórias.

Aqui é que reside a grande questão. Basta ver as imagens da obra para se perceber que as paredes remanescentes, expostas até ao osso, não justificam, depois de tudo o mais que se perdeu, a sua preservação. Desequilíbrio de critérios, que, aliás, acaba por dar origem a um pormenor “delicioso” da intervenção: centenas de mangueiras implantadas por perfuração para injeção de calda de consolidação destes muros⁶⁵². Muros toscos, de alvenaria de xisto verdadeiramente corrente, e que, nesta zona, permaneciam metidos na barreira da encosta. Apodrecidos, oco o seu substrato por ser uma zona de escorrência pluvial muito severa, com grande desgaste, não se percebe porque não foram removidos, já agora, com tantas demolições muito mais significativas que se fizeram, para se intervir convenientemente na consolidação do substrato rochoso e na edificação (se calhar vantajosa) de um muro de suporte e de adequado sistema de drenagem de humidades?

O resultado final, dificilmente escapará a ser, mesmo que só parcialmente, conotado com um “pastiche”. Perdeu-se o património, e não se ganhou sequer em arquitectura. Embora este imóvel – refiro-me ao original - não tenha sido classificado oficialmente, merecia certamente, pelas suas características, o estatuto de valor concelhio, e mereceria seguramente que com ele fossem seguidas as sugestões dadas por Paulo Pereira numa conferência da Sociedade para a Preservação do Património Construído (SPPC), em que parece conhecer este caso, pelo exemplo negativo que aqui se verificou:

⁶⁵² Um ano após a conclusão desta obra, e com apenas um Inverno passado, são inúmeros os problemas de infiltração e salitização que atacam as paredes neste alçado semi-enterrado, havendo até a suspeita que as injeções, nalguns segmentos, sejam as grandes responsáveis pela mais intensa e vasta dessiminação destas patologias.

"A reutilização deve ser pautada pela clareza de processos e por uma espécie de *downgrading*, diminuindo-lhe o volume de exploração, ou seja, a sua capacidade. Mas torna-se claro que a tendência actual e as orientações a adoptar apontam para o abandono desta estratégia de gestão. Será porque mudámos a nossa maneira de ver? Se se olhar por esse prisma, sendo tão alastrado e generalizado o consenso negativo em torno do movimento das pousadas para ser esse o caso". Aqui não é bem uma pousada, mas até no anexo contemporâneo em aço se parece seguir a lógica dos anexos aos conventos que têm sido construídos pela ENATUR... Continua Paulo Pereira: "Ou a culpa será dos arquitectos? Creio que também é. Mas não é só deles. É que a reutilização estipulada para essas unidades hoteleiras [ou de perfil institucional muito alargado...] é, na maioria dos casos, incompatível com o monumento [ou edifício] onde se instalam. E por isso vemos-las extravasar o próprio monumento [ou edifício], fazer dele uma utilização residual e pretextual, vemos a arquitectura crescer para fora dele e impor-se, esmagando-o e estragando-o. Para responder a determinados e, às vezes, absurdos – níveis de conforto e de serviço, as pousadas pura e simplesmente obrigam à total remodelação da organização do espaço interno, reduzem áreas de circulação, implantam equipamentos de difícil controlo do ponto de vista da conservação global do edifício (quer na obra nova quer na obra antiga) (...). Mas a culpa maior é dos programas. Sobretudo dos programas. (...) E como consequência encontramos os inerentes problemas de escala, que se traduzem na expressão popular *meter o Rossio na Rua da Betesga*. E isto é válido tanto para as pousadas, como também para os edifícios afectos à administração pública, com as suas exigências de *bureaus* e fachadas adjectivadas. (...). Não quer isto dizer que se deixe de promover a realização de projectos e obras de cariz contemporâneo – mas reabilitativo – nos monumentos. Pelo contrário. Creio até que a participação no processo de recuperação de imóveis e de intervenção em imóveis de equipas de arquitectos projectistas (como também de engenheiros qualificados) é não só necessária como desejável. É aqui mesmo que reside o terreno apropriado para a pesquisa e investigação avançada (e laboratorial) na área da arquitectura. Experimentando materiais, desenhos e soluções e, sobretudo, aprendendo com a obra antiga. (...)

Tais critérios de intervenção, e segundo os mesmos princípios, devem ser informados pela história da arte e pela história da arquitectura (ou pela arqueologia), exercendo, por este meio, uma contínua crítica dos gostos, para se perceber através deles a acumulação particular das épocas e do tempo (curto ou longo) em cada edifício. Assim se podem integrar as diversas dinâmicas, rápidas e lentas, metaforicamente

geológicas e históricas (ou conjunturais) de cada imóvel, num entendimento do tempo e da sua sedimentação⁶⁵³.

Se se usa tão longa citação é porque ela exprime com grande clareza um conjunto de princípios e críticas com os quais não podemos deixar de concordar. No caso desta recuperação de um imóvel do centro histórico de Mértola com tão grande valor, ela parece assumir ainda uma maior importância pelo facto de pouco terem sido respeitados princípios científicos da salvaguarda patrimonial, para não falar dos princípios de que este projecto designado por *Vila Museu* não deveria abdicar, com isto tudo mais uma vez se desperdiçando a ocasião de fazer uma intervenção emblemática num edifício institucional.

4.3.5 – Algumas obras promovidas por particulares

Como é evidente, numa localidade que está, apesar de todas as vicissitudes, viva, são muitas as intervenções em edifícios promovidas por particulares. Sem estar com a preocupação de exaustividade, e sem querer aumentar ou sobrepor este capítulo com aquele que trata da Subvenção municipal, seleccionei apenas, para este tópico, alguns casos que, do meu ponto de vista, apresentam aspectos que tornam essas intervenções emblemáticas das circunstâncias mais comuns que afectam as pretensões dos cidadãos em relação aos imóveis de que são proprietários.

Igualmente servem para ilustrar alguma da «conflitualidade de interesses» latente que enforma a sua relação com as instituições locais e regionais que gerem o património, e da necessidade de uma sã pedagogia destas em prol da salvaguarda do mesmo que não se restrinja ao desenho arquitectónico (e à sua mera aprovação / reprovação) mas que enverede, igualmente, pela opção correcta dos materiais construtivos adequados a esse fim.

⁶⁵³ PEREIRA, 1994:13-14.

a) O CAFÉ GUADIANA

Este estabelecimento é um dos mais antigos café da vila de Mértola. Está a funcionar num edifício que era uma antiga «venda», a maior loja de comércio do arrabalde na viragem do século XIX.

A intenção do projecto aqui referido era ampliar a zona de acesso ao público, melhorando a capacidade de rentabilidade económica do estabelecimento e dar satisfação a dois tipos de clientela (reservando o 1º andar para clientes mais regulares e que permanecem no café por períodos maiores e o rés-do-chão para os clientes de curta estadia).

O locatário Sr. Joaquim Manuel da Encarnação Silva é o agente activo deste processo, apesar de não ser o proprietário do prédio – que é o Sr. Manuel Dias, que usa a pequena parcela na extrema esquerda do imóvel que funciona como quiosque de jornais e casa de apostas –lotaria, loto, etc.- no compartimento do rés-do chão).

Este imóvel está encostado à muralha da vila de Mértola, pelo lado nascente (aliás a parede interior do café é a muralha apenas rebocada), sendo que por isso se insere na zona especial de protecção conjunta do Castelo e Igreja Matriz de Mértola⁶⁵⁴. Estas restrições – e a percepção de distintos critérios em diferentes pareceres ao longo dos anos que esta obra esteve para se concretizar foram causa de grande polémica local, devida principalmente à construção, durante o diferendo que opôs o Sr. Joaquim Silva à Câmara Municipal e ao IPPAR, da sede da ADPM no mesmo largo em que se situa o café, em virtude das características desta construção de raiz. Lá iremos.

A ideia do arranjo no «Guadiana» passava por criar uma lage de betão - já que o pavimento então existente era em madeira – de modo a que o 1º piso tivesse as condições de segurança exigíveis. A lage aligeirada procurava aproveitar as perfurações já existentes na muralha, onde se apoiavam os barrotes, para apoio lateral, evitando quaisquer novos danos.

Quando foi apresentado o projecto de arquitectura ao IPPAR, este foi alvo de parecer técnico em 28 de Março de 1995, tendo sido dada aprovação condicionada, de acordo com a seguinte redacção: “estas obras, que não alteram o exterior do edifício,

⁶⁵⁴ M.N., Decreto nº32973 de 5-1-1951, M.N., Decreto de 16-6-1910, Z.E.P., D.G, 2ª série, nº37 de 15-2-1970.

O Café Guadiana é um dos ex-libris da localidade, local de reunião de todas as gentes, papel que repartiu, durante algumas décadas, com o vizinho Café Central.

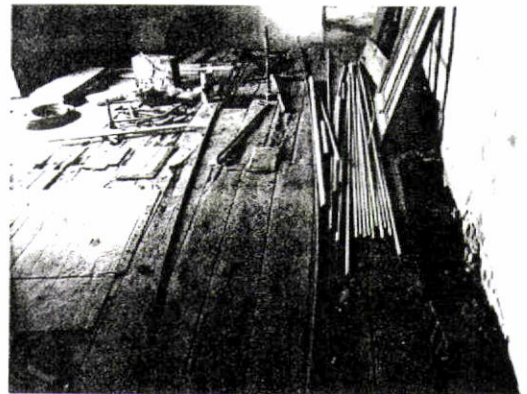
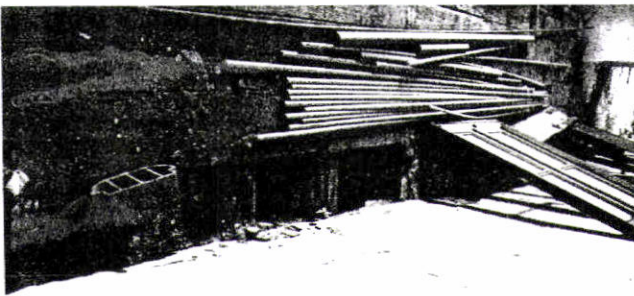
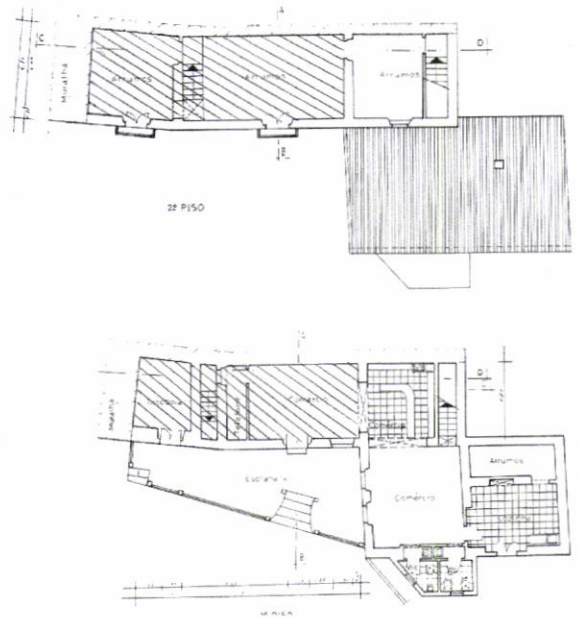
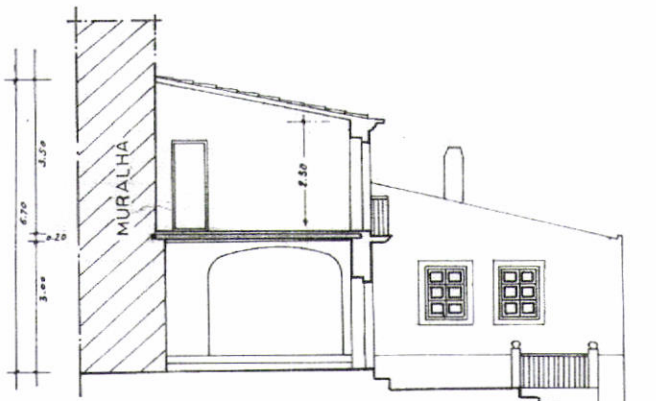
Encostado na muralha, aproveita desta, como é tradicional nos edifícios que extravasavam para o arrabalde nestas condições, uma parcela da face, que se limitou a rebocar no interior, poupando assim a construção de um pano de muro no seu interior. Sendo originalmente uma loja tipo mercearia e diversos, veio a ter esta função comercial cerca dos anos 50.

Em resultado disso, a sua construção rústica não possuía condições para um aproveitamento funcional do 1º piso. O pedido de construção de uma lage pré-esforçada no seu interior, que foi inicialmente recusada, deu origem a grande polémica relativamente ao equilíbrio e coerência dos pareceres do IPPAR, que na mesma época tinham aprovado a construção da sede da ADPM no mesmo largo.

A questão que se prendia com a não ofensa à muralha (recorde-se que desta nada se via dentro do café, por estar há muitas décadas rebocada) e que motivou a recusa deveria ter sido motivo para uma solução de consenso em que, em conjunto com a lage se promovesse a valorização da empena da estrutura militar (ver sub-capítulo respectivo).



CAFÉ GUADIANA - LARGO VASCO DA GAMA - MÉRTOLA



A obra não se chegou a executar em lage, mas sim com perfis de ferro. Tal como antes se propunha, forrados dos dois lados. Qual é a diferença? E onde foram apoiadas as vigas de ferro? Nos buracos dos barros de madeira que já existiam na muralha...

parecem ser merecedoras de aprovação desde que, mantendo presente a relação do edifício com a muralha, o novo piso seja de madeira, construído segundo o método tradicional de soalho, aproveitando os encastramentos originais das madres (pelo menos no lado que se apoia na muralha) e não uma laje aligeirada – como proposto, e que se aproveite o tratamento dos rebocos para descobrir e tratar a parede interior formada pela muralha”.⁶⁵⁵ A aprovação de licenciamento foi presente à Sessão de Câmara de 19 de Abril do mesmo ano.

Sucedo que esta aprovação condicional não servia os interesses do proprietário do estabelecimento, uma vez que ele queria fazer um piso útil no andar superior e por isso queria garantir: uma certa resistência estrutural, a possibilidade de ladrilhar o chão para facilitar a limpeza e ainda garantir que os passos e movimentos verificados no piso superior não se ouviriam na sala do rés-do-chão.

Todas estas razões levavam-no a querer, com alguma veemência, a solução de uma laje de betão aligeirada. Assim, tentou uma reconsideração da decisão, em carta ao Presidente de Câmara, enviando um parecer de índole técnica. Como fui eu o redactor, e como se levantavam aqui aspectos interessantes, reproduzo-o agora no seu essencial, para que se perceba melhor o emaranhado de ideias de reabilitação e de pareceres em que qualquer um pode ser enredado. Como me parece importante a proposta que apresento no final para obviar a muitos destes problemas, é inevitável a descrição do percurso:

“Considerando que a laje em betão projectada servirá de pavimento a um piso superior, correspondendo à área útil do estabelecimento, tal pretensão está de acordo com o Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Mértola, plenamente eficaz, que prevê, nestas situações, a possibilidade de substituição dos tabuados por este tipo de estrutura;

- Acresce que a edificação existente possui já, no mesmo piso, uma área parcialmente coberta por laje pré-esforçada, idêntica à que pretende construir na restante área do dito edifício;

- na mesma zona urbana, e inclusive na envolvente mais imediata do edifício, têm sido aprovados e concretizados projectos que previam o mesmo tipo de solução estrutural em betão pré-esforçado;

⁶⁵⁵ PARECER/ INF Nº 36DRE95 IPPAR, 28/03/1995.

- O presente pavimento (...) não apresenta actualmente quaisquer possibilidades de recuperação, donde, inevitavelmente, terá que ser substituído;
- a utilização deste 1º piso pressupõe logicamente a sua segurança e estabilidade (...) bem como uma eficaz garantia de insonorização face ao piso inferior, para conforto dos seus frequentadores; (...)
- se a questão for vista em termos do dano que possa ser causado no paramento, existem já os encastramentos originais das madres de madeira, que poderiam ser utilizados (...) para apoio das vigotas pré-esforçadas da laje aligeirada (...);
- alternativamente, poderia ser construído um sistema de viga-pilar, não incrustado na muralha paralelamente adossado ao paramento antigo, para suporte da laje projectada, evitando os encastramentos (...);
- em termos de integração no interior, um forro de solho (idêntico ao existente) será aí fixado, simulando a existência de um sobrado entre os dois pisos, garantindo assim uma qualidade estética que se pretende conducente com a intervenção de beneficiação em curso, e contribuindo também para aumentar a insonorização entre os dois pisos⁶⁵⁶

Deu entrada na CMM a 26 de Abril de 1995.

A CMM, reconhecendo que o Regulamento do Plano de Salvaguarda, no nº 1 do Artº 15 permitia essas lages quando servindo um piso superior, decidiu pelo envio da reclamação ao IPPAR.

Como o tempo passava, o Sr. Joaquim Silva pediu à CMM que dissesse qual era o estado da questão; segundo a Câmara Municipal o prazo para o parecer – se fosse o mesmo que para os projectos de arquitectura, tinha terminado em 31 de Maio. No entanto, a 27 de Junho – com a obra a ser preparada – surge o parecer do IPPAR, confirmando o parecer condicionado que havia dado, admitindo que eventualmente pudesse ser considerada a possibilidade de a laje ser apoiada em pilares externos à muralha (como havia proposto na reclamação), mas sujeito à apresentação de um projecto de engenharia adequado.

Chegado aqui, convém dizer o seguinte – a laje de que estamos a falar aqui ocuparia, como se pode ver nas fotos do café, uma área de cerca de 30 m², nada, portanto, de muito exagerado. A muralha – que não é integralmente composta por silhares nesta

⁶⁵⁶ Este último aspecto não estava nas intenções iniciais do Sr. Joaquim Silva, mas, por insistência minha, acabou por aceitar que a reposição do aspecto original era importante, e daí esta forra para simular que o piso era ainda de madeira, e mantendo o ar confortável do rés-do-chão do café.

zona - é aliás de alguma pobreza nesta zona que fica no interior do café, possivelmente por não ter sido recuperada conjuntamente com os troços que são visíveis. Os buracos para os apoios já existiam, quanto muito poderia fazer-se um capeamento em cal que impedisse o cimento de colar directamente nas pedras da muralha, nos 7 ou 8 metros de comprimento que ela teria. Uma obra simples, feita aí num mês, durante o fecho do café para férias, era o que estava nas previsões do proprietário. Cansado de tudo isto, e como já tinha começado a preparar tudo, avançou para a sua laje, clandestinamente como muitas eram então feitas. Por coincidência houve uma visita de um técnico do IPPAR a outra obra em Mértola, e esta obra foi de imediato embargada. A situação arrastou-se então em negociações que permitissem desbloquear este impasse, mas, no entretanto, o projecto de arquitectura caducou.

Só em 1999 foi finalmente resolvida a questão com a colocação de vigas metálicas com dois forros de madeira (tecto e soalho) fixado a estas: "O projecto em apreciação propõe a substituição do pavimento existente, utilizando vigas metálicas inseridas nos apoios dos barrotos de madeira existentes, sendo o pavimento do piso superior realizado em soalho de madeira fixo às referidas vigas e o tecto falso do piso inferior de pinho pintado a tinta de esmalte"⁶⁵⁷.

"Considera-se que a intervenção em apreciação responde de forma positiva às condicionantes das informações [de 1995], e ao que foi expresso na última informação e visita (...), não pondo em causa a estrutura do edifício existente, contribuindo desta forma para a sua valorização e integração no imóvel classificado e respectiva zona especial de protecção". Foi por isso aprovado, sendo o processo despachado *favoravelmente na CMM em 3 de Novembro de 1999! 4 anos...*

Duas questões são aqui de destacar. Por um lado, é incompreensível, ao comum cidadão, este tipo de restrição quando ao lado se constroem imóveis de grandes dimensões integralmente em betão armado. Por outro, porque no caso deste projecto *falávamos de um conjunto de perfurações na muralha que até já existiam! Isto não faz qualquer sentido, tal como ainda se irão ver as consequências da «reconstrução por destruição» efectuada na Casa do Lanternim, já citada. Estes exemplos, se bem que junto da maioria das pessoas seja acatado por receio de enfrentar as autoridades, alguma vez serão o pretexto para contestação, como já sucedeu em um ou outro caso*

⁶⁵⁷ PARECER/ INF. IPPAR, 24/09/1999.

na zona do arrabalde, e então se verá da dificuldade de justificar tão diferentes apreciações, sempre tão compreensíveis quando são projectos institucionais...

Para exemplo das contestações que se verificam quando se enfrentam pessoas mais coriáceas, apresenta-se um testemunho interessante. O Sr. Manuel Dias Pereira, proprietário de um imóvel na Rua 25 de Abril (que liga o Largo Vasco da Gama ao Rossio do Carmo), fez, em 16 de Dezembro de 1996, um pedido de informação prévia para executar uma laje de elementos de betão pré-esforçado e abobadilhas cerâmicas, no pavimento do 1º andar, em substituição do forro e tecto em madeira de pinho que se encontra em más condições”. O proprietário elaborou um desenho, que não seria explícito, porque o IPPAR, no seu parecer negativo, destaca que, sem fotografias, memória descritiva do sistema construtivo, justificação da alteração, “não nos é possível fazer uma análise correcta do impacto desta alteração”, e dá-se parecer como se o pedido fosse de uma cobertura, argumentado até que “a salvaguarda e preservação dos edifícios assume-se, também, através do testemunho dos sistemas construtivos utilizados, [e sublinham] devendo ser premissas do projecto de alteração a sua manutenção e preservação”.

Tudo isto deu azo a insatisfação deste morador, que a 12 de Março de 1997, escreve ao Presidente da Câmara. Começa por destacar o engano do IPPAR, que interpretou de forma distinta da sua o que era a intenção da obra, e refere até que “a cobertura já assenta em laje inclinada de betão”.

Mas o mais relevante são os parágrafos que se seguem, e que se é verdade que nem todos os moradores o escreveriam tão bem, é com certeza o sentimento partilhado por muitos:

“A informação do IPPAR parece-nos destituída de fundamento, se se tiver em consideração a execução de lajes de betão em prédios circundantes e próximos do imóvel em questão, alguns de construção recente, outros com obras em curso e ainda outros realizados há mais tempo. Podemos apontar, como exemplo, o edifício destinado ao Clube Náutico, o Grémio Recreativo 1º de Dezembro, a habitação do Dr. Francisco Assis, o edifício da Associação de Defesa do Património e outras que se tornaria fastidioso enumerar neste arruamento. É do meu conhecimento, também, que na Rua Cândido dos Reis, paralela a esta, se reconstruíram e modificaram edifícios, e não são poucos, onde se aplicou a estrutura de betão. Igualmente sucede na Rua da República, rua para onde a minha habitação também confina, se tem levado a efeito o tipo de construção, onde a base estrutural do 2º piso é a laje de betão.

E porque julgamos não haver portugueses de 1ª e de 2ª, apelo para o vosso bom senso, para que junto do IPPAR seja conseguida a modificação da situação criada, tão desagradável para alguns munícipes do concelho de Mértola”.

Como se vê, a crítica está bem colocada, e os exemplos não são poucos. Não existe equidade no tratamento de situações de natureza semelhante, e, um dia destes, seguramente algum cidadão especialista em todo o emaranhado legislativo, e com vontade e meios para o fazer, desafiará o Estado e a sua ditadura vinculativa, desafiando-o – e a todos os agentes e partidos que aqui têm responsabilidades – a fazer finalmente publicar um Regulamento claro e objectivo para a Lei do Património Cultural que acabe com esta tão grande subjectividade dos actuais pareceres.

Enquanto isso não sucede, aquilo que me parece ser uma solução de bom senso para estes casos passa por uma maior proximidade às aspirações dos particulares, com um sentido pedagógico envolvido na salvaguarda. Para além da abordagem poder ser diferente, instituindo uma abordagem em multi-proposta (e não, como aqui, sugerir um piso do tipo como o que lá estava anteriormente, quando o que se pretendia era outra alternativa – aliás, a reposição de um piso igual nem careceria de um pedido de autorização, pois nada se modificaria), um outro nível de proximidade é fundamental. A existência de um Gabinete do Casco Histórico de Mértola teria permitido o desenvolvimento de uma proposta de interesse comum – por exemplo, a reabilitação da muralha, deixando-a à vista, criando um apoio longitudinal, em viga betonada, para apoio da lage – com ganhos patrimoniais associados à cativação social para estas propostas, um aspecto da maior importância. Esta solução (um mero exemplo) deixaria ver a muralha no interior do café; com tratamento adequado da pedra e juntas, e com uma iluminação bem conseguida, valorizaria o espaço, não deixando por isso de ser, com certeza, do agrado do proprietário.

b) PRÉDIO DE SALVADOR QUINTOS

Uma outra situação incompreensível, na perspectiva dos moradores. É importante recordar que, mesmo sendo apenas um a propôr uma qualquer obra, a dimensão da localidade faz com que todas estas coisas, deferimentos ou indeferimentos, conteúdos dos pareceres, etc., se saibam rapidamente, dando azo a polémicas, particularmente quando outros projectos muito maiores – como a sede da ADPM ou a do Parque Natural - se constroem, gerando efectivamente a ideia de existirem dois pesos.....

Este edifício fica situado na Rua Alves Redol, nº 20, de frente para o edifício dos Correios, e está inserido numa banda de edifícios de diferentes cronologias, embora todos eles pertencentes ao século XX.

Inicia-se este processo por um pedido de informação prévia, destinado a alteração visando um melhor aproveitamento da área de sótão deste imóvel. A ideia do Arquitecto Fernando Candeias – correspondendo à intenção do proprietário em dispor de mais espaço, era subir o pé-direito do piso do sótão, sem aumentar a cerca do edifício, permitindo um melhor uso do espaço, disponibilizando uma maior área útil. Pretendia igualmente criar um pequeno terraço, fazendo um recuo da fachada, sem aumentar a volumetria, e assim criando vãos capazes de garantir salubridade (ventilação e iluminação) do espaço proposto.

Pelo IPPAR, e face ao projecto apresentado, a Arquitecta Elsa Caeiro dá o seguinte parecer:

“O projecto em análise propõe a alteração da cobertura existente, e a criação de um piso recuado, com construção de um terraço sobre o alçado da Rua Alves Redol, e respectivo remate com platibanda.

Considera-se que a alteração proposta propõe uma alteração de volumetria considerável, que modifica a tipologia original do edifício, tanto a nível da morfologia interior como das fachadas existentes e que a mesma contribui para a desvalorização do edifício, do ponto de vista patrimonial, face à sua envolvente e aos valores patrimoniais da ZEP onde o conjunto se insere”. Pelas razões apresentadas o parecer é negativo, indeferimento que tem a concordância da Directora Regional Maria Filomena Barata, e da Chefe de Divisão de Salvaguarda, Margarida Donas Botto. O Presidente da Câmara, Jorge Pulido Valente, escreve, por sua vez, no despacho ao parecer da Arqta Municipal Ana Teresa Coelho (que concorda com o organismo estatal, pois o parecer do IPPAR é vinculativo), que “tendo em conta a envolvente,

nomeadamente os 2 edifícios com cêrcea superior e com terraços [o IPPAR não deu parecer sobre eles?] considero que se deveria combater o parecer do IPPAR por falta de fundamentação objectiva e base legal explícita” mandando que seja pedido um parecer jurídico. Este parecer foi elaborado pelo Jurista Serpa Soares, e salienta o facto de o projecto, apesar de aumentar a volumetria, não aumentar a cerca, bem como destaca que o projecto em causa não traria “prejuízo estético mas, muito pelo contrário, haveria mesmo benefício, pelo melhor enquadramento que se alcançaria, considerando as construções adjacentes”.

Vejam-se as fotos do local. De facto, já lá existem outros edifícios com dissonâncias. A solução de pequeno terraço já existe num outro, e um dos restantes edifícios, com as suas montras exageradas e escadaria no rés-do-chão é que é, de facto, a grande ofensa visual desta banda. É conhecida a argumentação que muitos deles foram feitos em tempos mais permissivos e que agora constituem direitos adquiridos, e que não se pode é pactuar com a edificação de mais «horrores»! Por isso mesmo, o que deveria ser proposto aos particulares seriam políticas de saneamento visual urbano. Esta pretensão do Sr. Salvador Quintos poderia até favorecer uma recuperação daquela banda da rua Alves Redol, tentando dar-se, com a aprovação, alguma qualidade mais uniforme ao conjunto, harmonizando já dois dos quatro edifícios, o que haveria de facilitar, um dia, a reabilitação integral da banda, numa feição arquitectónica pelo menos mais homogénea, o que em si mesmo seria logo menos dissonante do que a imagem actual. De qualquer modo, o ponto de vista da vila sobre o castelo é muito mais prejudicado pela mole imensa dos Correios do que pela banda fronteira. Até porque não só é desmesurado na sua massa, como tem as traseiras viradas para o castelo. Mas, enfim, toda essa cangalhada estado-novista era edificada onde os organismos todo-poderosos entendiam (a Caixa Geral de Depósitos é um dos principais agentes, nessas décadas, de criação de horrores nos centros patrimoniais das cidades e vilas portuguesas. Mas há um aspecto importante a destacar ainda: veja-se de novo a fotografia da zona em questão. Considere-se o conjunto de edifícios que aí está instalado: alguém que esteja no castelo repara neste edifício em particular, telhado inteiro ou com varanda? Seguramente que não. Portanto a preocupação devia ser mais ao nível da requalificação arquitectónica, no contexto da própria rua, o que necessitaria de uma estratégia distinta para conseguir, o que parece ser o único modelo possível, por cooperação, a eliminação de dissonâncias muito mais graves.

c) HOSPEDARIA DE LUIS MENDES PALMA

Este projecto refere-se a um edifício novo, para instalação de uma hospedaria, na Rua Dr. Afonso Costa (a rua que desce em direcção ao cais do Guadiana), sendo uma «continuação funcional», embora com separação do edificado, e de proprietário, da já existente Pensão Beira-Rio⁶⁵⁸.

O lote onde vai ser edificada já era, aliás, propriedade de Luís Palma, com uma área total de 1036m². A actual implantação ocupará, da área disponível, cerca de 296m². O edifício fica isolado nos seus quatro alçados, permanecendo um pátio da Pensão Beira-Rio a separá-los (como se pode ver na simulação). Está integrado no perímetro urbano da vila, sendo a última construção desta rua, que desce para a beira da água. O terreno apresenta estabilidade sem erosões aparentes, tem uma paisagem envolvente excelente, o local é calmo e a exposição solar, a vertente inclinada a Nascente, muito boa. É, sem dúvida uma boa escolha para situar um equipamento desta natureza. E por outro motivo que adiante exporemos.

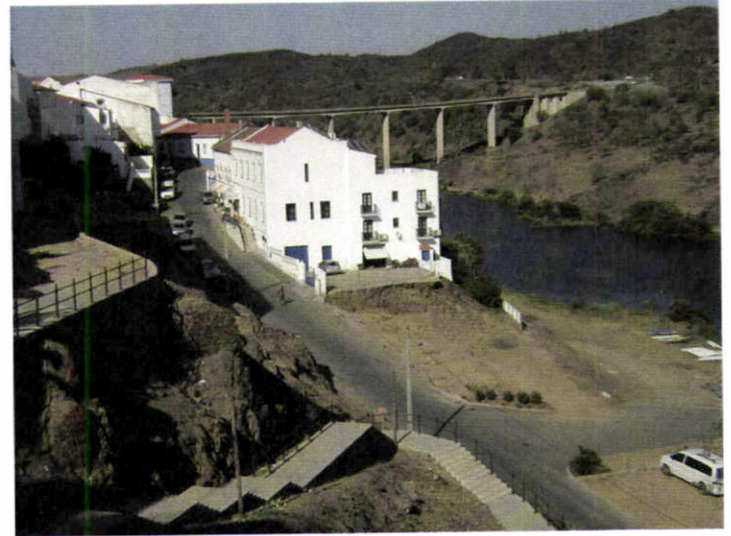
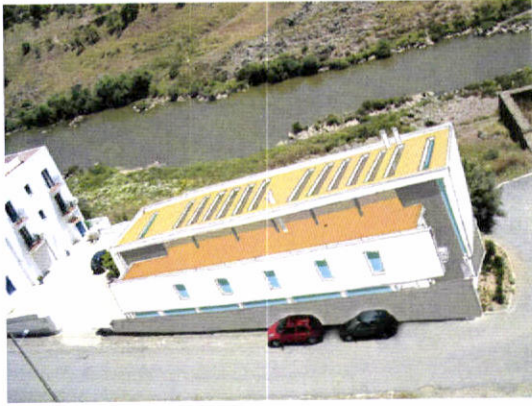
O edifício teve dois projectos. Por ser relevante para o que pretendo argumentar, darei aqui os dados dos dois por ordem da sua 1ª apresentação (21 de Maio de 2004) e, depois, das alterações (4 de Junho do mesmo ano), tentando destacar o que foi modificado, e as razões para tal facto.

No projecto original, pretendia-se uma implantação de 246m², desenvolvida em 3 pisos (uma cave e dois pisos acima da rua) e um piso recuado – na realidade um 3º piso acima do nível da rua. Estes pisos são interligados por duas circulações verticais nos extremos das circulações horizontais, inclusivé como medida de segurança.

Na cave funcionaria o estacionamento, com 4 lugares cobertos e 2 descobertos, e as áreas técnicas, serviços de cozinha e de pessoal, e a rouparia, tendo ainda uma entrada de serviço. No rés-do-chão, a área pública. Ainda no rés-do-chão, um T3 para residência do proprietário da hospedaria, de acesso independente. No piso superior, 10 unidades de alojamento, e 5 no piso recuado. A cobertura é em terraço, com vista para as muralhas e castelo da vila, integrando-se visualmente com o corredor de acesso aos quartos criando um espaço unitário.

⁶⁵⁸ Na realidade, o futuro proprietário do estabelecimento será João Luís Palma, filho de Luís Mendes Palma, ficando o actual imóvel para a sua irmã. É ele, aliás, quem se encarrega do acompanhamento deste projecto e quem tem participado nas reuniões com as diferentes entidades.

HOSPEDARIA DE LUIS MENDES PALMA



Simulações da implantação do imóvel (em cima, à esquerda, duas imagens, e à direita).
Edifício do Clube Náutico, que visualmente ficará por detrás do novo imóvel (centro, à esquerda)
Área de implantação (centro, à direita); Zona arqueológica (em baixo, à direita).
Ponto de vista, de Além-Rio, na zona do cais (em baixo, à esquerda).

Como diz o autor do projecto, arquitecto Fernando Palma, o desenho tem volumes “conjugados por forma a dissimular a volumetria construída” e “conferir uma maior dignidade à imagem da referida rua, que se apresenta actualmente bastante descaracterizada⁶⁵⁹”.

Os detalhes técnicos da construção não são aqui relevantes (trata-se, evidentemente, de uma construção em betão armado), mas importará dizer que as áreas de construção desta primeira proposta (14 unidades de alojamento e um T3) são:

- área bruta: 922m² + 100m² de garagem
- áreas habitáveis: 245,20m² + 83,70m² (habitação).
- volumetria total: 3.230m³
- cérceas: 7 metros

No dia 2 de Julho de 2004 houve uma reunião entre os proprietários, o Presidente da Câmara Municipal, arquitectos dos Serviços Municipais, e o arquitecto projectista. A reunião – por causa dos índices de construção previstos para esta zona – conclui pela necessidade de abolição do piso recuado do projecto apresentado, de modo a enquadrar essas condicionantes.

Sem querer entrar aqui na questão dos índices – pois se é evidente que a linha da área crítica foi estabelecida de modo a excluir este lote, veja-se a planta de novo no sub-capítulo respectivo, a construção era já expectante, seguramente -, uma coisa é certa: do ponto de vista da gestão destes processos, e para lá do que esteja definido na lei quanto ao financiamento das escavações arqueológicas, a verdade é que, à data desta reunião, já se saberia que o local tinha que ser investigado. Para mais, na encosta virada à fachada do previsível imóvel, no local designado por Cerca da Arrochela, tinham sido encontrados vestígios de densa ocupação habitacional (no fundo, um arrabalde antigo da vila). Portanto, o mais sensato seria logo à partida ter sido conclusão dessa reunião que se procedessem aos trabalhos arqueológicos de modo a aferir das possibilidades construtivas, em cave, do referido local, em vez de exigir logo nova proposta (em 48 horas!) ao técnico. Projectos arquitectónicos sobre

⁶⁵⁹ Afirmção em que tem toda a razão, como frisei ao abordar a questão dos limites da área crítica, que deixou esta parcela de fora, o que impedirá que nela sejam promovidas acções de requalificação nos anos imediatos, o que se lamenta, já que, na perspectiva turística, por ligar ao rio, esta rua ter uma circulação de visitantes muito elevada.

projectos arquitectónicos é um erro de gestão, num local com a riqueza patrimonial, ao nível do subsolo, como tem Mértola, aqui saindo lesado um particular, na espera a que fica obrigado. A Câmara deveria ter uma política de antecipação em relação a estas expectativas, para mais que existe uma equipa profissional sediada na vila que poderá traçar, com a Autarquia, um plano de trabalhos urgentes. Caso existam financiamentos devidos pelos proprietários, eles devem ser ressarcidos depois – é um aspecto em que, no modelo corrente, os proprietários dos empreendimentos ficam a perder, pelos atrasos e reformulações de projectos de arquitectura a que têm que fazer face.

Bem, o arquitecto voltou ao estirador, e aumentou, como já referi, a implantação em 50m² (para 296m²), para ter mais espaço longitudinal, em vez de em altura, para encaixar o programa. Claro que isto nada solucionou, porque a questão maior havia de vir do sub-solo, agora com ainda mais área aberta!, do que da cércea...

O projecto prevê agora só os 3 andares (uma cave e dois pisos acima da rua). Na cave funcionaria o estacionamento, agora com só os 4 lugares cobertos, e, igualmente, as áreas técnicas, serviços de cozinha e de pessoal, e a rouparia. O projectista aqui, como tinha mais «cave», devido ao declive, acrescentou um pequeno apartamento T1 destinado à segurança e serviço da Hospedaria, mantendo a entrada de serviço. No rés-do-chão, a área pública e 2 unidades de alojamento. Ainda no rés-do-chão, o T3 para residência do proprietário da hospedaria permanece. No piso superior, 12 unidades de alojamento. A cobertura é visitável, e aí será instalada a área técnica do ar condicionado (dissimulada). As áreas de construção passaram a ser as seguintes:

- área bruta: 874m² + 100m² de garagem
- áreas habitáveis: 254,20m² + 83,70m² (habitação).
- volumetria total: 2.930m³
- cérceas: 7 metros

O piso recuado, se estou a compreender bem, não contaria para a cércea? Para o caso, como explicarei adiante, parece-me pouco relevante. No restante, vejamos as diferenças dos parâmetros:

- área bruta: - 48m²
- áreas habitáveis: - 9m²
- volumetria total: - 300m³
- cérceas: --

Em termos de proposta, manteve-se a mesma residência, mas a hospedaria passou para 14 alojamentos (perdeu um). Portanto, falamos de diferenças relativamente pequenas, quase sem relevo, dada a massa construída. Postos à vista, então, os dados objectivos do projecto, passemos à questão da salvaguarda patrimonial.

A questão essencial que me leva a incluir aqui este caso tem a ver com a destruição de mais uma parcela do contexto arqueológico, como sucedeu, só para me reportar ao que aqui foi já apresentado, com a construção da sede do Parque Natural do Vale do Guadiana, a chamada «Casa do Lanternim».

Tal como aí, as funções públicas destes imóveis, pensando no que é a vila de Mértola enquanto local com algum prestígio derivado da sua riqueza arqueológica, e da investigação científica associada, deveriam levar a um maior esforço na preservação destes achados.

Nesta caso a situação de destruição é ainda indutora de maior prejuízo, uma vez que se trata de um equipamento hoteleiro que aqui se pretende construir. Quanto valerá, em termos de marketing, a fotografia do «nosso próprio núcleo museológico, instalado na cave» impressa nos folhetos promocionais?

Embora o proprietário não seja o mesmo da Pensão Beira-Rio já existente, são familiares, e, portanto, a já muito longa ligação da família a esta actividade, permite-lhe seguramente saber da opinião e motivações da clientela turística da vila. Não é verdade que uma das principais é a visita aos museus? Porquê então desperdiçar semelhante potencial?

No entanto, a responsabilidade não cabe aqui inteiramente ao proprietário. Como, aliás, não cabe integralmente a nenhuma das partes. Estamos perante um caso em que a necessidade de intermediação deveria ser uma prática corrente da gestão, neste caso a ser exercida pela autarquia, sentando à mesa todas as partes em simultâneo. Onde está então o problema central?

A grande questão aqui é, e isso é um facto incontornável, a possibilidade de o estabelecimento ter viabilidade económica e uma determinada classificação turística. Daí a primeira proposta, com uma determinada volumetria. Esse projecto, cuja qualidade plástica é claramente superior à da 2ª versão, foi considerado excessivo. No

entanto, e independentemente dos índices construtivos que estão actualmente em vigor para esta zona⁶⁶⁰, a sua construção deveria ser a ocasião excelente para promover a requalificação urbanística desta encosta. Apesar de tudo, com menos um quarto, aparentemente o problema da classificação não se colocará, até porque todos os serviços complementares estão contempleados. A não ser...onde se poderão colocar se for necessário guardar metade da cave para um núcleo museológico? Retoma-se a ideia do andar recuado?

A questão da dimensão do imóvel ser considerada excessiva não leva em consideração – agora, que se colocou a necessidade de criar uma semi-cave para preservar os achados arqueológicos – a localização do imóvel, A sua situação no limite da rua que conduz ao cais, com duas encostas vazias ao longo dos seus alçados longitudinais, torna a massa construída menos pesada, visualmente, do que se fosse colocada no meio de um conjunto de edifícios de menor dimensão.

A solução deveria passar por confrontar todas as partes com duas questões simples:

- primeira, afirmativa: é necessário preservar o achado.
- segunda, interrogativa: o que tem cada um que fazer para o viabilizar?

Imaginando que todos estarão de acordo quanto à primeira, e como isto é uma tese que escrevo com toda a motivação que a salvaguarda do património de Mértola me tem dado ao longo dos 17 anos que nela levo residindo, permito-me dar uma sugestão quanto à segunda.

Na minha perspectiva, a Câmara Municipal deveria:

- assegurar que o espaço de estacionamento junto da *Beira-Rio* ficaria, sob reserva parcial, para os clientes da hospedaria;
- assegurar a ressarcimento dos custos com as alterações projectuais necessárias (claro que teria que ser feita uma 3a versão, com andar recuado ou maior área de semi-cave para os equipamentos, deixando a parcela longitudinal da ruína disponível para núcleo museológico);

⁶⁶⁰ Esta zona, à excepção deste projecto já licenciado, não deveria ter índices de construção. Deveria terminar por aqui a ocupação construtiva das barreiras do rio, devendo a Autarquia avaliar da existência de lotes privados nesta zona (existirão?), propondo trocas para outra zona caso isso se verifique.

- garantir a negociação com o IPPAR, fazendo ver que, face à importância do achado, à política cultural seguida em Mértola, face ao prestígio do conceito *vila museu*, que o projecto, com mais ou menos cêrcea, terá que ser aprovado. A autarquia deve reforçar, nesta argumentação, o factor de localização – com recurso às simulações de implantação de todos os ângulos de visão, incluindo da outra margem e da muralha, em picado -, mostrando que a zona é ampla o suficiente para enquadrar esta dimensão de imóvel, e frisando que a questão decisiva é a qualidade do projecto de arquitectura (na minha opinião, muito melhor a 1ª versão do tal piso recuado), e que a fachada da vila ao Guadiana quer ser uma promoção das novas linguagens arquitectónicas. Esta negociação deve ser levada até às mais altas instâncias, se necessário for. Este é o momento de se fazer política;

Quanto aos arquitectos:

- o projectista, dar o melhor do seu engenho;
- os técnicos da autarquia deverão encarregar-se de assegurar com o projectista da produção de um projecto de qualidade superior, através de sugestões e conselhos, de modo a reforçar a argumentação municipal e dar ainda melhor resultado de exploração ao particular, para lá de, efectivamente, enriquecer o espólio de arquitectura contemporânea da vila, património para as futuras gerações;

O Campo Arqueológico de Mértola deve:

- os arqueólogos e outros técnicos da equipa devem colaborar de próximo com a Autarquia, junto das entidades do património e do turismo no sentido de explicar a importância científica do achado, solidarizando-se com os poderes locais nos contactos para garantir as autorizações administrativas e técnicas junto das instâncias que sobre este projecto se devem pronunciar;
- concluir as escavações, encarregar-se da museografia, assumindo a responsabilidade por candidaturas a financiamentos complementares que facilitem a sua realização (eventualmente procurar apoio mecenático para este efeito – uma placa com o nome do mecenas, num estabelecimento hoteleiro muito frequentado, como este será, até por audiências pertencentes à elite social e cultural, como já acontece com a actual Beira-Rio, não será atractiva para encontrar financiadores?);
- restaurar e colocar peças da reserva arqueológica de Mértola, do mesmo período cronológico, em exibição conjunta com o espólio e as estruturas aqui descobertos;
- colaborar com informações histórico-científicas, para os elementos de marketing que o proprietário venha a produzir.

Ao proprietário caberia:

- aceitar a preservação do achado, prontificando-se de boa vontade à melhor colaboração, certo do valor em divulgação e atracção que tal achado representará para o seu estabelecimento;
- compreender que o estacionamento em garagem, em Mértola, por muito que os clientes o reclamem, é uma coisa desnecessária. O prédio é o último de uma rua sem saída, tem um estacionamento organizado a 10 metros, o lateral da rua, o cais... e, que me recorde, em 17 anos que vivo em Mértola, foram roubados dois carros, um recuperado 5 minutos depois... penso que não haverá grande risco para a clientela. E o núcleo museológico não ficará melhor nos folhetos do que a garagem?
- permitir as visitas ao núcleo a todos os visitantes, mesmo que não sejam clientes com estadia na hospedaria. Há aqui um potencial a explorar. Neste fluxo, sempre se venderão umas águas, uns cafés, talvez almoços ou jantares, dá-se a conhecer o estabelecimento. Além do mais, está cada vez mais próximo o momento em que a volta pelo exterior da muralha será um circuito estruturado, que por aqui começará ou acabará.
- garantir as condições de limpeza e manutenção, dignas da vila de Mértola, e avisar os responsáveis científicos caso exista necessidade de alguma intervenção especializada.

Isto será tão difícil de concretizar? Ao fim de 30 anos, desde que este projecto se iniciou, uma situação destas será resolvida com o sacrifício do achado arqueológico, inviabilizando-se a museografia *in situ*? Se assim for, aos responsáveis do mesmo caberá fazer uma reflexão profunda sobre a eficácia da estratégia que se fundou em 1978, e sobre a grande diferença que, nesse caso, existe entre o mito e a realidade...

4.4.– Políticas sectoriais para a Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola

4.4.1 – O papel da Autarquia na Salvaguarda do Património

Um dos aspectos mais relevantes da actuação autárquica mertolense nas últimas décadas tem sido o empenhamento na conservação e salvaguarda do património, edificado, integrado e móvel, que aqui, como em cada concelho, em cada região, constituem uma parcela da base identitária das suas gentes.

Lento há três décadas, e restrito a experiências pontuais – como em Mértola – foi sendo cada vez mais empenhada e consistente essa acção, e tanto mais quanto o património começou ele também a ser encarado como um recurso, não meramente potencial, mas efectivo, do desenvolvimento local, com impactos económicos consideráveis em muitos concelhos do nosso País. Uma vez mais Mértola pode ser citada como exemplo.

É evidente que nem todas as metodologias de intervenção podem ser perfeitas. As Autarquias podem, em relação a este tema, adoptar, como outros agentes, por três posições distintas: conservacionista, intervencionista ou desmazelada... As possibilidades de «catástrofe patrimonial» são, por isso, infindas! De novo, mesmo em Mértola! E não meramente responsabilidade do desmazelo, não. Tantas e tantas vezes é ao procurar intervir que se faz, sem querer a mais das vezes, um dano irreparável no património local. A prática autárquica deve ela própria garantir, neste campo, a exigência obrigatória de fundamentação técnica nas intervenções de conservação, restauro e reabilitação, não devendo, mesmo quando pressionada por motivações eleitorais, procurar encurtar procedimentos científicos e os da intervenção concreta, uma vez que é fundamental que seja o respeito pela herança patrimonial a presidir às decisões que ao mesmo digam respeito.

Claro que o papel dos responsáveis autárquicos é muitas vezes ingrato: acusados de fazer mal sempre que isso ocorre, ou de que meramente cumprem a sua obrigação quando actuam correctamente, é muitas vezes para evitar o risco que optam pela inacção. Em Mértola não foi assim, e por isso leva já 30 anos, praticamente, essa odisseia em que a autarquia foi sempre o grande alicerce da sua construção. Nos primeiros anos parecia um risco. Hoje já não. Daí que estando já mais do que confirmado o potencial cultural e turístico dos recursos patrimoniais locais,

independentemente da sua tipologia e maior ou menor antiguidade, seja necessário discutir também novos modelos de co-gestão desses recursos.

No que respeita à intervenção autárquica relacionada com o património, cultural e edificado em particular, esta alteração irá conduzir a um modelo de acção no qual o património só tem a ganhar. Para os responsáveis directos pela mesma, as recompensas desejadas virão certamente, e mais facilmente, como resultado de políticas respeitadoras do valor intrínseco do património de uma dada comunidade do que do seu inverso. Estes aspectos devem ser amplamente debatidos, e mesmo criticados e corrigidos, através de uma opinião pública tão participativa quanto possível. Em Mértola, este progresso nas mentalidades dos responsáveis é urgente e fulcral para a reconstrução do vigor deste projecto científico-cultural.

Em síntese, pretende-se somente deixar aqui um conjunto de aspectos que são fundamentais para a estruturação de políticas consistentes e coerentes de salvaguarda patrimonial, na perspectiva da gestão autárquica, e que muita utilidade terá também, em Mértola, se puder ser cumprido com algum rigor. É, pois, fundamental que:

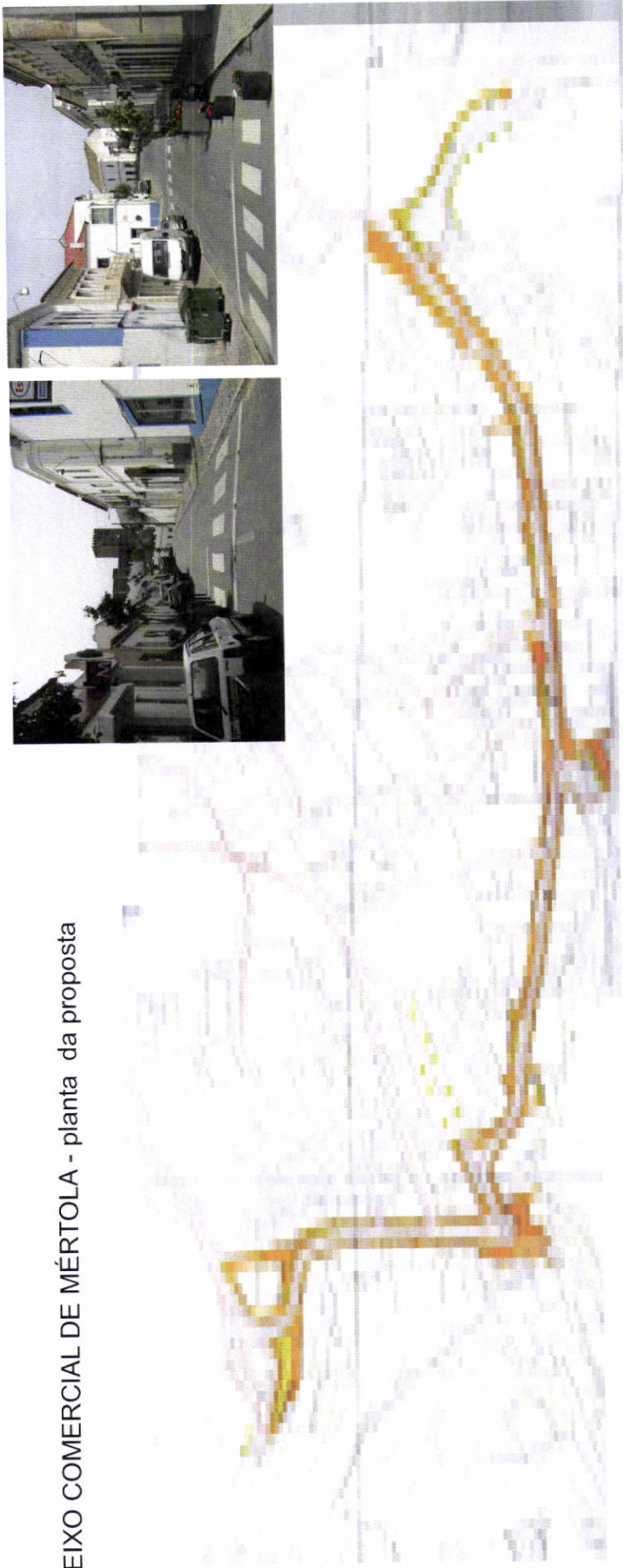
- seja feito um esforço de estabelecer medidas de médio e longo prazo, vitais nas questões patrimoniais, deixando de submeter essas estratégias aos ciclos político-eleitorais. O património cultural ou natural é uma matéria-prima frágil, e o seu valor social relevante em demasia para que a sua abordagem não tenha um calendário específico;

- na reabilitação urbana, é fundamental manter apoios aos particulares, como o que está contido na subvenção, e passar a avaliar com atenção, os dados que ela fornece, em termos da reabilitação e conservação material do edificado nesta zona histórica;

- quanto à gestão viária, que é muito má no centro histórico, seria importante contar com algumas medidas estruturantes:

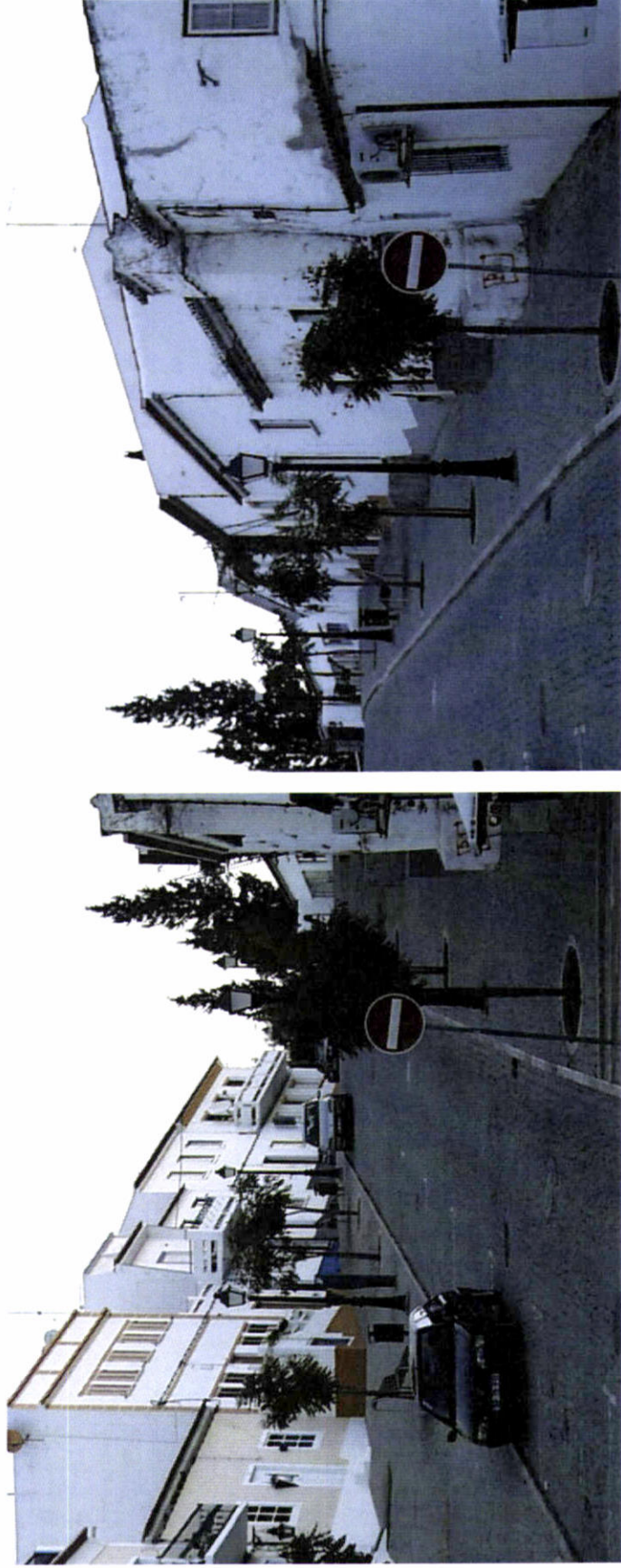
- alterar o sentido da circulação automóvel;
- reduzir, por todos os meios, o número dos automóveis que invadem a zona;
- introduzir um pequeno transporte público, fundamental também na perspectiva social

EIXO COMERCIAL DE MÉRTOLA - planta da proposta



Projectada no início da nova centúria, ainda está por concretizar, na sua maior parte, a implantação de um eixo comercial de um eixo comercial, que se estenderá desde a rotunda da entrada nascente de Mértola, até à saída da localidade, pela EN122, rumo a sul. Congrega a área comercial por excelência, que se desenvolveu desde as portas da vila antiga, no arrabalde, e se foi prolongando, nos anos 70 e 80 até à junção com a Avenida Aureliano Mira Fernandes, confluência mais tarde transformada em rotunda (à direita na planta). Apesar de já estreitada a área de circulação automóvel - e com apenas um sentido de tráfego, de nascente para sul -, embora com um arranjo lamentável, e com zonas de estacionamento temporário definidas, está ainda por realizar a reabilitação, repavimentação e pedonização definitivas. Com as medidas já tomadas criou-se alguma perturbação, não se tendo acrescentado as mais valias devidas, uma vez que a parte de requalificação do projecto ainda não se executou, exemplo do que não se deve fazer nestas circunstâncias, em zonas tão sensíveis e que perturbam todo o quotidiano. É, igualmente, a zona mais incoerente do ponto de vista arquitectónico, e quem a vê, hoje, não pode deixar de concordar com a proposta do Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, que, sendo paisagista da equipa que traçou o plano na década de 50 do século passado, sugeria que nada deveria ser construído com traseiras viradas para o Guadiana, pelo menos no troço entre o Café Central e o Cineteatro Marques Duque (cerca de um terço do eixo aqui em questão) - teria pelo menos evitado, como ele pretendia, a existência de tão maus alçados de traseiras virados ao rio, e já reduziria o número de dissonâncias arquitectónicas em que esta rua é «rica»...

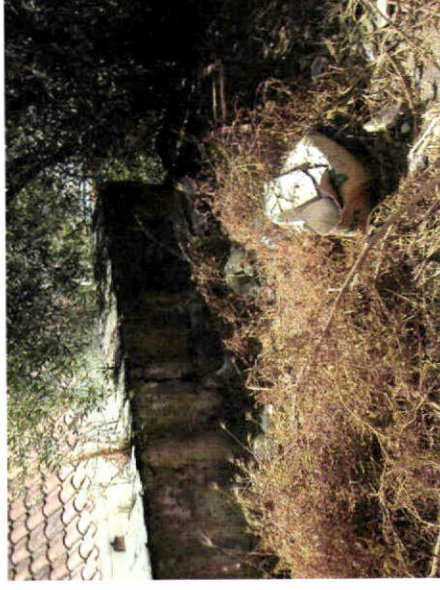
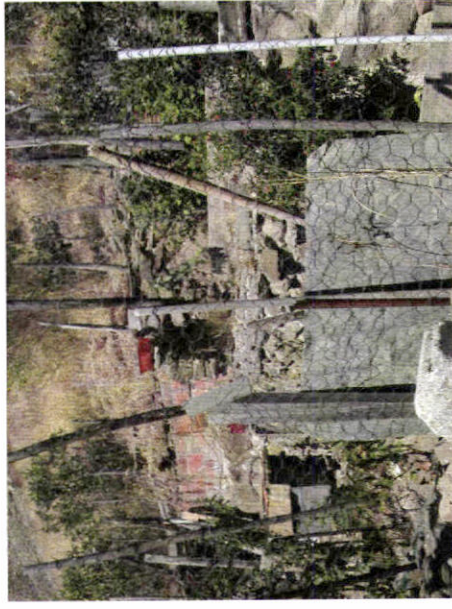
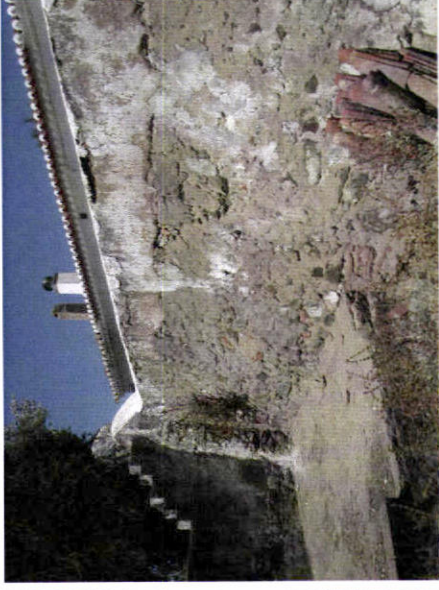
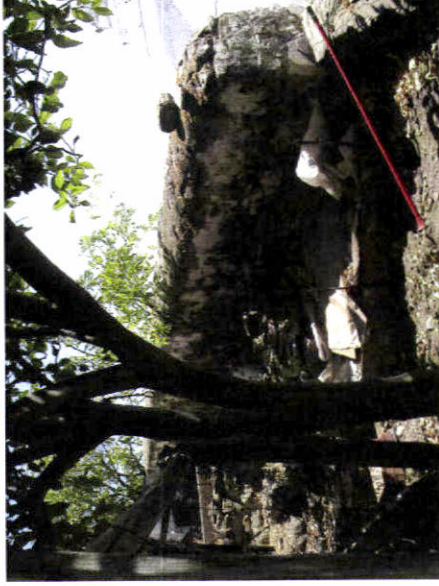
RUA 25 DE ABRIL - MÉRTOLA



Esta rua foi recentemente remodelada, tendo-se promovido uma radical substituição das antigas árvores plantadas no início do século, por novos espécimes, numa alteração efectivamente necessária. No entanto, no processo de execução do projecto, não foi cumprido o que estava estabelecido, o que gerou defeitos no valor urbano desta rua tão importante - já que liga o largo Vasco da Gama ao Rossio do Carmo, logo uma parcela importante do percurso de visita aos núcleos museológicos, percorrida pelos visitantes para aceder ao Núcleo da Basílica Paleocristã (no capítulo dedicado à «catástrofe dos detalhes» refere-se uma ou duas dessas más opções feitas à revelia do projectado). Esta forma de actuar é reveladora de uma certa forma de intervenção no espaço urbano, em que a presunção casuística vai criando mau urbanismo.

Esta zona integra-se também na remodelação do estacionamento automóvel e nos arranjos do eixo comercial - ainda não concluído, longe disso...- pelo que resta ainda uma esperança que possa ser melhorado nos anos próximos, quando da execução dessas alterações na sua configuração definitiva.

LOGRADOUROS DA VILA DE MÉRTOLA - áreas a requerer requalificação



Um dos aspectos a requerer maior atenção na reabilitação do casco histórico da vila de Mértola é a recuperação de inúmeros logradouros (são muitos mais do que os que se vêem nesta prancha, como é fácil supor). Estes espaços carecem de uma política municipal dirigida à sensibilização dos moradores, introduzindo mecanismos de auxílio e mesmo de competitividade social saudável que garantam uma outra atitude cívica em relação a este problema, que o permita resolver rapidamente. O seu tratamento é exemplo de um dos papéis vitais a desempenhar por um Gabinete permanente para o centro histórico, valorizando a sua necessidade. A existência destas «feridas» é testemunho do erro que foi a não continuidade do GTL em 1991, que certamente teria já trilhado algum do caminho que falta para que Mértola seja, de facto, um centro histórico em perfeitas condições de conservação.

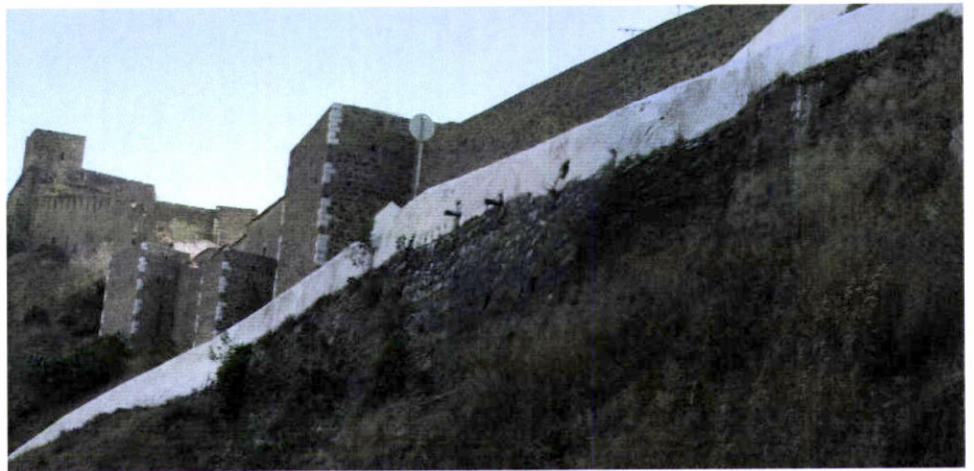
LOGRADOUROS DA VILA DE MÉRTOLA - áreas a requerer requalificação



ÁREAS DE LOGRADOURO PARA REABILITAÇÃO



Identificados detalhadamente no levantamento que foi feito na elaboração da carta de risco, estes locais necessitam de tratamento urgente, uma espécie de subvenção que se ocupe deles, quer sejam municipais / baldios, quer sejam privados. A sua visibilidade por quem passeia na localidade, e com muitos deles, que são murados, igualmente observáveis das alturas do castelo, são uma das causas de a visita a Mértola deixar um pouco a desejar em relação à expectativa. São feridas num tecido urbano histórico de qualidade que é urgente sarar. Essas zonas estendem-se ainda a muros e paramentos, pequenas casitas de apoio a hortas e quintais... Não se propõe a sua eliminação, nem a criação de um ambiente asséptico, mas sim o seu tratamento e recuperação condignos com a imagem que se quer para a localidade.



- levar para diante o projecto do eixo comercial, e estendê-lo ao menos à rua 25 de Abril, iniciando um processo de blindagem do Rossio do Carmo, o que seria uma manobra de requalificação urbana verdadeiramente revolucionária;
- aumentar o apoio à habitação social para os jovens na área antiga da vila, criando disponibilidade preferencial para casais jovens, com rendas adequadas, e com contratos para 5 anos;
- a autarquia deve ter consciência de que o investimento em massa crítica (técnicos das mais diversas áreas) é um alicerce fundamental para as políticas reais de salvaguarda e revitalização patrimonial, devendo investir no sentido de garantir a longevidade, sobre um dado território, dos agentes encarregues desse património. Assim, deve a Autarquia continuar a apostar na formação técnico-profissional, como parte de um plano de desenvolvimento local;
- se pense igualmente nas questões da logística do turismo cultural, que claramente exigem mais gentes, e, sobretudo, mais qualificada. Não deve pois insistir-se numa política de promoção turística sem a fazer acompanhar de uma política educativa / formativa que lhe dê coerência. Sendo esta vertente estruturante, e não conjuntural, é importante que ela tenha espaço e meios nas grandes opções do programa autárquico anual;
- continue a apostar nas linhas mestras traçadas pelos planos de ordenamento e salvaguarda, com os contributos da investigação e participação social, naquilo que respeita a um modelo de desenvolvimento baseado nos recursos endógenos, como traço ideológico predominante;
- se incentive cada vez mais a população à participação na gestão dos seus assuntos, onde o património deve, em todos os casos, ter sempre um lugar de destaque. Em Mértola, esta interação é ainda dotada de maior relevo, dada a importância do património para o desenvolvimento social e económico da localidade;
- se desenvolva a inventariação dos recursos patrimoniais e se avance com processos de classificação como património municipal de edifícios civis de grande valor.
- este sector dos recursos locais possa, em termos políticos, ser alvo de alargado consenso e que, nas suas áreas principais, possa beneficiar de transversalidade

política. Em Mértola, esse consenso parecia, na teoria, concretizado, mas é verdade que a visão das forças políticas predominantes, está longe, na actualidade, de ser consensual;

- a gestão desse património seja articulada, eficaz, perceptível pela população; tal como tem sido demonstrado pelos grupos de investigação do LNEC – GURPLAN, é fundamental a participação da população residente e/ou que têm actividades nestas áreas nos planos e acções da sua reabilitação. Assim sendo, a necessidade de especialistas / técnicos permanentes com funções nesta interacção. São necessárias quer na fase de planeamento, quer nas fases de execução, quer nas obrigatórias avaliações, por etapas, da reabilitação urbana. Esta interacção tem vantagens no que se refere à adesão destas populações e agentes, uma vez que ela serve de clarificadora, bem como de amortecedora de choques de rejeição, que, como o demonstra a experiência de tantas destas intervenções, são a maior parte das vezes resultado de os planos serem desenhados pelos técnicos e apenas depois apresentados. A desculpa de que existem prazos de discussão e de apresentação pública desses documentos (que está consagrada na lei) não deve obstar ao fundamental: é preciso uma nova metodologia nessa interacção. É preciso recordar que os documentos técnicos não são, a maior parte das vezes, de fácil compreensão para aqueles que não dispõem de formação técnica de base para os interpretar. Este esforço de clarificação dos documentos tem ainda reflexos como estratégia de melhoramento e de garantia de execução dos mesmos. Precisamos de desenvolver métodos de participação cívica e democrática no que à reabilitação da cidade histórica diz respeito. Estas zonas são particularmente sensíveis – mas, apesar de tudo, geralmente de pequena dimensão urbana e populacional (comparativamente às áreas novas a elas agregadas, na escala própria de cada núcleo urbano, como é evidente). Os técnicos necessitam de integrar na sua forma de trabalho a capacidade de explicar de forma clara os projectos que estão a desenvolver e as opções que estão a prescrever.

- Por último, mas não menos importante, que as políticas culturais permaneçam ligadas ao ordenamento do território e dos espaços urbanos, sob pena de que apenas artificialmente possam conservar determinadas facetas. O património visível precisa de património substantivo, e a autarquia deve investir em políticas culturais que sejam coerentes com esse propósito de substância.

4.4.2 – Reabilitação material do edificado

Este é um dos problemas mais complexos na actualidade, devido em grande parte à dificuldade de obter certos materiais, e ao processo artesanal ser, hoje em dia, caro, porque lento, comparativamente aos processos baseados em materiais padronizados oriundos da produção industrial. E, por isso, também menos onerosos.

Não se pretende aqui fazer uma discussão excessivamente pesada em torno desta questão. No caso da vila de Mértola, neste como em outros aspectos da reabilitação e/ou requalificação de edifícios, os exemplos das boas e más práticas estão à vista, particularmente porque, desde a existência da Subvenção Municipal para obras de conservação e melhoramentos (já abordada noutro sub-capítulo), as intervenções recorrendo a procedimentos e materiais correctos estão a aumentar – muito lentamente, mas enfim... - em resultado de certas exigências da regulamentação deste apoio municipal. Daí que, a acompanhar estes pequenos textos sobre determinados aspectos técnicos, se tenha tentado optar por uma solução cruzada com a apresentação de imagens, muitas delas com extensas legendas, procurando descrever as políticas seguidas em determinados aspectos particulares, ou salientando as críticas a certos procedimentos, ou à ausência deles, como se verá na questão dos logradouros da zona intramuralhas da vila.

Embora fosse preferível que tal não acontecesse, as políticas relativas à construção de edifícios novos não exigem, cabalmente, o uso exclusivo de materiais e técnicas tradicionais. Daí à reconstrução de inúmeras casas em tijolo industrial, mesmo nesta zona, é um instante. No entanto, outros materiais, como a terra, são hoje já disponibilizados em «tijolos» (adobes industriais, blocos de terra comprimida). Para uma obra como a que se vê na prancha 67, dado o espaço e a localização, podia ter-se optado por uma solução mista, de esqueleto em betão armado, com as paredes em aivenaria de blocos de terra comprimida, cujo desempenho térmico é superior, e esteticamente mais rigoroso e de maior qualidade. As obras novas no centro histórico deviam – em função de contingências de espaço e do posicionamento num dos socalcos da vila – combinar materiais de modo equilibrado

Numa outra intervenção, na casa «das janelas verdes», um espaço de turismo rural e moradia, a opção foi integralmente diferente. Neste caso foi usada uma solução com monomassa de revestimento, a única solução que experimentada noutro local, tem

verificado ser mais duradoura para a reparação de paramentos antigos, húmidos e salitrosos, como é típico na *vila velha*. Embora tenha desenvolvido uma patologia vegetal (fungos), numa parcela muito interior e húmida da casa, junto da rocha mãe do esporão mertolense, tem a vantagem da resistência mecânica. O material aplicado não se desagrega, o que permite tratar a superfície sem encarar a necessidade de picagem e reboco a cada pequeno intervalo de tempo. Estes aspectos são fundamentais para a qualidade de vida dos residentes, evitando uma sujidade constante, como a que geram as paredes tradicionais (a não ser as constantemente caiadas, o que também é um pouco complicado em certos contextos sociais, quando toda a família trabalha em empregos externos).

Na casa de Carmén Dâmaso, por exemplo, pode verificar-se um bom exemplo de valorização estética, combinando diferentes materiais. Apesar do uso integral de materiais modernos, tentando tirar partido do muito pequeno lote, tem um desenho e acabamentos de qualidade (projecto do arquitecto F. Varanda). A inteligente ideia de fazer a lage usando uma cofragem integral de madeira rústica, permitiu a moldagem da textura vegetal na argamassa. Após a secagem, esta superfície levou um acabamento em bondex. A ilusão de que o tecto é em madeira é perfeita. Este foi um caso em que os detalhes foram cuidados, a habitação é muito acolhedora, em grande contraste com tantos contentores integralmente pintados em branco sobre superfícies lisas. Refira-se ainda que as configurações formais da arquitectura tradicional foram muito bem aproveitadas pelo arquitecto. Saúda-se igualmente a família residente pela motivação para aceitar as sugestões do arquitecto.

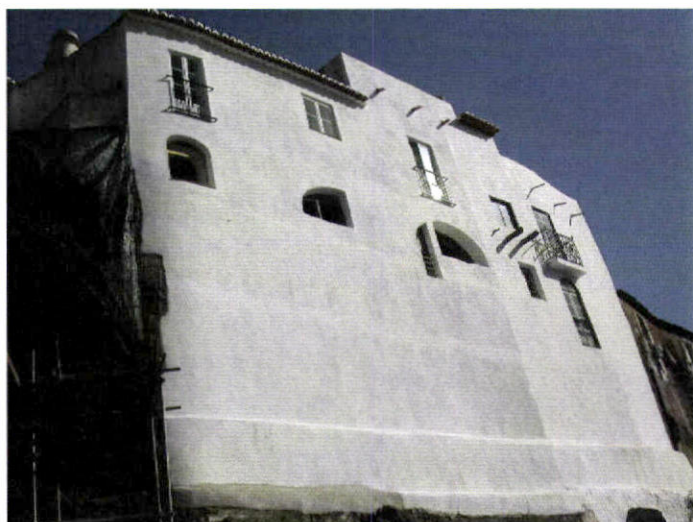
Este tipo de intervenções deveriam beneficiar de bonificações quando os projectos previssem a utilização de bons e adequados materiais. Eventualmente ter um prazo de isenção, um ano ou dois, no IMI (Imposto Municipal de Imóveis)⁶⁶¹.

As obras devem continuar a ser discutidas nos detalhes, e, para isso, lá está de novo a existência de um gabinete de salvaguarda permanente. Assim entende-se que será positivo:

- Promover, de forma agradável, num convívio relativamente informal, as técnicas modernas junto dos empresários e profissionais do ramo. Às vezes é o

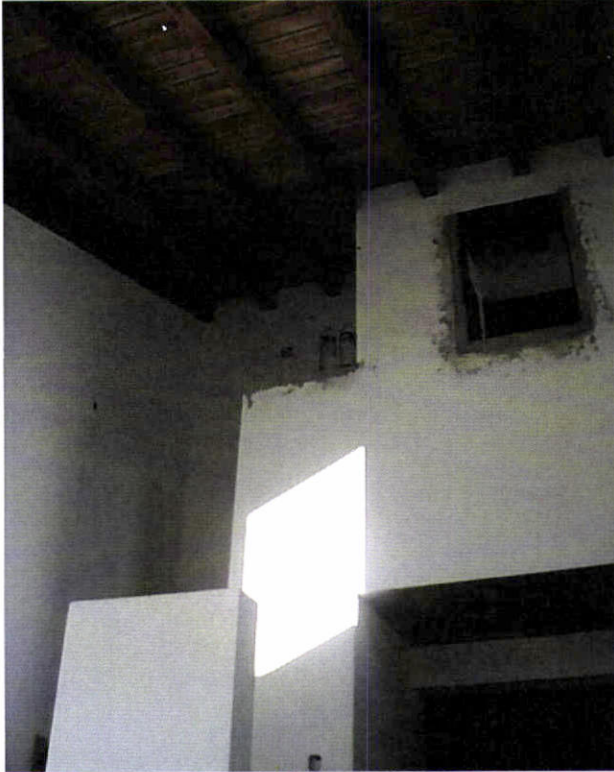
⁶⁶¹ É de referir que as taxas actualmente em vigor já procuram estabelecer alguma compensação (ou penalização) para os imóveis arruinados ou em mau estado, tentando tirar partido desta medida municipal para incentivar a reabilitação dos imóveis do conjunto histórico de Mértola.

OBRAS DE PARTICULARES - PRÉDIO DE PEREIRA COELHO

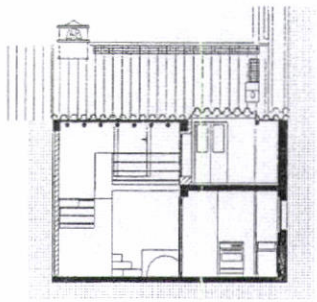
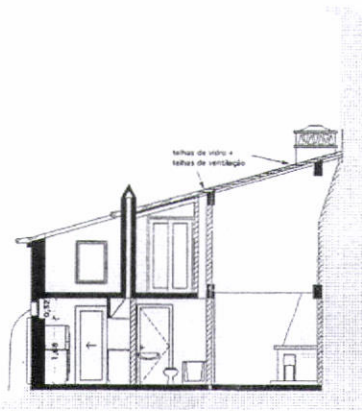
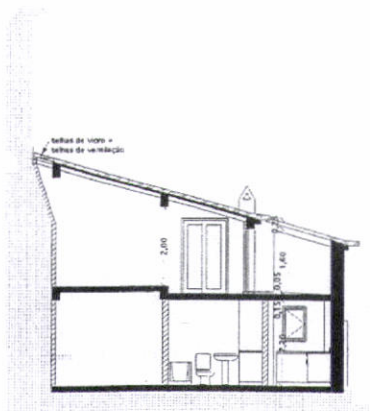
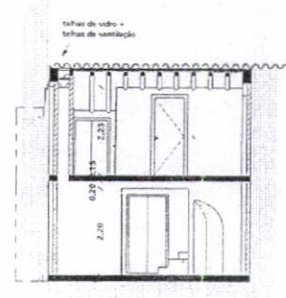
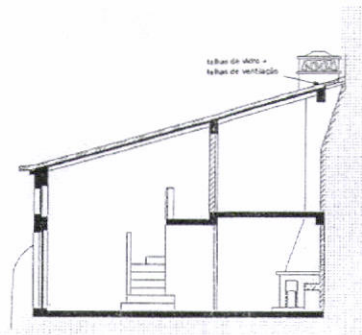
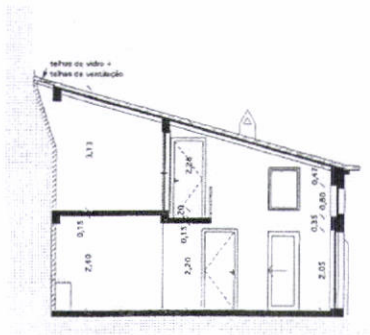


Este proprietário, na obra que realizou na sua casa, e como parte do edifício, na sua origem, tinha aproveitado uma parcela do troço da muralha, ficando a constituir-se como parte do seu extradorso, tomou particulares cuidados na intervenção. Foi contratada uma firma que tinha experiência no campo dos rebocos com argamassas tradicionais, à base de cal. A necessidade de conseguir um resultado de grande durabilidade (dada a dificuldade de intervir numa zona deste tipo como se pode constatar), levou a opções técnicas muito interessantes, como a utilização de pozolana oriunda de Cabo Verde, no reforço da argamassa, e de uma malha (que deveria ter sido integralmente em geo-têxtil, mas que acabou com alguns troços em rede metálica zincada) de reforço mecânico deste revestimento. Até ao momento, os desempenhos parecem satisfatórios.

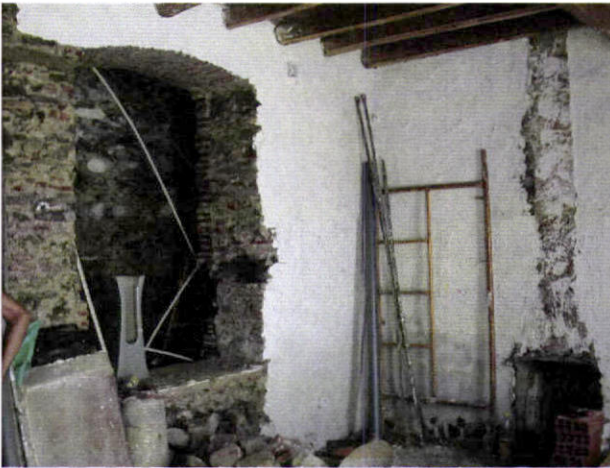
OBRAS DE PARTICULARES - PRÉDIO DE CARMEN DÂMASO



OBRAS DE PARTICULARES - PRÉDIO DE CARMEN DÂMASO

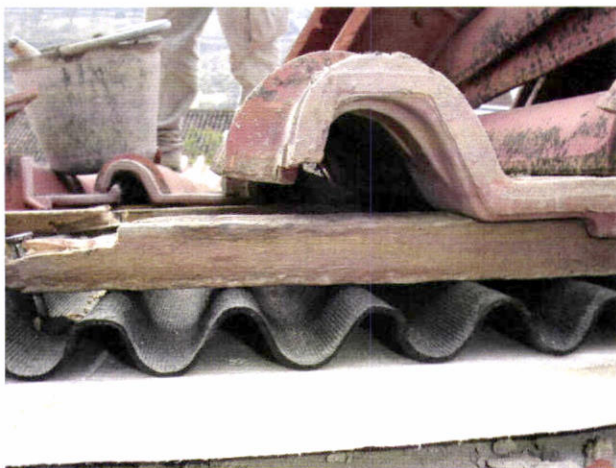


INTERVENÇÃO DOS PARTICULARES / SUBVENÇÃO
«CASA DAS JANELAS VERDES» - detalhes





OBRAS DE PARTICULARES - SUBVENÇÃO - DETALHES DE DIVERSAS OBRAS



OBRAS NO CASCO HISTÓRICO - ESTALEIROS



OBRAS NO CASCO HISTÓRICO - ESTALEIROS



desconhecimento que os leva a adoptar sempre as mesmas técnicas industriais. O Gabinete deveria recolher testemunhos e divulgar boas práticas que existem em obras do centro histórico, como forma de valorização dessas intervenções.

As novas tecnologias construtivas que devem ser disseminadas, as boas soluções defendidas (como o uso de subtelha mas sem adulterar, por exemplo não deixar de usar telha de meia cana, até existem já disponíveis dois formatos). Para todos estes aspectos, do estudo de soluções e da exemplificação – e considerando até uma parcela dos habitantes ser idosa e carenciada, com dificuldade em promover obras nas suas casas - a Câmara devia ter uma brigada permanente, especializada em recuperação, para se ir ocupando destas tarefas, e um plano de actividade a longo prazo, sendo até esta equipa a garantia de uma estratégia integradora dos diferentes aspectos necessários a uma verdadeira salvaguarda destas áreas urbanas. Os exemplos vindos dos particulares com mais posses começam também a dar uma ajuda. É tempo de incentivar e cruzar estas iniciativas e esforços.

A Autarquia deve investir na constituição de equipas técnicas para promover estudos de materiais e arquitectura / habitabilidade, para propor regulamentação apoiada em ensaios piloto que possam garantir que as soluções que se queiram impor como a serem adoptadas (por serem do ponto de vista do património e da reabilitação social do Centro Histórico) sejam garantia de bons resultados para os moradores. Esta noção de objectividade para as soluções deve ser seguida, sem ela podem ocorrer maus resultados (ou seja, não devem as obras concretas de cada particular ser usadas com laboratório / local de experiências de resultado incerto.

Um aspecto também particularmente sensível neste domínio das obras de construção civil, é a questão dos estaleiros no casco histórico, problema ao qual urge dar solução. Quando da necessidade de preparar estaleiros em áreas tão sensíveis podem esperar-se impactos negativos com alguma dimensão. Quer a exiguidade do espaço, quer a situações de grande envelhecimento dos materiais construtivos e outros em presença, conduzem a uma maior dificuldade de fazer a sua gestão com o propósito de os diminuir nesses referidos impactos.

Num trabalho científico interessantíssimo e que merecia uma muito mais ampla divulgação⁶⁶², Armanda Couto fez, em 2001, uma avaliação destas questões,

⁶⁶² COUTO, A. B., Impacto Ambiental dos Estaleiros..., Tese de Mestrado, U. Minho / E. Civil, 2001.

demonstrando, quanto mais não fosse, pela natureza do seu trabalho, que a reabilitação destas áreas urbanas está na ordem do dia e merece uma cada vez maior atenção em todos os aspectos que envolvem a sua conservação, e em matérias e actividades aparentemente díspares mas todas elas necessárias à abordagem multidisciplinar que se preconiza. Ela destaca, igualmente, o mesmo aspecto:

“A escassez de espaço que habitualmente existe nestas áreas urbanas, potencia os incómodos e as agressões causadas aos cidadãos e ao ambiente. O conhecimento desta realidade e a consciência de que a implementação de algumas medidas preventivas podem contribuir para que a convivência entre a actividade dos estaleiros, o ambiente e os cidadãos poderá ser mais pacífica, conduziu à realização deste trabalho”⁶⁶³.

Os impactos negativos listados são interessantes de considerar, e centram-se sobre a questão ambiental, e com itens de grande diversidade:

- Produção de resíduos (demolições, restos de materiais);
- Lamas nos arruamentos (transporte de terras ou restos de outros materiais de argamassagem com tempo chuvoso);
- Produção de poeiras (movimentos de terras, demolições, preparação de argamassas);
- Contaminação do solo (devido ao derrame de fluidos poluentes tais como óleos, tintas e águas de lavagem de máquinas e utensílios);
- Contaminação das águas (devido ao derrame de fluidos poluentes nas redes de drenagem);
- Danificação das redes públicas de drenagem (devido ao derrame de fluidos poluentes, de cimento e ao arrastamento de partículas sólidas nas redes de drenagem);
- Destruição de vegetação arbórea, cuja localização não colida com a implantação da obra;
- Impacto visual da vedação do estaleiro (dimensão, cor e estado de conservação);
- Ruído provocado no estaleiro (por máquinas em movimento, martelos pneumáticos, comunicação entre trabalhadores, etc.)

⁶⁶³ COUTO, A., 2001:127

- Aumento do volume de tráfego (devido à circulação de veículos e máquinas de serviço ao estaleiro;
- Ocupação da via pública (e conseqüente redução das áreas de circulação pedonal e/ou automóvel e de áreas de estacionamento automóvel e de carga e descarga);
- Danificação do espaço público na vizinhança da obra (devido ao fabrico de argamassas sobre o pavimento existente, ao derrame de fluidos poluentes, etc.).

Na generalidade dos casos estudados pela autora a maior parte destas situações estão enquadradas por regulamentação municipal.

Nas áreas como os centros históricos é evidente que os impactos negativos não são sentidos de igual modo. Por exemplo, é fácil de ver que, pela exiguidade do espaço, um dos que causa maior perturbação é a ocupação da via pública, embora seja daqueles em que a redução do impacto é mais fácil de ser estruturada – a situação é visível, e pode ser corrigida em função do impacto da solução. Em Mértola, o gigantismo da obra do Parque Natural do Vale do Guadiana foi, em todos os tempos, a que causou maior impacto⁶⁶⁴, e, apesar disso, foi encontrada uma solução equilibrada que reservou uma parcela dos lugares de estacionamento e, salvo uma, por questões de segurança, todas as ligações pedonais. E não era uma empreitada pequena.

Esta ocupação, se capaz de transtornar o tráfego automóvel, torna-se num problema muito sério. No restauro da torre do relógio, foi construída uma plataforma complexa, em tubagem, que permitia a passagem dos veículos por debaixo, já que nesta via seria impensável cortar-se a circulação viária.

No desenvolvimento do seu estudo, esta investigadora organizou um inquérito, que teve ocasião de solicitar à Arquitecta Ana Paula Félix, por ter sido Chefe da Divisão do Arquitectura e Urbanismo da CMM, bem como responsável dos GTL's, que preenchesse. No geral, o que concluí? Que todas as medidas, das limpezas, aos tapumes, ao evitar de entupimentos nos sistemas de esgotos municipais, etc., tirando as poeiras e o ruído (que são aspectos que geralmente não estão englobados

⁶⁶⁴ Basta referir que foi a primeira vez que uma grua foi instalada no centro histórico – e logo desta dimensão, capaz de fazer subir as cargas colocadas próximo do rio para a plataforma adjacente à obra, um desnível de 14 metros. A sua montagem e desmontagem, realizadas durante fins de semana, foi apreciada por muitos moradores, devido não só à complexidade da operação, mas igualmente pela singularidade de um tal acontecimento. Esta grua permitiu ainda – como se assinala numa das pranchas de imagens – tirar fotos do centro histórico de uma cota alta, a partir da praça central e não do castelo, um acervo que deverá ser guardado preciosamente pois não serão muitas as ocasiões que possibilitarão novo registo.

regulamentarmente), todos os outros estão em vigor em Mértola. Mas geralmente não se aplicam, e salvo uma situação que possa atingir uma expressão desproporcionada face ao que é comum, nem as coimas são aplicadas em circunstância alguma. Normalmente, aprovadas a arquitectura, os promotores das obras fazem o seu estaleiro ali num cantinho da rua, e a coisa lá vai sem qualquer organização, segurança, limpeza...

Nas localidades de maior população e actividade, ou quando são obras de nomeada, como foi o caso em Mértola da reconstrução da «Casa do Lanternim», existe uma preocupação central: “Dos resultados obtidos⁶⁶⁵ pode concluir-se, de forma inequívoca, que a ocupação do espaço público é o impacto que mais preocupa os responsáveis das Câmaras Municipais com Centros Históricos (...). De um modo geral, esta prevenção caracteriza-se pelo pagamento de uma determinada quantia em dinheiro em função do espaço e período de ocupação. A produção de resíduos também é alvo de preocupação por parte dos municípios (...), a sua prevenção é geralmente obrigatória ainda em fase de licenciamento da obra. (...) Em muitos casos, os regulamentos referem-se à disponibilidade de recolha dos entulhos por parte dos serviços municipais. Por último, a danificação do espaço público também é um impacto muito considerado (...). Neste caso, o responsável é obrigado à reposição dos estragos ou, quando tal não acontecer, os serviços camarários fazem a reposição e debitam os custos respectivos”⁶⁶⁶.

Além da ocupação de espaço que fazem os estaleiros das obras, outra grande preocupação para autarcas e particulares são os «estaleiros arqueológicos». Em Mértola, esta faceta da arqueologia urbana é uma actividade contínua, expressiva pelo seu significado cultural, mas igualmente perturbadora da actividade da edificação, como sempre sucede. Para mais num contexto de excepcional riqueza arqueológica.

⁶⁶⁵ Esta investigadora, que analisou 12 municípios com Centro Histórico, distribuídos pelo País (Braga, Porto, Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Guarda, Viseu, Área Metropolitana de Lisboa e Distrito de Setúbal, Beja, Portalegre e Faro), extrai dos resultados uma conclusão importante: “existe nos municípios com Centro Histórico uma grande carência de posturas municipais que obriguem à sua prevenção”. COUTO, A., 2001:129.

Segundo a autora, noutros países por ela analisados estas posturas municipais são a medida mais eficaz para introduzir práticas defensoras do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos residentes ou passante na zona do estaleiro: a maioria das medidas preventivas apresentada é de fácil implementação, basta que todos se consciencializem da sua importância e que aos trabalhadores sejam dadas indicações precisas do que é necessário fazer e porquê, dando-lhes também a conhecer que podem beneficiar com a sua implementação”. COUTO, A., 2001:130.

⁶⁶⁶ COUTO, A., 2001:128.

Desde sempre Cláudio Torres sabia desta característica da actividade que quis abraçar em Mértola: “a arqueologia medieval e urbana (...) interfere necessariamente no quotidiano dos seus habitantes actuais (...) não podemos hoje, em qualquer intervenção arqueológica, escamotear a presença dos seus habitantes, daqueles que, utilizando estes espaços, são os verdadeiros detentores do seu património-memória colectiva (...) além das actividades ligadas às áreas de escavação arqueológica propriamente dita, desenvolvemos um esforço simultâneo de levantamento, acção cultural e recuperação integrada. Desta forma tem sido sensível uma aproximação entre os interesses da população e os objectivos dos investigadores (...) estando a ser modificada na prática a concepção do Museu-Templo através de um processo colectivo de valorização da totalidade histórica representada não só pelo grande monumento - obra de arte, como também pelo humilde objecto do quotidiano – a rua, o poial, o falar, a canção”.

Esta área, para lá da sensibilização holista da abordagem «claudiana», foi sempre o campo de luta dos interesses imobiliários versus a salvaguarda do património. Logo a seguir a 1974, quando a expansão da edificação moderna se deu, muitos foram os territórios que deveriam ser reserva arqueológica foram delapidados (com grande destaque para a margem sul e os terrenos ao norte da capital portuguesa).

De facto, para “a geração de autarcas que enfrentou o problema do lançamento das infra-estruturas básicas (saneamento, ruas, estradas, habitação, desenvolvimento industrial e comercial) tende a considerar o estudo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos como um aspecto menor, não raro desprezível; esta perspectiva parece atravessar todos os partidos e ideologias políticas”⁶⁶⁷.

Por isso é fundamental que os planos urbanísticos indiquem metodologias de actuação, que reconheça a diversidade de valor dos vestígios⁶⁶⁸, como se poderão

⁶⁶⁷ Mesmo em Mértola, que sempre foi vista como um lugar onde a arqueologia era «sagrada», e até sob a protecção do presidente da Câmara, a destruição inútil em consequência das obras também se verificou. Assim, por causa da pressa de instalar o Centro de Saúde, se rapou a necrópole da Encosta d Carmo (o quintalão das carroças, já por mim referido) e uma parcela da via romana, desta vez a pressa de criar uma plataforma para instalar um conjunto grande de moradias pré-fabricadas. A defesa do património arqueológico era na alcáçova...

⁶⁶⁸ A regulamentação existente aponta para que, na generalidade dos planos, “os vestígios arqueológicos [sejam considerados] como uma excepção, implicando a paragem dos trabalhos e remetendo o normal prosseguimento das obras para escavações, sem definição de prazos ou tipo de trabalhos a efectuar, o que acaba por criar uma ideia de paralisação. O efeito daí resultante não pode ser pior; no entanto, poderá ser ultrapassado por uma maior definição do tipo de acções a efectuar e consequente vulgarização da sua prática”. COELHO, C.D., 1999:124. Esta imposição, e a ausência de prazo muitas vezes para o término

investigar e conservar, para que, em função do contexto do achado e da sua relação com o conjunto urbano, se possa ajuizar da importância da sua manutenção e eventual musealização.

A manutenção e conservação dos sítios, tarefa complexa, que implica uma vigilância permanente, dependente de mão-de-obra especializada regular, que em Mértola está a cabo da equipa de investigação arqueológica (o Campo Arqueológico de Mértola).

Esta situação de particular riqueza patrimonial da vila, e a necessidade de encontrar possibilidades de desenvolvimento levou, claro, à estratégia museológica já longamente citada, que poderia captar os visitantes e ajudar, por consequência, a economia local. Valorizar implica dar a conhecer o significado dos vestígios do passado, as causas e consequências da ocupação humana no local e a relação com o meio envolvente. Por isso, os actos museológicos não têm sido desprovidos de intervenções de reabilitação e reconstrução de edifícios. Também na questão do apoio logístico aos visitantes, em qualquer sítio arqueológico, teria que ser construída uma qualquer infraestrutura, e esta seria cuidada para estar de acordo com as características públicas e a importância científica do local. Aqui, é a própria vila que dá esse apoio. E, portanto, também merece os cuidados referidos.

Como o destaque científico e patrimonial de Mértola são grandes, a sua beleza paisagística impressionante, e o conjunto construído uma encantadora localidade ainda cheia de vida, assumem maior proporção as «catástrofes» que ofendem as correctas práticas da conservação patrimonial.

Há um aspecto que nem vou focar aqui. A UNESCO já dele falava, na Conferência Geral de Nairobi, em 1976: “Os conjuntos históricos ou tradicionais e as suas envolventes deverão ser protegidos contra os efeitos negativos da aposição de suportes, de cabos eléctricos ou telefónicos, da instalação de antenas de televisão e de grandes painéis publicitários. Se já estiverem colocados devem ser então tomadas medidas apropriadas para os fazer desaparecer. A propaganda, a publicidade, luminosa ou não, as insígnias comerciais, a sinalização de trânsito, o equipamento urbano e os revestimentos de pavimento devem ser estudados com o máximo cuidado e controlados para serem harmoniosamente integrados. Deverá ser feito um esforço

da investigação, são umas das maiores causas de disputa com o s proprietários dessas zonas e/ou projectos.

particular para evitar qualquer forma de vandalismo". Em Mértola, depois dos planos do 1º GTL, fez-se a remoção da parte eléctrica... mas ficou-se por aí... e entretanto às antenas acrescentaram-se as «rodela paranóicas»...

De facto, um dos aspectos mais esclarecedores do padrão de intervenção, no que respeita à área patrimonial, relaciona-se com a atenção dada aos detalhes. Entende-se neste conceito "detalhes" certos aspectos arquitectónicos de pequena dimensão, ou o mobiliário, sinalética, arranjos "verdes", como vasos, canteiros, etc.. Mas, igualmente, o mau uso e o pouco civismo ligado ao estacionamento, à salvaguarda de materiais de promoção turística, etc.

É espantoso o conjunto de catástrofes que tais detalhes têm provocado nos arranjos urbanísticos, facto tanto mais espantoso quando tantas vezes se gastaram milhões de euros, quer no estudo, planeamento, projecto de arquitectura e especialidades, e na empreitada de execução especialmente, para depois todo o efeito ficar marcado pelos pequenos detalhes a despropósito....

Pretende esta simples amostragem (que se condensa em 4 pranchas de imagens) corroborar a minha perspectiva de que o conjunto de agentes envolvidos necessita claramente de formação complementar na área do património, de modo a aumentar a sua sensibilidade para este tipo de micro-situação, que parece de menor valor, mas que na realidade permite a leitura de uma intervenção verdadeiramente planeada em todos os seus detalhes. Esta urgente necessidade de sensibilização abrange ainda mais claramente os técnicos de departamentos complementares ao desenho urbanístico, como engenheiros electrotécnicos, as autoridades reguladoras do tráfego automóvel, os engenheiros de telecomunicações, no sentido de gerar em seu torno uma marcante chamada de atenção para os autênticos "abortos" de design que depois, por cegueira da legislação, são obrigatórios em qualquer local, como se a cidade nova pudesse ser comparada ao tecido urbano histórico, onde qualquer destes elementos assume um peso várias vezes proporcionalmente maior face aos imóveis e espaços que são o seu enquadramento. Isto conduz a argumentação ao pressuposto maior, isto é, de que essa sensibilização necessita chegar também aos políticos (em que modelo?) se modo a assegurar que as desejadas políticas de reabilitação do património urbano designado globalmente por centro histórico é alvo de um planeamento estratégico onde se enquadrem políticas de longo termo e onde o principal acção dos políticos seja a garantia do respeito pelo seu valor, exercendo

acção junto de outras autoridades no sentido de obter as excepções que permitem um trabalho consistente de salvaguarda patrimonial.

Os Autarcas, através da ANMCH, deviam alertar os departamentos governamentais para a possibilidade de existir uma sinalética de trânsito distinta (formalmente, claro que não no desenho dos códigos!) da que é obrigatória? Uma solução que não obrigue a milhares de tubos por todas as ruas, agredindo visualmente o habitante e o visitante. Dir-se-á que isto não é possível, face à legislação... Mas a legislação dos sinais de tráfego automóvel são os Dez Mandamentos? Não se mudam, porque existe uma falta de sensibilidade para a dimensão do problema, e porque existe pouca educação para a cidadania, que leva as pessoas a querer ter os seus cavalos (os que estão dentro dos motores...) sempre amarrados à porta de casa, do saloon, à porta dos monumentos e em qualquer beco de qualquer velho casco, tudo isto conduzindo, progressivamente a um aumento das proibições, logo ao aumento de sinais...

Outros exemplos se mostram de «catástrofes dos detalhes». Será melhor deixar, em grande medida, as fotos falarem por si...

Estas questões são ainda mais relevantes em Mértola devido à contradição que representa com a desejada vocação turística da localidade.

Claro que esta ideia de local turístico ainda está longe de cumprir todo o seu potencial, uma vez que as deficiências que ainda se verificam nesta infraestrutura de base estão a estrangular e a impedir o verdadeiro crescimento económico que em tempos se pensou possível e que o património local, pela sua qualidade, conseguiria potencialmente gerar. Com o Projecto Integrado de Mértola, nos anos 90, e por apoio directo do Fundo de Turismo, conseguiu-se alargar o número de locais a visitar, de modo a que já se justifica uma pernoita na vila, para que essa mesma visita a todos os locais seja feita com o lazer que se deseja. Mas onde está, então, essa infraestrutura para tornar viável o referido potencial. Começa agora a dar sinais de se expandir, finalmente, o segmento das dormidas...

As ofertas de produtos complementares – réplicas, artesanato local, outros produtos em que a marca local seja relevante, são uma parcela importante dessa diversidade de serviços que pode levar o visitante a desejar prolongar a sua visita ao local, para lá

A CATÁSTROFE DOS DETALHES... O POVO...



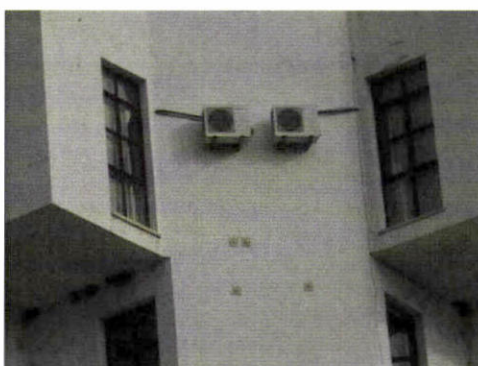
Para que se chamam os turistas a Mértola? Para ir aos cafés também! Atão não me digam que não chega ter a fachada toda pintadinha, e ainda tenho que ter as traseiras também? Mas se ninguém vê a parte de trás do prédio (vê-se muito? Se olhassem só pró rio já não viam nada... é não olhar!)



De que vale o investimento da Autarquia nuns contentores subterrâneos? Se está cheio, ou se as coisas são muito grandes, jogam-se aqui ao lado... é à entrada da vila velha? Então assim todos podem ver como os mertolenses são arrumadinhos, olhe lá o montinho tão bem feito... (Os outros contentores? Bem são 20 metros daqui até lá...os culpados são os gajos da recolha, que devem andar a malandrar... ah, já passaram...)



É verdade que a malta da vizinhança tinha combinado pintar as casinhas todas iguais, e a barrinha amarela até tá jeitosa... mas sabe, é que já tou farta de pintar isto, é junto ao chão, suja-se muito, e com a chuva, é uma chatice... e até tinha aí uns ladrilhos de xisto que me sobrou dum chão... (a opinião dos outros?... aposto que há praí mais cheios de vontade de fazer o mesmo...)



Ainda bem que o arquitecto andou uma data de tempo a pensar para fazer esta fachada toda gira assim para quem olha para cá... estes bicos são mesmo fíxes pra encaixar estas máquinas do ar fresquinho aqui no meio... Foste esperto, pá!

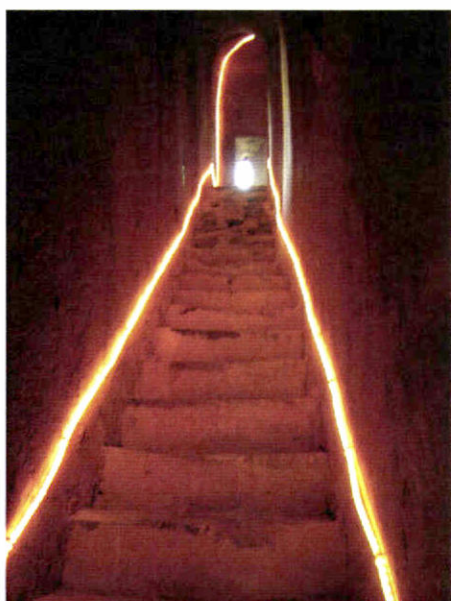


De que serve andarem uns quantos preocupados a fazer museus e candidaturas para os financiar? Tou estacionado mesmo encostado à parede do museu polióquê? Eu cá sei é que me deu imenso jeito terem posto aqui este passeio lisinho e as plantinhas a fazer sombra... ah, isto aqui desenhado no chão debaixo do carro é a planta da igreja que foi aqui descoberta? Atão mas as plantas não é para darem sombra?! (ainda bem que depois veio o técnico proibir, coisa que o povo insiste sempre em conseguir - azar foi a escolha infeliz dos pilotis proibidores... é ver, é outra catástrofe...)

A CATÁSTROFE DOS DETALHES... OS CIENTÍFICOS...



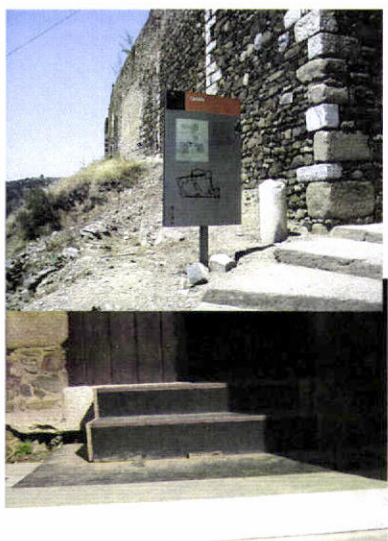
Primeiro, é um homem a cavalo - melhor, um rapaz num pónei, que a escala ficou pelos 50%... Depois é a piazza, e o caminho do arquitecto, a fazer bicos onde ninguém circula... fica fora de mão... mas dá para jogar uma macaca... Agora até lhe arranjaram uns canteiros em repolho com florinhas de canteiro francês para compôr... não consigo entender o que se passa aqui... se já achava mal a ausência de um concurso de ideias para a escultura, se achei a opção figurativa um pouco «artisticamente decadente» mas enfim, foi a escolha que fez o autor, mas que venham agora com este arranjo neo-fascistóide é que não... Só se safa uma coisa... o povo adora montar-se ao lado do cavalo a tirar pólároides, vá agora, Micaela Sofia, que eu tou a fingir que luto c' o gajo! Mas ninguém foi às aulas de teoria e gestão do património?



Então anda-se anos a discutir com o arquitecto o arranjo da sala da torre de menagem (que ficou muito bom) e depois consente-se nestas coisas indescritíveis de um caminho de mangueira plástica com luzinhas?! Que não haja desculpas, não são os «inventores» da solução os culpados, são os responsáveis pelo património que devem ter posições firmes contra estas ideias caseirinhas... E, já agora, se o pedreiro faz a argamassa de outra cor, manda-se fazer tudo novo... que remendos são estes? O mesmo se poderia referir para a nova escada de acesso ao castelo. Gasta-se

dinheiro, gasta-se tempo, carregam-se blocos de mármore e gaibões de xisto (um bocadito foleira, a solução...), e depois, à porta do castelo, uma banqueta improvisada de madeira? Acabaram-se as pedras?...

E para que fazem painéis informativos tão simpáticos? Eu sei que cá fora eram continuamente vandalizados (é o povo que vem tirar polaróides ao cavaleiro...), mas agora estar encostado a um canto, dá uma ideia de desmazelo. Se se muda, muda-se convenientemente, isto é, é instala-se noutra local definitivamente. Se ainda não se decidiu da escolha do local, guarda-se enquanto se pondera. Agora assim de canto... é uma catástrofe!



A CATÁSTROFE DOS DETALHES... OS TÉCNICOS...OU OS POLÍTICOS?...



Às vezes penso que deve ter havido um concurso entre os técnicos e os políticos decisores a ver se se conseguia impedir tirarem-se fotografias de Mértola em que não apareçam sinais de trânsito...

Sábiam que não é impossível fazê-los desaparecer? Há até exemplos de centros históricos que mostram como se pode fazer..



Confesso que é um dos meus ódios de estimação. Nada justifica que se tenha colocado a «máquina do estacionamento» a aparecer sobre a muralha da vila, quando tem nas costas da cabine telefónica o seu lugar natural, juntando, e não dispersando, este mobiliário urbano. Claro que o ideal era que não se pudesse circular, quanto mais estacionar. E nem em cima dos passeios para não se porem «esferoides» a bloquear o que não se devia usar. Ou que a capela do cemitério tivesse calhado um bocadinho mais para trás... Detalhes...



Destes bancos muito poderia dizer - principalmente que deveriam estar montados de través, em socalcos, como é normal em ruas inclinadas, para que não fique um qualquer utilizador sentado no chão - mas penso que tudo se perceberá dizendo sómente que...a todos os níveis... têm falta de nível...

A CATÁSTROFE DOS DETALHES... TODOS NÓS...



A questão da circulação e estacionamento automóvel é, nos nossos dias, um aspecto fulcral que tem que ser resolvido com medidas fortes e comunitariamente concensuais. Um centro histórico como o de Mértola não pode estar atulhado de «latinhas». que imagem tem o visitante? Talvez, urbanos a maior parte, não notem a confusão, mas experimentem tirar todos os carros, e vamos avaliar se as pessoas não sentem a diferença. Aja coragem de, de imediato, bloquear o acesso a todos os não residentes. Coloque-se um pequeno transporte público para os residentes, faça-se uma pedagogia para deixar, ao menos durante o dia, os carros no arrabalde da feira. Tire-se a Câmara Municipal do centro histórico, para irem logo umas dezenas destes para longe. é uma questão de modelo. Queremos ter um centro histórico que efectivamente o seja, que seja marcante para quem o visita, que seja um orgulho a quem nele vive ou dele é natural? Ou contentamos-nos com este caos diário...

da mera visita aos museus ou outros vestígios «mortos» similares. Aqui são ainda relativamente fracos, porque a oferta é pouco disponível. A criação da empresa municipal de turismo poderá servir para desbloquear algumas destas dificuldades.

Quanto mais diversificadas são as actividades complementares, melhor para a economia local. Se esta assenta num conjunto muito reduzido de funções associadas aos recursos patrimoniais de forma muito directa, é provável que venha a ter variações sazonais no seu funcionamento no que resulta o desemprego ou a quebra de volume de negócios na época baixa. Para uma economia que se pretenda baseada nos recursos patrimoniais, e que garanta salários médios ou elevados, e portanto com um elevado nível de qualificação (o que é fundamental), é preciso que esteja blindada, protegida por ter actividades menos sujeitas a variações sazonais. Daí a necessidade de desenvolver este modelo verticalmente (ou seja, alargando o número de recursos patrimoniais e actividades directas) e horizontalmente (ou seja, alargar igualmente o número de serviços de suporte), o que é, como é óbvio, o principal desafio conceptual e de investimentos deste tipo de estratégias.

No entanto, falta ainda saber, com o mesmo rigor com que se escavaram os vestígios arqueológicos, qual o tipo de audiências, os seus interesses, quais os segmentos menos representados, o que fazer para os atrair, etc. Daí a minha insistência, ao longo de anos, na enorme necessidade de proceder a uma recolha metodologicamente correcta de dados, de se fazer uma caracterização de base sobre quem são os nossos turistas, uma investigação de carácter científico fundamental para o desenvolvimento estratégico do projecto.

Será então fundamental dedicar algum esforço ao controlo dos fluxos de visitantes, evitando a todo o custo, a instrumentalização da cultura e do património local. A imposição de uma Carta de Qualidade, a ser negociada com os investidores e outros agentes locais, bem como a continuidade do trabalho de sensibilização da população local, respeitando a sua autenticidade e qualidade, deverão ser tarefas urgentes a emprender pelos responsáveis pelo desenvolvimento desta estratégica, de forma a preservar os valores em causa. Quer o CAM, quer a ADPM, tem realizado esforço nesse sentido, principalmente através de projectos de parcerias internacionais para a certificação turística e a promoção de um turismo cultural de qualidade.

A visibilidade deste projecto é notória. Por isso os impactos negativos, que resultem de erros de apreciação a nível local, da incapacidade para dar atenção e prestar um

serviço de qualidade a todos os que procurem Mértola como local de lazer, devem ser antecipados, mantidos sobre controlo e, sempre que possível, evitados. Em Portugal, junto da comunicação social e dos sectores da cultura, Mértola é uma citação obrigatória. Se acrescentarmos as inúmeras ligações internacionais, quer científicas, quer de promoção cultural, pode dizer-se que são hoje inúmeros os canais através dos quais podem ser atraídas as novas audiências. Estes canais, devem, aliás, ser permanentemente alvo de cuidados e de esforço na sua dinamização.

Apesar dos esforços positivos, os serviços de tipo turístico associados aos museus têm funcionado de forma deficiente e pouco profissional, e isso independentemente do facto de que existem técnicos encarregues dessas acções. É nítido que tal não é suficiente e que é fundamental aumentar o esforço não só na componente formativa específica, como na utilização de metodologias de gestão e avaliação que se adequem plenamente a esta área, sem introduzir factores de distorção por simpatia ou interesses particulares.

Neste domínio, a animação cultural é fundamental, e, sem dúvida, foi muito importante, como estratégia cultural, a criação do Festival Islâmico.

Este evento, uma bienal cultural que se realiza em Mértola, 1ª edição em 2001) é um exemplo de como esta simbiose pode ser feliz. A vila possuía então dois elementos cientificamente importantes, ambos a justificar uma deslocação para os conhecer: a igreja matriz, a merecer maior destaque por ser o único edifício de uma antiga mesquita que chegou, em Portugal, aos nossos dias, e a zona da alcáçova do castelo, onde desde 1978 se escavam vestígios arqueológicos pertencentes, em parte considerável, a esta época histórica. A ideia foi misturar a visita ao património local cultural islâmico, a outras actividades e atractivos como, por exemplo, a reconstituição de um souk (mercado), a celebração de cerimónias religiosas da tradição corânica, efectuadas pelas gentes de fé muçulmana que por esses dias se encontravam em Mértola. O programa incluiu a realização de uma conferência científica e, paralelamente, foi apresentada uma grande exposição fotográfica destinada a uma audiência mais genérica. Todo este programa cultural foi desenhado tendo como ideia central a compreensão das raízes multiculturais que um país como o nosso e uma localidade portuária como Mértola necessariamente possuem na sua génese. Sucesso de grande dimensão, quer numa perspectiva cultural, quer numa óptica económica, o Festival foi já realizado em 2003 e 2005, apresentando, desde a 2ª edição, uma nova

pérola nos recursos patrimoniais disponíveis ao visitante – o novo núcleo museológico, inaugurado entretanto, e que é consagrado a este período histórico.

O Festival, bem como outros eventos anteriores a ele, como conferências científicas e prémios, ou as inaugurações dos diferentes núcleos museológicos, alinha integralmente na estratégia promocional delineada, muitos anos antes, e que estava relacionada com a pouca disponibilidade de fundos financeiros para investimento publicitário. Promovendo, junto dos media (operadores televisivos, imprensa escrita, rádios, etc.), este projecto e a filosofia de intervenção cultural preconizada, foi possível obter um importante conjunto de referências que ajudaram a divulgar o trabalho realizado. Nenhuma influência em particular foi exercida para o conseguir, para lá de um bem defendido trabalho de relações públicas e, evidentemente, o valor do projecto em si mesmo (e, durante bastante tempo, a sua originalidade). A cultura e o progresso científico são notícias com impacto em certos segmentos de audiência, e podem, por isso, ser conteúdos interessantes para os meios de comunicação social.

No entanto, este evento cultural começa a denotar sintomas de «abarracamento», de feira de petiscos. É fundamental repor a primazia do programa cultural, e não deixar banalizar o Festival. Eventualmente, passar para uma realização quadrianual, de modo a poder ter um orçamento que lhe garanta uma programação cultural de excepção. A não ser assim, uma grande ideia irá banalisar-se. A reflexão é fundamental, sacudir sem receio a rotina em que se está a cair, e que destrói qualquer criatividade.

São muito importantes também o desenvolvimento de actividades culturais, que permitam reconciliar a população da vila e do concelho com a zona histórica, que esta zona abandone a sua parca de centro Político para se converter em referência máxima de identidade (psico-social), para todos os naturais e residentes no concelho.

De alguma forma deve ser cumprida a intenção de a vila ser a «locomotiva» estruturante – e, inversamente, o enfraquecimento do papel cultural na vila, que tem vindo a pôr em causa, resultado evidente de uma outra estratégia de «desenvolvimento» para o concelho.

A própria reabilitação urbana deve levar em conta, nas intervenções, a requalificação de certos espaços de modo a que se possam tornar em espaços culturais ou novos

eixos sociais. Além dos espaços, igualmente certos imóveis que estão devolutos devem ser pensados nesta perspectiva, que se admitir a mudança.

Neste campo cultural, histórico, patrimonial, Mértola encontra a sua área de excepcionalidade, onde é único e muito elevado (e mais ainda poderia ser) o seu valor. As mutações que se verificaram na estratégia conduzida pela Autarquia (como principal agente local de acção) nos últimos anos têm feito perder muita visibilidade, de certa forma até por se enquadrar em áreas que têm «muita concorrência» de outros municípios, torna-se este concelho mais fraco, em termos das possibilidades de crescimento desejadas.

Tudo isto acaba por vir a entroncar nos contextos institucionais, e no enquadramento político das opções fundamentais. Este aspecto tem grande importância. É em sede dos poderes políticos que a estratégia é assumida como projecto estruturante. Num certo sentido, quase que poderíamos dizer que é desejável que estas políticas beneficiem de pactos de regime por parte dos eleitos dos diferentes partidos políticos – quer ao nível legislativo, nas esferas das competências governativas, quer nas Autarquias, onde essas estratégias efectivamente se concretizam.

Em todas as políticas sectoriais, seria importante que os agentes dinâmicos do projecto (técnicos, investigadores, responsáveis autárquicos) dessem o exemplo e que, quer nas obras que realizam, no uso que fazem do automóvel, no cuidado e no rigor a evitar «detalhes catastrofistas» procurassem ter o máximo de boas práticas. Muito do que se poderá vir a progredir em termos de impulsionar uma mentalidade mais respeitadora da salvaguarda do património vem dessa pedagogia, que a população não deixará de constatar, tal como não deixará de criticar quando confrontada com «dois pesos, duas medidas».

4.4.3. – «Vila museu» - uma estratégia para o desenvolvimento local?

Nos anos 60, quando as preocupações da Europa em reconstrução se puderam virar finalmente para as questões da cultura, as metodologias para a salvaguarda patrimonial ocuparam algum do esforço teórico que então se produziu para definir os mais correctos modelos de intervenção. Neste contexto, a museologia destacou-se pelas preocupações de integração dos vestígios culturais de outras épocas, actividades e culturas que saíam do domínio predominante das Belas Artes plásticas. Huges Varine-Bohan, que foi director do International Council of Museums (ICOM) entre 64 e 74, o museu, para desempenhar o papel de uma instituição moderna deverá estar adaptado às necessidades reais do mundo moderno ou do homem moderno. Esta tomada de consciência de que o museu é uma entidade aberta ao meio, consciente da relação com o seu próprio contexto, impulsiona Varine-Bohan a discutir o seu papel na problemática do desenvolvimento, tanto mais que esta aponta para um aumento da importância da dimensão cultural.

Para ele a cultura ganhou entretanto protagonismo por ser «intermediária entre o passado e o futuro». E diz “Não é senão na plena posse da sua cultura que um povo pode pretender ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento. O desenvolvimento não pode ser definido concretamente para um povo senão por esse próprio povo, na linguagem da sua cultura”⁶⁶⁹.

Tomando consciência de que os dois conceitos – cultura e desenvolvimento – são duas faces de um mesmo processo, Varine propõe que seja o museu o «cadinho» onde os dois conceitos se combinam e se fundem. Mas como ele próprio refere “tudo isso pressupõe, em primeiro lugar, a revolução no museu”, onde o ponto focal do museu já não é o artefacto de *per se* mas a totalidade cultural do homem, neste caso o homem dentro da sua região, do seu elemento natural e cultural, do passado ao presente. Na sequência das transformações preconizadas, a investigação tomou um caminho multiforme e multidisciplinar, e determinadas acções de conservação e de exposição ou animação tornam-se meios de integração cultural, não só para o visitante, mas para a comunidade local considerada em si mesma sujeito e destinatário da acção cultural: “Cada museu, a cada escala, visando o desenvolvimento da comunidade não pode ser encarado a partir de um «modelo»,

⁶⁶⁹ VARINES BOHAN, *Le musée au service de l'homme et du development*, 1969.

mas antes como uma metodologia de animação comunitária. Isto é, adaptando-se às condições particulares que cada comunidade oferece. Nesta perspectiva, a formação de profissionais dos museus deve também sofrer alterações. Investido de uma missão social importante, o responsável pelo museu deverá tornar-se num técnico de desenvolvimento”⁶⁷⁰

Tendo interesse pela temática das culturas populares (mas não num sentido folclórico), e pelos períodos históricos ostracizados pelas ideologias nacionalistas-cristãs da Europa Ocidental, Cláudio Torres, que vivia em Paris nos inícios dos anos 70 para realizar a sua dissertação de doutoramento, não podia deixar de conhecer estas novas propostas. A transição dessas propostas para Portugal foi beneficiada, claro, pela alteração do regime político que se verificou em 1974. Esta, pela componente ideológica de forte pendor à esquerda, defendia claramente tudo o que fossem marcas da cultura popular. Igualmente, e dentro de uma utopia de exaltação de uma vida comunitária, considerava-se que a cultura da grande cidade corrompia os espíritos, desumanizava os homens, fazia perder o verdadeiro sentido da história social, e a noção da construção dos espaços vivenciais que atravessaram os tempos, lentamente sedimentando as suas actuais feições.

Mértola, como campo de ensaio para desenvolver uma experiência social e museológica deste tipo reunia as condições ideais⁶⁷¹. Não só a excepcional qualidade histórico-patrimonial, precisamente dentro do perfil de reconstrução das identidades nacionais que interessavam ao seu impulsionador (maioria de vestígios importantes associados ao período islâmico e à época tardo-romana), como ainda apresentando um perfil de vida comunitária, a pobreza de um pequeno lugar esquecido no interior de Portugal, a vontade política de apostar na cultura para inverter essa situação.

Num dos textos que entretanto escreveu sobre essas motivações iniciais, Cláudio Torres afirma: “Trata-se (...) de atribuir um estatuto valorizado, de «nobilitar» como património cultural, a elementos de uma cultura destituídos daquilo que habitualmente os excepcionalizaria como dignos de admiração ou de conservação, isto é, sem o carácter artístico ou simbólico relevante pelos padrões dominantes de apreciação: as ferramentas de trabalho, os objectos de uso quotidiano, os equipamentos domésticos, produzidos com materiais pobres, através de técnicas consideradas”. No fundo, tratava-se de pegar em parcelas rudimentares de uma cultura considerada como

⁶⁷⁰ VARINES BOHAN, *Le musée au service de l'homme et du développement*, 1969.

⁶⁷¹ Releia-se o que escrevemos no início do capítulo 4 desta dissertação.

esteticamente pobre, e socialmente associados aos mais desfavorecidos, ou aos perdidos que a história ideológica do regime anterior considerava como desprezíveis devido à sua origem cultural, e apresentá-los da sua intrínseca riqueza – de facto, a história e a cultura não são senão o somatório de todas as parcelas. A separação e hierarquização umas das outras não passa de uma estrutura ideológica. Se é certo que cada um de nós terá a sua (enformando muito daquilo a que chamamos o gosto, e que muitos consideram subjectivo...), o importante nesta circunstância é que essa apreciação tornava conscientes as razões dessa escolha. Mais, como se fez em Mértola, alargava o nosso conhecimento da diversidade cultural que constituía a história do nosso País. A museologia, para lá de integrar uma estratégia de desenvolvimento local, foi também posta ao serviço de um propósito pedagógico, de nivelar, face aos olhos contemporâneos, as hierarquias que antes eram «obrigatórias» nas apreciações culturais.

Os mais pequenos objectos, como refere Carlos S. Nuno “surgem quase repentinamente como dotados de valor, dignos de apreciação – em primeira instância precisamente por aqueles a quem são estranhos e distantes”, ou seja, às elites urbanas que até aí dedicavam a sua admiração aos monumentos imponentes e aos mestres supremos das artes plásticas. Um objecto vulgar – um penico, imaginemos -, colocado agora sob a chancela de «objecto arqueológico de uso doméstico, idade mil anos», num enquadramento museológico que valoriza a interpretação contextual – ou seja, transmitir-nos a informação de como, em determinada época, viviam os nossos antepassados e que hábitos tinham – torna-se um testemunho material tão merecedor de relevo como uma pintura ou uma escultura. Claro que, como salienta este autor, esta nova ideologia da cultura patrimonial não se fez sem “resistências e estranhezas mútuas, entre técnicos, museólogos, etnólogos e as populações em cujo quadro estas operações patrimoniais”⁶⁷².

Dotado desta nova ideologia, desta nova abordagem à realidade material contemporânea (independente da origem histórica dos seus testemunhos), a museologia prossegue agora com o objectivo de desenvolver uma consciência crítica junto das suas audiências. Neste contexto, o crescimento da consciência necessária de salvaguardar o património histórico é um dos seus principais fins, ideia que está ligada à vontade de reforço da consciência identitária de cada lugar. Esta estruturação é o que explica, em grande medida, a explosão da museologia local

⁶⁷² NUNO, 1992:60.

que se tem verificado nas últimas duas décadas. Mais, consciente da totalidade do fenómeno cultural, o museu agora não quer guardar meramente os objectos, mas também o que ainda é possível da gestualidade associada ao seu uso. O museu não é só o espaço da conservação, mas igualmente, o da animação. O património ganha novas dimensões contemporâneas.

Em Portugal, em tantas localidades, são organizados museus e constituídas colecções, em que, pela razão antes anunciada, predomina a matriz etnográfica. Cientes de que os modos de vida e a cultura actuais, pela sua dimensão tecnológica e globalizante, rapidamente deixam para trás aspectos vivenciais ainda há pouco tempo presentes no dia a dia das comunidades locais, técnicos das mais diferentes especialidades apressam-se a preservar o remanescentes dessas antigas práticas. Em Mértola, não eram apenas as mantas de lã, hoje um produto decorativo de elevado custo, que se procurava preservar. As calçadas antigas, os vasos à porta das casas, onde flores podem ser vizinhas da salsa, os largos onde se convivia, tudo parecia justificar a abordagem integral que a nova museologia propunha num conceito como este de *vila-museu*, um museu vivo⁶⁷³.

Num encontro sobre as práticas culturais que se realizou em Beja, no ano de 1988 – dez anos, portanto, após o início dos primeiros trabalhos arqueológicos na alcáçova mertolense –, Cláudio Torres defendia esta metodologia, usada em Mértola, e à qual os resultados positivos atingidos nesta pequena localidade alentejana pareciam confirmar a validade: “São acções pontuais, é certo, mas que conduziram e processos de descentralização real e, por vezes, à descoberta da razão de ser, dos fundamentos, da identidade de cada região, de cada concelho, de cada povoado e comunidade. Talvez por isso parece não ser moda passageira a actual corrida aos patrimónios culturais em todas as suas variantes, arquitectónicas, etnográficas ou arqueológicas, a proliferação de museus locais, a inventariação e recolha de arquivos e documentos de há séculos apodrecidos em caves ou sótãos. Parece assistirmos à festa da descoberta das diferenças, das individualidades culturais, dos limites das áreas de influência. Nasce uma nova história do homem, de um homem colectivo é certo, mas em que a

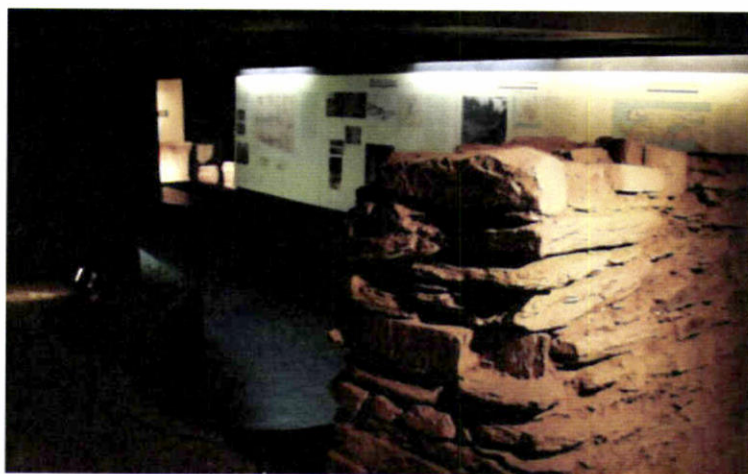
⁶⁷³ Carlos Nunes da Silva, na sua dissertação consagrada à questões da gestão do território pelos poderes políticos locais, aborda, no segmento dedicado à cultura esta questão. E refere, e bem, que nestes casos, “o entendimento da própria vila como museu não passa por uma concepção cenográfica do seu tecido edificado; muito mais importante ainda é a manutenção das vivências equilibradas e harmoniosas entre as pessoas e o seu meio, as suas articulações e convivialidades, o seu sistema de identificar e qualificar os lugares, a interpenetração entre os habitantes e os lugares que construíram, na diversidade e nas permanências que marcam a vida de uma terra”. SILVA, C.N., 1987:94.

ALCÁÇOVA DO CASTELO DE MÉRTOLA (encosta Norte - estação arqueológica e cemitério oitocentista)



Zona fundamental para a investigação científica, a plataforma arqueológica da alcáçova do castelo de Mértola foi o primeiro espaço a ser alvo das escavações arqueológicas que tornaram a vila famosa. Criada pela construção de uma galeria parcialmente subterrânea (criptopórtico) era, anteriormente a esta fase, a entrada principal da localidade em período romano. Quando da expansão da comunidade cristã, veio a ter um paço episcopal, razão provavelmente primeira da construção da plataforma que acolheu, depois, um bairro de população islâmica, que num dos topos do seu casario (à esquerda na foto) viu ser erguida a nova grande mesquita da Martula muçulmana (única sobrevivente deste culto, dessa fase histórica, no país, hoje igreja matriz). Local vital para o conhecimento da evolução urbanística da vila, tem vindo a ser estudada desde 1978 (e parece poder ainda durar umas três décadas adicionais o seu total estudo arqueológico...), e neste momento tem partes dos seus vestígios já musealizados, e com informação disponível aos visitantes, mesmo quando os trabalhos de escavação não estão a decorrer, medida didáctica e de valorização do local que se saúda, reparando uma falta que se arrastava há alguns anos. A abertura do novo cemitério (junto ao Cerro das Neves) deverá conduzir a uma operação de reabilitação da encosta do castelo, que, além do aspecto científico, precisa de uma requalificação das traseiras e logradouros dos edifícios que estão junto a esta encosta.

ARQUEOLOGIA URBANA - intervenção na sede do Município (1984-1986)
Reconstrução do edifício e criação do Núcleo Museológico da Casa Romana



Primeira, e sempre muito referida, experiência de musealização *in situ* concretizada em Mértola, deveu-se ao incêndio que consumiu uma parte do miolo em madeira da sede do Município. Decidida a reconstrução em «fachadismo», vieram a ser descobertos, na abertura dos alicerces, vestígios de uma casa de época romana, que conduziram à alteração do projecto para construir uma cave para funcionar como museu. É pena esta solução não se ter tornado uma norma, em situações de áreas amplas, pois o património da vila em muito saíria beneficiado.

escala da própria comunidade ainda é humana. Assistimos ao nascimento do «Anthropos» das ciências humanas. Da história grandiosa das grandes movimentações de classe em que se fazem revoluções e se demarcam impérios, parece começar a olhar-se também para o humilde quotidiano do pequeno grupo humano teimosamente agarrado a uns torrões ressequidos e a meia dúzia de cabras. Ele também é fazedor de história e de cultura⁶⁷⁴. P6

Neste modelo, claramente a ideia de valorização sócio-económica está associada à utilização dos recursos internos de uma dada comunidade, naquilo que é corrente designar-se por desenvolvimento de base endógena. Este processo passa pelo reconhecimento da cultura e da identidade desses mesmos locais ou regiões, e, nele, todos os agentes, mesmo o museu, são elementos vitais da dinâmica que se pretende instituir. “Na sua acção interventiva, o museu regional ou local activo, participa no desenvolvimento integrado da sociedade, uma vez que lhe cabe o conhecimento, a salvaguarda e a divulgação dessa cultura, dessa identidade sem esquecer os aspectos resultantes das relações homem / meio ambiente natural⁶⁷⁵”.

Paralelamente, o conceito de património passa, também, a incluir doravante a diversidade das experiências que compõem a vivência histórica de uma sociedade, alargando-se dos valores eruditos e materiais, aos mais populares e imateriais, passando a incluir instrumentos de trabalho, canções, lendas, poesias, paisagens, instalações industriais.

Tal como aconteceu em Mértola. Cada museu, a qualquer escala, visando o desenvolvimento da comunidade não pode ser encarado a partir de um “modelo”, mas antes como uma metodologia de animação comunitária. Isto é, adaptando-se às condições particulares que cada comunidade oferece. Nesta perspectiva, a formação dos profissionais dos museus deve também sofrer alterações. Investido de uma missão social importante, o responsável pelo museu deverá tornar-se num técnico de desenvolvimento – o que aconteceu com Cláudio Torres e seus colaboradores.

Na reunião do ICOM que se realizou em Santiago do Chile, em 1972, foi definido o seguinte: “O museu é uma instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitem participar na formação

⁶⁷⁴ Como já noutra nota referi, esta conferência não foi publicada. Está arquivada na Biblioteca do CAM, nas folhas dactilografadas que o autor então leu, e a presente citação é da sua página 6.

⁶⁷⁵ MARTINS, A.M., 1999:64.

da consciência da comunidade que serve; que o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais (...) esta nova concepção permitirá aos museus desenvolverem-se e evoluírem de maneira mais racional e mais lógica a fim de melhor servir a sociedade»⁶⁷⁶.

O museu passa, deste modo, a integrar uma função social relevante, procurando integrar-se na comunidade para promover o bem-estar económico, social e cultural da população local⁶⁷⁷. O museu está não só ao serviço de uma comunidade – como o estaria sendo meramente um depósito de objectos de valor patrimonial – como deve contribuir para levar essa mesma comunidade a agir. Deve ser um agente activo na modificação do paradigma actual, afirmando, claramente, pela sua acção, que a democratização cultural não é já suficiente, mas que é preciso investir na construção de uma democracia cultural. Ao agir com intenção pedagógica, formativa, para estimular a formação de *massa crítica*, e ao colocar-se inteiramente ao serviço da comunidade, até na criação de instrumentos de gestão que representem essa mesma população, o museu estará a dar passos muito importantes nesse sentido.

Em 1984, na Declaração de Quebec, preconizava-se que “a nova museologia-ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa nos projectos de futuro (...) este movimento deseja manifestar-se de uma forma global, tem preocupações de ordem científica, cultural, social e económica”.

Tal como em Mértola, à primeira vista, muitas pequenas localidades aparentam nada ter de valioso para apresentar. Vestígios materiais (monumentos, artefactos, etc.) ou imateriais (tradições, lendas, etc.) podem ser em pequeno número, ou parecer não ter qualquer valor museográfico e/ou cultural num primeiro momento. Mas as estratégias de investigação podem, e de facto conseguem-no, «aumentar» os dados culturais e patrimoniais disponíveis (sem artificialidade, destaque-se...), pois a construção de

⁶⁷⁶ Da Declaração de Santiago, ICOM, 1972. Repare-se a data (para lá do facto de a reunião de realizar durante a presidência de Alhende), atestando o que dissemos no início deste capítulo ao referir os textos de Hugues Varines-Bohan, e o contexto cultural no qual Cláudio Torres construiu a sua visão patrimonialista que depois desenvolveu em Mértola.

⁶⁷⁷ Por isso em Mértola é importante que as instituições locais com acção determinantes neste campo, o CAM e a ADPM, não deixem de promover a valorização cultural e académica dos seus quadros, e, particularmente, quando são jovens locais, pois essa acção, para lá de ser uma obrigação ética e ideológica, é imperiosa para a construção de massa crítica local para assegurar a continuidade e a inovação deste projecto.

significado, através de abordagens contextuais, pode ser aplicada a quaisquer vestígios. É esse o papel da investigação, integrar os objectos numa narrativa, em que o seu valor surge acrescentado à sua mera existência pelas explicações em que é prova material. Nos modelos de base endógena, estes elementos, por serem locais, acabam por constituir um sólido alicerce para as estratégias culturais. Esse dado faz com que, quer seja para as populações locais, quer seja para os visitantes, eles possuam um valor que não depende, de todo em todo, da sua dimensão ou quantidade. Esta questão tem um argumento central que não deve ser considerado menor nestas propostas – as audiências locais estão no centro do trabalho realizado, são o seu principal publico-alvo, e a elas se destinam em primeira-mão as informações e resultados obtidos. Toda a tentação de construir “terras de fantasia” deve ser evitada. Os visitantes devem sentir que são privilegiados em participar num processo cultural que existe, que é concreto e que está vivo, e ajudando, com a sua presença, com a sua apreciação, a salientar a riqueza cultural de qualquer localidade ou território. A opção contrária conduz a uma inevitável descaracterização da cultura local. Ao perderem a familiaridade com componentes *integradores do seu passado e raízes culturais*, a população local, em particular as gerações mais novas, tenderão a facilmente deslocar-se para viver noutras localidades, naturalmente absorvidas pelas gigantes metrópoles que estão em contínua expansão. Se estes actores, que são autênticos, forem substituídos por meros agentes económicos associados ao turismo, para os quais o lucro é a preocupação determinante, está aberta uma larga via para a penetração de «tradições artificiais», como já é comum ver-se na maioria dos eventos de características folclóricas. A salvaguarda do património é uma estratégia completamente diferente.

Olimpia Gordon Pinto, uma investigadora que reflectiu, com grande minúcia, sobre esta questão, centra a sua análise na construção de «sentido», no fundo, no respeito pela verdadeira identidade, pela sua pesquisa, difusão, redinamização. Parece-me útil, e mesmo de reconhecimento à sua importante sistematização, citá-la aqui:

“O Museu (...) é também responsável por desenvolver este tipo de preocupações, manifestadas nas suas práticas que, ao invés de se resumirem ao trabalho de desenraizamento e congelamento de testemunhos patrimoniais, procurem integrá-los na dimensão viva (por vezes «oculta») da comunidade, atribuindo-lhe sentido. Se o Museu não consegue restituir a dimensão simbólica e viva dos testemunhos que alberga, a sua pertinência resume-se e perde-se nos devaneios dos seus «conservadores». Se assim for, a sua legitimidade face ao Património ficará

seriamente comprometida – melhor será que encerre as suas portas e que se defenda uma política de «desmuseificação»!⁶⁷⁸

Os eixos em que deve, então, incidir a acção do museu e dos seus gestores, são os seguintes:

“- promoção da identidade local / regional (promoção das línguas regionais, promoção dos cantos e danças tradicionais, etc.);

- valorização do património cultural local (renovação de aldeias – reabilitação arquitectónica, restauro das fachadas, ordenamento paisagístico, etc.);

- criação de infraestruturas culturais permanentes (centros culturais, eco-museus, centros de interpretação do património, etc.);

- organização de eventos culturais (animações, festivais, etc.);

- valorização dos saber-fazer tradicionais (criação de oficinas-escola, exposições, acções de formação, etc.)”⁶⁷⁹.

Estes eixos devem, por isso, conduzir ao seguinte conjunto de boas práticas, que conjuguem a interpretação museológica a a animação sócio-cultural:

- entreter e estimular uma resposta positiva por parte do visitante;

- ser activa e participativa;

- provocar e estimular sensações intelectuais, afectivas e estéticas: como a curiosidade, emoção e sensibilidade;

- sustentar-se na investigação científica;

- construir-se a partir dos próprios conhecimentos das pessoas; estar integrada na identidade local;

- escolher as técnicas em função das audiências;

⁶⁷⁸ PINTO, O. G., 1999:80.

⁶⁷⁹ *Idem, Ibidem.*:80.

- ser honesta e evitar qualquer tentativa de falsear ou manipular a informação para tornar a oferta mais atractiva.

Em Mértola, nos últimos anos, alguns destes eixos têm sido concretizados, mas nem sempre associados com a estratégia de reabilitação do centro histórico da vila, como era intenção original desta proposta museográfica. Fruto de uma (quase) inevitável acomodação dos seus quadros técnicos – resultante da quebra da renovação das gerações de investigadores que alimentavam a busca patrimonial e o desejo de inovação -, o projecto *vila museu* sofre uma fase de indefinição estratégica que seria urgente combater. Por outro lado, acresce a modificação do empenho estratégico da autarquia (actualmente, de outra cor partidária em relação à que acompanhou o desenvolvimento deste programa durante 20 anos), que pretende dinamizar outros sectores dos recursos locais, principalmente no campo do lazer e das actividades desportivas. A estrutura de gestão dos museus está mal estruturada, e, creio que se pode afirmar, a ideia de vila museu está um pouco reduzida a um conjunto de exposições de materiais arqueológicos, religiosos e etnográficos, sem se conseguir recriar uma dinâmica como a que atravessou a vila na década de 90. Este aspecto deverá ser profundamente ponderado, e com urgência, sob pena de se perder muito do que foi investido. O desenvolvimento local é, em todos os casos, uma exigência social, e não se vê da possibilidade de uma alternativa tão substantiva como tem sido, e poderá continuar a ser, a construção deste projecto cultural.

CONCLUSÃO

Num trabalho académico desta natureza, forçosamente muitas conclusões foram já enunciadas ao longo da elaboração dos diferentes capítulos e seria fastidioso, parece-me, estar aqui a repetir todas elas, pelos menos em todos os seus detalhes. Assim, opto apenas por frisar alguns dos aspectos que me parecem mais importantes.

Começo por uma pequena nota de reflexão sobre o percurso feito. Se pudesse alterar alguma coisa em todo o percurso da reflexão e da escrita sobre esta temática, certamente que mudaria o título a esta dissertação⁶⁸⁰. Muitas vezes quando se começa o caminho tem-se uma ideia de onde a viagem nos pode conduzir, noutras vezes não, noutras foi talvez uma ousadia pensar que o chegaríamos a fazer integralmente, imaginando uma viagem longa de mais. As muitas leituras, quase todas elas muito interessantes, acabam por nos enredar em muitos desvios da rota inicial. Quando descobrimos uma pequena rua que ninguém ainda percorreu – como é aqui o caso de Mértola, onde jamais a história das suas políticas de salvaguarda do centro histórico tinha sido sistematicamente estudada – parece-nos a maior das avenidas, e todos os pormenores assumem a dimensão de uma longa narrativa. O modelo operatório acaba assim por se transformar mais numa reflexão crítica, do que numa sistematização estruturante. Espero, no entanto, que a sua validade seja igualmente positiva, e contributiva, para uma acção mais eficaz na implementação de políticas de salvaguarda coerentes para este centro histórico, e, quem sabe, para outros, queiram os seus dinamizadores dedicar algum tempo na leitura destas páginas. Esta dissertação foi feita pelo menos com a determinação de que esta é uma actividade necessária na defesa da nossa identidade, do nosso património.

É verdade que estes temas da reabilitação e da conservação urbana integrada se tornaram hoje referências obrigatórias nos estudos e metodologias que visam a sua requalificação. Penso que uma parte da aferição crítica do seu valor está ainda por fazer. Não no que respeita à opção estratégica, como é evidente, nem à sua definição ideológica, em termos de prática de salvaguarda, mas no que concerne a um conjunto de procedimentos metodológicos que, estou em crer, podem ser ainda

⁶⁸⁰ Efectivamente, numa reflexão autocrítica a esta tese, penso que o texto, que não a investigação, caberiam melhor dentro de uma designação tal como “Políticas de Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola – contributos para a construção de um modelo operatório para a sua gestão”, que com maior clareza ilustraria o seu conteúdo.

consideravelmente melhorados. Como referem bastantes autores, é possível traçar uma via de protecção da herança patrimonial sem que isso forçosamente represente impedir o desenvolvimento dessas cidades e das suas populações.

É hoje também particularmente nítido que a conservação do património arquitectónico urbano alargou definitivamente o seu âmbito e que, mais do que dar atenção aos monumentos, a atenção se concentra hoje em conjuntos urbanos, na sua totalidade ou por bairros, dependendo, como é evidente, da dimensão global destas áreas urbanas. Em qualquer destes âmbitos de natureza material, é evidente que a evolução urbana irá joeirando os vestígios que a constituem, e que, à medida que se vai alargando o seu espaço consolidado, se vão reduzindo, em número, os elementos que desaparecem definitivamente. Os valores a conservar vão adquirindo, com o passar do tempo, o seu estatuto, sendo que a antiguidade acrescenta significado àqueles que não são possuidores de valor estético específico. Dessa forma, vão acumulando argumentos para uma cada vez maior importância histórica e, a partir destas, vão conseguindo o estatuto de património. De uma certa forma, é evidente que o centro histórico da cidade é, também, uma área em expansão. Não devemos no entanto esquecer que, embora muitas vezes não seja tão visível, todos estes espaços tiveram uma função original, um critério fundador, que se pode ter perdido. Muitas vezes é preciso investir nessa busca, de modo a assegurar que a eventual perda de sentido actual não o compromete, negativamente, aos nossos olhos contemporâneos, profundamente utilitaristas.

Devemos sempre recordar-nos, para nos libertarmos de muitos dos nossos preconceitos, que os vestígios do passado são, simultaneamente, uma visão do futuro. Aquilo que estamos a fazer actualmente condiciona a forma contemporânea, que é a nossa herança. É verdade que os mais defensores de estratégias conservacionistas vivem preocupados com o julgamento da história – um argumento inconsistente, pois não sabemos qual será a ideologia cultural e os seus paradigmas no futuro, mesmo que próximo – mas será muito mais relevante se nos preocuparmos com o julgamento do presente. Ou seja, se nos esforçarmos por, em termos das intervenções que fazemos no património edificado, adoptarmos atitudes ponderadas, coerentes e mantivermos um espírito aberto ao debate e à crítica, de modo a podermos melhorar as nossas aptidões neste campo tão sensível da salvaguarda cultural.

Nessa perspectiva de o vermos como um valor actual, são várias as tipologias em que o podemos encaixar. A mais relevante, na nossa época, é o seu valor simbólico,

principalmente o seu desafio à perenidade que nos consome a todos. Ele exerce um papel de elemento estruturante nas formas de ocupação do território, logo da economia das sociedades humanas. E, de uma forma interessante, acompanhando a evolução social, esses elementos edificados passaram a ser património, isto é, deixaram de ter um valor marcado pela utilidade directa, para terem um valor adjacente, estético, que lhe é dado, em parte, por uma actividade exógena, resultante da atitude contemplativa, que se exerce no domínio do lazer e da ocupação dos tempos livres de cada vez maior número de pessoas. E, na maior parte dos casos, não foi a sua natureza substantiva que se alterou, foi o modo como olhamos para ela que se transformou.

A uma dada altura, parecia que esta atitude contemplativa – porque tinha um grande valor económico – era suficiente. Então, a degradação das cidades parecia dar um ligeiro «toque de Veneza» e de pitoresco a estes lugares, como se a “magia” que lhes era acrescentada (por preconceito nosso) pela decadência fosse um factor positivo. Claro que este aspecto era completamente perturbador para aqueles que viviam nos núcleos antigos das localidades, e portanto, procuravam deles sair. Esta circunstância provocou uma degradação a tal ponto grave que se tomou consciência de que essa situação podia comprometer definitivamente a existência dessas zonas urbanas e que, mais do que as deixar vegetar até à morte numa acentuada decadência, interessava requalificá-las e atrair de novo população a viver nelas, factor fundamental para se conseguir uma conservação adequada das mesmas, em consequência da gestão dos seus bens (que são o nosso património cultural e estético comum) que fazem os respectivos proprietários.

Essas políticas, de repovoar os bairros históricos e as zonas pré-industriais das localidades, tiveram um grande impulso a partir dos anos 80 do século XX, quando a pendulação descaracterizadora atingiu o máximo da resistência ao abandono dos seus moradores na cidade velha, ao mesmo tempo que irrompiam à vista as deficiências da expansão moderna, desumanizada, da cidade nova. Esse desejado regresso dos habitantes ao centro das localidades tornou usual um conceito importante: a requalificação. As exigências, em termos de habitabilidade, colocavam novos problemas. À reabilitação funcional, e à salvaguarda patrimonial, juntavam-se os padrões ligados ao conforto urbano. Claro que a cidade antiga, se lhe foram acrescentadas tais condições, somadas às que já possuía, de valor simbólico, qualidade estética, centralidade, se torna muito mais atractiva e, portanto, foram comuns os processos de natureza especulativa de substituição dos moradores

tradicionais por novas faixas da classe média. As experiências desastrosas cometidas nos países mais desenvolvidos, em que a substituição foi quase à totalidade dessas populações residentes, demonstraram que elas conduziam à descaracterização cultural desses tecidos urbanos. A partir daí foi adoptada uma estratégia mais suave, que, com o apoio de metodologias mais atentas às questões sociais, resguardam a zona dessa possibilidade de perda total de identidade.

Todo este processo começou a tornar ainda mais evidente que a reabilitação deve seguir *estratégias integradas, em que é necessário possuir um plano estratégico para toda a cidade e agir simultaneamente em várias frentes, de modo a assegurar a coesão da totalidade do tecido urbano. Só assim se poderá cumprir totalmente o papel de centro da cidade que a zona histórica deve representar para todos os habitantes. A construção dessa identidade urbana é uma das maiores preocupações contemporâneas, na Europa, que tenta evitar as circunstâncias que conduziram muitas cidades americanas a uma larga *guetização* das suas cidades, fragmentadas em bairros de culturas quase exclusivamente predominantes. Na Europa, onde existem largos investimentos nesse sentido por parte da Comissão Europeia, a palavra de ordem é o multiculturalismo.*

Por todas estas razões, é evidente que, no presente, é na cidade histórica que se condensam as tensões sociais, económicas e culturais – sendo evidente que este tipo de tensão depende da *dimensão da cidade, e da do seu centro*. As localidades de menor dimensão não sofrem tensões desestruturantes. Não deixa de ser verdade, porém, que todas elas têm novas configurações funcionais para realizar, e que, no conjunto social que habita a cidade no seu todo, a discussão estratégica desse rumo jamais se realiza sem polémica. Ao mesmo tempo, toda a actividade de reabilitação levada a cabo no centro histórico pode ter um efeito demonstrativo, e multiplicador para o resto da cidade, podendo redundar num benefício concreto, tanto para os residentes como para o conjunto da população da cidade.

Um aspecto importante desta tensão respeita aos limites dessa mesma historicidade quando encaramos a cidade actual. Uma das alterações que é necessário ter a ousadia de fazer é alargar o âmbito urbano, em área, daquilo que, na perspectiva actual, se considera património. É perceptível que isso conflitua com desejos especulativos, que encontram nessas faixas adjacentes à zona já classificada, uma forma de gerar mais valias induzidas pela proximidade ao centro, mas exteriores aos limites de restrições classificativas diversas, que impedem esses interesses de actuar

livremente nessas zonas. Mas, não o esqueçamos, essas zonas adjacentes representam já fatias consideráveis da cidade consolidada, e, pelo menos na cidade edificada até aos anos 40-50 do século XX – correndo o risco de um limite um pouco relativo – já se deveria dar uma atenção mais restritiva do que a que se tem efectivamente conseguido. Recordando o que escrevi no início, a nossa acção actual é fundamental pois o património no futuro pode depender dela. Não devemos ter, como em outras épocas anteriores à nossa, preconceitos em relação a qualquer etapa do passado, e portanto, não devemos, por exemplo, condenar a Idade Média ou elevá-la, ao contrário, à mais nobre e valiosa de todas épocas, como já aconteceu. Vamos é seleccionar os conjuntos mais coerentes, que representem a história da arquitectura e do urbanismo de uma forma tipologicamente relevante, e garantir a sua conservação.

José Garcia Lamas deixou-nos palavras sábias que devem ajudar nesta reflexão. Disse ele à revista *Arquitectura*, numa entrevista que já citei noutra capítulo da dissertação, estar “persuadido de que a preservação da paisagem duma cidade – e consequentemente dos seus valores históricos e artísticos – não se faz velando apenas pela conservação do que é antigo, mas introduzindo também elementos novos capazes de criar relações dinâmicas, geradores de vida. Infelizmente, a esta atitude depara-se, não raro, a incompreensão das pessoas responsáveis por essa preservação, uma vez que os especialistas que nela intervêm nem sempre dispõem de uma visão alargada para além dos seus próprios campos de actividades. É assim que, por falta de uma atitude positiva e actualizadamente informada em relação às autênticas linhas de força da cultura do nosso tempo, se levantam dificuldades a projectos que procuram equacionar equilibradamente os múltiplos factores em jogo neste tipo de relações, enquanto por outro lado se deixam muitas vezes passar, sem qualquer crítica, aqueles empreendimentos que, destituídos de qualquer preocupação de respeito pelo ambiente pré-existente mas por serem apoiados por fortes interesses económicos, numa atitude negativa, são considerados como males insuperáveis.”

Devemos usar dos recursos de que formos capazes para transmitir a importância de preservar as raízes culturais que possuímos. Nesta acção tem papel de destaque a defesa e valorização do património, não apenas como uma herança a preservar mas também como algo que, permanecendo vivo no imaginário colectivo, ganha uma dimensão mítica em torno da qual a própria cidade se edifica e ganha sentido. É em torno destes símbolos que a cidade e os cidadãos constroem as suas expectativas futuras, valorizando as suas especificidades.

Como salientei na dissertação, essa devolução da cidade à estima pública e às medidas quotidianas da sua conservação que desta forma se geram, necessita, pelo menos em Portugal, pelas deficiências culturais que o país possui, de ser enquadrada por práticas de animação sócio-cultural. Cabe às autoridades públicas apoiá-las de forma prolongada e no respeito pela sua independência, apenas na intenção de fomentar a cidadania e a democracia cultural, e não com fins meramente demagógicos como ainda é corrente na maior parte das autarquias. São imprescindíveis estratégias *down-up*, e a reabilitação social das áreas antigas é um campo fundamental onde estas acções são necessárias para facilitar a reconstrução e evolução da sua identidade. É evidente, além do mais, que a cidade para ser estimada, necessita de ser conhecida. Não me refiro aqui ao conhecimento superficial, se bem que familiar, de quem nela circula e habita. Refiro-me ao conhecimento patrimonial. À valorização e a difusão das *histórias do sítio*, e não apenas do património edificado.

Desenvolver os estudos em diferentes disciplinas aumentará o saber sobre ela – e não se acredite que o comum habitante não tem interesse por esses conteúdos. É evidente a condição de animal curioso que o ser humano tem ainda inscrito nos seus genes. Mas esse estado de curiosidade não se verifica somente quando passeamos nos nossos tempos livres. Ele permanece no nosso quotidiano, precisa é de ser acarinhado e alimentado. Novas metodologias referem o papel fundamental dos especialistas em comunicação para estabelecerem canais de comunicação eficientes com as populações de áreas que estejam a ser intervencionadas para conseguir uma maior adesão à sua concretização, e ao diálogo construtivo em torno dessas intervenções. Pessoalmente, permitia-me ir mais longe e considerar que as áreas históricas, se se querem verdadeiramente valorizadas, devem ter equipas permanentes, pois estão longe ainda de estar esgotadas as tarefas que motivam preocupações, e é também ainda muito incipiente, na sua grande maioria, a investigação científica que se pode realizar em torno desses locais, e a importância que tem a obtenção dessas informações para o desenvolvimento de estratégias de valorização, internas e externas, desses locais. Mértola, caso de estudo desta dissertação, poderá ser um dos melhores exemplos no país do que refiro aqui. Mas poderia citar igualmente Óbidos que, concluída em grande medida, a sua requalificação física, desenvolve um novo projecto congregando inúmeras equipas universitárias para uma sistemática e profunda recolha dos seus conteúdos patrimoniais, da cultura aos ambientais, criando uma larga base de dados dos seus recursos que lhe permitirá, estou certo, abraçar inúmeros projectos de desenvolvimento local.

Como salientam também muitos dos jovens investigadores que se dedicam actualmente à questão dos centros urbanos e do desenvolvimento local, o que não se justifica é o inverso. É que tudo esteja por fazer, que não se invista nos fundamentais levantamentos, na construção das bases de dados e no rigoroso registo cartográfico de todos os nossos recursos patrimoniais: os solos, a água, as paisagens, a arqueologia, a arquitectura, a etnografia, as tecnologias tradicionais. Igualmente, como destaca Luz Valente Pereira, é preciso identificar e conhecer “a contribuição do tempo e do espaço na formação e desenvolvimento dos aglomerados, relacionada com os modelos e as ideias que orientaram as transformações, e as forças sociais que as conduziram (...) informação essencial para estruturar e qualificar as intervenções urbanas, e que praticamente não existe no nosso país”.

Tudo isto nos deve levar a reflectir sobre o caminho por onde queremos prosseguir. Uma coisa se afigura como fundamental. Se é verdade que os centros históricos são importantes, não é menos relevante, e até cada vez mais consensual, que a cidade nova tem que ter, também, uma definição estratégica que a torne integrada com a parcela original. Ao contrário, portanto, daquele que é ainda o rumo mais comum – e reconheço-o, do qual eu próprio acabei por não sair ao longo da investigação que originou este texto –, que as políticas sectoriais sejam meramente operacionais e não conceptuais. Idealmente até que não existissem. Pois o fundamental é conseguir desenvolver políticas integradas, que originem metodologias com maior eficiência do que as actuais.

Como exige, esforçadamente, Nuno Portas “chegou o momento dos governos locais e centrais tratarem das múltiplas cidades que fazem a Cidade actual, goste-se ou não delas, deixando para trás a «política de avestruz» que, sob os álibis do património, do turismo ou do social, se concentra na cidade de dentro, adiando a regeneração da de fora, com promessas ilusórias e autistas de regresso ao centro... Como se a batalha do centro não se ganhasse desde a periferia, nesta sociedade de mobilidades em vasos comunicantes e de centralidades em rede, que é ou deve ser a urbe contemporânea”.

Sendo o humor e a ironia deste arquitecto uma qualidade que lhe é reconhecida publicamente, poderia aqui responder-lhe com as palavras de Hans Kroes, proferidas em 1988, mas que, para mal de todos nós, ainda estão em bom prazo de validade: “claro que seria da maior utilidade se os políticos tivessem ao menos alguma ideia

sobre o modelo de desenvolvimento que gostariam de ver concretizado”. Igual reclamação, embora já mais atenuada, pode ser feita no que respeita aos gestores do planeamento, que devem, tal como essas ferramentas do ordenamento, possuir alguma flexibilidade. E pensar qualitativamente, e não apenas quantitativamente.

Tal como sucede para o caso de Mértola, na avaliação que é possível fazer, actualmente, aos resultados das estratégias de desenvolvimento local, pelo menos na maior parte dos casos portugueses de que tenho conhecimento, existem ainda indefinições que estão por resolver quanto ao rumo a seguir. E porquê? Bem, principalmente porque os níveis de sustentabilidade não foram ainda atingidos, e o processo de salvaguarda do património cultural está em constante evolução. Sem dúvida alguma, o objectivo a atingir, com o tempo, é fazer desaparecer um eventual ponto de interrogação, atingir o momento em que os resultados obtidos tornam, sem dúvidas, qualquer projecto cultural num claro factor de desenvolvimento. De facto, se tal for conseguido, seguramente que as gerações futuras receberão um muito melhor ambiente cultural, não apenas graças aos benefícios sociais e económicos que daí podem resultar em actividades associadas à dinâmica cultural, mas também pelo simples facto de que, desse modo, o passado fará também parte da sua herança. Tal situação contribuirá para que possuam uma clara visão da importância dos valores inerentes à sua comunidade cultural (a diversos níveis), para que possam ter firmes raízes. Numa época em que tantos problemas sociais têm origem na perda de identidade, qualquer estratégia que esteja relacionada com a valorização do património junto das novas gerações é, seguramente, uma necessidade. Para alguns projectos mais antigos, parecerá um pouco desencorajador que não se tenha ainda atingido a utopia da plena resolução das dificuldades com que se sonhava, tal como sucede em Mértola. Não podemos, no entanto, deixar de concordar com Maria do Rosário Partidário, que nos seus estudos tem dado bastante atenção aos detalhes associados aos projectos de desenvolvimento local, quando diz que “tal não significa que se deva dar por perdida uma batalha ainda mal começada a travar, antes deverá fazer acentuar a necessidade de reforçar e aprofundar os argumentos e as práticas de inserção do património nas esferas vivenciais das comunidades, tirando partido do actual momento de inquietação e desconforto perante certas dimensões de mudança social e espacial que caracterizam o nosso tempo, bem expressas na quase espontânea e universal criação de mecanismos de defesa e afirmação identitária e de memória colectiva, como sejam o próprio aumento dos discursos e das preocupações sobre o património ambiente, a explosão de micro-museus locais, a fase de empolgamento da história local, o alargar dos círculos de interessados com tais

assuntos, muito para lá do tradicional grupo de eruditos locais ou de técnicos especializados, a preocupação com a preservação de identidades nacionais e regionais, e tantos outros exemplos da nossa vivência quotidiana de uma comunidade que se interroga sobre a sua dimensão histórica colectiva e sobre os seus processos de identidade, de identificação e de memória. Ao mesmo tempo, devem fornecer-se argumentos que justifiquem uma atenção continuada e conseqüente a esta dimensão das nossas vidas, acentuado o papel estruturante que o património pode ter em processos de desenvolvimento regional e local sustentado, gerador de dinâmicas sociais, culturais e económicas e propiciador de um mais qualificado quadro de vida; logo, porque esse é, cremos, o verdadeiro lugar e o papel privilegiado do património ambiente na nossa época e nas nossas sociedades, mas, também, porque essa sensibilização é essencial à manutenção e valorização dos testemunhos patrimoniais tal como os entendemos⁶⁸¹.

É evidente que o impacto económico que tais projectos arrastam consigo não é negligenciável em termos da indústria do turismo. Devido a este facto, não é invulgar encontrarmos, nos tempos que correm, estratégias de desenvolvimento assentes na herança cultural, particularmente no mundo rural, junto de comunidades deprimidas quer económica quer demograficamente, todas elas procurando tirar alguma vantagem das suas características particulares, tentando, cada vez mais, atrair os concidadãos urbanos que, em crescente número, buscam estes paraísos de férias e de fim de semana...

Como é referido por todos os modelos de desenvolvimento sustentável, este não poderá concretizar-se sem se conseguir estabilizar, no mínimo, o quantitativo populacional. Neste sentido, já em 1995 o PDM de Mértola destacava como importante "a criação de condições permitindo a fixação das populações, inscritos no território, entre os quais se encontra a preservação do ambiente e do património, deverá ter por finalidade não a captação directa do turista mas, antes, assegurar a permanência do grupo social que produz uma cultura digna de ser conhecida e visitada. Deste modo, virá o turismo a constituir um vector económico, porém, com um lugar no concerto de uma economia que serve de base a um processo de desenvolvimento harmonioso e auto-sustentado, informado de uma dinâmica cultural própria"⁶⁸².

⁶⁸¹ PARTIDÁRIO, 1999:81.

⁶⁸² Plano Director Municipal de Mértola, Relatório, p. 98.

Mas há 20 anos, pelo menos em Portugal, este modelo era bastante invulgar. Com excepção de alguns cascos urbanos de valor histórico escolhidos nos anos 60 para ilustrarem a herança arquitectónica em diferentes áreas da nação (apresentando-as como “típicas” localidades portuguesas), não existiam praticamente exemplos que pudessem representar uma sólida argumentação a favor de uma estratégia de salvaguarda cultural associada ao desenvolvimento local. Aliás, pode dizer-se que, sem excepção, e face aos enormes problemas de emprego, de desertificação, de decadência das actividades económicas tradicionais, na maior parte dos casos, a preservação urbana e arquitectónica, ainda por cima geralmente promovida por gente de fora, era mal encarada pela populações. Sem vislumbre de alternativas, estas consideravam muitas vezes que tal facto representava um inevitável atraso, e que ter chancela de local patrimonial significaria que determinados níveis de desenvolvimento moderno jamais seriam atingidos. Nos seus estudos sobre questões patrimoniais Hélder Marques e Luís Martins também se referem a esta questão, salientando, da mesma forma, que quando há resistências à formulação da própria ideia de património, “onde os traços de modernidade estão menos presentes, a conservação do que é possível de ser entendido por património – até mesmo o facto de se tratar de património – é de difícil apreensão por parte das populações. A valoração do que é tradicional é sentida como definição exterior, sendo na comunidade local a concepção de património associada a tudo que é retrógrado, lembrando os estados de carência múltipla muitas vezes de vivência tão próxima, a precaridade material da existência, que só a recente desruralização, como o advento da modernidade aliviou. O desejo de aceder aos padrões e estilos de vida que associam à ideia de progresso é às vezes bem mais forte do que a vontade de preservar os precipitados materiais da cultura ou culturas locais, somente julgados relevantes porque esteticamente destacáveis dos outros, quer se trate dos poderes exteriores ou de um outro exemplo de fruição do campo como opção de vida pelos neo-rurais em ruptura com a «tecnocracia amórfica» da grande cidade”⁶⁸³.

À época em que este projecto se começou a estruturar, a situação correspondia de facto a este perfil tão negativo, e, portanto, como já se deu algum testemunho neste capítulo, foi necessária a conjugação de um conjunto diversificado de acções que pudessem conduzir a um efeito catalizador, em termos do desenvolvimento local. Essa estratégia, esforçada, resultou, e, mais tarde, a Autarquia acabaria por salientar, num documento seu, que, se esse efeito ocorreu, foi devido às “sinergias obtidas pela

⁶⁸³ MARQUES e MARTINS, 1998:125.

simultaneidade e interacção destas diversas actividades, e o interesse que as mesmas começaram a obter junto do exterior, atraindo a Mértola investigadores e curiosos, fez eclodir a percepção de se estar perante a possibilidade de voltar a encarar positivamente a região, e a pensar que afinal poderiam existir internamente alternativas ao estado de depressão instalado desde há anos, impelindo a uma maior conjugação e articulação de esforços, entre a Câmara e as associações que formal ou informalmente iam surgindo e intervindo no concelho. Dava-se corpo, assim, ao «Projecto de Mértola», como um projecto de desenvolvimento local integrado, visando o aproveitamento global dos recursos e potencialidades do concelho a partir da defesa, valorização e rentabilização das suas potencialidades endógenas, sobretudo do seu património ambiente, cultural e natural⁶⁸⁴.

É preciso reconhecer que, inicialmente, o projecto cultural de Mértola, não foi pensado nestes termos, pelo menos não como um cenário completamente estruturado. Conhecimento científico resultante da investigação arqueológica, foi a motivação inicial, uma vez que a localidade possuía zonas intactas e preservadas que guardavam testemunho das ocupações romana e islâmica. A aparentemente excelente oportunidade veio a provar ser real – e no que diz respeito à investigação, ao contribuir para actualizar algumas características do retrato histórico nacional, adquiriu aí um prestígio que veio a ter impactos muito positivos no decurso da implantação da estratégia de desenvolvimento local. Esta, por sua vez, ganhava um efeito de bola de neve cada vez maior a favor da comunidade local. A necessidade e o desejo de promover o património local junto da população deu origem a um processo de apresentação dos novos achados em conjunto com valiosos edifícios e estruturas. Deste enquadramento surgiu um novo conceito – *Vila Museu* – que aos poucos foi substituindo a alcunha local dada ao casco urbano antigo – *vila velha* -, transformando-a numa localidade prestigiada a nível nacional e internacional.

Um conjunto de recursos, agregados num determinado modelo de gestão, que visava a sua exploração de forma sustentável, a par com o desenvolvimento de investigações científicas temáticas, com eles relacionadas, visando um conhecimento profundo da realidade local, levaram o sociólogo Carlos Simões Nuno a caracterizar este projecto como ele tendo “uma visão territorialmente integrada sobre o património, em tudo distante do seu tradicional entendimento como recurso local segundo o paradigma funcionalista, alvo de uma mobilização selectiva, geralmente como cenário turístico, e

⁶⁸⁴ Documento da Autarquia (papeis sem referência específica), 1991.

que tem expressões exemplares entre nós nos casos de Monsaraz ou de Óbidos, entre outros⁶⁸⁵. De certa forma, e usando a sua caracterização também para este aspecto, naquela época em que esta estratégia para o concelho de Mértola foi iniciada, ela estava adiantada no tempo em relação ao que viria a ser, por definição pelos Ministérios da Cultura, do Ordenamento, do Ambiente, definido como uma fundamental "implicação do património cultural nas dinâmicas do desenvolvimento local [o que] remete a sua abordagem para lá das dimensões instrumentais e utilitárias [bem como] para uma nova forma de leitura da presença do património cultural no planeamento do desenvolvimento e no ordenamento do território, em termos do seu valor de troca e do seu valor de uso"⁶⁸⁶.

Um aspecto estratégico que teve a maior importância no caso de Mértola, foi a existência de duas ONG's, cada uma delas com a sua vocação mas ligadas – mesmo se não o aparentam no quotidiano – por um mesmo objectivo programático: assegurar o progresso do concelho e das suas gestas usando os recursos endógenos. Ao fazerem-no, elas conseguem potenciar de forma mais intensa, mas sempre numa perspectiva da sua salvaguarda, quer o património natural quer o cultural. Como forma de gestão dos recursos de um dado território, é o modelo actualmente considerado como mais correcto. De novo me socorro das rigorosas palavras de Maria do Rosário Partidário para corroborar as minhas afirmações: "Esta interligação entre os valores do património natural e do património cultural parece-nos perfeitamente justificada, pois hoje em dia, e salvas as devidas especificidades de intervenção técnica e de usufruto desses valores por parte das populações, faz cada vez mais sentido um entendimento conjunto desses valores num quadro geral do património ambiente, essencial a uma vida com maior qualidade e uma política de desenvolvimento harmonioso e sustentado, e que conduza igualmente a acções institucionais que visem o reforço da participação conjunta nas políticas territoriais e que acentuem o papel mobilizador de energias locais pela defesa e valorização das condições de vida das comunidades"⁶⁸⁷.

A finalização da ideia inicial, a estruturação de uma "vila museu" – melhor dizendo, do conjunto principal de núcleos museológicos, de cuja edificação e/ou recuperação demos já conta num sub-capítulo anterior, permitiu a criação de uma base estrutural para o desenvolvimento de actividades empresariais e geradoras de emprego a jusante. Este é, seguramente, do ponto de vista cultural, social e económico, o mais

⁶⁸⁵ NUNO, 1992:65.

⁶⁸⁶ NUNO, 1992:65.

⁶⁸⁷ NUNO, 1992:78.

positivo resultado, em termos do património histórico, que os agentes de desenvolvimento local podem apresentar após tantos anos de trabalho.

Este aspecto que aqui se apresenta, faz levantar uma questão pertinente: este projecto baseia-se numa estratégia de instrumentalização da cultura local? Não é uma questão menor. De facto, em termos éticos, no quadro da actual visão que se tem relativamente ao património, e com todos os aspectos que se discutem ainda, depois da convenção de Nara, relativamente à questão da autenticidade, este não é um tópico menor. “Mas é sobretudo no seu valor de uso que o património deverá apoiar a sua força, em dinâmicas não aferíveis em termos quantitativos ou fora dos contextos específicos da sua utilização, seja como elemento fundamental do desenho da paisagem e do ordenamento do território, marcantes dos conceitos e dos sentires de qualidade de vida e do ambiente, seja como equipamento colectivo e social de uma comunidade, de uso esporádico ou continuado, seja como elemento de emblematização comunitário, facilitador de mecanismos de identidade territorial e de integração social, espacial ou cultural, seja como equipamento privilegiado de ensino e investigação, seja como equipamentos de lazer e de enriquecimento estético de espaços quotidianos, seja como processo de manutenção de saberes e de transmissão de valores e de conhecimentos, gerador de solidariedades e de redes de relações internas, inter-geracionais e inter-classes, seja, enfim, como essencial nos processos individuais e colectivos de territorialização e de melhoria de auto-imagem e da auto-estima, processos, afinal, definitivos para o sucesso de qualquer programa de desenvolvimento sustentado de base territorial segundo as teses do paradigma territorialista de desenvolvimento endógeno⁶⁸⁸.”

Já por algumas vezes, em diferentes ocasiões, apresentei a ideia de que o projecto de desenvolvimento local prosseguido em Mértola poderia ser comparado a uma estranha linha de montagem, onde se teve o sonho louco de colocar um motor de um Ferrari dentro da sedutora carroçaria de um Daimler-Benz de 1905. Uma metáfora representando um poderoso mecanismo actual com uma carroçaria de evidente valor patrimonial. Desta forma seria possível, em simultâneo, salvaguardar o património local usando-o como um recurso para o desenvolvimento, e conduzir a população actual e as vindouras a padrões de qualidade de vida mais elevados. Tal ideia, embora engenhosa (posso dizer tranquilamente porque a sua autoria cabe aos fundadores do projecto, nos quais não estou incluído) significava um duplo esforço na obtenção de

⁶⁸⁸ NUNO, 1992:78.

financiamentos para a concretizar. Interessante, mas muito dispendioso, este projecto exigiu uma estratégia específica para a sua construção, também porque o prazo disponível para produzir resultados efectivos não era grande – de facto, as gentes do concelho, desprovidas de grandes soluções de sobrevivência a nível local, onde era elevado o índice de desemprego, emigrava em grande número. Esta urgência requeria uma abordagem diferente do que usar o carro apenas após a sua conclusão – podia acontecer que nessa altura não existissem já passageiros... pelo menos passageiros locais, aqueles que efectivamente contam para o projecto. Assim, a ideia foi prosseguir a busca dos fundos de apoio necessários por um sistema de peça-a-peça, financiando gradualmente o carro a existir um dia... (claro, de acordo com o desenho global que havia sido imaginado e estruturado nos primeiros anos do projecto) e, ao mesmo tempo, convidando todas as audiências, locais e externas, a visitar a oficina de montagem. A estratégia de marketing e comunicação passou por fazer compreender às pessoas o que é que elas estavam a ver e o que dali haveria, um dia, de resultar, e a seriedade, meticulosidade e relevância social que possuía este processo – e, particularmente com as audiências externas, apelando à sua solidariedade e compreensão para o facto de que o “carro” que elas pretendiam ver não se encontrava ainda integralmente visível!

É preciso reconhecer que não é possível afirmar cabalmente que outra alternativa não tivesse igualmente resultado (embora a situação económica geral do país nestas duas décadas referidas não aparente poder ter viabilizado muitas alternativas). O facto de que este modelo teve sucesso é importante também como um exemplo das possibilidades existentes em termos de desenvolvimento local para estratégias baseadas na herança cultural e patrimonial que podem ser seguidas noutras urbes e territórios. Nos anos 90, os membros da equipa foram continuamente convidados a participar num largo conjunto de conferências e seminários para fornecer informações sobre como tinha sido possível concretizar tais objectivos. Evidentemente, o “carro patrimonial” tem uma configuração final que depende dos recursos existentes em cada espaço, em cada localidade, e por isso o seu design final não pode (não deve...) ser o resultado de uma transposição integral do modelo entretanto realizado em Mértola. As especificidades locais devem ser tomadas em consideração mas, estou em crer, a abordagem estratégica pode ser útil em projectos similares. Senão por outras razões, pelo menos pela reflexão que existe por detrás da sua implantação, auxiliando desta forma os estrategos de outros projectos de desenvolvimento local a avaliar com todo o cuidado e minúcia as suas próprias ideias. Este facto, parece-me, deve ser incluído na lista das realizações positivas, o ter-se desbravado nesta área algum caminho, e é

esta cumplicidade estratégica que continua a motivar os agentes de desenvolvimento local que a ele se vão associando.

Para os recursos relativos ao património histórico, o motor do carro corresponde, como referimos num parágrafo anterior, ao grupo de núcleos museológicos que estão disseminados ao longo do centro histórico de Mértola (que seria a carroçaria do carro). Mas, apesar de apenas sinteticamente apresentado, este não foi um processo simples de concretizar. Num certo sentido, estar envolvidos por tanto tempo na preparação de conteúdos e na gestão da implantação destes núcleos museológicos, mostrou claramente, no final deste processo, que a equipa se tinha parcialmente consumido em número (alguns investigadores abandonaram parcial ou totalmente o projecto) bem como na matéria prima científica dessas duas décadas (uma vez que a investigação baixou em termos de resultados específicos durante esta fase do projecto). Os investigadores, durante alguns anos, tiveram que desempenhar o papel de capatazes de construção civil, de assistentes de arquitectos e designers, e ainda que encarregar-se da obtenção dos necessários fundos financeiros bem como da sua posterior gestão, isto tudo enquanto procuravam fazer progredir o seu próprio trabalho científico. Mas o facto de que a verba obtida para financiar o projecto museológico tinha um prazo restrito para ser aplicada, e portanto requeria uma maior atenção, conduziu a um desacelerar inevitável da investigação. É hoje evidente que é fundamental proceder à sua reestruturação funcional, refocando o esforço da equipa na investigação pura – para mais porque efectivamente os resultados concretos das duas décadas anteriores estão em grande medida publicados nos catálogos dos núcleos museológicos entretanto inaugurados e em algumas publicações científicas que se foram esforçadamente concluindo. Por isso são necessárias novas linhas de investigação e interpretativas, de modo a conduzir a projectos inovadores – nunca esquecendo que este factor é, sem sombra de dúvida, o elemento mais distintivo num projecto com a estrutura que este apresenta. Deve referir-se que, apesar dos constrangimentos referidos, a maior parte dos investigadores residentes conseguiram ainda avançar para a elaboração de teses de mestrado ou de doutoramento, o que volta a pôr em evidência a riqueza de Mértola como recurso patrimonial, e demonstra, pelos resultados positivos obtidos, como é fundamental o conhecimento profundo do objecto patrimonial para um trabalho de relevo no plano cultural

Um desses objectos é, com destaque, o casco antigo da vila; ele apresenta-se como um conjunto de alto valor histórico, plástico e mesmo vivencial. Assim, tem sido preocupação das equipas multidisciplinares aqui sedeadas apoiar e desenvolver

actividades e projectos de valorização patrimonial, assumindo nesta área particular relevância o cruzamento das informações provenientes dos trabalhos da investigação arqueológica, histórica e etnológica. Procura-se assim que determinados espaços (edificados ou de outra natureza) possam ser componentes integráveis no conjunto museológico, ou em outras actividades, dando-se também resposta às necessidades sociais e de usufruto quotidiano que o local contém em si. É que, e este é um princípio importante na intervenção em curso e no planeamento de novas etapas, a vila é, em si, a vitrina maior do museu de Mértola; claro está que a reabilitação do espaço urbano, histórica e socialmente considerado, é um processo longo que está ainda longe de concluído.

Apesar das aparências, o futuro deste projecto não se apresenta restrito a uma única via, e, de facto, nesta altura, três cenários distintos podem ser delineadas:

1 - *Pode continuar a mover-se na mesma direcção estratégica que até agora, alargando o número de elementos, de tarefas e os projectos específicos de acordo com as possibilidades de financiamento que forem surgindo (tal como tem sido feito até ao momento), mantendo as mesmas duas instituições (ADPM e CAM) a responsabilidade de gerir a maior parte destas acções. Esta opção gerará certamente um movimento em espiral aberta que poderá conduzir ao colapso do projecto, por duas ordens de razões: primeiro, um número muito alargado de actividades é difícil de gerir, e podem gerar-se oscilações resultantes do desenvolvimento não-coordenado de projectos; isto pode conduzir a um colapso mais ou menos súbito. Em segundo lugar, a falta de fundos pode ser também uma causa geradora do mesmo efeito (risco que é fácil de ocorrer por sobredimensão de iniciativas, uma vez que nenhum projecto recebe 100% de participação financeira, e assim, as instituições necessitam de ter uma capacidade de investimento própria que, se excessiva, pode conduzir à sua falência...).* Como é evidente, este cenário não é inevitável. E esta estratégia pode ser seguida, embora deva ser assumida, um pouco, como o risco que representa um jogo de poker – toda a riqueza pode desaparecer em consequência de uma má aposta, e daí não existe retorno. Reflectir, com alguma precaução, neste cenário mostrará, a quem o faça, como ele é arriscado...

2 - A institucionalização das estruturas, desenvolvendo as ligações com as autoridades locais ou regionais, directamente ou através de protocolos, trocando serviços de gestão por estabilidade financeira. Este movimento será o da espiral fechada. Se o anterior podia ser referido como tendo alguma probabilidade de risco,

este, ao contrário do que parece, é uma estrada sem saída. Uma tal estratégia conduzirá a transformar toda a acção em rotinas, nas quais os membros da equipa perdem a necessidade de descobrir caminhos inovadores e novas áreas de desenvolvimento, conduzindo, em vez disso, à estagnação, que, mesmo num futuro mais ou menos distante, não deixa de ser inevitável! O CAM, mais do que a ADPM, parece sofrer desta “vertigem para o suicídio”...

3 – Uma terceira escolha, para encerrar esta análise. Assumir claramente que o primeiro ciclo de desenvolvimento deste projecto acabou, que o facto de ter sido concretizado não só um conjunto nuclear de espaços museológicos mas também pela concretização do projecto do Parque Natural do Vale do Guadiana resume e apresenta os resultados de 20 anos de investigação, e que são hoje estruturas independentes, que podem (devem) continuar a ser utilizadas como ferramentas úteis do desenvolvimento local, mas que, de facto, são institucionalmente muito “pesadas” para andarem sempre a ser arrastadas para toda a parte... É claramente perceptível que estes “seres” têm vida própria, e que os museus como parte dos equipamentos culturais locais, em conjunto com outros recursos, devem ficar sob a alçada de uma unidade de gestão autónoma (sugeri em tempos que sob a coordenação da Divisão Sócio-Cultural da Autarquia, ou num cenário perfeito, de uma divisão ou secção responsável por Turismo, Museus e Património, capaz de fazer uma gestão integrada destes factores tão decisivos para o desenvolvimento local). O modelo implementado, de criar uma empresa municipal, poderá ainda, eventualmente, obter melhores resultados. O fundamental é que houve especialização, neste segmento, e que o grupo de investigação que os gerou pode regressar à ciência pura, de forma a voltar a encher os registos de conhecimentos sobre a localidade e o seu território com novos dados. Quanto ao Parque Natural, como membro da rede nacional do Serviço de Conservação da Natureza, organismo que está sob a supervisão do Ministério do Ambiente, é, em si mesmo uma instituição independente, e espera-se que a sua acção, apesar de convergente no modelo de desenvolvimento local, seja, no quotidiano, verdadeiramente independente, criando maior diversidade de acções e de perspectivas, para lá do enriquecimento científico que os seus investigadores podem acrescentar ao saber relativo ao concelho de Mértola.

Este último cenário auxiliaria, certamente, as equipas de investigação na sua mobilidade e a poder começar, numa primeira nova etapa, a conceber e a encher novas fundações com dados científicos, sobre os quais construir novos edifícios, novas áreas de projecto para agregar posteriormente no “bairro” entretanto posto de

pé. Este modelo estimulará a inovação, diversificará a procura de fontes de financiamento, gerará ferramentas auxiliares imaginativas, garantirá uma permanente actualização da conceptualização teórica das diferentes áreas, em poucas palavras, este projecto permanecerá vivo.

É evidente que pode ser argumentado que os actuais membros das equipas, particularmente os mais veteranos, podem não ter já, dentro de si, o entusiasmo para avançar em direcções que implicam muito mais trabalho ou um grande esforço de actualização no que se refere às competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento local nesta nova década – bem, a ideia utopista com que ele se iniciou continua a ser um óptimo objectivo final, uma excelente ideia. Por isso, outros agentes, partilhando da mesma visão, são tão bons como os actuais. Um desapego a pequenos poderes, e um respeito pela ética e pelo sentido de serviço da comunidade, tal como originalmente estabelecidos, devem continuar a ser pedras basilares da sua actuação que se pretende de desenvolvimento local. Aquilo que me parece claro, neste momento, é que alguma acção, qualquer acção, dentro destes princípios, é melhor do que nenhuma acção. Deixar as coisas correrem por si só vai servir para acabar por aniquilar todo o esforço e trabalho positivo feito até ao momento e, se não houvesse outras razões, as responsabilidades sociais entretanto adquiridas exigem que se mantenha este veículo a rodar em perfeitas e úteis condições. É evidente que, quando referia outros agentes partilhando da mesma visão, essa concordância se estende aos campos da investigação e da salvaguarda patrimonial.

Esta questão conduz-nos a um dos principais tópicos das actuais estratégias de desenvolvimento local baseadas no património. Na generalidade, e desde que o turismo cultural se tornou uma moda – com isto querendo dizer que se tornou parte de uma altamente rentável indústria – que se vem a verificar uma tendência para adular os valores culturais significantes dos recursos locais. Existe uma corrente a favor da “cultura”, em que se assiste ao investimento por parte dos políticos autárquicos, com o apoio entusiástico das estruturas económicas existentes nos municípios, em actividades culturais promotoras dos concelhos, tais como festivais, projectos de conservação de fachadas de edifícios, redescobertas úteis de novas (mas disfarçadas de velhas...) tradições, etc., e em que a maior parte destas acções não têm um trabalho sério na retaguarda no que respeita à investigação científica, muitos destes agentes procurando parecer muito modernos e não falhar na sua parcela de “meter as mãos nos bolsos” dos viajantes das rotas do turismo cultural, tendência que é claramente perceptível em tantos desses acontecimentos ditos de tradição cultural.

Investigadores e agentes de desenvolvimento local têm um papel efectivamente sério a cumprir, já e no futuro, contribuindo com o seu discernimento, preparação técnica e esforço para evitar tais tentações por parte das comunidades locais e dos seus representantes. É muito importante difundir a ideia – e este é um dos papéis que um conselho cultural local pode ter – de que, numa estratégia de longo prazo, a seriedade que deve envolver todas as componentes do desenvolvimento local – e a herança patrimonial é um deles – é um aspecto fundamental. Muitas pessoas tendem a confundir escala com valor. Precipitadamente julgando que aqueles que têm mais ou maiores monumentos terão mais visitantes, e, portanto, maior número de recursos externos contribuindo para o desenvolvimento local. E tendendo a esquecer que isto não passa de um resultado proporcional – esses locais tiveram seguramente, ao longo da história, populações de maior dimensão, e por isso consideravelmente maiores recursos com os quais produzir a parte material da sua herança cultural. A questão relevante é, somente, salvaguardar de forma correcta os recursos existentes em cada lugar, porque esses são o testemunho da sua evolução histórica, económica, social e cultural. E é essa associação que os torna únicos, originais. Igualmente importante será realçar que os resultados do seu estudo e o seu valor específico não devem ser artificialmente valorizados meramente para fins de uma qualquer estratégia de turismo cultural: os recursos locais são o que são – e é nessa autenticidade e especificidade que se funda muito do seu valor.

Quando se está a lidar com o património como componente de uma estratégia de desenvolvimento local, alguns aspectos fundamentais da sua difusão pública podem ser enquadráveis em duas linhas orientadoras principais:

a) que a sua audiência principal é a audiência local, em que o sentido de pertença e de participação cívica são aspectos fundamentais a estabelecer, enquanto elementos constantes da gestão quotidiana e das ferramentas desenvolvidas ou a desenvolver para a sua melhoria; com uma actuação deste tipo, os resultados serão seguramente mais do que meramente simbólicos;

b) que as audiências externas, visitantes e turistas, têm que ser capazes de apreender a relevância científica e histórica do local, e não meramente ter dele uma percepção visual, pelo que o maior conjunto possível de dados lhes deve ser facultado. É também um dado concreto que muitos investigadores, particularmente se permanentemente fixados nos locais onde também se realiza a sua investigação científica, acabam por

desenvolver pelo menos uma costela de animadores ou agentes culturais. Para lá da relevância social e humana de tais desempenhos, não devem, no entanto, esquecer qual a sua responsabilidade predominante: o conhecimento, conservação e intermediação do património local.

Tudo isto requer, tal como foi tentado em Mértola, um delicado balanço entre os resultados da investigação científica e os métodos de difusão, e entre as estratégias educativas e de animação preparadas para os distintos tipos de audiências e as necessidades de conservação e salvaguarda dos recursos culturais envolvidos em tais acções.

A escolha de boas práticas não será, certamente, mais dispendiosa do que aquelas que usam os recursos culturais e patrimoniais de uma forma meramente instrumental. É questão de definir com clareza qual é o enriquecimento cultural que se pode fornecer a cada tipo de audiência e manter um respeito integral pelos objectivos dessa forma traçados. Os benefícios económicos deverão ser, por isso, uma consequência, e não o objectivo, por si mesmo, da estratégia. Por isso as autoridades locais, regionais e, mesmo às vezes, nacionais devem considerar esta solução como boa prática. Equilibrar a salvaguarda com a difusão será, por isso, um sólido investimento – e não apenas pela utilidade pelos seus impactos económicos, actuais e futuros –, mas também pelo papel que pode desempenhar como elemento importante de gestão e planeamento de uma estratégia a longo termo para o desenvolvimento territorial.

Esta metodologia é corrente nas estratégias locais, um pouco por toda a Europa, mesmo nos países que aderiram recentemente à União Europeia, e que, estruturalmente, apresentam muitas semelhanças com as regiões mais pobres do Ocidente europeu. De facto, em todo o continente “as políticas de conservação têm larga tradição, emanando essencialmente do Estado, quer pelo peso relativo na despesa pública ou pela necessidade de concertação de estratégias e objectivos económicos (...) a promoção de culturas locais (...) só recentemente se têm associado às questões de desenvolvimento local na medida em que as suas referências são mais restritas e circunscritas territorialmente”⁶⁸⁹. Esta aliança teve, também, repercussões na definição e âmbito do que é património e do que pode ser possuir valores culturais. “O património é agora também entendido pela maioria dos territórios excêntricos aos principais pólos urbanos, quer se trate dos espaços serranos ou de

⁶⁸⁹ MARQUES e MARTINS, 1998:124.

outras áreas em perda demográfica e económica, como um dos eixos fundamentais na promoção de desenvolvimento e de melhoria de vida das populações locais, possível através da diversificação das fontes de rendimento. A revitalização das áreas centrais dos pequenos aglomerados urbanos, pela preservação do edificado, pela animação cultural e pela diversificação das formas de lazer fazem não só parte do imaginário dos poderes locais, como constituem componente de acção⁶⁹⁰. Mas quer se trate dos cascos históricos, como o de Mértola, quer de vestígios menos “urbanos”, é notória a importância do seu papel como recurso.

As parcerias internacionais – com um fluxo constante na direcção de Portugal desde a adesão à União Europeia – corresponderam, também, a uma parcela considerável do processo de difusão utilizado pelo projecto *Mértola Vila Museu*. Alguma desta difusão é também obtida por processos indirectos, principalmente quando se tratam de parcerias ligadas a projectos de investigação científica ou de conservação patrimonial, cujos resultados são principalmente conhecidos no contexto restrito de audiências especializadas. Mas também, e em especial nos últimos anos, os responsáveis pelo projecto investiram consideravelmente em projectos em que a difusão dos conteúdos patrimoniais é o projecto em si mesmo – como o REVA (Rede Europeia de Vilas Arqueológicas) ou o RESIDE (Reseaux des Sites pour le Development, baseado no valor da herança romana existente no concelho e região envolvente), procurando dar a conhecer, através da Internet e de instrumentos conjuntos da rede de locais (como exposições ou catálogos), os recursos patrimoniais de Mértola. O último destes projectos, que deu origem a um sistema de base de dados científicos de grande capacidade, com um interface de consulta com valências ligadas ao turismo cultural, está previsto continuar a expandir-se, nos próximos anos, a partir de uma entretanto constituída rede de cidades europeias (AVEC – Association des Villes Européennes de Culture), na expectativa de que os bons resultados e práticas concretizadas no RESIDE possam ser utilizados e melhorados por outros parceiros.

A difusão, seguindo esta metodologia aqui descrita, pode assim conjugar dados e interesses de natureza científica e turística sem qualquer problema ou contradição. A espinha dorsal desta mistura pretende garantir que é o interesse da salvaguarda cultural que predomina sobre todos os outros que possam eventualmente estar envolvidos. Aumentar o valor do património local junto da sua população, torná-los mais orgulhosos do seu passado e dos seus testemunhos materiais, aumentar a sua

⁶⁹⁰ MARQUES e MARTINS, 1998:124.

confiança e alternativas face aos desafios do futuro. Junto dos visitantes, contribuir para os enriquecer com o conhecimento relativo a um local de grande valor histórico e patrimonial, fazê-los sentir que, desse contacto, alguma coisa mais levam consigo quando terminam a visita, não só em termos de conhecimentos, mas nas suas memórias, nos seus afectos.

É evidente, para qualquer projecto desta natureza, que os recursos económicos que dele podem advir através do turismo não são negligenciáveis. Desta forma, a ênfase deve ser colocada na garantia de existência de uma correcta interacção entre o Turismo e a Herança Cultural. Clara Henriques, uma investigadora dedicada a estes aspectos da interacção entre o turismo e outras vertentes da realidade sócio-económica, enuncia, de forma sucinta, as questões fundamentais que devem ser colocadas, antes de agir, podemos assim dizer: “A preocupação centra-se então em dar resposta às questões: Como é que as mudanças nos valores políticos têm vindo a afectar o papel do turismo? Que relação se estabelece entre disposições institucionais e valores na elaboração de uma política de turismo? Como é que a preservação do património pode representar a dominância de determinado valor sobre outro? É possível reconciliar valores económicos e ambientais no turismo?”⁶⁹¹. Acrescentaria eu: a partir do caso da vila de Mértola e do seu património, que ilações se podem tirar?

Em primeiro lugar, garantir que a utilização dos recursos patrimoniais é feita segundo regras estritas, devendo alertar-se, em particular, os agentes económicos de que o seu uso não deve ser segundo a máxima “usar até à exaustão”, porque isso lhes trará mais prejuízo do que vantagens para os seus negócios. Uma grande proximidade e intercomunicação com estes agentes deverá ser obtida e estimada, em especial através de acções de sensibilização para estes aspectos, como de grande importância estratégica e exemplo de boa prática.

Também o desenvolvimento da estratégia de turismo cultural deve garantir a sua sustentabilidade a partir de um número mínimo (e não máximo) de visitantes – e isto não significa que, em consequência disso, cada um deva “ser espremido até ao tutano” em consequência... Significa, tão simplesmente, que deve ser encontrado um ponto de equilíbrio entre o número potencial de visitantes/ano e a sua desejavelmente equilibrada distribuição ao longo de todo o ano. A busca desta solução deve ser feita de acordo com uma estratégia de marketing adequada que faça a gestão das

⁶⁹¹ HENRIQUES, C., 2002:251.

diferentes etapas de promoção, procurando, com estímulos pontuais, obter os resultados referidos. Um argumento de grande importância, ao qual as audiências do turismo cultural respondem, em geral, positivamente, é o facto de que tal estratégia assegura uma visita de qualidade, por impedir, cuidadosamente, um consumo de massas (que, mesmo no caso de pequenas localidades, pode existir, bastando incentivar o seu constante consumo acima das capacidades físicas dos próprios locais a visitar). Quantas vezes, ao visitarmos locais de elevado prestígio patrimonial não nos sobreveem um sentimento de frustração devido às multidões que se acotovelam nas visitas guiadas que somos forçados a fazer? Em locais onde este fenómeno não se verifica é fundamental agir, com meticulosas estratégias de promoção e correctos instrumentos de gestão, para que tal não venha a ocorrer. A longo prazo, este será, decerto, um argumento de grande valor. Em Mértola, numa avaliação (informal) que realizei recentemente junto dos investidores locais do sector turístico, o acordo foi geral: o maior problema que eles enfrentam não é o número de visitantes que se deslocam a Mértola num ano (no geral, bem adaptado à capacidade de carga do local, mesmo nos seus dias de carga máxima, e possuindo ainda uma capacidade de crescimento global, em cerca de 50%) mas, ao invés, a distribuição irregular que se verifica ao longo do mesmo. Se não fosse o facto de a maior parte deles serem negócios de exploração familiar (significando isto que uma parte das actividades do mesmo são executadas gratuitamente ou por baixo vencimento), e, provavelmente, o seu número já teria sofrido uma ainda maior redução, em consequência do impacto anual da estação baixa a nível turístico.

É igualmente importante que sejam criados instrumentos de difusão que possam, de uma forma razoável, substituir ou interpretar parte daquilo que o visitante tem a expectativa de ver. Desta forma será possível manter em boas condições de salvaguarda aquelas áreas ou elementos que sejam considerados em risco ou de difícil acesso. Uma vez mais, um adequado plano de comunicação pode dar a conhecer o património local e ao mesmo tempo contribuir para a formação das audiências, com uma mensagem pedagógica que alerta para a responsabilidade comum que é a sua preservação. O apelo à participação social, pelo que me indica a experiência que tenho de contacto com visitantes, é, quase sempre, bem aceite, em especial naqueles segmentos do público que têm por hábito o consumo de produtos culturais. Mértola, neste aspecto, pode, sem grande esforço, continuar a ser pioneira, estudando aprofundadamente este sector. Basta que o rigor científico que é usado para conhecer a história, o território, os objectos, seja aplicado ao turismo, às audiências, à gestão cultural. Dos diferentes aspectos analisados, e por comparação

até com aquele que é o quadro geral por toda a Europa, uma outra conclusão importante por ser extraída em favor dos processos de salvaguarda dos conjuntos urbanos de carácter histórico:

“- os custos globais da reabilitação são menores do que os da expansão urbana periférica, enquanto administrações urbanísticas e populações vão reconhecendo a necessidade de reutilizar e dar vida aos centros históricos;

- as cidades antigas formavam tecidos sociais difíceis de recriar (a sua qualidade)

- a importância da qualidade ambiental e «riqueza» da vida urbana nos antigos espaços, aumentaram a percepção de que «o habitat natural do homem é a cidade» e só em comunidade o homem se desenvolve plenamente!⁶⁹². Também Krier salienta que a herança histórica não é senão «o acumular de conhecimentos durante séculos, cuja força de testemunho não pode ser esquecida»⁶⁹³.

José Aguiar, num pequeno artigo publicado no *Jornal dos Arquitectos*, a que simbolicamente chamou «O Medo», reforça esta mesma ideia: “Deitamos abaixo e fazemos de novo porque não sabemos resolver as patologias da velha construção, nessa ignorância vamos, a pouco e pouco, perdendo a alma”.

Numa perspectiva mais vasta, a recuperação das cidades e vilas históricas portuguesas é uma parcela fundamental de um modelo que tenta, contra a maioria das (erradas) opções estratégicas governamentais das últimas décadas, construir uma nova rede urbana no interior. O esforço de resguardar os Centros Históricos para conseguir agora nesta etapa um desenvolvimento mais homogéneo do país, é relevante para o seu progresso qualitativo. Excessivamente litoralizado (85% da população), o país corre o risco de «cair à água».

Nestas urbes, a parcela nova tem uma maior interligação funcional com a parte histórica do que numa localidade de grandes dimensões, onde a distância tende, inevitavelmente, a diluir a importância do centro. A existência da cidade histórica é o dado que para as populações, mesmo quando estão longe, permite a (re)construção da validade simbólica. Neste processo de afirmação de uma entidade, a cidade antiga tem uma vantagem considerável, e dela deve extrair a energia que não lhe chega por outras vias⁶⁹⁴.

⁶⁹² LAMAS, 1991:422.

⁶⁹³ KRIER, *apud* LAMAS, 1991:428.

⁶⁹⁴ Saliente-se que, na última década, com a consolidação das Universidades nas cidades do interior, e com a maior facilidade dos «emigrados para as áreas metropolitanas» - por via das novas estradas - em acederem à mítica «terra», tem permitido que as estratégias de redinamização sócio-económica do interior

De uma forma clara e sintética, já o Professor Pereira de Oliveira, em 1989, sintetizava alguns dos argumentos que devem estar sempre presentes no espírito daqueles que se preocupam com a salvaguarda patrimonial, no sentido mais profundo de herança, naquele em que a identidade simbólica e o sentido de pertença, de solidariedade com gentes e um lugar devem ser transmitidos às novas gerações:

“O «futuro do passado» depende de pelo menos três níveis de preocupações básicas a que importa responder:

1. Depende da formação científica e cultural que soubermos dar aos nossos filhos e ela é pluridisciplinar. Delas nascerá a consciência cívica e mesmo política fundamentada e fundamental;
2. Depende ainda da formação-componente, de variz técnico, que, como tal, permita encarar e resolver os problemas práticos que a necessária «conservação integrada» põe, e eles são plurisectoriais;
3. Finalmente, depende de que todos compreendam e assumam que os problemas de salvaguarda e mais, da sobrevivência do Património Cultural, dizem respeito a toda a comunidade, desde a sua célula mínima – cada indivíduo – à colectividade grupal até à nacional – o Estado – e mesmo internacional – o Conselho da Europa – ou finalmente mundial – a UNESCO”⁶⁹⁵.

Será talvez o momento de destacar aqui a importância do papel das populações na salvaguarda do seu património. Mas não basta reclamá-lo, exigir dos cidadãos que se pronunciem sobre os planos, e reclamar quando ninguém surge nessas discussões. A cidadania constrói-se, não brota de geração espontânea. É preciso que a estratégia, as soluções, sejam de origem desenvolvidas em conjunto, e esse é um dos outros papéis relevantes que as equipas dos Gabinetes permanentes podem desempenhar. A familiaridade entre os técnicos e os habitantes é um passo vital para este processo. Para além do domínio técnico da gestão das áreas urbanas antigas, é também fundamental, como largamente referi no corpo da tese, avançar consistentemente para a gestão democrática, em particular ao nível local, e não julgar que esta se esgota no modelo actual.

de Portugal passem muito pela animação cultural, onde se insere o património, tentando fortalecer as relações de identidade com essas localidades.

⁶⁹⁵ PEREIRA DE OLIVEIRA, 1989:131.

É verdade que as sugestões de alteração do modelo eleitoral que de vez em quando afloram – de que os executivos municipais sejam constituídos por equipas monopartidárias - demonstra, sem admiração, como é caciqueira a nossa culturalmente fraca classe política, desejosa de poderes absolutas para alimentar ainda mais sinecuras. Mas o que serve aos cidadãos é o inverso. Pelo menos a manutenção do actual sistema de colégio eleito proporcionalmente acaba por obrigar os partidos a defrontarem-se quotidianamente, forçando-os a reconhecer as virtualidades de um diálogo que, entre si, são obrigados a manter. Este esboço de formação de consensos, que é um caminho essencial para o progresso dos sistemas democráticos, poderá inclusive, contribuir para a superação de determinados vícios da administração pública portuguesa, e pode ainda ser ampliado. Basta que, para tal, se constituam formas de contacto, e de integração da opinião dos cidadãos, mais vezes do que o actualmente habitual, em processos de decisão fundamentais para o progresso e a qualidade de vida a nível local. As políticas urbanísticas, em geral, e a salvaguarda do património cultural, em particular, não são problemas menores e deviam ser resolvidos a partir desse formato metodológico. Igualmente, este tipo de estratégias ajuda a estabelecer pontes entre os interesses privados e os públicos, e a disseminação de boas práticas pode ser relevante para conseguir uma adesão gradual a semelhantes procedimentos. Noutros países estes processos são já comuns e será importante que, por cá também, se alterem as mentalidades.

A possibilidade de (re)construirmos lugares melhores para viver é uma ocasião que não deve ser desperdiçada. Além do mais, é hoje já claro que a partilha das identidades culturais fomentou uma indústria do lazer, que nos aproxima, para lá do que representa para a economia local. No mundo contemporâneo, no quadro dos países desenvolvidos, o conceito associado às cidades que se vai, gradualmente, tornando predominante é o da qualidade. Esta, associada à riqueza patrimonial, vai sendo, cada vez mais, factor de acrescida competitividade e atracção. O turismo cultural, com os impactos sócio-económicos que faz sentir, torna-se o catalizador de estratégias de conservação e salvaguarda que seria difícil de imaginar há poucos anos. Ao mesmo tempo, os teóricos que reflectem sobre as implicações destas acções, começam gradualmente a insistir, já não tanto na conservação – pois ela assume uma marcha que parece imparável – mas na autenticidade. É preciso, usando um adágio popular, que «não se venda gato por lebre». Uma correcta intervenção, uma bem regulada gestão, uma proporcionada difusão e consumo, as pedras de toque para assegurar a desejada sustentabilidade nas estratégias de desenvolvimento que têm por base o património cultural.

É bem verdade que os recursos parecem infindáveis. O conceito passou a reportar-se, não só ao contacto e conhecimento de uma matriz histórica simplificada, como anteriormente acontecia, mas a domínios cada vez mais específicos, alargando-se dos valores eruditos e materiais, aos mais populares e imateriais, valorizando instrumentos de trabalho, canções, lendas, poesias, paisagens, instalações industriais, etc. O modo como apreendemos o tempo histórico também se alterou: das datas soltas de factos relevantes, queremos agora abarcar a totalidade, queremos conhecer o detalhe, e nesse detalhe, queremos entender a cidade histórica integralmente, no momento em que a visitamos, e queremos entrever o seu passado por entre casas, monumentos e nos mais simples hábitos. Este já não é, meramente, um objecto de estudo, e um valor a conservar, ele passou a ser um elemento activo da nossa vida, e que, senão por outras razões, contribui para a nossa valorização cultural. Portanto, é agora um factor *de qualidade de vida cada vez mais imprescindível. Esta forma de usufruir do património, geradora também de tenções negativas, tem levado a uma multiplicação de documentos internacionais que tentam reflectir e organizar essa nova relação do património com os actuais consumos. A intensidade desta produção conceptual e regulamentar tem um aspecto curioso, positivo, pelo que pode representar de progresso para uma visão mais humanista do mundo – conhecer as «coisas» dos outros ajuda, seguramente a reconhecer semelhanças e a compreender as razões da diferença. Nimal da Silva, na sua comunicação à Assembleia-Geral do ICOMOS em 1996, precisamente dedicada ao tema “Património e Modificações Sociais”, destacava: “A percepção e compreensão intelectual é considerada necessária no processo de identificação das linhas mestras que a sociedade requer para entender estes valores [do património cultural]. A abordagem deve ser simples, contínua e valorizadora. Para tal, o esforço educativo e a consciência pública devem ser considerados importantes. A situação mais desejável deve ser aquela em que a comunidade exige a conservação do património cultural e começa a agir com responsabilidade colectiva face a ele, e desenvolve legislação como regras para identificar objectivos e formas de controlo. De modo a que a herança não seja apenas o resultado de um conjunto de procedimentos e controlos legais. Deve também envolver o esforço da comunidade, com compreensão e empenho”.*

A cidade é o cadinho dos processos sociais, e onde eles mais facilmente adquirem uma certa cristalização. A morfologia do espaço urbano vai registando, como escrevi na introdução desta dissertação, essa evolução, essa mutação de pele. Como as pessoas, cada uma vai adquirindo cada vez mais factores distintivos em relação às outras, e daí resultam também formas de apropriação distintas. Nessas plataformas

que elas constituem, forma-se a identidade específica das suas gentes. Foi essa identidade que, num dado momento, se perdeu. Realizar, nos dias de hoje, operações de reabilitação, significa “proceder de modo a reaver o bom e antigo conceito de cidade, perdido, a reaver o crédito de que a cidade dispunha, a restituir a cidade à estima pública, a restabelecê-la no estado anterior e que deixara de estar”. Luz Valente Pereira, uma vez mais. É essencial compreender esta mensagem. O problema da reabilitação é, prioritariamente, um problema social, de modo e qualidade de vida.

Por isso, relevante é escolher o que fazer. Ter sempre presente que a prioridade são as pessoas, não o Património. O património não deve ser entendido necessariamente como um fim em si mesmo, mas, preferencialmente, um meio, um recurso entre outros possíveis. Um recurso, ao mobilizar, no conjunto de iniciativas de desenvolvimento integrado e participado, processos de conquista de condições e modos de vida qualitativamente distintos. Igualmente, devemos converter os elementos constitutivos da nossa herança patrimonial em factores culturais de mudança ou ele estará condenado a seguir sendo algo afastado, ou, pior ainda, supérfluo, para a maioria da população, e dessa forma estará em perigo.

Estimular as pessoas a quererem ser sujeitos activos das opções estratégicas que podem condicionar o seu futuro. Sem participação não há desenvolvimento. O empenhamento cívico, com toda a sua complexidade e dificuldades, é a base incontornável de qualquer processo de desenvolvimento autêntico. A democracia é um conceito fundamental. E o Património, um recurso precioso. Único, como nós. Mas não tendo, necessariamente, que ser finito. Cabe-nos valorizar essa diferença, e, nela, um pedaço de nós sobreviverá.

“...trata-se, em última análise, do processo de «desenhar» sobre o desenhado, de construir sobre o construído, aceitando a organização do território por acumulação de intervenções e sobreposição de contributos, mantendo a procura da forma como objectivo qualificador”⁶⁹⁶.

José GARCIA LAMAS

⁶⁹⁶ LAMAS, 1993:447.

Políticas de Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola –
contributos para a construção de um
modelo operativo para a sua gestão

Rui Mateus

BIBLIOGRAFIA

Dissertação de Doutoramento
2006

BIBLIOGRAFIA

A pesquisa de um tema transversal como seja a abordagem do património histórico edificado num contexto integral, isto é, em que se tratam as localidades como um todo, incluindo a sua vivência quotidiana, é forçosamente um longo caminho, e inúmero o conjunto de temáticas que nesse caminho se nos deparam.

Porque não consideramos os imóveis meramente como objectos isolados, não bastam os estudos arquitectónicos, nem os histórico artísticos para os apreender como a base sobre a qual se desenrolou a vida, e sobre a qual pretendemos que esta continue.

Por estes motivos, o planeamento, a gestão, a legislação, as políticas sectoriais postas ao serviço dos técnicos que procuram intervir nestas áreas urbanas são temáticas que acabam, até, por assumir uma parcela considerável deste esforço de compreensão das metodologias para a sua salvaguarda e reabilitação.

E como, nos dias actuais, os paradigmas culturais generalizaram o apreço pela memória histórica das nossas diferentes etapas, que, nos núcleos antigos, parecem expressar-se, como em nenhum outro lugar, numa síntese harmoniosa, o turismo cultural, e, por consequência, um grupo de estratégias do desenvolvimento local são também fundamentais para a definição das estratégias de recuperação material e de animação sociocultural que são a maior garantia de que elas continuarão vividas, sentidas, evolutivas, no seu caminho para servirem de habitat para as gerações futuras.

É normal, portanto, que ao longo de um percurso de 5 anos, se encontrem vastos e interessantes acervos bibliográficos que se relacionam com a temática que se estuda, e mais ainda, quando se pretende estudá-la numa perspectiva holista, tentando perceber um pouco de todas as parcelas, e em que modo de sobreposição, intervêm na reabilitação dos centros históricos.

Deste vasto conjunto gostaria de destacar particularmente o grande número de teses, de mestres e doutores, que permanecem em grande número por publicar, e que tive ocasião de consultar. Este produto da investigação portuguesa – que merece até a designação biblioteconómica de «bibliografia cinzenta» (uma ironia que me parece reflectir o pobre estado cultural de uma nação que assim desperdiça os frutos que se produzem...) – representa uma parcela considerável do muito que pude aprender ao preparar esta dissertação, e são, sem dúvida, fundamentais para o progresso científico desta área.

Recolhido e estudado todo este acervo, e apesar de ser, como em qualquer pesquisa que se realiza, desequilibrado no seu interesse para a temática central desta dissertação, parece-me que ele pode servir a um outro propósito. Poderá ter sido a minha formação de base nas humanidades, e as centenas de horas gastas procurando o pequeno opúsculo perdido ou a ficha mal arrumada do catálogo antigo da Biblioteca Nacional, que tenha influenciado esta decisão. Mas considero que a investigação também se faz da construção progressiva de bases de referências e que, elaboradas, representaria um desprezo pelo labor da pesquisa, que o investigador não deve ter, simplesmente não a dar a conhecer. A investigação é um caminho progressivo, e, tal como eu atalhei caminho por influência de outros, assim também penso que este conjunto de referências poderá poupar a uns quantos um pouco de caminho mais pedregoso... Daí a opção de, como referi, sem classificar de muito ou pouco interessante (pois que essa classificação apenas a mim interessaria) as referências recolhidas, de aqui as deixar aos colegas a quem possam servir, se um dia, quem sabe, este trabalho sobrevier a ser um pedaço de «bibliografia cinzenta» resgatado por instantes à pacatez das estantes.

AA. VV. (apresentados por ordem cronológica)

-. *Etude de la Conservation, de la Restauration et de la Reanimation des Ensembles Historiques*, ICOMOS, Cáceres, 1967.

-. «Resenha da Legislação Urbanística portuguesa desde 1864 até 1965». *Urbanização*, vol. 3, nº 1 (Março), CEUHEDP, Lisboa, 1968, 71-72.

-. «Organização e Qualidade do espaço Urbano. Modelo de Análise de Comportamentos Urbanos». Processo 82/1/4004. LNEC, Lisboa, 1971.

-. *Guide International d'Histoire Urbaine / 1- Europe*, Ed. Klincksieck, Paris, 1977.

-. «UNESCO, A Salvaguarda dos Conjuntos Históricos Tradicionais», *Minia*, 2ª série, 2(3), Braga, 1979, 5-21.

-. *Seminário sobre a Aplicação da Lei de Finanças Locais (Organizado pela Revista "Poder Local")*, Editorial Caminho, Lisboa, 1979.

-. *Programa de Desenvolvimento Regional 1981-1985*, Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, 1980.

-. *Seminário sobre Normas Urbanísticas – Execução de Planos Municipais (Évora – 1980)*, MHOP, Lisboa, 1980.

-. «Velhos Centros, Vida Nova», *Cadernos Municipais* (Destacável 6), Ano 3º, n.º 12 Maio 81, Fundação Antero de Quental, Algés, 1981.

-. «GAT's (Lei dos / Decreto-Lei nº 58/79)». *Cadernos Municipais*, Ano 3º, n.º 12 Maio 81, Fundação Antero de Quental, Algés, 1981, 36-38.

-. *Seminário sobre Normas Urbanísticas – Critérios Comuns de Planeamento Municipal (Ponta Delgada - 1981)*, MHOP, Lisboa, 1981.

-. *Jornadas Luso-Brasileiras do Património – Património Edificado*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

-. «Recuperação (A) do Centro Histórico de Alcochete». *Poder Local*, n.º41, Jan.-Fev., Editorial Caminho, Lisboa, 1984, 68-69.

-. «Dez Mandamentos do Urbanismo Municipal». *Cadernos Municipais*, Ano 5º, n.º 28 Julho/ Agosto 84 (destacável), Fundação Antero de Quental, Algés, 1986.

-. Nova Política Urbana (Por uma). *Cadernos Municipais* (Destacável 12), Ano 4º, n.º 20, Dezembro 1982, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986.

-. «Lagos - Reabilitação Urbana». *Cadernos Municipais* (Destacável 15), Fundação Antero de Quental, Algés, 1986.

- «1º Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico». Documentos. [ANMCH], Lamego, 1987.
- *Recuperação Urbana de um bairro tradicional do Centro Histórico de Lisboa – Alfama*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1987.
- «Centros Históricos». Documentação de Apoio Formação - Centro Coordenador de Escuelas Taller de Castilla la Mancha, Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, s.l., 1988.
- *Do Arrabalde de S. Francisco ao Bairro das Portas de Mértola*, col.«Cadernos do Centro Histórico de Beja», Câmara Municipal de Beja, Beja, 1988.
- *Seminário Internacional - Renovação urbana na Europa – Novas Tendências, Novas Iniciativas*, in *Actas do Seminário Internacional*, FA / UTL, Lisboa, 1988.
- «Notícia sobre o IV Congresso de Cerâmica Medieval “O documento dos que não entram na história”», *Poder Local*, n.º 73, Março, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 42-44.
- *Comunicações sobre Beja no Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico*, col.«Cadernos do Centro Histórico de Beja», Câmara Municipal de Beja, Beja, 1989.
- Mértola Vila Museu (Roteiro fotográfico), *Campo Arqueológico de Mértola*, Mértola, 1989.
- *Planos Especiais de Salvaguarda de Alfama e Mouraria. Propostas para debate público*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1989.
- *Intervenção dos Gabinetes Técnicos Locais*, Cadernos DGOT 9, Lisboa, DGOT / MPAT, 1989.
- *Bairro Alto – recuperação e reabilitação*, C.M.L. / Gabinete do Bairro Alto, Lisboa, 1990.
- *La política de rehabilitación urbana en España. Evolución, experiencias y efectos*, Instituto del Territorio y Urbanismo / MOPU, Madrid, 1990.
- *Citoyenneté et Urbanité*, Éditions Esprit, Paris, 1991.
- «Intervencion en Centros Historicos». Textos do Curso realizado na Universidade de Castilla- La Mancha. Centro Coordenador de Escuelas Taller de Castilla-La Mancha/ Direccion General de Cultura, Castilla-La Mancha, 1991.
- «Reabilitação (A) urbana e do parque habitacional», *Poder Local*, n.º 110, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1991, 38-47.
- *Les secteurs sauvegardés ont trente ans. Actualité de la Loi Malraux pour les centres urbains (Actas do Colóquio de Dijon, 23-24 Novembro)*, STU, Paris, 1992.
- *RECRUA*, Decreto-Lei n.º 4 / 88 de 14 de Janeiro, IGAPHE / MOPTC, 1992.
- Gabinete Técnico Local de Santarém. «Salvaguarda e Reabilitação da Mouraria de Santarém», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 145-150.
- «Secteurs Sauvegardés ont trente Ans (Les) – Actualité de la loi Malraux pour les Centres Urbains». *Actas do Colóquio de Dijon - Novembro 1992*. STU / DAU / METT, Paris, 1992.

- *A Cidade (Actas das Jornadas Inter e Pluridisciplinares)*, col. «Manuais da Universidade Aberta», Universidade Aberta, Lisboa, 1993.
- «Espaço - debate sobre Centros Históricos (23 - 24 Setembro)». Documentos. CMMN, Montemor-o-Novo, 1993.
- *1º Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico (Actas)*, [ANMCH], Santarém, 1994.
- *Ordenamento do Litoral e Gestão dos Centros Históricos (Actas do 1º Congresso Ibérico de Urbanismo, Viana do Castelo - SPU / AETU / CCRN, 1993)*, CCRN, Porto, 1994.
- *1º Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo – 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994.
- *ARQUITECTURA DE TERRA*. Revista Mediterrâneo (Nº 8/9 – n.º temático), Instituto Mediterrânico / Universidade Nova, Lisboa, 1994.
- *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal – Acção Piloto de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional*, Lisboa, MPAT / MCT, 1994.
- *Guide pour la réalisation des plans stratégiques de développement des villes moyennes / Programme RECITE*, Oficina de Arquitectura, Lisboa, Novembro, 1994.
- *HABITAR - Reabilitação Urbana (Actas do Colóquio – Março 1996)*, LNEC, Lisboa, 1996.
- «Mestrado em Desenho Urbano». Dossier de estrutura curricular do curso de 1996/97. ISCTE, Lisboa, 1996.
- *Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas. 10 Años de Investigación*, Actas do Colóquio Vivir las Ciudades Históricas, Consorcio de la Ciudad Monumental, Mérida, 1996.
- «Que utilizações para o património construído?». col.«Cadernos SPPC», SPPC, Évora, 1996.
- «Gestão e Tutela do Património». col.«SPPC» SPPC, Évora, 1996.
- «Entrevista com Nelson Augusto Marques de Carvalho», *Revista Cidades & Municípios*, n.º61, 1996.
- «Entrevista com Lucílio Fernando da Assunção Teixeira», *Revista Cidades & Municípios*, n.º61, 1996.
- «Entrevista com Alberto Magro Pereira de Castro», *Revista Cidades & Municípios*, n.º 61, 1996.
- *Ciudades Históricas Vivas Ciudades del Pasado: Pervivencia y Desarrollo, Ponencias y Comunicaciones*, Mérida 30/31 Enero y 1 Febrero 1997, Consorcio de la Ciudad Monumental, Mérida, 1997.
- *Cidades Renovadas*, 21ª INTA Lisboa (Dossier Promocionais) *Expresso* (11-10-1997).
- *4º Colóquio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997.

- *A Política das Cidades (Actas do Colóquio)*, Conselho Económico e Social /LNEC, Lisboa, 1997.
- *Regionalização e Identidades Locais – Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos (Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- *Vivir las ciudades históricas / Ciudades Modernas superpuestas a las antiguas, 10 años de investigación – 15/16 Julho (Actas do Coloquio)*, Consorcio de la Ciudad Monumental, Mérida, 1997.
- «O Poder Local e a gestão do património arqueológico» (redigida por técnicos da Câmara Municipal do Seixal em representação da ANMP), in *Comunicações do 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico, ARKHEOS Perspectivas em diálogo*, nº1, CEIPHAR, Tomar, 1997.
- «Dossier Patrimoine et Tourisme», *Urbanisme*. N.º 295, Juillet/Aout 1997, 42-90.
- «Entrevista com José Manuel Carreira Marques, Presidente da Câmara Municipal de Beja», *Revista O Municipal*, n.º 194, Março, 1997.
- *Intervenções no Património 1995-2000 Nova Política*, Lisboa, IPPAR, 1997.
- *Sistema Urbano Nacional, Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Col.«Estudos», DGOTDU, Lisboa, 1997.
- «Jornadas de Redes Europeias das Profissões do Património». Discursos e C.V., CENFIC / FEMP, Óbidos, 1998.
- *Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, 1998.
- *El buen uso del patrimonio (Actas da Conferência México 99)*, ICOMOS, Ciudad del Mexico, 1999.
- «Les Cités Antiques» (Dossier Especial), *Pour la Science*, Outubro. Editions Pour la Science, Paris, 1999.
- *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, CCRC, Coimbra, 1999.
- «10 anos para reabilitar zonas históricas em Lisboa». Entrevista com António Abreu, Vereador da CML, *Jornal do Imobiliário*, nº 16 / Julho 1999.
- *Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*, CMO, Oeiras, 1999.
- «Procedimiento y Tecnicas Constructivas del Patrimonio». Documentos del Master de Restauración y Rehabilitación del Patrimonio / Universidad de Alcalá, Univ Alcalá / COAATM / Editorial Munilla-Léria, Madrid, 1999.
- *La confusion des monuments*, col. «Les Cahiers de médiologie», Gallimard, Paris, 1999.
- «Entrevista com Alexandre Alves, Presidente da Câmara Municipal de Chaves», *Revista O Municipal*, n.º219, Abril, 1999.
- «Entrevista com António Abreu, Vereador da CML -"10 anos para reabilitar zonas históricas de Lisboa"», *Jornal do Imobiliário*, n.º16, Julho 1999.
- «Entrevista com Manuel Paulo Ramos Neto, Presidente da Câmara Municipal de Mértola», *Revista O Municipal*, n.º 224, Setembro, 1999.

- «Reabilitação Urbana: Bairros Históricos de Lisboa», *Arquitectura*, Ano XII, n.º52, Out/Nov/Dez, Lisboa, 2000.
- *Requalificação Urbana de Bairros Sociais (Actas do 1º Fórum Internacional de Urbanismo)*, n.º 1, URBE / UTAD, Vila Real, 2000.
- *Requalificação de Margens Ribeirinhas com Envolventes Urbanas (Actas do 1º Fórum Internacional de Urbanismo)*, n.º 2, URBE / UTAD, Vila Real, 2000.
- *Urban Space and Urban Conservation as an Aesthetics problem, Conferência Internacional Roma, Outubro 1997*, L'ERMA di Bretschneider, Roma, 2000.
- *Projecto de Reabilitação e Valorização Turística do Centro Histórico do Porto*, Câmara Municipal do Porto / Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Porto, 2000.
- «Aldelas Históricas de Portugal». Dossier Temático, *Cadernos Municipais*, Editora CM, Odivelas, 2000.
- *Pays d'Art et d'Histoire et Pôles d'Économie du Patrimoine, La Documentation Française, DATAR / Direction de l'Architecture et du Patrimoine*, s.l., 2001.
- *Portugal - Memórias das Cidades*, Editorial Diário de Notícias, Lisboa, 2001.
- *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Actas do Colóquio Internacional)*, CNCDP, Lisboa, 2001.
- *Guia do Conselho Europeu de Urbanistas*, CESUR / IST, Lisboa, 2002.
- «Entrevista com Manuel do Nascimento Martins, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real», *Revista O Municipal*, n.º256, Maio, 2002.
- *3º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios (Actas)*, 2 vols., LNEC, Lisboa, 2003.

ABREU, Alberto. «As praças na evolução urbana de Viana do Castelo», in *Actas do III Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*. ANMCH, Viana do Castelo, 1995-96, 195-204.

ABREU, Diogo de. Lucinda Fonseca e Deolinda Reis. «Diferenciação Social do Espaço Urbano em Portugal», in *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano 18 (Homenagem a Orlando Ribeiro)*. CEG / UL – INIC, Lisboa, 1981, 77-91.

ABRUNHOSA, Maria José. «Os PDM's de 1ª geração – Planos cinzentos, ordenamento formal, resultado incerto», *Sociedade e Território*, n.º22, Setembro, Afrontamento, Porto, 1995, 33-37.

ADRIÃO, José e Pedro Pacheco. «Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles (Dezembro 1999)», *DA / Documentos de Arquitectura*, n.º3, s.e., Algés, 2000, 30-63.

- AFONSO, Simonetta Luz. «ICCROM's programmes in Urban Conservation», in *Actas do IV Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*. ICCROM, Évora, 1997, 250-252.
- AGUIAR, José. «Qualificação e Formação profissional em Conservação: alguns paradoxos», *Pedra & Cal*, nº 5, Jan/Fev/Mar 2000, 20-22.
- . , A. M. Reis Cabrita e José A. Vasconcelos Paiva. «Formação e Qualificação profissionais na conservação e reabilitação do património arquitectónico», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico*. Santarém, 6-8 Nov. 1992, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 186-203.
- AILLÓN, Manuel. «Os Municípios Espanhóis e a Prática do Planeamento Urbanístico», *Cadernos Municipais*, Ano 4º, nº 19 Outubro, Fundação Antero de Quental, Algés, 1982, 21-24.
- AIRES-BARROS, Luís. *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, INIC / Centro de Petrologia e geoquímica da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991.
- ALARCÃO, Jorge. *Introdução ao estudo da História e do Património Locais*, Instituto de Arqueologia / Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1987 (reimpressão).
- . «A cidade romana em Portugal. A formação de «lugares centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização», in *Cidades e História (Ciclo de Conferências)*. Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1987, 35-51.
- ALEXANDRINO, José Alberto de Melo. «Uma nova lei de bases para o património, Comunicação em Estratégias de Reabilitação de Centros Históricos» Documento policopiado. URBE / UTAD, Vila Real, 1999.
- ALFAIATE, Mª Teresa Amaro. «Fisiografia, Morfologia Urbana e Tipologias». Relatório de Aula da Licenciatura em Arquitectura Paisagista. UTL, Lisboa, 1992.
- ALFREDO, Julieta Cristina Cruz. «Planeamento e Gestão em Zonas Históricas: Estratégias, Políticas e Critérios de Intervenção», Tese de Mestrado, Universidade do Porto, 1997.
- ALHO, Carlos. «1ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património», *Cadernos Municipais*, Ano 5º, nº 29, Novembro, Fundação Antero de Quental, Algés, 1984, 30-31.
- . e António Borges Abel. «Que Património para o Futuro?», *Cadernos Municipais*, Ano 5º, nº 25 Janeiro/Fevereiro, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 50-51.
- . e A. M. Reis Cabrita. «O Processo Legal de Reabilitação de edifícios», *Cadernos Municipais*, Ano 6º, nº 34 Outubro, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 31-38.
- . e M. L. Ribeiro da Silva. «Conservação e Desenvolvimento na Reabilitação do Património Arquitectónico e Urbano», *Povos e Culturas*, nº2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive". Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa / Universidade Católica, Lisboa, 1987, 369-380.
- ALMANDOZ MARTE, Arturo. «Consideraciones conceptuales sobre el urbanismo», *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, nº98 Invierno, MOPTMA, Madrid, 1993, 625-636.
- ALMEIDA, Ana e Paulo Valença. *As Cidades Médias Portuguesas*, 1º vol., PROSIURB, [Lisboa], 1995.

- ALMEIDA, Isabel Cruz. «Cidadania, Formação e Património, entrevista conduzida por Rui Barreiros Duarte, *Arquitectura e Vida*, nº44, Dezembro, 2003, 32-39.
- ALMEIDA, Isabel Ramalho de. «Panorâmica do Sistema Normativo Urbanístico em Portugal», in *Actas do Seminário sobre Normas Urbanísticas / Critérios Comuns de Planeamento Municipal (Ponta Delgada 1981)*. GIPRE / MOP, Lisboa, 1981, 7-14.
- ALMEIDA, Rui Solano de. «Turismo no Interior “Um imenso campo à espera do desenvolvimento», *Cadernos Municipais*, Ano 4º, nº 19 Outubro, Fundação Antero de Quental, Algés, 1982, 15-20.
- ALMEIDA, Solange Quelhas. «Estratégias culturais e políticas de afirmação regional – o centro cultural raiano». Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 2000.
- ALVES, Sónia Cristina Nunes. «Planeamento Colaborativo em Contextos de Regeneração Urbana». Tese de Mestrado, FEUP / FAUP, Porto, 2001.
- ALVES, Rui Manuel Amaro. «Os PROT de 2ª Geração: das Normas ao Programa de Execução», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo /Algarve 99*. CCRAIlg, Vilamoura, 1999, 146-151.
- AMENDOEIRA, Ana Paula Ramalho. «La ville de Monsaraz. Étude d'un cas», in *Actas da 11ª Assembleia Generale et Symposium Internacional « Le Patrimoine et les Changements Sociaux », 5-9 Outubro*. ICOMOS, Sófia / Bulgária, 1996, 437-441.
- . «Monsaraz: Análise do Processo de Conservação e Transformação Urbana no Século XX». Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1998.
- AMORIM, José Bayolo Pacheco de. «Arqueologia e Património: que futuro?», in *Comunicações do 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico, ARKHEOS Perspectivas em diálogo*, nº1, CEIPHAR, Tomar, 1997.
- ANDRADE, Amélia Aguiar. «Um Percurso Através da Paisagem Urbana Medieval», in *Povos e Culturas*, nº2 “A Cidade em Portugal: Onde se Vive”. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa / Universidade Católica, Lisboa, 1987, 57-77.
- . «A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação», in *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Actas do Colóquio Internacional)*. CNCDP, Lisboa, 2001, 11-38.
- ANDRADE, Carlos. «A Requalificação dos Centros Históricos. Baixa Pombalina: A “Recentralização”». Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1998.
- ANGEL CORZO, Miguel. «A preservação da cultura em tempos de mudança constante e rápida», in *Actas do IV Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*. OCPM, Évora, 1997, 61-67.
- ANTUNES, António A. Rosa. *Contribuições para a Definição de Necessidades Sociais a Nivel do Quotidiano numa Área Urbana – Práticas Sociais Quotidianas e Apropriação Social do Espaço*, col.«INCGURPLAM», LNEC, Lisboa, 1999.
- ANTUNES, José Manuel Oliveira de Sousa. «Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Montemor-o-Velho», in *Actas do IV Encontro de Municípios com Centro Histórico – Ouro Preto / Brasil*, ANMCH, s.l., 2001, 117-127.
- APPLETON, João. «O Presente do Passado», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 23-27.

- . José Aguiar e A. M. Reis Cabrita. «Guião de Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais». Relatório 177/93 – NA (2 vols.), LNEC, Lisboa, 1993.
- . José Aguiar e A. M. Reis Cabrita. *Manual de Apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*, Câmara Municipal de Lisboa / LNEC, Lisboa, 1993.
- APPLETON, Júlio. «Técnicas de Reparação Estrutural, Métodos de Análise e Verificação da Segurança das Estruturas de Alvenaria», in *Seminário sobre Conservação de Edifícios e Monumentos Históricos*, Associação Universidade Empresa do Sul, Évora, 1990.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS CASAS ANTIGAS. *A Identidade do Património Cultural Português. Contributo para a sua valorização*, APCA, Lisboa, 1989.
- AUZELLE, Robert. «Conditions et Imperatifs de l'Urbanisme», in *Colóquio sobre Urbanismo*, Centro de Estudos de Urbanismo / Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1961, 31-47.
- . «Ou en est l'Urbanisme», *Urbanização*, vol. VII, nº1, Março, AAP, Lisboa, 1972, 45-51.
- AYMARD, Maurice. «Espaços», in *O Mediterrâneo O Espaço e a História*, Teorema, Lisboa, 1987, 135-156.
- BAIGORRI, Artemio. «Del urbanismo multidisciplinario a la urbanística transdisciplinaria, Una perspectiva sociológica», *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, nº104, Primavera, MOPTMA, Madrid, 1995, 315-328.
- BAILLY, A. S. e P. Marchand. «Techniques de Mesure de la Perception de l'Environnement Urbain», *Melanges Geographiques, Annales Litteraires de l'Université de Besançon, Cahiers de Geographie de Besançon*, nº 27, 1979, 57-92.
- BAIÓA, Manuel. «Poder Local: da 1ª República à Ditadura Militar», *Poder Local*, nº 135, Jan.-Março, Lisboa, 2000, 60-69.
- BALSAS, António. «Documentos de Apoio (Seminário 211)». Seminário sobre Planos Locais e Política Urbana /Braga, LNEC, Lisboa, 1982.
- BALSAS, Carlos José Lopes. «Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades». Tese de Mestrado. GEPE, Lisboa, 1999.
- . «Urbanismo comercial: mitos e boas práticas na revitalização de centros urbanos», *Sociedade e Território*, nº 36/ Dezembro, Afrontamento, Porto, 2003, 116-130.
- BALULA, Luís. «A questão dos Centros Históricos e os novos "Projectos de Urbanismo Comercial"», *Urbanismo*, Ano 1, nº1, Outono, 1998,16-19.
- . e Luís Sanchez Carvalho. «Catalisadores de Reabilitação Urbana», *Urbanismo*, Ano 4, nº9, Verão, 2001, 6-10.
- BANDEIRA, Pedro. «Há edificar e edificar (...), há proteger e restaurar», *Pedra & Cal*, Ano IV, nº15, Jul/Ago/Set, 2002, 38-39.
- BANZA, Paula. «Amor ao Património», *Revista Ingenium*, 2ª série, nº 28, Agosto, 1988, 20-21.

BAPTISTA, Filipa Maria Vidal Pinheiro Malafaya. «Qualificação Ambiental e Conservação do Património. A perspectiva no Centro Histórico do Porto». Tese de Mestrado. Faculdade de Engenharia, Porto, 1998.

BARAHONA, António Carlos F. C. de Aboim. «A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental». Tese de Mestrado. UTL, Lisboa, 1996.

BARATA, Filomena. «Conservação, Salvaguarda e Valorização dos Sítios Arqueológicos», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas – Investigação e Defesa do Património / Lisboa 1990*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, 61-67.

BARBOSA, Pedro Gomes. «Património Cultural», *Cadernos FAOJ*, nº 20, FAOJ, s.l., 1982.

BARRAL, Paulo. «O processo de acompanhamento à elaboração dos PDM's», in *Urbanismo e Poder Local – Jornadas Internacionais*, CEFA, Coimbra, 1989, 395-412.

BARRANHA, Helena. «Levantamento das fachadas em Faro», *Centros Históricos*, Ano IV, n.º10/11, Jan/Jun, 2002, 20-21.

BARRERA, Manuel B. e Alvaro S. Garcia. «Planeamiento Urbanístico en Centros Históricos de Andalucía», in *I Congreso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 271-288.

BARRIOS, Sonia *et alia*. *A Construção do Espaço*, Nobel, São Paulo, 1986.

BARROS, Reinaldo Manuel Moleiro. «O papel do cidadão na cultura», Tese de Mestrado. Universidade do Algarve, Faro, 1998.

BARTHÉLEMY, Jean. «Unicité des Príncipes, variété des stratégies», in *Actas da 11ª Assembleia Geral e Symposium Internacional « Le Patrimoine et les Changements Sociaux »*, 5-9 Outubro, ICOMOS, Sófia / Bulgária, 1996, 28-33.

BASSAND, Michel. *Culture et Régions d'Europe d'après le projet Culture et Régions du Conseil de l'Europe*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990.

BATISTA, A. Mendes. «A Rede Urbana Nacional no Contexto Europeu», in *Ciclo de Colóquios "A Política Urbana e o Ordenamento do Território"*, MPAT, Lisboa, 1995, 437-453.

BATISTA, Desidério Sares. «Bases para uma proposta de salvaguarda e valorização do núcleo histórico de Cacela e da zona especial de protecção», Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1997.

BATISTA, Mª S. José. *Programas URBAN e reabilitação urbana: revitalização de áreas urbanas em crise*, DGDR, Lisboa, 1997.

BAYO, Alvaro Gomez-Ferrer. «La Carta de las Ciudades Historicas. Fundamentos y Aplicaciones.», in *I Congreso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 161-172.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

BENTO, Mário Augusto S.. «Conservação, Restauro, Reabilitação». Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Universidade de Coimbra / FCT – Departamento de Arquitectura, 1994.

-. «Intervenção em Edifícios ou Núcleos Urbanos Existentes e de Elevado Valor Histórico ou Arquitectónico». Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade de Coimbra / FCT – Departamento de Arquitectura, 1994.

BIANGHI, R.. *Pour une maîtrise de l'environnement urbain*, Ed. Chiron, Paris, 1973.

BONETTI, Michel. «Revalorisation des Quartiers en crise: de la réhabilitation à la gestion urbaine intégrée», *Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Porto, 1994, 17-25.

BRANCO, Daniel. «O Desafio da Nova Legislação Enquadradora do Novo Poder Local Democrático», *Poder Local*, nº 135, Jan.-Março, Lisboa, 2000, 4-10.

BRANCO, Inês e Paula Prudêncio. «Da recuperação do edificado à reabilitação do tecido social: uma nova perspectiva de intervenção urbanística – o caso da cidade de Lisboa», in *Actas do Encontro "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, 1-3 Abril - Vila do Conde*, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, 529-533.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*, Teorema, Lisboa, 1987.

BRIAS, Juana *et alia*. «Arqueologia Urbana en Merida: 1987-1990», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas – Investigação e Defesa do Património / Lisboa 1990*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, 45-60.

BRIGOLA, João Carlos. «Ciências e técnicas do Património Cultural – Entre a concorrência e a cumplicidade», *Pedra & Cal*, nº19 Jul-Ago-Set, 2003, 20-21.

BRITO E CUNHA, A. J. de. «Evolução Histórica do Conceito de Urbanismo», in *Colóquio sobre Urbanismo*, Centro de Estudos de Urbanismo / Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1961.

BRUNO, Eugen. «O Processo de Planeamento nas Autarquias», *Cadernos Municipais*, Ano 5º, nº 28 Julho/ Agosto, Fundação Antero de Quental, Alges, 1985, Destacável 16.

BUCHO, Domingos Almeida. «Portalegre Medieval (Subsídios para a sua leitura urbanística)», in *A Cidade*, nº 8 (nova série), Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, Portalegre, 1993, 189-220.

CABALLERO ZOREDA, L.. «Arqueologia y Arquitectura. Un Contexto Unitario», in *Intervencion en Centros Historicos /Textos del Curso de la Universidad Castilla- La Mancha 1988*, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla – La Mancha, s.l., 1991, 29-30.

CACHINHO, Herculano. «Pedestrianização e renovação urbana», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 57-64.

CAETANO, Lucília. «Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos Urbanos», *Cadernos de Geografia*, nº18, IEG / FLUC, Coimbra, 1999, 15-37.

CALADO, Luís. «Ensaio Sobre a Gestão Integrada do Património», in *Actas do IV Encontro de Municípios com Centro Histórico / Ouro Preto, Brasil*, ANMCH, s.l., 2001, 11-27.

CALDAS, Aníbal (Coord.). *Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da cidade*. CMVNF, Vila Nova de Famalicão, 1999.

CALDAS, Eugénio Castro. «O Gabinete Técnico Local de Beja – Intervenção nos bairros nas Portas de Beja», *Poder Local*, nº73, Março, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 36-41.

CALDEIRA CABRAL, Francisco. «Defense du Paysage», in *Rapports du Colloque Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques*. Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco / MOP, Lisboa, [1968], Rap.6: 1-5.

-. *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, ICN, Lisboa, 1993.

CALVO PALACIOS, José Luís. «Demografía, Urbanismo y Ordenación Territorial», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo /Algarve 99*, CCRAlg, Vilamoura, 1999, 54-82.

CÂMARA, Teresa Bettencourt da. *Óbidos Arquitectura e Urbanismo Séculos XVI e XVII*, Colecção «Estudos Gerais / Série Universitária», Câmara Municipal de Óbidos / INCM, Lisboa, 1990.

CAMILLERI, Carmel (Coord.). *Différence et Cultures en Europe*, Les Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg, 1995.

CAMPESINO FERNANDEZ, António-José. «Gestión del Planeamiento Especial en Centros Históricos», *Cadernos de Geografía*, nº17, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998, 223-226.

CAMPOS, Fernando Schiappa. «Reabilitação de um quarteirão antigo em Alfama», in *Actas do 2º ENCORE, 27 Junho / 1 Julho 1994*, LNEC, Lisboa, 1994, 587-598.

CAMPOS, João. «L'Authenticité et la sauvegarde du patrimoine dans les changements en cours à notre époque», in *Actas da 11ª Assembleia Geral e Symposium Internacional « Le Patrimoine et les Changements Sociaux »*, 5-9 Outubro, ICOMOS, Sófia / Bulgária, 1996, 47-50.

CAMPOS, João. *Porto. Património e paradigmas*, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1997.

-. (Coord.). *Porto, Reflectir (sobre) a cidade histórica*, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1999.

-. (Coord.). *Porto, A dimensão intangível na cidade histórica*, Câmara Municipal do Porto, Porto, 2002.

CAMPOS, Vítor. *Estratégias de Intervenção Urbanística num Contexto de Recursos Muito Escassos*, Memória nº 777, LNEC, Lisboa, 1992.

-. *A Concepção e Redacção dos Regulamentos de Urbanismo*, col.«INCGURPLAM», LNEC, Lisboa, 1992.

-. *Orientações Metodológicas para Início da Elaboração de um Plano de Pormenor*, col.«INCGURPLAM», LNEC, Lisboa, 1992.

-. *Bibliografia de Referência para a Elaboração de Regulamentos Municipais no Domínio da Urbanização*, col.«INCGURPLAM», LNEC, Lisboa, 1992.

CARALPS RIERA, Pedro. «Engarce entre Planeamiento Regional e Sostenibilidad», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo /Algarve 99*, CCRAlg, Vilamoura, 1999, 48-51.

CARDOSO, Abílio. *O Planeamento Municipal e a Habitação*, Escher, Lisboa, 1991.

CARDOSO, António M.. «Premissas para a Salvaguarda e Revitalização do Património Histórico-Urbanístico em Portugal». Actas do Congresso Internacional para a Investigação e defesa do património, Alcobça 78 (documentos policopiados). ADVPCRA, Alcobça, 1978, 147-162.

CARIA, Fernando. «Planeamento urbanístico e desenvolvimento local – dinamismos urbanos em Palmela na década de Oitenta». Tese de Doutoramento, FA / UTL, Lisboa, 1993.

CARMONA GALLEGO, José. «Património sin vitrina. Desarrollo participativo y educación permanente en el Parque Miraflores, in Cuadernos VII, *Difusión del Patrimonio Histórico*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Sevilla, 1996, 210-229.

CARREIRO, Manuel. *Os Municípios e o Ordenamento Urbanístico*, s.e., Lisboa, 1959.

CARTER, Harold. *Study of Urban Geography*, Edward Arnold, London, 1979.

CARVALHO, António Rafael e José Carvalho. «Reabilitação do Núcleo Histórico de Palmela. Trabalho Interdisciplinar entre a Arqueologia e a Arquitectura», in Actas das IV Jornadas Arqueológicas – Investigação e Defesa do Património / Lisboa 1990, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, 37-40.

CARVALHO, Henrique. «Discurso de Abertura da 3ª sessão», in *Actas do III Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*, Viana do Castelo, A.N.M.C.H., 1995-96, 191-194.

CARVALHO, Jorge. «Política de Solos (Município de Évora)», in *Actas do Seminário sobre Normas Urbanísticas / Execução de Planos Municipais (Évora 1980)*, GIPRE / MOP, Lisboa, 1980, 17-20.

–. «Do conceito de planeamento à gestão urbanística – Évora como referência», *Sociedade e Território*, nº 4, Afrontamento, Porto, 1986, 72-82.

–. *Évora Administração urbanística*, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1990.

CARVALHO, José Silva. «Madragoa: história e estrutura urbana», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico*, Santarém, 6-8 Nov. 1992, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 100-102.

–. «O tecido pré-pombalino da Madragoa como património urbano a reabilitar», in *Actas do 2º ENCORE*, 27 Junho / 1 Julho 94, LNEC, Lisboa, 1994, 563-568.

CARVALHO, Mª Manuela. *INURBE, Reabilitação urbana e áreas degradadas*, CCRN, Porto, 1996.

CARVALHO, Paulo. *A vila da Lousã. Contributo para um estudo de Geografia Urbana*, Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 1999.

CASTELLO BRANCO, Fernando N. B.. «Recuperação de áreas degradadas em centros urbanos: a urgência de um critério de intervenção», *Sociedade e Território*, nº 4, Afrontamento, Porto, 1986, 126-130.

CASTILLO, M. Á. (Ed.). *Centros Históricos y Conservación del Patrimonio*, col.«Debates sobre Arte», Fundación Argentina – Visor Dis., Madrid, 1998.

CASTILLO RUIZ, José. «La integración espacial del patrimonio inmueble: las zonas arqueológicas», *Mérida Ciudad y Patrimonio Revista de Arqueología, Arte y Urbanismo*, nº3, CCMHAAM, Mérida, 1999, 57-65.

CASTRO, Alexandra. «Espaços públicos, coexistência social e civilidade (Contributos para um reflexão sobre os espaços públicos urbanos)», *CIDADES Comunidades e Territórios*, nº5, Dezembro, CET/ ISCTE, Lisboa, 2002, 53-67.

CASTRO, Maria Eduarda / CRUARB. «A recuperação urbana da área Ribeira / Barredo», *Poder Local*, nº108, Setembro, Editorial Caminho, Lisboa, 1991, 35-46.

CASTRO, Maria José Abrunhosa de. «Autarquias na Defesa do Património», *Cadernos Municipais*, Ano 6º, nº 34 Outubro 85, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 12-13.

CAVACO, Carminda e António Sampaio Ramos (Dir.). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais / DGDR, Lisboa, 1994.

CAVACO, Hugo. *Vila Real de Santo António, Reflexos do Passado em Retratos do Presente (Contributos para o estudo da História Vila-realense)*, CMVRS, Vila Real de Santo António, 1997.

CCRA. «A Informação de Base Local para o Planeamento Regional e Urbano». Relatório. s.e., Porto, 1981.

CCRLVT. *Cine-teatros. Reabilitar. Valorizar*. CCRLVT, Lisboa, 2002.

CCTA. «História /A18: O urbanismo. A civilização das cidades». Textos de apoio do Curso Complementar, MEIC, Lisboa, 1974-75.

CEIA, Carlos. *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

CEP. «Estudos Urbanos e Regionais, Desequilíbrios regionais». *Cadernos nº13 (Dezembro)*. CEP, s.l., 1977.

CHADWICK, G. F.. *Una Vision Sistemática del Planeamiento*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1973.

CHERMAYEFF, Serge e Christopher Alexander. *Comunidad y Privacidad, Hacia una Nueva Arquitectura Humanista*, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1970.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*, Col. «Arte & Comunicação», Edições 70, Lisboa, 2000.

-. e P. Merlin. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, PUF, Paris, 2000.

-. *L'urbanisme, Utopies et Réalités, Une Anthologie*, Éditions du Seuil, Paris, 2001.

CHRISTINE GROS, Marielle. «Pequena» história do Alojamento Social em Portugal», *Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Porto, 1994, 80-90.

CHUECA GOITIA, Fernando. *Breve História do Urbanismo*, col.«Dimensões», Editorial Presença, Lisboa, 1982.

CLARO, João Martins. «Loteamento urbano e as zonas de protecção de imóveis classificados», *Revista de Administração Local*, nº 158, Março/Abril, 1997, 129-162.

CLAVERIA, Luis-Erik, Jaime Lafuente Niño e Juan Mantilla Gutiérrez. «San Ildefonso / La Granja: Política de Rehabilitación en un Casco Histórico y Adecuación de Usos», in *Intervención en Centros Históricos / Textos del Curso de la Universidad Castilla-La Mancha 1988*, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla – La Mancha, s.l., 1991, 31-43.

CLUSA ORIACH, Joaquín. «El sector terciario en los centros históricos, Algunas notas sobre descentralización terciaria», *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, nº3/78, INAP / MAP, Madrid, 1978, 21-32.

COELHO, Carlos Dias. «A Sedimentação e o Vestígio: a Integração das Pré-Existências Arqueológicas na Cidade e no Planeamento Urbano», *GEHA*, Ano 2, nºs 2-3, Grupo de Estudos de História da Arquitectura / FA / UTL, Lisboa 1999, 121-131.

COELHO, Margarida. «Programas de reabilitação urbana», in *Actas do 1º Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação*, LNEC, Lisboa, 1985.

COELHO, Teresa Campos. «Gabinete Local da Mouraria, Gestão patrimonial no âmbito da reabilitação urbana», *Patrimónia*, nº6, Jan/Abril, 2001, 27-35.

CÓIAS E SILVA, Vítor. «Salvaguarda da Baixa Pombalina: reabilitação estrutural usando poucos métodos pouco intrusivos», *Pedra & Cal*, Ano III, nº11, Jul/Ago/Set 2001, 16-19.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1990.

COMISSÃO DE GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS. «Um olhar sobre o QCA II, Encerramento do Período de Programação 1994-1999». Relatório. CGFC, Lisboa, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO. *O que é: a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, CNUNESCO, Lisboa, 1992.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS. «Nova Carta de Atenas», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo Algarve 99*, CCRAlg, Vilamoura, 1999, 1-17.

CORREA, Charles. «Habitat: conceitos e Estratégias, entrevista com C.C, conduzida por Rui Barreiros Duarte», *Arquitectura e Vida*, nº17, Junho, 2001, 28-33.

CORRÊA, Fernando Calapez. «Preservação dos Centros Históricos: uma tarefa que se impõe», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 46-51.

CORRÊA, M. Norberto. «Ordenamento, desordenamento – quem és tu?», *Urbanismo*, nº12, Ano 4, Outono, AUP, Lisboa, 2002, 4-6.

CORREIA, Fernando Alves. *As grandes linhas da recente reforma*, Livraria Almedina, Coimbra, 1993.

-. *Direito do Urbanismo*, Livraria Almedina, Coimbra, 1998.

CORREIA, Joana Gomes. «Centros Históricos com gente dentro», *Diário do Alentejo* (30-10-1998). CORREIA, José Eduardo Horta. «Urbanismo da Época Barroca em Portugal», in *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Actas do Congresso Internacional)*, CNCDP, Lisboa, 1999, 143-154.

- CORREIA, José Manuel dos Reis. «Mutações Urbanas e Territoriais: Utopias e Práticas. Contribuições para um entendimento do referencial português». Tese de Mestrado. UTL, Lisboa, 1999.
- CORTE-REAL, João Afonso. *Conceitos fundamentais de urbanismo e habitação*, Edição de Autor, Lisboa, 1973.
- COSTA, Alexandre Alves e Manuel Correia Fernandes. «Património, renovação e desenvolvimento», *Sociedade e Património*, nº 2, Afrontamento, Porto, 1985, 68-75.
- COSTA, Ana. «Herdeiros dos Mestres Construtores», *Ingenium* (2ª série), nº 28, Agosto, 1988, 22-24.
- COSTA, António Firmino da, e Manuel João Ribeiro. «Construção social de um objecto de reabilitação, Notas sobre o caso de Alfama», *Sociedade e Património*, nº 10/11, Ano 4, Dezembro, Afrontamento, Porto, 1989, 85-95.
- COSTA, Célio. «Plano de reabilitação e Revitalização do Centro Histórico de Caminha / Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha – um Instrumento para a Gestão do Centro Histórico de Caminha», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 205-232.
- COSTA, Isabel Pereira da. *Auxílios financeiros às Autarquias Locais no âmbito da renovação urbana*, DGOT, Lisboa, 1991.
- COSTA, João Pedro Teixeira Abreu e Carlos Dias Coelho. «O Planeamento Regional e os Planos e Projectos Especiais», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo /Algarve 99*, CCRAIg, Vilamoura, 1999, 132-135.
- COSTA, Vasco. «A DGEMN e o Património Arquitectónico», in *Actas do IV Encontro de Municípios com Centro Histórico / Ouro Preto, Brasil*, ANMCH, s.l., 2001, 33-36.
- COSTA, Vítor. «Núcleos urbanos com interesse patrimonial, histórico e cultural. Enquadramento legal das operações de recuperação», *Poder Local*, nº75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 48-52.
- COSTA LOBO, Manuel Leal da. «Rumos do Planeamento Urbanístico Regional», *Urbanização*, vol.I, nº1, AAP, Lisboa, 1966, 5-19.
- . «Ainda os Planos Directores Municipais, a legislação e a necessidade de profissionalismo. É tempo de ir acabando com amadorismos nestas matérias!», *Sociedade e Território*, nº 5, Afrontamento, Porto, 1986, 67-69.
- . «Porquê e Como Conservar as Cidades – o Motivo e o Processo: o Caso da Região Centro», in *Textos da CESUR*, Centro de Sistemas Urbanos e Regionais da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.
- . «Conceitos, Definições e Terminologia», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo Algarve 99*, CCRAIg, Vilamoura, 1999, 152-166.
- . «Planeamento Regional», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo Algarve 99*, CCRAIg, Vilamoura, 1999, 168-183.
- COSTA PARDAL, Sidónio. «Do Jardim à Paisagem», in *Povos e Culturas*, nº2 “A Cidade em Portugal: Onde se Vive”, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 445-463.

COTTINELLI TELMO, José Ângelo. «Aspectos morais e materiais do exercício da profissão de Arquitecto», in *Actas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1940, 111-118.

COUTO, Armanda Bastos. «Impacto Ambiental dos Estaleiros de Construção em Centros Históricos Urbanos». Tese de Mestrado. Universidade do Minho / Engenharia Civil, 2001.

COVAS, António. «Integração Europeia e Regionalização Administrativa», *Revista de Administração Local*, nº 164, Março / Abril, 1998, 155-159.

CRUARB. *O Centro Histórico do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1992.

-. «Recuperação do Centro Histórico do Porto: obras a decorrer a bom ritmo», *Pedra & Cal*, Ano I, nº0, Out/Nov/Dez, 1998, 19-22.

CRUZ, Glenda Pereira da. «Rural & Urbano. Espaços de Expansão Medieval: Origem da Organização Espacial Ibero-Americana?», in *Universo Urbanístico Português 1415-1822 (Actas do Colóquio Internacional)*, CNCDP, Lisboa, 1999, 155-204.

CRUZ, Manuel Pinto da. «PDM's e Desenvolvimento Urbano», in *Ciclo de Colóquios "A Política Urbana e o Ordenamento do Território"*, MPAT, Lisboa, 1995, 235-254.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*, Edições 70, Lisboa, 1990.

CUNHA LEAL, António J.. «Génese e consolidação urbanística do Centro Histórico de Viana do Castelo», in *Actas do III Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*, Viana do Castelo, A.N.M.C.H., 1995-96, 47-59.

CUSTÓDIO, Jorge. «O património monumental de Santarém. Fases da sua destruição». *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e defesa do património*, Alcobaça 78. ADVPCRA, Alcobaça, 1978, pp. 208-224.

-. «Santarém, Espírito do Lugar», in *Actas do III Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*, Viana do Castelo, A.N.M.C.H., 1995-96, 133-154.

-. «O património industrial, os limites do centro histórico e a cidade de amanhã», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico*, Santarém, 6-8 Nov. 1992, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 41-42.

DAL CIN, Adriana – «El Turismo en los Centros Históricos», in *I Congreso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 251-255.

DAVILA LINARES, Juan Manuel. «La recuperacion integrada de centros históricos. Elementos de cualificación especial en las políticas de desarrollo regional. El caso de Alcoy», *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, nº98 - Invierno/93, MOPTMA, Madrid, 1993, 597-623.

DAVIS, Kingsley. *The Origin and Growth of Urbanization in the World*, The Macmillan, New York, 1973.

DELLE DONNE, Marcela. *Teorias sobre a Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1983.

DGDR. *Portugal / Programa Operacional ambiente e revitalização urbana, ambiente, renovação urbana*, DGDR, Lisboa, 1994.

DGOT. *Intervenção dos Gabinetes Técnicos Locais em Áreas Urbanas Degradadas*, DGOT, 1989.

DGOTDU. *Sistema Urbano Nacional, Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, 3 vols, col.«Estudos», DGOTDU, Lisboa, 1998.

DIAS, Ana Paula. «Ribeiro Telles em nome da vida», *Arquitectura e Construção*, nº22, Julho / Agosto, Casa Cláudia, Lisboa, 2003, 102-110.

DIAS, Francisco da Silva. «Raízes e Perspectivas do Urbanismo Meridional Português». Tese de Doutoramento. FA / UTL, Lisboa, 2000.

DIAS, Gabriel Palma. «Património a classificar: a colina de Sant'Ana em Lisboa», in *Actas do 2º ENCORE, 27 Junho / 1 Julho 94*, LNEC, Lisboa, 1994, 487-496.

DIAS, Mendonça. «Reabilitação urbana dos pátios e vilas da cidade de Lisboa», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 99.

DINKEL, René. *Encyclopédie du Patrimoine*, Les Encyclopédies du Patrimoine, Paris, 1997.

DUARTE, Rui Manuel dos Santos. «As Marcas do Passado no Actual Espaço Urbano – a Cidade de Castelo Branco sob uma perspectiva geográfica». Tese de Mestrado. Instituto de Estudos Geográficos / UC, Coimbra, 1996.

DUSHKINA, Natalya. «The Fate of Historic Cities in the Context of the Athens Charter», in *Ciudades Históricas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 201-208.

DURÃO, Luís António Guizado de Gouveia. «Angra do Heroísmo: da catástrofe ao Património Mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural», *Sociedade e Território*, nº 2, Afrontamento, Porto, 1985, 39-48.

ELOY, Cecília. «Reabilitação de um bairro histórico: a Mouraria», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 92*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 96-97.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge. «Património políticas e práticas culturais. Uma abordagem comunicacional». Tese de Doutoramento, Departamento de História, Universidade de Évora, s.d.

ESTEVE SECALL, Rafael. «Una aproximación al problema de la conservación de las zonas historico-artísticas (ZHA)», *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, nº1/78, INAP / MAP, Madrid, 1978, 67-73.

ESTEVES, Vasconcelos. «Reabilitação urbana em Lisboa», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 92*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 89-91.

FABIÃO, Carlos. «Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa», *Penélope*, nº 13, Cooperativa Penélope, Lisboa, 1994, 147-148.

FADIGAS, Leonel. «Salvaguarda e integração dos centros históricos. Uma proposta para Santarém», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 1992*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992, 140-144.

FALCÃO E CUNHA, Pedro. «Anteplano de Urbanização de Mértola». Projecto. Câmara Municipal de Mértola, 1958.

FEILDEN, Bernard M. e Jukka Jokilhetto. *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*, Rome, ICCROM, 1993.

FERNANDES, Abílio Dias. «O planeamento integrado a longo prazo: uma perspectiva conceptual e estratégica para as cidades históricas», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 36-40.

FERNANDES, Carlos Lourenço. «O Plano Director Municipal: a Questão do Programa Preliminar (I)», *Cadernos Municipais*, Ano 5º, n.º 29 Novembro 84, Fundação Antero de Quental, Algés, 1985, 19-23.

FERNANDES, Carlos Lourenço. «O Plano Director Municipal: a Questão do Programa Preliminar (II)», *Cadernos Municipais*, Ano 6º, n.º 33 Agosto 85, Fundação Antero de Quental, Algés, 1985, 25-29.

FERNANDES, Carlos Lourenço. «Plano Director Municipal: para além de um exercício académico, notas soltas», *Cadernos Municipais*, Ano 7º, n.º 37 Novembro /86, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 30-35.

FERNANDES, Eduardo J. D. e Herculano A. P. Cachinho. «Crescimento e Estrutura Urbana de Tavira», *Estudos de Geografia Humana e Regional*, n.º 12, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, INIC, Lisboa, 1985.

FERNANDES, Gomes. *Reabilitação dos Centros Históricos, o exemplo da cidade do Porto*, (Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1983), Sociedade de Geografia, Lisboa, 1984.

FERNANDES, Gomes. «A Reabilitação dos Centros Históricos e a Política de Habitação dos Municípios», *Cadernos Municipais*, Ano 7º, n.º 35 Dez.85/ Jan.86, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 27-28.

FERNANDES, Inácio Peres. «Da necessidade de especialização do Arquitecto», in *Actas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1940, 151-155.

FERNANDES, Inácio Peres. «Relatório das Teses apresentadas ao Tema I: A arquitectura no plano nacional», in *Actas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1940, 180-186.

FERNANDES, João Pedro Matos. «Reabilitação urbana. Experiências recentes do Programa Polis», *CIDADES Comunidades e Territórios*, nº5, Dezembro, CET/ ISCTE, Lisboa, 2002, 69-79.

FERNANDES, José Manuel. «O Lugar da Cidade Portuguesa», *Povos e Culturas*, nº2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 79-112.

FERNANDEZ, Rufina e Javier Grondona. «El planeamiento y la protección del patrimonio: criterios generales sobre la intervención en la ciudad histórica y metodología. El caso del plan especial de protección del conjunto de Mérida», *Mérida Ciudad y Património. Revista de Arqueología, Arte y Urbanismo*, nº3, CCMHAAM, Mérida, 1999, 69-83.

FERNANDEZ, Sérgio. «Percurso da Arquitectura Portuguesa 1930 / 1974». Tese de Agregação, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Porto, 1988.

FERRÃO, Bernardo. «Tratadística, Ensino e Arquitectura em Portugal (1500-1800)», *Revista Arquitectos*, nº 2, Maio-Junho, AAP, Lisboa, 1989, 4-21.

FERRÃO, João. «Plano Director Municipal de Lisboa – contornos e condicionantes de uma filosofia inovadora de gestão e planeamento em grandes cidades», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº15, CIES, 1993, 9-20.

FERRARI, Celson. *Curso de Planeamento Municipal integrado – Urbanismo*, col.«Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitectura e Urbanismo», Livraria Pioneira Editora, S. Paulo, 1977.

FERREIRA, Ana Margarida Serra. «Porquê conservar o património cultural? Um percurso pelas relações entre memória, identidade e desenvolvimento», in *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias* (Tondela, 29-31 Outubro 1993), CM Tondela, Tondela, 1999, 83-87.

FERREIRA, Carlos Antero. «Reflexões sobre Património Cultural Arquitectónico Ciência e Inovação Tecnológica», *ESBAL / Departamento de Arquitectura*, Lisboa, 1983.

FERREIRA, Isabel Feijão. «Os Centros Históricos e o Planeamento Urbano Interactivo. Uma Abordagem no Contexto dos Programas de Financiamento», in *Actas do IV Encontro de Municípios com Centro Histórico / Ouro Preto, Brasil*, ANMCH, s.l., 2001, 67-78.

FERREIRA, Jorge A. B.. *Colectânea de Legislação Urbanística, Tomo IV: Património Natural e Cultural*, CCRA, Faro, 1985.

FERREIRA, José Maria Cabral. «Do planeamento da Cultura à cultura do Planeamento», *Sociedade e Território*, n.º 4, Afrontamento, Porto, 1986, 18-27.

FERREIRA, José Maria Cabral. «Algumas notas sobre o pelouro da cultura nas Autarquias Municipais da região do Norte», in *Actas do Encontro "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local"*, 1-3 de Abril, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, 633-636.

FERREIRA, Victor Matias. «Ambiente, Património e espaço Público – novas interrogações sobre cidadania urbana», in *Actas dos VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais (3 a 15 de Julho de 2000)*, Vol. 2, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2001, 101-126.

FERREIRA, Victor Matias *et alia*. «Morfologias urbanas e espaços públicos na metrópole de Lisboa», *CIDADES Comunidades e Territórios*, n.º5, Dezembro, CET/ ISCTE, Lisboa, 2002, 81-97.

FIGUEIRAS, Rui. *Vila Pombalina Vila Real de Santo António*, Câmara Municipal, Vila Real de Santo António, 1999.

FIGUEIREDO, Carlos. «Estudos de desenvolvimento económico para os PDM's. Metodologia», *Cadernos Municipais*, Ano 8, n.º 45 Jan.88, Fundação Antero de Quental, Algés, 1988, 18-32.

FIGUEIREDO, Ricardo. «Atenção ao Centro Histórico!», *Poder Local*, n.º108, Setembro, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, 29-34.

FLAD. «Preservação de Zonas Históricas». Projecto. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 1991.

FLOGNFELDT, Thor. «Cultural Attractions along the tourism routes», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 237-249.

FLORES, Joaquim António de Moura. «Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal». Tese de Mestrado, FA / UTL, Lisboa, 1998.

- FONSECA, Pedro Protes da. «Governo "trava" código de urbanismo», *Arquitectura e Vida*, n.º34, Janeiro 2003, 18.
- FORN, Manuel de. «Clarusculos de los Planes estratégicos», *Sociedade & Território*, nº 33, 2002.
- FORTUNA, Carlos. «Cidades e Património: uma perspectiva sociológica», in *Actas do Encontro Património Cultural em Análise*, GAAC, Coimbra, 1998, 13-20.
- FRANÇA, José-Augusto. «La Ville et ses "Images". Principes de Sauvegarde de ses Valeurs», in *Rapports du Colloque Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques*. Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco / MOP, Lisboa, [1968], Rap.1: 1-3.
- FRANCO, Vasco. «Reabilitação urbana na cidade de Lisboa: a década de 1990», *Cadernos Municipais – Dossier Grande Lisboa*, Fundação Antero de Quental, Algés, 1988, 7-11.
- FREITAS, Maria João e João Branco Pedro - «Regeneração Urbana e Qualidade Residencial», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 1059-1067.
- FREITAS, Maribela. «Viver na Baixa pombalina. Recuperar casas antigas», *Expresso* (27-12-2003).
- GAMA, António. «Geografia e Civilização. A propósito da teoria geográfica na obra de Orlando Ribeiro», *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano* (nº.18 - Homenagem a Orlando Ribeiro), CEG / UL – INIC, Lisboa, 1981, 34-50.
- GARCIA, João Carlos. «As cidades na obra de Orlando Ribeiro», *Penélope*, n.º 7, Edições Cosmos, Lisboa, 1992, 7-25.
- GARCIA, Sara Sucena. «O Desenvolvimento Urbano e o Processo de Planeamento em Vila do Conde». Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura / Universidade do Porto, Porto, 1998.
- GARCIA-BELLIDO, Javier. «Sobre la Naturaleza de la Intervencion Municipal en los Centros Historicos», in *Intervencion en Centros Historicos /Textos del Curso de la Universidad Castilla- La Mancha 1988*, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla – La Mancha, 1991, 91-104.
- GARCIA-BELLIDO, Javier. «Problemas urbanísticos de la Ley del patrimonio Historico Español: un reto para el urgente desarrollo legislativo autonómico», *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, nº78 - 4/88, INAP / MAP, Madrid, 1988, 3-22.
- GARCIA HEREDIA, A.. «Experiencia de Gestion en el Centro Histórico de Valencia», in *I Congreso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 233-250.
- GASPAR, Jorge. «Do Pelourinho ao Centro Comercial», *Povos e Culturas*, n.º2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 243-259.
- *As Regiões Portuguesas*, MPAT, Lisboa, 1993.
- . (Coord.) «Avaliação Ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93». Documento de Trabalho: DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SANTARÉM. Observatório do QCA – CEDRU, Lisboa, s.d..

-. (Coord.) «Avaliação Ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93». Documento de Trabalho (referente às localidades de Ponte do Lima, Chaves, Idanha-a-Nova, Leiria, Santarém, Beja, Lagos). Observatório do QCA – CEDRU, Lisboa, s.d..

-. (Coord.). «Avaliação Ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93». Documento de Trabalho: DESENVOLVIMENTO REGIONAL: BEJA. Observatório do QCA – CEDRU, Lisboa, s.d..

-. (Coord.). «Avaliação Ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93». Documento de Trabalho: DESENVOLVIMENTO REGIONAL: IDANHA-A-NOVA. Observatório do QCA – CEDRU, Lisboa, s.d..

-. (Coord.). «Avaliação Ex-post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93». Documento de Trabalho: DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CHAVES. Observatório do QCA – CEDRU, Lisboa, s.d..

-. e João Ferrão. «As Cidades Portuguesas e a Geografia Urbana na Universidade de Lisboa», *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, nº.14, CEG / UL – INIC, Lisboa, 1980, 14-42.

GAVIRA, Cármen. «Sobre el proceso de renovación urbana. Les Halles. Paris», *Ciudad y Territorio*, CEU – Centro de Estudios Urbanos, Madrid, 1981, 57-66.

GESTA, Alexandra. «Gabinete Técnico Local de Guimarães: uma experiência original», *Cadernos Municipais*, Ano 7º, n.º 37 Novembro /86, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 11-18.

-. «Sentimentos Nativos», in *Reabilitação Urbana / Actas do Colóquio – Março 96*, LNEC, Lisboa, 1996, 65-66.

GIOVANNONI, Gustavo. «L'urbanisme face aux villes anciennes», Éditions du Seuil, Paris, 1998.

GODINHO, Rui. «Reabilitação urbana e arquitectónica do "Bairro Alto"», *Poder Local*, n.º75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 69-75.

-. «Um novo conceito de ambiente urbano – reabilitação urbana em Lisboa», *Poder Local*, n.º108, Setembro, Editorial Caminho, Lisboa, 1991, 4-17.

GODINHO, Vitorino Magalhães. «Sobre a Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas», in *Revista de Economia*, Vol. XVI, 2ª série – III Vol., Fasc. III e IV, Editorial Revista de Economia, Lisboa, 1964, 152-141.

GOMES, Manuel Maia. «Centro Histórico de Vila do Conde: política urbana para a sua recuperação e revitalização», *Cadernos Municipais – Dossier Grande Lisboa*, Fundação Antero de Quental, Lisboa, 1988, 39-44 / 65-72.

GOMEZ-FERRER BAYO, Álvaro. «La nueva carta de Atenas 1998. Aplicación de sus diez recomendaciones al caso de las ciudades históricas», *Mérida Ciudad y Patrimonio Revista de Arqueología, Arte y Urbanismo*, n.º3, CCMHAAM, Mérida, 1999, 25-30.

GOMEZ-FERRER BAYO, Alvaro. «La carta de las ciudades históricas. Fundamentos y aplicaciones», in *Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, Porto, CCRN / SPU, 1994, 161-172.

GONÇALVES, António Costa. *O Recreio e Lazer na Reabilitação Urbana. Almada Velha*, col. «Temas de Turismo», Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica / Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Lisboa, 2002.

GONÇALVES, Fernando. *Urbanizar e Construir Para Quem? A Propósito do Plano de Chelas*, Afrontamento, Porto, 1972.

-. *Plano Director do Município. Seu lugar entre os planos de urbanização e os planos de ordenamento do território*, Memória 514, LNEC, Lisboa, 1979.

-. «Apresentação do tema "Normas Urbanísticas"», in *Actas do Seminário sobre Normas Urbanísticas / Critérios Comuns de Planeamento Municipal (Ponta Delgada 1981)*, GIPRE / MOP, Lisboa, 1981, 4-25.

-. *O Lugar do Município num Sistema de Planeamento Descentralizado*, Memória nº 623, LNEC, Lisboa, 1984.

-. «A organização institucional do planeamento urbanístico em Portugal», in *Urbanismo e Poder Local – Jornadas Internacionais*, CEFA, Coimbra, 1989, 115-162.

-. *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851 – 1988)*, col.«INC GURPLAM», LNEC, Lisboa, 1989 (reimpressão 1993).

-. e Margarida Costa Reis. «Reabilitação Urbana e Política Fundiária no Novo Sistema de gestão Territorial», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 985-993.

GONÇALVES, Joaquim José Elias. «O conjunto monumental de Santarém, bases para o seu ordenamento paisagístico». Relatório Final de Curso de Engenheiro Agrónomo e Arquitectura Paisagista. UTL / ISA, Lisboa, 1972.

GONÇALVES, Maria João. «Sacavém: reabilitação de um núcleo antigo na periferia de Lisboa», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 106-111.

GONÇALVES, Rogério e David Sousa Santos. «Entrevista com Vítor Figueiredo», *DA / Documentos de Arquitectura*, nº2 / Verão, ed. local, 1999, 38-61.

GOSSELIN, Didier. «Renovation et Pratiques Urbaines», *Urbanização*, vol. IX, n.º 1, Março, AAP, Lisboa, 1974, 15-27.

GRAÇA, Mário Quartim. «Cultura, Urbanismo, Município: o caso de Lisboa», Separata de *Revista Municipal* 136-137), Lisboa, s.e., 1973.

GRAÇA, Pedro. «Bairro Alto e Bica», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 98.

-. «Municípios em Centros Históricos», *Revista Poder Local*, nº139, Julho / Dezembro, 2001, 32-36.

GRAY, Peter. «Long-term investment strategies of the tourism industry», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 108-110.

GUERRA, Isabel. «As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas», *Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Porto, 1994, 11-16.

GUERREIRO, João Pinto. «Intervenção», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006)*, MEPAT, Aveiro, 1999, 49-56.

- GUERREIRO, José António Lopes. «O Plano de Salvaguarda de Beja», *Poder Local*, nº73, Março, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 26-30.
- GUERREIRO, Luís. «Um estudo sobre políticas culturais municipais». Tese de Mestrado, Universidade do Algarve, 1998.
- GUTTENBERG, Albert Z.. «El Plan Táctico», in WEBBER, M. M. *et alia*. «Indagaciones sobre Estructura Urbana», Editora Gustavo Gili, Barcelona, 1974.
- HANDLIN, Oscar e John Burchard (Edits.). *The Historian and the City*, MIT Press, Cambridge-Mass., 1977.
- HARRIS, Briton (Ed.). «Nuevas Herramientas para Planificar», in *Modelos de Desarrollo Urbano*, Oikostau Ediciones, Barcelona, 1975.
- HENRIQUES, Clara Helena Nunes. «Planeamento e Gestão sustentável nas cidades e seus centros históricos. O caso de Lisboa». Tese de Doutoramento. Universidade do Algarve / Faculdade de Economia, s.l., 2002.
- HENRIQUES, Fernando M. A.. «Algumas reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal», in *Actas do 2º ENCORE*, 27 Junho / 1 Julho 1994, LNEC, Lisboa, 1994, 67-78.
- «A Conservação do Património: teoria e prática», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 7-19.
- HODGSON, John. *Archaeological reconstruction: illustrating the past*, IFA Papers 5, Reading, IFA, s.d..
- HOULET, Jacques. «Vingt and d'Application de la Loi Malraux sur les Secteurs Sauvegardés», in *Ciudades Historicas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 240-265.
- HRUSKA, Emanuel. «Problemes des Sites Historiques et du Paysage dans les Plans Regionaux et Plans d'Aménagement des Villes», in *Rapports du Colloque Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques*. Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco / MOP, Lisboa, [1968], Rap.2: 1-8.
- IAURP. «Industries, Artisanat et Renovation Urbaine», Caderno nº 7 (extracto), *Urbanização*, vol. VII, n.º 1, Março, AAP, Lisboa, 1972, 61-63.
- ICOMOS. *International Charters for Conservation and Restoration, I - Monuments and Sites*, ICOMOS, 2001.
- ICOMOS. *International Cultural Tourism Revised Charter*, ICOMOS, 2001.
- INFANTE, Sérgio. «Patologia e Recuperação dos Espaços Arquitectónicos e Urbanos», *Cadernos Municipais*, Ano 7º, n.º 37 Novembro /86, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 42-44.
- INFANTE, Sérgio. «Conservação e Desenvolvimento», Tema de Doutoramento, FA / UTL, Lisboa, 1992.
- IRIBAS, José Miguel. «Las Claves de la Ordenación Turísticas», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo Algarve 99*, CCRAlg., Vilamoura, 1999, 84-96.

JACINTO, Rui. «As Regiões Portuguesas de Fronteira: Perspectivas de Desenvolvimento e de Cooperação Transfronteiriça», *Cadernos de Geografia*, n.º 14, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995, 37-54.

JACQUES, Paola Berenstein - «Patrimônio cultural urbano: questões Contemporâneas», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 703-710.

JANARRA, Pedro. «A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo. O Caso do Bairro de Alvalade de Lisboa – entre o Projecto e o Concretizado», in *Reabilitação Urbana / Colóquio – Março 96*, LNEC, Lisboa, 1996, 67-69.

JEDLICKA, Vaclav. «Tourism and small historical cities of Central Europe», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 202-204.

JORGE, Vítor Oliveira. «A melhor forma de defender o património é estudá-lo», *Revista de Arqueologia*, n.º2, Dezembro, 1980.

KESSINGER, Tom G.. «Partnerships, strategies and programmes for the stimulation of tourism», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 105-107.

KROES, Hans. «Conclusões» in *Seminário Internacional "Renovação Urbana na Europa – novas tendências, novas iniciativas"*, FA / UTL, Lisboa, 1988, 198-203.

KRUGER, Mário Júlio Teixeira. «Reabilitando o Conceito de Reabilitação em Centros Históricos», *Vértice*, n.º 89 (Março / Abril), Vértice Empresa Jornalística, Coimbra, 1999, 105-127.

LACAZE, Jean-Paul. *Os Métodos do Urbanismo*, Col. Ofício de Arte e Forma, Papyrus, Campinas S.P., 1993.

-. *A Cidade e o Urbanismo*, Col. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, Instituto Piaget, Lisboa, 1999.

LAGINHA, Manuel. «Renovação urbana», in *Colóquio sobre Urbanismo*, Ministério das Obras Públicas, D.G. dos Serviços de Urbanização, Lisboa, Março, 1961.

LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. *Metodologia do Trabalho Científico*, Editora Atlas S.A., São Paulo, 1992.

LAMAS, José Ressano Garcia. «Os Planos de urbanização em Tavira. 10 anos de trabalho do atelier "Carlos Duarte, José Lamas"», *Sociedade e Território*, n.º 13, Ano 5, Junho, Afrontamento, Porto, 1991, 61-71.

-. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, Lisboa, 1993.

-. «Redescobrir o espaço urbano, entrevista conduzida por Fernando Melo», *Ingenium*, 2ª série, n.º 28, Agosto, 1998, 14-16.

-. «As regras do Jogo, entrevista conduzida por Rui Barreiras Duarte», *Revista Arquitectura e Vida*, nº29, Julho / Agosto, 2002, 28-35.

LAMBERINI, Daniela. «Restauro arquitectónico e Pesquisa histórica», in *Arquitectura e Engenharia Civil: qualificação para a reabilitação e a conservação*, GECORPA, Lisboa, 2000, 67-75.

- LAMEIRA, Francisco. *Faro. A arte na história da cidade*, Câmara Municipal de Faro / GGRP, Faro, 1999.
- LAPIDUS, Luís. «Crear Aptitudes y Actitudes ante el Patrimonio», in *Ciudades Historicas – Revista Científica* 2, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 338-351.
- LATHROP, George T. e John R. Hamburg. «Un Modelo de Oportunidad-Accesibilidad para Distribución del Crecimiento Regional», in *Modelos de Desarrollo Urbano*, Oikos-tau Ediciones, Barcelona, 1975.
- LÁZARO ARAUJO, Laureano. «Viejos y nuevos paradigmas, desarrollo regional y desarrollo local», *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, XXXI (122), Ministerio de Fomento, Madrid, 1999, 685-706.
- LE CORBUSIER. *Princípios de urbanismo* (3ª edição), Ariel, Barcelona, 1975.
- LEE, Colin. *Models in Planning*, Urban and regional Planning Series, vol. IV, Pergamon Press, Oxford, s.d..
- LEMA, Paula Bordalo. «A cidade revisitada. Espaço, Forma e Função; Paisagem e Imagem; Inovação, Modernidade, Pós-Modernidade?», *Cadernos de Geografia*, nº 16, IGE / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997, 91-100.
- LEMOS, Elmer Duarte. «A Arquitectura Tradicional nas Áreas Protegidas – Tecnologia e Qualidade Ambiental para uma Conservação Integrada». Tese de Mestrado, FA / UTL, Lisboa, 1996.
- LEMOS, Francisco Sande e Manuela Martins. «A arqueologia urbana em Portugal», *Penélope*, n.º7, Edições Cosmos, Lisboa, 1992, 93-103.
- LISBOA, Eugénio. «Diplomas Internacionais aplicáveis em matéria de preservação, conservação e salvaguarda do património cultural», in *Comunicações do 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico, ARKHEOS Perspectivas em diálogo*, nº1, CEIPHAR, Tomar, 1997.
- LIXA, Florinda Rosa Pisco. «Intervenção no Núcleo Antigo de Odivelas no Âmbito do Programa URBAN – Acção Píloto, Largo D. Diniz», in *Reabilitação Urbana / Colóquio – Março 96*, LNEC, Lisboa, 1996, 53-63.
- LOBATO, Luis Guimarães. *Os Municípios e o Ordenamento Urbanístico*, s.e., Lisboa, 1959.
- LOBO, Margarida Sousa. «Duas décadas de Planos de urbanização em Portugal (1934 – 1954)». Tese de Mestrado, UTL, Lisboa, 1993 (posteriormente editado sob o título 'Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco', Porto, FAUP, 1995).
- . «A requalificação e a humanização dos espaços urbanos», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006)*, MEPAT, Aveiro, 1999, 113-118.
- LOPES, Bárbara. «Homens e Pedras, A identidade a reencontrar», in *Expo Reabilitação Urbana Núcleos Históricos* (catálogo), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1993, 43-50.
- LOPES, Filipe Mário. «Reabilitação urbana em Lisboa: Instrumentos e meios», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém 6-8 Nov. 1992*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992, 92-95.
- . «Intervenção no Colóquio sobre Ordenamento do Território e Urbanismo, promovido na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP», *Poder Local*, n.º133, Maio/Dezembro, 1998, 41-42.

-. «Reabilitação das velhas centralidades: vida nova para as cidades velhas», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana* (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006), MEPAT, Aveiro, 1999, 108-112.

LOPES, Hugo Soares. «Aguiar da Beira, uma estratégia de intervenção global no centro histórico», *Centros Históricos*, Ano I, 2ª série, Jan/Mar 2000, 33-34.

LOPES, Lídio. «Plano de Emergência em Municípios com Centro Histórico», in *Actas do IV Encontro de Municípios com Centro Histórico / Ouro Preto, Brasil*, ANMCH, s.l., 2001, 83-91.

LOPES, Virgílio. *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 2004.

LÓPEZ JAÉN, Juan. «Sobre los conjuntos históricos españoles», *Ciudad y Territorio*, nº85 - Verano/89, MAP /INAP, Madrid, 1989, 325-334.

LOURENÇO, Nelson; Maria do Rosário Jorge e Carlos Russo Machado. *A Qualificação dos Recursos Humanos e o Desenvolvimento de Zonas Periféricas*, Barcarena, Universidade Atlântica, 2000.

LOZA, Rui. «O centro histórico do Porto, entre passado e presente», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 129-134.

-. «A Recuperação do Bairro da Sé, no Centro Histórico do Porto», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 173-198.

-. «Raízes eruditas e vernaculares na arquitectura de reabilitação urbana no Porto, in *Seminário Novas tecnologias em Centros Históricos*, Montemor-o-Novo, 6-7 Maio, 1999.

LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar. «Merida. Algunas consideraciones sobre la gestion de su patrimonio. El consorcio de la ciudad monumental de Mérida», in *Mérida Ciudad y Patrimonio Revista de Arqueologia, Arte y Urbanismo*, nº3, CCMHAAM, Mérida, 1999, 9-24.

LUGLI, Piero Maria. «Problemes Methodologiques et Operatifs pour la Defense et la Valorisation des Zones Historiques», in *Rapports du Colloque Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques*. Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco / MOP, Lisboa, [1968], Rap.3: 1-8.

LUÍS, José Gomes e Francisco B. S. Pedro. *Regulamento Geral das Edificações Urbanas e Legislação Conexa*, 2ª edição actualizada, Visis Editores, Lisboa, 2000.

LUÍS, Sara Belo. «Lisboa, Tejo e tudo», *Visão* (18-12-2003).

LUXEN, Jean-Louis. «El Patrimonio Cultural, un Recurso Precioso para las Ciudades Históricas». Textos da Conferência. Simpósio El Turismo y las Ciudades Patrimonio de la Humanidad: Desafios y Oportunidades, Évora, 1997.

LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*, Col.«Arquitectura e Urbanismo», Edições 70, Lisboa, 1999.

MACHADO, António Santos e Francisco Manuel Serdoura. «Ordenamento Urbano: Construção de Parâmetros de Qualidade de Vida Urbana na Estrutura de Vazio da Cidade de Lisboa», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo /Algarve 99*, CCRAI, Vilamoura, 1999, 137-144.

- MACHADO, José Luís Pinto. *Planos Regionais e Planeamento Regional*, Junta de Colonização Interna, Porto, 1960.
- MACHADO, José Luís Pinto. *Alguns Problemas do Mundo Rural Português*, Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação / MOP, Lisboa, 1965.
- MAGALHÃES, Andreia Alves de. «Reabilitação Urbana em Lisboa. Uma abordagem ao núcleo antigo da cidade». Tese de Mestrado. UTL, Lisboa, 2000.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo de. «Paisagem Urbana e Interface Urbano / Rural», *Paisagem*, Col.«Estudos 2», DGOTDU, Lisboa, 1997, 97-120.
- MANTAS, Vasco Gil. «As Primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal», in *Povos e Culturas*, nº2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 13-55.
- MARCHAND, Filipe. «Meios financeiros para a recuperação e reabilitação de centros e núcleos históricos», *Poder Local*, n.º75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 40-46.
- MARIANI, Riccardo. *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*, Nobel / Instituto Italiano di Cultura di São Paulo, São Paulo, 1986.
- MARQUES, Ana Isabel Figueira. «Património Cultural e Turismo nos Planos Directores Municipais e nos Planos de Urbanização», Tese de Mestrado. FA / UTL, Lisboa, 2000.
- MARQUES, Hélder e Luís Martins. «Memória, Herança, Património e Paisagem», *Cadernos de Geografia*, n.º 17, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998, 123-129.
- MARQUES, Hélder; José A. Rio Fernandes e Luís Paulo Martins. *Porto, percursos nos espaços e memórias*, Afrontamento, Porto, 1990.
- MARQUES, Teresa Sá. «O sistema urbano como motor do desenvolvimento», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006)*, MEPAT, Aveiro, 1999, 18-35.
- MARTÍN GUGLIELMINO, Marcelo. «reflexiones en torno a la difusión del patrimonio histórico», in Cuadernos VII, *Difusión del Patrimonio Histórico*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Sevilha, 1996, 14-27.
- MARTINS, Ana Margarida. «Museologia activa. Contributos para o seu desenvolvimento», in *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias (Tondela, 29-31 Outubro 93)*, CM Tondela, Tondela, 1999, 63-65.
- MARTINS, Ana Margarida Nunes. «Património e desenvolvimento local, Contributo para um programa de intervenção patrimonial em Penha Garcia (Idanha-a-Nova)», Tese de Mestrado, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.
- MARTINS, Fernando R.. «Antecedentes Históricos do Fraccionamento da Propriedade Rústica», *Geolnova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, nº 0, FCSH, Lisboa, 1999, 146-160.
- MARTINS, Francisco M. Guerreiro. «A problemática do PDM no concelho de Silves», *Poder Local*, nº121, Dezembro/ 92, Editorial Caminho, Lisboa, 1992, 19-29.

- MARTINS, Luís José Oliveira. «A arquitectura de hoje e as suas relações com o urbanismo», in *Actas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1940, 156-173.
- MARTINS, Manuela. «A gestão da arqueologia urbana, Realidades, Problemas e Desafios», in *Comunicações do 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico, ARKHEOS Perspectivas em diálogo, nº1*, CEIPHAR, Tomar, 1997, n.p..
- MARTINS, Patrício. «A problemática da reabilitação urbana do Centro Histórico do Porto», *Urbanismo*, Ano 4, n.º10, Inverno 2003, 28-34.
- MARTINS BARATA. «Património? Cultural?», *Cadernos Municipais*, Ano 3º, nº 10/11 Março 81, Fundação Antero de Quental, Algés, 1981, 80.
- MASSAPINA, Vasco. «Plano de Salvaguarda e recuperação do Centro Histórico de Beja», *Sociedade e Território*, n.º 2, Afrontamento, Porto, 1985, 29-38.
- . «Gabinetes Técnicos Locais. Usar de novo?», in *Sociedade e Território*, nº 14-15, Afrontamento, Porto, 1991, 51-55.
- MATA, Luís António. «A importância da investigação histórica na recuperação dos centros antigos – o caso de Santarém», in *Actas do III Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*, Viana do Castelo, A.N.M.C.H., 1995-96, 111-117.
- MATARASSO, François e Charles Landry. *Balancing Act: 21 strategic dilemmas in cultural policy*, *Cultural Policies Research and Development Unit, Cultura – Policy Note 4*, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 2000.
- MATEUS, Rui. «Recuperação e Conservação em Zonas Históricas. Contribuições Metodológicas para a Investigação Geo-histórica associada ao Planeamento Urbano. Mértola, um caso de estudo, Tese de Mestrado, 2 vols., Universidade de Évora, 1995.
- . «Mértola, Reflection on a cultural development strategy». Relatório final. Diploma Europeu de Gestão de Projectos Culturais, Fondation Marcel Hicter / Bruxelas, 1996 (republicado em português, numa versão aumentada, e centrado na actividade do CAM, in *Mértola, Revista Municipal*, 2º semestre-2000, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, 2000, 14-29.
- . «O Turismo cultural – impactos a nível local. O caso de Mértola», in *Mértola, Revista Municipal*, 1º semestre-2001, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, 2001, 34-42.
- MATTOSO, José. *A Escrita da História*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988.
- MEIRELES, Maria João Lopes Dias Leão de. «A reabilitação como procedimento de desenvolvimento local». Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitectura / Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- MEIRELES, Miguel; Cristina Rocha, Isabel Teixeira, Virgínia Sousa. «Ribeira-Barredo, operação de "renovação urbana"», *Sociedade e Território*, n.º2, Afrontamento, Porto, 1985, 55-67.
- MEISS, Pierre von. «Da ética e do conhecimento, entrevista concedida por Luís Conceição e Rui Barreiros Duarte», *Arquitectura e Vida*, nº42, Outubro 2003, 60-66.
- MENDES, Clara; Deolinda Reis e Emília Arroz. *A Geografia na Formação do Arquitecto*, *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano* 14, CEG / UL – INIC, Lisboa, 1980, 57-62.

- MENDES, Maria Clara. *O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia. Evolução e Tendências*. col.«Universidade Moderna», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.
- MENEZES, Manuel. *As práticas da cidadania num poder local comprometido com a comunidade*, Ed. Quarteto, Coimbra, 2001.
- MENEZES, Marlucci. *Espaço: Cultura e Arquitectura, Dissertação sobre a Perspectiva Interdisciplinar entre Ciências Sociais e Arquitectura*, col.«ITECS», LNEC, Lisboa, 1993.
- . *Ecologia Social e Reabilitação Urbana, Curso de Introdução à Reabilitação Urbana*, col.«ITECS», LNEC, Lisboa, 1994.
- . «Património Cultural: a outra face do património arquitectónico – Estudo de caso: o Bairro da Madragoa», in *Actas do 2º ENCORE, 27 Junho / 1 Julho 94*, LNEC, Lisboa, 1994, 1-10.
- . «Estratégias Sócio-culturais de Dinamização do Espaço Público Urbano», in *Actas do 3º ENCORE, 26-30 Maio 2003*, LNEC, Lisboa, 2003, 775-781.
- . e Martha Lins Tavares – «A Imagem da Cidade como Património Vivo», in *Actas do 3º ENCORE, 26-30 Maio 2003*, LNEC, Lisboa, 2003, 765-774.
- MERCADÉ, Eduardo. «Defensa del patrimonio arquitectónico», in *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e defesa do património, Alcobaça 78*, ADVPCRA, Alcobaça, 1978, pp.186-191.
- MESQUITA, Marieta Dá. «Arquitectura e Renovação. Aspectos do Restauo Arquitectónico em Portugal no Século XIX. Tese de Mestrado. FA / UTL, Lisboa, 1993.
- MESTRE, Joaquim Figueira. «O Centro Histórico de Beja. Alguns problemas relacionados com a sua defesa e animação», *Poder Local*, n.º75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 76-80.
- MINISTRY OF HOUSING AND LOCAL GOVERNMENT. «A Renovação dos Centros Urbanos», *Urbanização*, vol. II, n.º 1, Março, AAP, Lisboa, 1967, 51-77.
- MINOM. Movimento Internacional para a Nova Museologia. Boletim dos Membros Portugueses do Minom nº1, Maio 1989.
- MIRA, Paula Cristina Rodrigues Conceição Conduto Costa. «Contributo para a Conservação do Património Urbano de Moura». Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1999.
- MIRANDA, António e Paula Prudêncio. «O Espaço Público e a Imagem dos Bairros – A Madragoa e o Conde Barão», in *Reabilitação Urbana / Actas do Colóquio – Março 96*, LNEC, Lisboa, 1996, IV 21-27.
- MIRANDA, Herberto Manuel de. *Temas de urbanismo funcional*, Edição do Autor, Lisboa, s.d..
- MONTALVO, António Rebordão. *A evolução da autonomia municipal e o novo estatuto das Autarquias*, *Revista de Administração Local*, n.ºs 75-76 (Março-Abril), A.R. Montalvo, Lisboa, 1984, 265-281.
- MONTEZ, Paulino. *Estudos de urbanismo em Portugal – Preâmbulo da colecção de Planos de Extensão, Regularização e Embelezamento de vilas e cidades*, s.e., Lisboa, 1933.

MORAIS, João Sousa. *Metodologia de Projecto em Arquitectura – Organização Espacial na Costa Vicentina*, col.«Referência», Editorial Estampa, Lisboa, 1995.

MORENO-NAVARRO, Antoni González. *La restauración Objectiva (Método SCCM de Restauración Monumental) – Memoria SPAL 1993 – 1998*, Diputació de Barcelona, Barcelona, 1998.

MORGADO, Sofia e Margarida Louro. «A Globalização da Cidade e o Processo de Concepção Urbana», in *Actas do III Congresso Ibérico de Urbanismo /Algarve 99*, CCRAlg, Vilamoura, 1999, 125-130.

MURGIA, Angêlo. «La Z.P.P.A.U. en region Provence – Alpes – Cote d’Azur de 1983 à 1990: en quoi constitue-t-elle un outil ambigu pour la collectivite locale?». *Memoire d’Etudes Superieures*. Universite de Droit, d’Economie et des Sciences d’Aix-Marseille, 1992.

NAÇÕES UNIDAS. *Habitat II / Conferência sobre Estabelecimentos Humanos / Istambul Junho 1996 (Portugal – Relatório Nacional)*, MEPAT, Lisboa, 1996.

NAVAL MAS, António. «Conservacion y rehabilitacion de conjuntos históricos en los Estados Unidos, in Ciudad y Territorio», *Revista de Ciencia Urbana*, nº78 - 4/88, INAP / MAP, Madrid, 1988, 37-54.

NAVARRO SEGURA, Maria Isabel. «La validez de una politica de defensa de los centros historicos: los aspectos legales y de ordenacion», *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, nº77 - 3/88, INAP / MAP, Madrid, 1988, 51-57.

NETO, Jaime Manuel Rodrigues. «Estratégias de desenvolvimento para cidades pequenas na orla de uma área metropolitana». Tese de Mestrado, IST, Lisboa, 1999.

NETO, Maria João Baptista. «O perpetuar da Memória numa nova Europa – Carta de Cracóvia 2000», *Revista Centros Históricos*, Ano IV, nº 10/11, Jan/Jun 2002, 13.

NETO, Pedro Leão e José F.G. Mendes. «Os sistemas de informação geográfica (SIG) e um projecto piloto para a vila histórica de Almeida», in *Actas do Seminário de Investigação em Engenharia, Arquitectura e Planeamento Urbano*, FCT/UC, Coimbra, 1997, 197-214.

NEVES, Ana Paula. «Gabinetes Técnicos Locais e ordenamento dos centros históricos», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 43-45.

NEVES, Gonçalo José U. C. de Seica. «Metodologias de Diagnóstico na Reabilitação do Património Edificado». Tese de Mestrado. FCT / UC, Coimbra, 1994.

NICOLAU, Paula e Cochado Silva. «Preservar, reabilitar e requalificar o centro histórico de Faro», *Urbanismo*, Ano 4, nº9, Verão 2001, 27-32.

NORAS, José Miguel. «Centros Históricos em Portugal, um dia com dez anos», *Centros Históricos*, Ano I, 2ª série, nº13/14, Julho 2003, 6-7.

NUNES, Mário. *Subsídios para uma reflexão sobre o património cultural*, s.e., Coimbra, 1983.

NUNO, Carlos A. Simões. «Património Cultural e Desenvolvimento Local. O “Projecto de Mértola”». Tese de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, 1992.

OCPM. *Catálogo de Cartas e Outros Guias Turismo e Património*, Tourisme Quebec, Quebec, 1997.

OLIVEIRA, Avelino Mendes. «O Novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Parte II)», *Revista de Administração Local*, nº 183, A.R. Montalvo, Lisboa, 2001, 307-338.

OLIVEIRA, César (Dir.). «História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia», Circulo de Leitores, Lisboa, 1996.

OLIVEIRA, José Ernesto. «Intervenção», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006)*, MEPAT, Aveiro, 1999, 44-49.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de. «A Cidade do Porto como Centro Urbano "Histórico"», *Cadernos de Geografia*, nº 2, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1983, 3-22.

-. «Filosofia e Método de Acção do Gabinete de Planeamento Urbanístico da Cidade do Porto. O Novo Plano Geral de Urbanização», *Cadernos de Geografia*, nº 6, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987, 3-12.

-. «O Património Arquitectónico Urbano à Luz de um Conceito de Cultura Viva e Vivida», *Cadernos de Geografia*, nº 8, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1989, 127-131.

-. «Património ao Serviço do Turismo», *Cadernos de Geografia*, nº 11, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, 87-92.

-. «Estruturas Espaciais Urbanas. Teoria e Aplicação», *Cadernos de Geografia*, nº 15, IEG / FLUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996, 3-9.

-. «Análise Comparativa dos Centros Urbanos de Portugal», *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXVIII, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1980, 8-208.

OLIVEIRA, Luis Valente de. «A Organização do Lazer e o Planeamento das suas Infraestruturas», *Boletim da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*, Secção de Planeamento Urbanístico, n.º 4, Dezembro, Porto, UP, 1972.

-. *Classificação de Sistema de Actividades*, Centro de Estudos de Engenharia Civil, FE / UP, Porto, 1972.

-. «Discurso de Encerramento», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 293-297.

OLLERO, Rodrigo. «Reflexão sobre a Experiência de reabilitação dos Núcleos Históricos na Cidade de Lisboa», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 199-203.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO, *Poder Local* (Número Temático), n.º133 (Maio / Dezembro), Editorial Caminho, Lisboa, 1998.

ORTEGA DELGADO, Margarida. «Los Territorios de Frontera Portugal-España en el Contexto de los Cambios y de la Integración», in *Ciclo de Colóquios "A Política Urbana e o Ordenamento do Território"*, MPAT, Lisboa, 1995, 335-341.

PACHECO, Hélder. *Repensar a ideia de Património*, Cadernos APECV, Coimbra, 1994.

PAGÉS, Michel. *La maîtrise de la croissance urbaine*, col.«(Que sais-je)», PUF, Paris, 1980.

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. «Pretérito Presente, para uma teoria da preservação do património histórico artístico», in *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e defesa do património, Alcobaca 78*, ADVPCRA, Alcobaca, 1978, 105-146.

PAIVA, Maria Gabriela Nunes da Cruz. «Potencialidades das Áreas Históricas – Políticas de Revitalização e de Reintegração». Dissertação de Mestrado. UTL, 2000.

PANIAGUA MAZORRA, Angel e Olga P. Tarancón Rico. «Decadência y recuperacion de áreas centrales urbanas: el caso de Londres», *Ciudad y Territorio*, nº90 - Otoño/91, MAP /INAP, Madrid, 1991, 323-337.

PARDAL, Sidónio. «Contributo para a revisão dos PDM», *Urbanismo*, Ano 3, nº8, Primavera 2001, 11-14.

PARDAL, Sidónio; Paulo V. D. Correia e Manuel Costa Lobo. «Normas Urbanísticas», Vol. II (Desenho urbano, perímetros urbanos, apreciação de planos), UTL, Lisboa, 1991.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*, Coleção Estudos nº4, DGOTDU, Lisboa, 2001.

PASSOS, José Manuel da Silva (Coord.). *Estudos de Integração do Património Histórico-Urbanístico para a Reabilitação Urbana 1 (Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Lagos)*, SEC / SEALOT, Lisboa, 1989.

PATIN, Valéri. «Cultura e Turismo: para uma economia de mercado», *Pedra & Cal*, Ano I, nº3, Jul/Ago/Set 1999, 27-30.

PAULA, Frederico Mendes. «Centro Histórico de Lagos», *Urbanismo*, Ano 4, nº9, Verão 2001, 19-26.

PAULA, Rui. *Lagos, evolução urbana e património*, Câmara Municipal de Lagos, Lagos, 1992.

-. e Frederico Paula. «Faro. Análise da evolução urbana», *Sociedade e Território*, nº13, Ano 5, Junho, Porto, Afrontamento, 1991, pp. 72-90.

-. e Frederico Paula. *Faro, Evolução urbana e Património*, CM Faro, Faro, 1993.

PAULO, Lino. «Para onde vai o POLIS?», *Poder Local* n.º141 (Julho / Dezembro), Editorial Caminho, Lisboa, 2002, 60-64.

PEDRAS, Hernâni José Leal; Manuel Cadafaz de Matos e José Carlos Crespo Reis. «Óbidos, passado e futuro», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 124-128.

PEIX, Maria. «Turismo rural, património, desenvolvimento. Um triângulo possível?», in *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias (Tondela, 29-31 Outubro 93)*, CM Tondela, Tondela, 1999, 89-94.

PEIXOTO, Francisco M. P. D e Lemos. «Forma, Estrutura e Reabilitação do Espaço Urbano Tradicional». Tese de Mestrado, FA / UTL, Lisboa, 1999.

PEREIRA, Arnaldo António; M^a Isabel Soromenho e Pedro Luís G. F. Carrilho. «A reabilitação do Centro Histórico de Paço de Arcos. Algumas Considerações sobre a Intervenção da Câmara Municipal de Oeiras», in *Actas do IV Encontro de Municípios com Centro Histórico / Ouro Preto, Brasil, s.l., ANMCH*, 2001, 93-112.

PEREIRA, M^a da Luz Valente. «Organização e Qualidade do espaço Urbano. Modelo de Análise de Comportamentos Urbanos». Relatório para Especialista, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1971.

-. «O Plano Director Municipal», *Cadernos Municipais*. Ano 3^o, n^o 13, Julho 1981, Fundação Antero de Quental, Algés, 1981, 36-38.

-. «O Planeamento Municipal e as Práticas de Transformação do Território». Excertos de Comunicação apresentada no Colóquio Nacional para a Conservação das Zonas Ribeirinhas /1983, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1983.

-. *A Forma Urbana no Planeamento Físico (Imagem e Conceito de Cidade / Plano de Desenho Urbano / Planeamento Municipal)*, col.«S», LNEC, Lisboa, 1985.

-. *Planeamento Municipal e Exercício da Acção Política Local*, col.«ITE», LNEC, Lisboa, 1986. (também publicado em *Cadernos Municipais*. Destacável 21. Ano 7^o, n^o 36, Maio 1986, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, texto apresentado no Seminário de Gestão Municipal para Eleitos Locais, CEFA, Coimbra, 1986).

-. «Como inventar Hoje a Arquitectura do Futuro», *Povos e Culturas*, n^o2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 687-704.

-. *Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbanístico de uma Área Urbana de Intervenção*. Vol.I - Metodologia, col.«ITE», LNEC, Lisboa, 1987.

-. *Arquitectura Urbana – Métodos e Critérios de Projecto*. Col.«ITE», LNEC, Lisboa, 1987.

-. *Reabilitar o Urbano ou Como Restituir a Cidade à Estima Pública*. LNEC, Lisboa, 1987.

-. «Metodologia de Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas». Relatório GURPLAM 248/90, LNEC, Lisboa, 1989.

-. «O papel da Autarquia no desenvolvimento da comunidade», in Actas do Colóquio sobre o PROT da Área Metropolitana de Lisboa, *Técnicas e Equipamentos Municipais*, Ano 3, Março-Abril, 1990, 14-21.

-. *Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbanístico de uma Área Urbana de Intervenção*. Vol.II – Planeamento e Programação das intervenções a Curto Prazo, ITE 13, LNEC, Lisboa, 1991,

-. *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento / Acção da sua Reabilitação*, col.«INCGURPLAM», LNEC, Lisboa, 1994.

PEREIRA, M^a Irene Paiva Lourenço. «Urbanismo e Arquitectura de Viseu Setecentista. Salvaguarda de um Património. Um percurso da Memória». Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

PEREIRA, Nuno Teotónio. «Reabilitar em vez de construir: vontade política precisa-se», *Pedra & Cal*, Ano III, n^o9, Jan/Fev/Mar 2001, 59.

PEREIRA, Nuno Teotónio. «Reabilitar em vez de construir: finalmente na ordem do dia», *Pedra & Cal*, Ano IV, n^o13, Jan/Fev/Mar 2002, 52.

-. «Por uma política coerente de reabilitação urbana», *Pedra & Cal*, Ano II, n^o7, Jul/Ago/Set 2000, 54.

PEREIRA, Paulo. «O Património Edificado: musealização e interpretação», *Pedra & Cal*, Ano III, nº12, Out/Nov/Dez 2001, 24-28.

PERESTRELO, Margarida. *Planeamento estratégico e avaliação. Metodologias de análise prospectiva, CIDADES Comunidades e Territórios*, n.º 4 / Junho, CET / ISCTE, Lisboa, 2002, 33-43.

PESSOA, Fernando. *Ecologia e Território. Regionalização, Desenvolvimento e Ordenamento do Território numa Perspectiva Ecológica*, Afrontamento, Porto, 1985.

PETERS, Paulhans. *La Ciudad Peatonal*, col.«Arquitectura / Perspectivas», Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1981.

PETRONCELLI, Elvira. «Centres Historiques et Systemes Territoriaux», in *Cidades Historicas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 209-217.

PFEIL, Elisabeth. «La Renovation Urbaine et l'Avenir de la Ville», *Urbanização*, vol. VI, nº 1, Março, AAP, Lisboa, 1971, 64-70.

PINCHO, M^ª. Inês. «Sobre a cor na conservação e reabilitação da imagem urbana». Tese de Licenciatura em arquitectura. FA / UC, Coimbra, 1996.

PINHEIRO, Zélia Gil da Costa. «Algumas Questões para o Direito do Urbanismo». Tese de Mestrado, UTL, Lisboa, 1997.

PINTO, Carlos. «Recuperação de Fachadas no centro histórico de Beja com balanço positivo», *Diário do Alentejo*, (9-1-2004).

PINTO, Conceição (Coord.). *Manual de Reabilitação do Património de Faro*, Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património Histórico / CMF, Faro, 1997.

-. *A Câmara Municipal de Faro protege o património (catálogo de exposição)*, Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património Histórico / CMF, Faro, 1997.

PINTO, Fernando (Coord.). «Arquitectura de Terra», *Mediterrâneo*, n.º 8/9, Instituto Mediterrânico / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.

-. «Saberes antigos e novas tecnologias», *Centros Históricos*, Ano IV, nº 10/11, Jan/Jun 2002, 18-19.

PINTO, José Madureira. «Uma reflexão sobre políticas culturais», in *Actas do Encontro "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local", 1-3 de Abril Vila do Conde*, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994, 767-791.

PINTO, Luís A.T. Oliveira. «A aplicação do RECRIA em Alfama ou uma forma de recuperação de imóveis degradados», in *Actas do 2º ENCORE, 27 Junho / 1 Julho 94*, LNEC, Lisboa, 1994, 569-578.

PINTO, Luísa. «Proprietários de casas degradadas serão 'obrigados' a reabilitar ou a vender», *Público* (22-12-2003).

PINTO, Olímpia Gordon. «Património, mudança e museus», in *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias (Tondela, 29-31 Outubro 93)*, CM Tondela, Tondela, 1999, 79-81.

POEIRA, M^a de Lourdes. «O papel das cidades médias – estruturação do território, competitividade e coesão», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006)*, MEPAT, Aveiro, 1999, 36-43.

-. e João C. Lemos. «A experiência recente da DGOTDU em investigação sobre o ordenamento do território. Os contratos-programa com a Universidade», in *Actas do Seminário de Investigação em Engenharia, Arquitectura e Planeamento Urbano*, FCT/UC, Coimbra, 1997, 89-94.

POL, Francisco. «The problem of deteriorated areas: policies of conservation and rehabilitation in Spain», in *Government / non-government relationships in urban development (Actas do Seminário Internacional)*, OCDE, Istambul, 1984.

PONTES, José António Pereira. «Economia da Reabilitação de edifícios de habitação». Tese de Mestrado. Gabinete de Estudos e Planeamento / MOPTC, Lisboa, 1991.

PORTAS, Nuno. *A Cidade como Arquitectura*, Livros Horizonte, Lisboa, s.d..

-. «O Plano Director Municipal: um novo instrumento da Administração Urbanística Local», in *Seminário sobre Planos Locais e Política Urbana / Braga 1982*, LNEC, Lisboa, 1982.

-. *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*, Publicações do Museu Machado de Castro, Coimbra, 1983.

-. «O PDM (ainda) vale a pena? Ou a mesma questão, dois anos depois», *Cadernos Municipais*, Ano 7^o, n^o 37 Novembro /86, Fundação Antero de Quental, Lisboa, 1986, 23-29

-. «Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente», *Sociedade e Território*. Ano 1, n.º2, Fevereiro 1985, Afrontamento, Porto, 1991, 8-13.

-. «Crítica do Urbanismo. O desenho urbano em situações de costa», *Sociedade e Território*, n.º 13, Ano 5, Junho, Afrontamento, Porto, 1991, 91-94.

-. «Os Planos Directores como instrumentos de regulação», *Sociedade e Território*, n.º22, Setembro, Afrontamento, Porto, 1995, 22-32.

- «À volta da Cidade», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 73-77.

PORTELA, Sara. «Definição de critérios para avaliação do espaço urbano, tendo por referência o Bairro de Alfama». Tese de Mestrado. UTL, Lisboa, 2002.

PRECEDO LEDO, Andrés. «Las políticas de desarrollo y renovación urbana en Europa», *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, nº98 - Invierno/93, MOPTMA, Madrid, 1993, 579-595.

PROBARROSO. *Contributos para uma metodologia de gestão do património cultural europeu*, ProBarroso – Associação de Promoção e Desenvolvimento de Barroso / CEACTION, Montalegre, 2000.

PULIN MORENO, Fernando. «Conservation e Integracion Economica», in *Ciudades Historicas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 329-337.

QUARESMA, Susana. «Obras de conservação no Claustro dos Jerónimos», *Arquitectura e Vida*, n^o 5, Junho 2000, 72-76.

QUEIRÓZ DO VALE, Ana. «Plano de Pormenor do Centro Histórico de Chaves», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 263-270.

QUIRÓS CASTILLO, Juan António. «Contribución al estudio de la Arqueología de la Arquitectura», in *Actas do Colóquio "Problemas en Arqueología Medieval"*, Universidad de Jaen, Jaen, 1993, 141-151.

RAGON, Michel. *L'homme et les villes*, Albin Michel, Paris, 1975.

RAMALHO, José Gabriel. *A Informação de Base Local e o Ordenamento do Território*, CCRA, Évora, 1981.

RAMÔA, Ana Maria. «Intervenção na Mouraria», *Centros Históricos*, Ano 1, 2ª série, Jan/Mar 2000, 35-36.

-. e Eugénio Castro Caldas. «O plano de pormenor do Bairro das Portas de Mértola em Beja», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992, 78-81.

RAMOS, Ana Maria Assunção. «Centro Histórico de Beja – A Implementação do Plano de Salvaguarda e Reabilitação», *Poder Local*, n.º73, Março, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 31-35.

RASPI SERRA, Joselita (Coord.). *Il Concetto di Centro Storico, Ricerca archeologica, Recupero, Conservazione, Riuso, Protezione dei Beni Culturali*, Ed. Guerini, Milano, 1990.

RATO, Vasco Moreira. «Conservação do Património Histórico Edificado. Princípios de intervenção». Tese de Mestrado. UTL / IST, Lisboa, 2002.

- «Conservação do Património Histórico Edificado. Sistematização de Princípios Gerais», in *Actas do 3º ENCORE*, 26-30 Maio 2003, LNEC, Lisboa, 2003, 175-183.

REAL, Fernando. «Os Arqueólogos e a Noção de Cidade: uma entidade em constante transformação», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas – Investigação e Defesa do Património / Lisboa 1990*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, 15-17.

REAL, Manuel Luís e Rui Tavares. «Bases para a Compreensão do Desenvolvimento Urbanístico do Porto», *Povos e Culturas*, n.º2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 389-417.

REBELO, José Américo Batista. «A estratégia no sistema municipal de planeamento. Tese de Mestrado. UTL, Lisboa, 2000.

REIS, António Matos. «Origem dos Municípios Portugueses», col.«Horizonte Histórico» n.º36, Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

REIS, José de Oliveira. «Os Municípios e o Ordenamento Urbanístico», s.e., Lisboa, 1959.

REIS CABRITA, A. M. e José Aguiar. «Monografia Portuguesa sobre Inovação e Reabilitação de Edifícios», col.«Edifícios ITE», LNEC, Lisboa, 1988 (reimpressão 1991).

-. e Carlos Alho. [Recolha e comentário às] Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico, in *Técnicas e Equipamentos Municipais*, Ano 5 (1ª série), Março-Abril, Municipalis – Pub. Municipais, Lisboa, 1991, 23-35.

- RÉMY, Jean e Liliane Voyé. «A Cidade : Rumo a Uma Nova Definição ?», col.«A Cidade em Questão» n.º 9, Afrontamento, Porto, 1997 (2ª edição).
- RIBEIRO, José M. Félix. «Cidades Médias, Tecnologias e Factores de Localização de Actividades com Fronteira», in *Ciclo de Colóquios "A Política Urbana e o Ordenamento do Território"*, MPAT, Lisboa, 1995, 189-192.
- RIBEIRO, Manuel João. «Reabilitação urbana: estratégia e organização», in *Sociedade e Território*, n.º 14-14, Afrontamento, Porto, 1991, 56-61.
- RIBEIRO, Orlando. «Geografia e Civilização – temas portugueses», col.«Horizonte Histórico», Livros Horizonte, Lisboa, 1992.
- . *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- . *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1998.
- RIBEIRO TELLES, Gonçalo. «A Integração Campo / Cidade», *Povos e Culturas*, n.º2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 421-444.
- . «Paisagem Global», *Paisagem*, col.«Estudos», DGOTDU, Lisboa, 1997, 29-46.
- . «Uma visão sustentável para os espaços urbanos de apropriação colectiva. Ecologia e cidadania», in *Política de Cidades e Reabilitação Urbana (Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006)*, MEPAT, Aveiro, 1999, 119-128.
- . «Adivinhem quem nos vem visitar (entrevista conduzida por António Manuel Venda)», *Revista Pessoal*, Ano 1, n.º7, Fevereiro 2003, 17-24.
- ROBALO, Mário e António Henriques. «Nova lei do património não alcança o consenso», *Expresso* (31-10-1998). ROBERTS, Margaret. *An Introduction to Town Planning Techniques*, Hutchinson & Co, London, 1977.
- ROCHA, Manuel (Dir.). «Organização e Qualidade do Espaço Urbano. Modelo de Análise de Comportamentos Urbanos», LNEC, Lisboa, 1971.
- ROCHA, Romana; João Ribeiro da Costa e João Farinha. Bacia do Guadiana. «Condições que levam à rarefação populacional», *Sociedade e Território*, n.º23, Outubro, 1996, 126-137.
- RODRIGUES, Albertina. «Olivais-Velho», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 103-105.
- RODRIGUES, Jacinto. «O paradigma em transição», *Arquitectura e Vida*, n.º17, Junho 2001, 24-26.
- RODRIGUES, Jacinto Luís da Conceição. «Tavira: património histórico e desenvolvimento», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 151-152.
- RODRIGUES, José Augusto. «Estratégias e modos de actuação no centro histórico de Santarém», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 135-139.

RODRIGUES, José Miguel Neto Viana Brás. «Oportunidades e Instrumentos para a Intervenção na cidade: o planeamento urbano entre Planos, Projectos e participação privada». Tese de Mestrado. Universidade do Porto, FAUP / FEUP, Porto, 1998.

RODRIGUES, Luís Alexandre. «Bragança no Século XVIII. Urbanismo, Arquitectura». Tese de Mestrado. Universidade do Porto / Faculdade de Letras, 1995.

RODRIGUES, M^a João Madeira. «Valor. Introdução ao Estudo da História da Arquitectura e do Urbanismo», *GEHA*, Ano 1, n.º 1, Grupo de Estudos de História da Arquitectura / FA / UTL, Lisboa, 1998, 57-60.

RODRIGUEZ LORES, Juan. «Doscientos Anos de Urbanismo en Alemania. Los Origenes: 1800-1918», *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, XXVIII (107-108), MOPT, Madrid, 1996, 291-292.

ROLDAN HERVAS, José Manuel. «Colonización y municipalización durante la República», in *Aspectos de la Colonización e Municipalización de Hispania [Cuadernos Emeritenses 1]*, M.N.R.A., Mérida, 1989, 11-32.

ROMAN, Andras. «The International Charter of Historic Towns and Urban Areas», in *Ciudades Historicas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 179-183.

ROSADO, José Valentim e José António de Jesus Martins. «Património monumental de Lagos. As muralhas e o sistema defensivo medieval», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 84-88.

ROSSA, Walter. «Reflexões finais», in *Arquitectura e Engenharia Civil: qualificação para a reabilitação e a conservação*, GECORPA, Lisboa, 2000, 123-127.

ROXO, Ana e Campos Matos. *Vocabulário Urbanístico*, DGOT / MPAT, Lisboa, 1991.

RUIVO, César de Jesus e Júlio Pereira da Cunha. *Ordenamento do Território e Gestão Urbanística Municipal*. Associação dos Técnicos de Administração Municipal, Braga, 1998.

RYPKEMA, Donovan D.. «Financial incentives in urban conservation», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 111-114.

SÁ, H. Oliveira. «A recuperação dos imóveis degradados. Dos PRID ao actual RECRIA», *Poder Local*, n.º75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 26-32.

SÁ, Luís. *Regiões Administrativas, o poder local que falta*, col.«Universitária», Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

SÁ, Manuel Fernandes de. «As Autarquias e o Planeamento», *Cadernos Municipais*, Ano 4º, n.º 22 Maio 83, Fundação Antero de Quental, Algés, 1983, 41-44.

SALGADO, Manuel. «Experiências de Planeamento Familiar (3.Évora: o Plano Geral de Urbanização)», *Cadernos Municipais*, Ano 3º, n.º 10/11 Março 81, Fundação Antero de Quental, Algés, 1981, 70-73.

SALGADO, Manuel. «Algumas reflexões sobre o PDM de Vila Real de Santo António», *Sociedade e Território*, n.º 13, Ano 5, Junho, Afrontamento, Porto, 1991, pp. 45-50.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: uma Geografia Humana*, Afrontamento, Porto, 1992.

- «A espacialidade no tempo urbano», *Penélope*, n.º7, Edições Cosmos, Lisboa, 1992, 7-25.
- SALVATIERRA CUENCA, Vicente. «Arqueologia Urbana: Investigación y Gestión. La situación en Andalucía», in *Actas do Colóquio "Problemas en Arqueología Medieval"*, Universidad de Jaen, Jaen, 1993, 75-82.
- SANTA OLALLA, Begoña Bernal (Coord.). «Vivir las ciudades historicas. Ciudad histórica y calidad urbana», in *Actas do Seminário, Burgos 19-21 Janeiro 98*, Universidade de Burgos - Fundacion La Caixa, Burgos – Barcelona, 1999.
- SANTOS, Ademar Ferreira dos. «Património Cultural: "Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se"», *Mínia* 6(7), Ed. ASPA, Braga, 1983, 49-65.
- SANTOS, Andrade e Jorge Carvalho. «Implementação dos Planos Municipais em Portugal – O Plano de Évora», in *Actas do Seminário sobre Normas Urbanísticas / Execução de Planos Municipais (Évora 1980)*, GIPRE / MOP, Lisboa, 1980, 13-16.
- SANTOS CONCEIÇÃO, A. – *Terras de Montemor-o-Velho*, Câmara Municipal Montemor-o-Velho, Montemor-o-Velho, 1992.
- SANZ ALDUAN, Alfonso. «Calmar el tráfico, domesticar el automóvil. Posibilidades del diseño urbano», *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, nº100-101 - Verano-Otoño /94, MOPTMA, Madrid, 1994, 399-409.
- SARAIVA, Mª da Graça Neto. «Os Rios e as Cidades», *Povos e Culturas*, n.º2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 481-509.
- SARDINHA, José Manuel. *Direito do Urbanismo e Legislação Complementar*, Coimbra Editora, Coimbra, 1993.
- SAYAS ABENGOECHEA, Juan José. «Colonizacion y municipalizacion bajo César y Augusto», in *Aspectos de la Colonizacion e Municipalizacion de Hispania*, [Cuadernos Emeritenses 1], M.N.R.A., Mérida, 1989, 33-70.
- SCANNAVINI, Roberto. «Bolonía», in *Ciudades Historicas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 298-305.
- SCHLAGER, J. Kenneth. «Modelo de Proyecto de Plan de Uso del Suelo», in *Modelos de Desarrollo Urbano*, Oikos-tau Ediciones, Barcelona, 1975.
- SCHMIDT, Luísa e Pedro Almeida Vieira. «Entrevista com o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente Isaltino Morais», *Fórum Ambiente*, nº81, Junho 2002, 40-46.
- SEARA, Ilda e Jorge Coimbra. *Sine Qua Non- A Ideologia do Habitar*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1986.
- SECO CAMPOS, Isabel. «El Archivo Municipal y la planificación urbanística», *Ciudad y Territorio*, nº88 - Primavera/91, MAP /INAP, Madrid, 1991, 121-125.
- SEQUEIRA, António Manzoni de. «O "mistério" da reabilitação em Portugal». *Pedra & Cal*, Ano I, nº3, Jul/Ago/Set 1999, 31-35.

SERAG ELDIN, Ismail. «Our Past is Our Future: investing in our cultural heritage», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 115-124.

SERRÃO, João. «Que Política para as Cidades de Média Dimensão – Uma Estratégia para Uma Nova Condição», in *Ciclo de Colóquios "A Política Urbana e o Ordenamento do Território"*, MPAT, Lisboa, 1995, 221-232.

SERRÃO MARTINS, A.. «Autarquias e Defesa do Património: experiência de Mértola», in *Poder Local / Conferência do PCP sobre o Poder Local, 18 de Outubro de 1981*, Edições Avante, Lisboa, 1981, 22.25.

SHAW, Robert. «Reconstrução do Centro das Cidades», in *Colóquio sobre Urbanismo*, Centro de Estudos de Urbanismo / Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1961.

SILVA, A. Cavaleiro e. «Reabilitação de Edifícios de Habitação: Seu Enquadramento Jurídico, Fiscal e Financeiro», *Cadernos Municipais*, Ano 6º, nº 34 Outubro 85, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 21-25.

SILVA, António Augusto de Oliveira Alves e. *Contributos para o estudo da urbanização e do urbano em Portugal: o caso do concelho de Coimbra*. Tese de Mestrado. Lisboa, Universidade Nova, 1999.

SILVA, Carlos Nunes. «Planeamento Municipal e a Organização do Espaço em Lisboa: 1926 – 1974», *Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, n.º 27, Centro de Estudos Geográficos, UL / INIC, Lisboa, 1987.

SILVA, Carlos Nunes. *Poder Local e Território. Análise Geográfica das Políticas Municipais 1974 – 94*, Tese de Mestrado, UTL, Lisboa, 1995.

SILVA, Jorge. *Gestão e recuperação de núcleos de interesse patrimonial histórico-cultural – algumas questões*, *Poder Local*, n.º75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 35-39.

SILVA, José Gentil da. *Vida urbana e desenvolvimento: Portugal, país sem cidades*, Arquivos do Centro Cultural Português, vol. V, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1972.

SILVA, José M. de Bivar Cornélio da. «As Grandes Questões Técnicas na recuperação do Património Urbano», *Povos e Culturas*, n.º2 "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, 381-388.

J

SILVA, Paulo Ricardo dos Santos. «Reabilitação Urbana em Lisboa. Caso de Alfama», in *Actas do 2º ENCORE, 27 Junho / 1 Julho 94*, LNEC, Lisboa, 1994, 579-586.

SILVA, Paulo Ricardo dos Santos. «A reabilitação urbana em Lisboa». Texto de Conferência. Seminário Novas tecnologias em Centros Históricos, Montemor-o-Novo, 6-7 Maio, 1999.

SILVA, Paulo Ricardo dos Santos. «Conceito de Reabilitação». Texto de Conferência. Seminário Novas tecnologias em Centros Históricos, Montemor-o-Novo, 6-7 Maio, 1999.

SILVA, Pedro Ribeiro da, e Ricardo Ventura da Cruz. «Os Territórios Planeados e os Que Não São», in *Reabilitação Urbana / Actas do Colóquio – Março 96*, LNEC, Lisboa, 1996, 29-41.

SILVA, Raquel Henriques da. «Da cidade ao urbanismo. Do urbanismo à cidade», *Penélope*, nº7, Edições Cosmos, Lisboa, 1992, 71-81.

SILVA, Rosa M^a G. Rodrigues da e Sousa Gomez Cortez. «Desenvolvimento urbano: o (re)uso da cidade». Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, 1998.

SIMMEL, Georg *et alia*. *O fenómeno urbano*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

SIMÕES, Duarte Nuno. «Abordagem Arquitectónica à Reabilitação das Áreas Habitacionais Urbanas», in *Actas do 1º Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação*, LNEC, Lisboa, 1985.

-. «Património Edificado e Património Natural: salvaguarda, reabilitação e planos indicativos», *Cadernos Municipais – Dossier Grande Lisboa*, Fundação Antero de Quental, Lisboa, 1988, 4-6.

SIMPLICIO, M^a. Domingas. *O espaço urbano de Évora: contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*, Universidade de Évora, Évora, 1991.

-. «Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora». Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 1997.

SOARES, Fernando Emílio Silva. «O centro histórico de Castelo de Vide», in *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 82-83.

SOARES, Nuno Pires. «O Sistema Urbano Português: 1890-1991», *Geolnova – Revista do Dep. de Geografia e Planeamento Regional*, nº 0, FCSH, Lisboa, 1999, 61-77.

SOARES, Vasco Morais. «Arquitectura e Imagem no Desenho Urbano», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 257-262.

SOUZA, Ana Leote Oliveira Pacheco de. «O Território, o Homem e os Espaços». Tese de Mestrado, FAUTL, Lisboa, 2000.

STRINGER, Richard. *Planing and development in rural areas in an increasingly urbanised society*, Separata de International Congress of I.F.H.P., Dublin / Ireland, May, 1969, IFHP, The Hague, 1969.

TÁVORA, Fernando. «Da organização do espaço (prefácio de Nuno Portas)», 2ª edição - fac-simile), Edição do Curso de Arquitectura da ESBAP, Lisboa, 1982.

TÁVORA, Fernando. *O Problema da Casa Portuguesa*, Cadernos de Arquitectura nº 1, Lisboa, Ed. Manuel João Leal, 1947.

TÁVORA, Fernando *et alia*. *Guimarães, do passado ao presente*, C. M. Guimarães, Guimarães, 1985.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, e Margarida da Cunha Belém. *Diálogos de edificação / Técnicas tradicionais de Construção*, CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais, s.l., 1998.

TEIXEIRA, Luís Miguel. «Reconversão de áreas urbanas obsoletas localizadas em frente de água», Tese de Mestrado, Universidade de Porto, Porto, 1998.

TEIXEIRA, Manuel A. Correia. «Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das “ilhas” da cidade do Porto», *Sociedade e Território*, n.º 2, Afrontamento, Porto, 74-89.

- TEIXEIRA, Manuel C..«A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes», *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993 (2º), 371-390.
- e Margarida Valla. *O Urbanismo Português séculos XIII-XVIII Portugal – Brasil*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.
- TÉRAN, Fernando de. *Ciudad y urbanización en el mundo actual*, Ed. Blume, Madrid, 1969.
- . «La Situación Actual del Planeamiento Urbano y Sus Antecedentes», *Urbanização*, vol. VIII, nº 1, Janeiro, AAP, Lisboa, 1973, 49-60.
- TIMMS, Duncan. «El Mosaico Urbano – Hacia una Teoría de la Diferenciación Residencial», col.«Nuevo Urbanismo», Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 1976.
- TOMÁS, Carla. «Entrevista com Nunes Correia / Programa POLIS» *Expresso* (27-12-2003).
- TOMÉ FERNÁNDEZ, Sergio. «Oviedo: un centro histórico en transformación», *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, n.º78 - 4/88, INAP / MAP, Madrid, 1988, 23-36.
- TORRES, Cláudio. «Turismo, Cultura e Desenvolvimento», *Poder Local*, nº91 (Jan./Fev.), Editorial Caminho, Lisboa, 1990, 58-61.
- «Revalorización del Núcleo Arqueológico-histórico de Mértola, en Portugal», in *Actas do Congresso Cidades Históricas Vivas ciudades del Pasado: Pervivencia y Desarrollo*, CCMM, Mérida, 1997, 61-62.
- «A Arqueologia, o território e o desenvolvimento local», in *Efeitos sociais do património à escala local, Seminário Mértola Abril 2001, Caderno de Resumos*, CAM, Mértola, 2001, 21-26.
- TROITIÑO VINUESA, Miguel Angel. «Impactos socioculturales y funcionales del turismo», in *Actas do 4º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial*, OCPM, Évora, 1997, 100-104.
- UNIÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS LOCAIS. «Declaração Mundial sobre o Poder Local – Rio de Janeiro / 1985», *Cadernos Municipais*, Ano 7º, n.º 37 Novembro /86, Fundação Antero de Quental, Algés, 1986, 45-47.
- URBE. *Ternos Passeios, um manual para melhor entendimento e fruição de espaços públicos*, IPAMB / CML, Lisboa, 1997.
- VALE, Ana Queiroz do. «Plano de Pormenor do Centro Histórico de Chaves», in *I Congresso Ibérico de Urbanismo (Viana do Castelo / Junho 1993)*, CCRN / SPU, Porto, 1994, 263-270.
- VALENTE, António. «Recuperação de núcleos urbanos de interesse histórico-cultural. Experiência da Câmara Municipal de Évora», *Poder Local*, n.º75, Maio, Editorial Caminho, Lisboa, 1988, 61-66.
- VALENTE, Mário Ulisses da Costa. «Os Equipamentos e o Ordenamento do Território», in *Actas do Seminário sobre Normas Urbanísticas / Critérios Comuns de Planeamento Municipal (Ponta Delgada 1981)*, GIPRE / MOP, Lisboa, 1981, 15-25.
- VANDENSANDE, Tine. «Le patrimoine architectural et le tourisme dans une perspective culturelle», in *Actas da 11ª Assembleia Geral e Symposium Internacional « Le Patrimoine et les Changements Sociaux »*, 5-9 Outubro, ICOMOS, Sófia / Bulgária, 1996, 410-416.

VARANDA, Fernando. «Plano de Urbanização de Mértola». Projecto.1980.

VÁZQUEZ, Isabel Breda. «A dimensão estratégica da conservação e reabilitação do património urbano», in *Actas do 2º ENCORE, 27 Junho / 1 Julho 94*, LNEC, Lisboa, 1994, 79-86.

VEJA FERNÁNDEZ, Diego. «La recuperacion del centro histórico en los Países Bajos», *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, n.º1/79, INAP / MAP, Madrid, 1979, 63-75.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano (Colectânea de textos)*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

VIDAURRE JOFRE, Julio. *Ciudad y Arquitectura Medievales, Morfologías Imaginarias en Castilla y León 1050 – 1450*, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, Madrid, 1990.

VILLAVERDE, Manuel. «Núcleo Antigo de Odivelas: Génese do Tecido Urbano e Caracterização Histórica do Edificado», in *Reabilitação Urbana / Actas do Colóquio – Março 96*, LNEC, Lisboa, 1996, 43-52.

VINSENT, Jean-Marie. «Patrimoine et Tourisme. Contribution à la réflexion sur les conditions de la compatibilité du développement touristique et de la conservation du patrimoine», in *Actas da 11ª Assembleia Geral e Symposium Internacional « Le Patrimoine et les Changements Sociaux »*, 5-9 Outubro, ICOMOS, Sófia / Bulgária, 1996, 417-423.

VIRTUDES, Ana Lúcia Moreira Machado Santos das. «Conteúdos Deslocados do Plano Director Municipal». Tese de Mestrado, UTL, Lisboa, 1999.

YEDID, Adam. *Centres Historiques, Les Outils de Lecture*, Editions du STU, Paris, 1987.

-. *Centres Historiques, Méthodes d'Analyse*, Editions du STU, Paris, 1987.

WEBBER, M. M. *et alia*. *Indagaciones sobre Estructura Urbana*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, s.d..

WILDEMAN, Diether. «Renewal of Towns by Preservation and Integration of Historical Monuments and Historical Valuable Town' Centres», in *Ciudades Historicas – Revista Científica 2*, ICOMOS, Patrocinio de Xunta de Galicia, s.l., 1993, 184-191.

WISSINK, G. A.. «Renovation Urbaine et Fonctions Urbaines», *Urbanização*, vol. VI, nº 1, Março, Lisboa, AAP, 1971, 70-72.

WITMER, John. «Les problemes de la Conservation et de L'assainissement des Sites Historiques. Les Experiences en Suisse», in *Rapports du Colloque Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques*. Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco / MOP, Lisboa, [1968], Rap.9: 1-28.

WRIGHT, Russel. «Keeping in the keeping», in ICOMOS, *Revista Científica*, nº2 (Ciudades Históricas), ICOMOS / Xunta de Galicia, 1993, pp. 352-361.

ZABALA URIARTE, Aingeru. «La Ciudad y la Historia. La Conservación del Patrimonio», in *Actas dos VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais (3ª 15 de Julho de 2000)*, Vol.2, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2001, 11-30.

ZAREBSKA, Teresa. «Etudes Historiques Servant de Base a l'Etablissement des Plans d'Urbanisme, in *Rapports du Colloque Sauvegarde du Paysage et des Sites Historiques*. Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco / MOP, Lisboa, [1968], Rap.4: 1-9.

ZEVI, Bruno. *Arquitectura in Nuce, uma definição de arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 1986.

ZOZAYA, Juan. «Urbanismo Andalusi», in *Cidades e História (Ciclo de Conferências)*, Fundação Gulbenkian / Serviço de Belas Artes, Lisboa, 1992.

BIBLIOGRAFIA, PROJECTOS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A MÉRTOLA

MÉRTOLA - Plano de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico da Vila de Mértola, DR nº 44 (2ª série) de 22/02/93.

Plano Geral de Urbanização de Mértola (Revisão 2003), Documentos para Discussão Pública, Setembro 2003, Autor: Arquitecto Fernando Varanda.

GTL – Documentação Oficial (Actas da Câmara Municipal de Mértola, Correspondência Institucional) de Candidatura e Constituição deste Gabinete, 1988 / 1992.

GTL / Mértola – Actas da Comissão de Acompanhamento, 1990 / 1992 (policopiado).

GTL / Mértola – Dossier de Candidatura para Recuperação das Cinturas Medievais e Militares da Vila de Mértola, 1990 (policopiado).

GTL / Mértola – Relatório das Actividades do Gabinete Técnico Local, Mértola, 1990 (policopiado).

EDP / Centro Distribuição de Beja – Projecto de Remodelação da Rede Eléctrica do Centro Histórico de Mértola, Beja, 1989 (policopiado).

Regulamento de Subvenção para Conservação e Embelezamento de Edifícios no Centro Histórico da Vila de Mértola, Mértola, CMM, 1999 (policopiado).

COSTA, Fernando Marques – “Mértola: exemplo de aposta cultural”, in Diário de Notícias, 21/Janeiro/1990, Lisboa, 1990, p.9.

SILVA, Maria Cardeira da – “Avenida Guadiana”, in Revista Elle, Maio, 1989, pp. 54-59.

CMM. «Concelho de Mértola – Projecto de Desenvolvimento Integrado». Documento policopiado. Câmara Municipal de Mértola, Mértola, s.d..

-. Subvenção para a Conservação e Embelezamento de Edifícios no Centro Histórico da Vila de Mértola - Setembro 1999 (policopiado).

CMM – Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola, Gabinete Técnico Local, Mértola, Câmara Municipal de Mértola, 1991 (policopiado).

CMM - Regulamento Municipal de Construção (Proposta – Dezembro 1989), Câmara Municipal de Mértola (policopiado).

-. «Mértola Vila Museu, Biografia de um Projecto». Curriculum Vitae da Instituição e Áreas de Projecto. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1995.

MACIAS, Santiago – Mértola, Memórias da Cidade Islâmica, in Actas do Seminário Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o futuro, Faro / Tavira / Loulé, 2000, 112-128.

CAM – Projecto Património Edificado e Tecnologias Tradicionais de Construção. Estudos, Preservação e Valorização de Edifícios e Conjuntos Patrimoniais na região de Mértola (Candidatura), Mértola, 1995 (policopiado).

CAM – Projecto Património Edificado e Tecnologias Tradicionais de Construção. Estudos, Preservação e Valorização de Edifícios e Conjuntos Patrimoniais na região de Mértola (Relatório de Execução Material), Mértola, 1999 (policopiado).

CAM – Mértola Vila Museu, Biografia de um Projecto, Mértola, 1995 (policopiado).BJC – Recolha de dados sobre o património edificado não monumental do Casco histórico de Mértola (Prova de Aptidão Profissional), Mértola, 1999 (policopiado).

CMM – Breves apontamentos sobre o Concelho de Mértola, Mértola, Serviços Sócio Culturais da CMM, s.d. (policopiado).

CARTAS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DO PATRIMÓNIO e outra legislação

- Carta de Cracóvia 2000, publicada in *Revista Centros Históricos*, Ano IV, nº 10/11, Jan/Jun 2002, 14-16.
- Carta de Veneza, folheto policopiado, trad. de Sérgio Infante, s.d.
- Carta de Veracruz – *Critérios para una política de actuación en los centros históricos de Iberoamerica*, publicada nas Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 Nov. 1992, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, 257-259.
- Cartas e Convenções Internacionais, Col.«Informar para Proteger», IPPAR, Lisboa, 1996.
- Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico Europeu, coligidas pelo Departamento de Edifícios / Núcleo de Arquitectura, LNEC, Lisboa, 1987.
- Cartas Internacionales sobre la Conservación y la Restauración I- Monumentos y Sitios, ICOMOS, Manchen, 2001.
- Cartas e Convenções Internacionais (Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger), IPPAR, Lisboa, 1996.
- Legislação Nacional (Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger), IPPAR, Lisboa, 1996.
- Critérios Classificação de Bens Imóveis (Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger), IPPAR, Lisboa, 1996.